



VI Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira

OS JOVENS E SEUS OUTROS

Anais Resumos

UFRJ – Campus Praia Vermelha
Botafogo, Rio de Janeiro

Universidade Federal do Rio De Janeiro

Reitor: Roberto Leher

Instituto de Psicologia – UFRJ

Direção: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – IP/UFRJ

Coordenação: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e Hebe Signorini Gonçalves

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC/UFRJ

Coordenação: Cristiana Carneiro

Coordenação Geral do Evento

Luciana Gageiro Coutinho (Universidade Federal Fluminense)

Cristiana Carneiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Comissão Organizadora Local

Cláudia Braga de Andrade (Universidade Federal de Ouro Preto)

Heloisa Dias Bezerra (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Jacqueline Cavalcanti Chaves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Leny Cristina Soares Souza Azevedo (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Lúcia Rabello de Castro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Maria Regina Maciel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Simone Ouvinha Peres (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sônia Borges Cardoso de Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Comissão Organizadora Nacional

Adélia Augusta Souto (Universidade Federal de Alagoas)

Ana Lúcia Francisco (Universidade Católica de Pernambuco)

Andréa Vieira Zanella (Universidade Federal de Santa Catarina)

Ângela Pinheiro (Universidade Federal do Ceará)

Anna Paula Uziel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Claudia Andrea Mayorga Borges (Universidade Federal de Minas Gerais)

Clarice Cassab (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Conceição Seixas Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dalva Maria Borges de Lima D. de Souza (Universidade Federal de Goiás)

Divino da Silva Rodrigues (Pontifícia Universidade Católica de Goiás)

Dorian Mônica Arpini (Universidade Federal de Santa Maria)

Eliane Ribeiro Andrade (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Fernanda Costa-Moura (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Flávio Munhoz Sofiati (Universidade Federal de Goiás)

Hebe Signorini Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Herculano Campos (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Ilana Lemos de Paiva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Iolete Ribeiro da Silva (Universidade Federal de Amazonas)

Jacqueline Serra Freire (Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira)

Jaileila de Araújo Menezes (Universidade Federal de Pernambuco)

Juarez Dayrell (Universidade Federal de Minas Gerais)

Juliana Prates Santana (Universidade Federal da Bahia)

Karla Galvão Adrião (Universidade Federal de Pernambuco)

Katia Maheirie (Universidade Federal de Santa Catarina)

Leila Maria Torraca de Brito (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Leila Maria Ferreira Salles (Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho)

Lúcia de Mello e Souza Lehmann (Universidade Federal Fluminense)
Lúcia Rabello de Castro – Presidente (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Luciana Lobo Miranda (Universidade Federal do Ceará)
Márcia Stengel (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Marcelo de Almeida Ferreri (Universidade Federal de Sergipe)
Marcos Ribeiro Mesquita (Universidade Federal de Alagoas)
Maria Cecília de Mello e Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Maria Helena Oliva Augusto (Universidade de São Paulo)
Maria Ignez Costa Moreira (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Maria Inês Gasparetto Higuchi (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)
Marta Rezende Cardoso (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Mônica Franch (Universidade Federal da Paraíba)
Mônica Rodrigues Costa (Universidade Federal de Pernambuco)
Ricardo de Castro e Silva (ONG Taba)
Rafael Prosdocimi Bacelar (Faculdades Integradas Pitágoras)
Renata Alves de Paula Monteiro (Universidade Federal Fluminense)
Rosana Katia Nazzari (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)
Rosana Carneiro Tavares (Pontifícia Universidade Católica de Goiás)
Rosane Castilho (Universidade Estadual de Goiás)
Rosângela Franceschini (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Shara Jane Holanda Costa Adad (Universidade Federal do Piauí)
Silvia Helena Koller (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Solange Jobim e Souza (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Sônia Margarida Gomes de Sousa (Pontifícia Universidade Católica de Goiás)
Tatiana Cristina dos Santos de Araújo (Universidade Federal de Pernambuco)
Vera Lúcia Tieko Suguihiro (Universidade Estadual de Londrina)
Veriana Rodrigues Colaço (Universidade Federal do Ceará)

Comissão Científica

Breno Marques Bringel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Claudia Andrea Mayorga Borges (Universidade Federal de Minas Gerais)
Cristiano dos Santos Rodrigues (Universidade Federal da Bahia)
Dalva Maria Borges de Lima D. de Souza (Universidade Federal de Goiás)
Jacqueline Cavalcanti Chaves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Jaileila de Araújo Menezes (Universidade Federal de Pernambuco)
Kátia Faria de Aguiar (Universidade Federal Fluminense)
Lúcia Helena Vitalli Rangel (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Lúcia de Mello e Souza Lehmann (Universidade Federal Fluminense)
Luciana Lobo Miranda (Universidade Federal do Ceará)
Marcelo Ricardo Pereira (Universidade Federal de Minas Gerais)
Marcelo Tadeu Bauman Burgos (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Márcia Stengel (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Maria Helena Zamora (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Maria Isabel Mendes de Almeida (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Maria Madalena Gracioli (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava)
Miriam Fábila Alves (Universidade Federal de Goiás)
Nilson Weisheimer (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)
Paulo Gracino Souza Junior (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro)
Roselene Gurski (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Sônia Borges Cardoso de Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Secretaria do Congresso

Marcelle Carvalho

Monitores

Alessandra Oliveira Frazão
Anne Cardoso Bazílio
Blenda Luize Chor Rodrigues
Bruna Mendes R Rodrigues
Bruna Lunna Oliveira
Bruna Nogueira Gomes
Clara Marina Galliez
Carina Borgatti Moura
Felipe Salvador Grisolia
Fernanda Alves
Fernanda Ferreira
Yasmim Sampaio dos Santos
Ingrid Sovat
Isa Kaplan Vieira
Jéssica Pessoa Magalhães
Júlia Pio Serpa de Medeiros
Larissa Magalhães
Lígia Santana
Lis Albuquerque Melo
Livia Tedeschi Rondon de Souza
Luciana Fernandes Nunes
Luciana Mestre
Marcos Vinícius Sales
Marina Del Rey
Marcelly dos Santos
Patrícia Barboza de Melo
Paula Pimentel Tumolo
Priscila Gomes
Sabrina Dal Ongaro Savegnago
Suellen Faria Leite

Revisão

Bernardo Fernandes Andrade

Programação visual

Tarcisio Osorio Ferreira



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

Organização

Cláudia Braga de Andrade
Cristiana Carneiro
Luciana Gageiro Coutinho
Maria Regina Maciel

1ª edição

Fórum de Ciência e Cultura

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Setembro/2015



VI Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira **OS JOVENS E SEUS OUTROS**

REALIZAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



NIPIAC



APOIO



S612a Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (6. : 2015 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais do VI Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, Rio de Janeiro, 10-12 de setembro de 2015 / 6. JUBRA ; org. Cláudia Braga de Andrade, Maria Regina Maciel, Cristiana Carneiro, Luciana Gageiro Coutinho. - Rio de Janeiro: NIPIAC/IP/UFRJ, 2015.
640p.

ISBN 978-85-7108-408-7

Evento realizado de 10 a 12 de setembro de 2015, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. Juventude. 2. Alteridade. 3. Socialidades Contemporâneas. I. Andrade, Cláudia Braga de. II. Carneiro, Cristiana. III. Coutinho, Luciana Gageiro. IV. Maciel, Maria Regina. V. Título.

CDD 150

300

370

CDU (37+159.9+316)

Apresentação

VI Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira: os jovens e seus outros

Em outubro de 2004, por iniciativa do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC), foi realizado o I Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (JUBRA), no Campus Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi uma iniciativa inédita no campo de estudos da juventude no país, que congregou mais de 600 pessoas, dentre pesquisadores – nacionais e internacionais, profissionais, estudantes e jovens. Naquele momento, as questões da juventude ganhavam presença marcante no cenário político com a implantação de políticas direcionadas à juventude em vários estados do país e a criação da Secretaria Nacional da Juventude.

Ao longo desta última década, o JUBRA aconteceu em vários estados: no Rio Grande do Sul, em 2006; em 2008, em Goiás; em 2010, em Minas Gerais e em 2012, em Pernambuco. A realização do JUBRA contou com a generosidade, a coragem e a dedicação de professores e pesquisadores, que, em diferentes universidades do Brasil, se propuseram a organizar e fazer acontecer o evento, cientes do lugar que a universidade deve ocupar na promoção de discussões e intercâmbios em torno desta importante questão.

O debate sobre a juventude, no país e alhures, tem se destacado como parte de uma agenda cada vez mais ampla, aglutinando pesquisadores, professores, profissionais, jovens e gestores públicos. Por outro lado, muitos problemas que atingiam os jovens há dez anos atrás continuam sem perspectiva de solução, e outros novos surgiram. Se as pesquisas e o conhecimento produzido nas universidades sobre os jovens aumentou significativamente, faz-se necessário, cada vez mais, refletir sobre o modo de torna-los efetivos na formulação e encaminhamentos de políticas direcionadas aos jovens. A este propósito, urge pensar as dificuldades, os limites e a potencialidade da relação entre universidade, sociedade e governo.

Os JUBRAS têm cumprido o papel de propiciar um amplo fórum de discussões sobre a temática da juventude. Ao retornar ao seu lugar de fundação, o Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, celebrando seus dez anos de existência, se assegura a continuidade da trajetória que se iniciou em 2004. No entanto, faz-se mister refletir sobre o caminho empreendido até aqui e o contexto político atual, suas urgências e demandas sobre o campo da juventude.

A continuidade deste evento também se coloca como uma questão a ser discutida e assumida por todos e todas que desejam garantir que este fórum permaneça. Urge, portanto, abrir espaço neste próximo JUBRA para os debates e as decisões neste sentido. A importância que este evento adquiriu no cenário brasileiro deve levar ao aprofundamento da reflexão sobre como podemos, conjuntamente, superar as dificuldades para garantir um mínimo de institucionalidade a uma rede de pesquisadores da juventude. Essa rede deverá se incumbir da responsabilidade da permanência do evento. Portanto, o VI JUBRA se situa como ponto de inflexão, convocando, principalmente, pesquisadores da área da juventude para este momento de parada e reflexão sobre o que se fez, e o que se poderá fazer daqui para frente.

O VI JUBRA, cuja convocação *Os jovens e seus outros* aponta para o inescapável deslocamento *ao outro* de qualquer existência humana, evoca a importância da reflexão crítica no desenho de um projeto coletivo de debate sobre a juventude.

Convidamos a todas e todos, principalmente os que do lugar da universidade têm a juventude como campo de reflexão e pesquisa, a participarem deste momento de troca, discussão e avaliação com vistas a perspectivar os caminhos a serem trilhados.

Comissão Local do VI JUBRA

Rio de Janeiro, dezembro de 2014.

História

O JUBRA – Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira é um evento científico, que congrega pesquisadores e professores brasileiros e estrangeiros, profissionais, estudantes, jovens, gestores públicos e agentes comunitários para a discussão de pesquisas, programas e projetos sociais referentes à juventude. O evento potencializa as discussões e os intercâmbios e amplia a rede de cooperação entre pesquisadores em torno da temática da juventude a partir de diferentes disciplinas e campos do saber. Pretende-se que, a partir deste evento, se produzam, a curto, médio e longo prazos, impactos sobre a própria produção do conhecimento, assim como sobre as ações públicas e da sociedade civil no sentido da garantia dos direitos dos adolescentes e jovens.

O I Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira – I JUBRA – cujo tema foi Perspectivas e Ações em Saúde, Educação e Cidadania, foi realizado em outubro de 2004, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. A iniciativa de realização partiu do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC). Contou com o apoio institucional do Comitê de Pesquisa Sociologia da Juventude da International Sociological Association (ISA), do Observatoire Jeunes et Société da Universidade de Québec e do Comitê de Infância e Juventude da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES).

O II JUBRA, cujo tema foi Ecos na América Latina, foi realizado em novembro de 2006 e sediado na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre – PUC-RS, sob a responsabilidade dos Programas de Pós-graduação em Psicologia da PUC-RS, Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O evento contou com as parcerias do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua da UFRGS (CEP-RUA), Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Teorias Contemporâneas da PUC-RS e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência da UFRGS.

O III JUBRA, cujo tema foi Juventudes no mundo contemporâneo: desafios e perspectivas, ocorreu em junho de 2008, em Goiânia (Goiás), na Universidade Católica de Goiás. O evento esteve a cargo da Universidade Católica de Goiás – UCG, Universidade Federal de Goiás – UFG, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Casa da Juventude Padre Burnier – CAJU, Fundação Aroeira e do NIPIAC/UFRJ.

Em 2010 foi a vez da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais a acolher o IV JUBRA que ocorreu entre os dias 16 e 18 de junho em Belo Horizonte (Minas Gerais). A temática deste JUBRA foi Juventudes Contemporâneas – um mosaico de possibilidades. O evento contou com a parceria da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, da Pró-reitoria de extensão da PUC-Minas, do Conselho Federal de Psicologia, do Conselho Regional de Psicologia – CRP 04, do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS.

O V JUBRA, cuja convocação foi Territórios interculturais da juventude, foi realizado em setembro de 2012 no Recife pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE por meio de seu Departamento de Psicologia, do Centro de Educação e do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Contou com a parceria do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE e do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino do Centro de Educação da UFPE. Contou também com o apoio da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade de Pernambuco – UPE, Secretaria Especial de Políticas para a Juventude da Prefeitura do Recife, da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e do NIPIAC/UFRJ.

Todos os JUBRAS contaram com o patrocínio, dentre outros, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), da CAPES/MEC, e das respectivas fundações estaduais de fomento à pesquisa nos respectivos estados onde ele ocorreu.

Temas - GTs

GT 01 - RELAÇÕES AFETIVAS, GÊNERO E SEXUALIDADE.	28
GT 02 - SOCIABILIDADES URBANAS E EXPRESSÕES CULTURAIS.....	66
GT 03A - VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS.....	107
GT 03B - VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS.....	137
GT 04A - MÍDIAS E TECNOLOGIAS.	178
GT 04B - MÍDIAS E TECNOLOGIAS.	217
GT 05 - CORPO E EXPRESSÕES DE SI.....	252
GT 06A - TRAJETÓRIAS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES.	264
GT 06B - TRAJETÓRIAS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES.	295
GT 07 - RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES.	335
GT 08 - SOFRIMENTO PSÍQUICO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO.	356
GT 09 - RISCO E CUIDADO.	384
GT 10 - MOVIMENTOS SOCIAIS.	420
GT 11 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	459
GT 12 - RELAÇÕES RACIAIS.	488
GT 13 - JUVENTUDES RURAIS.	517
GT 14 - JUVENTUDES INDÍGENAS.	549
GT 15 - TRABALHO E EMPREGO.	558
GT 16 - JUVENTUDES E CULTURA.	599

GT 01 - RELAÇÕES AFETIVAS, GÊNERO E SEXUALIDADE. 28

AMOR E JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DE	
NARRATIVAS DE LÉSBICAS, GAYS E HETEROSSEXUAIS.....	29
CLINISEX: SEXUALIDADE E DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ADOLESCÊNCIA.	30
CAIU A MASCARA DA ILUSÃO: O SEXO DESNUDADO.	31
"É AULA DE SEXOLOGIA, TIA...?": ESTEREÓTIPOS E IDENTIDADES DE GÊNERO NA ESCOLA.	32
VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO NAMORO: SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.	33
ESTADO DA ARTE ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES E JOVENS LGBT.....	34
JUVENTUDE, SEXUALIDADE E CONTRACEPÇÃO DE EMERGÊNCIA: UM DEBATE NECESSÁRIO.	35
A SEXUALIDADE NA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO MASCULINA:	
LEVANTANDO A POEIRA DO INSTITUÍDO.	36
ENTRE ROMANCES E SEGREDOS, (HÁ) VIOLÊNCIA SEXUAL.	37
PROJETO DE EXTENSÃO SOCIAL – ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA.	38
LINGUAGENS DO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE DE JOVENS DANÇARINAS DE <i>FUNK</i>	39
EDUCAÇÃO E GÊNERO: HISTÓRIA DE MULHERES NO CARIRI CEARENSE.....	40
DEBATENDO A CULPABILIZAÇÃO DE ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO EM CASOS DE	
ABUSO SEXUAL E AS TEORIAS DE GÊNERO COMO ALVO DE DESCONSTRUÇÃO DESSA VIOLÊNCIA.....	41
RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE ADOLESCENTES E A INTERNET.....	42
QUE SEXUALIDADE É ESSA? REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES AMOROSAS DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO.....	43
POLIAMOR(ES): A CONSTRUÇÃO DA SEMÂNTICA DO “POLIAMOR” NA GRANDE VITÓRIA.....	44
DINÂMICAS CONFLITIVAS: A (NÃO) SEXUALIDADE EM CONTEXTOS DE INTERNAÇÃO.....	45
DIALOGANDO SOBRE GÊNERO - UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO COM JOVENS DO	
ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE.	46
SAÚDE MENTAL E ESTRESSE DE MINORIAS: UM ESTUDO COM JOVENS MULHERES DE	
DIFERENTES ORIENTAÇÕES SEXUAIS.	47
O SILENCIAMENTO DA ESCOLA FRENTE À HOMOFOBIA	48
<i>SOMOS GAYS, OU NÃO, EM TODOS OS LUGARES!</i> NOTAS SOBRE ADOLESCENTES, SEXUALIDADES E FAMÍLIA	
CONTEMPORÂNEA.	49
O QUE DIZEM OS/AS JOVENS E SUA REDE DE CONVÍVIO SOBRE A VIVÊNCIA DE DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS	
REPRODUTIVOS EM TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	50
PRÁTICAS SEXUAIS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS – ELAS APRESENTAM COMPORTAMENTO DE RISCO?	51
PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE ADOLESCENTES E JOVENS GESTANTES PARTICIPANTES DO	
PROJETO INCLUSÃO E REABILITAÇÃO NA GRAVIDEZ ADOLESCENTE.	52
A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS NO PROCESSO EDUCATIVO DAS JOVENS BRASILEIRAS:	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA O DEBATE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.	53
GÊNERO, JUVENTUDE E CONTROLE: AS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO BRASIL	
SOB A PERSPECTIVA DA CRIMINOLOGIA FEMINISTA.....	54
DIÁLOGOS SOBRE NAMORO E OUTROS VÍNCULOS AFETIVO-SEXUAIS COM AS/OS JOVENS DE CABO DE	
SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA (RECIFE-PE).	55
OS MÚLTIPLOS PAPÉIS DA MULHER: O OLHAR DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.	56
JOVENS, SEXUALIDADE E GÊNERO: E QUANDO A AIDS SE APRESENTA COMO O OUTRO?	57
NAS LINHAS SOCIOPOÉTICAS DA SEXUALIDADE:	
JOVENS DA ILHA DESCOLONIZANDO AS IDENTIDADES SEXUAIS NA ESCOLA.....	58
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O QUE PENSAM OS JOVENS?.....	59
JUVENTUDE E DIVERSIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO: A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS	
CLÍNICO-POLÍTICAS NOS CENTROS DE CIDADANIA LGBT.	60
COMO A JUVENTUDE BRASILEIRA EXPRESSA AS QUESTÕES DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE.....	61
JUVENTUDE E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: IMPLICAÇÕES DO ESTIGMA E DA AUSÊNCIA DE DIREITOS	
FRENTE AO CRESCIMENTO DA PRESENÇA FEMININA NO SISTEMA CARCERÁRIO.	62
GÊNERO E SEXUALIDADE NO IFRS: AÇÕES E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS DE COMBATE A HOMOFOBIA.	63

FORMAÇÃO DE JOVENS PARA A SEXUALIDADE NO MEIO FAMILIAR:	
SOBRE AQUILO QUE AINDA NÃO SE PODE DIZER.....	64
OFICINAS DE SEXO SEGURO: UMA METODOLOGIA DE PREVENÇÃO DO HIV PARA OS JOVENS.....	65

GT 02 - SOCIABILIDADES URBANAS E EXPRESSÕES CULTURAIS..... 66

“MINHA MAIOR VINGANÇA É CONTINUAR”: O QUE DIZEM OS JOVENS SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS	
NAS SUBCULTURAS UNDERGROUND DO RIO DE JANEIRO.....	67
JOVENS, MEMÓRIAS E FOTOGRAFIAS: PERCURSOS EM UMA CIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL.....	68
JUVENTUDE EM EXTENSÃO: REFLEXÕES SOBRE O GRUPO DE ESTUDOS EM TORNO DAS SOCIABILIDADES E	
EXPRESSÕES DOS JOVENS EM ALFENAS-MG.	69
ROTAS, DESVIOS E TORNEIOS DE VALOR ENTRE OS AFINADOS COM O ROCK METAL NAS CIDADES DE	
FORTALEZA E RIO DE JANEIRO.	70
DA CULTURA DE PAZ AO TECNOBREGA: REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDES URBANAS E PRÁTICAS CULTURAIS.	71
RECONHECIMENTO VISUAL: O GRAFFITI, O URBANO E SUAS CONSTRUÇÕES.	72
SOCIABILIDADES JUVENIS NA CIDADE: RESSIGNIFICANDO ESPAÇOS E RELAÇÕES ENTRE PARES.	73
SOCIABILIDADES, PRÁTICAS E SABERES: PROCESSOS CRIATIVOS E FORMATIVOS JUVENIS DO COLETIVO DE	
DANÇA RAÍZES DO NORDESTE.	74
JOVENS MULHERES <i>RAPPERS</i> : REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE E GÊNERO.	75
UM OLHAR SOBRE TERRITÓRIOS SUBJETIVOS EM EXPERIÊNCIAS DE UM COLETIVO DE JOVENS.	76
PRAÇA MUSICAL: SOCIABILIDADE DE TRIBOS URBANAS NA CIDADE DE CRATO (CE).....	77
EDUCARTE HIP HOP E EDUCAÇÃO.	78
JUVENTUDE NO SEMIÁRIDO E APROPRIAÇÃO DA CULTURA LOCAL: CONTRIBUIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE	
SIGNIFICADOS.	79
JOVENS DE COMUNIDADES LITORÂNEAS NO NORDESTE BRASILEIRO:	
IMAGENS QUE REVELAM PERTENCIMENTO E TERRITORIALIDADE.	80
CONSTRUINDO REDES DE FORMAÇÃO E SOLIDARIEDADE NA COMUNIDADE SÃO RAFAEL-PB.	81
GRUPOS JUVENIS E O MOVIMENTO HIP HOP EM MACEIÓ: AS DINÂMICAS DE SOCIABILIDADES A PARTIR DAS	
TERRITORIALIDADES, VISIBILIDADES E PODER.	82
O TRÂNSITO DO CORPO B-BOY EM MACEIÓ: A ARTICULAÇÃO DE IDENTIDADES ENTRE A MARGINALIDADE E O	
PRESTÍGIO.	83
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E JUVENTUDE: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE	
VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS – SÃO PAULO/SP.	84
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REALIDADE DE UMA CIDADE MÉDIA: IMPACTOS NO ORDENAMENTO	
URBANO E NA (RE)DEFINIÇÃO DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS DOS JOVENS RESIDENTES.	85
CONSUMOS CULTURAIS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS CALEÑOS.....	86
CONSUMO DE ÁLCOOL POR JOVENS: EXPERIÊNCIAS DE SOCIABILIDADES E LAZERES ENTRE PARES.....	87
JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA.	88
UMA PRAÇA E MUITAS PROSAS: UMA REFLEXÃO SOBRE	
FORMAS INTERGERACIONAIS DE SOCIABILIDADE JUVENIL.	89
O USO DE TÉCNICAS PARTICIPATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO COM	
JOVENS NA CIDADE DO RECIFE.....	90
MÚSICA <i>GOSPEL</i> E SOCIABILIDADES JUVENIS: DIVERSÃO, SALVAÇÃO E LAZER ENTRE OS	
EVANGÉLICOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.	91
EDUCAÇÃO, CORPO E MOVIMENTO: PRÁTICAS EDUCATIVAS QUEER EM MEIO A EXPERIÊNCIAS,	
AGENCIAMENTOS DE AFETOS E PROCESSOS DE CRIAÇÃO, EXPERIMENTADAS POR JOVENS NA	
CONTEMPORANEIDADE, DE MODO A TORNÁ-LOS MESTRES INVENTORES.....	92
CENTRALIDADES DO LAZER NOTURNO NA CIDADE DE SÃO CARLOS – SP.	93
JUVENTUDES RECIFENSES: VALE CULTURA E NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE.....	94
MODOS DE FALAR E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS CARENTES:	
UM ATLAS LINGÜÍSTICO DE JOVENS DE CABO FRIO.	95
OS JOVENS NA REDE CUCA E A DISCUSSÃO SOBRE A REALIDADE.	96
VIDA NO CAMPUS: AFETIVIDADE, SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE.	97
CIRCULAÇÃO E SOCIABILIDADES DOS JOVENS MORADORES DO MORRO DO CAVALÃO.	98
TEATRE-SE: A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE TEATRO NAS FAVELAS DO PAVÃO,	
PAVÃOZINHO E CANTAGALO.	99

OLHARES PELA CIDADE: UMA ETNOGRAFIA DA JUVENTUDE SKATISTA A PARTIR DE SUAS FOTOGRAFIAS.	100
MULÃO HUMANO: ESPETÁCULO E VIOLÊNCIA DO CORPO.	101
A CULTURA COMO ENFRENTAMENTO DE VULNERABILIDADES NA REGIÃO DE M'BOI MIRIM E PROXIMIDADES.	102
JOVENS URBANOS E OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS NO CENTRO DE SÃO PAULO.	103
GRAFFITI, PIXAÇÃO E STREET ART: VIVÊNCIAS E PERCURSOS JUVENIS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA.	104
JOVENS DIANTE DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE SEU BAIRRO.	105
A EXPERIÊNCIA DE SER JOVEM NA CONTEMPORANEIDADE: TÓPICOS DE UMA DISCUSSÃO.	106

GT 03A - VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS..... 107

O MEIO AMBIENTE COMO DIREITO: POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDES E PERCEPÇÃO DE PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE JOVENS PERNAMBUCANOS.	108
VIOLENCIA POLICIAL Y DEVENIRES SUBJETIVOS: LOS JÓVENES Y SUS EXPERIENCIAS DE DETENCIONES (RÍO CUARTO, ARGENTINA).	109
JUVENTUDE E CRIMINALIDADE: UM ESTADO DA ARTE.	110
INQUÉRITO POLICIAL DE HOMICÍDIO, PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DE JOVENS E SELETIVIDADE PENAL.	111
JOVENS ESTUDANTES E A BUSCA POR RECONHECIMENTO: A COMPREENSÃO SOBRE CONFLITOS SOCIAIS E ESCOLARES.	112
CULTURA DE PAZ E AS ATUALIZAÇÕES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS SOCIEDADES DE CONTROLE.	113
A AGENDA CONSERVADORA E A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL.	114
NOVAS TÉCNICAS, VELHAS PRÁTICAS: A REPRODUÇÃO DO ESTIGMA NOS JOVENS EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.	115
SER ADOLESCENTE E JOVEM NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: ELEMENTOS PARA COMPREENDER RISCO E PROTEÇÃO NESTE CONTEXTO.	116
A JUVENTUDE SOB O PRISMA DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.	117
JUVENTUDE FEMININA E CRIMINALIDADE.	118
A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NO ESPAÇO URBANO: RESISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS ESTATAIS DE SEGREGAÇÃO EM DUAS CIDADES DA AMÉRICA LATINA.	119
A VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL DE JOVENS CAPIXABAS: QUANDO SE CONHECEM MUITAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS, O QUE ISSO REPRESENTA EM TERMOS DO VALOR MORAL DA VIDA?	120
“FICA BANDIDO!”: O ADOLESCENTE E OS PROCESSOS DE SUJEIÇÃO CRIMINAL	121
PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE A ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI: UMA REVISÃO DE LITERATURA.	122
INTERFACES ENTRE POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E PRÁTICAS CULTURAIS JUVENIS NA “PERIFERIA” METROPOLITANA.	123
LIGAÇÕES PERIGOSAS: JUVENTUDE, MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA.	124
SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA NO COMPLEXO DA MARÉ: DESDOBRAMENTOS E CONJUNTURAS POLÍTICAS PARA O CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS.	125
JÓVENES Y VIOLENCIAS: EL ÚLTIMO ESLABON DE UNA CADENA.	126
“JOVENS” E “VIOLÊNCIA NA JUVENTUDE” NA COMPREENSÃO DE JOVENS: ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.	127
“COMO SE A VIDA FOSSE UM PERIGO?”: A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DE RISCO E PROTEÇÃO PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE AMEAÇA DE MORTE.	128
JUVENTUDE E TRÁFICO DE DROGAS: APROXIMAÇÕES AO COTIDIANO DAS JOVENS TRABALHADORAS DO COMÉRCIO DE DROGAS ILÍCITAS.	129
AVIÃOZINHO, PATRÃO E POLICIA: AS RELAÇÕES DE CONFIANÇA E DESCONFIANÇA ENTRE OS JOVENS ENVOLVIDOS NO TRÁFICO DE DROGAS NA PERIFERIA DE GOIÂNIA.	130
PROGRAMADO PRA MORRER: #SÓQUENÃO! GOVERNAMENTOS DA INCLUSÃO, PRODUÇÃO DE MORTE E A INSISTÊNCIA DE VIDA ENTRE SUJEITOS JOVENS.	131
A DISCIPLINA E SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DE REINTEGRAÇÃO SOCIOEDUCATIVA COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.	132
O “AMOR AO MORRO” E AS MEMÓRIAS DOS JOVENS FRENTE ÀS REMOÇÕES E ÀS INTERVENÇÕES URBANAS.	133
“QUANDO AS JOVENS INFRACIONAM”: UMA ANÁLISE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO – FUNDAÇÃO CASA.	134
JUVENTUDE, VIOLÊNCIA URBANA E BIOPOLÍTICA: PRÁTICAS EM PERSPECTIVA.	135
FAVELA: POTENCIALIDADES E DIVERSIDADES DE UMA JUVENTUDE POR DETRÁS DOS MUROS INVISÍVEIS DA SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL.	136

GT 03B - VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS..... 137

A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL É A MELHOR ALTERNATIVA (JURÍDICA) PARA A RESPONSABILIZAÇÃO DE ADOLESCENTES?	138
ESCOLA E MAIORIDADE PENAL: A ARTICULAÇÃO DA LÓGICA PENAL.....	139
"ENXUGANDO GELO": O EFEITO DA BUSCA E DO FLAGRANTE DE DROGAS REALIZADO PELA PMERJ (POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO) SOBRE OS JOVENS.	140
ENCONTROS ENTRE VIOLENCIA E CIDADE A PARTIR DO OLHAR DE UM ADOLESCENTE.	141
JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS.	142
ADOLESCÊNCIA E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR..	143
A METÁFORA DA VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE.....	144
"NASCIDO E CRIADO": NARRATIVAS SOBRE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS DE SALVADOR.....	145
QUANDO O CÁRCERE VIRA SINÔNIMO DE "CUIDADO" E "PROTEÇÃO": UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA.....	146
IMAGENS SOCIAIS SOBRE JOVENS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	147
VIOLÊNCIA, (IN) DISCIPLINA E PUNIÇÃO EM LIVROS DE OCORRÊNCIAS ESCOLARES.....	148
A AGRESSÃO INVISÍVEL: HUMILHAÇÃO E VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS EM IDADE ESCOLAR.....	149
VIOLÊNCIA, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS PROVENIENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE BELO HORIZONTE.	150
ENUNCIADOS QUE (DE) FORMAM PRÁTICAS DE CUIDADO COM AS POLÍTICA JUVENIS.....	151
VIOLÊNCIA URBANA: O ALVO SÃO OS JOVENS NEGROS E POBRES.	152
LIVROS DE OCORRÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS ATOS/ATITUDES VISTOS COMO VIOLÊNCIA PELA ESCOLA.	153
DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA O JOVEM	154
TRAFICANTES E VICIADOS, A VALA COMUM PARA JOVENS DAS PERIFERIAS.	155
O JOVEM E A CRIMINALIZAÇÃO DA MISÉRIA: A ESTRUTURA COERCITIVA DO ESTADO E A FORMAÇÃO DAS "CLASSES PERIGOSAS".	156
VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E O ECA.....	157
REITERAÇÃO DO ATO INFRACIONAL POR ADOLESCENTES: VIOLÊNCIAS QUE SE PERPETUAM.	158
AS CONTRADIÇÕES DAS ATIVIDADES DO AGENTE SOCIOEDUCATIVO E AS REPERCUSSÕES NA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.	159
AS REPRESENTAÇÕES DAS CRIANÇAS E JOVENS DESVINCULADOS DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS E PRODUÇÃO ESCRITA.	160
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E SUA FAMÍLIA: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CRIMINOSA.....	161
O PERFIL DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE AGRESSÃO SEXUAL EM TRÊS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ.....	162
VIOLÊNCIA POLICIAL EM GOIÁS: JUVENTUDE COMO HOMO SACER.....	163
A NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA COMO DISPOSITIVO DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	164
ENTRE HUMANOS E DIREITOS: ANÁLISE DA CONCEPÇÃO ONTO-JURÍDICA DA JUVENTUDE À LUZ TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL.....	165
DELEGADA DEFENDE CASTRAÇÃO DOS SUSPEITOS DE ESTUPRO COLETIVO: BIOPOLÍTICA, MÍDIA, INSEGURANÇA.	166
IDADE PENAL E O SISTEMA DE DISCRIMINAÇÃO UNIVERSAL DE MARTIN SAGRERA: A POLÍTICA DAS IDADES E A JUVENTUDE.	167
TRÁFICO, CRIMINALIZAÇÃO E JUVENTUDE: A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO PROIBICIONISMO A PARTIR DOS TESTEMUNHOS DO COLETIVO FILA.	168
DA VIOLÊNCIA FAMILIAR À VIOLÊNCIA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NA MEMÓRIA DAS MÃES DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.	169
O BULLYING: O NÃO RECONHECIMENTO DA DIFERENÇA E A BANALIZAÇÃO DA MALDADE ENTRE OS ADOLESCENTES.....	170
PUNIR OU EDUCAR? A AMBIGUIDADE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.....	171
CARTOGRAFANDO AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.	172
"NOVA PERSPECTIVA DO ENFRENTAMENTO DO ATO INFRACIONAL".	173
JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: O QUE PRECISAMOS REDUZIR?	174
RISCO E PROTEÇÃO EM DIFERENTES CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO NA ADOLESCÊNCIA: FAMÍLIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	175
QUEM É O VÂNDALO? O DEVIR DA VIOLÊNCIA NO GRUPO BLACK BLOCK DE GOIÂNIA.	176

INDISCIPLINA E VIOLÊNCIAS ESCOLARES: O QUE OS ALUNOS ADOLESCENTES TÊM A DIZER AOS SEUS PROFESSORES?.....	177

GT 04A - MÍDIAS E TECNOLOGIAS. 178

O SOFTWARE ALFABETIZAÇÃO FÔNICA NA PERSPECTIVA DA AVALIAÇÃO INTERATIVA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO.	179
LIMITES ENTRE O PÚBLICO E PRIVADO NAS RELAÇÕES DE ADOLESCENTES ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS.	180
O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO COTIDIANO JUVENIL.	181
JOVENS E A WEB 2.0 – REFLEXÕES SOBRE FORMAS DE DOMINAÇÃO NA INTERNET “LIVRE”.....	182
PARA UMA EDUCAÇÃO QUANTO AO CONSUMO: INTERVINDO SOBRE PEÇAS PUBLICITÁRIAS.	183
CONVERGÊNCIAS E LIMITES: O CELULAR COMO PLATAFORMA DE MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE GRUPOS EM MEIO URBANO.	184
A INFLUÊNCIA DO “INTERNETÊS” NA LINGUAGEM FORMAL: UM ESTUDO SOBRE A LINGUAGEM DOS JOVENS NOS TEMPOS DA INTERNET.....	185
JOVENS YOUTUBERS: PROCESSOS DE AUTORIA E APRENDIZAGENS CONTEMPORÂNEAS.....	186
LAN HOUSES, SMARTFONES, DOWNLOADS, BLUETOOTH: COMPARTILHAMENTOS DE ARQUIVOS E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO SEXUAL ENTRE CRIANÇAS E JOVENS.	187
ENTRE O LÍQUIDO E VAPOR: O CONSUMO ATRAVÉS DO FACEBOOK.	188
JUVENTUDE, MÍDIA E EDUCAÇÃO: NOVAS TECNOLOGIAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE FORTALEZA.....	189
SOCIABILIDADES E JUVENTUDE: ANÁLISE DAS NOVAS FORMAS DE INTERAÇÃO ENTRE OS JOVENS DE UMA ESCOLA DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DO FACEBOOK.	190
A RÁDIO DA ESCOLA NA ESCOLA DA RÁDIO: EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E PROTAGONISMO JUVENIL.	191
PROTAGONISMO JOVEM NA MÍDIA DIGITAL: A INICIATIVA POLÊMICA DO “DIÁRIO DE CLASSE” DE ISADORA FABER.....	192
PROBLEMATIZANDO AS SUBJETIVIDADES EM TERMOS DE INTERNET: O USO DAS REDES SOCIAIS ENTRE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PRIVADA DO RIO DE JANEIRO.....	193
"NATIVOS DIGITAIS", "GERAÇÃO INTERNET", "GERAÇÃO @", "HOMO ZAPPIENS", "CIBORGUE": OS/AS JOVENS E SUAS RELAÇÕES COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS.....	194
GERAÇÃO Z: SUJEITOS E SUBJETIVIDADES EM AMBIENTES VIRTUAIS.	195
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E SOCIABILIDADE NO JOGO VIRTUAL <i>LEAGUE OF LEGENDS</i>	196
JOVENS EM TEMPOS DE CEGUEIRA BRANCA.	197
TRÂNSITOS EM REDES DE ADOLESCENTES – DO <i>FACEBOOK</i> AO <i>WHATSAPP</i> ?.....	198
MÍDIA E MOBILIZAÇÃO DE COLETIVOS JUVENIS NO MÉDIO VALE DO JEQUITINHONHA.	199
TECNOLOGIAS: ALIADAS DA APRENDIZAGEM???.....	200
AS NARRATIVAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO FACEBOOK.....	201
JUVENTUDES, TECNOLOGIAS DIGITAIS E OS PERFIS CRIADOS NA REDE SOCIAL DO FACEBOOK.....	202
PAISAGENS SONORAS: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS JOVENS DA QUADRA E A RÁDIO POSTE CENTRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA, EM FORTALEZA (CE).	203
JOVENS NA ERA DA CONEXÃO MÓVEL: NOVOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO.....	204
A DIMENSÃO SIMBÓLICA E LÚDICA DA CIBERCULTURA POR ESTUDANTES DE UMA ESCOLA BÁSICA.....	205
"FORA DE ÁREA": O USO DO CELULAR NO COTIDIANO DE UMA SALA DE AULA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.	206
A UTILIZAÇÃO DO FACEBOOK POR JOVENS: COMO SE RELACIONAM E AS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DE SEUS EXCESSOS.....	207
A SOCIALIDADE NAS INTERAÇÕES DE JOVENS EM SEUS PERFIS NO FACEBOOK.	208
EDUCOMUNICAÇÃO: USO DAS MÍDIAS DIGITAIS PELOS JOVENS DO PROJETO OLHO VIVO DE SÃO GONÇALO (RJ).	209
CULTURA VISUAL NA ESCOLA: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O JOVEM LER E COMPREENDER O MUNDO POR MEIO DE IMAGENS.	210
OFICINANDO COM JOVENS: ANÁLISE DE PROCESSOS DE ATENÇÃO NA EXPERIÊNCIA COM JOGOS DIGITAIS.....	211
“COMO A TECNOLOGIA MUDA O MEU MUNDO?” - A TECNOLOGIA SOB O OLHAR DOS ADOLESCENTES.	212
MÍDIAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL.	213
SÃO OS JOVENS PRODUTORES?.....	214

ESPELHO, ESPELHO MEU: O FENÔMENO DO SELFIE NOS SITES DE REDES SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS.	215
JUVENTUDE TECNOLÓGICA: PERFIL MIDIÁTICO-DIGITAL DE JOVENS NA CIDADE DE BAURU (SP).	216

GT 04B - MÍDIAS E TECNOLOGIAS. 217

“SEMPRE DANDO UMA OLHADINHA”: A RAZÃO TÉCNICA DESAFIA AS PRÁTICAS COTIDIANAS.	218
O PERFIL DIGITAL DO JOVEM UNIVERSITÁRIO DA UFAC.	219
JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA E OS USOS DE TECNOLOGIA.	220
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM JOGOS VIRTUAIS:	
UM ESTUDO SOBRE CORPO E ESTRATÉGIA NO JOGO <i>LEAGUE OF LEGENDS</i>	221
JUVENTUDES – AMBIENTES DE EXPRESSÃO INSPIRANDO O PROTAGONISMO JUVENIL. UMA VISÃO SOBRE O PROGRAMA JUVENTUDES NO SESC BERTIOGA.	222
NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO: INCIDÊNCIAS SOBRE O SUJEITO E O LAÇO SOCIAL.	223
CONSUMINDO AFETOS: RELAÇÕES LÍQUIDAS NA CONTEMPORANEIDADE.	224
CULTURA VISUAL E IDENTIDADE DOS ALUNOS DO CAP-UERJ.	225
GRAÇAS A DEUS SOU ATEU: HUMOR E CONFLITO ENTRE CIÊNCIA E RELIGIÃO NAS COMUNIDADES NEOATEÍSTAS DO FACEBOOK.	226
#HASHTAGS, PERFIS E OUTROS ‘MEMES’: EFEITOS DA CIÊNCIA NO DISCURSO DOS JOVENS CONTEMPORÂNEOS.	227
A MÍDIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA.	228
MÍDIA E SUBJETIVIDADE: UM ESTUDO DOS IMPACTOS MIDIÁTICOS NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE ENTRE MULHERES DE 20 A 29 ANOS NO RIO DE JANEIRO.	229
JOVENS CONSUMIDORES DO FORRÓ ELETRÔNICO E AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DA MULHER NA RECEPÇÃO MIDIÁTICA.	230
ENTRE A ESPERANÇA E A DESCRENÇA: EXPECTATIVAS DE JOVENS SOBRE TRABALHO, POLÍTICA E FUTURO.	231
VIVENCIANDO A CULTURA POP: NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE UM COLETIVO JUVENIL EM JOÃO PESSOA-PB.	232
ENTRE TRADIÇÕES E PROTAGONISMOS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DESENVOLVIDA NOS OBSERVATÓRIOS DE JUVENTUDE.	233
RÁDIO NA PRAÇA – NA ONDA DA CIDADANIA.	234
INDÚSTRIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO HEGEMÔNICO NO BRASIL.	235
JUVENTUDES E IDENTIDADES: A INTERAÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS COM O AUDIOVISUAL.	236
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ADOLESCENTES NA OBRA DA ESCRITORA <i>BEST SELLER</i> JUVENIL THALITA REBOUÇAS.	237
REDES SOCIAIS E ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE VINCULAÇÕES DA CONTEMPORANEIDADE.	238
JOVENS UNIVERSITÁRIOS E CULTURA CINECLUBISTA.	239
O RÁDIO EM OUTRAS ONDAS: A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA PRODUÇÃO DE <i>WEB</i> RÁDIOS.	240
TECNOLOGIAS E SOCIABILIDADE JUVENIL: NAVEGANDO NO ‘PASSINHO’ DE JOVENS DE FAVELAS CARIOCAS.	241
JOVENS E IDENTIDADES DE AUTORIA E AUTONOMIA NA CUTURA DIGITAL.	242
ESCRITA E LEITURA VIRTUAL EM FOCO: IMPORTÂNCIA DO FAZER PEDAGÓGICO NO ENSINO DOS JOVENS DAS ESCOLAS PÚBLICAS.	243
<i>FARTURA TRAZ ALEGRIA!</i> O <i>FUNK</i> OSTENTAÇÃO E AS SUBJETIVIDADES JOVENS.	244
TECNOLOGIA DIGITAL: DIALOGANDO COM JOVENS ESCOLARES ACERCA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA A PARTIR DO USO DE UMA <i>WEB</i> RÁDIO.	245
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO JOVEM NO JORNAL DAQUI: O PERIGO E O ENVOLVIMENTO COM DROGAS.	246
JUVENTUDE, RELIGIÃO E CULTURA: A PRESENÇA DO RELIGIOSO NAS LETRAS DOS RACIONAIS MC’S E NA VIDA DE MANO BROWN.	247
OFICINA DE VÍDEO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES EM PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE.	248
CARTOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA JUVENIL NAS MÍDIAS IMPRESSAS DE GOVERNADOR VALADARES (MG) E MACAÉ (RJ).	249
GRAFITAÇÃO FEMINISTA: A ARTE FEMINISTA-PERIFÉRICA NO ENFRENTAMENTO À EXPOSIÇÃO DA SEXUALIDADE DE MENINAS NA INTERNET E NOS MUROS DO DISTRITO DO GRAJAÚ.	250
DA AGRESSÃO À DIVERSÃO: O CONCEITO DE VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS ADEPTOS DA CULTURA POP JAPONESA.	251

GT 05 - CORPO E EXPRESSÕES DE SI..... 252

ARTE PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: A MEDIAÇÃO DO TEATRO NA EXPRESSÃO DE SI.	253
IDEAIS CULTURAIS, O CORPO-PIXEL E A PLATEIA: UMA ANÁLISE DO FENÔMENO <i>SELFIE</i> NA SOCIEDADE DE CONSUMO.	254
EMOÇÕES AUTOAVALIADORAS E O DESENVOLVIMENTO DO <i>SELF</i> NA ADOLESCÊNCIA: REFLEXÕES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	255
TRANSTORNOS ALIMENTARES NA ADOLESCÊNCIA.	256
SOBRE EXPRESSIVIDADES COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA.	257
TRANSIÇÃO CAPILAR: O RETRATO CONTEMPORÂNEO DO CABELO AFRO E SUAS SIGNIFICAÇÕES IDENTITÁRIAS. ..	258
A ARTE E O CORPO COMO ALIADOS EM EXPERIMENTOS DE SENSIBILIZAÇÃO EM UM CAMPO DE AÇÃO SOCIAL. ..	259
O CORPO INALCANÇÁVEL DA GERAÇÃO FITNESS: UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE A DIFUSÃO DE UM PADRÃO DE BELEZA E IDENTIDADE ATRAVÉS DAS MÍDIAS SOCIAIS.	260
SER JOVEM, SER BELO: A JUVENTUDE SOB HOLOFOTES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.	261
JUVENTUDE E COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DO UNIFORME ESCOLAR.	262
OS USOS DO CORPO EM <i>OUTDOORS</i> NA CIDADE DE PALMAS-TO: CULTURA SOMÁTICA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES.	263

GT 06A - TRAJETÓRIAS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES. 264

JUVENTUDES E COTIDIANO ESCOLAR: POSSIBILIDADES DE CIRCULARIDADE ENTRE AS CULTURAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	265
JOVENS PRÉ-UNIVERSITÁRIOS DE ORIGEM POPULAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ESCOLHA DA CARREIRA E EXPECTATIVAS DE FUTURO.	266
CULTURAS JUVENIS E JOVENS DO ENSINO SUPERIOR: EM BUSCA DE CAMINHOS PARA FORMAÇÃO INICIAL E A PRÁTICA EDUCATIVA.	267
TRAJETÓRIAS ESCOLARES DOS SUJEITOS DA EJA: UMA ANÁLISE SOBRE PERMANÊNCIA E DESEMPENHO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	268
<i>HABITUS</i> E CAPITAL CULTURAL NAS TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DE JOVENS DO INTERIOR PAULISTA.	269
COTIDIANO ESCOLAR E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL: A FORMAÇÃO DE JOVENS COM ATITUDES RESPONSIVAS ATIVAS.	270
AS PROBLEMATIZAÇÕES DAS CULTURAS JUVENIS COMO UM MODO DE SUBJETIVAÇÃO – MODOS DE SER PROFESSOR NOS CADERNOS DE FORMAÇÃO DO PACTO PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO. ..	271
SABERES LOCAIS SOBRE FORMAÇÃO DE JOVENS EM VULNERABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO DE M'BOI MIRIM E PROXIMIDADES.	272
JUVENTUDE E ENGAJAMENTO POLÍTICO-RELIGIOSO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS INGRESSANTES NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR).	273
ACELERAR O QUE? REFLEXÕES A PARTIR DE ENCONTROS COM JOVENS PARTICIPANDO DO PROGRAMA ACELERA.	274
TRAJETÓRIA ESCOLAR, (IN)DISCIPLINA E VIOLÊNCIA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE OS "LIVROS DE OCORRÊNCIA ESCOLARES".	275
MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE VIVÊNCIAS NA ESCOLA DE ADOLESCENTES AUTORAS DE ATOS INFRACIONAIS.	276
SOBRE O LAUDO DIAGNÓSTICO DE DISLEXIA DE JOVENS ESTUDANTES: SEU USO E EFEITOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO.	277
JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: PERCEPÇÕES SOBRE A CAPOEIRA NO COTIDIANO JUVENIL EM SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA.	278
OS (DES)CAMINHOS DO ADOLESCER: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE EDUCAÇÃO, ADOLESCÊNCIA, CRIMINALIDADE E HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS DO CONTEXTO ESCOLAR.	279
REINSERÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: RELATOS DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA VIJUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL.	280
FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO: O QUE DIZEM OS JOVENS DA BAIXADA FLUMINENSE?	281

PROJETO PAPO RETO JUVENTUDE E ESCOLA.....	282
JUVENTUDE E PROTAGONISMO.	283
O PIBID E OS PROJETOS PESSOAIS DOS SEUS JOVENS BOLSISTAS.	284
EXPERIÊNCIA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE ADOLESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II: UMA ANÁLISE TEMÁTICA.	285
ENTRE A URGÊNCIA DE VIVER E O MEDO DO DESCONHECIDO: JUVENTUDE, SOCIALIZAÇÃO E TRANSIÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO NO INTERIOR DO BRASIL	286
ATOS DE INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA DE JOVENS NA ESCOLA: DISCURSO E PROCEDIMENTOS DOS CONSELHOS ESCOLARES.....	287
JOVENS UNIVERSITÁRIOS: PERSPECTIVAS E PROPOSTAS DE PROJETOS FUTUROS.	288
ESCOLA, PARA QUÊ? A VOZ E O OLHAR DE ESTUDANTES CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO.	289
IDENTIDADE EM AÇÃO: A CRISE DA ADOLESCÊNCIA E DESENVOLVIMENTO MORAL.....	290
JUVENTUD TRABAJADORA Y TRAYECTORIA ESCOLAR EN ARGENTINA Y BRASIL: ALCANCES Y DESAFÍOS.....	291
JOVENS ESTUDANTES, PROFESSORES E OS ESPAÇOS PÚBLICOS E CULTURAIS: FEITO DO DIALÓGICO, DO CONSUMO E OUTROS SENTIDOS.....	292
SE ESSA RUA FOSSE MINHA: CONFETOS SOBRE O APRENDER EM MOVIMENTO PRODUZIDOS POR JOVENS SKATISTAS DO LITORAL.	293
SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS ESCOLARES PARA JOVENS ESTUDANTES NO CAMPUS CAXIAS DO SUL/IFRS.	294

GT 06B - TRAJETÓRIAS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES. 295

APONTAMENTOS SOBRE O VALOR DA ESCOLARIZAÇÃO MÉDIA PARA JOVENS NEGROS E BRANCOS.....	296
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO SOBRE ESCOLA, ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO.	297
ATUAÇÃO DE JOVENS NO CONTEXTO DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR UP.	298
TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE JOVENS BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA DE COTAS: DIFICULDADES E ENFRENTAMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ACESSO A CURSOS DE ALTA DEMANDA.	299
JOVENS ESTUDANTES EM SITUAÇÕES DE INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA: ANÁLISE DOS LIVROS DE OCORRÊNCIAS ESCOLARES.	300
PRO (UNI) VERSIDADE E LONGEVIDADE ESCOLAR: CONTEXTURA PARA A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS QUE PERMEIAM O ENSINO SUPERIOR DOS JOVENS POBRES DE BH (MG).....	301
A LINGUAGEM E O OUTRO NA CONSTRUÇÃO DA ESCRITA: O PROBLEMA DO ANALFABETISMO FUNCIONAL NA ADOLESCÊNCIA.....	302
JOVENS NO ENSINO MÉDIO: EXPERIÊNCIAS, DEMANDAS E PROJETOS.	303
EDUCAÇÃO FILOSÓFICA, DIÁLOGO E EMANCIPAÇÃO NA PROPOSTA DAS OLIMPIADAS DE FILOSOFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	304
INTEGRAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE EDUCAÇÃO E CULTURA NAS PRÁTICAS ESCOLARES – REFLEXÕES ACERCA DO PROJETO OCUPA ESCOLA.....	305
CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NA ESCOLA PÚBLICA.	306
COMO É BOM SER VIDA LOKA: JUVENTUDE, ESCOLA E O CONSUMO MUSICAL DO FUNK.	307
REFLEXÕES SOBRE AS TRAJETÓRIAS ESCOLARES DOS JOVENS DO PROEJA.....	308
ARQUITETURA ESCOLAR E JUVENTUDE: UMA ANÁLISE EM DUAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO. .	309
JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E CULTURA DEMOCRÁTICA: FOMENTANDO METODOLOGIAS DE MEDIÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA.	310
SHAKESPEARE E CIDADANIA: DIREITOS HUMANOS E TEATRO NA BAIXADA FLUMINENSE.	311
JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DO PROJÓVEM EM FORTALEZA-CE.....	312
O QUE PODE A POTÊNCIA JOVEM?.....	313
JUVENTUDE EM TRÂNSITO: ENTRE AS VIVÊNCIAS COTIDIANAS E O SENTIDO DA ESCOLA.	314
RELAÇÕES ENTRE TRAJETÓRIAS ESCOLARES E FUTUROS POSSÍVEIS NA PERCEPÇÃO DE JOVENS DE CLASSES POPULARES.	315
AValiação de política pública para educação integral de jovens pelo programa mais educação. .	316
JOVENS ALUNOS E SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: UM DIÁLOGO POR INTERMÉDIO DA CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO.	317
TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE JOVENS INSERIDOS NA EJA EM BRAGA-PORTUGAL.	318
COTIDIANO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO: TRAJETÓRIAS JUVENIS NUMA ESCOLA.....	319

A IMPORTÂNCIA DO PROTAGONISMO JUVENIL PARA RENOVAÇÃO DA ESCOLA E DOS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	320
O ENSINO DE PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE NO RIO DE JANEIRO: OS CAMINHOS TRILHADOS E OS CAMINHOS POSSÍVEIS.	321
REINVENÇÕES COLETIVAS ATRAVÉS DA ARTE E CULTURA EM UMA ESCOLA PERIFÉRICA DE NATAL-RN.	322
COTIDIANO ESCOLAR E MAL-ESTAR AFETIVO: COORDENADAS PARA SE PENSAR A AÇÃO DE JOVENS NA ESCOLA.	323
TRAJETÓRIAS DE JOVENS RUMO À TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA.	324
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS JUVENTUDES INSERIDAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO A PARTIR DOS DISCURSOS DOS AGENTES ENVOLVIDOS.	325
AS TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: SENTIDOS PRODUZIDOS NOS ENCONTROS COM O ESPAÇO ESCOLAR AO LONGO DA VIDA.	326
JUVENTUDE NA DIÁSPORA: INTERCULTURALIDADE, HISTÓRIAS E PROJETOS DE VIDA DE JOVENS DE PAÍSES AFRICANOS E DO TIMOR LESTE.	327
ALEGRIA NA ESCOLA: CONCEITOS PRODUZIDOS POR JOVENS GRADUANDOS DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ.	328
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO, PERMANÊNCIA E TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS EGRESSOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO SUPERIOR.	329
GESTÃO BIOPOLÍTICA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS.	330
PROJETO MÚSICA NAS ESCOLAS: AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS PELOS ALUNOS DE BARRA MANSA.	331
CONFLITOS NA ESCOLA.	332
ENTRE MÉDICOS E EDUCADORES - DESLOCAMENTOS NA/DA REDE DE CUIDADOS COMO PRÁTICA DO MEDIADOR ESCOLAR.	333
AS NUANCES DO BRINCAR.	334

GT 07 - RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES. 335

DO NOCAUTEAR O INIMIGO À VITÓRIA DOS JUSTOS: RELIGIÃO E ESPORTE COMO ESTILOS DE VIDA ENTRE JOVENS.	336
JUVENTUDE SEM RELIGIÃO: ATEÍSMO DECLARADO OU CRISE NO PERTENCIMENTO INSTITUCIONAL?	337
VIVENDO NO LIMITE: UM ESTUDO SOBRE JOVENS MULHERES UNIVERSITÁRIAS CRISTÃS.	338
CONECTANDO-SE COM DEUS: CATÓLICOS, EVANGÉLICOS E A VIRTUALIDADE CONTEMPORÂNEA.	339
A JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE DE 2013: ENSAIOS DE INTERPRETAÇÃO.	340
REDES VIRTUAIS E GRUPOS DE JOVENS RELIGIOSOS.	341
EM BUSCA DA CURA PELA FÉ: EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS NARRADAS POR EVANGÉLICOS USUÁRIOS DE CAPS.	342
OS VALORES HODIERNOS NAS CULTURAS JUVENIS.	343
JOVEM QUE VELHO RESPEITA - AS EXPERIÊNCIAS E SABERES DA JUVENTUDE CANDOMBLECISTA.	344
RELIGIÃO E DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DO COTIDIANO DE GRUPOS DE JOVENS ESTUDANTES E PROFESSORES.	345
RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO: O PERFIL DOS JOVENS NOS EVENTOS RELIGIOSOS DE MASSA.	346
TAMBORES E PRECONCEITOS CONTRA RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO CONTEXTO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE JOVENS.	347
VEM E SEGUE-ME (MT 19, 21): ACEITANDO O CONVITE DE COLABORAR COM A PASTORAL JUVENIL MARISTA (PJM).	348
JUVENTUDE, RELIGIÃO E POLÍTICA: A PASTORAL DE JUVENTUDE DA DIOCESE DE CAMPO MAIOR-PI, NOS ANOS 2000.	349
JUVENTUDE E VOCAÇÃO RELIGIOSA: UM ESTUDO DIALÓGICO DO DESENVOLVIMENTO DO <i>SELF</i>	350
PAPO DE TERREIRO.	351
JOVENS EVANGÉLICOS MORADORES DE FAVELAS: SOCIABILIDADES NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.	352
JUVENTUDE E DIVERSIDADE RELIGIOSA EM UMA ESCOLA PÚBLICA BAIANA.	353
O QUE VOCÊ PENSA QUE ESTÁ PENSANDO? OS DISCURSOS AOS JOVENS PROTESTANTES ACADÊMICOS (1968-1990).	354
JUVENTUDE E RELIGIOSIDADE: CONSTRUÇÕES ACERCA DA AUTORIDADE COM BASE EM PRECEITOS ESPÍRITAS. ..	355

GT 08 - SOFRIMENTO PSÍQUICO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO. 356

TRAUMA E PASSIVIDADE NOS ATOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL COMETIDOS POR ADOLESCENTES.....	357
OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E A MEDICALIZAÇÃO DOS JOVENS EM	
ACOMPANHAMENTO SOCIOEDUCATIVO.	358
TRAUMA E TRANSMISSÃO PSÍQUICA NA ADOLESCÊNCIA: A IMPOSSIBILIDADE DE SEPARAÇÃO DO OUTRO.	359
O IMPASSE DO <i>SEX-ADDICT</i> : VETO AO AMOR?.....	360
VERSÕES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO CONSTRUÍDAS POR JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE:	
UM ESTUDO NA ABORDAGEM GESTÁLTICA.	361
PESQUISA CLÍNICA E INOVAÇÃO NA ABORDAGEM DA ADOLESCÊNCIA.	362
SUBJETIVIDADES JUVENIS E TRAJETÓRIAS EDUCATIVAS.	363
O (DE) NOVO SEMPRE VEM: SOBRE A TRANSFERÊNCIA E A REPETIÇÃO NOS ESPAÇOS DE FALA DE	
JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.	364
O ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO: DE QUE RISCO ESTAMOS FALANDO?.....	365
TRÊS QUESTÕES RECORRENTES NA CLÍNICA PSICANALÍTICA COM ADOLESCENTES.	366
DOS JOVENS AUTORES DE ATO INFRACIONAL E SEUS OUTROS: INSCRIÇÃO DO	
SOFRIMENTO PSÍQUICO E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO.	367
ESPECULARIDADE, PERTENCIMENTO SIMBÓLICO E LUTO: CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS A PARTIR	
DO TRABALHO COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.	368
TRAUMA E CONVOCAÇÃO DO ATO NA ADOLESCÊNCIA.	369
VIOLÊNCIA, PERFORMANCE E NARCISISMO: OS JOVENS SEM OS OUTROS?.....	370
TRAUMA E FRAGILIDADE EGÓICA: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA ADOLESCÊNCIA.....	371
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE.	372
O RECURSO À “INAÇÃO” COMO DEFESA EXTREMA ANTE O TRAUMÁTICO.	373
RITMOS, ADOLESCÊNCIA E POESIA (RAP): DOS ‘MUROS’ À MUSICALIDADE NA SOCIOEDUCAÇÃO.....	374
O CORPO ENVERGONHA?	375
USO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA, CLÍNICA E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE.....	376
A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E CAPTURAS DOS DESVIOS NO CONTEMPORÂNEO:	
REFLEXÕES NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL.	377
ADOLESCÊNCIA E MAL-ESTAR NA ESCOLARIZAÇÃO: ESTUDO DE CASOS.	378
OBESIDADE NA ADOLESCÊNCIA: UM SINTOMA SOCIAL OU SEXUAL?	379
A POLIFONIA MUDA DA ADOLESCÊNCIA À LUZ DA PSICANÁLISE.	380
O CAPS AD, A REDE MULTIPROFISSIONAL E A FAMÍLIA:	
PROBLEMATIZANDO A POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS.....	381
A RELAÇÃO EU/OUTRO NAS ADICÇÕES.	382
ADOLESCÊNCIA: A PASSAGEM DO FAMILIAR AO SOCIAL EM CONTEXTOS DE	
VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL.	383

GT 09 - RISCO E CUIDADO. 384

PENSANDO A PROTEÇÃO NO ESPAÇO DOS CONSELHOS TUTELARES.....	385
A ESCUTA DE ADOLESCENTES ENVOLVIDOS EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL:	
UMA REFLEXÃO SOBRE OS RISCOS EM JOGO.....	386
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS DESTINADAS À CRIANÇAS E ADOLESCENTES:	
ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E SUAS IMPLICAÇÕES.....	387
GRUPO COM ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	388
CRIANÇAS PRIVADAS DE CUIDADOS PARENTAIS E O ACOLHIMENTO FAMILIAR: ALGUMAS REFLEXÕES.	389
ADOLESCÊNCIA, CRISE E TRATAMENTO.....	390
JUVENTUDE, RISCO E PROTEÇÃO: ANÁLISE DA FREQUÊNCIA E DO IMPACTO DE EVENTOS ESTRESSORES	
EM UMA AMOSTRA DE JOVENS DO MUNICÍPIO DE BELÉM/PARÁ.....	391
JOVENS INVISIBILIZADOS: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE EXPERIÊNCIAS DE DESRESPEITO MORAL VIVIDAS	
POR JOVENS EM VULNERABILIDADE SOCIAL – UM DESAFIO PARA O CUIDADO COM O OUTRO.	392
INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES INFRATORES: SIMBOLIZAÇÃO E DISPOSITIVOS CLÍNICOS.....	393

JUVENTUDE E DROGAS: PERSPECTIVAS DE UM TRABALHO EM REDE.....	394
ADOLESCÊNCIA, GRAVIDEZ E SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE.....	395
A CATEGORIA RISCO COMO TÉCNICA DE GOVERNO NA EDUCAÇÃO CARIOCA: ENTRE MEDICALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA.....	396
PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA: DESAFIOS DA REDE INTERSETORIAL.....	397
ESTADO DA ARTE SOBRE JUVENTUDES NA ÁREA DA SAÚDE: A PREPONDERÂNCIA DO RISCO COMO EIXO DE ANÁLISE.....	398
OS JOVENS, OS RISCOS E AS CIDADES: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS JOVENS DE DEFESA CIVIL.....	399
EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA INDIRETA E SINTOMAS DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE EM ADOLESCENTES ESCOLARES.....	400
JUVENTUDE E USO DE DROGAS: ENTRE O DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO E A PRÁTICA RECREATIVA QUE BUSCA O PRAZER.....	401
FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA DO RECIFE - PE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	402
LEVANTAMENTO DOS MICROSSISTEMAS E PESSOAS SIGNIFICATIVAS PARA ADOLESCENTES RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO.....	403
POLÍTICA DE JUVENTUDES: APONTAMENTOS SOBRE FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO E AÇÃO COLETIVA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO.....	404
DIVERSIDADE E RECONHECIMENTO: NOTAS SOBRE O CUIDADO DOS JOVENS NA ESCOLA.....	405
RETRATOS DA JUVENTUDE ENCARCERADA NO SUAPI DE MARIANA (MG): DIÁLOGOS SOBRE A SUBJETIVIDADE, O TEMPO E A LIBERDADE.....	406
“O TEMPO RUIM VAI PASSAR”: O RISCO DE MORTE E A PROTEÇÃO DE JOVENS MORADORES DE PERIFERIA ENVOLVIDOS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA.....	407
A IMPORTÂNCIA DO OBIJUV NO FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVENS NO RN.....	408
DISCURSOS SOBRE JUVENTUDE E AMIZADE NA PSICOLOGIA: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES COM A OBRA DE MICHEL FOUCAULT.....	409
A ADOLESCÊNCIA COMO DESAFIO AO DISCURSO BIOTECNOLÓGICO: PROBLEMATIZANDO OS DISCURSOS DO MESTRE E DA HISTÉRICA.....	410
CARACTERIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.....	411
VIDA BREVE, VIDA IMENSA: JUVENTUDE, ÁLCOOL E TRÂNSITO.....	412
RISCOS EM ALCOOLISMO E A OPÇÃO DE ESCOLHA CONSCIENTE PELO JOVEM ESTUDANTE.....	413
O PERFIL E A INVISIBILIDADE DAS FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM – PARÁ.....	415
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA): O OLHAR DA EQUIPE DE REFERÊNCIA.....	416
JUVENTUDE, DROGAS E AS PRÁTICAS DE CUIDADO NA ATENÇÃO BÁSICA: A EXPERIÊNCIA DO PET-SAÚDE EM GARANHUNS/PE.....	417
TRATANDO RISCOS: OFERECER CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA ATRAVÉS DE GRUPOS TEMÁTICOS PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG.....	418
SAÚDE NA ESCOLA: PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT.....	419

GT 10 - MOVIMENTOS SOCIAIS..... 420

O QUE DIZEM AS MANIFESTAÇÕES DAS JUVENTUDES? UMA ANÁLISE DA CONJUNTURA NEODESENVOLVIMENTISTA.....	421
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SUBJETIVIDADE: AS VIVÊNCIAS DE JOVENS MORADORES DE UM BAIRRO DE ALTA VULNERABILIDADE EM UMA ONG E EM UM GRUPO DE CAPOEIRA NA CIDADE DE CUBATÃO/SP.....	422
PSICOLOGIA SOCIAL E AMBIENTAL: PERCORRENDO TRILHAS, TECENDO PRÁTICAS COM COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	423
A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM MOVIMENTOS FEMINISTAS E LGBTQS EM MACEIÓ: DAS BANDEIRAS DE LUTA À EXPERIÊNCIAS DA MILITÂNCIA.....	424
PRÁTICAS EDUCATIVAS E CIDADANIA NA PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR.....	425

JUVENTUDE E MOVIMENTOS SOCIOCULTURAIS MINEIROS: O CASO DOS COLETIVOS SEMIFUSA, FÓRCEPS E NAMARRA.	426
PARTICIPAÇÃO JUVENIL EM PROGRAMAS SOCIAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL À LUZ DA PROPOSTA DE GESTÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROGRAMA VIOLÊNCIA SEXUAL NÃO!	427
LUTA E JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS JORNADAS DE JUNHO.	428
DIÁLOGO ENTRE JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: UM LUGAR DE APRENDIZADO.	429
ORGANIZAÇÕES JUVENIS DAS PERIFERIAS DO RECIFE.	430
JOVENS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE DE SOROCABA.	431
PROJOVEM URBANO: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A JUVENTUDE?	432
JUNHO DE 2013: REFLEXÕES SOBRE OS MOVIMENTOS EM REDE E A JUVENTUDE BRASILEIRA.	433
O COMÍCIO E A FESTA: OS JOVENS E AS ARTICULAÇÕES ENTRE A CULTURA E A POLÍTICA.	434
O GRUPO MUDA COMO DISPOSITIVO DE FORMAÇÃO EM METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS.	435
“GERMINANDO” O FEMINISMO E A INCLUSÃO SOCIAL ENTRE JOVENS DO BAIRRO DO SUMARÉ EM SOBRAL/CE. .	436
ADOLESCENTES, ATOS INFRACIONAIS E TWITTER: PROBLEMATIZANDO DISCURSOS NA REDE SOCIAL.	437
APUNTES SOBRE LA PARTICIPACIÓN DE LOS JÓVENES EN LAS MOVILIZACIONES SOCIALES EN MÉXICO.	438
A INCLUSÃO DO JOVEM NA ESCOLA TAMBÉM É RESULTADO DE FINANCIAMENTO ADEQUADO.	439
ENTRE O RURAL E O URBANO: AS FUNCIONALIDADES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS JUVENIS.	440
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE JOVENS: PERCURSOS E EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS.	441
FÓRUM DE JOVENS CUCA BARRA INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS ENTRE ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDE.	442
JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS E DIFICULDADES NA MILITANCIA PARA DIFERENTES JOVENS MILITANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E FEMINISTAS DA CIDADE DE MACEIÓ.	443
O PODER NO DISCURSO POLÍTICO DA JUVENTUDE.	444
AS JOVENS DA <i>MARCHA DAS LIBERTAS</i> : SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO MOVIMENTO.	445
JUVENTUDE E MOVIMENTOS SOCIAIS PELA REDE.	446
JUVENTUDE, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO:	
QUESTÕES DE CONHECIMENTO ESCOLARES E SABERES SOCIAIS.	447
LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE: A EXPERIÊNCIA DE UM MOVIMENTO SOCIAL DE JUVENTUDE NA PERIFERIA DE PORTO ALEGRE/RS.	448
MOVIMENTOS JUVENIS E POLÍTICA DE JUVENTUDE: AS DISPUTAS DE SENTIDOS SOBRE O TERMO JUVENTUDES. .	449
OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA INTERNET.	450
JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROTAGONISMO JUVENIL.	451
JUVENTUDE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONTRIBUIÇÕES DO GRUPO MARACATU NAÇÃO TREMEMBÉ NA FORMAÇÃO CULTURAL DE JOVENS.	452
MOVIMENTO ESTUDANTIL E RESSOCIALIZAÇÃO JUVENIL.	453
JUVENTUDE ENQUANTO CATEGORIA SOCIOLÓGICA E SUA RELAÇÃO COM O CAMPO DE ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.	454
SER JOVEM REVOLUCIONÁRIO: DISCURSOS E SUBJETIVIDADES EM GRUPOS DE ESQUERDA DA DÉCADA DE 1960. 455	
“A GENTE QUER COMIDA, DIVERSÃO E ARTE!”: JUVENTUDES, CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO REIS VELLOSO-PARNAÍBA.	456
ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS JOVENS: REPERTÓRIOS ORGANIZACIONAIS, SOCIALIZAÇÃO E ESPAÇO UNIVERSITÁRIO EM DISPUTA.	457
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS JUVENTUDES A PARTIR DA INCIDÊNCIA POLÍTICA DO CENTRO MARISTA DE JUVENTUDE.	458

GT 11 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. 459

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O USO DE METODOLOGIAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS NA ANÁLISE DE PROCESSOS ELEITORAIS.	460
DIALOGANDO COM JOVENS SOBRE IDENTIDADE, SUSTENTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO NO SERTÃO CEARENSE. ..	461
A FORMAÇÃO POLÍTICA DO PEDAGOGO: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NO CENTRO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA DA UFRJ.	462
A FORMAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS NO PARLAMENTO JOVEM DE MINAS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE UMA METODOLOGIA DE FORMAÇÃO EM REDE.	463
OFICINAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL: COM A PALAVRA OS ADOLESCENTES DO MEIO ABERTO E SEUS FAMILIARES.	464
A JUVENTUDE NO GRÊMIO ESTUDANTIL: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ESCOLA.	465

JOVENS ESTUDANTES DO IEG E A EXPERIÊNCIA DE INSERÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PERÍODO DE 1964 A 1968 EM GOIÂNIA.	466
A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA EM ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.	467
A REBELDIA CORAJOSA: A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UFRPE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR INSTALADA EM 1964.	468
PRÁTICAS POLÍTICAS JUVENIS: A MILITÂNCIA PARTIDÁRIA PETISTA NA CONTEMPORANEIDADE.	469
PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA POLÍTICA DE JUVENTUDE EM TOLEDO/PR.	470
JUVENTUDE E PROJETO DE VIDA – UM ESTUDO INTERSECCIONAL DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS/AS DE ORIGEM POPULAR NO ESPAÇO/TEMPO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA.	471
REDE NACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS VIVENDO COM HIV/AIDS E SUA CONSTITUIÇÃO COMO SUJEITO POLÍTICO.	472
"ORGANIZANDO PARA RE-ORGANIZAR?" PESQUISA-INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA PORTARIA DE NOME SOCIAL NA UFPE.	473
PARLAMENTO JOVEM BETIM: DESAFIOS DA FORMAÇÃO POLÍTICA NO ESPAÇO DA ESCOLA E DA UNIVERSIDADE.	474
ATITUDE E OUSADIA NA LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE): UM OLHAR SOBRE OS 100 ANOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL.	475
PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE: DEMANDAS INICIAIS DOS JOVENS BRASILEIROS.	476
DISPOSIÇÃO E COMPROMISSO: A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.	477
JUVENTUDE E POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO E À JUSTIÇA.	478
A AÇÃO COLETIVA DE JOVENS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO CONTEMPORÂNEO.	479
SUBJETIVAÇÃO DE UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DA POLÍTICA E SUAS VARIADAS NUANCES: ANÁLISE DE UMA PESQUISA COM JOVENS DA PERIFERIA DE GOIÂNIA.	480
A JUVENTUDE E AS FORMAS TRADICIONAIS E ALTERNATIVAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE.	481
A FANTASIA DE DESENVOLVIMENTO E A EXPERIÊNCIA DE JOVENS EM UM TERRITÓRIO DE MINERAÇÃO.	482
A PERCEPÇÃO POLÍTICA DE JOVENS DO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA ANÁLISE NAS CIDADES DE CACHOEIRA, MARAGOJIBE E CRUZ DAS ALMAS.	483
O QUE A REBELDIA TEIMA, CAPTURA E RESISTÊNCIAS DAS JUVENTUDES NAS CONFERÊNCIAS.	484
CODEGIRLS E A SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS: MENINAS, TECNOLOGIA E ECOLOGIA DO RECONHECIMENTO.	485
OS GRÊMIOS ESTUDANTIS ENQUANTO ESPAÇOS DE FORTALECIMENTO DAS JUVENTUDES NA FORMAÇÃO CIDADÃ.	486
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NAS CIDADES DE GOVERNADOR MANGABEIRA, MURITIBA, SÃO FÉLIX E CACHOEIRA.	487

GT 12 - RELAÇÕES RACIAIS. 488

RACIALIDADE E PRECONCEITO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA CIDADE DE JUIZ DE FORA: UMA ABORDAGEM SOBRE A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO JOVEM NEGRO.	489
O PERFIL DO INDESEJADO.	490
JUVENTUDE AUTODECLARADA: COLORINDO A PELE SEM PERDER O TOM.	491
RACISMO, EXCLUSÃO E AVALIAÇÃO: COMO OS CONTEXTOS ESCOLARES INTERFEREM NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE ESTUDANTES HOMENS NEGROS DO CAMPUS NILO PEÇANHA- PINHEIRAL- IFRJ?	492
VISÕES SOBRE A RAÇA E A MODERNIDADE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: EM BUSCA DO SUICÍDIO DO RACISMO.	493
JOVENS QUILOMBOLAS E DIREITOS DIFERENCIADOS.	494
JOVENS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR: IDENTIDADE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.	495
NÓS NÃO NASCEMOS NEGROS, NOS TORNAMOS: UM DEBATE SOBRE SER JOVEM E NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.	496
RELAÇÕES RACIAIS E DIREITOS HUMANOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE VOLUNTARIADO NO QUÊNIA.	497
POSIÇÕES DE PRIVILÉGIO E O PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DA NEGRITUDE NA TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGROS DE BELO HORIZONTE.	498
ENSINO SUPERIOR E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?	499
QUEM TRAZ NA PELE ESSA MARCA: TRAJETÓRIA DE ESTUDANTES AFRODESCENDENTES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO RIO DE JANEIRO.	500
A LEI 12.711/12: CONTRIBUIÇÕES PARA O ACESSO DE JOVENS NEGROS À EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEFET/RJ.	501

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ENTRE JOVENS NEGROS DO CONJUNTO HABITACIONAL PALMITAL – SANTA LUZIA - MG.	502
LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA: A ABORDAGEM DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS LIVROS APROVADOS PELO PNLD.....	503
EXPECTATIVAS DE FUTURO DE JOVENS NEGROS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS: IMPLICAÇÕES DO SISTEMA DE COTAS NO CEARÁ.	504
SAMBA-ENREDO E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639.	505
O DEBATE SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COM ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS.	506
DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE E O DESAFIO DA PERMANÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE JOVENS NEGROS NO ACESSO AOS ESPAÇOS ACADÊMICOS DE PRESTÍGIO.	507
POLÍTICAS DO COMUM E ENFRENTAMENTO DO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA: A CONSTRUÇÃO DO “PROJETO É NÓS” NO BAIRRO DA BRASILÂNDIA (SÃO PAULO).	508
O IMPACTO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA IDENTIDADE CULTURAL NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	509
MULTICULTURALISMO COMO DIALÉTICA EDUCACIONAL PARA JUVENTUDE.	510
GRUPO DE ESTUDOS ÉTNICO-RACIAL “TOQUE DE MELANINA” – PROTAGONISMO JUVENIL NA ESCOLA.	511
JUVENTUDE (S) NEGRAS E PEDAGOGIAS DECOLONIAIS: DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS.	512
AS RELAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE ENTRE O PROPOSTO E O VIVIDO... ..	513
A COR DA SENTENÇA: DISCUTINDO A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL ENTRE OS JOVENS NEGROS NO BRASIL.	514
JUVENTUDE QUILOMBOLA NA UNIVERSIDADE: VOZES E REPRESENTAÇÕES PELA AFIRMAÇÃO DE DIREITOS E VALORIZAÇÃO IDENTITÁRIA.	515
O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: DESAFIOS DE UMA FORMAÇÃO PARA CIDADANIA.	516

GT 13 - JUVENTUDES RURAIS. 517

JOVENS VIDAS DE LUGAR NENHUM: SEVERINAS, MACABEAS E OUTRAS INVENÇÕES NORDESTINAS.	518
TRAJETÓRIAS SOCIOPOLÍTICAS DA JUVENTUDE RURAL NO MATO GRANDE/RN: UMA ANÁLISE DOS DESDOBRAMENTOS DA PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS.	519
O JOVEM AGRICULTOR NA ATUALIDADE: NOVAS ABORDAGENS SOBRE A REPRODUÇÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR.	520
RURALIDADES, PROJETOS DE VIDA E MIGRAÇÃO.....	521
JUVENTUDE RURAL: UM OLHAR ETNOGRÁFICO.....	522
OFICINAS COM JOVENS DO CAMPO: SEXUALIDADE, AFETIVIDADE E GÊNERO.	523
JOVENS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS E SUAS RELAÇÕES FAMILIARES.	524
JOVENS DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS: SENTIDOS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO.	525
ENFRENTANDO CHUVAS E SECAS: UMA EXPERIÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE GRUPOS FOCAIS COM JOVENS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO SEMIÁRIDO DE PERNAMBUCO (CEASAPE).	526
JUVENTUDE RURAL E PARTICIPAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DOS JOVENS RURAIS NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE SANTANA DO ACARAÚ.....	527
JUVENTUDE ASSENTADA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: UM ESTUDO DAS EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO RECREIO – QUIXERAMOBIM – CEARÁ.....	528
“UMA PROFISSÃO DE TOPO!” NO IMAGINÁRIO E LINGUAGEM CIRCULANTE ENTRE JOVENS RURAIS ESTUDANTES DO ENSINO PROFISSIONAL E, “ÀS AVESSAS”, O MOTE/VIÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NUMA ABORDAGEM PROVOCATIVA E REFLEXIVA SOBRE FORMAÇÃO, TRABALHO E CAPITAL.....	529
SER JOVEM NO CAMPO: JUVENTUDE (S) UNA E DIVERSA.	530
O JOVEM DO CAMPO E AS NOVAS TECNOLOGIAS: OS USOS, AS EXPERIMENTAÇÕES E OS ENLACES NOS SEUS MODOS DE VIDA.....	531
JUVENTUDE, INSERÇÃO SOCIAL E PROJETOS DE VIDA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.	532
A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DA TURMA PAULO FREIRE NO SUL DE MINAS GERAIS DOS JOVENS DO MST.	533
O LAZER E A FÉ: TEMPOS E ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO JUVENIL NO CONTEXTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA MICRORREGIÃO GUANAMBI, BAHIA.	534
JOVENS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NO AMAZONAS: INTERAÇÕES COM O COTIDIANO.....	535
VISIBILIDADE DE JOVENS RURAIS: “ACREDITO É NA RAPAZIADA”.....	536
A ESCOLARIZAÇÃO COMO BUSCA DE UM FUTURO PROMISSOR PARA JOVENS MULHERES DO CAMPO.	537
JOVENS SEM-TERRA EM BUSCA DA CONDIÇÃO CAMPONESA AUTÔNOMA.	538

JOVENS RURAIS, ESCOLARIZAÇÃO E MIGRAÇÃO: TESSITURAS QUE SE CRUZAM PARA O	
INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO.....	539
VIVENDO ENTRE MUNDOS: O ENCONTRO ENTRE AS JUVENTUDES QUILOMBOLA E URBANA.....	540
EXPERIÊNCIA DE VIDA E FORMAÇÃO DE JOVENS DO CAMPO NA CONTEMPORANEIDADE.....	541
REPRESENTAÇÕES ACERCA DA RURALIDADE E URBANIDADE DOS JOVENS RURAIS DE CERRO AZUL:	
A LIMINARIDADE ENTRE MIGRAR E PERMANECER.....	542
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SERTANEJO RURAL ACERCA DO PÚBLICO CONSUMIDOR E ESPAÇOS DE	
CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS.....	543
POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DO CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA EM SANTA CATARINA.....	544
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS JOVENS RURAIS: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O CENÁRIO BRASILEIRO.	545
ENTRE O SILENCIAMENTO E AFIRMAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DAS ESCOLHAS DE	
JOVENS RURAIS QUILOMBOLAS.....	546
O JOVEM E O MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO RURAL: REFLEXÕES A LUZ DAS QUESTÕES ECOLÓGICAS COMO	
OPORTUNIDADES.....	547
A SITUAÇÃO JUVENIL NA AGRICULTURA FAMILIAR DO RECÔNCAVO DA BAHIA.....	548

GT 14 - JUVENTUDES INDÍGENAS..... 549

MUNDOS À PARTE – A FICÇÃO CIENTÍFICA COMO PRESERVAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA.....	550
JOVENS INDÍGENAS TAPEBA: A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NA LUTA POLÍTICA NA VALORIZAÇÃO DA	
IDENTIDADE TAPEBA.....	551
JUVENTUDES INDÍGENAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR: QUE JUVENTUDES COMPÕE A UNIVER (SIDADE)	
FEDERAL DE SANTA CATARINA?	552
JUVENTUDE WAIWAI NO INÍCIO DÉCADA DE 80: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS E EMPODERAMENTO.....	553
A PRESENÇA INDÍGENA NOS DIREITOS DA JUVENTUDE NO BRASIL: NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	554
CONSTRUINDO-SE UNIVERSITÁRIO: UMA ANÁLISE DAS REDES DE SIGNIFICAÇÃO NO ACESSO AO	
ENSINO SUPERIOR POR JOVENS PATAXÓ.....	555
JOVENS LIDERANÇAS INDÍGENAS DO AMAZONAS: PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO NO	
MOVIMENTO DE ESTUDANTES INDÍGENAS DO AMAZONAS.....	556
EMERGÊNCIA HISTÓRICA DA GUARDA RURAL INDÍGENA NA DITADURA MILITAR: IMPLICAÇÕES NO	
CONTROLE ÉTNICO-SOCIAL DA JUVENTUDE INDÍGENA.....	557

GT 15 - TRABALHO E EMPREGO..... 558

ESTUDAR PARA TRABALHAR? PERSPECTIVAS OCUPACIONAIS E DA VIDA COTIDIANA.....	559
JUVENTUDES E EMPREENDEDORISMO: MODOS DE ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA	
CONSTRUÇÃO PEDAGÓGICA DA HEGEMONIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	560
TRABALHO: UMA CATEGORIA CENTRAL NOS ITINERÁRIOS E TRAJETÓRIAS JUVENIS? UM ESTUDO DE CASO	
SOBRE JOVENS TRABALHADORES DA CIDADE DE SALVADOR/BA.....	561
MUNDO DO TRABALHO E PROTAGONISMO JUVENIL: A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA PELA ESCOLA DE	
FORMAÇÃO DA JUVENTUDE DA PUC-GOIÁS.....	562
PROBLEMATIZANDO AS CULTURAS JUVENIS EM UM PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL.....	563
TRABALHO E JUVENTUDE: ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO DISCURSO MIDIÁTICO DO PRIMEIRO EMPREGO.....	564
EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORES DO MCDONALD'S EM UBERLÂNDIA.....	565
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO OU DE CONFORMAÇÃO DO	
DESEMPREGO DA JUVENTUDE NO BRASIL?	566
EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIABILIDADE JUVENIL.....	567
REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O	
PROJOVEM INTEGRADO EM NATAL/RN.....	568
NEM-NEM-NEM: ESTUDO QUALITATIVO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JOVENS QUE NÃO	
ESTUDAM, NÃO TRABALHAM E NÃO PROCURAM EMPREGO.....	569
“O QUE É SER UM JOVEM APRENDIZ NA PRÁTICA?” O DESAFIO DE JOVENS APRENDIZES E EDUCADORES.....	570
MIGRAÇÃO ESTUDANTIL E MERCADO DE TRABALHO: JOVENS ESTUDANTES DO	
ENSINO MÉDIO DE TAIÓBEIRAS – MG.....	571

DE FLEXÕES À REFLEXÕES - O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E O SEU PAPEL FORMADOR PARA A VIDA E O TRABALHO.	572
PROLONGAMENTO DA JUVENTUDE E TRABALHO: DESAFIOS DO MUNDO LABORAL NAS EXPERIÊNCIAS DE JOVENS BRASILEIROS E ESPANÓIS.	573
“JUVENTUDE E TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO: O TEMPO DO <i>DEVIR</i> ”	574
SER POLICIAL: ESTABILIDADE VERSUS INSTABILIDADE PROFISSIONAL.	575
DESCENTRALIZANDO POLÍTICAS, PROFISSIONALIZANDO JOVENS: UM ESTUDO DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL.	576
O PRONATEC: PERSPECTIVAS E RISCOS SOB A LUZ DOS OBJETIVOS E INTERESSES DE ESTADO E MERCADO.	577
JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DOS JOVENS E O ENVOLVIMENTO COM O MUNDO DO TRABALHO.	578
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: APONTAMENTOS PARA O DEBATE DO “PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO”.	579
JUVENTUDE BRASILEIRA E A BUSCA POR SIGNIFICADO NO TRABALHO.	580
EDUCAÇÃO E TRABALHO: AS TRAMAS DO PROJOVEM URBANO NAS UNIDADES PRISIONAIS.	581
JOVENS UNIVERSITÁRIOS: VIDA COTIDIANA NA CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO E ESTUDO.	582
O PROJETO SOLDADO CIDADÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO.	583
AS PRODUÇÕES DISCENTES NA EDUCAÇÃO SOBRE A LEI DE APRENDIZAGEM: RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO DOS/AS JOVENS.	584
APRENDENDO A SER TRABALHADOR: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS FACE AOS DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO.	585
POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: ESTUDO DE CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJOVEM URBANO EM GOIÂNIA.	586
APONTAMENTOS DOS ESTUDOS FEMINISTAS SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES DA GERAÇÃO “NEM-NEM”	587
AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ENTRE HISTÓRIAS DE DESVALOR.	588
O TRÁFICO DE DROGAS NO MUNDO DO TRABALHO: UMA DISCUSSÃO JUNTO AOS ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE.	589
“INSERÇÃO E PERMANÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: UM DESAFIO PARA O FORTALECIMENTO DA JUVENTUDE”.	590
O PRONATEC E A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE JOVENS.	591
PROJETO E-JOVEM: PROTAGONISMO JUVENIL A PARTIR DE PRÁTICAS SOCIAIS.	592
JOVENS ALUNAS/OS DO PRONATEC: UM ESTUDO DE CASO DOS DILEMAS DOS ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE PACTUADO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE NÍVEL MÉDIO.	593
POLÍTICAS PARA ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE, FORMAÇÃO CIDADÃ E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DO PROJOVEM URBANO – A EXPERIÊNCIA DE FORTALEZA-CEARÁ.	594
APROXIMANDO-SE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE DE JOVENS PROFESSORES/AS DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (MG).	595
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E AO EMPREGO (PRONATEC): INSERÇÃO DA JUVENTUDE NA PRECARIÉDADA ATRAVÉS DO ENSINO TÉCNICO?	596
A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO LABORAL PARA INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.	597
SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICA PÚBLICA E JUVENTUDE NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: TECENDO OS SENTIDOS DO TRABALHO.	598

GT 16 - JUVENTUDES E CULTURA. 599

UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO IPJ: O CASO DO CURSO VIRTUAL DE INTRODUÇÃO A POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE.	600
PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE: A EXPERIÊNCIA DA REDE CUCA.	601
GRUPO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: ESBOÇO DE UMA PROPOSTA.	602
JUVENTUDES ESCOLARES: A DIVERSIDADE DE PERCEPÇÕES SOBRE A AUTORIDADE DOCENTE EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO CONTEMPORÂNEA.	603
UMA ESCOLA INOVADORA E EFICAZ.	604
A DISTÂNCIA ENTRE OS SIGNIFICADOS E OS SENTIDOS DO TRABALHO ATRIBUÍDOS PELOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.	605

TRAJETÓRIAS ZIGUEZAGUEANTES: JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA PROJOVEM URBANO DE JUIZ DE FORA.....	606
CARTOGRAFIAS DA JUVENTUDE POBRE PELOS CIRCUITOS CULTURAIS URBANOS.	607
OFICINAS “DE JOVEM PARA JOVEM DISCUTINDO SAÚDE, JUVENTUDES E DIREITOS HUMANOS”.	608
JOVENS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS NA ESCOLA: A PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA E AS CONDUTAS DE EDUCADORES.	610
PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS: UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA.	611
SOBRE A VIVÊNCIA DA CONDIÇÃO JUVENIL: UM ESTUDO COM JOVENS EGRESSOS DO PROJOVEM URBANO (2008-2010) DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2012.	612
JOVENS NO ECOAR: SUJEITOS ATIVOS E TRANSFORMADORES DA REALIDADE SOCIAL.	613
JOVENS MÃES E PAIS E AS SUAS CRIANÇAS: DESAFIOS DA VIDA COTIDIANA NA CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DA UFSM.	614
“O CONTADOR DE HISTÓRIAS”: A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL COM JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL.	615
JOVENS EM PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS: O PROJETO AUTONOMIA CARIOCA (2010 – 2014)	616
JUVENTUDES POBRES: SENTIDOS CONSTRUÍDOS POR PSICÓLOGOS (AS).	617
JOVENS NA ESCOLA: CAMPO DE RESISTÊNCIAS.	618
SIGNIFICADOS DA EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA PARA JOVENS DE ORIGEM POPULAR.	619
A ESCOLA E A SOCIABILIDADE JUVENIL NO BRASIL NOS GOVERNOS LULA E DILMA ROUSSEFF.	620
A VIDA E A PRÁTICA DOCENTE COMO DISPOSITIVOS SENSIBILIZADORES DO EDUCAR CRIANÇAS E JOVENS EM DIREITOS HUMANOS.	621
A REALIZAÇÃO DE TRILHAS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICO-VIVENCIAL NA FORMAÇÃO DE JOVENS.	622
REFLEXÕES SOBRE SOCIALIZAÇÃO JUVENIL, TRABALHO E EMPREGO.	623
EDUCAÇÃO, CORPO E MOVIMENTO: UMA PESQUISA INSPIRADA NA SOCIOPOÉTICA.	624
JUVENTUDES DO SAMBA: EXPERIÊNCIAS DO SER JOVEM E SAMBISTA.	625
TERRITORIALIDADE, PERTENCIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA JUVENIL.	626
VIOLÊNCIA, DIREITOS HUMANOS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES: OS DESAFIOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS DA JUVENTUDE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.	627
A ESCOLA SEMEANDO SONHOS:TRAJETÓRIAS DE JOVENS ESTUDANTES EM UMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE DE FORTALEZA.	628
INTERROGAÇÕES A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA ESCRITA DE UM ADOLESCENTE.	629
FAMÍLIA (S), ESCOLARIZAÇÃO E TRAJETÓRIAS DE JOVENS: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM SERGIPE.	630
DESAFIOS PARA JUVENTUDE: CONTRADIÇÕES E CONCEPÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.	631
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ATUAÇÃO DOCENTE NAS ESCOLAS INVISÍVEIS DE BELÉM DO PARÁ.	632
INTERAÇÕES QUE TRANSFORMAM VIDAS E TERRITÓRIOS: A SOCIABILIDADE DE UM GRUPO DE DANÇA DE RUA.	633
A RESPEITO DE JUVENTUDES, ATO INFRACIONAL E VISIBILIDADE SOCIAL.	634
SENTIDOS SOBRE RESPONSABILIDADE E JUSTIÇA COM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.	635
PERCEPÇÃO JUVENIL DE VULNERABILIDADE E VIOLAÇÃO DE DIREITOS: TESTES PRELIMINARES DE UM INSTRUMENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS.	636
CONSTRUINDO NOVOS POSSÍVEIS NO ENCONTRO COM JOVENS ALVO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: A ELABORAÇÃO DE UM JORNALZINHO E A RESISTÊNCIA À PRÁTICAS DE DISCIPLINARIZAÇÃO.	637
“AFINAL, QUAL O PAPEL DA ESCOLA? ”: UMA ANÁLISE SOBRE A JUVENTUDE POBRE E A EDUCAÇÃO (ESCOLAR E NÃO ESCOLAR) NA CONTEMPORANEIDADE.	638
JOVENS POBRES E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.	639
A PRODUÇÃO HISTÓRICA DE JOVEM EM RISCO, EM RELATÓRIOS DA UNESCO, NO BRASIL.	640



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 01 - Relações afetivas, gênero e sexualidade.

Coordenadora: [Márcia Stengel](#) (PUC-Minas)

28



AMOR E JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DE NARRATIVAS DE LÉSBICAS, GAYS E HETEROSSEXUAIS.

Leonardo Lemos de Souza (UNESP)
lلسouza@assis.unesp.br

Nesta pesquisa, tomamos o amor como o analisador da juventude contemporânea a partir de suporte teórico de perspectivas feministas e *queer*. O amor é um complexo de sentimentos que atravessam diferentes tipos de relações. Nossa intenção é realizar problematizações dos atravessamentos acerca do amor no campo das relações afetivo-sexuais de jovens lésbicas, gays e heterossexuais. O amor, como sentimento, historicamente tem sido forjado pelas linhas de constituição do patriarcado e da heteronormatividade, legitimando assimetrias de gênero e das sexualidades. A maior expressão dessa configuração é o amor romântico, que se caracteriza pela afirmação da eternização deste sentimento e do controle do desejo a partir do pacto da fidelidade conjugal. Ainda se vincula a binarizações e polarizações de papéis determinantes sobre os gêneros (masculino e feminino), atribuindo a homens e mulheres, numa relação heterossexual, dimensões diferenciadas do cuidado: das demonstrações do amor e do amar como relacionados à prover, sustentar, dar carinho, atenção e afeto. Por outro lado, questiona-se a tomada deste modelo pelas conjugalidades dissidentes (lésbicas e gays), que acabam por reforçar as assimetrias de gênero da heteronormatividade e as posições ocupadas por cada um/a na relação, promovendo registros em linhas menos potentes e com escasso espaço para inventividades. Este quadro, ainda, tem desdobramentos no campo das práticas e relações afetivo sexuais da juventude contemporânea, considerando que se podem legitimar ou não, dado algumas vinculações ao amor romântico, práticas de risco em relação as doenças sexualmente transmissíveis e em relação vulnerabilidade em relação as violências (de gêneros). A pesquisa que estamos desenvolvendo, investiga os significados de jovens universitários como sobre o amor e os conflitos amorosos em que este sentimento está envolvido, considerando uma perspectiva de gêneros e de tipos de relações afetivo-sexuais. Partimos das narrativas como fonte dos significados sobre o amor e os conflitos cotidianos. Para isso, aplicamos questionários com questões fechadas e abertas que tratam do tema amor focando nas experiências vivenciadas ou vicárias de 150 jovens universitários (18 a 24 anos) de três diferentes grupos de orientações sexuais (heterossexuais, gays e lésbicas), distribuídos da seguinte forma quanto a orientação afetivo-sexual e gênero/sexo: 50 heterossexuais (25 homens e 25 mulheres); 50 gays (homens); 50 lésbicas (mulheres). A análise foi orientada pela definição de eixos que expressam linhas de subjetivação nas produções narrativas. Buscamos, ainda, identificar os atravessamentos de acordo com o conteúdo das questões e com os distintos gêneros e sexualidades nos grupos de orientação afetivo-sexual. Trabalhamos numa vertente qualitativa, no qual as unidades de análise e o seu agrupamento emergem das respostas dadas e não são prévias. Os dados ainda estão em análise e mostram possibilidades de eixos de problematização sobre o amor relacionado ao amor romântico que predomina nos diferentes grupos, e os conflitos amorosos decorrentes destacam os ciúmes e a individualidade como elementos significativos. De certa forma, os dados apontam para o predomínio de modelos heteronormativos relativos as formas de vivência do amor nas relações conjugais.



CLINISEX:

SEXUALIDADE E DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ADOLESCÊNCIA.

Fernanda Graneiro (UERJ)
fernandagraneiro@gmail.com

Ivanilda Vitoriano de Figueredo (UERJ)
ivanilda.vitoriano@yahoo.com.br

Mariana Carneiro (UERJ)
carneiomariana8@gmail.com

O projeto Sexualidade e Doenças Sexualmente Transmissíveis na Adolescência - CLINISEX é desenvolvido pela Atenção Primária do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NESA/UERJ), voltado para o trabalho de questões referentes à sexualidade e prevenção de DSTs na adolescência. O projeto visa à construção de ações de assistência, pesquisa e extensão através de um enfoque multidisciplinar das áreas de Serviço Social, Medicina, Enfermagem e Psicologia e conta com a participação de profissionais, residentes e graduandos. Atualmente as principais linhas de trabalho são: a assistência multiprofissional prestada aos adolescentes e jovens; ações extencionistas desenvolvidas junto a um Centro de Acolhimento e atividades educativas em instituições parceiras. A peculiaridade deste projeto consiste no desenvolvimento dessas ações em uma instituição de acolhimento de adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, o que representa uma particularidade no perfil dos participantes do projeto. A adolescência representa um período da vida em que ocorrem mudanças biológicas, psicológicas e sociais e a construção e exercício da sexualidade estão no âmbito dessas mudanças. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os adolescentes passam a ser entendidos enquanto sujeitos de direito e em condição especial de desenvolvimento. No Centro de Acolhimento, onde desenvolvemos nossas atividades, as principais demandas apresentadas são: uso abusivo de álcool e outras drogas, conflito familiar, inserção no mercado de trabalho e na escola, prevenção de DSTs, autocuidado, prazer, respeito à diversidade, paternidade e maternidade, entre outros. Neste contexto, o projeto Clinisex visa tanto contribuir com a equipe técnica do Centro de Acolhimento, quanto participar da criação de um espaço educativo e reflexivo com os adolescentes sobre tais questões. O projeto trabalha a partir de uma concepção ampliada de saúde e sexualidade, abordando aspectos biológicos, sociais e psicológicos. A metodologia baseia-se no estudo da realidade dos adolescentes e jovens para a escolha de atividades participativas, lúdicas e reflexivas por meio de oficinas em grupo, a fim promover espaços de fortalecimento da livre participação e discussão, assim como socialização de conhecimentos e orientações relacionadas à temática. Além disso, o projeto objetiva contribuir para a formação de alunos de graduação e residentes na metodologia de grupos educativos com o tema da sexualidade. Apresentam-se como resultados a realização de oficinas periódicas com adolescentes do sexo feminino de 12 a 18 anos em um centro de acolhimento municipal do Rio de Janeiro no período de 2005 à 2014; bem como, a realização de oficinas em instituições parceiras que trabalham com adolescentes; participação em cursos de formação e eventos acadêmicos sobre a temática e sistematização do trabalho em formato de artigo. O projeto em sua trajetória, recebeu duas menções honrosas, sendo uma delas premiada pela Sub-reitoria de Extensão da UERJ e no ano de 2008 e outra no congresso anual do Hospital Pedro Ernesto. No ano de 2015 iniciou uma nova frente de trabalho com adolescentes do sexo masculino de 12 a 18 anos, em outro centro de acolhimento localizado no município do Rio de Janeiro.



CAIU A MASCARA DA ILUSÃO: O SEXO DESNUDADO.

Walfrido Menezes (Faculdade Estácio do Recife)
walfrido.menezes@estacio.br

A sexualidade humana na contemporaneidade, no contexto afetivo/sexual, nos leva em direção a um movimento atual de distorções, conflitos e das novas vivências com bases em um corpo estereotipado, explicitado na internet que prega a idealização da nudez ou seminudez, a exemplo dos sites que fazem sucesso com a exposição de mulheres com lingerie, com a revelação da intimidade etc. Assim, a intimidade virou um espetáculo, pregado pela sociedade de consumo, onde os corpos expostos tornam-se modelo de “evolução”, “desenvolvimento” etc. Mediante o exposto, o presente texto visou discutir uma problemática posta na esfera atual, isto é, uma sexualidade individualista, narcisista, com base no exibicionismo para agradar o outro/outra, isto é, o sexting, palavra que tem origem no neologismo que une sex (sexo) e texting, que é a troca de mensagens de texto, imagens e cenas com conotação erótica pelo telefone celular e/ou internet; influenciando ideias de “amor” e “desejos”, do momento, gerando a mercantilização dos corpos. No momento do namoro, ou outras formas de relacionamentos, tudo é uma maravilha, se quer mandar fotos e imagens para alimentar o narcisismo interno, e ao mesmo para agradar ao outro ou a outra, diante do poder que elas têm de sedução, desejo e da sensualidade. Porém, o fim da relação, leva os dois lados a tirar a sexualidade, do espaço privado para o público, através do sistema de hackers, vinganças, brincadeiras, chantagens, cyberbullying etc. Percebemos, em fim que toda essa exposição além de representar o tédio, o vazio e a vingança que acompanham hoje as pessoas na sociedade do espetáculo, se soma às implicações psicológicas que as vítimas absorvem quando tem sua intimidade publicada no espaço público das redes sociais. Na vida real, você não é celebridade e nem estrela, e sim uma pessoa comum do meio social, que quando exposta, fica à mercê das cantadas, abusos, chantagens, que vão gradativamente abalando sua autoestima, seus valores e posições sócias, gerando como consequência mudança de bairro, cidade, escola e trabalho. Perde-se assim, os vínculos sociais, familiares, amorosos etc. e, com isso, a tendência seria gerar quadros de angustias, mal-estar, depressão e muitas vezes até de suicídio, que tem acontecido aqui no Brasil, nos USA e Europa. Em geral fica difícil para uma pessoa jovem perder seus elos indenitários, sócias, espaciais etc., gerando o gradativo sentimento de baixa dignidade, baixa autoestima, pouca valorização de si, ausência no público, recolhimento aos espaços privados, gerando depressões, mal estar etc. Na essencial real, só expressão o vazio das relações pessoais entre os seres humanos, partimos de um modelo repressivo, para uma sociedade permissiva, sem análise das consequências, dos problemas causados posteriormente as pessoas expostas como mercadoria, mais que tem corpo, sentimentos, emoções, e não são estáticas.



**"É AULA DE SEXOLOGIA, TIA...?":
ESTEREÓTIPOS E IDENTIDADES DE GÊNERO NA ESCOLA.**

Fernanda Miranda (UERJ)
nanddamiranda@gmail.com

Amana Mattos (UERJ)

O presente trabalho foi desenvolvido no projeto de pesquisa "A produção do gênero no contexto escolar: pensando o corpo e a diversidade nas práticas educacionais" (inserido no âmbito do projeto institucional CAPES/PIBID – UERJ), em que abordamos como a discussão da sexualidade na escola tende a reproduzir padrões heteronormativos e seus frequentes estereótipos. Tal projeto consiste em intervenções no ambiente escolar através de observações participantes e oficinas sobre gênero e sexualidade. Neste trabalho, apresentamos os principais resultados das oficinas, realizadas pela equipe de estagiários de psicologia, em encontros semanais com alunos e alunas de uma escola municipal da cidade do Rio de Janeiro, sendo elas e eles advindos de comunidades da região e tendo idades entre 13 e 16 anos. Discutimos como entre as e os adolescentes participantes as opiniões e crenças acerca da sexualidade se mostram fundamentadas em posicionamentos tradicionais, sexistas e heteronormativos, e analisamos o papel da escola em reforçar ou mesmo naturalizar tais comportamentos. Torna-se relevante observarmos como a mesma instituição educadora ainda tende a reforçar estruturas normativas de sexualidade em seu cotidiano, baseadas nas configurações geradas pelos estereótipos tradicionais de relacionamentos humanos, reforçados nas lições de biologia e experiências domésticas destes e destas jovens que se encontram diariamente nas salas de aula. Assim, qualquer subjetividade ou sexualidade que não siga tal norma pressuposta tende muito facilmente a sofrer exclusão, repressões ou estranhamentos por parte daquelas e daqueles jovens enquanto alunos e alunas. Este trabalho de pesquisa intervenção tem como objetivo colaborar para uma abordagem mais crítica e participativa dos temas de gênero e sexualidade na escola, buscando fazê-lo por um viés reflexivo, para além da perspectiva universalista e normativa adotada constantemente nas aulas de "educação sexual" que se costuma oferecer nas escolas como resposta à demanda da juventude em lidar com tal assunto no cotidiano, dentro e fora da escola. Esperamos com este trabalho, abrir um espaço para relatos e análises reflexivas de pontos significativos observados durante nossa condução das oficinas e na rotina escolar através de nossa observação participante. Para fundamentar nossa discussão, nos alinhamos às teorias feministas interseccionais e estudos de gênero críticos.



VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO NAMORO: SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.

Roberta Matassoli Duran Flach (CBMERJ)
matassoli@gmail.com

Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio)
zuelli@terra.com.br

Ludmila Fontenele Cavalcanti (UFRJ)
ludmario@terra.com.br

Introdução: A violência de gênero no namoro é um tema pouco estudado no Brasil, ainda mais quando comparado com estudos desenvolvidos por países como, Estado Unidos, Espanha e Portugal, bem como com outros tipos de violências. A baixa visibilidade desse fenômeno na sociedade brasileira pode ter relação com o fato do tema não ser visto como algo que mereça destaque no meio científico, ou ainda por não se perceber o espaço do namoro como um local onde pode, e ocorrem, situações de violência. Enquanto categoria de estudo, a “violência de gênero” surge no final dos anos de 1990 como uma tentativa de explicar a radicalização das desigualdades na relação entre homens e mulheres (SCHRAIBER et al, 2005). **Objetivo:** Conhecer os sentidos atribuídos por estudantes universitários à violência de gênero ocorrida no namoro. **Método:** Foi realizado estudo de natureza qualitativa, no qual foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, baseadas em roteiro, com estudantes universitários, de idade entre 18 e 24 anos, do curso de graduação em serviço social da PUC-Rio. As entrevistas foram gravadas com a permissão dos entrevistados e contaram com a participação de 14 alunos, sendo 11 moças e 03 rapazes. As informações coletadas foram discutidas com base na técnica de análise de conteúdo, em sua modalidade temática. **Resultados:** A análise dos resultados foi dividida em duas temáticas: uma relativa ao “namoro” e a outra a “violência no namoro”. No “namoro”, foram identificadas cinco categorias: (1) sentidos atribuídos ao namoro; (2) tipos de relacionamento; (3) intimidade no namoro; (4) prova de amor e (5) gravidez. Na “violência no namoro”, foram identificadas quatro categorias: (1) sentidos atribuídos à violência no namoro; (2) causas da violência no namoro; (3) vivência de violência no namoro e (4) resolução de conflitos. Os principais achados apontam que, na atualidade, há diversos tipos de relacionamentos que são definidos como namoro, no qual a prática do ato sexual passa a ser vista como algo inevitável. Apesar disso, a motivação à iniciação sexual se dá de maneira diferenciada para rapazes e para moças. Observou-se, também, que o namoro, por ser entendido pelos participantes deste estudo como um relacionamento estável, acaba sendo visto como um espaço de confiabilidade e segurança, podendo ser dispensável o uso de preservativo durante o ato sexual. Outro achado deste estudo se relaciona à compreensão de alguns participantes de considerarem atos violentos praticados pelos parceiros como provas de amor e de cuidado. **Conclusão:** O limiar entre o tolerável e intolerável varia de acordo com o processo de socialização do indivíduo, o que pode contribuir para a ocorrência de práticas violentas e dificultar a identificação dos mesmos como violentos. A ocorrência de violência no namoro diverge da crença de que esse período seria a melhor fase da vida de um casal. Em suma, o referido estudo reforça que a violência ocorrida no namoro juvenil vem se configurando, como Minayo et al (2011) destacaram em seu estudo, como um grave problema social, necessitando de maior investimento em pesquisas que contemplem essa temática.



ESTADO DA ARTE ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES E JOVENS LGBT.

Iara Falleiros Braga (USP)
iarafalleiros@gmail.com

Jorge Luiz da Silva (USP)
jorgelsilva@usp.br

Marilurdes Silva Farias (USP)
malufariasbr@yahoo.com.br

Marta Angélica Iossi Silva (USP)
maioossi@eerp.usp.br

A violência contra gays, lésbicas, bissexuais e transexuais (LGBT) tem ganhado destaque na produção acadêmica mundial, principalmente por evidenciar um número crescente de adolescentes e jovens vitimizados. Este estudo buscou analisar a produção científica sobre as violências sofridas por adolescentes e jovens homossexuais, no período de 2010 a 2015 por meio de uma revisão integrativa da literatura, pautada na questão de pesquisa: quais as violências sofridas pelos adolescentes e jovens homossexuais? A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, LILACS, CINAHL e *Web of Science*, com a associação dos descritores: *adolescente/adolescent*; *jovens/teenagers*; *violência/violence*; *homossexualidade/homossexuality*. A amostra da revisão foi composta por 14 estudos, nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa, em revistas nacionais e internacionais. Após a análise dos artigos, foram extraídas três unidades temáticas sobre a violência contra adolescentes e jovens homossexuais: tipos de violência e seus contextos; impactos da violência na saúde e sexualidade e educação. A primeira unidade trata-se dos tipos de violência sofrida por adolescentes e jovens homossexuais em diversos contextos em que ela ocorre, tais como na família, no namoro, na comunidade e na religião. Os tipos de violência descritos foram: violência física, verbal, psicológica, homofobia e preconceito. Com relação aos impactos da violência na saúde dos adolescentes e jovens LGBT, a segunda unidade temática destaca que cada vez mais, as violências sofridas têm repercussão negativa na saúde destes adolescentes e jovens, gerando problemáticas de saúde física e mental. Os impactos na saúde evidenciados foram: riscos de infecção pelas Doenças Sexualmente Transmissíveis, suicídio, automutilação, aumento do uso de álcool e outras drogas e impactos na saúde mental. A última unidade temática trata da sexualidade na educação. Os estudos destacam quanto o espaço escolar ainda reproduz discursos hegemônicos de controle da sexualidade pautados na heterossexualidade e não promovem o debate acerca da diversidade sexual, desta forma, a violência e homofobia tornam-se realidades presentes contra adolescentes e jovens LGBT. Concluiu-se que a violência tem potencializado a vulnerabilidade a que os adolescentes e jovens estão expostos. A heteronormatividade tem legitimado a produção e a manutenção de diversas situações de violência, em diversos contextos de convivência destes adolescentes e jovens, com sérios impactos em suas saúdes. Faz-se necessário novos estudos que busquem os sentidos e significados acerca da violência sofrida e vivenciada no cotidiano desta população, entendendo-a como fruto de um processo histórico e cultural, e buscando contribuir para políticas públicas e de formação profissional, especialmente nas áreas da saúde e da educação, que se pautem na proteção integral, na equidade, nos direitos humanos, no respeito à diversidade sexual, visando a resignificação da normalidade expressa pela sexualidade enquanto um dispositivo de poder e controle, e o seu padrão heteronormativo.



JUVENTUDE, SEXUALIDADE E CONTRACEPÇÃO DE EMERGÊNCIA: UM DEBATE NECESSÁRIO.

Elaine Reis Brandão (UFRJ)
brandao@iesc.ufrj.br

O debate sobre a fecundidade na adolescência tem sido recorrente não só na sociedade brasileira, mas também em países latino-americanos, europeus e norte-americanos. Paradoxalmente, no Brasil não se discute com a mesma ênfase, no espaço público, a legitimidade das relações afetivo-sexuais nessa fase da vida como percurso de aprendizado da autonomia juvenil (Brandão, 2004). Os desafios postos ao processo de individualização na juventude, considerando distintos contextos socioeconômicos e culturais e a complexidade das relações intergeracionais, são imensos e nos obrigam a encontrar perspectivas analíticas mais fecundas para a abordagem dos tradicionais “problemas sociais” relativos à juventude (Brandão, 2006; Brandão e Heilborn, 2006). As dificuldades que cercam a questão da contracepção na adolescência e juventude evidenciam as tensões sociais existentes entre distintas moralidades e os juízos de valor que culpabilizam os sujeitos jovens pela gravidez imprevista e/ou aborto (Brandão, 2009). Em geral, o tema da contracepção tem sido frequentemente tratado pela via da distribuição e uso de dois métodos: o preservativo masculino e a pílula anticoncepcional. A maior difusão da contracepção de emergência nas últimas décadas no país nos impõe refletir sobre o imaginário social que cerca tais práticas sociais (Souza e Brandão, 2009; 2012). Sendo uma alternativa expressamente recomendada para uso emergencial em situações de não proteção sexual (decorrentes de esquecimento ou uso incorreto do método de rotina, rompimento do preservativo, não uso de método, violência sexual), sua utilização pelos jovens – de modo ocasional ou regular – desperta discursos eivados de concepções moralistas a respeito das hierarquias de gênero e das práticas sexuais. Busca-se discutir as representações sociais relacionadas à contracepção de emergência quando ela aparece referida à adolescência na mídia impressa brasileira. Baseada em pesquisa socioantropológica em dois jornais impressos de expressão nacional, Folha de São Paulo (SP) e O Globo (RJ), no período de 2005 a 2009, com apoio Faperj, identificam-se três tendências distintas no debate público a respeito do tema. A primeira aponta a pílula de emergência como um importante aliado do controle populacional, com fortes chances de reduzir a gravidez de adolescentes pobres, estabelecendo frequentes relações entre os futuros recém-nascidos das mães adolescentes e a violência urbana no Brasil. A segunda associa o uso da pílula de emergência pelos adolescentes e jovens ao incentivo de uma sexualidade desenfreada e promíscua, ao desvario sexual, a um excesso de sexo, incompatível à “menoridade”. Por fim, a terceira tendência, minoritária, relaciona a disponibilidade da contracepção de emergência ao conjunto de direitos sexuais e reprodutivos a ser garantido nessa idade da vida, o que se torna também bastante complexo, tendo em vista o quanto a sexualidade adolescente expõe o ideário dos adolescentes “sujeitos de direitos” (Leite, 2012). Apoio: Faperj/CNPq.



A SEXUALIDADE NA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO MASCULINA: LEVANTANDO A POEIRA DO INSTITUÍDO.

Aline Monteiro Garcia (NOVO DEGASE-RJ)
alinegarcia.psic@gmail.com

A atuação como psicóloga em uma unidade de internação masculina do Departamento Geral de Ações Socioeducativas abre um fértil campo de análise das forças em jogo, em relação à sexualidade dos adolescentes internados. Este trabalho visa apresentar uma discussão preliminar sobre os modos como os profissionais lidam com a questão da sexualidade de adolescentes privados de liberdade. Serão apresentados alguns apontamentos do diário de campo, colhidos no cotidiano de trabalho. Tais apontamentos serão discutidos à luz da Análise Institucional e do conceito de dispositivo, de Michel Foucault. Os discursos e as práticas emergiram através de uma parceria com a Clínica da Família. O trabalho consistiria de oficinas e posterior testagem de DSTs para os meninos que a desejassem. Levada a proposta para a reunião, muitas questões foram levantadas. Era grande o receio em relação ao HIV, havendo um claro desconforto em lidar com os efeitos de trazer a questão à tona. Algumas falas circularam em torno de relações sexuais que ocorrem entre os meninos no alojamento, no entanto, através do contato com os colegas da equipe, é notório o quão pouco esse assunto é tratado nos atendimentos. O projeto foi iniciado, e os profissionais da Clínica da Família solicitaram a distribuição de preservativos para os adolescentes, levantando a poeira do instituído – a negativa foi imediata, embasada em argumentos de ordem moral: “são menores de idade, não podemos distribuir os preservativos, pois daria a impressão que estamos incentivando a prática de atos sexuais no interior das unidades.” No entanto, tanto o SINASE quanto a portaria interministerial 1426/2004, preveem ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva, incluindo a entrega de preservativos. Sendo assim, é possível afirmar que a negativa evidencia muito mais a moralidade do que a legalidade da questão, trazendo o instituído do “sempre foi assim”. Tudo isso acontece de forma não refletida, e o cuidado com a saúde não aparece como critério para definir ações diante das questões relativas à sexualidade. A Análise Institucional nos ajuda a sempre estarmos atentos às instituições que estamos pondo a funcionar, e às nossas implicações envolvidas nesse processo. Foucault traz a possibilidade de compreender como se forja o dispositivo da sexualidade, e os efeitos de subjetivação que ele produz. É possível dizer que há um dispositivo da sexualidade funcionando nesse local, e as reflexões trazidas pelo autor vêm ajudar a compreender a qual urgência ele veio responder, e como é possível modificá-lo no sentido da garantia dos direitos sexuais de modo afirmativo. Tudo isso só funciona porque existem os agentes, seres humanos que protagonizam práticas. No campo da socioeducação, práticas que podem ser de forças instituintes, deslocando instituídos de preconceitos e discriminações, gerando novos instituídos mais inclusivos, produzindo brechas nessa atuação enrijecida e potencializando a autonomia dos adolescentes. É importante que o tema da sexualidade seja tratado nos atendimentos, pois a partir da construção de um exercício saudável da sexualidade é possível desdobrar outros assuntos, como namoro, afetos, paternidade, família, mundo do trabalho, profissionalização e escolarização.



ENTRE ROMANCES E SEGREDOS, (HÁ) VIOLÊNCIA SEXUAL.

Paula Land Curi (UFF)
paulalandcuri@id.uff.br

Nayalla Buarque (NEACA)
nbuarque@gmail.com

Jaqueline Martins
jafmartins@globo.com

Sabemos que a adolescência é um tempo angustiante que convoca o sujeito ao trabalho de elaboração de seus enigmas quanto à sua origem, destino e identidade sexual para dele extrair suas consequências. Em meio aos romances familiares, cujo fundamento está no Édipo e que, por si só, comporta uma dimensão trágica e violenta, algumas adolescentes se deparam com a violência sexual. Contudo, não objetivamos discutir os efeitos traumáticos que são dela decorrentes, mas sim aquilo que se apresenta em nossa clínica cotidiana nas instituições que prestam assistências a essas moças. Nesse sentido, o que hoje nos apresenta como enigma são as falas das mães dessas adolescentes diante do ocorrido e os efeitos desse dizer nas moças violentadas. Em alguns casos atendidos, deparamo-nos com mães que, diferentemente de suas filhas, reconhecem a veracidade dos fatos relatados, legitimando-os com falas tipo: “aconteceu de novo”, “com ela também”. Evidenciam que, ao escutarem suas filhas, na tentativa de aplacarem suas dores, dar um contorno ao vivido, revelam segredos jamais ditos: elas também haviam sofrido violência sexual. No entanto, não puderam contar no seio familiar com o suporte de outro adulto (mãe), visto que esse se mostrava indisponível para escutá-las, especialmente quando a revelação e o reconhecimento dos fatos implicavam em providências a serem tomadas que, por sua vez, afetariam de forma direta e objetiva as suas vidas. Para além da violência sexual, evidencia-se que o segredo que outrora foi mal-dito, se revelou mesmo no silêncio oco das palavras e, com efeito, passou a ganhar um lugar relevante na vida da adolescente e de sua mãe. Por vezes transformam o mal-dito em maldito e, nesses casos, mães e filhas se encontram pela via da violência, compartilhando as experiências que revelam os segredos e mistérios transmitidos pelas gerações, o que de certa forma as transformam em cúmplices, ou o contrário, quando os efeitos são de repulsa, desamparo, estranhamento. Nesse sentido, somos levados a discutir sobre a marca da transgeracionalidade em casos de violência sexual, marca essa que se presentifica por meio de traços que atravessam as relações, os ditos e os não-ditos (segredos) familiares e que vão permeando a constituição psíquica dos sujeitos. Assim, nossas jovens, na adolescência, quando de suas primeiras aventuras no campo sexual, se deparam com a violência e dela passam a ser alvo, muitas vezes nos mostra a clínica, reatualizam episódios de violência experienciados pelas suas mães, mas que, por se configurarem como malditos se mantiveram ocultos, pelo menos aos ditos familiares conscientes. É a essa provocação que a clínica nos traz, que nos dispomos a refletir, pensando caminhos, junto a essas mulheres, novos olhares e sentires que vão se construir por meio da palavra.



PROJETO DE EXTENSÃO SOCIAL – ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA.

Priscilla Maia Rangel (Universidade Estácio de Sá)
priscilla.maiarangel@gmail.com

Genise de Moura Freitas Ferreira (Colégio Estadual Doutor João Maia)
genisemfferreira@hotmail.com

O objetivo do presente trabalho é apresentar uma parceria entre Universidade e Escola, que acontece no município de Resende-RJ e visa proteção e promoção de saúde da comunidade escolar, bem como a criação de condições para o desenvolvimento dessas competências entre os discentes do curso de Psicologia. No ano de 2015, a Universidade Estácio de Sá começa a implementar projetos de extensão social escolhidos por processo seletivo. Dentre eles está o projeto de Orientação Sexual na Escola, coordenado pela professora Ms. Priscilla Maia Rangel, do curso de graduação em Psicologia. O projeto consiste em duas frentes: 1) capacitar discentes do curso de Psicologia para atuação em projetos de orientação sexual na escola e 2) o trabalho de campo da referida atuação. A capacitação acontece através de oficinas temáticas e reflexivas que envolvem leitura de textos, exibição de vídeos, aplicação de técnicas de dinâmica de grupo e consolidação com debates entre os participantes. Os temas abordados decorrem do capítulo de Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, em seus Temas Transversais, a saber: corpo: matriz da subjetividade, relações de gênero e doenças sexualmente transmissíveis – DSTs e AIDS; da obra de Heilborn et al (2008), direcionada a educadores, sobre o fenômeno da gravidez na adolescência; da perspectiva sócio histórica em Psicologia Social. A ideia é proporcionar aos discentes um ambiente semelhante ao que será proposto aos alunos do colégio no trabalho de campo. Através de parceria entre o curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá – Campus Resende e o Colégio Estadual Doutor João Maia, que solicitou a intervenção, foram escolhidos pela equipe do colégio duas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental (turno da tarde) para participar do projeto de extensão social. Acontecem oficinas uma vez por mês, com duração de duas horas/aula com cada turma, ao longo de todo o ano letivo de 2015. Contamos com a parceria da professora de Ciências, Genise de Moura Freitas Ferreira, que acompanha as turmas desde o 6º ano. Participam das oficinas os alunos das turmas, discentes do curso de Psicologia, a professora Genise, a professora Priscilla. O referido projeto situa-se na ênfase *Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção da Saúde* do curso de Psicologia. Pretende criar condições para que os discentes do curso de Psicologia desenvolvam competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivo, voltadas para atuação junto a indivíduos, grupos, instituições e comunidades para protegerem e promoverem a saúde e qualidade de vida, em diferentes contextos, especificamente junto a uma população escolar de adolescentes no tange ao exercício da sexualidade, formas de evitar doenças sexualmente transmissíveis e formas de evitar a gravidez indesejada na adolescência.



LINGUAGENS DO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE DE JOVENS DANÇARINAS DE *FUNK*.

Francisca Lidiane Araújo de Souza (UFC)
lidyaraujosouza@yahoo.com.br

Celecina De Maria Veras Sales (UFC)
celecinavc@gmail.com

As mudanças culturais, associadas às inovações tecnológicas, têm possibilitado modificações e reconstrução do corpo, transgressão de fronteiras sexuais e de gênero. O corpo juvenil anuncia novidades, formata estilos, produz desejos e necessidades, cria resistências. Por outro lado, a mídia, a família e a escola impõem linguagens corporais, limitam, uniformizam, incentivam padrões estéticos, geram formas de identificação que disciplinam e controlam o corpo das jovens mulheres. Esse paradoxo incentiva a compreender a relevância que o corpo e a sexualidade exercem na linguagem corporal expressa na dança das jovens mulheres de um grupo de *funk* e entender como essas jovens percebem as questões de gênero e sexualidade no *funk*. A pesquisa qualitativa é desenvolvida com mulheres jovens de um grupo de *funk* e utiliza entrevistas, observação e grupos de discussão. Percebe-se a demarcação de gênero na linguagem corporal do *funk*, uma vez que a dança das jovens tem sido símbolo de erotização e desvalorização do corpo das mulheres, o que não ocorre com os rapazes. Como essas jovens vivenciam e produzem o corpo nas suas relações com a dança? Como ocorrem os processos de diferenciação e hierarquização da dança no que se refere a gênero e sexualidade? E como essas jovens percebem esses processos? Os modos como as jovens funkeiras vivenciam suas experiências com o corpo, com o gênero e com a sexualidade estão intimamente relacionadas com o *funk* e com o contexto social onde se encontram inseridas, incluindo aqui as marcas de gênero, de raça e de classe social. O *funk* influencia os estilos de vida das jovens, sendo determinante na forma como compreendem e produzem os seus corpos e também na construção de aprendizagens sobre a sexualidade. As relações de gênero e as experiências afetivo-sexuais vivenciadas pelas jovens, assim como o próprio *funk*, são permeados por tensões paradoxais, uma vez que apesar de subverterem normas hegemônicas de gênero e de modos de viver a sexualidade, apresentam um discurso respaldado por padrões sociais de gênero. As jovens apresentam uma moralidade sexual liberal quando vivenciam uma diversidade de experiências e de práticas afetivo-sexuais consideradas desviantes pela sociedade como a iniciação precoce, a intensificação de trocas afetivas e práticas sexuais paralelas. O grupo de *funk* também se apresenta para estas jovens como uma opção de lazer, de sociabilidade e de perspectivas para o futuro, dadas as poucas possibilidades de que dispõem. É na sociabilidade do grupo que elas constroem e compartilham saberes sobre o corpo e a sexualidade.



EDUCAÇÃO E GÊNERO: HISTÓRIA DE MULHERES NO CARIRI CEARENSE.

Polliana de Luna Nunes Barreto (UFCA)
polliana@ufca.edu.br

Suely Salgueiro Chacon (UFCA)
suelychacon@ufca.edu.br

Zuleide Fernandes Queiroz (URCA)
zfqueiroz@yahoo.com.br

Francilda Alcantara Mendes (UFCA)
fran.mendes@ufca.edu.br

Este trabalho tem como objetivo debater acerca das possíveis contribuições que a História de Mulheres pode oferecer à educação da Região do Cariri cearense, de modo especial, a discussões sobre gênero e relações ético-raciais. Diante disso, trataremos do referencial teórico que envolve história da educação, oralidade e memória, amparadas metodologicamente por pesquisa bibliográfica. Um estudo dessa natureza justifica-se na medida em que a História de Mulheres e seus embates, que nos parecem atemporais, buscam fortalecer a cultura e a história locais numa perspectiva política, de defesa das raízes de nossas comunidades, o que por sua vez também é objeto de uma educação emancipadora. Na perspectiva da História da Educação Comparada, situamos essa discussão em face da constituição de cenários educativos necessários à discussão relativa ao embate político contra a violência de gênero. É reconhecida uma problemática social, identificados historicamente casos de violência emblemáticos na região do Cariri e indagamos acerca do espaço destinado a essa discussão nos meios formais e não-formais. As contribuições aqui colocadas, se desdobram numa perspectiva interdisciplinar, já que o fenômeno violência é multifacetado. As questões de gênero terão maiores possibilidades de serem mais bem trabalhadas quanto há um esforço conjunto de várias áreas do conhecimento para refletir e analisar a questão de modo a buscar saídas para tratar as causas e efeitos da violência, e para tanto se deve lembrar que gênero se dá na relação homem/mulher, já que não existe indivíduo isolado, mas em sociedade. Entendemos, portanto, que o resgate de uma história de mulheres, para além de se configurar num campo científica, se apresenta como um espaço político, assim como é a História de um modo amplo. Algumas sínteses temporárias podem ser apresentadas aqui e que esperamos suscitem interesse de maior aprofundamento. Primeiramente importa compreender os acontecimentos relativos a mortes de mulheres na região no Cariri ao longo de sua formação história na perspectiva da História comparada, da História de Mulheres e dos debates sobre gênero, sexualidade e educação, alicerçados teoricamente pelos estudos sobre memória. Ao lado dessa necessidade, chamamos a atenção para a proporção que esses estudos podem tomar nos espaços educativos de um modo geral, mas de maneira mais específica nas escolas. Se a História serve para que tenhamos instrumental para refletir a nossa sociedade e vislumbrar um futuro melhor, uma sociedade menos injusta, mais pacífica, então quão salutar seria trazer para o centro do debate não apenas a problemática da violência como fenômeno atual a ser tratado pelo estado, mas como um fato que se interliga a toda uma ordem de coisas constituída historicamente, daí a importância de lembrar aqueles que viveram e a partir de suas histórias analisar a sociedade atual e seus desafios. Cremos que estudos dessa natureza podem sugerir caminhos adequados a uma melhor compreensão histórica em interface com a atual conjuntura social que envolve gênero, família e educação.



DEBATENDO A CULPABILIZAÇÃO DE ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO EM CASOS DE ABUSO SEXUAL E AS TEORIAS DE GÊNERO COMO ALVO DE DESCONSTRUÇÃO DESSA VIOLÊNCIA.

Anne Caroline Salomão Mazine (UFES)
annemazine@gmail.com

Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho (UFF)
sabinems@hotmail.com

O fenômeno da culpabilização de adolescentes do sexo feminino através de uma discussão com as teorias de gênero foi destacado como objeto de estudo deste trabalho, realizado através de uma pesquisa bibliográfica acerca do tema. Os objetivos do presente trabalho pretenderam explorar os elementos relacionados à culpabilização de adolescentes do sexo feminino nos casos de abuso sexual, objetivando discutir os aspectos relacionados à idade e gênero das vítimas e o gênero do abusador. Investigou-se a naturalização da violência sexual contra adolescentes e a relação de tal violência com a sociedade patriarcal. Além do anteriormente citado, buscou-se o diálogo com as teorias de gênero para uma (des)construção do gênero em nossa sociedade, que corroborem também com a desconstrução da violência sexual contra adolescentes do sexo feminino. A culpabilização está relacionada ao ato de responsabilizar adolescentes pelo abuso sexual sofrido, sendo destacados a ocorrência desta violência em contexto intrafamiliar e fatores sociais atrelados a tal fenômeno. As justificativas para tal violência comumente foram pautadas a uma suposta sedução do sexo feminino, estando inseridas no contexto do abuso sexual as relações de poder referentes à idade e sexo da vítima. (Koller & Narvaz, 2007). Ao se contextualizar a violência sexual em nossa sociedade, possibilita-se verificar a existência de uma sociedade enraizada pela ideologia do patriarcado, que seria uma ideologia de forte controle social que exalta o universo masculino, inferiorizando o feminino. Assim, esse sistema expressa e contribui para a reprodução e legitimação de discursos sexistas, principalmente no que concernem as questões relacionadas às violências de gênero. Ressalta-se ainda que, neste trabalho a violência de gênero é tratada como toda violência praticada contra mulher, abrangendo o termo “mulher” a crianças, adolescentes, adultas e idosas do sexo feminino (Cavalcanti et al, 2006). Através da problemática, foi possível recorrer aos estudos de gênero, buscando por uma contribuição que possa desmistificar as construções dos sexos/gêneros na tentativa observar a violência sexual por outro viés. O movimento feminista ganha principal destaque, à medida que a partir do séc. XX ganhou maior visibilidade na luta das mulheres contra as discriminações e subalternidades, buscando meios para as mesmas fossem protagonistas de sua vida e história (Schreiner, 2008). Destaca-se ainda a evolução da luta, ao se reconhecer o gênero como categoria de análise, visto que este se refere a “uma organização da relação entre os sexos” segundo Scott (1995). Dessa forma, nega-se o determinismo biológico imposto no uso do termo “sexo” e critica-se normatividade da feminilidade, de maneira que se questiona a imposição de papéis de gênero na ordem social. Contemporaneamente, estudos *queer* avançam ao questionar além dos binarismos relativos ao gênero, a inserção em uma sociedade patriarcal heteronormativa. Pensando na violência de gênero contra adolescentes do sexo feminino como fenômeno aqui discutido, objetiva-se refletir que as teorias de gênero contribuem para a desconstrução das violências (Miskolci, 2012).



RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE ADOLESCENTES E A INTERNET.

Márcia Stengel (PUC-Minas)
marciastengel@gmail.com

Jacqueline de Oliveira Moreira (PUC-Minas)
jackdrawin@yahoo.com.br

Nádia Laguardia de Lima (UFMG)
nadia.laguardia@gmail.com

Marilza de Lima Friche (UEMG)
liufriche@yahoo.com.br

Lucas Matos Maia (PUC-Minas)
lucas.matmaia@gmail.com

Irene Maria de Freitas Morais (PUC- Minas)
irene.morais@hotmail.com

Rafael Oliveira (PUC-Minas)
rafael.jr.oliveira@gmail.com

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como se estabelecem as relações amorosas dos adolescentes com o advento da internet. Também pretende investigar se a internet introduz novas formas de relacionamento afetivo entre adolescentes; compreender os motivos que os levam a buscarem parceiros amorosos na internet; e, analisar se a internet introduz uma nova forma de amar ou reproduz as já existentes. A adolescência pode ser definida como um tempo (psíquico e sociocultural da puberdade) e um trabalho (essencialmente psíquico de integração dos novos dados da puberdade na história do sujeito), em que o indivíduo vive suas primeiras experiências afetivo-sexuais, que participam na organização de sua vida e construção subjetiva. Atualmente, a liquefação dos laços sociais determina fluidez e superficialidade que afeta os relacionamentos humanos, desvalorizando os sentimentos e incentivando a experimentação sexual livre e descompromissada. Os adolescentes estão nesta lógica e usam a internet como base de experimentação de suas identidades, vivenciando novas formas de sociabilidade, incluindo a busca por relacionamentos afetivos. A presença da virtualidade introduz uma nova forma de presença, que tem efeitos sobre a subjetividade. A complexidade das relações entre o virtual e o presencial nos leva a interrogar a natureza dos relacionamentos que se constituem na realidade virtual, suas motivações, especificidades e efeitos sobre os sujeitos. Essa pesquisa se pauta na metodologia qualitativa, com o uso de entrevistas semiestruturadas presenciais com adolescentes de 18 anos, universitários, de ambos os sexos, residentes em Belo Horizonte. Acreditamos que estes sujeitos são mais permeáveis à busca de alternativas de relações amorosas. As fronteiras entre público e privado na internet quanto aos relacionamentos amorosos apareceram como uma questão, refletindo sobre as questões subjetivas que envolvem a publicização da vida amorosa. Apesar das críticas dos jovens relativas à publicação da vida privada, alguns reconhecem que essa é uma exigência da cultura atual. O que se marca nas relações amorosas mediadas pela internet é que elas evidenciam como mesmo o conhecimento ofertado pelo virtual não é suficiente para contornar a questão da vida amorosa. Esta é idealizada, tendo como referência o amor romântico e a consideração de que hoje as pessoas não dão tanta importância às relações amorosas como outrora. A internet é compreendida como mais uma oferta para a busca de parceiro amoroso e muitas vezes, como facilitadora do relacionamento estabelecido, pois possibilita maior comunicação entre o par. Entretanto, também traz questões para o relacionamento, como aquilo que pode ou não ser publicado nas redes sociais ou o que seria traição através da virtualidade. Desafios inerentes aos relacionamentos amorosos, sejam presenciais ou virtuais, aparecem nos discursos dos entrevistados, apontando-nos para a repetição e a inovação simultaneamente na vivência amorosa contemporânea.



QUE SEXUALIDADE É ESSA? REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES AMOROSAS DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO.

Aline Luiza de Carvalho (PUC-Minas)
al.carvalho@bol.com.br

A sexualidade humana é tema frequentemente estudado no campo das Ciências Humanas, principalmente visto as diversidades de interesses que operam sobre o tema. Na juventude, isso não se torna diferente, este é o momento em que comumente floresce o interesse pelas relações sociais e quando tende a se intensificar as relações afetivo-sexuais em seus repertórios. A sexualidade, assim, é muito discutida neste momento maturacional e é de grande valia na compreensão e orientação a familiares e profissionais que os cercam. Mas o que literatura fala sobre a sexualidade por adolescentes que foram vítimas de incesto? Muito se estuda sobre este tipo de envolvimento e as repercussões que provocam a crianças e adolescentes. Na maioria dos casos de incesto, principalmente nos que ocorrem contato sexual, as vítimas, como definiremos as pessoas ofendidas sexualmente, contatam a sexualidade precocemente, sem acesso aos significados entre o pessoal (particular) e o interpessoal (público) de ações ou atividades íntimas. Nos casos mais graves, quando há o contato físico, elas vivenciam, mesmo que em seu lar e com o conhecimento de próximos, a concretude do imaginário inconsciente. Desta maneira, as adolescentes que viveram o incesto e as quais nos dedicaremos nesta pesquisa, participaram de relações afetivo-sexuais de uma outra ordem de desejos e fantasias - seus e do agressor - que ultrapassam a compreensão de si e do outro, da interpretação que se dá a este momento e de suas repercussões no seio familiar. A subjetividade afetada, em muitos casos, deixa transparecer dificuldades de uma interpretação clara do ocorrido anteriormente, deixa dúvidas a respeito das responsabilidades, desejos, fantasias e prazer, desvirtuando as motivações de relações amorosas e íntimas. Em pesquisa de mestrado sobre o tema, notou-se dificuldade de aproximação ou mesmo de falar sobre relações afetivo-sexuais sem que exponham as expectativas de relacionamentos futuros em condição aproximada ao que sentiam anteriormente. Expressam em palavras e em seus silêncios: medos, sensação de abandono, dor, submissão, sofrimento, solidão, maternidade como pontos comuns nos envolvimento amorosos e que estão simbolicamente ligados a um passado complexo. Os prejuízos ultrapassam o aspecto social, eles atingem e transcrevem informações físicas e o psíquico da jovem, interferindo nas fantasias sobre o tema e nas formas de interação desse jovem. Observou-se nas entrevistas e pesquisa bibliográfica que a participação no evento incestuoso afeta subjetivamente o significado das ligações posteriores, principalmente os vínculos amorosos. A vítima do incesto quando não rememora conscientemente, a exposição precoce deixará uma inscrição inconsciente sobre a sexualidade. Numa leitura psicanalítica, essa concretude de imaginários (agressor e vítima) provoca a confusão e o desamparo, num marco inconsciente de condição relacional, caracterizando, em muitos casos, sentimentos ambivalentes, dúvidas, desvios ou também a compulsão à repetição. Considerando estes aspectos, então como responder e lidar com a sexualidade desconhecida? Pensar nestes “desamparos subjetivos” os quais transparecem é considerar suas dúvidas e anseios a respostas sobre o tema, reconsiderar, desconstruir para edificá-las subjetivamente.



**POLIAMOR(ES):
A CONSTRUÇÃO DA SEMÂNTICA DO “POLIAMOR” NA GRANDE VITÓRIA.**

Bianca de Jesús Silva (UFES)
biancacsoufes@gmail.com

A partir do acompanhamento sistemático do grupo de discussão Poliamor - ES que se estabelece no serviço de rede social da internet “Facebook”, busca-se perceber como os participantes encaminham suas dinâmicas de discussão, atentando principalmente para as representações que conformam a semântica do conceito “poliamor”, entendido a partir do consenso mínimo, que indica a possibilidade de envolvimento erótico-afetivo de forma não-monogâmica, com conhecimento de todos os incluídos nos arranjos. Para tal, analisaremos as postagens, incluindo os textos escritos, as imagens e os vídeos publicados. Nosso objetivo, neste momento de aproximação com o tema e a metodologia, é descrever e propor uma interpretação para as disputas de sentido da categoria “poliamor” a partir da criação de uma tipologia dos atores, tendo como referência o “amor romântico” e as noções de monogamia, poligamia e heterossexualidade que lhe são correlatas. Confrontando-as com o caráter suposto de contestação e de comportamento desviante, subsumidos na noção aqui pesquisada. Como um desdobramento do grupo de discussão *online*, são realizados eventos presenciais na região metropolitana da capital do estado do Espírito Santo que visam reunir os membros do grupo Poliamor - ES para debater a temática, nesse sentido será acompanhado também os encontros, que são denominados de poliencontros. O acompanhamento dos encontros presenciais se dá aqui como mais uma etapa de pesquisa que no primeiro momento acompanhou somente os grupos *online*, e agora com a presença nos encontros busca estabelecer um diálogo entre *online* e o *off-line*, no sentido de perceber as construções nos dois modos de sociabilidade, assumindo assim um caráter investigativo que busca elencar as particularidades das duas formas exposição e debate da temática acerca do poliamor. Busca-se, também, uma aproximação com os membros do grupo para aprofundamento da questão a partir de entrevistas, apontando para as noções que são estipuladas, como são organizadas pelos atores dos grupos e como representam as formas de interpretações dos significados a partir de posicionamentos e questionamentos individuais em relação às noções tradicionais de relacionamentos monogâmicos. Ancorado na relação entre o individualismo e holismo presentes para indicar a dinâmica das construções das diversas noções de “poliamor” desenvolvidas pelo grupo. Portanto a discussão tange a perspectiva do grupo sobre a temática, bem com as noções utilizadas para a construção do conceito, evidenciando as particularidades do grupo pesquisado, as consonâncias e divergências com o grupo. A construção será de acordo com as demandas e colocações acerca de metamorfose e projeto de vida, desenvolvidas por Gilberto Velho (1994), buscando evidenciar que modelo de “pessoa” é construído a partir dessas discussões, apontando para o projeto amoroso inscrito nas relações pesquisadas, a partir do campo de possibilidade impresso pelos membros dos grupos.



**DINÂMICAS CONFLITIVAS:
A (NÃO) SEXUALIDADE EM CONTEXTOS DE INTERNAÇÃO.**

Mariana Chies S. Santos (UFRGS)
chiesmariana@gmail.com

Roberta S. Pamplona (UFRGS)
pamplona.roberta@gmail.com

Sofia de Souza L. Safi (UFRGS)
safi.sofia@gmail.com

O presente trabalho surgiu a partir uma pesquisa, em fase de publicação, da Série "Justiça e Pesquisa" do Conselho Nacional de Justiça. Tal pesquisa teve como principal objetivo o de compreender a realidade da internação de adolescentes do sexo feminino – assim separadas pelo caráter biológico - em cinco diferentes regiões do Brasil. Aqui, apresenta-se o Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino do Rio Grande do Sul (CASEF/RS) - a casa mais antiga para o cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de internação do Brasil. Para tanto, foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas com adolescentes em cumprimento de MSE de internação (com e sem possibilidade de atividade externa) e 7 entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica da casa. Também foi utilizada a etnografia, método em que as pesquisadoras relataram, através do uso de seus diários de campo, o cotidiano dentro da unidade de internação durante todo o mês de janeiro de 2014. No recorte aqui apresentado, busca-se, a partir dos estudos de gênero e feministas pós-estruturalistas, entender como a sexualidade é expressada dentro de um ambiente de controle e de disciplina. Nesse sentido, considerou-se, como já colocado por Michel Foucault (2014), que a sexualidade passou a ser um importante foco de controle em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas. Em seguida, Butler (2008) propõe, a partir de uma revisão específica do estruturalismo, que essas práticas e discursos criam um conjunto de normas viabilizando a materialização dos sexos e os fixando dentro de uma “matriz heterossexual” (2008, p. 165). O trabalho justifica-se diante da Lei 12.594 de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo determinando normas para o cumprimento das medidas. Dentre seus diversos dispositivos, está previsto o respeito a diversidade sexual, bem como a possibilidade de visita íntima para adolescentes internadas/os. Sendo assim, buscou-se ver quais são as práticas, os discursos e as normas da unidade de internação em relação à sexualidade, e como elas influenciam a (não) sexualidade no contexto da internação. Finalmente, a partir do que foi percebido e compreendido com a inserção no campo empírico, traz-se à tona a realidade da unidade de internação com sua rotina e com suas regras através da narrativa das adolescentes – nossas principais interlocutoras. Diante da falta de convivência entre as adolescentes dentro da unidade e da proibição expressa da criação de laços afetivos, percebemos, em resumo, a existência de uma ideologia de heterossexualidade hegemônica dentro do espaço de cumprimento de pena, que aparece como um espelho do que é percebido no mundo exterior à internação. Além disso, percebeu-se a ausência de espaços para reflexões sobre a sexualidade.



DIALOGANDO SOBRE GÊNERO - UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE.

Juliana Keila (UFPE)
juliana.k.jeremias@gmail.com

Jorge Lyra (UFPE)
jorglyra@gmail.com

Rodrigo Lira (UFPE)
rrodrigolira@gmail.com

Patrícia Caetano (UFPE)
pativitoriacetano@gmail.com

Talita Rodrigues (UFPE)
tali.guedes@gmail.com

Djair Lourenço (UFPE)
d.junioralbuquerque@hotmail.com

Lourdes Elizabeth (UFPE)
lourdeselizabeth@live.com

Esse trabalho surgiu a partir do convite feito pela Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Porto Digital, situada no município do Recife, Pernambuco, ao Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA –UFPE), com o objetivo de propiciar momentos de discussão com as alunas e alunos do ensino médio sobre questões relativas a gênero e sexualidade. Nossa participação nesse processo deu-se enquanto integrantes do GEMA- UFPE e facilitadores das atividades, em parceria com a escola, profissionais engajados e os alunos. Tivemos como objetivo contribuir para a formação de jovens atuantes na sociedade de forma engajada. Em busca do fortalecimento da luta pela equidade de gênero, garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e contra qualquer tipo de discriminação com base no gênero e orientação sexual. O trabalho de formação e fortalecimento com os jovens deu-se através de oficinas e rodas de conversa. Realizamos quatro encontros presenciais. Escolhemos como ferramenta de fortalecimento desse processo a utilização das redes sociais como espaço de interação e compartilhamento de textos, vídeos e outros materiais didáticos sobre os temas discutidos nos encontros. Utilizamos diários de campo e gravação de áudios, tendo o consentimento de todos os presentes, com o objetivo de assegurar os registros dos dados e tornar a análise mais rica. Os temas trabalhados nas oficinas e rodas de conversa foram estabelecidos a partir das demandas dos jovens, suas inquietações e questionamentos que emergiam a cada encontro anterior. Buscamos pensar coletivamente especificidades e desdobramentos que eles apresentavam mais interesse em discutir, a partir dos temas mais amplos que discutíamos nos encontros e nos grupos nas redes sociais. Observamos que tais discussões se mostraram essenciais à formação desses jovens, a partir das avaliações que eles realizaram a cada encontro e nossas análises. Inferimos que parece haver dificuldades, por parte de muitas instituições de ensino, em abordar tais temas, proporcionando carências significativas na formação dos estudantes. Por isso, pensamos possibilidades de ampliação, considerando novos módulos com temas distintos para a turma com a qual trabalhamos. Outros estudantes e professores da Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Porto Digital, onde realizamos este trabalho, estão desenvolvendo novos projetos, a partir desse que realizamos, e solicitaram nossa participação. Visando a formação de novas turmas do Ensino Médio para que possamos dar continuidade ao trabalho nessa escola. Tal retorno foi compreendido, por nós, como uma avaliação positiva do nosso trabalho. Além disso, buscaremos também abranger jovens de outras escolas, realidades sociais e demandas.



SAÚDE MENTAL E ESTRESSE DE MINORIAS: UM ESTUDO COM JOVENS MULHERES DE DIFERENTES ORIENTAÇÕES SEXUAIS.

Fernanda de Oliveira Paveltchuk (UFRJ)
paveltchuk@gmail.com

Bruno Figueiredo Damásio (UFRJ)
bf.damasio@gmail.com

Jovens cuja identidade sexual é lésbica, gay ou bissexual (LGB) são população de risco para diversas problemáticas, tais como depressão, abuso de substâncias, suicídio, problemas na escola e conflitos familiares que podem desencadear, em casos extremos, a expulsão de casa. Efeitos da homofobia e o estresse relacionado a ela são tidos como a origem das dificuldades mais prevalentes em indivíduos LGB. O conceito de estresse de minorias tem se destacado como um modo útil de compreender as condições internas e externas experienciadas especificamente por indivíduos LGB, tais como discriminação, homofobia internalizada, saída do armário, construção de identidade LGB, entre outros. Ademais, auxilia na compreensão sobre de que maneira essas condições estão associadas à saúde mental destes indivíduos. Estudos mostram que mulheres bissexuais têm piores níveis de saúde mental que mulheres homo e heterossexuais. Mulheres bissexuais tendem a relatar que sofrem reações hostis tanto de pessoas heterossexuais quanto da comunidade homossexual. Participaram da presente pesquisa 350 mulheres, com idades variando entre 18 e 25 anos ($M = 21,03$; $DP = 1,93$). A idade mínima para participar da pesquisa era 18 anos (maioridade legal). A idade máxima de 25 anos foi estipulada neste recorte por esta ser a idade limite referente à população jovem, segundo os critérios do IBGE. Do total da amostra, 162 se consideraram heterossexuais, 70 homossexuais, e 118 bissexuais. As participantes responderam a questionários de depressão, ansiedade, estresse, resiliência e apoio social percebido. Investigou-se diferenças de médias nestas variáveis para os grupos de hetero, homo e bissexuais por meio de uma análise de variância (ANOVA), com teste post-hoc de Bonferroni. Com vistas a corrigir desvios de distribuição de normalidade dos dados, foram utilizados procedimentos de reamostragem (bootstrapping, 1.000 reamostragens). Os resultados demonstraram que a população de heterossexuais apresentou maiores níveis de resiliência e menores índices de depressão, estresse e ansiedade, quando comparados com a amostra de bissexuais ($p < 0,01$). Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre heterossexuais e homossexuais nas variáveis investigadas. As jovens bissexuais tiveram maiores escores em ansiedade e estresse em comparação com as homossexuais, além de maiores níveis de depressão e estresse, e menores níveis de resiliência quando comparadas como heterossexuais. Não houve diferença estatisticamente significativa entre o nível de apoio social para os três grupos. Os resultados deste estudo demonstram que jovens bissexuais apresentam maiores indicadores psicopatológicos quando comparadas com jovens hetero e homossexuais. Supõe-se que os níveis altos de patologias na população bissexual feminina em relação à população lésbica e heterossexual estejam associados a dificuldades de inserção em grupos hetero e homossexuais. Acredita-se também que a invisibilização de suas identidades sexuais pode ter influência nessa diferença. Embora os níveis de apoio social tenham sido semelhantes entre os grupos, é possível que os grupos de homo e bissexuais sofram vitimizações de pessoas externas, que não fazem parte de sua rede proximal. Os resultados corroboram a hipótese inicial de que mulheres bissexuais têm índices mais graves em relação a psicopatologias e demonstram a necessidade de intervenções socioeducativas e psicológicas coerentes com as demandas desta população.



O SILENCIAMENTO DA ESCOLA FRENTE À HOMOFOBIA

Helder Júnio de Souza (UFMG)
helder.junio@hotmail.com

Adla Betsaida Martins Teixeira (UFMG)
adlaufmg@gmail.com

A discussão sobre a homossexualidade tem-se ampliada na atualidade, tanto no aspecto do preconceito quanto dos direitos. Abrir um diálogo sobre a temática no ambiente escolar torna-se necessário, mas também um desafio por buscar quebrar padrões vinculados à questão de gênero, garantindo assim o direito à vivência da sexualidade. Nesse contexto, a proposta de trabalho a ser apresentada é de se discutir a violência velada, dentro do ambiente escolar, àqueles jovens que se orientam sexualmente pela homossexualidade, não anulando aqui as outras formas (bi/trans). A escola tem como uma de suas metas formar o indivíduo para a vivência ética e cidadã. Mas quando se trata sobre orientação sexual, a escola remete a um espaço em que são reforçados os valores heterossexuais e que geram exclusão daqueles que não se enquadram à heteronormatividade (LOURO, 2013; JUNQUEIRA, 2009; TEIXEIRA, 2010). Dessa forma, muitas vezes a escola tende a silenciar frente as brincadeiras e aos termos pejorativos direcionados àqueles que fogem dos padrões heteronormativos (homens devem demonstrar força e virilidade e as mulheres sensibilidade). Esse “silenciamento” colabora para a reprodução da homofobia na escola, uma vez que é considerado como normal (LOURO, 2013; JUNQUEIRA, 2009). Por isso, a necessidade de se dialogar com os conceitos relacionados à orientação/identidade sexual e suas implicações na escola e consequentemente na sociedade. É importante destacar que o Governo Federal criou o programa Brasil sem Homofobia (2004), no intuito de fomentar uma reflexão acerca do assunto da violência/direitos do grupo LGBTs, sendo a escola como um dos ambientes relevantes nessa discussão. Uma pesquisa feita pela UNESCO (2004) sobre o “Perfil dos Professores Brasileiros”, a grande maioria dos entrevistados (professores, pais e alunos) informou ser inaceitável a relação homossexual e que não gostariam de conviver com o mesmo no ambiente escolar, demonstrando assim um preconceito “velado” dentro do ambiente escolar. Dessa forma, “poucos/as jovens se sentirão à vontade para se exporem e, não raro, muitas dessas pessoas enfrentarão processos de profunda negação de sua orientação sexual” (JUNQUEIRA, 2009, p. 31). Trazer o diálogo sobre o tema da homossexualidade na escola, e com ele todo o processo de criação social dos padrões/exclusões, não é apenas um ideal, mas uma realidade necessária, já que há muitos alunos que ainda sofrem diversas formas de violência velada. Mais que isso, significa reconhecer e respeitar o outro como sujeito de liberdade e direitos dentro da escola e da sociedade.



SOMOS GAYS, OU NÃO, EM TODOS OS LUGARES!
NOTAS SOBRE ADOLESCENTES, SEXUALIDADES E FAMÍLIA CONTEMPORANEA.

Caio Cerqueira (UFBA)
caiofcerqueira@gmail.com

Este é um texto que falará sobre o nosso tempo. Sobre os nossos jovens adolescentes, mas muito sobre os nossos adultos e nossas relações sociais atuais. Um texto produzido na capital da Bahia, com jovens dessa cidade, mas que dialoga (metodologicamente) de forma virtual com diversos outros jovens do restante do país. É, basicamente, resultado do diálogo entre teoria e campo de pesquisa que desenvolvo desde 2012, quando iniciei o mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia. O meu objetivo com este *paper* é apresentar as principais características da sociabilidade de adolescentes frequentadores/as de festas em boates gays de Salvador – Bahia nos últimos anos. A partir desse contexto, analiso também, as relações familiares desses jovens tendo como objetivo extrapolar o lugar do lúdico (as festas), preocupado com o cotidiano tecido entre relações com a família, com a escola, com a igreja entre outras instituições tecidas no desenrolar do dia/vida. As análises apresentadas estão lastreadas nas principais transformações ocorridas no Brasil, desde a década de 1970, no tocante às homossexualidades e as suas correlações com geração, família e identidade. A produção na esfera da mídia, da política, dos estudos acadêmicos e do próprio cotidiano (Green, 2000; Carvalho; Adelman; Rocha, 2007; Trevisan, 2007 Garcia, 2010; Pelúcio, 2012; Macrae, 2014) servem de base para a seguinte argumentação: vivemos um presente tangencialmente marcado por mudanças sociais engendradas em tempos e termos recentes. O presente que nos é contemporâneo é resultado de uma série de engendramentos produzidos a partir dessas esferas sociais citadas. A partir da etnografia multi-situada (Marcus, 2011), visitei festas e as observei, conheci jovens e suas famílias, observei e compartilhei momentos com alunos e alunas, estive imerso e produzir densamente (Geertz, 1998) uma descrição sobre uma juventude adolescente que vive sua sexualidade (ou homossexualidade) de forma muito mais livre, embora com uma sociedade bastante resistente. Nas festas, temos descrições sobre os principais elementos e intencionalidades da presença conjunta de centenas de adolescentes; disso surge uma questão: e o pós festas? Se nas festas eles e elas brincam com as possibilidades de sexualidade, no cotidiano isso também é verificável? A partir desses questionamentos, observar as relações familiares foi uma escolha possível para compreender de forma mais abrangente as especificidades das relações familiares e seus recortes com marcadores diversos na contemporaneidade. Passamos de um momento de necessária afirmação sexual, para um presente de constantes possibilidades de se vivenciar essa mesma sexualidade. O que podemos concluir desse passeio entre pessoas, relações e sociedade é que entre passado e presente, o que antes era luta hoje passeia na possibilidade de ser entendido como brincadeira, afinal, *“somos gays, ou não, em todos os lugares, e isso é o que importa”*. Os questionamentos apresentados neste material ganham dimensões ampliadas ao nos permitirem pensar a atualidade da sexualidade no Brasil.



O QUE DIZEM OS/AS JOVENS E SUA REDE DE CONVÍVIO SOBRE A VIVÊNCIA DE DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS EM TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Jaileila de Araújo Menezes (UFPE)
jaileila.araujo@gmail.com

Dandara Maria Onilari Ferreira da Silva (UFPE)
d.onilari@gmail.com

Jéssica do Nascimento Silva (UFPE)
jessicanascimento1971@hotmail.com

Jucinara Rodrigues Bezerra (UFPE)
jucinara.ufrpe@yahoo.com.br

Keise Barbosa Silva (UFPE)
keise.barbosa.silva@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar os significados produzidos sobre os campos dos Direitos Sexuais (DS) e dos Direitos Reprodutivos (DR) por mulheres e homens jovens e sua rede de convívio e apoio (família, comunidade, escola, sistema de saúde) em uma região em processo de intenso desenvolvimento econômico, salientando a intersecção entre os marcadores de gênero, socioeconômicos, de geração e território. Os direitos reprodutivos foram criados para a garantia de meios que promovam a liberdade de escolha reprodutiva, reforçando o exercício mais amplo da cidadania, na conquista de garantias legais e na participação nas decisões públicas, a partir de uma crítica ao determinismo dos imperativos biológicos da reprodução. Os direitos sexuais, por sua vez, referem à vivência da sexualidade com prazer, o direito à liberdade e autonomia no exercício responsável da sexualidade. A temática da subjetivação sexual das/os jovens vem ganhando relevo porque a ela se atrelam, em última instância, a (re) produção social, implicando questões populacionais, tanto quanto da ordem da saúde, da vida, da doença e da morte – todas de especial interesse para políticas locais e globais (PARKER e BARBOSA, 1996). A análise de situação sobre o contexto de desenvolvimento econômico no qual a região pesquisada encontra-se (SUAPE) informa que, não obstante se fale muito sobre a necessidade de perceber a pluralidade de juventudes no contexto de diversidade que caracteriza o Brasil, poucos trabalhos se dedicaram a entender a vivência dessa condição entre populações específicas, considerando-se os recortes de gênero, classes, geração, território dentre outros demarcadores. O presente trabalho aborda dados de uma pesquisa qualitativa realizada com jovens e pessoas de sua rede de convívio. Totalizamos 27 entrevistas que estão sendo analisadas a partir de uma perspectiva interseccional (PISCITELLI, 2008) e de circuito integrado (HARAWAY, 2009). Até o presente fica clara uma dificuldade dos/das jovens acessarem direitos sexuais e direitos reprodutivos por conta da forte incidência do marcador de desigualdade etário/geracional e as limitações impostas pelas desigualdades de gênero e condição socioeconômica. A rede de apoio apresentou dificuldades de considerar a articulação juventude-sexualidade, a partir das vivências dos/das jovens. Sobre a relação entre os termos do circuito (des) integrado, os/as jovens trazem a dificuldade de contar com informação qualificada sobre questões de sexualidade e relatam vivências de opressão e constrangimento na escola, comunidade e posto de saúde. Por outro lado, referem vivências afetivo-sexuais prazerosas no território da cidade do Recife, saindo assim de suas comunidades (municípios que integram a região metropolitana) como forma de evitar a vigilância e controle.



PRÁTICAS SEXUAIS ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS – ELES APRESENTAM COMPORTAMENTO DE RISCO?

Thelma Spindola (UERJ)
tspindola.uerj@gmail.com

Elizabeth Rose Costa Martins (UERJ)
oigresrose@uol.com.br

Marcio Tadeu Ribeiro Francisco (UERJ)
mtadeu@uerj.br

Agatha Soares de Barros (UERJ)
enf_agatha@gmail.com

Claudia Silvia Rocha Oliveira (UERJ)
enf_claudiaoliveira@gmail.com

Luiz Eduardo da Motta Ferreira (UNIRIO)
luizmotta@predialnet.com.br

Introdução – A prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) na população jovem é foco de interesse das autoridades sanitárias em diversos países e especialmente no Brasil, considerando que aproximadamente 25% das IST são diagnosticadas em pessoas com idade inferior a 25 anos. O Ministério da Saúde preconiza o uso do preservativo para a prevenção das DST, entretanto esta prática não é uma constante na vida de muitas pessoas. **Objetivos** – Conhecer o comportamento sexual dos estudantes universitários; conhecer as práticas adotadas para a prevenção de IST entre os estudantes. Discutir a relação entre as práticas adotadas pelos estudantes e o comportamento de risco. **Métodos** – Estudo exploratório, descritivo e quantitativo realizado no Rio de Janeiro, em duas Instituições de Ensino Superior, com seleção de amostra estratificada e intencional de 250 estudantes do curso de enfermagem. Aplicou-se um questionário com 50 questões contendo variáveis relacionadas ao aspecto sociodemográfico, comportamento sexual e outras. Os dados foram analisados com aplicação da estatística descritiva. Pesquisa foi aprovada pelo CEP de ambas as instituições. **Resultados** – A maioria dos jovens têm idades entre 18-25 anos, sexo feminino, sexualmente ativos. Iniciaram as atividades sexuais na adolescência e fizeram uso do preservativo no primeiro intercuro. Já tiveram mais de um parceiro sexual na vida e alguns afirmam contato sexual com pessoas que conheceram pela internet. Alguns participantes do sexo masculino informam relações com pessoas de ambos os sexos. Referem prática do sexo seguro sempre, embora exista um número expressivo de jovens que não adotam continuamente o preservativo. Acreditam que o uso do preservativo previne a exposição às IST, apesar de um número expressivo declarar que não faz uso regular. Informam uso do preservativo nas relações com parceiros fixos e casuais, entretanto é significativo o número de estudantes que declarou não utilizar preservativo com parceiros fixos e, também, em relacionamentos casuais. A adoção do preservativo é, portanto, associada ao tipo de relacionamento afetivo. **Conclusão** – Os jovens não praticam o sexo seguro sempre e assumem um comportamento de risco com o envolvimento com múltiplos parceiros sexuais e adoção do preservativo de maneira irregular, ficando vulneráveis às IST. Embora estudantes universitários e da área da saúde, apresentam comportamento de risco semelhante a outros jovens. Neste contexto acredita-se que outros fatores, para além da racionalização e informação, interfiram de maneira decisiva no comportamento sexual dos estudantes, sendo relevante a implementação de grupos de discussão e ações de educação em saúde.



PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE ADOLESCENTES E JOVENS GESTANTES PARTICIPANTES DO PROJETO INCLUSÃO E REABILITAÇÃO NA GRAVIDEZ ADOLESCENTE.

Ana Carolina Cruz (INAP)
carolacruzbr@yahoo.com

Larissa Leão (INAP)
leao.larissapsicologia@gmail.com

De acordo com dados da UNICEF, há registros cada vez mais comuns de gravidez antes dos 15 anos, estando no Nordeste os maiores índices. Este estudo é fruto do projeto Inclusão e Reabilitação na Gravidez Adolescente que, em sua segunda edição, recebe apoio e financiamento do Programa Criança Esperança. Nascido no Instituto de Neuropsicologia Aplicada (INAP), se propõe ao desenvolvimento da cidadania e inclusão social de adolescentes e jovens grávidas de 11 a 25 anos, residentes de comunidades de baixa renda do Grande Recife, com ou sem limitação intelectual e vitimização doméstica e sexual, preparando-as, dentro de suas limitações, para um perinatal com assistência, um parto humanizado, e vinculação positiva com os bebês. Para isso, promove ações nas comunidades e na sede do instituto, com o objetivo de atender a 800 beneficiários diretos e indiretos entre: gestantes, bebês, cuidadores, familiares e profissionais envolvidos, no período de um ano de financiamento. OBJETIVOS: descrever o perfil clínico-epidemiológico de adolescentes e jovens atendidas pelo projeto Inclusão e Reabilitação na Gravidez Adolescente, determinando características biológicas e sócio-demográficas, presença de deficiência intelectual e de violência doméstica/sexual, buscando identificar os tipos de violência. MÉTODOS: Trata-se de um estudo tipo corte transversal dos prontuários das adolescentes e jovens que foram atendidas na sede do projeto, com faixa etária de 11 a 25 anos, no período de março de 2015 a janeiro de 2016. RESULTADOS: Até o momento, foram analisados 24 prontuários constantes nos arquivos da instituição, porém a pesquisa continuará em andamento e pretende ampliar esse número até a capacidade prevista de 350 gestantes, tornando os dados aqui descritos, ainda preliminares. Das vinte e quatro participantes atuais, quatro são negras, duas são brancas, e dezoito pardas. Todas se denominaram solteiras, porém doze possuem companheiro. Nove ainda não concluíram o ensino fundamental, tendo uma dessas, parado de estudar, dez ainda cursam o ensino médio, e cinco concluíram o mesmo. Dez apresentam renda familiar média igual ou inferior a um salário mínimo, seis entre um salário mínimo e mil e quatrocentos reais, e seis não souberam informar a renda familiar. Nenhuma possui ocupação laboral. Quanto ao pré-natal, duas ainda não haviam realizado nenhum exame, e uma não respondeu. Seis delas já tiveram abortos espontâneos, tendo uma delas, sofrido aborto três vezes. Em relação a doenças crônicas, uma é portadora de HIV. Seis delas assumem fazer uso de álcool e/ou drogas durante a gravidez. Quatro sofreram violência física (VF) e psicológica, quatro sofreram VF, e duas presenciaram cenas de VF. Cinco não sofreram, e nove não responderam. Por enquanto, não houve nenhum caso de déficit intelectual. CONCLUSÕES: preliminarmente não observamos nenhuma incidência de jovens que apresentam déficit cognitivo, mas nota-se uma predominância de raça parda com estado civil solteira, não-trabalhadoras, além de dados referentes a abortos doenças crônicas e violência física. Esses são dados que retratam a realidade de muitas adolescentes brasileiras, o que já aponta para a importância de enfatizar as ações já existentes voltadas à educação sexual e reprodutiva, à promoção de saúde da adolescente, e à gestação.



A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS NO PROCESSO EDUCATIVO DAS JOVENS BRASILEIRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA O DEBATE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

Kelly Murat (UCAM)
mduarte.12@gmail.com

Agatha Silva (UCAM)
silva.agatha1@gmail.com

Jéssica Cristina Krawczuk (UCAM)
jessicakrawczuk@hotmail.com

Josiane de Souza (UFF)
josiane.r@hotmail.com

A presente proposta de trabalho tem por objetivo contribuir para o debate sobre a construção dos papéis sociais de gênero no processo educativo de crianças e adolescentes do sexo feminino e sua relação com as situações de violência contra mulheres. Para a Socióloga Heleieth Saffioti (2004), o conceito sobre gênero faz parte de uma categoria histórica, e influencia na forma como os indivíduos se relacionam uns com os outros na sociedade, os determinando como protagonistas na construção de novas culturas, estabelecendo papéis sociais específicos para homens e mulheres. Os papéis sociais perpassam por processos de socialização, e a respeito disso Magalhães (2010) aponta que o desenvolvimento das atribuições e funções dos sujeitos na sociedade podem ser apreendidos a partir da família, no qual pais, mães e parentes irão influenciar nas crianças seus valores e crenças sobre o que é ser homem e ser mulher. Torres (2002) versa sobre esse processo a partir da educação formal, que desenvolve uma pedagogia que executa atividades focalizadas nos sexos das crianças e adolescentes. A Organização Mundial de Saúde (2002) conceitua violência como plural, e existem diversas formas de sua expressão, que podem causar desde danos imediatos ou que podem perdurar por períodos extensos na vida dos indivíduos. Saffioti (2004) corrobora, elencando que entre as práticas permitidas ao macho, se encontram as diversas formas de violências contra as mulheres, e como ocorrência legitimada pela sociedade, quando a mesma confere aos homens, através de processos educativos sociais e culturais, poder para que desenvolvam e exerçam sua força, potencia e dominação contra as mulheres. A cartilha “mulheres e violência”, elaborada pela campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres” no ano de 2006, expõe que assim como existem diversas formas das agressões contra as mulheres, as vítimas também são diversas, e devem ter suas situações analisadas a partir de um contexto cultural, econômico e psicológico. Diante do exposto, este trabalho visa contribuir com algumas considerações sobre a construção dos papéis de gênero das jovens brasileiras, seus rebatimentos acerca da violência de gênero pautada por uma cultura adrocêntrica, reforçada por campanhas midiáticas de mercantilização do corpo feminino e da coisificação das relações sociais. Mulheres que, desde a infância, estão vulneráveis a diversos tipos de abusos, apesar da existência de todo um arcabouço jurídico que visa à proteção de seus direitos, como o Estatuto da Criança e do adolescente, o Estatuto da Juventude, a Lei Maria da Penha e a atual Lei do Feminicídio.



**GÊNERO, JUVENTUDE E CONTROLE:
AS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA
CRIMINOLOGIA FEMINISTA.**

Natália Bittencourt Otto (USP)
nataliab.otto@gmail.com

Este trabalho busca discutir a atual situação das adolescentes mulheres internadas pelo cometimento de atos infracionais no Brasil a partir da perspectiva de uma epistemologia feminista. Assim, apresenta-se abordagens que tratam do controle penal das jovens mulheres como uma das facetas de uma estrutura maior de controle das mulheres que permeia tanto ambientes públicos quanto privados. A criminologia de orientação feminista, ao desafiar as perspectivas androcêntricas de estudo do crime e do controle social, lembra que, antes de ser submetida ao sistema judicial, a mulher estava – e ainda está – submetida a controles sociais rígidos em âmbito privado e público, dentre os quais estão incluídos o controle doméstico exercido pelos pais e pelo marido, o controle médico, o controle no mercado de trabalho e o controle de acesso aos espaços públicos. Assim, a relação da mulher com o poder punitivo está no processo de gestação deste próprio poder, que pode ser inclusive compreendido como um poder de gênero, visto que, desde seu início, a mulher e o sistema de relações que ela representava (a família e as crianças, por exemplo) foram por ele agredidos. Ademais, apresentam-se também recentes pesquisas sobre a vida das adolescentes internadas no Brasil. Além de expor as conclusões que recentes estudos sobre o tema chegaram no Brasil, o trabalho visa problematizar certas temáticas a partir da perspectiva de uma epistemologia feminista, que trata da maneira profundamente distinta com que as mulheres e os homens experienciam fenômenos históricos, sociais e emotivos. Além disso, a epistemologia feminista coloca seu foco nos relatos e nas experiências de mulheres. Assim, apresentam-se relatos coletados em pesquisas recentes a fim de discutir as possíveis intersecções entre os temas do gênero e da violência. Abordam-se perspectivas que veem o cometimento de atos de violência física por parte de jovens mulheres como atos de resistência aos papéis de gênero, bem como outras que atestam que o cometimento destes atos se dá devido a uma situação de vulnerabilidade social e de dominação masculina. Busca-se não extinguir o debate e apontar uma causalidade única para o cometimento de delitos por parte de adolescentes, mas sim fomentar a abrangente e necessária discussão sobre o controle penal de adolescentes mulheres. Acredita-se, ainda, que abordar essa realidade, atualmente muito invisibilizada, é de grande relevância diante da presente situação política brasileira, na qual as pressões para o endurecimento da punição penal de adolescentes se acirram.



DIÁLOGOS SOBRE NAMORO E OUTROS VÍNCULOS AFETIVO-SEXUAIS COM AS/OS JOVENS DE CABO DE SANTO AGOSTINHO E IPOJUCA (RECIFE-PE).

Rocio del Pilar Bravo Shuña (UFPE)
rociodelpilar.bravo@gmail.com

Karla Galvão Adrião (UFPE)
galvaoadriao@gmail.com

Este estudo buscou compreender como as/os jovens entre 16 a 19 anos de idade, moradoras/es e estudantes de escolas públicas nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca -zonas que nos últimos anos foram foco de grandes mudanças populacionais, econômicas, políticas e de infraestrutura a causa dos grandes investimentos provenientes de empresas de grande porte como a Petrobras- significam suas vivências de namoro e outros vínculos afetivo-sexuais em interseção com os marcadores sociais de gênero, geração, raça e classe. Trazemos nossas reflexões surgidas num trabalho dissertativo intitulado “Diálogos sobre sexualidades com as/os adolescentes/jovens de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca”, uma pesquisa-intervenção de perspectiva feminista pós-estrutural cujos instrumentos de interação com as/os jovens foram rodas de conversa e a produção de mídias audiovisuais. Nestes diálogos observamos diferenças, (des) igualdades e agenciamentos que as/os jovens vivem e mobilizam no percurso de suas carreiras sexuais. No namoro, percebemos o ideal de um amor romântico, o pretendente é quem visita aos pais da jovem para solicitar o aceite do relacionamento, vínculo já iniciado fora dos olhos familiares. A petição formal do rapaz é sinal de “namoro sério”, fiel e comprometido. Mas, nem todos recebem a aceitação da família, o que não implica necessariamente o fim do relacionamento, o casal pode encontrar outras vias para manter-se. Assim sendo, surgem na “ilegalidade” além do namoro clandestino, outras formas de viver sua sexualidade e seus afetos fora da vigilância adultocêntrica, como “ficar”, “amizade colorida” e “conhecerem-se”. Para nossas/os interlocutoras/es é no ficar onde pode rolar desde um beijo, um amasso, até o coito em si com alguma pessoa a princípio desconhecida, mas não necessariamente, o que de fato, caracteriza este tipo de vínculo é seu caráter passageiro – embora alguns possam passar de “ficantes ocasionais” a “fixos”, até namorar “sério”; já a “amizade colorida” é aquela amizade que prevê também relações sexuais e nesta forma de relacionamento estão as amizades com os ex-namorados. E no “conhecerem-se” configura-se como o processo onde duas pessoas estão se conhecendo para namorar ou não. Através destas experiências, também discutimos as teorias ideológicas (heterossexismo, capitalismo, patriarcado, colonialismo) que sustentam e mobilizam saberes/poderes na interação entre as micropolíticas e macropolíticas que circulam nos cenários sexuais das/dos jovens; Discutimos ainda os circuitos (des) integrados (HARAWAY, 2009): família, escola, religião e posto de saúde, os quais dificultam a vivência da sexualidade delas/deles e o acesso a seus direitos sexuais e direitos reprodutivos. Este é um panorama mais constrangedor para as mulheres e para os grupos LGBT. Assim, consideramos que trabalhar desde um olhar feminista e de direitos tenha facilitado as reflexões e os posicionamentos das/dos jovens como sujeitos sexuais capaz de posicionar-se frente as (des) igualdades que as/os atingem.



OS MÚLTIPLOS PAPÉIS DA MULHER: O OLHAR DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.

Fernanda Soutto Mayor (UFRJ)
fernandab.souttomayor@gmail.com

Giuliana Mordente (UFRJ)
giulianamordente@yahoo.com.br

Julia Robaina de Almeida (UFRJ)
juliarobaina.a@gmail.com

Hebe Signorini Gonçalves (UFRJ)
hebe@globo.com.br

O Projeto Parcerias realiza grupos semanais com adolescentes em conflito com a lei, do sexo masculino, que cumprem medida de internação numa unidade socioeducativa do DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas). Estes encontros promovem um lugar em que se torna possível a discussão e reflexão sobre o impacto da medida socioeducativa nas subjetividades desses jovens, que se veem privados de liberdade. Dessa forma, diante de um cotidiano institucional que tem como efeitos o enrijecimento e a normatização dos corpos e dos espaços, nos grupos realizados pelo projeto, esses adolescentes são convidados a protagonizar processos nos quais se faz possível reavivar identidades para além dos atos infracionais cometidos, assim como resistências diante da mortificação destas individualidades. Assim sendo, nos grupos, as temáticas são trazidas pelos próprios adolescentes e tomadas como objeto de reflexão, de forma a suscitar um debate para além das condições que lhes são impostas pela instituição. A discussão sobre o lugar social da mulher é constantemente trazida pelos adolescentes, de duas formas principais: a partir do lugar da mulher-mãe, apresentada como digna de respeito e confiança, sempre mencionada com muito apreço, e da mulher-mina, aquela que é objeto do relacionamento amoroso, ao qual deve se dedicar fielmente, e nunca depositária de confiança. Entendemos que esse discurso dos jovens permite problematizar questões relativas às desigualdades de gênero, uma vez que suas concepções sobre o papel da mulher na sociedade se apresentam de forma diferente, dependendo do laço afetivo em questão. A mulher-mãe é admirada e exaltada pelo cuidado e esforço empreendidos na criação dos filhos, muitas vezes de forma independente, decorrente da ausência do pai, e por isso é merecedora de sua devoção, que se diz manter por toda a vida, independente dos acontecimentos. Já com a mulher-mina se estabelece uma relação de caráter mais frágil e desconfiada, em que se espera a fidelidade e a dedicação feminina em posições mais submissas ao homem. Ainda que as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais tenham colocado em cheque as relações de gênero, esse discurso persiste na sociedade brasileira, com forte ressonância entre os adolescentes. No presente trabalho procuramos analisar, com base no olhar dos adolescentes, esses múltiplos papéis atribuídos à mulher, trabalhando os diários de campo do Projeto a partir das teorias de gênero e da literatura acerca das favelas cariocas, onde habitam os adolescentes com os quais fazemos interlocução nas unidades do DEGASE, assim como as reverberações deste imaginário nas relações com as estagiárias mulheres que participam do projeto e demais funcionárias da instituição. Procuramos desse modo analisar as forças que atuam em seus discursos e as ressonâncias nas suas relações interpessoais.



JOVENS, SEXUALIDADE E GÊNERO: E QUANDO A AIDS SE APRESENTA COMO O OUTRO?

Fernanda Oliveira Queiroz de Paula (UFRJ)
feoqp@yahoo.com.br

Na atualidade, a epidemia da AIDS no Brasil ainda é uma realidade e atinge principalmente os jovens. A peculiaridade dessa doença é que ela é transmitida em rede, na relação com o outro. Por esta razão, o projeto “Adolescer com arte” do Centro de Acolhimento à Infância e à Adolescência – CAIA, desenvolve um trabalho de prevenção às DSTs/HIV/AIDS no município de Juiz de Fora/MG. Utilizamos como método de pesquisa-intervenção o dispositivo psicanalítico da conversação e o trabalho de educação em saúde. Nossa principal constatação foi a de que as jovens que participam do projeto possuem um conhecimento a respeito da função e do modo de uso do preservativo, mas, mesmo assim, isso não implica em consentirem a se servir dele. Para compreendermos quais os impasses que essas jovens encontram para se prevenirem, estabelecemos as seguintes questões de pesquisa: Porque apenas a informação não garante a prevenção? O que impede e/ou dificulta o uso do preservativo nas relações sexuais é idêntico para as garotas e garotos? Extraímos das conversações alguns dados novos. A identidade de gênero influencia na adoção ou não da prática do sexo seguro, mas também, há um real que o conceito de gênero não inclui e que retorna desafiando a prevenção: a dissimetria entre o gozo masculino e feminino. Nesse trabalho, pretendemos distinguir a influência das relações entre os gêneros, daquela que está relacionada com o gozo erotômico relativo à vertente feminina da sexualidade, conforme elaborada por Jacques Lacan. Estes são obstáculos que acarretam impasses subjetivos no que se refere ao uso do preservativo frente ao (a) parceiro (a) sexual. Além disso, pretendemos demonstrar que a via da palavra é uma possibilidade de articulação das relações entre desejo e gozo ao campo das práticas de prevenção e assistência à saúde feminina.



NAS LINHAS SOCIOPOÉTICAS DA SEXUALIDADE: JOVENS DA ILHA DESCOLONIZANDO AS IDENTIDADES SEXUAIS NA ESCOLA.

Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento (UESPI)
romario_rawlyson@hotmail.com

O presente artigo é parte de uma pesquisa de mestrado que teve por objetivo analisar as linhas de pensamento dos jovens do ensino médio de uma escola pública em Ilha Grande (PI) por meio de ideias e confetos produzidos sobre o tema sexualidade na escola. Como método de pesquisa, utilizamos a sociopoética, que acredita na produção coletiva do conhecimento; conhecimento este que se produz com o corpo inteiro tendo a arte e a afecção como dispositivos potencializadores. Na sociopoética não há coleta de dados, mas sim a produção deste por meio de técnicas artísticas e corporais que favorecem a criação diferentes formas de se pensar um determinado tema gerador. Para esta pesquisa, utilizamos a técnica de produção de dados denominada: Cartografias Sexuais que envolveu primeiramente exercícios de ativação corporal, nos quais os jovens andavam em círculos, em seguida ainda com os corpos em movimento foram distribuídos novelos de lã para que os jovens soltassem as linhas da sexualidade em múltiplas direções a partir de seus percursos. Após a formação de um emaranhado de linhas, os jovens mergulharam no rizoma da sexualidade na escola. Depois sentados em círculo, os jovens transpuseram a experiência vivida para a linguagem plástica usando um papel e tinta guache, posteriormente houve a partilha do sensível na qual os jovens falaram de experiências estéticas e corporais vivenciadas a partir da técnica, ao passo em que relacionavam as mesmas com a produção de sentidos acerca do tema gerador sexualidade. Para este artigo trazemos os seguintes confetos (conceito+afeto) produzidos: Sexualidade Enganchada no Armário, uma sexualidade ambígua que quer e não quer sair do armário, Sexualidade que se Assume e Não Pode Voltar Atrás, uma sexualidade que depois que se assume não pode negar-se jamais, e Sexualidade Crazy, uma sexualidade fluida e constante mudança. A partir dos confetos citados os jovens da Ilha problematizam as identidades sexuais, pois apontam problemas para a perspectiva de pensa-las de maneira fixa e imutável. Ainda por meio dos referidos confetos os jovens apontam caminhos para criação daquilo que denominamos de Currículo Crazy, um currículo descolonizador das identidades sexuais, pautado na produção da diferença e no cruzamento das fronteiras. Um Currículo Crazy situa-se nos horizontes das possibilidades, demanda uma educação sexual que não imponha limites fixos, prescreva certo e errado de maneira arbitrária. Precisamos de uma educação sexual na qual crianças e jovens possam refletir sobre as possibilidades de seus corpos, possibilite a vivência de uma sexualidade fronteira, que se permita o prazer; e que, paralelo a esse viver livre, possam compreender a partir de suas próprias experiências a necessidade do cuidado de si e do outro.



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O QUE PENSAM OS JOVENS?

Paula Pulgrossi Ferreira (UNICAMP)
pah.pedagoga@gmail.com

O estudo aqui apresentado parte dos resultados preliminares de uma pesquisa, em nível de mestrado, financiada pela Capes, que será finalizada no final deste ano. Esta pesquisa busca compreender os sentidos e significados da violência contra a mulher para jovens estudantes do primeiro ano do ensino médio. Os sujeitos pesquisados são meninos e meninas que frequentam uma escola pública da cidade de Campinas, localizada no subdistrito de Barão Geraldo. A escolha pelos jovens nessa faixa etária se deu a partir da análise de dados nacionais da violência contra a mulher que indicam estar na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade, o maior número de vítimas. Logo, a escolha pelos estudantes do 1º ano do ensino médio ocorreu por ser a idade regular de ingresso neste nível de ensino (14 e 15 anos) coincidente, de certo modo, com as vítimas mais jovens desse tipo de violência, além disso, é nessa série que encontramos as maiores taxas de matrícula nesse nível de ensino no Brasil. Esta pesquisa está embasada na concepção de que a violência contra a mulher é fruto da desigualdade socialmente construída a partir dos gêneros feminino e masculino. Os estudos de Whitaker (1988) e Scott (1995) contribuem para compreendermos a ideologia machista que percorre as relações na sociedade, transformando diferenças em desigualdades. Considerando a escola como um espaço sociocultural, de formação de crianças, jovens e adultos, que permite o encontro de sujeitos, a produção e reprodução de conhecimentos e de cultura, entendemos que esta é atravessada pela desigualdade de gênero, condicionando comportamentos e saberes pautados na discriminação das mulheres. Este estudo também problematiza a concepção de juventude, compreendendo-a, como para Bourdieu (1978), enquanto uma construção social, uma definição que se dá na relação social, isto é, marcada pelas contradições e tensões postas na relação entre diferentes grupos etários. Nesta perspectiva, a metodologia escolhida para esta pesquisa é a etnografia, buscando uma perspectiva integrada e articulada com o contexto social, cultural e educacional dos sujeitos investigados. Até aqui é possível afirmar que a violência contra a mulher é um tema recorrente na vida dos (as) jovens entrevistados tanto para as meninas quanto para os meninos. A violência física é a mais identificada pelos (as) jovens. Outros tipos de violência, como as definidas pela Lei Maria da Penha, não foram citados. A partir das entrevistas observa-se que ambos afirmam conhecer mulheres que sofreram violência, muitas são participantes de suas vidas e em poucos casos ocorre a denúncia da violência, demonstrando a descrença na aplicação da Lei Maria da Penha. Portanto, essa análise preliminar demonstra como a violência contra a mulher permeia a vida desses jovens e atravessa os muros da escola, influenciado no modo como significam as relações entre homens e mulheres em nossa sociedade.



JUVENTUDE E DIVERSIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO: A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS CLÍNICO-POLÍTICAS NOS CENTROS DE CIDADANIA LGBT.

Luiza Salas (UERJ)
luizasalas@yahoo.com.br

Flávio Guilhon (UERJ)
guilhon.flavio@gmail.com

Carolina Motta (UERJ)
carolteat@yahoo.com.br

O presente trabalho tem por objetivo realizar algumas análises a partir do encontro das discussões sobre juventude com as diversidades sexuais e de gênero. Nossas experiências enquanto profissionais de Psicologia nos Centros de Cidadania LGBT – serviços implantados pelo Programa Rio sem Homofobia da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e que tem por finalidade o combate à homofobia e à transfobia, assim como assegurar direitos e construir cidadania das pessoas acompanhadas. Acompanhamentos esses realizados a partir de práticas interdisciplinares produzidas a partir do encontro da Psicologia, do Direito e do Serviço Social. Diante das especificidades dos casos acompanhados, em especial dos casos que envolvem pessoas jovens transexuais, somos convocadas a repensar nossas práticas *psi*, rompendo com pressupostos de distanciamento e de neutralidade no exercício da profissão, rompendo com a proposta de uma clínica individual e de consultório, com ideias desenvolvimentistas e adultocêntricas. Ao longo dessa jornada, fomos abandonando velhos territórios, e nos lançando, nômades, rumo à construção de novos territórios, alicerçados em um saber-fazer que vai se construindo na própria prática e cujas intervenções estão em constante (re) construção, não havendo espaços hierarquizados e compartimentalizados. Assim, seguimos fazendo empréstimos não autorizados buscando numa perspectiva clínica-política as ferramentas que nos sejam úteis para intervir no cenário das diversidades sexuais e de gênero que atravessam a juventude. Para pensar acerca dos desafios que constituem este cenário, utilizaremos do caso de M., 13 anos, que chega ao serviço via encaminhamento do Conselho Tutelar. M. é o nome social que gosta que lhe chamem, que ainda destoa do nome e do sexo que constam em seu registro civil. M. se encontrava, naquele momento, em uma casa de passagem por determinação judicial, em virtude da tentativa de envenenar sua família; por conta de ameaças que sofria por parte do padrasto, pastor de uma igreja evangélica, que condena sua vivência em outro gênero que não o de sua certidão de nascimento; e também pelas ameaças sofridas pela rede de tráfico de drogas do local onde mora, por conta da realização de pequenos furtos na comunidade. Na Casa de Passagem nos deparamos com limites e violências institucionais, como o não respeito à sua identidade de gênero, ao uso do nome social, à utilização de determinadas roupas e certas posturas, que segundo a equipe do abrigo, se justificava a fim de evitar assédios e constrangimentos por parte de adolescentes que se encontravam nesta instituição. Na escola, também encontramos um quadro de bullying e preconceito por parte do corpo discente, além da dificuldade da equipe da escola em lidar com questões relacionadas às diversidades de gênero. O caso de M. nos convida a repensar os limites e desafios presentes na atuação profissional no campo da Psicologia, no sentido de não psicologizar sua vivência, não enquadrar seus sofrimentos de acordo com códigos de diagnósticos e não tentar domesticar e docilizar seu corpo. Impulsionando-nos na rota de produzir práticas, que a partir de apostas em uma clínica-política dialoguem com os Direitos Humanos, construindo novas singularizações e potencializando a vida.



COMO A JUVENTUDE BRASILEIRA EXPRESSA AS QUESTÕES DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE.

Andressa Botton (UFSM)
andressa_botton@hotmail.com

Marlene Neves Strey (PUC/RS)
streymn@puccrs.br

No trabalho cotidiano com jovens, é possível notar o progressivo aumento da diversidade na expressão da sexualidade e das questões de gênero. Estereótipos clássicos de masculino e feminino estão, após a onda do feminismo pós-estruturalista, cada vez mais frouxos, permitindo a verdadeira manifestação da orientação sexual dos sujeitos, em qualquer faixa etária. Esse fenômeno, porém, é mais perceptível entre os jovens, pois esses já tiveram seu crescimento e desenvolvimento em sociedades e culturas menos estereotipadas em relação às expressões da orientação sexual, da sexualidade e das questões de gênero. Nessa perspectiva, com essa pesquisa, objetiva-se analisar os discursos hegemônicos sobre a expressão da sexualidade e do gênero nos adolescentes escolares, e de que forma os estereótipos tradicionais influenciam suas relações de amizade, de amor, suas relações na família e seus projetos de vida. Para isso, estão sendo realizados grupos focais com adolescentes do Projeto Pescar, com faixa etária entre quinze e dezenove anos. Define-se, no mínimo, três grupos focais com cada grupo de jovens, que serão indicados pelo Projeto. Esclarece-se que as temáticas para cada encontro do grupo estão contemplando os interesses desta pesquisa. Como método para análise dos dados será utilizado o proposto por Schütze (1977, *apud* Jovchelovitch e Bauer, 2002) em associação com as orientações sobre a Análise de Discurso de Gill (2002). Como o projeto está sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Relações de Gênero, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, os resultados ainda são parciais. Considerando-se que a proposta desta pesquisa se originou de um estudo de mestrado de uma das colaboradoras do grupo, tem-se como respostas iniciais que os jovens contemporâneos ainda vivenciam muitas violências de gênero em suas relações, principalmente de forma simbólica, mas que tem mostrado recursos discursivos e comportamentais que os permitem escapar dos estereótipos tradicionais. Dessa forma, seus projetos de vida apresentam-se mais distantes da fixidez sexo/gênero tradicional, ancorando possibilidades de maior diversidade na expressão de suas vivências afetivo-sexuais e seus projetos profissionais. É preciso, entretanto, um olhar atento que considera a existência, ainda, das expressões de gênero bastante tradicionais, com discursos e comportamentos estereotipados, mostrando que mesmo com os avanços em relação às questões de gênero, o patriarcado e o sexismo ainda se fazem presentes entre os jovens e seus caminhos na sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, com esses resultados em mãos, é possível, enquanto profissionais da Psicologia, pensar em formas de facilitar a interação com/entre os jovens atuais, problematizar os estereótipos tradicionais que eles ainda se obrigam ou são obrigados a vivenciar e refletir sobre estratégias discursivas que os alcançam, bem como entre os educadores e profissionais em geral que com eles interagem, garantindo a manutenção da flexibilização das expressões de gênero em geral, buscando a diminuição dos estereótipos e comportamentos tradicionais.



**JUVENTUDE E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA:
IMPLICAÇÕES DO ESTIGMA E DA AUSÊNCIA DE DIREITOS FRENTE AO CRESCIMENTO DA
PRESENÇA FEMININA NO SISTEMA CARCERÁRIO.**

Rejane Costa da Silva (UNIRIO)
rejanecosta2209@gmail.com

Elaine Barbosa (UNIRIO)
elainebarb2009@hotmail.com

Claudia Miranda (UNIRIO)
miranda1112@globbo.com

O presente trabalho apresenta aspectos centrais de nossa imersão teórica no grupo de pesquisa sobre *Formação de professores, pedagogias decoloniais e interculturalidade (s): agendas emergentes na escola e na universidade*. A partir das observações preliminares sobre a experiência de mulheres jovens encarceradas, fomos motivadas a problematizar as condições pelas quais esse grupo está submetido. Entendemos que, ainda jovens, mulheres sofrem diferentes tipos de violência como físicas, verbais e psíquicas. Nosso ponto de partida é que as representações construídas acerca desse lugar de mulher jovem e pobre legitimam a permanência desse fenômeno como algo “natural” e impulsionado pelos modos inventados de inserção dessa mulher, sobretudo se tomamos como base as relações patriarcais onde práticas opressivas são revalidadas gerando uma experiência singular para o sujeito feminino. Mulheres encarceradas não são vistas como sujeitos de direitos. Intentamos assim, através dos relatórios privilegiados em nossa investigação, mapear as práticas que indicam uma posição inferiorizada e de opressão. Com o objetivo de apreendermos nuances próprias do campo dos estudos feministas sobre o papel da mulher intelectual junto às agendas das mulheres subalternizadas, apontadas a importância de analisarmos esses traços da pertença outra de jovens em situação de privação de liberdade. Notadamente, são negados direitos inclusive de terem celas diferenciadas. Assim os relatórios aqui considerados, evidenciam que muitas mulheres jovens estão confinadas por cometerem crimes com o intuito de ajudar na renda familiar; mulheres que são mães solteiras e chefes de família vítimas da desestrutura social que tem promovido a feminização da pobreza. Propomos uma ruptura com as relações que escravizam esse segmento no Brasil e no mundo. A análise metodológica será norteadada pelos estudos que evidenciam a necessidade de uma descolonização contínua na experiência do feminino. Para tanto ganham centralidade os estudos de Sueli Carneiro (2005), Bell Hooks (2008; 2015), Frantz Fanon (1979), e Gayatri Spivak (2014). Como resultado preliminar, vimos que o sistema prisional brasileiro está sob rasura e projetado por grupos masculinos que pouco tem acompanhado as transformações profundas da sociedade e tampouco dialogam com os/as agentes sociais e políticos envolvidos com o mapeamento desses desdobramentos sociais.



GÊNERO E SEXUALIDADE NO IFRS: AÇÕES E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS DE COMBATE A HOMOFOBIA.

André Luiz Portanova Laborde (IFRS)
andre.laborde@caxias.ifrs.edu.br

Isabelle Daneluz Raimann (IFRS)
isabelle.raimann@caxias.ifrs.edu.br

Driéle de Castro Rodrigues (IFRS)
isabelle.raimann@caxias.ifrs.edu.br

O presente trabalho tem o objetivo de evidenciar as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Caxias do Sul, em particular, sobre as ações desenvolvidas em razão do dia Internacional de combate a Homofobia. Antes de tudo, é importante salientar que a missão do NEPGS é desenvolver e fomentar ações, estudos e pesquisas nas seguintes áreas: Identidade de Gênero e Identidade Sexual; Corporeidade e Saúde; O papel da Mulher na sociedade; Feminismo e Movimentos LGBT. O compromisso fundamental é construir um espaço de discussão no qual se possa pensar e produzir conhecimento acerca dos desafios e problemas sociais vinculados as questões de Gênero e sexualidade. A intenção é relatar as estratégias desenvolvidas pelo núcleo, bem como, relatar o registro da atividade desenvolvida com as turmas de Ensino Médio Integrado intitulada: “*#DesafioContraAHomofobia*”. Além disso, o objetivo da atividade proposta, também se focou em problematizar esses conceitos no ambiente escolar. A Instituição por tradicionalmente, ofertar cursos técnicos, ou seja, por representar a imagem de um ambiente muitas vezes hostil, se fez necessário, organizar e pensar estratégias de sensibilização e reflexão no espaço escolar. No entanto, é possível adiantar, que essa imagem hostil está totalmente ultrapassada. E a recepção desta atividade, bem como outras ações e proposta do NEPGS, são bem acolhidas pela comunidade escolar. Nessa atividade, os alunos formaram equipes, e cada equipe foi responsável por realizar uma fotografia e sua respectiva legenda (tradução de uma frase, verbete ou pensamento), onde casais de meninos e meninas representassem que à igualdade de direitos sobre a identidade de gênero e sexual deve ser vivida e respeitada em sua plenitude. Juntamente, com esta ação, foram trabalhados conceitos essenciais para a promoção dos direitos sociais, como também das práticas em combate a discriminação. A partir do desenvolvimento da proposta de ação com a comunidade escolar, aproveitamos para coletar dados, para justamente verificar quais estratégias vinculada as práticas de ensino, formais e não formais, podem ser utilizadas para a formação cidadã dos alunos (as). Podemos concluir, que felizmente, tivemos resultados muito positivos em relação a concepção de gênero abordada pelos alunos (as) do IFRS – Caxias do Sul, demonstrando envolvimento, discernimento e diretriz ao combate à Homofobia. A ideia deste trabalho é poder apresentar a proposta desenvolvida, sobretudo, discutir o papel de protagonismo e *empoderamento* dos alunos (as) sobre o desenvolvimento de ações e atividades que possam sinalizar novos tempos e entendimentos face à promoção ao respeito a diversidade e as mais diversas manifestações de amor e configuração familiar, de gênero e sexual em nossa sociedade.



FORMAÇÃO DE JOVENS PARA A SEXUALIDADE NO MEIO FAMILIAR: SOBRE AQUILO QUE AINDA NÃO SE PODE DIZER.

Maria do Carmo Alves do Bomfim (UFPI)
carmicita@ig.com.br

Efigênia Alves Neres (UFPI)
efigeniaufpi@hotmail.com

O presente estudo trata de uma pesquisa do Programa PIBIC/CNPq/UFPI, intitulada “Formação para a Sexualidade no espaço familiar: diálogos entre Jovens, Adultos e Idosos no Parque Eliane, em Teresina-PI”, realizada no período de 2013 a 2014. O interesse em pesquisar esta temática emergiram de experiências vivenciadas durante o Projeto de Intercâmbio Científico-Cultural “Rodas de Culturas”, desenvolvido na comunidade Parque Eliane (Zona Sul de Teresina-PI), entre a Universidade Federal do Piauí, a Universidade Estadual do Piauí e a Università Degli Studi Di Verona– UNIVR/Itália. Louro (2000), Foucault (1988), Del Priore (2011), Matos (2010) e Xavier Filha (2009) destacam-se como as/os principais teóricas/os que fundamentaram essa pesquisa, que teve como foco analisar as práticas de formação para a sexualidade entre membros de cinco famílias (jovens, adultos e idosos). Para tanto, este estudo teve o propósito de entendimento de como se efetiva (ou não) a prática de formação para a sexualidade entre os/as co-pesquisadores/as e a partir de seu desenvolvimento promover a compreensão de suas subjetividades e sentimentos sobre a temática da sexualidade e cultivar entre eles/as valores que elevem a autoestima, o respeito mútuo, o respeito às emoções, os desejos, às opções sexuais e os sonhos de cada um/a. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, do tipo Pesquisa-Ação, inspirada nas orientações de Melluci (2005) e Thiollent (2007), por meio de ações de intervenção e oficinas temáticas, com uso de diversas técnicas de convivência, participação e diálogo. Estas experiências possibilitaram a compreensão de que o debate sobre a sexualidade no espaço familiar é difícil, pois o tema continua carregado por mitos e tabus que reafirmam que esse assunto não é (ou não tem como) para ser discutido em casa. Os/as jovens se fecham (ou silenciam) para os pais, enquanto estes acreditam que os filhos/as são capazes de aprender a conviver com a sexualidade sozinhos, sem nenhuma orientação. Outra crença arraigada à questão da sexualidade é que está é percebida pelos familiares como associada somente ao ato sexual em si, desconsiderando outros elementos que envolvem essa dimensão da vida: as emoções, os desejos, os sentimentos e prazeres. Deste modo, apreendemos que uma das maiores dificuldades da família em praticar diálogos quanto à sexualidade emergente dos/as jovens, seja causada pela falta de conhecimento do valor dessa dimensão para a vida deles/as e de cada um de nós. Em suma, evidenciamos com este estudo que se faz necessário na relação dialógica entre pais/mães/avós/tias e filhos/as a construção de novas linguagens horizontais, respeitadas e emancipadoras para se referir à sexualidade, abrindo espaço para a promoção, a defesa e a garantia dos direitos que homens e mulheres têm de viver como cidadãos/ãs em todas as fases da vida e em todos os espaços sociais. Ademais, nossas famílias também precisam assumir a perspectiva de que os/as jovens carecem, além de bens sociais e materiais adequados para o atendimento de suas necessidades, de amor, compreensão, acompanhamento, orientação e apoio para viverem com segurança as suas experiências e construir valores e princípios éticos, humanitários, culturais, políticos e sociais.



OFICINAS DE SEXO SEGURO: UMA METODOLOGIA DE PREVENÇÃO DO HIV PARA OS JOVENS.

Joelma do Socorro Lima Bezerra (UFPA)
joelma_lima02@yahoo.com.br

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) ainda é um grave problema de saúde pública no Brasil. O trabalho de prevenção se constitui um desafio desde a primeira década da epidemia pois, apesar das campanhas e difusão de informações sobre o tema, ainda hoje cresce o número de contaminações pelo HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana, especialmente em alguns grupos, como jovens e mulheres. Faz-se, portanto, necessário fortalecer as estratégias e métodos de prevenção, valorizando as experiências que apontam novos caminhos e que levem em consideração os sujeitos, como produtores de saberes e detentores de direitos, ao se falar em sexualidade. Objetivo: este trabalho propõe apresentar resultados de Projeto de Pesquisa desenvolvido no Hospital Universitário Barros Barreto, situado em Belém (PA), com pacientes e seus acompanhantes, na Clínica de Doenças Infecto-parasitárias (DIP), utilizando a metodologia das Oficinas de Sexo Seguro, como proposta de pesquisa-intervenção e educação em saúde na prevenção do HIV. Metodologia: Foram realizadas Oficinas de Sexo Seguro, no período de março de 2013 a dezembro de 2014, com duração de 60 minutos em média cada uma, mediadas por duplas de facilitadores – graduados ou estagiários do curso de Psicologia. As oficinas eram realizadas na varanda das enfermarias do hospital e utilizavam cartazes, como dispositivo para a discussão e reflexão de temas relacionados ao HIV/Aids e sexualidade, conforme interesse de cada grupo, que contou com média de 9,7 participantes por oficina. Ao final de cada oficina, eram distribuídos preservativos e material informativo. Resultados: Foram realizadas 15 oficinas, com a participação total de 159 acompanhantes de pacientes internados na DIP, sendo 125 mulheres e 34 homens. Foram distribuídos, ao longo do período, 731 preservativos femininos e 3.471 masculinos. A metodologia utilizada nas oficinas se mostrou satisfatória, pois oportunizava aos participantes refletirem e se expressarem sobre a importância da prevenção do HIV, esclarecerem suas dúvidas a respeito, assim como adquirirem insumos de prevenção. A prática de educação em saúde também pode ser percebida como modo de incentivar a participação de familiares no tratamento das pacientes, fortalecendo os vínculos familiares e, entre profissionais de saúde e usuários do serviço. Conclusão: O trabalho de prevenção entre os jovens, realizado através de oficinas, rodas de conversas, palestras educativas, entre outras práticas, se constituem como recurso no combate à contaminação do HIV. A implantação das oficinas contribuiu para o incremento de ações de prevenção no hospital, com formação de agentes multiplicadores na prevenção do HIV/Aids e valorização da participação do usuário no cuidado com a saúde.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 02 - Sociabilidades urbanas e expressões culturais.

Coordenadora: [Jaileila de Araújo Menezes](#) (UFPE)

66



**“MINHA MAIOR VINGANÇA É CONTINUAR”:
O QUE DIZEM OS JOVENS SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS NAS SUBCULTURAS UNDERGROUND DO
RIO DE JANEIRO.**

Alexandre Bárbara Soares (UFRJ/ UNISUAM)
aleprofissional@yahoo.com.br

Este trabalho analisou as diferentes dimensões da experiência de jovens do Rio de Janeiro no interior da subcultura punk e suas ramificações. Buscamos compreender a maneira como os jovens articulam suas práticas dentro das subculturas e seus discursos em relação a tais experiências. Partimos de uma compreensão sobre o campo da cultura que o percebe como um território em que jovens forjam formas de ser e estar no espaço público, dando visibilidade a diferentes maneiras de perceber a sociedade e suas questões. Quando abordamos os processos de subjetivação contemporâneo dos jovens por meio da análise das culturas e das subculturas, em especial, entendemos que a participação dos jovens nestes espaços pode estabelecer formas de falar no espaço público, de se fazer ver e perceber no debate político contemporâneo, para estes indivíduos. Dentro deste vasto território cultural, alguns movimentos e correntes vem, nas últimas décadas, agregando jovens em torno de práticas e discursos que buscam não apenas se contrapor a um conjunto de valores sociais, mas também os agredir, recusa-los e enfrenta-los. Nos interessa o que estes jovens apreendem de suas experiências e como tecem suas práticas e discursos de recusa a padrões e normas socialmente instituídas e naturalizadas no mundo globalizado e multifacetado contemporâneo, onde se veem frente ao desafio de cultivar o desapego de uma série de referências concretas que historicamente constituíram um conjunto de sentidos e valores. Assim, buscamos abordar a experiência dos jovens nas subculturas a partir do relato de moças e rapazes que circulam e participam do circuito do rock underground no Rio de Janeiro. Exploramos duas dimensões da experiência subcultural: 1) as primeiras experiências no universo subcultural e; 2) as percepções e opiniões construídas pelas pessoas entrevistadas neste percurso. Para esta análise, realizamos entrevistas semiestruturadas com dez jovens que participam das cenas subculturais no Rio, em especial dentro do punk e hardcore. Buscamos contemplar uma diversidade étnica, de gênero e de estilos. Entrevistamos quatro meninas e seis meninos, sendo um deles, um jovem homem transexual. As idades das entrevistadas e entrevistados variam entre 20 e 32 anos. Também buscamos contemplar diferentes áreas de moradia e de circulação, entrevistando jovens das zonas oeste, norte, Baixada Fluminense e Niterói. Entre as conclusões identificamos que a cena subcultural se organiza e unifica a partir da identificação de uma série de relações de recusa a um conjunto de situações e atores sociais e o que os jovens buscam nas subculturas é justamente a tentativa de tensionar alguns sentidos hegemônicos, produzidos por certos dispositivos institucionais, sobre sua própria condição juvenil. Esta análise é parte de pesquisa de doutorado defendida em março do presente ano, no Departamento de Pós-graduação em Psicologia da UFRJ, denominada ““Suportando o presente”: cultura, resistência e a experiência de jovens nos movimentos subculturais no Rio de Janeiro”.



**JOVENS, MEMÓRIAS E FOTOGRAFIAS:
PERCURSOS EM UMA CIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL.**

Neiva de Assis (IFC)
neiva.assis@saofrancisco.ifc.edu.br

Andrea Vieira Zanell (UFSC)
azanella@cfh.ufsc.br

As relações intersubjetivas tecidas no espaço urbano, tem se tornado importante possibilidade de investigação científica no campo da Psicologia. Este trabalho articula as temáticas subjetividade e cidade em um estudo que teve por objetivo compreender a construção de sentidos que se processa na relação de jovens com uma cidade-patrimônio no sul do Brasil. Esta investigação tem como pressuposto que a cidade é lócus de produção de subjetividades e considera que o sujeito é “um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo” (Vygotsky, 2000, p. 33) e por isso, as relações vividas na cidade, das quais os sujeitos participam, são constitutivas de suas características singulares. Caracteriza-se por uma atividade de cunho etnográfico desenvolvida com um grupo de jovens com idade entre 15 e 19 anos, vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC/MEC em São Francisco do Sul – SC. Cidade marcada por arquitetura colonial portuguesa, reconhecida oficialmente como conjunto paisagístico urbano na década de 80 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O grupo era composto por jovens de diferentes localidades da cidade, o que possibilitou diversidade de olhares e de experiências na busca por histórias sobre a cidade e suas memórias invisíveis. A atividade foi desenvolvida da seguinte forma: 1) Oficina de fotografia: a) imagens fotográficas exibidas e analisadas durante o diálogo sobre as possibilidades da fotografia e suas características; b) Exercício do olhar com papel cartão de modo a exercitar o olhar e o enquadramento; 2) Caminhadas na cidade e fotografia: os jovens foram e produziram imagens com equipamento fotográfico durante três trajetos em conjunto pela cidade. Com isso, percorremos alguns patrimônios, memórias, personagens e experiências da/cidade. A experiência apontou para a existência de vestígios de memórias outras para além do patrimônio cultural arquitetônico protegido pelo IPHAN. As fotografias resultantes desta oficina tornam-se ferramentas de registro e análise neste estudo e, por fim culminaram em uma exposição nas dependências do IFC. A atividade possibilitou o exercício de novos olhares sobre a cidade; a observação da arquitetura, o diálogo com moradores do centro histórico e de regiões periféricas da cidade e a aproximação com histórias e memórias não patrimonializadas. E ainda, aproximou a pesquisadora de discursos produzidos por estes jovens sobre a cidade e, permitiu que estes apresentassem as outras cidades que coexistem com o Patrimônio Histórico Cultural. Considera-se fundamental que a produção de conhecimentos sobre a cidade contemple as experiências de que participam seus moradores e os diferentes modos de viver, sentir, pensar a cidade, para além do discurso do patrimônio histórico cultural estabelecido.



**JUVENTUDE EM EXTENSÃO:
REFLEXÕES SOBRE O GRUPO DE ESTUDOS EM TORNO DAS SOCIABILIDADES E EXPRESSÕES
DOS JOVENS EM ALFENAS-MG.**

Luís Antonio Groppo (UNIFAL-MG)
luis.groppo@gmail.com

Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL-MG)
martarovai@usp.br

Jádina Dias Santos (UNIFAL-MG)
jadina.santos@axtelecom.com.br

Júnior Roberto Faria Trevisan (UNIFAL-MG)
juniortrevisansk8@hotmail.com

Lívia Furtado Borges (UNIFAL-MG)
liviafurtadob@yahoo.com.br

Maria Cesione Damasceno (UNIFAL-MG)
cesidamas@gmail.com

Maria Paula Alvarenga (UNIFAL-MG)
mariapaula_alvarenga@hotmail.com

Apresenta-se uma reflexão acerca da atuação do Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas-MG, um projeto de extensão da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) que, desde 2014, tem reunido cerca de 20 estudantes de diversos cursos de graduação, especialmente de Ciências Sociais (mas também de História, Geografia, Odontologia, Farmácia, Pedagogia, entre outros), sob a coordenação de dois professores (dos cursos de Ciências Sociais e História). O objetivo inicial do grupo foi o de realizar estudos sobre produções científicas, em textos clássicos e contemporâneos, a respeito dos conceitos de jovem, da condição juvenil e das juventudes, tratando do Brasil na atualidade. Estes estudos, em encontros quinzenais, geraram debates coletivos sobre os dilemas que os jovens brasileiros atuais enfrentam, lançando algumas hipóteses sobre as experiências desses segmentos em Alfenas-MG e municípios próximos. Em 2015, o grupo estruturou suas atividades, no primeiro semestre, com a intenção de dialogar com organizações juvenis que atuam no município, dentro ou fora da universidade, como entidades políticas, movimentos sociais, grupos culturais, projetos em saúde do adolescente, a Secretaria Municipal de Juventude e Esportes de Alfenas-MG, os grupos religiosos no interior da universidade e atléticas de cursos na universidade. As reuniões têm recebido representantes destes grupos que, após o debate coletivo sobre um texto ou filme, apresentam suas organizações e dialogam com os participantes. O objetivo é preparar ações de intervenção social para o segundo semestre, que possam contribuir com a formação social e política dos membros destas organizações juvenis, bem como seminários mais amplos de debates sobre a condição juvenil no sul de Minas Gerais. Além disto, o grupo sempre esteve aberto para incorporar, como membros ativos, sujeitos de fora da Unifal-MG que se interessem pelo tema, participantes ou não de organizações da sociedade civil e instituições do poder público que lidam com os jovens. Entre os principais resultados alcançados pelo grupo e que podem ser observados até o momento, destacam-se: a) mobilização de estudantes e professores de cursos diferentes, promovendo uma distinta forma de interdisciplinaridade e de reflexão, em comparação com as disciplinas em sala de aula; b) contribuição para que os estudantes reflitam sobre sua condição juvenil e mesmo estudantil, assim como o papel da própria universidade, seja pelos temas trazidos nos debates (condição juvenil, educação, gênero e sexualidade, trabalho, cultura juvenil etc.), ou pela possibilidade dos membros relacionarem os textos e filmes com impressões e experiências vividas e conhecidas; c) formação de estudantes no que se refere ao exercício do trabalho coletivo de estudo e planejamento de ações interventivas, favorecendo o cultivo da autonomia destes estudantes e da capacidade de organização coletiva, dada a dinâmica que deseja se guiar pelos princípios da democracia participativa e direta.



ROTAS, DESVIOS E TORNEIOS DE VALOR ENTRE OS AFINADOS COM O ROCK METAL NAS CIDADES DE FORTALEZA E RIO DE JANEIRO.

Abda Medeiros (FVJ/UFC)
abdamedeiros@gmail.com

Trata-se de um trabalho cuja reflexão alude às rotas, desvios e circuitos dos bens materiais e simbólicos (APPADURAI, 2008; KOPYTOFF, 2008) entre os afinados com o gênero do *rock* denominado Metal. A noção de *bens* aqui utilizada foi inspirada em Douglas & Isherwood (2009) e diz respeito aos meios materiais e imateriais agenciados simbolicamente, tecnologicamente e informativamente, como disfarces das relações sociais nas quais os indivíduos afinados com esse universo artístico estão envolvidos. Por meio desses movimentos e processos elaborados e vivenciados por esses atores sociais, observa-se que as trajetórias pessoais e musicais experimentadas pelos mesmos, constituem-se como “biografias reflexivas, biografias do tipo ‘faça você mesmo’” (PAIS, 2010), elaboradas de acordo com as orientações estéticas e éticas do universo a qual esses sujeitos jovens pertencem. Estes, por sua vez, imprimem nos bens materiais e imateriais que produzem, as relações sociais criadas e estabelecidas entre si e com aqueles com quem se afinam ou não; a qualidade distintiva dos bens que oferecem, os deslocamentos e trânsitos de certas coisas dentro e fora do estado de mercadoria e a demanda como um impulso gerado e regulado socialmente, conforme nos propõem a pensar Appadurai e Kopytoff (2008). É interessante refletir, também, a forma como se dão os *descolecionamentos* e as *desterritorializações* (CANCLINI, 1998) desses bens e o que deles resultam, possibilitando assim, a ressignificação das vivências desses sujeitos jovens por meio de contatos com outros inventos que afetam o repertório cognitivo e sensorial que os cercam, sem se deixar fecharem em si mesmos. Os campos empíricos desta investigação foram aqueles que se identificam com o aludido gênero musical na cidade de Fortaleza, sendo que, ao longo do texto, as experiências vivenciadas pelos afinados com *rock* metal na cidade do Rio de Janeiro também foram descritas e utilizadas como aportes comparativos e suporte à interpretação da experiência em Fortaleza. Ao estabelecer diálogos entre contextos culturais dentro de um mesmo país, concluí que no lugar das macro narrativas acerca da mercantilização nesse universo artístico, observa-se as relações de aproximação e distanciamento entre os bens materiais e imateriais que o configuram em consonância com a esfera onde são produzidos, difundidos e consumidos. Nas situações de perdas ou desvantagens, os sujeitos que compõem a *paisagem sonora* do Metal se mantêm firmes, sempre buscando estratégias que possibilitem a concretização de suas necessidades e desejos, ressignificando suas experiências pessoais e musicais, de forma a comporem uma linguagem universal e de identificação recíproca. Os dados apresentados foram colhidos por meio de observação em ambas as cidades, entrevistas, material fonográfico produzido pelas bandas e meios virtuais pelos quais estes sujeitos compartilham os bens materiais e imateriais, gerando, assim, um mercado próprio.



DA CULTURA DE PAZ AO TECNOBREGA: REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDES URBANAS E PRÁTICAS CULTURAIS.

Fernanda Cristine dos Santos Bengio (UFPA)
fernandabengio@ymail.com

Rafaele Habib Souza Aquime (CRP- 10º região)
rafaeleaquime@hotmail.com

Nesta conversa buscamos refletir sobre algumas experimentações acerca de práticas culturais, periferias e juventudes. Trata-se da valoração de práticas culturais (consideradas populares ou tradicionais, erudita ou artes e, de paz e práticas marginais) e como a atualização dessa segregação, associada à organização cultural da cidade tem produzido diferentes modos de olhar as juventudes urbanas. São observações, nada neutras, de experimentações nas cidades de Belém e Ananindeua, no Pará, sobre o processo de desqualificação do tecnobrega/tecnomelody. Trata-se de expressão musical dançante com variações de letras, com relativa facilidade de produção e ampla difusão. Práticas de desqualificação das sociabilidades juvenis de periferias são atualizadas com as críticas descontextualizadas sobre o tecnobrega/tecnomelody enquanto prática cultural não legítima, ao mesmo tempo em que são criados espaços de consumo dele, voltados a segmentos juvenis mais abastados. Também pontuamos neste debate, o programa social Pro Paz nos Bairros destinado ao público infanto-juvenil considerado em situação de vulnerabilidade social pois, ao oferecer atividades de esporte, arte e lazer, busca disseminar uma cultura de paz nos territórios que ocupam, os bairros da periferia, como forma de prevenir a violência, em uma perspectiva de normalização das condutas destes jovens, uma vez que são classificados enquanto “carentes emocionais” e advindos de famílias as quais não possibilitam uma educação considerada adequada e que promova um desenvolvimento biopsicossocial satisfatório. A tutela moral dessas famílias e destes jovens reforça a associação da pobreza a criminalidade, por meio do mapeamento e controle daqueles enquadrados como potencialmente perigosos. Felix Guattari e Suely Rolnik, no livro Micropolítica: cartografias do desejo ajudam a compreender outros meandros desse contexto relacionados aos estabelecimentos e organizações governamentais e não governamentais, através do conceito de cultura capitalística como algo que borra os limites entre supostos níveis diferentes de cultura, afirmando haver dois planos de produção subjetiva, um que opera por meio da cultura e outro através do capital. Assim, o processo de comodificação cultural atualiza a condição reificada da mesma, constituindo-se também como dispositivo de produção subjetiva. Estes aspectos nos fazem refletir sobre os desdobramentos sociais de políticas com recorte cultural, como acesso à cidade e aos meios de produção e serviços culturais e lazer que são disponibilizados. Ao considerar as juventudes urbanas no contexto das práticas culturais, almejamos criar condições de análise das conjunturas sociais que marcam o espaço público, através de dispositivos difusos socialmente. As políticas culturais, no amplo escopo por elas traçado, dão pistas de quais práticas de governo da vida têm sido lançadas sobre as juventudes urbanas. O entrecruzamento da política de assistência social (Pro-paz) com práticas de segregação cultural no contexto urbano reforça a visão subalterna sobre as juventudes das periferias de Belém e Ananindeua primeiro ao centralizar determinados equipamentos de cultura e segundo por garantir apenas uma forma de expressão cultural sob o espectro de uma cultura nada rebelde. Contudo, a maneira como esse grupo faz uso do tecnobrega/tecnomelody pode ser considerada como alternativa de interação social que tenta escapar ao processo de normalização e subalternidade de que tem sido alvo.



RECONHECIMENTO VISUAL: O GRAFFITI, O URBANO E SUAS CONSTRUÇÕES.

Maria Eduarda Caseira Gimenes (UFPB)
eduardadepp@gmail.com

A organização dos espaços urbanos dentro do contexto do desenvolvimento acelerado do capitalismo possibilita o surgimento de manifestações sociais e culturais provenientes de um cenário internacionalizado. Exemplo disso é o *graffiti*, uma das vertentes do hip hop, que surge no fim da década de 1960 nos guetos de Nova Iorque e chega ao Brasil em meados da década de 1980, na cidade de São Paulo, e se constitui uma notável expressão artística dos moradores da periferia da cidade e de um grande número de jovens. O *graffiti*, uma vez globalizado, possui um padrão de desenvolvimento nas cidades brasileiras, com algumas exceções e especificidades de cada local. Majoritariamente, a prática dessa manifestação cultural cria uma nova forma de sociabilidade entre jovens no espaço urbano das cidades, e também uma nova forma de comunicação, restrita ao grupo e a quem o compreende. Este trabalho tem por objetivo, então, refletir a experiência vivida por artistas urbanos em recente – e crescente – diálogo criado com o espaço público, em Vitória capital do Espírito Santo, a partir da prática do *graffiti*. No processo de tomada das ruas, essa manifestação vai ao encontro dos cidadãos, e altera antigas noções de arte, de utilização da cidade e dos patrimônios públicos. Nesse processo, identidades são criadas e novas memórias são construídas, além de novos grupos e circuitos, cujos membros são, em maioria, jovens. Para a maior parte dos jovens o *graffiti* funciona como uma ruptura com os projetos (VELHO, 1994) normativos e familiares, e representa um território de prazer, em que se vive riscos, disputas, excitações e sanções – agora não da família, como do Estado. E onde se cria pertencimentos, compartilham-se significados e vive-se concomitantemente o paradoxo da busca pelo reconhecimento e do anonimato. A metodologia utilizada foi a de observação e documentação fotográfica, em que acompanhei, participei – e fotografei – de intervenções nas superfícies da cidade. E também de diálogo com os grafiteiros cujas inscrições percebi mais numerosas no espaço urbano. Pode-se, então, afirmar que o *graffiti* possibilita um diálogo entre arte, cultura, indivíduo e espaço urbano, sensibiliza consciências, faz surgir uma nova relação com o espaço comum, abala antigas estruturas e cria redes de sociabilidades e comunicação. Forma, assim, novas imagens capazes de sugerir significados – frutos dessa nova relação, mais próxima, da cidade com os indivíduos que nela interagem.



SOCIABILIDADES JUVENIS NA CIDADE: RESSIGNIFICANDO ESPAÇOS E RELAÇÕES ENTRE PARES.

Alexandre Martins Joca
alexmartinsjoca@yahoo.com.br

Este artigo objetiva conhecer os percursos e circuitos juvenis na cidade de Fortaleza a partir das experiências de ocupações de espaços públicos, procurando compreender suas dinâmicas de sociabilidades entre pares. Interpela-se como a formação juvenil se dá para além dos espaços institucionais (família, escola, igreja). Como os jovens vivenciam experiências de sociabilidades nos espaços públicos da Cidade? Os sujeitos da pesquisa são jovens Roqueiros/as, Punks, Skatistas, Emos, Dançarino (a) se de Free Step, Bboys, Otakus, “Coloridos”, “Piranguinhos”, “Comuns” ou “Normais” que protagonizam as interações juvenis na Praça Portugal e no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), considerados espaços de interações juvenis na Cidade. A sociabilidade, entendida por Simmel (1983) como “uma forma lúdica de sociação”, tem na própria dimensão relacional sua motivação. A “mistura” de “tribos”, de grupos juvenis trouxe para a pesquisa a necessidade da abordagem sobre como estilos são acionados e acionam mecanismos de sociabilidades juvenis. A escolha metodológica pela etnografia e a diversidade de procedimentos empreendidos – observação participante, diário de campo, entrevistas e grupos de discussão – viabilizou a elaboração de um arcabouço empírico com descrições de espaços investigados e registros etnográficos e episódios de sociabilidades juvenis. O conceito analítico de “modos de vida” é utilizado como um “fio condutor para a análise das práticas sociais, a construção simultânea e articulada de relações sociais, das representações e do campo simbólico” (LOBO, 1992, p. 14). Ele nos ajuda a compreender as relações entre as experiências cotidianas juvenis nos espaços públicos da Cidade (micro) e as estruturas sociais hegemônicas (macro) determinantes das relações sociais. Recorro a Pais (2003) – quando caracteriza os modos de existência juvenil como uma “série de rupturas e percursos” marcada por significativas diferenças – para tomar a dinamicidade, o pluralismo e a mobilidade dos modos de vida juvenis como fatores centrais para a compreensão das experiências entre jovens. A mobilidade é entendida na pesquisa como categoria transversal, por tratar-se de práticas, de fazeres e de saberes marcados pelo caráter experimental, fluido e inconstante de identificações com as culturas juvenis e a vida na cena urbana. A abordagem dessa categoria diz respeito à mobilidade espacial e geográfica que corresponderia aos deslocamentos juvenis pela Cidade. No âmbito da sociabilidade estudada, a diversidade de modos e de referenciais de interações não se faz por homogeneidades, mas por saberes e fazeres díspares, elaborados no coletivo, mas individualmente, de maneiras singulares. Essas interações são um campo fértil para a reflexão sobre como tais apropriações estabelecem relações; definem fronteiras (geoespaciais e afetivo/sexuais); delineiam formas de sociabilidades e interações (aproximações e distanciamentos); determinam as ocupações dos lugares, o uso dos espaços, em uma tentativa de delegar, legitimar ou questionar padrões e normas sociais. É nesse campo fronteiro que esta pesquisa se situa e tenta elucidar os modos como os jovens articulam esses elementos. Como os questionam ou rendem-se às prerrogativas das determinações sociais vigentes.

**SOCIABILIDADES, PRÁTICAS E SABERES:
PROCESSOS CRIATIVOS E FORMATIVOS JUVENIS DO COLETIVO DE DANÇA RAÍZES DO
NORDESTE.**

Maria do Livramento da Silva Machado (UFPI)
lilimachado6@hotmail.com

Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI)
shara_pi@hotmail.com

Esta produção é parte de uma pesquisa em andamento no Mestrado em Educação que busca investigar os conceitos que as jovens do Raízes do Nordeste, produzem acerca do corpo na relação com o movimento, enquanto práticas educativas bem como a forma que se expressam no campo da arte, numa trajetória que se delineia desde 2003, quando surgiu o coletivo. Esta ação vem se caracterizando como um processo de educação formal e não formal, manifestada inicialmente pelo interesse de quatro meninas adolescentes de uma comunidade periférica da cidade de Parnaíba-PI. O estudo visa, também, analisar que as jovens do coletivo pensam sobre o corpo e os problemas que as mobilizam no contemporâneo, assim como, identificar seus saberes e as linhas de fuga que produzem frente às concepções instituídas de corpo. A relevância deste estudo assinala uma reflexão sobre condições juvenis e as principais demandas que envolvem a juventude na contemporaneidade. Tal reflexão lia-se a uma perspectiva ampla e diversa em relação aos seus interesses, problemáticas, processos criativos, educativos e formativos dentro e fora da escola. É notória nos dias atuais, a presença de um sistema educacional brasileiro no qual, experiências envolvendo os jovens, a arte e o corpo, têm sido fragmentadas e distanciadas de acontecimentos significativos. Falta criatividade, intensidade, e valorização das dinâmicas interativas, e isto tem contribuído, por exemplo, para um enrijecimento dos corpos em situação de aprendizagem e para a existência de uma educação sem movimento sem um foco atrativo para a juventude. Diante disso, é necessário que, a escola adote posturas em que os jovens possam fazer uso de suas criatividade, de modo a favorecer a multiplicidade na construção do conhecimento e assim toma-los como sujeitos potentes, partícipes e protagonistas culturais, empoderados no sentido mais interativo da vida e com o seu próprio meio. O processo metodológico utilizado nesta produção consiste em estudos focados em nas principais categorias da pesquisa do mestrado como: juventude, educação, assim como os processos de sociabilidade os quais as jovens aqui investigadas têm desenvolvidos; a realização de uma entrevista andante com relatos orais sobre a trajetória do coletivo, seus processos artísticos. Os relatos expressos pelas jovens na entrevista constituíram narrativas de onde surgiram os dados aqui apresentados os quais são analisados e fundamentados por meio de concepções teóricas de autores como: Rusche (2008), Marques (2010), Dayrell, (2005), Corazza (2013) Spósito, (1999), Benjamin (1975, 1994), Diógenes (2008), Adad (2011) e Abramo (2008). O trabalho apresenta o cenário habitado pelas jovens em análise, como território da referida pesquisa e realçada a relação que elas estabelecem com o espaço em que vivem. Verificamos, também, os processos formativos e suas formas de construção da sociabilidade estruturada principalmente na relação que estas bailarinas têm com a arte que produzem, visando perceber até que ponto esta relação se alinha com os processos de educação formal instituída no contemporâneo e qual o uso que esta educação faz ou pode fazer de tudo isso.



**JOVENS MULHERES RAPPERS:
REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDE E GÊNERO.**

Maria Natália Matias Rodrigues (UFAL)
natalia.mrodrigues@hotmail.com

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada no mestrado em Psicologia onde discutimos a vivência de jovens mulheres Rappers no que se refere às questões de juventude, gênero e do Movimento Hip Hop. Objetivou-se analisar os significados das vivências de juventude e gênero de jovens mulheres no contexto do Movimento Hip Hop. Metodologicamente, utilizamos a abordagem qualitativa de inspiração feminista e realizamos: observações de eventos do Movimento Hip Hop de Recife, cidade do Nordeste do Brasil; entrevistas semiestruturadas com jovens mulheres Rappers; e análise de dez letras de rap produzidas por mulheres. Os resultados apontam que ainda que valorizado, o Movimento continua reproduzindo discursos hegemônicos ligados às desigualdades de gênero. Nos discursos das jovens mulheres entrevistadas percebe-se que circular e produzir cultura em espaços predominantemente masculinos como o Movimento Hip Hop, tem sido dificultado em função das relações de gênero como campo expressivo das relações de poder. Conclui-se que a presença das mulheres no movimento tem contribuído para desestabilizar a dicotomia público/privado; através das suas músicas, elas alcançam espaços de visibilidade, podem desafiar os códigos de gênero do movimento Hip Hop, propor novas formas de pensar, e ter voz e vez em uma sociedade marcada por valores machistas. Nesse cenário, o Movimento Hip Hop aparece como um movimento articulador de vivências juvenis; no caso das jovens mulheres entrevistadas, ele é uma referência, é responsável por mudanças significativas em suas vidas, tem sido um veículo potencializador de ações de mudanças sociais. No entanto, ainda que positivado e valorizado por muitas questões, o Movimento continua reproduzindo alguns discursos hegemônicos de opressão e subordinação, principalmente aqueles ligados às desigualdades de gênero. As questões levantadas na construção desta pesquisa visibilizam nossas reflexões sobre as expressões do poder, das desigualdades e opressões presentes na nossa sociedade. Pautada pelo compromisso ético-político, entende-se que tais reflexões contribuem para pensarmos sobre como nossa sociedade tem se estruturado e quais possibilidades e limites têm circunscrito a vivência de jovens mulheres Rappers.



UM OLHAR SOBRE TERRITÓRIOS SUBJETIVOS EM EXPERIÊNCIAS DE UM COLETIVO DE JOVENS.

Bruna Molina Leal (UFRGS)
bruna.m.leal@gmail.com

Nair Iracema Silveira dos Santos (UFRGS)
nair.iracema@gmail.com

No cenário atual de cidades brasileiras, em que vemos os jovens problematizando as formas de participação, com manifestações diversas, muitas vezes aliadas a intervenções artísticas e culturais, uma pluralidade de experiências juvenis tem surgido nos espaços urbanos. Neste estudo, propomos acompanhar atividades realizadas por um coletivo juvenil chamado *Colaí, movimento de cultura* na Ilha da Pintada, periferia de Porto Alegre. Este coletivo de jovens foi criado a partir da iniciativa de um grupo de amigos que buscou ocupar a praça da comunidade de maneira distinta, promovendo atividades de lazer, esporte e cultura. Referenciada por moradores como espaço de “tráfico de drogas” e de circulação de “pessoas suspeitas”, a Praça Dr. Salomão Pires Abraão, apesar de sua posição central na comunidade, ao lado da Escola Estadual Almirante Barroso, estava em processo de abandono. Assim, ao organizarem ações como o “Colaí na Praça”, o “Colaí no Cinema”, o “Colaí na Pelada”, entre outras, esse coletivo passa a transformar os espaços de convivência comunitária. Nesta pesquisa, problematizamos, então, como este coletivo tem construído territórios subjetivos nos espaços da Ilha da Pintada e como essas experiências juvenis repercutem junto aos jovens que participam destas atividades. Ao adotar como conceito operador *território subjetivo* (Guattari e Rolnik, 1986) - aqui entendido tanto como o espaço vivido, quanto ao modo como os sujeitos circulam, se inserem e criam estratégias de relações e de vida nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos e afetivos -, perguntamos sobre os modos como os jovens participam das atividades propostas, sobre as relações estabelecidas entre os jovens, as relações destes com os espaços da ilha, com o poder público, com a comunidade, com as políticas culturais, com as políticas públicas de juventude. Seguimos princípios etnográficos com um *ethos* cartográfico. Nesta perspectiva, propomos uma postura de observar-participar, de modo ativo, a fim de acompanhar os processos e habitar territórios, desenvolvendo um olhar sobre os encontros e as relações estabelecidas nas experiências deste coletivo de jovens. Participando dos eventos promovidos pelo Colaí, problematizamos a inserção da mestrandia pesquisadora em um grupo de homens, refletindo sobre as questões de gênero associadas. Na organização das ações do coletivo destacam-se tensões entre estratégias que operam em dois planos: um modo burocrático e econômico na atenção às prescrições do poder público na busca por financiamento; um modo inventivo que aciona encontros mediados por afetos, pela arte e cultura. Direcionando o olhar especialmente ao “Colaí na Praça” - ação principal do coletivo -, observamos que, ao organizar a praça para atividades culturais, o Colaí mobiliza diversos segmentos da comunidade, transformando a praça em um espaço de convivência, o que não se efetiva sem embates no próprio grupo de jovens que o compõe.



**PRAÇA MUSICAL:
SOCIABILIDADE DE TRIBOS URBANAS NA CIDADE DE CRATO (CE).**

José Ribamar Cardoso Junior (UFCA)
rnrjunior1@gmail.com

Tiago Coutinho Parente (UFCA)
tiagocoutinho@cariri.ufc.br

Este artigo reflete a sociabilidade e a comunicação da juventude promovida pelo projeto “Praça Musical”, realizado no município do Crato, localizado na região do Cariri no Ceará. Idealizado por estudantes do curso de Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal do Cariri (UFCA), o projeto consiste em promover intervenções em lugares públicos nas quais haja sempre uma conexão de três elementos básicos: música, jovens e ocupação da cidade. Os organizadores do “Praça” disponibilizam, a cada edição, alguns instrumentos e caixas de som em praça pública para qualquer pessoa ou grupo musical utilizar. Organiza-se um evento nas redes sociais e divulga-se no boca-a-boca, convidando todos a participarem. É solicitado aos convidados, se possível, que tragam equipamentos próprios para ajudar na intervenção (mais instrumentos, cabos, extensões). O evento começou, em junho de 2014, e articula a participação de representantes da cena musical do Cariri, tanto músicos quanto apreciadores. Logo na primeira edição, notamos que vários grupos de estilos musicais variados se reuniram e se comunicavam por meio de suas diferenças musicais. Percebeu-se, também, uma colaboração mútua entre os participantes, que contribuíram tanto nas apresentações quanto na ajuda técnica e também como público apreciador. Esse aspecto rompe um pouco a lógica estabelecida em shows e concertos que geralmente divide artista e plateia. A segunda edição seguiu a mesma linha do piloto do projeto, mas reafirmando e amadurecendo o caráter colaborativo e sincrético da intervenção, além de dar margem para mais análises e reflexões de como atribuir outras questões ao “Praça”, como o cuidado com o lixo deixado no ambiente, a possibilidade de interação com outros projetos e estudos mais direcionados à comunicação/música/cidade. A música como meio de comunicação torna-se uma das formas que os grupos urbanos encontram de se expressar na cidade. Potencialmente subversivos, eles criam resistências a adversidades. As ações propiciam a percepção entre os jovens, apesar de estilos musicais distintos, de estarem à margem do mainstream e do direito à cidade. As bandas suburbanas estão intrinsecamente conectadas ao seu mapeamento territorial marginal e é nesse território que se interagem socialmente e se estruturam como tribos. Eles representam uma coesão social que, muitas vezes, está em déficit nas malhas das grandes metrópoles. É por isso que ressaltamos a importância de compreender como a comunicação e a sociabilidade desses jovens estão representadas na cidade a partir da música. Como referencial teórico, utilizamos José Machado Pais e Richard Sennett. O artigo toma como aspecto metodológico a participação nas duas edições passadas e no acompanhamento das próximas edições. Por meio de entrevistas, conversas e observações, identificamos diferentes tribos urbanas presentes no projeto, a fim de compreender como essas pessoas de estilos distintos interagem e qual os desdobramentos dessa interação. Refletimos também sobre os espaços escolhidos pelo projeto para acolher as ações e expressões culturais exercidas pelos jovens, configurando a formação de paisagens sonoras a partir da união da música e do som do cotidiano.



EDUCARTE HIP HOP E EDUCAÇÃO.

Christyanne Assis Barreiros (FACED/UFJF)
chris_assis@yahoo.com.br

O objetivo deste projeto é fazer uma breve discussão a respeito da cultura hip hop e a Educação através do projeto Educarte – Hip Hop e Educação que vem sendo desenvolvido na cidade de Juiz de Fora MG. O projeto foi criado pela estudante de pedagogia e atuante no movimento hip hop, Chris Assis e tem apoio do Processo Estratégico Poupança Jovem e a Lei Murilo Mendes de incentivo a arte e cultura da cidade citada. A cultura Hip Hop teve início por volta da década de 70 nas periferias de Nova York, mais especificamente no bairro do Bronx. O Hip Hop como movimento social surgiu após Afrika Bambaata, sugerir que os artistas de rua unissem sua arte em forma de luta e protesto assim diminuindo as brigas entre as gangues, partindo deste contexto surge o Hip Hop como cultura, movimento social e artístico. O movimento social Hip Hop possui 5 elementos principais sendo 4 deles artístico, os cinco elementos são: Graffiti, Breaking, MC, DJ e o conhecimento que é o 5º elemento da cultura como movimento social periférico que não se trata de um elemento a parte e sim um elemento que circula junto aos outros elementos. O RAP é a expressão musical da cultura Hip Hop e é composto por dois elementos o MC e o DJ, o graffiti a expressão visual que são as pinturas nos muros espalhados pelas ruas e o breaking a expressão corporal em forma de dança. No Brasil existe a ligação forte do Hip Hop com a educação pública, que está ligada aos movimentos sociais em busca de direitos e igualdade. Acreditamos, assim, na educação e no Hip Hop como transformação social. Uma cultura que envolve a arte e a luta, diante dos tantos problemas que a escola pública sofre como: evasão, falta de interesse, violência, preconceitos, dentre outros. O coletivo Educarte- Hip Hop e Educação, vem desenvolvendo apresentações culturais de Hip Hop, oficinas, palestras, sarais, totalmente gratuitos nas escolas estaduais e municipais de Juiz de Fora tendo um resultado positivo na juventude juizforana. O Projeto leva às escolas os ditos 5 elementos da cultura Hip Hop de forma divertida e consciente, com shows de RAP, sarau de poesia marginal, cypher de breaking, graffiti, batalha de MC's, discotecagem com DJs, tudo isso valorizando os artistas da cidade que são jovens protagonistas na cultura Hip Hop, incentivando os alunos que se identificam com a faixa etária e com o movimento de favela. O objetivo deste resumo é mostrar o trabalho do Educarte que fará um ano de atuação e mostrar um pouco do que é o Hip Hop e como está ligado à educação e a juventude.



JUVENTUDE NO SEMIÁRIDO E APROPRIAÇÃO DA CULTURA LOCAL: CONTRIBUIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS.

Maria de Fátima dos Anjos (UFCA)
anjosfatima2@hotmail.com

Verônica S. do Nascimento (UFCA)
vesalgueiro@gmail.com

O presente artigo trata da experiência de um grupo de jovens do sertão semiárido em suas dinâmicas de apropriação da cultura local, processo que tem como apoio a Fundação Casa Grande, uma ONG situada na Cidade de Nova Olinda no Semiárido cearense, que desenvolve um projeto de educação não formal em gestão cultural com jovens de famílias pouco favorecidas economicamente, desenvolvendo possibilidades através do aprendizado em educação patrimonial, comunicação, arte e cultura. Este trabalho tem por objetivo, identificar as relações dos jovens com a cultura local e com a arte como recursos objetivos e subjetivos que podem contribuir na construção de significados para viver no Semiárido. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, com estudo de caso, utilizou-se a roda de conversa uma técnica da abordagem freiriana. Os resultados obtidos nesta investigação, estão organizados a partir de quatro questões discutidas pelos jovens nas rodas de conversas que abordam suas construções de saberes em: educação patrimonial - conhecimento histórico e cultural do lugar e de seus habitantes; comunicação – saberes técnicos, exercício da fala e do olhar; artes como forma de expressão de seus saberes e dos valores locais; turismo meio utilizado para fortalecer a cultura e a imagem do homem do lugar. Questões que mostram o processo de construção para ser jovem no semiárido uma forma de incorporar valores e construir identidade cultural. Este trabalho se orienta pela importância de se conhecer a existência de novos mecanismos de superação dos desafios vivenciados pelos jovens na Região do Semiárido cearense a partir de suas histórias e experiências de vida. Considera-se o discurso destes jovens sobre sua realidade social, educativa e cultural, com vistas a identificar os significados construídos por eles sobre suas vidas no contexto do Semiárido, sobre o que são, o que sentem e o que fazem. O estudo tem como suporte teórico principal as concepções de Paulo Freire sobre Educação Política e Humanística cuja proposta educativa propõe uma aprendizagem para a superação da dominação, da exclusão social e para o desenvolvimento das capacidades éticas de pensar sobre si mesmo e sobre suas intervenções no contexto social; sua obra é muito ampla, por isso procura-se manter o foco nas abordagens sobre a formação de sujeitos sociais participativos. Lev Vygotsky e seu conceito de desenvolvimento complexo da estrutura humana como processo de apropriação das experiências históricas e culturais realizadas na interação entre as pessoas e delas com o meio social, seu enfoque sociointeracionista, compreende o desenvolvimento humano a partir de suas interações com os outros e com o meio social, propõe uma aprendizagem pela socialização e para a participação. Hassan Zaoual, com a proposta do desenvolvimento das economias locais e a teoria do Sítio Simbólico de Pertencimento que trata da construção de sentido de pertença do ser humano ao lugar de origem e a sua cultura, considera os potenciais locais e as pessoas em suas raízes territoriais e culturais como possibilidades para desenvolver o sentido de pertencimento e comprometimento das pessoas com o lugar onde vivem.



**JOVENS DE COMUNIDADES LITORÂNEAS NO NORDESTE BRASILEIRO:
IMAGENS QUE REVELAM PERTENCIMENTO E TERRITORIALIDADE.**

Adélia Augusta Souto de Oliveira (UFAL)
adeliasouto@ip.ufal.br

Luciano Domingues Bueno (UFAL)
lucianodbueno@gmail.com

Maria Laura Barros da Rocha (UFAL)
laurinhalins5@gmail.com

Paulo Sergio dos Santos Junior (UFAL)
paulosegio_@live.com

As comunidades litorâneas do Estado de Alagoas foram invadidas pela indústria do turismo de massa no final dos anos 70. Nossos estudos acompanham as transformações do cotidiano e das relações intersubjetivas nas últimas quatro décadas, em especial, àquelas que dizem respeito à vida dos jovens. Pretende-se apresentar a análise do banco de imagens (fotos, desenhos e vídeos) produzidas, desde 1998, em investigações e intervenções psicossociais com jovens de comunidades litorâneas, no Nordeste brasileiro. Objetiva-se desenvolver metodologia de investigação/intervenção com uso de imagens com jovens, bem como estudos teóricos sobre os conceitos de pertencimento e territorialidade. Foram catalogadas 248 imagens, sendo elas 127 fotos, 74 desenhos e 47 vídeos, que foram alocadas em um banco de imagens virtual, codificadas e classificadas de acordo com categorias desenvolvidas durante a execução do projeto. Pode-se afirmar que, as mudanças - advindas com a indústria do turismo de massa - favoreceram a independência financeira das mulheres nas localidades: a atividade da pesca, exclusiva do universo masculino, passa a conviver com as demandas de serviços de cuidado com o turista: lavar roupas, cozinhar, alugar quartos. Assim, as mulheres se tornaram proprietárias de pousadas e restaurantes, o que permitiu a elas definir novos modos de viver nas comunidades pesqueiras. As comunidades se transformaram em turísticas. O espaço físico da praia, frequentado apenas pelos pescadores e homens ganha a circulação de turistas, promovendo convívio entre pessoas provenientes de diferentes realidades sociais. No início, surfistas, hippies, estrangeiros e, com a massificação da indústria do turismo, o lugar se transforma rapidamente. A praia é lugar também de mulheres, jovens e de crianças. As atividades escolares e a escola ocupam lugar do trabalho e da casa. A escola é o lugar em que os jovens gostam de estar e de encontrar amigos. O espaço e a sociabilidade comunitária vão cedendo lugar a televisão, a internet, e as ruas e o hábito de sentar nas calçadas no final da tarde vai se extinguindo. O estrangeiro que, a princípio era esperado e compunha relações intersubjetivas prazerosas e amistosas, se transforma em colonizador e relações hostis, aos poucos vão instituindo rivalidades. Os jovens desenvolvem atividades culturais de resistência, ao tempo em que são alvo de situações de violência e de riscos psicossociais. Esse procedimento de investigação e de intervenção permitiu afirmar que as imagens se apresentam como potencial material para investigação e intervenção no campo psicossocial por trazer em suas composições elementos da subjetividade individual decorrentes de sua interação com a dimensão coletiva. Espera-se como resultado o delineamento de um aparato teórico e metodológico sobre a iconografia como método de investigação e de intervenção com jovens em Programas Sociais, bem como avançar nas proposições conceituais acerca do pertencimento e territorialidade.



CONSTRUINDO REDES DE FORMAÇÃO E SOLIDARIEDADE NA COMUNIDADE SÃO RAFAEL-PB.

Mariana Lins de Oliveira (UFPB)
mariloliveiras@gmail.com

Luciana Rosa Marques (UFPE)
lmarques66@gmail.com

Alexandre S. de Freitas (UFPE)
alexshiva@uol.com.br

Este trabalho consiste num recorte da nossa tese de doutoramento. Nesta ocasião apresentaremos as histórias de vida de quatro jovens moradores da comunidade de São Rafael, situada na cidade de João Pessoa –PB. Nosso objetivo consistiu em analisar como jovens das periferias têm construído vivências que escapam, de certa forma, aos processos de normalização das suas condutas. Através das narrativas dos jovens, podemos perceber um movimento coletivo que busca experimentar formas *outras* de educação e de se fazer jovem. Nesse sentido, através de redes de cooperação, os jovens têm assumido fortes vínculos, compromisso político e sentimento de pertencimento com aquele território. Tais experiências, devem, de algum modo, facilitar a construção de vivências que *resistem* aos discursos estabelecidos socialmente sobre as juventudes pobres. De fato, no imaginário das sociedades, existe uma forte tendência de relacionar os índices de violência ao comportamento dos jovens de periferia, contudo, há jovens nas periferias, criando formas alternativas de ser que extrapolam este imaginário. No mundo da vida dos jovens, são recorrentes processos formativos que acontecem em práticas associativas situadas nas comunidades, possibilitando a formação de redes sociais. As redes sociais podem se constituir em espaços nos quais as dimensões da liberdade e da igualdade se vinculam pelo princípio da solidariedade (FREITAS, 2005). Para Freitas, as redes sociais tecidas nesta perspectiva podem dar um novo sentido à democracia social, pois “deixa de ser vista como uma simples redistribuição dos bens, no sentido unívoco das políticas públicas emanadas do sistema estatal. Ela passa a ser abordada do registro do interconhecimento e do pertencimento coletivo” (*idem*, p. 220). Um dos vetores para o funcionamento de redes associativas na comunidade de São Rafael é representado pelo Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC). Este centro foi criado pelos moradores da comunidade e, na atualidade, é coordenado por jovens. As atividades desenvolvidas no CPCC contemplam todas as faixas etárias e objetivam a promoção da assistência social, oferecendo cultura, lazer, inserção no mercado de trabalho e esporte, bem como o desenvolvimento de tecnologias alternativas. Dentre suas ações, é pertinente destacar: a rádio comunitária; o banco comunitário e a padaria comunitária; estas ações buscam a promoção do desenvolvimento do território no que se refere ao campo da Economia e da Comunicação. A formação de redes de colaboração e cooperação, bem como a presença de um território, nos pareceram grandes impulsionadores na construção e na escolha de criar *outras* formas de vida. Encontramos nas narrativas dos jovens pesquisados jeitos de viver a juventude que não se diferem da forma hegemônica de ser jovem. Porém encontramos, também, indícios de que os participantes da pesquisa têm elaborado subjetividades que não estão totalmente capturadas. As narrativas indicam que através das redes de solidariedade, os jovens da São Rafael têm construído modos de vida que buscam romper, de certa forma, com as normatividades.



**GRUPOS JUVENIS E O MOVIMENTO HIP HOP EM MACEIÓ:
AS DINÂMICAS DE SOCIABILIDADES A PARTIR DAS TERRITORIALIDADES, VISIBILIDADES E
PODER.**

Sérgio da Silva Santos (UnB)
sergiosantosciso@gmail.com

O trabalho apresenta uma discussão sobre a atuação das *posses* de Hip Hop em Maceió-Alagoas, e quais as estratégias desenvolvidas e postas em prática por estas organizações juvenis diante do cotidiano de disputa e busca por visibilidade. O mesmo traz algumas dimensões de interações praticadas pelos sujeitos pertencentes às *Posses* e seus estilos de vida, como também, os aspectos relacionados às identidades, a espacialidade e as dinâmicas de resignificação embutidas no bojo das práticas dos grupos. O trabalho teve como objetivo traçar as dimensões de poder encaradas por estes grupos, principalmente em relação às dimensões das territorialidades e espacialidades nas ações. Entendemos que as *posses* são redes de coletivos juvenis que compartilham dos elementos da cultura Hip Hop e que por um objetivo em comum tornam-se um grupo. Por meio desta organização, realizam eventos e criam pautas de reivindicações em torno de diversas causas, como por exemplo, contra a desigualdade social, melhorias no bairro onde residem, denunciam abuso de autoridade por parte da polícia e se mobilizam em torno da necessidade de acesso à cultura. Afirmar que o Hip Hop é uma cultura juvenil é compreender que o menos importante é a idade dos sujeitos, e o mais significativo é a relação de pertença ao estilo de vida com o qual esses atores estão envolvidos e se definem como associados às expressões da juventude. A trajetória de vida dos envolvidos com as *posses* pesquisadas nos expõe algumas semelhanças: são moradores de periferias e se inseriram no Hip Hop a partir de um envolvimento com alguma *posse* ou a partir das redes construídas, como crews e grupos de rap, em torno das *posses*. As análises sobre juventudes e suas formas de organização contemporâneas, permitiram articular tais reflexões às *posses*, a partir da ideia de como o estilo de vida dos jovens pertencentes ao universo pesquisado interfere em suas ações e concepções de mundo. Reguillo (2003) afirma que jovem ou juventude não é uma categoria unívoca, mas sim que esta é construída culturalmente, ou seja, não se trata de uma essência e, em tal sentido, a mutabilidade dos critérios que fixam os limites e os comportamentos do juvenil estaria necessariamente vinculada aos contextos sócio-históricos, produto das relações de força em uma determinada sociedade. Os discursos e relatos colhidos para esta pesquisa de mestrado em sociologia foram importantes objetos de reflexões que nos possibilitou entender aspectos simbólicos dos processos de sociabilidades existentes no movimento Hip Hop de Maceió. O estilo de vida, os aspectos juvenis da cultura e o próprio movimento político e cultural nos colocam diante de complexidades e formas de significar o cotidiano. Dessa maneira, buscamos elaborar uma reflexão que nos permitisse entender o cotidiano do Hip Hop em Maceió, a partir dos discursos emanados pelos atores sociais envolvidos na pesquisa.



O TRÂNSITO DO CORPO B-BOY EM MACEIÓ: A ARTICULAÇÃO DE IDENTIDADES ENTRE A MARGINALIDADE E O PRESTÍGIO.

Ábia Denise Marques Pinheiro de Lima (IESP/UERJ)
abia.arte@hotmail.com

O *hip hop* é um movimento cultural composto basicamente por quatro estéticas artísticas: a) o *break*, ou dança de rua, b) o grafite (pintura aerográfica), c) o DJ (produção musical) e d) o *rap* (como a combinação de ritmo e poesia cantada). Além dessas estéticas artísticas, o *ethos* da cultura *hip hop* trata de um conjunto de valores, discursos e práticas de denúncia e contestação da exclusão de uma parcela da população privada de seus direitos sociais e de sua cidadania plena, em geral residente em periferias e em favelas, em várias partes do planeta. Por isso, há ainda outro elemento fundamental: “o quinto [elemento] é o conhecimento, que é o que fez o *hip hop* virar uma forma de luta; luta por igualdade, para que os nossos irmãos da favela não continuem morrendo...” (Negro Love, em entrevista para essa pesquisa). Assim, a *hexis* corporal da cultura *hip hop*, com sua expressividade altamente codificada da dança *break* e posta em ação no corpo do *b-boy*, é indissociável do *ethos* dessa cultura. A construção da identidade *b-boy* passa pela articulação de conceitos e preconceitos a cerca da marginalidade e do prestígio de sua expressão artística. Diante das inúmeras pressões sociais para a satisfação das mais diversas necessidades e expectativas, o grupo serve de estabilizador de uma identidade, sempre em questão. Neste sentido, a cultura *hip hop* e seus grupos oferece uma resposta aos indivíduos. O corpo e o trânsito do corpo *b-boy* na cidade de Maceió são um desafio ao pensamento que simplifica a relação de exclusão social entre dominantes e dominados. O que é marginal, o é em relação a um centro. A partir do *ethos* da cultura *hip hop* os jovens pobres da periferia, ao tempo que não tem poder de alterar a realidade objetiva de miséria material em que vivem, negociam aberta e francamente a marginalidade e o prestígio de suas identidades. Dito isto, o breve estudo coloca em diálogo com alguns apontamentos das teorias e pesquisas da Sociologia do Corpo, a voz de Negro Love, um *b-boy* residente em Maceió que trabalha dançando em sinais de trânsito em troca de contribuições de motoristas, e pretende estimular a reflexão sobre as significações do trânsito deste corpo marginal na cidade, sobre a construção de identidades em diferentes espaços de prestígio, e sobre as condições sociológicas que implicam que o mesmo corpo seja visto e interpretado de forma tão diversa, ora como ameaça, ora como expressão artística, política e cultural legítima.



**POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E JUVENTUDE:
UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS – SÃO
PAULO/SP.**

Roberth Miniguine Tavanti (PUC/SP)
robertopsico@hotmail.com / roberth.tavanti@gmail.com

A ideia de que é necessário contar com políticas públicas, especialmente pensadas para garantir os direitos dos jovens, é relativamente recente no Brasil e, na verdade, ainda está em processo de formulação e consolidação. Dos inúmeros projetos e programas governamentais voltados aos jovens nas diferentes regiões do país, muitos deles compreendem os jovens, em particular, àqueles que vivem nas periferias das grandes cidades como elementos problemáticos, desagregadores do tecido social, a quem as ações públicas devem somente resgatar, prevenir e/ou controlar. Nessa perspectiva, as políticas públicas de cultura e lazer teriam, na maior parte das vezes, o sentido de criar um anteparo ou um antídoto para a violência com a qual esses jovens moradores das periferias convivem em seu cotidiano. Numa direção oposta, em março de 2003, na cidade de São Paulo, foi criado o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) que tem como objetivo apoiar financeiramente atividades artístico-culturais, principalmente de jovens ou adultos de baixa renda e de regiões do município desprovidas de recursos e equipamentos culturais. O VAI destaca-se nesse contexto por navegar contra essa corrente e apostar justamente na produção artístico-cultural que já é realizada há tempos nas periferias da cidade. Ou seja, a virtude do programa VAI consiste em não se propor a tentar levar cultura para a juventude das periferias, mas em ter como objetivo potencializar dinâmicas culturais locais e incentivar a criação artística em geral. Partimos do pressuposto que uma investigação sobre as práticas desse programa e seus desdobramentos podem gerar subsídios teóricos e metodológicos para os debates no campo de estudos sobre sociabilidades urbanas e juventudes, incluindo aqui os impactos das políticas públicas de cultura direcionadas a este grupo populacional. Objetivos: o presente trabalho tem como objetivo analisar as noções de “políticas públicas”, “cultura” e “juventude/s” que circulam nos documentos de domínio público relacionados ao Programa VAI, com ênfase, nos editais desde sua criação. Procedimentos: 1) levantamento e sistematização dos documentos de domínio público relacionados ao Programa VAI (editais 2004 – 2015); e, 2) análise dos editais, com base na abordagem teórico-metodológico de Práticas Discursivas e Produção dos Sentidos com foco nos usos dos termos políticas públicas, cultura e juventude/s. Resultados: as análises preliminares indicam que é possível constatar que, esses termos, também caracterizados como noções e/ou conceitos, em diferentes áreas de conhecimento científico (antropologia, sociologia, administração pública, psicologia social, entre outros) são empregados de modo polissêmico. Numa perspectiva diacrônica, o uso dos três termos e/ou noções indicam mudanças contextuais e teóricas, o que por sua vez, impactaram tanto na elaboração dos editais, quanto no endereçamento dado em cada um dos documentos analisados.



**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REALIDADE DE UMA CIDADE MÉDIA:
IMPACTOS NO ORDENAMENTO URBANO E NA (RE)DEFINIÇÃO DAS IDENTIDADES
TERRITORIAIS DOS JOVENS RESIDENTES.**

Clarice Cassab (UFJF)
clarice.torres@ufjf.edu.br

Johnny da Rocha Bartels (UFJF)
johnnyjf93@yahoo.com.br

Juliana Aparecida Cantarino Toledo (UFJF)
juliana_cantarino@yahoo.com.br

Kátia de Oliveira Ferreira (UFJF)
katiaferreira2312@gmail.com

Rayssa Pinto Rezende (UFJF)
rayssarezende@yahoo.com.br

O presente texto é um resumo da pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo Núcleo de pesquisa Geografia Espaço e Ação – NuGea, esta busca compreender o processo de des-reterritorialização dos jovens atendidos pelo Minha Casa Minha Vida no empreendimento Parque das Águas na cidade Juiz de Fora. A Juventude é um momento em que o âmbito familiar não é mais o único lugar onde constroem seus vínculos. Os jovens “saem” do lugar da proteção para experimentarem outras redes de sociabilidade entrando de forma mais densa na vida pública. Durante a juventude, eles constroem suas identidades e estabelecem novos vínculos sociais, com inflexões diversas, e não mais apenas a familiar. Neste movimento é a partir do bairro que muitos tecem os primeiros fios que comporão a teia de suas novas relações sociais. Nele os jovens se dão a conhecer e a serem conhecidos, passam ter ainda relações com as demais instituições sociais e com o uso daquilo que é coletivo. E ao construírem seus vínculos sociais no bairro se apropriam da dinâmica, da história e dos acontecimentos cotidianos do lugar, influenciando de forma determinante na constituição de sua identidade. O bairro é, desse modo, uma fonte de identificação do sujeito, no caso, os jovens. A identidade territorial é constituída por esses jovens a partir do seu bairro de origem, no momento em que entram para a vida pública e se apropriam dos espaços, das relações e instituições desse lugar, onde habitam. Para muitos deles, no entanto, o território é restrito ao seu bairro e o entorno. Deste modo, internalizam os discursos e práticas do lugar onde estão. Os jovens que hoje residem no loteamento Parque das Águas, maior empreendimento do MCMV em Juiz de Fora, sofrem as consequências do processo de des-re-territorialização de modo peculiar. Inicialmente, partilham e compartilham com os demais jovens do seu bairro o processo de constituição de identidade, estabelecem vínculos e relações sociais. No entanto, quando, em função da aquisição da nova casa, saem juntos de sua família, do seu bairro de origem com destino a um bairro desconhecido e até então inexistente no tecido da cidade, se encontram desafiados a superarem as rupturas de tudo que ficou para trás e a tentar se conectarem com o novo lugar e tudo o que ele representa. Estabelecer novos vínculos, novas relações e, sobretudo reconstituir sua identidade territorial tornam-se elementos centrais na vida desses jovens. A pesquisa pretende responder, portanto, como eles percebem e processam, subjetiva e objetivamente, esse momento de ruptura e reconstrução de identidades e vínculos sociais a partir do duplo dialético da desterritorialização/reterritorialização.



CONSUMOS CULTURALES DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS CALEÑOS.

Tatiana López (UNO)
tatislopez@hotmail.com

Camila Sanabria (UNO)
camila_sanabria_b@outlook.com

En este trabajo presentamos los avances de investigación sobre consumos y prácticas culturales de estudiantes universitarios caleños, basados en el trabajo de campo realizado en la Universidad Autónoma de Occidente, Cali. El interés de este trabajo surgió por la necesidad de conocer cuál es el capital cultural con el que llegan los estudiantes universitarios, especialmente de comunicación social, a la universidad. Puesto que se esperaba que en las universidades esté la masa crítica de la sociedad. No obstante, nos encontramos que los estudiantes de hoy en día, no tienen el nivel de lectura que tenían los estudiantes en otras décadas y que, por tanto, su capital cultural es mucho más bajo que el de las generaciones anteriores. Así mismo, se encuentra que en las familias promedio de estos estudiantes universitarios, no existen bibliotecas, o si existen, tienen libros de autoayuda o de lecturas livianas, no se alimenta la práctica de la lectura, ni la visita a museos, teatros, tertulias, cine, bibliotecas y en general el consumo de bienes y servicios culturales que puedan enriquecer el capital cultural de los y las actuales estudiantes universitarios. Se debe tener en cuenta que Cali es una ciudad con diez universidades, una de las cuales es pública y las otras nueve son privadas o particulares, y en su mayoría están ubicadas en el extremo sur de la ciudad, o más específicamente, a las afueras de la misma. Es decir, la población universitaria no está cerca de las rutas y espacios de consumos culturales de la ciudad. De forma que muchos estudiantes universitarios argumentan que no es fácil asistir a eventos culturales, porque las distancias no lo permiten. ¿Qué está pasando con los estudiantes universitarios hoy en el ámbito cultural? ¿Realmente su capital cultural es bajo? O ¿Ellos tienen otro tipo de prácticas y consumos que se diferencian de la población universitaria de décadas anteriores, de forma que esa masa crítica ha cambiado hoy? ¿Incide el hecho de ser estudiantes de universidad privada, en contraste con la universidad pública? Al respecto, se está desarrollando una investigación en el semillero “Sociedad y cultura” del grupo “Conflictos y organizaciones”, para identificar cuál es el perfil general del estudiante universitario y en particular su capital cultural. Se presentan aquí algunos de esos resultados, los cuales indican que el capital cultural en los universitarios ha bajado, si se mide en términos de los libros leídos y ha cambiado si se tiene en cuenta el tipo de prácticas que los universitarios realizan hoy. Queremos compartir en este trabajo una descripción de los espacios de sociabilidad de estudiantes universitarios en la ciudad de Cali, Colombia.



CONSUMO DE ÁLCOOL POR JOVENS: EXPERIÊNCIAS DE SOCIABILIDADES E LAZERES ENTRE PARES.

Leyllyanne Bezerra de Souza (UFPE/FACEPE)
leyllyanne@hotmail.com

Este trabalho objetiva refletir sobre o consumo de álcool por jovens como uma prática sociocultural, desenvolvida em grupo, como possibilidade de uso do tempo livre e de lazer. Busca-se analisar, a partir da intersecção entre diferentes marcadores sociais (geração, gênero, território e posicionamento sexual), significados e práticas de uso de álcool por jovens, mulheres e homens, habitantes de uma região que tem vivenciado intensos processos de desenvolvimento econômico no nordeste brasileiro (Suape). A relação juventude-álcool tem sido abordada na literatura científica sobretudo pela via do problema, quer pela discussão da saúde, quer pela tematização da violência e da criminalidade, reiterando-se, assim, discursos que rotulam/constroem a juventude a partir da racionalidade do risco-perigo e da tônica do “problema social”. Ao tematizar e refletir sobre as experiências (SCOTT, 1999) das e dos jovens com álcool mediante articulações com a cultura e com o contexto microsocial onde tomam lugar, buscamos tencionar discursos relativos ao problema e ao prazer, assim como diferentes marcadores sociais, delineadores dessas experiências. Estas, por sua vez, circunscrevem sociabilidades juvenis, como formas de estar junto pelo propósito lúdico do convívio social (SIMMEL, 1983). Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, realizada a partir de rodas de conversas com oito jovens habitantes das cidades de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, integrantes do território estratégico de Suape, estagiárias e estagiários (com exceção de um jovem interlocutor em particular) do projeto de pesquisa-intervenção Ação Juvenil – componente do Programa Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape. As rodas de conversas foram analisadas segundo uma perspectiva interseccional (PISCITELLI, 2008; NOGEUIRA, 2013). Identificou-se que o beber, para se constituir em uma experiência prazerosa para as e os jovens, precisa ser uma prática desenvolvida entre pares, longe dos olhos vigilantes dos adultos, sobretudo dos familiares. O beber em grupo de amigos, seja na escola, na praça ou na casa quando os adultos não estão presentes, é caracterizado por uma sensação de liberdade, não vivenciada no beber em família, quando tendem a se colocar as hierarquias geracionais sob formas de cuidado-controle (do beber) das e dos jovens. Estar entre pares é motivação para beber, assim como o contrário, caracterizando o beber a partir de práticas de sociabilidade juvenis no território Suape. Estas podem, por exemplo, desenvolverem-se a partir de jogos e brincadeiras. Nesses termos, beber, ou não beber, pode se configurar como estratégia/condição de pertencimento ao grupo de pares, delineando relações interpessoais e a circulação de diferentes grupos juvenis por diferentes espaços da cidade. Para aqueles e aquelas que bebem, a sexualidade tende a se colocar como um importante ingrediente nas cenas de uso de álcool: pela mediação do uso de bebidas alcoólicas, compartilham-se e são vivenciadas experiências sexuais entre amigos e amigas. Nestas, o marcador gênero se mostra importante para problematizarmos noções de “problema” e de “prazer” envolvidas em práticas de usos de álcool por mulheres e homens jovens da região.



JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA.

Fabíola de Lourdes Moreira Rabelo (UEMG)
famrabelo@hotmail.com

Lana Mara de Castro Siman (UEMG)
lanacastrosiman@gmail.com

Mauro Giffoni Carvalho (UEMG)
maurogiffoni@yahoo.com.br

O trabalho promove uma discussão sobre os jovens em situação de rua, com enfoque na criação de suas táticas de sobrevivência, suas formas de reinventar a vida e o espaço urbano. As táticas são entendidas à luz das ideias de Certeau (1994), como astúcias produzidas pelos sujeitos jovens para que consigam estar onde não se espera, conseguindo assim, contrapor a lógica dominante. Detalha sobre a complexidade da definição dos sujeitos em situação de rua enquanto jovens, focando não na apreensão da juventude em si, mas sim nos modos diversos de ser jovem, pois o que se leva em consideração nessa perspectiva é o cotidiano e a experiência adquirida desse período juvenil, (LÉON, 2009). A atenção é dada na forma que tal condição é ou não vivida em face da raça, idade, classe e etnia. Busca ainda, registrar a experiência de jovens em situação de rua em diálogo com seus processos de socialização, cuja compreensão liga-se a ação ativa e interativa dos sujeitos com seu meio social através de um processo constituído mutuamente entre o indivíduo e a sociedade. Essa ideia opõe-se a visão tradicional advinda dos estudos durkheimianos - entendidos em face da imposição de valores e regras da sociedade sobre o indivíduo. Faz alusão à pobreza e miséria que atravessa a constituição das existências dos jovens pesquisados, detectando que a mensagem social predominante enviada para esses é de que são pessoas perigosas e/ou violentas. Paralelo a isso, recorre a certos aspectos da história da cidade de Belo Horizonte nas suas intercessões com a dinâmica de vida dos jovens pesquisados. A cidade de Belo Horizonte teve na constituição do seu espaço demarcações de fronteiras e limites desenhadas em seu traçado físico apresentando, como outros espaços urbanos barreiras visíveis e invisíveis. Discute-se, assim que a cidade se revela não somente pela sua arquitetura e pelo seu traçado físico, ou seja, pela sua materialidade, mas igualmente pelos processos de sociabilidade e de sensibilidades que constrói e é pelos sujeitos construídos, (PESAVENTO, 2007). A metodologia usada no estudo sustenta um viés qualitativo, realizada por meio do uso da observação participante e de entrevistas semiestruturadas, que permitiram revelar, dentre outros aspectos, as relações que esses jovens estabelecem com a cidade e essa com os mesmos, fazendo destaque aos mecanismos de controle, violência e discriminação que acomete esse público. Apurou-se, no entanto, que os mesmos sujeitos jovens que são alvos de constante violência experienciam, ao mesmo tempo, formas inéditas de protagonismo, tangenciadas por movimentos de resistência e reinvenção de suas possibilidades de ser e estar na cidade, o que contribui para desconstruir visões estereotipadas, preconceituosas e excludentes a respeito dos jovens em situação de rua nos centros urbanos.



UMA PRAÇA E MUITAS PROSAS: UMA REFLEXÃO SOBRE FORMAS INTERGERACIONAIS DE SOCIABILIDADE JUVENIL.

Ana Paula Serrata Malfitano (UFSCar)
anamalfitano@ufscar.br

Marina Jorge da Silva (UFSCar)
mahjorge@gmail.com

Roseli Esquerdo Lopes (UFSCar)
relopes@ufscar.br

Lívia Celegati Pan (UFSCar)
liviapan@yahoo.com.br

As praças sempre foram tidas como espaços de encontro e convivência entre diversos grupos e “tribos” que se distinguem entre seus interesses, faixas etárias ou modo de expressão; fato é que a praça também possibilita terrenos de uma existência comum, materializando possibilidades de alguma homogeneidade entre distintos grupos sociais. Tomando o território como um espaço de múltiplas potencialidades, onde se produzem saberes sobre a vida, sobre possibilidades de lazer e de criações de estratégias de enfrentamento a situações diversas ou, em outra perspectiva, de possibilidades de expressão cultural, de formas de ser e estar no mundo, entende-se que nele se dão relações e construções coletivas, identitárias e subjetivas que se delineiam a partir dos diferentes espaços. Neste trabalho, apresentam-se as ações desenvolvidas pela terapia ocupacional social, por meio do Laboratório METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, em uma praça de um bairro periférico na cidade de São Carlos – SP, com o foco na aproximação *dos* e *com* os jovens. Na praça são realizadas semanalmente oficinas abertas de atividades, dinâmicas e projetos com a temática “Identidade e Memória”, com o intuito de criar e viabilizar espaços para a convivência intergeracional, por meio da troca de experiências e lembranças, valorizando a transmissão da história oral das pessoas daquela localidade, discutindo o pertencimento dos jovens aos/nos espaços em que vivem e circulam cotidianamente. Também semanalmente são feitas visitas aos moradores dos bairros indicados como “lideranças” locais, para se conversar sobre a história daquele local/território e ter elementos para discussão de propostas para a praça e para o estar nela. O que no parametriza é compreensão de que a construção de identidades sociais juvenis, individuais e coletivas, conecta-se diretamente à história dos lugares onde vivem e tecem suas relações. Durante as oficinas, lança-se mão de recursos que facilitem o resgate da memória do bairro, as reflexões acerca das histórias individuais e coletivas, a discussão quanto ao espaço público ali constituído e às possibilidades de espaços comuns, de processos coletivos e colaborativos. Esta experiência tem permitido um trilhar na constituição de espaços coletivos de convivência, ampliando a nossa vinculação com os jovens e a deles com outros grupos geracionais, fortalecendo a compreensão da praça, do seu entorno e daquele território (contextualizado sócio-histórico-cultural e economicamente), a compreensão de si e de si no mundo. O intuito que nos guia é o de que as praças possam se configurar como espaços potentes para encontros diversos, como um terreno profícuo onde se formam e se retomam elos de redes de suporte social e pessoal para diferentes sujeitos.



O USO DE TÉCNICAS PARTICIPATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO COM JOVENS NA CIDADE DO RECIFE.

Maria Eduarda dos Santos Pereira (UFPE)
eduardasantos.ufpe@gmail.com

Micaelly Priscila Gomes Lima (UFPE)
micaellypgomesl@gmail.com

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o trajeto metodológico utilizado com um grupo de jovens de 15 a 19 anos que teve como principal resultado uma intervenção urbana em uma praça da cidade do Recife. O trabalho foi desenvolvido pela equipe do Grupo Muda, um coletivo autogestionado de alunas/os e professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que vem realizando oficinas internas de formação com técnicas participativas entre suas/seus integrantes e com a comunidade, com foco no debate da ocupação do espaço urbano, mídias e participação juvenil. O grupo de jovens em questão se formou a partir de visitas a escolas no bairro do Engenho do Meio, em Recife, e os encontros ocorreram no Centro Integrado de Saúde, instituição referência em práticas integrativas na rede pública de saúde do município, em parceria com a UFPE. Os encontros realizados com essas/esses jovens operaram a partir da metodologia de técnicas participativas, articulando-as com o tema emergente, que foi a relação dessas/desses jovens com a cidade. As oficinas foram realizadas se adequando à necessidade de cada encontro, tendo como objetivo uma intervenção na cidade. De maneira simultânea, a equipe se encontrou semanalmente para avaliação e planejamento das oficinas. A princípio, as oficinas tinham como principal objetivo a integração das/dos participantes entre si e com a equipe; em um segundo momento, o foco para o tema foi fortalecido, e o objetivo de pensar a cidade e o bairro no qual elas/eles vivem ficou evidenciado para todas/todos. A partir da apropriação pelas/pelos jovens dos materiais artísticos dos movimentos "Ocupe Estelita" e "Coque Resiste", ficou marcada a ideia da intervenção na cidade. Daí em diante, utilizando recursos criativos como mapas, uso de câmeras, vídeos, fotos, etc., iniciou-se a construção coletiva da intervenção, sendo possível eleger três eixos temáticos para baseá-la: voz, mídia e democracia. Aproveitamos esses e outros elementos construídos e utilizados nas oficinas (câmeras, cartazes, vídeos) como ferramentas participativas possíveis de serem usadas na/como intervenção, além do lugar. Decidimos, então, fazer um mural de fotos comparativas de dois bairros elegidos pelas/pelos jovens da cidade - um nobre e um de periferia -, no qual haveria trechos de entrevistas feitas nesses lugares. Foram escolhidos os bairros do Poço da Panela, como um bairro nobre, e Roda de Fogo, periferia do bairro do Engenho do Meio, sendo feitas visitas, registros fotográficos e entrevistas com as pessoas desses lugares. A intervenção foi realizada na Praça do Engenho do Meio, frequentada pelas/os jovens; um baobá foi central na intervenção, colocando nele fotos e trechos de entrevistas, e havia também espaço para que os transeuntes pudessem acrescentar seus próprios relatos. Havia câmeras disponíveis para que as pessoas pudessem tirar suas próprias fotos do momento. Acreditamos que o uso de técnicas participativas possibilitou que as/os participantes se apropriassem do espaço das oficinas, das técnicas e mídias disponibilizadas, produzindo como efeito democrático a articulação entre espaço urbano, participação juvenil e comunicação, uma vez fomentado o diálogo baseado no compartilhamento de espaços urbanos coletivos.



**MÚSICA GOSPEL E SOCIABILIDADES JUVENIS:
DIVERSÃO, SALVAÇÃO E LAZER ENTRE OS EVANGÉLICOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.**

Carine Lavrador de Farias (UENF)
carine.farias@hotmail.com

Márcia Leitão Pinheiro (UENF)
marcialpx@hotmail.com

Este artigo propôs investigar a relação entre música e sociabilidade, que focaliza a música *gospel*, cantores e eventos religiosos associados a esta modalidade musical. Este trabalho ainda descreve uma concepção de juventude que embasa essas atividades musicais, os modos de sociabilidade juvenil e as carreiras artísticas, que explicitam e constituem formas de manifestação religiosa e de relação com o religioso. As particularidades da trajetória pessoal de alguns cantores e a contextualização da dinâmica estabelecida das atividades musicais em busca de uma compreensão ampliada dos diferentes ritmos da música *gospel*. A proposta contou com levantamento bibliográfico, bem como mapeamento das atividades religiosas, observação participante, entrevistas semiestruturadas, análise de conteúdo das letras de músicas, material fonográfico e programas radiofônicos e televisivos. Será destacada ao longo deste artigo que as atividades musicais evidenciam suas práticas culturais de lazer e redes de sociabilidades no contexto urbano de uma cidade de médio porte, no caso, a cidade de Campos dos Goytacazes. Assim, são contemplados os eventos musicais elaborados por grupos e fiéis protestantes, que registram numerosos eventos na região, e que evidenciam suas práticas culturais, de lazer e redes de sociabilidades e contribuem para a diversidade de práticas que integram mapa religioso brasileiro. Logo, as perspectivas de análise estabelecidas para a realização deste artigo implicavam numa ampliação do olhar para além dos eventos musicais selecionados. Ao mesmo tempo, em estender a observação aos jovens que cantam, participam e organizam tais eventos. Com o objetivo de acrescentar a discussão acadêmica da música *gospel*, esse trabalho busca referências nos campos da sociologia e antropologia e das pesquisas que tratam sobre Música, Religião e Sociabilidades. A pesquisa empírica compreendeu a observação de eventos religiosos e a observação destes eventos se fez favorável, pois possibilitou a construção de um entendimento acerca da sociabilidade juvenil (ou juvenis) entre os jovens que frequentam eventos musicais religiosos. Focalizando a relação entre religião, o uso do tempo livre na cidade e os eventos musicais e, por fim, a constituição das práticas religiosas no cotidiano, que também configuram as relações de sociabilidade dos jovens entrevistados e suas trajetórias. Ainda sobre cidade, considerada como espaços praticados e redes de relações, configura um amplo espaço de sociabilidades, além do direito democrático de livre circulação por ela. Sujeitos que, por diferentes razões, têm pouca ou muita experiência de circulação pela cidade. Bem como demonstrou as especificidades da música *gospel* na cidade de Campos dos Goytacazes e a relevância da observação e da etnografia a partir dos temas mais evidentes: juventude, sociabilidades, música e religião.

**EDUCAÇÃO, CORPO E MOVIMENTO:
PRÁTICAS EDUCATIVAS QUEER EM MEIO A EXPERIÊNCIAS, AGENCIAMENTOS DE AFETOS E
PROCESSOS DE CRIAÇÃO, EXPERIMENTADAS POR JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE, DE
MODO A TORNÁ-LOS MESTRES INVENTORES.**

Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI)
shara_pi@hotmail.com

Thaís Fernanda Rocha Vaz (UFPI)
thaisnanda11@hotmail.com

O objetivo do presente trabalho se refere a uma pesquisa em andamento, do Programa Iniciação Científica Voluntária. A Pesquisa “Educação, corpo e movimento: práticas educativas queer em meio a experiências, agenciamentos de afetos e processos de criação, experimentadas por jovens na contemporaneidade, de modo a torná-los mestres inventores”, que tem por objetivo geral investigar práticas educativas *queer* nas experiências estéticas que agenciam afectos e permeiam processos de criação de jovens na contemporaneidade, de modo a torná-los mestres inventores. Desse modo, os objetivos específicos se constituem em acompanhar e identificar os agenciamentos de afectos e os processos de criação e as formas de resistências produzidas para a problematização de questões que os mobilizam e perceber a potência destas experiências no corpo destes jovens, de modo a torná-los autônomos e mestres inventores. A pesquisa exploratória se iniciou em espaços de sociabilidades juvenis tendo em vista práticas educativas *queer* para a escolha do território da pesquisa e negociação com os jovens que constitui o grupo pesquisado. Fazendo uso do método cartográfico (DELEUZE e GUATARRI, 1995) para observar e acompanhar práticas educativas *queer* nas experiências estéticas experimentadas nos processos de criação e as formas de resistências produzidas por estes jovens bem como identificar os problemas que permeiam os agenciamentos de afectos e perceber a potência destas experiências ao torná-los autônomos e mestres inventores. Ampliando a visão da educação para múltiplas identidades que formam a escola na atualidade, debruçando o olhar sobre os jovens e suas práticas fora da escola. Com base teórica dos autores que abordam a teoria *queer*, e a juventude *hip hop*, e a cartografia, como: Alves (2005); Araújo (2011); Louro (2004); Miskolci (2012); Rolnik (2007), entre outros autores. No presente trabalho, faço referência ao sujeito *queer*, e como ele é visto, discorrendo sobre sua singularidade, abordando como a teoria *queer* pode contribuir na construção do conhecimento no espaço escolar. Pois educar, na teoria *queer*, é quebrar os modelos e convenções que se mostram de forma aprisionadora para quem se mostra diferente, que encarcera sua identidade, impossibilitando o diálogo entre as subjetividades que se encontram no espaço de aprendizagem. Após esta breve inserção na teoria *queer*, percorro nos caminhos da cultura *hip hop* e os jovens que nela se encontram, alinhavando os pontos principais da história do *hip hop*, e introduzindo os jovens desse universo e algumas de suas características, como a sociedade os notam, como eles se olham diante da sociedade entre outros aspectos. Tudo que os jovens querem é mostrar que podem produzir, criar, que possuem força e voz para serem ouvidos, que podem ser levados a sério. E adentrando no espaço dos jovens da cultura *hip hop*, percebi assim como nos sujeitos da teoria *queer* uma forte corrente contra exclusão e dominação, na busca do reconhecimento, na defesa de sua cultura, em respeito as múltiplas culturas existentes. Lutando por vários ideais, pregando a sua filosofia e principalmente indo contra o sistema que os exclui, que os isolam a margem da sociedade.



CENTRALIDADES DO LAZER NOTURNO NA CIDADE DE SÃO CARLOS – SP.

Tiago Ferreira Lopes Machado (UNESP)
unesptiago@yahoo.com.br

Este trabalho faz parte de um projeto maior, vinculada ao GASPERR (Pesquisa Produção e Redefinições Regionais) e também ao RECIME (Redes de Pesquisadores sobre as Cidades Médias), cujo título é Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo, que estuda seis cidades médias no âmbito do campo da geografia urbana, dentro dessa temática um dos focos está a diversão noturna, na cidade de São Carlos e, como tal, remete ao debate sobre juventudes contemporâneas e suas formas de sociabilidade e como estas formas de sociabilidade têm sido hoje em dia capturadas pelo mercado. As estratégias da pesquisa têm como demonstração os mapeamentos para identificar concentração de oferta e, portanto, áreas centrais de lazer noturno; entrevistas, questionários, observações, redes sociais também são levadas em consideração para mapear e identificar não apenas os locais, mas identificar também quem são frequentadores desses locais. Em São Carlos, foi identificada uma coesão em direção à zona norte da cidade para novos bairros como loteamentos fechados e próximos as instituições educacionais como os campus universitários da USP e UFSCAR, além de pontos estratégicos nas vias rápidas como rodovias e principais ruas e avenidas da cidade, mas em continuidade com o próprio centro tradicional, no entanto diversos investimentos são trazidos de fora da cidade, advindas de outros locais, seja dentro fora do estado de São Paulo que atuam tanto no centro e na expansão a partir do centro da cidade de São Carlos. Para pensar a oferta de diversão noturna e as práticas espaciais dos sujeitos que consomem este serviço, é preciso considerar a sua relação com a estruturação da cidade como um todo para melhor compreender as lógicas de localização, etc. Daí a relevância das lógicas e práticas que estão apontando para o processo de fragmentação socioespacial. Para a geografia urbana associada a análise do lazer e consumo, essas cidades em geral têm vivido uma diferenciação nas práticas, tanto no aspecto do consumo, quanto da influenciadas e modificadas através de novas tecnologias. Com as consequências dessas ações, vemos as modificações dos espaços e as características em determinadas épocas, e de como isso tem sido aproveitado pela indústria de um modo geral, mas especificamente a cultural que se beneficia no momento atual da história, transformando e ofertando símbolos que interconectam diversos territórios sob influências dos países centrais. No entanto, vale ressaltar para quem esses meios são acessíveis, tanto no meio das técnicas quanto aos meios de consumo, gerando características espaciais no meio urbano através da fragmentação ou até mesmo as condições de segregação sócio espacial.



**JUVENTUDES RECIFENSES:
VALE CULTURA E NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE.**

Anny Querubina de Souza Barros (UFRPE)
annybarros@yahoo.com.br

Raquel de Aragão Uchôa Fernandes (UERJ)
aragaouchoa@hotmail.com

As práticas e o consumo de cultura na atualidade estão necessariamente associados às compreensões de entretenimento, desta forma, a fruição cultural possibilita o surgimento de significados outros para os contextos identitários. Em decorrência da reformulação das configurações societárias pela incorporação das tecnologias digitais, são definidos novos paradigmas para a sociabilidade e a convivência, sobretudo entre a população mais jovem. Com base em tais pressupostos, este trabalho se dispôs a examinar, através da análise de dados obtidos em pesquisa de campo, as relações, as práticas, os espaços e o consumo de cultura na população entre os 18 e 35 anos, que são beneficiados pelo programa Vale Cultura do Governo Federal, no Recife e região metropolitana. Parte-se da compreensão de que juventude é uma categoria sociológica e, como tal, surge a partir de grupos sociais que buscam significar certos comportamentos, revelando-a como heterogênea e diversa. Portanto, considera-se o conceito de juventudes, destacando a influência da classe social, etnia, religião, gênero, territorialidade e modo de vida. O consumo surge como elemento demarcador desse universo juvenil, atuando na construção identitária dos jovens, ganhando dimensões significativas nos espaços de sociabilidade e orientando na formação dos grupos. Porém, esse consumo acaba por fomentar as desigualdades sociais e cria necessidades imaginárias que são associadas à felicidade e satisfação pessoal. Um dos propósitos desse trabalho volta-se para a compreensão de como os jovens de baixa renda, beneficiários do Programa Vale Cultura, pensam o consumo de cultura, e paralelamente, investiga se o benefício mensal da política pública supracitada tem ampliado o acesso aos bens culturais desta classe social. O Vale Cultura surge aos moldes do vale transporte e do tíquete refeição, cujo valor de 50 reais é depositado mensalmente aos trabalhadores em um cartão magnético, caso não seja utilizado, o valor pode ser acumulado para o mês seguinte. Inicialmente, trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos podem ser cadastrados no programa (BRASIL, 2014). O vale pode ser utilizado para a aquisição de ingressos, artesanato, cinema, cursos de artes, circo, dança, música, teatro, literatura, CDs e DVDs, escultura, equipamentos de artes visuais, instrumentos musicais, exposições de arte, festas populares, fotografias, quadros, gravuras, livros, partituras, jornais e revistas. A proposta do governo é possibilitar o consumo cultural para indivíduos que não tenham acesso, por diversos fatores, sobretudo monetários, a produtos culturais. Como sustentação teórica, invocamos, primordialmente, a teoria de Bourdieu acerca do capital cultural, segundo a qual o mundo do consumo é o campo das relações de poder, evidenciado por meio de um espaço multidimensional de posições e localizações, onde as coordenadas das pessoas seriam determinadas pela quantidade de “capital”, sendo eles: capital econômico (recursos financeiros), capital social (recursos de relacionamentos) e o capital cultural (recursos de origem social, com a formação educacional formal). Os membros de uma classe social se envolveriam deliberadamente em relações simbólicas com indivíduos de outras classes e, com isso, revelariam diferenças de situação e de posição, que seriam as marcas de distinção (Bourdieu, 1979).



MODOS DE FALAR E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS CARENTES: UM ATLAS LINGÜÍSTICO DE JOVENS DE CABO FRIO.

Lucas Cardoso do Amaral Souza (UVA)
lucas.cams@yahoo.com

Ligia Claudia Gomes de Souza (UVA)
claudiapsisocial@gmail.com

As gírias tem sido alvo de estudos de diversos campos científicos, tais como as ciências da linguagem e as ciências sociais. A gíria tem sido considerada, em estudos desses campos, como um importante elemento de ligação social dos grupos sociais minoritários. Através da investigação dos modos de falar dos jovens, podem ser observadas as impressões que são deixadas pelas interações realizadas nos diversos espaços da cidade e, particularmente, no espaço social das comunidades carentes, essa espacialidade atravessa os sujeitos sociais ao criar lugares de identificação e de exclusão. Para a pesquisa em questão, foram utilizados 50 questionários semiestruturados em jovens com idade entre 12 e 20 anos. Com a proposta de estudar o uso das gírias, os questionários mostraram-se efetivos em elucidar motivos, contextos e situações vistos como preferenciais para o uso das expressões coloquiais ditas como gírias. Ficou claro que, nos jovens de escola pública entrevistados, o uso de gírias se tornou muito comum, (80% deles admitem utilizar as expressões) e isso parece ser algo que veio para se estabelecer na sociedade. O uso de gírias é muito comum, e a preferência pelas mesmas cresce com o passar dos anos. A cada nova geração surgem novas gírias, e com elas novos motivos para a utilização destas. Um ponto válido que pode ser observado nos questionários é a falta de respostas para descrever a importância do uso de gírias. A maioria dos entrevistados alegou que não há importância alguma no uso das gírias, e outra grande parte não soube responder à questão. Estes dados denotam a falta de sentido intrínseco às expressões, apesar do aumento exponencial no uso delas. Outros alegam ainda que utilizam as gírias apenas por costume (28%), que as aprenderam devido ao convívio com amigos que as utilizam (14%) ou ainda que falam apenas porque todos falam (6%). O quesito diversão também apareceu como motivo para o uso de gírias (16%), e algumas respostas mostram que o humor é de extrema importância em se tratar de gírias. Ficou perceptível que os usuários das gírias não compreendem bem a origem das mesmas, ou sequer os motivos reais e concretos que os levaram a integrar gírias a seus vocabulários. A questão do grupo também apareceu de forma considerável em meio às respostas. Muitos admitiram que utilizam as gírias apenas para se enturmar em um determinado grupo (20%), e isso deixa claro que as pessoas prezam pela integridade e coesão do grupo em questão. Aparentemente os indivíduos que não utilizarem as expressões não poderão integrar certos grupos, ou terão menor expressão nos mesmos. A diversidade encontrada nas respostas leva a um questionamento sobre as expressões. Os motivos estão divididos, assim como o julgamento das pessoas acerca da importância das gírias. Não apareceu nenhuma explicação clara, nenhuma maioria esmagadora ou resultado extremamente favorável. No entanto, algumas respostas isoladas chamam a atenção, como por exemplo "*uso as gírias para me sentir diferente*", "*uso as gírias para me sentir mais à vontade*" ou ainda "*eu nasci falando gíria por causa do meu pai e da minha mãe*". Uma questão ficou bem evidente com a pesquisa: até que ponto as pessoas usam de artifícios como as gírias para se integrar e participar de um grupo, ou até mesmo da sociedade? Os motivos são vários, mas todos dizem respeito a uma expectativa alheia ou inerente à sociedade como um todo.



OS JOVENS NA REDE CUCA E A DISCUSSÃO SOBRE A REALIDADE.

Samaisa dos Anjos (UFC)
samaisa.anjos@gmail.com

As juventudes compartilham emoções, ideias, posições, apropriações por meio da cultura, dos seus corpos, expressões de arte, de comunicação. A cidade pulsa da expressão das juventudes, seja nos muros, nas praças, nas ruas, no território virtual, nos locais de educação, formação, lazer, nas relações sociais e de afeto. Entendendo a importância de mergulhar nos espaços de sociabilidade e construção de narrativas dos jovens como forma de potencializar a visão do jovem como produtor de identidade, de narrativa, de apropriações dos meios, dos espaços da cidade, das novas formas de relação com os outros, a própria imagem e a vivência cotidiana. A partir disto, o objetivo deste artigo é analisar como as juventudes presentes nos espaços da Rede Cuca, em Fortaleza, participam, discutem e narram as vivências e experiências cotidianas nos territórios que habitam por meio das atividades propostas na programação da Rede. Três equipamentos com atividades variadas para o público entre 15 e 29 anos localizados em bairros da periferia de Fortaleza, os Cucas, atuam em diversas áreas nas vivências dos jovens participantes. Com o trabalho em rede completando um ano no primeiro semestre de 2015, a Rede Cuca se dispõe enquanto espaço para a convivência, sociabilidade, formação e discussão de direitos das juventudes. Os equipamentos estão nos bairros Barra do Ceará, Jangurussu e Mondubim, áreas com baixo desenvolvimento econômico e social na capital cearense. Os Cucas abrangem nas programações oferecidas seis vezes por semana e renovadas a cada mês, práticas esportivas, cursos de artes cênicas, audiovisual, idiomas, informática, festivais de literatura, cinema, teatro e música, além de oficinas de comunicação e ações sobre os direitos das juventudes. Neste cenário de atividades, as oficinas, com foco nos meios de comunicação (webjornalismo, radiojornalismo, escrita, fotografia), assim como discussões teóricas sobre o fazer comunicacional e as rodas de conversa, se constituem importantes pontos de análise por abrirem espaços de construção narrativa e troca de ideias sobre as experiências, perspectivas e entendimentos dos jovens participantes da Rede Cuca sobre a realidade e as especificidades dos lugares que ocupam. A pesquisa pretende acompanhar os processos de diálogos e narrativas surgidos por meio das rodas de conversa promovidas mensalmente em cada Cuca sobre a realidade das juventudes em questões como liberdade, direitos, relações de gênero, políticas públicas, cultura. Acreditando que as identidades juvenis formam um mosaico importante de discursos, entendimentos e diálogos em construção sobre o reflexo de si na própria narrativa compartilhamos, assim, o acompanhamento de algumas atividades destes equipamentos para encontrar as narrativas dos jovens participantes sobre as experiências pessoais e a relação com os demais atores sociais e contextos em que vivem, apontando a importância de espaços como esses para os jovens. Utilizaremos conceitos referentes à narração (Arfuch), imagem e relação com a cidade (Maffesoli; Campos), comunidade (Bauman) e constituição de identidades juvenis (Lima) para compor este ensaio de diálogo com as narrativas juvenis.



**VIDA NO CAMPUS:
AFETIVIDADE, SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE.**

Isadora Luciana Furtado Borges (UFC)
isadorafurtadoborges@hotmail.com

Beatriz França Machado Alves de Almeida (UFC)
beatrizfmaa@hotmail.com

Denise Silveira Barbosa (UFC)
denisesilveirabarbosa@hotmail.com

Diego Menezes Augusto (UFC)
diego_psicologia@hotmail.com

Com o fito de desenvolver atividades que promovam a afetividade, a acessibilidade e a sustentabilidade no ambiente acadêmico, o Laboratório de Pesquisas em Psicologia Ambiental – LOCUS da Universidade Federal do Ceará desenvolve o Programa intitulado Vida no Campus, composto por alunos e professores de graduação e de pós-graduação, atuando em uma perspectiva interdisciplinar com membros de diversos saberes, desde a Psicologia, Ciências Ambientais, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Letras, Engenharia dentre outros. Tendo como base a psicologia social e ambiental, norteia suas ações a partir da categoria Afetividade (Sawaia, 1999; Bomfim, 2010), inspirado nos pressupostos teóricos de Espinosa e Vygostky que atribuem positividade aos sentimentos e às emoções na constituição do sujeito. Nesse sentido, pensar, construir e executar intervenções pelos afetos é provocar nossas – e novas – espacialidades e temporalidades na Universidade, nas quais os sujeitos afetam o ambiente e são afetados por ele, em uma articulação bidirecional. É válido ressaltar, todavia, a noção de ambiente como não só componente físico – seja ele construído ou natural – mas, além disso, social, compondo, como nos diz Elali (2010), por definição, o meio sócio físico. Dentro do Programa Vida no Campus desenvolveram-se projetos de pesquisa e de extensão ao longo de dez anos e a pesquisa-ação vem sendo utilizada como metodologia que busca superar as dicotomias cartesianas, sobretudo no que se refere à teoria-prática. A partir de uma sondagem feita com alunos, compreendidos na faixa etária entre 16 e 29 anos dos cursos de psicologia e de biblioteconomia, no campus do Benfica em 2014 e no primeiro semestre de 2015, foram propostas intervenções no campus do Benfica com objetivo de potencializar a afetividade, a sustentabilidade e a acessibilidade deste segmento. No primeiro eixo, a sondagem apontou principalmente a necessidade de apropriação do espaço no campus por parte dos segmentos envolvidos, no segundo eixo, o incremento da coleta seletiva já iniciada anteriormente e no terceiro, a necessidade de sensibilização para a acessibilidade. Como parte das ações, em 2015, iniciou-se a realização de atividades que promovessem a interação entre os alunos dos diversos cursos que compõem o campus do Benfica, chamadas de intervenções afetivas. O Sarau Vida no Campus foi uma delas em que se realizou a exposição de fotografias, roda musical, leitura de poemas, e a dinâmica intitulada “Cartazes que Falam”. Esta se refere a cartazes espalhados pelo campus com perguntas as quais objetivaram conhecer a percepção de presente e do futuro dos alunos em relação ao espaço universitário com base em problemáticas que eles mesmo diagnosticaram. No eixo temático da sustentabilidade, iniciou-se a coleta de pilhas e o planejamento da coleta seletiva de resíduos sólidos no campus; já para a acessibilidade planejou-se um sarau temático e de inclusão, além de oficinas de acessibilidade para alunos, funcionários e professores. O Programa Vida no Campus constitui-se um espaço acadêmico que ademais da produção de conhecimento se faz fundamental para o envolvimento, implicação e participação dos alunos, professores e funcionários na construção de uma vida cotidiana emancipatória na universidade.



CIRCULAÇÃO E SOCIABILIDADES DOS JOVENS MORADORES DO MORRO DO CAVALÃO.

Natalia dos Santos Silveira (UFF)
natssilveira21@gmail.com

A pesquisa desenvolvida para a construção deste trabalho buscou investigar as vivências e formas de sociabilidade dos jovens do Morro do Cavalão, a partir das expressões de sociabilidade nos espaços de lazer e a circulação desses atores sociais pela cidade, sobretudo pelos bairros de Icaraí e São Francisco. O Morro do Cavalão é uma favela localizada na Zona Sul da cidade de Niterói, na região das praias da Baía da Guanabara, na divisa de Icaraí e São Francisco, considerados bairros tradicionais da cidade. É uma área valorizada socioeconomicamente, pois abrange muitos equipamentos urbanos e serviços que favorecem essa valorização, especialmente Icaraí. Este recebeu maior destaque, pois foi onde se identificou a maioria dos conflitos, quanto a circulação e lutas simbólicas em um bairro de classe média e alta, e também por ter a praia como o principal espaço de lazer desses jovens fora do Morro do Cavalão. Portanto, essa configuração sócio-espacial apresenta nítida divisão entre os moradores: os do Cavalão são estigmatizados socialmente, pois há uma relação de poder entre estabelecidos e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000), e sua mobilidade social é mais dificultada. Buscou-se apresentar as vivências e a visão de mundo desses jovens, a partir de suas narrativas, sendo consideradas suas experiências cotidianas, como o convívio com os vizinhos, rede de solidariedade e sociabilidade no Morro do Cavalão. No entanto, a “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2008) se faz presente no Cavalão e interfere significativamente nesse segmento, alterando a rotina desses jovens, influenciando as limitações de sua circulação em alguns pontos da cidade, como em outros territórios de favela que não são dominados pela facção do Comando Vermelho, que “comanda” o Morro do Cavalão (FARIAS, 2008; MACHADO DA SILVA, 2008). Esses jovens criam formas de sociabilidade nos espaços da cidade, que nascem pela socialização na rua, ampliam suas relações sociais como lazer e amizade, e enfrentam os conflitos gerados pela violência urbana (SPOSITO, 1994). E para entender como ocorrem essas formas de sociabilidade, bem como os espaços onde são construídas, buscamos apreender o *circuito dos jovens* moradores do Cavalão (MAGNANI, 2012). Consideramos o Campo do Cavalão o espaço de lazer onde se manifestam as formas de sociabilidade dentro do morro. Fora do Cavalão, os locais onde essas práticas ocorrem são as praias da baía próxima ao morro, com destaque para a Praia de Icaraí e o Campo de São Bento. Estes são espaços sociais; portanto, são espaços de diferenciação, que compreendem os conflitos e lutas simbólicas entre os agentes envolvidos; são hierarquizados em relação ao poder – poder que é simbólico e cria os estigmas territoriais, limitando o direito desses jovens à cidade. A pesquisa realizada foi etnográfica, seguindo uma perspectiva *de perto e de dentro*, com observação direta das vivências dos jovens na favela e nos espaços de lazer mais frequentados pelos jovens (MAGNANI, 2012). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos na pesquisa. Outro mecanismo utilizado foi a aproximação da sociabilidade virtual através de redes sociais.



**TEATRE-SE:
A EXPERIÊNCIA DA FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE TEATRO NAS FAVELAS DO PAVÃO,
PAVÃOZINHO E CANTAGALO.**

Tatiana Bastos de Sousa (PUC-Rio)
tatianabsousa@gmail.com

Este ensaio pretende descrever a experiência da formação de um grupo de teatro com adolescentes das favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. O grupo, que existe desde outubro de 2014, é formado por jovens e adolescentes com idades entre 13 e 17 anos e opera a partir de um recorte de gênero, investindo nos jogos dramáticos e exercícios teatrais, como ferramenta de transformação, a partir de um processo de desconstrução e reconstrução coletiva de identidades de gênero. Tais favelas, localizadas entre os bairros de Copacabana e Ipanema no Rio de Janeiro, estão unidas geograficamente, porém possuem histórias de formação diferentes, o que as distingue e as diferencia culturalmente, definindo rivalidades. No entanto, essas tensões também se expandem pelas subáreas que compõem a favela do Cantagalo e adquire tons peculiares no que tange à rivalidade feminina. Acreditamos que essas tensões territoriais trazem consequências para os laços comunitários e as relações de solidariedade e, no caso dos jovens, atinge, principalmente, a ocupação dos mesmos em projetos sociais. Além disso, fragmenta e dissipa a potencialidade de uma rede autônoma, solidária e implicada em suas próprias questões. Em meados de 2014, uma briga de rua envolvendo mais de 20 adolescentes de localidades diferentes do Cantagalo, deu início a um processo de formação de um coletivo com a proposta de reunir, em um mesmo espaço de encontro, adolescentes oriundas destas localidades rivais. O Teatro foi a ferramenta escolhida para incrementar o processo de diálogo. O grupo de Teatro, *Teatre-se*, foi montado, a partir de uma mobilização orgânica, que ocupou becos e vielas e a partir de conversas informais com grupos de jovens locais. A metodologia utilizada em sala de aula consiste na proposição de jogos dramáticos, a fim de que os mesmos tragam à tona, temas sensíveis ao universo dos aprendizes. A partir deste contato primário, realizou-se um recolhimento de impressões, a partir dos temas mais recorrentes e em evidência em sala de aula. Entre as impressões recolhidas, estão: o tema da Rivalidade feminina e a utilização das redes sociais como espaço onde essas tensões se desenrolam, para além da favela e do espaço escolar e de projetos sociais. O bullying na escola, as relações familiares e de amizade e o sentimento de inadequação estética. Como apoio teórico, as técnicas, ensinamentos e reflexões de Augusto Boal e o Teatro do Oprimido, tem servido como inspiração, tanto na construção artística, quanto nas reflexões pedagógicas. Acreditamos que um processo de reconstrução identitária parta, antes de tudo, de um sujeito consciente do si mesmo e de sua potencialidade na construção de novas formas de relações sociais. Concluímos, de tudo, que o Teatro é uma ferramenta que permite aos adolescentes falar dos seus desejos e anseios de modo natural. Não através do discurso, mas de forma indireta, através da arte, da brincadeira, onde o espontâneo acontece e conscientiza, libertando para novos caminhos e identidades possíveis.



OLHARES PELA CIDADE: UMA ETNOGRAFIA DA JUVENTUDE SKATISTA A PARTIR DE SUAS FOTOGRAFIAS.

Luiz Antonio Feliciano (UNICAMP)
luizliu@yahoo.com.br

O presente trabalho nasce de uma pesquisa de doutorado, ainda em andamento, vinculada ao Grupo Violar, da Faculdade de Educação da UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Dirce Zan. O objetivo central é delinear os modos de apropriação da cidade pelas *juventudes* contemporâneas. Suas ocupações dos espaços urbanos, nem sempre projetados para as sociabilidades aquiescentes próprios à dinamicidade juvenil. Uma fluidez exigida, sobretudo pela diversidade e multiplicidade de fatores que constituem as subjetividades hodiernas (CANEVACCI, 2004; 2007). Por esse viés, acredita-se ser possível entender um pouco as nuances da vida cotidiana pós-moderna, alinhavadas na experiência múltipla da vivência em sociedade. Uma compreensão que nasce de observações a um grupo de jovens *skatistas*, com idade entre 15 e 17 anos, moradores da cidade de São José dos Campos, São Paulo, e suas experiências nos *espaços públicos urbanos* (CAMINO, 2008). Nesse sentido, esse olhar sobre o jovem e a cidade permite, concomitantemente, problematizar tanto as juventudes, foco principal da pesquisa, como, também, as cidades e suas novas reconfigurações. Para desenvolver esse duplo percurso, uma abordagem pela antropologia urbana (MAGNANI, 2013; 2013) pareceu ser a mais promissora. Com isso, a etnografia configurou-se o método mais propício para garimpar os dados e recolher as informações no campo, sempre carregado de enormes riquezas. Todavia, a *fotografia* assumiu o papel de mediadora nessa relação. É a partir dos registros fotográficos dos skatistas, que o jogo de rememoração pode trazer à luz as experiências vivenciadas tanto individuais como coletivamente. Essas imagens, geradas no contato direto com os espaços lisos e estriados (DELEUZE & GUATTARI, 1995) da cidade, trazem as experiências que o jovem skatista vivencia, cotidianamente, sobre o seu skate. De certa maneira, problematizar a juventude na apropriação da cidade, alicerçada nas imagens fotográficas tomadas no seu cotidiano, é buscar refúgio na memória desse jovem. Isso faz com que o percurso da pesquisa transite por vários caminhos e defronte com diversas encruzilhadas. Porém, esse é o risco que corre todo pesquisador, quando se coloca a pesquisar. No entanto, nessa pesquisa, a memória ganha relevância por ser necessária na recomposição das experiências vivenciadas pelo jovem e guardadas em seus registros fotográficos. Nesse trajeto, carregado de entroncamentos, vale ressaltar que a pesquisa tem se pautado por uma *etnografia* de um grupo de jovens que faz parte da cidade; uma *sociologia urbana* que aborda as relações sociais que se configuram a partir dos espaços apropriados pelo grupo para a sua “prática esportiva”; uma *antropologia do visual* pela utilização dos recortes visuais (fotografia) do jovem na cidade para problematizar as questões referentes às narrativas e às memórias que constituem o *ethos* do praticante de skate. Espera-se, contudo, que esse olhar contribua para problematizações consistentes em torno das juventudes na contemporaneidade.

100



MULÃO HUMANO: ESPETÁCULO E VIOLÊNCIA DO CORPO.

José Augusto da Silva (UCP)
augustojfmg@gmail.com

Dentre as diferentes formas de sociabilidade juvenil que se podem registrar no cotidiano dos médios e grandes centros urbanos, sem dúvida, encontram-se as Galeras de Funk. Elas ocupam lugar central quando se associam à sua descrição e análise as categorias do campo do conhecimento que procuram dar conta das noções de territorialidade, identidade e reciprocidade. Em seu universo relacional, tais Galeras de Funk estabelecem um intrincado processo de sociabilidade violenta, de onde são excluídos os que não são funkeiros, como condição primeira para se firmarem como referente aglutinador e garantidor do assim chamado estilo de vida funk. É este estilo de vida, baseado em hábitos comuns norteados pela música, pela dança e pela indumentária que confere a eles a identidade. A este estilo, juntam-se aqueles valores morais típicos de comunidades, tais como o lugar de referência de ser e de estar, que os assegura a condição de pertença. Igualmente importante na caracterização de uma Galera, há o conjunto de elementos da disposição pessoal e da articulação interpessoal e que, em última instância, garante a estas Galeras a sua forma visível, tanto no universo funk, quanto no mundo exterior em que habitamos nós, os não funkeiros. Nesta condição plenamente visível, as Galeras são intensas e ostensivas em suas manifestações de pertencimento e identidade, onde erguem, aos nossos olhos, um conturbado mecanismo de reciprocidade violenta. É aí, então, nesta condição, que muitas delas se autoneameiam de Mulão. Esta é uma expressão típica das Galeras de jovens funkeiros. Intensa em sua manifestação de sociabilidade violenta é, ao mesmo tempo, instrumento de demonstração da presença e do movimento ostensivos das Galeras e, também, veículo de afirmação da condição consciente de um momento ritual que suspende a rotina e instaura as categorias da disposição, dos territórios e do pertencimento. Estas categorias nos são fundamentais para a compreensão do processo de construção da identidade funkeira, que aqui nos interessa por evidenciar o espetáculo do corpo enquanto movimento estético, e a intensidade da briga, enquanto movimento de disposição violenta orquestrada para aglutinar e fortalecer os amigos – ou aos mesmos de si – e enfraquecer, enfrentar e submeter o “alemão” – o equivalente ao outro ou, aos mesmos opostos a si. Na intensidade das relações socioafetivas presentes no movimento de Mulão, os funkeiros determinam a si mesmos as condicionantes das relações de reciprocidades entre os aliados e entre os adversários de uma luta que se trava, como condição primeira, para o estabelecimento da liberdade de ir e vir entre lugares de pertencimentos que, a priori, estão interditados ou potencialmente em condições de vir a sê-los. Estar e pretender movimentar-se em Mulão é já, de antemão, o reconhecimento consciente de que isso representa o acionamento ritualístico da passagem da condição de potencial interditado para a condição de plenamente desimpedido. E estar desimpedido no universo funk significa estar potencialmente no comando, condição esta que exclui, portanto, a possibilidade de estar sujeito ao alemão – aquele com quem se briga numa intensa relação de disposição, com o propósito de dominar a festa.



A CULTURA COMO ENFRENTAMENTO DE VULNERABILIDADES NA REGIÃO DE M'BOI MIRIM E PROXIMIDADES.

Lúcio Nagib Bittencourt (UFABC)
lucio.bittencourt@ufabc.edu.br

Na região do M'Boi Mirim - uma das 31 subprefeituras da Cidade de São Paulo, onde residem quase 600 mil pessoas -, diversos coletivos formados principalmente por jovens entre 18 e 29 anos vêm se organizando em torno da temática da cultura. São saraus, grupos de teatro, televisões comunitárias disponibilizadas via internet, experiências que unem futebol e leitura, sessões de cinemas – algumas delas em vielas; iniciativas e espaços que proporcionam o encontro entre diferentes linguagens artísticas - como literatura, música, dança e teatro - e entre os próprios jovens dos bairros do Jardim Ângela, Capão Redondo, Jardim São Luís e proximidades. Essas ações surgem numa região desfavorecida de recursos e equipamentos públicos tanto para as necessidades básicas da população (como saneamento básico, moradia, urbanização, transporte, saúde e segurança), como para configurar uma condição de bem-estar voltada para a promoção de cidadania (cultura, lazer, educação técnica ou superior); caracterizando, portanto, um contexto em que se apresentam diferentes tipos de vulnerabilidades (SPINK, 2014). Por meio de um trabalho de observação participante, no qual circulamos pela região, conversando (SPINK, 2008) com seus agentes culturais e visitando eventos e equipamentos formal ou informalmente estabelecidos em torno de ações culturais, encontramos um universo em que a efervescência das produções culturais locais anuncia a capacidade da comunidade local de reagir frente a esse quadro. São construções de oportunidades de lazer e meios de expressão acerca dos dilemas enfrentados cotidianamente na região, que funcionam como criação de um sentido para tensões enfrentadas e que permitem estabelecer a noção de pertencimento num corpo social que a eles se mostra refratário - opondo-se às imagens tradicionalmente sugeridas pela mídia em relação ao território, sugerindo se tratar de uma região tolhida e circunscrita pela violência e por conflitos sociais. Ainda que a violência possa estar presente, essas ações demonstram a riqueza e o processo em curso de construção de uma referência identitária compartilhada, capaz de trazer um sentimento de pertença, por conta da própria população local e a despeito das mensagens recebidas pela mídia ou pelo poder público. Esta comunicação, vinculada ao programa de pesquisas sobre Vulnerabilidades Urbanas e Ação Pública, pretende apresentar em maiores detalhes algumas dessas ações culturais com o objetivo de (1) ilustrar e disseminar ações culturais que têm engajado jovens na região, (2) discutir a relevância dessas ações para os próprios jovens a partir de entrevistas e conversas informais mantidas durante pesquisa desenvolvida ao longo de 2015 e (3) refletir sobre a cultura como um eixo estratégico para o enfrentamento das vulnerabilidades locais, mobilizando, articulando e empoderando jovens, e estabelecendo vínculos variados entre essas ações e as políticas públicas.



JOVENS URBANOS E OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS NO CENTRO DE SÃO PAULO.

Francine Nunes da Silva (PUC/SP)
francinenunes@gmail.com

O presente trabalho busca compreender os cotidianos, narrativas, tensões e trajetórias de jovens envolvidos em ocupações artísticas no centro de São Paulo - SP. A partir de um mapeamento prévio, foi possível delinear dois movimentos que são objetos de estudo: o “Ocupa Ouvidor 63” e o “Ateliê Compartilhado Casa Amarela”. O objetivo central da pesquisa em andamento concentra-se na investigação das ações propostas por essas mobilizações juvenis com fins culturais, artísticos e de moradia, bem como das relações com os moradores vizinhos de outras ocupações (artísticas ou não) na mesma região. O “Ocupa Ouvidor 63” foi uma ação que ocorreu no dia 1º de maio de 2014, na qual um prédio de treze andares foi ocupado por cerca de 50 artistas, entre músicos, grafiteiros, fotógrafos, cineastas, atores, etc de diferentes regiões do país e da América Latina. O local era uma antiga sede da Secretaria de Cultura e foi destinada em 1997 para moradia, mas em 2005 desocupado e concedido em 2007 à CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), a quem pertence até hoje. O outro coletivo, chamado “Ateliê Compartilhado Casa Amarela” prevê a transformação de uma casa abandonada, pertencente ao Ministério da Previdência Social, localizada à rua Consolação, em espaço cultural. Ambas as mobilizações abarcam temas vinculados a especulação dos negócios imobiliários, o direito à cidade, a mobilidade urbana, entre outros. As preocupações teóricas estão inscritas numa perspectiva em torno dos estudos sobre juventudes e cenários urbanos a partir de dinâmicas marcadas pela politização da cultura. Autores como Raymond Williams, Jacques Rancière, Jesús Martín-Barbero, Michel de Certeau, Antonio Gramsci, entre outros, balizam as reflexões teórico-metodológicas sobre as dimensões políticas, culturais e comunicacionais mescladas com um conjunto de práticas de produção, ocupação e reinvenção de territorialidades e espaços comuns. A metodologia é pautada pelo trabalho etnográfico com observação participante e entrevistas em profundidade com os moradores e frequentadores dos espaços. O processo de pesquisa deverá resultar num filme etnográfico conforme uma proposta de produção compartilhada de conhecimento e reflexão (MacDougall, 1997) que confere força de expressão às sociabilidades e ações simbólicas dos sujeitos envolvidos.



**GRAFFITI, PIXAÇÃO E STREET ART:
VIVÊNCIAS E PERCURSOS JUVENIS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA.**

Lara Denise Oliveira Silva (UFC)
laradeniseoliveira@yahoo.com.br

Maria das Graças Guerra Lessa (UFC)
gralessa@gmail.com

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2014), 54% da população mundial vive atualmente em zonas urbanas e há uma tendência que este número aumente para 66% em 2050. Entre esta população urbana no Brasil que é de 160 milhões, 46,5% é de jovens (IBGE, 2010). Juventude e espaço urbano se entrecruzam neste trabalho que tem como objetivo discutir as expressões da sociabilidade urbana engendrada a partir da vivência de jovens nas cidades contemporâneas. O surgimento das cidades, sua ocupação e expansão perpassam diferentes momentos históricos, com suas peculiaridades e características específicas. A sociabilidade nas cidades medievais difere da encontrada nas cidades modernas e na contemporânea. Diferentes atores vivem, experimentam, habitam e circulam na cidade, caracterizando-a como local de entrecruzamento de subjetividades. Diferentes atores vivem, experimentam, habitam e circulam na cidade, caracterizando-a como local de entrecruzamento de subjetividades. A cidade também permite a concentração de atividades díspares, em escalas e níveis distintos, que revelam mundos próximos e mundos distantes (SILVA, 1997). As juventudes, em suas diferentes expressões, são um entre os muitos grupos que integram esse “elenco”. Diversas “tribos” juvenis (MAFFESOLI, 1998) se fazem presentes em espaços como praças, logradouros e bairros, compartilhando modos de ser e agir. *Punks, hip-hoppers, skatistas, góticos, emos, pichadores, grafistas*, entre outros, imprimem “marcas” na cidade por meio de suas práticas de tal forma que passam a fazer parte da paisagem urbana, estabelecendo um diálogo profícuo com a cidade. Por essa razão, esta pesquisa tem como referência temporal, as cidades na contemporaneidade e como recorte de análise a sociabilidade urbana engendrada por grupos juvenis nas vivências da *street art*, do *graffiti*, da *pixação* e de outras expressões urbanas que utilizam a cidade como suporte e tema. Inserido na linha de estudos sócio antropológicos da sociabilidade urbana, este trabalho busca entender como grafiteiros, pixadores e artistas urbanos relacionam-se de forma particular com a cidade e a partir dessa relação constroem seus repertórios, demarcam territórios e articulam trajetória. Para tanto, procura-se articular as vivências do trabalho de campo (SILVA, 2013) realizado na *cena do graffiti, pichação e street arte* em Fortaleza (CE) com as discussões teóricas e metodológicas entorno da juventude enquanto categoria sociológica, da história das cidades, da sociabilidade urbana e do urbanismo. O recorte metodológico busca também demarcar sobre qual juventude faz-se referência, uma vez que enquanto categoria social e sociológica, as juventudes podem ser discutidas e definidas sob diferentes matizes, demonstrando o caráter polissêmico desta categoria. Ressalta-se, porém, que qualquer cidadão urbano constrói uma relação específica com a cidade, sendo de interesse deste trabalho compreender como jovens grafiteiros, pichadores e artistas urbanos, ao marcarem os suportes da cidade com seus traços, riscos e imagens articulam uma sociabilidade urbana específica característica das cidades no século XXI.



JOVENS DIANTE DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE SEU BAIRRO.

Zuleica Pretto (Unisul)
zuleicapretto@yahoo.com.br

O reconhecimento de que a vida humana é resultante de mutáveis e diversos processos históricos globais e locais que se interseccionam e de que ela transcorre situada em contextos particulares “em situação” - lugares, arredores, materialidade, pessoas, tempo, etc., como propõe Sartre (2001), leva-nos à concepção de que os contextos nos quais os jovens participam, são aspectos centrais na compreensão de seus projetos de ser e dos grupos sociais de que fazem parte. Ou seja, características de um país, uma cidade e de um bairro, ou uma família, e neles inerentes arranjos de gênero, classe, raça, religião, etnia, etc. são apresentados às crianças na forma de modos de vida que se desdobrarão em processos de subjetivação/objetivação singulares. A partir de uma etnografia realizada com meninas com idade entre oito e onze anos, pertencentes a camadas populares e residentes num bairro de uma cidade litorânea localizada no sul do Brasil, foi possível perceber o quanto seus cotidianos e suas infâncias eram impactadas pelo acelerado processo de urbanização que caracterizava seu bairro. Em suas falas, e nas vivências com elas compartilhadas nos espaços de sua escola, moradias e em alguns contextos do bairro, as jovens deram destaque a questões como: modificações indiscriminadas nas paisagens, depredação da natureza que gerava alterações no uso do solo dando privilégios a interesses capitalistas, transformações nas características de sua escola e nos modos de trabalho de familiares, segmentação social o que propiciava experiências de exclusão de espaços vinculados a artes, cultura e lazer; alterações nas formas de sociabilidade com visível estreitamento de interações cada vez mais relacionadas às suas moradias e vizinhos próximos; dificuldades de mobilidade; medo do trânsito intenso de veículos; restrição de circulação no bairro devido ao medo da violência, onde teve destaque o medo em relação à violência de gênero “por serem meninas”. Em contraponto ao uso tranquilo de algumas ruas pelas jovens foi possível vislumbrar uma prática de vigília sobre seus espaços e a criação de formas seletivas de circulação no bairro, anunciando, com isso, uma alteração no sentido e no uso que faziam do espaço público local, iniciando uma prática de mapeamento do bairro a partir dos perigos que este apresentava. A pesquisa mostrou que é inegável que as crianças sejam impactadas pelos acontecimentos relativos ao lugar onde moram e que também percebam tais impactos e tenham opiniões sobre como seria um processo urbano de maior qualidade no seu bairro. Também é patente o fato de que as crianças encontram poucas possibilidades de participar das decisões que envolvem o seu bairro e suas vidas, ou tem reduzidas as chances de ter um espaço legítimo de participação social no âmbito público; suas vozes não são, ainda, ouvidas significativamente na maioria das sociedades, principalmente em relação a processos de urbanização em curso.

105



A EXPERIÊNCIA DE SER JOVEM NA CONTEMPORANEIDADE: TÓPICOS DE UMA DISCUSSÃO.

Angélica Silvana Pereira (UFSC)
angelicagp2004@yahoo.com.br

Nesta comunicação pretende-se apresentar, de forma panorâmica, os resultados de uma investigação sobre juventudes urbanas que teve como objetivo central analisar as práticas de transgressão e as performances dos jovens que se encontram aos domingos no Parque da Redenção, Porto Alegre- RS – Brasil, tomando-as como pistas para compreender a experiência de ser jovem na contemporaneidade. Procurou-se olhar para estas práticas considerando-se que os discursos sobre ‘ser jovem’ são pautados em prescrições sociais que circulam em diversos espaços, ao mesmo tempo em que estão implicados com uma condição sociocultural de enfraquecimentos institucionais e de fortalecimento do *hiperconsumo* que incita e convoca os sujeitos a ousar, inovar, ser diferentes, instigando-os a criar uma imagem espetacular de si. Enquanto parte da metrópole, o Parque e as coisas que nele acontecem configuram-se num *espaçotempo* propício para práticas diversas dos jovens, por estarem distantes dos olhares reguladores dos seus responsáveis, encontrando nos seus pares e coetâneos a principal referência para viver aquele momento. Entre estas práticas, pode-se citar a produção do corpo e os investimentos nele realizados para compor um visual capaz de chamar a atenção ou que possa conferir reconhecimento perante o grupo; práticas relacionadas ao gosto e consumo musical; práticas de experimentações corporais e afetivas e, por fim, práticas que envolve o consumo de álcool, tabaco e algumas drogas ilícitas. A pesquisa está ancorada sobremaneira, na interlocução entre as teorizações dos Estudos Culturais e os estudos sobre juventudes. Encontrou-se na etnografia o principal suporte para as incursões no campo e para a construção dos materiais analisados. As análises têm como eixo central a espetacularização de práticas e de estéticas corporais que conferem um caráter ambivalente às transgressões: ao mesmo tempo em que elas chocam, incomodam e criam rupturas, são celebradas e muitas vezes, já não parecem excessivas, produzindo uma experiência de ser jovem fortemente atravessada por questões de pertencimento e pelo consumo, enaltecendo o incessante desejo de ser diferente. Acredita-se ainda que, ao mesmo tempo em que as práticas performativas exibidas por estes jovens são produzidas num contexto de *hiperconsumo*, são também capazes de fazer emergir subjetividades que escapam aos modelos e prescrições sociais, desafiando-nos (re)pensar a política, a educação e a vida contemporânea. Busca-se, portanto, mostrar alguns arranjos juvenis capazes desestabilizar as seguras definições sobre juventude que perduraram por longos anos, na direção de conhecer as *constelações móveis* compostas por jovens nos mais variados cenários urbanos, ressignificando espaços, alterando a suas geografias e produzindo outras paisagens.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 03A - Violência e direitos humanos.

Coordenadora: [Dalva Maria Borges de Lima D. de Souza](#) (UFG)

107



**O MEIO AMBIENTE COMO DIREITO:
POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDES E PERCEPÇÃO DE PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE
JOVENS PERNAMBUCANOS.**

Tarcísio Augusto Alves da Silva (UFRPE)
deescada@yahoo.com.br

O meio ambiente como um direito humano fundamental é fruto do processo de luta forjado na constituição da terceira geração de direitos. Ao mesmo tempo, o entendimento dos jovens como sujeitos pressupõe considerá-los nas formulações de políticas públicas que procuram promover um ambiente saudável e equilibrado para as atuais e futuras gerações. Isto requer, em um primeiro plano, conhecer como os problemas socioambientais são percebidos pelos jovens e, em segundo lugar, reconhecer as demandas juvenis neste campo. Sobre este pretexto, o presente trabalho intenta apresentar resultados de uma pesquisa realizada com jovens, de oito regiões de desenvolvimento de Pernambuco, em torno da percepção dos problemas socioambientais dos municípios onde vivem. Problematisa-se ainda, como os dados revelam e reforçam a marca da violência presente tanto na vivência, quanto no imaginário das diversas juventudes. De outro modo, o texto aponta que a ausência de políticas públicas que entrecruzem o debate entre os temas juventude e meio ambiente tende a favorecer uma invisibilidade política dos jovens diante da atual problemática socioambiental.



**VIOLENCIA POLICIAL Y DEVENIRES SUBJETIVOS:
LOS JÓVENES Y SUS EXPERIENCIAS DE DETENCIONES (RÍO CUARTO, ARGENTINA).**

Mariana Jesica Lerchundi (UNRC-AR)
marianalerchundi@gmail.com

La violencia policial que afecta a los jóvenes lejos está de ser una novedad para la región latinoamericana, que inscripta en un mismo contexto social presenta problemáticas transversales. Sin embargo, la temática que se analiza tiene particularidades locales. Los jóvenes no son un colectivo homogéneo ni una categoría universal; por ello en este artículo se abordan una de las cuestiones que más afecta a aquellos que pertenecen a los sectores populares: las detenciones policiales por Código de Faltas. Los modos como el relato estatal cordobés construye a los jóvenes no está exento de paradojas ni contradicciones. A veces son nombrados como actores estratégicos para el cambio, otras como los responsables de la violencia en las ciudades. Entre la exaltación y la satanización de las operatorias discursivas gubernamentales los jóvenes están allí, sienten y piensan. Los aspectos subjetivos no se encuentran declarados ni contemplados explícitamente en las políticas, sin embargo, las acciones estatales se comportan como responsables principales de la construcción de la subjetividad de sus receptores. La ponencia se centra en los jóvenes alcanzados por el Código de Faltas, instrumento jurídico que su redacción de términos ambiguos y vagos faculta el obrar policial discrecional. Forma parte de las políticas de seguridad de Córdoba y está caracterizado, por los especialistas, como inconstitucional y violatorio de los pactos internacionales de derechos humanos a los que Argentina adhiere. El Código es una normativa de nivel provincial que regula delitos menores, por lo que en estricto no es una política de juventud, aunque son los jóvenes de sectores populares los más afectados por su aplicación. A treinta años del regreso de la democracia, en Argentina, algunas instituciones aún cuentan con resabios de la última dictadura cívico militar, como ocurre con las fuerzas policiales quienes mantienen prácticas abusivas y violentas con significativas cargas discriminatorias que se reducen a grupos sociales específicos, entre el más afectado cuantitativa y cualitativamente se ubican los jóvenes de sectores populares. Para acercarse a de las experiencias de detenciones, derivadas de la aplicación del Código y explorar los devenires subjetivos de los jóvenes riocuartenses de sectores populares, la comunicación a presentarse en *VI Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira: os jovens e seus outros* expone algunas categorías teóricas y esboza análisis primarios del trabajo de campo en curso, a partir de la metodología cualitativa en ciencias sociales.



JUVENTUDE E CRIMINALIDADE: UM ESTADO DA ARTE.

Roberta Gracyelle de Lima Ferreira (UFPE)
cyelle_ferreira@hotmail.com

A criminalidade é uma preocupante questão que tem assolado a sociedade, tanto pela frequência de sua ocorrência, quanto por manifestações advindas de pessoas cada vez mais jovens. Coimbra; Bocco; Nascimento (2005) apontam que a etapa juvenil é atravessada por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças, onde o ato infracional apresenta-se como uma das várias linhas de ação que compõem o sujeito. No âmbito da infância e juventude, o sujeito que comete um ato ilícito é considerado um infrator e não um criminoso e a responsabilização pelo ato impróprio será refletida através de medidas socioeducativas que se apresentam como a proposta atual de solução para essa questão. Adotamos o termo criminologia em referência a perspectiva teórica da criminologia crítica (BARATTA, 1999) para dar visibilidade ao processo de criminalização da juventude pobre. A forma como a sociedade brasileira tem encarado a questão da adolescência e juventude em conflito com a lei sempre esteve atravessada por posicionamentos preconceituosos e discriminatórios. Há uma compreensão causalista que associa pobreza à criminalidade, sem a devida consideração dos efeitos das desigualdades e injustiças sociais que afetam a população pobre. Este trabalho é composto pelo estudo do Estado da Arte sobre a juventude em conflito com a lei e tem por pretensão contribuir para a reflexão de como a temática vem sendo discutida em trabalhos acadêmicos, de modo que possa subsidiar novos estudos e pesquisas. Realizamos um levantamento das dissertações de mestrado do período de 2004 a 2014, encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Tem-se como resultado que os estudos se concentram em três áreas: Psicologia, educação e serviço social, o que resulta em um esvaziamento na arena de debates de campos do saber onde as normatizações e regulamentações vigentes podem ser repensadas, criticadas e potencializadas (a exemplo do Direito). Os estudos nessas três áreas mostram um interesse pela compreensão da realidade sócio-histórica que enlaça a vida desses jovens. Buscam considerar os multifatores que envolvem esse tema, bem como a percepção dos envolvidos nesse processo. Dentro do campo da psicologia observou-se que esta ciência tem lançado mão de metodologias e instrumentos diversos na investigação da juventude em conflito com lei e tem abordado a temática em a partir de diferentes aspectos e contextos: a escola, as medidas socioeducativas, a família, o contexto histórico-social dos jovens e os impactos que o conjunto desses fatores desempenha sobre o psiquismo desses sujeitos. Ressaltamos, pois, desses estudos, a importância de compreendermos como esses jovens significam sua vida, como eles mesmo relatam suas práticas, qual o sentido e a perspectiva que o crime representa para eles na tentativa de dar voz e fortalecer a autonomia desses jovens enquanto narradores de sua própria história.

110



INQUÉRITO POLICIAL DE HOMICÍDIO, PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DE JOVENS E SELETIVIDADE PENAL.

Marcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)
mbfrodrigues@gmail.com

Maria Ângela Rosa Soares (UVV/ES)
arosasoares@yahoo.com.br

Edilene Souza da Silva Neves (FNM/ES)
edilenesouzaneves@gmail.com

A violência letal no Brasil foi responsável pela morte de aproximadamente 32 mil adolescentes nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes no período de 2007 a 2013. Trata-se de uma questão gravíssima a ser enfrentada pelo Estado. No caso do Espírito Santo, em particular, segundo dados da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SEAE/ES), o número de assassinatos de 2011 a 2014 foi de 6.465 em números absolutos e na taxa de 100 mil habitantes 39,4, dos quais 40% das vítimas são jovens homens afrodescendentes entre 15 a 24 anos. Entretanto, sabemos pouco sobre a dinâmica do homicídio. No Brasil as pesquisas informam sobre a vítima, mas não sobre o autor. O índice de resolatividade do crime de homicídio no Brasil é muito baixo. Os motivos, a saber, solução de força em acertos ilegais, extermínio por milícias ou grupos e auto de resistência (confronto com a polícia), também não são estatisticamente esclarecidos em termos de percentuais. Acrescente-se ainda o fato de que o controle externo para investigação desse crime no Brasil é extremamente precário. (Misse, 2010). Destarte essa situação, sabemos que o homicídio é um fenômeno social, e como tal não é o evento em si que é importante para explicação sociológica. É preciso entender sua dinâmica, ou seja, o processo social e legal da criminalização. Quando e porque o homicídio passou a ser um problema público no Brasil. Diante desse quadro, nosso objetivo é apresentar resultados parciais de pesquisa com inquéritos policiais de crime de homicídio, realizada entre 2013 e 2015/1, na Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) no Espírito Santo. Nosso propósito é apontar e discutir os resultados preliminares da pesquisa de campo, no âmbito local e nacional, especificamente discutindo as implicações do processo de criminalização de uma parcela da juventude submetida à prática discriminatória da sujeição criminal (Misse, 2010) e ao homicídio enquanto crime com fortes indícios de extermínio com viés racista sustentado pela seletividade penal brasileira.

111



JOVENS ESTUDANTES E A BUSCA POR RECONHECIMENTO: A COMPREENSÃO SOBRE CONFLITOS SOCIAIS E ESCOLARES.

Ronaldo Martins Gomes (UFSCar)
ronaldogomes@ufscar.br

O fato de vivermos em sociedade, já nos coloca na perspectiva da existência de conflitos e, por conseguinte, a busca por reconhecimento social. O conflito social, na perspectiva da teoria do reconhecimento, pode possibilitar o redimensionamento das relações tornando-as mais próximas do entendimento e da realização humana, e não necessariamente como problema insolúvel. A escola, sendo um ambiente de produção e reprodução social, também vivencia divergências em sua coletividade. Assim, tivemos como hipótese nesta investigação, que as situações de conflitos escolares sejam resultantes da possibilidade da busca por reconhecimento. Para tanto, objetivou-se para este trabalho investigativo: analisar qual era a compreensão de estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre conflitos sociais; e, quais eram suas compreensões a respeito de procedimentos na escola com relação aos conflitos e indisciplina que aconteciam no ambiente escolar. Este estudo, que está ainda em andamento, tem como base teórica a teoria do reconhecimento que, segundo Honneth (2003), se constitui em uma teoria social que pode contribuir na luta por uma sociedade mais humanizada. Nessa perspectiva o reconhecimento é a atribuição de um valor positivo a um indivíduo ou grupo. O reconhecimento social surge como auto percepção constituída a partir de expectativas morais normativas, social e intersubjetivamente estabelecidas. Como metodologia utilizamos dois grupos focais distintos em duas escolas estaduais diferentes do interior de SP: um grupo focal com educadores; e outro, com jovens estudantes. Até o momento, com a análise prévia dos dados ficou claro que conflitos e mesmo situações de violência nas escolas públicas envolvem, muitas vezes, o não reconhecimento ou, o que é ainda pior, o reconhecimento equivocado das demandas de grupos e mesmo de indivíduos no ambiente escolar. Este não reconhecimento resulta em práticas de violência pura e simples de discentes, voltando-se uns contra outros, e muito especialmente de discentes contra docentes e equipe gestora. Buscamos compreender o que pensam e dizem os jovens a respeito dos conflitos que veem na sociedade de forma ampla e, particularmente, na escola, um ambiente em que há o encontro de muitas pessoas diferentes, com a existência da diversidade. A instituição escolar deve se tornar um lugar que relacione a sua estrutura e o seu funcionamento em favor da comunidade que está inserida, e se propor a realizar um trabalho pedagógico com qualidade para preparar seus jovens estudantes para a sociedade, de forma que estes possam participar da sociedade em que vivem, para tanto, faz-se necessário ter como objetivo a inclusão, desprezando as diferenças pedagógicas, socioculturais e econômicas.



CULTURA DE PAZ E AS ATUALIZAÇÕES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS SOCIEDADES DE CONTROLE.

Viviane Pereira da Silva (SME-RJ)
vps.vivianepereira@gmail.com

Esta pesquisa se constitui a partir da experiência de trabalho como psicóloga em escolas públicas localizadas no município do Rio de Janeiro e foi objeto de dissertação de mestrado defendida em 2015 no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ. A partir das perspectivas genealógica (Foucault) e cartográfica (Deleuze) colocamos em análise fragmentos de diário de pesquisa, notícias, imagens e documentos relevantes para a apreensão de algumas linhas de força que constituem os processos de judicialização e criminalização dos pobres que operam na escola pública carioca na atualidade. Tal questão se coloca em um contexto de grande alarde em torno de um pretenso crescimento da chamada violência urbana, que reiteradamente justifica ações e programas de diversas ordens, voltados a seu manejo e contenção. Mecanismos de controle direcionados aos pobres funcionam através da ocupação militar dos territórios favelizados, das campanhas midiáticas pela militarização da cidade, de diferentes programas e projetos encampados pelas políticas de assistência social, educação, saúde, dentre outras. Neste cenário, paz é a palavra de ordem que marca incontáveis iniciativas de enfrentamento à violência e Cultura Paz é um campo que vem se constituindo através da propagação de ações diversas que buscam operar um convencimento individual sobre a necessidade de agir de forma não-violenta e solidária, propondo a resolução dos conflitos através do diálogo e de pactos coletivos. Trata-se de uma perspectiva de enfrentamento à violência promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em todo o mundo, que tem no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ) um importante parceiro para sua difusão. Neste sentido, diferentes ações e programas situados no campo da Cultura de Paz adentram as escolas públicas em função de uma concepção hegemonicamente produzida que atribui aos usuários da política educacional características predominantemente violentas. Desta forma, reforçam-se estereótipos que afirmam as classes populares como perigosas e fundamentam a necessidade de sua vigilância e contenção em distintos âmbitos. Como algumas das conclusões possibilitadas pela pesquisa, temos a função central que o binômio violência-paz tem ocupado em parte significativa das ações propostas no campo educacional na atualidade; o lugar estratégico que a Cultura de Paz desempenha na atualização da escola pública como equipamento de governo da população na sociedade de controle, o compromisso desta perspectiva com uma pedagogia orientada à obediência e à submissão da população e os efeitos de criminalização da juventude pobre que tal conjuntura vem produzindo na cidade do Rio de Janeiro.



A AGENDA CONSERVADORA E A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL.

Dijaci David de Oliveira (UFG)
dijaci@gmail.com

Dione Antônio de C. de S. Santinbenez (UFG)
dioneantonio@gmail.com

Gabriel Carvalho Bungenstab (UFG)
gabrielcarv@msn.com

Nesse artigo discutimos sobre a forma como o tema da redução da maioridade penal (RMP) se insere nas proposições dos parlamentares brasileiros. Faremos isso por meio da análise dos Projetos de Emenda à Constituição (PECs) e de seus respectivos pareceres em discussão tanto na Câmara, quanto no Senado Federal. A análise inicial aponta para duas linhas de discussão, na Câmara dos Deputados prevalecem as proposições que apontam para o “amadurecimento intelectual” dos jovens em contraposição ao chamado “delimitação biológica”. Já o modelo que emerge no Senado Federal aponta para a existência de “casos excepcionais” e que para lidar com tais casos deve-se criar um novo instituto jurídico, o Incidente de Desconsideração da Inimputabilidade (IDI). Para a realização dessa discussão tomaremos os três projetos mais emblemáticos que foram e são objetos de discussão na Câmara e no Senado nas duas últimas décadas, as PEC Nº. 20/1999 de autoria do então deputado Roberto Arruda (PR/DF), a PEC Nº. 171 de autoria do então deputado Benedito Domingos (PP/DF) e a PEC Nº. 33/2012 de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP). O objetivo será discutir de que forma os dois modelos se diferenciam ou se aproximam e o sentido de cada uma das proposições. Através da análise dos respectivos projetos de lei e propostas de emendas à Constituição pode-se considerar esse conjunto de iniciativas do poder legislativo como um esforço para alterar de forma significativa o conteúdo protetivo da legislação sobre crianças e adolescentes no Brasil. Parece-nos que o esforço desses representantes da Câmara e Senado Federal consiste em redirecionar o sentido do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), reduzindo o escopo dos mecanismos de proteção integral e ampliando os dispositivos de responsabilização de atos infracionais. Dessa forma, soma-se ao discurso midiático de criminalização da juventude, as iniciativas parlamentares para a redução da maioridade penal, desenhando uma estratégia política e social que tenta ampliar as leis punitivas reduzindo direitos e garantias fundamentais.



NOVAS TÉCNICAS, VELHAS PRÁTICAS: A REPRODUÇÃO DO ESTIGMA NOS JOVENS EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.

Alex da Silva Vidal (UFRGS)
alexssvidal@terra.com.br

Este trabalho que tenho a intenção de apresentar é parte de um estudo sobre o conceito de estigma e seus efeitos práticos na vida de jovens em cumprimento de medida socioeducativa realizado no meu mestrado. Inicialmente, o estigma foi abordado sob a perspectiva teórica de Erving Goffman, de Norbert Elias e John Scotson e de Michel Foucault. Posteriormente, seguindo as orientações de Goffman, foi desenvolvido estudo do estigma específico “menor infrator”, analisando-se a sua construção histórica no Brasil, a delimitação e identificação do grupo afetado e os efeitos que esse estigma produz nesta população. A pesquisa valeu-se, como material empírico, de documentos do Núcleo de Extensão e Pesquisa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei (PIPA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que realiza um trabalho interdisciplinar no acompanhamento de jovens em medida socioeducativa, com participação de estudantes, técnicos e professores da pedagogia, psicologia, direito, história, artes, serviço social, enfermagem e ciências sociais. O estudo revelou que estes jovens acabam tendo seus direitos negados, tornando-se meros objetos de técnicas disciplinadoras e normatizadoras do Estado, tudo isto legitimado pelo estigma de “menor infrator”. Segundo Goffman, estigma é uma marca produzida socialmente, relacionada a algum atributo considerado negativo que praticamente desumaniza o seu portador. Essa marca social, relacionada a algum estereótipo, é vista como uma desvantagem, uma diferença quanto ao que se considera o normal. Muitas vezes, como no caso desta pesquisa sobre jovens em conflito com a lei, um perigo para sociedade. Os jovens em conflito com a lei seriam, então, uma categoria estigmatizada, um grupo indesejado, combatido, excluído; um grupo que, através de algumas políticas de Estado, se busca transformar para “melhor”, tornar novamente aceitável, ou isolá-lo da sociedade e até eliminá-lo. Minha intenção neste trabalho é mostrar, a partir de análises dos documentos de PIA (Plano Individual de Atendimento), documento produzido pelos técnicos das casas de internação, como o discurso que estigmatiza esses jovens das periferias se reproduz no sistema de justiça; mostrar como o poder age de forma a submetê-los a um exame que reforce o estigma em determinado perfil de jovens que estão fora da norma social; mostrar como, através desta captura, eles são utilizados para que o Estado invada o seu seio familiar, conheça a sua intimidade e utilize seu poder de normatização. No momento em que são examinados de forma individual (atualmente o principal instrumento dessa individualização parece ser o PIA), esse olhar estigmatizador permanece: vê-se em cada jovem a figura ideal do “menor infrator”, carregada com seus atributos ou defeitos “naturais”, ou produzidos pelo descaso da família ou ainda pelo uso de drogas ilícitas. Essa individualização do exame ou avaliação serve exatamente para enxergar no jovem em medida o que é comum a todos os “infratores”. Tornam-se um objeto de investigação, de análise, a ser governado, disciplinado e submetido.



**SER ADOLESCENTE E JOVEM NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
ELEMENTOS PARA COMPREENDER RISCO E PROTEÇÃO NESTE CONTEXTO.**

Lúcia Isabel da Conceição Silva (UFPA)
luciaisabel@ufpa.br

Tatiene Germano Reis Nunes (UFPA)
tatienegermano@yahoo.com.br

As mais recentes estimativas populacionais do Brasil, para o ano de 2012, dão conta de que a população de jovens na faixa de 15 a 29 anos, constitui-se de um contingente de cerca de 52,2 milhões de jovens. Este quantitativo que representa 26,9% do total dos 194 milhões de habitantes do país (Estimativas de População Residente. DATASUS / MS). Significa dizer que são, portanto, 52 milhões de sujeitos (novas gerações) exercendo demandas bem específicas por serviços, políticas públicas, espaço geográfico e social. Na região metropolitana de Belém (Pará) são aproximadamente 610 mil jovens entre 15 e 29 anos (IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais, 2010). Também nessa região metropolitana, os dados indicam que cerca de 72 mil crianças começam a trabalhar até os 9 anos de idade, enquanto cerca de 286 mil ingressaram no mercado de trabalho até os 14 anos (Anuário Estatístico da Prefeitura de Belém, 2010). Diversas pesquisas têm identificado vários riscos associados à vivência da juventude, em especial em termos de acesso e garantia de direitos sociais básicos e exposição à violência e seus efeitos, ao mesmo tempo em que tentam identificar as interações contextuais que produzem fatores ou processos de proteção contra os riscos identificados, funcionando como auxiliares ao desenvolvimento saudável e promotores de processos de resiliência na juventude. Nesta perspectiva, esta apresentação pretende trabalhar e discutir um conjunto de variáveis sociodemográficas e diversos aspectos da vida de adolescentes e jovens da Amazônia brasileira em diferentes contextos, buscando compreender como se processam as interações entre risco e proteção nestes. Os dados são resultantes de um estudo realizado com 658 jovens estudantes de escolas públicas da cidade de Belém – Pará, realizada entre os anos de 2012 e 2014. Foi utilizado um questionário para o levantamento dos fatores de risco e proteção, produzido pela pesquisa nacional Juventude Brasileira (Versão Fase II, DELL'AGLIO, KOLLER, CERQUEIRA-SANTOS & COLAÇO, 2011). Este instrumento é composto de 77 questões de múltipla escolha, com questões que investigam aspectos referentes à caracterização biossociodemográfica dos participantes e variáveis relacionadas à educação, saúde, trabalho, violência, lazer e rede de apoio. Os resultados permitem identificar diversos indicadores da configuração de risco e proteção em contextos específicos, em especial no que tange à exposição e envolvimento dos adolescentes e jovens com a violência, em especial na escola e família, instituições classicamente identificadas como protetivas. Serão apresentados e discutidos dados sobre acesso à educação, exposição à violência dentro da família e na comunidade, com diversidade de tipos e autores, exposição às drogas, suicídio e tentativas de suicídio, envolvimento em conflitos com justiça ou polícia e outros eventos estressores, e também dados da rede de apoio dos jovens e níveis de confiança, autoconceito e expectativas de futuro e percepções sobre o contexto social dos jovens. Este conjunto de dados será confrontado com indicadores sociais sobre a juventude no Brasil e na Amazônia, na perspectiva de compreender risco e proteção dentro de uma macroestrutura de rede social. Discute-se ainda, possibilidades e alternativas de proposição de políticas de proteção ao desenvolvimento da juventude.



A JUVENTUDE SOB O PRISMA DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.

Hildon Oliveira Santiago Carade (UFBA)
hildoncarade@yahoo.com.br

A partir da implantação do policiamento comunitário nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas, favelas localizadas na orla atlântica da cidade de Salvador, através da criação das chamadas Bases Comunitárias de Segurança, a presente comunicação tem como pauta a seguinte pergunta: o que tal acontecimento tem a nos dizer sobre a juventude das classes populares brasileiras? Embora os discursos em defesa de uma polícia comunitária, bem como a sua efetiva entrada em cena nas favelas das grandes metrópoles brasileiras, seja um fenômeno relativamente recente, do meu ponto de vista este processo está mais comprometido com permanências do que com mudanças em nosso horizonte, mais precisamente, no tocante à forma com a qual a nação tem lidado com os sujeitos que se lhe afiguram como sendo “indesejados”. Neste sentido, a ocupação policial de comunidades populares reacende a centelha de nossa obsessão em torno da construção de uma civilização redentora nos trópicos. Tendo como base dados etnográficos e entrevistas realizadas com policiais, no período entre 2012 e 2014, mais do que discutir os processos de violência física e de abuso policial, pretendo realçar a dimensão da violência simbólica e suas consequências para determinadas populações. Neste aspecto, pode-se dizer que todo o raciocínio dos policiais é condicionado pela seguinte ideia, ora proferida por representantes do alto escalão do poder judiciário, ora sustentada por bastiões do saber acadêmico: a de disputar cada menino e menina das comunidades populares com o tráfico de drogas (Souza, 2006). Logo, os adolescentes são *a priori* classificados como sendo suscetíveis à entrada na esfera da criminalidade. Criminoso em potencial, o “jovem favelado” de hoje, nos lembra o “índio bravo” de outrora (Pacheco de Oliveira, 2014). Se para os missionários a recaída no paganismo, por parte dos indígenas, era indício da obra do demônio sobre humanos caracterizados como tendo uma natureza frágil e duvidosa, e seria este o motivo para eles serem constantemente vigiados, para os jovens moradores de áreas favelizadas, a vigília é ideologicamente sustentada diante à percepção nutrida pelas autoridades policiais de a favela ser em si mesma um lugar amoral, predisposta à toda sorte de vícios e corrupções morais. Neste sentido, é sob o prisma da regeneração e redenção destes lugares que a ocupação policial é entendida e justificada. Por fim, essa redenção tem na infância e na adolescência as suas maiores fontes de preocupação. As crianças e os adolescentes apareceriam, no bojo desta política de segurança, como formas de realização do futuro. Eles não apenas representariam o futuro; seriam também o sítio onde o destino glorioso da nação estaria sendo edificado.



JUVENTUDE FEMININA E CRIMINALIDADE.

Ana Maria Augusta dos Santos (PUC-Minas)
anamariaa.santoss@gmail.com

A pesquisa se propôs a analisar as jovens mulheres no tráfico de drogas, bem como discutir as relações de gênero. Coloca a discussão da inserção da juventude feminina, para além da questão da afetiva e amorosa com traficantes, mas como opção de trabalho. A pesquisa visa a realização de um debate referente ao lugar dessa juventude feminina que se insere no tráfico de drogas, com uma nova relação e processo de inserção. Esse interesse vem de uma vivência no trabalho que realizei na Política Estadual de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais, diretamente no Programa Fica Vivo!. Essa vivência de trabalhar com os jovens envolvidos com a criminalidade possibilitou estar presente no território e compreender o cotidiano desses sujeitos. Ao longo dessa trajetória, desde 2008, foi possível identificar um aumento no número de jovens mulheres atendidas pelo Programa e envolvidas na criminalidade. Trazer a possibilidade de diálogo sobre como o espaço da criminalidade se configura e se coloca enquanto espaço de inserção/interação e adesão de mulheres jovens é um desafio proposto para discussão. Barcinski (2012) afirma que nos últimos anos houve um aumento expressivo de mulheres na criminalidade, porém, mesmo diante desse cenário, não existem muitas pesquisas no Brasil direcionadas ao protagonismo feminino na criminalidade. A autora discute sobre a mulher ser reconhecida na sociedade brasileira como a pessoa que sofre a violência e que não existe aprofundamento teórico sobre esse novo papel desempenhado pela mulher, como a pessoa que comete a violência contra o outro. De acordo com Pimentel (2008) existe uma grande invisibilidade da mulher nos estudos acadêmicos para investigar seu papel na criminalidade. A autora reforça a necessidade de compreender a mulher para além do papel secundário, ou seja, para além do papel desempenhado pela mulher na relação com o homem ser fator único para essa mudança. No campo da prevenção à criminalidade, é perceptível essa mudança no papel desempenhado pela mulher na criminalidade, no qual ela deixa de ocupar o cargo passivo ou amoroso para ocupar cargos de liderança, sai da condição de vítima para a promotora da violência. Intencionamos identificar como as mulheres, que são vistas como passivas e vítimas neste contexto de inserção na criminalidade, parecem fazer uma ruptura com os papéis definidos tradicionalmente para elas. Elas estão geralmente ligadas ao campo privado e dessa forma, geram invisibilidade às suas ações no campo público. Portanto, temos como objetivo da discussão possibilitar uma nova percepção sobre a juventude feminina como integrante da criminalidade especificamente no tráfico de drogas, e ampliar a discussão da segurança pública para além dos jovens do sexo masculino.



**A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NO ESPAÇO URBANO:
RESISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS ESTATAIS DE SEGREGAÇÃO EM DUAS CIDADES DA AMÉRICA
LATINA.**

Elisa María del Huerto Sotti (FLACSO-AR)
mariasotti@hotmail.com

Ana Beatriz Pinheiro e Silva (UFRRJ)
abeatrizpinheiro@gmail.com

A América Latina, na última década, mudou seu curso político com a chegada ao poder de governos progressistas, populares ou de esquerda em vários países, dependendo do caso, eles conseguiram promover um estado com uma economia mais estável, conseguindo grandes avanços na ampliação de direitos e na redução das desigualdades. No entanto, dentro de estados federais, como o caso do Brasil e da Argentina, a implementação de políticas progressistas não foi homogênea, encontrando Estados / Províncias e cidades que estão na contramão das tendências da expansão dos direitos que os governos federais têm tentando empreender. O Estado, através de suas agências, implementa políticas públicas que incorporam uma determinada visão da cidade e do espaço público, muitas vezes, nessa visão não são consideradas as demandas populares e nem como serão afetados os cidadãos que habitam esses espaços. Nesse sentido, é válido problematizar as perspectivas que subsidiam as intervenções estatais que estão sendo implementadas em duas cidades da América Latina: Rio de Janeiro, Brasil e Córdoba, Argentina. Ambas as cidades, em seus respectivos países, sofrem com mudanças no espaço público que não respeitam as questões sociais, segregam e excluem os pobres, especialmente, os jovens de setores populares. No caso do Rio de Janeiro, pode-se perceber, no período em que antecedeu os jogos da Copa de 2014, mudanças no espaço urbano nessa perspectiva de segregação como, por exemplo, removendo moradias e levando as pessoas para lugares mais distantes do centro da cidade e dos bairros da zona sul. Essas ações arbitrárias não vieram sem resistências e os jovens estiveram protagonizando a luta por seu espaço na cidade. Em Córdoba, o governo da província tem desenvolvido práticas ultrarrepressivas (como "operativos de saturação" que visam os subúrbios da cidade), detenções arbitrárias protegidas por um "Código de Faltas" inconstitucional e entre outras medidas que recaem negativamente sobre os jovens de setores populares, que, à luz dos discursos hegemônicos, são apresentados como vítimas de estigmatização. Os jovens vivem sob a suspeita constante de um estado que marginaliza e segrega da vida na cidade. Para analisar as consequências dessas intervenções, inicialmente, vamos analisar alguns modelos teóricos que dominam o tema sobre a gestão estatal das questões sociais, da pobreza (neste caso, pode-se mencionar a proposta de autores como Lo Vuolo, Barbeito, Oyen e Wacquant) e da configuração do espaço e da cidade (Alderoqui e Buthet). Em segundo lugar, serão problematizados os direitos que foram reconhecidos pela "Carta Mundial do Direito à Cidade", tendo em vista as questões que serão levantadas sobre as cidades de Córdoba e do Rio de Janeiro. O objetivo principal é analisar se esses direitos estão sendo observados nas mudanças implementadas nos últimos anos nas cidades de Córdoba e do Rio de Janeiro, problematizando as questões que os jovens têm vivido nesses contextos, especialmente, em relação à segregação espacial e social, e como eles têm protagonizado as lutas de resistência a esses processos.



**A VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL DE JOVENS CAPIXABAS:
QUANDO SE CONHECEM MUITAS VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS, O QUE ISSO REPRESENTA EM
TERMOS DO VALOR MORAL DA VIDA?**

Marcelo de Souza Gorza (UFES)
msgorza@gmail.com

Christiano de Jesus (UVV/ES)
cj.christiano@hotmail.com

Suilyanna Lievore (UVV/ES)
suilyannalievore@hotmail.com

Luciana Souza Borges (UVV/ES)
luciana.borges@uvv.br

Casos de homicídios relacionados a jovens são cada vez mais frequentes em nosso país. Trata-se de um crime contra a vida, considerado o mais grave sob a ótica social, moral e jurídica. Com a finalidade de compreender este fenômeno, estudos no campo da Psicologia da Moralidade têm investigado acerca do valor da vida. Objetivamos, então, investigar o juízo de jovens em situação de risco psicossocial acerca do crime de homicídio e averiguar o valor que dão à vida. Para tanto, pesquisamos o conceito de homicídio e o conhecimento que têm de histórias reais de vítimas deste delito. Entrevistamos individualmente, a partir de um roteiro semiestruturado pautado no método clínico piagetiano, dez meninos e dez meninas, com 15 ou 16 anos de idade, da Região de Terra Vermelha-ES. Todos os participantes souberam conceituar o homicídio e 15 (75%) responderam ter conhecido vítimas deste delito. Contudo, mesmo entre os cinco (25%) restantes, quatro já tinham ouvido falar de vítimas próximas a eles. Das 101 vítimas mencionadas pelos entrevistados, 89 (88,12%) eram conhecidas, 11 (10,89%) eram parentes e uma (0,99%) era desconhecida. Quanto ao gênero e à idade das vítimas, 89 (88,12%) eram do sexo masculino e 12 (11,88%) do feminino, tendo 57 (56,44%) delas 18 anos de idade ou mais, 35 (34,65%) menos de 18 anos de idade e em nove (8,91%) não houve informação. Precisando escolher apenas uma das vítimas, dentre as demais reportadas, para prosseguir com a entrevista, 15 (75%) jovens preferiram os conhecidos, um (5%) escolheu um desconhecido e três (15%) optaram pelos parentes, sendo que um dos jovens relatou não ter conhecido nem ouvido falar de ninguém que tivesse sido assassinado. Justificaram essa escolha em função de saberem mais sobre o assunto (31,6%), pela vítima ser mais próxima (26,4%), pela forma como foi morta (10,5%) ou por outros motivos (31,5%). Metade dos entrevistados respondeu que a motivação para o crime foi o uso ou tráfico de drogas ilícitas. Quanto ao juízo de valor moral (JVM), 15 (75%) jovens julgaram como errado o delito, um (05%) julgou como correto, pois a vítima (um primo) já havia matado outra pessoa, e três (15%) responderam que foi tanto certo quanto errado a vítima ter sido assassinada. Obtivemos 11 justificativas referentes ao juízo 'porque não se deve matar' (26,82%), sete 'por uma consequência da ação da vítima' (17,07%), sete 'pela ausência de motivo' (17,07%), cinco 'porque o agressor poderia ter feito algo diferente' (12,20%), um 'por razões religiosas' (2,44%) e 10 'por outras razões' (24,40%). Diante destes resultados, ressaltamos a vulnerabilidade desta população jovem no que diz respeito ao valor que possa dar à vida, o que a coloca em risco, por sua vez, para se tornar vítima ou agressora deste tipo de crime. Chamamos a atenção, por fim, para outras pesquisas que possam priorizar a compreensão de jovens não infratores sobre os homicídios, tendo em vista os riscos ao próprio desenvolvimento que viver próximo à violência poderá trazer.



**“FICA BANDIDO!”:
O ADOLESCENTE E OS PROCESSOS DE SUJEIÇÃO CRIMINAL**

Yasmim de Menezes França
yasmimmf@gmail.com

Hebe Signorini Gonçalves (UFRJ)
hebe@globo.com

A apresentação deste trabalho tem como objetivo aproveitar o encontro com os pares que pesquisam na área de juventude para refletir em conjunto sobre experiências proporcionadas pelo projeto de pesquisa e intervenção “Parcerias: adolescentes em conflito com a lei”, cooperação entre o Instituto de Psicologia da UFRJ (IP/UFRJ) e o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE). Após mais de quatro anos atuando lado a lado, orientadora e orientanda publicaram o primeiro texto juntas, em 2013, advindo de imersões no campo de estudo: o sistema socioeducativo. Nesse intervalo, foram realizadas oficinas de reflexão semanais com os adolescentes, que tinham como dispositivos: dinâmicas de grupo, jogos corporais, utilização de diversas formas de arte ou simplesmente bate-papos. É a partir do corpo textual produzido, marcado por leituras e discussões, que se pretende falar acerca de um processo muito notado pela afetação recíproca entre os participantes do projeto (pesquisadores e internos do sistema), e nomeado através da conceituação do sociólogo Michel Misse: a sujeição criminal de adolescentes internos por cometimento de ato infracional. Utilizando a cartografia de Deleuze e Guattari como caixa de ferramentas metodológicas foi possível mapear, por entre pesquisas e intervenções, enrijecimentos de movimentos e falas destes jovens que, incorporando o rótulo de “bandidos”, dificultavam a ruptura de padrões e a construção de novos modos de existência. A estrutura do DEGASE, que dá lugar a estes acontecimentos, é palco de armadilhas incorpóreas (Foucault), pois cumpre seu papel social: não apenas responsabilizar, mas amarrar determinados grupos sociais ao estigma de delinquente. Amarrado de tal forma está que tudo o quanto se diga sobre tais indivíduos dificilmente escapará do estigma, e é a esse emaranhado que o próprio adolescente acaba por se sujeitar. Assistiu-se, no entanto, em meio a este cenário, a partir da abertura para maior liberdade de circulação de afetos, corpos “bandidos” dançarem e se recolocarem perante o outro. Interessa-nos tratar, portanto, tanto do percurso de produção da sujeição criminal, quanto de sua quebra, nos contextos institucionais investigados. Na cena que dá nome ao título do trabalho, um adolescente diz ao outro “fica bandido”, trazendo uma representação possível do embate em que, por um lado, há a tentativa de continuidade do curso da sujeição criminal e, por outro, há a resistência enunciada. O desafio é que acompanhem as produções, sempre instáveis e movediças, de subjetividades, que são impulsionadas quando determinadas forças se põem em curso e quando apontamos para a potência do devir.



PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE A ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Daniel Henrique Pereira Espíndula (UNIVASF)
daniel.espindula@univasf.edu.br

Apesar de todos os esforços, a adolescência ainda é relacionada a episódios violentos e à criminalidade, sendo o adolescente autor de ato infracional seu representante, considerado temido e perigoso. Por ser um fenômeno social em constante debate, os delitos cometidos pelos adolescentes têm sido objeto de estudo científico por pesquisadores de diversas áreas. A presente proposta buscou realizar uma revisão de literatura sobre a temática do adolescente em conflito com a lei em periódicos nacionais. Foram consultadas as bases de dados Scielo e Pepsic, a partir dos descritores: adolescente em conflito com a lei; menor infrator; adolescente infrator; jovem infrator e; adolescente autor de atos infracionais. Foram considerados apenas os estudos em português, publicados em periódicos nacionais, produzidos por pesquisadores brasileiros e que teorizassem ou dessem voz aos adolescentes. Após o crivo dos critérios de exclusão restaram 36 dos 48 artigos encontrados. O material encontrado foi classificado quanto aos objetivos específicos do estudo: ano de publicação; tipo do estudo (teórico, aplicado ou de intervenção); base teórica aplicada; descrição dos adolescentes pesquisados, e; temas relacionados ao adolescente em conflito com a lei. Os resultados apontam para um maior interesse na temática a partir de 2006 (n=5), com maior produção em 2011 (n=6), seguido de um decréscimo do interesse pelo tema. Verificou-se um predomínio de estudos aplicados (n=19), seguido de estudos teóricos (n=14) e poucos estudos de intervenção junto aos adolescentes (n=3). A respeito das bases teóricas que subsidiaram os estudos, observou-se que os estudos se embasam em perspectivas psicossociais (n=14), desenvolvimento humano (n=9) e psicanálise (n=6). Percebeu-se também que alguns deles utilizaram mais de uma perspectiva teórica. Quanto à descrição dos participantes, verificou-se que os adolescentes praticantes de delitos era todos homens (n=17), nenhuma mulher (n=0), de camadas populares (n=10), classe média/alta (n=0), branco (n=1) e negro (n=1). A respeito dos temas relacionados à temática do adolescente em conflito com a lei, a maioria não trazia outros temas relacionados (n=19). Ao passo que, quando surgiram, os principais temas foram terapia (n=6), violência (n=4), desenvolvimento humano (n=4) e família (n=3). Os resultados apontam para uma busca na compreensão do fenômeno da prática de atos infracionais a partir de estudos de campo ou delimitações teóricas e poucos esforços em apresentar contextos de intervenção. A temática parece que vem perdendo interesse pelos pesquisadores ao longo dos anos. Os adolescentes homens e pobres ainda são foco de análise, enquanto as adolescentes do sexo feminino e os mais abastados não se constituíram enquanto objeto de estudo. Apesar dos estudos epidemiológicos apontarem marcações raciais entre os adolescentes, as produções encontradas não se preocuparam em descrever as raças dos participantes. Temáticas correlatas como educação não se fizeram presentes. Salientamos que tal levantamento não se esgota aqui. Não foram investigadas as produções nacionais em periódicos estrangeiros e nem todo o conhecimento produzido nos estudos investigados. Sugerem-se mais estudos que aprofundem a discussão em torno da intervenção e que discutam a questão racial, de gênero, ou grupos econômicos mais abastados, por exemplo.



INTERFACES ENTRE POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E PRÁTICAS CULTURAIS JUVENIS NA “PERIFERIA” METROPOLITANA.

Marco Antônio Couto Marinho (PUC-Minas)
coutomarinho@gmail.com

O trabalho tem como objetivo discutir interfaces entre ações políticas e de enfrentamento da violência a partir de experiências culturais desenvolvidas por jovens residentes na “periferia” metropolitana de Belo Horizonte. O debate fundamenta-se empiricamente em etnografia e em pesquisa biográfica realizada, desde julho de 2012 até o tempo presente, junto a jovens residentes em um espaço socialmente segregado e marcado por recentes episódios de homicídios e outras violências. O campo de pesquisa é a região do Estrela D’alva, um conjunto de seis bairros e três “favelas” situado no município de Contagem que contava com 603.442 habitantes em 2010, sendo o segundo mais populoso da região metropolitana de Belo Horizonte. A pesquisa indicou que os percursos de vida juvenis no Estrela D’alva foram atravessados por relevantes processos sociais marcantes na história do lugar e da sociedade brasileira recente, tais como: i) expansão do narcotráfico e as práticas violentas relacionadas à regulação dessa atividade sobre a vida local; ii) presença de ações violentas e constitucionalmente ilegítimas exercidas por instuição representante do Estado, a polícia, e focalizadas no território e população jovem local; iii) a urbanização e os serviços básicos locais viabilizados mediante a negociação do “voto”, mercadoria política valorizada no sistema eleitoral politicamente instituído pela Constituição Federal de 1988; iv) relevância e centralidade da religião, antes o catolicismo e hoje o neopentecostalismo, como agência cultural na “periferia”; v) aumento do acesso ao consumo mediado por canais de acesso à renda possíveis aos jovens (formal/informal/lícito/ilícito) e, potencializado por políticas “públicas” de crédito pessoal e de assistência social. Os percursos de vida da primeira ou da segunda geração de filhos e netos nascidos ou crescidos na referida “periferia metropolitana” expuseram *novas faces de velhos conflitos sociais* e que impactaram brutalmente sobre seus processos de *transição para a vida adulta*. Indicando que a “superação” de “velhos problemas sociais” relacionados à ausência de infraestrutura urbana e de serviços básicos foi acompanhada do estabelecimento de “novos problemas” representados pela violência e pela criminalização dessas populações jovens. Deste modo, após quase 30 anos do “final” do regime político autoritário e do “estabelecimento” da democracia observou-se uma expansão da violência dirigida aos “jovens da periferia”, ou seja, não atingiu homoganeamente a população jovem em geral da RMBH. Diante desse conjunto de adversidades o texto apresenta percursos de vida que expressam práticas e ações políticas exercidas pelos jovens em busca por reconhecimento da cidadania e de enfrentamento da violência por meio da participação juvenil em agências culturais vinculadas à religião e ao *hip-hop*.

123



LIGAÇÕES PERIGOSAS: JUVENTUDE, MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA.

Gaspar Alexandre Machado de Sousa (UFG)
gams.adv@gmail.com

Ao se fazer uma reflexão sobre masculinidade e violência no Brasil atual, não se pode deixar de pensar na exclusão social e nos processos de constituição das identidades masculinas. Uma parcela significativa da população jovem masculina é atingida pela exclusão social, encontrando na criminalidade uma via de afirmação de sua identidade masculina, definida pela violência. Muitos destes jovens passam por experiências de reclusão em ambientes profundamente marcados pelo uso ritual de violência, seja pela própria instituição, seja por parte dos outros reclusos. As rebeliões nestas instituições revelam não apenas a complexidade da situação de exclusão social, mas também mostram que valores tradicionais de masculinidade associados à violência continuam a ser reativados nestas circunstâncias. Desse modo, grande parte dos jovens do sexo masculino internaliza as normas sociais, adotando as maneiras e interesses masculinos, o que leva, frequentemente, à repressão dos seus sentimentos, com a consequente externalização violenta de tal repressão. A virilidade, assim como a honra, tem que ser validada pelos outros homens, atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens”. Diversos ritos, principalmente os escolares ou militares, comportam verdadeiras provas de virilidade, orientadas no sentido de reforçar solidariedades viris. Certas formas de “coragem”, portanto, como as que são exigidas ou reconhecidas pelas forças armadas, polícias (corporações de elite), bandos de delinquentes ou também, mais banalmente, certos coletivos de trabalho (ofícios de construção), encontram seu princípio, paradoxalmente, no medo de perder a estima ou a consideração do grupo. Isto posto, o que se entende por “coragem” muitas vezes constitui uma forma de covardia. Assim, a virilidade é uma noção eminentemente relacional, construída, primeiramente, dentro de si mesmo, e também construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino. O fato é que não se pode ignorar a “crise da masculinidade”, crise esta fruto do desconforto masculino em relação às conquistas femininas no mundo contemporâneo. Por sua vez, o momento pelo qual homens e mulheres estão passando em suas relações e constituições de processos identitários pode entendido como um “processo de mudança”. Por outro lado, embora em nossa sociedade exista um modelo hegemônico de masculinidade, paralelamente coexistem no mesmo espaço social múltiplos modelos de masculinidades, que se afastam ou mesmo repudiam o modelo tradicional de força que define o homem. Desse modo, apesar de haver uma certa programação social para a formação de homens que exercitem a violência física e/ou simbólica como forma de impor sua suposta superioridade, existem aqueles que logram romper com este modelo. Assim, o gênero masculino não é violento por natureza. É a própria sociedade que cria um modelo hegemônico a ser seguido pelos homens, calcado em torno da violência, da agressividade e da competitividade. Existe, assim, uma cumplicidade social com o homem violento, uma vez que este simplesmente exercita o modelo de masculinidade produzido e reproduzido socialmente.



SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA NO COMPLEXO DA MARÉ: DESDOBRAMENTOS E CONJUNTURAS POLÍTICAS PARA O CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS.

Vanessa Diniz (Luta pela Paz)
vanessadiniz@lutapelapaz.org

Ana Werneck (Luta Pela Paz)
anawerneck@lutapelapaz.org

O presente trabalho tem como objetivo problematizar a prática das profissionais, por meio da discussão sobre as diretrizes e estratégias no combate a violência utilizadas pela ONG Luta Pela Paz (LPP), onde estão vinculadas. As profissionais estão inseridas em dois equipamentos distintos: um relacionado à liderança juvenil e o outro relacionado à elaboração de processos de trabalho e assistência a jovens que tiveram envolvimento no tráfico de drogas. Pretende-se apresentar os relatos dessas experiências nesta instituição que atende, por ano, 1.500 crianças, adolescentes e jovens de 7 a 29 anos. Entretanto, o público atendido pelas profissionais, Ana Werneck e Vanessa Diniz, possui faixa etária entre 14 a 29 anos. A partir disto, discutiremos o desenvolvimento dos referidos equipamentos, problematizando as questões territoriais para além do combate da violência pela violência. Propomos pensar outras possibilidades de lutas no campo dos direitos humanos frente à proposta de segurança pública do atual governo do estado do Rio de Janeiro. Trataremos do desenvolvimento das ações preliminares das forças de segurança pública em preparação à ocupação do Complexo da Maré. Pretende-se contextualizar a militarização desse território a partir do ano de 2013 e evidenciar as implicações desse processo de exclusão e repressão e seus impactos na produção de subjetividade do segmento assistido. Discutiremos esse eixo, sob a perspectiva das contribuições de Foucault (1985), por meio do conceito de *Sociedade de controle* e Goffman (1993), *Os estigmas: a deterioração de uma identidade social*. Com isto, faremos uma historiografia, abordando os dados de violência e as características demográficas do Complexo da Maré que impulsionaram o surgimento da Luta Pela Paz e também legitimaram sua permanência por 15 anos em pelo menos três favelas do referido Complexo – Nova Holanda, Morro do Timbau e Marcílio Dias. A LPP preconiza cinco pilares em sua estratégia de atuação: boxe e artes marciais, educação, empregabilidade, serviço de suporte social e liderança juvenil, contando com o total de 100 profissionais para o desdobramento e realização dessas ações. A partir desses pilares são elaboradas as ferramentas e metodologias utilizadas pela instituição para lidar com o envolvimento de jovens na violência armada e/ou no enquadre de outros tipos de violências, tais como domesticam de gênero, entre outros. Por fim, traremos o relato da experiência nesse campo em meio ao cenário de violação de direitos humanos ocorridas durante o referido processo de ocupação, evidenciando o desenvolvimento de ações político-sociais de resistência junto ao pilar de liderança juvenil e de combate a violência armada por parte do serviço de suporte social.



JÓVENES Y VIOLENCIAS: EL ÚLTIMO ESLABON DE UNA CADENA.

Elizabeth Gómez Etayo (UAO-CO)
egomez@uao.edu.co

De acuerdo con diversas y polémicas fuentes, Cali se considera la ciudad más violenta de Colombia y la novena más violenta del mundo con una tasa de 66 homicidios por 100 mil habitantes. En el año 2014 se presentaron en Cali 1.555 muertes violentas, de las cuales 304 están asociadas a confrontaciones directas entre pandillas juveniles. Debe tenerse en cuenta que la tasa de violencia de Cali no obedece a la violencia política que deriva del conflicto armado interno que vive nuestro país desde hace 51 años y que en la actualidad está en proceso de negociación entre la guerrilla de las Farc y el gobierno del presidente Juan Manuel Santos, sino que tal violencia urbana obedece al crimen organizado, a la falta de convivencia social, a la inseguridad urbana y a las condiciones de inequidad en las que se encuentra nuestro país. Vale resaltar que el indicador de Gini para Colombia en 2014 fue de 0,538. En el contexto de estas violencias urbanas, los jóvenes pobres son los principales protagonistas, bien sea como víctimas o victimarios. No obstante, las autoridades locales tienden a ubicarlos como los principales responsables de las violencias, desconociendo que existe un mundo adulto que los recluta en grupos armados legales e ilegales. Al respecto, presento en este trabajo, parte de los resultados del proyecto de investigación: “Juventud, violencia y paz en el suroccidente colombiano”, realizado por los grupos de investigación “Conflictos y organizaciones” y “Entornos e identidades”, de la Universidad Autónoma de Occidente, en el cual se considera que los jóvenes no son la causa de las violencias, sino que ellos constituyen el último eslabón de una cadena de violencias, y que son presa fácil para hacer parte de tal cadena, porque las condiciones de inequidad social, pobreza, desigualdad, falta de proyecto de vida coherente con sus expectativas, crisis del proyecto educativo general, entre otras razones, así lo indican. No obstante, los jóvenes tienen en los barrios pobres de Cali muchas dinámicas de vida que no son violentas, sino que son artísticas, culturales, educativas, deportivas, creativas, sin embargo sólo se registra en los grandes medios de comunicación y por las autoridades locales que ellos son la principal causa del fenómeno violento ocultando sus verdaderas causas y contribuyendo a negar quiénes son los verdaderos autores y cómplices del crimen organizado que hace de Cali una de las ciudades más violentas.

126



“JOVENS” E “VIOLÊNCIA NA JUVENTUDE” NA COMPREENSÃO DE JOVENS: ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz (UFES)
suzyelaine.marques@hotmail.com

Edinete Maria Rosa (UFES)
edineter@gmail.com

Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho (UFF)
sabinems@hotmail.com

A violência vem sendo considerada como uma problemática da contemporaneidade, sobretudo pela vitimização de adolescentes e jovens. Esta associação entre violência e juventude é apresentada pela mídia como um problema que merece a atenção da sociedade, principalmente com o debate atual acerca da redução da maioridade penal, e tem suscitando discussões entre pesquisadores das ciências humanas e sociais. O presente estudo, de caráter exploratório, tem como objetivo investigar as representações sociais (RS) de “jovens” e de “violência na juventude” para jovens da Grande Vitória/ES. Participaram do estudo 120 jovens, de ambos os sexos, 77 do sexo feminino e 43 do sexo masculino, com idade média de 21 anos. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário de associação livre com os termos indutores: “Jovens” e “Violência na Juventude”. A participação na pesquisa deu-se após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram analisados com o auxílio do software EVOC à luz da Teoria das RS. Os resultados apontam uma RS de “jovens” organizada em torno das ideias de: *alegria* (como uma característica dos jovens - alegres, extrovertidos, irreverentes), *balada* (como espaços de lazer e reunião de jovens), *drogas* (tanto lícitas como o álcool e o cigarro, como ilícitas, como a maconha), e *vitalidade*. No segundo quadrante surgem dois elementos: *amigos e faculdade*, com frequências que os colocam em posições intermediárias entre *drogas e balada* e as palavras *alegres e vitalidade*, indicando uma possibilidade de centralidade de tais elementos. Os resultados da análise prototípica acerca de hipóteses de centralidade indicam que os prováveis elementos centrais são: *balada e faculdade*, que são os espaços relacionados à diversão e à obrigação. Em relação à RS de “Violência na Juventude” os elementos que constam no primeiro quadrante são: *agressão, comum, desigualdade social, drogas e tráfico*. Os termos *crime e maioridade penal*, no segundo quadrante, apresentam frequências indicativas de uma possível centralidade. Porém, o elemento *maioridade penal* merece ser melhor investigado a fim de saber se esta aparição se deve à recente discussão sobre o fenômeno ou se realmente é um termo central da representação. Os prováveis elementos centrais da representação são: *drogas, agressão, desigualdade social e crime*. Na periferia aparecem: *espaço escolar, bullying, pobreza e trauma*. Alguns elementos são comuns às análises das evocações dos dois termos indutores: *drogas*, que aparece como possível elemento central das duas representações, o que indica o envolvimento dos jovens com as drogas e a violência como um fruto possível deste envolvimento; e *balada*, que aparece como central para a RS de “jovens”, por ser um espaço comum de lazer dos mesmos, e aparece como elemento da segunda periferia da representação da “violência na juventude” por constituir um espaço onde são frequentes manifestações violentas, como brigas e discussões verbais. De modo geral, a violência parece estar presente no cotidiano desses jovens, seja nas baladas, seja por meio das drogas; sugere-se a realização de um estudo de análise prototípica mais detalhado a fim de analisar a associação entre jovens e violência na compreensão dos próprios jovens.



**“COMO SE A VIDA FOSSE UM PERIGO?”:
A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DE RISCO E PROTEÇÃO PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO
DE AMEAÇA DE MORTE.**

Daniele Jesus Negreiros (UFC)
danielejn@gmail.com

O estudo, ainda em fase de elaboração, constitui-se a partir da relação entre a Psicologia histórico-cultural e o direito à vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte, mediado pela perspectiva da construção de sentido e do conceito de interação social segundo Vygotsky. A pesquisa visa contribuir no desenvolvimento de teorias e metodologias que auxiliem na melhoria de vida dos adolescentes em situação de ameaça de morte, como colaborar com as discussões sobre a prevenção da violência letal contra esse público, uma vez que é verificado no acompanhamento psicossocial realizado junto aos adolescentes que, quando o direito à vida é ameaçado, outras violações e vulnerabilidades geralmente estão atreladas, como abuso e exploração sexual, negligência, abandono, violência doméstica, violência policial, trabalho infantil, baixa escolaridade, abuso de substâncias psicoativas, etc. Para tanto, como objetivo se pretende compreender a construção do sentido de risco e de proteção para os adolescentes incluídos no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM. Dentre os objetivos específicos inclui-se o de investigar o sentido de ameaça de morte para adolescentes, os impactos psicossociais vivenciados com a situação de ameaça e, por último, analisar como são tecidas novas redes de apoio e interação social pelos adolescentes. Em Barros vemos que o “sentido” para Vygotsky se produziria nas práticas sociais, através da articulação dialética da história de constituição do mundo psicológico com a experiência atual do sujeito. Assim, abrem-se vias para que se admita a polissemia da linguagem e, conseqüentemente, para que se pense em múltiplas construções de sentidos. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa com um enfoque na pesquisa-intervenção, constituído através dos diários de campo provenientes de observações participantes, como também na facilitação de oficinas e de entrevistas semiestruturadas. Os participantes são os adolescentes acompanhados pelo programa de proteção e que estejam incluídos no programa há, no mínimo, três meses. Espera-se desse estudo, ainda em processo, compreender como os sentidos de risco e proteção são construídos pelos adolescentes, bem como a percepção que estes têm sobre as redes de apoio e interação social construídas a partir do acompanhamento do programa. Assim, a partir da perspectiva histórico-cultural, ter em vista a discussão de sentidos para adolescentes ameaçados de morte incluídos em um programa de proteção que visa assegurar o direito à vida, é pensar em muitas nuances envolvidas, uma vez que são diversas as situações de ameaça e complexas as trajetórias de vida dos adolescentes ao adentrarem no programa, considerando que é na organização social e cultural que se encontram as possibilidades de produção de significados que alicerçam os processos de humanização e subjetivação dos indivíduos.



**JUVENTUDE E TRÁFICO DE DROGAS:
APROXIMAÇÕES AO COTIDIANO DAS JOVENS TRABALHADORAS DO COMÉRCIO DE DROGAS
ILÍCITAS.**

Naiara Cristiane da Silva (UFMG)
naiarasilva2004@yahoo.com.br

O tráfico de drogas é um fenômeno complexo e multidimensional que envolve questões tanto sócio-simbólicas-culturais quanto jurídico-político-econômicas. Sua expansão se deu a partir da década de 70 quando se transformou em indústria e consequentemente fonte de disputa e enormes lucros. Alterado seu consumo, passa a corresponder à lógica do mercado e não mais aos desejos de grupos. Apesar de sua ilegalidade, recruta pessoas de diversas idades se revelando como uma emaranhada organização denominada por muitos como “firma” ou mesmo “movimento”, revelando uma forma estruturada de produção, venda e controle comercial. O negócio das drogas constitui-se como o segundo mais rentável do mundo e apresenta características de permanência e consolidação à vida paralela ao mercado formal de trabalho. Essa pesquisa parte da discussão de que o tráfico de drogas se insere na sociedade como atividade de trabalho ainda que de maneira marginal e informal. As relações econômicas e de poder que se estabelecem nessa atividade seduzem homens e mulheres, e a maior parcela dessas pessoas são adolescentes ou jovens. Esta inserção proporciona acesso ao mercado de consumo do qual não usufruíam da mesma forma que se estivessem no mercado formal. Possibilita assim a estas pessoas ascensão social, fama, status e principalmente o poder. Este estudo é fruto de uma dissertação de Mestrado que investigou a participação de jovens e adolescentes do sexo feminino no tráfico de drogas na cidade de Itaúna, Minas Gerais. Por estarem representados numericamente inferiores aos jovens homens nessa atividade, os estudos sobre jovens e adolescentes mulheres no tráfico de drogas são invisibilizados e permeados por normativas de gênero que acabam atribuindo a estas jovens noções de menos valia na atividade do tráfico. Cabe destacar aqui, que esta é uma atividade majoritariamente masculina que exige força, coragem e disposição, atributos até então atribuídos somente a homens, principalmente pela vinculação óbvia das mulheres a um padrão de comportamento dócil e passivo. Atualmente, o tráfico abriu-se para a entrada das mulheres, principalmente jovens e adolescentes, majoritariamente pelo acesso ao dinheiro e pela vinculação a um parceiro, dados do DEPEN sinalizam que, em 2012, 69% das mulheres estavam presas em decorrência do tráfico de drogas, a maioria tem até 25 anos. Em decorrência disso, as jovens trabalham em posições inferiores aos homens, recebem menos pelos serviços prestados, são alvos constantes de violência sexual e moral. Para a realização desse estudo, foram entrevistadas 30 jovens e adolescentes do sexo feminino trabalhadoras do tráfico de drogas; constatou-se que o tráfico de drogas reproduz o mercado formal de trabalho com as marcas da opressão e exploração da mão de obra feminina provenientes da divisão sexual do trabalho. Evidenciamos que a maioria das jovens trabalham como “mulas” ou “aviões” transportando drogas para diversos lugares entre eles os presídios, sendo mais facilmente alvos da repressão policial, cabe destacar que nesse negócio majoritariamente masculino, as mulheres cumprem o papel de serem presas, pois uma quantidade mínima de mulheres chega a posição de comando ou chefia dentro do negócio das drogas.

129



**AVIÃOZINHO, PATRÃO E POLICIA:
AS RELAÇÕES DE CONFIANÇA E DESCONFIANÇA ENTRE OS JOVENS ENVOLVIDOS NO TRÁFICO
DE DROGAS NA PERIFERIA DE GOIÂNIA.**

Guilherme Borges da Silva (UFG)
guidhu@gmail.com

Este trabalho tem como propósito apresentar as relações de confiança e desconfiança entre os jovens envolvidos no mercado ilegal das drogas nas periferias de Goiânia. Os resultados apontaram que a adesão desses jovens nesse mercado passa pela formação de suas identidades que está de acordo com os tipos de relações que constroem dentro do tráfico. Se de um lado a confiança é condição *sine qua non* para a construção de laços de proteção e “segurança” entre os atores envolvidos, por outro lado a desconfiança é tida como ponto inicial para emergir relações de conflitos e violências. Percebeu-se que a desconfiança é o ponto de partida das relações construídas dentro do tráfico de drogas. As relações só ganham certo grau de confiança a partir do respeito e obediência aos acordos e compromissos selados nas transações econômicas das drogas. A relação de confiança e desconfiança dependerá também dos tipos de atores e os papéis que eles estabelecem dentro do tráfico de drogas. A relação entre aviãozinho e patrão, por exemplo, constrói um tipo específico de confiança e desconfiança, que pode girar em torno de conflitos de interesses até um apadrinhamento com caráter afetivo. De outro lado, se a relação estabelecida for entre o jovem do tráfico e a polícia, pode existir uma relação de confiança e desconfiança dependendo do papel desse agente estatal na relação que estabelece com o tráfico, como, por exemplo, se esse agente agir por meio da repressão ao tráfico ou via extorsão ou, ainda se ele é um prestador de serviço para algum grupo de tráfico. Somado ainda a esses elementos, a cultura criminal machista em que a honra e a virilidade são postas em desafio quando os acordos são rescindidos alavancam e disseminam a necessidade de que esses conflitos devem ser solucionados a qualquer preço. Não são apenas drogas, dinheiro e as pessoas que circulam no tráfico, mas também a própria identidade sexual masculina que é colocada em evidência. Quando não se paga uma dívida de droga, ou quando outro indivíduo quer tomar a boca, não é o valor monetário em si, mesmo que exista e fica evidente, mas há o aspecto moral da honra desafiada, nesse momento o recurso violento se faz necessário. Dessa forma, quando se pensa as relações conflituosas construídas nesse mercado, os resultados apontam que o uso da violência se torna uma ferramenta frequente na resolução dos conflitos e, portanto, a regra a ser seguida. A questão que se coloca é que essa demanda pela violência, resultado de aspectos culturais e proibicionistas e, por isso, a falta de meios legais de regulamentação, acaba alavancando as taxas de assassinatos na população brasileira, sobretudo entre os jovens, negros e moradores das áreas de pobreza.

130



**PROGRAMADO PRA MORRER: #SÓQUENÃO!
GOVERNAMENTOS DA INCLUSÃO, PRODUÇÃO DE MORTE E A INSISTÊNCIA DE VIDA ENTRE
SUJEITOS JOVENS.**

Fernanda Bassani (UFRGS)
febassani@hotmail.com

Neuza Maria de Fátima Guareschi (UFRGS)
nmguares@gmail.com

O presente trabalho relaciona o campo das políticas públicas sociais com as políticas de segurança pública para problematizar a construção da noção de *jovem perigoso* no Brasil contemporâneo. Para esse trabalho entende-se por *jovem* algo que ultrapassa a ideia de “pessoas entre 15 e 29 anos”, constituindo-se como um “foco de intervenção estatal, a partir de determinadas urgências históricas” (Hadler, 2010). Já, a noção de *perigosidade*, relaciona-se a “pessoas que, conforme um encadeamento causal difícil de reconstituir portam um índice parcialmente elevado de probabilidade criminal, sendo em si mesmo, um risco de crime” (Foucault, 2010, p.22). Virtualidade que pode envolver desde condições como raça, nível socioeconômico, “desestruturação familiar” e passagens pela polícia, até estilo pessoal e local de moradia. O trabalho tem por base as histórias de vida de sujeitos jovens que passaram pelo sistema penitenciário e posteriormente conseguiram escapar ao “não-lugar” do bandido ou do trabalhador de subemprego. A partir de estratégias criativas de sobrevivência ética-política - seja pela música, trabalhos sociais, empreendedorismo, etc - estes sujeitos emergem como pontos de resistência a um governo que se não busca a produção de morte, ao menos decide por deixar morrer determinados indivíduos. Suas histórias sugerem relações entre instituições como Escola, Conselho Tutelar e Fundações Socioeducativas que pelo argumento da proteção especial e inclusão, acabam atualizando *formas perigosas de ser jovem* e justificando intervenções do campo da segurança pública, como aprisionamentos e homicídios. Profanando a profecia dos “Três C’s: cadeia, cadeira de rodas e cemitério” que paira sobre o universo existencial dos jovens transgressores, essas formas de vida que insistem em viver são o ponto de partida para compreender como se dá a “colocação do governo em movimento” sobre o sujeito jovem. Aborda-se, portanto, duas categorias de sujeito de direitos: a criança/adolescente (0-18 anos) e o jovem (18-29 anos), enquanto focos de políticas públicas distintas, mas cujos marcadores sociais de *risco*, *vulnerabilidade* e *perigosidade* acabam por uní-los em uma mesma racionalidade de defesa de uma sociedade biopolítica (Foucault, 2011). Considerando-se a circulação crescente destes personagens pelas estatísticas de violência letal, pretende-se problematizar a produção de morte enquanto uma escolha governamental, orientada pelo paradigma de gestão dos riscos à sociedade (Spink, 2001).



A DISCIPLINA E SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DE REINTEGRAÇÃO SOCIOEDUCATIVA COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.

Paula Karine Bolzan Freitas (UCB)
paulabolzanf@gmail.com

Jéssica Emanoeli Moreira da Costa (UCB)
jessicaemanoeli@gmail.com

Katia Tarouquella Brasil (UCB)
ktarouquella@gmail.com

Essa pesquisa aborda o modo como os Agentes de Reintegração Socioeducativa (ATRS) de uma Unidade de Internação no Distrito Federal, concebem o papel da disciplina na contenção da violência dos adolescentes em conflito com a lei. Os ATRS foram ouvidos em um espaço coletivo de fala na perspectiva da clínica do trabalho, que se caracteriza como uma investigação clínica da relação entre o trabalho e a teoria do sujeito. Foram realizados cinco encontros com a participação de dez agentes. A disciplina foi identificada como recurso de contenção e controle dos adolescentes, como pode ser identificado nas falas a seguir: “A ressocialização é a disciplina”, “Se os internos começarem a perceber que vai ter disciplina minimizam as ações”. Além disso, ela se insere como uma estratégia coletiva de defesa para lidar com o medo no trabalho, como ilustra as falas seguintes: “São pessoas perspicazes e persuasivas, se não temos controle, ficamos na mão deles”, “Se tirarem a disciplina, eles (internos) irão tomar conta da cadeia”. Nesse sentido, a disciplina se caracteriza como uma estratégia coletiva de defesa, que minimiza a percepção do medo, em relação a esses adolescentes, e da dureza desse trabalho, que pode levar ao sofrimento. A disciplina também se constitui como ideologia defensiva pois, além de barrar o sofrimento na luta contra o medo, constitui-se como uma meta que funciona como uma proteção do trabalho e como uma via de derrotar tudo aquilo que poderia desestabilizar a saúde mental desses trabalhadores: “Hoje em dia não está 100%. Mas está bom na questão da disciplina que colocamos. Mesmo tendo falta de apoio e retorno, fazemos tudo”. Para os ATRS, a disciplina na unidade de internação de adolescentes em conflito com a lei, é um meio de docilizar esses adolescentes, para que possam aceitar as regras da instituição e a autoridade dos ATRS. Os agentes de reintegração social (ATRS) se percebem vulneráveis face ao trabalho tenso e conflituoso com esses adolescentes. O modo como o sistema está organizado e a concepção dos ATRS sobre os adolescentes estabelece uma relação de domínio desses profissionais. Desta forma, buscam assumir mais poder na relação com os adolescentes. Contudo, o sentimento de vulnerabilidade é um motor para as estratégias coletivas de defesas, pois esses profissionais entendem que precisam estar atentos para não perderem o controle em relação à sua própria violência e, para não serem manipulados ou agredidos pelos adolescentes. Essa situação evidencia que, tanto os ATRS como os adolescentes parecem que precisam intimidar um ao outro para poderem suportar o cotidiano na instituição. Nesse contexto, a disciplina irá se confundir com punição, pois coloca em risco uma atuação nas unidades de internação que possa ser mais voltada para a socioeducação e menos punitiva. No entanto, a pesquisa revelou que o exercício de uma ação repressiva possibilita, para os ATRS, a sensação de um maior controle dos jovens internos, mas também um maior controle em relação ao medo compartilhado pelo grupo.



O “AMOR AO MORRO” E AS MEMÓRIAS DOS JOVENS FRENTE ÀS REMOÇÕES E ÀS INTERVENÇÕES URBANAS.

Beatriz Corsino Pérez (UFRJ)
biacorsino@gmail.com

A cidade do Rio de Janeiro vem passando por diferentes projetos de revitalização de áreas degradadas, programas de segurança pública e de urbanização nas favelas, obras de preparação para os grandes eventos (Vainer, 2011, Fleury, 2012, Ferreira, 2011). Nesta pesquisa, busquei compreender a perspectiva dos jovens sobre esse conjunto de transformações que está acontecendo nos lugares onde vivem, por considerar que o espaço não é algo exterior, um cenário aonde os processos subjetivos se desenrolam, mas constitutivo da subjetividade (Maiolino, 2008). Os jovens produzem e são produzidos pela espacialidade (Santos, 2005, Lefebvre, 2004) e pelos elementos materiais que compõem a cidade. Eles se reconhecem e falam a partir de um lugar, se esse espaço sofre mudanças e rupturas as imagens produzidas sobre si mesmo também passam por transformações. Durante os anos de 2012 e 2013, participei de fóruns e reuniões comunitárias onde os moradores puderam compartilhar as dificuldades que estavam passando por causa das intervenções urbanas. Eles buscavam criar estratégias de participação a fim de levar suas demandas ao poder público e resistir às remoções, à construção do teleférico, aos abusos policiais, entre outras situações de violência. Realizei entrevistas e grupos de discussão com 26 jovens moradores da Rocinha, Santa Marta, Horto, Complexo do Alemão, Providência e Região Portuária, de ambos os sexos, com idades entre 14 e 24 anos. Também utilizei a fotografia como um recurso para trabalhar as memórias dos jovens sobre o lugar. Na análise, apresento as narrativas (Benjamin, 1994) e as memórias (Bosi, 1994, 2003; Gagnebin, 1994, Nora, 1993) dos jovens de sua infância e das relações familiares, de amizade e de vizinhança. Exploro as memórias vividas e as “memórias herdadas” (Pollok, 1992, Habwacks, 1990), aquelas ouvidas de gerações anteriores sobre como era a favela e que compõem o imaginário dos jovens sobre o lugar. Em seguida, abordo as ameaças do poder público de remover os moradores por causa das obras de urbanização e revitalização e a insegurança se eles vão poder continuar ou não em suas casas. Dentro desse contexto, a evocação ao “amor ao morro” e à memória serve como uma forma de se opor ao progresso e às mudanças provocadas pelo poder público. Outro tema de análise foi os efeitos da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) nas favelas onde viviam os jovens entrevistados. Notamos que a inserção da polícia de forma permanente na comunidade foi um marco na vida deles, servindo para delimitar um “antes” e um “depois” em suas narrativas. Apresento, então, como eram as suas relações com a polícia antes da instalação da UPP e como elas se configuraram até o momento da pesquisa. Eles também apontaram mudanças em relação aos seus projetos de vida e às oportunidades que possuem hoje na favela (Apoio: Faperj).



**“QUANDO AS JOVENS INFRACIONAM”:
UMA ANÁLISE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO – FUNDAÇÃO CASA.**

Joana D’Arc Teixeira (UNESP)
joanatdarc@gmail.com

Na contemporaneidade assiste-se à expansão do encarceramento e a emergência de dispositivos de controle, que coloca a prisão como um pilar indispensável à ordem vigente. Nesse contexto, ano após ano, as estatísticas permitem apontar que a resposta para a questão da juventude que infraciona tem sido a adoção de políticas públicas que apostam no encarceramento. E quando as jovens infracionam? Quem são essas jovens? Como elas são capturadas pelas formas de controle social? Quais são as práticas socioeducativas e de atendimentos a elas direcionadas? Este artigo tem como desafio discutir as marcas de gênero que atravessam as instituições para jovens institucionalizadas no sistema socioeducativo, demarcando como elas aparecem e quais as suas implicações políticas. Com base nas entrevistas realizadas com as jovens, é possível apontar que, mais do que uma ideia de ressocialização, pressuposto historicamente defendido pelas instituições, identifica-se que as atividades socioeducativas reproduzem atribuições e especificações reconhecidas como sendo do sexo feminino, como passividade e obediência, exigidas em diferentes espaços e contextos sociais: escola, família e de sociabilidades. Ao que tudo indica, a medida socioeducativa apresenta-se como um processo de *pedagogização do feminino*, com objetivos direcionados ao ensino de um feminino considerado como “correto”, partindo-se de pressupostos essencialistas, que postulam que mulher não tem “cabeça” e “inteligência” para o crime e que, portanto, ao aprender a ser mulher, há a saída do crime.



JUVENTUDE, VIOLÊNCIA URBANA E BIOPOLÍTICA: PRÁTICAS EM PERSPECTIVA.

João Paulo Pereira Barros (UFC)
jppbarros@yahoo.com.br

A violência envolvendo segmentos juvenis, seja na condição de autores ou vítimas de atos considerados violentos, trata-se de um tema transversal, visto que articula áreas como direitos humanos, saúde e segurança públicas, educação e justiça, sendo, por isso, uma potente chave para a compreensão de modos de subjetivação em operação na atualidade. Lançar luzes para a violência juvenil tornou-se tarefa premente tendo em vista que o Brasil ocupa a 2ª posição no ranking mundial em número de mortes violentas de jovens e ao mesmo tempo encontra-se é palco de intensos apelos, por parte de setores da mídia, do parlamento e da sociedade civil, em torno da redução da idade penal de 18 para 16 anos. A partir do diálogo com ferramentas analíticas de Michel Foucault, este trabalho objetiva por em análise práticas discursivas e não discursivas em torno da violência envolvendo segmentos juvenis, destacando suas conexões com tecnologias de poder que configuram os modos de subjetivação contemporâneos. Para tanto, utiliza resultados de pesquisas-intervenções realizadas tanto no contexto escolar quanto em territórios urbanos do Nordeste do Brasil, com especial destaque a práticas institucionais identificadas em espaços da cidade de Fortaleza reconhecidos pelo signo da vulnerabilidade social e por expressivos índices de violência envolvendo segmentos juvenis. Esse recorte empírico se justifica em razão de ser Fortaleza a capital brasileira que apresenta maior índice de homicídios na adolescência (IHA), de acordo com levantamento do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL) divulgado em 2015. Tal levantamento que, no ano de 2012, analisou 288 municípios, aponta que 9,92 adolescentes em cada mil seriam vítimas de homicídio antes dos 19 anos de idade na capital cearense, número bastante acima da já expressiva média do IHA para o conjunto de municípios investigados, que foi de 3,10 para cada mil adolescentes. Trata-se do pior índice desde 2005. Ainda de acordo com o levantamento do PRVL, o Ceará ocupa a terceira posição entre os estados com maior IHA (7,74), perdendo apenas para Alagoas (8,82) e Bahia (8,59), o que faz do Nordeste a região com maior incidência de violência letal envolvendo jovens. Particularmente em relação a Fortaleza, tal mapa aponta que mais da metade dos homicídios ocorridos em sua região metropolitana eram de jovens entre 15 e 24 anos, dos quais mais de 70% são negros e 90%, do sexo masculino. Destarte, problematiza-se como os modos de operação de discursos e práticas institucionais de combate à violência juvenil remetem à emergência dos dispositivos de segurança e, com efeito, à invenção da noção de juventude em risco. Dialogando particularmente com as análises foucaultianas acerca da biopolítica e dos dispositivos de segurança, esse trabalho conclui apresentando argumentos que indicam que determinadas práticas de combate à violência juvenil em ascensão no contexto de uma governamentalidade securitária materializam mecanismos de gestão da pobreza. Contrapondo-se a esse viés, a tese sinaliza uma perspectiva ético-estético-política e práticas insurgentes no tocante às violências envolvendo segmentos juvenis.

135



FAVELA: POTENCIALIDADES E DIVERSIDADES DE UMA JUVENTUDE POR DETRÁS DOS MUROS INVISÍVEIS DA SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL.

Phillipe Antônio Pereira (UFRJ)
fhillipepsico@gmail.com

Camila Clipes Garcia (UFRJ)
camilaclipesgarcia@gmail.com

Laíza da Silva Sardinha (UFRJ)
laiza.sardinha@gmail.com

Marcelo Pereira Fernandes (UFRJ)
mpefernandes@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo descrever a produção do conhecimento que emerge da pesquisa-intervenção do projeto "Construindo um processo de escolhas mesmo quando 'escolher' não é um verbo disponível" do Instituto de Psicologia da UFRJ, nas instituições REDES e CEASM – OSCIPS que desenvolvem um trabalho com pré-vestibular e preparatório comunitário no Complexo da Maré no Rio de Janeiro. A pesquisa desenvolveu-se a partir do primeiro semestre de 2014, sendo realizada através da formação de grupos de Análise do Vocacional que se propõem a colocar em análise constructos como vocação e escolha profissional de jovens, sendo a questão profissional utilizada como disparador para pensar os processos de escolha não só referentes à profissão, mas também a outros âmbitos da vida desses. A pesquisa teve como finalidade averiguar como a exclusão social interfere na formação dos processos de escolhas dos jovens e de como a aposta em dar visibilidade às narrativas dos alunos possibilita a emergência de novas ferramentas para a tomada de decisão. Através da problematização dos discursos que emergem nos grupos, incentivados por meio de dispositivos que, segundo Gilles Deleuze, são máquinas de fazer ver e falar, apostou-se na existência de outras perspectivas que ultrapassam os limites do que é estabelecido, desnaturalizando os lugares e papéis que historicamente se destinam àqueles grupos [se destinam às juventudes] socialmente vulneráveis. Ao estudar as relações entre exclusão social da juventude e a produção de subjetividade nos estudantes, foi elaborada uma forma de intervenção da Psicologia que não é impositiva, mas que também não se pretende neutra. À vista disso, essa interferência se mostrou eficaz na desnaturalização das decisões cauterizadas como alternativas únicas e salvacionistas, bem como no surgimento de singularidades e movimentos de rupturas com o instituído, desconstruindo a cristalização e a naturalização originadas da criminalização e proporcionando a construção de processos de escolhas, quando escolher não era um verbo disponível. Vale ressaltar que o conceito de exclusão trabalhado aqui ancora-se nos pressupostos teóricos de Bader Sawaia que desenvolve a terminologia da dialética da exclusão/inclusão por entender que não se trata de práticas dissociadas. Na verdade, o que existe é uma dinâmica social, política e econômica opressora em que, para incluir, é necessário que se exclua determinadas grupos e vice-versa, configurando-se, dessa maneira, um processo excludente cíclico em que um não existe sem o outro, perpetuando uma lógica de inclusão social perversa. A dialética da exclusão/inclusão rompe com a perspectiva econômica e se estabelece no todo social. Dessa forma, a partir do momento em que a juventude deste território se compreende neste processo, emerge também a conscientização de que é necessário promover rachaduras neste ciclo de exclusão. Assim, no desenvolvimento da pesquisa foi constatado que a exclusão social produz subjetividades cristalizadas que modelam e limitam as escolhas, reduzindo o campo de oportunidades dos jovens. Porém, proporcionando condições de reflexões críticas acerca de variados processos sociais, estimula-se um maior empoderamento de si, além da autonomia de escolhas, tanto profissionais quanto pessoais.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 03B - Violência e direitos humanos.

Coordenadora: [Maria Helena Zamora](#) (PUC-Rio)

137



A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL É A MELHOR ALTERNATIVA (JURÍDICA) PARA A RESPONSABILIZAÇÃO DE ADOLESCENTES?

Plínio Vinícius Silva da Silva (UFRGS)
plinio-silva@igp.rs.gov.br

Ana Paula Motta Costa (UFRGS)
anapaulamottacosta@gmail.com

A discussão acerca da redução da maioridade penal como forma de responsabilização de adolescentes que cometem um ato ilícito está posta em nosso país nos mais diversos contextos. Recentemente a Proposta de Emenda Constitucional-PEC 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara com 42 votos a favor e 17 contra, o que significa que foi autorizada sua tramitação no Congresso Nacional, pois considerada pela referida comissão como constitucional. O tema gerou polêmica entre os mais diversos segmentos da sociedade. Entre os contrários à proposta argumenta-se que a referida PEC fere cláusula pétrea da Constituição, o que a tornaria inconstitucional. Já os que são favoráveis sustentam que a redução da maioridade penal tem como objetivo evitar que jovens cometam crimes na certeza da impunidade. Este trabalho visa, portanto, analisar se a redução da maioridade penal é a melhor alternativa jurídica para a responsabilização de adolescentes. Aqui, se fará um recorte epistemológico na análise do tema, pois existem outros meios mais adequados que merecem atenção da sociologia, pedagogia, psicologia e outras áreas de estudo que não serão analisadas. Será feita uma avaliação da questão jurídica. Nesse sentido, a adolescência é uma fase especial de desenvolvimento das pessoas e possui direitos garantidos na Constituição e no Estatuto da Criança e Adolescência-ECA. Tais direitos concretizam-se por meio de três níveis de garantias: o primeiro garante as políticas sociais básicas a todas as crianças e adolescentes; o segundo garante proteção especial para todas as crianças que sejam vítimas de violência por meio das medidas protetivas; e finalmente o terceiro nível responde pelas medidas socioeducativas, destinadas a adolescentes que cometeram atos infracionais. O adolescente, nesse sentido, já responde perante seus atos infracionais (análogos aos tipos penais previstos no Código Penal), podendo inclusive sofrer medida restritiva de liberdade. O grande problema da responsabilização juvenil reside na falta de critérios objetivos no âmbito do “processo infracional juvenil” e não na idade penal. Essa falta de objetividade pode ser evidenciada por meio da não separação clara da atividade de julgar e acusar, a não efetividade do direito à defesa técnica e autodefesa, a fundamentação das decisões judiciais (na maioria das vezes baseadas no sujeito e não no ato cometido). Disso decorre a impressão de que o adolescente não é responsabilizado penalmente, quando na verdade o é e, algumas vezes, de forma mais gravosa do que os adultos em igual situação, frente à omissão no respeito às garantias processuais fundamentais desses sujeitos. Portanto, a alternativa mais adequada juridicamente é modificação na legislação no sentido de torná-la mais precisa e objetiva, mais efetiva (quando necessária) e garantidora dos direitos fundamentais processuais.

138



ESCOLA E MAIORIDADE PENAL: A ARTICULAÇÃO DA LÓGICA PENAL

Estela Scheinvar (UERJ/UFF)
estelascheinvar@gmail.com

Patrick Coutinho (UERJ)
patrick_sagua@hotmail.com

Rebecca Medeiros (UERJ)
rebecca.mdrs@gmail.com

Ellen dos Santos (UERJ)
pnt.ellen@gmail.com

O presente texto propõe-se a colocar em análise a relação entre escola e maioridade penal. No contexto da sociedade moderna, a escola tem como atribuição central a produção do sujeito livre e individualizado, tornando cada um responsável pelo seu destino e pelo seu sucesso. Em uma perspectiva histórica é importante registrar a presença da moral religiosa, ensinada desde os primeiros anos, afirmando a formação e o desvio como questões íntimas, pessoais: uma virtude ou falha de caráter. A escola é um instrumento de governo sustentado no enclausuramento e em bases penais, tendo o castigo como centralidade para poder funcionar. O refinamento do castigo é fundamental para que a lógica individualizante funcione. Para cada tipo de infância, um espaço de controle diferente. Nesse contexto, o enclausuramento da infância se intensifica e proliferam-se cada vez mais espaços fechados destinados ao governo dos mais jovens. Presenciamos, desde o século XVII na Europa e XIX no Brasil, a ampliação da escolarização e, com ela, a dissolução de espaços coletivos de gestão da vida em favor de espaços fechados como modelo para melhor educar. O aprisionamento da infância fala da emergência de uma nova tecnologia política intimamente ligada ao liberalismo em ascensão. Trata-se de uma tecnologia que visa o governo das populações: uma biopolítica conduzida pela disciplina como dispositivo de governo. A disciplina escolar destaca-se em relação às tarefas conteudísticas, sendo elas e o comportamento dos estudantes e de suas famílias avaliados em função de normas que exigem obediência. A normalização está presente tanto nas relações espontâneas quanto nas atividades acadêmicas. Todas as atividades do espaço escolar são conduzidas pela lógica penal, inclusive os testes de habilidades. A meritocracia é mais um meio de individualizar, policiar e punir. A noção de movimento coletivo esvai-se a cada regra que anuncia a sua sustentação: a punição. Punir emerge como um instrumento necessário, pedagógico, natural do humano, sobretudo por meio das relações escolares. Aceitando a punição como necessária, o encarceramento apresenta-se como um método a mais, para aqueles considerados mais distantes da norma. São as pessoas, sobretudo os jovens, em sua individualidade, os responsabilizados por estarem presos, do mesmo modo que são os estudantes os considerados irregulares na escola, sem que as práticas instituídas sejam colocadas em análise. Os intensos debates ocorridos em relação à polêmica proposta de redução da maioridade penal se articulam com as lógicas que constituem a escola e são fortalecidos por elas. É possível até mesmo identificar um perfil classificado como criminoso, alvo de encarceramento ao qual a proposta se dirige. Para analisar tal proposta, que tem sua motivação na subjetividade penal, devemos ter em mente o processo de individualização, uma vez que a lógica penal é necessariamente individualizante. Os mecanismos de segurança, que são classificados como meios de proteger os cidadãos funcionam associados ao medo e à exclusão, criam um inimigo público a se excluir, e observa-se que este inimigo possui um rosto negro, pobre, favelado, funkeiro... Prevalece o uso da punição e do medo como meio de correção do indivíduo não padronizado.



**"ENXUGANDO GELO":
O EFEITO DA BUSCA E DO FLAGRANTE DE DROGAS REALIZADO PELA PMERJ (POLÍCIA MILITAR
DO RIO DE JANEIRO) SOBRE OS JOVENS.**

Fernanda Novaes Cruz (UERJ)
fernandanovaescruz@gmail.com

O presente trabalho visa discutir a questão das abordagens policiais motivadas por busca ou flagrante de drogas na cidade do Rio de Janeiro. As discussões sustentadas pela ideia de comportamento desviante (BECKER, 2003) mostram como ocorrem essas abordagens e a forma que os jovens percebem e avaliam o tratamento dado pelos policiais durante essa situação. Esse trabalho utilizou metodologia qualitativa. Foram realizadas 25 entrevistas semiestruturadas com jovens entre 18 e 29 anos moradores da cidade do Rio de Janeiro. Esse recorte etário corresponde com a definição de juventude utilizada pelo Estatuto da Juventude, com a ressalva de que os menores de 18 anos não foram incluídos no trabalho devido as dificuldades de realizar pesquisa com esse público. As entrevistas contemplam diversos perfis de jovens, estando atenta especialmente a área de domicílio dos jovens. As áreas de domicílio foram classificadas em Zona Sul Favela, Zona Sul Não Favela, Zona Norte Favela e Zona Norte Não Favela. O objetivo dessa separação é analisar se há diferenças no tratamento dado por policiais quando comparadas áreas mais ricas e áreas mais pobres (nesse caso, a Zona Sul do Rio de Janeiro possui padrão socioeconômico mais elevado e a Zona Norte menos elevado). Também são consideradas na análise a cor dos abordados, se moram em Favela ou Não Favela, entre outros. Além do critério de domicílios, a amostra também visou contemplar diferentes perfis de sexo, raça, escolaridade, entre outros. A ideia que defendo nesse é que o trabalho de abordagem policial não é aleatório. Ou seja, alguns indivíduos são mais suspeitos do que outro. Além disso, mesmo em situações de flagrante, a abordagem pode ocorrer de maneiras diversas, sendo orientadas no contexto brasileiro quase que exclusivamente pela conduta do policial. Portanto, verifico como fatores situacionais do ambiente ou o perfil do abordado interferem no procedimento adotado pelos policiais. Nesse sentido, discuto questões como agressões físicas, verbais, humilhações ou extorsão realizadas pelos policiais. Cabe destacar que a pergunta se o jovem era usuário de drogas somente foi realizada ao longo da entrevista, a fim de não enviesar o estudo. Um resultado muito intrigante dessa escolha foi perceber que determinados perfis de não-usuários também sofreram esse tipo de experiência. O que nos ajuda a pensar como a Polícia Militar do Rio de Janeiro atua com base em estereótipos para definir quem é o “elemento suspeito” (RAMOS e MUSUMECI, 2005). A coleta de dados dessa pesquisa já foi realizada, portanto pretendo demonstrar nesse artigo os resultados de uma pesquisa que já foi realizada. Os dados a serem apresentados são frutos da pesquisa de mestrado já defendida pela autora.



ENCONTROS ENTRE VIOLENCIA E CIDADE A PARTIR DO OLHAR DE UM ADOLESCENTE.

Lisley Braun Toniolo (UFMG)
lisley@gmail.com

Cristiane de Freitas Cunha (UFMG)
cristianedefreitascunha@gmail.com

O encontro entre adolescência e violência na cidade é o tema deste trabalho, constituído a partir de uma dissertação de mestrado homônima, na qual vislumbrávamos uma aproximação do olhar de um adolescente sobre a violência na cidade. Para abordá-lo, buscamos um diálogo entre a psicanálise lacaniana, a sociologia e o urbanismo, destacando primeiramente os cruzamentos entre violência e cidade, debruçando-nos então sobre as interseções entre adolescência e violência na cidade. De início, atemo-nos ao modo como a pós-metrópole se constituiu, retomando a formação das primeiras grandes cidades na Europa, América e no Brasil. Nesse percurso, deparamo-nos com uma cidade múltipla, diversa, na qual as antigas muralhas são substituídas por fronteiras invisíveis, às vezes maleáveis, outrora extremamente rígidas, constituindo verdadeiras fortalezas e muros intransponíveis. Mais adiante, servimo-nos da psicanálise lacaniana para pensar que a violência nos é constitutiva, e o confronto entre o sujeito e a civilização está dado *a priori*, cabendo-nos interrogar porque não somos mais felizes e tranquilos em um mundo mais desenvolvido tecnologicamente, onde ainda assim estamos imersos em uma sensação de alerta e insegurança na cidade, que retorna sobre nós como um *monstro animado*. Cientes da íntima relação entre o sujeito e a violência, buscamos tatear as diversas formas sob as quais ela se apresenta na cidade, indo além do que se configura como espetáculo aos olhos da mídia. Diante das violências da e na cidade, convidamos um adolescente que cumpriu medida socioeducativa de internação em Belo Horizonte, para nos guiar em seu mapa e sua história, localizando e resgatando seus lugares e não lugares, marcados por um recorte temporal da entrada à saída da adolescência. A metodologia desta pesquisa qualitativa dispôs do uso de entrevistas individuais com o adolescente sobre suas trajetórias, portando mapa impresso e câmera fotográfica, no intuito de ampliar os modos de registrar o olhar do sujeito sobre sua cidade. Além disso, o adolescente foi entrevistado em locais públicos, escolhidos por ele. Diante das entrevistas, verificamos que a cidade urbana não se configura como um todo homogêneo, sendo várias as cidades possíveis e vividas, principalmente durante a adolescência, essa *delicada transição*. Para os adolescentes negros, pobres, egressos do sistema socioeducativo, vemos que a cidade é palco de segregação e violências, contudo, nos vazios de suas estruturas, podemos nos deparar com um campo de possibilidades para além do destino da segregação. O adolescente, a partir de seu olhar, convoca-nos a repensar a cidade, não por meio da erradicação da violência e das falhas, mas por uma mudança urgente nos modos de nos relacionarmos com o espaço.



JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS.

Maria Lúcia M. Afonso (UNA)
luaafonso@yahoo.com

Maria Ignez Costa Moreira (PUC-Minas)
maigcomo@uol.com.br

Marcos Vieira Silva (UFSJ)
mvsilva@ufsj.edu.br

Flávia Lemos Abade (UNA)
flavia.abade@gmail.com

Esta pesquisa analisa os sentidos que a juventude universitária, em Minas Gerais, atribui à cidadania e aos direitos humanos bem como os processos implicados na defesa desses direitos. A fundamentação teórica abrange estudos sobre juventude, Direitos Humanos e de Educação em Direitos Humanos. A pesquisa quanti-qualitativa tem duas fases. A primeira, concluída, compreendeu um *survey*, com amostra estatisticamente significativa. Na segunda, serão realizadas entrevistas semiestruturadas e grupos de reflexão. Foi aplicado um questionário a 423 estudantes, distribuídos em 26 cursos nas três Instituições participantes (PUC Minas; UFSJ e UNA). O questionário foi composto por duas partes: (1) Dados sobre o perfil dos participantes, como: sexo, idade, renda familiar, escolaridade dos pais, orientação sexual, estado civil, trabalho, religião, e outros; (2) Quatro conjuntos de assertivas focalizando direitos relativos (a) à igualdade racial; (b) à igualdade de gênero; (c) à diversidade sexual; (d) direitos sociais, como saúde e educação. As respostas variavam em: não tenho opinião a respeito, concordo plenamente, concordo, tenho dúvidas, discordo, discordo plenamente. Os estudantes expressaram, em sua maioria, posições favoráveis aos direitos humanos. Entretanto, no conjunto de respostas, ficam evidentes importantes contradições: A concordância com os direitos é maior no caso de afirmativas genéricas e abstratas. Quando expressam direitos específicos, há uma sensível diminuição de apoio. Igualmente, concorda-se mais com afirmações abstratas do que com o desenvolvimento de políticas públicas específicas para a garantia de direitos. O cruzamento entre variáveis mostrou que fatores como sexo, religião, renda familiar e escolaridade paterna têm influência significativa no apoio ou rejeição aos direitos. Nota-se, no caso das afirmativas vinculadas às políticas públicas, um aumento das respostas “não tenho opinião a respeito” ou “tenho dúvidas”. O que significariam? Que os jovens ainda estão construindo sentidos? Que não se sentem implicados com os direitos humanos? Torna-se importante aprofundar essas questões. Existem tensões nos sentidos atribuídos à universalidade e à indivisibilidade dos direitos humanos. Também no que se refere à responsabilidade do Estado na garantia desses direitos por meio de políticas públicas. Há grande influência de fatores como religião, sexo, renda familiar e cidade de origem, impactando de maneira diferenciada os sentidos atribuídos aos conjuntos de direitos. A complexidade dessas questões merece novos cruzamentos entre as variáveis e o seu aprofundamento em pesquisas qualitativas.



**ADOLESCÊNCIA E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS:
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR.**

Monica Villaça Gonçalves (UFRJ)
movillaca@hotmail.com

Beatriz Akemi Takeiti (UFRJ)
biatakeiti@gmail.com

Introdução: Em 2012 foi instituído no Brasil o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que praticam atos infracionais. Tais medidas, previstas no ECA (BRASIL, 1990) têm como objetivo não apenas o de responsabilizar o jovem pela prática do ato infracional, mas, sobretudo, promover a reconstrução de seu projeto de vida (BRASIL, 2006). Essa lei foi inspirada nos acordos internacionais sob direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, em especial na área dos direitos da criança e do adolescente. Hoje, a discussão sobre a responsabilidade/responsabilização de adolescentes pelos atos cometidos têm sido colocado em pauta nos espaços acadêmicos, políticos e na mídia, através dos meios de comunicação de massa, pois dissemina-se a “falsa” ideia de que jovens cometem mais crimes por estarem salvos/livres de qualquer forma de responsabilização pelos seus atos. Esse debate, porém, tem sido pauta das agendas governamentais mais pelos interesses políticos e econômicos particulares em que as políticas públicas ditas de “controle da criminalidade” muitas vezes se sobrepõem em detrimento da execução de projetos políticos voltados para o desenvolvimento pleno e fomentador do protagonismo juvenil. Diante desse quadro, entendemos ser importante avaliar processos no que tange tanto aos serviços socioeducativos quanto os atores envolvidos. Pois é com base na ação destes atores que o SINASE se institui como lei e garante ao adolescente que a medida será aplicada visando a socioeducação e não um caráter punitivo, violando os direitos garantidos a esse adolescente. Objetivos: Refletir sobre a formação da equipe multidisciplinar/interprofissional na execução das medidas socioeducativas e como sua composição interfere na condução dos processos socioeducativos. Reflexões: No trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, os diferentes profissionais e serviços envolvidos nessa atenção devem pautar suas ações no (re) estabelecimento de laços sociais apoiando o adolescente a elaborar projetos de vida; desconstruir estigmas relacionadas às suas identidades promovendo a ampliação de vivências e repertórios socioculturais; buscar a organização do coletivo, a fim de possibilitar a construção da cidadania plena. Para isso, é preciso entender o adolescente como participante ativo do processo. Para se atingir esses objetivos, a atuação de profissionais de diferentes formações torna-se essencial na medida em que cada especificidade pode contribuir com suas ferramentas teórico-conceituais e metodológicas neste processo. Neste sentido, cabe sinalizar nesta interprofissionalidade o papel que terapeutas ocupacionais têm desempenhado não apenas compondo as equipes de referência no atendimento socioeducativo direto, mas, sobretudo, participando na gestão e formulação de políticas públicas na direção de garantir os direitos de adolescentes diante do ato infracional cometido. Considerações finais: É fato que uma proposta de um trabalho multidisciplinar/interprofissional implica novos desafios aos profissionais envolvidos, suscitando novos posicionamentos, olhares e saberes, contribuindo para um cuidado sem abandonar a especificidade de cada área. Entendemos que a composição das equipes deve ser múltipla, envolvendo diferentes olhares, recursos e tecnologias para atingir o objetivo comum. Reuniões e supervisões são importantes para que a equipe possa “afinar” suas práticas e trocar experiências, de modo que as medidas socioeducativas atinjam seus objetivos.



A METÁFORA DA VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE.

Susana Maria Maia (UFRJ)
smmaia@yahoo.com.br

Os tempos atuais assistem a uma escalada da violência, que vem afetando todos os segmentos sociais e se apresentando como um dos principais desafios postos para a sociedade. No centro desta problemática encontra-se a juventude. Há, na sociedade brasileira, a criação de uma *metáfora da violência* que agrega temores e simbolismos coletivos que acabam por transcender a realidade e promover a associação entre “juventude & violência”. A violência se institui como expressão aguda da *violência social* – categoria que envolve um conjunto de questões como desigualdade, desemprego, precariedade do trabalho, degradação das condições de vida, menosprezo de valores humanísticos entre outras. Deparamo-nos, na realidade brasileira, com um processo sócio-histórico de aprofundamento das desigualdades que reflete na marginalização de substantivas parcelas da população, no qual a violência se apresenta como um fator que aprofunda a fragmentação entre as classes sociais. Há uma tendência em identificar a violência correlacionando-a, de forma significativa, com as classes mais empobrecidas, promovendo uma associação entre violência e pobreza, onde a criminalidade é apresentada como uma ameaça constante proveniente das classes empobrecidas, as “classes perigosas”, que precisam ser afastadas, mantidas sobre controle e repressão. Associado a este processo, ainda nos deparamos com uma herança histórica de uma sociedade escravocrata que impõe, ainda hoje, a questão racial como elemento agregador de preconceito e de práticas desumanas e arbitrárias. Destaca-se, então, um elevado índice de negros entre os mais pobres e excluídos e, conseqüentemente, entre os perfis “perseguidos” e “marcados” pelas polícias e milícias. Neste contexto de violência, dados estatísticos indicam que a forma como o Estado vem respondendo a esta realidade tem sido por meio de um intenso processo de criminalização, reforçado por um extermínio sistemático de jovens, com recorte preponderante entre negros e moradores das periferias urbanas. Os jovens são frequentemente associados a imagens de irresponsabilidade, permissividade, inimputabilidade, criando-se uma representação social difusa que criminaliza a juventude, atribuindo-lhe a responsabilidade pelos índices crescentes da criminalidade, pelo aumento da insegurança pública e pelo clima de “medo social”. Os adolescentes e jovens pobres e/ou autores de ato infracional encontram-se no cerne do debate atual sobre a questão social, violência, sociabilidade, justiça e direitos humanos, com o enfoque em sua performance transgressora. Associar “juventude e violência” é um movimento que desresponsabiliza a sociedade da necessidade de compreender a complexidade do fenômeno da violência, bem como as determinações que compõem a criminalidade. Sem respostas claras para o grave problema da barbárie que se estendeu na sociedade brasileira, a população é levada, então, a pensar que tais jovens são simplesmente perversos ou meros bandidos. É preciso ir além da aparência (do sintoma) e das representações sociais falseadoras da realidade e analisar o fenômeno da violência em todas as suas dimensões e implicações – econômicas, políticas, sociais e culturais – abandonando a tendência a uma “explicação reducionista e simplista”. É preciso assegurar aos jovens a oportunidade de se desenvolverem integralmente a partir do exercício dos direitos elementares que lhes garantam a cidadania e a promoção da dignidade humana.



“NASCIDO E CRIADO”:
NARRATIVAS SOBRE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS DE SALVADOR.

Thaís da Silva Ferreira (UFBA)
thaisafferreira@gmail.com

Maria Salete Souza Amorim (UFBA)
msapolitica@gmail.com

Os estudos sobre a juventude têm evidenciado uma pluralidade de situações e trajetórias vividas pelos jovens no tocante ao seu convívio com a família, ao grau de escolaridade, inserção no mercado de trabalho, e inclusive situações de violência. O índice de letalidade juvenil cresceu e cresce em todo o Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, em geral associados à desagregação familiar, ao tráfico de drogas, às desigualdades sociais, e a pouca efetividade das políticas públicas, entre outros fatores. O estado da Bahia, nos últimos anos, apresentou aumento nos índices de violência e, particularmente nos indicadores de homicídios entre os jovens. Dentre os municípios do país, Salvador é o que tem apresentado índices mais elevados de homicídios. Segundo pesquisa nacional do Mapa da Violência, coordenada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Salvador ocupava em 2001 o 23º lugar em homicídios e passou a ocupar o 4º lugar em 2011. Esses dados são preocupantes, pois os jovens são, ao mesmo tempo, vítimas e agentes da violência. Diante desta problemática, a pesquisa buscou investigar as percepções dos jovens sobre a violência e suas perspectivas futuras, na tentativa de compreender os múltiplos significados da violência letal para o público jovem. Além da observação direta realizada na Fundação Cidade Mãe, uma instituição pública de Salvador, os relatos e as narrativas de jovens que cumprem medidas socioeducativas, em meio aberto, foram fundamentais para traçar um quadro explicativo sobre o fenômeno da violência, tal como registrado nas estatísticas oficiais. A central de medidas da referida instituição recebe em média 20 a 30 jovens por mês, em sua maioria do sexo masculino, baixa escolaridade, negros e pardos, “nascidos e criados” nos bairros periféricos de Salvador. Os jovens, que possuem entre 14 e 21 anos, são sentenciados pelo juiz a cumprir uma medida socioeducativa, a depender do delito que foi cometido. Foi possível observar em várias narrativas uma “naturalização da violência” na percepção dos jovens, pois, fatos recorrentes como “levar um tiro”, “ver amigos mortos”, “apanhar da polícia”, “ser morto pelos traficantes”, fazem parte do seu cotidiano. Avaliam-se, dessa forma, as percepções e narrativas dos jovens, bem como seu conhecimento e informação acerca dos direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e no Estatuto da Juventude (2013), de modo a examinar as contradições e descompassos encontrados entre o mapa da violência e relatos e observações dos jovens soteropolitanos, e os princípios e diretrizes das políticas públicas previstas em lei para esse segmento específico.



QUANDO O CÁRCERE VIRA SINÔNIMO DE “CUIDADO” E “PROTEÇÃO”: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA.

Adriana Elisa de Alencar Macedo (UFPA)
drica_macedo@yahoo.com.br

Este resumo é resultado da dissertação de mestrado apresentada em abril de 2014 no programa de pós-graduação em Psicologia Clínica e Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Na ocasião analisaram-se as práticas no atendimento às adolescentes que se encontram no Centro Socioeducativo Feminino (CESEF), em Ananindeua - Pará. Escolhemos pesquisar sobre as adolescentes do sexo feminino por serem poucas as pesquisas relacionadas a estas que são autoras de atos infracionais, levando-se em consideração a produção frente às pesquisas relacionadas aos adolescentes do sexo masculino. O objetivo principal foi desenvolver uma pesquisa que nos permitisse problematizar as práticas que são realizadas neste centro, por meio de uma análise genealógica dos formulários de atendimento socioeducativo utilizados durante o ano 2012, tendo como objetivos específicos: descrever que sujeito é produzido nestas práticas de atendimento neste espaço; analisar quais são os profissionais que atuam neste centro através do edital de 2004 e por último, problematizar como são feitas as distribuições dos setores por meio da análise da planta baixa juntamente com as fotos que foram tiradas do Centro com a finalidade de contribuir com a análise dos aspectos físicos do local, em termos do panoptismo, conceito utilizado por Michel Foucault. As perguntas propostas nesta pesquisa teórico-empírico serão metodologicamente baseadas na genealogia de Foucault, atreladas a alguns conceitos deste referido autor, tais como: saber, poder, norma, subjetivação, disciplina, governamentalidade, biopoder e biopolítica. Assim sendo, os documentos analisados foram os formulários do atendimento socioeducativo que são aplicados pela equipe técnica formada por Psicólogos, Assistentes Sociais e Pedagogos; o edital de 2004 para o concurso público para preenchimentos de vagas na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), a planta baixa do prédio e as fotos tiradas do centro, tanto externamente quanto internamente, pois são documentos que consideramos importantes para alcançar os objetivos propostos. Por meio das análises feitas nestes documentos, concluímos que as práticas que ali são organizadas funcionam como dispositivos disciplinares e controladores, que através da norma tem o objetivo de esquadrihar o corpo de cada adolescente, cooptando seu modo de ser, produzindo uma verdade e forjando subjetividades. Foi possível perceber ainda através da análise destes documentos que, em nome do cuidado e da proteção, se produz mais cárcere, uma vez que os formulários analisados apontam para conceitos que desqualificam a vida e a família desta adolescente, como por exemplo, “família desestruturada” ou “adolescente em risco social e pessoal”. Diante disto, justifica-se a medida socioeducativa (MSE) de internação, pois nela, a adolescente teria o “cuidado” que sua família deveria ter-lhe dado.



IMAGENS SOCIAIS SOBRE JOVENS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.

Bruna Wendt (UFRGS)
brunawendt@yahoo.com.br

Luana Dullius (UFRGS)
luana.dullius@gmail.com

Maria Danielle Figueira Tavares (UFRGS)
daniellefigueirinha@yahoo.com.br

Débora Dalbosco Dell'Aglio (UFRGS)
dddellaglio@gmail.com

O tema do acolhimento institucional vem ganhando importantes espaços de discussão no meio jurídico, científico e acadêmico (Rosseti-Ferreira, Serrano, & Almeida, 2011). Os dados do último Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento (Assis & Farias, 2013) mostram que a institucionalização ainda é uma prática frequente e a população institucionalizada permanece numerosa, o que requer um olhar atento da sociedade. Embora tenham ocorrido diversas mudanças nas leis e normativas que regulamentam o contexto institucional, algumas imagens sociais sobre jovens em situação de acolhimento parecem permanecer no imaginário coletivo tendo em vista que se compuseram a partir de um longo processo histórico da institucionalização (Rizzini & Rizzini, 2004). Essas imagens sociais são resistentes a mudanças e tomam a forma de realidade social, gerando dinâmicas que condicionam os indivíduos e limitam suas possibilidades fora desta lógica (Casas, 1992). Entende-se que as imagens sociais podem ser positivas ou negativas, de forma que estas últimas tendem a gerar marcas dolorosas e permanentes na construção da identidade do indivíduo. Investigar acerca das imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional interfere diretamente na forma como são percebidos e no atendimento que lhes é oferecido. Dessa forma, este estudo exploratório teve como objetivo investigar as imagens sociais sobre jovens em situação de acolhimento institucional a partir da percepção de pessoas que trabalhavam/tiveram contato com essa população e daquelas que não trabalhavam/tiveram contato, procurando, deste modo, observar se havia semelhança ou discrepância nas características atribuídas aos jovens. Foi utilizado um questionário em escala *likert* de cinco pontos o qual foi respondido por 224 sujeitos selecionados por conveniência. As idades dos participantes variaram entre 18 e 71 anos ($M=33,97$, $DP=11,42$), sendo que aqueles trabalhavam/tiveram contato com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco contabilizaram 68,4%, atuando nas áreas de assistência social (37,4%), educação (20,1%), saúde (17,8%) e justiça (5,1%). Os resultados indicaram que os jovens em acolhimento são caracterizados, de forma geral, por atributos com conotação mais negativa do que jovens típicos. Quanto aos participantes que trabalham/têm contato com jovens em situação de vulnerabilidade, foram observadas diferenças significativas, indicando que esses profissionais consideram que os jovens em acolhimento são mais ansiosos e menos batalhadores. Os resultados apontam para a necessidade de constante capacitação dos indivíduos que atuam com este público, objetivando desconstruir práticas cristalizadas. Destaca-se a necessidade de pesquisas que busquem compreender como essas imagens sociais identificadas afetam as relações e as práticas de trabalho com jovens em acolhimento.



VIOLÊNCIA, (IN) DISCIPLINA E PUNIÇÃO EM LIVROS DE OCORRÊNCIAS ESCOLARES.

Renata Maria Moschen Nascente (UFSCar)
rmmnascente@gmail.com

Raíssa de Oste (UFSCar)
radeoste@gmail.com

Notícias sobre casos de violência envolvendo estudantes e professores fazem parte do nosso cotidiano, sendo veiculadas quase que diariamente por diversas mídias. Trata-se de um tema que tem suscitado discussões acaloradas, envolvendo educadores, economistas, políticos e profissionais das mais diversas áreas, destacando-se, mais recentemente, a que se refere à alteração da legislação referente à maioria penal. Esse cenário demonstra não só a pertinência, mas a urgência de estudos voltados à compreensão da problemática da criminalização da juventude, que não raramente vai se constituindo durante o período de escolarização básica de crianças e adolescentes. Nesse contexto, esta comunicação tem como objetivo apresentar e discutir alguns resultados de uma pesquisa que vem sendo realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação: Participação Democrática e Direitos Humanos - GEPEPDH, que tem investigado a trajetória de crianças e adolescentes na escola e para além dela no que se refere aos seus atos de (in) disciplina e violência, com foco na repercussão desses atos em suas vidas. Os documentos que constituem as fontes de dados empíricos dessa investigação são: Livros de Ocorrências Escolares – LOE, atas de reuniões de Conselho de Escola e processos judiciais. Também têm sido realizados grupos focais com estudantes, professores e equipes gestoras. O levantamento envolveu registros nos LOE de quatro escolas públicas estaduais localizadas em duas cidades do interior do estado de São Paulo, relativos a estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, nos anos de 2012 e 2013. Assim, serão apresentados e discutidos dados levantados nos LOE de uma dessas escolas, focalizando especificamente como escola e famílias entendem atos de (in) disciplina e violência envolvendo alunos e professores e que tipos de encaminhamentos e providências são recomendados e/ou tomados em relação a eles. Cabe esclarecer que a opção pela expressão (in) disciplina, em detrimento do termo indisciplina, baseia-se no pressuposto de que a escola exerce uma forma de disciplina, socialmente construída, contextualizada historicamente, por conseguinte, o que essa instituição considera uma quebra de sua disciplina é (in) disciplina. (In) disciplina não generaliza, não estabelece um julgamento, ao contrário, relativiza o que a escola julga ser/estar correto ou incorreto nas condutas dos estudantes em uma lógica que lhe é própria, mas não única ou desvinculada da sociedade da qual faz parte. No que diz respeito ao conceito de violência, a referida pesquisa tem demonstrado que os atos que as equipes escolares têm entendido como de violência poderiam ser considerados, na maior parte dos casos, como de incivilidade e agressividade. Quanto às propostas de encaminhamentos relativos aos atos de (in) disciplina e violência de estudantes, observou-se que, grosso modo, constituíram-se de punições, basicamente suspensões, em um espírito mais de repreensão do que de educação.



**A AGRESSÃO INVISÍVEL:
HUMILHAÇÃO E VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS EM IDADE ESCOLAR.**

José Reinaldo Riscal (UFSCar)
joseriscal2012@gmail.com

Sandra A. Riscal (UFSCar)
riscal@uol.com.br

A violência nas escolas tem sido um dos principais desafios a serem enfrentados tanto pela comunidade escolar como por gestores educacionais. De fato, o senso comum considera, em geral, a violência na escola como um mero reflexo da violência social, relacionando-o, frequentemente, às áreas habitadas por populações de baixa renda ou que apresentem elevados índices de violência. Consequentemente, o único padrão de ação adotado sistematicamente para resolver o problema tem sido dotar as unidades escolares de aparatos de segurança semelhantes aos utilizados em prisões e penitenciárias, o que não necessariamente coíbe atos de *violência à escola* e seguramente não resolve o problema da *violência na escola* e cria um abismo nas relações entre escola e comunidade. Poucas pesquisas têm focalizado o papel da própria escola na produção da violência que tem marcado as relações escolares, especialmente na compreensão da violência simbólica como componente de sofrimento pessoal no cotidiano da escola. O presente estudo trata da invisibilidade da violência nas relações entre sujeitos no ambiente escolar, a partir de dados relativos ao problema na *Agenda Juventude Brasil*, pesquisa de abrangência nacional realizada em 2013, em parceria entre a Secretaria Nacional da Juventude e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A partir dos dados coletados, procedeu-se a uma análise dos resultados, procurando caracterizar as situações de humilhação, sofrimento e violência nas relações interpessoais em ambiente escolar, com destaque para a faixa etária de 15 a 17 anos. O estudo mostra que cerca de um em cada quatro jovens nessa faixa etária sofreu algum tipo de violência ou humilhação, sendo que dois terços destes relataram que a pior experiência nesse sentido ocorreu no ambiente escolar, sendo os colegas os principais agressores. A partir de um mapeamento das categorias de violência sofrida por esses jovens é possível quantificar a violência física e a violência simbólica, colocando o *bullying* em evidência como um dos principais componentes do sofrimento na vida escolar. Com base nesses dados, é feita uma discussão sobre a invisibilidade da violência nas relações escolares, sendo ela parte de um sistema de símbolos estabelecidos e aceitos pelos seus diversos atores, como elementos próprios da dinâmica entre os diferentes grupos informais constituídos pelos alunos e do não reconhecimento do agressor e vítima em seus próprios papéis, decorrentes da reprodução de um modelo de relacionamento punitivo e autoritário entre escola e aluno, e que leva à banalização da violência e humilhação nesse ambiente.



**VIOLÊNCIA, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL:
EXPERIÊNCIAS DE JOVENS PROVENIENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE BELO HORIZONTE.**

Alessandra Sampaio Chacham (PUC-Minas)
achacham@pucminas.br

Ana Carolina Maciel de Assis Chagas (PUC-Minas)
anamacielchagas@yahoo.com.br

Este trabalho utiliza de dados provenientes de uma pesquisa tipo *survey* realizada em 2012 com 1208 alunos e ex-alunos de escolas públicas da cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de identificar e caracterizar as experiências com diferentes tipos de violência vividas por esses adolescentes e jovens, homens e mulheres, entre 14 a 24 anos, de orientações sexuais diversas e que, na sua grande maioria, pertenciam a famílias de baixa renda. Foi realizada uma análise estatística para identificar as características do envolvimento em episódios de violência (seja como vítimas ou agressores) de jovens de ambos os sexos e com diferentes orientações sexuais. Essa análise encontrou uma forte associação entre a experiência com alguns tipos de violência com o gênero e a orientação sexual dos jovens. Homens jovens se envolveram em episódios de violência tanto como vítimas quanto como agressores, com muito mais frequência do que as mulheres jovens, e suas vítimas ou agressores tem um perfil diferente do vivenciado pelo público feminino. Quase a metade dos jovens entrevistados já agrediu alguém ou foi agredido, sendo os colegas de escola e os amigos, as vítimas e os agressores mais comuns. Eles também declararam terem sido vítima de violência de desconhecidos e assaltantes em uma proporção muito mais elevada do que as jovens. Entre elas, menos de um terço declarou já ter agredido alguém e menos de um quarto delas declarou já ter sido agredida. Assim como entre os homens jovens, entre elas, é alto o número que já agrediu colegas de escola, porém entre o público feminino são bem mais comuns as agressões sofridas e praticadas na esfera doméstica (irmãos, pais e companheiros/namorados). Já em relação às experiências dos jovens LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais) de ambos os sexos, esses eram mais prováveis tanto de terem sido vítimas de agressão em casa e na escola e por um agressor conhecido (pais, parceiros, colegas ou amigos), quanto eram mais prováveis de ter sido vítima de violência na rua, tanto de desconhecidos ou conhecidos, quando comparados aos jovens heterossexuais. Essas diferenças revelam a persistência das assimetrias de gênero e da homofobia como uma das causas estruturais da violência contra e entre os jovens e salientam a necessidade de se intensificar o debate sobre o tema, difundir informações e fortalecer a discussão acerca da vulnerabilidade juvenil em relação à violência urbana e doméstica.

150



ENUNCIADOS QUE (DE) FORMAM PRÁTICAS DE CUIDADO COM AS POLÍTICA JUVENIS.

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto (UFRGS)
gislei.ufrgs@gmail.com

Julia Dutra de Carvalho (UFRGS)
juliadcarvalho@gmail.com

Analice de Lima Palombini (UFRGS)
analice.palombini@gmail.com

Este trabalho visa problematizar a experiência que articula modos de aprender e cuidar na tensão com as políticas de institucionalização de adolescentes em medida socioeducativa e os processos de judicialização imbricados nesta produção social. O trabalho cartografa os movimentos de um programa de extensão acadêmica em articulação com uma residência multiprofissional em saúde mental coletiva, promovidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cuja estratégia comum de educação e de cuidado acontece a partir de demandas de sofrimento de adolescentes em medida socioeducativa. O campo problemático é constituído pela enunciação de um corpo juvenil que sofre, mas cujo sofrimento se invisibiliza no enunciado de um corpo drogado, medicalizado, perigoso. Corpo de risco? Corpo em risco? Corpo a ser cuidado? Cuidamos dele como? O que está em jogo nesta tensão entre risco e cuidar? O coletivo formado por professores, pesquisadora, bolsistas de extensão e residentes constrói uma aproximação neste campo problemático propondo ações de formação-escuta das práticas institucionalizadas no cotidiano de trabalhadores executores do sistema socioeducativo. Mas o que nos levaria a problematizar os modos de aprender e cuidar de trabalhadores neste contexto, se nosso foco de atuação é o trabalho com adolescentes e jovens? Em nossa experiência com estes trabalhadores observamos que ao intervirmos nos processos de institucionalização de adolescentes pensando o respectivo cuidado, a educação e a atenção, acabamos por encontrar trabalhadores que também demandam cuidado, educação e atenção. Percebemos que os modos de governar e judicializar a vida são constituídos neste enlace de uma prática. Assim, passamos a cartografar os impasses enunciados nos atos de trabalhadores com as vidas de adolescentes, fazendo do espaço de formação um tempo de construir estratégias coletivas de trabalho e saúde para trabalhadores e usuários. Partimos da concepção de uma formação-escuta como um processo de criação de condições para a análise cooperativa e dialógica sobre uma demanda emergente, considerando a concepção de saúde coletiva e as estratégias da análise institucional. Neste processo nos orientamos por estar atento ao praticar como analisador de uma formação em contexto constituindo o movimento de análise dos modos de trabalhar, educar e subjetivar. A escuta para compor uma análise de demanda e construir práticas de cuidado possibilita situar a potência educativa da experiência à medida que a análise emerge do movimento de percorrer as atividades de trabalho e o lugar institucional produzido no contexto das políticas públicas, e também, produtor destas políticas. Assim, ocorre a ampliação da análise do processo do trabalho (em suas possibilidades de instituir e inventar) e da função institucional (em sua ação recíproca com os modos de governar e resistir). Passamos a transversalizar o enunciado de um corpo drogado, medicalizado, violento, perigoso, com a enunciação da vida que solicita cuidado e se faz ato que (de) forma o trabalho da socioeducação, da saúde e da educação.



VIOLÊNCIA URBANA: O ALVO SÃO OS JOVENS NEGROS E POBRES.

Antônio Mateus Soares (UFSB)
antoniomateuscs@gmail.com

Gerusa Sobreira (UNEB)
gellsobreira@gmail.com

A violência crescente em cidades de pequeno e médio porte no Brasil, em especial na Bahia, tem como principal alvo adolescentes e jovens negros, sobretudo, àqueles que se encontram em situação de exclusão social. Esta violência pode ser associada a diversos fatores, entre estes a disseminação no interior do Estado de grupos ligados a grandes facções do crime organizado. Outro fator é que nas cidades de interior a infraestrutura das corporações policiais também são menos complexas do que nas capitais, possibilitando uma maior ação criminal no aliciamento, incorporação e/ou descarte de adolescentes e jovens ao mundo do crime. Na Bahia segundo dados da Pesquisa Mapa da Violência (2014), financiada pelo Ministério da Justiça - Simões Filho, Itabuna, Laura de Freitas, Porto Seguro, Dias D'Ávila e Eunápolis, estão entre as cidades mais violentas do país. Setorizando por grupos microrregionais, parte destas cidades se localizam predominantemente na área metropolitana, e no sul e extremo sul do Estado da Bahia. A maior parte dos homicídios contabilizados está associada ao tráfico de drogas e tem como principal alvo adolescentes e jovens negros e pobres. Além da pesquisa bibliográfica no âmbito da sociologia da violência o que possibilitará a elaboração de uma síntese crítica deste fenômeno, o estudo analisa um conjunto de dados estatísticos oriundos de órgãos oficiais, interpretados de forma articulado a um conjunto de entrevistas realizadas com policiais e líderes comunitários. A pesquisa ainda em processo, apresenta como resultado alguns fundamentos quanto aos fatores que direcionam à migração da violência para algumas cidades de médio e pequeno porte, assim como as principais estratégias dos grupos criminais ligados ao tráfico de drogas na desarticulação da ação policial. Como exemplo, destacamos a cidade de Lauro de Freitas, na área metropolitana, que é a terceira cidade com maior violência juvenil no estado; e a cidade de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia, mesmo em contextos geográficos diferentes, ambas apresentam convergências, a exemplo do amplo potencial de atração turística, são cidades polarizadoras de serviços e com forte presença do crime organizado, que disputam territórios de influência para o tráfico de drogas e colocam adolescentes e jovens no fogo cruzado. O crescimento deste fenômeno nestas cidades tem como efeito uma expressiva matança de jovens negros e pobres, que cada vez mais são vulnerabilizados pela situação de corrosão dos direitos humanos.



**LIVROS DE OCORRÊNCIA:
UMA ANÁLISE DOS ATOS/ATITUDES VISTOS COMO VIOLÊNCIA PELA ESCOLA.**

Elisiane Spencer Quevedo Goethel (Unesp/Rio Claro)
lispencer@gmail.com

O presente trabalho objetiva apresentar e discutir as principais ocorrências registradas por professores, coordenadores e diretores nos Livros de Ocorrência Escolar (LOE), e as possíveis relações com a violência presente no ambiente escolar. Esse estudo é parte de uma pesquisa maior, intitulada “Trajetória de Alunos Protagonistas de Violência”, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Participação Democrática e Direitos Humanos – GEPEPDH, que visa analisar e compreender alguns elementos constitutivos da lógica de criminalização da pobreza e juventude de alunos de escolas públicas com processos judiciais. Na primeira etapa da pesquisa foram pesquisadas quatro escolas públicas estaduais, que apresentam altos índices de violência e na segunda etapa, foram consultados os processos judiciais existentes nas Varas da Infância e Juventude, situadas nas duas cidades do interior de São Paulo. Dada a amplitude da pesquisa e o grande volume de dados coletados, foram realizados alguns recortes a fim de se obter análises mais aprofundada dos dados. Neste trabalho analisaremos os dados de uma escola participante da pesquisa. Sendo assim, foram copiados, registrados e organizados os dados de todos os alunos do Ensino Fundamental - ciclo II (6º, 7º, 8º e 9º. anos) e do 1º. ano do Ensino médio, dos anos de 2012 e 2013. Em seguida os dados foram organizados por categorias estabelecidas a partir dos materiais coletados, tornando-se possível a aglutinação das ocorrências que apareciam em maior quantidade. Foram detalhadas a cinco categorias que tiveram maior prevalência, possibilitando uma melhor visualização dos dados. A partir dessa categorização e início de análise, ficou demonstrado que nos dois anos estudados as cinco ocorrências com maior número de registro foram: tarefa, circulação, conversas/gritos/ruídos, desrespeito ao professor e uso de equipamentos. Portanto, pode-se dizer que as maiores queixas relatadas pelos professores estão relacionadas muito mais a questões pedagógicas do que a violência no ambiente escolar. Tanto é assim que agressões físicas e verbais não aparecem em nenhum dos dois anos entre as cinco categorias que obtiveram maior número de registro. Sabemos da limitação dos registros para indicar que a violência ocorre ou não naquele contexto, entretanto, é possível afirmar que a violência, em seu modo *stricto sensu* de manifestação, ainda continua muito rara nesta unidade escolar. As situações registradas que envolvem conflitos se constituem, em sua maioria em incivilidades, indisciplinas ou transgressões as regras/normas da escola, geralmente impostas e não construídas coletivamente com os alunos. Consideramos como necessário na discussão desses dados, refletir sobre a lógica de registro e a utilização deste instrumento “LOE” pela equipe gestora e/ou professores. Como, quando e para quê esses registros são feitos. Entendemos que os registros poderiam ser utilizados pedagogicamente, com atividades que discutissem coletivamente os efeitos de tais atitudes, na busca de redução/resolução dos conflitos. Na continuidade da pesquisa verificamos que muitos alunos, a partir da escola, são criminalizados e se encontram respondendo a processos judiciais. Pensamos que o estabelecimento do diálogo coletivo, no cotidiano da escola, poderia se constituir como um elemento preventivo aos alunos para não se deixarem criminalizar.



**DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA:
CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA O JOVEM**

Francilda Alcantara Mendes (UFCA)
fran.mendes@ufca.edu.br

Verônica Salgueiro Nascimento (UFCA)
vesalgueiro@gmail.com

Suely Salgueiro Chacon (UFCA)
suelychacon@ufca.edu.br

Zuleide Fernandes Queiroz (UFCA)
zfqueiroz@yahoo.com.br

João Adolfo Ribeiro Bandeira (UFCA)
joaoadolforibeirobandeira@gmail.com

Este trabalho parte da compreensão dos direitos humanos como um instrumento de controle contra os excessos de poder que impedem a abertura e consolidação de espaços da dignidade da pessoa humana em suas dimensões sociais, culturais, afetivas, sexuais, culturais e étnicas. Por esta razão, os direitos humanos serão aqui situados no contexto da luta e da reivindicação de meios aptos a satisfazer as necessidades humanas a partir da construção e efetivação de cenários democráticos. Neste sentido é preciso perceber que a democracia não pode ser concebida apenas como uma forma de governo, mas como um conjunto de axiomas, conceitos e ações que possibilitem o exercício do poder pelo povo e para o povo num exercício plural de controle e exercício do poder por meio de cidadãos comprometidos com o bem-estar social. Partindo da perspectiva da pedagogia freiriana de que a teoria sem a prática é mero verbalismo e que a prática sem teoria vira simples ativismo, este trabalho tem por objetivo discutir os conceitos e teorias que envolvem os direitos humanos numa perspectiva crítica, a fim de apontar caminhos que possam permitir uma atuação educativa de enfrentamento à violência, intolerância e exclusão social. Toda essa discussão encontra alicerce nos ensinamentos de Paulo Freire de que é da união da prática com a teoria que resulta a práxis: ação criadora e modificadora da realidade. Esta práxis precisa fazer parte do processo educativo dos jovens do país no sentido de uma formação de sujeitos comprometidos com a luta pela efetivação de uma sociedade em que seja possível a convivência pacífica, a tolerância e o respeito. A discussão sobre direitos humanos deve permear todo processo educativo e não pode acontecer sem o devido aprofundamento teórico, pois do ponto de vista epistemológico ainda predomina o que Edgar Morin denomina como paradigma da simplicidade, ou seja, a análise superficial e redutora do julgamento crítico da realidade que precisa ser evitada para a formação de uma juventude consciente, crítica e dissociada de posturas indolentes e de conformismo político. O intuito é que nos espaços educativos de maneira geral e especialmente nas escolas haja a construção de um pensamento complexo capaz de superar a análise jurídico-formal estreita que por muitas vezes delega os direitos humanos a condição de “direito de bandido” ou mera utopia sem importância prática. Diante disso, será adotado referencial teórico a respeito da perspectiva crítica dos direitos humanos, democracia e educação emancipatória amparados metodologicamente por pesquisa bibliográfica. Uma pesquisa dessa natureza justifica-se pela grave situação de violência em que o país se encontra e que atinge milhares de jovens, em especial aqueles que vivem em espaços de risco, intolerância e violência.



TRAFICANTES E VICIADOS, A VALA COMUM PARA JOVENS DAS PERIFERIAS.

Michele Cunha Franco (UFG)
mcfrancojur@gmail.com

Os setores incumbidos de prestar a Segurança Pública em Goiás têm, sistematicamente, atribuído ao uso e ao tráfico de drogas a motivação para a maioria dos crimes violentos contra a vida e ao patrimônio ocorridos no estado. Este trabalho avalia o resultado de análises qualitativas feitas em processos julgados relativos a crimes violentos contra o patrimônio e a vida, ocorridos na cidade de Goiânia, assim como o Plano de Segurança Pública adotado pelo estado de Goiás, previsto para vigorar entre 2012 e 2022. O escopo da análise é o de evidenciar que a redução das causas do aumento da criminalidade violenta ao uso e tráfico de drogas não só tem prestado um desserviço ao enfrentamento do problema, como tem sido usado para legitimar uma específica maneira de agir do Estado no exercício do monopólio da força e, ainda, para reforçar preconceitos e estigmas que afetam negativamente uma parcela da população, precisamente homens jovens moradores das periferias da cidade. A hipótese aqui sugerida será avaliada por meio da apresentação e da problematização dos resultados obtidos em três pesquisas distintas, sendo a primeira relativa à análise de condenações a crimes violentos contra o patrimônio praticados entre 2005 e 2009 na cidade de Goiânia – em processos que tramitaram na 10ª Vara Criminal de Goiânia - a segunda à análise de setenta processos relativos a crimes de homicídios dolosos ocorridos na cidade de Goiânia nos anos de 2007 e 2008 e já julgados e a terceira a processos arquivados no ano de 2013 em que foram julgados crimes de homicídio. As três pesquisas, cujos objetivos eram, respectivamente, analisar a associação entre o crack e os crimes violentos contra o patrimônio na cidade Goiânia; as dinâmicas relativas aos crimes de homicídio ocorridos na cidade em 2007 e 2008 e, na última, o tempo gasto no processamento de crimes contra a vida ocorridos na capital e arquivados no ano de 2013, parecem corroborar a hipótese aqui sugerida de que ter-se como premissa quase absoluta que o uso e tráfico de drogas são os causadores de um problema que tem afetado a qualidade de vida da população brasileira – o aumento criminalidade violenta – tem sido uma maneira de enterrar em uma vala comum milhares de jovens, sobretudo negros e pobres, e de obscurecer mazelas decorrentes da maneira ineficiente que o Estado brasileiro tem garantido a essa população o acesso a bens e serviços essenciais como, dentre outros, a Segurança Pública.



O JOVEM E A CRIMINALIZAÇÃO DA MISÉRIA: A ESTRUTURA COERCITIVA DO ESTADO E A FORMAÇÃO DAS “CLASSES PERIGOSAS”.

Riane Conceição Ferreira Freitas (UFPA)
rianecffreitas@hotmail.com

Gilmar Pereira da Silva (UFPA)
gp.silva@ufpa.br

Este artigo faz parte de uma pesquisa doutoral em andamento que tem como objetivo desvelar como se redefinem na atualidade as funções do Estado neoliberal, no contexto de naturalização do “senso comum” punitivo que expressa, no campo jurídico, a ideologia econômica e política do neoliberalismo por meio do aparelho repressor do Estado, o Poder Judiciário, tendo como foco o adolescente em conflito com a lei em privação de liberdade no Estado do Pará. Analisaremos como se dá a relação trabalho e educação do jovem cumpridor de medidas socioeducativas com privação de liberdade, uma vez que o Estado, de acordo com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) deverá garantir oportunidades reais de educação, profissionalização e apoio sociopsicopedagógico. Nossas análises são balizadas pelo materialismo histórico dialético. Elegemos como locus de pesquisa a 2ª Vara da Infância e Adolescência do Tribunal de Justiça Estadual e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) por serem no Estado do Pará as instituições que lidam com crianças e adolescentes em conflito com a lei. Optamos por analisar os jovens, especialmente porque, de acordo com o Relatório do Panorama Nacional do Jovem em Conflito com a Lei (2012), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o jovem em privação da liberdade que está cumprindo a medida socioeducativa no Brasil, tem em média 16,7 anos, sendo esta a maior faixa etária do cometimento do primeiro ato infracional, período que, de acordo com a LDB, o jovem deveria estar terminando o ensino médio, etapa final da educação básica, que tem como finalidades, entre outras, “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. O caminho metodológico proposto é na pesquisa bibliográfica e documental. Como considerações não conclusivas, apontamos que a relação entre juventude, criminalidade, judicialização da vida, educação e trabalho são sobredeterminadas pela relação entre o direito e o modo de produção da sociedade da qual estão inseridos esses jovens. Nesse sentido, a articulação entre neoliberalismo e reestruturação produtiva, no contexto da reorganização contemporânea do capital, aumenta dramaticamente os níveis de desemprego e de subemprego no mundo, levando um enorme contingente de trabalhadores à condição de massa popular destituída das bases sociais indispensáveis para sua reprodução. É essa massa popular que será especialmente afetada pelas políticas de encolhimento do aparato social do Estado, por um lado, e pelo recrudescimento da exploração da força de trabalho, de outro. Dando origem ao que alguns autores denominam de “classes perigosas”.

156



VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL E O ECA.

Adriano Moreira (Unesp/Rio Claro)
noadria1977@yahoo.com.br

Leila Maria Ferreira Salles (Unesp/Rio Claro)
leila@rc.unesp.br

Objetivamos, nesta pesquisa, analisar as violações de direitos humanos, envolvendo a infância e a adolescência, ocorridas no Brasil nos últimos anos e, refletir sobre a efetividade da política de proteção para o setor. Para tanto, adotamos como base de análise as denúncias de violações de direitos compiladas pelo Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), plataforma nacional de registro e tratamento de informações, ligada ao Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, área técnica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Trata-se, pois, de pesquisa documental. Entretanto, admitindo que documentos não “falam por si só”, ao contrário, equiparam-se a testemunhas que respondem apenas a perguntas que lhe são formuladas (ABREU, 2008, p.26), recorreremos à análise de conteúdo que, de acordo com Laurence Bardin (2009, p.40-45), constitui um conjunto de “técnicas de análise que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, que têm como objetivo “conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”, ou seja, ir para além das aparências. Ao final do trabalho observamos que entre 2009 e 2014 ocorreram anualmente, aproximadamente, 42 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, ao passo que o ECA confere proteção a estes mesmos direitos e insumos para sua concretização, embora a lei apresente disparidades a este respeito: para alguns direitos como educação e saúde há inúmeros serviços, atendimentos e recursos assegurados, mas o mesmo não ocorre em relação aos direitos à cultura, ao esporte, ao lazer, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à profissionalização e à proteção ao trabalho. Para estes casos praticamente nenhum insumo é mencionado. Há ainda um meio termo, o direito à convivência familiar e comunitária, para o qual são estabelecidos alguns serviços e atendimentos, mas apenas de forma genérica. O ECA apresenta maior similaridade no tocante às penalidades prescritas para infrações aos direitos consagrados: as sanções são flagrantemente mais leves para as hipóteses de violação cometida pelo Estado e mais rígidas para pais, familiares e profissionais diversos. Ressalta-se, porém, que a violação a inúmeros direitos, especialmente relativos à cultura, ao esporte, ao lazer, à liberdade, à profissionalização e à proteção ao trabalho não comporta qualquer punição. Portanto, o ECA parece considerar alguns direitos humanos mais importantes do que outros, já que uns são claramente mais protegidos no plano formal. No plano real o desconcertante fato é que todos eles, independentemente das garantias legais, possuem alto índice de violação.



REITERAÇÃO DO ATO INFRACIONAL POR ADOLESCENTES: VIOLÊNCIAS QUE SE PERPETUAM.

Adriana Guerra Abreu Lemos (UFRJ)
adriana_ablemos@hotmail.com

Matheus Antoniêto Moraes (UFRJ)
matheus_antoniato@hotmail.com

Polyana Alves de Oliveira (UFRJ)
polyana.ao@gmail.com

Raphael Thomas Ferreira Mendes Pegden (UFRJ)
rtpegden@gmail.com

Hebe Signorini Gonçalves (UFRJ)
hebe@globo.com

A partir da propagação do medo social e da insegurança produzidos sobretudo nas últimas décadas nas grandes cidades brasileiras, tem-se observado o aumento e o fortalecimento de políticas e ações voltadas para a segurança pública. Centradas em sujeitos que correspondem a determinados tipos sociais, essas ações dirigem-se em sua maioria aos jovens pobres e negros, principais vítimas da repressão policial, na medida em que, sob a ótica do medo, passam a ser vistos pela sociedade como potencialmente perigosos e causadores do aumento nos índices de violência urbana. Wacquant, ao apontar processos semelhantes nos Estados Unidos e países da Europa, entende que essa seletividade compõe uma política de criminalização da pobreza, que opera segundo duas modalidades principais: a utilização dos serviços sociais como instrumentos de vigilância e controle das “classes perigosas” e a contenção repressiva dos pobres pelo encarceramento. A partir do processo de criminalização exposto, sugere-se neste trabalho sua relação com as idas e vindas do adolescente em conflito com a lei ao sistema socioeducativo na medida em que vão sendo produzidas subjetividades que se ligam à marca do insucesso, da criminalidade e de poucas perspectivas para o futuro. Esses adolescentes correspondem a diversos estigmas que se cristalizam quando passam mais de uma vez por pelo sistema socioeducativo, quando a reiteração do ato infracional muitas vezes é interpretada como confirmação de uma suposta tendência criminal e, consequentemente, da impossibilidade de um percurso futuro descolado da criminalidade. Aliado a isso, o trabalho desenvolvido pelo sistema socioeducativo, que tem como objetivo principal responsabilizar os adolescentes por seus atos e, por consequência, buscar a prevenção do seu retorno, ainda não garante a muitos deles acesso aos direitos mais básicos, produzindo o processo que deveria combater. Porém, é comum que essa lógica violenta que permeia o sistema socioeducativo e suas formas de funcionamento seja deixada em segundo plano na medida em que se dá mais destaque à responsabilização do próprio adolescente pelo seu retorno. Partindo de uma pesquisa realizada em uma unidade de internação do sistema socioeducativo no Rio de Janeiro, este trabalho pretende problematizar a reiteração do ato infracional cometido por adolescentes a partir do processo de criminalização da pobreza proposto por Wacquant e do crescente fortalecimento das políticas de segurança no Brasil. Para isso, propõe a reflexão a respeito dessa lógica, a partir da apresentação de elementos para a discussão de práticas do sistema socioeducativo que direta ou indiretamente perpetuam as violências cometidas e sofridas por adolescentes em conflito com a lei e que podem culminar no seu regresso ao sistema.



AS CONTRADIÇÕES DAS ATIVIDADES DO AGENTE SOCIOEDUCATIVO E AS REPERCUSSÕES NA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.

Vitor Luiz Sales Junior (SEDS-MG)
vitjunior2002@yahoo.com.br

João Leite Ferreira Neto (PUC-MG)
jleite.bhe@terra.com.br

Este trabalho investiga aspectos da atividade de agente de segurança socioeducativo no Estado de Minas Gerais, cargo equivalente ao termo “socioeducador” constante do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Tendo em vista abordagens teóricas vinculadas aos trabalhos de Foucault (2009), Goffman (2008), Sykes (2007) e Wacquant (2001), foram utilizados dois procedimentos metodológicos: análise documental e entrevistas. Para a análise documental, foram eleitos documentos que regulam a aplicação e a execução da privação de liberdade de adolescentes “infratores”, tais como ECA, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), bem como leis e decretos estaduais acerca da carreira e das tarefas do agente de segurança socioeducativo. Em geral, tais documentos são de natureza prescritiva e detalham pouco o aspecto socioeducador desse profissional. No sentido de compreender aspectos não descritos em tais documentos, mas que perpassam a atividade cotidiana do agente socioeducativo, foram realizadas entrevistas com funcionários que desempenham a atividade, com o propósito de dar voz à categoria. Nesse sentido, agruparam-se oito temáticas que emergiram em forma de vicissitudes do trabalho diário desse agente: a desinformação e pouca capacitação profissional; expectativas e sensações com o início do trabalho; projeções e identificações familiares entre adolescentes e funcionários; relatos de casos marcantes; modos improvisados de socioeducar; o dilema de punir ou não punir como uma prática educativa; autopercepção sobre o trabalho; opiniões sobre ato infracional e a duração da medida socioeducativa. A associação desses dois procedimentos metodológicos (análise documental e entrevistas) sugere a hipótese de que há uma ausência de limite categórico entre as atividades de educar, vigiar e punir, vivenciadas cotidianamente por esses profissionais, cuja voz é pouco ouvida nos âmbitos acadêmico e de poder público. Além disso, este trabalho indica que, na prática, esses profissionais se deparam com atividades socioeducadoras sem que sejam efetivamente preparados para entender o compromisso social com a ressocialização. As atividades socioeducadoras exigem formação cidadã, envolvimento com a causa pública e reflexão crítica em relação ao sensacionalismo das mídias na veiculação de notícias sobre violência. Por não terem uma adequada formação para atuar nessa área, os agentes têm de encontrar modos de socioeducação próprios e improvisados para lidar com os adolescentes privados de liberdade. Por outro lado, muitas vezes, a atividade de socioeducador se restringe a atuações apenas no viés da segurança. A identificação do profissional socioeducativo com o perfil do agente penitenciário, que atua de modo punitivo e policialesco, interfere drasticamente no processo de inclusão social do jovem em conflito com a lei. Esse profissional nomeado como socioeducador, por vezes, tem atitudes e comportamentos pautados na repressão e, em alguns casos mais graves, em práticas violentas, físicas e/ou simbólicas. Nesse sentido, políticas públicas, que se propõem a incluir socialmente o jovem, desenvolvem papel inverso ao ratificar sua exclusão, estimulando a reprodução, no âmbito socioeducativo, de uma lógica perversa de marginalização, comum àquela que é aplicada aos adultos.



AS REPRESENTAÇÕES DAS CRIANÇAS E JOVENS DESVINCULADOS DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS E PRODUÇÃO ESCRITA.

Paula Andrea Olaya Góez (UNICAMP)
paulaolaya@gmail.com

Durante a década de 1990 a Colômbia alcançou um dos maiores índices de violência da sua história, sendo uma das problemáticas a vinculação de crianças e jovens aos grupos insurgentes. Essa problemática começou a ser vista como tal a partir de dois marcos transcendentais. O primeiro deles envolveu a promulgação da Convenção dos Direitos das crianças, assim como o estudo realizado pela senhora Graça Machel por encargo do Secretário-geral das Nações Unidas, sobre a situação dos meninos e meninas vinculados à guerra na década dos noventa. Esse estudo mostrou apavorantes resultados, impactando a comunidade internacional. O segundo, diz respeito às “entregas” de menores combatentes por parte das FARC-EP ao Estado Colombiano, fato posterior ao informe Machel. Ao informe se seguiram declarações feitas pelos ministros do então presidente Daniel Samper, sobre a necessidade de salvar os menores que se encontravam nas filas dos grupos armados ilegais. Dentre esses comunicados sobressai uma carta da Diretora do *Instituto Colombiano de Bienestar Familiar* dirigida aos comandantes da guerrilha, instando-os à negociação da paz. Apesar da complexidade da problemática, o Estado colombiano tem sido incapaz de oferecer condições suficientes para garantir a recuperação psico-afetiva e socioeconômica dos meninos, meninas e jovens que têm optado pela desvinculação dos grupos armados. Considerado um problema de índole nacional, a investigação sobre o tema envolve atualmente produção de conhecimento em diversas áreas, indicando tendências conceituais e relações contextuais inseridas no campo de discussão sociológica, antropológica, sociodemográfica, jurídica e psicossocial. As instituições que produzem a maior parte dos documentos são as organizações não governamentais, -geralmente ONG's- responsáveis de operar os programas de proteção estatal da infância, como o Programa de atenção aos meninos, meninas e adolescentes desvinculados de grupos armados irregulares. Destaca-se também a participação de instituições do Estado e instituições acadêmicas. Os estudos produzidos por essas instituições têm contribuído tanto à geração de informação sobre a situação dos direitos da infância em Colômbia, quanto à produção de políticas públicas e programas de atenção dirigidos à dita população. Em geral, a produção de conhecimento sobre o tema tem se dado através de uma série de ações heterogêneas que envolvem definições das crianças e dos jovens em questão e suas problemáticas; ações focadas no desenvolvimento de processos de “acompanhamento” e “intervenção” que supõem a transformação dos indivíduos. Isso faz evidente o fato de que os objetivos formais das políticas públicas, assim como os programas de atenção, encontram-se atravessadas por discursos e representações da infância, da adolescência e dos sujeitos que têm exercido violência, nos quais o Estado joga um papel hegemônico. Neste contexto surge a ideia de apresentar os primeiros avances da minha pesquisa doutoral no programa de Ciências Sociais da UNICAMP, com o intuito de possibilitar uma primeira aproximação aos estudos que dizem respeito à questão, avançando na análise preliminar sobre a informação existente sobre crianças e jovens envolvidos no conflito armado colombiano.



O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E SUA FAMÍLIA: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CRIMINOSA.

Joice Duarte Batista Lôbo (UFG)
batista.duarte.joice@gmail.com

A sensação de medo e insegurança frente à violência envolvendo jovens tem alavancando discussões no campo da redução da maioridade penal e modificações nas medidas socioeducativas, com o objetivo de torná-las mais severas, restritivas à liberdade e que tragam maior responsabilização por parte da família. Nesse contexto, são comuns os discursos de “menoridade” criminosa, de que adolescentes negros e pobres frequentemente seguem a vida do crime, de que os adolescentes que cometem crimes ficam impunes, e de que são irrecuperáveis. Esta pesquisa está dedicada a examinar a maneira como ocorre o processo de criminalização dos adolescentes em conflito com a lei e de suas famílias, buscando compreender as razões pelas quais este fenômeno acontece. Primeiramente, por meio de um breve diálogo com Wacquant (2008), Misse (1999; 2008; 2010), Foucault (2000; 2003; 2005) e Garland (1999; 2001) a fim de apresentar interpretações para a emergência desse novo cenário, no que diz respeito à criminalidade e sujeição criminal. Para a posterior, responder à questão que se coloca: na medida em que há uma despreocupação do Estado com políticas públicas de atendimento às famílias, surge a emergência do Estado Penalista, com a finalidade de distanciar os adolescentes em conflito com a lei, ou no discurso social, os “delinquentes e marginais”, do corpo social. As leituras e argumentações teóricas desenvolvidas ao longo do artigo, e a pesquisa realizada nos prontuários arquivados na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS – GO apresentam que a punição não se trata apenas de trazer de volta o equilíbrio social abalado pelo crime cometido, de desencorajar o indivíduo infrator a cometer novos delitos, há a intenção de desfazer-se de certo contingente populacional ou de usar o temor da privação de liberdade para distanciar o infrator e sua família da convivência em sociedade. Isso por que os enunciados dessas famílias, como marginalizadas e desestruturadas passam a compor o estereótipo do inimigo. A família tem sido vista como incapaz de solucionar seus problemas, sendo necessárias intervenções do Estado. No entanto, é importante observarmos que a ausência de estrutura social e econômica das famílias em conflito com a lei, só passa a preocupar a sociedade quando estes intranquilizam a ordem social. A reflexão a favor de seus direitos, como saúde, educação, saneamento básico, alimentação, escola, moradia, só acontece depois de ingressarem no Centro de Referência Especializada de Assistência Social, por ocasião do ato infracional. Tal realidade mostrou-se verificável nos prontuários arquivados no SEMAS GO, os números revelam que, apesar da maioria dos/as adolescentes compor famílias de baixa renda, poucos são beneficiados/as por programas sociais. São baixas, também, a porcentagem dos que frequentam a escola e a participação no mercado de trabalho. Por isso cabe-nos pensar, além de fatores como evasão escolar e desemprego, como o sistema socioeducativo recebe, acompanha e reinsere os/as adolescentes em conflito com a lei. O que transparece, a partir dos dados, é que predomina a ausência de políticas de atendimento às famílias em favor de uma crescente política de responsabilização e culpabilização familiar.



O PERFIL DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE AGRESSÃO SEXUAL EM TRÊS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ.

Jacqueline Rodrigues de Sousa (UFPA)
keline-kiss@hotmail.com

Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA)
liliaccavalcante@gmail.com

Carlos Joaquin Barbosa da Rocha (UFPA)
bcarlosjoaquim@gmail.com

A agressão sexual perpetrada contra crianças e adolescentes resulta do ato sexual de um adulto que apresenta o desenvolvimento psicossocial mais avançado que a vítima, podendo ser imposta por violência física, ameaças ou indução de sua vontade, ocorrendo em relações hetero e homossexuais. A agressão sexual contra a população juvenil é considerada um problema de saúde pública pela alta incidência e os danos causados ao desenvolvimento psicossocial das vítimas e de seus familiares. Este trabalho objetiva investigar as características biopsicológicas e sociodemográficas de adolescentes (12 a 18 anos) vítimas de agressão sexual, mediante análise dos dados contidos em processos jurídicos, dos de 1998 a 2014, em comarcas de três municípios do estado do Pará (Abaetetuba, Belém e Parauapebas). Para coletar os dados foi utilizado um formulário elaborado pela equipe responsável pela pesquisa, com base no estudo de Habigzang, Azevedo e Machado (2005), que abrange um conjunto de informações sobre o autor de agressão sexual, a vítima, o contexto de agressão e o processo jurídico. Do total de 262 processos, 126 correspondiam a crimes sexuais contra adolescentes, sendo 88,9% do sexo feminino e 11,1% do sexo masculino. 85,7% moravam com a mãe, 50% moravam com o pai e 54% moravam com os irmãos. 68,3% cursavam o ensino fundamental incompleto e 18,3% cursavam o ensino superior incompleto, 50% eram pardos e 26,2% eram católicos. 73% não possuíam vínculo de parentesco com o agressor, sendo 33,3% conhecido/vizinho e 23% desconhecidos. Dos que possuíam vínculo de parentesco, 7,1% eram enteados, 6,3% eram sobrinhos e 4,8% eram filhos biológicos. 69,8% dos casos ocorreram em espaço privado, sendo o local mais frequente a residência do autor de agressão (29,4%); e 23,8% dos casos no espaço público sendo o local mais frequente a via pública ou o terreno baldio (7,9%). 73% das agressões ocorreram no contexto extrafamiliar e 27% no contexto é intrafamiliar. Em 50% dos casos a agressão ocorreu uma única vez. Contudo, 55,6% das vítimas sofreram outros tipos de violência além da violência sexual, sendo as mais frequentes a violência psicológica (36,5%) e a violência física (36,5%). Em 80,2% dos casos a violência foi praticada com uso de força física ou ameaça severa. A penetração vaginal (65,9%) e a anal (18,3%) foram os atos de agressão mais frequentes. Após a violência sexual 9,5% engravidaram. Os dados são compatíveis com a complexidade do fenômeno. A maioria das vítimas é do sexo feminino, os agressores são pessoas com quem estas não possuem vínculos familiares, e há por eles o uso constante de poder e força física. Em maior percentual a agressão ocorre no contexto extrafamiliar, revelando a situação de vulnerabilidade que as vítimas se encontram. É importante destacar a alta frequência de adolescentes que ainda estão cursando o ensino fundamental e a baixa frequência de dados sobre cor/etnia e religião, o que sinaliza a importância de se desenvolver pesquisas voltadas para a juventude, e que estas contribuam para a implementação de ações interventivas relacionadas à violência sexual.



VIOLÊNCIA POLICIAL EM GOIÁS: JUVENTUDE COMO HOMO SACER

Danilo Correia Santana (UFG)
santanadcs@gmail.com

Géssica Barreto (UFG)
gessik.bs@gmail.com

Em meio aos diversos problemas sociais salientados cotidianamente por especialistas e por veículos comunicacionais; nota-se que dentre estes, os índices de vitimização violenta relacionada à nossa juventude, torna-se gritante. De acordo com o Instituto Sangari (2014), houve um aumento de 13,4% (p.29) dos homicídios da população total no Brasil de 2002/2012, enquanto que dentre estes, o da população juvenil aumentou 8,7% (p.37), porém, quando observado as oscilações estatísticas desta população, somente sete estados conseguiram diminuir seus índices de vitimização. No centro oeste, Goiás é o estado que possui os maiores índices, tanto da população total, quanto a juvenil (p.36). Neste período, o aumento foi de 126% de vitimização jovem, enquanto que em Mato Grosso, que ficou em segundo lugar, o aumento foi de 24,9% (p. 38). Em relação à homicídios por cor, o estado de Goiás foi o único no centro-oeste em que as taxas da população negra total, mais que duplicaram, podendo se considerar como “muito graves” (WAISELFISZ, 2014, p. 150). Neste quadro, a taxa de homicídio por 100 mil, da população negra jovem foi de 129,5%, enquanto que o segundo lugar ficou em 15,3% em Mato Grosso (p.160). Tal quadro transparece os altos índices de vitimização da população negra e jovem, uma vitimização que possui cor, gênero e classe social (Machado; Noronha, 2002); vítimas de uma estratificação social resultante da injusta equidade da distribuição e garantia dos direitos individuais que, diferentemente da prática, são asseguradas constitucionalmente. Ao deparar-se com tais índices de violência, espera-se que nossas instituições de segurança pública trabalhem de forma a elaborar métodos que auxiliem na prevenção e inibição de tais índices, tendo em vista que esta, trata-se de uma de suas funções. Porém, o que se vem notando é uma contradição entre o dever e a prática. Alguns destes oficiais, ao invés de se empenharem em tal tarefa, atuam de forma a contribuir para com tais estatísticas, vitimando sujeitos, principalmente os que se enquadram no perfil mencionado acima (Oliveira, 1998, 2012), negligenciando seus códigos de conduta (1978), diretrizes (2010) e nossa constituição (1989), que ao fazê-lo determina quem é (in)digno de obter seus direitos garantidos e preservados, determina em suas ações os homo sacer, inserido em um quadro similar ao “estado de exceção”, determinando quais as vidas indignas de serem vividas (Agamben, 2002), no qual suas ações passam a ser regidas segundo seus próprios dogmas, preceitos, considerações; independente das leis, regras e normas estabelecidas por instâncias superiores. Compreender o que leva tais agentes a atuarem de forma tão imprudente, e a gama de fatores que insere estes jovens neste quadro de vitimização, é o que instiga a realização e análise do presente trabalho.



A NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA COMO DISPOSITIVO DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Milene Maria Xavier Veloso (UFPA)
mveloso@ufpa.br

Isabel Rosa Cabral (UFPA)
icabral@ufpa.br

Arno Hamel (UFPA)
arno@ufpa.br

Celina Magalhães (UFPA)
celinaufpa@gmail.com

A questão da violência contra os adolescentes se constitui em um sério problema social e de saúde pública, visto que pode produzir morbidades e/ou mortalidade, além de problemas para o desenvolvimento ao longo da vida. O presente trabalho objetivou analisar o perfil das notificações de violência contra crianças e adolescentes a partir de dados do Sistema de Notificação de Agravos de Notificação (SINAN-Net), do município de Belém-PA, no período de 2009 a 2013. Foram identificados 6.381 casos de violência contra crianças e adolescentes notificados no período. A análise da distribuição dos diferentes tipos de violência segundo sexo e faixa etária, evidenciou que a faixa de onze a catorze anos abrigou cerca de 40% dos casos de todos os tipos de violência, exceto para a negligência, cuja ocorrência é 22,38% dos casos, sendo mais preponderante em meninas de seis a dez anos (31,47%). O tipo de violência mais notificado foi a sexual, associada à violência física e/ou psicológica, com média anual de 89,55% para meninas, com maior prevalência na faixa etária de 11 a 14 anos (39,97%). Para os meninos a violência sexual também foi o tipo mais prevalente (74,48%), seguida da violência física, porém, mais frequentemente na faixa etária de 6 a 10 anos (42,46%). A violência foi principalmente praticada por indivíduos identificados como amigos ou conhecidos, seguido do padrasto e em 53,88% dos casos a violência é um evento de repetição. Pesquisou-se também a ocorrência de gravidez como consequência da violência sexual, identificou-se 259 casos, onde 70,66% das vítimas estavam na faixa etária de 11 a 14 anos e 24,71% entre 15 e 19 anos. Observou-se que 40,87% dos casos incluíam a violência física, sendo que em 26,15% desses ela não estava associada à violência sexual e foi mais prevalente no sexo masculino. Os dados demonstram a urgência de políticas públicas direcionadas às famílias e à comunidade para que os ciclos de violência observados sejam interrompidos. É indispensável que as políticas direcionadas à juventude sejam mais efetivas, garantindo a proteção integral a partir de ações intra e intersetoriais, com especial participação das escolas e ênfase no autocuidado. A notificação compulsória de violência surge como um importante instrumento de prevenção, proteção e combate ao fenômeno da violência, além de possibilitar a identificação de outros casos em outras crianças ou adolescentes da mesma família. Contribui, portanto, para dimensionar a problemática em questão e apontar a necessidade de investimento em núcleos de vigilância e assistência, estruturas dos serviços e pesquisas que possam subsidiar tais políticas.



**ENTRE HUMANOS E DIREITOS:
ANÁLISE DA CONCEPÇÃO ONTO-JURÍDICA DA JUVENTUDE À LUZ TEORIA CRÍTICA DOS
DIREITOS HUMANOS E DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL.**

João Adolfo Ribeiro Bandeira (UFCA)
joaoadolforibeirobandeira@gmail.com

Suely Salgueiro Chacon (UFCA)
suelychacon@ufca.edu.br

Francilda Alcantara Mendes (UFCA)
fran.mendes@ufca.edu.br

Polliana de Luna Nunes Barreto (UFCA)
polliana@ufca.edu.br

Compreende-se que o ser fundamenta o pensar, ou seja, a divisão dos indivíduos em classes apresenta-se como consciência coletiva limitada, por onde se constata uma segunda alienação axiológica: as atividades antes exercidas teleologicamente para o bem comum agora são concretizadas para o bem ou interesses de classe, o que constrói e fundamenta historicamente o individualismo dos Direitos Humanos nas liberdades e garantias individuais. A compreensão de liberdade individual perpassa antes por um entendimento do conceito de cidadania e da atividade ético-prática dos membros de determinada sociedade. A democracia pode concomitantemente tornar-se espaço conservador, alicerçada sob a égide de interesses particularizados, tornando-se imprescindível a participação dos concidadãos no intuito de fortalecer a própria proposta democrática de liberdade aparente, no entanto, preso à essência de valores extrínsecos ao ser social em caráter atomizado (individualista). Destes valores exteriores à concepção do ser extrai-se o conceito de redução ontológica como fator determinante do processo de reificação/coisificação das relações humanas. A esta redução ontológica, o fetiche jurídico generaliza por meio da abstratividade das normas a imposição de um conceito de universalidade e torna lugar comum o discurso sobre democracia como melhor forma de regime político e os Direitos Humanos como a espada da justiça. Assim, o presente trabalho possui como tema central a proteção, promoção e defesa da juventude tendo como elemento orientador a concepção da doutrina da proteção integral. Tal concepção traz em sua essência a tripartição de responsabilidades do Estado, da família e da sociedade em relação às crianças e adolescentes. Sua base teórica está estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 entretanto, sua práxis se constitui na teia integradora e interdisciplinar de todos os agentes envolvidos na defesa da infância e juventude. Como objetivo, quer-se discutir a redução da maioridade penal e sua impossibilidade jurídica e social, por tratar-se de medida paliativa de grande comoção midiática e motivada por setores tradicionais e conservadores da sociedade brasileira. O problema central é rediscutir junto à sociedade mecanismos de combate à violência infanto-juvenil e consequentemente, reduzir os números de casos de crianças e adolescentes em conflito com a lei no intuito de concretizar a efetivação da legislação nacional (ECA) e do compromisso internacional assumido pelo Brasil (Convenção internacional sobre os direitos da criança – Resolução 44/25 da Organização das Nações Unidas – ONU). Enquanto marco teórico, utilizar-se-á a concepção histórico-filosófico dos Direitos Humanos em sua perspectiva crítica por considerar que a violência da exclusão social, política e jurídica dos jovens torna-se elemento concretizador da reprodução desta mesma violência e o Direito neste momento, atua como instrumento de garantidor desta segregação e do individualismo.



DELEGADA DEFENDE CASTRAÇÃO DOS SUSPEITOS DE ESTUPRO COLETIVO: BIOPOLÍTICA, MÍDIA, INSEGURANÇA.

Patrícia Rocha Lustosa (UESPI)
plustosa@yahoo.com

Érica Atem (UFC)
ericaatem@yahoo.com.br

O título desse ensaio reproduz notícia de 29 de maio de 2015, veiculada em meio de comunicação do país com abrangência global. Funciona como um disparador para problematizarmos a ação discursiva da mídia em torno do tema da redução da maioria penal como questão emblemática dos dispositivos de biopolíticos e de governamentalidade. Para tal, retomamos a categoria *biopolítica da insegurança*, fruto da tese de doutoramento de uma das autoras, a fim de refletir sobre a privação de liberdade de jovens e a penalização do jovem pobre, persistindo desde antes, durante e depois da ANC em 1988. O enlace entre disciplina, biopolítica e governamentalidade na produção da periculosidade juvenil e dos dispositivos socioeducativos (e seu questionamento) articula um “Estado-providência” pastoral e um “Estado-punitivo” de *coortes* da juventude pobre que pautaram a construção da categoria *biopolítica da insegurança*. Os dispositivos de saber-poder presentes na mecânica disciplinar, na biopolítica e na governamentalidade são modais de análise deste trabalho para investigar os processos de subjetivação do jovem pobre, tratado por *homo sacer* pela engrenagem de um Estado-providência, um Estado-punitivo e um Estado de Exceção. Em 1976, a biopolítica passou a ocupar lugar central nas problematizações de Michel Foucault como tecnologia de poder que extravasa a mecânica dirigida ao corpo, donde se vislumbra um poder que age sobre a vida, ou seja, atua no corpo coletivo, na população. Aprimoraram-se tecnologias de segurança que atravessam os muros do cadafalso e são incutidas em todos os âmbitos da gestão urbana sob as insígnias da polícia e da estatística ou aritmética política. Os modelos liberal e neoliberal alimentam tanto a postura do Estado que acolhe o homem de sucesso, o *self made man*, como a legitimação do poder de tutela desse Estado sobre determinados grupos, sobremaneira as classes pobres e subalternas da sociedade. Diante disso, discutimos como a mídia conecta os discursos segundo a premissa da insegurança e o perigoso procedimento eugenista da castração, sublinhando a propagação de um Estado de exceção. No campo disciplinar, trata-se do esquadramento e da docilização dos corpos para comporem a engrenagem social de mais-produção, cuja meta é a chamada “ortopedia social”. O intuito desse ensaio é prover reflexões sobre os dispositivos de sequestro que protagonizam violências até hoje. Indagar sobre a redução da maioria penal, como esse discurso se atualiza, suplantando o controle dos corpos dos internos cada vez mais novos e por ações dirigidas mais uma vez ao corpo (a castração). A categoria da biopolítica da insegurança pareceu-nos estratégica, já que possibilita a interlocução entre as malhas do poder e as interpretações contemporâneas sobre o fenômeno da violência urbana, a punição da pobreza e a ênfase na virtualidade da conduta infratora que perfaz o universo da juventude em conflito com a lei.



IDADE PENAL E O SISTEMA DE DISCRIMINAÇÃO UNIVERSAL DE MARTIN SAGRERA: A POLÍTICA DAS IDADES E A JUVENTUDE.

Marcelo de Almeida Ferreri (UFS)
marceloferreri@uol.com.br

As idades são consideradas, em quase todas as culturas, como sistemas quantitativos e cronológico de contagem da duração biológica do corpo. Entretanto, Martin Sagera, sociólogo espanhol aposentado, como frisa recorrentemente em suas apresentações, as entende como um intrincado processo social de discriminação que tem por efeito principal relacionar essa contagem às capacidades individuais como algo da natureza, e com isso produzir enraizados padrões de conduta. Sua perspectiva sobre as idades é absolutamente social, melhor dizendo, sociológica, e não é isolada. Nas páginas iniciais de “História Social da Criança e da Família”, de 1962, Philippe Ariès define, despretenciosamente, idade como quantidade legalmente mensurável que assumiu lugar fundamental nas práticas dos reformadores religiosos e civis do século XVI, passando aos costumes relacionados à identidade de cada um no mundo atual da exatidão e do número. Para Sagera, na sua formulação do *edadismo*, a discriminação por idade redundava na ampla valorização do adulto como forma distintiva de etapa da vida, processo que se liga ao aprofundamento da competição capitalista e ao crescimento da expectativa de vida. Segundo ele, todos se veem como decidida e irreversivelmente adultos. A contraface disso é que sempre se é demasiado jovem ou velho para desempenhar determinadas funções, e sempre se discriminará alguém como imaturo ou ultrapassado em alguma atividade profissional, física, sexual e etc., mesmo que se esteja na vida adulta. O propósito dessa exposição é avaliar os impactos dessa análise social das idades frente ao debate atual sobre a idade penal no Brasil e seus desdobramentos sobre a criminalização da juventude. A gravidade da discriminação por idades reside no fato de sua profunda penetração no conjunto da sociedade; Para Sagera os demais modos de discriminação recebem algum tipo de contestação (raça, sexo, orientação sexual e outros), as novas gerações são bastante sensíveis para detectar tais discriminações, mas ninguém questiona amplamente a discriminação por idade, mesmo nos movimentos de valorização da criança, da juventude e da terceira idade, como nos dias de hoje. Para o sociólogo é urgente haver algum tipo de articulação política contra o *edadismo*. A luta contra a discriminação por idades deve insistir na desmistificação do adulto ideal. Primeiramente esse adulto não corresponde a quase ninguém e nem a maior parte da vida na sociedade moderna. Ser aceito como adulto nessa política das idades implica a ameaça de revolta (ao menos no imaginário) de jovens e velhos, vítimas privilegiadas desse sistema. Leva a confrontar inclusive o jovem que fomos ontem e o velho que seremos amanhã. A base da exposição do problema sociológico das idades se encontra no livro *El edadismo: la discriminación universal* publicado em Madrid no ano de 1992, sem tradução para o português até o momento.



TRÁFICO, CRIMINALIZAÇÃO E JUVENTUDE: A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO PROIBICIONISMO A PARTIR DOS TESTEMUNHOS DO COLETIVO FILA.

Jonas Lunardon (UFRGS)
jonas.lunardon@gmail.com

Este artigo tem como objetivo analisar a capacidade de atração exercida pelo tráfico sob os jovens de periferia e os mecanismos de cooptação deste sobre essa população. A partir de entrevistas realizadas em Porto Alegre, com jovens selecionados pelo sistema socioeducativo e familiares (especialmente mães), pretende-se compreender a dimensão simbólica exercida pelo tráfico para além das questões materialistas. O trabalho também relaciona o proibicionismo das drogas como elemento fundamental nesta rede simbólica, focando na criminalização social da juventude pobre, majoritariamente negra, brasileira. As entrevistas foram realizadas a partir do trabalho do autor junto ao Coletivo FILA. O FILA é um grupo que compõe o Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei (PIPA), da UFRGS. O PIPA oferece assistência jurídica e psicológica a jovens selecionados pelo sistema socioeducativo e internados na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e seus familiares, além do espaço, dentro da própria universidade, para que sejam cumpridas medidas socioeducativas em meio aberto. Nesta rede, o papel do FILA é a atuação, principalmente junto às mães de jovens internados, oferecendo assistência e encaminhamentos a estas pessoas durante as várias fases dos processos relativos ao cumprimento das medidas socioeducativas. O nome do coletivo se dá pelo fato de os encontros com os familiares se darem em visitas dos integrantes nas filas para as visitas aos jovens da FASE, geralmente aos sábados pela manhã. A partir de testemunhos colhidos com a atuação do FILA se deu parte da análise composta neste artigo. Inserido no contexto de criminalização da juventude pobre brasileira, o artigo analisa o proibicionismo das drogas como “carro-chefe” da política criminal do país. Neste sentido, entende-se o proibicionismo como uma política pública voltada à criminalização social, elemento fundamental para o discurso de legitimação do extermínio da juventude pobre, majoritariamente negra, do país – além de sustentar discussões punitivistas e fatalistas como a redução da maioridade penal. As consequências das políticas proibicionistas são apresentadas como fatores basilares para se compreender a naturalização e aceitação social da violência direcionada aos espaços específicos das comunidades marginalizadas, além de estabelecer a possibilidade para que as polícias e forças de segurança estatais atuem, também, de forma violenta e abusiva nestas comunidades. Neste quesito, o trabalho utiliza uma ótica foucaultiana de análise das relações sociais e de poder em uma abordagem, principalmente, qualitativa. Estudos de criminólogos e sociólogos brasileiros, além de dados levantados pelo “Mapa da Violência: jovens do Brasil” (WAISELFISZ, 2014), também são utilizados para compor este artigo.

168



DA VIOLÊNCIA FAMILIAR À VIOLÊNCIA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NA MEMÓRIA DAS MÃES DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.

Veralúcia Pinheiro (UEG)
pinheirovp@yahoo.com.br

Neste artigo discutimos a violência na sociedade capitalista e sua reprodução na família e nas instituições responsáveis pelo processo de ressocialização dos jovens em conflito com a lei. Nosso objeto de estudo é a memória das mães que viveram a experiência de acompanhar os filhos no processo de cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade no Centro de Internação de Adolescentes (CIA), em Goiânia/GO. Por meio da memória destas mães buscamos reconstruir a consciência de um passado violento, cujas ações recentes envolveram seus filhos. Trata-se de uma violência que começa na infância, em geral no interior das próprias famílias, e ao chegar a adolescência se estrutura a partir de duas faces: uma que representa os traficantes, os marginais e a outra, que representa a lei, a ordem, o Estado, o qual segundo o filósofo Anselm Jappe, em sua obra “Violência, mas para quê?” tem como núcleo a própria violência. Para o autor, por trás de toda a retórica sobre o papel civilizador do Estado, existe sempre, alguém que esmaga a cabeça de outro ser humano, ou que pode fazê-lo. Ao longo da história da República no Brasil ocorreram várias mudanças nas funções do Estado, contudo, o exercício da violência tem sido seu denominador comum. No passado, instituições como o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e a Fundação de Bem-Estar do Menor (FEBEM), foram criadas para atender os jovens abandonados e transgressores. Estas instituições foram extintas e denunciadas devido ao caráter repressivo e autoritário de suas práticas, porém os atuais Centros de Internação de Adolescentes (CIA) não romperam com a “pedagogia” da violência e, dessa forma, a vida destes jovens é ameaçada tanto dentro quanto fora delas. Nosso diálogo com os autores teve o propósito de encontrar elementos que nos possibilite analisar a percepção das mães sobre os acontecimentos que marcaram a vida de seus filhos e os levaram a percorrerem os caminhos da prática de atos infracionais ao invés de reproduzirem a vida de trabalhadores na sociedade capitalista. Todavia, ao fugirem da violência do trabalho reservado às camadas populares, enfrentam uma verdadeira guerra social que se desenvolve no cotidiano das periferias das cidades brasileiras e que deixa claro que a modernização e o progresso social anunciados pelos arautos do capitalismo constituem-se mera ilusão. As marcas deixadas pela miséria, pelos massacres, pelas mortes prematuras, nos dizem que a democracia na sociedade da mercadoria é um mero fetiche e assim, os lamentos dos defensores bem-intencionados dos “direitos humanos” que se mantêm dentro dos limites da ordem burguesa se esvaziam, posto que não podem chegar a lugar algum, além de simplesmente executar as leis cegas do mercado, às quais encontram-se submetidos.



**O BULLYING:
O NÃO RECONHECIMENTO DA DIFERENÇA E A BANALIZAÇÃO DA MALDADE ENTRE OS
ADOLESCENTES.**

Pâmela Esteves (UERJ/FFP)
pamella_pan@yahoo.com.br

Bullying é um tipo de comportamento violento caracterizado por atitudes agressivas de todas as formas, praticadas intencional e repetidamente, que ocorrem sem motivação evidente. Acredito que o alto índice dos casos de bullying encontrados no Brasil está diretamente relacionado à dificuldade dos estudantes em reconhecer suas próprias diferenças culturais e identitárias que são construídas e reconstruídas no ambiente escolar. A meu juízo, mesmo compreendendo o bullying como um tipo específico de violência escolar relacionado a dificuldade que os estudantes apresentam em reconhecer as diferenças, ainda assim a questão da motivação para a ocorrência do bullying continua sem explicações racionais, pois não aceitar que o outro seja diferente me parece insuficiente como justificativa para práticas de agressão, desrespeitos e humilhações. Por isso, acredito que o não reconhecimento da diferença vem acompanhado de uma maldade banal que Arendt (2011) descreve como um comportamento irreflexivo, sem motivação significativa e aparentemente comum. Ouso pensar que o bullying pode ser motivado por um mal deste tipo, um mal sem sentido, sem profundidade, sem razões ou justificativas, realizado por estudantes superficiais incapazes de pensar nos seus próprios atos e praticados contra estudantes vistos como diferentes e inferiores. Nessa perspectiva, essa proposta compreende o bullying dentro do contexto da intolerância em relação à diferença, mas também como um comportamento maliciosamente banal, que entre crianças e adolescentes provavelmente nasce da incapacidade de pensar e refletir sobre o significado e as consequências de suas ações.



PUNIR OU EDUCAR? A AMBIGUIDADE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.

Eduardo Gutierrez Cornelius (USP)
gutierrezegc@gmail.com

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é comumente celebrado por ter modificado a forma como o Estado trata os adolescentes em situação de conflito com a lei. Nesse sentido, observa-se que o ECA abandonou o paradigma da “situação irregular”, presente no antigo Código de Menores, instituindo o paradigma da “proteção integral”. Desse modo os jovens passaram a ser vistos não mais como objetos de tutela do Estado, mas como sujeito de Direitos. Contudo, pesquisas em diversas áreas, como Direito, Educação e Ciências Sociais revelam uma dificuldade de implementação do Estatuto. Uma das questões mais presentes nesses estudos é a tensão entre o caráter pedagógico da medida socioeducativa, que pretenderia modificar o comportamento do adolescente e seu caráter repressivo, que a aproxima da pena destinada a adultos. Assim, este trabalho lança luz ao tema por meio de uma análise do ECA, de modo a evidenciar como este apresenta uma ambiguidade em relação ao caráter da resposta estatal aos atos infracionais, que influencia tanto as decisões judiciais sobre o tema, quanto a forma com que a medida é implementada. A título de exemplo, observa-se que o ECA estabelece uma certa proporcionalidade entre ato cometido e medida socioeducativa, pois permite que a medida de internação seja aplicada apenas em casos de violência ou de grave ameaça à pessoa, o que é próprio de uma visão repressiva. Por outro lado, estabelece a personalidade do adolescente como critério para que este receba uma oferta de remissão, isto é, um acordo que evita que este seja processado (embora com a possibilidade de receber uma medida em meio aberto), o que enfatiza o caráter pedagógico da medida. Após uma análise do Estatuto, o trabalho passa a observar como essa ambiguidade presente no ECA em relação ao caráter da medida socioeducativa se manifesta na atuação do Poder Judiciário. Nesse sentido, apresentam-se brevemente investigações que analisaram o tema, para, de forma mais detida, apresentar os resultados de duas pesquisas já realizadas pelo autor (embora sob outro enfoque) no sentido de verificar como o judiciário traduz essa ambiguidade. A primeira delas, diz respeito à internação de adolescentes no caso de tráfico de drogas. A segunda concerne à possibilidade de adolescentes cumprirem medidas socioeducativas antes de sua condenação definitiva.



CARTOGRAFANDO AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

Luara da Costa França (UNIFOR)
luaracf@hotmail.com

Esse trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado e tem como objetivo descrever as práticas que atravessam a operacionalização das medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço à Comunidade – PSC) no Município de Fortaleza, a partir da analítica foucaultiana. Metodologicamente, fizemos uma pesquisa intervenção baseada no método cartográfico. Realizamos visitas aos espaços onde se operacionalizavam as medidas (Núcleos e os Centros de Referências Especializados de Assistência Social - CREAS) nas regionais de Fortaleza onde participamos de grupos de acolhidas de socioeducandos e de atendimento de construção de Plano Individual de Atendimento (PIA). Buscou-se cartografar a aplicação da Liberdade Assistida e da Prestação de Serviço à Comunidade através do uso de diários de bordo e de entrevistas com técnicos, adolescentes e familiares. Fez-se necessário investigar o território discursivo de construção da adolescência (em especial, da adolescência infratora, percebendo a disputa dos termos “adolescência” e “juventude”), bem como o cenário histórico brasileiro, entendendo-os como condição de possibilidade para a invenção das medidas socioeducativas. Usamos das contribuições de Foucault acerca do biopoder, ao articular as práticas disciplinares (que incidem sobre o socioeducando) e práticas biopolíticas que gerenciam a população da adolescência pobre/infratora. A gerência da juventude infratora acontece desde a fiscalização da frequência escolar e do comparecimento do adolescente nos atendimentos e encaminhamentos da equipe das medidas, contabilização de documentos faltosos, enquadramento desse jovem a partir de sua conduta (bom comportamento, bom convívio familiar e comunitário, onde mora, situação socioeconômica, cor, orientação sexual, conflitos territoriais, uso de drogas, envolvimento com o tráfico), índice de cumprimento ou descumprimento ou reincidência da medida, etc. Assim, a partir de práticas investigativas, esses jovens são alvo de normalizações classificatórias: deslizam entre os lugares de “cidadão” e de “vagabundo”, entre os que “aderem” e “não aderem”, Assumem rotulações híbridas de vítimas (da exclusão social, da falta de possibilidades do fracasso da garantia de direitos, da falta preventiva das políticas públicas) e de culpados (“os que não querem nada mesmo, os que não aderem, que não largam a droga, que são ruins mesmo”). Na operacionalização das medidas, administra-se a liberdade do adolescente, este passa por exercícios de reflexão (de arrependimento) para ressignificar sua vida. Durante a pesquisa, usamos como elementos de análises algumas cenas enunciativas que se destacaram no processo de produção do campo. Nas cenas destacam-se os três A (Acolher, Assinar e Aderir) – verbos que perpassam a questão do acolhimento, da burocratização das práticas (representada pela assinatura) e da adesão dos socioeducandos às medidas – e os três C (Cidadania, Confissão e Contestação da LA e da PSC) – analisadores potentes que refletem sobre a documentação como via de constituição do *ser cidadão*, sobre os refinamentos de dispositivos confessionais presentes na aplicação das medidas, bem como algumas contestações feitas pelos técnicos sobre a LA e a PSC – atravessadas por falas de descrença. Por fim, analisa-se também a implicação do pesquisador no próprio pesquisar.

172



“NOVA PERSPECTIVA DO ENFRENTAMENTO DO ATO INFRACIONAL”.

Anete Cunha (CREAS Novo Hamburgo/RS)
anetepsicologa@gmail.com

Fernando Volk (CREAS Novo Hamburgo/RS)
fernando.volk@gmail.com

Márcio Fransen Pereira (CREAS Novo Hamburgo/RS)
marciofransenpereira@gmail.com

A partir da recente retomada das discussões sobre redução da maioridade penal, faz-se pertinente o convite à reflexão sobre as relações entre as políticas de desenvolvimento social e o cometimento de atos infracionais por adolescentes e jovens. O presente trabalho se propõe a problematizar as práticas da assistência social e do atendimento socioeducativo, mais especificamente, no âmbito dos desafios para a construção de uma rede socioassistencial e intersetorial ampliada, mais efetiva e resolutiva no enfrentamento do ato infracional; uma rede mais potencializadora de vida. O convite a reflexão passa pelo esclarecimento de determinadas premissas e da desmitificação de outras, a partir da análise de fragmentos do acompanhamento de jovens autores de ato infracional vinculados ao Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Meio Aberto de Novo Hamburgo/RS, serviço atribuído aos Municípios pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, lei de nº 12.594/2012), administrado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social nos termos estabelecidos pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O SINASE, enquanto conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90), nasceu com intuito de orientar a política pública nacional de proteção especial aos adolescentes e jovens em conflito com a lei. Entretanto, apesar da revolução operada pelo novo Sistema, com a municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto (através do Serviço Especial de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Meio Aberto), é equivocada a premissa de que os dispositivos necessários para atender a política devam ficar restritos a equipamentos da rede socioassistencial. Dos CREAS é esperado a execução das medidas socioeducativas ainda pautadas pelo paradigma da menoridade e da institucionalização, numa ideia equivocada de que um serviço seria capaz de “dar conta”, de forma isolada, das demandas de adolescentes em conflito com a lei. Desenvolver uma rede concretamente ampla de atenção, tão potente quanto a “rede” criadora do contexto que compromete estes adolescentes, passa a ser uma tarefa imperativa de trabalho. Trata-se de assumir uma postura permanente de problematizações do SINASE para que se objetive avanços em seus modos de aplicação e adaptação dentro das realidades loco-regionais, buscando consolidar caminhos ainda não assegurados, caminhos que adolescentes e jovens, em sua formação de vida, vão trilhar em busca de ampliar ou redimensionar seus próprios horizontes. E que estes caminhos possam ser flexíveis, autorais e inventivos.



JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: O QUE PRECISAMOS REDUZIR?

Patrícia da Silva Pinto (UEMG)
patricia.asocial@hotmail.com

O presente artigo tem por finalidade apresentar algumas reflexões acerca do ato infracional praticado pelos adolescentes em relação às tramas societárias que são constituídas de outras modalidades de violência e refletir em torno das alternativas de socioeducação para tratamento da questão. A violência praticada por jovens a cada dia toma um espaço maior nos meios de comunicação, como jornais, revistas, internet, televisão. Ocupam espaços principalmente nas páginas policiais, nas delegacias de polícia, nos Juizados da Infância e Juventude. Proporcionalmente, a cada dia esses adolescentes integram-se no tráfico de drogas, disputam poder com gangues, usam entorpecentes, agredem e são agredidos, sobrevivem, matam e morrem. Esta questão não tem uma causa e nem uma solução simples. A violência cometida por adolescente deve ser analisada em sua totalidade e complexidade. Na prática profissional como educadores percebemos que o cotidiano familiar e social dos adolescentes que se envolvem com o ato infracional, desde a infância, é marcado por vários tipos de violência. Será que alguém preocupa em reduzir este tipo de violência? Não pretendemos aqui apresentar um discurso vitimizador e nem uma resposta acabada. E sim discutir alternativas frente a essa questão com ênfase na ampliação do conceito de socioeducação. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) apresentam para a questão do adolescente autor de ato infracional uma proposta desafiadora e complexa, principalmente porque apresenta uma nova concepção de atendimento, com princípios e diretrizes inovadoras na concepção e gestão de políticas sociais, e também porque busca responder simultaneamente a um fenômeno social e jurídico que envolve atores diversos. A medida socioeducativa deve comportar em sua execução uma resposta jurídica e social. Ambas são complementares e não excludentes no processo socioeducativo. A resposta jurídica visa cientificar o adolescente da reprovação de sua conduta e provocar a responsabilização do adolescente frente a infração cometida deve ter um viés punitivo e sancionatório de acordo com os parâmetros legais. A resposta social tem uma essência pedagógica que almeja a promoção de ações socioeducativas que auxiliem o adolescente a encontrar recursos subjetivos e objetivos para enfrentar as contingências da vida e por meio destas ações descobrir habilidades e competências escolares, profissionalizantes, esportivas, culturais, entre outras e assim se sentirem competentes em outras áreas da vida que não seja na criminalidade. Em suma, a prática do ato infracional pode ser uma resposta e, também, uma pergunta à violência, ambas inseridas num contexto estrutural e conjuntural da sociedade permeados de valores, de preconceitos e de interpretações superficiais e vingativas. A prática do ato infracional demanda perguntas e respostas. Assim, para, além disso, podemos entender que a prática infracional expressa uma condição de vida, expressa uma ausência de direitos e de deveres, traduz o nível de alcance utilizado pelo adolescente em busca de afirmação ou negação de tal situação. O que precisamos reduzir possivelmente não é a maioria penal, mas sim a desigualdade social, a violação dos direitos sociais, a violência contra a juventude, em especial a juventude pobre e negra. Não é necessário ampliar o tempo de cumprimento das medidas socioeducativas, mas sim ampliar as políticas públicas de inclusão social, os investimentos na educação, saúde, assistência social, oportunidades reais de trabalho e geração de renda. É necessária uma releitura das políticas sociais de forma que possibilitem a inclusão da o da juventude e suas famílias no Brasil.



RISCO E PROTEÇÃO EM DIFERENTES CONTEXTOS DE DESENVOLVIMENTO NA ADOLESCÊNCIA: FAMÍLIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO.

Jana Gonçalves Zappe (UFRGS)
janazappe@hotmail.com

A família ocupa papel central no microsistema de desenvolvimento humano pois, tradicionalmente, tem exercido funções primordiais que envolvem aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Assim, cabe à família garantir a sobrevivência da espécie (função biológica), oferecer afeto, suporte e continência em um ambiente propício à aprendizagem e ao amadurecimento (função psicológica) e transmitir a cultura e preparar para o exercício da cidadania (função social). No entanto, adolescentes podem viver em contextos institucionais tanto para sua proteção, quando se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, quanto para cumprir medida socioeducativa, em função da prática de atos infracionais. Diante disso, é importante conhecer riscos e potencialidades do desenvolvimento na adolescência em diferentes contextos. Este estudo investigou o engajamento em comportamentos de risco e fatores de risco e proteção em adolescentes que vivem em diferentes contextos: família, acolhimento institucional e instituições para cumprimento de medidas socioeducativas. Participaram 945 adolescentes com idades entre 11 e 19 anos ($M=15,39$; $D.P=1,65$), de ambos os sexos (53,6% meninas e 46,4% meninos). Foi utilizado o Questionário da Juventude Brasileira e foi criada uma versão reduzida do Índice de Comportamentos de Risco na Adolescência para análise dos dados. Os resultados indicaram que os adolescentes que vivem com suas famílias adotam menos comportamentos de risco e contam com um ambiente mais favorável ao desenvolvimento com relação à presença de fatores de risco e de proteção, o que reforça a ideia de que a família é o principal e mais adequado ambiente para o desenvolvimento humano. Os adolescentes institucionalizados compartilham um contexto de maior vulnerabilidade, mas apresentaram algumas especificidades. Adolescentes acolhidos institucionalmente vivenciaram mais violência intrafamiliar, percebem mais negativamente a relação com a família, apresentam autoestima mais baixa e mais comportamento suicida. Estes resultados podem estar relacionados com o fato de que adolescentes são acolhidos institucionalmente justamente por vivenciarem situações de risco e vulnerabilidade no ambiente doméstico, especialmente negligência, abandono e dependência química ou alcoólica dos pais ou responsáveis. A autoestima mais baixa, assim como o maior engajamento em comportamento suicida podem estar relacionados com a presença de sintomas depressivos decorrentes tanto das vivências prévias à institucionalização como da própria institucionalização. Adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa vivenciaram mais eventos estressores e apresentaram mais comportamento antissocial, uso de substâncias e comportamento sexual de risco. Por sua vez, estes resultados parecem estar relacionados com a situação de exclusão social decorrente da falta de oportunidades e chances sociais que caracteriza os casos de adolescentes que cometem atos infracionais. Conclui-se que é necessário valorizar a convivência familiar durante a adolescência, garantindo-a sempre que possível. Quando a institucionalização for adotada, é fundamental que os estabelecimentos de atendimento reconheçam a vulnerabilidade presente nos casos encaminhados e se constituam como ambientes de cuidado capazes de operar a reconstrução dos laços de sociabilidade rompidos parcial ou totalmente, promovendo a cidadania e o desenvolvimento saudável.

QUEM É O VÂNDALO? O DEVER DA VIOLÊNCIA NO GRUPO BLACK BLOCK DE GOIÂNIA.

Hytalo Kanedo de Lima Fernandes (UFG)
hytalo.kanedo@gmail.com

Em maio de 2013 aconteceram vários protestos na cidade de Goiânia e no Brasil, que inicialmente foram fomentados por um indicativo de alta na passagem do transporte público de inúmeras cidades brasileiras e que posteriormente ganhariam outras pautas, sendo os/as ativistas em sua grande maioria jovens. Durante o desenrolar dessas manifestações houve grande violência policial empregada no controle desses atos. As mídias tradicionais foram responsáveis por criar uma dicotomia entre “verdadeiros manifestantes” e os “baderneiros”, o que legitimaria a posição truculenta da polícia, gerando temor nos organizadores dos eventos de que as formas mais radicais de protesto, aqueles que usavam de violência física, facilitariam a atuação truculenta da polícia, assim como promoveria uma associação dos manifestantes ao banditismo. Essa posição foi responsável por acirrar as disputas entre manifestantes considerados pacifistas e aqueles que integrariam o Black Block bem como as relações que eram instituídas com as forças estatais. O Black Block é um movimento/grupo que surgiu na Alemanha nos anos setenta, tendo como características indivíduos que se vestem com roupas pretas e máscaras que cobrem o rosto. Adeptos de uma visão política que se manifesta contra o sistema capitalista é composto em sua grande maioria por jovens com ideologias anarquistas, inseridos no movimento Punk cuja nominação ficou conhecido como AnarcoPunks. Suas ações, instituídas numa identidade que utiliza da violência como forma contestatória, por vezes geram depredação a empresas multinacionais e bancos, além de conflito direto com as instituições policiais. Se como declara Berger (2007, p.113), a “identidade não é uma coisa pré-existente; é atribuída em atos de reconhecimento social, se somos aquilo que os outros creem que sejamos” de modo a colocar a identidade como um processo ambíguo daquilo que é individual e coletivo que está sempre apontando ora para um polo ora para outro, o conceito identidade permite descobrir os indivíduos, grupos e coletividades localizando-os no tempo e espaço. Assim sociedade vira o palco onde o outro se torna estranho, igual ou inimigo (SAWAIA, 1996, p. 85). A instituição de uma identidade passa por um processo de estigma de imposição social. Essa visão atribui funções aos indivíduos conforme esses manifestam suas identidades sociais. É um direito de ser, mas também de agir conforme a identidade é reconhecida pelos outros. A atribuição do desvio, do estigma ao grupo de manifestantes Black Block, indica mais do que negar suas maneiras de agir, mas também negar a sua identidade enquanto sujeitos pertencentes a uma coletividade. Esse trabalho visa compreender então as ações e práticas e dinâmicas desse grupo constituído, majoritariamente por jovens na cidade de Goiânia no que tange o uso identitário e político da violência. Embora seus métodos não representem algo novo no que condiz com as trajetórias de múltiplas manifestações em vários períodos históricos, eles podem nos falar de um lugar de hibridismo de várias concepções que constroem a identidade desse grupo, o que nos permite pensar e desenvolver entre muitas questões, algumas como: existe uma violência legítima, permissível? Como a violência se manifesta na constituição desse grupo social?



INDISCIPLINA E VIOLÊNCIAS ESCOLARES: O QUE OS ALUNOS ADOLESCENTES TÊM A DIZER AOS SEUS PROFESSORES?

Adriana Lira (UCB)
adrianaliraucb@gmail.com

Candido Alberto Gomes (UCB)
clgomes@terra.com.br

A violência escolar tornou-se um dos maiores desafios de nossos dias, ocupando lugar de destaque nas preocupações educativas, tendo em vista serem os professores geralmente responsabilizados por administrar, em face das diversidades, os reptos do cotidiano escolar, a fim de garantir a democracia e os direitos humanos, entre eles o direito à educação. Considerando as evidências da literatura (inter) nacional, que apontam a maior incidência de indisciplina e violência entre os adolescentes, seus professores têm o desafio maior de ensiná-los a conviver com o diferente num processo de superação contínua dos conflitos e manifestações de violências. No entanto, este desígnio nem sempre é alcançado, pois o que se verifica é um jogo de culpabilidade entre adolescentes e professores pelo caos existente no ambiente escolar. Assim, está patenteado o choque geracional entre eles, onde os primeiros, nesta fase da vida, querem desafiar as normas e os adultos, enquanto os educadores querem exercer a sua autoridade, insistindo em adotar medidas sem a escuta e a participação dos discentes que, uma vez não incluídos, não se sentem respeitados e reconhecidos em sua singularidade e nos seus pertencimentos plurais. Partindo deste pressuposto, está em curso, neste primeiro semestre de 2015, uma pesquisa qualitativa envolvendo adolescentes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública da periferia de Brasília. Entre outros objetivos, pretende-se averiguar como os adolescentes esperam ser tratados e o que eles mesmos fazem, deixam de fazer e precisam fazer para melhorar o clima da sala de aula. A fim de apresentar recomendações para a formação inicial de professores, busca-se ainda identificar como os adolescentes veem as ações dos docentes, como agem ou se eximem de agir em conflitos. Os resultados preliminares do estudo de caso demonstram que as práticas homogeneizadoras adotadas na escola favorecem ainda mais a indisciplina e as violências. Também não sabendo lidar com as transformações da contemporaneidade e acompanhá-las, a escola tem se tornado lugar de aborrecimento e tédio para os jovens, que, não encontrando espaços para exercerem seu protagonismo e serem sujeitos da sua aprendizagem, extravasam suas energias também em comportamentos antissociais. Deste modo, compreendemos que a monotonia e a falta de sentido do currículo e das aulas contribuem para a indisciplina e as práticas violentas. Especialmente, os adolescentes sugerem que os seus professores, não tendo sido preparados para este contexto, exercem mal a sua autoridade e, com medidas igualmente indesejáveis, agem com práticas autoritárias e violentas contra o alunado. Em suma, os dados em análise apontam que o estudante jovem precisa ser, pois, o ponto de partida e chegada das ações educativas, não devendo, portanto, ficar de fora do debate dos problemas e das decisões que os envolvem. No entanto, a escola insiste em manter suas feições burocráticas e, não reconhecendo a necessidade de profundas mudanças para fazer face à indisciplina e às violências, passa a atribuir parte de seus problemas aos adolescentes, usualmente tidos como “aborrescentes”, problemáticos e violentos.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 04A - Mídias e tecnologias.

Coordenadora: [Luciana Lobo Miranda](#) (UFC)

178



O SOFTWARE ALFABETIZAÇÃO FÔNICA NA PERSPECTIVA DA AVALIAÇÃO INTERATIVA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO.

Cristina Lúcia Maia Coelho (UFF)
crismai84@gmail.com

Aimi Tanikawa de Oliveira (UFF)
aimitanikawa@gmail.com

Thayslane Pereira Santos (UFF)
thayslaneleite@id.uff.br

Camila Pereira (UFF)
milapereira11@hotmail.com

No cenário escolar contemporâneo, o lúdico e a tecnologia tornam-se poderosas ferramentas de ensino. A pesquisa analisou a eficácia de uma intervenção psicopedagógica, através do *software* Alfabetização Fônica, na perspectiva da Avaliação Interativa, nas competências de leitura de alunos com deficiência intelectual da Fundação Municipal de Educação de Niterói. A metodologia, caracterizada como uma pesquisa empírica de caráter longitudinal, consistiu em uma aplicação de pré-teste e pós-teste com o instrumento PROLEC - Provas de Avaliação dos Processos de Leitura. O método da Avaliação Interativa, utilizado na intervenção aliado aos *games* eletrônicos destacou o papel do mediador na zona de desenvolvimento proximal dos alunos. Constatamos que a intervenção com o *software* Alfabetização Fônica - instrumento lúdico e computadorizado - se mostrou capaz de produzir, além da atitude motivacional, a decodificação e conversão de grafemas, o avanço nas atividades da consciência fonológica, na habilidade de leitura, nos processos léxicos, sintáticos e semânticos na amostra de alunos com deficiência intelectual. Estes resultados reforçam a crença na plasticidade e modificabilidade dos processos de pensamento, através de intervenções psicopedagógicas, podendo significar um ponto de partida essencial para a alfabetização de sujeitos com deficiência intelectual. O uso da tecnologia através de *softwares* lúdicos representa uma inovação no trabalho docente, quebrando um ciclo vicioso de sentimentos de frustração, baixo rendimento e histórico de multirrepetência entre os alunos com deficiência intelectual, na medida em que estes tendem a apresentar pouco domínio de estratégias de aprendizagem, tanto cognitivas quanto metacognitivas. Neste sentido, os aspectos afetivo-emocionais tornam-se relevantes, ativando habilidades metacognitivas e cognitivas.



LIMITES ENTRE O PÚBLICO E PRIVADO NAS RELAÇÕES DE ADOLESCENTES ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS.

Vanina Costa Dias (PUC-Minas)
vaninadias@gmail.com

Este estudo faz parte da pesquisa de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas, que tem como objetivo principal analisar como se dá os processos de subjetivação de adolescentes a partir de suas relações nas redes sociais virtuais. Adotando o diálogo metodológico entre a Cartografia e a Netnografia foi formado um grupo secreto no *Facebook* com adolescentes especificamente convidados para essa pesquisa, no qual foram discutidas temáticas pertinentes ao uso das redes sociais, buscando-se compreender como esse uso influencia no cotidiano desses jovens, e no processo de subjetivação dos mesmos. Nesse recorte da pesquisa minha intenção é mostrar de que forma, esse espaço virtual, cada vez mais frequentado pelos adolescentes, pode ser ao mesmo tempo um espaço público, no qual a ação e o discurso de cada um podem ganhar sentido na medida em que compartilham ideias e sentimentos comuns, e um espaço privado que se configura como um lugar do íntimo e da constituição de sua privacidade. Na pesquisa, ainda em desenvolvimento, e a partir dos conceitos de virtual e atual desenvolvidos por Deleuze (1996) e de espaço público e privado discutidos por Arendt (1981), já foi possível perceber que meninos e meninas constroem de forma diferenciada sua ação e expressão da vida pública e privada nos espaços compartilhados das redes sociais. Como analisa Arendt (1981), alimentamos todos os dias a necessidade de sermos ouvidos e vistos no espaço público já que isso nos garantiria uma espécie de realidade. A ampliação da esfera privada não a transforma em pública, pois estar na companhia dos outros parece ter perdido força, já que ficamos cada vez mais privados de ver e ouvir os outros, prisioneiros que nos tornamos de nossas subjetividades. Contudo, mesmo que a subjetividade da privacidade se prolongue e se multiplique no espaço da família e do quarto, esse mundo familiar não substitui a realidade dos aspectos apresentados a uma multidão de espectadores. Como temos visto, o que antes se poderia pensar como espaço privado, intimista, tem se publicizado através desses espaços virtuais proporcionados pelas redes sociais utilizadas pelos adolescentes a partir de seu próprio quarto. Aí os adolescentes ressignificam o mundo e as relações sociais, prolongando e multiplicando sua individualidade. Nas comunidades virtuais, mesmo que se configurem como uma comunidade simbólica, os adolescentes não estão desconectados do espaço concreto e das interações face a face. Nesse espaço virtual as interações têm sido construídas e, muitas vezes, facilitam a demonstração de intimidade e proximidade nas relações sociais. Trata-se de uma interação que é atravessada por discursos que se dão em um universo paradoxal que transita entre o público e o privado, no qual os adolescentes que navegam nesse meio virtual constituem sua subjetividade e provocam a emergência de um sujeito que, mesmo utilizando de equipamentos coletivos e publicizados, possui seu próprio discurso e se constituem como sujeito singular.



O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO COTIDIANO JUVENIL.

Andréia Ribeiro (Minas Cidades)
andreiaribeiro30@yahoo.com.br

Regina de Paula Medeiros (PUC-Minas)
repameca@pucminas.br

A proposta que apresentamos resulta da pesquisa realizada com jovens da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais frequentadores do Programa do Governo do Estado de Minas Gerais, conhecido como PLUG Minas – Centro de Formação e Experimentação Digital. O Programa atende jovens entre 14 a 24 anos, oriundos de escolas públicas e busca ajudar o jovem a construir um caminho colocando em prática o seu direito à cidadania e à participação. A pesquisa foi realizada entre março a outubro de 2012 com recursos da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) e foi desenvolvida no Laboratório de Pesquisas Sociais (LPS) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. As principais questões que norteiam o texto são: quais e de que forma os jovens utilizam os artefatos da cultura digital e quais são as possíveis representações juvenis sobre as tecnologias da informação e da comunicação? Para responder essas questões nossa proposta metodológica foi entrevista participativa dialógica com cinco grupos compostos por seis jovens. A entrevista participativa dialógica é uma técnica recomendada para pesquisas com jovens, que comumente, tem dificuldade para expressar sentimentos, avaliar determinados temas, de maneira especial àqueles considerados de fórum íntimo, e para avaliar e criticar posicionamento, escolhas e ações. É uma entrevista realizada em grupo formado por uma média de oito participantes, onde estes, por meio de atividades coletivas, expressam significados particulares. Por meio da interferência do pesquisador é incrementado um debate, com o propósito de facilitar a interação entre os membros do grupo. Essa técnica é geralmente realizada no período de 60 a 120 minutos com diferentes atividades, como, por exemplo, mapa de vida, exibição de vídeos, músicas, reportagens etc. Por meio das atividades, os temas de referências são apresentados e discutidos pelos jovens participantes. As análises não buscam discutir a forma como se desenvolve, por exemplo, a sociabilidade juvenil no ciberespaço, ou ainda, quais possíveis laços sociais podem ser construídos pelos jovens no ciberespaço. Nossa proposta centra-se em analisar o papel das novas tecnologias da informação e comunicação no cotidiano juvenil. Para isso, apontamos os recursos tecnológicos utilizados pelos jovens e os que são concebidos por eles como prioritários no dia a dia. Como desdobramento destacamos os tipos de usos/apropriações juvenis dos artefatos tecnológicos e quais representações eles constroem ao se apropriarem das novas tecnologias da informação e comunicação. Antes, portanto, definimos o que são as novas tecnologias da informação e comunicação e seus desdobramentos na vida social redundando no que hoje concebemos como cultura digital (LÉVY, 1999). Pudemos perceber que entre os artefatos da tecnologia da informação e comunicação o celular e a internet/computador são os mais utilizados pelo público juvenil. Para eles o celular serve “pra tudo... pra tudo” aproximando da concepção pensada pelo sociólogo Lemos (2005) ao considerar o aparelho como um “teletudo” e é a partir dessa percepção que analisamos o uso/apropriação do celular pelos jovens. Já os usos juvenis da internet foram examinados a partir das seguintes categorias, construídas considerando as falas desses sujeitos sociais: uso associado ao estudo; ao lazer/cultura e à autonomia.



**JOVENS E A WEB 2.0 –
REFLEXÕES SOBRE FORMAS DE DOMINAÇÃO NA INTERNET “LIVRE”.**

Débora Cavalcante de Figueiredo (UFC)
debora_figueiredo@hotmail.com

Thassio Queiroz de Araújo (UFC)
thassio@gmail.com

No contexto da veloz expansão das novas tecnologias – e, mais especificamente, da internet – nas sociedades capitalistas contemporâneas, a transição da chamada “Web 1.0” (ou “internet das empresas”) para a “Web 2.0” certamente representou uma das mais significativas mudanças no uso desses recursos. Se, em um primeiro momento, a internet era pautada pela produção unidirecional do conteúdo virtual, em que o usuário ocupava apenas o lugar de receptor/consumidor (Web 1.0), o que vem se configurando, de forma crescente, há alguns anos é um modelo em que o usuário é não apenas consumidor de conteúdo, mas também um potencial *produtor* (Web 2.0). Tal modelo tem permitido a proliferação de plataformas virtuais de conteúdo “livre”, conferindo ao usuário um crescente protagonismo nesses espaços, assim como uma interação direta entre esses usuários e empresas. Considerando-se a significativa preferência que a internet tem adquirido dentre as mídias utilizadas por jovens brasileiros (refletida em blogs, canais no *YouTube* e perfis em redes sociais), interessa-nos questionar a suposta liberdade transmitida pela Web 2.0, uma vez que se expandem e se sofisticam cada vez mais as formas de inserção da lógica produtiva na internet, muitas vezes travestidas de “parceria” ou “amizade”, cuja força motriz são as empresas. Nossa hipótese é a de que a maior “independência” dos usuários da internet não significa a abolição dos interesses lucrativos nesse meio, mas, antes, uma maior sofisticação das estratégias de marketing, na medida em que os negócios veiculados são travestidos por uma roupagem mais amigável e interativa. Partindo do referencial teórico-metodológico da Escola de Frankfurt, nosso estudo se fundamenta em conceitos centrais dessa teoria, tais como: a racionalidade instrumental, a indústria cultural e o princípio de equivalência, no contexto das novas formas de dominação travestidas de gratificação. O objetivo deste trabalho é propor reflexões sobre as novas estratégias de dominação as quais os jovens brasileiros estão expostos na internet. Trata-se de um estudo teórico-empírico, que parte fundamentalmente da contribuição de teóricos frankfurtianos (Adorno, Horkheimer, Marcuse), bem como de autores contemporâneos. Adotamos, como estratégia metodológica, a *abordagem micrológica* (Adorno), que se baseia na eleição de um detalhe contido no particular que é potencialmente revelador da lógica do “todo”, assim como a *pesquisa documental*, que propõe a utilização de materiais informais, mediante a compreensão do contexto sociohistórico em que estão inseridos, como potencialmente reveladores de sentidos e significados ocultos. Para fins deste trabalho, analisamos diversas fontes documentais, como textos da internet, notícias, vídeos e documentários. Após uma análise dos dados empíricos à luz da teoria adotada como referencial, concluímos que as novas estratégias de marketing na Web 2.0 favorecem a dominação por se apresentarem de forma sutil e aparentemente “vantajosa” para os jovens usuários de internet, uma vez que oferece diversas possibilidades de “gratificação”. Assim, ao se apresentarem de forma implícita ou prometerem prêmios “sem custo”, as referidas estratégias driblam a suspeita e favorecem uma adesão acrítica, submetendo os jovens usuários da internet aos interesses do mercado e consumando a dominação capitalista, já denunciada outrora pelos frankfurtianos.



PARA UMA EDUCAÇÃO QUANTO AO CONSUMO: INTERVINDO SOBRE PEÇAS PUBLICITÁRIAS.

Inês Hennigen (UFRGS)
ineshennigen@gmail.com

Atualmente, o consumo de produtos e serviços – sempre revestidos de significações, a acionar desejos, a acenar o desfrute de mais e mais experiências – guarda estreita relação com a constituição dos modos de ser, diferencia-se, valorizar, pertencer, relacionar-se: ele tem como que “pautado a vida” de todos nós. Sincronicamente, mundo afora, o crédito (nas suas variadas modalidades) é tecnologia financeira cada vez mais utilizada para viabilizar e ampliar o consumo, lhe desvinculando da posse (presente e/ou total) de recursos. Neste contexto, Hardt e Negri (2014) vão apontar o endividado – na acepção moral e financeira, pontuada por Nietzsche no clássico “Genealogia da Moral” – como uma das formas dominantes de subjetividade no contemporâneo. Tal cenário está longe de concernir somente aos adultos. Assim, importa conhecer a forma como adolescentes e jovens (que contam ou não com fonte própria de recursos) inserem-se na “roda” do consumo e do endividamento. Toda uma cultura do que e como consumir – porque, para que, quando, através de que recursos – está sendo continuamente forjada. Neste sentido, é pertinente pensar articulações com o campo da educação. No Brasil, apesar de o consumo figurar como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e de existir uma Estratégia Nacional de Educação Financeira, a abordagem desta questão parece recair sobre aspectos como direitos do consumidor, críticas (moralistas, individualizantes) acerca do consumismo e incentivo ao consumo consciente, e indicações pragmáticas sobre orçamento e investimentos. Em função disto, desenvolvo a pesquisa-intervenção “Vivências de consumo e crédito: falar, sentir e operar para criar” que tem como objetivo abrir aos jovens – entre 14 e 18 anos, cursando o ensino médio em escolas públicas – um espaço de discussão no que tange às suas vivências quanto a consumo e crédito, e intenta esboçar um quadro analítico sobre algumas das vicissitudes da relação juventude/consumo no contemporâneo. Um dos horizontes é traçar linhas para uma educação *quanto* ao consumo. No presente trabalho, primeiramente, contextualizo e descrevo as estratégias utilizadas na pesquisa para, durante as quatro rodas de conversa realizadas com os grupos de estudantes, colocar em questão o que aponto como campos tecnológicos e políticos relativos ao consumo no contemporâneo, a saber: a esfera midiática, fundamental, pois transversaliza os demais – focando em especial a publicidade; o crédito e a condição/situação de endividamento; e os movimentos críticos ao consumo, que colocam na ordem do dia noções como sustentabilidade, consumo ecológico, entre outras. Posteriormente, apresento alguns posicionamentos e materiais produzidos por grupos de estudantes de duas escolas em que a pesquisa já aconteceu no que tange ao trabalho acerca da publicidade, que comportava a intervenção ativa dos estudantes (inspirada no The Bubble Project) sobre peças publicitárias. Resultados, parciais uma vez que a pesquisa ainda está em desenvolvimento, são analisados à luz de diferentes linhas de problematização colocadas a partir do trabalho de Michel Foucault e pensadores que lhe são associados.



**CONVERGÊNCIAS E LIMITES:
O CELULAR COMO PLATAFORMA DE MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE GRUPOS EM MEIO
URBANO.**

Amanda Nogueira de Oliveira (UFC)
olivanog@gmail.com

Alexandre Almeida Barbalho (UFC)
alexandrealmeidabarbalho@gmail.com

Os âmbitos privado e público estão passando, há bastante tempo, por uma forte convergência. Hoje, vê-se essa situação acentuada ainda mais pelo uso cotidiano das mais variadas tecnologias de informação e comunicação. O uso de tecnologias, e mais especificamente móveis, tanto têm nos proporcionado vivenciar novos tipos de ambientes, não necessariamente localizados espacialmente, assim como proporcionado a interação e integração entre ambientes comunicacionais já existentes. Percebe-se, na contemporaneidade, a utilização maciça de tecnologias móveis, principalmente em meio urbano. O celular, provido de uma série de ferramentas e aplicativos, possíveis a partir de sistemas operacionais que se transformam em alicerces para tal, está configurado como uma ferramenta móvel de acesso possível entre as várias camadas e categorias sociais presentes em meio urbano. A partir desta perspectiva, será o celular uma plataforma possível de criação e fortalecimento de laços? Mais que isso, seria essa plataforma móvel um ambiente comunicacional propício para a formação e manutenção de grupos em meio urbano presencial? A proposta deste trabalho é tecer considerações acerca da utilização do celular como plataforma geradora e/ou mantenedora de encontro e sociabilização por adolescentes e jovens em meio urbano, entendendo as usabilidades geradas por esses atores e atrizes sociais, suas ações culturais, explorando a convergência deste ambiente comunicacional digital com ambientes comunicacionais presenciais. Para isso, os autores do artigo em questão dispõem da etnografia como procedimento metodológico, utilizado durante o acompanhamento de um grupo determinado pelos pesquisadores, nos ambientes de encontro criados por este grupo em Fortaleza, capital do Ceará. O artigo prevê a discussão em torno das usabilidades do celular por este público pesquisado, no que tange à potência do encontro, a partir de seu uso individualizado ou mesmo compartilhado, seja em seu âmbito privado ou em âmbito público, principalmente no que concerne às relações estabelecidas e as sociabilidades geradas entre o segmento acompanhado. Este trabalho traz elementos de um longo processo de pesquisa que objetiva culminar no trabalho dissertativo de um dos autores, produto necessário para a conclusão do Mestrado, o qual o pesquisador está vinculado como estudante, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC). Como quadro teórico de referência, os pesquisadores tomam como base autores como Machado Pais (1993), Abramo (1994), Freire Filho (2007), Barbalho (2013) e Diógenes (2008) para dialogar sobre juventudes; Simmel (1983), Magnani (1993) e Koury (2006) sobre sociabilidades e interação; Argan (1998), Telles (2006), Lefebvre (2011) e Sennet (2010) sobre cidade; e Martins & Silva (2004), Wolton (2012), Filho (2012) e Lemos (2002), sobre comunicação e cibercultura.



**A INFLUÊNCIA DO “INTERNETÊS” NA LINGUAGEM FORMAL:
UM ESTUDO SOBRE A LINGUAGEM DOS JOVENS NOS TEMPOS DA INTERNET.**

Ligia Claudia Gomes de Souza (UVA)
claudiapsisocial@gmail.com

Lucas Cardoso do Amaral Souza (UVA)
lucas.cas@yahoo.com

Carla Cardoso Carvalho (UVA)
carlacarcarvalho@hotmail.com

Ana Fátima Escorcio (UVA)
anaescorcio_@hotmail.com

A internet está presente em todas as mídias que estão acopladas aos corpos humanos, tais como: telefones, tablets, etc. Essas mídias têm produzido uma multiplicação dos espaços e a diminuição do tempo de circulação das informações, gerando uma instantaneidade que nunca havia sido vista na história da humanidade. As consequências dessas novas formas de relação podem ser observadas por qualquer indivíduo, mas especialmente tem se tornado um objeto de investigação frequente nas ciências humanas e sociais. Pensar as implicações dessa comunicação é algo importante para a Psicologia. O objetivo da presente pesquisa é o de levantar o impacto das trocas comunicativas feitas pela internet na comunicação e na escrita de jovens usuários. A hipótese que guiou essa investigação é que há uma passagem do modo de comunicação presente na internet para a linguagem falada e escrita. A fundamentação teórica desse estudo se localiza em autores que trabalham a questão da comunicação midiática contemporânea e seus impactos sociais. A investigação realizada trata-se uma pesquisa não experimental na modalidade de estudo descritivo, onde a amostra foi composta por 42 jovens, com representantes de ambos os sexos, em uma faixa etária entre 19 e 25 anos. O instrumento utilizado foi um questionário semiestruturado com 12 perguntas. A metodologia de análise realizada foi qualitativa e quantitativa, na primeira foi desenvolvida uma análise de conteúdo temática de Bardina (1977) e na segunda foi feita uma análise de percentual de respostas. Investigar essa realidade tem como principal contribuição à Psicologia a produção de conhecimentos sobre as relações humanas que, atualmente, se produzem a partir de uma multiplicidade de possibilidades, sendo a internet a ferramenta mais utilizada para essas trocas comunicativas atualmente. A pesquisa demonstrou que a maioria dos entrevistados utiliza termos da internet em seu cotidiano, mas que ainda preferem ler textos em jornais, livros ou revistas, por exemplo. O uso das expressões é bastante comum no ambiente virtual, mas isso tem se modificado, pois a maioria dos entrevistados já utiliza a linguagem do chamado "internetês" em outras ocasiões, o que confirmou a hipótese inicial da pesquisa. Os sujeitos se mostraram a favor do uso das expressões e abreviações provenientes da internet, mas acreditam também, em sua maioria, que essa nova linguagem atrapalha e desestrutura a linguagem formal que conhecemos. Essa nova linguagem foi amplamente citada como forma de ampliar a liberdade de expressão e reduzir as fronteiras físicas das pessoas. Contudo, acerca de estruturação da linguagem, as opiniões ficaram divididas, pois metade dos entrevistados acredita que essa nova forma de se comunicar tem destruído a linguagem, ao passo que a outra metade dos entrevistados percebe essa nova linguagem como complemento e construção da linguagem formal. Em resumo a investigação mostra a dualidade na forma como essa prática foi avaliada.

JOVENS YOUTUBERS: PROCESSOS DE AUTORIA E APRENDIZAGENS CONTEMPORÂNEAS.

Lucineia Batista (UNIRIO)
lucineiasbatista@gmail.com

A partir da convivência com jovens, observei que despendiam um tempo muito grande assistindo a canais do YouTube, especialmente a canais de outros jovens que faziam vídeos. Jovens que tinham centenas de seguidores (inscritos) que assistiam regularmente ao que produziam em seus canais, alguns até com até milhares de visualizações por vídeo. Comecei a me perguntar: quem seriam esses produtores de audiovisual? Que tipo de vídeos produziam? Como produziam, por que e com que intenção? Como e onde aprenderam a fazer vídeos? Daí nasceu a pesquisa que teve o desafio de ampliar o conhecimento sobre um comportamento social que desponta nas sociedades urbanas contemporâneas: produzir vídeos próprios a partir de recursos tecnológicos domésticos e que, na maioria das vezes, são colocados em circulação para audiências abertas ou fechadas em ambientes virtuais de compartilhamento, como o YouTube. Utilizando metodologia qualitativa, foram selecionados sete jovens produtores de vídeo, pelo sistema de investigação em rede (no qual um indica o outro), moradores de grandes centros urbanos em três estados - RJ, SP e PE - para a realização de entrevistas adensadas. Assumindo uma perspectiva etnográfica, também se buscou observar, por sete meses, imagens, escritas, ícones, fluxos e sentidos atribuídos pelos jovens sobre sua produção e o entorno que deriva daí. E, ainda, os dados objetivos, como número de vídeos produzidos, visualizações etc. Levantaram-se aspectos sobre o que levam os jovens a se relacionar com o audiovisual e apropriar-se dele, criando e recriando produtos culturais que põem em circulação, analisando quatro eixos: o quê, porque e como produzem, e os usos que fazem de sua produção. A perspectiva teórica deste estudo apoia-se nos Estudos Culturais Latino-americanos, que considera os sujeitos como produtores de cultura, deslocando o olhar para as práticas vividas no cotidiano, que se produzem, circulam e se consomem na história social (CANCLINI, 2005). A pesquisa entende a cultura em sentido plural – culturas –, mundializada (ORTIZ, 2007) em circuitos globais, transnacionais, cada vez mais imaterial (OROZCO-GÓMEZ, 2010) e hibridada (remixada), englobando a cultura de massa, as culturas de grupos específicos, a popular, a cibercultura. Inclui, portanto, os jovens produtores de audiovisual e seus vídeos, que podem ser vistos como signos de pertença à sua condição juvenil e produtos prontos a serem consumidos. Para as análises sobre as práticas da cibercultura-remix, recorri a André Lemos, Nelson Pretto, Inês Amaral e Henry Jenkins. As discussões de Regina Novaes, Dayrell e Nilma Gomes contribuíram para afinar a abordagem junto aos sujeitos da pesquisa. Os jovens investigados cresceram num ambiente hipermidiático, assumindo comportamento (inter) ativo, (inter) conectado e participativo. Todos possuíam canais na plataforma YouTube, construindo redes de relacionamento, de aprendizagens, de produção e de compartilhamento de vídeos. Assumiam um comportamento responsável enquanto comunicadores e se reconheciam intuitivamente enquanto produtores de um conhecimento que eles detinham (e queriam compartilhar) e que importava para outros, alterando o olhar que tinham sobre si mesmos. O trabalho apresenta os achados da pesquisa sobre a experiência de ser *youtuber*, que encerra em si aprendizagens significativas de natureza diversas e trouxe muitas questões para reflexão.



LAN HOUSES, SMARTFONES, DOWNLOADS, BLUETOOTH: COMPARTILHAMENTOS DE ARQUIVOS E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO SEXUAL ENTRE CRIANÇAS E JOVENS.

Tacinara Nogueira de Queiroz (UFPE)
tacing@hotmail.com

Luís Felipe Rios (UFPE)
lfelipe.rios@gmail.com

Nosso interesse é compreender a subjetivação sexual, enfocando as novas dinâmicas envolvendo tecnologia, mídia e informação no contexto das relações coletivas de grupos de pares de crianças e jovens. A proposta é pensar como estes elementos se inter cruzam na composição de cenários, roteiros e cenas sexuais. A importância desse estudo também reverbera na possibilidade de fazer dialogar teorias do campo da infância e juventude com teorias do campo da sexualidade e sobre Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), considerando Crianças e jovens agentes do processo de se tornarem sujeitos sexuais. As pesquisas que envolvem TIC, no campo das Ciências Humanas, voltam-se na maior parte para educação e questões de saúde, a temática sobre sexualidade não vem sendo discutida apesar dos conteúdos sexuais que circulam nas redes *online*. A discussão de tecnologias, atrelada à sexualidade, já pôde ser apontada durante pesquisa de mestrado realizada em 2012, quando foi possível acessar a experiência cotidiana de estudantes de ambos os sexos de uma escola pública com idades variando dos nove aos treze anos sobre os usos das TIC, e que tem sido aprofundada atualmente abordando jovens de ensino médio. Em relação às crianças, a troca de experiência entre elas era consolidada pelo compartilhamento dos estilos de música, programas, televisão, internet, entre outros, os quais permitiram conhecer melhor seus desejos e prazeres. Os celulares e a internet eram fortemente utilizados na subjetivação sexual. Ainda que, em geral, não tivessem acesso à internet em casa, elas utilizam-se de *lan houses* para se conectar. Nas *lans*, acessavam redes sociais, compartilhando conteúdos que tivessem curtido, e passavam os de maior interesse para o celular por *download*. Do celular, o conteúdo migrava para o amigo via *bluetooth*. Do mesmo modo, tornava-se, em certos momentos, o ponto de convergência de interações *off-line* entre os sujeitos. Foi comum ver grupos reunidos na escola, tendo no centro um celular com alguma imagem sendo passada, uma música tocada, um vídeo assistido, entre outros. Com o celular, eles produziam fotos, som e vídeo que eram postados em redes sociais *online*. Nesse contexto, esse aparelho parece tornar uma fonte de “compartilhamento” e um grande multiplicador de “arquivos”, que possibilitam disseminar diferentes roteiros sexuais para outros universos. A pesquisa com crianças no contexto escolar apontou que considerar o papel das tecnologias de informações e comunicações na vida sexual implica transpor as características técnicas dos meios, para envolver um entendimento de condições sociais e culturais de contextos específicos, nos quais estavam inseridos. Além de compreendermos como esses aparatos tecnológicos tem ação e são acionados na intersecção com os marcadores sociais. Um contexto de reflexão em que tanto ciência como tecnologia são tomados como sendo emersos da sociedade e nela são aplicados, o que desencadeiam novas formas de relações sociais e práticas culturais.



ENTRE O LÍQUIDO E VAPOR: O CONSUMO ATRAVÉS DO FACEBOOK.

Thiago Mena Barreto Viana (UFC)
thiagombv@gmail.com

Janderson Amorim Sousa (UFC)
jander@prograd.ufc.br

Para Baudrillard (1995, 47), “a felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo”. Neste sentido, buscamos no *Facebook*, rede social em que os usuários primam pela exposição de situações de júbilo, acompanhar o perfil de oito jovens – quatro mulheres e quatro homens – com idades entre 18 e 24 anos, no período de 26 de maio a 1º de junho de 2013, com a finalidade de percebermos seus hábitos de consumo cultural. Filmes, livros, músicas, seriados foram alguns dos elementos formativos que compuseram suas identidades culturais e foram reveladores das máscaras sociais (GOFFMAN, 2011) que buscaram construir e expor. A coleta foi realizada após contato direto com os jovens que autorizaram a documentação de seus perfis. Estes foram escolhidos por meio de campanha organizada pelo GRIM junto a estudantes dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Ceará (UFC). Em meio aos voluntários, escolheu-se aleatoriamente os participantes para este estudo. A aleatoriedade também foi o princípio utilizado para seleção do período analisado. Este estudo, vale ressaltar, configurou-se enquanto um desdobramento da pesquisa “Jovens e consumo midiático em tempos de convergência”, que é fruto de parceria entre o GRIM, na figura das profas. Dras. Inês Sampaio (UFC) e Andrea Pinheiro (UFC), e a profa. Dra. Nilda Jacks (UFRGS). Assim, iniciamos nossas análises a partir do pensamento de Canclini (2008, p. 60) que compreende que “o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos”. Produtos estes percebidos por meio das postagens e/ou curtidas em páginas de bens culturais (BOURDIEU, 2013) das mais variadas naturezas. Estes, por sua vez, denotam o pensamento de que “os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los” (BOURDIEU, 2013, p. 297). Posto isso, verificamos nas publicações desses jovens elementos que distam e aproximam identidades – tal qual pensado por Hall (2003), aglutinam e segregam grupos e configuram, assim, o mosaico multifacetado que formam cada um desses indivíduos analisados. Percebemos, portanto, com Hall (2003), o caráter das culturas juvenis, expressas por intermédio de seus hábitos de consumo, enquanto um conjunto de produções que transformam e reconfiguram seus *ethos* sociais. As análises dos perfis no *Facebook* ainda nos revelam o fenômeno do multiculturalismo presentes através dessas novas formas de consumo, ou seja, os jovens exibem seus gostos por bens simbólicos que não necessariamente foram adquiridos pelos mesmos, reforçando, outrossim, nosso pensamento de formação de máscaras utilizadas por tais atores sociais que encenam, no virtual, experiências nem sempre vividas, porém desejadas. Com base nisso, concordamos com Hall (2003, p. 44) que “as identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera”, ao que reiteramos com Bauman (2008) ao nos falar das sociedades líquidas-modernas, ou, mais ao extremo, ao corroborarmos com Berman (1986) e sua vaporização da sociedade moderna.



**JUVENTUDE, MÍDIA E EDUCAÇÃO:
NOVAS TECNOLOGIAS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE
FORTALEZA.**

Mauro Michel El Khouri (UFC)
maurokhouri@gmail.com

Luciana Lobo Miranda (UFC)
lobo.lu@uol.com.br

O presente estudo é fruto de pesquisa-intervenção realizada em uma escola pública de Fortaleza, e tem como objetivo problematizar os usos das novas tecnologias em ambiente escolar e sua atuação na produção de subjetividade com estudantes e educadores. Assume contribuições teórico-práticas de pensadores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, sobretudo no que se refere à concepção de sujeito e subjetividade; fundamenta-se em conceitos-ferramenta da Análise Institucional francesa, como *implicação*, *restituição* e *analisador*, e da cartografia; e ampara-se em Paula Sibilia para conceber a escola como tecnologia de época, que vive hoje na sociedade de controle produzindo sujeitos num contexto institucional de conflito entre práticas disciplinares e jovens conectados. A pesquisa contou com uma oficina de produção de vídeo com onze participantes, além de observação de campo e conversas informais com estudantes e educadores. Três restituições foram realizadas ao longo de todo o processo, sendo a última com os educadores da Escola. Filmadoras e câmeras fotográficas foram utilizadas para documentar as atividades. O vídeo surgiu como dispositivo de pesquisa, atuando ativamente na produção de dados e na transformação da realidade. Como pesquisa-intervenção de base cartográfica, o estudo se caracteriza por um pesquisar *com*, em que se prioriza o acompanhamento do processo, bem como o encontro singular entre pesquisadores, escola e sujeitos de pesquisa. A análise dos resultados apontou para a produção de alguns analisadores, que surgiram no contexto da pesquisa. Os analisadores sinalizaram tensão entre conectividade juvenil e disponibilidade institucional no acesso aos recursos das novas tecnologias; e apresentaram a forma como consumo, apropriação e produção midiática por parte dos jovens é atravessada pela relação educador-estudante. O celular do tipo *smartphone* apareceu como figura central na produção de dados, como equipamento pessoal portátil com funções múltiplas capaz de manter os jovens em conexão permanente. O estudo problematizou a forma como a utilização das novas tecnologias na Escola é atravessada por relações que envolvem poder e resistência, intensificando a cultura da vigilância e do controle. No entanto, observou-se que a utilização dos regimes de visibilidade na internet por parte dos jovens não está ligada apenas à vigilância, mas também ao lazer e à sociabilidade. A hiperconectividade e a comunicação virtual, especialmente através da utilização das redes sociais, estão presentes no ambiente de ensino, participando ativamente da produção de subjetividade e sinalizando outras formas de sociabilidade na escola pesquisada, em que a publicização da intimidade aparece como vetor fundamental da relação entre os jovens.



**SOCIABILIDADES E JUVENTUDE:
ANÁLISE DAS NOVAS FORMAS DE INTERAÇÃO ENTRE OS JOVENS DE UMA ESCOLA DO ENSINO
MÉDIO A PARTIR DO FACEBOOK.**

Antonia Zeneide Rodrigues (UFRN)
zeneiderodrigues290@gmail.com

Francisco Alencar Mota (UVA)
alencarmota@uol.com.br

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada em meio a estudantes do ensino médio da rede pública em uma cidade no interior do Ceará, selecionados mediante critérios objetivos de acordo com os interesses da pesquisa, que tinha como tema geral as chamadas “novas sociabilidades”, referindo-se às relações interpessoais que surgiram com a internet e, em seguida, as redes sociais destacando-se aqui mais especificamente o Facebook. Este foi selecionado em função de sua massificação e apropriação por diversos segmentos sociais, ao longo dos últimos anos, sobretudo os jovens, conforme as estatísticas atestam, visando, atualmente, os mais diversos fins – profissionais, sociais, afetivas, servindo-nos a expressão “relações interpessoais” para compreender o conjunto de todas essas formas de interação desenvolvida nessa rede, evidenciando a dimensão mais cotidiana dessas relações. Discute-se até que ponto e em que sentido podemos atribuir a essas interações o termo sociabilidades, e, em sendo o caso, em que sentido tais sociabilidades desenvolvidas em meio às redes sociais, compreendidas aqui enquanto relações interpessoais, são de fato novas, quando em comparação às relações “tradicionais”, entendidas estas como relações presenciais face-a-face. De outra forma, até que ponto estas últimas são muito mais redefinidas em função das primeiras do que mesmo superadas, implicando uma reanálise das noções de tempo, espaço, público, privado, bem como os sentidos de termos tais como “amizade”, interação, dentre outros, tão presentes na linguagem desenvolvidas a partir das redes sociais. Diversas categorias fundamentam teoricamente o trabalho e servem de subsídio à compreensão do tema, dentre as quais: “Nativos Digitais” e “Imigrantes Digitais”, trazidos por Palfrey e Gasser para se referirem às gerações que nasceram ou se adaptaram, respectivamente, à essa nova cultura; cibercultura, ciberespaço, discutidas por Lévy, e “sociabilidade” trazida por Simmel, dentre outros como juventude, redes sociais, realidade, virtualidade, buscando-se uma articulação significativa entre si. A pesquisa se subsidiou metodologicamente de uma combinação de métodos e técnicas, dentre as quais a aplicação de questionários, grupos focais e entrevistas individuais semiestruturadas. Pode-se levar em conta, que as redes sociais têm fundamental influência na sociabilidade dos jovens estudantes, que as utilizam. A exposição exacerbada de si mesmo, como forma de pertencimento ao grupo. O estar mais próximo, devido à redução das distâncias. Em contrapartida, também foi ressaltado, que os jovens ficam no mínimo divididos entre as relações de presença física e as virtuais, pois, as duas acontecem concomitantes. São questões que permeiam o dia-a-dia de quem está conectado.

190



A RÁDIO DA ESCOLA NA ESCOLA DA RÁDIO: EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E PROTAGONISMO JUVENIL.

Kátia Soane Santos Araújo (UNEB)
katiasoane@gmail.com

Tarsis de Carvalho Santos (UNEB)
ths.carvalho@hotmail.com

Silvia Leticia Costa Pereira Correia (UNEB)
sil.lete@gmail.com

Conhecer e estudar o Lugar e sua dinâmica é um exercício de entendimento das singularidades que compõe nossa identidade e pertencimento. Deste modo, o presente texto objetiva apresentar os pressupostos teórico-metodológicos do projeto “A Rádio da Escola na Escola na Rádio”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Geotecnologias, Educação e Contemporaneidade (GEOTEC), vinculado a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), realizado num Escola Municipal da Rede Pública de Ensino de Salvador/BA, a partir dos movimentos construídos no desenvolvimento da proposta de pesquisa/intervenção, com alunos e professores da educação básica, e que mobiliza jovens de 09 a 14 anos que cursam o Ensino Fundamental II. As bases epistemológicas que alicerçaram essa proposta envolvem diversas categorias, sendo aqui destacadas a Educação Científica e o Protagonismo Juvenil. Discute-se os princípios da pesquisa como potencial do protagonismo juvenil, ressaltando os elementos da cultura dos jovens, tais como: linguagem, comportamento, ideologias, gostos e influências, o que por sua vez, possibilita agregar elementos do processo formativo, não se esgotando na sala de aula e rompendo as barreiras do ensino formal sendo a todo tempo mobilizado pela compreensão de ser/estar no mundo, permitindo um educar contextualizado com a experiência, prática e vivência dos jovens em idade escolar, a partir da pesquisa. Assim, a exploração e compreensão da história, manifestações culturais, sociais e estruturais que compõe o lugar potencializado pelo redimensionamento das geotecnologias e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), desenvolvendo através do ato educativo o processo investigativo, que consiste em levantamento/análise das características que constitui os espaços vividos, percebidos e concebidos. Os pressupostos teóricos estão fundamentados a cerca das TIC e Educação (LIMA JR; HETKOWSKI; PRETTO; LEMOS; LEVY); sobre a construção do conhecimento e fazer científico preconizando a Educação Científica (DEMO; SOUSA SANTOS; FOUCAULT; ARAÚJO; FEYERABEND); Sobre Infância e Juventude (CASTELLS; MAFFESOLI). A metodologia adotada nesta pesquisa é a pesquisa aplicada, com abordagem participante, agregando e possibilitando aos participantes serem autores e atores da construção do conhecimento, pensamento autônomo e crítico. Portanto, o projeto da rádio mobiliza os jovens pesquisadores a compreenderem a sociedade que o cerca através do exercício dialógico, investigativo e prático convergindo os conteúdos escolares formais com o cotidiano vivenciados na comunidade. Uma forma de ressaltar a sua capacidade criativa perante aos processos sociais advindo dos espaços vividos e inaugurado por forma outra de ser fazer ciência.



PROTAGONISMO JOVEM NA MÍDIA DIGITAL: A INICIATIVA POLÊMICA DO “DIÁRIO DE CLASSE” DE ISADORA FABER.

Mayra Fernanda Ferreira (UNESP)
mayraunesp@yahoo.com.br

O presente trabalho visa debater o protagonismo dos jovens no ciberespaço por meio das redes sociais digitais, tendo como objeto de análise o “Diário de Classe”, página no *Facebook* de autoria da adolescente Isadora Faber. Criado em 2012, o diário teve uma repercussão nacional e internacional a partir das denúncias e das críticas que a jovem fazia a sua escola pública em Florianópolis e, conseqüentemente, ao ensino público brasileiro. A adolescente foi considerada uma *ombudsman girl* e exemplo de ativismo em prol da educação brasileira, inspirando outros “diários” pelo Brasil e incitando a discussão sobre a legitimidade da ação de crianças e jovens no espaço público, seja ele mediado ou não pelas tecnologias e suas redes sociais. Tendo em vista as características apontadas por Dan Tapscott sobre a geração digital, é fundamental refletir sobre a apropriação que os integrantes dessa geração têm em relação aos artefatos tecnológicos, explorando as potencialidades de usos e as interações existentes. Além disso, dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil e da pesquisa Juventude Conectada, da Escola do Futuro (ECA/USP) em parceria com a Fundação Telefônica-Vivo, indicam que os adolescentes correspondem ao grupo de maior acesso e acessibilidade às redes digitais, tornando-se produtores de conteúdos nesses ambientes. Nessa perspectiva, a questão da autoria possibilitaria o exercício do direito à liberdade de expressão, uma vez que o jovem conquistaria um espaço de expressividade e também de valorização de suas falas e atitudes por si próprio, como propõe Paulo Freire. Com o objetivo de compreender esse protagonismo social de uma juventude na e em rede, Isadora Faber e o sucesso de sua página, com cerca de 600 mil seguidores e atualizações constantes ainda em 2015, é um exemplo a ser analisado pela ótica da comunicação em sua interface com a educação, já que a partir de uma rede social digital a jovem fundou uma ONG com o slogan “determinação + vontade = Brasil Melhor” que atua em projetos educacionais e em práticas educacionais. Partindo desses apontamentos, este estudo destaca o empoderamento juvenil das tecnologias e sua extensão para a vida cotidiana, entendendo o jovem enquanto um cidadão crítico e um usuário ativo das mídias, demonstrando seu potencial para agir em prol da transformação da realidade. A partir das postagens de Isadora, houve melhorias em sua escola; a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina teve que se explicar; destacou-se o ativismo da adolescente em meio a jovens líderes em suas comunidades; demonstrou-se que a ferramenta digital não é apenas um canal de interações descomprometidas. Esses fatores nos levam à defesa de uma juventude conectada a interesses sociais e protagonistas de uma história coletiva para produção e compartilhamento de ações e reflexões com potencial de intervenção social.



**PROBLEMATIZANDO AS SUBJETIVIDADES EM TERMOS DE INTERNET:
O USO DAS REDES SOCIAIS ENTRE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PRIVADA DO RIO DE
JANEIRO.**

Leonardo Bernardino Maggioni Barretto (UNISUAM)
maggionileonardo@yahoo.com.br

Giselle Santos (UNISUAM)
gisellesvaz@gmail.com

Marcos Nascimento (UNISUAM/Fiocruz)
m2nascimento@gmail.com

O uso das redes sociais através da internet vem ganhando cada vez mais visibilidade no Brasil e em todo o mundo, provocando mudanças importantes nas formas de comunicação e interação entre as pessoas e na construção e manutenção de vínculos interpessoais (BAUMAN, 2012). Com o propósito de compreender esse panorama atual, realizamos em 2015, uma pesquisa qualitativa relativa à influência do uso de mídias sociais na produção da subjetividade de adolescentes de ambos os sexos por meio dos seus discursos referentes a diferentes temas como vínculos de amizade, pertencimento a grupos de pares, busca por popularidade e geração de conflitos pelo uso das redes sociais. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unisuam. Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de grupo focal (GOMES *et al.* 2009). Participaram 14 adolescentes, sendo sete garotas e sete garotos, com faixa etária entre 15 e 17 anos, estudantes de uma escola privada localizada na Zona da Leopoldina na cidade do Rio de Janeiro. Para a análise, utilizamos o método da análise de conteúdo (MINAYO, 2000), apoiando-nos nos referenciais teóricos de Bauman (2001) sobre modernidade líquida e de Toneli-Siqueira sobre produção de subjetividade e gênero (Toneli-Siqueira 2008). A análise mostra que os/as adolescentes usam o Facebook (FB) como sua principal rede social e a acessam preferencialmente via telefone celular. Para as garotas, o uso do FB implica um reconhecimento social através do sentimento de pertencimento (ou não) a um determinado grupo e a formação da sua imagem pública. Para os garotos, o uso do FB parece estar mais associado ao lazer e às competições ligadas aos jogos online. Para as garotas, o uso do FB termina por gerar conflitos envolvendo namoros e relações de amizade entre suas amigas; para os garotos, esses conflitos são marcados pela “zoação” entre seu grupo de pares, sobretudo no que se refere ao desempenho nos jogos online. Contudo, há situações comuns a ambos os grupos: o uso do tempo dedicado à rede social; o desempenho de atividades simultâneas como fazer tarefas escolares, escutar música e estar conectado ao FB; a adoção de regras (às vezes explícitas, às vezes implícitas) para as postagens e comentários acerca de postagens alheias, entre outras. Nesse sentido, o trabalho de Bauman nos ajuda a pensar de que forma as tecnologias e ferramentas de comunicação influenciam a subjetividade desses adolescentes, contribuindo para a formação de uma sociedade cada vez mais “líquida” em que o imediatismo, o efêmero e a volatilidade dos laços sociais parecem ser a marca dos novos tempos.



**"NATIVOS DIGITAIS", "GERAÇÃO INTERNET", "GERAÇÃO @", "HOMO ZAPPIENS",
"CIBORGUE": OS/AS JOVENS E SUAS RELAÇÕES COM AS TECNOLOGIAS DIGITAIS.**

Aline Gonçalves Ferreira (UFMG)
linegferreira@hotmail.com

Shirlei Rezende Sales (UFMG)
shirlei.sales@hotmail.com

Os tempos atuais estão marcados pela intensa presença das tecnologias digitais e das conexões que as pessoas fazem com elas. Os/as jovens se mostram intimamente conectados/as ao ciberespaço e transformados/as cotidianamente por meio dessa relação. Essa conexão altera os modos de agir, pensar e viver da juventude, assim como as relações que estabelecem com o tempo e espaço. Este trabalho é parte do resultado de uma pesquisa de monografia intitulada: *Juventudes conectadas no Ensino Médio: um balanço da produção discente na pós-graduação sobre juventudes, tecnologias e ensino médio*. A pesquisa bibliográfica foi utilizada como metodologia desta pesquisa. Analisamos dezoito trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação de todo o Brasil, entre teses e dissertações, sendo que essas pesquisas foram encontradas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As questões que norteiam as análises são: como a juventude é descrita nas produções discentes da pós-graduação em Educação? Como as relações que os/as jovens estabelecem com as tecnologias digitais são descritas nas teses e dissertações? Como vivem os/as jovens inseridos na sociedade pós-moderna, de acordo com as pesquisas analisadas? Como são descritas suas relações com as mídias? Qual o lugar que as tecnologias digitais ocupam na vida dos/as jovens e como as relações dos/as jovens com o ciberespaço são estabelecidas e como são tratadas nas produções analisadas. Desse modo, este trabalho tem por objetivo discutir como é descrita a relação dos/as jovens com as tecnologias digitais e os principais conceitos utilizados para nomear esses/as jovens que vivem conectados/as ao ciberespaço. Pode-se afirmar que o primeiro resultado desta pesquisa é de que os/as jovens aparecem e são analisados/as de diversas formas nas produções pesquisadas. Os/as autores/as os/as nomeiam de diferentes maneiras e com sentidos variados, tais como: "Geração Internet", "Geração Net", "Geração Digital", "Ciborgue", "homo zappiens" e "Nativos Digitais". Grande parte dos conceitos utilizados para descrever os/as jovens remete à íntima relação que eles/as estabelecem com as tecnologias digitais e ao tempo que permanecem conectados/as no ciberespaço. Em muitos trechos das produções discentes analisadas, percebem-se as referências que os/as autores/as fizeram à relação dos/as jovens com o ciberespaço, com a cultura da internet, bem como com as tecnologias digitais. Muitos/as autores/as descreveram essa relação dos/as jovens com a cibercultura como pertencente às culturas desses sujeitos. Também foram encontradas reflexões que questionavam o uso das redes sociais e demais ambientes do ciberespaço pelos/as jovens e afirmavam que, em alguns momentos, tais usos não possuíam caráter formativo, ou seriam "superficiais" e "não significativos". Dessa forma, analisou-se neste trabalho como os/as pesquisadores/as descrevem as relações dos/as jovens com as tecnologias, por meio dos resultados de seus trabalhos.



GERAÇÃO Z: SUJEITOS E SUBJETIVIDADES EM AMBIENTES VIRTUAIS.

Gilberto Pereira Fernandes (MPEJA-UNEB)
bragilgil@hotmail.com

Maria Olivia Matos Oliveira (UNEB)
mariaoliviamatos@gmail.com

Geração Z é uma definição sociológica utilizada para definir a geração de pessoas nascidas a partir década de 90 até o ano de 2010, embora haja uma certa resistência entre alguns estudiosos em usar termos muito fechados para definir povos, regiões ou gerações. Um dos objetivos desse artigo é analisar as subjetividades e singularidades dos sujeitos da geração Z, muitas vezes rotulados como nativos digitais, pelo fato de estabelecerem desde muito cedo uma familiaridade com a World Wide Web (WWW), uma vez que realizam desde a infância, compartilhamento de arquivos de multimídia de convergência digital em ambientes virtuais e atividades digitais síncronas e assíncronas, utilizando para isso computadores, tablets, ipods, e telefones móveis com funcionalidades diversificadas que permitem uma comunicação ubíqua mediatizada. A metodologia de pesquisa é de cunho bibliográfico e prima por construir uma relação dialógica com pesquisadores na área das tecnologias midiáticas e saberes da juventude, entre eles: Bonilla & Pretto (2011); Castells (2002); Freire (1996); Larrosa (2010); Lemos (2004); Levy (1999); Mannheim (2001); Matos Oliveira (2012); Silveira (2010) Santaella (2013); Zygmunt Bauman (2001). Para melhor caracterizar as juventudes da Geração Z, passearemos por temas como as relações intersubjetivas, a visibilidade, e ambivalências da privacidade na era digital, afim de que possamos traçar uma tessitura dessa geração cuja principal nuance é zapear, o que originou o Z. Um aspecto comum dessa juventude e que cristaliza os comportamentos é a forma como eles mudam multiplamente de mecanismos de comunicação e interação em situações fluidas, de forma que vão de um canal para outro na televisão, vão para a internet, desta para o telefone, do telefone para o vídeo e retornam à internet, ou fazem tudo ao mesmo tempo. Esse comportamento gera uma mudança de perspectiva rapidamente, trocando de uma visão de mundo para outra, na vida. Essa hipermobilidade conectada gera inúmeras ubiquidades, de informação e comunicação, as quais trazem um desafio para a Geração Z, a qual terá que aprender a separar 'o joio do trigo', o que não se consegue resolver indistintamente dos deslocamentos dos ambientes virtuais e das temporalidades; a maturidade.



PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E SOCIABILIDADE NO JOGO VIRTUAL *LEAGUE OF LEGENDS*.

Valéria Freire de Andrade (PUC-Minas)
valeriafreireandrade@gmail.com

Cínthia Demaria (PUC-Minas)
cikademaria@gmail.com

Atualmente nos jogos virtuais, temos observado a construção de personagens, cuja história e recursos visuais não podem ser atribuídos ao verdadeiro perfil do usuário. A construção da personagem pode ser entendida como um processo que esconde aspectos da identidade do seu controlador como nome, sexo, idade, profissão e características físicas; e, ao mesmo tempo, simula traços típicos de identificação, mesmo que com um grau de afastamento ou aproximação entre o eu e a personagem. Isso nos faz pensar quais seriam os efeitos, nas construções subjetivas e coletivas, dessa nova forma dos usuários relacionarem-se e representarem-se socialmente através da internet. Além disso, as formas de jogos são inevitavelmente articuladas a uma determinada cultura, tempo e espaço. Nossa proposta é compreender e analisar os processos de subjetivação possibilitados pelo uso dos jogos virtuais, especificamente no que diz respeito à criação das personagens, bem como entender e analisar os jogos virtuais no contexto do mundo contemporâneo. Pautando-nos em Huizinga, no clássico livro *Homo Ludens* (2000), vimos que o jogo abre uma brecha, um intervalo no cotidiano, no sério do cotidiano; abre um leque de possibilidades, além das responsabilidades do cotidiano. Todavia, também, em todo jogo, há regras e estratégias colocadas e que devem ser cumpridas. Para esta pesquisa, selecionamos o jogo *League of Legends* – LoL, por ser um jogo gratuito, o que possibilita seu acesso a um número grande de pessoas e ser bastante popular atualmente. O LoL é um jogo online competitivo que mistura a velocidade e a intensidade de um RTS (*Real Time Strategy* ou estratégia em tempo real), o que nos remete ao jogo de regras, com elementos de RPG (*role-playing game* ou jogo de interpretação de personagens), o que nos reporta ao jogo simbólico. Construímos um questionário que foi respondido por 298 jogadores do *League of Legends*. A aplicação do questionário ocorreu online, ou seja, foi enviado para sites e blogues em que os jogadores se encontram, discutem a respeito do jogo, seus personagens, as partidas, trocam informações e se comunicam, marcando partidas, encontros presenciais e participações em campeonatos. A maioria dos entrevistados tem entre 15 e 18 anos de idade e é do sexo masculino. O jogo ocupa uma boa parte do tempo dos respondentes, podendo chegar a dez horas semanais. A maior motivação é o prazer/diversão, mas a competição também é importante. Os personagens são escolhidos, de um modo geral, por suas habilidades, mas os jogadores costumam trocar de personagens em diferentes partidas. Muitos jogadores estabelecem relações entre si a partir do jogo, chegando, muitas vezes, a relacionarem-se no espaço presencial e não apenas no virtual, apontando, assim, para o caráter de sociabilidade que o jogo tem.



JOVENS EM TEMPOS DE CEGUEIRA BRANCA.

Tassiana Carli (UNESP)
tassiana.carli@gmail.com

Nelson Pedro-Silva (UNESP)
nelsonp1@terra.com.br

Vivemos em tempos de crise moral e ética. Por esse motivo, realizamos estudo sobre as condutas dos jovens na atualidade. Buscamos defender a tese de que tais sujeitos - devido ao excesso de informação possibilitada pelos meios eletrônicos (internet, celular e congêneres) – estão sendo inseridos num quadro de “cegueira”. Para isso, analisamos a obra *Ensaio Sobre a Cegueira* de José Saramago, tendo como parâmetro a psicologia das virtudes. O clássico retrata as sociedades pós-industriais por meio de alguns de seus personagens típicos: o executivo estressado; o jovem ladrão; o médico, que se julga o sábio; a mulher do médico, que timidamente questiona o mundo de sábios e sem amor; a prostituta, que aparentemente vende o seu corpo como opção; o cego de nascença; o policial que se considera acima da lei; o homem machista e hipócrita; entre outros. Repentinamente, os referidos habitantes são tomados por uma cegueira branca, que difere da amaurose (treva total). Quando segregados em um manicômio, as personagens inicialmente buscam se unir. Com o passar dos dias, elas começam a se dividir em dois grupos: um que busca construir uma comunidade, e outro que visa a implantar o autoritarismo e a barbárie (dentre elas, a violência sexual e a não divisão do alimento). Em ambos, encontram-se jovens e velhos, sobre os quais observaremos as diferenças de valores morais, porém tendo como foco os primeiros. Auferimos que, por meio do citado romance, o autor busca criticar a sociedade atual, fundamentalmente dividida entre os que buscam manter a ordem social vigente e os que se levantam contra ela. Saramago faz, assim, um julgamento à razão instrumental, pois, segundo ele, esta difere daquela proposta pelos Iluministas. O conceito de razão construído por eles tinha a pretensão de libertar o homem da condição de alienação (cegueira) vivida na Idade Média, exatamente pelo não acesso à informação. Acontece que o seu excesso também tem contribuído à cegueira (alienação). Todavia, trata-se agora de uma ignorância branca. O referido autor problematiza, então, uma sociedade em que a tecnologia, as imagens e a ciência instrumental tornaram-se dominantes em relação ao homem, a ponto de fazê-lo não se reconhecer como pertencente a uma comunidade. Em outros termos, todos apresentam a mesma preocupação – ter uma vida feliz seguindo os parâmetros de uma ordem social capitalista (prestígio financeiro e social). Contudo, não são concebidas as relações de reciprocidade e uma rede de proteção mútua, aspectos essenciais para se viver de maneira harmoniosa. Concluímos que os jovens – produtos desse tipo de sociedade – não têm sido incitados a se desenvolverem do ponto de vista moral. Soa *démodé* falar de valores, como generosidade, justiça e respeito, pois só são priorizadas formas de glória (beleza, status social e financeiro). Especificamente quanto ao respeito, os jovens têm manifestado condutas de indisciplina. Entretanto, elas não são apresentadas em nome de um questionamento às regras sociais vigentes, mas pela ausência de autodisciplina (ausência de regras internalizadas). Logo, como o grupo de bárbaros – comandado por um jovem – observamos uma juventude hedonista ou imersa numa cultura do tédio.



TRÂNSITOS EM REDES DE ADOLESCENTES – DO FACEBOOK AO WHATSAPP?

Ilana Camurça Landim Tavares (UFC)
ilanaclandim@hotmail.com

Inês Sílvia Vitorino Sampaio (UFC)
inesvict@gmail.com

Este trabalho aborda questões que foram objeto de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado de Comunicação da Universidade Federal do Ceará nos anos de 2014 e 2015, com o foco na relação de adolescentes com as redes sociais. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola particular do Ensino Médio de Fortaleza, na qual uma das autoras atuava como psicóloga, junto a adolescentes dos 1º e 2º anos. Observamos discursos compartilhados entre família e corpo técnico de culpabilização das redes sociais por problemas associados à desatenção, distanciamento das atividades escolares e, em alguns casos, de indisciplina. Pais e professores salientam o alto investimento dos adolescentes nos mecanismos de comunicação envolvendo redes sociais e um menor envolvimento com os estudos e família. Nesse trabalho, procuramos compreender melhor suas conexões e movimentos na rede. Buscamos investigar quais leituras esses adolescentes têm de seus vínculos nas redes, com quem se conectam e de quem buscam se desconectar quando constroem suas redes *online* e de que forma isso se expressa em suas migrações entre diferentes aplicativos. Construímos essa reflexão nos apoiando em autores como Riesman (1995), Recuero (2009), Sibilia (2008), Livingstone (2013), Mascheroni e Guman (2014) e Ponte (2012). A pesquisa, de caráter qualitativo, explorou diferentes estratégias metodológicas de coleta e construção de dados: observação participante junto a um grupo de 10 (dez) estudantes da escola, coleta de material na página pessoal do *Facebook* e no grupo *online* (*WhatsApp*) constituído durante a pesquisa e entrevistas em profundidade. Com base nos materiais analisados na pesquisa, concluímos que o “distanciamento” aludido por pais e professores aparece nas dinâmicas escolares e precisa ser compreendido a partir das novas possibilidades de conexão dos adolescentes. Em certa medida, reproduzem nas redes as práticas de distanciamento dos adultos em direção aos próprios pares. Nas redes, eles também transitam entre aplicativos, que circunscrevem possibilidades e constrangimentos em relação a contatos com pessoas, relações e formas de expressões. Por isso mesmo, tais movimentos não se explicam simplesmente pela noção de migração de um aplicativo a outro (do *Facebook* para o *WhatsApp*), no qual se abandona um em benefício do outro. Ao contrário, verificamos a ampliação no domínio das plataformas, num processo em que os adolescentes gerenciam aproximações e distanciamentos com o outro, adultos e pares. Neste cenário, o *Facebook* aparece em última colocação em sua ordem de preferência na comparação com as redes *Instagram*, *WhatsApp* e *Snapchat*, uma escolha justificada por certo fascínio das imagens e pela invasão recente dos pais na rede. Apesar dessa diminuição no uso do *Facebook*, reconhecem o seu lugar de destaque ao atuar como uma espécie de cartão postal do indivíduo, contendo informações pessoais que definem a si e aos outros, apresentando-os numa escala mais ampla. É, contudo, nas redes constituídas por meio dos aplicativos *Instagram*, *WhatsApp* e *Snapchat* que eles preferem estar. As novas tecnologias, nesse caso, reiteram a tendência já antiga dos adolescentes de estar entre pares, já que o público de preferência na rede continua sendo amigos e colegas, com quem compartilham interesses, afinidades e segredos, em permanente situação de conexão.



MÍDIA E MOBILIZAÇÃO DE COLETIVOS JUVENIS NO MÉDIO VALE DO JEQUITINHONHA.

Márcio Simeone Henriques (UFMG)
simeone@ufmg.br

O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa realizada com jovens do Médio Vale do Jequitinhonha, região situada a nordeste do estado de Minas Gerais, entre 2012 e 2014 (CNPq), com o propósito de investigar a mobilização e a formação de públicos juvenis em cinco cidades (Araçuaí, Itaobim, Itinga, Padre Paraíso e Ponto dos Volantes). Abrangendo a realidade peculiar de jovens urbanos de pequenas localidades, teve o objetivo geral de verificar os modos pelos quais se dão esses arranjos coletivos voltados para as questões locais (para os problemas da cidade e para as políticas públicas no âmbito da cidade) e as formas de comunicação que constituem esses grupos como atores na cena pública. O estudo qualitativo foi feito a partir da identificação de coletivos juvenis nas cidades abrangidas (compostos majoritariamente e liderados por jovens entre 15 e 25 anos), de entrevistas qualificadas com líderes e membros e, ao final, com a realização de grupos focais, um em cada cidade, reunindo participantes dos diferentes coletivos locais. O artigo aborda de modo específico a relação desses grupos juvenis com os meios de comunicação, realizando uma observação em duas vertentes: (a) suas relações com a mídia e as formas de obter informações acerca de questões que consideram relevantes e (b) a apropriação e utilização de recursos comunicacionais para sua interação, sua mobilização e para a promoção de visibilidade ao coletivo, às suas preocupações e às suas causas. A análise evidencia uma fraca relação com os meios de comunicação tradicionais (inclusive o rádio) para obtenção de informações e para construção da agenda dos grupos. A utilização emergente das mídias sociais digitais é um aspecto peculiar que mereceu atenção no estudo, pois se verificou a crescente interação através destas plataformas e a formação de coletivos virtuais. O estudo aponta as considerações dos grupos acerca das possibilidades e limitações das conversações sobre a política por estes meios. Não obstante revelarem-se fragilidades nas ações de comunicação desses coletivos, observa-se o impacto da utilização das mídias sociais sobre as possibilidades de ação protagonista e sobre a autonomia na formação de sua agenda de ação. Também permitem perceber a importância que conferem à dinâmica comunicacional como forma de intervir em questões públicas locais e as contradições com as formas convencionais do exercício político dessas pequenas localidades. Também são constatadas as iniciativas de apropriação midiática, com destaque para a produção audiovisual, em sua interface com os movimentos de cunho cultural, fortes na região.



TECNOLOGIAS: ALIADAS DA APRENDIZAGEM???

Jane Aparecida Gonçalves de Souza (UCP)
cidijane@gmail.com

Quando pensamos nas TICs podemos nos posicionar em dois extremos. Como usuários que as enxergam como ferramentas (instrumentos) para auxiliar na construção do ensino aprendizagem, ou em contrapartida com um olhar negativo, onde as enxergamos como ferramentas (instrumentos) que prejudicam o bom andamento da sala de aula, causando distrações e muitas vezes o desinteresse por nossas aulas, há também quem utiliza as tecnologias como distrações ou para resolver questões acerca de falta de professor ou ocupar o tempo de ociosidade dos alunos. A internet, por ser um ambiente descontrolado onde sobra inutilidades várias e artigos de cultura inútil, acaba muitas vezes sendo vista como um problema para o professor. Mas podemos enxergar esse mundo com outro olhar: nessa terra sem lei, sobram oportunidades, de conhecimento, ferramentas usáveis na sala de aula e fora dela, úteis na hora de manter o aprendizado dos alunos em momentos de diversão e descontração. Não podemos imaginar que nossos jovens chegam a nossas salas de aulas como tabulas rasas, pelo contrário, eles chegam cheios de informações e experiências tendo como base as tecnologias, nossos jovens não são analfabetos digitais. Muito do que eles sabem sobre a internet foi aprendido de forma autodidata, e muito desse aprendizado não foca na qualidade, mas na facilidade. As escolas por sua vez, não conseguem acompanhar esse dinamismo e as tecnologias em muitas delas ainda estão restritas a uma sala de informática ou a um momento de filme, com objetivos bem distantes das transmitidas pela linguagem audiovisual, Arroio e Giordan (2007) afirmam que essa linguagem transmitida através dos filmes apresenta-se como um recurso facilitador na construção de conhecimentos, porque integra a realidade individual com o meio e assim é possível desenvolver nos alunos a sensibilidade e a percepção do universo. Há alguns anos atrás desenvolvi um projeto com os alunos do 9º ano do Ensino fundamental com o objetivo de promover uma conscientização para o uso de celular em sala de aula. Eu sabia que eles estavam inseridos em diversas comunidades virtuais e que muitas vezes o professor surpreendia-os nestas comunidades. Num primeiro momento trabalhamos todas as funcionalidades que o aparelho (tecnologia) poderia nos oferecer, bem como os perigos que estamos expostos no dia a dia. Conversamos e pesquisamos sobre drogas, assédio, e até mesmo estupro. Num outro momento, dividi a turma em 5 grupos de 6 alunos e pedi que pesquisassem o tema “O Celular e a Juventude”, eles deveriam utilizar qualquer site de busca, ao encontrar a matéria que eles achassem mais interessante deveriam reescreve-la e apresenta-la aos colegas. Foi um exercício muito rico onde a participação, o interesse e o entusiasmo foi algo que mais me chamou atenção. Nesta perspectiva, lembro as palavras de Paulo Freire (1996) onde afirmava que o educador deve assumir-se como sujeito da produção do saber percebendo que ensinar não é transferir conhecimento, mas favorecer possibilidades para sua produção.

200



AS NARRATIVAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO FACEBOOK.

Caroline Aparicio D. S. Pereira (UVA)
carolinedutra@msn.com

Renata Luiza Feital de Oliveira (UVA)

O objetivo deste estudo é explorar questão da identidade dos jovens nas redes sociais online, mais especificamente no Facebook. E ainda, expor como as narrativas são expostas na rede. Foi realizada uma pesquisa, não probabilística, em dois momentos. No primeiro, 60 brasileiros entre 18 e 35 anos, moradores das cidades: Rio de Janeiro, Niterói e da Baixada Fluminense, responderam, em 2015, um questionário online sobre como utilizavam o Facebook. No segundo momento, foram analisados posts de jovens, recolhidos da *timeline* de duas usuárias. O sigilo dos usuários foi mantido. O tema foi escolhido porque o Brasil possui forte presença online. Em 2013, segundo o IBGE, 85,6 milhões de habitantes acessaram a internet. Já o Facebook foi a rede escolhida uma vez que é a rede social mais utilizada no mundo, com mais de 890 milhões de usuários ativos/dia e 1,39 bilhões de usuários ativos/mês. (Facebook, 2014). Na pesquisa um dos questionamentos era se a pessoa escrevia em primeira pessoa, e 78% dos entrevistados disseram que sim. Com isso é possível perceber a personificação da rede e como as pessoas estão ali para mostrar suas personas, sejam elas verdadeiras ou não. Deve-se lembrar, no entanto, que a proposta original do Facebook é que a pessoa se exponha com completa transparência. Em outra questão, 37 pessoas disseram que costumam contar algo da vida particular (exemplo: fotos privadas/familiares) nessa rede. Na outra pergunta, 58,33% disseram ser desnecessário, e 41,67% ser normal, publicar a vida privada. É importante o contraponto entre essas perguntas. A maioria dos usuários responderam achar desnecessário publicar a vida privada no Facebook. Porém, a maioria também afirmou contar coisas do particular na rede social. Na segunda etapa do estudo, na análise das narrativas do “eu facebookiano” nos posts, é possível perceber confissões, desabafos, indiretas, comemorações, felicitações, entre outros. Para Sibilía (2008), a diferença entre público e privado muito valorizada nos séculos XIX e XX já não é como antes, agora há “publicização” do privado. Fato esse também previsto por Andy Warhol: “Todo mundo terá seus 15 minutos de fama”. Em um dos posts recolhidos é possível verificar o quanto as pessoas expõem suas opiniões e intimidades. O texto da atora fala sobre a necessidade da depilação realizada pelas mulheres e imposta pela sociedade, algo outrora considerado íntimo e pessoal. Ela conclui dizendo: “Dói crescer em uma sociedade em que eu preciso me definir em padrões de beleza pra ser aceita”. Em outro post escolhido é visível a exteriorização do interior de um usuário quando ele afirma que deseja: “desabar a vida em um post, minhas complicações”. De acordo com os resultados, os jovens acreditam que suas vidas e intimidades não devem ser expostas no Facebook, mas mesmo assim fazem o contrário. Com pensamentos e sentimentos exportam para o mundo virtual tudo aquilo que está guardado no mais íntimo dos diários da mente. É também visível a contradição e exposição variada de suas identidades.

201



JUVENTUDES, TECNOLOGIAS DIGITAIS E OS PERFIS CRIADOS NA REDE SOCIAL DO FACEBOOK.

Jaiane Araujo de Oliveira (UECE)
jaianeangelina@yahoo.com.br

Rosemary de Oliveira Almeida (UECE)
rosemary.almeida@uol.com.br

Os estudos sobre a tematização da juventude têm se preocupado cada vez mais em tratar os jovens em sua diversidade, como sujeitos da história, que produzem cultura, que se organizam em grupos e redes. Considerando a realidade em que estão inseridos, assim como suas diferenças culturais, simbolizadas e vividas pela diversidade de classe, gênero, etnia, orientação sexual e territorial. Este trabalho faz parte de um recorte da minha dissertação de mestrado e se propõem a investigar que relações são estabelecidas entre os perfis criados na página do *Facebook* com as identidades dos jovens. O percurso metodológico utilizado teve como base a etnografia virtual (mediante acompanhamento da página do *Facebook*). Nesse trajeto, observou-se que os jovens se mantêm conectados aos ambientes virtuais (redes sociais), tecendo seus modos de vida, suas experiências, ampliando as oportunidades de lazer, de cultura, de contato com pessoas e com a informação. Ao construírem seus perfis, os jovens misturam e ampliam suas possibilidades de criação de uma identidade que nem sempre é discernível e pura, dada as características da internet. Mesmo assim, observa-se que não deixam de aparecer os excessos, os transbordamentos e códigos de sociabilidade. Ainda que com a “ausência de seus corpos”, os jovens atualizam o seu perfil “compondo e promovendo incessantes perturbações entre o fora e o dentro e as possibilidades de apresentação do eu” (DIÓGENES, 2014, p. 168). Nesse sentido, o perfil não se constitui em algo estático, uma vez que acompanha as transformações sofridas pelo sujeito, que pode mudar, a qualquer instante, uma ideia, uma opinião ou um interesse. Os perfis auxiliam ainda na interação e na contextualização relacional entre sujeitos, podendo ser adaptados de acordo com os valores e as intenções de cada momento, regido por expressões e percepções específicas. As fotos e imagens postadas em seus perfis também assumem grande importância, pois estas servem de instrumento simbólico de inclusão ou de pertencimento do jovem a um determinado grupo social. Não por acaso, os perfis desses jovens trazem sempre belas fotos em suas páginas individuais, já que dependendo de como construam a si próprio, seja pelas imagens ou de forma performática, estes podem servir como verdadeiro e atrativo cartão de visitas, inclusive para aquelas pessoas com quem eles nunca tiveram um vínculo face a face anteriormente. Ao se colocarem na rede da internet, mediante um perfil criado na rede social (*Facebook*) os jovens passam a partilhar suas vidas, ampliam suas experiências, individualidades e promove suas representações, seus valores e aquilo que lhes é complementar na identidade, por meio das experiências trazidas pela interação social.



**PAISAGENS SONORAS:
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE OS JOVENS DA QUADRA E A RÁDIO POSTE CENTRO DE
COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA, EM FORTALEZA (CE).**

Milena de Castro Ribeiro (UFC)
milenaibrasil@gmail.com

O artigo tem como objetivo investigar a presença da rádio poste Centro de Comunicação Alternativa no dia a dia dos jovens moradores do Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo, comunidade pobre conhecida como “Quadra” e localizada no bairro nobre da cidade de Fortaleza (CE), Aldeota. Pretendo aprofundar a investigação sobre a relação dos jovens com a rádio comunitária através de entrevista realizada com quatro jovens que participam do grupo da Igreja Católica União de Jovens com Cristo (Unijocc). Diante do caráter público da recepção, já que se trata de uma rádio que é transmitida através de caixas de som dispostas nas ruas da comunidade, há 22 anos, trago a proposta de analisar o comportamento dos moradores, com foco no público identificado como jovens, ao compartilhar a escuta que faz parte do contexto da comunidade, sendo balizada pelo conceito de “paisagem sonora” desenvolvido por Schafer (1994) e apresentado por Medrado (2013). Em um segundo momento, após a observação livre, a ideia é entender o que um grupo específico de jovens pensa sobre a rádio, questionando sobre a escuta da programação, a frequência, a atenção dispensada e o que eles recordam da presença da rádio na comunidade. O objetivo é que esses jovens possam contar o que ouvem ou sabem sobre a rádio, levando “o ver com a gente ao dar-lhes a possibilidade de contar o visto”, assim como explica Barbero (1992, p.33) ao tratar sobre o seu trajeto metodológico. A opção metodológica é de “trabalhar apenas com os relatos que os entrevistados decidirem contar”, como explica Morley (1996) ao reconhecer os limites da etnografia nas investigações sobre a recepção em televisão e considerar a entrevista, além de outras técnicas como a observação participante, a maneira mais apropriada de tentar compreender o que as audiências fazem enquanto assistem televisão (MORLEY, 1996, p.260). A técnica da entrevista com os jovens sobre a rádio foi a escolhida mesmo sabendo que é impossível chegar a saber algo com certeza sobre as outras pessoas, como explica Clifford (1986 apud Morley, 1996). Concluiu-se que, no geral, os jovens entendem a função da rádio poste na comunidade, mas eles não se percebem como atores nesse veículo. Mesmo participantes de um grupo de jovens da igreja, que se apresenta como “um grupo que faz a diferença na comunidade” e atua em diversas ações, os jovens demonstram não perceber a rádio como um meio importante para divulgação das ações do grupo.



JOVENS NA ERA DA CONEXÃO MÓVEL: NOVOS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO.

Helenice Mirabelli Cassino Ferreira (UERJ)
tucassino@gmail.com

O artigo propõe uma reflexão sobre a mediação dos dispositivos móveis ubíquos nas produções de sentido de jovens sujeitos nos atuais contextos sociotécnicos. O olhar que trago, a partir do campo da Educação, considera que se faz urgente estar atento para compreender os novos sensórios e modos de subjetivação constituídos a partir de tal mediação, procurando pensar os usos das tecnologias disponíveis em cada tempo histórico a partir de sua dimensão cultural e não apenas instrumental. A reflexão, aqui apresentada, é recorte de um estudo de doutorado, já finalizado, que foi desenvolvido através de oficinas com alunos de sétimo a nono ano de uma escola da Rede Municipal do Rio de Janeiro, tendo Mikhail Bakhtin como principal interlocutor teórico-metodológico. A cultura da mobilidade caracteriza as novas formas de comunicação, apontando para os usos das linguagens hipermidiáticas, que pressupõem a convergência de diversas mídias e a ação do sujeito que aciona os nós da informação. Os usos de aparelhos celulares com múltiplas funções permitem a personalização, publicação e disseminação de informação, o acesso contínuo e a construção de conhecimento compartilhado, desafiando o campo da Educação a acompanhar as transformações que se operam nas subjetividades e sensórios dos sujeitos. O texto sinaliza, desta forma, a possibilidade de afirmar que os dispositivos móveis e ubíquos afetam os modos de ser dos sujeitos na contemporaneidade, principalmente de crianças e jovens moradores das cidades. O estudo busca a abordagem dos estudos de cibercultura, das Materialidades da Comunicação e da Teoria Ator-Rede, entendendo que a rede de atores formada por sujeitos, objetos, lugares e outros agentes não-humanos determina uma nova postura e construção epistemológica sobre a presença das mídias digitais em relação à constituição dos sujeitos, sua posição no mundo e relações de ensino-aprendizagem. Esse viés ajuda a pensar como jovens sujeitos da educação relacionam-se hoje com o conhecimento mediado pelas materialidades dos dispositivos móveis de comunicação que fazem parte de seu cotidiano, dentro ou fora do ambiente escolar. Jovens em rede estão conectados entre si e a uma gama imensa de conteúdos que chegam de forma fragmentada provocando seus sentidos. Estar conectado o tempo todo faz parte dos desejos e dos modos de se entender como sujeitos no mundo. Muitos foram os depoimentos sinalizando que ter a possibilidade de se comunicar a qualquer momento é um fator que já faz parte dos modos de ser desses jovens. Essa é uma mudança significativa que atinge todas as atividades humanas, inclusive aquelas que dizem respeito à aprendizagem e ao ensino.



A DIMENSÃO SIMBÓLICA E LÚDICA DA CIBERCULTURA POR ESTUDANTES DE UMA ESCOLA BÁSICA.

Fátima Ivone de Oliveira Ferreira (CPIL)
fatimadeoliveira@uol.com.br

Esta comunicação discute o intenso uso das tecnologias digitais e das redes sociais online, principalmente o Facebook, por estudantes do ensino médio de uma tradicional escola pública do Rio de Janeiro - o Colégio Pedro II. Buscou-se investigar as relações que são construídas por 104 jovens nas redes sociais *online*, para compreender como a centralidade dos relacionamentos digitais e as vivências juvenis no ciberespaço alteram sua socialidade e leitura de mundo, aí se incluindo a cultura escolar. Na percepção juvenil, pesquisar na internet já se constituiu em *método de pesquisa e estudo*. As informações coletadas nas redes os ajudam a construir sínteses das aulas e dos conteúdos perdidos ou considerados cansativos. Os jovens reconhecem que há riscos na má utilização da internet nos estudos, mas apesar disso afirmam que é inconcebível estudar sem esta tecnologia, onde encontram tudo, até mesmo professores *online*. Em sua dimensão empírica de base qualitativa, a pesquisa analisou dados a partir de notas etnográficas do cotidiano escolar, entrevistas, questionários, netnografias no Facebook e no blog criado para estimular a reflexividade dos estudantes acerca da cibercultura. Em interatividade com os usuários e em contextos híbridos *online/off-line*, foi possível reconhecer: o percurso dos jovens estudantes na direção de uma aprendizagem mais cooperativa e autônoma; suas percepções sobre particularidades de gênero nas interações juvenis; as nuances de seus relacionamentos afetivos; e a potencialidade das redes sociais *online* em termos da participação cidadã. Observou-se a construção de um caleidoscópio que envolve pensamento crítico, posturas características de uma visão cidadã de mundo (campanhas sociais e político-partidárias), e informações sobre a crescente rede de amigos, marcadas pela fragmentação, futilidade e necessidade de se tornar visível. Os resultados indicam que a ambiguidade do imaginário da cibercultura está presente na reflexão desses jovens, levando-os a oscilar entre a sedução / deslumbramento em relação às TIC e o medo do vício, da distração e da incredibilidade das fontes de consulta. A vivência do jovem no ciberespaço conflita com a organização curricular fragmentada em disciplinas; eles, no entanto, reafirmam a relevância da escola. A ideia de tribo entre esses jovens estudantes significa convivência e compartilhamento de emoções em ritmo acelerado. A pesquisa investigou o uso das redes sociais *online* para além do simples acesso, ou seja, como conjunto de práticas específicas, valores, conceitos, crenças e sistemas de poder dos sujeitos e de seus grupos. Os praticantes estão vivenciando culturas mediadoras que se expressam na escola e que além de provocarem a opacidade do professor, passam a demandar aulas imbricadas às potencialidades oferecidas pelas tecnologias digitais. Concluiu-se que o papel do professor em tempos de cibercultura exige imersão e consciência do lugar das redes sociais *online* na vida dos estudantes para perceber as possibilidades de intervenção pedagógica e encontrar brechas de apropriação crítica e criativa.



**"FORA DE ÁREA":
O USO DO CELULAR NO COTIDIANO DE UMA SALA DE AULA EM CAMPOS DOS
GOYTACAZES/RJ.**

Vanessa de Castro Bersot Pereira (IFF)
vanessabersot@hotmail.com

Bianka Pires André (UENF)
biankapires@gmail.com

O século XXI está sendo caracterizado pelo uso contínuo das novas Tecnologias da Informação e Comunicação. Vive-se um século onde cada vez mais existe a necessidade de estar conectado todo o tempo com as demais pessoas. E a escola, como reflexo da sociedade, também se viu permeada pelo avanço acelerado da utilização do celular, ocasionando interferências no ambiente da sala de aula, mudando, assim, o cenário educativo. Dessa maneira, essa pesquisa buscou apresentar como o uso do celular veio se desenvolvendo ao longo dos anos e como interferiu na maneira como a sociedade vive hoje. Diante disso, essa pesquisa, que é fruto de uma dissertação de mestrado, analisou as interferências do celular na sala de aula em uma escola pública estadual no município de Campos dos Goytacazes-RJ, tendo como objetivos específicos teorizar sobre os principais conceitos que tratam das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação no contexto da mobilidade; identificar o tipo de uso do celular em sala de aula pelos alunos; analisar se o uso do celular interfere na capacidade de concentração durante a aula; investigar a percepção dos professores e alunos sobre o possível uso do celular na sala de aula. Consiste em um estudo etnográfico, qualitativo, tendo como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico acerca do assunto, o estudo do cotidiano escolar, levando em conta, as observações em sala de aula, aplicação de questionários aos alunos e entrevistas com os professores. Os resultados foram surpreendentes pela sua diversidade. Primeiramente, foi possível perceber que a maioria dos professores se sentem incomodados com o uso excessivo dos celulares durante as aulas, além de acreditarem na interferência do mesmo na capacidade de concentração dos alunos, porém, eles permitem o uso já que a lei não é totalmente efetiva e possuidora de lacunas que admitem que os alunos possam utilizar o celular livremente. Já na percepção dos alunos, alguns afirmaram que conseguiam se concentrar mesmo utilizando o celular, porém um número significativo de alunos opôs-se a essa afirmação. Esse resultado surpreendeu porque acreditava-se que, por serem *nativos digitais*, esses alunos seriam capazes de realizar duas ou mais tarefas ao mesmo tempo. Porém, como foi dito, uma parte significativa admitiu que não seria possível. Esses resultados são interessantes porque corroboram com as ideias dos autores. Ou seja, tanto Goleman (2014) e Skinner (1999) quanto Calliari e Mota (2013), Prensky (2001) e Tapscott (2010) têm suas teorias constatadas, não havendo assim, uma teoria exata ou incerta, comprovando que não há como generalizar uma geração ou os sujeitos nascidos em um período histórico. É evidente que este tema estará sempre aberto para investigações, este estudo está longe de proporcionar conclusões fechadas, há ainda muito que refletir sobre este assunto. Esta pesquisa é apenas uma iniciativa para que haja outras questões em debate, é um ponto de partida para outras reflexões que provavelmente irão aparecer.



A UTILIZAÇÃO DO FACEBOOK POR JOVENS: COMO SE RELACIONAM E AS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DE SEUS EXCESSOS.

Natany Martins de Jesus (UFMT)
nataanym@gmail.com

Maria Aparecida Morgado (UFMT)
morgadom@terra.com.br

O presente estudo de Iniciação Científica está inserido no Projeto de Pesquisa Civilização e Pulsão: a vida civilizada e os destinos pulsionais, do Grupo de Pesquisa Psicologia e Civilização. O tema estudado neste projeto de pesquisa visa compreender e avaliar o fenômeno *Facebook*, e sua relação com os jovens, uma rede amplamente acessada e presente na sociedade, vista como parte da cultura contemporânea. Permitindo-nos entender seus mecanismos de integração, de socialização e maneiras de relacionar-se com o outro, inclusive os modos de individuação, pretendendo-se discutir as possibilidades de subjetividades que a mídia virtual cria, produz e modifica. Intensificamos assim, os estudos que venham nos auxiliar a esta compreensão das diversas possibilidades de sujeito adolescente, que se constroem ao recorrer a essa mídia como objeto de fuga. Desde sua criação, o *Facebook*, cria e modifica identidades e subjetividades, suas relações consigo mesmo e as relações de poder que é exercida pelas “relações de forças”, conceitos que utilizaremos da teoria e metodologia de Michel Foucault, que por meio desses estudos foi elucidar os conceitos de discurso, saber, poder e sujeito, na perspectiva de tentar entender a relação dos jovens e o *Facebook*, incluindo nesses estudos diálogo Psicanalítico, onde por meio de outros estudos e pesquisas foi possível caminhar para um objetivo satisfatório. Em “Psicologia de grupo e análise do Eu” (FREUD, 1921), texto fundamental para analisar e debater a entrada do sujeito na cena social, além de outros textos, como o “Narcisismo” (1916), que Freud utiliza para entender a identificação e a transferência dos investimentos libidinais que o sujeito articula para outros objetos. Através destes, Freud demonstra as modificações psíquicas que a influência das instituições impõe ao indivíduo e considera que a entrada na vida social impõe modificações ao sujeito, ainda nesta base freudiana, é possível identificar outra questão proposta por Calligaris (2000), no texto “A adolescência”, mostra-nos uma forma de enxergar nos filhos os seus sonhos adultos. Auxiliando-nos então, nesses estudos a respeito do *Facebook*, um meio de comunicação de massa, produto da tecnologia e da globalização, parte da cultura, cria-se um revérbero das próprias necessidades da sociedade, no qual, segundo Minerbo (2009), explica os comportamentos compulsivos relacionados aos sofrimentos narcísicos, as redes sociais como um dos recursos utilizado para fugir das instituições que estão frágeis, ou falidas. Através dos dados levantados, esta pesquisa concentra-se no interesse de identificar como as necessidades, os excessos e o vício desta rede de mídia social, estão vinculados no cotidiano desses usuários, bem como, apresentar estudos que busca auxiliar e dialogar com esta pesquisa. Para tanto, diante das diversas questões referentes ao tema, o método utilizado para levantamento dos dados consiste em uma pesquisa e análise de conteúdo bibliográfico, análise de artigos que estudam abordam o tema *Facebook*, autores que buscam conhecer e entender a respeito dos jovens e a contemporaneidade, essencialmente como esses se relacionam com o meio que o produz. Utilizando de fontes como scielo.br, Biblioteca Usp – Teses e Dissertações, Revistas USP, Revista Psi – UERJ, Biblioteca Digital Universidade Estadual de Maringá.



A SOCIALIDADE NAS INTERAÇÕES DE JOVENS EM SEUS PERFIS NO FACEBOOK.

João Victor Sales (UFC)
jv.melo.sales@gmail.com

Raiana de Carvalho (UFC)
rai.soraia@gmail.com

Andrea Pinheiro (UFC)
andrea@virtual.ufc.br

Esta pesquisa busca compreender as interações estabelecidas por jovens em uma mídia social a partir da noção de socialidade de Michel Maffesoli. O corpus foi constituído por posts da Linha do Tempo do Facebook de 10 jovens, entre 18 e 24 anos, publicadas por eles no período de uma semana e coletadas para análise como parte da execução de uma das etapas da pesquisa nacional Jovem e Consumo Midiático em Tempos de Convergência. Maffesoli (1987) afirma que a pós-modernidade é caracterizada pela socialidade, em contraponto à sociabilidade do período moderno. Os novos vínculos sociais estariam então “surgindo a partir da emoção compartilhada ou do sentimento coletivo”. De acordo com ele, podemos descobrir nesta “coletivização dos sentimentos um dos fatores essenciais da vida social, que está em vias de renascer nas sociedades contemporâneas”, diferente do individualismo próprio da modernidade. Em diálogo com o autor, André Lemos (1997) propõe que as ideias maffesolianas podem ser aplicadas para descrever a relação entre as novas tecnologias e a sociedade contemporânea, sugerindo a noção de cibersocialidade para designar um conjunto de práticas socioculturais que convergem com as potencialidades das tecnologias digitais, entendidas como ferramentas de compartilhamento de emoções, de convivialidade e de retorno comunitário. Ao analisar o corpus à luz desse conceito, observamos que as publicações dos jovens no Facebook tenderam a demonstrar conteúdos de auto apresentação com um investimento emocional por parte dos sujeitos, que compartilhavam sentimentos com os outros atores. Mesmo quando os posts consistiam em links externos compartilhados em seus perfis, em geral, foram acompanhados por expressões dos atores sobre o que sentiam ou pensavam acerca do que estava sendo tematizado, gerando novas interações entre seus pares, que demonstraram, por meio de curtidas e comentários, atitudes de identificação ou empatia com os conteúdos publicados. Os dados destacam ainda que fotos e temas relacionados à vida pessoal e cotidiana geraram mais repercussão, seguidos de expressões de risos ou de comentários que relembavam situações vivenciadas. Nessa perspectiva, também compreendemos a visibilidade do ator como um dos valores centrais para as redes sociais na internet (RECUERO, 2009), ao mesmo tempo em que é um modo por meio do qual os atores fazem performances de si (SÁ; POLIVANOV, 2012; GOFFMAN, 2013). Consideramos então, que essas interações nos remetem às proposições de Maffesoli (2007, 98) sobre as novas relações de socialidade, que “[...] não esperam um fim, um projeto econômico, político, social, a realizar. Elas preferem ‘entrar dentro’ do prazer de estar juntos, ‘entrar dentro’ da intensidade do momento [...]”, diferente das interações na sociabilidade moderna, que era marcada por um racionalismo e por projeções futuristas e morais. Como complementa Lemos (1997), no ciberespaço concretizar-se-iam interações mais orgânicas, efêmeras e simbólicas, em plataformas revestidas pelas potências da socialidade. Se na modernidade, o indivíduo tinha uma função, na pós-modernidade, a pessoa (persona) tem um papel, e este indivíduo, enquanto persona, só existe em relação ao outro, pois se constrói com o outro, pelo outro e no outro (Lemos, 1997).



**EDUCOMUNICAÇÃO:
USO DAS MÍDIAS DIGITAIS PELOS JOVENS DO PROJETO OLHO VIVO DE SÃO GONÇALO (RJ).**

Camila Garroux (PUC/SP)
camila.garroux@gmail.com

A respeito da juventude inserida na era digital, tem-se um novo espaço comunicacional, mediado pela televisão, computadores com fluxos e redes e onde há a aliança entre velocidades aceleradas de informação e de audiovisuais. A partir deste ponto de vista, nos encontramos diante da formação de comunidades que estabelecem novas formas de perceber e expressar a identidade. Desta forma, emergem novas dinâmicas no âmbito educativo através de o surgimento de um contexto difuso e descentralizado, de informações e saberes múltiplos. Neste cenário, a escola deixou de ser a única fonte do saber, uma vez que há outros canais em que circulam os saberes e que se expandem socialmente sem a mediação da escola. Considerando a educomunicação como “um processo educativo que permite aos alunos apropriarem-se criativamente dos meios de comunicação; integrar a voz dos estudantes ao Ecossistema Comunicativo da escola e, em última instância melhorar a gestão do ambiente escolar com a participação dos educandos” (Martín-Barbero, 2002), implica-se uma importância significativa em desenvolver o senso crítico e estabelecer uma educação em que o cidadão seja capaz de identificar estratégias dos meios massivos de comunicação disfarçados de opinião pública. Nesse sentido as instituições formais de ensino apresentam um papel estratégico em desenvolver um uso criativo e crítico dos meios audiovisuais e das tecnologias da informação e comunicação. Sendo este o principal objetivo do programa de formação viabilizado pelo Projeto Olho Vivo, coordenado pela organização Bem TV, as Oficinas de Mídia propõem que os jovens de camadas populares de Niterói e São Gonçalo tenham uma formação técnica em produção de vídeos, fotografia, mídias digitais e desenvolvimento de aplicativos, atrelada à construção do caráter crítico das produções dos alunos. O presente trabalho pretende discorrer sobre as formas de educomunicação diante do cenário midiático digital e suas diferentes formas de expressão, principalmente manifestações culturais promovidas pelos jovens do projeto Olho Vivo em suas comunidades locais motivadas pelo enfrentamento da exclusão social, discriminações e violência pertinentes ao contexto deste grupo. Para embasar a discussão desta temática foi realizado um mapeamento inicial e exploratório junto às atividades do projeto Olho Vivo, coordenado pela organização Bem TV, a fim de explorar por meio da observação participante o diálogo das produções dos alunos e o enfrentamento de suas condições sociais. Dada a importância da colocação do jovem como sujeito de discurso e agente social (Reguillo, 2000), provido de direitos como o de acesso à comunicação; a aquisição de conhecimento acerca deste assunto se apresenta de significativa relevância para sociedade, inclusive para a contribuição em levantar indicativos e subsídios para políticas públicas de juventude.



CULTURA VISUAL NA ESCOLA: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O JOVEM LER E COMPREENDER O MUNDO POR MEIO DE IMAGENS.

Maria Cristina Luiz Ferrarini (UFSCar)
cristinaluizfce@gmail.com

O amplo e expressivo universo visual da sociedade ocidental começou a se desenvolver vertiginosamente a partir do século XX. As imagens, formas visuais fixas ou em movimento, ocupam os espaços de vivência, exercem influência e estímulo aos jovens estudantes e – o que é mais preocupante – as ensinam a ler o mundo sem que eles se apercebam disso. Em nenhuma outra época da história as imagens estiveram tão presentes no cotidiano como na atualidade, o que pressupõe a importância das contribuições da cultura visual, que é uma das possibilidades para se (re) pensar as imagens nas práticas escolares. Ela constitui-se em um importante campo de estudo, que pode fornecer aos jovens, por meio das diferentes disciplinas acadêmicas, subsídios para discussões, análises e diálogos a respeito dos modos de se ver, de observar o outro e o mundo em que se vive. A preocupação com o tema suscitou questões, como: se os jovens vivenciam hoje reflexos das múltiplas faces que constituem a sociedade, então não seria importante haver mais espaços na escola para refletir sobre essa diversidade de pensamento e exercícios que oportunizassem a pluralidade da visão? Será que essa prática poderia propiciar novas bases para constituir uma escola mais democrática e mais inclusiva? A partir da hipótese de que a escola não estaria desenvolvendo tais estratégias e tendo a convicção de que a compreensão da cultura visual seria importante para professores e jovens estudantes avaliarem, selecionarem e interpretarem informações visuais que recebem todos os dias estabeleceu-se o seguinte objetivo: organizar e sistematizar um conhecimento que levasse à reflexão sobre a importância da cultura visual na escola como estratégia pedagógica para lidar com jovens. Pensar na utilização de imagens da cultura visual no processo educativo não deve se resumir apenas a questões de ordem estética ou de linguagem. Ao se propor um trabalho com imagens da cultura visual, vários saberes deveriam ser articulados, como: a área de estudo de artes visuais, ciências sociais etc. Esta pesquisa foi realizada em duas etapas: uma parte bibliográfica e outra empírica, por meio de um curso de extensão destinado aos professores e gestores de escolas públicas estaduais. Embora os educadores participantes da pesquisa tivessem muito interesse em utilizar imagens e alguns já faziam uso desse recurso, de maneira geral percebeu-se que as imagens disponíveis nos materiais didáticos utilizados nas escolas acabavam não sendo utilizadas em todas as suas possibilidades, quer como facilitadoras e articuladoras de conhecimentos, quer como motivadoras para uma compreensão e desenvolvimento de uma atitude crítica. Verificou-se que existe também a necessidade de problematização de conteúdos com perspectivas de leituras críticas coletivas a partir de articulações entre textos escritos e imagens. O exercício da pluralidade da visão – apreciações coletivas de diversas imagens e artefatos pertencentes à cultura visual – consente o (re) conhecimento de múltiplas perspectivas, diferentes experiências e vários olhares, tudo o que a juventude precisa para ter uma educação de qualidade.



**OFICINANDO COM JOVENS:
ANÁLISE DE PROCESSOS DE ATENÇÃO NA EXPERIÊNCIA COM JOGOS DIGITAIS.**

Washington Sales do Monte (UFERSA)
wsalesmkt@gmail.com

Karla Rosane do Amaral Demoly (UFERSA)
karla.demoly@gmail.com

Francisco Milton Mendes Neto (UFERSA)
miltonmendes@ufersa.edu.br

Esta pesquisa analisa as formas de atenção que podemos observar na experiência de jovens que participam de oficinas de jogos digitais em um Centro de Atenção Psicossocial de Mossoró/RN. Apresenta o jogo digital como experiência potencializadora de transformações cognitivas e afetivas no percurso de jovens em situação de sofrimento psíquico. O jogo enquanto tecnologia interativa, em uma proposta de simuladores da realidade, cria vários ambientes digitais e, por meio de suas interfaces, pode construir ambientes para que seus jogadores interajam, produzindo suas realidades em simulações potencializadoras dos seus processos de vida e conhecimento. O objetivo central da pesquisa é analisar as formas de atenção desencadeadas na experiência de jovens com os jogos digitais, para entender como estas tecnologias podem potencializar processos de aprendizagem. A experiência do jogar em oficinas no CAPSi produz transformações nas coordenações de ações que os jovens estabelecem em seus percursos, mudanças estas que envolvem ideias, gestos, emoções, artefatos. A metodologia empregada é a pesquisa-intervenção de natureza qualitativa, pois observamos diferentes momentos da interação de jovens com os jogos em oficinas que consideramos como tecnologias sociais, ao permitir o desencadear de processos cognitivos e de transformações nas formas de convivência em ambiente de saúde mental. O método da cartografia permitiu observar e analisar as interações em diferentes momentos da experiência de jovens com o jogo digital. Como resultados, percebemos transformações cognitivas referidas aos processos de atenção na experiência de jovens com os jogos digitais. Durante a experiência, podemos acompanhar as modulações no acoplamento jovem-máquina, favorecendo o entendimento de modos de funcionamento da atenção. Nesta pesquisa, os jovens em suas ações manifestavam os movimentos da atenção em transformação, onde destacamos o movimento de atenção voluntária que esteve bastante presente nas ações em circunstância de jogo no CAPSi. A “atenção voluntária” é considerada bastante comum na experiência de sujeitos que apresenta um processo de dispersão elevado. Percebemos a diferença entre as formas de operar dos processos cognitivos da atenção (distração, dispersão, percepção, focalização, concentração). É interessante aprender que os processos cognitivos da atenção se mostraram como uma nova forma para pensar e refletir sobre a experiência de jovens atendidos no CAPSi, jovens usuários de serviços de saúde mental. A distração, tão questionada em ambientes educativos, apresenta-se como um processo importante para a aprendizagem, pois o distraído pode estar interagindo com um novo elemento que vai ampliar o modo de percepção de uma experiência de jogo. Já a dispersão é um processo que impede o jogador a ter uma experiência profunda no processo. A percepção apresenta-se de forma diferente para cada um dos sujeitos/jogador. A focalização e a concentração são dois processos que se encontram presentes nesses ambientes e que vão construído formas de conviver, de brincar, de interagir. Estamos diante do desafio de uma discussão mais pertinente sobre um processo cognitivo tão requerido à aprendizagem, a atenção, processo ainda pouco explorado na experiência direta dos sujeitos. Aqui trazemos novos entendimento sobre o funcionamento da atenção na experiência direta de jovens em interação com os jogos digitais.



**“COMO A TECNOLOGIA MUDA O MEU MUNDO?” -
A TECNOLOGIA SOB O OLHAR DOS ADOLESCENTES.**

Paula Melgaço (PUC-Minas)
paulamelgaco.psi@gmail.com

É inegável que a tecnologia tem alterado diversas instâncias da vida do ser humano, passando pela forma como se relacionam e se inserem socialmente até a construção de sua personalidade. Os jovens nascidos a partir da década de 90, os chamados nativos digitais, são os principais usuários de tais recursos, em especial de atividades que envolvem a comunicação e o lazer, como as redes sociais, os jogos, as conversas por mensagens instantâneas e o download de vídeos, séries e filmes (Fundação Telefônica, 2014). Além disso, é preciso considerar que a adolescência é um momento crucial para que o sujeito construa um novo lugar no seio social que vá além da convivência familiar, sendo, portanto, uma fase de rompimento com os pais. É, em adição, uma fase em que sujeito é confrontado com diversas questões concernentes à sua identidade e sexualidade. Cabe ressaltar que todas as vivências citadas são atravessadas pelo mundo virtual, local onde os adolescentes buscam informações, se expressam e conquistam novos espaços. Desse modo, devido à relevância da tecnologia para tais indivíduos, o presente trabalho tem como objetivo propor uma discussão sobre as mudanças promovidas pela tecnologia digital na vida dos adolescentes, a partir de trabalhos artísticos produzidos por 6 (seis) alunos de uma escola de desenho de Belo Horizonte para o concurso cultural que teve como temática a seguinte questão: “Como a tecnologia muda o meu mundo?”. Os adolescentes foram convidados a responder a essa pergunta se expressando livremente, através de seus desenhos, digitais ou feitos à mão livre que ilustram os modos como se relacionam com os aparatos e recursos tecnológicos com os quais têm contato. Partiremos, portanto, de tais produções para fazer uma reflexão sobre a temática que será embasada pela teoria psicanalítica. As modificações na forma como veem, interpretam e se relacionam com o ambiente ao seu redor, as possibilidades de fazer laço com o outro, a dependência e a centralidade da internet em suas vidas, o fascínio pelo ciberespaço e a influência na construção da personalidade são algumas das transformações apontadas pelos adolescentes, o que indica que a tecnologia pode favorecer a construção de laços sociais, a investigação, o autoconhecimento e a exploração, por outro lado, dependendo de como é utilizada, também envolve os jovens em alguns embaraços tanto sociais como subjetivos, podendo deixá-los confusos e imersos no mundo das imagens, tendo sua capacidade reflexiva rebaixada e repertórios por vezes repetitivos, fragmentados e empobrecidos (Lima, 2006).



MÍDIAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL.

Magda Pischetola (PUC-Rio)
magda@puc-rio.br

Ao longo dos últimos anos, tem sido apontado que as mídias sociais apresentam baixas barreiras à participação cívica e oferecem oportunidades para o pluralismo nos debates públicos. Desse ponto de vista, plataformas digitais como Facebook e Twitter permitiriam o surgimento de uma cidadania ativa, ampliando as possibilidades de participação democrática. De fato, nos últimos cinco anos novas formas de socialização da política têm encontrado expressão em mobilizações coletivas com características semelhantes em diferentes países. A centralidade da Internet é seu elemento principal em comum, sendo que as mídias sociais têm desempenhado um papel significativo na denuncia de casos de brutalidade policial ou de manipulação das notícias pela mídia institucional, e têm sido importantes para a convocação e organização das revoltas. No entanto, colocam-se algumas interrogações em torno do papel dos meios digitais na onda mundial de protestos. As mídias sociais funcionaram para o apelo à ação, mas quem foi responsável pelas primeiras iniciativas em cada contexto? Há lideranças nesses processos de mobilização? Quais razões principais levaram os jovens à rua? E ainda, quais são as repercussões dessas novas formas de mobilização política em termos de participação juvenil? Na busca por respostas às questões colocadas, este artigo apresenta um estudo dos protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013. Ao analisar a circulação de mensagens nas mídias sociais e seu potencial em reunir grandes massas de pessoas para protestar juntas, alegamos que um dos fatores para a participação política a ser examinado nesse contexto foi o desejo dos indivíduos de serem parte de um momento histórico, um evento de visibilidade mundial e, portanto, imperdível. A partir da submissão de um questionário online, publicado nas páginas das mídias sociais mais ativas em junho de 2013, confirmamos que os participantes foram à rua por causas extremamente diferentes, mas ao mesmo tempo unidos pela excepcionalidade do evento. Jovens decepcionados pela representação dos partidos políticos encheram as ruas com seus cartazes em diferentes idiomas, cientes da visibilidade global pelas redes sociais, utilizando *hashtags* emprestadas por outros movimentos ou contextos, como no caso do *#VemPraRua*, semelhante ao espanhol *#TomaLaCalle* e ao mesmo tempo referente a um comercial de um automóvel que promovia a Copa do mundo. Para avançar em nossa investigação, procuramos entrevistar ativistas que atuaram nos protestos de junho 2013 na cidade do Rio de Janeiro. A análise da fala dos sujeitos indica a importância das mídias sociais para “a chamada” das massas, mas um aspecto de relevância observado refere-se à crença de não substituição do presencial pelo digital. A maioria dos jovens entrevistados declarou não reconhecer lideranças nos movimentos e mencionou páginas e contas com menor número de participantes, mas ativas ainda dois anos depois, para a organização de ações políticas locais interessantes. Por fim, consideramos que apesar da relevância da Internet para as mobilizações, a política acontece ainda fora do espaço digital. Os protestos de 2013 foram ocasião para muitos jovens de se envolverem em coletivos, associações territoriais, centros comunitários que atuam hoje na esperança de renovar em futuro os processos políticos democráticos.

213



SÃO OS JOVENS PRODUTORES?

Joana D’Arc Silvia Goudinho Arrelaro (UnB)
silvia.arrelaro@gmail.com

Vânia Lúcia Quintão Carneiro (UnB)
quintao.carneiro@gmail.com

A acessibilidade a modernos aparatos tecnológicos e a conexão quase permanente em redes sociais e mídias digitais têm proporcionado à grande parte dos jovens, novas formas de relacionar-se, de participar, de interagir e de aprender na sociedade contemporânea. Integrantes de uma geração, denominadas por alguns autores como nativos digitais, os jovens utilizam diferentes linguagens: imagética, escrita, audiovisual e musical como uma forma de comunicarem-se com seus pares e de constituírem-se como sujeitos de sua cultura. Ao nos depararmos, todos os dias, com uma infinidade de vídeos e imagens circulando na web podemos presumir que muitas dessas produções sejam realizadas por jovens. Frente a facilidade tecnológica de produção e divulgação dos conteúdos, proporcionado pelas mídias digitais, surge o conceito de “prosumidores”, que refere aos indivíduos que não só consomem, mas que também desempenham o papel ativo de produzir e compartilhar conteúdos. Deste modo, produtores e consumidores não ocupam mais papéis separados, mas podem ser considerados participantes interagindo de acordo um novo conjunto de regras. Mas os jovens que estão na rede são necessariamente produtores? Para responder a esta questão, o presente trabalho faz um recorte de uma pesquisa de dissertação que está sendo realizada em uma escola pública do Guará, região administrativa de Brasília, Distrito Federal. O objetivo deste artigo é examinar se os jovens, que permanecem grande parte do seu dia conectados, são também produtores. O levantamento de dados teve a participação de cento e cinquenta e oito estudantes, de idades entre quinze e vinte anos, que responderam um questionário *on-line*, autoaplicável, denominado “Jovens, internet e produção de conteúdo”. O instrumento foi disponibilizado no laboratório de informática da escola, com questões relativas a atividades de comunicação, de lazer, educacionais e de produção e compartilhamento na internet. Os resultados preliminares apontam que, embora os jovens utilizem ativamente a internet para fins de comunicação entre seus pares, como acesso a redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, o protagonismo na produção e compartilhamento de conteúdos digitais não é tão evidenciado como nos fazem crer a literatura recente. Entretanto, a produção realizada pelos jovens pode nos ajudar a compreender como se constitui esta geração que nasceu e cresceu em uma sociedade cercada por tecnologias e pelas mídias. Deste modo, conhecer os hábitos quanto ao consumo e produção na internet, identificar o que produzem e compartilham em suas redes, pode auxiliar no planejamento de ações voltadas para a educação na contemporaneidade, com projetos escolares carregados de sentidos, onde os jovens possam sentir-se mais motivados a participar da vida escolar.



ESPELHO, ESPELHO MEU: O FENÔMENO DO SELFIE NOS SITES DE REDES SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS.

Jéssica de Souza Carneiro (UFC)
jessiscarneiro@gmail.com

No momento contemporâneo, mudanças sociais, culturais e políticas têm gerado novas formas de subjetivação, sobretudo por intermédio da mediação tecnológica. Novos hábitos de vida e consumo têm emergido juntamente à evolução da publicidade e do crescente emprego de tecnologias no cotidiano dos indivíduos. Inseridas nestas confluências contemporâneas, estão os sites de redes sociais, plataformas cuja maneira de operacionalizar as relações sociais possui regras, códigos e tendências que lhes são próprias. Ademais, é válido também inferir a crescente sobreposição do imagético ao textolátrico dentro destes ambientes digitais, principalmente uma sobreposição do gênero fotográfico, discussão que privilegiaremos no decorrer do trabalho. O objetivo deste estudo busca refletir sobre o *selfie* a partir de um referencial teórico crítico, tendo como marco a temática do consumo, da performance, da imagem, do corpo e da indústria cultural. O método do artigo em questão favoreceu um estudo ensaístico, buscando vestígios deixados pela materialidade das relações interpessoais nas plataformas digitais – mediadas pelas imagens. Optou-se pela revisão sistemática da literatura tendo como categorias conceituais a mediatização do corpo, a autoexposição, a performance da felicidade, que são centrais para este estudo. A investigação da temática também ajudará a compreender, ainda que não completamente, como opera o mundo das imagens no contexto da Indústria Cultural. Em outras palavras, percebe-se um certo privilégio da utilização da imagem em relação ao texto como principal linguagem de comunicação e relação interpessoal dentro dos ambientes digitais. Tal constatação nos faz invocar muitos questionamentos a respeito da repercussão desse privilégio no que tange à forma como os indivíduos mediam os próprios corpos e como se apresentam na rede. Dentre estas imagens, há recorrência de um gênero fotográfico denominado *selfie*, fenômeno que parece ter conquistado o interesse de muitas áreas das Ciências Humanas, como Psicologia, Comunicação Social, Antropologia, dentre outras, e sobre o qual nos debruçaremos neste artigo. Este ensaio nos possibilitou perceber a existência de um imperativo estético de felicidade, que rege a maneira de produzir os *selfies*. Espera-se – uma expectativa fomentada tanto por si quanto pelo outro – que os sujeitos autorretratados imprimam uma expressão de felicidade, servindo à lógica da indústria cultural e à publicidade. Ao satisfazer as expectativas geradas pelos outros sobre si, os usuários produtores de *selfies* dão-se a consumo. A partir de tais observações, poderemos discutir com um pouco mais de profundidade as questões que tangenciam da Fotografia, Psicologia e das mediações tecnológicas, áreas de interesse do estudo proposto.



**JUVENTUDE TECNOLÓGICA:
PERFIL MIDIÁTICO-DIGITAL DE JOVENS NA CIDADE DE BAURU (SP).**

Juliano Ferreira de Sousa (UNESP)
juliano_de_sousa@hotmail.com

Maria Cristina Gobbi (UNESP)
mcgobbi@terra.com.br

Entender o ciclo geracional é pensar a própria ideia de 'juventude'. Mudanças nos paradigmas culturais e os comportamentos de vanguarda, em geral, ganharam impulso a partir dos grupos mais jovens. Nesse sentido, muito se fala sobre a existência de uma 'juventude digital', que faz uso de aparatos midiático-digitais, estando notadamente imersa em contextos conectados. Esse grupo, dificilmente, se liga com as mídias da mesma maneira que faziam seus pais ou avós e vem reconfigurando as práticas culturais e comunicativas. Nessa pesquisa, é proposto um estudo sobre quais são essas práticas comunicativo-digitais de jovens que se reconhecem como 'conectados' e residem na cidade de Bauru (SP). Também indagamos quais as relações estabelecidas e o intercâmbio midiático com as gerações anteriores vem sendo construído. Para responder tais questões propomos aqui um estudo sobre a evolução dos conceitos de 'geração' e 'juventude', dando destaque especial à realidade da América Latina e as suas especificidades socioculturais. Como objeto de pesquisa desse artigo, foram selecionados jovens que se consideram 'conectados', residentes na cidade de Bauru (SP) e que tenham entre 15 e 29 anos, recorte proposto pelo "Estatuto da Juventude" (BRASIL, 2013). Aplicou-se um questionário online para o público escolhido, mesclando questões fechadas e abertas, para possibilitar uma boa análise qualitativa. Foram criados tópicos de estudos específicos para facilitar a separação dos dados. Em seguida, verificamos se o perfil comunicativo-midiático constatado era o mesmo que o presente na bibliografia de apoio. Portanto, investigamos a viabilidade do emprego de termos como 'Geração Internet' e/ou 'Geração Digital' para aqueles jovens. Os conceitos de Geração e Juventude foram trabalhados a partir de Mannheim (1968), Foracchi (1972), Ianni (1968), Groppo (2000) e Abramo (2005). As relações entre as gerações e as mídias digitais, a partir de Tapscott (2010), Gobbi (2012), Palfrey e Gasser (2012). Contextos midiático-tecnológicos da juventude a partir de Jenkins (2009), além das contribuições de alguns autores latino-americanos. Esses jovens têm invertido as lógicas geracionais, ensinando os adultos a navegar nesse novo ambiente midiático-tecnológico, e alterando as práticas culturais. A aplicação de termos como "Geração Internet" e "juventude digital" é possível, pensando na atual lógica midiática e nos perfis constatados a partir da aplicação do questionário. A juventude tecnológica-digital, focada no consumo da internet e no uso de dispositivos móveis, reforça o que Jenkins (2009) chama de "cultura participativa", valorizando os ambientes interativos. Essa pesquisa retrata um recorte da Dissertação de Mestrado a ser defendida no "Programa de Pós-graduação em Comunicação", da Faculdade Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da UNESP, campus Bauru (SP).



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 04B - Mídias e tecnologias.

Coordenadora: [Lúcia de Mello e Souza Lehmann](#) (UFF)

217



**“SEMPRE DANDO UMA OLHADINHA”:
A RAZÃO TÉCNICA DESAFIA AS PRÁTICAS COTIDIANAS.**

Lucia de Mello e Souza Lehmann (UFF)
lehmannlucia@gmail.com

Gilda Caroline de Andrade Guimarães (UFF)
gcaguimaraes@gmail.com

Mariana de Andrade Touças (UFF)
maryzinha.msf@gmail.com

Gabriela Gasparelli de Souza (UFF)
gabrielagasparelli@gmail.com

Emilissa Barboza Cerqueira (UFF)

A “razão técnica” desafia antigas práticas e hábitos da vida cotidiana, cultura, informação, serviços, entretenimento, relacionamentos e também as demandas de formação e educação dos jovens. Vivenciamos uma valorização das técnicas, tecnologias e mídias e uma adaptabilidade galopante dos jovens a elas, bem como uma inovação de aplicabilidades e usos para lidar com os impasses do cotidiano. *“Estou sempre aberto dando uma olhadinha, gosto de fazer a hora que eu quiser, as coisas vêm pra gente, celular é tudo de bom”* (sic) são algumas das falas dos jovens que testemunham sua familiaridade e desejo de usufruir e avançar nestas mudanças. Contudo as tecnologias são assimiladas pelas instituições de ensino dentro de uma referência tradicional o que requer uma revisão crítica, atualização e desafio dos que nelas atuam, seja como docentes, técnicos ou discentes. Esse trabalho tem como proposta apresentar os estudos e intervenções realizadas com jovens alunos universitários. Nele focalizamos as mudanças assimiladas e promovidas pelos jovens e, através da metodologia da pesquisa-intervenção, organizamos experiências para atuar, observar, refletir e interagir com alunos na disciplina de Psicologia da Educação, ministrada em diversos cursos de licenciatura (Biologia, Ciências Sociais, Filosofia, Física, Geografia, História, Matemática, Pedagogia, Psicologia, Química e Sociologia). Fundamentado em referências conceituais da psicologia sócio-histórica, como o conceito de mediação, nas concepções atuais de juventude e formação de subjetividade e nos estudos contemporâneos de comunicação e cultura, especialmente os da América latina, o trabalho apresenta como resultado um perfil da interatividade e avaliação dos alunos sobre as dinâmicas utilizadas na disciplina, tendo a razão técnica, termo usado por Barbero, como referência e estratégia para a comunicação e aprendizagem. Como destaque a importância dos celulares e *smartphones* na transformação dos hábitos de vida e recursos de orientação, comunicação e informação, com impacto no comportamento dos jovens alunos dentro e fora da sala de aula. O trabalho vem sendo realizado na Universidade Federal Fluminense, na Faculdade de Educação e conta com o apoio da Pró-Reitoria de Graduação da UFF, através do bolsista Monitor, e do CNPq e da FAPERJ, através de bolsas de Iniciação Científica.



O PERFIL DIGITAL DO JOVEM UNIVERSITÁRIO DA UFAC.

Aleta Dreves (UFAC/UNESP)
aleta.ac@gmail.com

Maria Cristina Gobbi (UNESP)
mcgobbi@terra.com.br

As Tecnologias Digitais, encontram-se cada vez mais presentes na sociedade atual devido a globalização. Visando compreender as características juvenis inseridas no contexto digital dos jovens residentes na região Norte do Brasil, pretendemos, neste trabalho, verificar se os jovens universitários na faixa etária de 17 a 29 anos, estudantes da Universidade Federal do Acre – UFAC, estão utilizando as tecnologias digitais aliadas a convergência digital e a interatividade, objetivando traçar o perfil digital deste universitário. A pesquisa é resultado da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Televisão Digital: informação e conhecimento, da Unesp – Campus Bauru, estado de São Paulo, Brasil. Foi realizada na cidade de Rio Branco, no estado do Acre, pertencente a região amazônica do Brasil. Foram entrevistados 475 na faixa etária de 17 a 29 anos, de diversos cursos da Ufac, perfazendo um total de 10% dos alunos totais de graduação desta faixa etária. Para delimitação do perfil digital foi necessário conhecer a história do estado, suas características culturais, demográficas e midiáticas, para este conhecimento trabalhamos com dados do: Governo do Estado do Acre (ACRE, 2013), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2011). Para entender sobre a criação do estado, a educação e a fundação da Universidade Federal do Acre, utilizamos os trabalhos de pesquisadores da UFAC: (MORAES, 2008), (PINHEIRO, 2013) e (SOUZA, 2009). Pesquisar o universo da população denominada de juventude acriana e distinguir as gerações digitais utilizamos as obras do referencias na área: (GOBBI, 2012), (BORELLI, ROCHA e OLIVEIRA, 2009), (TAPSCOTT, 2010), (PALFREY e GASSER, 2011). Para entender o funcionamento das tecnologias digitais trabalhamos com as referências de: (CANNITO, 2010), (CASTELLS, 2002), (JENKINS, 2009), (RAPPAPORT, 2009), (STRAUBHAAR, 2004). Como metodologia além do levantamento bibliográfico foram utilizadas as abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas, com aplicação de questionário composto de 52 questões relacionadas a Mídia, Tecnologias, Internet, Celular, Tablet, Computador, Televisão e Redes Sociais. Para análise foram selecionadas 25 questões de consumo de: Internet, Televisão, Celular, Tablet e Computadores. Como apontado na problemática, verificamos que os jovens universitários entrevistados agregam novas formas de uso das tecnologias digitais e da convergência digital de meios. Em relação ao perfil nacional traçado por diversas pesquisas do Ibope, Telefônica, youPIX, o perfil obtido dos nossos jovens é extremamente semelhante, o que prova que apesar das dificuldades enfrentadas no norte do país, em questão de acesso, infraestrutura, oportunidades, dificuldades climáticas, a característica geracional é uma só. Concluímos com este trabalho que os jovens universitários estão vivenciando a juventude digital, onde os aparatos tecnológicos fazem parte do cotidiano e do modo de vida.



JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA E OS USOS DE TECNOLOGIA.

Loriza Lacerda de Almeida (UNESP)
loriza@faac.unesp.br

Leandro da Silva Freitas (UNESP)
lefreitasbtu@hotmail.com

Na atualidade temos um novo cenário estabelecido, com o surgimento das tecnologias de informação e de comunicação: a sociedade do conhecimento, e nela está em curso um processo de mudanças importantes, no que se refere ao modo de estabelecer a comunicação e, por extensão, nas formas de ensinar e aprender. Agora não é apenas a universidade que produz conhecimento, mas há diferentes fontes e o acesso ao saber está em tempo real, por meio da internet. A sala de aula passou a ser apenas mais um lugar para a aprendizagem, mas há outros lugares onde aprender também é possível. O professor deixou de ser o centro do processo e os estudantes gradativamente estão ficando mais ativos, mas este é um momento ainda de transição. Segundo Kenski, “nos espaços presenciais de aprendizagem - escolas e campi - prevalece o ensino ativo do professor sem a necessária correspondência com o desejo calado e passivo de aprendizagem dos alunos. Ensino orientado, estruturado e, muitas vezes, distantes dos pensamentos, experiências e anseios dos aprendentes”. (2003, p.101-102). Nas últimas décadas, o uso de tecnologias em sala de aula, por parte dos jovens universitários, trouxe mudanças no perfil destes estudantes e no modo como as aulas vem sendo ministradas. Há uma preocupação de que estas ferramentas não estejam sendo usadas de modo a articular os conteúdos apresentados pelos professores e que seu uso possibilite uma distração que prejudique o processo ensino-aprendizagem. Há um certo torpor, porque os estudantes sabem usar as tecnologias e já nasceram imersos neste modelo – estão sendo chamados de nativos digitais, mas não usam necessariamente para a melhora da aprendizagem e os professores ainda não dominam as ferramentas com segurança, para planejar novas formas de ensinar e continuam, em grande medida, a reproduzir os mesmos programas e a trabalhar os mesmos temas. Para verificar essa situação estruturamos um projeto de pesquisa para delinear este aspecto na sala de aula e, a partir da aplicação de questionários perguntamos a estudantes universitários quais as tecnologias mais utilizadas por eles e a finalidade. Os questionários foram aplicados para um conjunto de 80 estudantes universitários, das áreas de ciências humanas, ciências humanas aplicadas e exatas no campus de Bauru, da Universidade Estadual Paulista. Os resultados identificaram o uso de tecnologias massivas, celular e computador principalmente; as finalidades apontadas não se direcionam aos conteúdos escolares, provavelmente porque a maioria dos professores ainda não apresenta planejamentos de aula que contem com apoio tecnológico presencial. A identidade desta juventude vem se transformando, à medida que as ferramentas tecnológicas permitem uma ampliação de informações e no modo de ver o mundo, mas segundo suas indicações, os professores não estão acompanhando as mudanças. Como escreve Kenski (2014, p.45), “As tecnologias comunicativas mais utilizadas em educação, porém, não provocam ainda alterações radicais na estrutura dos cursos, na articulação entre conteúdos e não mudam as maneiras como os professores, trabalham didaticamente com seus alunos. ... elas ainda estão muito longe de serem usadas em todas as suas possibilidades para uma melhor educação”.



**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM JOGOS VIRTUAIS:
UM ESTUDO SOBRE CORPO E ESTRATÉGIA NO JOGO *LEAGUE OF LEGENDS*.**

Cínthia Oliveira Demaria (PUC-Minas)
cikademaria@gmail.com

Márcia Stengel (PUC-Minas)
marciastengel@gmail.com

Valéria Freire de Andrade (PUC-Minas)
valeriafreireandrade@gmail.com

A discussão em torno das interações sociais estabelecidas pelos sujeitos no ambiente virtual tem despertado estudos inesgotáveis no campo das Ciências Sociais, Comunicação e Psicologia. Os jogos digitais, por sua vez, têm trazido um debate acerca da criação de personagens que revelam características de perfis reais e imaginários dos seus jogadores. O encontro destes sujeitos, portanto, reúne motivos para além da competitividade já implícita em um jogo, pois possibilita reconhecimento de identidades distintas através de seus personagens. A proposta deste trabalho é compreender e analisar os processos de interação e socialização possibilitados pelos jogos no que diz respeito aos sentidos de reconhecimento e de visibilidade que podem ser trazidos para os jogadores. O *League of Legends* (LoL) é um exemplo clássico dessas novas comunidades virtuais compartilhadas por adeptos da interação por meio de computadores e celulares. Ele é caracterizado por ser um *Multiplayer online battle arena* não se coloca nota de rodapé em resumo. Ou você deixa só em inglês mesmo ou coloca entre parênteses a tradução. Acho que pode colocar aqui só em português (MOBA) e é um subgênero de jogos de estratégia em tempo real. A mistura de batalhas em um ambiente simples com diversas formas de configurar o jogador tem feito muito sucesso no mundo todo. Com pouco mais de seis anos de existência, o *game* jogo alcançou 67 milhões de adeptos em 2013, segundo a empresa americana *Riot*, criadora do jogo. A escolha por este jogo como objeto de pesquisa deveu-se ao fato de ser um jogo gratuito, o que possibilita seu acesso a um número grande de pessoas, além de corresponder ao nosso objetivo. Para a realização da pesquisa, utilizamos um questionário quantitativo em formato online que foi enviado para sites e blogues em que os jogadores de *League of Legends* se encontram, discutem a respeito de seus personagens, trocam informações e se comunicam, marcando partidas, encontros presenciais e participações em campeonatos. No período em que a pesquisa ficou disponível, tivemos 298 respostas. Dentre os dados mais expressivos destaca-se o tempo dedicado ao jogo, que ultrapassa 10 horas/ diárias, segundo a maioria dos entrevistados. Além da diversão, a competitividade foi um dos principais fatores que apareceram como motivo para a escolha de um campeão (nomenclatura utilizada pelo jogo para referir-se ao personagem). As habilidades e características de cada um deles também são definitivas para a equipe, bem como a intenção de compra de novas *skins* – poderes que podem ser adquiridos pela evolução de um personagem no jogo ou com o pagamento em dinheiro real. Percebe-se, portanto, uma estrutura de construção de visibilidades a partir de interesses comerciais, inclusive dentre os próprios jogadores.



**JUVENTUDES – AMBIENTES DE EXPRESSÃO INSPIRANDO O PROTAGONISMO JUVENIL.
UMA VISÃO SOBRE O PROGRAMA JUVENTUDES NO SESC BERTIOGA.**

Rogério Wong de Oliveira (SESC-Bertioga)
wong@bertioga.sescsp.org.br

Aline Melo de Abreu (SESC-Bertioga)
alinem@bertioga.sescsp.org.br

Carla Cruz Soares (SESC-Bertioga)
carla@bertioga.sescsp.org.br

Emerson Luis Costa (SESC-Bertioga)
emerson@bertioga.sescsp.org.br

Marcela Oliveira Fonseca (SESC-Bertioga)
marcela@bertioga.sescsp.org.br

Marcelo Bokermann (SESC-Bertioga)
bokermann@bertioga.sescsp.org.br

Sandro Casarini (SESC-Bertioga)
sandro@bertioga.sescsp.org.br

O Serviço Social do Comércio - Sesc é uma instituição brasileira, privada, criada e mantida pelos empresários dos setores de comércio de bens, serviços e turismo, com o objetivo de colaborar para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador desses setores, seus dependentes e sua comunidade. Atuando em âmbito nacional, possui administrações regionais em cada estado, sendo que em São Paulo existem 36 unidades operacionais, entre elas o Sesc Bertioga. Pautada por três princípios norteadores: a destinação social ao sentido amplo de cultura; a dimensão cultural à ideia de educação permanente; o imperativo educativo à realidade diária de seu trabalho social. Desenvolve um cardápio de ações com seus diversos públicos e atualmente procura ampliar a programação voltada às juventudes, buscando ampliar os horizontes institucionais assim como assegurar a diversidade, o protagonismo, a autonomia e as diversas formas de expressão dos jovens, respeitando seus contextos sociais e culturais, suas demandas e subjetividades. A criação do Programa Juventudes estabeleceu diretrizes e orientações metodológicas que possibilitaram a equipe técnica do Sesc Bertioga ofertar atualmente quatro ações que focam na produção de conteúdos em diversos formatos de mídias e atua com os diferentes segmentos juvenis. O projeto Papo Cabeça Salve!, promove discussões relacionadas a juventudes com a concepção, produção e pós-produção de programas de entrevistas, realizados por jovens em diversos espaços buscando identificar e fortalecer jovens atuantes e instituições juvenis em diferentes segmentos sociais e culturais, tendo como seu público foco os munícipes de Bertioga. O projeto Falou e Disse é uma parceria junto aos CRAS (Centros de Referência em Assistência Social) e atende jovens entre 15 e 18 anos, inseridos em programas de transferência de renda, e que produzem fanzines, fotonovelas e músicas utilizando como temas geradores o meio ambiente e a sustentabilidade. O projeto EntreMuros propõe a transformação do espaço urbano através da arte grafite provocando o despertar para uma consciência cidadã entre os jovens estudantes de ensino médio, utilizando como caminhos a realização de oficinas em escolas públicas e a produção de murais grafitados espalhados pela cidade. O projeto Rádio Reserva promove a realização de produções coletivas de comunicação em rádio, na perspectiva da educomunicação com co-realização da ONG Cala a Boca Já Morreu, fundamentado no direito humano à comunicação e nos princípios da cogestão, pautado no envolvimento das pessoas em processos de construção coletiva de autoria e tem como tema gerador a criação da Reserva Particular de Proteção Natural de propriedade do Sesc Bertioga. Este artigo descreve a sistematização destes projetos que contribuem na elaboração de uma consciência crítica e de novas sensibilidades, para que os jovens possam exercer sua cidadania amplamente e não apenas restrita à vida escolar, universitária ou à inserção no mercado de trabalho. Com estas ações, avaliadas de forma positiva por técnicos, parceiros e público atendido, acredita-se fortalecer a missão institucional onde educação e cultura convergem para a transformação social, por meio de iniciativas socioeducativas, em prol da edificação de uma cultura de sustentabilidade, tendo as juventudes como importantes elementos desta mudança.



NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO: INCIDÊNCIAS SOBRE O SUJEITO E O LAÇO SOCIAL.

Flávia Hasky (EBP-RIO)
flahasky@hotmail.com

Na contemporaneidade, grande parte das trocas realizadas entre os jovens ocorrem via internet. As novas tecnologias da comunicação convocam nossa atenção, por afetarem profundamente os sujeitos e os modos de se relacionarem. As janelas virtuais abriram novas perspectivas de se apresentar para o mundo, de fazer amigos e amores, de adquirir conhecimento, de emitir opinião. Esse trabalho discute, a partir da perspectiva da psicanálise, algumas consequências do uso maciço das redes sociais pelo público jovem, visando pensar seu impacto para os mesmos e para a sociedade. Nos hiperconectados anos 2000, a vida ganhou o ritmo alucinante das múltiplas e sempre urgentes possibilidades de comunicação, mas ao engajarem-se os jovens no discurso digital, que novo laço está sendo inventado? Refletiremos sobre a natureza desse compartilhamento, buscando pensar se há maior aproximação ou afastamento do outro, quando se habita majoritariamente o virtual. Estar em rede propicia uma ampliação ou uma redução do laço afetivo e/ou social? Os jovens estão mais sozinhos ou mais enturmados? Com a ilusão da eterna companhia do outro, como anda a sensação de solidão que sempre habitou a alma humana? A ocupação integral do tempo por esses sujeitos absolutamente plugados dificulta o saber esperar e estar a sós consigo mesmo. Temos jovens dependentes do uso dos eletrônicos, presos à necessidade de estarem conectados, sendo essa uma nova forma de adicção, para além do uso compulsivo de álcool e outras drogas nessa faixa etária. Tal dependência é por vezes bastante profunda, incidindo sobre a construção da identidade ainda em curso. Nesse império das imagens, ser visto e curtido em fotos espetaculares pauta existências. Interessa pensar se há de fato uma alteridade nesse cenário de *frisson* em torno das *selfies*. Atentaremos para o risco de uma comunicabilidade sem partilha mais efetiva, para a possibilidade desta troca virtual se tornar a forma hegemônica de sociabilidade, com o empobrecimento dos encontros ao vivo. Neste contexto as escolas são cenário privilegiado para observarmos alguns comportamentos, como as conversas por *WhatsApp* entre os jovens no recreio. Em sala de aula, há um desafio para a Educação, diante do uso cada vez mais intenso de Smartphones em sala de aula: deve-se proibi-lo ou permiti-lo em prol da pesquisa e do acesso ao conhecimento? É grande a dificuldade de organização para os estudos, de administrar a tentação de fugir do dever para o prazer em apenas um click. Pensaremos sobre a capacidade dessa geração de fazer duas ou mais coisas ao mesmo tempo e suas relações com o déficit de atenção entendido como um fenômeno de nossa época.



CONSUMINDO AFETOS: RELAÇÕES LÍQUIDAS NA CONTEMPORANEIDADE.

Cíntia Bueno Marques (UFRGS)
cbmarques@hotmail.com

As possibilidades de interação mediada pelas tecnologias digitais compõem um novo cenário nas relações de afeto entre os jovens, tornando o advento das redes sociais, um eixo importante na construção de identidades, visibilidades e pertencimentos. Nos espaços das redes sociais, os jovens expressam representações de si e são subjetivados, na medida em que passam por negociações constantes entre “como se veem”, “como querem ser vistos” e “como outros sujeitos os veem” – ou os parecem ver. Afinal, as representações produzem significados a partir dos quais damos sentido às nossas experiências e ao que somos, posicionando-nos como sujeitos. A ordem do momento é postar, curtir, compartilhar, comentar e nesses movimentos, contribuir para a construção de identidades fluídas, que se deslocam constantemente numa realidade articulada entre o presencial e o virtual. Manifestações referentes às relações de afeto – sejam essas de amizade, namoro ou arranjos mais contemporâneos – estão presentes nas vidas dos jovens e ocupam as páginas das redes sociais reconfigurando no espaço virtual, antigas práticas, como por exemplo, registros de momentos significativos, pedidos ou declarações de compromisso, demonstrações de carinho, rompimentos, etc. Tais práticas, adaptadas para a visibilidade num espaço público, adquirem características bastante peculiares e representam novos significados. O conteúdo postado por cada jovem, o que curte, o que deleta, o que compartilha, passa a compor quem ele é no seu perfil virtual e consequentemente, fora dele. Distâncias são relativizadas, tempos comportam a simultaneidade, o espaço público ainda trata de questões coletivas, mas predominantemente serve de palco para o compartilhamento de questões antes consideradas privadas. Esse trabalho analisa alguns aspectos do cenário das relações entre os jovens nas redes sociais e propõe reflexões sobre como essas novas formas de se relacionarem podem refletir mudanças em outros contextos, como por exemplo, nos ambientes formais de aprendizagem. Para os jovens contemporâneos – que têm a informação acessível todo momento, que realizam multitarefas simultaneamente, que “visitam” instantaneamente lugares onde nunca estiveram, que estão conectados uns aos outros sistematicamente, que compartilham seus interesses e deletam o que não lhes interessa, que têm relações de afeto intensas e ao mesmo tempo efêmeras mediadas pelos recursos tecnológicos – qual o sentido da escola, como a oferecemos hoje? O que muda na sua forma de aprender e nas sociabilidades que se desenvolvem nesse ou a partir desse ambiente de aprendizagem formal? A partir do referencial teórico dos Estudos Culturais, é possível desenvolver produtivas reflexões, que contribuam na compreensão de diferentes contextos educativos.



CULTURA VISUAL E IDENTIDADE DOS ALUNOS DO CAP-UERJ.

Christiane de Faria Pereira Arcuri (UERJ)
arcuriarte@gmail.com

Reportamo-nos ao consumo da cultura visual pelos alunos do/no CAP-UERJ. Compreendemos, a partir do consumo midiático de objetos estéticos, a formação da identidade crítico-visual desses alunos e nesse espaço escolar. A partir das reflexões estético-visuais reentrantes nas aulas de Artes Visuais e História da Arte, abrangemos as mídias e as tecnologias visuais como recorrências culturais no imaginário da juventude na contemporaneidade. A pesquisa amplia os processos do sistema de significações visuais com os quais os alunos do CAP-UERJ estabelecem com os objetos – seja por meio da sistemática de suas condutas e das relações coletivas e culturais, seja com as possibilidades subjetivas e autorais. O objeto artístico torna-se foco de estudo por meio das abordagens teóricas e práticas que partem da aparência e da organização estético-formal, da recorrência artístico-alegórica e de suas dimensões semióticas. Desta forma, estende-se a revisão crítica das diversas abordagens e padronizações estéticas da produção de sentido da linguagem visual dos objetos. A produção artístico-visual de objetos pessoais fundamentada na Historiografia da Arte deve priorizar a nacionalidade para as referências dos deslocamentos visuais no imaginário cultural da contemporaneidade. Conhecer melhor as categorias e especificidades ligadas à produção estético-artística desses objetos pessoais; pesquisar o desenvolvimento alegórico da linguagem visual e suas implicações semióticas no imaginário cultural contemporâneo não seriam fundamentais para uma formação valorativa e crítica dos sentidos artísticos no ensino de Artes Visuais e História da Arte? A insuficiência no mapeamento dos objetos artísticos mais utilizados pelos alunos no espaço escolar elimina a possibilidade do registro – e do entendimento – da complexidade das demandas culturais e do “gosto” e “personificação” estéticos desses alunos (indivíduos coletivos) em relação aos objetos cotidianos. Testar e criar alusões alegóricas que evidenciem a nacionalidade no design dos objetos cotidianos contextualiza os interstícios simbólicos que engendram o dinamismo visual no espaço escolar. A percepção da estética dos objetos do cotidiano está atrelada ao desenvolvimento de uma sintaxe visual que caracteriza-se por muitos aspectos – desde a impressão imediata da forma até do seu conteúdo (e também ao contrário), como por exemplo: as temáticas e os estilos artístico-estéticos recorrentes da História da Arte; a padronagem estilística como a geometrização / o figurativismo / a abstração da forma; a estilização dos temas; a influência cromática; a interferência plástica das texturas e dos materiais utilizados; os aspectos visuais ligados à profundidade; a inserção da palavra e/ou da (logo)marca; etc. A identificação dos objetos estéticos de uso pessoal dos alunos do CAP/UERJ, e nesse espaço escolar, amplia o entendimento sobre o sistema de signos visuais que circulam na cultura visual da contemporaneidade, e não somente no espaço do cotidiano escolar – o que nos leva a questionar se o aluno compreende as referências estéticas dos objetos de uso pessoal que comumente utiliza? Entendemos como referências estéticas nos objetos não somente as atribuições *ipsis litteris* de obras de arte, mas características artístico-estéticas desenvolvidas e difundidas (as alegorias) no decorrer da História da Arte.



**GRAÇAS A DEUS SOU ATEU:
HUMOR E CONFLITO ENTRE CIÊNCIA E RELIGIÃO NAS COMUNIDADES NEOATEÍSTAS DO
FACEBOOK.**

Rogério Fernandes da Silva (PUC/SP)
prof_rfernandes@yahoo.com.br

O presente trabalho visa discutir a influência das comunidades neoateístas brasileiras no Facebook. A partir do final de 2011, houve um sensível crescimento de comunidades neoateísta na rede social criada por Mark Zuckerberg, dezenas, talvez centenas de jovens, criaram páginas motivadas por uma militância ateísta oriunda da leitura de *best-sellers* neoateus. Esses jovens acabaram fazendo parte das moderações de páginas, que num engajamento virtual, divulgam suas ideias e usam do humor como estratégia de identidade e diferença em relação aos religiosos. A história atual do ateísmo foi descrita no trabalho e como o conflito entre Ciência e Religião é importante para a construção da identidade virtual dos novos ateus e como essa construção está baseada no conceito de alteridade. Foram estudadas diversas páginas, com ênfase na Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos, instituição que influencia positiva ou negativamente as demais, e como elas se comportam no cenário virtual e seus múltiplos aspectos religiosos, culturais e sociais. O neoateísmo é uma vertente recente do ateísmo Ocidental, caracterizado pelo combate às religiões estabelecidas, principalmente as de matriz abraâmica. Após o atentado de 11 de setembro de 2001, foram lançadas diversas obras nesse segmento, que se tornaram *best-sellers* dando visibilidade ao movimento. Nos fins do ano de 2011, houve uma forte disseminação no Facebook de sites ateus promovidos pelo crescimento rápido da página da ONG da Associação de Ateus e Agnósticos do Brasil (ATEA). A partir daí várias páginas de ideias neoateístas surgiram na rede social. Quanto ao recorte cronológico da pesquisa dessa dissertação, pode-se dizer que essa pesquisa acontece desde o final de 2011, quando este autor descobre o movimento neoateu no Facebook. Aproveitando a onda neoateia, a instituição ATEA conseguiu um aumento nos números de adeptos. Com a influência dela, aumentaram o número de comunidades de ateus militantes, alguns entusiasmados com a militância da instituição, outros em desacordo com o papel dela. Essas comunidades têm arrebanhado um número considerável de jovens militantes. Termina no ano de 2015, no mês abril, com o encontro de universitário na Universidade Rural do Rio de Janeiro. Então, a base teórica desta pesquisa foi orientada nos estudos de Manuel Castells e Pierre Levy, esses dois autores foram importantes para debater a questão das comunidades e identidades dos novos ateus brasileiros no Ciberespaço. Outro autor importante para este trabalho foi o historiador francês George Minois suas obras *História do Ateísmo* e *História do Riso e do Escárnio* foram essências para os questionamentos e compreensão das vias que se originaram desse trabalho.



**#HASHTAGS, PERFIS E OUTROS ‘MEMES’:
EFEITOS DA CIÊNCIA NO DISCURSO DOS JOVENS CONTEMPORÂNEOS.**

Fernanda Costa-Moura (UFRJ)
costamouraf@gmail.com

Mantendo como eixo fundamental o problema da representação do sujeito em face das transformações do campo da linguagem que são produzidas no curso da ciência na contemporaneidade, pretendemos isolar, apresentar e debater certas relações discursivas que surgiram com o aparecimento das novas tecnologias e seus suportes, no bojo das operações de formalização da linguagem que dão origem à ciência moderna matematizada. Trata-se de demarcar relações que se materializam a partir dos novos expedientes e pragmáticas de encadeamento enunciativo disponibilizados no meio eletrônico-digital. E, sobretudo, de analisar seu aspecto discursivo, isto é, sua função de encadeamento do laço social entre os jovens. É conhecido o fato de que a operação científica implica a substituição da linguagem ordinária pelos “caracteres matemáticos” de que falava Galileu. Esta manobra de substituição da dimensão significativa, que engendra a equivocidade da linguagem, pela linguagem formal está na base de quase todos os aspectos que regulam nossa vida cotidiana (tais como a numerização dos nossos dados, aferição de nosso saldo no banco, de nossas medições sanguíneas, etc.) e acarreta uma transformação radical da nossa relação com a linguagem. Partindo desta premissa – e considerando que (tomada na perspectiva psicanalítica) a estruturação da dimensão do discurso imbrica tanto o campo do sujeito quanto o campo mais amplo da cultura e do Outro – buscamos evidenciar a problematização introduzida pela operação científica para a sustentação do lugar do sujeito no campo discursivo. Metodologicamente privilegiaremos as diferentes práticas de convocação, de endereçamento, e o encadeamento discursivo que constituem o discurso eletrônico-digital difundido entre os jovens, como indicadores dos remanejamentos introduzidos pela ciência no campo da linguagem, que afetam todo o corpo social. Tendo em vista especialmente que a eclosão das manifestações acontecidas recentemente no Brasil e em outras cidades do mundo está relacionada à força de mobilização corrente nas chamadas ‘redes sociais’, buscamos distinguir o que implica esse elemento novo do discurso que é o *streaming* incessante das *#hashtags*, “*tweets*”, “*tags*”, “*snapchats*” (e outros) com mensagens replicadas a milhares de emissores. Sem pretender com isto, evidentemente, esgotar toda a extensão, a força e a complexidade dos movimentos de massa contemporâneos, argumentamos que os protestos iniciados na rede e inteiramente articulados através das novas ferramentas de comunicação evidenciam, a cada dia, que estes dispositivos não são apenas ferramentas de descrição do mundo. Eles são formas novas de criação e transformação do real – que alteraram de forma inédita os modos de participação no discurso e colocam em questão os modos de representação que nossa contemporaneidade atravessada pela ciência oferece à subjetividade.



A MÍDIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA.

Sebastião Jacinto dos Santos (UNISA)
sebastiaojacinto@hotmail.com

Marcos Júlio Sergi (UNISA)
mj.sergi@uol.com.br

Este trabalho, fundamentado nas leis do Estatuto da Criança e do Adolescente, objetiva um estudo sobre os adolescentes em Liberdade Assistida atendidos pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de Natal/RN. Apresentamos pontos elementares sobre o papel da mídia na formação da identidade desses adolescentes. Partimos da compreensão de suas perspectivas, amparados por conhecimentos empíricos que se vislumbram tanto na atuação dos próprios, como também, dos efeitos da mídia sobre os mesmos. Os argumentos se direcionam para um pensamento referente à sociedade marcada pela desigualdade social, levando os adolescentes a buscarem, a todo custo, corresponder a suas necessidades de consumo mesmo que para isso seja necessário praticar pequenos delitos como roubos ou assaltos. Para a população resta acompanhar, assustada, as ocorrências narradas pelas mídias. Tais narrativas criam uma sensação de insegurança, não restrita mais na zona central da cidade, mas, alastrando-se também pela periferia. Não obstante, o certo é que a paranoia de segurança atingiu as áreas periféricas da cidade, que apresentam mais claramente as diferenças culturais e sociais, processando-se em diferentes formas indenitárias. Os referenciais teóricos estão amparados por autores especialistas no assunto. Verificamos que, embora reconhecida como elemento fundamental no processo de educação do adolescente brasileiro, as mídias são instrumentos de domínio da realidade social, entrelaçando-se com a representação de papéis que antes eram atribuídos ao ambiente escolar. Desta forma, as mídias apresentam-se de forma fantástica, e servem como elo entre o mundo real e imaginário de seus consumidores. Estes mesmos são afetados por um gerenciamento e manipulação da forma de interpretação do mundo que nem sempre representa a sua realidade. As considerações são de que se o nascimento das novas mídias aumentou a capacidade de participação, manifestação e expressão dos cidadãos, por outro lado, gerou certa dicotomia frente ao conhecimento, ao relativizá-lo. A Internet atingiu uma formidável expansão, como instrumento de comunicação e informação, capaz de ligar os indivíduos do mundo inteiro em torno de temas tão variados como a filosofia, a artes, a política ou o cotidiano das pessoas e sua busca indenitária. Além disso, de acordo com o que propõe os estudiosos da história cultural, as identidades também são constituídas pelas memórias das pessoas anônimas, como no caso do adolescente e Liberdade Assistida. Afinal, a história da identidade individual sempre é escrita através das histórias das identidades coletivas que se cruzam nos acontecimentos sociais. Além disso, pode reforçar laços sociais já existentes, facilitando a manutenção do contato entre pessoas que estão geograficamente distantes e pode ser um laboratório de experimentação do adolescente.



**MÍDIA E SUBJETIVIDADE:
UM ESTUDO DOS IMPACTOS MIDIÁTICOS NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE ENTRE
MULHERES DE 20 A 29 ANOS NO RIO DE JANEIRO.**

Thais Lopes Trajano (UNISUAM)
thais.lopestrajano@yahoo.com.br

Rita Flores Müller
ritafloresmuller@gmail.com

Na contemporaneidade, a relação da mídia com a subjetividade feminina tem produzido signos culturais acerca de ser mulher, beleza e corpo feminino. Padrões estereotipados e ainda bastante sexistas acerca do feminino na mídia brasileira têm sido problematizados por diversas áreas do conhecimento em Ciências Humanas e da Comunicação Social. A Psicologia tem contribuído nesse cenário, especialmente com suas produções e estudos sobre gênero. O objetivo do presente trabalho é apresentar reflexões a partir de recorte de pesquisa qualitativa realizada com mulheres de 20 a 29 anos, com o intuito de compreender os efeitos da mídia na produção de subjetividade de mulheres a partir de seus enunciados relacionados aos temas: corpo, beleza e ser mulher. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com moradoras da Zona Norte do Rio de Janeiro. Partimos do entendimento de que a mídia, ao veicular, constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos, baseando-nos na articulação dos conceitos de poder, saber e sujeito, feita pelo filósofo francês Michel Foucault. A análise das entrevistas visibiliza alguns eixos para discussão proposta neste trabalho. As reflexões caminham para a mídia televisiva, por ser a mais presente na fala das participantes. As conquistas efetivadas pelas mulheres no campo social e no acesso a direitos ainda encontram resquícios veementes da desigualdade entre os gêneros que marcou a história do Ocidente. Esses resquícios aparecem nos discursos ao elucidarem o *ser mulher* na atualidade, refletindo sobre avanços desde a época de suas mães para a realidade que vivenciam hoje, porém reforçando a ideia que ainda há muito a se pensar e produzir sobre as mulheres. Desta forma, apresentam um desconforto na relação com a mídia e na forma como mulheres geralmente são retratadas. Outro vestígio dessa construção histórica é a própria relação estabelecida culturalmente com o corpo da mulher que, especialmente a partir do século XX, vem sendo construído como alvo e objeto de consumo no sistema capitalista. Ou seja, nos enunciados analisados há a constante produção e reconhecimento deste corpo que é exposto e veiculado em diferentes mídias com o objetivo de alimentar o capitalismo e seus ditames e, por fim, estabelecer os padrões e contornos de um corpo feminino aceitável, inteligível, consumido e consumível. Em uma contemporaneidade pautada numa lógica capitalista em que se prioriza a produtividade, é entendível que a beleza se torne símbolo de saúde, entendendo uma pessoa “bonita” como uma pessoa saudável, que é capaz de produzir. As definições de beleza e saúde que emergem aderem a um mesmo significado. Como parte do processo de produção de subjetividade feminina, as mulheres constituem-se de diferentes modos nos *regimes* de produção de corpos, vivenciam uma busca inalcançável pelo enquadramento nos padrões de beleza determinados pela atualidade e encontram na mídia um dos elementos dessa produção. Pode-se afirmar que as mudanças na representação imagética, simbólica e cultural em relação ao corpo das mulheres, ao conceito de beleza, aos efeitos da mídia nessa produção possuem uma história não linear e, necessariamente, reivindicam uma análise interdisciplinar e de classe, gênero e raça/etnia.



JOVENS CONSUMIDORES DO FORRÓ ELETRÔNICO E AS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DA MULHER NA RECEPÇÃO MIDIÁTICA.

Fábio Soares da Costa (UFPI)
fabiosoares.com@hotmail.com

A música é uma manifestação social que representa sua época, cultura, usos e costumes de uma sociedade, que é cantada e contada por essa forma de arte. O forró, como componente cultural da Região Nordeste do Brasil, apresenta atributos de uma nordestinidade que se ressignifica desde a década de 40 do século XX, assim como as representações simbólicas da mulher cantadas por esse estilo musical. Nesse contexto, lançou-se o olhar sobre o gênero feminino e sua corporeidade enunciada no forró eletrônico. O objetivo dessa investigação foi analisar o processo de construção de sentidos midiáticos entre consumidores/receptores jovens de forró eletrônico contemporâneo a partir das representações simbólicas da mulher, quando esses jovens interagem com as mensagens sugeridas nas bandas “Limão com Mel”, “Furacão do Forró” e “Garota Safada”. Metodologicamente foi utilizada a Análise de Conteúdo Categorical (BARDIN, 2011), a apropriação da Teoria das Mediações (MARTÍN-BARBERO, 2001) e do Modelo das Multimídiações (OROZCO GÓMEZ, 2000) para analisar os conteúdos apresentados nas letras do forró eletrônico midiaticizado referente à oferta de sentidos constituidores sobre o ser feminino, identificar os sentidos de construção do gênero feminino presentes nos produtos midiáticos (DVD) de bandas de forró eletrônico, suas negociações na recepção e analisar as mediações intervenientes no processo de recepção midiática e produção de sentidos junto aos jovens de uma escola pública estadual do ensino médio da cidade de Caxias-MA. Na primeira etapa da pesquisa, foram analisadas 64 músicas, 22 da banda “Garota Safada”, 22 da banda “Furacão do Forró” e 20 da banda “Limão com Mel”, sendo identificados 161 sentidos. Suas similaridades possibilitaram a formação de categorias de análise, nas quais foram denominadas com títulos de músicas das bandas investigadas: Categoria A: “Vou te amar até o fim” – Sentidos de romance; Categoria B: “Ninguém vai me mudar” - Sentidos de conquista e traição masculina; Categoria C: “É só chegar e beijar” – Sentidos de erotismo; Categoria D: “Fiel à cerveja” – Sentidos de festividade e alegria; e Categoria E: “Pianinho, caladinho” – Sentidos de empoderamento feminino. Para a segunda parte da pesquisa, a análise da recepção juvenil, foram realizados cinco grupos focais com 44 alunos do ensino médio do Centro de Ensino Inácio Passarinho, com idades entre 18 e 25 anos. Foram identificadas conexões com todas as categorias relacionadas nas análises dos dvd, com a identificação de mais quatro categorias: Categoria F: Ícone referencial de beleza feminina; Categoria G: Estratégia de consumo mercadológico; Categoria H: Dicotomia feminina; e Categoria I: Negociação. Essas categorias nos permitiram concluir que a imagem da mulher no forró eletrônico midiaticizado é plural. Por vezes, violentada simbolicamente pela indústria cultural, é reconhecida como ícone e beleza, estratégia de consumo mercadológico, profissional, esposa para uns e amante erótica para outros, apaixonante bailarina e independente financeiramente, empoderada do seu corpo, agora, também, é traidora conjugal, sobretudo por vingança. É uma mulher que já não perdoa tanto, mas ainda sonha com seu “príncipe”; que negocia sentidos, posições sociais, lugares de ser e de estar no mundo.

230



ENTRE A ESPERANÇA E A DESCRENÇA: EXPECTATIVAS DE JOVENS SOBRE TRABALHO, POLÍTICA E FUTURO.

Carolina Salomão Corrêa (PUC-Rio)
carolina_salomao@yahoo.com.br

Solange Jobim e Souza (PUC-Rio)
soljobim@uol.com.br

As reflexões presentes nesse trabalho são frutos de uma experiência de pesquisa para o desenvolvimento de uma série destinada ao público jovem. Entre os meses de setembro e dezembro de 2014, desenvolvemos e aplicamos uma metodologia dividida em três etapas de análise e campo que nos permitisse traçar um perfil breve, porém consistente do jovem brasileiro entre 15 e 25 anos, de diferentes localidades com perfil etário e socioeconômico variados. A intenção é que o mapeamento do comportamento mais geral desse grupo etário permitisse identificar conflitos que pudessem ser representados de forma realista e interessante. Assim, o relatório consolidado da pesquisa serviria de diretriz para orientar roteiristas para o desenvolvimento de uma série que explore conflitos e causas identificadas como pertinentes para o público dessa faixa etária. A investigação teve dois grandes focos, o primeiro referia-se a um perfil identitário que privilegiava informações de âmbito íntimo concernentes a comportamentos, hábitos, ambições, além de temas geradores de angústias e medos. O segundo teve seu foco nas relações dos jovens com séries e perfil de consumo de conteúdos. Este texto tem como objetivo descrever brevemente o processo da investigação – estratégias metodológicas e enfoques de análise – e apresentar algumas conclusões sobre esses jovens no que se refere a suas expectativas e receios em relação ao futuro. Embora a pesquisa tenha compreendido outros temas, sobretudo os referentes a séries e conteúdos, esse texto se debruça sobre os dados e narrativas relativas a trabalho, política e futuro. Essa opção decorre da percepção da centralidade desses temas nos discursos dos jovens representada na forma de mal-estares e controvérsias ligados ao viver o presente e pensar o futuro. Convergindo estatísticas fornecidas por pesquisas institucionais recentes e depoimentos coletados em dinâmicas de rodas de conversa, este artigo pretende apresentar as expectativas e receios que os jovens nutrem em relação ao futuro e o modo que expressam as angústias que elas geram. Sistematizada em torno dos temas trabalho, futuro e política, a pesquisa observa o modo como os dados estatísticos ganham materialidade na experiência narrada dos jovens conferindo especificidades e apontando contradições. A partir dos depoimentos, percebemos que o futuro narrado pelos jovens é permeado por incertezas e o momento da inserção profissional é vivenciado entre tensões e dúvidas. Somado a isso, há um contexto sociopolítico que não inspira confiança e um sentimento difuso de descrença na política e nas instituições. Os discursos apresentados nas rodas de conversa mostraram uma aparente solidão. A angústia deriva de um sentimento de isolamento e ausência de horizontes. Nesse sentido, nos parece claro, que o primeiro passo é a compreensão por parte dos jovens de tratar-se de uma questão global. Sendo o segundo, o reconhecimento por parte dos mesmos do seu potencial enquanto agentes de mudança.



**VIVENCIANDO A CULTURA POP:
NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE UM COLETIVO JUVENIL EM JOÃO PESSOA-PB.**

Deyse de Fátima do Amarante Brandão (UFPB)
deyseamarante@gmail.com

O seguinte estudo refere-se a uma pesquisa de mestrado em Antropologia, sobre um coletivo que se insere dentro de uma pluralidade de manifestações juvenis articuladas com o lazer, o consumo, o conhecimento e as mídias. Os sujeitos desta pesquisa articulam-se como comunicadores da cultura pop, consumidores e criadores artísticos. Graças a essa tríade, o grupo Studio Made In PB, é visto como um coletivo atuante em João Pessoa (PB), cujo seus integrantes lidam com o consumo, transformando-o numa experiência social bastante proveitosa, dando não apenas sentido aos seus gastos e aquisições, como também proporcionando e criando vínculos sociais ligados principalmente ao meio artístico. Cada um deles, ao possuírem suas múltiplas realidades vividas, percebem-se como parte integrante de uma manifestação cultural, ao desenvolverem semelhanças e diferenciações dentro do universo da cultura pop. É através da forte ligação que eles têm com o consumo de produtos e serviços da indústria cultural – cinema, TV, quadrinhos – que constroem vivências coletivas dentro do espaço do Studio, participam e difundem práticas culturais ao desenvolver trabalhos voltados à divulgação da cultura pop na Paraíba. Assim, este estudo tem o intuito de compreender as atividades do Studio Made In PB e buscar de que maneira esses atores sociais se sensibilizam com os sentidos dessa cultura pop, divulgada e experimentada por eles próprios, dando novos significados de perceber o mundo a sua volta. Ter o Studio Made In PB como um grupo concreto onde as vivências juvenis irão construir e afirmar identidades de acordo com os gostos, os estilos e símbolos adotados é entender que os que fazem parte dele são sujeitos do seu tempo, no qual seus campos de ações relacionados com a cultura pop são potencializados com a midiatização, cultura imagética, lazer, informatização e consumo. O imaginário e o lúdico surgem como formas de trabalho, possibilitando no espaço do Studio Made In PB, interações e criatividade cultural; assim a mediação dos produtos culturais surgem como substrato para suas práticas culturais e vivências sociais. Do ponto de vista metodológico, o olhar da pesquisa, vai de uma observação em campo, iniciada desde o ano de 2013, relacionando estas observações a uma perspectiva etnográfica ao ver as coisas do ponto de vista dos nativos (GEERTZ, 1997). Portanto é entre histórias em quadrinhos, rabiscos, técnicas, super-heróis, bonecos, desenhos animados; entre mídias e internet, entre os admiradores de cultura pop e fãs... Entre uma geração que coleciona revista em quadrinhos e outra que aprende a desenhar, entre o moderno e o tradicional que buscasse compreender como este universo de cultura pop se concentra e se manifesta na vivência dos nativos.



**ENTRE TRADIÇÕES E PROTAGONISMOS:
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DESENVOLVIDA NOS OBSERVATÓRIOS DE
JUVENTUDE.**

Carolina Cavalcante Lins Silva (UFAL)
carolina.lins88@gmail.com

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa “Jovens, cultura, gênero e política: uma análise da produção dos Observatórios da Juventude”, realizada entre os anos 2012 e 2013. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a produção sobre a temática juvenil empreendida em distintos Observatórios da Juventude do país. De modo mais específico, objetivou-se também analisar a produção audiovisual existente nestes mesmos observatórios. Através de buscas realizadas na internet, nove observatórios foram encontrados e analisados em suas distintas estruturas e modos de organização. Destes, três foram selecionados para análise da produção audiovisual, visto que atendiam aos critérios formulados pelo Grupo de Pesquisa, a saber: a presença de produções audiovisuais disponíveis para o acesso público, a relevância no contexto acadêmico e o fato de serem de diferentes regiões geográficas. Após o mapeamento e seleção, foram iniciadas buscas por materiais audiovisuais nas páginas dos observatórios e nos contatos feitos por e-mail. A partir disso, selecionamos treze vídeos para análise. Os resultados nos mostraram o quanto as experiências que se utilizam de recursos audiovisuais nos Observatórios da Juventude são esparsas, ao passo que, aquelas que utilizaram deste instrumento, se mostraram bastante ricas em termos da expressão dos sujeitos participantes. O conteúdo dos vídeos analisados nos mostra uma discussão mais voltada para o campo da cultura, da construção de identidade, da sociabilidade, da educação e do ativismo político. Assim, podemos afirmar a contribuição dos Observatórios da Juventude para a realização e ampliação de debates atuais e pertinentes sobre os jovens. Além disso, ressaltamos suas contribuições a partir de pesquisas que realizam com os jovens, e não apenas sobre os jovens, no sentido de que tragam novas noções sobre as formas de enxergar o universo ao seu redor, trazendo suas experiências e seus olhares sobre eles mesmos. Sobre os vídeos analisados, ressaltamos o diferencial que a linguagem audiovisual apresenta, pois tem se tornado uma linguagem muito apropriada pelos jovens em termos de seu formato, considerando o avanço das mídias digitais, o que torna a comunicação mais fluida. Além disto, é possível concluir que há um conjunto de experiências culturais sendo repassadas que vão muito além dessas mídias, proporcionam uma reafirmação das identidades que independe de novas tecnologias ou dos modos de vida contemporâneos; tais experiências podem ser vistas não só a partir de seu potencial cultural, mas também por seu potencial político, uma vez que a fala dos jovens sobre suas próprias vidas em determinadas comunidades podem ser vistas enquanto atos de resistência.



RÁDIO NA PRAÇA – NA ONDA DA CIDADANIA.

Uelton da Silva Pereira (Diretório Municipal de Jovens Novo Horizonte-MG)
ueltonhferes@hotmail.com

Os jovens da Cidade de Cajuri (MG) ganharam vez e voz. Começaram com Rádio na Praça - Na onda da Cidadania - fazendo improvisação com caixa amplificada, mesa de som, microfone e notebook, e foi tomando uma dimensão na participação de toda comunidade. E começaram este ano de 2015, com entrevistas e debates abertos à toda a comunidade – que participa ativa e diretamente. Essa experiência visa pela junção da consciência e construção coletiva de uma nova ordem e mecanismo da educação, cidadania, interação e formação de opinião, advinda do próprio público alvo. Contudo, a rádio se tornou um instrumento importante na melhoria da aprendizagem da “garotada”, além de funcionar como meio de integrar a comunidade e transmitir informativos, mandar e oferecer música e divertir as tardes da população. Além disso, os envolvidos no projeto melhoraram a oralidade e começaram a apreciar a leitura, assim como, melhoraram e fortaleceram, também, o tripé “Família, escola e sociedade”, ampliando seus horizontes e vendo a vida por uma nova vertente mais próspera e satisfatória. JUSTIFICATIVA (S): O projeto trabalha e desenvolve o protagonismo juvenil, de modo a construir um pensamento coletivo de suas habilidades e potencialidades, sendo este uma porta aberta para o mundo, mostrando o caminho para a sua identificação como sujeito de direito (s) e dever (es) em sua sociedade. Nesse diapasão, o projeto busca uma significância ainda maior, o aprimoramento e/ou fortalecimento de vínculos, sejam eles familiares, educacionais, sociais entre outros que cooperem com a sua formação. OBJETIVO (S): Promover o protagonismo infanto-juvenil por meio das tecnologias da informação e da comunicação; contribuir para o desenvolvimento da competência leitora e escritora e das expressões comunicativas dos jovens, possibilitar o desenvolvimento da expressão comunicativa e integrá-los ao ambiente social de forma a instruí-los à práticas voltadas ao seu rendimento, a sua melhoria, a sua descoberta própria, ao seu entendimento de mundo e sua posição acerca de diversos temas que o cerceia. Todavia também devem ser observados outros aspectos objetivados pelo projeto, tais como a prestação de serviços à comunidade, tendo em vista que os jovens são envolvidos à atividades e convívios distante de suas realidades até então. Doravante à sua adesão ele passa a manter contato com policiais, secretários, prefeitura, médicos, professores, empresários, advogados, magistrados, lojistas, engenheiros, locutores de rádio, outras crianças, outros adolescentes e até mesmo a própria comunidade, tudo isto através dos programas de entrevistas e formação dos grupos de diálogo e debates. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES: A Rádio na Praça segue um cronograma flexível, onde apesar de não exigir carteirinha dos envolvidos e tampouco lista presencial, permite-os, assim como a livre adesão, a livre desistência, entretanto, o projeto mantém seu número constante de jovens. A Rádio não é sintonizada a nenhuma frequência de rádio convencional, e sim utiliza-se, apenas e unicamente, dos equipamentos de áudio já citados no resumo, de forma semanal e no período da tarde, via de regra das 13:00 às 17:00 horas com uma programação diversificada e atrativa como já descrita acima.



INDÚSTRIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO HEGEMÔNICO NO BRASIL.

Dayse Dudley (UFRJ/UFGA)
dsdudley@hotmail.com

Rodrigo Moraes (UFGA)
rodrigoune@hotmail.com

O trabalho que ora apresentamos é resultante da análise comparativa entre o tópico *O Papel da Indústria da Informação nas Relações Sociais e na Construção do Pensamento Hegemônico no Brasil* desenvolvido no capítulo III, *A Funcionalidade da Indústria da Informação na Mediação Entre o Estado, Capital e Trabalho no Brasil* da dissertação de mestrado nomeadamente, “*Indústria da Informação: empresas de interesse público e privado e a construção do pensamento hegemônico do Brasil*”, defendida no Programa de Pós Graduação de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o momento atual. Vimos na ocasião da construção da dissertação que as novas tecnologias e redes sociais impuseram um novo desenvolvimento da sociedade mundial. Pontuamos que os impactos causados pelo surgimento das novas tecnologias e a consequente evolução seriam irreversíveis. A televisão aberta ocupava lugar privilegiadíssimo, entretanto, a partir da segunda metade da primeira década dos anos 2000 as novas tecnologias de informação e comunicação passaram a dividir esse espaço. Antes a TV ocupava lugar de destaque absoluto na obtenção de informação e de entretenimento, ou seja, vivia-se a Era da Televisão. Mas, No Brasil a televisão ainda representa para uma grande parte da população uma das únicas opções de informação e de entretenimento. Apesar da massificação das novas tecnologias e das redes computacionais, a maioria da população passa grande parte do seu tempo assistindo televisão. Portanto, não se pode ignorar que a comunicação, principalmente a televisual, tem exercido papel de centralidade nos modelos de regulação social e econômica desde meados do século XX no Brasil. Entretanto, com a massificação do uso da internet esse pragmatismo está ameaçado. O uso e massificação das novas tecnologias exercem atualmente uma pressão sob as programadoras e exibidoras do televisual. Isso tem provocado baixos índices de audiência das programações tradicionalmente do horário nobre, por exemplo, nos anos 90, a novela *O Rei do Gado* atingiu em média cerca de 70 pontos de audiência nos seus mais de 200 capítulos. Atualmente um grande sucesso de audiência de uma novela não passa da casa dos 50 pontos de audiência. O próprio *Jornal Nacional* carro chefe da programação do telejornalismo da Rede Globo não goza mais de tantos espectadores. Aliado a essa situação, o público brasileiro se sofisticou e tornou-se mais exigente, a quebra sistemática do contrato de promessa, estabelecido entre a emissora e o espectador, vem sendo constante, ou seja, a relação de credibilidade entre emissoras e espectadores sofreu abalos. Ultimamente o acesso aos mecanismos tecnológicos se democratizou, as oportunidades de ingresso ao ensino médio e superior de grande parcela da população se intensificaram. Dessa forma, entendemos que desde a massificação das novas tecnologias a televisão aberta gradativamente vem perdendo sua centralidade como meio de comunicação de massa que atraía mais públicos. Sendo assim, a queda da audiência, em números, é incontestável e consequentemente seu poder de capitular seus interesses deve ser refreado. Para justificar essa afirmativa, usamos como exemplo a última campanha presidencial no Brasil.



**JUVENTUDES E IDENTIDADES:
A INTERAÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS COM O AUDIOVISUAL.**

Carla Silva Machado (PUC-Rio)
carlasingular@yahoo.com.br

A presente proposta objetiva discutir a força do audiovisual na configuração das identidades juvenis. Esta discussão merece destaque ao verificarmos os dados da pesquisa Cultura em números, divulgada em 2010, pelo Ministério da Cultura, que procura fazer um raio-X da realidade cultural brasileira, desde o público consumidor de cultura até o financiamento de meios culturais e da demanda por eventos de cultura nas diversas regiões do país. A pesquisa aponta que a maioria dos frequentadores de cinema está entre 12 e 24 anos. Esta também é a faixa etária que mais assiste TV, no caso da TV por assinatura, por exemplo, tem-se um percentual de 94% de receptores entre 12 e 19 anos e 91% os da faixa entre 20 e 24 anos. Tomando, portanto, estes dados, podemos perceber que o público jovem é o que mais interage com a “tela”. A partir destes dados, recorremos aos estudos de recepção latino-americanos, posto que, segundo Duarte (2005, p. 85): eles “aproximam os conceitos de cultura e de comunicação e pensam a recepção como parcela ativa do processo de comunicação, enquanto atribuição de sentido mediada pelas instâncias de socialização pelas quais o sujeito transita”, dessa forma, podemos identificar os estudos latino-americanos de recepção como multidimensionais, nesta perspectiva, procuramos entender a relação entre o audiovisual, sobretudo o cinema, e a formação das identidades juvenis. Neste sentido, assim como Nestor Canclini, Martín-Barbero, Guillermo Orozco e outros, entendemos que o cinema e os meios de comunicação audiovisuais, em geral, são uma via de mão dupla: podem criar modelos e transmitir modos de vida, mas podem também ser influenciados pelo público receptor, propomo-nos, neste artigo, a discutir os limites e possibilidades desta via tendo como foco o público jovem receptor brasileiro e a construção de suas identidades. Teremos como referência a expressão juventudes sempre no plural, por entendermos que existem inúmeras maneiras de ser jovem na contemporaneidade, da mesma forma e pelo mesmo motivo, usaremos identidades também no plural, pois ao nos referirmos às juventudes entendemos que elas não se relacionam apenas à faixa etária, as condições das juventudes, ou condição juvenil, segundo Dayrel (2007), será definida ainda pelo contexto cultural, social e político em que cada indivíduo atua. Estes elementos o constituirão como cidadão e como espectador/receptor dos meios de comunicação. Ainda, segundo Carrano (2014), há na juventude da atualidade uma maior autonomia na construção dos acervos e identidades culturais, desta forma, conhecer a relação entre juventudes, audiovisual e a maneira como este último reflete as identidades juvenis, torna-se algo necessário no campo da educomunicação.



AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ADOLESCENTES NA OBRA DA ESCRITORA *BEST SELLER* JUVENIL THALITA REBOUÇAS.

Marcella Azevedo (PUC-Rio)
msazevedo@globo.com

Considerando, tal qual Moscovici (2011), a existência de uma relação central entre as representações sociais e a comunicação, a proposta deste artigo é compreender algumas das formas como os adolescentes se veem e são vistos em nossa sociedade contemporânea, tendo como base a análise de determinados bens culturais. Tais representações servem como modelos, guias de como ser e como agir para os jovens, o que vai apoiá-los na busca pela constituição de suas identidades. Ao mesmo tempo, essas representações conferem visibilidade a esses jovens, jogando luz sobre sua existência e suas próprias questões, o que é bastante relevante, em uma fase da vida em que se sentem destituídos de lugar próprio. A literatura juvenil contemporânea, que no Brasil apresenta um recente, porém pujante crescimento, faz circular uma variedade de representações sociais de adolescentes, e inserem na pauta questões tão relevantes para os jovens, ajudando-os a lidarem com elas, a terem uma melhor compreensão de si e, ao mesmo tempo, ampliando sua visão de mundo. Partindo de um estudo de caso da obra da escritora juvenil Thalita Rebouças, observa-se que não há um modelo único de adolescente presente na obra da escritora, são vários. Há, sem dúvida, fatores de convergência, aspectos que são bastante comuns entre eles, mas por outro lado, há uma pluralidade de biografias, estilos de vida e relações afetivas, que retratam as condições de liminaridade, ambiguidade e indefinição que são intrínsecas à própria adolescência. As diversas representações dos adolescentes estão em consonância com a dificuldade intrínseca de se delimitar o grupo social dos jovens que, como propõe Groppo (2000), não pode ser tomado como uma categoria única, muito pelo contrário, ele afirma haver uma enorme multiplicidade de juventudes. A grande pluralidade nas representações dos adolescentes na obra da escritora facilita o processo de identificação dos leitores com os personagens, abrindo caminho para o estabelecimento e fortalecimento de vínculos afetivos com os protagonistas e as narrativas. Tais vínculos podem ajudar a esclarecer as razões que transformam a obra da autora em grande fenômeno cultural e de consumo junto aos adolescentes brasileiros. Thalita Rebouças é um dos maiores expoentes da literatura juvenil do Brasil na atualidade, tem 18 livros publicados, mais de 1,5 milhão de exemplares vendidos. Sete de seus títulos já foram lançados em Portugal e em 2014 sua obra foi publicada em toda a América Latina. O sucesso de suas histórias e personagens impulsiona a adaptação de suas obras para outros suportes midiáticos, como teatro cinema e TV. Com status de celebridade, a escritora possui enorme visibilidade nos veículos de comunicação, com um capital midiático bastante expressivo. Mais especificamente, neste artigo serão analisadas as representações sociais dos adolescentes em seis dos livros da autora: *Traição entre amigas*, *Tudo por um pop star*, *Fala sério, mãe!*, *Ela disse, ele, disse*, *Era uma vez minha primeira vez* e *360 dias de sucesso*.



**REDES SOCIAIS E ADOLESCÊNCIA:
UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE VINCULAÇÕES DA CONTEMPORANEIDADE.**

Henriette Russo Luiz (UVA)
h.russoluiz@yahoo.com.br

Lígia Cláudia Gomes de Souza (UVA)
claudiapsisocial@gmail.com

Na contemporaneidade têm se evidenciado um recente fenômeno que tem afetado as relações sociais: as redes sociais como formas de vinculações entre os indivíduos. Os avanços tecnológicos produzidos pelo advento da internet trouxeram grandes transformações no que tange o processo de socialização. As relações virtuais têm crescido a cada dia e a utilização de sites de relacionamentos vem se tornando uma tendência comportamental bastante adotada pelos indivíduos, principalmente pelo público adolescente. A representação do outro, pois mais próxima que seja da realidade, ainda é virtual. Assim, novas formas de sociabilidade foram surgindo. Os sites de redes sociais proporcionam facilidades para que os usuários se encontrem e se conectem, viabilizando recursos sofisticados de socialização, muitas vezes, mais atraentes do que os relacionamentos face a face. O presente trabalho investigou as novas formas de vínculos estabelecidas pelo público adolescente. A teoria que sustentou tal estudo foi a da psicologia social, utilizando arcabouços teóricos da mesma, com o objetivo de responder à questão da pesquisa: Quais são os fatores que levam os adolescentes a procurarem as redes sociais como forma de vínculos e laços? O estudo desenvolveu uma pesquisa empírica junto aos adolescentes entre 15 e 18 anos de idade, alunos da rede Estadual de Ensino, do colégio Jacintho Xavier Martins na cidade de Rio das Ostras-RJ, objetivando manter uma homogeneidade da mostra no que tange a idade dos jovens e o nível de escolaridade dos participantes. Os dados foram coletados através de um questionário composto de oito perguntas, sendo duas fechadas e seis abertas, e foram submetidos posteriormente a análise qualitativa a partir da técnica de análise de conteúdo temática, em seguida, organizados qualitativamente em tabelas e gráficos. Os resultados indicaram que os adolescentes procuram as redes sociais na tentativa de interagir e entrar em contato com as outras pessoas, objetivando construir e fortalecer os laços sociais.



JOVENS UNIVERSITÁRIOS E CULTURA CINECLUBISTA.

Mirna Juliana Santos Fonseca (PUC-Rio)
mirnajuliana@gmail.com

Apresentamos parte da pesquisa de mestrado intitulada *A dimensão formativa de cineclubes universitários*, em que analisamos a atuação de cineclubes universitários na formação dos jovens que os frequentam. Os dois cineclubes pesquisados foram: Cinerama Eco e CinePUC que mantêm sessões regulares para estudantes universitários. De 2012-2013 realizamos 15 visitas, entrevistamos seus organizadores e percebemos, entre outras coisas, o que ainda faz jovens do século XXI, considerados por alguns teóricos como “nativos digitais” se apropriarem e fazerem parte de cineclubes, espaços ainda “analógicos”, se compreendermos que para existir é imprescindível a presença de pessoas para assistir e discutir um filme. No cineclube, esse momento de interação com a arte se dá por meio de uma relação silenciosa com outras pessoas, de partilha da arte projetada na tela e num ritual socialmente estabelecido em que não se faz barulho, ninguém atende ou acessa celulares, e todos ficam sentados por pelo menos duas horas sem interação direta com outras pessoas dentro de uma sala escura. No momento do debate, em que a alteridade se dá na relação com os outros sobre o que assistiram juntos, as pessoas se colocam sobre o que pensaram a respeito do filme, que cena lhes marcou, que momento foi mais emocionante e levantam dúvidas sobre coisas que não ficaram claras. Mas antes de tudo isso, há uma relação de alteridade com o cineclube em si, com a cultura cineclubista. Os jovens consultam o Facebook para saber qual a próxima sessão e se deslocam para o local na hora marcada. Às vezes, eles não sabem nada sobre o filme que será exibido, em outras, querem muito assistir àquele filme em uma tela maior e, em outras, já viram esse filme várias vezes, mas nunca tiveram a oportunidade de discutir com outras pessoas sobre ele. A relação com o cineclube se dá a partir do momento em que a vontade de ver o filme dispara, mas não apenas isso, porque essa vontade pode ser sanada de várias formas, já que vivemos uma época de acessibilidade multifacetada. Por meio desta pesquisa, percebemos que a vontade de ver o filme naquele lugar para, em seguida, debater sobre ele é o que dispara essa relação com o cineclube, uma vez que muitos jovens relatam que já assistiram ou que baixaram o filme na internet para verem quando quiserem. A construção de uma relação com a cultura do cineclube se estabelece a partir do momento em que os jovens escolhem encontrar as pessoas para assistir ao filme junto com elas e debater sobre ele. Os jovens que frequentam os cineclubes pesquisados vão justamente contra a ordem posta em relação ao domínio sobre os produtos a que têm acesso, neste caso os audiovisuais. Esses sujeitos escolheram ver filmes no modo “analógico” e aqui não nos referimos à projeção do filme, mas ao tipo de recepção, por meio de uma cultura que tem quase a mesma idade que o cinema: a cultura cineclubista.



O RÁDIO EM OUTRAS ONDAS: A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA PRODUÇÃO DE *WEB* RÁDIOS.

Jaqueline Maria Freitas (UFRJ)
jaqmaria17@gmail.com

Cristina Jasbinschek Haguenaue (UFRJ)
cristina.haguenaue@gmail.com

A interatividade da internet tem permitido aos jovens produzirem conteúdos radiofônicos para a *web* cada vez mais diversificados e, mais ainda, segmentados, atendendo a necessidades comunicativas que vão além da relação mediada pelo consumo, imposta pelas emissoras de rádio tradicionais. Nossa reflexão se volta para a *web* rádios "jovens" do Rio de Janeiro com conteúdo feito por e direcionado para a juventude no sentido de entender como se deu a apropriação desse fazer radiofônico para a internet por esses sujeitos sociais e o que essas produções se propõem a transmitir para o público ouvinte. Uma busca simples nos sites de busca de rádios da internet nos apresentou um menu com os mais variados segmentos de rádios para *web*. Utilizamos nesta pesquisa, três deles: Turnein, Rádios.com.br e Acheirádios.com.br. Os critérios para a escolha desses três foi a qualidade da informação e a facilidade de uso da ferramenta. Procuramos nesses sites, as *web* rádios que apresentavam uma proposta jovem, eclética e as analisamos através dos seus respectivos sites. As três *web* rádios que escolhemos, todas na região metropolitana do Rio de Janeiro, foram: Rádio Jovem POP (<<http://www.jovempop.com.br>>); Rádio Jovem Carioca (<<http://www.radiojovemcarioca.com>>); Rádio Jovem Planet (<<http://www.radiojovemplanet.com>>), *web* rádios produzidas por jovens e com conteúdo voltado para este público, jovens até no nome. Algo que se evidenciou de início, ao observarmos os endereços eletrônicos, foi a interatividade de todas. A página de uma *web* rádio é também um blog, onde os ouvintes mandam recados e pedem músicas, acessam vídeos, além de poderem escutar as músicas *top* sob demanda, a qualquer momento. Entendemos que a audiência de uma rádio na internet é bem mais que ouvinte. A participação é até certo ponto colaborativa, embora muito ainda se possa avançar neste sentido, conforme nos propõe Orozco Gomez (2014, p.53): "Ser audiência significou e significa interagir com a informação e com o mundo [...]. A utopia continua a ser de audiências significativamente distintas, mais críticas, criativas e participativas, que indiquem interlocuções e mudanças de papéis a partir da recepção até a emissão". Há um terreno bem extenso a se explorar, mas em nossa observação das *web* rádios "jovens" já citadas percebemos um empoderamento interessante por parte desses atores sociais para o ato de comunicar. Da fuga à reatividade, à diversificação das formas de interação com a audiência, percebe-se uma via de mão dupla, sem a presença tão preponderante da propaganda comercial, embora exista, mas não da forma como se observa nas rádios hertzianas tradicionais e estabelece novos paradigmas para um público que pode escolher e tem consciência disso.



TECNOLOGIAS E SOCIABILIDADE JUVENIL: NAVEGANDO NO 'PASSINHO' DE JOVENS DE FAVELAS CARIOCAS.

Aline Maia (PUC-Rio)
ninemaia@hotmail.com

Em tempos de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais aceleradas, são muitas – e também voláteis – as possibilidades apresentadas aos sujeitos. Instituições que por muito tempo pautaram quase que exclusivamente a produção de subjetividades – tais como a família, a Igreja e os partidos – já não detêm mais tal poder absoluto, caindo no descrédito para uma gama imensa de indivíduos que se veem cada vez mais submersos em uma cultura do consumo. Nas relações interpessoais, pesa o avanço da tecnologia que tem proporcionado, crescentemente, o contato, a conexão entre sujeitos geograficamente dispersos, mas que se tornam unidos por um interesse comum. É nesse âmago que, acreditamos, podem despontar pequenas movimentações revolucionárias capazes de despertar processos de percepção e sensibilidade inteiramente novos. Um estilo de dança, um tipo de música, enquanto arte e campo criador, potencialmente gozam da possibilidade de provocar mutações subjetivas, rompendo situações paralisantes e, ao mesmo tempo, reivindicando um reconhecimento que passará pela via estética. Neste cenário, discutimos sobre manifestações artísticas e corporais criadas por jovens de favelas do Rio de Janeiro, Brasil – como a *dança do passinho*. Misturando movimentos do funk com frevo, samba e hip hop, o estilo surgiu em 2001 e ultrapassou os limites da periferia, inicialmente, via internet, levando-nos a pensar as mídias sociais como uma nova forma de manejo da sociabilidade. Em sites de compartilhamento, desde o início do *passinho*, jovens postam seus vídeos, mostram sua arte e interação, comentando a própria produção e a de seus pares, estabelecendo laços de afeto e também de conflito. Para além de um debate centrado na juventude de classes populares enquanto fonte de delinquência, nosso intuito é pensar a emergência de distintas sensibilidades influenciadas por recentes modelos de comunicação introduzidos por tecnologias propulsoras de um novo protagonismo cultural juvenil nas favelas cariocas. Em uma sociedade onde o jovem possui mais oportunidade de alcançar a educação e a informação, no entanto muito menos acesso ao emprego e ao poder, o mundo audiovisual e da tecnologia acaba por se estabelecer como lugar de acesso ao repertório de grupos de referência. Acreditamos que a pertinência desta discussão reside na possibilidade de o *passinho* configurar – ao menos em sua fase de criação – uma estratégia de subversão à modelização da subjetividade na contemporaneidade. Paralelamente, a forma como inicialmente a dança se difundiu entre os próprios jovens e a sociedade como um todo – via mídias sociais – é um pertinente caminho, acreditamos, para pensar e entender as transformações que a tecnologia e a vida digital vêm imprimindo à vida cotidiana de sujeitos juvenis. Assim, a discussão sobre a produção de subjetividades na contemporaneidade e as novas formas de sociabilidade via meios digitais formam o alicerce desta reflexão.



JOVENS E IDENTIDADES DE AUTORIA E AUTONOMIA NA CULTURA DIGITAL.

Laryssa Naumann (PUC-Rio)
laryssanaumann@gmail.com

O presente trabalho se insere na discussão da área de Educação em torno da visão dos jovens a cerca dos usos que fazem das tecnologias de informação e comunicação, especialmente, daquelas que envolvem a internet. Entendemos, como Magda Soares e James Paul Gee, que a leitura de mundo, tal qual proposta por Paulo Freire, passa atualmente, na cultura digital, pelo desenvolvimento de habilidades de leitura e autoria em diversas mídias e em diversos gêneros textuais. Baseamo-nos, pois, no conceito de “multi” letramentos, dadas as múltiplas possibilidades de linguagens combinadas, as quais as recentes tecnologias propiciam para a formação de hipertextos. Percebemos, assim, que a internet e, especialmente, os *smartphones* dispõem de ferramentas que, diferente de outros recursos midiáticos como a televisão, possibilitam os jovens a criarem seus próprios textos adquirindo uma identidade autoral. Desse modo, procuramos contribuir para esse debate, compartilhando a experiência de pesquisa que buscou investigar como 16 jovens, estudantes do sexto ao nono ano, de uma Escola Municipal do Rio de Janeiro lidam com as questões de autoria. Assim, buscamos entender: i) o que esses jovens entendem por autoria; ii) em que momentos de sua vida cotidiana eles se sentem autores; iii) como vinculam a autoria aos usos que fazem da internet; iv) se encaram a escola como um espaço de autoria; v) o que os fazem, em suas concepções, autores. A partir dessas visões, propomos, dentro de uma perspectiva crítica e reflexiva, entendendo os jovens como seres dotados de autonomia e responsabilidade social, o desenvolvimento colaborativo de um programa de rádio (Podcast) ao longo de sete encontros de duas horas. Nosso objetivo era perceber como esses jovens lidam com as habilidades e competências do letramento digital: a capacidade de selecionar, buscar e avaliar as informações, organizá-las e usá-las eticamente para produzir novos conhecimentos. Discutimos, ao longo da produção, questões impostas pelo uso das mídias digitais, investigamos a multiplicidade de gêneros textuais que encontramos como possibilidades de autoria, a saber: entrevistas, notícias, propagandas, recados, orientações diversas, canções, sonoplastia. Além disso, nos debruçamos sobre dois outros aspectos: as habilidades específicas da oralidade, por se tratar de um programa de rádio, e como se dá o entendimento da relação entre a web 2.0 e um espaço de autoria. Nesse mesmo sentido, percebemos que o ato de produzir informações (e o contato reflexivo com essa dimensão) pôde contribuir para a discussão ética em torno daquilo que publicamos, compartilhamos e curtimos nos ambientes virtuais. Nesse sentido, trazemos para este trabalho possíveis reflexões e resultados dessa oficina, buscando apontar algumas relações entre a autoria e a autonomia dos jovens no século XXI.



**ESCRITA E LEITURA VIRTUAL EM FOCO:
IMPORTÂNCIA DO FAZER PEDAGÓGICO NO ENSINO DOS JOVENS DAS ESCOLAS PÚBLICAS.**

Marinazia Cordeiro Pinto (UFRRJ)
marinazia@gmail.com

Michele Cristine Silva de Sousa (UFRRJ)
michele.sousa29@yahoo.com.br

Este trabalho tem o objetivo de, a partir de uma breve descrição das mudanças ocorridas na sociedade com o advento e democratização da tecnologia da informação, observar o papel da escola no desenvolvimento da capacidade de uso da linguagem nas diversas situações de comunicação por parte dos alunos. Levantaremos possibilidades de compreensão dos motivos pelos quais os alunos são ávidos leitores e escritores no ambiente digital; mas, não apresentam na escola essa mesma disposição para escrever e ler textos apresentados pelo professor. Buscamos responder quais as consequências da ausência do lúdico nas atividades escolares. Observaremos que o calendário escolar hoje marcado por provas externas, projetos que vêm prontos para serem executados na escola, currículos que são feitos sem que os profissionais de educação sejam devidamente ouvidos e sem considerar que a realidade das escolas, especialmente num país continental como o Brasil, é extremamente diferente uma das outras e que, por vezes, na mesma escola, existem diferenças acentuadas de uma turma para outra que impedem a implementação de um currículo unificado. Marginalizar o uso da linguagem em ambientes virtuais reflete o desconhecimento/ a aceitação por parte do professor de que, além da chamada língua padrão, têm-se inúmeras variações que cumprem as demandas sociais do aluno. Trata-se de um ensino que valoriza a forma em detrimento do conteúdo. E, consciente ou inconscientemente, transfere as razões do fracasso no ensino da notação ortográfica para algo externo à prática pedagógica; poupando esforços e senso crítico necessários para uma transformação urgente de sua prática que, muitas vezes, tem-se mostrado ineficiente. Por isso, devemos considerar que a atividade que mais passou a fazer parte da vida dos adolescentes com o acesso à internet foi a leitura. Nesse contexto, o professor precisa mostrar para o aluno a importância de variar a leitura dos gêneros textuais que circulam na sociedade, percebendo que cada gênero demanda uma forma específica de usar a língua. O adolescente precisa compreender também a necessidade de variar os suportes dos textos que leem e produzir textos para interagir com os textos a que têm acesso na internet.



**FARTURA TRAZ ALEGRIA!
O FUNK OSTENTAÇÃO E AS SUBJETIVIDADES JOVENS.**

Juliana Ribeiro de Vargas (ULBRA)
julivargas10@hotmail.com

Mateus Ceni de Oliveira (SMED-POA)
mateusceni@hotmail.com

Alinhado às teorizações dos Estudos Culturais em Educação e aos Estudos de Gênero em perspectiva pós-estruturalista, o presente estudo pretende visibilizar e problematizar a operacionalidade de determinados discursos evidenciados em músicas associadas ao gênero contemporaneamente conhecido como *funk* ostentação na (re) produção de formas de viver feminilidades jovens na atualidade. Tais músicas eram apreciadas por um grupo de alunas do último ano do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RS) e também eram armazenadas pelas estudantes em nos cartões de memória de seus aparelhos de celular. Vale destacar que as alunas compartilhavam as referidas músicas, em meio às atividades de sala de aula, através da tecnologia *bluetooth*. O material empírico deste estudo decorre de metodologias de investigação qualitativas de cunho etnográfico, tais como observações participantes e registros em diário de campo. Também foram realizadas análises dos arquivos musicais armazenados nos cartões de memória dos celulares das citadas estudantes e alguns destes arquivos foram problematizados com as alunas em encontros de pequenos grupos os quais denominamos *Rodas de Conversa* e, a partir de tais metodologias, foi possível verificar que algumas alunas armazenavam mais de trezentos arquivos musicais em seus celulares. É possível pensar que, semelhante aos chamados diários de outros tempos, os aparelhos de celular prestam-se, nos tempos atuais, ao registro de memórias/vivências das jovens alunas, uma vez que imagens e músicas que remetem aos amigos, aos amores e aos ídolos ficam registradas nos cartões de memória de cada aparelho. Seriam seus cartões de memória como diários digitais contemporâneos, nos quais as jovens alunas registram, constituem e são subjetivadas na sua existência. Contudo, é importante pontuar a provisoriedade e a flexibilidade que tal recurso comporta, uma vez que cada aluna pode possuir mais de um cartão de memória e também, apagar ou registrar 'novas memórias' no mesmo. Entendemos assim, que os registros de tais alunas constituam memórias fragmentadas, distantes da ideia de totalidade e continuidade, como afirma Bauman (2001). Frente aos referenciais teóricos elencados, compreendemos também as músicas escutadas pelas alunas como produções culturais e ainda, como superfície de visibilidade de determinados enunciados e discursos a partir de subsídios da Análise do Discurso de inspiração foucaultiana. Apresentamos nesta comunicação, inicialmente, considerações acerca da constituição de um ideário de feminilidade, problematizando-o através das perspectivas teóricas elencadas. Posteriormente, apresentamos algumas características do gênero *funk* ostentação e ainda, problematizamos fragmentos de algumas das músicas escutadas pelas jovens deste estudo, buscando visibilizar discursos sobre gênero, sexualidade e consumo evidenciados em tais músicas. Encerramos com a certeza de que outros discursos poderiam ser problematizados na procura de visibilidade para dimensões ainda pouco estudadas no que se refere à constituição da juventude feminina.



**TECNOLOGIA DIGITAL:
DIALOGANDO COM JOVENS ESCOLARES ACERCA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA A PARTIR
DO USO DE UMA WEB RÁDIO.**

Leidy Dayane Paiva de Abreu (UECE)
dayannepaiva@hotmail.com

Raimundo Augusto Martins Torres (UECE)
guto70@hotmail.com

Introdução: Em estudos recentes sobre juventude realizada com jovens estudantes de escolas públicas do campo e da cidade, aponta a escola como elemento importante na articulação do ensino aprendizagem aliado as novas tecnologias digitais, como computador e internet, web rádios, entre outras, estratégias dinâmicas para se trabalhar a temática saúde sexual e reprodutiva. A escola e outros instrumentos sociais, em centros de atividades voltadas à promoção da saúde tem sido apresentados por diversos autores como meio legítimo de proporcionar a uma parcela significativa da população à tomada de decisões em prol da saúde pública. Esses espaços permitem que se investiguem diversos temas relacionados à saúde, e um dos temas comuns da realidade dos escolares é a gravidez na adolescência. Embora vivenciemos um período em que as informações estão mais acessíveis, a questão da gravidez na adolescência ainda é um tema que requer atenção e debate. **Objetivo:** A experiência objetiva relatar a vivência dialógica de estudantes do mestrado em enfermagem da Universidade Estadual do Ceará, junto aos jovens escolares acerca da gravidez na adolescência por meio de uma Web Rádio. **Metodologia:** Relato de experiência realizado por estudantes de mestrado no mês de abril de 2015, com jovens de uma escola do Estado de Santa Catarina e uma escola e um Centro de Referência de Assistência Social de Fortaleza/Ceará, através dos programas que são produzidos no estúdio da UECE e transmitidos pela Web Rádio AJIR, através do “Programa em Sintonia com a Saúde”. A vivência envolveu jovens de 13 a 16 anos. O tema trabalhado foi “Gravidez na Adolescência”, realizado em duas quartas-feiras, com uma média de 20 jovens. Utilizou-se diário de campo e o levantamento de perguntas elaboradas pelos jovens no mural de recados do site, MSN e Skype da rádio para coleta e análise. **Resultados e Discussões:** Os jovens tiveram a oportunidade de expressar seus conhecimentos, dúvidas, medos e inseguranças sobre gravidez, formas de prevenção e métodos contraceptivos nos momentos diálogos por meio da Web Rádio. Percebeu-se que tecnologia digital é um meio de muitas possibilidades para os jovens, constituindo-se em um mecanismo para melhor ouvir, promover saúde, prevenir, informar, conhecer e tirar dúvidas sobre a gravidez na adolescência, além dos momentos de diálogo e vínculo entre os enfermeiros e jovens escolares, logo a vivência nos possibilitou identificar as principais necessidades a serem trabalhadas com esse público, tendo oportunidade de desenvolver ações que pudessem orientar esses jovens. **Conclusão:** O uso da Web Rádio, trouxe uma prática em saúde inovadora, criando um novo olhar em enfermagem em relação a temática, estabelecendo novos planos de cuidado. Torna-se fundamental aliar informação, discussão e orientação, no sentido de proporcionar a juventude esclarecimentos sobre suas dúvidas, medos, tabus e preocupações com relação a gravidez na adolescência.



AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO JOVEM NO JORNAL DAQUI: O PERIGO E O ENVOLVIMENTO COM DROGAS.

Gardene Leão de Castro (UFG)
gardeneleao@gmail.com

Neste trabalho, são investigadas as representações sociais de jovens de Goiânia no Jornal *Daqui* veículo de comunicação impressa de maior circulação em Goiás. Ao atuar no plano da representação social, a mídia se consolida como formadora de opinião pública, utilizando-se de recursos discursivos para legitimar suas notícias. Ao utilizar essas ferramentas, elaborando enunciados que supostamente representariam “a verdade”, o discurso midiático dá espaço a representações sobre diversos atores, dentre eles, a juventude. Pode-se perceber que, desde 2010, o *Daqui* faz uma forte ligação entre juventude, pobreza e o perigo em seu discurso. Em 2014, o núcleo central dessa representação foi deslocado para a explicação do aumento da violência em Goiânia e em Goiás como consequência do envolvimento de jovens com o uso e com o tráfico de drogas. Nota-se, portanto, que os aspectos mais espetaculares e marginais de uma suposta “cultura juvenil” são os pontos de vista que interessam ao *Daqui*. Nos seus enunciados, são utilizadas estratégias discursivas por meio da nomeação de jovens com adjetivos que os criminalizam, nos termos do conceito de sujeição criminal, de Misse (2008). Esses jovens são os matáveis, os possíveis de serem mortos, como discute Agamben (2007). Ao vincular os termos “adolescente” e “jovem” ao termo “bandido”, os mesmos se inscrevem em um discurso ancorado socialmente que os condena como “marginais” e “perigosos”, alimentando o mito da periculosidade. A idade dos personagens divulgados nas matérias aparece somente quando se quer identificar o jovem e o adolescente apontados como “menor”. Como consequência dessa divulgação, há uma segregação espacial ainda maior na cidade, em que os ricos se trancam em condomínios luxuosos e os pobres são “empurrados” para as regiões periféricas. Aumentam-se as demandas por segurança privada e por medidas cada vez mais duras contra adolescentes e jovens, como a ampla defesa da redução da maioridade penal, além do surgimento de casos de “justiça com as próprias mãos”, como os linchamentos que aconteceram em Goiânia e em Goiás. Vive-se, cada vez mais, um ciclo vicioso onde a violência gera mais violência e a exclusão é potencializada para adolescentes e jovens das regiões periféricas. As representações sociais do jovem perigoso e violento passam a fazer parte do imaginário da sociedade, sendo amplamente difundidas pelas várias instituições e pelos meios de comunicação. Moscovici (2012) reforça o quanto as representações sociais podem influenciar e motivar comportamentos. Uma vez criadas socialmente, elas adquirem vida própria. Ao mesmo tempo em que se movem, as representações sociais podem construir obstáculos, erguendo fronteiras imaginárias, que são, muitas vezes, mais resistentes do que as fortalezas físicas. As consequências são as construções de estigmas e estereótipos que não condizem com a realidade, como no caso da estereotipia do jovem pobre, perigoso, violento e criminoso.



**JUVENTUDE, RELIGIÃO E CULTURA:
A PRESENÇA DO RELIGIOSO NAS LETRAS DOS RACIONAIS MC'S E NA VIDA DE MANO BROWN.**

Emília Fernandes de Oliveira Marcondes (UFRRJ)
emilyf.o.m@hotmail.com

Este trabalho se propõe a pensar através da produção do Rap (estilo de música que faz parte do movimento HIP HOP) a construção feita pela juventude periférica brasileira de suas formas de produzir conteúdo sobre si e suas questões, e também a relação dessa cultura com elementos religiosos que estão presentes na vida desses jovens. O grupo de rap Racionais MC'S e Mano Brown foram escolhidos para conduzir esse debate no presente trabalho, o grupo e seu líder se tornaram uma das referências mais conhecidos no cenário do Rap no Brasil. Para isso foi feita a leitura de outros trabalhos que traçaram problematizações úteis para nosso tema escolhido e de autores acadêmicos que fizeram abordagens interessantes para o desenvolvimento das questões desse trabalho, dentre a variedade de textos lidos estavam os que refletiam sobre a forma como o rap rompeu a fronteira territorial e se tornou instrumento de vários grupos de jovens, sobre a trajetória do rap no Brasil, sobre a vida de Mano Brown e outros rappers, sobre a relação do movimento HIP HOP com elementos da vida dos jovens de periferias do Brasil, sobre a relação dos Racionais MC's com a mídia e com a religião. Outro elemento importante para produção desse trabalho foram as letras e imagens que o grupo de Ice Blue, Mano Brown, Edi Rock e KL Jay produziram durante a carreira dos Racionais MC's. A constatação de que elementos religiosos como a relação com Deus, a crença na salvação e até uma possível função de profetas presentes no universo do Rap foram aspectos que puderam ser levantados por esse trabalho, e mais que isso a construção de elementos de identidade geracional, racial e de classe perpassam também a relação da nossa juventude das periferias com o rap. Mesmo com uma representação muitas vezes criminalizada o rap une as angústias de uma geração que sofre com questões subjetivas de sua formação e com outras objetivas como a má qualidade da educação, a falta de empregos, a não valorização de sua identidade. A religião surge como elemento que compõem esse processo e que deve ser pensada dentro dele, como parte das tristezas e alegrias que compõem a trajetória dessa juventude. É esperado que a discussão aqui feita consiga chamar atenção para a possibilidade da inserção da religião em meios que inicialmente não são direcionados para ela e como esses produtos não institucionais produzidos são utilizados.



**OFICINA DE VÍDEO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES EM PRÁTICAS DE
PROMOÇÃO DA SAÚDE.**

Caroline Zamboni de Souza (UnB)
carolzamboni@yahoo.com.br

O objetivo desse estudo foi identificar como uma oficina de vídeo realizada com adolescentes constituiu-se como ferramenta para promoção da saúde. Essa oficina fez parte do processo de geração de informações de uma dissertação de mestrado que tinha como objetivo compreender de que forma uma comunidade escolar vem vivenciando as questões da adolescência. Para isso foi realizada uma série de observações participantes e uma oficina de vídeo com adolescentes do ensino médio e do curso normal de uma escola pública estadual de Porto Alegre. Esses adolescentes foram responsáveis pela produção de todas as etapas de construção do vídeo. A análise das informações foi realizada através da Hermenêutica de Profundidade que busca primeiramente compreender os saberes dos sujeitos que compõe o campo de estudo. Posteriormente faz uma análise sócio histórica (para entender como são produzidos esses saberes), uma análise formal ou discursiva (para compreender a estrutura e organização das formas simbólicas) e a interpretação/ reinterpretação (síntese de possíveis significados). A técnica de análise formal ou discursiva foi a análise dialética. A oficina mostrou-se como um instrumento potente tanto para a geração de informações da pesquisa, como um instrumento para realização de trabalhos de promoção da saúde com adolescentes para desenvolver reflexões e práticas de cuidado consigo mesmo, com os outros e com o coletivo. Ao retomar as informações geradas identificou-se elementos potenciais que podem contribuir com a construção de processos de promoção da saúde participativos com adolescentes. São eles: desenvolver a grupalidade a partir de um centro de interesse comum que é a produção audiovisual e problematizar o seu poder de construir a subjetividade, criação de vínculos construtivos entre os adolescentes e entre eles e a instituição, construir práticas a partir das necessidades temáticas identificadas pelos adolescentes, agregar de problematizar a expressão das diferenças e dos conflitos no grupo. Além deles, identificamos também elementos importantes para problematizar a prática dos profissionais como elementos para debater a sua implicação no processo de coordenação o grupo no âmbito da instituição, da análise da sua proposta pedagógica, limites e possibilidades do processo de constituição de um grupo de adolescentes. Esse seguimento do processo de análise das informações geradas ao longo da dissertação pode contribuir para a implementação de estratégias participativas com adolescentes no âmbito da implementação de políticas públicas de educação, saúde, cultura e assistência social que já reconhecem o grupo como elemento agregador dos adolescentes e propõe a trabalhar com elementos de produção audiovisual, mas que muitas vezes enfrentam dificuldades metodológicas de implementá-lo como espaço de participação.



CARTOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA JUVENIL NAS MÍDIAS IMPRESSAS DE GOVERNADOR VALADARES (MG) E MACAÉ (RJ).

Rita Cristina de Souza Santos (FSMA)
ritasantos.prof@gmail.com

Gabrielle Lazarini de O. Santos (FSMA)
gabriellelosantos@gmail.com

Matheus Werneck (UNIVALE)
werneckmatheus@hotmail.com

A mídia, em seus mais diversos veículos de comunicação, se firmou, na sociedade contemporânea, como um espaço de grande relevância para a circulação de discursos que embasam as desigualdades sociais, de gênero e de etnia no Brasil (BARBOSA e SILVA, 2010). Como elemento de comunicação de massa, ela molda opiniões; induz comportamentos e dita regras de convivência na sociedade; define pautas e conteúdos do discurso público; forja representações acerca dos sujeitos (mulheres, jovens, negros); e, alimenta as práticas culturais existentes na sociedade. Cabe, portanto, *a mass media* absorver, reelaborar e retransmitir as representações carregadas de juízo de valor, nem sempre positivas, do imaginário coletivo sobre determinadas parcelas da sociedade, mais especificamente, no presente estudo: as juventudes em situação de violências. Objetivamos, portanto, comparar e analisar mapeamentos das imagens das juventudes valadarense e macaense (12 a 18 anos de idade), envolvidas em eventos violentos, como vítima e/ou autor, no perímetro urbano dos municípios de Governador Valadares (MG) e Macaé (RJ), durante os anos de 2013 e 2014, nos jornais Diário do Rio Doce (Governador Valadares) e o Debate (Macaé). Trata-se de um estudo exploratório-descritivo comparativo de uma série histórica, o qual permitiu a combinação de descrições quantitativas com qualitativas oriundas de análise documental e análise de literatura pertinente ao tema. As reportagens foram organizadas em planilhas para facilitar a tabulação e análise dos dados. Ilustrações, fotos e infográficos também foram incluídos nas planilhas. Para identificação dos tipos de violência (classificação) descritos como ocorrência nas reportagens, foi utilizado o Registro de Eventos de Defesa Social da Polícia Militar. Tanto em Governador Valadares como em Macaé, uma grande parcela da população jovem é retratada como autora e/ou vítima de violências na mídia impressa. Homicídios, tráfico de drogas, roubos, assaltos e furtos somados às desigualdades sociais e de renda constituem as pautas jornalísticas que estigmatizam os jovens pobres, residentes em territórios de vulnerabilidade social e ambiental, sem acesso igualitário aos serviços básicos de saúde, educação, cultura e lazer. Torna-se mister, portanto, desenvolver consciência crítica sobre os papéis juvenis construídos pela mídia impressa e seus reflexos na elaboração de políticas públicas e estratégias de territorializações de ações de saúde e segurança pública. São jovens capazes de construir suas próprias histórias, fortalecer as suas territorialidades, desenvolver ferramenta para alcançar as estratégias fundamentais do saber pensar e saber aprender. Parafraseando Abromovay (2007), colocar os jovens no foco do conhecimento científico é estratégico e essencial para que se possa apostar em sociedades mais justas no acesso ao bem-estar e à participação cidadã, por meio de maior equidade e igualdade de oportunidades, possibilitando maiores níveis de inclusão social nas redes de promoção social (saúde, educação, trabalho, cultura, comunicação, entre outros).



**GRAFITAÇÃO FEMINISTA:
A ARTE FEMINISTA-PERIFÉRICA NO ENFRENTAMENTO À EXPOSIÇÃO DA SEXUALIDADE DE
MENINAS NA INTERNET E NOS MUROS DO DISTRITO DO GRAJAÚ.**

Elânia Francisco Lima (Coletivo Mulheres na Luta)
lima.elaniafrancisca@gmail.com

Camila Martins (Coletivo Mulheres na Luta)
projetomulheresnaluta@gmail.com

Erika Santana (Coletivo Mulheres na Luta)
projetomulheresnaluta@gmail.com

Jéssica Angelin (Coletivo Mulheres na Luta)
projetomulheresnaluta@gmail.com

Vanessa Cândida (Coletivo Mulheres na Luta)
projetomulheresnaluta@gmail.com

Aline Maria Spaka (Coletivo Mulheres na Luta)
projetomulheresnaluta@gmail.com

Mariana Watanabe (Coletivo Mulheres na Luta)
projetomulheresnaluta@gmail.com

Mônica Marques (Coletivo Mulheres na Luta)
projetomulheresnaluta@gmail.com

250

O presente trabalho buscará apresentar o relato de experiência de um coletivo feminista periférico do extremo sul da cidade de São Paulo do distrito do Grajaú chamado Mulheres na Luta. Em meados de 2014, o Coletivo tomou conhecimento da existência de uma prática chamada “Top 10 das vagabundas”, trata-se de vídeos publicados semanalmente no YouTube através de um perfil anônimo, com fotos do perfil de Facebook de dez meninas, com legendas que expõem a sexualidade e intimidade das adolescentes sem permissão. Os vídeos são publicados e compartilhados por outros adolescentes em grupos de WhatsApp. Durante atividades de mobilização do Coletivo Mulheres na Luta, algumas adolescentes relataram terem sido vítimas dessa prática e por essa razão se isolaram deixando de ir à escola ou transitar pelo bairro. Em março de 2015, o Coletivo teve conhecimento do caso de quatro adolescentes que teriam suicidado após serem vítimas do “Top 10 das vagabundas”. Notou-se a partir daí que havia exposição da sexualidade de meninas, não só nos vídeos, mas também nos muros do distrito do Grajaú, através de pichações. No muro de um bairro específico do distrito, havia uma frase com cerca de três metros de altura dizendo “J. Puta do Top 10”. Segundo moradores, esta frase já estava ali há mais de um ano e não foi apagada por que se tratava apenas de “molecagem de adolescente” (sic). Compreendendo que apagar uma pichação não seria suficiente para problematizar essa violência, o Coletivo Mulheres na Luta, promoveu um “Grafito Feminista”, convidando mulheres que utilizam o grafite como narrativa e instrumento de militância, para apagar as pichações naquele muro e deixar frases e imagens de apoio às adolescentes expostas no “Top 10 das vagabundas”. Durante os meses de março e abril de 2015, o Coletivo Mulheres na Luta, divulgou informações sobre a existência dessa prática, uma vez que os adultos não tinham conhecimento do “Top 10 das vagabundas” e realizou debates com adolescentes em ambientes informais, pois nem as Escolas Públicas, nem os equipamentos de Saúde da região autorizaram a realização de ações dentro de seus equipamentos públicos. O Grafito Feminista ocorreu no dia 23 de maio de 2015 e contou com a presença de 50 grafiteiras e mais de 100 adolescentes passaram pelo local e interagiram com as artistas. A via, onde a ação ocorreu, foi rebatizada com o nome “Viel Quebrada Feminista”. Segundo moradores, alguns grafites eram “fortes demais” (sic) e por essa razão foram apagados no dia seguinte ao evento. As frases “minha sexualidade pertence a mim”, “meu corpo, minhas regras” e “respeita as mina” foram pintadas com tinta verde e a frase “mulheres machistas” foi pichada no muro. Após essa ação, o Coletivo Mulheres na Luta tem realizado conversas no bairro e atualmente planeja realizar eventos feministas de resistência nesse local visando discutir sexualidade e exposição do corpo feminino nas mídias e nos muros do bairro. O machismo não mais será aceito.



DA AGRESSÃO À DIVERSÃO: O CONCEITO DE VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS ADEPTOS DA CULTURA POP JAPONESA.

Luciana Rodrigues Bezerra (UFRN)
luciana-rodriques-@hotmail.com

A cultura pop ocidental traz em seu objetivo a crítica aos modelos sociais que prevalecem, utilizando-se dos próprios elementos emblemáticos da força consumista das massas. Ela nasce do pensamento libertário da geração *beat*, que expôs sua insatisfação em relação aos paradigmas sociais e à perspectiva “perfeita” da sociedade capitalista ocidental. Seguindo essa concepção, o Japão oferece aos seus jovens a oportunidade de investirem em sua própria cultura pop, incluindo conteúdos típicos da sociedade japonesa. A modernidade se mistura à tradição milenar e cria o que é conhecido como cultura pop japonesa. Ela se constitui de estética, moda, música, arte em forma de desenho (animê e mangá) e está inserida no cotidiano dos orientais do Japão como hobby. Há uma característica marcante em suas produções: muitas histórias se apropriam de contextos de violência, inserindo os personagens principais em condutas que criam o arquétipo do herói ou anti-herói que se utiliza de armas e agressões, seja através da posse de uma espada, revolver ou qualquer outro instrumento, seja com o uso de habilidades ou poderes especiais. E, em sua grande maioria, os protagonistas dos enredos são pré-adolescentes ou jovens. O que chama a atenção não é o simples fato da recorrência à violência, mas a forma como, espontaneamente, a juventude *otaku* se dispõe diante disso, identificando-se a ponto de desejar recriar esse universo fantasioso na realidade. Segundo Muniz Sodré (2006), o aumento dos atos de violência na sociedade, não importando qual a sua natureza, e o papel que a mídia representa na transferência de valores colocam os meios de comunicação como centro dos questionamentos, promotores da banalização do fenômeno. O fenômeno violência foi estudado a partir do prisma de outros autores como Waiselfisz (2011), Michaud (1989) e Takeuti (2002), dentre outros. O trabalho de análise do grupo contou com a vivência entre jovens organizadores de evento local e consumidores dessa mídia e arte, para que assim se construir junto com os mesmos o conceito da violência, compreendendo seu objetivo nos conteúdos, sua representação e seus reflexos como construtivos ou destrutivos para a identidade juvenil, a partir do discurso dos próprios jovens *otakus*. A sociedade passa aos seus integrantes valores éticos e morais que regulam o seu funcionamento, tais como justiça, afetividade, cumplicidade, certo e errado. No cotidiano, a compreensão deles permite dar significados diferenciados a outros conceitos, de acordo com o que se deseje repassar como valor no coletivo. Estudar a violência a partir de referenciais orientais contemporâneos pode oferecer uma nova interpretação do fenômeno na sociedade, como se refletem no cotidiano e em que aspectos influenciam e/ou são influenciados pelos valores sociais e na subjetividade daqueles que a compõe. O estudo pode inferir na construção de um pensamento sobre a violência que pense a temática a partir de um viés que a coloque como promotora de novas condutas sociais de resiliência e superação, e não somente de medo e vitimização, uma vez que essa significação também depende da cultura e da história da sociedade que se toma por referência.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 05 - Corpo e expressões de si.

Coordenadora: [Maria Isabel Mendes de Almeida](#) (PUC-Rio)

252



ARTE PARA ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: A MEDIAÇÃO DO TEATRO NA EXPRESSÃO DE SI.

Andreia Anna Amaral Porto (UFPR)
andreiaporto@gmail.com

Maria Sara de Lima Dias (UTFPR)
msaraddias@gmail.com

Através do suporte teórico da Psicologia Comunitária se objetivou analisar o projeto “Crescer com Arte” em sua capacidade de ser um mediador de relações e expressões de si entre um grupo de jovens em situação de vulnerabilidade social. O projeto social oferece aulas de teatro a adolescentes de 13 a 17 anos, da rede pública de ensino, na cidade de Curitiba/PR. A metodologia qualitativa utilizada para a análise envolveu o trabalho de uma das autoras na observação e intervenção direta com: a equipe multiprofissional que desenvolve o projeto, 51 adolescentes e seus familiares. Ao longo do ano de 2013, foram feitos registros em diário de campo, desenhos, entrevistas e diálogos com a equipe para realizar uma avaliação projeto a partir do olhar de seus beneficiários alunos e pais, considerando implicações objetivas e subjetivas. Tais registros foram submetidos a análise de conteúdo. A proposta do projeto se dá através de aulas de teatro oferecidas no contra turno do ensino regular, oficinas de iluminação, literatura, voz e trabalho corporal. Considera-se que a atividade social cooperativa desenvolvida na formação do grupo de teatro é primordial para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. A relação entre o pensamento e a materialidade expressiva das atividades alteram o processo histórico cultural deste grupo de jovens vulneráveis e o contato com a arte permite novas configurações subjetivas. Assim, o acesso a arte enquanto uma ferramenta cultural pode ser promotor de uma grande mudança na vida destes jovens. Alguns aspectos são sistematicamente desenvolvidos ao longo do projeto: relações e interações novas com a ênfase na auto percepção e hetero-percepção que culminam em aprendizagem de novos signos e significados, além de novas formas de expressão. O desenvolvimento que acontece no espaço social do palco e do projeto ultrapassando as limitações sociais provocadas por circunstâncias sociais postas aos jovens e repercute em seu cotidiano. Sobre os resultados da avaliação do projeto foi possível perceber como fundamental um trabalho de reflexão e crítica dos professores que acontece na transição de uma atividade para a outra, outro aspecto importante foram as supervisões e orientações aos pais. A grande disposição dos jovens selecionados para trabalhar na ação teatralizada as dificuldades sobre a realidade vivenciada diariamente também é um facilitador do envolvimento grupal. Quando se considera importância social deste projeto ele cumpre seus objetivos expressos na percepção da construção de uma identidade de si fortalecida, na alteridade. A atividade coletiva e cooperativa proporciona oportunidades para os jovens se relacionarem de diferentes maneiras, construindo uma nova convivência social. No início do projeto vivenciam o sentimento de vergonha, medo, insegurança, inquietude, timidez que ao longo do processo são transformados em conhecimentos reais e na possibilidade de ressignificar aspectos de sua autoimagem. Como resultado da mediação do teatro se observa que projeto social ao possibilitar novas ferramentas culturais aos jovens permite que ocorrem mudanças subjetivas que repercutem em novos modos de existir e subjetivas o futuro.



**IDEAIS CULTURAIS, O CORPO-PIXEL E A PLATEIA:
UMA ANÁLISE DO FENÔMENO *SELFIE* NA SOCIEDADE DE CONSUMO.**

Fernanda Carvalho de Almeida (UFC)
fernanda_dupret@yahoo.com.br

Maria de Fátima Vieira Severiano (UFC)
fatimaseveriano@gmail.com

No contexto da Sociedade de Consumo e da tecnocultura, observamos crescente virtualização das relações humanas. Os indivíduos, principalmente os jovens, transformam-se, cada vez mais, em potenciais terminais receptores e transmissores de múltiplas informações que trafegam pela web, principalmente nas redes sociais. Muitas vezes estes conteúdos são imagens de si em diversos momentos do cotidiano, como é possível perceber no fenômeno *selfie* - autorretrato compartilhado em redes sociais virtuais. Esta prática tem crescido vertiginosamente abrangendo aspectos corriqueiros da vida de seus adeptos como no caso do *braggie*, tipo de *selfie* que busca gerar inveja através da ostentação do corpo, de objetos e/ou experiências desejáveis. O corpo, certamente, é presença obrigatória nos *selfies*, figurando como o invólucro externo do eu, hipervalorizado socialmente em um cenário onde a visibilidade equipara-se à totalidade da existência do indivíduo. Considerado o mais belo objeto de consumo (Baudrillard, 1970), a transformação do corpo em imagem, o submete ao discurso publicitário e ao mercado, em face de sua atratividade e plasticidade para a adequação aos ideais de consumo, embora resista à 'perfeição' imaculada dos *pixels*, pois permanece matéria orgânica gerando confusão entre o eu e a imagem ideal do eu. Nesse contexto, o presente trabalho propõe-se a analisar a atual emergência do fenômeno *selfie*, considerando em especial o culto à auto exposição estetizada do corpo-imagem, mediado pelas novas tecnologias, e suas relações com a lógica publicitária, considerando as repercussões deste fenômeno na subjetividade e sociabilidade dos indivíduos. Nesse sentido, objetiva-se uma reflexão crítica, tendo por eixo teórico-metodológico privilegiado a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, em especial as reflexões sobre a Indústria Cultural como fator relevante na produção de subjetividades. Postula-se que a estilização da imagem-*selfie*, capaz de atrair o olhar do outro, é produzida a partir de elementos estéticos, culturais e mercantis idealizados, a qual veicula recorrentemente uma sobrevalorização corporal como forma de reconhecimento de um eu que se exhibe a uma plateia. A hipótese é a de que, à semelhança das trocas mercantis, os *selfies* são intercambiados pela moeda de troca do reconhecimento alteritário - considerando que é necessário ser visto para acontecer, já que a invisibilidade/indeferimento na contemporaneidade, equivale à inexistência/morte. A estratégia metodológica se vale de uma abordagem qualitativa, teórico-crítica e micrológica que conta com etapa documental onde foram coletados dados alusivos aos *selfies* como reportagens na web, documentários, *hashtags*, declarações e postagens em redes sociais. Atentou-se para a recorrência de elementos reveladores de ideais publicitário/culturais, ou seja, ideais de consumo. Estes dados foram submetidos a uma análise teórico-crítica, em que se articulou dialeticamente os dados coletados com a teoria. A observação da alta ocorrência deste fenômeno de "dar-se ao consumo" a fim de credenciar-se à 'curtidas', principalmente a partir do corpo idealizado do consumo, apontou para uma maneira de subjetivação escassa em experiências singularizadas, em que o indivíduo veicula a si próprio enquanto um produto. A partir disto, refletimos acerca do momento contemporâneo, do empobrecimento da experiência humana, da instrumentalização das relações subjetivas e intersubjetivas e do conflito entre o corpo real e o corpo-imagem-ideal.



EMOÇÕES AUTOAVALIADORAS E O DESENVOLVIMENTO DO *SELF* NA ADOLESCÊNCIA: REFLEXÕES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Ana Paula Simeão Faria (UERJ)
apaula.psi@hotmail.com

Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)
ednaponciano@uol.com.br

Este trabalho propõe investigar e discutir a relação entre as emoções auto avaliadoras e o desenvolvimento do *self* na adolescência. Na sociedade ocidental atual, está presente um discurso que enfatiza a satisfação e a realização, valorizando principalmente a *performance* e a imagem pessoal. Para isso, a sociedade apresenta normas sociais mais exigentes para o sucesso e a realização individual, enquanto diminui o amparo, uma vez que, paralelamente, apresenta normas mais frouxas, gerando uma multiplicidade e/ou ausência de parâmetros, que antes eram dados pelo grupo de pertença, como a família, por exemplo. Frente a este panorama, os ambientes sociais requerem do indivíduo uma constante vigilância sobre si mesmo, visando à manutenção de uma imagem ideal. Este cenário permite observar que emoções auto avaliadoras, como a vergonha, a culpa e o orgulho podem estar intensamente presentes na experiência individual, devido à exposição constante da necessidade de se auto avaliar. Na prática, esta dinâmica de auto avaliação pode ocasionar na experiência do indivíduo: um sentimento de fracasso (vergonha) ou de inadequação (culpa) diante das exigências sociais, revelando sua insuficiência, algo inerente ao humano, mas que pode ser escondida do outro; ou um sentimento de conquista e de realização (orgulho) que, geralmente, é visto como alheio à contribuição do outro, desenvolvendo uma sensação de autossuficiência e de necessidade de auto expressão. Temos como objetivo, apresentar neste trabalho, uma discussão teórica que relacione as emoções auto avaliadoras e suas possíveis implicações negativas e positivas para o desenvolvimento do *self* adolescente, trazendo exemplificações a partir das entrevistas realizadas com adolescentes, em uma pesquisa de mestrado. Sendo a adolescência um momento privilegiado de construção de si, nossa discussão remete a essa fase do ciclo de vida. A adolescência é marcada pela autonomia e por decisões de projetos de vida, que implicam realizações e fracassos. Nesse processo de autorrealização, o adolescente constrói sua identidade. Portanto, na adolescência, emoções como vergonha, culpa e orgulho são vividas de forma mais intensa e sistemática, pois estão ligadas às intensas experiências de auto avaliação, diante das realizações e dos fracassos. Nesse importante momento de desenvolvimento do *self*, pensar, paralelamente, a experiência das emoções auto avaliadoras, é uma forma de compreendermos a adolescência na atualidade. Nesse sentido, esperamos contribuir, a partir dessas reflexões, para o profissional que lida com adolescentes, individualmente ou em grupo, auxiliando na elaboração de estratégias individuais e relacionais para o enfrentamento da experiência de, constantemente, estar se auto avaliando, e vivenciando emoções como vergonha, culpa e orgulho.



TRANSTORNOS ALIMENTARES NA ADOLESCÊNCIA.

Vera Helena Lima (CES/JF)
veralima@pucminas.cesjf.br

Flávia Alvine Carvalho (CES/JF)
flavia.alvine@gmail.com

Jomara Oliveira Costa (CES/JF)
jomaracosta@live.com

Letícia Gonçalves Oliveira (CES/JF)
letilgoncalves@gmail.com

A adolescência, por ser um período de muitas modificações biológicas e sociais, acaba se tornando um terreno fértil para o desencadeamento de transtornos alimentares. De acordo com Andrade (2014), ser acima do peso na adolescência traz um grande sofrimento emocional para os indivíduos. A maioria deles apresenta baixa autoestima, percepção negativa de si mesmo e é objeto de discriminação social e de brincadeiras pejorativas. Esse estudo partiu do Estágio Supervisionado Básico II, foram observados os hábitos alimentares de adolescentes entre 12 e 18 anos. As observações foram realizadas em restaurantes, shoppings e em colégios durante o intervalo do lanche, sem intervenção, perfazendo um total de 18 horas. Segundo (SOUTO; FERREO-BUCHER, 2006) hoje constatamos uma indústria do emagrecimento. A magreza tem sido cada vez mais associada ao sucesso, felicidade, atração, controle e estabilidade. O excesso de peso torna-se um problema, o emagrecimento é o objetivo e a solução ditada é a dieta. Na busca desse ideal de beleza de um corpo perfeito surge, atualmente, uma obsessão pelo controle e modelagem do corpo, além da preocupação e do medo da obesidade. A partir de observações e baseados na literatura desenvolvemos um estudo com a finalidade de fundamentar como a alimentação dos adolescentes contribui para a possível ocorrência de transtornos alimentares. A temática proposta surgiu como interesse acadêmico para facilitar o entendimento do distúrbio. Foi realizada uma pesquisa quantitativa e qualitativa da ingesta alimentar dos adolescentes. Após terem sido realizadas as observações foi construído um questionário para ser verificado e coletado dados sobre os hábitos alimentares dos adolescentes. Foi selecionado uma amostragem de 60 indivíduos de ambos os sexos. Esses questionários serão quantificados pelo software SPSS Statistics. A pesquisa ainda se encontra em andamento, não tendo sido concluída a coleta de dados.

256



SOBRE EXPRESSIVIDADES COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA.

Marina Sanches Silvestrini (Programa de Medidas Socioeducativas de São Carlos)
marinassilvestrini@gmail.com

Thauana Letícia Felício (UNICEP)
thauana0602@gmail.com

O Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de São Carlos executa as medidas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e regulamentadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços a Comunidade (PSC), atuando junto a adolescentes de 12 a 18 anos encaminhados por decisão judicial para o cumprimento destas devido ao cometimento de um ato infracional. As intervenções com os adolescentes ocorrem nos formatos de oficinas, grupos de reflexão, atendimentos individuais e grupais, programações externas e articulações com a rede de serviços do município. Tais atividades abordam diferentes temáticas, utilizando-se de recursos artísticos, expressivos, reflexivos, esportivos, midiáticos e tecnológicos, que são construídos e oferecidos pela equipe através de uma atuação transdisciplinar e sensível. A participação é obrigatória, porém, tem caráter educativo e social, desvelando um ambiente de reconhecimento de potencialidades, no qual as orientadoras buscam entender a vulnerabilidade, propor novas formas de organização e trabalhar aspectos como a valorização do adolescente como sujeito em desenvolvimento e (re) construções de projetos de vida. Nesse sentido, com base no contato direto e cotidiano com estes adolescentes, na vivência de ouvi-los em busca de percepções mais aguçadas e aprofundadas de suas trajetórias, no fazer real e concreto sempre mediado por atividades ou ações que promovem a interação, nota-se que existe uma expressividade intensa, cheia de características e facetas que representam esses meninos e meninas que chegam ao Programa de Medidas. Jovens de histórias permeadas por ausências, rupturas e emergências, que trazem dores e sofrimentos, que dizem sobre direitos que foram violados desde a infância, mas que não se reconhecem apenas na tessitura das tristezas veladas, e, sim no caminho das possibilidades e potencialidades. Corpos de jovens cansados, mas ativos, que nos fazem questionar o limiar da existência que se faz entre a opressão e o conflito com a lei. Suas expressões são de genuína resistência, os caminhos e contextos rígidos levam a um formato de expressividade e comportamento corporal que logo ao primeiro contato exala este resistir, que sempre foi necessário à sobrevivência desses adolescentes e não há porque ser diferente. Mas eles surpreendem, questionam, colocam em prática seus mecanismos de defesa corporal. Esteticamente se revestem e camuflam: cordões, bonés, tatuagens. Simbolicamente se posicionam: gírias desvelam uma comunicação atrevida, músicas de refrãos rígidos tanto quanto a abordagem da sociedade para com seus corpos. Em grupo se identificam e tentam se fortalecer em suas identificações às vezes forçadas, mas não podem/querem demonstrar fragilidades, para além daquelas que já compuseram suas chegadas até o conflito com a lei. Mas esses mesmos corpos expressivos, no contato com algo que promove reações e sensações diferentes do que lhes é habitual também permitem a si mesmos inovar na forma de se mostrar ao mundo e ao outro. Quando acolhidos em suas lutas, símbolos, durezas e conflitualidades, quando tocados pelo afeto, misturam na expressão de seus corpos algo tão subjetivo, mas muito real e potente. Afinal, o que seria um corpo senão a possibilidade de se descobrir passível de transformações?



TRANSIÇÃO CAPILAR: O RETRATO CONTEMPORÂNEO DO CABELO AFRO E SUAS SIGNIFICAÇÕES IDENTITÁRIAS.

Taís R. de Aguiar (UFPel)
taisrodriguesdeaguiar@yahoo.com.br

A juventude negra brasileira, em sua grande parcela formada por mulheres, está realizando um papel de grande importância na nossa sociedade que é o questionamento do padrão estético sobre o cabelo afrodescendente a partir de uma mudança radical do próprio cabelo conhecido como *transição*, onde precede a retirada de todo produto químico alisador e a exposição dos fios naturalmente cacheado e/ou crespo. A depreciação do corpo negro foi construída socialmente e o seu processo é relatado de forma histórica, iniciando na própria organização das casas de escravos que era feita de acordo do tom de pele e do tipo anelado que se formava nos fios. Os escravos de pele mais clara e cabelo cacheado possuíam um preço maior em comparação com o escravo de pele mais escura e cabelo crespo no mercado escravista. Em conjunto, palavras como “bom” e “ruim” era introjetado socialmente para a diferenciação desses corpos. Com o advento das teorias racistas, suas conclusões permaneceram na diferenciação conforme o aspecto corporal para atividades físicas e intelectuais dos sujeitos, afirmando os traços brancos europeus como sinônimos de superioridade intelectual, fazendo assim uma diferenciação entre negros, mestiços e brancos, onde um dos traços corporais identificador da evolução intelectual seria o aspecto do cabelo e a cor da pele. Após 1888, o Movimento Negro Brasileiro reivindicou de diversas formas os traços negros como positivos esteticamente, de forma a combater a discriminação racial e promover a identificação do negro com o seu próprio corpo e a não modificação do mesmo, mas o mercado de trabalho permanecia discriminatório e a modificação corporal tornou-se necessária para muitos negros. Nas últimas décadas, o número de ofertas de variados produtos que prometem um alisamento progressivo ou permanente, em conjunto com a venda de pranchas alisadoras, notou-se um crescente número de mulheres negras aderindo ao processo de modificação dos cabelos. Nos últimos três anos, diversas mulheres integram diariamente uma comunidade virtual denominada “Cacheadas em Transição”, em sua grande maioria negras – assim identificadas por elas mesmas – de diversas idades, sendo as mais ativas no processo da *transição* as mais jovens, conforme venho acompanhando suas identificações na comunidade. O processo de retirada do produto alisador, de forma progressiva ou imediata, apresenta uma relação positiva com os seus traços naturais, porém permeada de conflitos anteriores à *transição* iniciados muitas vezes na infância a partir dos cuidados da mãe com os seus cabelos, no meio escolar na relação entre colegas e na falta de representatividade no meio midiático. A exposição do cabelo naturalmente cacheado e/ou crespo vai contra o processo de rejeição dos traços diacríticos do negro e a reivindicação dessa estética como símbolo de beleza vem sendo representado aos poucos na mídia, em programas de auditório, propaganda de produtos de beleza, de roupas e em matérias de revistas online e impressas, configurando assim, uma mudança no padrão estético comercializado.



A ARTE E O CORPO COMO ALIADOS EM EXPERIMENTOS DE SENSIBILIZAÇÃO EM UM CAMPO DE AÇÃO SOCIAL.

Gabriella de Albuquerque (Sesc-SP)
gabriella@belenzinho.sescsp.org.br

Mário Filhou José (Sesc-SP)
mariofilhou@belenzinho.sescsp.org.br

Letícia Leonardi (Sesc-SP)
leleonardi@belenzinho.sescsp.org.br

Ed Anderson Mascarenhas Silva (Sesc-SP)
edanderson@belenzinho.sescsp.org.br

O Programa Juventudes é uma iniciativa do Sesc - Regional São Paulo, com a intenção de incentivar a educação de qualidade como diretriz primordial no desenvolvimento do cidadão. Ele segue as diretrizes elaboradas pela Gerência de Programas Socioeducativos, que também contempla o Programa Curumim, voltado a crianças de 7 a 12 anos. De acordo com estas orientações, cada Unidade Operacional do Estado tem autonomia para direcionar as suas iniciativas. O projeto *Qualé?!*, acontece no Sesc Belenzinho, zona leste da capital, como um processo de educação não formal, com propostas continuadas ao público jovem. Este projeto visa estimular o protagonismo juvenil em um ambiente de reflexão e convívio com as diferenças e prevê utilizar linguagens artísticas e físicas de forma processual, favorecendo o (re) conhecimento criativo e corporal. O foco se estabelece em dinâmicas que favoreçam a socialização por meio da participação coletiva, autonomia e responsabilidade. A proposta se desenvolve em duas turmas de trinta participantes, de 13 a 17 anos, duas vezes por semana, em paralelo à vida escolar. Neste sentido de trajetória e busca, é que acreditamos que a adolescência pode ser metáfora de conjugação entre as inúmeras identidades presentes na metrópole associadas a um universo que para além do real é também virtual e digital. Compreender a identidade como “campo de ação social” para além de algo fechado, abre inúmeros caminhos para que educadores e jovens possam ingressar em uma aventura cujo caminhar é prática educativa, pois se dá de forma experiencial e experimental, um processo de *identização*. Assim, a identidade é, em realidade, um eu múltiplo que não é uma coisa, mas um processo de *identização*; de negociações constantes entre as diferentes experiências de vida. A identidade individual será tanto mais consciente quanto mais conseguir realizar negociações entre as partes que a fazem existir (CARRANO, 2007, p. 09). Levar os jovens a se depararem com o desconhecido estimula a curiosidade por novas referências e estabelece o momento da aventura ao adentrarmos num labirinto de perguntas e inquietações. Este emaranhado de caminhos pode ser comparado às grandes cidades, espaços que envolvem aprendizados, diferentes pessoas compartilhando um mesmo lugar, medos, riscos e transformações. Por meio do diálogo, da consolidação das relações com o outro e de um corpo consciente e ativo, o jovem pode encontrar uma maneira de transitar por estes territórios de maneira mais autônoma e participativa. É neste sentido de trajetória e busca que acreditamos na adolescência como metáfora de conjugação entre as inúmeras identidades presentes na metrópole, associadas a um universo que seja também virtual e digital. Compreender a identidade como “campo de ação social” para além de algo fechado, abre inúmeros caminhos para que educadores e jovens possam ingressar em uma aventura cujo caminhar seja uma prática educativa.



O CORPO INALCANÇÁVEL DA GERAÇÃO FITNESS: UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE A DIFUSÃO DE UM PADRÃO DE BELEZA E IDENTIDADE ATRAVÉS DAS MÍDIAS SOCIAIS.

Renata Alves de Carvalho Oliveira (UNIFOR)
psicarvalho@edu.unifor.br

O tipo de corpo considerado ideal já passou por diversas mudanças. O corpo que há séculos atrás deveria ser farto para ser considerado belo, atualmente deve ser não apenas magro, mas também musculoso, com uma quantidade mínima de gordura corporal. Isso demonstra que o corpo é histórico e de acordo com Foucault (1992) é alvo de formas de disciplinas que têm como objetivo torná-lo dócil, conhecê-lo e controlá-lo. No corpo relações de poder se exercem e à medida que o poder se modifica o padrão ideal de corpo também sofre mudanças. O objetivo deste trabalho é analisar de forma crítica o enorme crescimento de seguidores da “Geração Fitness”, e compreender os motivos pelos quais esse estilo de vida tomou uma proporção tão grandiosa atualmente. As mídias sociais (Instagram, Facebook, blogs, dentre outros) propagam de forma massiva que o corpo ideal é sinônimo de sucesso, saúde, inclusão social, bem-estar e qualidade de vida. O sucesso dessas pessoas está atrelado ao fato de terem uma grande disciplina que inspira até milhões de seguidores, a maioria jovens, que buscam saber o que elas fazem para ter o “corpo perfeito”. A partir de Foucault (1992) podemos pontuar que o biopoder tem como objetivo classificar os indivíduos no que diz respeito a características culturais, sociais, econômicas e políticas. Mostrando o lugar que cada indivíduo deve ocupar. De acordo com Ortega (2002), as técnicas de disciplina corporal implicam em assujeitamento, visto que há um padrão de corpo a ser alcançado, que nos tempos atuais confunde-se com um padrão de identidade. Ou seja, caso o indivíduo não esteja no padrão de corpo ideal poderá ser considerado uma pessoa fracassada e sem força de vontade. Isso pode vir a trazer um sofrimento psíquico e até levar a um adoecimento (anorexia, depressão, transtorno ansioso e outros). A disciplina na sociedade atual tornou-se um dos valores mais valorizados. Esse valor entra numa lógica individualista, visto que todo o sucesso do indivíduo depende dele próprio. Por conta disso, Ortega (2002) pontua que há a criação de um sujeito que se autovigia e autocontrola. Portanto faz-se necessário analisar de forma crítica essa valorização exacerbada da “Geração Fitness” que pode ser comprovada através do crescimento do número de seguidores das pessoas que se enquadram nesse padrão, do aumento visível de lojas de artigos de suplementação e do crescimento dos adeptos dos mais diversos tipos de atividades que trabalhem o corpo (ginástica funcional, crossfit, muay thai, ballet fitness, pilates, zumba, etc.). A metodologia do trabalho aconteceu a partir de estudos bibliográficos, tendo como base Foucault e outros autores, sobre o tema e uma pesquisa qualitativa de análise de discurso de duas “musas fitness” com milhões de seguidores no Instagram. A análise de discurso se deu a partir do conteúdo postado por essas mulheres em suas mídias sociais e foi feita uma articulação crítica com a teoria estudada. Verificando que realmente há uma atribuição do sucesso e felicidade a um corpo magro e sarado, dentre outras considerações importantes que serão pontuadas durante o trabalho.



**SER JOVEM, SER BELO:
A JUVENTUDE SOB HOLOFOTES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.**

Amliz Ferreira Lopes (UPE)
amlizlopes@gmail.com

Érika de Sousa Mendonça (UPE)
erika.mendonca@hotmail.com

Na sociedade contemporânea, marcada por características e condições que nos apontam modos de viver, compreender e se relacionar, pautadas em lógicas do capital, consumismo, individualismo e imediatismo, o corpo entra em cena como objeto de valoração, assumindo o lugar de objeto que precisa ser moldado e adequado aos padrões e normas vigentes, impostos por uma sociedade que tem implicações na indústria cultural. Apresenta-se o corpo da moda atrelando-o à felicidade e mostram-se os meios para o alcance desta beleza. Entra em pauta a responsabilização do sujeito sobre seu corpo. Esta beleza padronizada, no entanto, é por vezes uma beleza inalcançável. Entre o virtual (o corpo modificado através de Photoshop) e o real, o sujeito pode cair na obsessão da corpolatria, centrando sua vida e relações na forma e construção do seu corpo. Deparamo-nos, nesse sentido, com uma série de exigências que se configuram como um disciplinamento corporal que atua na formação da subjetividade do indivíduo. Tendo como premissa de investigação os impactos na formação da subjetividade dos jovens, público alvo do estudo, entendemos que assim como o corpo, a juventude também é cultuada pela mídia, que estabelece conexões atrelando a beleza ao corpo juvenil. Logo, o jovem sente-se sujeitado ao olhar do outro devido às expectativas fantasiosas de juventude que as mídias propagam. Nas relações sociais, profissionais e familiares, permeia uma exigência de estar atento ao corpo. Desta maneira, considerando a juventude como uma etapa da vida em que o corpo se encontra no “melhor estado”, contando com fatores biológicos a seu favor, refletimos sobre respostas e impactos biopsicossociais em jovens, situados entre “o dever social” de ser belo de acordo com padrões midiáticos, e suas expressões de aceitação ou não às “regras do jogo” social. Neste contexto, a pesquisa visou compreender como o jovem está se relacionando com o seu corpo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas junto a jovens de 18 a 29 anos de idade, frequentadores de uma academia de ginástica de classe média alta situada numa cidade do interior do Nordeste brasileiro. Sobre os dados transcritos, realizou-se uma análise de conteúdo, que revelou três categorias de discussão, a saber: relação do jovem com o corpo; concepção juvenil de beleza; e sentidos atribuídos aos valores propagados pela mídia. Dentre os principais resultados encontrados, chamam-nos a atenção os tensionamentos nas falas dos jovens que apontam para a busca por um corpo ideal, ainda que compreendam tratar-se de uma invenção midiática com exigências que definem como impossíveis de se atingir. Referências à mídia e padrões de beleza atravessaram as narrativas, sendo classificadas como “abusiva” e “louca”, mas que os incita a buscar o corpo “perfeito”. Em meio a falas carregadas de ambiguidades discursos normativos de beleza também permeiam suas narrativas, apontando o corpo para o sucesso, julgando o corpo do outro e expondo a necessidade da aceitação do outro para se sentirem aptos à vida social, profissional e afetiva.



JUVENTUDE E COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DO UNIFORME ESCOLAR.

Luanda dos Santos Alves (UFRRJ)
luarural@gmail.com

Monica A. Del Rio Benevenuto (UFRRJ)
monicadelrio@uol.com.br

Suemy Yukizaki (UFRRJ)
suemy0@gmail.com

Este trabalho é parte de uma Dissertação de Mestrado em andamento que tem por objetivo analisar os valores de uso e simbólico do uniforme escolar por jovens alunos do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Sendo nosso interesse estudar como esses alunos se apropriam de uma vestimenta que a princípio vem para padronizar e disciplinar os corpos para se apresentar enquanto indivíduo, atribuindo valores e se comunicando através dela. Neste sentido, propomos aqui dar atenção à juventude enquanto categoria social que se manifesta entre outros aspectos pela aparência, conectando-se intensamente mesmo que a um simples uniforme escolar, fazendo dele parte de si, propagador de seu estilo, de sua personalidade, usando-o de maneira a integrar pares, comunicar-se. Nessa espécie de comunicação não verbal, falando através do uniforme (BARNARD, 2003 & UMBERTO ECO, 1973) o jovem externaliza o que mais de significativo tem nesta fase de vida, a expressividade e necessidade de inovação. Como então o jovem estudante recorre a, planeja e usa esse sistema de comunicação não verbal? Se pensarmos em um espaço social em que a comunicação acontece com maior frequência pelo jovem, a escola, espaço de construção de conhecimento e relações sociais, onde ele se faz presente diariamente e ainda mantém contato quando não se encontra fisicamente, verificamos que vivências e influências socioculturais semelhantes, relações e inter-relações são estabelecidas e nele a moda enquanto sistema de comunicação acontece. A roupa que mais caracteriza este espaço é o uniforme, que traz muitos significados. Flügel (1966) caracteriza este traje como fixo por mudar lentamente no tempo, sendo seu valor dependente de sua permanência. O que contraria a necessidade de novidade apresentada pelos jovens, os quais também não buscam a disciplina social e a padronização aplicados ao uso do uniforme escolar. Ao contrário, o jovem, também procura a roupa enquanto forma de retocar o corpo físico em um corpo enfeitado e socializado, ressignificando-o. Composto-se, segundo Sant'Anna (2007), com signos que transportam inúmeros significados atrelados à beleza, juventude, sexualidade, distinção social, alegria ou tristeza, imprimem a possibilidade de ter escolhas diárias de posicionamento no conjunto maior de significados culturais. A apropriação desse signo permite o jovem exaltar ou mesmo contestar a roupa de maneira irônica. Nessa espécie de brincadeira, apropriando-se e customizando o uniforme, tornando-o muitas vezes um elemento de moda, o jovem concretiza desejos e necessidades de uma época, circunscrevendo-se num determinado espaço de significação. Por fim, inserimos o estudo no Grupo de Trabalho "Corpo e expressões de si" pela influência e valor da moda/indumentária sobre o dia-a-dia dos jovens, considerando seu papel como um símbolo de comunicação e linguagem que possibilita compreender melhor como essa forma de comunicação acontece no espaço escolar, sobretudo quando se trata de constituição de grupos, estabelecimento de relações sociais e busca do pertencimento.



**OS USOS DO CORPO EM *OUTDOORS* NA CIDADE DE PALMAS-TO:
CULTURA SOMÁTICA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES.**

Dalsiza Cláudia Macedo Coutinho (UFT)
dalsiza.coutinho@gmail.com

Adriano Machado Oliveira (UFT)
adriano.oliveira@mail.uft.edu.br

Este trabalho apresenta os resultados parciais de um estudo que está sendo realizado acerca dos usos do corpo em *outdoors* na cidade de Palmas (TO), cujo objetivo é investigar os modos pelos quais o corpo tem sido utilizado como recurso publicitário em *outdoors* e suas implicações para a construção do sujeito adolescente. Para a pesquisa mapeou-se todas as quadras do centro comercial da cidade e quadras de escolas do Plano Diretor Sul que ofertam, minimamente, o 9º ano do Ensino Fundamental, educação na modalidade EJA e escolas que ofertam curso pré-vestibular, uma vez que estes são locais que concentram um grande fluxo de adolescentes. Feito isso se iniciou a coleta de dados, que consistiu em fotografar todos os *outdoors* das ruas e avenidas junto às quadras selecionadas. No período entre dezembro de 2014 e março de 2015 foram visitadas 11 quadras. Após essa primeira etapa da coleta de dados deu-se início à análise de conteúdo e também a quantificação dos dados obtidos, observando de que maneira o corpo tem sido utilizado, como um recurso publicitário no espaço urbano de Palmas. Essa análise permitiu que os *outdoors* fossem categorizados de acordo com os significados associados aos produtos de mercado em questão. As categorias mais contundentes foram: Corpo-espetáculo, estilos de vida/Ideologias, sucesso profissional e sucesso escolar. A partir dessa análise é possível pensar que o conteúdo publicitário dos *outdoors* coletados nessa primeira etapa da pesquisa enfatiza a construção de identidades pessoais, seja com a disseminação de um corpo físico ideal ou com a difusão de estilos de vida, característicos do sujeito contemporâneo. Observa-se ainda que as diferentes formas de comercialização do ensino que aparecem, frequentemente, estão aliadas a promessas de sucesso na vida escolar e profissional dos sujeitos. Inferese a partir desses resultados que *outdoors* presentes no ambiente urbano de Palmas não produzem apenas desejos de compra, mas associam a isso imagens cujas intensões podem ser de alcançar diversos aspectos da vida individual. Acredita-se que ao estarem situados em espaços com grande fluxo de adolescentes, essas narrativas publicitárias e seus discursos apontam, principalmente, para a construção de estilos de vida com ênfase em padrões corporais e estéticos. Conclui-se preliminarmente, portanto, que os *outdoors* fixados na região urbana de Palmas estão a disseminar ideais de eu hegemônicos, os quais, além de refletirem na individualidade dos indivíduos podem orientar as relações interpessoais que eles estabelecem, e dessa maneira também legitimar uma lógica de pertencimento social.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 06A - Trajetórias escolares e não escolares.
Coordenadora: [Miriam Fábria Alves](#) (UFG)

264



**JUVENTUDES E COTIDIANO ESCOLAR:
POSSIBILIDADES DE CIRCULARIDADE ENTRE AS CULTURAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS.**

Divanir Maria de Lima (UFAL)
divanirlima@yahoo.com.br

Rosemeire Reis (UFAL)
reisroseufal@gmail.com

O trabalho resulta dos primeiros olhares de uma pesquisa que estuda as juventudes em processo de escolarização na Educação de Jovens e Adultos a partir do estudo do cotidiano escolar como lugar de produção de circularidade entre a cultura escolar e as culturas dos jovens estudantes. Constitui-se uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e ancora-se na interlocução entre os estudos sobre juventudes investigando as culturas escolares e juvenis em circularidade no cotidiano escolar. A pesquisa questiona se a construção da vida cotidiana da escola é promotora de agenciamentos entre a cultura escolar e dos jovens estudantes. Defende a tese de que o estudo do cotidiano escolar da EJA poderá trazer à superfície os acontecimentos culturais (ALVES, 2003), em processo permanente no interior da escola, fazendo emergir práticas que vêm superando os discursos de fracasso dos jovens estudantes nessa modalidade de ensino, promovendo a circularidade necessária à escola que abriga as juventudes. Nos estudos, toma-se o cotidiano escolar como espaço sociocultural, lugar de [entre] cruzamento de saberes, culturas e práticas culturais. (PÉREZ GÓMEZ, 2001; BRANDÃO, 2002; CANDAU, 2012; FORQUIN, 1993). Espaço entremeado por uma complexa trama de relações sociais produtoras de sujeitos e objetos. (DAYRELL, 2003; GALLO, 2007; CAMARGO, 2007). Desse modo, afirma-se que não há relação pedagógica desculturizada (CANDAU, 2013), logo, a[s] cultura[s] é[são] matéria prima das práticas escolares, numa relação de reciprocidade. (BRANDÃO, 2003; FORQUIN, 1993). O entendimento que subjaz a leitura da[s] cultura[s] se estabelece na consciência da complexidade que circunda o mundo contemporâneo, uma cultura plural, produtora de sentidos e de significados para aqueles que a produzem e que são por ela produzidos. (CERTEAU, 2012; LARAIA, 2011, SANTOS, 2012). O percurso metodológico aporta-se na etnografia como abordagem de pesquisa e busca perceber as “pistas” dos entrecruzamentos entre as culturas na produção da vida cotidiana da escola. Nesse sentido, utiliza-se de ferramentas etnográficas de coleta como a observação participante com registro em diário de campo, as entrevistas etnográficas, a produção e leitura de fotografias e o uso das redes sociais como Facebook e WhatsApp e o uso de questionários. Participam da pesquisa os jovens estudantes de duas turmas da 5ª Fase da EJA de uma escola pública de uma cidade do agreste alagoano e ainda seus professores e os gestores escolares. Os achados iniciais evidenciam que a produção cotidiana da vida escolar, em certos momentos, mobiliza as culturas juvenis e escolares, produzindo pontos de intersecção entre os mundos da escola e dos estudantes. O que leva a crer que não são puras, nem inteiramente independentes ou autônomas, mas tensionadas por aquilo que lhes é próprio num processo de coexistência e influências recíprocas, (GINZBURG, 2013; BAKHTIN, 1987), são culturas em circularidade.



JOVENS PRÉ-UNIVERSITÁRIOS DE ORIGEM POPULAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ESCOLHA DA CARREIRA E EXPECTATIVAS DE FUTURO.

Maitê Lopes de Almeida (UFRJ)
maitelopes3@oi.com.br

Rodrigo Rosistolato (UFRJ)
rosistolato@hotmail.com

Ana Pires do Prado (UFRJ)
anaprado@yahoo.com

Meu objetivo, neste artigo, é analisar as expectativas relacionadas às carreiras de nível superior apresentadas por jovens de origem popular. No Brasil, há duas formas de entrada na Universidade: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, além dele, há universidades –públicas e particulares– que realizam as provas de ingresso, popularmente conhecidas como vestibular. Jovens de todas as origens sociais passam por esses processos para que ingressem na Universidade. Há, no entanto, diferenças significativas nas trajetórias escolares de jovens egressos de escolas públicas e egressos de escolas particulares. Em ambos os casos, eles buscam cursos preparatórios para as provas de acesso à universidade. Esses cursos são conhecidos como “pré-vestibulares” e há cursos pagos e cursos gratuitos, os chamados populares. Desde 2012, pesquisamos dois cursos populares. A pesquisa atual, que será finalizada no final de 2015, será o escopo para a minha dissertação de mestrado e terá como campo apenas um pré-vestibular popular. Ela se insere nos debates sobre a distribuição de oportunidades escolares e pretende compreender: Quais as motivações dos jovens que buscam cursos preparatórios populares para dar sequência aos estudos após o fim da escolarização? Quais as carreiras universitárias pretendidas? Quais as justificativas para a escolha dessas carreiras? Para responder essas questões, aplicamos questionários aos estudantes de um Pré-Vestibular popular, estamos realizando observações participantes e vamos realizar entrevistas em profundidade com professores, coordenadores e alunos. Os dados produzidos pelo Observatório Educação e Cidade permitem dizer que esses estudantes são o “produto final” de sistemas escolares estratificados que oferecem acesso universal, mas ainda não conseguiram equalizar os processos de formação. Ao fim da educação básica, esses jovens sabem da precariedade de sua formação escolar e que precisam realizar escolhas relacionadas ao capital escolar acumulado. A frequência aos pré-vestibulares populares acaba por fazer com que os jovens criem e/ou alterem expectativas de formação superior, dialogando com as possibilidades apresentadas pela formação da educação básica e com os conhecimentos adquiridos durante o pré-vestibular. O trabalho descreverá o perfil e a trajetória dos estudantes, demonstrará como as oportunidades escolares são vividas e pensadas por jovens que concluíram ou irão concluir o ensino médio e que desejam dar sequência aos estudos. Discutiremos as mudanças de projeto orientadas pela experiência vivida no pré-vestibular ao longo do ano de 2015.



**CULTURAS JUVENIS E JOVENS DO ENSINO SUPERIOR:
EM BUSCA DE CAMINHOS PARA FORMAÇÃO INICIAL E A PRÁTICA EDUCATIVA.**

Rodrigo Rodrigues Menegon (UNESP)
rrmenegon10@gmail.com

Márcia Regina Canhoto de Lima (UNESP)
marcialima@fct.unesp.br

Esta pesquisa, pautada no referencial teórico da Sociologia da Juventude e nos estudos que têm como enfoque central os jovens e suas culturas, assume como objeto de pesquisa um Curso de Licenciatura em Educação Física e seus respectivos alunos, estabelece como objetivo central, investigar como um Curso de Licenciatura em Educação Física, de uma instituição pública, tem proporcionado conhecimentos e experiências para que seus alunos, futuros professores, alcancem uma concepção histórico-social sobre os jovens e superem visões do senso comum de caráter naturalista e universal. Já os objetivos específicos se consistem em analisar o Currículo do Curso de Licenciatura em Educação Física, analisando a concepção de alguns professores do Curso frente à temática da Juventude, investigando qual a visão que os alunos do último ano do referido Curso de Licenciatura em Educação Física tecem sobre sua formação inicial proporcionada por uma instituição de Ensino Superior, verificando ainda, se as suas manifestações juvenis, foram valorizadas durante esse processo. A metodologia será de natureza qualitativa, caracterizando-se como estudo de caso. Para que o processo metodológico da pesquisa esteja compatível com o método escolhido, delineamos alguns caminhos importantes a serem trilhados, como: procedimentos para a escolha do caso; procedimentos para coleta de dados; tratamento dos dados coletados; interpretação dos dados e aspectos éticos referentes à realização da pesquisa. Estudos e pesquisas, ainda escassos, têm revelado a importância da escola levar em conta a existência de uma nova condição juvenil no Brasil. Também, evidenciam que é preciso diminuir a distância entre o mundo juvenil e o mundo escolar, com isso a juventude passa a ser objeto de análise sociológica, compreendida sob diversos e diferentes pontos de vista. A Sociologia da Juventude, principal vertente teórica da pesquisa, analisa os jovens nas suas especificidades e diversidades, práticas sociais e modos de vida dentro de um universo simbólico próprio. Diante deste panorama, espera-se que os resultados contribuam principalmente para o avanço na produção de conhecimentos nas áreas da Sociologia da Juventude, Formação de Professores e Educação Física; possibilitem ao aluno, futuro educador, compreender os jovens e as suas formas de pensar e agir, além do espaço e tempo da sala de aula e ofereça apontamentos para o aprimoramento da prática educativa na Educação Básica.



TRAJETÓRIAS ESCOLARES DOS SUJEITOS DA EJA: UMA ANÁLISE SOBRE PERMANÊNCIA E DESEMPENHO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Jaqueline Luzia da Silva (UERJ)
jackluzia@yahoo.com.br

O presente trabalho busca apresentar dados levantados e analisados numa pesquisa sobre a permanência e o desempenho de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O principal objetivo da pesquisa foi encontrar elementos que contribuam para compreender o curso pedagógico do trabalho desenvolvido nas escolas no sentido de reverter os índices de evasão e reprovação dos sujeitos matriculados na EJA. Nesse sentido, foram realizados, como procedimentos de coleta de dados, análise documental, observação de salas de aula e do funcionamento das escolas, entrevistas semiestruturadas com professores e diretores, grupos focais com alunos, além de aplicação de questionário socioeconômico junto a esses últimos. Por meio destes instrumentos de análise, foram investigadas as trajetórias escolares de 96 alunos de três escolas da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro que oferecem o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) para se compreender as experiências escolares anteriores destes alunos, aspectos da relação deles com a escola no presente e o que esperam para o futuro. Além dos dados levantados pela pesquisa, foram apresentados resultados de outros estudos sobre o perfil dos alunos da EJA. Trata-se de dois estudos, o de Machado (2004) e outro da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (RIBEIRO, 2004), que ajudaram a contrapor os dados levantados. As principais conclusões verificam que, quanto às trajetórias escolares, à relação com a escola e as perspectivas para o futuro, o principal motivo que os levou a procurar a EJA foi aprender a ler e a escrever; boa parte abandonou a escola por um período de tempo na infância, mas a maioria não foi reprovada na infância, não abandonou o PEJA depois da matrícula inicial e não foi reprovada no Programa. Os alunos avaliam o PEJA muito positivamente e afirmam que o conhecimento que adquiriram na escola é o que mais gostam no Programa. A maioria espera para o futuro continuar seus estudos. O sentido prático do estudo parte da observação aprofundada dessas escolas, da verificação dessas e de outras características importantes para a análise da eficácia escolar e percebe que é necessário que as políticas públicas educacionais sejam planejadas e executadas com vistas à promoção dessas características nas escolas que possuem o PEJA. Mais do que o esforço individual das escolas, é preciso que as secretarias forneçam subsídios materiais e pedagógicos para que as escolas façam suas escolhas e trilhem um caminho de adequação às necessidades dos seus alunos e reconhecimento de seu papel como instituição capaz de fazer a diferença nas trajetórias escolares dos mesmos.



HABITUS E CAPITAL CULTURAL NAS TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DE JOVENS DO INTERIOR PAULISTA.

Eduardo Pinto e Silva (UFSCar)
dups@ig.com.br

Renata Mantovani de Faria
(Prefeitura Municipal de Campinas)
re.mantovanif@gmail.com

O objetivo deste trabalho é analisar as trajetórias e estratégias de formação e trabalho de jovens do interior paulista. Tratam-se de estudantes concluintes do Ensino Médio de uma escola pública estadual localizada na zona rural de um pequeno município do interior do Estado de São Paulo. O Ensino Médio nesta escola era oferecido tão somente no período noturno, dado a realidade de inserção no trabalho da maioria de seus alunos. A análise é realizada com base na perspectiva teórica do sociólogo francês Pierre Bourdieu, e se fundamenta nos seguintes conceitos: socialização; trajetórias; estratégias; *ethos*; capital cultural; capital social; capital econômico; e *habitus*. O foco da análise é a compreensão de como ocorrem os processos de escolarização, desescolarização e de inserção e/ou permanência destes jovens de classe popular do interior paulista em formas de trabalho duro e precarizadas, com jornadas extensas e baixa remuneração. Considera-se que os processos de socialização pautados por necessidades prementes de renda dos alunos e seus familiares, caracterizados por uma dinâmica de estranhamento frente ao arbitrário cultural das práticas e realidades escolares e por uma posição social e de classe configurada por um conjunto limitado de capitais econômico, social e cultural, favorecem formas de inserção precoce no mundo do trabalho, em detrimento da formação humana e da ascensão escolar e social destes jovens do interior. Os dados analisados foram coletados através de questionários aplicados ao total de alunos do último ano da escola rural pública, seguidos de entrevistas semiestruturadas com uma amostra dos respondentes aos questionários. Por intermédio dos questionários se sistematizou o perfil do conjunto dos capitais dos estudantes e de seus pais e familiares (econômico, social e cultural), assim como se identificou, preliminarmente, suas expectativas em relação à continuidade dos estudos e de inserção e/ou permanência no trabalho. Já por intermédio das entrevistas semiestruturadas procuramos aprofundar os dados coletados por meio dos questionários, de modo a identificar, de forma qualitativa, os processos de socialização constitutivos do *ethos* de classe e das disposições interiorizadas, estruturas estruturadas e estruturantes de modos de pensar e agir, conceituadas por Bourdieu como *habitus*. Verificou-se que a maioria dos sujeitos pesquisados teve ingresso em trabalhos em olarias quando ainda crianças, de forma a reproduzir trajetórias de seus pais e familiares, com implicações negativas para seus processos de escolarização. Apontamos para a formação de um *habitus* e de modos de pensar e agir no qual o trabalho prevalece sobre as intenções e discursos sobre a formação e relevância dos estudos no sentido das melhorias de condição de vida. Dentre o conjunto de capitais, o capital cultural foi compreendido como fator predominante em relação às estratégias e expectativas de formação e trabalho dos jovens. Conclui-se que essas se caracterizam por um não rompimento com as causalidades prováveis e disposições interiorizadas de seu grupo e posição social.



**COTIDIANO ESCOLAR E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL:
A FORMAÇÃO DE JOVENS COM ATITUDES RESPONSIVAS ATIVAS.**

Isabela Bastos de Carvalho (IFF/CEFET-RJ)
isabascarva@gmail.com

Alexandre de Carvalho Castro (CEFET-RJ)
o.aken@uol.com.br

Não há como refletir sobre a educação brasileira sem pensar nos “jovens e seus outros”. Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo analisar, a partir do referencial teórico de Mikhail Bakhtin, as relações dialógicas implicadas no currículo de Língua Portuguesa empregado no Ensino Médio dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (rede composta por 14 unidades cuja reitoria localiza-se no município de Campos dos Goytacazes/RJ). Tal estudo se justifica frente ao atual quadro do cotidiano escolar, pois as mudanças sociais requerem que a forma de ensinar e de aprender seja sempre problematizada. As diretrizes curriculares para o ensino médio se baseiam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9394/96), no Parecer do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica nº 15/98, e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que prescrevem uma série de práticas emancipadoras. O que se verificou, contudo, — nos resultados da pesquisa de campo, mediante observação participante — é que na realidade o ensino se constitui em uma prática social, discursiva, engessada, que não se abre para possíveis transformações. Os materiais didáticos utilizados — investigados metodologicamente sob o viés da análise bakhtiniana — também evidenciaram uma ênfase no ensino da gramática tradicional e na literatura canônica, sem a inclusão de temas que pudessem despertar reflexões nos alunos. As conclusões da pesquisa, conseqüentemente, indicaram que o ensino da língua portuguesa deve abrir mão de um currículo monológico e dar lugar a um currículo dialógico. O que permitirá ao educador instaurar, na sua prática, fundamentos que esvaziem argumentações validadoras de um currículo centrado em conteúdos obsoletos, conservadores, excludentes, para dar lugar a uma prática em direção aos conteúdos que atendam aos interesses sociais plurais. O que significa dizer, bakhtinianamente falando, que os enunciados proferidos pelos professores deveriam manter uma relação dialógica de valorização efetiva do “outro”, no caso, os alunos que os escutam. Principalmente porque esses alunos, por sua vez, tenderão a ter uma atitude responsiva ativa frente às considerações apresentadas, ou aceitando, ou rejeitando, tais proposições. Assim, enquanto não se pensar (e permitir se materializar) um ensino que priorize a diversidade sociocultural dos envolvidos no processo educacional, dando voz aos jovens e trazendo à tona os temas que atravessam cotidianamente a sociedade, o ensinar e o aprender, sem fazer conexões com a vida, deixam de ter sentido. Passam a significar apenas a conquista de um diploma que não necessariamente os incluirá no mercado de trabalho. Repensando o currículo, novas possibilidades para o ensino vêm à tona, e passa a ser possível construir uma nova trajetória escolar que permita aos jovens ter uma atitude responsiva ativa e positiva diante dos enunciados a que forem submetidos. Cada jovem, então, não cumprirá o que hipoteticamente estaria socialmente determinado para si, mas, com seus outros, poderá construir práticas emancipatórias e, autonomamente, cada rota de seu percurso.



AS PROBLEMATIZAÇÕES DAS CULTURAS JUVENIS COMO UM MODO DE SUBJETIVAÇÃO – MODOS DE SER PROFESSOR NOS CADERNOS DE FORMAÇÃO DO PACTO PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO.

Marcos Vinicius da Silva Goulart (UFRGS)
mvinicius.goulart@gmail.com

Clarice Salete Traversini (UFRGS)
clarice.traversini@gmail.com

O Ensino Médio há algum tempo enfrenta algumas crises. Pelo menos, desde a década de 1990, estudos apontam para diversos problemas que envolvem esse nível de ensino, entre eles, a falta de democratização do acesso, evasão e despreparo para lidar com a realidade dos alunos/jovens. Ora, alguns problemas, em parte, têm sido resolvidos, no entanto, outros ainda parecem precisar de tempo e o desenvolvimento de outras ações. Atualmente, o Ensino Médio brasileiro tem se mostrado de qualidade questionável, quando levado em consideração o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), não superando metas estabelecidas pelo governo, o que gera um campo de tensões que pode ser produtivo do ponto de vista da criação de novas formas de pensar esse nível de ensino. Uma delas é o debate acerca das culturas juvenis, que vêm cada vez mais ganhando espaço em pesquisas acadêmicas e documentos de políticas públicas que visam à melhoria do Ensino Médio brasileiro. Recentemente, o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio (instituído pelo Ministério da Educação através da portaria nº 1140, de 22 de novembro de 2013), aparece como uma forma de qualificar, através de formação continuada, os professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio da rede pública. Nele – pelo menos em um caderno de formação específico –, os modos sobre como se deve compreender as juventudes aparece como uma espécie de orientação metodológica, indicando pistas de como os professores devem lidar com os seus alunos/jovens no sentido de melhorar o seu trabalho pedagógico. Assim, as problematizações de algumas noções recorrentes de juventude (como problema, como recorte demográfico, como faixa etária, como preparação para a adultez e como esperança para o futuro) operam como condição de possibilidade para a prática qualificada de professores em sala de aula. A partir disso, inspirados no referencial arquegenealógico de Michel Foucault, mais especificamente, na sua análise das relações de poder e dos modos de subjetivação, pretendemos investigar como o debate sobre culturas juvenis prescrevem modos de ser professor com a finalidade de melhorar a qualidade do Ensino Médio público brasileiro. Temos em mente que abordar essa temática por esse viés, nos mostra como, no interior dos documentos, através de prescrições, práticas de si, isto é, modos de ser e se ver como professor, traçam caminhos para uma mudança significativa no Ensino Médio, indicando que é preciso formar novas práticas docentes para lidar com uma nova escola. Essas práticas de si, são as formas como um professor deve agir no seu cotidiano escolar, sobre como deve compreender os seus alunos/jovens, bem como sobre a visão que deve ter sobre si mesmo. Por outro lado, não podemos perder de vista que, nesse jogo de auto constituição de si do professor, as suas práticas pedagógicas projetam formas de ser um aluno/jovem, formas que, de algum modo, orientarão o seu trabalho diário em sala de aula.



SABERES LOCAIS SOBRE FORMAÇÃO DE JOVENS EM VULNERABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO DE M'BOI MIRIM E PROXIMIDADES.

Tiago Corbisier Matheus (FGV)
tiago.matheus@fgv.br

Letícia Daidone (FGV)
le_daidone@hotmail.com

Como participantes de um grupo de pesquisadores atuantes na região de M'Boi Mirim e proximidades, buscamos investigar estratégias de enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil desenvolvidas na região. A fim de contribuir com a realidade local, privilegiamos a estratégia de pesquisa participante (Haguete, 1999), incluindo demandas locais em nosso escopo de pesquisa, em favor da emancipação do sujeito (Rancière, 2013) e da promoção dos direitos dos cidadãos de modo igualitário e universal. Além de grupos de articulação entre educadores, diretores e gestores locais, em favor de sua aproximação e ação conjunta, realizamos entrevistas qualitativas vários destes atores, bem como com jovens atendidos por escolas (regulares ou não) e equipamentos de formação complementar. Percebemos que a região não apenas vive uma série de problemas sociais dramáticos, fruto de um processo de urbanização desordenado e excludente (Kowarick, 2009; Santos, 2009), mas também produz soluções criativas e fecundas para os mesmos, nem sempre são lembradas por aqueles que as retratam. Poder retratá-las é um meio de percebê-la não apenas como um efeito danoso de nosso processo de urbanização recente, mas também como lugar de possibilidades e potências, capaz de participar ativamente do debate sobre os caminhos de desenvolvimento do espaço urbano e do País. As escolas formais investigadas mostram dificuldade no enfrentamento dos desafios que lhe são colocados, ao serem responsabilizadas pelo futuro da nova geração. Sobrecarregadas na função social assumida, vivem desde problemas de diversos tipos, desde restrições financeiras para suas atividades cotidianas, inconstância do corpo docente, evasão escolar, violência dentro e fora do meio escolar, dificuldade de apresentar a escola como um lugar de oportunidade e de descobertas, de modo inclusivo e plural. Apesar disso, há entre elas e alguns equipamentos de formação complementar (como centros de juventude) ou de formação irregular (educação para jovens e adultos) da região, a construção de estratégias fecundas para o enfrentamento de tais dificuldades: ainda que sob tensão, constroem estratégias para a aproximação dos saberes ofertados aos interesses juvenis, promovem a não discriminação de jovens em medidas sócio educativas ou com necessidades especiais, mantém uma política de portões abertos para a comunidade do entorno, que pode frequentar o equipamento inclusive nas refeições e criam espaços em que o diálogo e o respeito conseguem ser valorizados na prática cotidiana, criando relações de reciprocidade e reconhecimento mútuo. São conquistas que sofrem seus revezes e oscilações, vivem sob o risco da falta de apoio institucional, das tensões internas entre seus agentes ou frente a ameaças de uma realidade local pouco assistida pelo poder público. Porém, mostram as possibilidades que surgem em contraposição à tradicional imagem da mídia que retrata a região como fonte de conflitos e ameaças sociais, mostrando que seus agentes locais são sujeitos vivos (Certeau, 2012), capazes de criar caminhos de enfrentamento para os desafios que caracterizam a realidade local.



**JUVENTUDE E ENGAJAMENTO POLÍTICO-RELIGIOSO:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS INGRESSANTES NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR).**

Thaís Serafim (UNESPAR)
serafim_thais@hotmail.com

Frank Antonio Mezzomo (UNESPAR)
frankmezzomo@gmail.com

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (UNESPAR)
crispataro@gmail.com

Este texto explora parte dos resultados obtidos em pesquisa mais ampla, ainda em andamento, que, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, busca investigar o perfil dos jovens ingressantes na Universidade Estadual do Paraná (Unespar) no ano de 2014. A pesquisa pretende compreender a maneira como estes jovens significam o futuro e constituem seus projetos de vida, tendo como premissa seus pertencimentos e engajamentos políticos e religiosos. Compreendemos que durante a juventude os sujeitos tornam-se capazes de enxergar as mudanças que lhes estão ocorrendo e, por consequência, tornam-se capazes também de projetarem-se para o futuro e conhecerem a si mesmos. Os projetos de vida remetem a um objetivo futuro, que o indivíduo se propõe a realizar em relação a alguma esfera de sua vida (escolar, afetiva, profissional, etc.), mas com plano de ação situado no presente e elaborado com base em suas experiências e trajetória de vida. Tais elaborações dependem sempre de um campo de possibilidades dado pelo contexto socioeconômico e cultural no qual cada jovem se encontra inserido e circunscreve suas experiências de vida, portanto abarca a dinâmica intersubjetiva e temporal. Fazemos uso da metodologia *survey*, com a aplicação de questionário *online* aos jovens ingressantes do campus de Campo Mourão, perfazendo um total de 282 participantes. Dentre os dados coletados, verificamos que os jovens revelaram maior participação e vinculação religiosa (64,9%) se comparada à participação em atividades tradicionalmente consideradas políticas, como a participação em partidos políticos (9,2%). No entanto, foi expressiva a participação dos jovens em atividades de cunho social, como campanhas solidárias (65,9%) e visitas a instituições caritativas (53,5%), revelando formas e estratégias diversas de participação política e social. Os jovens participantes atribuem como características positivas à etapa da juventude o futuro (71,6%) e os estudos (69,1%), mencionando, por outro lado, que os aspectos negativos da juventude se concentram em ter um futuro pela frente (66,1%) e na insegurança e inexperiência diante da vida (63,5%). Os projetos de vida, que possuem relação intrínseca com a orientação futura das ações, parecem, portanto, refletir simultaneamente a ideia de abertura ao novo e da incerteza perante o futuro. A presença dos jovens na esfera pública é significativa, principalmente em atividades religiosas e de cunho social. Diante disso, não há como negar a influência de tais participações na constituição de identidades juvenis, enquanto produtoras de sentidos e, por consequência, produtoras de significados para a sociedade. Destes dados, outras questões são suscitadas: de que forma as convicções e participações política e religiosa dos jovens tem contribuído e influenciado na constituição de projetos de vida? O que os jovens têm feito para alcançar seus objetivos? Quais os valores que subjazem essas escolhas, e em que medida são sustentadas por elementos político-religiosos? Estas e outras questões merecem maior análise e serão exploradas nos grupos focais, com aplicação programada para junho de 2015.



ACELERAR O QUE?

REFLEXÕES A PARTIR DE ENCONTROS COM JOVENS PARTICIPANDO DO PROGRAMA ACELERA.

Jimena de Garay Hernández (UERJ)
jime_degaray@hotmail.com

Tássia Pacheco (UERJ)
tassiapb@yahoo.com.br

Anna Paula Uziel (UERJ)
uzielap@gmail.com

Este trabalho apresenta uma série de reflexões a partir de encontros semanais ao longo de um ano, com crianças e jovens de duas turmas do Programa Acelera, em uma escola da rede do ensino público do Rio de Janeiro. A equipe de pesquisa/extensão da Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro começou esses encontros com a proposta de três oficinas sobre leitura e diversidade familiar, com o objetivo de explorar, através de atividades de leitura e criação artística, as noções de família com crianças e jovens. Contudo, depois de três encontros e muitas questões, inclusive a falta de interesse no tema da família por parte da maioria deles, o projeto foi estendido até o final do ano 2014, oferecendo a nós, a eles e às professoras a oportunidade de refletir e problematizar inúmeras questões. Muitas tensões ficaram explícitas ao longo desse processo, dentre elas, de que forma a escola, com dispositivos e fluxos muito delimitados, é colocada como a única forma de acesso ao progresso social, ao tempo em que a maior parte de seus discursos e práticas são excludentes no que diz respeito à maioria das vidas que ali se encontram. Desta forma, fomos explorando as instituições que atravessam o cotidiano escolar através de discursos variados, dentre eles os provindos do campo *psi* em forma de diagnósticos, e os referentes à funcionalidade e sucesso, que podemos chamar de capitalísticos. Também, quais os mecanismos, práticas e linguagens que produzem ou não sentido da escola na vida de crianças e adolescentes? Como as vidas deles e delas são ou não refletidas nos conteúdos? Como as práticas as e os envolvem? De que forma questões de desigualdade social, violência, raça, gênero, religião, sexualidade, família, drogas, corpo são abordadas na escola e fora dela? Como se configura ao longo do ano a relação com as professoras e outras personagens da escola e do sistema educativo? Quais os atravessamentos macro e micropolíticos do processo de escolarização? Qual a relação da escola com outras instituições, tais como o abrigo, o sistema socioeducativo, o sistema de saúde? Como são agenciados os trajetos subjetivos na vivência escolar? No final, com essas e outras reflexões que nos provocaram constantemente, nos perguntamos, o que é que está se acelerando? Qual o (s) caminho (s) que estão sendo sugeridos ou impostos e em quais velocidades? Qual o tempo da escola? E o da vida? Para que é esse tempo? Como ele é instaurado e direcionado? O desafio continua sendo fomentar o olhar para essas crianças e jovens, percebendo e investindo em seus movimentos e encontros.



**TRAJETÓRIA ESCOLAR, (IN)DISCIPLINA E VIOLÊNCIA:
ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE OS "LIVROS DE OCORRÊNCIA ESCOLARES".**

Débora Cristina Fonseca (UNESP)
deboracf@rc.unesp.br

Este trabalho objetiva apresentar alguns dados já coletados e discutidos no âmbito da pesquisa "Trajetórias de alunos protagonistas de violência", financiada pelo CNPQ, que busca compreender os elementos constitutivos da lógica de criminalização da pobreza e juventude à luz da perspectiva teórica histórico-cultural, refletindo sobre como as instituições escolares e de justiça têm tratado a questão, apontando possíveis consequências para a vida dos jovens e para a sociedade contemporânea. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com três momentos de aproximação com o campo (levantamento de dados nas escolas, levantamento de dados junto à Vara da Infância e Juventude e entrevista individual com a equipe escolar, Conselho de Escola e com os jovens protagonistas de violência) e o uso de dois instrumentos de coleta de dados: análise documental e a entrevista individual/grupal. Neste momento, apresentaremos a análise e discussão dos dados da primeira etapa, coletada em 4 escolas públicas, de dois municípios do interior paulista que apresentam altos índices de violência. Os dados se referem aos "Livros de Ocorrência Escolares"(LOE) e entrevistas realizadas com a equipe gestora. De forma geral, os dados apontam que os casos de violência ainda são poucos. Os atos praticados pelos alunos constituem-se, em sua maioria, como incivildades e uma parte menor referem-se a atos de agressividade, potencialmente considerados como violentos. Refletimos, a luz dos registros encontrados, que o problema da violência escolar está superestimado, sendo também observada a existência de um componente de resistência dos alunos em relação à escola. Em nossa análise, os alunos parecem resistir a uma escolarização obrigatória e sem sentido em seu cotidiano, haja vista que as informações se encontram disponíveis pela rede mundial de computadores, não mais necessitando da escola e dos professores para esta função. O desafio da escola parece estar na produção de novas significações para seu cotidiano, na perspectiva de construir novas necessidades e interesses aos alunos e equipe escolar como um todo. Entretanto, a escola, ainda parece se utilizar dos LOE para controlar seus alunos/jovens e como forma de se proteger de possíveis acusações de familiares e da sociedade. Ao mesmo tempo, alguns alunos são nomeados pela equipe gestora como protagonistas de violência, sem que os atos por eles praticados estejam descritos nos livros. Muitos alunos não apontados pela escola, na segunda etapa da pesquisa, foram localizados com processos judiciais na Vara da Infância e Juventude. Pretende-se cruzar os dados para discutir a lógica de criminalização de alunos/jovens em decorrência dos atos praticados no contexto escolar, bem como a trajetória de vida e escolar de alunos considerados infratores e com histórico de cumprimento de medidas socioeducativas.



MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE VIVÊNCIAS NA ESCOLA DE ADOLESCENTES AUTORAS DE ATOS INFRACIONAIS.

Marlene Feitosa de Sousa (UFPA)
marlamorena2@hotmail.com

Este estudo é um recorte de minha pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, e tem como objetivo desvelar a memória de escola de adolescentes autoras de atos infracionais, que cumpriam medidas socioeducativas na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará. A metodologia seguiu a abordagem qualitativa e o referencial teórico centrou-se na Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1978) e Jodelet (2001). Os sujeitos de estudo foram seis adolescentes do sexo feminino que cumpriam MSE de Internação e Semiliberdade em Unidade Feminina do Sistema Socioeducativo. O levantamento de dados constou de: entrevistas com roteiro semiestruturado; observação in loco e diário de campo. Para análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo em Franco (2003). Os resultados revelam que das seis adolescentes do estudo, todas se encontravam em defasagem idade/série, evidenciando assim um baixíssimo nível de escolarização. O sentido da escola para as adolescentes foi marcado por uma ambiguidade, ao mesmo tempo em que todas estavam ausentes da escola antes de serem apreendidas, veem a escola como possibilidades de mudança de vida, como melhores oportunidades no mundo do trabalho. A escola passa a ocupar um lugar para se ter um horizonte de futuro. É no domínio da escolaridade que se percebe o afastamento precoce da escola. As experiências escolares, marcadas por desinteresse, tensões e conflitos, reforçaram nas mesmas que as suas trajetórias escolares dependeram de seu desempenho e não do sistema escolar. Neste sentido, o desinteresse, a repetência e a violência escolar compõem o mosaico das vivências da escola para as adolescentes e que, possivelmente, contribuíram para o abandono dos bancos escolares. Neste sentido, escola passará a ocupar de fato um lugar importante, um meio que auxilie na condução do projeto de vida se a consciência crítica e reflexiva da aprendente for exercitada, se as políticas públicas educacionais, em especial as do currículo levarem em consideração o desenvolvimento de práticas curriculares em que os sujeitos se reconheçam na aprendizagem, que estabeleçam uma relação pedagógica dialógica e interativa entre os diversos e diferentes sujeitos da escola. No contexto da contemporaneidade, não é possível pensar na educação para a adolescência e, mais especificamente, na socioeducação, sem pensarmos na educação como possibilidade de humanização, como nos diz Freire (2001). Sendo essa possível pelo processo de conscientização, como alicerce de toda a pedagogia, pelo diálogo não impositivo, onde educando e educador, caminhariam juntos na construção contínua de verdadeiras práxis.

276



SOBRE O LAUDO DIAGNÓSTICO DE DISLEXIA DE JOVENS ESTUDANTES: SEU USO E EFEITOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO.

Sabrina Gasparetti Braga (USP)
sabinagasp@hotmai.com

Marilene Proença Rebello de Souza (USP)
marilenepro@hotmai.com

O presente trabalho, por meio de uma abordagem qualitativa de estudo de caso, investigou a história do processo de escolarização, a produção do diagnóstico de dislexia e seus efeitos nas relações escolares de um estudante ao final do ensino fundamental I. Foram realizadas entrevistas com a mãe, coordenadora pedagógica, professoras e o jovem diagnosticado, além da análise do laudo realizado por equipe multidisciplinar. Faremos um recorte falando sobre o uso que se faz do diagnóstico de dislexia na escola. Pelos relatos das entrevistas realizadas com professores e coordenadora pedagógica, percebe-se que o laudo não serviu como auxílio aos profissionais de educação, pois estes dizem não receber orientações. O diagnóstico parece retirar das mãos dos professores sua capacidade de reflexão pedagógica, sendo que estes ficam à espera da orientação de um profissional de saúde para saber sobre os limites e possibilidades de aprendizagem dos jovens que são diagnosticados. A questão do “quadro” médico é também recorrente na linguagem dos professores, os quais acreditam que a criança percorrerá os anos escolares com limitações, evoluindo apenas dentro de um “quadro clínico” o que nos remete a imagem de uma contenção, como na moldura de um quadro: fechada, unidimensional, linear. A criança estaria presa e limitada por todos os lados. O diagnóstico recebido pela escola tinha como conclusão também outro quadro, o “quadro de risco para dislexia” o que determinaria a necessidade de reavaliação. Mas, de acordo com o médico da família o laudo estava selado, registrado, carimbado, avaliado e rotulado. Pronto para voar. A partir das entrevistas, percebeu-se, ainda, o uso do diagnóstico para justificar uma dificuldade que não se compreende a origem, então a causa é depositada no estudante, e o laudo utilizado como tentativa para obtenção de uma atenção diferenciada por parte da escola, sendo esta inclusive uma orientação médica. Produzimos subjetividades com as nossas práticas e a prática do diagnóstico fez com que o sujeito desta pesquisa quando perguntado sobre o que é a dislexia, respondesse como se sente sendo considerado disléxico. O laudo responsabiliza o jovem pela dificuldade, é o estudante que não aprende independente das relações que vive ou viveu na escola, as relações marcadas pelo laudo contribuíram na constituição de sua subjetividade pautada na doença e nas limitações impostas por um rótulo diagnóstico.



**JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL:
PERCEPÇÕES SOBRE A CAPOEIRA NO COTIDIANO JUVENIL EM SANTO AMARO DA
PURIFICAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA.**

Maura Evangelista dos Santos (UEFS)
maurasanto1@gmail.com

Denise Helena P. Laranjeira (UEFS)
denise.laranjeira@gmail.com

Este trabalho resulta de uma pesquisa em desenvolvimento junto a um Programa de Pós-Graduação em educação e tem como foco a relação entre juventude, educação não formal e inserção sociocultural. Pretende-se compreender as implicações socioeducativas e culturais a partir das experiências vivenciadas pelos jovens acolhidos pela Associação de Capoeira Arte e Recreação Berimbau de Ouro – ACARBO, da cidade de Santo Amaro da Purificação no Estado da Bahia. Tais experiências, associadas à cultura popular e a uma memória coletiva, transmitida oralmente pelas sucessivas gerações, parecem transpor tanto os limites da educação formal, que nem sempre acolhe no cotidiano e currículo escolar este tipo de saber originário da cultura afro-brasileira, quanto a própria cultura de massa veiculada nos meios midiáticos hegemônicos. Quais seriam os significados destas vivências na percepção dos sujeitos envolvidos, e num território demarcado pela vulnerabilidade socioeconômica e ao mesmo tempo por uma memória histórica e afetiva perpassada por distintas formas de pertencimento, identidades e sociabilidades. A investigação de natureza qualitativa, tem na observação participante sua base metodológica e vem empregando a técnica de entrevistas de profundidade na perspectiva de entender a história individual e coletiva, bem como a posição social e processos interativos dos sujeitos no espaço em que habitam. Configuram sujeitos desta pesquisa um mestre de capoeira e três jovens que há mais de dois anos integram a ACARBO, são moradores da periferia da cidade de Santo Amaro, portanto, onde a exclusão social se faz presente no plano material e simbólico (equipamentos públicos de saneamento, transporte, educação, segurança, lazer, cultura etc.). Esta associação, existente em Santo Amaro há trinta anos, realiza atividades de cunho educativo e cultural em Salvador, capital, e no interior do estado, através de suas filiais, alcançando centenas de jovens. Embora não concluído o estudo, acredita-se preliminarmente que a prática da capoeira, na referida associação, por seu caráter educativo, inclusive associado aos problemas do entorno do lugar em seu sentido local/global, tem contribuído para a formação cidadã dos participantes. De maneira que, também inferimos esta formação não restrita, tem tornado os sujeitos mais conhecedores da realidade sociocultural na qual estão inseridos o que colabora para a maior coesão social, tornando os jovens mais participativos socialmente. Além disso, as práticas educativas mediadas pela arte corporal podem representar uma apropriação da cultura de pertencimento étnico, trazendo novos significados e dispositivos de resistência e enfrentamento às situações de exclusão social. Para fundamentar esta discussão, entre outros, buscamos o apoio teórico/metodológico nos seguintes referenciais: ABIB (2005); ABREU (2005); CANCLINI (1982); CASTRO JR. (2010); DAYREL (1996); GHEDIN E FRANCO (2008); GOHN (2010; 2012); LARANJEIRA (2011); LÜDKE e ANDRÉ (1986); NOVAES (2006); OLIVEIRA (1986); PAIS (1996); PARK (2005); SANTOS (1997); THIOLLENT (1982).



**OS (DES)CAMINHOS DO ADOLESCER:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DE EDUCAÇÃO, ADOLESCÊNCIA, CRIMINALIDADE E
HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS DO CONTEXTO ESCOLAR.**

Odacyr Roberth Moura da Silva (UFES)
odacyrroberth@gmail.com

Fernanda Gonçalves de Lima (UFES)
fernandagolima@gmail.com

Maria Cristina Smith Menandro (UFES)
cristinasmithmenandro@gmail.com

Diversos estudos apontam a educação como importante condição para inclusão social e ferramenta para a diminuição do engajamento em práticas infracionais. A escola entra neste cenário como principal instrumento do poder público para educar. Percebe-se, contudo, que a educação, como vem sendo reproduzida atualmente por muitas escolas, provoca um sentimento de falta de sentido à vida do adolescente, o que, por sua vez, potencializa a evasão espontânea ou até a expulsão decorrente da emissão de comportamentos desviantes. Este estudo tem por objetivo investigar a função da escola na vida do adolescente e analisar as possibilidades de inclusão e exclusão social decorrentes desta relação. Em termos mais específicos, buscar-se-á neste trabalho discutir o que a escola significa para o adolescente que comete um ato infracional e como a escola pode, a partir destas representações criadas, adotar uma prática de não-exclusão deste indivíduo. O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter descritivo. Para responder aos objetivos deste estudo fundamentado na Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici, realizou-se a coleta nas bases *online* SCielo, LILACS, Portal CAPES, BVSPsi, além de trabalhos impressos. É possível observar que a escola vem sendo representada socialmente por muitos adolescentes como ambientes aversivos e desinteressantes, especialmente quando se trata de escola pública. Essa aversão ao espaço escolar produz uma intensificação da evasão dos adolescentes. A evasão escolar não significa necessariamente uma condenação à pobreza, mas observando o fenômeno através da ótica da lógica capitalista mercadológica, os que abandonam a escola tem mais dificuldade em se inserir no mercado formal de trabalho e dificuldades ainda maiores para se manter no emprego e ascender socialmente, tornando-se mais vulneráveis aos comportamentos de risco. Tendo em vista o gradual crescimento de adolescentes envolvidos com a criminalidade nos últimos tempos, percebe-se a necessidade de se buscar compreender este sujeito dentro do seu contexto sociocultural, e, ao invés de excluí-lo, incluí-lo, visto que a questão do adolescente em conflito com a lei configura-se como um dos maiores desafios a serem enfrentados pela sociedade moderna, pela escola, pela família e pelo Estado. É possível inferir que quanto mais se compreende e discute o modo como o adolescente representa e se relaciona com a escola, maiores serão as possibilidades de esta refletir e elaborar estratégias de prevenção e confrontação frente a esta patente realidade. Espera-se que os resultados alcançados neste estudo possibilitem uma compreensão da relação adolescente e escola em seus mais variados aspectos, fornecendo subsídios para discussões e fomentando a necessidade de maiores investigações na área.



**REINSERÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA:
RELATOS DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA VIJUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL.**

Vanessa de Jesus Krominski (UNESP)
assenavjesus@gmail.com

Débora Cristina Fonseca (UNESP)
deboracf@yahoo.com.br

Maria Cecília Kerches de Menezes (UNESP)
ceciliakerches@yahoo.com.br

Analisando a relação existente entre crianças/adolescentes em situação de rua e a evasão escolar, foi possível identificar a dificuldade de reinserção desse público na escola. As ações estabelecidas atualmente pelas políticas públicas, aparentemente, são pouco eficazes, havendo uma dinâmica de constantes idas e vindas, ou de inclusão/exclusão. A evasão escolar e a permanência nas ruas se configuram em duas situações negativas, que se relacionam diretamente com o fracasso escolar, pois são resultantes de um sistema educacional gerador de obstáculos que dificulta a realização de seus próprios objetivos. As escolas não atendem às expectativas e às demandas dessa população, além de outros fatores de ordem social e econômica que fortalecem o processo de expulsão velada que ocorrem nas escolas. Nesse contexto é que se insere este estudo, com o objetivo de analisar alternativas de inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. A reflexão apoia-se na perspectiva teórica histórico-cultural ao analisar o Programa VIJuventude, uma iniciativa da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal que visava a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de rua. O VIJuventude caracteriza-se como uma iniciativa conjunta do Poder Judiciário e Executivo para viabilizar o funcionamento das políticas públicas, atuando no fortalecimento da rede compreendida nesse processo de inclusão social e procurando propor alternativas sobre uma experiência de inclusão social/escolar. A análise documental demonstrou que, por meio de um conjunto de ações articuladas pela rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente, é possível conquistar avanços significativos junto a essa população, possibilitando em algumas situações reverter o quadro de exclusão provocado pela desigualdade social. Nessa perspectiva, sua relevância social apresenta-se como possibilidade de apontar elementos que devem embasar propostas de reinserção escolar de crianças e adolescentes ou, ainda, práticas que devem ser evitadas para não incorrer no que se têm denominado inclusão excludente, ou seja, um processo de inclusão perverso, submetendo crianças a práticas escolares que não correspondam às suas necessidades e desrespeitam sua história de vida e de escolarização. Do ponto de vista científico, sua importância se mostra na possibilidade de construir um conhecimento sobre os mecanismos de reinserção social, pela ação e/ou omissão do Estado e do Poder Judiciário. Considerando-se que a proposta em análise é uma iniciativa conjunta do Poder Judiciário e do Executivo, o processo de trabalho do VIJuventude aponta reflexões interessantes sobre a necessidade de novas configurações para a elaboração de políticas públicas mais equânimes.



FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO: O QUE DIZEM OS JOVENS DA BAIXADA FLUMINENSE?

Eleonora Santos (UNIGRANRIO)
e.p.fernandes.11@hotmail.com

Cleonice Puggian (UNIGRANRIO)
cleo.puggian@gmail.com

Este trabalho tem como ponto de partida o redesenho curricular proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) que propõem uma formação humana integral articulada nas dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, estimulando novas formas de organização das disciplinas a partir de uma abordagem interdisciplinar. Considera-se, como desdobramento deste redesenho curricular, o reconhecimento dos estudantes do ensino médio no contexto das múltiplas juventudes, o que permite uma reflexão mais aprofundada sobre o perfil dos jovens que estão hoje no ensino médio, um público heterogêneo, que traz para o interior das escolas uma diversidade de modos de ser jovem. Diante desta nova configuração do cotidiano escolar, a pesquisa apoia-se no diálogo e na participação juvenil, para ouvir e conhecer as expectativas, necessidades e opiniões dos alunos acerca das atividades propostas para a formação humana integral. Os participantes do estudo são alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública no município de Duque de Caxias. Em termos metodológicos, buscamos desenvolver uma pesquisa de base qualitativa, de cunho etnográfico, empregando a coleta de dados *in loco* através de entrevistas, observação participante e grupos focais. Adotamos um processo de tematização para a análise dos dados, procurando, a partir das narrativas juvenis, conhecer a natureza das atividades escolares para a formação humana integral no ensino médio e suas consequências para a produção das subjetividades juvenis na contemporaneidade. Resultados indicam que a reformulação curricular no ensino médio exige a compreensão dos sujeitos que chegam às escolas, a forma como lidam com os espaços educativos, com os conhecimentos escolares em meio aos avanços trazidos pela ciência e pela tecnologia, assim como as vivências e saberes que constroem cotidianamente em suas redes de subjetividades. As narrativas dos alunos oferecem subsídios para repensar os espaços/tempos da aprendizagem e do fazer pedagógico, assim como a natureza do trabalho docente e a didática; revelam as dissonâncias e as confluências entre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), assim como as materialidades e complexidades do currículo do/no cotidiano de uma escola pública da baixada fluminense, permeado por obstáculos e cravado pelas marcas da pobreza e da violência. As narrativas dos jovens visibilizam a negociação das diferenças e a produção das desigualdades nas relações escolares, apontando caminhos para a reflexão sobre a natureza do conhecimento e do ensino médio no contexto sociopolítico atual. Indicam que a construção do currículo, adotando um viés emancipatório, centrado na formação humana integral, como preveem as Diretrizes, exige a compreensão das subjetividades dos jovens, pressupõe uma ação comprometida com a juventude concreta com que atuam os profissionais em cada escola.



PROJETO PAPO RETO JUVENTUDE E ESCOLA.

Luana Carola dos Santos (UFOP)
lupsicologiapucminas@gmail.com

Marcos Martins (Escola Estadual Leon Renault)
bioturismologo@gmail.com

Juliana Oliveira (Escola Estadual Leon Renault)
juli3oliveira@yahoo.com.br

O presente projeto teve como tema central a juventude observada por si própria, de maneira a promover a (auto) reflexão sobre ser jovem, objetivando uma abertura à realidade vivenciada pelos próprios adolescentes. Diante de obstáculos identificados no processo de ensino e aprendizagem, e muitas vezes questionados pelos docentes, percebemos a necessidade de promover diálogos dentro da escola entre os alunos do 9º ano do ensino fundamental II (faixa etária de 13 a 16 anos aproximadamente). Entendemos que os alunos precisavam se conhecer enquanto pertencentes do ambiente escolar que frequentam, discutindo não somente problemas acadêmicos, quanto questões pessoais que atravessam suas relações interpessoais. Quando sugerida a presente proposta aos alunos, observamos um grande interesse por parte dos mesmos, o que contribuiu para a execução das atividades. A Escola Estadual Prof. Leon Renault, localizada na cidade de Belo Horizonte, onde o projeto foi realizado considerada referência no ensino básico, não está isenta de determinados desafios pertencentes ao sistema educacional brasileiro. Isso nos diz que, ações sociais de inclusão e sensibilização para melhoria no ensino e aprendizagem e na formação de cidadãos mostram-se fundamentais enquanto responsabilidades assumidas pela instituição de ensino e seu corpo docente. A metodologia utilizada foi rodas de conversas, debates, diálogos, reflexões sobre assuntos/ temas inerentes à juventude, como preconceito, sexualidade, violência, cultura, política, dentre outros. Fizemos 12 encontros e os assuntos a serem discutidos foram escolhidos pelos próprios participantes, sendo que a primeira decisão foi à reflexão sobre o preconceito, a pobreza, violência, questões raciais, homossexualidade, profissões, religiões, sexo e sexualidade, assunto cuja demanda foi grande pelo fato dos participantes apresentarem vários anseios a esse respeito. Como produtos resultantes, foram construídos meios de divulgação e comunicação nas redes sociais de forma a registrar os principais assuntos dialogados, atendendo as demandas identificadas pelos próprios alunos. O projeto conseguiu atingir o objetivo inicial proposto de promover maior interação entre os alunos a partir das suas vivências. Entendemos, assim como Paulo Freire (1967), a importância de trabalhar as relações entre os alunos, sob uma perspectiva de suas próprias percepções e sentimentos. Vimos nestes alunos o potencial de se desenvolver reflexões e visões acerca do mundo em que vivem. E diante dessa capacidade identificada, observamos o efeito multiplicador que os envolveu, sendo que trouxeram para os demais espaços escolares e familiares, conforme relatos de alguns, os tópicos dialogados nos encontros. Consideramos essa a maior contribuição para a prática pedagógica da escola, uma vez que a sensação do corpo docente foi de uma maior participação e interesse pelos assuntos da escola. Foi perceptível a responsabilidade social em discutir e promover críticas às questões que os atravessam no dia-a-dia.



JUVENTUDE E PROTAGONISMO.

Valéria Pereira Minussi (UFSM)
valeriapminussi@gmail.com

Rebeca Ramos Paloma (UFSM)
beka_paloma@hotmail.com

Nara Vieira Ramos (UFSM)
naravr@terra.com.br

O presente artigo baseia-se em uma experiência concretizada em 2013 a partir do projeto “Portal Ensino Médio EMDiálogo - Articulando Rede de Universidades com o Ensino Médio Inovador”, no qual a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM constituiu-se como parceira de outras universidades federais, como a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mentoras do projeto. Ao estabelecer relação com uma escola de educação básica de um pequeno município do Rio Grande do Sul, levantamos percepções de como se constrói a relação entre as juventudes e a proposta de ensino médio que está sendo desenvolvida no Rio Grande do Sul por meio do Ensino Médio Politécnico. Tomamos como base para a elaboração desse estudo a pesquisa qualitativa, na qual analisamos as atividades realizadas nas oficinas com os jovens estudantes, suas escritas, bem como suas falas espontâneas. Atualmente a categoria juventude está em voga nos debates sobre a educação brasileira, por conseguinte nas políticas públicas para a reestruturação do ensino médio o debate sobre as juventudes tornou-se ainda mais presente, já que estas propostas têm como um dos focos fundamentais o diálogo entre a realidade dos jovens estudantes e os conteúdos historicamente construídos, sendo assim o questionamento que se apresenta é quem são os jovens presentes nas escolas do Rio Grande do Sul? Para tanto, pensamos a concepção de juventude como categoria construída histórica e socialmente, por acreditar que ela não depende apenas da faixa etária, mas também de classe, gênero, etnia, entre outros fatores que fazem parte da constituição dos jovens. Debateremos ainda, sobre as culturas juvenis que se apresentam plurais e que muitas vezes não são consideradas dentro da escola. Abordando também o Ensino Médio Politécnico presente no Rio Grande do Sul, apresentando a proposta de reestruturação que pautou a mudança no estado, por ser este o pano de fundo de nossa experiência, assim como a relação entre esta etapa de ensino e seus jovens frequentadores. O aporte teórico deste estudo é um diálogo com os autores Abramoway (2013), Abramo (1997), Dayrell (2003), Melucci (1997), Bourdieu (2003) Azevedo e Reis (2013), entre outros, contando ainda com alguns documentos normativos que regem o ensino médio no Brasil. Entretanto, o que ficou evidente em nossos encontros foi a relação e o sentimento de pertencimento que os jovens estabeleceram com o ambiente escolar e os educadores. Porém é possível compreender que somente no diálogo entre os educadores e os jovens estudantes que se pode elaborar uma escola com uma juventude protagonista de suas ações e de seus saberes. Essas práticas, como as possibilitadas por meio do projeto EMDiálogo, permitem questionar esse sentimento de pertencimento das juventudes, o real alcance das escolas na construção destes sujeitos.



O PIBID E OS PROJETOS PESSOAIS DOS SEUS JOVENS BOLSISTAS.

Jullyane Frazão Santana (UFPI)
jullyanefrazao@hotmail.com

Samuel Pires Melo (UFPI)
samuelmelo@ufpi.edu.br

No âmbito universitário, os acadêmicos estão sempre a discutir as relações de interação do indivíduo com o meio e levantando questões a respeito dos reflexos que estas causam na vida das pessoas, porém não percebem que também estão inseridos em um contexto sociocultural, e que são eles os “sujeitos”, podendo ser agentes passivos ou ativos nos processos de construção desses espaços e da sua própria identidade. Na teoria, encontramos facilmente estudos que apontam a importância de possuímos uma escola flexível, que se preocupe com o aluno e o desnuda de sua farda homogeneizada, que o escute e valorize sua realidade, para que a partir daí se possa construir um objetivo significativo para o jovem estudante. Sendo assim, é muito comum encontrar acadêmicos que cursam alguma licenciatura, discutindo práticas pedagógicas e ações a serem aplicadas em escolas, sejam públicas ou privadas, tendo elas o intuito de melhorar o ensino-aprendizagem dos jovens e despertar seu interesse pela escola, ajudando assim na construção dos projetos pessoais e profissionais dos alunos da instituição de ensino. Foi pensando nesse processo de reflexão, que nos debruçamos sobre a questão “como os jovens estudantes de licenciatura desenvolvem e participam de projetos ou programas sociais?”. Para analisar essa questão, trazemos para frente de discussão o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que insere seus bolsistas na comunidade escolar visando um aprimoramento de sua prática docente, proporcionando a interação entre o conteúdo e ação concreta e a melhoria da escola que atuam, visando uma maior interação entre a escola, o aluno e a comunidade. Partimos do ponto de que muito se discute sobre os papéis das escolas, delas serem um espaço sociocultural e seus sujeitos serem os agentes transformadores. Entretanto, gestores, professores e monitores acabam por deixar passar despercebido o fato deles mesmos estarem inseridos no processo. Ou seja, podemos nos considerar na prática de nossas próprias teorias e pesquisa, pois também somos jovens inseridos em um ambiente de interação sociocultural. Diante do exposto, propomos analisar o PIBID dentro dessa nova perspectiva, fazendo uma investigação da relação do programa com a construção dos projetos pessoais e profissionais dos seus bolsistas. Como resultado, a experiência como pibidiana mostrou ser muito rica e proporcionou um aprendizado além da teoria aprendida nos bancos da academia, pode verificar que as relações sociais modificam o meio, e consequentemente influenciam diretamente nos projetos pessoais dos alunos e também dos professores, gestores e bolsistas. Entretanto, se não houver uma reflexão de si, por estes sujeitos, nos processos sociais, de nada adiantará.



EXPERIÊNCIA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE ADOLESCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II: UMA ANÁLISE TEMÁTICA.

Rebeca Sobreira (UFPE)
sobreira.rebeca@gmail.com

Alexsandro Medeiros (UFPE)
alexmeden@hotmail.com

Este estudo objetivou investigar a experiência de estar na escola para estudantes de 6º ao 9º ano de escolas públicas do Recife, na relação com as percepções de vivência do *bullying* escolar nestes contextos. A experiência interna vivenciada e sentida exclusivamente pelo sujeito é foco de um ramo muito estrito da Psicologia Cognitiva (Cescon & Oliveira, 2012; Gomes, 1997). Observa-se uma escassez de estudos voltados à experiência escolar na perspectiva dos próprios adolescentes, sendo encontrados apenas quatro relacionados à vivência do *Bullying* escolar (Vieira, 2013; Athanasiades & Deliyanni-Kouimtzi, 2010; Midgley & Urdan, 1996; Neura, 2009). O fenômeno *Bullying* compreende qualquer ato de acusação, agressão intencional e repetida, direcionado a uma vítima escolhida como foco, sendo considerado um tipo de violência escolar (Santos et al., 2013; Bandeira e Hutz, 2010). Neste estudo, foi utilizado o protocolo discursivo da pesquisa de Nascimento, Roazzi, Nascimento e Freire (2013) que versa sobre fatores protetivos ao *Bullying*. Tal protocolo permite aos estudantes transcreverem como está sendo a experiência de estar na escola nos últimos doze meses, uma vez que a pergunta deflagradora foi “Como tem sido a experiência de estar escola nos últimos doze meses para você?”. Através da metodologia fenomenológica da análise temática, os relatos de 20 estudantes com idade entre 10 e 17 anos (M=14,45) acerca da experiência de estar na escola foram analisados. A análise de dados foi isomórfica à análise temática de Cott e Rock (2008). Os resultados indicam que os estudantes percebem a escola como um local em que se desfruta de momentos bons e ruins; se faz amigos; e onde o *Bullying* está presente. Esse estudo possibilitou o contato com o que o estudante gostaria que fosse externado sobre sua experiência escolar, a qual é permeada tanto por fatores positivos quanto negativos. Destes, ressalta-se a falta de capacitação dos professores, descaso com a estrutura física e materiais da escola, violência escolar destrinchada em *Bullying*. Dos fatores positivos, enfatiza-se amizade, bom desempenho dos professores, diminuição da desordem, erradicação da pichação. É válido apontar a presença de relatos de vítimas de *Bullying*, sendo elas todas do sexo feminino, corroborando com achados de que mulheres tendem a sofrer *bullying* ao invés de praticar (Brasil, 2006; Santos et al., 2013; Bandeira & Hutz, 2010). Acentua-se a urgente necessidade em se estudar, de um ponto de vista fenomenológico, como os adolescentes do Ensino Fundamental II experienciam a escola para que, através da sugerida comparação com o presente estudo, seja elaborado um arcabouço dos temas abrangentes que delineiam a experiência de estar na escola.



**ENTRE A URGÊNCIA DE VIVER E O MEDO DO DESCONHECIDO:
JUVENTUDE, SOCIALIZAÇÃO E TRANSIÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO NO INTERIOR DO BRASIL.**

Elodia Honse Lebourg (UFOP)
ehlebourg@yahoo.com.br

Rosa Maria da Exaltação Coutrim (UFOP)
rosacoutrim@ichs.ufop.br

Visando contribuir com o debate sobre as juventudes de comunidades do interior do país, pretende-se apresentar os resultados de uma pesquisa de Mestrado em Educação que analisou a situação de jovens que precisaram mudar de ambiente escolar e social para ingressarem no Ensino Médio. Como objeto de estudo enfocou-se um grupo de estudantes de um distrito que, após a conclusão do Ensino Fundamental na escola local, passou a estudar na sede do município. O distrito do qual esses jovens se originam situa-se a vinte quilômetros da sede, possui cerca de 1.500 habitantes, sendo cerca de 90% negros, e uma cultura familiar, interiorana e rural. O caso dos jovens provenientes dos distritos de determinadas cidades interioranas é privilegiado, pois seu acesso ao Ensino Médio coincide com outras mudanças, como a do espaço escolar, as idas à sede do município, a possibilidade de estarem em contato com outros grupos sociais e com novas práticas culturais, além da chegada a uma nova fase da vida, a juventude. Assim, a elaboração de novas identidades e estilos de vida em contextos como os vivenciados por esses jovens, que relacionam aspectos culturais globais a elementos da realidade local, tornam suas construções indenitárias e apropriações juvenis complexas, merecendo, com isso, uma análise mais aprofundada destes sujeitos e de suas experiências. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e privilegiou metodologicamente a realização de entrevistas reflexivas com oito jovens de ambos os sexos que estudaram na escola distrital durante o Ensino Fundamental e que, atualmente, estudam em diferentes escolas públicas da sede do município. O material produzido a partir dessa interlocução foi analisado por meio da elaboração de perfis de configuração nos quais as informações obtidas foram organizadas através das categorias de análise: *trajetória escolar*, *sociabilidade entre pares*, *sociabilidade com professores* e *constituição do sujeito*. Esta pesquisa trouxe relevantes contribuições para os estudos sobre juventude. Entre elas, a constatação de que a transição para o Ensino Médio, especialmente para jovens do interior, é um momento complexo no qual se amplia a rede de sociabilidade e surgem novos desafios e problemas. Certamente, esses jovens amadureceram com a transição para o Ensino Médio, mas o saudosismo manifestado em suas palavras, associado à infância no distrito, à escola, aos professores, aos colegas e amigos da época em que ainda cursavam o Ensino Fundamental mostra a dificuldade desse processo. Esses jovens viveram experiências positivas nesse período, como a oportunidade de fazerem novas amizades e os namoros, por exemplo. Apesar disso, o interesse pelo novo, pela maior liberdade e a sociabilidade intensa parecem ter se tornado menos atraentes em função do esforço para se adaptarem a essa nova etapa da vida, que exige mais maturidade, investimento da família, disciplina e etc. A impessoalidade das relações, a reorganização da rotina e o cansaço foram pontos negativos que, para muitos, não superaram os atrativos da novidade e da urgência de viver. É um momento delicado de transição que merece, portanto, maior atenção por parte das famílias, das escolas e dos gestores públicos.



ATOS DE INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA DE JOVENS NA ESCOLA: DISCURSO E PROCEDIMENTOS DOS CONSELHOS ESCOLARES.

Maria Cecília Luiz (UFSCar)
cecilialuiz@ufscar.br

Anderson de Lima (UFSCar)
anderlimarc@gmail.com

O objetivo desta pesquisa foi refletir sobre o discurso e os procedimentos que os Conselhos Escolares (CE) têm adotado no que se refere a atos de indisciplina e de violência de jovens dentro da escola. Teve-se como objetivo apresentar e discutir alguns resultados preliminares de uma investigação que vem sendo realizada, com o foco nas questões relacionadas a indisciplina e violência de estudantes em escolas públicas, por meio de levantamento de dados empíricos oriundos de atas de Conselhos Escolares. Essa investigação vem sendo realizada em três escolas, sendo duas estaduais e uma municipal, em duas cidades diferentes do interior de São Paulo. Para efeito de análise, foram agrupadas algumas dimensões, tendo como base aquilo que estava registrado nas atas de cada escola, durante os anos letivos de 2012, 2013 e 2014, com perspectiva de averiguar casos de jovens que praticaram atos de indisciplina e/ou violência e foram encaminhados ao CE; e quais condutas foram deliberadas por este colegiado. O Conselho Escolar (CE) é um dos colegiados da escola que possui uma estrutura de representação, de forma paritária, com a composição de diferentes segmentos escolares: equipe gestora, professores, alunos, funcionários, familiares e comunidade. A participação de diferentes segmentos nesse processo propicia a compreensão das situações e vivências dentro e fora da escola, entendimento esse que se constrói a partir de pontos de vistas diversificados. Acredita-se que toda instituição escolar necessite estar preocupada com a formação crítica de seus jovens estudantes, e que por meio de participação, discussão e diálogo deva construir uma sociedade mais democrática. A partir dos registros das atas, teve-se uma ideia de algumas ações, situações e demandas que chegam até o CE para sua atuação e deliberação. A maioria dos procedimentos deliberados foi acompanhada por uma advertência verbal e suspensão do jovem estudante – o que diferenciava uma conduta da outra era a quantidade de dias que o aluno era suspenso, conforme a gravidade do caso. Averiguou-se que com o maior acesso da população brasileira à escola – a universalização da escola, nos últimos anos – trouxe consigo uma diversificação de público. Por conta de novas situações que, muitas vezes, até perpassam os muros das escolas, esses educadores (equipe gestora, os professores e funcionários) têm enfrentado dificuldades em diagnosticar e diferenciar casos de indisciplina e de violência dentro do ambiente escolar. Em muitos casos, estas decisões culminam em atitudes discriminatórias e exercem função de reprodução e retroalimentação dos atos de indisciplina e ou violência, cujas consequências são cruciais tanto para o convívio na escola, como para a vida de jovens estudantes. Observou-se que havia difícil compreensão, bem como pouca reflexão sobre as causas e consequências do processo de constituição das situações de indisciplina e violência. Entende-se que é fundamental se ter um posicionamento quanto à educação que queremos, e vislumbramos esta possibilidade, refletindo sobre possibilidades que a escola deva oferecer como formação para esses jovens. Tais entendimentos devem ser constituídos de acordo com a concepção que se tem de educação, de preferência de forma coletiva, principalmente, com a participação de jovens que são o motivo da existência da escola.



JOVENS UNIVERSITÁRIOS: PERSPECTIVAS E PROPOSTAS DE PROJETOS FUTUROS.

Ivoni de Souza Fernandes (PUC-Goiás)
ivonifernandes@hotmail.com

A discussão teórica que se propõe este artigo decorre dos resultados dos estudos teóricos da tese intitulada *sentidos e significados atribuídos por estudantes do curso de medicina e direito da Universidade Federal de Goiás à sua formação universitária*. Visou apreender os sentidos e os significados atribuídos por estudantes de medicina e direito, aprovados nos vestibulares em 2005, 2006 e 2007, buscando compreender as dimensões que se fazem presentes em suas relações consigo mesmos, com seus pares, sua família, a universidade e a sociedade. A proposta deste trabalho é problematizar a juventude e os jovens como agente de transformação por meio dos estudos de Pais (1991), Peralva (1997), Dayrell (2003) e Charlot (2000) e outros, bem como estabelecer um diálogo com os pressupostos teórico-metodológicos da psicologia sócio histórica na tentativa de apresentar algumas ideias de Lev Semenovitch Vygotsky acerca da juventude como um processo constitutivo, enfocando na gênese histórica e em seu desenvolvimento que dão forma à sua identidade social. O trabalho tem como objetivo analisar os núcleos de significação que emergiram nas falas dos estudantes nos seus projetos futuros, visando compreender os significados atribuídos por eles. Percebe-se que a construção de um projeto de vida está relacionada a uma ordenação de classe social. Existem direções profissionais que orientam determinados sentidos do seu futuro. A categoria do projeto de vida, em análise concebe o ser humano como essencialmente social participante de grupos e instituições que produzem ideias, desejos e sistemas de valores, que, assimilados e reproduzidos pelo sujeito, se convertem em objetivos a serem alcançados. Ao construir os sentidos e os significados que os estudantes de medicina e direito atribuem a sua formação acadêmica, enfatizam duas categorias que são discutidas: a responsabilidade e o compromisso. A escolha dessas categorias deu-se, principalmente, à sua forte presença no material empírico. Todos os jovens, de forma mais ou menos explícita, mencionaram essas categorias ao falar sobre sua atribuição a sua formação acadêmica universitária. Nesta análise, são tomadas como base as entrevistas individuais com os estudantes e os grupos focais realizados. Faz-se importante frisar que os sentidos e os significados atribuídos pelos estudantes à sua formação acadêmica universitária são construídos sob a ótica deles próprios. Deve enfatizar que são analisadas as falas dos estudantes, trabalhando a produção que vem deles. Destaca-se, portanto, a dimensão política deste estudo, dando voz a esses sujeitos. No entanto, a análise remete ao estudo dos sujeitos do presente, que se vê à obrigação de se pensar no futuro. A análise é entendida como um movimento do próprio sujeito em processo reflexivo sobre o seu amanhã. Neste artigo, deseja-se ressaltar que o sujeito existe em um contexto sociocultural específico, com normas, valores com um sistema de instituições e esferas de atividades sociais, nos quais assume responsabilidades e compromissos, manifestados em papéis executados a partir de sua posição social. O projeto dos estudantes constitui não só a identidade, mas também uma projeção de si no futuro, com a antecipação de uma trajetória. Pensar na juventude universitária, com perspectivas e propostas de projetos como uma práxis sócio histórica nos remete à reflexão sobre a dimensão social da educação, resgatando seu caráter de mediador de “conhecimentos” historicamente acumulados pelo homem, e mediado pela construção de sentidos e de novas relações no e com o mundo. Nos seus depoimentos os jovens apreendem que as universidades hoje são consideradas o núcleo do conhecimento e do ensino, por consequência o universitário deve usar aquilo que a sua própria universidade oferece “conhecimento e prática” com responsabilidade e compromisso. Portanto estar na vida acadêmica é aprender a questionar, lutar, buscar, agregar o máximo de conhecimento possível. No entanto, a análise remete ao estudo dos sujeitos do presente, que se vê à obrigação de se pensar no futuro. Relatam - se ainda a importância da afetividade com os pacientes. A relação médico-paciente como algo além da mera formação tecnicista, que a medicina dá um sentido de responsabilidade, compromisso, autonomia ou poder de decisão, daí a necessidade de se buscar, mas aprendizado nos projetos futuros, isto se torna, mas seguro. Muitas questões, no entanto, incitam novos estudos empíricos destinados ao aprofundamento do tema estudado. Espera-se que este artigo tenha contribuído para melhor refletir sobre os jovens, acerca do conhecimento e de modo a destacar uma juventude que tem compromisso e responsabilidade com a sociedade e esperança de um futuro promissor, bem como para ampliar os estudos sobre a juventude. Também se deseja que este trabalho possa estimular outros pesquisadores a se interessar por esta temática.



ESCOLA, PARA QUÊ? A VOZ E O OLHAR DE ESTUDANTES CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO.

Suzana Feldens Schwertner (UNIVATES)
suzifs@univates.br

O projeto de pesquisa “A escola e as novas configurações da contemporaneidade: a voz de estudantes concluintes do Ensino Médio e Fundamental” (MTCI/CNPq/ Universal 14/2014) tem como objetivo central discutir as configurações da instituição escolar na atualidade. Em especial, investigar, na ótica de um grupo de estudantes concluintes do Ensino Fundamental e Médio, as funções exercidas pela escola e o lugar ocupado pelas Ciências Exatas. A instituição escolar é pensada por meio de autores como Michel Foucault (1997; 2002) e seus comentadores, tais como Júlio Groppa Aquino (1996; 2000; 2011) e Jorge Larrosa (2000; 2004). Ao investigar a crise da escola moderna e os desafios da escola contemporânea, bem como suas interfaces com a formação docentes e o espaço destinado aos estudantes neste processo, pergunta-se: como pensar o lugar da escola num tempo em que os espaços de aprender têm se multiplicado? Objetivamos, com o trabalho, a escuta e o espaço de produção dos alunos em meio a uma escola contemporânea que vem sendo chamada, cada vez mais, a cumprir diferentes funções que até pouco tempo não faziam parte de seu *modus operandi*. A metodologia utilizada na investigação está configurada a partir de grupos focais com estudantes concluintes do Ensino Fundamental e Médio. A pesquisa encontra-se em seu primeiro ano de desenvolvimento e as discussões aqui apresentadas constituem os resultados parciais, discutidos a partir de quatro encontros realizados no segundo semestre de 2014, com 15 estudantes do terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública no interior do Rio Grande do Sul. Os dois primeiros encontros foram dedicados às discussões sobre as funções da escola e sobre o espaço das Ciências Exatas na instituição. No terceiro encontro, os estudantes foram convocados a produzir registros fotográficos que respondessem à pergunta: quais as funções da escola hoje? Ao fazer emergir visibilidades e possibilidades enunciativas acerca das configurações da escola, por meio da análise de discurso foucaultiana, percebeu-se a importância, para os jovens estudantes, do espaço da escola e dos colegas no processo de aprender. Os livros, materiais característicos da aprendizagem formal, apareceram com destaque nas imagens produzidas, sejam eles os didáticos ou de literatura. Espaços como quadras de esporte, corredores e paredes também foram destacados nas fotografias; de maneira especial, os cartazes e desenhos produzidos naqueles espaços. O momento de despedida da escola foi também ressaltado pelos estudantes, abrindo a discussão para as escolhas profissionais e para o questionamento quanto ao futuro e do quanto a escola prepara (ou não) para a vida. Merece destaque a ausência da figura do professor nas imagens, ainda que bastante presente na discussão em momentos dos grupos focais. A pesquisa, que segue em andamento, busca contribuir para ampliar a discussão sobre as funções da escola básica na atualidade e sua importância para os jovens estudantes, trazendo-os para o centro da conversa.



IDENTIDADE EM AÇÃO: A CRISE DA ADOLESCÊNCIA E DESENVOLVIMENTO MORAL.

Ana Lidia Felipe Guimarães (UFRJ)
alfelippe@gmail.com

Maria Judith Sucupira da Costa Lins (UFRJ)
mariasucupiralins@terra.com.br

Apresentamos um recorte da pesquisa concluída em uma escola pública da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro em uma turma do 9º ano intitulada: Aprendizagem de virtudes e desenvolvimento moral nas aulas de educação física escolar. Destacamos o objetivo da análise de como se desenvolve a aprendizagem ética por meio da educação moral, especificamente as virtudes da justiça, coragem, amizade e perseverança. As questões ligadas à adolescência estão relacionadas à sociedade na qual o jovem está inserido. Nesse sentido, consideramos adolescência o período, em que o indivíduo tem vivências ligadas às construções sócio afetivas anteriores, ou seja, próprias da infância (Erickson, 1972). Destacamos que o jovem precisa rever suas posições infantis frente às incertezas dos papéis adultos, as quais desencadeiam processos de identificações com pessoas e grupos. A Educação Moral remete ao termo moralidade que nessa pesquisa significa pertencer ao caráter e não está baseado na fé religiosa e nem em juízos morais particulares como expressões de emoção, mas sim em princípios da razão (MacIntyre, 2001). Na fundamentação teórica salientamos o filósofo Alasdair MacIntyre cuja teoria da filosofia moral, critica o conceito de Emotivismo e propõe a vida por meio da Virtude. O Emotivismo se incorporou à cultura e tem como ideia central a emoção e suas explicações, e essas não passam de elementos de preferências ou atitudes de prazer individual usando as expressões morais de caráter valorativo e normativos, como se estas pudessem ser administradas por critérios emocionais e impessoais; assim não há entendimento a respeito de tais critérios. Na dimensão histórica se inclui o exercício das Virtudes, no qual se torna necessária uma postura muito clara e definida com relação às questões sociais e políticas. Desse modo, é no interior de determinada comunidade com formas próprias institucionais que se aprende ou não a exercitar as Virtudes. A Metodologia foi de cunho qualitativo apoiada na Escuta Sensível de René Barbier. Os dados foram coletados por meio das técnicas da observação participante, oficinas e entrevistas semiestruturadas. Os dados foram analisados por inferências a partir da técnica de Laurence Bardin. Os resultados obtidos foram os seguintes: A virtude da justiça apresentou maior incidência nas expressões “certa e errada” “cumprir” e “igualdade”. As maiores incidências “Ajuda/solidariedade/estar junto/apoio” seguidas pela de “aceitação/respeito/amor” evidenciam a virtude da amizade, que consiste mais particularmente em proporcionar afeto e o afeto parece ser o que distingue um bom amigo. A virtude da coragem apresentou as maiores incidências em “enfrentar/não ter medo” o que é crucial, pois remete à característica do ser adolescente e à crise de identidade em ter que enfrentar os medos. A segunda maior incidência “Vontade/força interior/não desistir/determinação” se aproxima da virtude da *perseverança*. A virtude da perseverança mostrou a maior incidência em se “Esforçar/conseguir o que quer/não desistir/determinação/correr atrás do objetivo”. Nenhuma virtude pode ser vista e vivenciada isoladamente.



JUVENTUD TRABAJADORA Y TRAYECTORIA ESCOLAR EN ARGENTINA Y BRASIL: ALCANCES Y DESAFÍOS.

María Alejandra Silva (CONICET- USAL)
msilvakusy@yahoo.com.ar
silvakusy@hotmail.com

Este trabajo aborda la problemática de la trayectoria escolar en jóvenes de hasta los 16 años que se ven obligados a trabajar en el nordeste de Argentina y Brasil. Se buscará identificar el marco legal e institucional, determinar con qué recursos se cuenta y el currículo, comprendiendo el contexto social, económico y cultural en el que se plasman. Cabe señalar que los dos países poseen un nordeste con similares indicadores en incidencia de la pobreza e indigencia, desempleo, empleo no registrado, lo cual favorece la persistencia del trabajo infanto-juvenil como estrategia de supervivencia familiar. En este caso se considera trabajo infantil a las actividades económicas y/o estrategias de supervivencia urbanas y rurales, con o sin finalidad de lucro, remuneradas o no, realizada por niñas y niños, por debajo de la edad mínima de admisión al empleo o trabajo, o que no han finalizado la escolaridad obligatoria o que no han cumplido los 18 años si se trata de trabajo peligroso. Desde el punto de vista existencial, le quita el derecho a: la alegría, la salud, el respeto, la opinión, la propiedad, el estudio y el tiempo propio. Se acude a las siguientes fuentes primarias: entrevista a funcionarios gubernamentales y especialistas, así como a la observación en escuelas. Dentro de las fuentes secundarias se recurre a: Secretaría de Educación del Municipio de Salvador, Plan Municipal de Educación 2010- 2020 del Municipio de Salvador de Bahía, IGBE, INDEC, DINIECE, UNICEF y la legislación nacional N° 26.206/06 de Argentina. Del relevamiento de campo se observa que existen diferencias en el tipo de federalismo fiscal, lo que dota de mayor capacidad de movilidad a los actores sociales y políticos municipales de Brasil. La ley de descentralización y municipalización de la educación no existe en Argentina, perjudicándose las provincias más pobres como la de Corrientes. Otra diferencia radica en el proceso de democratización (los consejos escolares y la participación de las ONGS en la definición del Plan Municipal de educación) de Brasil. También se distingue a nivel técnico la tarea fundamental del Coordinador Pedagógico y las estadísticas oficiales de educación para jóvenes y adultos poseen, inexistentes en Argentina. Los dos países carecen de inclusión digital en las escuelas nocturnas y sufren problemas de evasión, con políticas inclusivas divergentes y con debates en Brasil, ausentes en Argentina. De modo que aún los desafíos son numerosos y comprometen a los académicos, científicos, políticos y la sociedad toda.



**JOVENS ESTUDANTES, PROFESSORES E OS ESPAÇOS PÚBLICOS E CULTURAIS:
FEITO DO DIALÓGICO, DO CONSUMO E OUTROS SENTIDOS.**

Cérise Alvarenga (USP)
cerisealvarenga@yahoo.com.br

Arley Andriolo (USP)
a.andriolo@gmail.com

Este trabalho apresenta reflexões construídas a partir da pesquisa, em andamento, que investiga a relação entre jovens estudantes de escolas públicas com as manifestações artísticas em espaços públicos e culturais. Entendendo tais experiências como processos situados sócio historicamente, a presente pesquisa toma em consideração tanto os sentidos construídos pelos jovens como, também, as enunciações advindas dos profissionais das escolas que agendam as visitas. Neste contexto, o Brasil tem pela primeira vez um Plano Nacional de Educação, um Plano Nacional de Cultura – PNC e o Estatuto do Jovem. O entendimento do jovem não apenas como um ser que vivencia um período de transição entre a adolescência e a idade adulta, mas enquanto um sujeito, e a compreensão da arte e do acesso aos diferentes territórios da cidade, como direitos, são construções discursivas recentes. A investigação intenciona contribuir com estas temáticas, ao ocupar-se em compreender as relações estabelecidas no percurso destes professores e estudantes pela cidade. Esta sendo realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, busca-se situar e problematizar a construção sócio histórica da categoria juventude, seus direitos e as políticas públicas na área da cultura. Na pesquisa de campo, foram realizados grupos e entrevistas com jovens estudantes do ensino médio e entrevistas com professores. A orientação metodológica ocorre por meio de fundamentos da microanálise e da fenomenologia. A pesquisa bibliográfica, relacionada à recepção das manifestações artísticas aponta que tal recepção demanda a ativação de uma atitude crítica do sujeito que cultiva o dissenso e a produção de outros modos de subjetivação. Entretanto, na pesquisa de campo, percebemos que há, também, uma apreensão orientada pela lógica do consumo. Por outro lado, a ida a estes espaços possibilita aos jovens estudantes a construção de questões sobre as manifestações artísticas lá encontradas, provoca-os sensorialmente, suscita a construção de sentidos e o espaço para dúvidas. Aos discorrerem sobre a experiência de transitar fora do espaço escolar, os jovens indagam suas próprias motivações pessoais e profissionais, seus modos de ser e viver e trazem apreensões sobre o papel do professor e da escola em suas vidas. Em relação aos sentidos trazidos pelos professores, nota-se que agendar e sustentar uma visita/saída e as respectivas demandas (autorização dos pais, ônibus, agendamento) constitui uma estratégia que rascunha um modelo de educação na qual o aprendizado se dá nos interstícios, nos diferentes contextos, no acesso aos diversos espaços e expressões da cidade. A visita constitui um gesto destes professores que, questionam o formato de educação vigente e, ao mesmo tempo, afirmam e cultivam com estes estudantes uma atitude refletiva que convoca a atuar dialogicamente nos processos educativos dentro e fora da escola. Para estes professores e jovens, a experiência deste trânsito parece conter um coeficiente de possibilidades. Transitar entre a escola e esses espaços desponta como meio de fortalecer vínculos de confiança, ampliar processos educativos e construir enfrentamentos diante das restrições e limites do contexto escolar e de outras situações de desigualdades sociais descritas por eles.



**SE ESSA RUA FOSSE MINHA:
CONFETOS SOBRE O APRENDER EM MOVIMENTO PRODUZIDOS POR JOVENS SKATISTAS DO
LITORAL.**

Krícia De Sousa Silva (UFPI)
kriciasousa@hotmail.com

Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI)
shara_pi@hotmail.com

Buscando por uma aproximação sobre as experiências do esporte radical do skate e as práticas de aprendizado em movimento que ocorrem nos múltiplos contextos das cidades, esta pesquisa investigará jovens skatistas habitantes da cidade de Luís Correia, litoral do Piauí. Tento aqui apreendê-los enquanto sujeitos desta pesquisa e enquanto corpos deslizantes em movimento, que circulam pelas praças, pelas ruas, os bancos, os corrimões, dentre outros espaços. A problemática abordada é: Quais os conceitos produzidos jovens skatistas de Luís Correia – PI cerca do aprender na relação com movimento? Em meio a esta problemática surgem as questões norteadoras, tais como: O que pensam os jovens que andam de skate em Luís Correia – PI sobre o aprender na relação com o movimento? O que estes jovens aprendem com o corpo em movimento, andando de skate? Quais seus saberes? Que problemas os mobilizam em relação ao aprender? Quais as linhas de resistência que estes jovens skatistas produzem frente às concepções instituídas de aprender? Que potencialidades corporais são desenvolvidas pelos skatistas enquanto prática desse esporte frente aos problemas que os mobilizam no contemporâneo acerca do aprender na relação com o movimento? Assim, durante o percurso desta investigação buscarei ver e ouvir o que os jovens skatistas têm a dizer sobre o aprender na relação com o movimento, que rompe com o aprender cristalizado nas escolas, assim como os problemas e conceitos de aprender que eles constroem junto à prática do skate. Diante de tais questões, o conceito de educação que me reporto nesse projeto, se torna muito mais amplo do que o que se restringe apenas aos espaços instituídos para promover o processo de ensino- aprendizagem, em decorrência disso, a educação neste trabalho é apresentada no plural, existindo, portanto, diversos modos de processos educativos com múltiplas possibilidades de se ensinar e aprender. Para realização de tal pesquisa, penso enquanto estudiosa de práticas culturais juvenis que ao se fazer pesquisa com jovens skatistas e pensar estas questões com/entre estes jovens sobre o aprender no espaço contemporâneo e em constante relação com movimentos corpóreos, é preciso fazer uso de metodologias dinâmicas e prazerosas, portanto utilizarei a Sociopoética, método de pesquisa qualitativa que admite o corpo como produtor de conhecimentos e valoriza os diferentes saberes das culturas de resistência, como no caso, de jovens skatistas, permitindo a produção em coletivo de conceitos sobre um tema gerador, que neste caso é o aprender na relação com o movimento. Assim encontro nesta abordagem metodológica um novo modo de construir o conhecimento voltado para a capacidade inventiva do homem, na qual, categorias como corpo, juventude, educação e movimento surgem como possibilidades de problematizar a vida de jovens, permitindo a criação de novos conceitos que me ajudarão a responder as questões da pesquisa que aqui proponho.



SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS ESCOLARES PARA JOVENS ESTUDANTES NO CAMPUS CAXIAS DO SUL/IFRS.

Vitor Schlickmann (UFSM)
vitor.itap@gmail.com

O presente trabalho é resultado da pesquisa realizada de modo experimental com os estudantes concluintes dos cursos técnicos integrados de química, fabricação mecânica e plásticos no Campus Caxias do Sul do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul/IFRS. A investigação visou compreender em que medida o jovem estabelece relações de sentidos em sua experiência escolar no Ensino Médio Integrado. A pesquisa teve como objetivo geral: analisar os sentidos atribuídos pelos jovens à sua experiência escolar no Ensino Médio Integrado. Os objetivos específicos visaram: compreender como a escola possibilita, em seu interior, a interação dos jovens com as culturas juvenis; analisar, a partir da óptica dos estudantes, os sentidos da escola em suas vidas; pesquisar as motivações encontradas pelos jovens para frequentar a escola e, por fim, analisar as experiências avaliadas como importantes, vividas no ensino médio. A pesquisa constituiu-se como um estudo de cunho qualitativo. Procedeu-se a análise da escrita dos alunos, por meio da Análise Textual Discursiva. Como referenciais teóricos destacamos as contribuições sociológicas de Dubet (1998, 1997) e análises teóricas de alguns pesquisadores de vertentes educacionais. A escola é, na perspectiva apresentada, uma grande fonte de socialização, entendida como um processo contínuo de formação e preparo dos sujeitos sociais, em que são postos em cena diferentes atributos para a vida em sociedade. Embora alguns estudantes cite a paixão pelos estudos, o gostar de estudar, no entanto, formam poucos os escritos que manifestaram continuar na área de formação técnica. Prevalecem respostas, nas quais afirmam estar na escola por considerá-la muito boa principalmente nos componentes curriculares propedêuticos visando projetos de futuro, seja para dar continuidade aos estudos, ou para se inserir no mundo do trabalho. Os jovens destacam a importância de “se dar bem nos estudos”, de frequentar uma boa escola, de ter uma boa formação. Diante das análises que realizamos a partir dos escritos dos alunos, entendemos que quanto mais as lógicas escolares se apresentam e se distinguem, dadas as suas condições e propostas, cabe aos alunos o trabalho e o esforço para constituir e organizar as suas experiências. Segundo Dubet e Martuccelli (1998), em uma experiência perfeitamente integrada, a subjetivação só seria o prolongamento da socialização, não exigindo senão mero trabalho do indivíduo sobre si mesmo. Porém, quando a experiência social se dá de modo aleatório sem o indivíduo estabelecer relação com sua subjetivação, se constitui como socialização. Convém aqui situar que essa subjetivação realizada pela escola não se esgota em suas possíveis dimensões, pois a subjetivação pode ser constituída pelos próprios alunos, à medida que eles operam o trabalho sobre si mesmo, no domínio das categorias escolares. Também pode ocorrer o contrário, à medida que os indivíduos se afastam do social e não conseguem se envolver com o processo de subjetivação, tornam-se meros prisioneiros da escola. Como também, quando os alunos se colocam em situação oposta ao que a escola se propõe. Essas situações de subjetivação não significam que ocorram necessariamente, são meramente formas possíveis.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 06B - Trajetórias escolares e não escolares.

Coordenadora: [Kátia Faria de Aguiar](#) (UFF)

295



APONTAMENTOS SOBRE O VALOR DA ESCOLARIZAÇÃO MÉDIA PARA JOVENS NEGROS E BRANCOS.

Natalino Neves da Silva (FaE/UFMG)
natalgerais@gmail.com

A presente proposta de trabalho é fruto da investigação de pesquisa de doutorado. Nele buscamos investigar o valor da escolarização média para jovens negros (as) e brancos (as) estudantes de uma escola estadual pública localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais. Para tal, foi realizado a observação participante, durante sete meses, em sala de aula. O acompanhamento das práticas de ensino realizadas no ensino médio ocorreu no intuito de perceber a interação entre docentes e discentes. Neste caso, optamos por acompanhar apenas os estudantes que estavam no terceiro ano desse nível de ensino que estavam na idade/série *adequada*. Foram 29 estudantes entrevistados através da técnica grupo de discussão. O objetivo da realização dos grupos foi de entender o valor da escolarização média para esses *sujeitos*. Das conversas realizadas com os discentes ocasionou a necessidade de estabelecermos o diálogo também com os seus docentes. Contudo, optamos por recortar, nesta comunicação, somente a conversação que foi realizada com os jovens. Além disso, foi aplicado também um questionário aos estudantes do 3º ano de todo turno diurno da escola. O intuito de aplicação desse instrumento foi de confrontar e ampliar as respostas obtidas com o público alvo da pesquisa. Os resultados da investigação revelam que o valor da escolarização média para os jovens negros e brancos é inter cruzada por expectativas sociais e as suas individuais. Dilema difícil de resolução para eles uma vez que a maior parte deles (as) se encontra no momento de “definir” escolhas, caminhos e percursos. E, nesse caso, percebemos que a instituição escolar contribui muito pouco no sentido de auxiliar a construção do projeto de vida juvenil. Nesse sentido, a valoração da escolarização pelos *sujeitos* está intrinsecamente implicada com os processos vivenciados originados por tais dilemas. A esse respeito, interessava-nos compreender essa valoração levando em consideração também as relações raciais. Neste caso, as desigualdades sociorracial constituiu uma outra preocupação de pesquisa. A esse respeito, é possível compreender que elas são percebidas de maneira ambígua pelos discentes. Isso significa que o tema referente à diversidade não é tratado maneira institucional, isto é, pela escola. E muito menos ele faz parte de uma preocupação central na vida dos estudantes. Neste sentido, a diversidade sociorracial e de gênero aparece presente nas falas dos atores de maneira conflitiva, ambígua e contraditória. Por fim, a pesquisa desvelou ainda que o entendimento acerca do valor da escolarização média para os (as) jovens negros (as) e brancos (as) necessita ser mais bem problematizado, seja na formação do trabalho docente, seja na produção do conhecimento da juventude, seja nos estudos sobre as relações raciais.



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO SOBRE ESCOLA, ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO.

Degiane da Silva Farias (UFPA)
degi20ane@hotmail.com

Nos dias atuais é cada vez mais notório o quanto os jovens têm buscado alargar seu processo de formação com o intuito de adquirir a valorização e o reconhecimento oferecido pela certificação advinda da escola formal. No contraponto disso, no contexto das políticas públicas para a juventude, bem como, nos discursos que transitam a sociedade contemporânea, ainda é perene uma arraigada dificuldade em se quebrar os estereótipos construídos historicamente sobre esses jovens. Ainda quando se tenta, é evidente a falta de tato em percebê-los na ótica de atores sociais ativos. Com isso, criam-se muitas imagens do ser jovem sem a devida preocupação em percebê-los como sujeitos que pensam, que tem perspectivas e acima de tudo, possuem compreensões sobre a vida, a educação, a sociedade. Nesse sentido, este trabalho traz para discussão os resultados de uma pesquisa sobre as representações sociais que alunos/as do ensino médio de uma escola pública do município de Bragança-Pará constroem e reconstroem sobre a escola, escolarização e trabalho. Como primeiro passo, buscou-se fundamentação em análises históricas e sociológicas para um entendimento sobre a categoria juventude e jovens, sempre na perspectiva de que os mesmos são sujeitos heterogêneos, plurais e construídos em contextos sociais, políticos e econômicos diferenciados. A fundamentação teórico-metodológica foi construída em torno da teoria das representações sociais. A aposta na escolha dessa teoria, desenvolvida por Serge Moscovici, se justifica pelo propósito maior, que é a tentativa de elucidar as vozes dos próprios jovens, de evidenciar as compreensões deles e por eles mesmos, de maneira que se possibilite um olhar sobre essa faixa etária para além do que, na maioria das vezes, é relatada na literatura clássica, de um ser em formação ou incompleto. O processo de construção da pesquisa se concretizou em três movimentos: um levantamento de aspectos sociais e econômicos dos jovens por meio de questionários; a análise dos conteúdos e organização da representação social, a partir da aplicação da técnica de livre associação de palavras; e, por meio de entrevistas, obtivemos dimensões práticas da representação social em questão. A análise dos resultados caminha para o fato de que esses jovens colocam na escola formal a esperança maior em se adquirir um status mais reconhecido socialmente e conseqüentemente a possibilidade de adentrar, com maior facilidade, o mercado de trabalho, desejando quase sempre dar continuidade em seus estudos. As representações sociais sobre o trabalho mostram-se bastante idealizadas, indicando em certa medida, um desconhecimento para o fato de que existem outros determinantes conjunturais nas relações entre educação e trabalho. Outrossim, cabe ressaltar que a relevância em se pensar a educação, a escolarização e o trabalho como fenômenos socialmente representados pelos jovens reside no fato de proporcionar uma compreensão real e próxima das suas elaborações, o que pode, em algum momento, contribuir para a construção de melhores políticas de educação e juventude.



ATUAÇÃO DE JOVENS NO CONTEXTO DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR UP.

Douglas Ferreira dos Santos (FURG)
douglas.ferreiradosantos@gmail.com

Igor Porto Vianna (UFPel)
igorviannars@yahoo.com.br

Atualmente, o ingresso ao ensino superior na maioria das universidades públicas é por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), portanto, processo seletivo que exclui do ensino superior um grande público da população brasileira embora o número de vagas e as políticas de permanência tenham tido significativos aumentos nos últimos anos. Para os trabalhadores e seus filhos uma das opções para preparar-se é fazer parte dos cursos pré-universitários populares. O objetivo deste relato é partilhar as experiências vivenciadas no contexto do Curso Popular Up que integra o Programa de extensão (PAIETS – Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior) da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Um dos maiores programas de extensão da universidade, o PAIETS é composto por cursos situados nas cidades de Rio Grande, Capão do Leão, São José do Norte e Santo Antonio da Patrulha. A orientação do programa é que os cursos trabalhem na perspectiva da Educação Popular. O Curso Pré-Universitário Popular Up está localizado no bairro Jardim América em Capão do Leão no seu terceiro ano de atuação. Os educadores são estudantes de graduação ou pós-graduação das universidades da região. A iniciativa da criação do curso popular em Capão do Leão surgiu a partir da reflexão de universitários jovens, na época estudantes dos cursos de Letras, História e Ciências da Computação, sobre a necessidade de oportunizar um espaço de estudos gratuito e humanitário para a comunidade leonense. As justificativas dos idealizadores se dão pela pouca oportunidade que o município oferece e pela falta de cursos com a finalidade do ingresso ao terceiro grau. A transformação do desejo desses três jovens (criação do curso) em realidade demonstra a boniteza do protagonismo juvenil e o comprometimento com seu local de origem. Além da presença significativa da juventude fazendo parte da coordenação e trabalhando como educadores, os educandos são maioria jovens já ingresso no mercado de trabalho e/ou finalizando seus estudos na educação básica em turno inverso. Tal fato demonstra a aproximação de jovens com suas realidades e com propostas contrárias até então estabelecidas pelo sistema capitalista. Não só os jovens fazem parte do quadro de educandos, mas também sujeitos que estão retornando para ingressar no ensino superior e/ou obter a certificação do ensino médio já que o ENEM possibilita caso seja atingida uma pontuação mínima exigida. Uma sala de aula com jovens e adultos permitem a troca de saberes entre eles e também com os educadores. A organização de jovens para pensar um espaço onde sejam valorizados os diversos saberes, como o Curso Pré-Universitário Popular Up, demonstra o comprometimento desses sujeitos com sua realidade e essa iniciativa tem obtido o resultando satisfatório pois 95% dos educandos que permanecem até o final do ano letivo tem ingressado nos diversos cursos das instituições superiores públicas da região e com bolsa integrais, através do PROUNI (Programa Universidades para Todos), nas instituições privadas.



**TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE JOVENS BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA DE COTAS:
DIFICULDADES E ENFRENTAMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ACESSO A
CURSOS DE ALTA DEMANDA.**

Cláudia Valente Cavalcante (PUC-Goiás)
cavalcante70@yahoo.com.br

Este trabalho decorre de um estudo de doutorado cujo objetivo principal foi compreender as estratégias de acesso e permanência de jovens beneficiários das políticas de cotas nas universidades públicas do estado de Goiás em cursos de alta demanda, bem como apreender a construção das suas redes de sociabilidade, os sentidos atribuídos ao curso, ao sistema de cotas e à universidade e suas perspectivas de futuro. As políticas de cotas, como uma das formas de política de ação afirmativa, reivindicadas pelo movimento negro, foram implementadas em algumas universidades públicas estaduais a partir de 2002 e, no âmbito federal, as primeiras experiências ocorrem a partir de 2003 em instituições federais de ensino superior e tornaram-se obrigatórias por meio da Lei Federal nº 12.711/2012. A adoção dessa política tem possibilitado o acesso de grupos historicamente excluídos do ensino superior, como negros, indígenas, pessoas com deficiência, quilombolas, estudantes de escola pública, entre outros. Esta comunicação pretende problematizar a trajetória escolar de jovens pré-universitários de camada popular e o processo de construção de estratégias de acesso à universidade pública brasileira em cursos de alta demanda. Como procedimento metodológico, foram aplicados questionários e realização de entrevista aprofundada com dez jovens dos cinco cursos mais competitivos em duas universidades públicas goianas. Os relatos possibilitaram uma análise da origem social, da trajetória escolar e da construção de novas redes de sociabilidade dos jovens ao longo do processo de socialização. Ressalta-se que a trajetória escolar desses jovens, embora exitosa do ponto de vista da longevidade escolar, sem descontinuidades, foi permeada por dificuldades que foram atribuídas à baixa qualidade do ensino básico, à falta de familiaridade com o processo seletivo para ingresso à universidade e a pouca informação sobre os cursos e as instituições de ensino superior. Ainda assim, mesmo em condições precárias de escolarização, principalmente em relação à aquisição de determinados conteúdos curriculares, estes jovens lograram finalizar seus estudos dentro da faixa etária correspondente, conforme as políticas públicas para a juventude, referidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Ressalta-se neste estudo que esse grupo de jovens já havia passado por um processo de superseleção dentro de um sistema escolar excludente, no qual sobrevivem aqueles que mais se aproximam/aproximaram da cultura escolar hegemônica. Os resultados desta pesquisa apontaram que, para romperem a lógica da reprodução e da causalidade do provável e obterem acesso a esses cursos e universidades, os jovens construíram novas redes sociais, alterando seu *habitus*, tiveram pequenos investimentos escolares por parte das famílias, apreenderam o sentido prático do jogo, neste caso, o vestibular, e aumentaram o capital cultural escolar e o capital informacional, principalmente, por meio de cursinhos pré-vestibulares. A construção de estratégias de apropriação do campo os elevaram à condição de disputa das vagas em cursos de alta demanda que historicamente foram ocupados a um grupo seletivo.



JOVENS ESTUDANTES EM SITUAÇÕES DE INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA: ANÁLISE DOS LIVROS DE OCORRÊNCIAS ESCOLARES.

Larissa Barbosa Ferreira (UFSCar)
larissa.fce@gmail.com

Nadia Perez Pino (UFSCar)
nadiaperezprof@gmail.com

Esta pesquisa, que está em andamento, tem como objetivo identificar alguns elementos constitutivos de conflitos existentes no cotidiano escolar por meio de registros de Livros de Ocorrência Escolares (LOE), no período de 2012 e 2013, de uma escola estadual do interior de São Paulo, que disponibiliza vagas de Ensino Fundamental de 1º a 9º ano, Ensino Médio e EJA. Este estudo possibilitou averiguar como os atos de jovens estudantes – tidos como indisciplinados e/ou violentos, são registrados na escola, e como a unidade escolar tem lidado com essas situações dentro de seu ambiente. Buscou-se compreender a luz das relações de poder de Foucault, como a perspectiva disciplinar das instituições escolares, bem como a sua atuação enquanto formadora educativa, têm modificado a vida de jovens e da sociedade contemporânea. Assim, traçamos os objetivos específicos: refletir sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA); verificar o que é o Programa do Governo Estadual de SP: Sistema de Proteção Escolar, e como este auxilia no tratamento de situações de indisciplina e violência na escola; conceituar: violência; violência na escola; indisciplina; conflitos interpessoais; e analisar as ocorrências de indisciplinas e violências. Tratou-se de uma pesquisa documental, qualitativa e exploratória. O procedimento metodológico utilizado foi o levantamento de casos de indisciplina e violência por meio dos LOE. Verificou-se nos LOE da escola: as ações praticadas com mais frequência; as providências tomadas pela escola; e o envolvimento da família. Com a análise que fizemos até o momento, podemos afirmar que a lógica disciplinar presente nos LOE, ainda representam o que há de mais tradicional e contínuo nas práticas de disciplinamento produzidas ao longo da modernidade, embora seu raio de ação seja questionável. Até o momento, verificamos que as cinco ocorrências mais frequentes nos LOE, foram: 1) uso de equipamentos como celulares; 2) ações inadequadas (com respostas mal-educadas, enfrentamento, grosserias etc.); 3) circulação indevida pela escola (jovens assistindo aulas em salas trocadas, somente para causar transtornos; ou vagando pela escola não querendo entrar em sala alguma); 4) agressões físicas; e 5) desrespeito de aluno para aluno (brigas, xingamentos e descortesias). Os atos dos estudantes constituem-se em sua maioria como ações de incivildades e de agressividade – potencialmente considerados como violentos. Observou-se que os problemas que envolvem jovens em situações de indisciplina e violência na unidade escolar estão relacionados com a resistência de estudantes em acatar as normas escolares que, muitas vezes, torna-se a mola propulsora para originar conflitos e desentendimentos.

300



PRO (UNI) VERSIDADE E LONGEVIDADE ESCOLAR: CONTEXTURA PARA A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS QUE PERMEIAM O ENSINO SUPERIOR DOS JOVENS POBRES DE BH (MG).

Maria do Carmo Sousa (PUC-Minas)
madupsi@yahoo.com.br

A presente proposta de apresentação é parte da tese de doutoramento da autora, ora em construção. A pesquisa é qualitativa e trabalha com jovens pobres do município de Belo Horizonte (MG) buscando compreender de que forma o Programa Universidade Para Todos- PROUNI, enquanto programa governamental, contribui para que esses sujeitos construam sentidos positivados para a longevidade escolar. O trabalho está vinculado à Psicologia Sócio Histórica e utiliza os conceitos de sentido e sujeito sócio histórico a partir de Vygotsky como guia de análise do material coletado. A pesquisa partiu de mapeamento prévio das Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras do PROUNI para o segundo semestre de 2013. O levantamento ateu-se ao município de Belo Horizonte (MG) e foi feito no portal oficial do Ministério da Educação- MEC. Após contato obtivemos autorização para a realização da pesquisa em cinco (5) Instituições e selecionamos dois (2) cursos em cada uma das IES, situadas em diferentes regiões da cidade de Belo Horizonte (MG), nas quais buscamos os seguintes cursos: medicina, direito, engenharia, arquitetura, psicologia, fisioterapia, ciências contábeis e administração. A metodologia de pesquisa pautou-se pela triangulação de estratégias de pesquisa documental, aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas realizadas com os universitários. Selecionamos para esta comunicação os dados produzidos a partir das entrevistas com os universitários. Para a realização das entrevistas com os jovens, os coordenadores dos cursos citados indicaram dois alunos e/ou alunas, sendo um dos períodos iniciais e outro dos períodos finais. A análise das entrevistas foi organizada através de unidades de análise, como requisito da pesquisa Sócio Histórica e norteadas pelos conceitos vygotksyanos, supracitados, de sentido e sujeito sócio histórico como guias. Ao tratarmos as unidades de análise encontradas nas entrevistas, buscamos ir além dos significados, ou seja, dos registros sociais produzidos historicamente. Atentamo-nos para os sentidos construídos. Ou seja, os registros pessoais dos entrevistados: a cognição, ações e afeto contidos nas falas. Tal escolha é uma busca de alcançarmos os sentidos construídos por esses jovens pobres de Belo Horizonte, sujeitos da nossa pesquisa, para a longevidade escolar, considerando a contextura dada pelo Prouni. A análise das entrevistas aponta-nos que o impacto do Prouni é positivo para esses jovens, que creditam a este Programa a possibilidade de inserção no Ensino Superior. Incluindo-se aí a opção por cursos, considerados por eles anteriormente, distantes de suas possibilidades econômicas. É positivo também o planejamento que fazem ao projetarem a vida como egressos, aliando a conclusão do curso a melhores oportunidades, seja de trabalho seja de mobilidade social.

301



A LINGUAGEM E O OUTRO NA CONSTRUÇÃO DA ESCRITA: O PROBLEMA DO ANALFABETISMO FUNCIONAL NA ADOLESCÊNCIA.

Lucinéia Silveira Toledo (UFMG)
lstoledo.lu@gmail.com

O presente trabalho propõe discutir sobre os resultados de nossa pesquisa de Doutorado, cujo objeto é o analfabetismo funcional entre adolescentes, como um dos sintomas do “mal-estar na educação”. Se, do ponto de vista da teoria da Psicologia histórico-cultural, a puberdade seria a fase em que se desenvolvem os conceitos formais, interrogamos a partir da psicanálise, o que poderia ter contribuído para essa situação de fracasso escolar. Ao longo da investigação discutimos como os ideais da educação moderna presentes no postulado de Vygotsky, e no próprio modelo de educação discutido e também criticado por Freud parecem ter fracassado na pós-modernidade. A proposta de educação pensada por esses teóricos, a qual implicaria na consolidação de uma visão de mundo estável a partir da formação intelectual e moral, está sendo posta em questão na atualidade. E vimos que no Brasil, o cenário é ainda mais desolador, principalmente em se tratando da educação de adolescentes, principalmente os provenientes das periferias, de classes sociais desfavorecidas. O contexto histórico de grande precariedade de investimentos nas políticas públicas, nos projetos educacionais e na formação de professores traz sérias implicações no que diz respeito aos índices de crianças e adolescentes que se encontram em situação de fracasso escolar, na maioria das vezes, por não terem desenvolvido adequadamente a leitura e a escrita. E, se para os pressupostos da psicologia histórico-cultural a linguagem tem papel fundamental no desenvolvimento do pensamento formal e na construção de conceitos científicos, para a psicanálise, ela será fundante nos processos de identificação e de constituição do sujeito de desejo. Em ambas as teorias, a mediação do outro pela linguagem na transmissão cultural é de suma importância. Pensar na questão da adolescência a partir da psicanálise implica também em considerar o contexto sociocultural contemporâneo. O psíquico e o social, essa zona crítica entre o mundo interior e as vivências compartilhadas na cultura e em suas instituições. A psicanálise não desconsidera o papel da linguagem e da educação na transmissão de saberes. Mas para ela, há sempre uma parte que escapa à educação do homem, a despeito de todos os esforços da civilização em educá-lo. Com o conceito de Inconsciente, ela propõe pensarmos também em outro tipo de saber, que se entrelaça intimamente ao o saber transmissível, que é saber do inconsciente. Com uma abordagem clínica sustentada pelos pressupostos da psicanálise aplicada à educação, utilizamos como metodologia de pesquisa-intervenção, as rodas de conversa e a análise de textos espontâneos de adolescentes matriculados em turmas de aceleração de estudos na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. A análise dos resultados parece confirmar a reflexão de teóricos da psicanálise acerca do fenômeno da desautorização na pós-modernidade, que produzem novas formas psicopatológicas, levando a uma relação indiferente, desinteressada, depressiva, desvitalizada, com a escrita, característica de tantos alunos da escola contemporânea. São inúmeros adolescentes que não chegaram a constituir uma escrita própria. Assim, sem voz e muitas vezes silenciados por programas e projetos educacionais que não os reconhece enquanto sujeitos do conhecimento, eles passam quase que invisíveis pela escola.



JOVENS NO ENSINO MÉDIO: EXPERIÊNCIAS, DEMANDAS E PROJETOS.

Maria Carla Corrochano (UFSCar)
carla.corrochano@gmail.com

Rosa Aparecida Pinheiro (UFSCar)
rosa3ufrn@gmail.com

Elisa Carolina Campos Machado (UFSCar)
elisa.carolinacampos@gmail.com

A comunicação pretende apresentar os achados da pesquisa “Juventude e ensino médio em municípios do interior paulista: experiências, demandas e projetos”, realizada no âmbito do projeto de pesquisa e extensão *Olhares em Diálogo*, que contou com apoio do Ministério da Educação e articulou-se à rede Ensino Médio EMDiálogo, que integra ações de nove universidades federais no país na perspectiva de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio. Há um relativo consenso na literatura de que o ensino médio tem se constituído como uma das etapas da escolaridade básica mais intensamente sujeita a questionamentos em torno de seu alcance e sentidos. Nas últimas décadas, a expansão da oferta pública e gratuita desse nível de ensino no Brasil se realizou a partir de um regime precário, sem que fossem realizados investimentos necessários para a incorporação de uma ampla e heterogênea população, outrora excluída da educação básica. Embora esse regime tenha permitido ampliar o acesso das camadas populares na escola, persistem inúmeros problemas em torno de sua qualidade e sentido para as jovens gerações, tornando relevante um olhar específico para estes sujeitos. De modo geral, boa parte dos estudos concentra-se na análise de sujeitos e escolas localizadas em capitais e regiões metropolitanas, o que nos instigou a investigar experiências em cidades médias, localizadas no interior do Estado de São Paulo. Assim, a pesquisa procurou compreender as experiências, demandas e os sentidos atribuídos ao ensino médio entre jovens estudantes do interior paulista, bem como favorecer o diálogo entre esses sujeitos e seus educadores e educadoras. Do ponto de vista teórico, o estudo partiu das análises das categorias juventude e escola, além dos conceitos de prova e de indivíduo de Danilo Martuccelli e François Dubet, para análise dos resultados alcançados. O trabalho de campo foi realizado ao longo de 2014, utilizando-se de metodologia quantitativa e qualitativa, por meio da aplicação de um questionário junto a 700 estudantes de escolas públicas de ensino médio, rodas de diálogo com estudantes e docentes e produção de curtas metragens. Os resultados iniciais da pesquisa reiteraram achados de vários estudos realizados nesse nível de ensino: desde os inúmeros problemas relativos à infraestrutura física e material das escolas, até a demanda por relações mais democráticas no cotidiano dos estabelecimentos de ensino e de metodologias capazes de mobilização dos estudantes na construção de uma relação mais significativa com o saber escolar. Mas, para além dessas questões também se constatou, entre os estudantes, uma forte expectativa em relação à necessidade da escola média oferecer suportes para sua tensa relação com o mundo do trabalho no tempo presente e para construção de projetos de futuro, seja de inserção no trabalho, seja de continuidade dos estudos, especialmente considerando os caminhos para o ingresso no ensino superior.



EDUCAÇÃO FILOSÓFICA, DIÁLOGO E EMANCIPAÇÃO NA PROPOSTA DAS OLIMPIADAS DE FILOSOFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Lara Sayão Lobato de Andrade Ferraz
(UCP\ C.E. D. Pedro II)
larasayao4@gmail.com

O encontro com o outro vale seus riscos. A vida é encontro, é arte dialógica inegável, constante, rica e exigente. Na experiência cotidiana de entrar numa sala de aula para convidar a pensar junto, inúmeras questões acompanham os docentes de Filosofia: o incômodo de uma possível reprodução sem sentido de pensamentos distantes, a escolarização entendida como ilustração, a lógica da mercantilização do conhecimento e a meritocracia fazem pensar sobre a presença da Filosofia na educação formal como uma questão filosófica importante e urgente. O que fazemos com a Filosofia? O que ela faz de nós? Estaria ela a serviço da reprodução das desigualdades ou da autonomia de pensamento? A educação favorece o encontro e o encontro é potente, perigoso, novo e incerto. Mais que pensar o que ensinar, urge pensar a grandeza do que acontece quando nos colocamos frente a frente para dialogar. São muitas as concepções sobre Filosofia e sobre seu ensino. Partindo do pressuposto de que a Filosofia é um diálogo exigente, excitante e potente com o outro que pode ser um texto clássico, uma imagem, uma circunstância ou outro homem, a Filosofia é convocação e exigência que potencializa o ser. É Palavra. Esta pesquisa problematiza, analisa, estuda uma tentativa de subversão da lógica de competição e produção, na qual se encontra mergulhada a educação contemporânea: as Olimpíadas de Filosofia do Estado do Rio de Janeiro, que acontecem por iniciativa livre de docentes desde 2013, a partir das Olimpíadas latino-americanas de Filosofia (2010). Neste momento em que o conhecimento é considerado mercadoria a ser acumulada e exposta como símbolo efêmero de reconhecimento e valorização individual, uma iniciativa de educação filosófica como movimento de geração de comunidades de diálogo e pensamento cooperativo entre jovens e professores torna-se pertinente e significativa. O trabalho discute as experiências educativas em espaços formais e não formais, a construção do projeto enquanto encontro de diferentes grupos, a preparação desses grupos para o encontro e o encontro em si. Quais sentidos formativos motivaram os professores a empreender esta iniciativa? Quais as concepções de Filosofia dos que pensaram este projeto e dos que a ele aderiram? Quais concepções de Filosofia estiveram em diálogo nos encontros realizados? Que experiências educativas são fomentadas nesses encontros? O que fazem os que se propõem a dialogar nesses encontros? Dialogam? Filosofam? Ensinam? Aprendem? Qual a potência dessa experiência de encontro em espaços não formais? O que potencializa? O que significa para os jovens que dela participam? Entendendo a ideia de olimpíada filosófica, presente no pensamento socrático enquanto exercício de competição consigo mesmo para eliminar prejuízos, ideologias e dogmas que dificultam o diálogo com o pensamento diverso, o trabalho analisa o diálogo filosófico possível nesta práxis educativa. Visita as práticas e a construção das subjetividades nos trabalhos realizados em preparação para as olimpíadas e nos encontros estaduais, examinando e problematizando essa iniciativa de educação filosófica, discutindo sua metodologia e seus fundamentos teóricos. Busca refletir sobre os alcances e limites pedagógicos deste trabalho, analisando a complexidade do exercício dialógico entre os atores.



INTEGRAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE EDUCAÇÃO E CULTURA NAS PRÁTICAS ESCOLARES – REFLEXÕES ACERCA DO PROJETO OCUPA ESCOLA.

Alice Vignoli Reis

(Projeto Ocupa Escola-ONG Casa da Arte de Educar\ UFRJ)

alice.v.reis@gmail.com

Carla do Eirado Silva

(Projeto Ocupa Escola-ONG Casa da Arte de Educar)

carlaeirado@gmail.com

Carin Louro (Projeto Ocupa Escola)

lourocarin@gmail.com

A relação entre educação e cultura nos processos de formação da cidadania ressalta a importância das ações de integração das manifestações intelectuais e artísticas nas práticas pedagógicas de ensino formal e informal. Tendo em vista essa importância, o GT de Arte e Educação do Movimento Reage Artista! propôs ao poder público municipal do Rio de Janeiro a criação de um projeto de incentivo à integração entre educação e cultura nas escolas da rede denominado Ocupa Escola, cujo objetivo principal é colaborar para tornar a escola um equipamento cultural apropriado pelos estudantes, comunidade escolar e do entorno. São raras, apesar do esforço de muitos, as oportunidades de trocas e construção de conhecimentos compartilhados entre escolas e a rica produção cultural brasileira. O atual ministro da cultura Juca Ferreira afirmou em entrevista ao Jornal El País, em 03 de maio de 2015, que “cultura e arte têm que estar presente no currículo das escolas e no turno em que os estudantes não estão na sala de aula. É preciso disponibilizar o deleite estético, o acesso à linguagem artística...”. Portanto, compreendemos que o Projeto Ocupa Escola ressoa com as atuais preocupações do cenário nacional de políticas para educação e cultura voltadas para a juventude. O projeto iniciou-se em maio de 2015 e trata da capacitação de 11 escolas da rede pública de ensino para atuarem enquanto Equipamentos Culturais, com programação artística quinzenal e residência artística de grupos locais, que utilizarão o espaço da escola para criação e ministrarão oficinas culturais para os estudantes da rede. As escolas escolhidas foram selecionadas por estarem em áreas de risco social e reduzido acesso a bens culturais. A gestão do projeto é realizada pela Casa da Arte de Educar e o GT Arte Educação Movimento Reage Artista! em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e Cultura. O potencial transformador da proposta está na construção coletiva através da interação entre agentes de cultura da cidade, educadores, estudantes e comunidades locais visando a possibilidade real desta construção tornar-se uma política pública de cultura. Um dos eixos fundamentais do projeto é a pesquisa acerca dos impactos de suas ações no ambiente escolar, no que concerne à ressignificação por parte da comunidade escolar sobre o que é entendido por arte, cultura e formação cidadã, à integração entre cultura e educação dentro da formação do estudante, à contribuição para as práticas pedagógicas dos professores das escolas e ao estabelecimento de territórios de aprendizagem, a partir do fortalecimento da relação entre escola e comunidade e da integração entre saberes acadêmicos e populares. Esta pesquisa, conduzida pela Casa da Arte de Educar tem como referência metodológica a Pesquisa-Ação e a metodologia da Mandala dos Saberes, desenvolvida pela Arte de Educar em 2007 e, desde então implementada em cerca de 30 mil escolas do Brasil no Programa Mais Educação. O presente trabalho pretende apresentar esta pesquisa em processo, a partir de exposição realizada pelas pesquisadoras responsáveis e assim contribuir para a discussão acerca da integração entre educação e cultura nas práticas escolares.



CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NA ESCOLA PÚBLICA.

Beatriz Saks Hahne (USP- Instituto Sou da Paz)
beatrizsaks@gmail.com

O trabalho com o adolescente em conflito com a lei convoca a pensar o corpo social e suas instituições a fim de que sejam consideradas as relações interpessoais, situacionais e sociais que constituem compreensões, políticas e atuações com e para o jovem autor de ato infracional. Dentre as instituições que compõem a rede de atendimento à juventude está a escola, sobre a qual este trabalho pretende se debruçar. Em específico, abordarei o ensino público que, componente do Sistema de Garantia de Direitos, pode, também, representar local de segregação ao produzir concepções que norteiem um trabalho menos pedagógico e mais excludente em relação aos alunos com trajetória infracional, muitas vezes compreendidos como ameaçadores ou nos quais já não é necessário investir o trabalho educativo. Para estudar as medidas socioeducativas e a instituição escolar, optei pelo percurso de problematizar os desafios enfrentados pelo adolescente em conflito com a lei na relação com o corpo pedagógico - mais especificamente, direção e professores. A opção por localizar o tema desta juventude nesta categoria da instituição de ensino é em razão da hipótese de que estes sujeitos acessam com maior frequência o ensino público em função de sua classe social. Ao falar em educação, é necessário considerar que é possível encontrá-la em diferentes desenhos e para fins diversos – emancipação ou manutenção do lugar social, por exemplo. Assim, o convite feito é o de pensar a produção de trajetórias escolares menos potentes (no sentido de uma educação crítica e para a autonomia) direcionada para uma forma de gestão social. Nesse caminho, uma pergunta possível é: que tipo de educação está acessando o adolescente em conflito com a lei e quais concepções a sustentam? Um dos pontos de partida é a concepção de que situações produzidas na instituição escolar indicam que determinadas condições de trabalho e de estudo não produzem, mas reproduzem certo olhar, certo preconceito, certa omissão. Caberá, assim, problematizar o sentimento de medo, sobre o qual teço hipótese de que estaria de pronto vinculado a alunos que, por apresentarem determinadas características (a exemplo de trajetória em medidas socioeducativas), produziram nos professores certa imobilidade ou a busca por aparatos repressores. Por fim, há, também, necessidade pessoal de criar um campo para articular minhas experiências de trabalho, razão pela qual pretendo analisar alguns enfrentamentos cotidianos que produziram repetição de atuações menos potentes e que inviabilizariam a construção de novas ferramentas pedagógicas para lidar com situações desafiadoras que se apresentem dentro dos muros da escola. Entretanto, deve guiar está escrita a preocupação que lhe deu origem: abordar esta temática de maneira que permita reflexões sobre o tema ao mesmo tempo em que suscite possibilidades de atuação em um contexto compreendido como desafiador, mas que, ao se relacionar com a educação, deve produzir mudanças, *“construção de modos de vida ativa, potência afirmativa de vida na educação, na formação de professores”* (Clareto e Oliveira, 2010, p. 68).

306



**COMO É BOM SER VIDA LOKA:
JUVENTUDE, ESCOLA E O CONSUMO MUSICAL DO FUNK.**

Liana Vieira (UFRGS)
liana.lika@gmail.com

Rosângela Rodrigues Soares (UFRGS)
rosangelasoares@gmail.com

O presente trabalho constitui-se a partir de uma pesquisa sobre juventude, escola e o consumo musical do *funk* e tem como parte do título o nome de uma música amplamente conhecida na cena *funk*. Nesta pesquisa buscou-se analisar como os jovens significam o consumo do estilo musical *funk* em seus cotidianos e como percebem a relação da escola com esse gênero musical. Para a análise dessa temática, foi procurada uma instituição escolar situada no bairro Jardim Botânico, zona leste da cidade de Porto Alegre/RS, que atende, principalmente, alunos oriundos da vila popularmente chamada de Cachorro Sentado. A maioria dos alunos são oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo que vivem de subempregos ou estão desempregadas. Muitos desses estudantes vivem em situação de vulnerabilidade social, convivendo com o tráfico de drogas, mortes e tiroteios seguidamente. A escola atende aproximadamente 600 estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e funciona nos turnos manhã, tarde e noite. Pela manhã e tarde funcionam o Ensino Médio e o Ensino Fundamental e à noite, a EJA – Educação de Jovens e Adultos. A escolha dessa escola se deu em função da experiência de uma das autoras, como professora voluntária do Programa Mais Educação. Durante o período de voluntariado nessa escola, ficava visível que o estilo musical preferido da maioria dos jovens era o *funk*. A visibilidade se dava através das rodas que os jovens formavam nos intervalos das aulas para ouvir, dançar e trocar músicas do celular via *bluetooth* e dos acessos frequentes ao site *YouTube* para a visualização de clipes desse gênero musical. Ouvir *funk* reunia a “galera”, animava os alunos. Era um momento de socialização e diversão. A relação de alguns jovens com o estilo musical era/é tão intensa que ficava explícita no modo de falar e se vestir. Eles se espelhavam nos MC’s que admiravam, sonhando inclusive, em serem famosos como eles/as. Este trabalho busca problematizar as perspectivas dos jovens estudantes sobre o estilo musical *funk* e como o mesmo é percebido no ambiente escolar. Para isso, tem como objetivos principais compreender o que o *funk* representa para os jovens e analisar como o *funk* opera no modo ser jovem. Analisa ainda, a partir da perspectiva dos alunos, os aspectos relacionados ao consumo musical do estilo *funk* dentro da escola.



REFLEXÕES SOBRE AS TRAJETÓRIAS ESCOLARES DOS JOVENS DO PROEJA.

Helen Wanderley do Prado (IFRJ)
helen.prado@ifrj.edu.br

Este estudo buscou investigar o perfil e trajetórias escolares dos jovens do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no *Campus* Duque de Caxias. A escolha pelos sujeitos da pesquisa está relacionada ao fato dos jovens pesquisados carregarem como representações um baixo "capital cultural" e terem suas trajetórias interrompidas no "tempo certo" da escolarização. Alguns questionamentos auxiliaram as reflexões: Quais similaridades nas trajetórias e perfis desses jovens implicam na sua "escolha" pela EJA? Que fatores contribuem ou não para a permanência desses jovens no Programa? Em que medida a escola/ instituição, tradicionalmente acostumada a receber alunos com trajetórias regulares, tem dialogado com os sujeitos jovens da EJA? Como método de pesquisa utilizamos o levantamento bibliográfico, observações de campo e a técnica de coleta de dados a partir de questionários (questões abertas e fechadas) dirigidos aos discentes do PROEJA de faixa etária de 18 a 29 anos e aos docentes do Programa. Foi possível perceber que a existência de elementos comuns em suas trajetórias escolares e de vida, bem como seus projetos futuros favorece a permanência desses sujeitos. A vontade de aprender, de buscar melhores condições de vida a partir da escolarização e o sentimento de valorização por "estar numa instituição federal de ensino" também foram destacados como aspectos relevantes de suas trajetórias escolares no PROEJA. Reconhecemos que com o fenômeno de "juvenilização da EJA" se torna cada vez mais necessário às políticas públicas e programas destinados a esse público, conhecer esses jovens, seus reais interesses e necessidades de aprendizagem, compreendendo a juventude de forma plural. É importante considerar a diversidade sociocultural desses alunos, tendo em vista garantir estratégias e práticas pedagógicas que efetivamente dialoguem com suas realidades. Por outro lado, constatamos que garantir o direito à uma educação de qualidade aos jovens oriundos das camadas populares, excluídos de oportunidades educacionais, ainda é um grande desafio que se apresenta às instituições escolares da rede federal, tradicionalmente consagradas pela "excelência". O estudo constatou que quando se trata de jovens das camadas populares, muitas vezes prevalece uma visão sob a ótica das carências e limitações, e não pela perspectiva do direito, desconsiderando-se que estão imersos em contextos não escolares mais amplos. Mostrou a necessidade de valorizar os sentidos dos processos de escolarização, bem como os tempos e contextos não escolares dos sujeitos jovens que cada vez mais chegam às classes de EJA. Trata-se ainda de compreender os processos educativos escolares como processos mais amplos de socialização.

308



**ARQUITETURA ESCOLAR E JUVENTUDE:
UMA ANÁLISE EM DUAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE SÃO PAULO.**

Luciano Nascimento Corsino (UNICAMP)
luciano.corsino@hotmail.com

Dirce Djanira Pacheco e Zan (UNICAMP)
dircezan@unicamp.br

O presente trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado em desenvolvimento no âmbito do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas e conta com financiamento da Capes. Trata-se de uma pesquisa etnográfica que tem como objetivo identificar a arquitetura de duas escolas públicas da rede estadual de São Paulo, de modo a identificar a sua relação com a construção de subjetividades juvenis no cotidiano escolar. Segundo o pesquisador Paulo Carrano, a complexidade da “incomunicabilidade entre os sujeitos escolares” (CARRANO, 2013, p. 182) é uma das principais questões que estão postas no cotidiano escolar como um fator que interfere diretamente na relação entre professores/as, alunos/as, gestão escolar e comunidade. Parece haver cada vez menos diálogo entre a escola e os/as jovens que levam suas experiências construídas em diferentes espaços simbólicos e culturais para o interior da escola e que, muitas vezes, têm sido alvo de resistência pelos adultos. Nesse sentido, torna-se central o questionamento sobre como a arquitetura escolar pode influenciar no diálogo entre escola e juventude. Juventude, no presente trabalho, é entendida como uma categoria histórica e socialmente construída, que de acordo com Bourdieu (1983) tem como uma de suas principais características os conflitos construídos por meio das relações de poder com as velhas gerações. A forma como os/as jovens estudantes do Ensino Médio se relacionam com os espaços escolares têm sido uma das indagações presentes no âmbito dos estudos realizados no Laboratório de Pesquisa sobre Violência, Cultura e Juventude – VIOLAR/Unicamp, que tem se deparado com as múltiplas formas de viver a juventude e como a escola tem papel fundamental no processo de construção identitária. As múltiplas formas de ser jovem estão cada vez mais presentes no cotidiano escolar, os espaços escolares são transformados em espaços de sociabilidade juvenil e muitas vezes, esse movimento é visto de forma negativa pelos/as atores/as da escola. No entanto, como aponta Dayrell (1996), os estudantes se apropriam dos espaços que, a rigor não lhes pertencem, e os ressignificam. É esse espaço que tem no interessado nessa pesquisa. Como referenciais teóricos foram considerados os estudos sobre arquitetura escolar e autores/as como Paulo Carrano, Juarez Dayrell e Dirce Zan, que têm se empenhado nos estudos de juventude e suas articulações com os campos da cultura e educação. Os dados analisados apontam que a arquitetura das escolas reforça a hipótese levantada por Zan e Possato (2014), pois correspondem e incentivam àquilo que é chamado de “violência da escola” por Bernard Charlot. A estrutura física da escola produz e reproduz as relações de poder existentes dentro e fora dela. Nesse sentido, entende-se que sua organização merece um olhar mais aprofundado, que considere as relações entre juventude e cotidiano escolar. Trata-se de uma pesquisa que mostra a necessidade de potencializar o diálogo entre escola e juventude e, nesse caso, os espaços escolares precisam ser repensados de modo a considerar as múltiplas formas de vivenciar a juventude.



**JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E CULTURA DEMOCRÁTICA:
FOMENTANDO METODOLOGIAS DE MEDIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA.**

Roseli Esquerdo Lopes (UFSCar)
relopes@ufscar.br

Lívia Celegati Pan (UFSCar)
liviapan@yahoo.com.br

Ana Paula Serrata Malfitano (UFSCar)
anamalfitano@ufscar.br

Marina Jorge da Silva (UFSCar)
mahjorge@gmail.com

Trata-se da apresentação e discussão de ações que vêm sendo desenvolvidas, desde 2005, em escolas públicas da cidade de São Carlos (SP) pela equipe do Laboratório METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (METUIA/UFSCar). Em atividades integradas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária, propõe-se a utilização de metodologias participativas, a partir dos pressupostos da Terapia Ocupacional Social e da educação para a liberdade defendida por Paulo Freire, com vistas à ressignificar a vivência *da escolarização* e *na escola*, desde a criação de condições para a melhor apropriação de conteúdos formais passando pela valorização da/pela escola como espaço de sociabilidade para jovens. Objetiva-se, também, que as intervenções se constituam como uma tecnologia social de aproximação, (re) construção de projetos de futuro e ampliação de redes de suporte junto a jovens advindos de grupos populares urbanos, em situação de vulnerabilidade social. Apesar dos inúmeros problemas e desafios que se possam elencar em relação ao nosso atual sistema educacional e à instituição escolar, é inegável o lugar central ocupado pela educação formal no que tange à organização social, principalmente como um dos únicos meios legais, aos pobres, para se alcançar posições sociais menos desfavoráveis no transcorrer do curso de vida. Deste modo, caberia à educação como um todo e à escola em particular ser, também, um espaço de/para livre expressão e criação, um lugar prioritário, desde sua infraestrutura básica até a disponibilidade de espaços de reflexão e possibilidades de tomada de consciência, para a formação de sujeitos capazes de dirigir não apenas a própria vida, mas de participar, direta ou indiretamente, da direção da sociedade em que vivem. Desse modo, as intervenções fomentadas e empreendidas pelo METUIA/UFSCar buscam o fortalecimento da instituição escolar, na perspectiva da oferta de caminhos de respostas para as demandas com as quais lida, e a sua ressignificação para os jovens, como, também, a ampliação das formas de se conceber a ação educativa. Sob um projeto temático de pesquisa intitulado *Escola e Juventudes: o que os jovens do Ensino Médio do Município de São Carlos (SP) pensam sobre a instituição escolar*, dois projetos de extensão universitária, *Terapia Ocupacional Social e Escola Pública: um espaço de (re)significação e (re)criação para juventude* e *DialogAção: propostas para um espaço escolar democrático*, atualmente, lida-se, na escola, com quatro frentes de trabalho: intervenções nas salas de aula e no intervalo das aulas, apoio ao Grêmio Estudantil, realização de Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos na escola e na comunidade e “dialogicidade” com professores e equipe gestora. Se, de um lado, essas intervenções nos mostram uma série de deficiências do nosso atual sistema educacional e de como as relações são construídas e estabelecidas, por outro, permite desvendar o potencial do espaço escolar também para os jovens do século XXI. Espera-se que o conjunto dessas ações contribua para a construção de propostas educativas fundadas em bases democráticas e que carreguem um movimento de tensionamento do 'status quo'.



**SHAKESPEARE E CIDADANIA:
DIREITOS HUMANOS E TEATRO NA BAIXADA FLUMINENSE.**

Mateus Marcílio (UFRRJ)
mtsmarcilio@gmail.com

Diego Couto (UFRRJ)
couto_diego@rocketmail.com

O trabalho tem por objetivo apresentar ao leitor as atividades realizadas pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro com a temática voltada para os Direitos Humanos e Cidadania. Assim como tem por intenção demonstrar a inserção da mesma no cotidiano das Instituições de Ensino vinculadas ao programa: Waldemar Raythe, Colégio Estadual Barão de Tefé, Colégio Estadual Doutor Albert Sabin, localizados nas proximidades de Seropédica e Campo Grande, respectivamente. Objetivamos tratar, aqui, parte da experiência e resultados parcialmente obtidos através da inserção da dinâmica teatral, utilizada por nós bolsistas enquanto grupo, dentro do espaço do Ensino Médio dessas escolas. A metodologia se concretizou através da apresentação de algumas cenas de cinco obras de William Shakespeare por parte dos bolsistas de maneira expositiva e didática para os alunos. Procuramos promover uma releitura de alguns clássicos de difícil acesso na esfera do ensino público, através de um que contemplasse as questões pertencentes a temática que o PIBID se propõe a tratar. Entre as temáticas abordadas nas obras de Shakespeare e enfatizadas em nossas dramatizações, estavam a luta pelos direitos das mulheres e crianças, assim como os direitos do indivíduo perante o Estado e família, em Romeu e Julieta. Em Othello podemos perceber nitidamente aspectos de um racismo estrutural e mais uma vez, ausência de direitos da mulher. Em A Tempestade pudemos refletir acerca das questões que envolvem o racismo e o trabalho escravo. Há de se ter em vista que todas essas reflexões foram feitas em conjunto com as turmas das escolas que nos propusemos a apresentar. Do ponto de vista teórico, o PIBID procurou associar leituras referentes à cidadania, atividade dos bolsistas, à uma abordagem mais fluida e de mais fácil absorção, na forma de oficinas de teatro. As propostas circundavam a vivência dos alunos: matérias de jornais, histórias dos próprios estudantes e diálogos em sala de aula ambientavam o debate de forma dinâmica e interativa. A participação dos alunos foi e é o objetivo do projeto. A ideia é que o teatro fosse somente uma ferramenta para explicitar a forma de como o debate seria dado nos colégios e de que formas seriam consolidadas as oficinas. As oficinas prezam trazer para a temática teatral a realidade dos estudantes do ensino público, de forma a instigar o debate e despertar sua visão para um universo tão amplo e tão necessário quanto o da cidadania. Como resultado, os alunos apresentaram suas próprias adaptações teatrais, dotadas de sua própria visão de mundo, fruto de suas próprias experiências e enriquecedoras de uma forma particular que somente a universidade jamais daria conta.



JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DO PROJovem EM FORTALEZA-CE.

Ravelle Gabriel de Oliveira (Prefeitura Municipal de Umirim/CE)
ravelleoliveira@gmail.com

Este trabalho versa sobre práticas educativas desenvolvidas para a juventude, em específico, a educação profissional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) desenvolvido na cidade de Fortaleza – CE. Tal programa tem por objetivo elevar a escolaridade, oferecer uma qualificação profissional com certificado de formação inicial e desenvolver ações comunitárias para jovens que saibam ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. Na cidade de Fortaleza o ProJovem tem a seguinte estrutura: 14 polos, cada uma com oito núcleos, cada núcleo com cinco salas, com aproximadamente 30 alunos em cada sala. A discussão sobre educação profissional para a juventude está cada vez mais atual, visto o alto índice de desemprego e a situação dos jovens frente a essa realidade, fazendo necessária a presença do Estado para intervir em momentos de crise – processo típico de uma sociedade capitalista – através da criação de políticas públicas a fim de minimizar seus efeitos, o ProJovem se configura como uma política educacional com iniciação ao mundo do trabalho objetivando inserir o educando, após a conclusão dos estudos, no mercado de trabalho, proporcionando aos jovens em situação de defasagem escolar uma imersão do sujeito no mundo do trabalho, oferecendo-o contato inicial com uma profissão. O destino da educação profissional no Brasil foi expresso no decreto de nº 2.208 de 17 de abril de 1997 o qual desvincula a educação básica da educação técnica, ficando este apenas com um caráter complementar. Com esse decreto, a educação profissional passa a integrar diferentes modalidades de educação e trabalho à ciência e tecnologia, objetivando atender o aluno do ensino básico ou egresso dele, do nível superior e ainda os trabalhadores em geral, compreende a educação profissional como um sistema paralelo, segmentado, apenas articulado a outras modalidades de ensino, resultando na dissociação da educação profissional e educação básica e consequentemente no aligeiramento da educação técnica em disciplinas isoladas e superficiais à formação profissional. Foram assinados diversos decretos, e com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, esperava-se uma reviravolta nos destinos da educação no Brasil, baseadas nos direitos garantidos pela Constituição de 1988 e demais legislações sociais, entretanto o que ocorreu, de acordo com os autores estudados, foi um percurso controverso entre as lutas sociais, as propostas do governo e omissões no exercício do poder. Apesar das promessas de integração educacional propostas, o que ocorreu foi o inverso, a política de educação profissional realiza-se por meio de programas focais e contingentes, a exemplo: Escola de Fábrica, fruto da parceria entre o público e o privado, com recursos advindos do PROEP em articulação com empresas e indústrias visando à formação profissional inicial de jovens entre 16 e 24 anos que estejam frequentando a educação básica, com renda *per capita* de até um salário mínimo; Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) apresentando-se como oferta mínima aos jovens e adultos excluídos da educação regular e o (objeto do estudo) que objetiva integrar educação fundamental, qualificação profissional e ação comunitária.

312



O QUE PODE A POTÊNCIA JOVEM?

Indira C. Granda Alviarez (UFRGS)
indira.granda.alv@gmail.com

Quando em sua celebre obra *Assim falou Zaratustra* Nietzsche, diz: “O que é grandioso no homem é que ele seja uma ponte, e não um fim: o que pode ser amado no homem é que ele seja uma passagem e um ocaso” (NIETZSCHE, 2014, p. 24), o filósofo alemão convida-nos a afirmar a vida humana como puro dinamismo ou movimento, cuja positividade estaria precisamente em ser como possibilidade e não como finitude enquanto atinge-se ponto de chegada ou meta conhecida. A primeira imagem é de um Ser em devir; a segunda, de outro previsível. Seguindo a Zaratustra, profeta do devir, alinhio-me com a concepção que enuncia: o Ser vale pelo que pode (chegar a ser –porque é passagem–), e não pelo que é. Por sua vez, perguntar pelo que pode um Ser em devir, neste caso jovem, é perguntar pela potência. Diz Nietzsche, a vida é vontade de potência. Isso não significa uma vida que quer dominar ou que deseja poder em termos dos valores estabelecidos (dinheiro, reconhecimento, propriedades). Tudo o contrário, é vontade de criar outros valores, de fazer novas interpretações, potência de metamorfose. Aponta Gilles Deleuze que “... em seu mais elevado grau, sob sua forma intensa ou intensiva, [a vontade de potência] não consiste em cobiçar e nem mesmo em tomar, mas em dar e em criar. Seu verdadeiro nome, diz Zaratustra, é virtude que dá” (DELEUZE, 2006, p. 158). Assim, “O que pode a potência jovem?” É uma pergunta que indaga sobre possibilidades de afirmação da vida como virtude que dá, ou seja, como potência em sua forma intensiva, a partir de algumas manifestações juvenis, como por exemplo: práticas artístico-culturais e educativas, em territórios populares da cidade de Porto Alegre (Brasil) e Caracas (Venezuela). A este respeito, quando falamos de potência, pensamos em expressões que dão conta de novidades, subversões, interrupções do fluxo tradicional no que seres e coisas se produzem, de acontecimentos que ainda inesperados emergem demonstrando o que podem as existências em condição de afirmação. Algumas potências que pesquisamos aqui são aquelas que provocam alguma *alteração na relação do público-privado*, na direção de criar alguma coisa além desses eixos, especialmente: espaços, bens, valores que não pertencem a ninguém, mas são de todos: do *comum*, nas palavras do filósofo da educação Jorge Larrosa (LARROSA, 2014, p. 156). Sobre o comum, Larrosa (2014) refere-nos algumas características: faz o mundo interessante e, com isto, pode reclamar a atenção de todos e de cada um para aquilo que torna comum; pode desapropria-o, ou seja, tira o mundo da condição de propriedade, e o torna celebração e gozo. Enfim, apresentam-se os resultados da pesquisa daquilo que jovens gaúchos e caraquenhos fazem para tornar o mundo interessante, comum e celebração e gozo de todos, a partir da exploração etnográfica de *sentidos, experiências e produções juvenis* na linguagem da arte e a educação, por territórios populares das cidades de Porto Alegre e Caracas.



JUVENTUDE EM TRÂNSITO: ENTRE AS VIVÊNCIAS COTIDIANAS E O SENTIDO DA ESCOLA.

Vanessa de Andrade Lira dos Santos (UERJ)
vanessalira25@yahoo.com.br

A presente proposta de investigação tem como foco de interesse a juventude e suas relações com as diversas instâncias de socialidade e de produção de saberes, encarando o dentro/fora da escola como possibilidade significativa de encontro entre os jovens e suas vivências. Neste sentido, é fundamental observar o universo escolar enquanto mais do que simplesmente um espaço institucionalizado, considerando primordialmente o fluxo que segue entre as lacunas do planejado. Observaremos a escola com seus espaços/tempo diversos, olharemos para os movimentos juvenis e suas variantes. Estes movimentos vão além do espaço da sala de aula, do que é institucionalizado como momento de saber, perpassa muitas situações e realidades. Através de narrativas, recortadas de debates, e da produção e observação de registros fotográficos dos jovens é possível vislumbrar produções de retóricas inundadas por seus cotidianos, jovens que investigam e processam falas e imagens significantes. Desvelar imagens é um ato educativo que não se restringe ao universo institucionalizado, dinamiza-se no próprio ato de conhecer o outro, seja este outro mais um sujeito ou a própria imagem que se deseja criar ou conhecer. A partir destas experiências juvenis, objetiva-se apreender a escola como produção social e cultural e compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua produção de sentidos, de conflitos e negociações. Para esta tarefa o desafio maior é lançar um olhar em direção ao banal, diante da variedade de signos que só podem ser interpretados na medida em que entendemos, através do ato da investigação, como estas imagens se processam. Embora sujeitos distintos possam perceber a mesma imagem, o mesmo objeto, suas percepções são diversas, pois perceber é um ato imediato e não transferível. O espaço escolar envolve saberes, programas e filosofias que só merecem créditos na medida em que juntos não produzem *sombras sem corpos* (Michel de Certeau), este conjunto deve ser capaz de capturar, ainda que parcialmente, a dinâmica e os gestos de quem preenche seus espaços e justifica sua existência. A partir do momento em que o espaço é de fato utilizado, ocupado, sua aparente neutralidade se esvai dando oportunidade aos deslocamentos que modificam as paisagens. Com o intuito de compreender, na relação juvenil com seus vários espaços de circulação, a escola como um momento de possível articulação entre os diversos saberes que se processam nessas várias instâncias acessadas pelo transitar destes jovens, o cotidiano será tratado como espaço de celebração e partilha de saberes. Considerando a possibilidade de uma reestruturação dos processos educacionais, voltando-os para as identificações e pertencimentos da juventude, projetos são definidos, desconstruídos, reestruturados e fragmentados novamente, num processo que não pré-define simplesmente, mas que se abre em novas possibilidades na mesma dinâmica em que os interesses e dúvidas se apresentam, no próprio ato da produção e da observação, ciclo de revisitações.



RELAÇÕES ENTRE TRAJETÓRIAS ESCOLARES E FUTUROS POSSÍVEIS NA PERCEPÇÃO DE JOVENS DE CLASSES POPULARES.

Máximo Augusto Campos Masson (UFRJ)
maxmasson@ufrj.br

Leonardo Fortes Gomes (SEEDUC/RJ)
falecomleogomes@hotmail.com

Suzana Barros Correa Saraiva (UFRJ)
suzanasaraiva@uol.com.br

Este trabalho analisa perspectivas profissionais de estudantes concluintes do ensino médio matriculados no turno da noite, em escola de rede pública estadual. Buscou-se apreender as relações que estabelecem entre suas trajetórias escolares e as possibilidades que anteveem de inserção no mercado de trabalho e construção de futuros profissionais, dado que as trajetórias escolares, se consideradas fundamentais para a conformação de indivíduos modernos, podem, mesmo quando socialmente semelhantes, serem objeto de atribuições diversas por esses mesmos indivíduos, especialmente no que diz respeito ao seu papel na definição de “futuros possíveis”. Na escolha dos estudantes e, em particular, da escola pesquisada, sob a forma de estudo de caso, levou-se em consideração aspectos como: qualidade do ensino ofertado, independente dos critérios que levavam a tal conceituação por órgãos oficiais; a diversificação, quanto ao local de moradia da clientela escolar, e a presença de um número significativo de estudantes que já estivessem inseridos no mercado de trabalho. A pesquisa foi desenvolvida empregando-se técnicas de investigação sugeridas por Geertz para a realização de uma descrição densa de uma realidade social. No mesmo sentido, utilizamos o recurso das entrevistas profundas desenvolvido por Bourdieu em seus estudos sobre indivíduos situados em posições localizadas no polo dominado do campo social, especialmente em “A Miséria do Mundo”. Compõem o conjunto dos agentes por nós entrevistados: estudantes, professores, diretores e funcionários das escolas. Trabalhamos com dados secundários referentes aos estudantes e as políticas educacionais empreendidas nos últimos anos. Dessa forma, foram empregadas técnicas que mesclaram instrumentos de pesquisa de teor qualitativo e quantitativo. A análise desenvolveu-se com base, em especial, nos estudos de Bourdieu, Lahire e Elias. Atentamos para os possíveis efeitos resultantes de posicionamentos diferenciados no campo social, apesar das semelhanças quanto às origens de classe; das trajetórias escolares de seus pais e familiares mais próximos bem como das relações estabelecidas com professores e demais profissionais da educação em seus percursos escolares. Embora todos os jovens pesquisados integrem as chamadas classes “populares”, procuramos delinear as diferenças acerca das percepções sobre a escolarização realizada e os possíveis efeitos produzidos sobre suas expectativas de mobilidade social. O reconhecimento de determinantes estruturais na percepção das perspectivas de futuro e na avaliação das trajetórias escolares não significa ter uma compreensão reducionista da realidade social. Nessa perspectiva, buscamos observar em nosso trabalho as diferenciações resultantes de situações de socialização distintas, mesmo se as diferenças existentes aparentem ser bastante sutis. Procuramos, assim, compreender os modos de emprego do “*patrimônio individual das disposições*”, sublinhados por Lahire em suas análises do cenário escolar popular francês.



AValiação de Política Pública para Educação Integral de Jovens pelo Programa Mais Educação.

Elizangela Vale Cunha (UFC\ SME-FE)
elivallecunha@yahoo.com.br

Nesse trabalho, apresento uma pesquisa que teve no objeto de estudo o Programa Mais Educação, política pública de educação integral para a juventude, desenvolvida através da ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem, instituída pelo MEC. O objetivo principal foi avaliar o processo de implementação do programa, através de investigação com estudantes, pais e gestores em uma escola pública da periferia do município de Fortaleza- CE. Identificamos diferentes concepções e práticas de educação integral presentes nos relatos dos sujeitos envolvidos sobre o cotidiano escolar e as repercussões do programa na comunidade local. Relacionamos, ainda, com a intersetorialidade encontrando em autores relevantes sobre a temática, referências para importantes reflexões decorrentes. Buscou-se contemplar a voz dos sujeitos por meio de entrevistas e grupos focais, utilizados na construção dos dados. A escola, através de algumas atividades pontuais, apresentou indícios de um trabalho intersetorial, desenvolvido pelos alunos e monitores no intuito de elevar a qualidade de vida da comunidade e consequentemente de educação. Perceberam-se as ações do programa como introdução a uma prática intersetorial ainda em construção, porém os resultados mostram que a escola sozinha não é capaz de desenvolver integralmente seus alunos, para tanto é imprescindível articular as instâncias possíveis que envolvem as políticas públicas educacionais e sociais. Ficou clara a importância da integração escola e comunidade como indicativo do processo de inclusão social e educacional de nossos alunos, pois facilita o desenvolvimento integral dos beneficiários do programa. A pesquisa revelou a visão que os alunos têm dos objetivos do programa mais educação. Alguns o entendem como uma possibilidade de ampliar os conhecimentos e oportunidades visando um futuro “menos incerto”, ou seja, visualizam as atividades do programa equivalentes a algo como uma preparação para o mundo do trabalho, desenvolvendo habilidades e crescimento através das relações interpessoais. Outros afirmam como “castigo, minha mãe me obriga a vir, porque não posso brincar com meus amigos”. Percebemos que para esse aluno há um frágil significado para sua participação nas atividades, talvez ele não compreenda que passa por fases diferentes na vida que interferem diretamente no seu processo de desenvolvimento. As atividades desenvolvidas através do Programa Mais Educação nessa escola, de forma geral, têm contribuído para a formação dos alunos, porém observamos situações em que se apresentam isoladas de um contexto maior, não contemplando em sua práxis a integralidade do desenvolvimento dos alunos como orientação a ser seguida, mostrando assim que esse princípio fundamental para embasar todas as ações do programa está sendo desprezado em várias práticas cotidianas. As atividades devem ser vinculadas à concepção de educação integral adotada pelo programa, evitando o isolamento das atividades, buscando um maior protagonismo juvenil, apostando na interdisciplinaridade, não negligenciando o grande potencial para as estratégias e recursos através da intersetorialidade.

316



JOVENS ALUNOS E SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: UM DIÁLOGO POR INTERMÉDIO DA CULTURA CORPORAL DE MOVIMENTO NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO.

Kelly da Silva Oliveira (UNESP)
kellyletrasunesp@gmail.com

Lucas Silvestre dos Santos (UNESP)
lks_capoeira@yahoo.com.br

José Milton de Lima (UNESP)
miltonlima@fct.unesp.br

Geise Mara de Souza (UNESP)
geisesouza.educams@gmail.com
Luiz Rogério Romero (UNESP)
romero@fct.unesp.br

Joyce Claro Menotti (UNESP)
joyce_cris_1012@hotmail.com

Isabela Teixeira Coelho (UNESP)
isa.itc@hotmail.com

Esta pesquisa buscou investigar quais são as manifestações das Culturas Juvenis relacionadas à Cultura Corporal de Movimento, como são vivenciadas pelos jovens-alunos de uma escola do Ensino Médio da cidade de Presidente Prudente/SP e de que forma dialogam com a disciplina de Educação Física. Buscamos suporte teórico na Sociologia da Juventude e nos estudos que tem como enfoque central os jovens e suas culturas, com destaque para os autores: Pais (1990, 2003, 2006), Melucci (2007), Feixa (1999), Abramo (1994, 1997), Peralva (2007), Spósito (1993, 1997), Carrano (2002, 2009, 2011), Dayrell (1996, 2007). A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, caracterizada como pesquisa intervenção. Este é um tipo de pesquisa de natureza social, com base empírica na qual os pesquisadores e participantes estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. Como resultado, pudemos obter o perfil dos jovens-alunos com relação as suas manifestações juvenis dentro e fora do ambiente escolar e foi constatado que as manifestações das culturas juvenis relacionadas à cultura corporal de movimento, dos jovens investigados não são homogêneas e nem estáticas. Não foi encontrado apenas um estilo, uma maneira de se vestir, de se expressar, de gosto, de preferência. Foram encontradas várias manifestações, jeitos de ser e estar no mundo, reunidos em torno de práticas variadas. Também, foi possível afirmar, que nesta pesquisa, a disciplina de Educação Física pôde realizar um diálogo integrativo com as culturas juvenis no espaço escolar, na medida em que, ao procurar compreender o universo juvenil, possibilitou a interlocução entre o que era vivido pelos jovens no seu cotidiano e a prática efetivada nas aulas. Esta aproximação com as experiências corporais vividas em outros contextos gerou práticas bem-sucedidas por parte dos alunos, o que causou alegria, contentamento, bem-estar e vontade de participar ativamente das aulas, como também, melhoras na relação entre pares, na convivência entre os sujeitos escolares, cooperação, autonomia, entre outros. Pôde-se também constatar várias contribuições quanto ao relacionamento dos jovens desta sala com a disciplina de Educação Física e consequentemente com a escola. Ao validar as diferentes culturas nas aulas, os jovens se sentiram incluídos, representados, em seus modos de vida, músicas, vestimentas, práticas corporais, entre tantas outras. Portanto, é possível afirmar que as escolas podem ser espaços de múltiplas vivências, local onde os jovens sejam capazes de se emocionar, de sentir, de amar, de agir, de ser solidário, sonhar e de se realizarem como pessoa humana. A partir da valorização das manifestações juvenis a escola adquire um novo significado para os jovens, deixa de ser um local desestimulante e passa a ser uma extensão dos espaços juvenis, um local onde também se produz cultura.



TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE JOVENS INSERIDOS NA EJA EM BRAGA-PORUGAL.

Edmara de Castro Pinto (UFPI)
edmaracastro@ufpi.edu.br

O presente artigo é o resultado de uma investigação de mestrado realizada nos anos de 2011 e 2012 com jovens adultos inseridos no âmbito do ensino de Segunda Oportunidade de uma escola secundária do distrito de Braga- Portugal. Teve como objetivo compreender os sentidos que estes sujeitos atribuem à sua presença naquele tipo de ensino de forma a analisar os caminhos que os mesmos percorreram, compreendendo a sua trajetória escolar desde o abandono até ao retorno escolar. Para o efeito, utilizou-se como metodologia o estudo de caso por se considerar o mais adequado face ao objeto de estudo. No que se refere às técnicas de recolha de dados, optou-se por utilizar como principal técnica de investigação a entrevista semiestruturada. Foi também realizada análise documental e as percepções da investigadora foram narradas nas notas de terreno. Para a análises dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, construindo categorias e subcategorias a partir de unidades de registo selecionadas. Na discussão teórica é elaborada uma reflexão em torno de algumas questões norteadoras envolvendo a categoria social Juventude, a construção da escola pública em Portugal e a educação de adultos, ressaltando as políticas de educação de segunda oportunidade, respaldado em autores tais como: Por sua vez, no trabalho empírico busca-se problematizar as muitas e diferentes significações captadas no discurso dos jovens adultos. Importa referir que, após a escuta sensível dos relatos dos jovens adultos, defende-se a ideia da implementação de uma educação que compreenda a especificidade dos jovens enquanto estudantes oferecendo-lhes assim a possibilidade de uma finalização digna e eficaz do seu ciclo escolar. A proposta também assenta no reconhecimento destes para além da condição de estudantes, de modo a que sejam compreendidas suas identidades, suas representações, anseios e singularidades, concebendo-os como sujeitos sociais capazes de transformar positivamente a realidade na qual estão inseridos. Os resultados da investigação apontam como principais motivos do *abandono escolar* a *ausência dos recursos financeiros*, que os fizeram ingressar de forma precoce no trabalho e o *desinteresse pelos saberes académicos*. Relativamente às razões do *retorno à escola*, os jovens revelam elementos que contribuíram para isso, como o *apoio da família*, a *motivação e valorização pessoal*, pelo desejo de *melhorar as oportunidades de emprego* e a *oportunidade face a existência de alguns cursos de Segunda Oportunidade*. Os resultados a que se chegou necessitariam agora da construção de objetos de estudo complementares, que permitam conhecer e compreender o fenómeno na sua globalidade.

318



COTIDIANO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO: TRAJETÓRIAS JUVENIS NUMA ESCOLA.

Rosicleide Araújo de Melo (UNIVASF)
rosicleide.melo@univasf.edu.br

Francisco Marinho Nunes de Melo (UNIVASF)
francisco.marinho@univasf.edu.br

Apreende-se que os processos de escolarização e fortalecimento de uma cultura participativa são instrumentos importantes para uma mudança de perspectiva quanto ao papel do jovem na escola, já que é também neste espaço em que as experiências são vivenciadas e onde a identidade do sujeito é construída. O trabalho discute e apresenta as experiências de participação vivenciadas no cotidiano de uma escola estadual na cidade de Petrolina-PE. As atividades apresentadas são resultado do subprojeto “juventude e participação” no âmbito do Programa institucional de bolsa de iniciação à docência – PIBID, do curso de Ciências Sociais da Univasf. O subprojeto do PIBID veio com a proposta de discutir e desenvolver na Escola atividades relacionadas ao incentivo à participação (PATEMAN, 1992), bem como o fortalecimento da identidade juvenil. Para tanto, vem realizando ações no cotidiano do espaço escolar com o objetivo de inserir cada vez mais este sujeito nas atividades da escola e para além dela. Algumas oficinas já foram realizadas, bem como a criação de um Grêmio estudantil, espaço que contribui para a organização dos estudantes. A partir da observação das experiências desenvolvidas no espaço escolar, ficou perceptível que existe certa resistência quanto ao debater sobre política na Escola. A discussão sobre participação quando foi direcionada para o aspecto das formas atuais de participação juvenil, tendo como foco as expressões culturais e o uso da linguagem nas redes sociais, trouxe mais entusiasmo aos estudantes de todas as turmas. Conforme Pais (2005), os jovens se utilizam dos movimentos do corpo, da música, do visual, da linguagem própria, para dar forma e identidade às suas inquietações, indo além das formas tradicionais de participação. A partir dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na Escola por parte do PIBID Ciências Sociais, identificamos alguns desafios, sobretudo quanto ao aspecto da participação dos estudantes neste espaço. Após algumas oficinas já percebemos uma mudança no olhar por parte dos estudantes quanto à importância da participação, apesar de alguns ainda revelarem desmotivação quanto a isso. Porém, também consideramos fundamental que os que fazem parte da Escola reconheçam os jovens como atores importantes no processo de tomada de decisão para que se rompa com esta cultura de distanciamento entre Gestão e estudantes, e o diálogo possa ser estabelecido de forma concreta. Portanto, o envolvimento dos jovens com as questões da sociedade deve ser algo enfatizado no espaço escolar. Por isso, a abertura ao diálogo com os estudantes tem que ser algo rotineiro neste espaço, pois assim esta contribuirá para o fomento de uma cultura de participação, já que quanto mais os indivíduos participam mais o senso de eficácia política poderá ser desenvolvido neles (PATEMAN, 1992). Além do mais, esta poderá perpassar o ambiente escolar, influenciando os sujeitos nos espaços em que estiverem inseridos.



A IMPORTÂNCIA DO PROTAGONISMO JUVENIL PARA RENOVAÇÃO DA ESCOLA E DOS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

Danielle de Sousa Santos (IFSP)
danielle.s.santos@gmail.com

Nábila Pinto Corrêa (IFSP)
nabilapcorrea@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo analisar a importância do protagonismo juvenil para renovação da escola e dos processos de escolarização nas instituições federais de educação profissional. Nesse sentido, identificamos atividades realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP que podem levar aos seus alunos a aquisição prazerosa da cultura elaborada em nível amplo: artístico, científico e tecnológico. Entre os diferentes exemplos levantados estão – participação em grêmios estudantis, grupos de debates, feiras tecnológicas, competições artísticas e esportivas, visitas culturais, entre outros –. Neste trabalho, utilizamos como principais bases teóricas as contribuições de Goerges Snydes, em especial as questões referentes a sua pedagogia progressista, segundo a qual, esse processo de renovação teria como componente indispensável a alegria da aquisição da cultura. Para esta análise recorremos a entrevistas realizadas com alunos que participam de diferentes atividades desenvolvidas no âmbito do IFSP. A partir da fala dos estudantes, podemos observar a interação dos alunos entre si e com os demais componentes da instituição; o sentimento de valorização de sua presença e do trabalho desenvolvido por eles e a satisfação proporcionada pela experiência, ao ponto de haver a declaração de um estudante afirmando se divertir mais nesses momentos do que em parques de diversão. Assim, por meio dessas atividades, o conhecimento é associado não a uma atividade obrigatória, forçada, mas sim a algo prazeroso, de forma que desenvolve no aluno o sentimento de pertencimento e o desejo de permanecer na instituição. Neste contexto, constatamos que a alegria no processo de escolarização, defendida por Goerges Snydes é possível e que, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, em especial, uma das opções de oferecer essa bagagem cultural aos alunos, de maneira não formal, é envolvê-los em projetos de extensão e outras atividades extracurriculares. Neste sentido, a alegria do próprio processo de escolarização, de aquisição e domínio da cultura, no qual os jovens devem ser protagonistas é componente indispensável para renovação escolar. Consideremos que tais apontamentos representam importante contribuição para as instituições de formação profissional, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, na redução de seus grandes índices de evasão escolar. Isso porque a alegria, por meio da apropriação da cultura, desenvolve nos estudantes, neste caso dos estudantes do IFSP o sentimento de pertencimento escolar e o desejo de permanência, evitando o abandono precoce e aumentando as chances de êxito desses alunos na formação profissional e cidadã.

320



O ENSINO DE PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE NO RIO DE JANEIRO: OS CAMINHOS TRILHADOS E OS CAMINHOS POSSÍVEIS.

Rebecca Maciel (UFRJ)
macielrfla@gmail.com

Aline Candia (UFRJ)
alinebcandia@gmail.com

Fabiane Soares Marcondes (UFRJ)
fabiane.s.marcondes@gmail.com

Graciella Faico Ferreira (UFRJ)
graciellafaico@gmail.com

Igor de Souza Almeida (UFRJ)
igodrs@gmail.com

Raphaella Machado (UFRJ)
rapha.machado02@gmail.com

Riane de Sá (UFRJ)
riane.smartins@gmail.com

Rui Afonso Francisco Junior (UFRJ)
rui.afjr@gmail.com

Diva Lúcia Gautério Conde (UFRJ)
divaluciaconde@yahoo.com.br

321

No Brasil, a circulação dos conhecimentos psicológicos esteve presente, no campo da educação formal, desde a criação dos cursos de Medicina e Direito, no início do século XIX (MASSIMI, 1989). Na educação secundária, esses conhecimentos circulavam desde 1850, estando presentes no currículo do Colégio Pedro II, como uma das unidades da cadeira Filosofia (LORENZ;VECHIA,1998). Em 1890, com a Reforma Benjamin Constant a presença da Psicologia na Filosofia, foi substituída por uma disciplina nomeada de Psicologia e Lógica. Tal disciplina, foi a base necessária para estabelecer, dois anos depois nas Escolas Normais, a disciplina Pedagogia e Psicologia. (MRECH, 2007). A partir de então o ensino de psicologia está presente no ensino médio de forma obrigatória, optativa ou como parte do conteúdo de outras disciplinas (PANDITA-PEREIRA;SEKKEL, 2012). Como enfatiza AMADO (2013) citando o documento da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Oito razões para aprender Psicologia no Ensino Médio): A Psicologia como disciplina escolar contribui de forma direta para a concretização dos objetivos do ensino médio estabelecidos pela Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional, LDBEN9394'96. Hoje, no Brasil, existem 220 cursos técnicos, divididos em 13 eixos tecnológicos - como Desenvolvimento Educacional e Social, Produção Cultural e Design, Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais - e o ensino de Psicologia faz parte de muitos deles (BRASIL, 2012). Este trabalho, realizado no âmbito da Licenciatura em Psicologia/ UFRJ, em 2015, tem como objetivo refletir sobre o ensino de Psicologia a jovens, na educação secundária, como disciplina nos cursos: formação de professores - nível médio, formação geral, cursos técnicos em Informática, Administração, Secretariado Escolar, Eventos e Dança. As questões levantadas neste estudo tomam como base a questão posta por LEITE (2007, p.14): "Quais as contribuições que a Psicologia, enquanto área de conhecimento e de atuação profissional, tem para oferecer aos jovens do ensino de 2º grau?" Perguntamos também: há interesse dos estudantes de nível médio pelo ensino de psicologia? Quais são suas expectativas diante desse curso? Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório, onde os alunos foram convidados a participar respondendo a um questionário, com questões fechadas e espaço aberto para justificativas de respostas, sem categorias de análise prévias. Os resultados desta pesquisa objetivaram a produção do levantamento dos interesses destes estudantes em relação ao ensino de Psicologia, suas expectativas sobre o que aprender, e uma reflexão acerca das possíveis contribuições deste ensino para a formação profissional e cidadã de jovens brasileiros, matriculados no ensino médio.



REINVENÇÕES COLETIVAS ATRAVÉS DA ARTE E CULTURA EM UMA ESCOLA PERIFÉRICA DE NATAL-RN.

Lara Mendes Braga Rigoti (UFRN)
laramendesb@gmail.com

Marlos Alves Bezerra (UFRN)
marlosdoc@yahoo.com.br

O núcleo de estudos em culturas juvenis e movimentos de resistência (CJMR/OBIJUV/UFRN), do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), foi chamado a compor, juntamente com outros grupos da UFRN, ações de extensão junto à Escola Estadual Isabel Gondim. A própria direção da escola tem provocado os grupos da universidade, como o CJMR, para que pensem intervenções possíveis no espaço escolar. Tal escola é a segunda mais antiga do estado do RN e fica localizada em um bairro periférico da cidade do Natal/RN, considerado área de risco e de vulnerabilidade social. A escola está sob intervenção, por ter vivenciado oito anos de desvios de verba da direção anterior. Em decorrência disso, o repasse de verbas está bloqueado, houve dispensa de professores e a escola está com o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do RN, correndo o risco de ser fechada pela Secretaria de Educação. Hoje, se encontram regulares 73 alunos, numa instituição de médio porte, onde estudavam cerca de 800 alunos. Diante de tantos desafios, a Psicologia vem propor sete ações para desenvolver na escola: a formação e estabelecimento do grêmio estudantil; o ateliê para o desenvolvimento de capacidades socioafetivas com crianças e adolescentes; o seminário resiliência e educação; o movimento de ocupação da praça em frente à escola; a construção do diálogo família e escola; o ateliê de sexualidade, gênero e juventude com um olhar sobre as capacidades socioafetivas; e o CRDH itinerante. Tais atividades estão sendo executadas ao longo do ano de 2015, por estudantes de graduação e pós-graduação, juntamente com um professor da UFRN. A inspiração teórico-metodológica da intervenção tem como referencial a Sociologia Clínica Francesa (de Henriquez, Gaulejac, Castoriadis), a Estética Existencial de Foucault e a discussão de resiliência Boris Cyrulnik. O objetivo principal da proposta é trabalhar a arte e cultura como elementos propiciadores de reflexão, tomada de decisão coletiva e elemento que propicie novos horizontes coletivos para a reinvenção pessoal e grupal dos estudantes da escola. Desse modo, a intervenção, em andamento, assume o desafio de: a) trabalhar do significado e empatia do espaço educacional e seus colaboradores; b) reconstituir práticas inventivas e de resistência; c) promover práticas potencializadoras dos atores sociais da comunidade local; d) construir novas perspectivas e histórias de vida, produções artísticas e culturais, sensibilidades estéticas como estratégia de enfrentamento diante das adversidades postas. A experiência está em curso, mas os resultados, até o momento, apontam que estratégias na dimensão da arte e cultura possuem potencial de mobilização coletiva, capazes de proporcionar impactos positivos na escola.



**COTIDIANO ESCOLAR E MAL-ESTAR AFETIVO:
COORDENADAS PARA SE PENSAR A AÇÃO DE JOVENS NA ESCOLA.**

Juliana Siqueira de Lara (UFRJ)
j.siq.lara@gmail.com

Carina Borgatti (UFRJ)
carina.borgatti@gmail.com

Isa Kaplan Viera (UFRJ)
i.kaplanvieira@gmail.com

Lucia Rabello de Castro (UFRJ)
lrcastro@infolink.com.br

O presente trabalho tem por objetivo investigar como o mal-estar afetivo sentido por jovens diante do seu cotidiano na escola cria pistas para pensarmos as suas possibilidades de ação nesse ambiente. Partimos da problematização do estatuto da razão como norteador da ação dos sujeitos no mundo público e apostamos nos afetos como relevantes para a disposição do agir. Esta problematização surge da relação evocada, principalmente na tradição da Psicologia, de vincular a ação como a prática do sujeito racional e autônomo, características associadas ao adulto, que seria, portanto, o sujeito apto a agir. Nesse sentido, essa posição valida a ideia de que crianças e jovens precisam aguardar até a vida adulta, quando supostamente seu desenvolvimento intelectual e moral se conclui, para terem sua ação no mundo público reconhecida. Partimos do entendimento de que a subjetivação não se dá anteriormente à ação, como uma forma de preparação e capacitação para esta, mas se constrói ao longo do processo de agir, abarcando a dimensão relacional, as experiências pessoais, os afetos e sentimentos que permeiam as vivências dos sujeitos. Além disso, a literatura investigada aponta a potencialidade mobilizadora e transformadora dos afetos, compreendendo as emoções e sentimentos como uma interação entre o sujeito e o mundo social. Portanto, apostamos nas experiências afetivas de jovens diante do seu cotidiano escolar, como coordenadas para refletirmos suas ações nesse contexto. Estas questões são tratadas à luz da análise de relatórios de três pesquisas dos últimos cinco anos, cujos campos empíricos foram realizados em escolas públicas do Rio de Janeiro. Tais pesquisas tinham objetivos específicos diferentes, mas possuíam em comum o tema mais amplo da participação política e social de jovens na escola. As metodologias realizadas nesses campos foram a observação participante e a formação de grupos de discussão com jovens de diferentes idades. A análise realizada percorreu as situações vividas pelos estudantes que disparavam afetos relacionados ao sistema e ao cotidiano escolar; os afetos que mais se sobressaíram quando os estudantes relatavam essas vivências; e as formas de agir que estariam associadas a esses afetos. Como resultados, discutimos como as experiências afetivas qualificam um mal-estar sentido pelos alunos e alunas, diante de relações consideradas desrespeitosas e injustas na escola. Ademais, vimos como os afetos mobilizam ou não a ação destes sujeitos, revelando posições subjetivas distintas diante do que não lhes vai bem. Alguns afetos específicos, como a raiva, parecem indicar com mais potencialidade a possibilidade da ação de jovens como mobilizadora e transformadora no espaço escolar. Para a continuidade deste estudo, sugere-se que as futuras investigações se debrucem sobre formas de agir que se deem de modo menos instituído, como formas de escape, ainda insipientes na escola.



TRAJETÓRIAS DE JOVENS RUMO À TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA.

Liciania C. Caneschi (UFRJ)
licaneschi@gmail.com

Simone Ouviaha Peres (UFRJ)
simoneoperes@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo analisar as trajetórias de jovens e adultos jovens rumo à transição para a vida adulta, em especial, os eventos apontados por eles próprios como significativos nesse processo. Os estudos de transição compõem uma das perspectivas mais utilizadas nos estudos sobre juventude (FURLONG; WOODMAN; WYN, 2011). Tais pesquisas se desenvolveram tradicionalmente a partir de três enfoques: a transição escola-trabalho, a transição domiciliar (a saída da casa dos pais para residir em outro domicílio) e a transição doméstica (a mudança da família de origem para a família de destino). As principais mudanças relativas ao processo de transição para a vida adulta dos jovens começaram a partir da década de 80, sendo elas o resultado de transformações sociais e econômicas no mundo ocidental que impactaram particularmente o mundo do trabalho, sendo os jovens trabalhadores os mais vulneráveis à essas variações. Diferentes termos têm sido utilizados pela literatura para adjetivar como tem se dado o processo de transição para a vida adulta na contemporaneidade: prolongado, extenso, vago, fluido, impreciso, descontínuo, despadronizado, inconstante, reversível, não-linear, imprevisível, ioiô. O presente trabalho irá analisar o desenrolar dessas trajetórias através dos eventos significativos deste processo de transição. Esta investigação utiliza uma metodologia qualitativa, organizada a partir de dois instrumentos de pesquisa: o método gráfico chamado Linha do Tempo e as entrevistas individuais semi-dirigidas. O trabalho de campo foi desenvolvido com 27 jovens e adultos jovens de 22 a 35 anos de ambos os sexos, pertencentes à classe média, moradores do Rio de Janeiro que residiam fora da casa dos pais e que se encontravam em condição não marital. Por meio das trajetórias analisadas foi possível identificar que o tornar-se adulto está relacionado tanto a marcadores internos como externos. A transição domiciliar ainda se mostra como um marcador importante de entrada na vida adulta, juntamente com outros eventos significativos da trajetória, como a independência financeira e as experiências de mobilidade. Em relação às trajetórias dos entrevistados, observou-se uma tendência ao prolongamento do período dedicado à formação educacional, sendo que tal formação tem se dado de forma linear e é seguida pela entrada no mercado de trabalho. Muitos entrevistados tiveram algum tipo de experiência profissional em paralelo aos estudos, mas essas atividades não lhe garantiram a independência financeira. Sobre os eventos significativos, os desenhos das linhas do tempo revelaram que educação e mobilidade são as áreas mais exploradas e relevantes da trajetória dos entrevistados. Além disso, identificou-se que os eventos ligados a essas áreas são os que geralmente antecedem a saída de casa e que, portanto, costumam estar inter-relacionados.



**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL:
UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS JUVENTUDES INSERIDAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO A
PARTIR DOS DISCURSOS DOS AGENTES ENVOLVIDOS.**

Danielle de Farias Tavares Ferreira (UFPE)
daniufpe@gmail.com

O presente trabalho insere-se nos debates nacionais sobre a atual política de educação (em tempo) integral, mais especificamente, o Programa Mais Educação implementado desde 2007 pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Tendo por objetivo identificar e delimitar as concepções de educação integral e juventude, a partir da análise crítica do discurso oficial e dos discursos de seus agentes envolvidos, a presente pesquisa de campo constituiu sua revisão bibliográfica direcionada à composição das categorias teóricas: Política Pública (AFONSO, 2001; AZEVEDO, 2004; BALL, 2001; DALE, 2004; KERSTENETZSY, 2006; SANTOS, 2001; OLIVEIRA, 2009; GENTILLI e OLIVEIRA, 2013), Juventude (ABRAMO, 1997; AMBROMOWAY et al., 2002; CAMACHO, 2004; CARRANO, 2002; DAYRELL, 2007; SPOSITO e CARRANO, 2003) e Educação Integral (CAVALIERE, 2007; COELHO, 2009; GADOTTI, 2009; GALLO, 1995; GRAMSCI, 1984; GUARÁ, 2009; PARO et al., 2009; SAVIANI, 2009). Sua metodologia se amparou numa abordagem qualitativa integrada ao método de Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), e a coleta de dados envolveu entrevistas semiestruturadas com os profissionais do campo da educação integral e os jovens pertencentes à rede municipal do Ipojuca-PE. O uso da técnica de Grupo Focal num grupo de seis jovens e os documentos cedidos pela Secretaria de Educação municipal também compuseram a etapa de análise. A apreciação dos dados veio indicando que o Programa Mais Educação faz parte de um conjunto de programas que concebe a política de juventude como políticas sociais setoriais dirigidas a determinadas realidades e “tipos” de jovens. O discurso que toma a juventude enquanto um conjunto social repleto de perfis e traços juvenis diversificados não se evidenciou enquanto discurso hegemônico presente nos contextos de produção, distribuição e consumo dessa política. As contradições encontradas no discurso sobre a concepção de juventude expressaram uma tentativa de equilibrar o jovem enquanto sujeito portador de problemas, sendo vulnerável sócio biologicamente, com outro discurso que convida os professores a compreenderem este grupo social como agentes de sua própria história, isto é, não podendo mais ser considerada como um grupo etário homogêneo. Do mesmo modo, a concepção de educação integral intercultural identificada no PME também expressou contradições quando resinificou o escolanovismo liberal, transformando-o em neoescolanovismo diante do contexto das políticas neoliberais de redução do Estado refletido nos processos de ampliação das funções da escola; nas parcerias público-privadas; na inclusão de territórios educativos para além do espaço escolar, dentre outros. A indicação final do estudo foi a de reorientar a atual política de ETI na direção de um modelo que considere os jovens enquanto cidadãos e sujeitos atuantes de seus direitos, possibilitando o fomento de ações na direção de um trabalho pedagógico coletivo com os jovens e não apenas para eles.



AS TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: SENTIDOS PRODUZIDOS NOS ENCONTROS COM O ESPAÇO ESCOLAR AO LONGO DA VIDA.

Pollyana dos Santos (IFES)
pollyanadossantos@yahoo.com.br

Olga Celestina da Silva Durand (UFSC)
olgadumu@hotmail.com

Este trabalho apresenta um recorte de uma tese de doutorado defendida em 2014 no PPGE da UFSC. Os sujeitos foram mulheres de 19 a 65 anos estudantes do Centro de EJA de um complexo penitenciário catarinense. A pesquisa se realizou entre fevereiro e novembro de 2012, por meio de um trabalho quantitativo, e teve como instrumentos de coleta de dados: análises documentais, observações, questionários e entrevistas. Os principais referenciais teóricos foram: Julião (2009); Onofre (2007) e Ireland (2011), para a educação em espaços prisionais; Charlot (2000), para a categoria “sentido”; Bourdieu (1998), Dubet e Martuccelli (1997) para trajetórias de vida, escolares e experiências; Margulis (1996); Sposito (2005), Durand (2001) e Pais (1993), para as condições juvenis. A reflexão aqui trazida visa a analisar como se inscreviam as trajetórias escolares nas trajetórias de vida das jovens privadas de liberdade e quais sentidos seriam produzidos durante a vida. No ano de 2012, 113 mulheres se encontravam no presídio pesquisado. Desse total, 20 estavam matriculadas na EJA. Oito possuíam idades de 19 a 29 anos. Elas se concentravam nas turmas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A pesquisa permitiu perceber a juventude como um momento em que houve um distanciamento da escola, uma tentativa de inserção no mercado de trabalho, o envolvimento em atividades ilícitas e a tentativa frustrada de retorno à escolarização. Notou-se que as situações de gênero, de classe social, de origem urbana ou do campo atravessaram as condições de juventude dos sujeitos da pesquisa. Os relatos indicaram que as jovens foram educadas a partir do entendimento de que deveriam estudar e vislumbrar uma profissão como projeto para futuro. Para seus familiares, os estudos se vinculavam às possibilidades de ascensão econômica e social. As trajetórias de vida foram marcadas pela saída da casa dos pais como estratégia para vivenciar a liberdade. Entretanto, o agravamento das condições de vida e a dificuldade de prover o básico a partir das ocupações temporárias possibilitaram vislumbrar as atividades ilícitas (principalmente o tráfico de drogas) como fontes seguras de renda e, portanto, como um emprego. Nesse turbilhão de experiências se inscreviam as trajetórias escolares. Embora existisse o relato de aulas pouco interessantes ou instituições escolares indiferentes às experiências das jovens, havia o reconhecimento da escola como um espaço de aprendizagens importantes. Entretanto, a inconsistência de meios que orientassem os projetos e as expectativas de futuro se dava pelo não reconhecimento das condições objetivas existentes no momento presente daqueles sujeitos. A vida na escola era pensada em uma perspectiva de futuro sem problematizar os elementos da experiência juvenil que se faziam interessantes no presente. Assim, as experiências escolares não produziam sentidos para os aprendizados construídos na escola. As trajetórias escolares e as experiências que eram reescritas no espaço prisional recebiam novos sentidos em virtude da dinâmica das aulas e de relações tecidas entre professores e estudantes na escola do presídio. Parecia ser naquele espaço que uma prática educativa que problematizasse as condições de existência possibilitava constituir aprendizagens significativas que oportunizassem elaboração de projetos de vida.



JUVENTUDE NA DIÁSPORA: INTERCULTURALIDADE, HISTÓRIAS E PROJETOS DE VIDA DE JOVENS DE PAÍSES AFRICANOS E DO TIMOR LESTE.

Jacqueline Cunha da Serra Freire (UNILAB)
jacqueline@unilab.edu.br

A juventude na diáspora, compreendida a partir das histórias e projetos de vida de jovens de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) e do Timor Leste, estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), constitui-se no objeto-problema e sujeitos socioculturais do presente estudo. Desvelar e compreender as histórias e projetos de vida da diáspora juvenil, no contexto da educação superior brasileira, numa universidade singularizada pela missão de integração internacional são objetivos centrais da pesquisa realizada. A diáspora juvenil é entendida como um movimento em que jovens se lançam para além-mar em busca de oportunidades, num contexto de valorização acentuada da educação superior em escala global, em que a falta de oportunidades no continente africano e no Timor Leste, particularmente nos Palop, é marcante. Etimologicamente diáspora significa “dispersão”, entendida como deslocamento, forçado ou incentivado, de etnias ou amplos segmentos populacionais originários de países, regiões ou continentes em direção a outros locais de acolhimento pelo mundo. A diáspora africana ou diáspora negra se constitui num fenômeno histórico e sociocultural derivado de processos acentuados de exploração e escravização. No contexto atual, outros elementos impulsionam a diáspora africana e timorense, entre os quais, a busca por educação superior, considerando-se, no caso dos Palop e do Timor Leste, que é recente o processo de reconstrução dos países pós-independência, cujas lutas de libertação e conflitos armados nas décadas recentes ainda não possibilitaram a construção de um sistema nacional de educação em todos os países, principalmente com a dinamização de universidades públicas de qualidade. Historicamente a juventude esteve invisível na pesquisa acadêmica, cenário esse reconfigurado principalmente nas duas últimas décadas. É também nos últimos vinte anos que a educação superior tem se destacado como componente fundamental no desenvolvimento das nações e a internacionalização têm sido dinamizadas como elemento impulsionador de mobilidade acadêmica na perspectiva da diversificação de oportunidades e formação qualificada. Juventude é reconhecida como uma categoria sociologicamente imprecisa. Os Organismos Internacionais tem sido historicamente importantes vetores de institucionalidades no campo do debate, formulação e implementação de políticas públicas de juventude no mundo. As diferenciações da definição de juventude no Brasil e na África reafirma a concepção plural de juventude no mundo, a diversidade e variabilidade entre os diferentes países/continentes e culturas, o que impossibilita a homogeneização de uma definição de juventude com valor universal. Destacam-se ainda como outros objetivos da pesquisa desenvolvida: caracterizar o perfil dos jovens estudantes estrangeiros; identificar a representação dos jovens sobre o que é ser jovem no seu país de origem; conhecer histórias de vida dos jovens estudantes africanos e timorenses; compreender os projetos de vida desses e a inter-relação com suas histórias de vida; apoiar a formulação e fortalecimento de políticas institucionais na Unilab. Metodologicamente a investigação foi ancorada no escopo da pesquisa qualitativa, recorrendo-se ao estudo de caso e o processo de triangulação. Considera-se que os resultados da pesquisa contribuem para a constituição de um *corpus* de conhecimento sobre juventude de países africanos e timorense no processo diaspórico no contexto da internacionalização e integração da educação superior.



**ALEGRIA NA ESCOLA:
CONCEITOS PRODUZIDOS POR JOVENS GRADUANDOS DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ.**

Mayara Danyelle Rodrigues de Oliveira (UFPI)
mayaradanyelle@hotmail.com

Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI)
Shara_pi@hotmail.com

O presente trabalho trata da pesquisa realizada sobre os conceitos dos jovens graduandos de pedagogia da Universidade Federal do Piauí sobre alegria na escola. Para tanto, teve como objetivo geral analisar os conceitos dos jovens graduandos de pedagogia sobre a alegria na escola. O trabalho foi fundamentado nos estudos de Adad (2010, 2011), Alves (2001), Bakhtin (1993), Gleizer (1993), Gauthier (1999), Larossa (2010), Snyders (1993), Spinoza (2013), dentre outros que deram suporte para fundamentar a pesquisa. A metodologia utilizada na pesquisa foi a Sociopoética. Assim, no processo de uma pesquisa Sociopoética, facilitei a oficina de produção dos dados realizada por meio da técnica dos rabiscos rizomáticos da alegria na escola. Após essa produção, realizei a minha própria análise em busca das ideias e dos confetos (conceitos+ afetos) produzidos pelos jovens para o tema gerador “Alegria na escola”. O grupo-pesquisador trás o confeto Rabisco Desdobramento/despertar da vida na escola é quando uma criança tímida, retraída e apática no processo de despertar para a adolescência quer viver muito, se modifica, fica mais ativa, mais falante, para poder se sobressair e se adaptar num determinado no grupo. Começa a se comportar de maneira diferente, a fazer coisas que não fazia antes como gazejar aulas. De modo oposto ao confeto Rabisco desdobramento\despertar da vida na escola o confeto Alegria emancipação na escola é uma emancipação de mente, porque tira todo preconceito sobre si de não poder se expressar para se adequar a um grupo, poder se reconhecer e ser livre de uma maneira que não lhe possa coagir, de uma maneira não individualista, mas se entendendo para também entender o outro. Nesta perspectiva, o confeto Alegria na escola esperança do entendimento do todo é a difusão de todas as pessoas que se reconhecem como tal e que se respeitam e tem o respeito mútuo, pois se expressa da maneira que quer com a outra pessoa e a outra pessoa lhe entende. Quanto aos problemas em relação à alegria na escola, não conseguir ser você mesmo é um problema para encontrar a alegria na escola, pois precisa se adequar a um grupo, uma vez que as pessoas não aceitam a maneira que você é. Além disso, os jovens destacaram outros problemas que impedem a as manifestações de alegria na escola, a desmotivação dos professores, o desinteresse das crianças e a gestão não participativa em sala de aula.



DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO, PERMANÊNCIA E TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS EGRESSOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO SUPERIOR.

Roberta de Jesus Muniz (UNEB)
gracisantosriacho@hotmail.com

Graciele Silva dos Santos (UNEB)
obertamuniz_gpa@hotmail.com

Sônia Maria Alves de Oliveira Reis (UNEB)
sonia_uneb@hotmail.com

Este trabalho é um recorte do Projeto de Pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que têm por objetivo investigar como se dá a democratização do acesso, permanência e trajetória escolar dos egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino Superior. Para orientar a realização deste estudo, destacamos Brunel (2004); Arroyo (2005); Dayrell (2005) e outros. A compreensão dos dados fundamenta-se na abordagem qualitativa. Utilizaremos entrevistas semiestruturadas visando traçar o perfil dos alunos egressos da EJA e inseridos no Ensino Superior, analisar como se dá o ingresso e permanência desses sujeitos na Universidade, entender quem são eles, quais os êxitos obtidos, as motivações que os levaram a ingressar no Ensino Superior e as dificuldades enfrentadas por eles. Os resultados parciais sinalizam a necessidade de os professores conhecerem melhor as especificidades desses alunos e, consequentemente identificar suas demandas de aprendizagem em sala de aula do Ensino Superior. Diante disso, reconhecemos a relevância de pesquisarmos sobre essa temática, pois os alunos que estão ali, como qualquer outro aluno, não é uma tábua rasa sem conhecimento, são jovens e adultos que por algum motivo ou razão não tiveram oportunidade ou não puderam levar a diante seus estudos, no entanto não são por isso seres vazios. Trazem consigo muitos conhecimentos advindos de suas trajetórias de vida, conhecimentos esses que devem ser considerados pelo professor universitário ao adentrar numa sala de aula do Ensino Superior e se deparar com alunos egressos da EJA. Nessa direção Freire (1999), critica a prática docente quando ela se torna um ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos do professor (detentor da informação) ao aluno (receptáculo dos “conhecimentos” transmitidos pelo professor). Para o autor, a falta da consciência crítica leva os alunos, principalmente jovens e adultos a uma menor capacidade de inserção cidadã no mundo, assim como impossibilita sua transformação de objeto para sujeito. Desse modo, Freire (1999) recomenda que o professor deva querer bem aos educandos, refletir criticamente sobre a prática, ter consciência do inacabamento, reconhecer-se como um ser condicionado, ter curiosidade, ser capaz de apreender à realidade, tomar decisões conscientes, incentivar a pesquisa e a extensão.

329



GESTÃO BIOPOLÍTICA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS.

Sonia Moreira Sarmiento Ribeiro (UFF)
sarmentossonia@gmail.com

Katia Faria Aguiar (UFF)
katiafaguiar@uol.com

Este trabalho apresenta algumas questões elaboradas no estudo inicial de uma pesquisa de Mestrado (UFF), que tem como objetivo problematizar a inserção da Psicologia no ensino técnico - contingências históricas, políticas e sociais. Tomamos como campo da pesquisa a Fundação de Apoio ao Ensino Técnico do Estado do Rio de Janeiro (Faetec). Recorremos à perspectiva genealógica da história e aos estudos de biopolítica (Foucault, 2005,2008) que mostram a importância de compreendermos como se formam as racionalidades que sustentam os discursos e as práticas correntes na direção do governo da população. Empreendemos uma crítica do presente, no âmbito da educação profissional de nível médio, a partir do rastreamento das forças que configuram os debates e a implementação de reformas educacionais, no Brasil. Revisitaremos as propostas de educação profissional de nível médio: a participação estatal/privada na educação e a questão da dualidade estrutural do ensino médio – técnico e/ou preparatório para as universidades. Comentaremos a composição das três redes de educação profissional existentes no país: estadual, federal e privada; abordando a questão do perfil socioeconômico dos jovens que frequentam os cursos integrados da unidade ISERJ; levantando os programas de educação profissional implementados nos governos Lula e Dilma e questionando as propostas de ensino médio que concorrem com a educação profissional como o ensino médio inovador e o Projeto de Lei 6.840/2013 referente ao ensino médio. A partir de alguns indicadores de problematização, pretende-se dar visibilidade às tensões, aos desvios, às modulações, na implementação das políticas de profissionalização endereçadas aos jovens. Buscaremos equivocadamente o sentido alienante e adaptacionista da formação, recorrendo às contribuições da ergologia e da análise da atividade, abrindo caminho à relação homem-trabalho como criação de si. (Clot,2010; Schwartz,2007; Dejours,1988). Repensamos a função *psi* para que opere na produção de outras políticas de formação agenciadas à valorização de experimentações e à criação de novos sentidos na escolarização e no mundo do trabalho. Desse modo, a (s) intervenção (ções) produzida (s) nas aulas de Psicologia passam a estar referenciadas no conhecimento das injunções que constituem os alunos como profissionais técnicos. Pesquisar sobre a disciplina de Psicologia no ensino técnico de nível médio na Fundação de Apoio Estadual ao Ensino Técnico (Faetec) é procurar caminhos para que os encontros com os estudantes se deem no sentido de produzir, nas atividades em sala ou fora dela, deslocamentos, interferências que somem força aos processos de uma vida mais livre e digna de ser vivida, em contraposição aos processos de exploração e acumulação. Concluímos afirmando a importância de partilhar com os estudantes os achados disciplinares e biopolíticos (política de gestão, controle e determinação da vida) que investem seus corpos, no sentido de atender às demandas do capital, do mercado e/ou da sociedade.

330



**PROJETO MÚSICA NAS ESCOLAS:
AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS PELOS ALUNOS DE BARRA MANSA.**

Letícia de França Paes (UFF)
leticia_fpaes@hotmail.com

Analisar a influência da música e da formalização de um projeto de âmbito artístico, em uma cidade cercada pela atmosfera objetiva dos pólos industriais, envolve mais que observar a estruturação material e seus resultados quantitativos. O que esta pesquisa busca explorar é o resultado que a incorporação do ensino de música dentro das escolas pode gerar na vivência do aluno com sua comunidade, sua família e suas ambições pessoais. Como um recorte, dentro do universo de debates e pesquisas sobre a educação brasileira, o município de Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro, oferece a rica oportunidade de se observar como a institucionalização de novas formas de ensino, e a valorização de áreas de formação não estritamente focadas para o mercado, pode servir de estímulo para a motivação desses jovens em serem e se sentirem parte de uma escola, bem como de sua comunidade. Trata-se de enxergar os métodos de cunho social e cultural mais como uma teia de relações e consequências, que um ponto isolado na vida do aluno. Abstrair essa visão fechada da escola, frequentemente vista como um local/um mero logradouro, e perceber como as modificações de sua estrutura podem gerar grandes cadeias de acontecimentos. No que diz respeito à motivação da escrita do presente artigo, trata-se do momento particularmente paradoxal do “Música nas Escolas”. No ano em que a Orquestra Sinfônica de Barra Mansa (um dos principais conjuntos formados) completa sua primeira década, é anunciado um significativo corte no repasse da verba destinada ao Projeto. A perspectiva de não ter capacidade de manter o projeto, tendo em vista que a verba é destinada majoritariamente para o pagamento de pessoal, põe em evidência a relevância do mesmo. A metodologia utilizada no presente trabalho faz uso de entrevistas realizadas com alunos e professores, e apontamentos obtidos mediante visitas às escolas receptoras do “Música nas Escolas”. Por assumir como objetivo genérico a análise dos efeitos extraclasse gerados, a percepção dos familiares também é exposta como parte fundamental desta pesquisa. Reconhecido por premiações como, entre outras, o “Prêmio Cultura Nota 10” – concedido pela FUNARJ (Fundação de Artes do Rio de Janeiro) – o “Música nas Escolas” ilustra o papel de incentivador social e cultural que a escola deve possuir, estando aberta a alternativas inovadoras que façam com que o aluno seja ator dentro da instituição de ensino da qual faz parte. Tais reconhecimentos, nacionais e internacionais, produzem além de um estímulo motivacional aos integrantes do projeto em si, a celebração de iniciativas socioculturais que – mesmo diante de desafios e paradigmas – enriquecem a formação desses jovens.



CONFLITOS NA ESCOLA.

Lucia Maria Guedes Albrecht (FAETEC)
luciagalbrecht@gmail.com

A indisciplina dos alunos e as dificuldades que a escola tem apresentado para lidar com ela têm preocupado pais, professores, pesquisadores, a mídia, enfim, a sociedade em geral. As formas violentas de resolução dos conflitos parecem estar dando a tônica do ambiente escolar evidenciando-se a urgência de que a escola se ocupe, não somente dos conteúdos disciplinares, mas também da convivência. A interpretação do senso comum para essa atmosfera conflituosa vitimiza a instituição educativa, pois segundo ela, a violência difusa na sociedade se instala no seu interior, impossibilitando-a de fornecer a formação cognitiva dos alunos, que é sua principal função. Nesta visão, fica subentendido que o trabalho com a subjetividade dos alunos não compete à escola, constituindo-se numa obrigação de âmbito familiar. Essa forma de ver os conflitos molda um padrão de intervenção pautado pela responsabilização das famílias e pela punição. A questão que se coloca é, qual é a responsabilidade da escola nessa situação e de que forma ela pode agir para enfrentar o problema? Ou seja, pretende-se debater em que medida o problema invade o contexto escolar ou é reproduzido nele. O presente trabalho tem o objetivo de analisar a atuação da escola frente aos conflitos, a partir de um relato de caso ocorrido em uma escola pública do segundo segmento do Ensino Fundamental, da cidade do Rio de Janeiro. Apresenta-se uma reflexão sobre as causas da indisciplina, sobre as responsabilidades pelo andamento pedagógico e pelas relações interpessoais que estavam estabelecidas. Pretende-se analisar o que está por trás de corriqueiras propostas de solução, qual concepção de escola as fundamenta e as suas consequências. Procura-se averiguar também, como a escola tem se preparado para lidar com os alunos que fogem ao padrão de bom comportamento do senso comum e a cultura da punição. Mas principalmente, se objetiva apresentar formas alternativas de resolução dos conflitos, baseadas no diálogo e no respeito mútuo entre pares e entre autoridades e alunos. A relevância do tema é contribuir para um aprofundamento da questão que permita alcançar soluções mais efetivas, justamente por incidirem sobre as causas do problema. O trabalho utiliza como base teórica a perspectiva construtivista piagetiana que entende o conflito como parte integrante do desenvolvimento humano, tanto cognitivo quanto moral e por isso deve-se lidar com ele de forma construtiva, permitindo a expressão dos sentimentos, utilizando-se uma linguagem descritiva e levando os envolvidos à reflexão sobre possíveis ações pautadas em valores morais de justiça, respeito, honestidade, etc. Um ambiente sociomoral onde a cooperação seja a tônica e as regras sejam construídas coletivamente também faz parte da proposta construtivista para a elaboração de uma moral autônoma pelos alunos.

ENTRE MÉDICOS E EDUCADORES - DESLOCAMENTOS NA/DA REDE DE CUIDADOS COMO PRÁTICA DO MEDIADOR ESCOLAR.

Marcelo T. da Costa (UERJ)
tavaresdacosta@gmail.com

O estudo da trajetória de um estudante de nove anos, rotulado como "o agressivo" e diagnosticado/medicado como portador de "transtorno bipolar", propõe a reflexão de um processo de mediação escolar como prática clínica de cuidado em saúde mental infantil na perspectiva da integralidade em saúde. Para tanto, discutimos aqui os enfrentamentos necessários ao acompanhamento terapêutico em ambiente escolar enquanto um modo de cuidado potente e integral em saúde mental e para a criação e deslocamento a outros territórios existenciais. Discutiremos possibilidades e impasses do acompanhamento terapêutico em ambiente escolar como um potencializador do cuidado integral em saúde mental infantil em sua interface com os processos de escolarização/desescolarização. O percurso da intervenção analisada foi registrado em "diários de campo" (R. Lourau), mantidos atualizados por três anos, período em que se deu a mediação escolar do caso estudado. Nestes, foram apontados o cotidiano das ações, as conversas e dinâmicas entre familiares, entre atores escolares e especialistas psi, o caminho percorrido entre estabelecimentos institucionais e as terapêuticas indicadas tanto pelos envolvidos quanto pela própria criança. Na direção de um rigor acadêmico que verse sobre uma prática clínica possível no âmbito escolar, utilizamos o referencial da "cartografia" (G. Deleuze, F. Guattari) para análise deste material, por ser esta uma metodologia que abarca o cotidiano na sua dimensão processual. As considerações obtidas sinalizam que, como intervenção e/ou como prática de cuidado, a mediação escolar trazia em si conhecimentos a priori que limitavam formas outras de agir e cuidar. O desafio identificado foi a superação dos pré-conceitos sobre "acompanhamento em saúde mental" e "o jeito certo de ser criança/aluno". Percebemos que havia uma série de encargos idealizados, à mediação, enquanto exercida por um profissional da psicologia e também como normalização do que é ser criança ou estudante. Percebeu-se isto como um processo de medicalização não apenas no espaço escolar, mas também na família e instituições envolvidas no cuidado. Defendemos aqui o cuidado não apenas como prática, mas como paradigma ético-estético-político. Nesse sentido, a aposta na ocupação dos espaços em que a criança era rotulada como "bipolar/agressivo", por exemplo, foi usada para o deslocamento de lugares cristalizados e a viabilização da integralidade no cuidar. A desobstrução e atualização de uma rede transdisciplinar capaz de oferecer cuidado em saúde em diversos espaços, inclusive o escolar, pôde aumentar a comunicação/colaboração entre atores da Educação e da Saúde e inclusive reduzir a medicação ao menino. Ocupar e acompanhar os desdobramentos torna possível desconstruir a cristalização em torno de saberes e práticas nas escolas e consultórios. Uma atuação em e com a rede fez com que seja exercida e afirmada a diferença, mais do que "o diferente". Sabemos que a Clínica, enquanto cuidar, não é desencarnada, mas, pelo contrário, respira e encarna cada uma das instituições envolvidas. Contar com essa diferença é a inovação neste caso, em particular. Negar os diagnósticos, rótulos, medicalização, os processos de escolarização não nos teriam feito avançar tanto quanto a afirmação das pequenas transgressões necessárias a estas práticas discursivas.

333



AS NUANCES DO BRINCAR.

Marina Valim (UFF)
marinavcs@hotmail.com

Marina Harter (UFF)
pamplonamarina@hotmail.com

Saulo Francisco de Carvalho (UFF)
sauhof.carvalho@hotmail.com

Rita Teles (UFF)
ritateles@id.uff.br

Gustavo Henrique (UFF)
gustavow_henrique@hotmail.com

Igson Tadeu (UFF)
igson.tadeu@hotmail.com

Mariah Ugelli (UFF)
mariah.ugelli@gmail.com

Bárbara Sant'Anna (UFF)
santannabarbara93@gmail.com

Luciana Albuquerque (UFF)
lucianasoes@id.uff.br

334

Em um mundo aplacado pela objetividade e imediatismo, visando a busca de resultados, produtividade, de modo desenfreado, o processo socioeducativo está passando por um período de atrofia no que diz respeito à criatividade. As iniciativas que levam em conta o brincar estão sendo tolhidas. O sistema educacional básico não se atualiza; vemos os mesmos moldes e esquemas de ensino que poderiam ser facilmente percebidos a cem anos atrás: giz, um quadro de lousa e piloto nos casos mais modernos. O ato de brincar é libertário, é excelente, expansivo, e o que vemos diariamente é um aborto dessa atividade. A brincadeira não é levada a sério, e essa produtividade que é requerida pelo mundo moderno implica em uma suposta seriedade que seria anulada pelo ato de brincar e criar. O ludismo é visto como imprudente e desnecessário, até por conta de fatores sociais e políticos que contribuem fortemente, como as necessidades da rotina, tais como o acordar cedo para ter que aturar o chefe, enfrentar o trânsito caótico durante o dia e pagar as contas. O adulto não escolhe abandonar o brincar, mas ao contrário, é convocado a isso, por meio de situações que dele demandam racionalidade e perfeição; e a brincadeira é vista como imperfeita. Ao longo de nossa pesquisa e trabalho dentro da escola, fomos atravessados por conta do contato com o filme “Tarja Branca”, que colhe o depoimento de estudiosos, especialistas e afins ao brincar, que realçam a importância da retomada dessa atividade na rotina de nossas crianças. Essas pessoas fazem as seguintes afirmações partindo do pressuposto de que é na brincadeira que as crianças estabelecem seus primeiros contatos sociais. Ela vem em defesa daquilo que a tarja branca condena: o desenvolvimento individual partir do tempo livre. Enquanto estivermos mutilados e engessados, alienados à produção, ao trabalho em si, ficará difícil deter a imposição da tarja preta. Em nosso campo de estágio, na Escola Municipal Helena Antipoff, entendemos o lúdico enquanto fissura da lógica imposta nos processos de escolarização. Nesta direção, acionar o lúdico é romper com a reprodução dos discursos institucionais que se apropriam dos corpos desde cedo através dos espaços educacionais. É posicionar-se em prol de um educar sem imperar, por um (re) nascer do lúdico no adulto, por um desenvolvimento e educação mais espontâneo e criativo. Nossa proposta é apresentar um pouco sobre o trabalho feito com as crianças, os funcionários e todos os envolvidos no processo e nos espaços educacionais, os projetos realizados e futuras idéias. Acreditamos que o Seminário Internacional da Juventude Brasileira se trata de um espaço importante de compartilhamento de experiência e narrativas, de composição de questões que ajudam a potencializar as nossas ações de trabalho no campo da educação.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 07 - Religiões e religiosidades.

Coordenador: [Paulo Gracino Souza Junior](#) (IUPERJ)

335

DO NOCAUTEAR O INIMIGO À VITÓRIA DOS JUSTOS: RELIGIÃO E ESPORTE COMO ESTILOS DE VIDA ENTRE JOVENS.

Felipe Magalhães Lins (PUFRRJ)
feelipelins@gmail.com

Hoje, o Brasil é o considerado pela grande mídia um celeiro de novos lutadores dessa modalidade de luta e vem se tornando uma referência na área. Refiro-me às artes marciais mistas, mais conhecidas pela sigla MMA (do inglês: *mixed martial arts*) que é estilo de luta que inclui tanto golpes de combate em pé quanto técnicas de luta no chão. Vitor Belfort, Wanderlei Silva, Anderson Silva, e os irmãos "Minotauro" e "Minotouro" Nogueira são alguns dos lutadores brasileiros mais conhecidos no cenário mundial. Os expectadores brasileiros adotaram a prática de assistir as disputas desse esporte de tal forma que ovacionam os lutadores quando os mesmos surgem no televisor durante as lutas. Nessa comunicação pretendo apresentar uma das núncias do campo da pesquisa. Trata-se da construção de um projeto social político-religioso com ampla atuação em bairros localizados na cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Estou me referindo ao Projeto Faixa Preta de Jesus (FPJ), atividade de cunho social que há seis anos surgiu no Rio de Janeiro com o objetivo de oferecer aulas de MMA para jovens em “situação de vulnerabilidade social, fazendo com que encontrem no esporte uma vida saudável e proveitosa”. O FPJ insere-se em um momento temporal muito específico no país. Nos últimos, anos o cenário da prática de esportes no Brasil tem experimentado mudanças radicais no campo dos ditos esportes de mobilização popular. É inegável que grande parte desse movimento se deve à ao espaço que o MMA tem disputando e conquistado na mídia. Assim, esse trabalho se propõe a analisar a forma como de lutas marciais de combate tem se entrelaçado nas periferias da cidade do Rio de Janeiro através de projetos sociais para jovens. Ou, mais além, a forma que essa prática corporal se manifesta sobre a vida de adolescentes e jovens – sejam eles religiosos ou não. O objetivo aqui é apresentar esses diferentes agentes que orbitam sobre esse universo das lutas de MMA. Ou seja, como religião, MMA e juventude estão sendo formulados por um líder religiosos e idealizador de um projeto social. Neste sentido, parte da pesquisa pretende analisar como se articulam as categorias do “religioso” e “secular” não só no projeto social FPJ, mas nas políticas públicas voltadas para essa população da cidade.



JUVENTUDE SEM RELIGIÃO: ATEÍSMO DECLARADO OU CRISE NO PERTENCIMENTO INSTITUCIONAL?

Denise S. Rodrigues (UERJ)
denise.rodrigues@oi.com.br

As pesquisas sobre a juventude em geral têm se concentrado, nas últimas décadas, sobre os fatores que mais interferem na sua representatividade numérica e no seu processo de socialização. Diante do aumento da taxa de fecundidade entre adolescentes na década de 1970 e do prognóstico da “onda jovem” entre 1970 e 1980, além do crescimento jovem em 2000, muitas delas externalizaram o temor de uma explosão demográfica com forte impacto em várias esferas da vida. Diante da perspectiva de tamanha transformação, outros temas relacionados a este segmento foram inseridos gradativamente na pauta social. A despeito das projeções de mazelas associadas a esse crescimento, a sequência de recenseamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE constatou um crescimento relativo entre aqueles dos 15 aos 24 anos que, se cresceu de 1940 para 1970, a partir daí, começou a desacelerar, o que contesta o temor da expansão desordenada do grupo. No Censo de 2010, 31,3% da população brasileira estava na faixa etária de 0 a 18 anos. Do total, 18,7% eram crianças entre 0 a 11 anos de idade, enquanto os adolescentes dos 12 aos 18 anos totalizaram 12,6% dos brasileiros, o que nos instiga uma investigação sobre diferentes características dos jovens, como a condição de religiosidade. Uma das mais instigantes é o caso dos sem religião, destacados nos recenseamentos brasileiros a partir de 1960, com um crescimento gradativo em todas as faixas etárias que, de 1980 para 1991 passou dos 1,6% para 4,8% e, em seguida, 7,3% em 2000. Na mão inversa, houve um decréscimo dos católicos a partir de 1970 ao lado de um aumento dos evangélicos. Em 2000, houve uma perda de 9,4% os católicos, que passaram a representar somente 73,9% da população, contra um aumento de 2,7% dos sem religião e de 6,6% dos evangélicos. No Censo 2010 somente 64,63% da população eram católicos, 22,16% evangélicos e 8,04% sem religião. Somente nesta edição a categoria dos sem religião apareceu desmembrada em grupos, distintos dos ateus e agnósticos, o que facilitou sua classificação, mas ainda assim não traduziu com precisão sua composição nem representatividade. Uma vez que a categoria religião, assim como cor e raça, é auto declaratória e aferida por uma única pergunta (Qual a sua religião?), está sujeita a limitações metodológicas que não permitem captar a diversidade do campo religioso. Se o entrevistado não se identifica como ateu ou agnóstico, ele é agregado no grupo maior, a categoria genérica dos sem religião, onde são agrupados aqueles que respondem simplesmente “sem religião”. Assim, no Censo 2010 os “sem religião sem religião” – categoria genérica - representaram 7,65% do grupo, ao lado de 0,32% de ateus e 0,07% de agnósticos, que se declararam como tal; mas isso não assegura que a representatividade numérica de cada tipo seja exatamente essa. Assim, no grupo genérico sem religião podem estar escondidas outras variedades, o que inclui representantes de outros grupos desinstitucionalizados, os quais buscamos estudar, com pesquisa específica, a partir do recorte de faixa etária, aqui priorizada a juventude fluminense.

337



**VIVENDO NO LIMITE:
UM ESTUDO SOBRE JOVENS MULHERES UNIVERSITÁRIAS CRISTÃS.**

Hamanda Maiara Nascimento Pontes (UEPA)
m-pontes15@hotmail.com

Lucélia de Moraes Braga Bassalo (UEPA)
lbassalo@uol.com.br

O presente trabalho resulta da aproximação teórica e empírica com o campo de estudos sobre juventude e processos de sociabilidade, demarcando como objeto central de análise, jovens universitárias cristãs protestantes e é a partir de quem se orientam as reflexões acerca das culturas juvenis, assim como sobre os modos de ser jovem. As jovens mulheres cristãs ao construírem seu modo de vida lançam mão, assim como as demais jovens de sua geração, de certos sinais que marcam a juventude contemporânea como o lazer, a sociabilidade, o namoro, a música e a aparência estética, porém, estão condicionadas pelos limites e ditames instituídos por sua cultura religiosa. Mesmo que sejam criadas abstrações em torno das mulheres cristãs, relativas a ausência de uma indumentária ou adereços que conferem, segundo a visão midiática instaurada na sociedade, uma condição juvenil ou até mesmo um prestígio àquele/a que o incorpora, essas nem sempre encontram correspondência na realidade, porque a grande maioria das jovens evangélicas não apresentam mais as formas estéticas padronizadas e naturalizadas por seu grupo religioso, como sendo características de qualquer cristã. Logo, vão existir àquelas que criticam e enfrentam as imposições a fim de garantir autonomia e liberdade para elaborar seu próprio modo de ser e de viver a juventude, manifestando-se esteticamente de forma distinta, por meio de acessórios e intervenções no corpo, como a tatuagem e os *piercings*. No ambiente universitário os valores cristãos podem ou não influenciar na convivência estudantil ou, dito de outro modo, em suas formas de sociabilidade juvenil. Nesse espaço de encontro, elas dialogam com outros/as jovens, compartilham experiências, estabelecem laços de amizade, reúnem-se em grupos e criam/descobrem múltiplas formas de tornarem visíveis os seus estilos enquanto jovem que também é evangélica. Muitas delas, em seus trajetos e percursos pela universidade vivenciam experiências de estranhamento e conflito causados pela falta de afinidade com um ambiente essencialmente não cristão, marcado por uma tradição secular que contradiz seus princípios e crenças religiosas. No esforço em articular, ao mesmo tempo, experiências juvenis e cristãs na igreja (ou em grupos juvenis de cunho protestante) e na universidade, essas jovens acabam atuando na fronteira entre dois modos de vida literalmente distintos, jogando com um ou outro dependendo da instituição ou do espaço em que se encontram. Dessa maneira, este trabalho busca discutir como as jovens universitárias cristãs constroem um determinado modo de ser jovem, referenciadas tanto por aspectos comuns às culturas juvenis desta geração, como pelos ditames de sua cultura religiosa. Refletindo-se sobre os desafios que encaram no ambiente universitário, a tensão na articulação de experiências juvenis e evangélicas, como também as estratégias utilizadas para sua inserção ou relacionamento com outros grupos de jovens. Os dados apresentados foram produzidos através de entrevistas narrativas com jovens estudantes cristãs matriculadas em cursos de licenciatura de universidades públicas e particulares da cidade de Belém. Para análise dos dados utilizaremos o Método Documentário, proposto pelo sociólogo alemão Karl Mannheim, que nos permitirá acessar a interpretação das visões de mundo e das ações cotidianas das jovens cristãs.



CONECTANDO-SE COM DEUS: CATÓLICOS, EVANGÉLICOS E A VIRTUALIDADE CONTEMPORÂNEA.

Emerson Antonio Lázaro Prata (UFSCar)
eal_prata@hotmail.com

Presenciamos um mundo no qual a internet, sobretudo as redes sociais, tem modificado sensivelmente as relações sociais e a forma como os indivíduos, sobretudo a população jovem, interagem com sua realidade. Este cenário tem afetado inclusive o campo religioso obrigando instituições a tomar posicionamentos, posturas e decisões, sejam elas no sentido de negar e condenar sua utilização, ou no sentido de defendê-la e até mesmo fazer uso destes recursos, o qual pretende-se explorar aqui. Desse modo, o presente *paper* tem por objetivo abordar o uso de novas tecnologias da informação por igrejas no Brasil, em particular os casos da Renovação Carismática Católica e das igrejas evangélicas pentecostais, com ênfase naqueles desenvolvidos especialmente para o público jovem. Além da já citada, redes sociais, outros importantes componentes da informática estão presentes no cotidiano das igrejas que lançam mão deste recurso, são os softwares e aplicativos desenvolvidos e comercializados por empresas especializadas. Do gerenciamento total e personalizado da paróquia (como alguns softwares facilmente encontrados em uma busca na internet) até um simples aplicativo para celulares e smartphones que envia automaticamente mensagens de fé e trechos bíblicos, é cada vez maior a oferta e também a procura por tais serviços, o que acaba por configurar um importante nicho de mercado. A adoção de tais métodos reflete também a dificuldade que as religiões encontram em transmitir sua mensagem de maneira tradicional aos seus fiéis na atualidade, principalmente para os mais jovens que já nascem “conectados”. Na tentativa de dinamizar e assim tornar mais atraente e cativante o ambiente religioso, tais ferramentas têm se tornado um importante aliado para as igrejas que as incorporam. Assim, tal fenômeno tem se mostrado um componente importante na estratégia de divulgação, ampliação e fortalecimento da religião, que imersa nesta realidade precisa se reinventar a fim de manter-se “conectada” a este mundo. A fim de satisfazer nossa proposta, estruturamos o *paper* da seguinte maneira: inicialmente abordaremos como tais igrejas destacadas se relacionam com a sociedade contemporânea, quais suas predisposições com relação às novas dinâmicas, valores e condições com relação ao genericamente denominado “mundo virtual”. Em seguida, discorreremos sobre quais são e como estas igrejas fazem uso dos recursos apresentados, expondo alguns dados empíricos sobre a oferta e também utilização destes. Por fim, uma sucinta discussão acerca dos impactos que esse novo cenário tem causado nestas igrejas e em suas relações com os fiéis.



A JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE DE 2013: ENSAIOS DE INTERPRETAÇÃO.

Flávio Munhoz Sofiati (UFG)
sofiati@gmail.com

A proposta desta comunicação é apresentar alguns elementos teóricos para entender a realidade juvenil e especificamente a juventude católica no Brasil, a principal participante da JMJ (Jornada Mundial da Juventude) que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em julho de 2013. Trata-se de um primeiro exercício de colaboração para a pesquisa “As novas configurações da religião no século XXI: um inventário sobre jovens participantes em eventos de massa religiosos”. Em princípio é apresentado uma breve contextualização da JMJ, visto que é um empreendimento público de dimensão internacional que mobilizou a Igreja Católica, principalmente na América Latina. Dialoga-se acerca da Jornada e a presença destacada do Papa Francisco. Na continuidade da comunicação trabalha-se com alguns elementos teóricos e sócio históricos sobre a condição juvenil. Neste sentido, ensaia-se uma caracterização da juventude contemporânea, apresentando o debate sobre projeto de vida e noção de futuro. Em seguida, é analisado o contexto da juventude por meio da noção de culturas juvenis como ferramenta de entendimento da realidade dos jovens. Adiante, apresenta-se algumas considerações sobre a diversidade de juventudes no interior do catolicismo e finaliza-se com breves *insights* sobre o modo que pode ser entendido a participação juvenil em eventos do porte da JMJ. A JMJ é um evento internacional organizado pela Igreja Católica e que conta com a presença do Papa em todas as suas edições. Foi idealizado pelo Papa João Paulo II nos anos 1980 e coincidiu com o debate internacional em torno da condição juvenil, pautado principalmente pela ONU que em 1985 proclamou o Ano Mundial da Juventude. Em sua edição de 2013, a JMJ foi realizada no Rio de Janeiro e contou com a presença do recém-eleito Papa Francisco, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio. Ensaia-se afirmar que apesar do motivo religioso do evento, no caso a Jornada Mundial da Juventude, o estímulo à participação do jovem passa também por outras dimensões: a da socialização, ou mais precisamente, a da festa e do encontro (passeio e turismo) como elementos aglutinadores. O consumo dos bens culturais (música, moda, artigos religiosos) e possibilidades de sociabilidade (lazer, férias, viagens) devem ser considerados na análise dos dados sobre os participantes jovens da JMJ. Portanto, defende-se que apesar do elemento religioso ser pensado como o principal motivador para participação na JMJ, é importante considerar os elementos socializadores que dão sentido aos modos de ser jovens dos católicos.

340



REDES VIRTUAIS E GRUPOS DE JOVENS RELIGIOSOS.

Kaique Matheus Cardoso (UFG)
cardosokm@gmail.com

Daniel Alves (UFG)
danalves1978@yahoo.com.br

O presente trabalho visa fazer uma ampla investigação a respeito de dois grupos de jovens e suas relações com as mídias. O primeiro objeto desta pesquisa é um grupo evangélico, que realiza seus encontros aos sábados e pertence à Igreja do Evangelho Quadrangular. Este grupo mantém uma página virtual na plataforma do *Facebook*, e através dela informa inúmeros eventos e encontros que realizarão. Um fato marcante é que a página tem mais de dez mil seguidores, número este incrivelmente grande devido às proporções da cidade e da própria Igreja. O segundo grupo é do segmento católico que também realiza seus encontros aos sábados, nas dependências da paróquia da cidade, este grupo já consolidado também mantém uma relação com as mídias, se utilizando especificamente do *Facebook* para evangelizar e também divulgar eventos e fazer chamadas para o encontro semanal. Ambos os grupos conservam características bastante similares e também convencionais, realizam encontros semanais, acampamentos, e eventos que visa aproximar a comunidade com o segmento religioso, que ao mesmo tempo não deixa de ser um movimento de jovens. Esta investigação consiste em compreender como estes dois grupos vêm se apropriando dos meios midiáticos para buscarem atingir novos fiéis e também manter certa proximidade com seus membros. As páginas contam com atualizações e mensagens de evangelização características dos grupos sociais que envolvem jovens. Notamos que as redes virtuais cada vez mais estão inseridas na vida cotidiana de grande parte dos indivíduos, especificamente para este grupo etário de ambos os grupos, que compreende uma faixa entre os 15 e 25 anos. Para a religião esta apropriação tecnológica tende a aproximar e manter uma forma direta de contato diário, fazendo com que seus fiéis e seguidores não permaneçam sequer semana sem nenhum contato com o meio religioso. Inúmeras páginas na web possibilitam aos jovens reforçarem e buscarem mensagem cristã, sendo desta forma uma página na rede social mais utilizada em todo o planeta, um enorme atrativo de que são “modernos”, “descolados” e “diferentes” dos demais, pois estão inseridos em um meio que por vezes pode ser completamente profano, e que é totalmente secular. Esta inserção da religião na mídia não é fenômeno recente, pois inicialmente houve este processo no rádio, na televisão e agora um forte movimento de jovens e para jovens na internet. Este fenômeno provoca algumas mudanças estruturais nos próprios ambientes físicos, pois há uma constante necessidade de material para alimentar a página virtual, como as constantes fotos “selfie” que são tiradas e colocadas instantaneamente na página dos grupos. Característica esta que modifica e atrai novos fiéis.



**EM BUSCA DA CURA PELA FÉ:
EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS NARRADAS POR EVANGÉLICOS USUÁRIOS DE CAPS.**

Alessandra Aniceto Ferreira de Figueiredo (UERJ)
alessandra_aniceto@yahoo.com.br

Halline Iale Barros Henriques (UNIFAVIP)
hallineiale@hotmail.com

Nos últimos anos, tem havido um aumento no número de igrejas de orientação pentecostal e neopentecostal no Brasil, acompanhado de uma crescente demanda de pessoas em busca da cura pela fé, que vai para além dos serviços de saúde convencionais. Nesse sentido, fiéis de todas as idades são estimulados pela força da fé, para chegarem aos processos de “cura milagrosa” para seus males. Objetivando compreender este processo no âmbito da saúde mental, objetivou-se analisar os discursos de evangélicos usuários de CAPS, da cidade de Campina Grande-PB, sobre experiências religiosas de cura e adoecimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo como respaldo teórico-metodológico a abordagem da Psicologia Social Discursiva. Para tanto, foram realizadas oito entrevistas narrativas e uma roda de conversa. Os resultados distribuíram-se em três temáticas principais: as causas do adoecimento, a relação do diabo com a doença e o caminho da cura. A primeira temática foi caracterizada pela concepção de doença como uma provação ou castigo a ser enfrentado pelo fiel, portanto, a doença implicava em uma transgressão de uma lei, já o não adoecimento retratava merecimento, proteção e benção. A segunda temática remeteu-se ao diabo como causador da doença, nesse caso, a igreja travava uma verdadeira batalha espiritual contra o demônio. Na terceira temática, destacava-se o caminho para cura através de vários rituais, como: correntes, bênçãos e dízimo. Observaram-se discursos que enalteciam o diabo como causa principal de experiências de adoecimento, bem como conteúdos que associavam o processo do adoecer a vivências que envolviam violência (física e psicológica) e sentimentos relacionados à rejeição. Os discursos denunciavam, ainda, vivências negativas, atribuídas a violência física e psicológica, sofridas pelas pessoas em sofrimento psíquico em instituições de internamento psiquiátrico. Os entrevistados também evidenciaram experiências de cura, que só se constituíam enquanto tal a partir da oração realizada pelo pastor, acarretando o desaparecimento dos sintomas; ou ainda, o testemunho de curas recebidas por seus familiares, neste caso, a pessoa em sofrimento psíquico se considerava um enviado de Deus e portador de uma fé intensa e poderosa para testemunhar a cura. Mediante as análises feitas, considera-se que o estudo contribui para pensar as experiências de cura e adoecimento, vividas por usuários de um serviço de saúde mental, significando-as para além dos processos de cuidado vigente no modelo biomédico, assim sendo é importante questionar sobre como tais experiências têm sido acolhidas nesses serviços, já que trazem à tona outros saberes e vivências espirituais/culturais, que ultrapassam as janelas dos discursos acadêmicos tradicionais.



OS VALORES HODIERNOS NAS CULTURAS JUVENIS.

Mychelyne Barros Costa Ferreira (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro)
mychelynecosta@hotmail.com

A presente comunicação intitulada 'Os valores hodiernos nas culturas juvenis' se inscreve como um desdobramento do estudo doutoral em Educação, concluído no âmbito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2012. A vivência como docente na Educação Básica despertara o olhar para a ponte existente entre o 'mundo jovem' e o lado adulto, onde se encontram os pais e os professores. Tal constatação mobilizou o interesse em investigar o jovem fluminense nos dias atuais (visto como aluno que é uma pessoa jovem), sob a perspectiva dos valores reconhecidos pelos mesmos como sendo uma identificação para as suas culturas. Propugnamos que, não obstante, a presença notória de uma visão efêmera conjugada à sociedade atual, haja valores compartilhados pelos jovens oriundos de distintas realidades sociais, familiares e educacionais. A pesquisa se propôs a apreender esses valores compartilhados em meio aos contextos particulares das experiências juvenis. Para tal, adotou como lócus investigativo escolas públicas e particulares. A seleção empregada atendeu ao objetivo da abrangência de instituições com características pedagógicas, filosóficas e socioeconômicas diferenciadas. Procuramos desse modo, traçar um retrato mais plural da realidade juvenil. A trajetória investigativa, sob o viés qualitativo, tomou por base a abordagem que considera a juventude enquanto uma categoria social. Dessa forma, pretendeu-se construir um diálogo com os jovens sob a perspectiva da *cultura juvenil*, através da qual acreditamos ser possível conhecer o que os jovens pensam; por quais critérios passam suas escolhas, e como se relacionam com as experiências próprias da sua condição de jovem. De modo geral, a pesquisa tencionou realizar um estudo analítico sobre os valores hodiernos presentes nas culturas juvenis. Trabalhamos com a noção de valores objetivos que são compartilhados por pessoas jovens (que vivem a mesma fase da vida), embora o contexto de suas vidas seja diferenciado. Assim, pretendemos encampar uma visão sobre a juventude que considera a unidade e reconhece a diversidade, buscando construir um panorama mais esclarecedor do então aludido 'mundo jovem'. A pesquisa de campo foi realizada com pessoas jovens na faixa etária entre 14 e 18 anos. Em síntese, ensejamos verificar duas questões: 1) os jovens compartilham valores independentes da condição em que vivem a juventude? 2) De modo geral, que valores norteiam o 'sentido da vida' dos jovens do tempo presente? A radiografia dos valores discentes tem fundamento enquanto uma proposta de ação em consonância ao panorama contemporâneo que demanda da escola respostas educativas e metodológicas em relação a novas exigências da formação como a diversidade cultural, a alfabetização tecnológica, a superinformação, o relativismo ético, a consciência ecológica, entre outros.



JOVEM QUE VELHO RESPEITA - AS EXPERIÊNCIAS E SABERES DA JUVENTUDE CANDOMBLECISTA.

Silvia Maria Vieira dos Santos (UFC)
arrupiada13@gmail.com

A presente comunicação aborda meu trabalho de doutoramento que investigou a juventude candomblecista e suas diversas formas de ser jovem no Candomblé, religião que tem a ancestralidade como elemento primordial de pertencimento religioso. Em contraposição aos valores modernos de que a experiência de vida das pessoas é algo descartável e que a juventude é alvo das ações do governo, do mercado e da sociedade, o Candomblé se apresenta como religião ancestral que acolhe as mais diversas pessoas, valorizando a experiência religiosa do mais velho. Há que se salientar que o tornar-se mais velho é configurado pelo tempo de iniciação na religião e não pela idade cronológica do indivíduo. Desse modo objetivei entender como os/as jovens candomblecistas viviam suas condições juvenis. Bem como saber como ocorria o ingresso destes/as nesta religião, entender o que era ser jovem no candomblé, quais suas funções, o que aprendiam e como se relacionavam com outros/as jovens e adultos, candomblecistas ou não. A visão de juventude deste trabalho parte da concepção de que é um conceito construído historicamente e culturalmente que precisa ser estudado no contexto da dinâmica das relações sociais em um tempo e espaço determinado. É uma categoria social diferenciada em suas ações, condição social, sexual, étnica, de gênero, de valores, localização geográfica, de classe, entre outras. Nesse sentido posso afirmar que além das questões sociais, econômicas e culturais a religião, pode ser vista como um aspecto que compõe a diversidade de modos de ser jovem. Na tentativa de entender a juventude do candomblé e a perspectiva da religião sobre esses/as jovens me encontrei com a Etnografia, metodologia que consiste num exercício do olhar e do escutar que leva a nos espantar com aquilo que nos é mais familiar e tornar familiar o que nos parecia espantar. Neste sentido me encontrei no mundo cotidiano do terreiro *Ilê Asé Iya Omi Arin Ma Sun* localizado no bairro do Mucunã – Maracanaú; e posteriormente do *Ilê Asé Olojudolá* situado no bairro Mondubim – Fortaleza, ambos no estado do Ceará. Os dois terreiros possuem uma quantidade considerável de filhos/as de santo jovens. Através da observação participante, conversas informais, entrevistas e trabalho de grupo percebi uma singularidade bem como uma complexidade acerca do conceito de juventude nesta religião. Dessa forma problematizo categorias importantes como juventude, geração, religião candomblé e sexualidade. Portanto perceber que dentro de nossa realidade social existem territórios, como o candomblé que se apresenta como um espaço de sociabilidade juvenil e de construção de identidades, onde os/as jovens vivem de forma diferenciada, mas que também refletem a contradição desta sociedade é o diferencial nesta investigação.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

**RELIGIÃO E DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS:
UMA ANÁLISE DO COTIDIANO DE GRUPOS DE JOVENS ESTUDANTES E PROFESSORES.**

Flávio Damião
andflaand@oi.com.br

O trabalho em questão, fruto de minha dissertação de mestrado, pretende analisar como as relações interpessoais ocorrem no espaço escolar, sobretudo, quando estão diretamente ligadas à diversidade sexual e religiosa, tanto no que se refere ao corpo discente, quanto ao corpo docente. Para tal, será utilizado o método estudo focal e o questionário semiestruturado. Ambos serão utilizados nas instituições formais de ensino, sendo que uma de estrutura privada que atenda, predominantemente, a alunos pertencentes à classe média alta, e a outra, que atenda a alunos de classe média baixa, sendo esta, representada por uma instituição pública de ensino. Para tanto, faz-se necessária a proximidade entre as instituições, as quais podem ser encontradas na zona oeste do Rio de Janeiro, especificamente no Bairro da Barra da Tijuca.

345



**RELIGIÃO E ESPAÇO PÚBLICO:
O PERFIL DOS JOVENS NOS EVENTOS RELIGIOSOS DE MASSA.**

Gabriel Silva Rezende (IUPERJ)
gabrielsrezende@hotmail.com

Ao analisarmos o mundo contemporâneo, não é a secularização que se percebe, mas um enorme aumento de movimentos religiosos. Chamando atenção aos pesquisadores por motivos claros, o ressurgimento islâmico e a espetacular expansão global do protestantismo evangélico, em sua versão pentecostal. Colocando em xeque, portanto, a concepção de que a modernidade, necessariamente, levaria ao declínio religioso. Com o colapso da União Soviética (e seu socialismo real), a concretização da União Europeia e o aumento exponencial tecnológico, permitiram a velocidade informacional e de fluxo de capitais e pessoas, até então nunca vistos. Sendo neste ponto, a efetivação da pluralidade advinda da modernidade, que permite a capacidade individual de escolher diferentes visões de mundo, dentre as quais a religiosa. Nesse sentido, o Estado Laico se vê mediante a uma sociedade civil, marcada por diversos posicionamentos religiosos de caráter muitas vezes representativos e funcionais (vide bancada evangélica no Congresso Nacional). Tal cenário, portanto, fomenta um intenso debate a respeito dessa permeabilidade das fronteiras do religioso e do político, bem como a crítica a teoria social, que tem como seus pilares a teoria da secularização. Deste modo, se propõe no presente trabalho que teve como objetivo central mapear a influência das instituições religiosas na ação pública de seus fiéis, reconstituindo essas imbricações do ponto de vista dos jovens religiosos, nos concernindo, como apontou Weber, o comportamento em que o fenômeno religioso dá origem, mais especificamente no que diz respeito às atitudes face à diversidade do comportamento político, sexual e aos direitos reprodutivos. Assim, apresentaremos os dados levantados em dois surveys realizados durante a Jornada Mundial da Juventude (Rio de Janeiro, 2013) e Marcha para Jesus (Rio de Janeiro, 2014).



TAMBORES E PRECONCEITOS CONTRA RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO CONTEXTO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE JOVENS.

Cláudia Maria de Jesus Castro (PUC-Goiás)
claudia-mjc@hotmail.com

Este trabalho de mestrado encontra-se em fase de desenvolvimento e tem como objetivo investigar quem são os jovens de religiões afrodescendentes, os sentidos que atribuem à sua religião e à escola, e compreender a articulação entre estas religiões e o espaço 'laico' da instituição de ensino. Esta comunicação traz algumas reflexões teórico-conceituais sobre juventude e a relação entre religião e escola. Compreende-se, neste estudo, a juventude como um grupo social, que embora seja parametrizado por uma faixa etária, os jovens produzem juventudes diferentes a partir da relação entre o mundo objetivo e o subjetivo. Apesar de uma aparente unidade, a juventude é entendida na sua heterogeneidade, levando-se em consideração o gênero, a classe, a etnia, a raça e a religião como elementos constitutivos da juventude (ABRAMO, 2005, DYARELL, 2003, CAVALCANTE, 2010). Um dos aspectos de relevância ao investigar a condição juvenil é a sua relação com a religião. Atualmente, as religiões afro-brasileiras ocupam demograficamente um reduzido espaço no conjunto de seguidores, ou seja, menos de 1%, segundo os dados do Censo de 2010. No caso de jovens, que praticam as religiões de matrizes africanas, grande parte tem mãe ou pai de santo ou estão ligados a filhos ou filhas de santo de terreiros (CAPUTO, 2012). Frequentemente, sofrem preconceito tanto na sociedade quanto na escola ao se declararem praticantes desta religião. Para a autora, essa situação tem-se agravado, pois "a invisibilidade e o silêncio a que esses jovens e adolescentes estão submetidos aumentou" (CAPUTO, 2012, p.205) a despeito de todo um movimento de consolidação de políticas afirmativas de garantias de direito e de obrigatoriedade de ensino da história das culturas afro-brasileiras no âmbito escolar, com a lei 10.639/03. Apesar disso, a escola, como espaço das diversidades, contrariamente, silencia-se ou os faz silenciar, reproduz e legitima as religiões da cultura dominante. Para a autora, os conhecimentos e as significações que circulam em terreiros são como redes educativas, e há um saber específico nestes espaços sagrados, os quais abrigam em seu interior espaços simbólicos que rememoram o continente africano. Há um entendimento nesta pesquisa de que a escola tem uma função relevante de proporcionar condições para que os alunos, em suas interações com seus pares e professores, possam aprender sobre os saberes que os jovens de terreiros trazem de suas experiências com a cultura de matriz africana. Promover debates numa perspectiva de reconhecimento dos diferentes grupos étnicos existentes na sociedade e buscar possibilidades de articulação e participação destes jovens no campo educacional para o enfrentamento do preconceito deveria ser tarefa, por excelência, desse espaço dito "laico", a escola.

347



**DEM E SEDE-ME (MT 19, 21):
ACEITANDO O CONVITE DE COLABORAR COM A PASTORAL JUVENIL MARISTA (PJM).**

Diogo Luiz Santana Galline (ABEC)
dgalline@gmail.com

O trabalho intitulado *Vem e segue-me (Mt 19, 21): aceitando o convite de colaborar com a Pastoral Juvenil Marista* tem, por finalidade, evidenciar as causas que motivam as atuais juventudes a se relacionar em atividades relacionadas à Igreja, não somente como participantes, senão como protagonistas da ação, doando parte de seu tempo a elas. De acordo com diversos especialistas em juventude, vive-se hoje em tempos líquidos, na qual a atual geração apresenta severa dificuldade de vinculação a organizações, bem como resistência em fazer parte de projetos de longa duração. Afirmam também que a participação de jovens na Igreja tem diminuído. Todavia, muitos ainda são aqueles jovens, de ambos os sexos, que não só estão ligados às Instituições religiosas, participando de grupos e ações de solidariedade, como também dedicam boa parte de seu tempo na organização e coordenação de tais atividades. No desejo de compreender as motivações desse fenômeno nasceu o trabalho em questão. A partir do levantamento teórico relacionado a juventudes e focando especificamente na juventude católica vinculada à Instituição Marista (no caso, os grupos de jovens Maristas denominados Pastoral Juvenil Marista – PJM), realizou-se pesquisa qualitativa junto a uma amostragem desses jovens, a fim de investigar quais são as motivações que os cativaram a dedicar parte de seu tempo para colaborar em atividades ligadas, direta ou indiretamente, à Igreja Católica. O questionário foi preenchido virtualmente por 50 jovens que participam e coordenam atividades da PJM dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal. Se, para iniciarem a participação em tais atividades, a curiosidade e a influência de pessoas próximas colaboraram, a pesquisa revelou que a adesão à proposta, a vontade de inspirar outros jovens, o desejo de evangelizar e a esperança de contribuir com um mundo melhor são grandes responsáveis por essa doação pessoal perseverar. Como conclusão, evidenciou-se a importância de a Igreja proporcionar aos jovens uma maneira própria e adequada às suas características de ser, agir e evangelizar, além da importância dos vínculos estabelecidos dentro de um grupo e a responsabilidade que esses jovens têm em influenciar vidas e poder transformar o mundo. Além disso, pode ser considerado errôneo qualquer emissão de valor comparativo entre uma juventude e outra. Não se consegue dizer que as atuais juventudes são melhores ou piores, engajadas ou descompromissadas, mais ou menos religiosas, evoluídas ou atrasadas, se comparadas àquelas de outrora: elas apenas apresentam maneiras diferentes de se expressar, rezar, agir e buscar o Sagrado.



**JUVENTUDE, RELIGIÃO E POLÍTICA:
A PASTORAL DE JUVENTUDE DA DIOCESE DE CAMPO MAIOR-PI, NOS ANOS 2000.**

Francisco Antonio de Vasconcelos (UESPI)
franciscoantonio_vasconcelos@yahoo.com.br

Na atualidade, cada vez mais, a relação Religião e Política desperta o interesse da academia. Em nossos dias, multiplicam-se os estudos envolvendo essa temática. Entretanto, no Piauí, essa discussão ainda é incipiente. Embora, no estado, a relação entre instituições religiosas e instituições políticas seja muito próxima historicamente. A pesquisa aqui apresentada tem por objetivo expor alguns elementos sobre a compreensão feita pelos jovens pertencentes à Pastoral da Juventude do Meio Popular-PJMP (organização vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana), Zonal I da Diocese de Campo Maior-PI, sobre a relação existente entre Religião e Política. O recorte temporal considerado na pesquisa é a década de 2000. A opção por este período deve-se ao fato dele representar um momento de transição para a PJMP da referida Diocese. O problema de pesquisa enfrentado é saber que motivações religiosas levaram esses jovens ao engajamento político. A metodologia adotada para a realização da pesquisa será a pesquisa bibliográfica e a história oral. No que se refere a esta última, vale ressaltar que as fontes orais podem acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia. As entrevistas nos possibilitarão traçar as trajetórias dos sujeitos e conhecer a dinâmica do universo da cultura religiosa e política a partir de dentro. Vale destacar que a definição dos instrumentais teóricos considerou ser a Igreja Católica, ao mesmo, de natureza religiosa e política. Essa dupla condição foi justificada por Ivan Manoel, ao defender que a doutrina católica, a exemplo de todas as doutrinas religiosas, está alicerçada em dogmas que balizam e orientam a vida do fiel. Para sua própria sobrevivência como instituição, esta base doutrinária foi transferida do terreno “estritamente religioso para o conjunto da sociedade civil e da vida cotidiana”, caracterizando-se por uma inserção política da Igreja. Essa natureza política e religiosa é um dos elementos importantes para se compreender a atuação da Igreja Católica no Brasil, uma vez que influencia duas esferas que não devem ser entendidas separadamente. Com a pesquisa proposta, pretende-se alcançar os seguintes resultados: ampliação do conhecimento acerca do fenômeno religioso e sua relação com o político, no estado do Piauí; compreensão mais aprofundada das motivações que levam a juventude piauiense a um engajamento religioso e político; aquisição de elementos que possam contribuir para o aprofundamento da reflexão a respeito da atuação da religião no espaço público, tendo em vista as reflexões atuais sobre secularismo e pós-secularismo.



**JUVENTUDE E VOCAÇÃO RELIGIOSA:
UM ESTUDO DIALÓGICO DO DESENVOLVIMENTO DO *SELF*.**

Cláudio M. de Araújo (UnB)
claudioaraujo.filo@gmail.com

Maria Cláudia S. Lopes de Oliveira (UnB)
mcsloliveira@gmail.com

A presente proposta de discussão é parte de um estudo de doutoramento em desenvolvimento que se caracteriza como uma investigação teórico-empírica fundamentada na Psicologia Dialógica e Psicologia Cultural do Desenvolvimento. Tem como ponto de partida e princípio compreensivo da realidade psicológica a relação dialógica entre experiência pessoal e coletiva na constituição da subjetividade – o *self*. A perspectiva dialógica em psicologia destaca o caráter contextual, situado, complexo e dinâmico da construção do sujeito, resultado de sua relação ativa com os outros, com ele mesmo e com a realidade, mediada por práticas sociais e contextos institucionais específicos. Por sua vez, a Psicologia Cultural do Desenvolvimento nos orienta na reflexão sobre o funcionamento cultural do pessoal destacando o papel constitutivo da cultura nos processos psicológicos humanos. É por meio de processos de construção e uso dos signos que novos fenômenos psicológicos emergem, mediante uma constante fabricação de significados na compreensão e relação da pessoa com o contexto cultural. Mente e cultura se fazem processos constituintes numa separação inclusiva, vistos como gênese e produto um do outro. O estudo tem por objetivo investigar a configuração do *self* em face das transições de desenvolvimento na juventude, abordando um contexto de desenvolvimento singular: a experiência vocacional religiosa/sacerdotal. Partindo da ótica dos (as) próprios (as) participantes, o estudo discute concepções de si e investiga negociações e renegociações indenitárias; processos de regulação semiótica; e trajetórias de desenvolvimento. Segue a epistemologia qualitativa e discute conhecimento como uma construção situada em um tempo e espaço social. Assim, as realidades sociais, construções dinâmicas e complexas, são interpretadas e compreendidas como processos históricos, sistêmicos e contextualizados. Estão em desenvolvimento quatro estudos de caso que se baseiam na análise de narrativas escritas e entrevistas narrativas com jovens de ambos os sexos, com idade entre 18 e 25 anos, e que se identificam como vocacionados (as) à vida religiosa e/ou sacerdotal. Para a presente discussão trazemos parte das análises de um destes estudos que aborda a história de um jovem de 24 anos de idade, que se sente vocacionado à vida religiosa e sacerdotal desde os 10 anos. Os primeiros resultados das análises deste estudo de caso têm possibilitado uma discussão de complexos semióticos que sustentam e orientam processos de desenvolvimento e a construção de um *self* vocacional religioso; além de uma discussão que reserva destaque à dimensão afetiva como campo mediado por ferramentas semióticas, construídas ao longo do tempo nas relações culturais. Transformações do *self* no curso de vida se mostram marcadas por ciclos hierárquicos de produção de inovações; e posicionamentos e reposicionamentos do jovem envolvem a emergência de signos promotores resultado de uma orientação por valores socialmente construídos e partilhados.

350



PAPO DE TERREIRO.

Monica Regina Miranda (UFRRJ)
rosaninuru@bol.com.br

Papo de terreiro é foi criado com a finalidade de refletir e debater assuntos pertinentes às tensões que atingem os povos de matrizes africanas. O papo de terreiro se utiliza em produzir discussões no campo da educação e procura promover encontros como estratégia de transformação social das religiões de origem africanas. Num campo de disputas onde as religiões afro sofrem com ataques. Os adeptos procuram resistir ao preconceito da religião, racismo, desigualdades de classe. As igrejas Neopentecostais têm empregado um discurso agressivo contra as religiões afro-centradas, a repercussão desses discursos discriminatórios e pejorativos reproduz a intolerância. Entretanto, as diferenças culturais e a oralidade e que une os povos de matrizes africanas. Procura-se, aqui, debater, articular, formular uma proposta de forma a unir conhecimento oral, vivência e conhecimento epistemológico. Temas argumentados vão desde da intolerância religiosa, combate ao genocídio da juventude negra, cuidado aos nossos ancestrais (idosos), a educação nos terreiros, a sustentabilidade e a preservação da natureza. O campo do conhecimento científico, a troca de valores culturais que poderão legitimar e fortalecer identidade desse povo na geração desses encontros para que mais adiante gerem políticas públicas. Precisa-se manter essas tradições, que com decorrer do tempo vem se fragmentando a cada dia mais, se não debater, argumentar procurar se manter dentro da modernidade crescer sem quebrar a tradição é uma tarefa muito difícil, pois a naturalização e a banalização as igrejas evangélicas fazem para atacar os povos de matrizes africanas, querendo vender o bolinho de Jesus em vez do acarajé, fazer do jongo e a capoeira apenas dança ou luta tentando tirar o lado místico disso, dizendo que cultuamos o demônio em vez do orixá Exu. Só é mostrado que outras religiões querem descaracterizar a cultura afro, senão tomarmos providência como o Papo de terreiro de debater essas questões: daqui a pouco estaremos de novo tendo que cultuar nossos orixás e ekisses como nossos ancestrais, escondidos. Temos nos articular contra essa hegemonia que por hora tem nos estigmatizando com seus discursos de ódio. Somos um País laico e a constituição de 1988 nos garante isso, somos cidadãos brasileiros temos o direito de ir e vir, por esta razão o Papo de terreiro vem com a premissa de construção de um novo discurso de afirmação para nossos jovens não tenha que se envergonhar da religião e nem da cor, essa é a proposta do Papo de Terreiro.

351



**JOVENS EVANGÉLICOS MORADORES DE FAVELAS:
SOCIABILIDADES NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ**

Naiana de Freitas Bertoli (UENF)
naianabertoli@yahoo.com.br

O trabalho procura contemplar os resultados de uma pesquisa sobre o modo de vida urbano de jovens evangélicos moradores de favelas da cidade de Campos Goytacazes- RJ. A pesquisa tem como base empírica entrevistas semiestruturadas com jovens de 15 a 25 anos, bem como relatos cotidianos elaborados pelos jovens, com uso de netbook, além de conversas informais com a equipe da pesquisa em torno dos relatos e grupos focais. O fenômeno da presença das igrejas e grupos evangélicos nas favelas da cidade de Campos dos Goytacazes, – RJ compreende uma análise que deve considerar a diversidade de igrejas e os tipos sociais da população que compõem estas denominações religiosas. O termo evangélico adotado no contexto da pesquisa refere-se analiticamente às doutrinas cristãs protestantes; e como uma categoria nativa presente entre cinco jovens moradores de favelas de Campos dos Goytacazes. Uma das dimensões de análise da pesquisa é voltada para a compreensão da participação religiosa de jovens evangélicos, implicando ainda no entendimento da problematização da juventude e religião “como um dos aspectos que compõem o mosaico da grande diversidade da juventude brasileira” (NOVAES, 2008:263). No caso dos jovens pesquisados nos orientamos por um sentido de juventude a partir de seus pontos de vistas. A bibliografia e a abordagem sobre o conceito/categoria juventude apresentado no contexto da pesquisa constitui muito mais um recurso à compreensão da problemática teórica do que a sua adequação empírica. Nesse processo houve a valorização dos sentidos de ser jovem e evangélico mediante aos enfrentamentos de diversos problemas sociais. Dessa forma, visamos compreender como o jovem morador de favela da cidade de Campos dos Goytacazes, em algum momento da vida, vivencia uma experiência religiosa evangélica que pode levar à sua adesão e conversão denominacional. A pergunta inicial – como esses jovens favelados narram as suas vivências cotidianas a partir das suas experiências religiosas – norteou cada passo da pesquisa. Por meio dos relatos dos jovens sobre essas experiências religiosas, identificamos que a participação religiosa interfere em suas práticas e vivências cotidianas, ser evangélico é muito mais que uma categoria, é uma “nova forma de vida” onde a religiosidade funciona como uma distinção moral frente aos jovens não evangélicos. Os vínculos religiosos implicam em mudanças nos seus modos de vida estabelecendo a separação entre o que é permitido, evitado e não permitido. A partir da “conversão” eles se tornam evangélicos, desta forma estes jovens “estão” na favela de forma diferenciada frente às singularidades deste local em relação aos moradores não evangélicos. Assim, além de atenuar o estigma de ser jovem evangélico morador de favela, afastando-o simbolicamente do campo da marginalidade e do crime, ser evangélico permite através dos vínculos religiosos que estes estabeleçam novas redes de sociabilidades, que permitem o enfrentamento dos problemas de “ser jovem morador de favela” como: violência, medo, ausência de espaço de lazer e etc. Ser evangélico dentro da favela não é apenas estar em uma denominação religiosa e sim partilhar um estilo de sociabilidade que se difere dos demais.

352



JUVENTUDE E DIVERSIDADE RELIGIOSA EM UMA ESCOLA PÚBLICA BAIANA.

Benedito G. Eugenio (UESB)
beneditoeugenio@bol.com.br

As questões relativas à juventude há algum tempo vem ocupando lugar importante no interior das pesquisas acadêmicas, particularmente no campo da Sociologia da Educação. Este artigo apresenta os resultados do projeto Educação e diversidades nas relações escolares, desenvolvido por nós no período 2011-2014. O foco do referido projeto foi o trabalho com as diversidades (racial, gênero, sexualidades, religiosas) no espaço da escola pública de educação básica. Os dados aqui apresentados referem-se a um dos recortes da pesquisa cujo objetivo foi analisar de que forma a religião se configura no cotidiano dos jovens estudantes de uma escola pública do ensino médio, localizada no município de Vitória da Conquista-BA, tentando compreender como se inter-relacionam as categorias religião e juventude a partir do que narram os jovens estudantes de cursos técnicos. A escola investigada é uma instituição reconhecida como referência na formação de profissionais para o mundo do trabalho, oferecendo uma educação de qualidade que contribui efetivamente para que os alunos atuem na sociedade de uma maneira digna, eficiente e se percebam como cidadãos que transformam e podem construir uma nova história, através do compromisso, competência e inovação. Para a construção da base teórica desse trabalho recorreremos a autores que vem se dedicando ao estudo das juventudes, tais como Pais (1996), Novaes (2001), Camacho (2004), Dayrell (2011, 2012), Spósito (2008, 2009), Silva (2008, 2014), assim como autores que vem se dedicando ao estudo dos jovens e sua relação com a religião. A discussão e análise dos dados são efetuadas a partir da perspectiva da interseccionalidade, pois compreendemos que para a análise da relação entre juventude e escolarização necessitamos do emprego de diversos marcadores de diferenças, dentre eles a religião, foco do presente texto. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, pois tem como finalidade aprender e interpretar os significados evidenciados pelos sujeitos no espaço da investigação. Para a construção dos dados, aplicamos questionários a 124 jovens estudantes da escola investigada e analisamos os trabalhos apresentados em edições anteriores do JUBRA e do GT Movimentos sociais da ANPED. Após esse momento e de posse desses dados já analisados, foram selecionados 10 estudantes de diferentes pertencimentos religiosos para as entrevistas. A análise dos dados evidencia que os jovens acreditam na escola no qual estudam e gostam dela; a religião é um espaço importante de sociabilidade para os investigados.



O QUE VOCÊ PENSA QUE ESTÁ PENSANDO? OS DISCURSOS AOS JOVENS PROTESTANTES ACADÊMICOS (1968-1990).

Natan Alves David (UFSC)
alvesd.natan@gmail.com

Pensar a juventude é pensar uma parcela da vida humana em que se encontra um conjunto de ideários tão significativos e intensos, terrenos instáveis e transitórios, aos quais se anseiam aspirações vindouras ao choque com sentidos do presente, que demonstram toda a incompletude e audácia da sua volatilidade. Intenso também é perceber, do ponto de vista crítico e analítico, as formas de pensamento e os processos de construção de pensamento desta juventude. A partir de múltiplos discursos, serão percebidos nesta comunicação, os jovens protestantes em período acadêmico no Brasil. Percebe-se uma significativa produção e apropriação de sentidos nestes discursos, que possuíam um poder simbólico na mobilização e inclinação da juventude às práticas tidas como verdades aos grupos. Nos espaços universitários, os jovens protestantes entravam em choque com uma realidade ainda não experimentada, e, abria-se a possibilidade da formação de novas subjetividades. Neste cenário há um interessante processo de formação de sentidos, mobilizando receios e vigilâncias. As igrejas colocaram-se preocupadas com suas juventudes, estabelecendo relações com intento de formar uma nova mentalidade, buscando compreender seus contextos energéticos, como também, necessitando forjar na juventude cristã um conjunto de ideário, instruindo-os a agir e influenciar a sociedade secular com as práticas cristãs. Pastores, líderes, presbíteros, publicavam seus textos nas revistas de juventude; postulavam sobre estes nortes juntos aos púlpitos dominicais; durante os congressos, acampamentos, e eventos de juventude, os ensinamentos possuíam uma preocupação com a vida fora das paredes da igreja. Os objetivos confluíam para um mesmo horizonte: o jovem cristão deveria viver em retidão, afastar-se de preceitos seculares, mas influenciá-los com um testemunho exemplar, e não se macular com os contextos juvenis de outros setores da sociedade, mas entusiasmar cada esfera ao qual se situava. As leituras, o compromisso com a fé, o respeito com o próximo, a busca pela excelência acadêmica, a retidão dos passos e a não maculação com os *vícios* e *prazeres* vão revelar espaços de produção de sentido, e uma cúmplice apropriação de relações de poder. Os mecanismos institucionais de saberes comuns aos processos educacionais, como também na esfera religiosa, serão evidências de que estas experiências são de fato amostras visíveis de relações de poder em que não se valida um ambiente de um poder exercido por um alguém centralizado, ou por uma estratégia previamente executada, e sim, pela presença destes espaços de produção de poder, um jogo em que há trocas e densas relações de poder, em que orientam a prática subjetiva no coletivo, fabricado pelo exercício do poder sobre o individual.



**JUVENTUDE E RELIGIOSIDADE:
CONSTRUÇÕES ACERCA DA AUTORIDADE COM BASE EM PRECEITOS ESPÍRITAS.**

Rosane Castilho (NECAT/IACR)
rosanecastilho.ueg@hotmail.com

Estudo com base em pesquisa doutoral relativa à categoria “Autoridade” (Castilho, 2010. UCSF);

Autoridade: Relação assimétrica entre sujeitos, onde está assimetria, longe de ser um fator prejudicial, é requerida como uma condição para a adesão, constituindo-se como uma desigualdade legítima, que provém, entre outros aspectos, da força da tradição e da legitimidade das instituições. Passos: identificação/ eleição de um grupo de jovens cuja religião pudesse ser apontada como referência na adoção de valores ético-morais; atravessamento entre as temáticas “Autoridade e Religiosidade”; identificação das categorias que envolvem a adesão à figura de autoridade com base nas premissas religiosas percebidas pelos jovens como organizadoras de um sentido e de um significado particulares. Religiosidade / espiritualidade - elementos: Crenças e práticas religiosas e espirituais compõem o arcabouço de cultura, cujas manifestações simbolizam e retratam a necessidade humana de comunicação com a transcendência. A ligação com elementos transcendentais busca organizar e dar forma a processos inconscientes pela via de símbolos, ideias e representações, sendo inerente à cultura e fundamento da mesma. Estudo de campo: participantes: 26 jovens (15 e 26 anos) que se autodenominam “espíritas”; Metodologia: aplicação de um questionário; Discussões em grupo acerca da correlação autoridade-religiosidade; Resultados iniciais: os jovens pesquisados, em sua maioria, 1. Consideram que a religiosidade é apaziguadora da ansiedade e da angústia geradas pelos problemas enfrentados; 2. Estão em consonância com o credo dos pais e acreditam que isto promove a manutenção de laços mais fortes entre eles; 3. Consideram que a religiosidade, ligada às referências da filosofia espírita, fornece a eles subsídios para aderir a um modelo de autoridade que represente um exemplo daquilo que esta propõe como comportamento a ser seguido.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 08 - Sofrimento psíquico e processos de subjetivação.

Coordenadora: [Roselene Gurski](#) (UFRGS)

356



TRAUMA E PASSIVIDADE NOS ATOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL COMETIDOS POR ADOLESCENTES.

André Luiz Alexandre do Vale (UFRJ)
alavale88@gmail.com

O presente trabalho é vinculado à pesquisa “Trauma, narcisismo e ato hoje: além do mal-estar? ”, coordenada pela professora Marta Rezende Cardoso (PPGTP/UFRJ), cuja proposta central é aprofundar a investigação da problemática do trauma e da violência psíquica, bem como seu papel e significativa incidência na subjetividade e cultura contemporâneas. Na clínica psicanalítica atual, observa-se cada vez mais como os registros do corpo, do ato e da intensidade aparecem de forma privilegiada nas narrativas do mal-estar. Incapaz de dominar o excesso pulsional traumático que o acomete, resta ao psiquismo descarregá-lo radicalmente por meio da convocação do corpo e do apelo ao ato. O que se evidencia, nesta configuração, é a precariedade dos processos narcísicos de subjetivação que estão no arcabouço do psiquismo desses sujeitos. Neste contexto, a questão da adolescência adquire peso importante, a partir do momento em que a consideramos como situação subjetiva em que as bases narcísicas do sujeito são exigidas: a entrada na puberdade constitui o ponto de partida para a genitalização do corpo, que dispara uma série de transformações corporais, mas, sobretudo, psíquicas, que exige remanejamentos e elaborações constantes do adolescente. Frente a tal exigência de remanejamento, há uma pressão que estimula o trabalho psíquico; mas pode haver também um curto-circuito nesse trabalho de elaboração, quando há incapacidade do aparelho psíquico para dar conta da exigência que o acomete. Quando esse curto-circuito se dá, pode aparecer, em certos casos, a atuação como via de descarga prioritária de todo mal-estar psíquico proveniente da fragilização egoica. Privilegiaremos neste trabalho as passagens ao ato de caráter sexual e violento, na tentativa de lançar luz sobre o funcionamento psicodinâmico desses sujeitos, abordando a questão do abuso sexual a partir de uma problemática narcísico-indenitária, levando em consideração que, diversas vezes, a passagem ao ato pode configurar-se como mecanismo de defesa arcaico diante de angústias irrepresentáveis que assolam o sujeito. Buscaremos explorar quais são as linhas gerais que parecem marcar o psiquismo dos adolescentes que recorrem às passagens ao ato de caráter sexual e violento – em especial os adolescentes do sexo masculino. Neste sentido, as cenas cada vez mais frequentes de afirmação da masculinidade por meio da força ganham uma dimensão de precariedade egoica, evidenciando a fragilidade nos processos de constituição narcísica – o que parece estar na base da passagem ao ato. As constantes demonstrações de virilidade, acompanhadas pelo repúdio a qualquer traço de feminilidade e passividade, dominam os atos, as fantasias e os pensamentos da maioria dos rapazes, e tal repúdio pode gerar reações violentas para alguns, uma vez que estão inseridos em uma cultura cuja identidade é hegemonicamente falicista e viril. Certos homens são convocados a agir frente ao mal-estar psíquico, respondendo de forma violenta às ameaças à masculinidade.

357



OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E A MEDICALIZAÇÃO DOS JOVENS EM ACOMPANHAMENTO SOCIOEDUCATIVO.

Daniela Aparecida Araujo Fernandes (PUC-Minas)
danimanduca@gmail.com

Roberta Carvalho Romagnoli (PUC-Minas)
robertaroma1@gmail.com

Investigando os processos de subjetivação dos jovens que se encontram internados em um Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), identificamos a medicalização como forte tendência no cuidado. Para tal, utilizamos a Esquizoanálise de Deleuze e Guattari como marco teórico e a cartografia como metodologia de pesquisa. A prática da medicalização e da farmacologização vêm se expandindo no cenário social. Através da farmacologização, os medicamentos são dominantes nas opções terapêuticas, dos 40 jovens internos, 32 faziam o uso. Observamos no cotidiano do CASE, o grande uso de medicação pelos jovens, sendo a sua distribuição prescrita na escala de atividades diárias do serviço. Para os profissionais, os jovens se apresentam com muita ansiedade, irritação, principalmente em véspera de saída do CASE, e, assim acreditam que não há possibilidade de realizar o acompanhamento socioeducativo sem administração de medicamentos, pautados na lógica da segurança e na escassez de funcionários para realizar uma contenção, caso necessário. Fica claro essa linha dura que associa o cuidado à medicalização dos corpos, justificada por segurança para os profissionais. A lógica da medicalização do desviante, presente no cotidiano do serviço, muitas das vezes promovem meninos “domesticados”, com subjetividades. Os medicamentos não funcionam apenas como propriedades químicas, seu uso é também subjetivante, produzindo modos de subjetivação assujeitados e dóceis. Os principais trabalhos sobre a medicalização demonstram como determinados comportamentos considerados imorais como a delinquência, dentre outros, passaram a ser definidos como médicos. Tornando os indivíduos dependentes dos saberes dos profissionais especialistas que ditam as formas “corretas” de comer, amar, sentir..., ou seja, destacam a presença de regras criadas pelo higienismo, para lidar com a precariedade da vida. Nesse contexto, cabe a noção de biopoder, utilizado por Foucault como o poder que gerencia a vida desses jovens que cumprem a medida socioeducativa no CASE. Podemos perceber a adesão à medicalização na fala dos próprios jovens dessa instituição: “Internação não é boa, mas uma parte me ajudou porque lá fora estava difícil sair do tráfico sozinho, aqui não, teve os medicamentos!” Percebemos a importância que é dada aos medicamentos na vida dos “meninos”, pela equipe e por eles próprios. Mas como não ser ansioso em condição de privação de liberdade? Como aponta Gaudenzi e Ortega (2012) não apenas os comportamentos desviantes, mas também os aspectos próprios da vida, como o envelhecimento, a morte e outros se transformam em patologias, tornando-se campo de saber e poder da medicina. A medicalização “ (...) tende a ofuscar as experiências subjetivas do “ser medicalizado”, que podem adquirir diversos significados psicológicos, existenciais, morais, políticos e sociais” (GAUDENZI e ORTEGA, 2012, p.31). Percebemos que o acompanhamento socioeducativo pode ser também um modo de institucionalizar e controlar e não um intercessor para deslocamentos subjetivos, para novas construções existenciais. Essas linhas duras muitas das vezes mantem uma lógica segregativa e coercitiva se distanciando da proposta socioeducativa. Devemos ressoar práticas não medicalizantes em um campo de tensão de forças, através das práticas de liberdade, apesar de a farmacologização acoplar nos processos de subjetivação, buscar saídas para esse anestesiamiento constante da subjetividade.



TRAUMA E TRANSMISSÃO PSÍQUICA NA ADOLESCÊNCIA: A IMPOSSIBILIDADE DE SEPARAÇÃO DO OUTRO.

Diana Borschiver Adesse (UFRJ)
dianaborschiver@gmail.com

Este trabalho constitui um desdobramento de minha pesquisa de Mestrado, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, sob orientação da professora Dra. Marta Rezende Cardoso. Observa-se um incremento de patologias do corpo e do ato na adolescência e juventude contemporâneas. Para investigar esse fenômeno me deterei, em primeiro lugar, na importância do processo de separação na adolescência, processo traumático, doloroso, mas necessário e estruturante, que vem promover a abertura a novos arranjos subjetivos. É necessário que o adolescente “assassine” inconscientemente seus objetos de desejo interditados e, para tal, precisará operar o desinvestimento erótico das figuras parentais, tarefa psíquica que inaugura, de certo modo, o processo de separação. Para que isso se faça de maneira favorável, é preciso, ao mesmo tempo, um movimento de abertura ao novo, ao “estrangeiro” em si, bem como a devida preservação das fronteiras egoicas. Esses aspectos são essenciais no trabalho de separação que ocorre ao longo de toda a vida, porém, conforme procurarei mostrar, tem importância crucial para o adolescente. Analisarei o papel da transmissão psíquica geracional tendo em vista demonstrar a sua articulação com o trabalho de separação que tem lugar na adolescência. Todos somos portadores de uma herança que constitui o fundamento da nossa vida psíquica e que se processa no inconsciente. A constituição subjetiva só se faz com base no que é transmitido pelo outro. Contudo, não é só de positividade que se faz o processo de constituição psíquica: sempre há uma porção de negatividade, de algo que não foi dito, representado ou constituído que será passado às gerações que seguem. E cabe a quem herda haver-se com isso: “aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu” (Goethe, citado por Freud, 1913-1914, p.160). Esse estudo me auxilia no objetivo de aprofundar a compreensão das patologias do ato as quais constituem, no meu entender, uma resposta *limite* à insistência do traumático na dinâmica psíquica. A passagem ao ato constitui um mecanismo defensivo extremo diante da irrupção na tópica psíquica de elementos intraduzíveis, marcas que teriam advindo, em última instância, da relação estabelecida com o objeto primário, elementos que tenderão a permanecer encravados no psiquismo como um “outro” radical em si do qual não foi possível se apropriar. A insistência desta “herança” a qual o eu não é capaz de assimilar configura um importante entrave no processo de separação na adolescência cujo destino seria, em certos casos, o acionamento de respostas dominadas pela via do ato. Investigarei, portanto, a dimensão traumática que julgo estar na base do apelo ao corpo e ao ato na adolescência: a impossibilidade de separação do “outro” suporia, em um plano intrapsíquico, a presença de elementos não-elaborados advindos de gerações anteriores, fazendo obstáculo ao processo de subjetivação, próprio a essa travessia da vida infantil à vida adulta.

359



O IMPASSE DO *SEX-ADDICT*: VETO AO AMOR?

Ney Klier Padilha Netto (UFRJ)
neynetto@yahoo.com

A presente comunicação encontra-se vinculada ao projeto de pesquisa “Trauma, narcisismo e ato hoje: além do mal-estar? ”, coordenado pela Prof. Doutora Marta Rezende Cardoso, do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, do qual faço parte, como doutorando, desde o primeiro semestre de 2013. Iremos investigar aqui uma modalidade particular de adicção, a compulsão sexual. Nela, o sujeito utiliza a sexualidade à maneira de uma droga. Tal como o toxicômano ávido pelo consumo de determinada substância, o *sex-addict* está continuamente obcecado pela busca de situações sexuais diversas. Contudo, este apelo incessante ao sexo, paradoxalmente, culmina em profundo desinvestimento da relação objetal. O encontro com o outro é parcializado, desumanizado. O parceiro sexual é relegado à condição de anonimato. Como teremos a oportunidade de argumentar, este quadro possui estreita relação com o tortuoso ingresso do sujeito no âmbito da sexualidade adulta e objetal. Nesse sentido, a adolescência constitui-se como etapa da vida especialmente suscetível à emergência dessa problemática. O sujeito sofre profundas transformações psíquicas e corporais. A sexualidade se apresenta de forma particularmente intensificada. Esta inevitável reviravolta no desenvolvimento físico e libidinal frequentemente leva o sujeito ao estado de extrema vulnerabilidade narcísica, assim como pode muitas vezes acarretar o desencadeamento de patologias compulsivas. E, adicionalmente, a transição da infância para a vida adulta pressupõe o abandono efetivo dos primeiros objetos de amor. Consolidar-se-ia assim a possibilidade de investir afetivamente e sexualmente em objetos fora do contexto familiar. Isto posto, na compulsão sexual, o sujeito permanece atado à dinâmica singular cuja lógica regressiva o mantém incapacitado de amar o parceiro sexual, impossibilitado de conciliar sexualidade e afetividade. O amor apresenta-se como aterrorizante ameaça. Quando levamos em conta o retraimento absoluto da relação objetal, em que o parceiro sexual é totalmente desinvestido na condição de objeto alteritário e, ao mesmo tempo, procurado incessantemente para uma interação sexual, o paradoxo dessa busca nos leva a indagar sobre determinados destinos do complexo de Édipo. Seguindo a teoria freudiana, procuraremos dar particular relevo aos fatores que operam na clivagem radical entre as correntes terna e sensual da vida psíquica no encadeamento da escolha de objeto. Com a proibição do incesto, o sujeito dirige-se gradualmente à progressiva autonomia dos objetos primários. Na adolescência, o desejo edipiano se confronta principalmente com a interdição de uma autoridade interna. Nesse ponto de passagem, o *sex-addict* parece sofrer extremas dificuldades. Logo, na plenitude da vida adulta, ele padece de intensa dificuldade para amar e desejar. Questionaremos então em que ponto do percurso constitutivo e por qual motivo potencialmente a sexualidade se dissocia do amor objetal.

360



VERSÕES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO CONSTRUÍDAS POR JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO NA ABORDAGEM GESTÁLTICA.

Laura Cristina de Toledo Quadros (UERJ)
lauractq@gmail.com

Deborah da Silva de Souza (UERJ)
deborah_de_souza@yahoo.com.br

Erika da Silva Araujo (UERJ)
esaraujo.psi@gmail.com

A proposta em questão parte da Investigação em curso acerca da noção de sofrimento psíquico construída por jovens de 18 a 25 anos que participam de um grupo de psicoterapia na abordagem gestáltica no Serviço de Psicologia Aplicada de uma universidade pública no Rio de Janeiro. A partir das experiências vividas por eles, considerando como elas são reconhecidas, narradas e nomeadas, colhemos versões do sofrimento psíquico construídas pela própria compreensão desses atores. Segundo Despret (1999), o conceito de *versão* contrapõe-se a ideia de *visão*. Nesse sentido, a visão é o ponto de vista, vincula-se a uma certeza restrita ao campo, enquanto que a versão é uma entre muitas maneiras de entrelaçar os fatos. A versão não é excludente, não se impõe, mas se constrói; não desvela o mundo mas faz existir o mundo possível. Portanto, ao nos fundamentarmos nessa perspectiva, consideramos pertinente e atual construir uma proposta inclua a percepção do próprio jovem para que ele configure e nomeie as próprias angústias ao invés de ser apenas categorizado em conceituações nosológicas pré-existentes. Será cabível, nesse contexto, reduzir o sofrimento a patologias? Na prática clínica em psicologia, tanto no âmbito privado nas instituições públicas de saúde, deparamo-nos atualmente com o que aqui nomeamos de um paradoxo entre a aceleração e a paralisação frequentemente experimentado por crianças e jovens. Acompanhamos o aumento significativo dos diagnósticos (TDAH, depressão, entre outros) tanto entre crianças quanto em adolescentes e jovens. Tais diagnósticos parecem um tanto naturalizados nas áreas da educação e saúde, suscitando debates acerca da medicalização e da contextualização do que está sendo expressado por esse jovem sujeito, suas formas de apreender o mundo que o cerca, bem como as (in) adequações possíveis que permeiam tanto os dispositivos de saúde quanto de educação. Será que os modelos de intervenção nessas referidas áreas conseguem acompanhar as demandas atuais? O que os protagonistas desse processo têm a nos dizer? Descrever versões experienciadas por eles constitui-se o cerne deste trabalho. Para isso nos fundamentamos na abordagem gestáltica que, por seu viés fenomenológico nos possibilita uma intervenção de escuta viva, onde a atuação se faz simétrica incluindo e legitimando o grupo atendido em suas múltiplas formas de expressão. Como parceria teórico-metodológica, nos apoiamos na teoria Ator Rede (TAR), reconhecendo a relevância de acompanhar e descrever as práticas no fluxo dos acontecimentos. Consideramos pertinente a construção de uma prática que permita a expressão livre desse jovem para que ele nomeie as próprias angústias, escapando de uma categorização estática. Não buscamos universalidades; ao contrário, nos interessam aqui as formas singulares de experimentação do que recortamos – o sofrimento psíquico – em sua expressão viva, ou seja, relatada pelos que o reconhecem. Abordamos esse tema considerando-o um fenômeno em rede, sem nos referenciarmos à realidade individualizada e interiorizada, mas sim atentando-nos à relação de afetação pessoa/mundo considerando tal movimento fundado na mutualidade, sujeito à múltiplas possibilidades de manifestações.



PESQUISA CLÍNICA E INOVAÇÃO NA ABORDAGEM DA ADOLESCÊNCIA.

Marcos Eichler de A. Silva (UERJ)
marcoseichler@gmail.com

Francisco Leonel Fernandes (UFF)
francisco.lff@gmail.com

Anna Carolina Lo Bianco (UFRJ)
aclobianco@uol.com.br

Erimaldo Nicácio (UFRJ)
erimaldo.nicacio@gmail.com

Nossa comunicação dá notícias da dupla injunção à qual o trabalho desenvolvido no campo da Saúde Mental fica submetido. Tomamos em particular o trabalho realizado pela ERIJAD (Equipe de Referência Infanto-Juvenil para Atenção em Álcool e Drogas, da Rede de SM de Niterói – RJ), com adolescentes que chegam às bordas da Saúde Mental devido ao uso de álcool e outras drogas. Em primeiro lugar, o que sobressai é que se trabalha – como não poderia de deixar de acontecer – sob as requisições e demandas de normas e protocolos, de programas ou projetos determinados pelas políticas públicas de governo que apresentam um caráter universalizante. Isto é, trata-se de políticas destinadas a todos os serviços, bastante independentemente de características e organizações locais referentes a uma comunidade particular e suas necessidades. Tais políticas apresentam essas características por serem articuladas sempre por aquilo que delimitamos – e definimos conceitualmente como uma lógica que caracteriza a ciência. Deste ponto de vista, a ciência se mostra como uma operação discursiva – estabelecida no plano da linguagem, portanto –, que pretende apreender o real através de sua conformação e configuração em fórmulas literais. Ou seja, em fórmulas, quadros, e até mesmo tabelas (como os DSM e os CID, por ex.) que estabelecem relações entre elementos vários e que comportam mais ou menos exatidão e uniformização (por ex., dos protocolos a seguir para lidar com determinadas situações) e/ou mensuração estatística. E mais importante ainda, esta formalização (de quadros, tabelas e conteúdos positivos) que está na base das operações da ciência, só pode se dar na condição de ignorar qualquer dimensão que diga respeito à emergência do sujeito, que se opõe a ou dificulta a padronização. Em segundo lugar, o trabalho necessita incluir e considerar a dimensão do sujeito que justamente não se deixa apreender pela formalização (e consequente padronização) que caracterizam a lógica da ciência, que sustenta os protocolos, as normas e os dispositivos estabelecidos pelos projetos dos governos. Ou seja, se por um lado se é chamado a atender às exigências articuladas nesta lógica da ciência, por outro há o trabalho desenvolvido na esfera propriamente clínica, o qual não se submetendo inteiramente a essa lógica, também não pode ignorá-la. Identificamos então uma tensão entre os dispositivos que dão a moldura na qual o trabalho é desenvolvido; de um lado, a lógica que cria estes dispositivos e justamente tende a excluir a dimensão do sujeito, e de outro, o trabalho de atenção e acompanhamento clínico que não pode prescindir do endereçamento ao sujeito e se volta, portanto, para a articulação das condições nas quais este sujeito poderia emergir.



SUBJETIVIDADES JUVENIS E TRAJETÓRIAS EDUCATIVAS.

Mónica Rocío Barón Montaña (UERJ)
mkron@hotmail.com

A veiculação das análises e discussões acerca de temas associados aos jovens tem aumentado nas últimas décadas, tornando-se mais visível nos diferentes contextos sociais. Decerto, se faz evidente o crescimento do número de pesquisas e trabalhos acadêmicos interessados nessa faixa etária assim como a atenção dada a eles tanto por parte das instituições de ensino como nos programas dos governos, procurando analisar, discutir e propor novas linhas de investigação sobre o tema. Este setor social, com autonomia indenitária, adquire visibilidade e destaque, de modo que falar sobre a juventude implica fazer referência também à política onde os jovens com diferentes níveis de participação segundo o momento histórico, têm uma marca própria; mas também envolve a música com estilos diferentes e amplo espectro; e o vestuário, em termos de aparência, expressando cada vez mais uma marca de identidade; e assim por diante, questões como drogas, sexo, ocupação de espaços públicos, o uso do tempo, o turismo de jovens, e nos últimos anos, a incorporação de tecnologias, que configuram o mundo das experiências juvenis. Sob a ótica destas análises, em um primeiro momento se faz necessário abordar o tema das experiências juvenis a partir da categoria trajetórias, considerando que se refere a um nível biográfico da experiência de cada sujeito e a um nível histórico de desenvolvimento, analisando especificamente as trajetórias educacionais juvenis. As trajetórias sociais e educacionais são construídas a partir do que o sujeito adquire e acumula, a partir de todo o capital - econômico, cultural, social e simbólico- que lhe permitirá desenvolver-se nos diferentes campos, aspectos que estão intimamente relacionados com a noção de juventude se analisamos que é uma noção socialmente construída e, que por tanto, muda historicamente, geograficamente e culturalmente. Assim, diversas pesquisas sobre trajetórias têm fornecido interessantes contribuições que servem de fundo para abordar este assunto, destacando as significações propostas por Bourdieu, cujas abordagens permitem pensar que, quando analisamos o tema da juventude, neste caso, os jovens estudantes e suas trajetórias, estamos observando o mosaico que o sujeito vai moldando enquanto avança sua vida escolar. Pois bem, a partir de uma preocupação com ganhar esclarecimento conceitual, e ciente da importância de se debater a temática do jovem nos dias atuais, num segundo momento este texto propõe uma genealogia da noção de subjetivação, levando em consideração a maneira como tem sido concebida e problematizada nas significações propostas a partir das teorizações de Michael Foucault. Simultaneamente, interessou também analisar como está sendo narrada a expressão *subjetivação* na pesquisa brasileira contemporânea no campo educacional; apresentando um panorama de sua utilização nos artigos publicados no período 2008 – 2014 em algumas revistas brasileiras especializadas no campo educacional, e para concluir, num terceiro momento apresenta-se uma análise sobre as subjetividades juvenis e as trajetórias educativas. Este artigo irá abordar a síntese do estudo que faz parte da pesquisa em andamento intitulada “Metodologia de projetos no ensino médio e processos de subjetivação da juventude”, desenvolvida no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



O (DE) NOVO SEMPRE VEM: SOBRE A TRANSFERÊNCIA E A REPETIÇÃO NOS ESPAÇOS DE FALA DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.

Marina Soares Otoni (Clínica Base)
soaresmarina@ig.com.br

Paula Dias M. Penna (Secretaria Municipal de Belo Horizonte)
popsdiasmp@yahoo.com.br

Andrea Máris Campos Guerra (UFMG)
andreamcguerra@gmail.com

Esse trabalho tem como objetivo analisar um fragmento de caso de uma adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, que foi atendida na clínica de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio do Projeto de Extensão “Já é”. Esse projeto tem o objetivo de oferecer atendimento psicanalítico a jovens em cumprimento de medida socioeducativa em unidade de internação. No trabalho proposto, foi feita uma discussão acerca da noção psicanalítica de transferência, ressaltando os elementos que distinguem a experiência clínica da experiência de intervenção social na instituição de internação. O estudo aponta que o fato da medida ser uma determinação judicial, cujo caráter coercitivo não se pode negar, impossibilita, em alguns casos, que o adolescente faça um uso do espaço de fala que lhe é ofertado pelo técnico da unidade, se negando, por isso, a falar de si, do seu sofrimento, do seu envolvimento com a criminalidade. Nessa situação, o técnico da unidade, ao ser atravessado pelo Outro institucional e atender aos ideais postulados em lei para a responsabilização e ressocialização do jovem, pode imaginariamente ocupar o lugar da desconfiança, da correção, da cobrança, da injustiça, da intolerância para o adolescente, que pode supor que o técnico fique no lugar que Garcia (2001), fazendo alusão ao sujeito suposto saber, denominou de sujeito suposto poder. O adolescente supõe que o técnico tem um poder sobre a sua medida e situação judicial, dificultando que uma relação transferencial se estabeleça e um trabalho seja realizado com ele. Assim, no caso relatado, a adolescente por supor na técnica da unidade um poder sobre o destino da sua medida socioeducativa, com desconfiança, se recusa a dar tratamento às questões que a afligiam naquele momento. Ela endereça, portanto, sua demanda de tratamento a analista do Já É. Dessa forma, foi possível mostrar que o fato da analista do Projeto Já É não estar vinculada à instituição de internação, foi determinante para que a jovem solicitasse seu encaminhamento ao projeto e, posteriormente, endereçasse uma demanda de atendimento à analista responsável pelo seu atendimento na clínica da UFMG. Diferente do que acontece com o técnico na instituição, a psicanalista pôde responder à demanda clínica da jovem engajando-a em seu sofrimento, fazendo dele enigma para que ela pudesse trabalhar em torno de sua produção subjetiva. Ao longo do processo analítico, foi possível, então, intervir sobre seu modo de gozo para que algo de novo surgisse da repetição pulsional.



O ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO: DE QUE RISCO ESTAMOS FALANDO?

Renata Alves de Paula Monteiro (UFF)
nana_monteiro@hotmail.com

O tema deste trabalho é consequência da experiência de trabalho realizada em um projeto de atendimento a crianças e adolescentes, e também autores de agressão, envolvidos em situação de violência doméstica. O projeto “Lugar de Palavra”, realizado pelo NAV – Núcleo de Atenção à Violência – atuou durante sete anos na Baixada Fluminense atendendo a cerca de 900 famílias em situação de violência doméstica. Neste projeto, além dos atendimentos psicológicos, os parceiros da rede de atenção à criança e ao adolescente também eram acompanhados num formato de capacitação, o que mobilizava a equipe do projeto a ajudá-los na condução de seus acompanhamentos a partir de seus lugares de atuação (educação, justiça, conselho tutelar, assistência social). Nestes contatos com os parceiros, vimos o quanto as situações de risco, dentre as situações de violência doméstica, pareciam ser as mais mobilizantes, que mais angustiavam e assustavam, e convocavam, a todos nós, a um trabalho muito sério. Dentre os casos recebidos e atendidos no projeto nesses sete anos, as situações de risco não estão entre a maioria dos casos atendidos, representando um pouco mais de 10% dos casos recebidos. Entretanto, trata-se muitas vezes de situações limites, que colocam também no limite nossas intervenções, nos forçando a poder trabalhar com a palavra do adolescente, mas sem excluir, em muitos casos, a necessidade do chamado a outros parceiros para intervenções mais objetivas na ordem da realidade. Em sua maioria, são casos difíceis que exigem uma presença bastante forte de quem está atendendo e acompanhando, e, principalmente uma articulação em rede, em função da complexidade apresentada, com a clínica do sujeito atravessada de forma mais importante por questões do social. Este trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão sobre os casos de situação de risco, visando à discussão sobre de que risco se trata, sua articulação com o momento de subjetivação próprio à adolescência (Calligaris, Kehl, Melman), através da apresentação de alguns dados de atendimento do projeto e exemplos de intervenção clínica com alguns adolescentes, assim como de intervenções junto a outros parceiros da rede. O desdobramento desta análise está sendo a realização de um projeto de estágio em Serviço de Psicologia Aplicada no Instituto de Psicologia da UFF seguindo os moldes do projeto, acompanhado de um projeto de extensão junto à rede de Saúde Mental de Niterói, principalmente ao Serviço de Internação para Adolescentes e Crianças (SIAC) do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba. O SIAC é um dispositivo cujo objetivo é proporcionar o acolhimento e tratamento a situações de crise, originalmente a possíveis transtornos psiquiátricos na infância e adolescência, mas tem em sua prática, cada vez mais, se deparado com a responsabilidade em receber, também, adolescentes em situação de risco.

365



TRÊS QUESTÕES RECORRENTES NA CLÍNICA PSICANALÍTICA COM ADOLESCENTES.

Fernanda Hamann de Oliveira (UFRJ)
fehamann@hotmail.com

Maria Aimée Laupman Ferraz (UERJ)
aimeemaria@hotmail.com

A experiência de uma análise não transcorre sem dificuldades, tanto da parte do analisando quanto da parte do analista. Quando se atende um adolescente, às dificuldades próprias da clínica somam-se outras, associadas a esse período de vida peculiar, em que o sujeito se encontra em suspensão, convocado a tomar uma posição no mundo adulto e assumi-la em nome próprio. Provocadas pelo que há de especificidade na psicanálise com adolescentes, selecionamos e desdobramos três questões recorrentes (e desafiadoras) neste campo. 1. *Como manejar a demanda dos pais?* Um adolescente costuma chegar a um espaço de tratamento através da queixa de um adulto (pais, escola, conselho tutelar etc.). Assim, o primeiro passo na direção de uma análise possível é ajudar o jovem a construir um vínculo com o analista, que o possibilite a falar por si e sobre si. Tal possibilidade tem no horizonte a tarefa do adolescente de sair da condição infantil em que seus pais respondem por ele (são seus *responsáveis*), passando a responder por si mesmo. Esse processo, porém, tende a gerar questões junto aos pais, que frequentemente têm dificuldades de aceitar que os rumos escolhidos pelo filho sejam diferentes daqueles que eles próprios planejaram para o jovem. Diante dessas questões, o analista precisa tomar decisões, a cada caso e a cada vez, para as quais não há cartilhas ou prescrições: receber os pais em atendimento? Juntos ou separados? Esporádica ou regularmente? Encaminhá-los para outro profissional? 2. *Como manejar a transferência do adolescente?* Num tempo subjetivo em que a força das identificações pode assumir cores vivas e intensas, a transferência também tende a se revestir de particular intensidade, seja por meio de uma transferência maciça (positiva ou negativa), ou por meio de uma grande resistência à vinculação. O analista precisa suportar a força (ou fragilidade) desse vínculo, a fim de torná-lo suportável também para o adolescente. 3. *O que esperar da análise do adolescente?* Num trabalho clínico, a rigor, não há um ponto de chegada pré-determinado, um resultado *a priori* que se espere das construções que o analisando fará no seu percurso singular de análise. No caso de um adolescente, o mesmo se verifica. Contudo, há que se considerar que o processo de adotar, em si, tende a constituir um momento de *crise subjetiva*. Por isso, é comum que a própria travessia da adolescência consista num importante material de trabalho nos atendimentos com um jovem analisando. O analista deve considerar as peculiaridades desse momento, mas sem esquecer que não necessariamente a análise de um adolescente se limitará a uma espécie de elaboração da adolescência. Ao longo do trabalho resumido aqui, as três questões destacadas acima são articuladas com vinhetas clínicas e contribuições de autores que pensam a adolescência e a psicanálise (Freud, Lacan, Saggese, Melman e Rassial). No lugar de oferecer respostas prontas – pois estamos convencidas de que elas não existem –, nosso objetivo é amadurecer a discussão para que essas questões, que desafiam tantos analistas de adolescentes, possam ser conduzidas de modo mais responsável e menos ingênuo.

366



DOS JOVENS AUTORES DE ATO INFRACIONAL E SEUS OUTROS: INSCRIÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO.

Priscila Souza Vicente Penna (USP)
priscila.penna@usp.br

Ana Maria Loffredo (USP)
analoffredo@usp.br

Esta pesquisa destina-se à problematização da alteridade no adolescente em conflito com a lei, segundo o referencial psicanalítico. A pergunta que direciona e sintetiza nossas intenções de pesquisa diz respeito às motivações, ou aos fatores que estariam relacionados com o desenvolvimento de condutas violentas em adolescentes, questão que nos conduz a indagar como a alteridade se dá num contexto de violência. Nesse sentido, a pesquisa pretende reconstruir subsídios teóricos que permitam examinar, no contexto de uma metapsicologia da violência, como opera o psiquismo de quem, hipotética e aparentemente não é capaz de reconhecer o outro através do *ato* violento, isto é, o que permite a alguém, no caso o adolescente, realizar um ato de violência sem *compaixão* aparente? O ato de violência que está no centro de nossa esfera reflexiva se insere no campo do que qualificamos como violência intersubjetiva, tratando-se, portanto, de um estudo da problemática da agressividade situada na interseção dos registros do sujeito e do outro. Neste enquadre, atestamos a importância de se examinar as modalidades de subjetivação em questão no mundo contemporâneo, como resultado da evolução das culturas e sociedades que transformam os modos de relação entre os sujeitos. Neste sentido, poderíamos perguntar: que efeitos essa configuração social produziria sobre a constituição das subjetividades? Qual (ais) modalidades (s) de sofrimento psíquico poderiam ocorrer deste novo contexto pleno de transformações? As infrações adolescentes atestariam o espaço do mal-estar, por excelência, da dor e do sofrimento às quais o sujeito pós-moderno está subjugado? Na atualidade, somos espectadores da emergência das chamadas patologias do ato, caracterizadas pela invasão de uma dimensão traumática no psiquismo, que exprimem uma falha nos mecanismos de simbolização e apontam para a necessidade de uma contenção desta explosão psíquica. Nesse caso, observamos uma ausência de mediação que se articula à presença da intensa violência psíquica na adolescência. Essa violência expressa nas "atuações" e "passagens ao ato" nos faz questionar se tais ações possuiriam algum valor estruturante para o sujeito e, nesse caso, a delinquência poderia ser uma via, um caminho alternativo de possibilidade de nomeação e identidade. Para esta investigação utilizamos do método psicanalítico que se estende à escuta de adolescentes em conflito com a lei no âmbito do programa que acolhe adolescentes para o cumprimento de medida socioeducativa no município de Itabira, estado de Minas Gerais, e inserido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. A concepção de Clínica Extensa, conforme desenvolvida por Herrmann (1991), vinculada à proposta de exercício do método psicanalítico fora do *setting* convencional fundamenta nossa proposta de investigação. E, dentro desta perspectiva metodológica, o nosso objetivo é poder criar novas configurações e novos sentidos para a compreensão do ato infracional. Portanto, propomo-nos a realização de uma pesquisa com o método psicanalítico, a fim de nos possibilitar a configuração de respostas para a grande pergunta que orienta esta investigação, sobre quais as motivações para a prática do ato infracional.

367



**ESPECULARIDADE, PERTENCIMENTO SIMBÓLICO E LUTO:
CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS A PARTIR DO TRABALHO COM ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI.**

Aline Bemfica (UFRJ)
alinegbem@yahoo.com.br

Andréa Guerra (UFMG)
andreamcguerra@gmail.com

Nossa proposta consiste ampliar a discussão acerca do processo de subjetivação na adolescência a partir do trabalho com "adolescentes em conflito com a lei" acompanhados no Projeto de Extensão "Já É", que oferece atendimento individual e de orientação psicanalítica para adolescentes em cumprimento de medida privativa de liberdade no estado de Minas Gerais (SUASE/MG). Através da clínica-escola do Departamento de Psicologia da UFMG, temos recolhido efeitos do tratamento dos jovens que contribuem para pensarmos a adolescência e suas soluções e dificuldades na relação com seus outros na tessitura de seus laços sociais. Propomos levar uma investigação sobre a dimensão do sofrimento psíquico, a partir do relato dos jovens acompanhados com ênfase nos seguintes tópicos: a) especularidade e narcisismo, b) luto do corpo infantil, c) saber oriundo da referência parental. O tempo médio de acompanhamento de um adolescente varia de três meses a oito meses. Na adolescência trata-se de um tempo de reelaboração quanto às escolhas sexuais, às escolhas objetais e às escolhas de vida. Nesse contexto, os adolescentes do Projeto "Já É" nos ensinam que é necessário considerar: a) a função da punição b) o lugar do pertencimento simbólico. Examinaremos esses tópicos apresentando a prática por nós realizada na interface com as instituições socioeducativas.

368



TRAUMA E CONVOCAÇÃO DO ATO NA ADOLESCÊNCIA.

Ana Caroline Coelho de Oliveira (UFRJ)
anna_karol2@hotmail.com

Partindo do referencial teórico da Psicanálise, o presente trabalho tem por objetivo investigar alguns aspectos envolvidos nas chamadas “patologias do ato”, privilegiando suas manifestações no contexto da adolescência. Esta comunicação, resultante de nossa participação em um programa de estágio em pesquisa e clínica junto à Divisão de Psicologia Aplicada, faz parte de um processo mais amplo, que se encontra em andamento. Trata-se da pesquisa intitulada “Trauma, narcisismo e ato hoje: além do mal-estar?” sob a coordenação da Professora Marta Rezende Cardoso. Em nosso entender, a questão das respostas defensivas que se dão pela via do ato possui especial relevância numa reflexão dedicada à adolescência e juventude contemporâneas, campo que em muito nos interroga sobre a dimensão de violência psíquica. Entendemos que a adolescência constitui situação subjetiva privilegiada para o desencadeamento de comportamentos violentos, em particular, de respostas que convocam o registro do ato. Diante desta constatação, viemos a nos interrogar sobre o que estaria na base de tais patologias bem como sobre a singularidade do modo de funcionamento psíquico desses sujeitos. A adolescência pode ser considerada como um vivido subjetivo necessariamente traumático, pela intensa e tumultuada ressonância psíquica das transformações corporais que aí tem lugar e das novas demandas impostas ao sujeito adolescente pelo mundo externo nessa transição da vida infantil à vida adulta. Porém, em determinados casos, esta inevitável reviravolta no plano do equilíbrio psíquico, na dinâmica do conflito interno, comporta caráter desestruturante, apontando para a precariedade dos recursos egóicos, envolvendo elementos narcísicos e objetais, diante de um transbordamento pulsional interno, ou seja, da irrupção na tópica psíquica de uma energia sem possibilidade de ligação simbólica e de recalçamento. Para dar conta dessas questões, nossa proposta metodológica será, em linhas gerais, explorar, do ponto de vista teórico-clínico, a questão do trauma e sua relação com a travessia da adolescência, centrando-nos na noção de limite em Psicanálise, particularmente a dos limites da representação na vida psíquica e a das fronteiras entre o eu e o objeto. Este estudo nos permitirá incrementar a compreensão da problemática do ato, aspecto que constitui um dos principais fundamentos das respostas defensivas precárias e violentas a que o ego do sujeito pode vir a fazer apelo diante de uma situação de passividade pulsional. Trata-se da tentativa de “dominar” a dor psíquica por meio da transformação da experiência interna de passividade em atividade, por meio de uma exteriorização e descarga da força excedente, mortífera, mas que paradoxalmente mantém o ego violentamente dominado por ela.

369



VIOLÊNCIA, PERFORMANCE E NARCISISMO: OS JOVENS SEM OS OUTROS?

Natasha Helsing (UFRJ)
nathelsing@gmail.com

Luiz Paulo Leitão Martins (UFRJ)
luizpaulolm@yahoo.com

Joel Birman (UFRJ)
joelbirman@uol.com.br

Este trabalho pretende sustentar que a violência e o incremento da performance são algumas possibilidades de resposta da juventude brasileira frente à ausência de reconhecimento simbólico em nossa sociedade. Considerando que a inserção precária dos jovens no mercado de trabalho e a diminuição do investimento libidinal em relação aos filhos no espaço familiar incidem na economia narcísica da contemporaneidade (Birman, 2008), defenderemos que a construção de um estilo de ser violento e a utilização de drogas que conduzem à performance têm o desamparo, o desalento e a fragilização narcísica como seus operadores cruciais. Um primeiro eixo de análise dessa conjuntura corresponde à perda do reconhecimento simbólico dos jovens na *ordem familiar*, sobretudo, nos anos 1950 e 1960. Com a desvinculação da figura da mulher em relação à condição de maternidade e a permanência dos homens no espaço de trabalho, os jovens e as crianças perderam parte do investimento narcísico das figuras parentais na sociedade contemporânea, o que incide nas modalidades de dor e de sofrimento (Birman, 2009). Ora, se, com o discurso de Freud (1914/2010), observamos que o narcisismo é constitutivo da formação do eu, com Jacques Lacan (1949/1966; 1953/1966), essa formação é definida pelo reconhecimento do sujeito a partir dos registros do imaginário e do simbólico. Quando o reconhecimento nos laços sociais e no discurso se mostra precário, resta ao sujeito recorrer ao registro imaginário (Birman, 2008). A exibição da força, o cultivo do corpo e, ainda, o incremento da massa muscular constituem alguns dos *simulacros de potência* da cena social atual, expressão da busca de reconhecimento pelo registro da visibilidade (Birman, 2008). Isso nos remete à hipótese de Lacan (1948/1966) que toma a agressividade como uma resposta possível diante da ausência de reconhecimento, haja vista que esta tem uma incidência traumática no sujeito (Birman, 2013). Um segundo eixo de análise articula a impotência juvenil à não-inclusão dos jovens no mercado de trabalho. A incidência dessa importante consequência da globalização neoliberal nos *modos de afetação* das subjetividades, com efeito, contribui para o incremento das dimensões de precariedade e de insegurança social que caracterizam o mundo contemporâneo (Birman, 2013). E se a violência é um lado da moeda, o outro é autodesvalorização, a vergonha e a sensação de insuficiência (Ehrenberg, 2000). Estes são alguns dos signos da fragilização da economia narcísica que caracteriza as novas modalidades de sofrimento psíquico na contemporaneidade. Vale ressaltar que a *desnarcisação* é um dos motores da busca por psicofármacos, na medida em que esses se apresentam como garantidores do “bom funcionamento”, isto é, da performance que, por sua vez, se tornou um imperativo categórico na ordem neoliberal (Birman, 2014). Nossa hipótese é que a juventude contemporânea se depara com um impasse, na medida em que ela não possui um horizonte delimitado que lhe permita se inscrever no espaço social (Birman, 2009), e que a violência e a performance são tentativas do jovem de obter o olhar do outro, já que se tornou um *resíduo* capitalismo neoliberal (Birman, 2009).



TRAUMA E FRAGILIDADE EGÓICA: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA ADOLESCÊNCIA.

Mariana Fonseca dos Anjos (UFRJ)
m.anjos1993@gmail.com

O presente trabalho encontra-se vinculado ao projeto de pesquisa intitulado “Trauma, narcisismo e ato: além do “mal-estar”? Sob a coordenação da Professora Marta Rezende Cardoso. O estudo que aqui propomos encontra-se em andamento através do programa de estágio que realizamos em pesquisa e clínica junto à Divisão de Psicologia Aplicada da UFRJ. Vamos nos dedicar à investigação de elementos fundamentais da adolescência, enquanto travessia da vida infantil à vida adulta, e que nos interroga sobre aspectos ligados à dinâmica e economia pulsionais. Estes aspectos se encontram entrecruzados, de modo estreito, com a complexa relação existente entre o ego e o outro, entre sujeito e mundo externo. A partir de uma abordagem psicanalítica, investigaremos a problemática da adolescência focando a dimensão traumática que ela comporta enquanto aspecto que lhe é constitutivo. Entendemos a adolescência como experiência subjetiva que pressupõe, por si só, vivências internas traumáticas e violentas, geradoras de angústia e sofrimento psíquico. É marca dessas vivências uma irrupção pulsional associada à fragilidade das fronteiras egoicas, passando esses sujeitos por inevitáveis modificações corporais as quais promovem profunda reviravolta no equilíbrio psíquico nos níveis pulsional e narcísico da existência subjetiva. Privilegiamos como eixo metodológico de nosso estudo a questão da passagem e elaboração dos lutos inevitáveis à adolescência. Tudo o que nela está em jogo se configura a partir do remanejamento de conflitos anteriores. Trata-se, então, de um segundo tempo, que irá ressignificar, num efeito de *a posteriori*, um primeiro tempo, aquele do infantil. Dessa forma, entendemos como um trabalho primordial da adolescência o ressurgimento do Édipo, o remanejamento das bases narcísicas, bem como uma reconfiguração da relação eu/outro. Como resultado de nossa investigação, mostraremos que o sujeito passa por uma perda do corpo da infância, de suas referências, que implica na perda de estabilidade da imagem corporal, na renúncia ao laço estabelecido com os pais da infância e à segurança que esse laço proporciona. O adolescente vê-se frente a perdas múltiplas e simultâneas que requerem de seu ego um árduo trabalho psíquico de luto e elaboração. A pressão narcísica que advém daí reforçada pela pressão pulsional, pode ter efeito estimulante para o psiquismo dos sujeitos cujas bases narcísicas estão suficientemente seguras, impelindo-os à simbolização. A tênue fronteira que separa o traumático “normal” dessa passagem e o “anormal” se ancora na qualidade do trabalho de interiorização e simbolização realizado na infância no âmbito das relações primárias e secundárias próprias à constituição subjetiva.

371



ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE.

Thayane S. Crespo da Cunha (UFF)
hayane_snt@hotmail.com

A Política de Saúde Mental deve ser pensada enquanto processo social e contínuo de transformação da atenção e cuidado em saúde, sobretudo ao considerar como objeto de ação o sujeito em sofrimento mental e “a existência global e complexa do corpo social” (AMARANTE, 2010, p. 66 *apud* ROTELLI, 2001). Porém, num breve histórico a literatura nos mostra que durante toda a história houve um destino social designado àqueles considerados “loucos” segundo a ordem instituída referente a cada período histórico e seus respectivos ordenamentos sociais, políticos e econômicos na formação da sociedade ocidental. Pensar a juventude no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira nos remete à reflexão das ações públicas destinadas a uma população específica, levando-se em conta a complexidade do contexto contemporâneo, principalmente à atual política pública de combate às drogas ilícitas. O processo de transformações no campo da saúde mental no Brasil sob a perspectiva de desinstitucionalização teve início a partir da segunda metade da década de 1980, com a adoção do lema “por uma sociedade sem manicômios” no II Congresso Brasileiro de Saúde Mental realizado em São Paulo no ano de 1987. No mesmo ano surgiu o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em São Paulo, juntamente com a criação do primeiro Núcleo de Atenção Psicossocial Prof. Luis da Rocha Cerqueira (NAPS) em Santos, a partir da adoção teórico-conceitual da experiência italiana de Baságlia e da inserção de novos atores no cenário político nos espaços deliberativos da política de saúde mental com a participação dos próprios pacientes psiquiátricos e familiares. Percebemos importante sob essa ótica, colocar em pauta a necessidade de se potencializar a eficiência e o funcionamento dos serviços substitutivos na Rede de Atenção Psicossocial destinados aos jovens que constituem grande parte da população usuária (CAPS – AS 24horas, Emergências Psiquiátricas, Serviços Residenciais Terapêuticos, Consultórios de Rua, por exemplo) e não retroceder às formas tradicionais de atenção que é combatida durante todo processo da construção dessa política. Enquanto uma política social “em movimento” caracterizada na contemporaneidade da política de saúde pela sua atuação sob o lema “por uma sociedade sem manicômios”, os serviços territoriais são potencialidades de desenvolvimento de ações intersetoriais, tanto no que tange ao combate de práticas hospitalocêntricas quanto na construção de novas modalidades de atenção integral a essa população específica.



O RECURSO À “INAÇÃO” COMO DEFESA EXTREMA ANTE O TRAUMÁTICO.

Arthur Felipe Chimenti da Costa e Silva (UFRJ)
arthurfccs@hotmail.com

Danielle Amaral da Silva Mendes (UFRJ)
danielle_amsil@yahoo.com.br

Em nossa experiência de estágio na Divisão de Psicologia Aplicada da UFRJ acompanhamos clinicamente um adolescente que apresentava expressivo retraimento de seus investimentos em projetos, em relações interpessoais, em suma, de sua capacidade de “agir no mundo”. A singularidade do caso despertou nossa atenção de modo especial e nos apontou para o fenômeno da inação, resposta defensiva de caráter elementar que se expressa por uma recusa radical do sujeito ao agir. Os atendimentos realizados com esse paciente suscitaram questões teóricas e clínicas e promoveram valiosas discussões que resultaram na construção do presente trabalho, orientado pela professora Marta Rezende Cardoso (UFRJ). Nosso objetivo central é realizar uma investigação sobre o fenômeno da inação na clínica psicanalítica contemporânea, tendo como referencial teórico a psicanálise. Consideramos a inação como uma modalidade de defesa que estaria situada no campo das patologias do ato e em cuja base insiste uma dimensão traumática. Esta configura uma situação de passividade do ego diante da irrupção de um excesso pulsional. A inação é uma resposta defensiva de caráter paradoxal, em que a recusa radical no plano do agir, como negativo absoluto da passagem ao ato, implica, de forma complexa, o acionamento do mecanismo de inversão da passividade em atividade, um dos destinos elementares da pulsão. No sujeito adolescente, o acirramento do conflito psíquico promovido, internamente, pela intensificação da pulsão sexual e fragilização na esfera da existência narcísica, sobrecarrega o trabalho psíquico. Experiência subjetiva de travessia – da infância à vida adulta, passagem de uma condição de dependência para a de autonomia –, a adolescência implica na separação dos objetos parentais, das referências infantis, o que pode ser experimentado de modo devastador. Nestes casos, o ego tende a fazer uso de recursos defensivos extremos os quais podem resultar, por exemplo, na cristalização de uma inércia psíquica, enquanto recusa à mudança e ao crescimento pessoal, garantindo assim a estagnação do processo de luto frente às múltiplas perdas vividas. Esta paralisia da existência subjetiva, enquanto mecanismo de inibição de tipo radical se evidencia de maneira marcante no quadro da inação. Como resultado de nossa pesquisa, mostraremos que no campo clínico das patologias do ato o ego apela para modos arcaicos e extremos de defesa, seja por um agir compulsivo, destrutivo, seja pela recusa radical ao ato. Estas defesas apontam para uma precariedade da constituição das fronteiras egoicas, com particular incidência na relação eu/outro e na relação eu/corpo. Nos casos em que o sujeito se recusa a “agir no mundo”, mantendo-se atrelado a uma espécie de inércia psíquica, o seu modo de funcionamento psíquico, interno, assentado no traumático, interroga-nos sobre os limites da capacidade representacional.



**RITMOS, ADOLESCÊNCIA E POESIA (RAP):
DOS 'MUROS' À MUSICALIDADE NA SOCIOEDUCAÇÃO.**

Roselene Gurski (UFRGS)
rosegurski@ufrgs.br

Renata Lisbôa (PUC/RS)
relisboa7@hotmail.com

O presente estudo “Ritmos, Adolescência e Poesia (RAP): dos ‘muros’ à musicalidade na socioeducação”, se dá no âmbito do NUPPEC/UFRGS (Núcleo de pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura), sob a coordenação da Profª. Drª. Rose Gurski. Atualmente, percebe-se uma crescente preocupação com a população juvenil, especialmente pelo aumento das situações de angústias e sofrimentos ligados a ela. Dentre os sintomas que revelam uma dose desse mal-estar, estão os atos violentos protagonizados por jovens – que acabam revelando diferentes nuances de suas conflitivas com a lei. Neste âmbito, inquietamos a via da criminalização como única forma, muitas vezes, de leitura desses atos. Não se abrem espaços para a escuta do que pode estar cifrado acerca da posição do sujeito e do laço social nos episódios de transgressões ensejados pelos jovens. Nesse sentido, buscando alargar a compreensão do sofrimento juvenil contemporâneo – através do desdobramento e da articulação de conceitos da Psicanálise do adolescente, da filosofia de Walter Benjamin e do tema da violência no laço social atual – propomos, nesta pesquisa, analisar as intersecções entre a construção de dispositivos clínicos em saúde mental infanto-juvenil e a potencialidade da materialidade artística, principalmente no que se refere à dimensão de poesia contida no RAP. Essa discussão será ancorada pela experiência com a escuta de adolescentes em conflito com a lei, a partir de um trabalho com Oficinas de RAP na FASE-RS. O RAP é um gênero musical que, através de uma narrativa ritmada, tem a possibilidade de ofertar a dimensão de poesia necessária, talvez, para que se criem outras condições de enunciação, ao ponto de realizar certos deslizamentos de significantes - efeito importante para descolar um pouco o que parece amalgamado na vida destes jovens: fala e ato. Apostamos que, ao ouvir a música, debater suas letras, “fazê-las” em oficinas, podem abrir-se questões diversas acerca das angústias e dissabores destes meninos. Como metodologia, o trabalho de escuta-intervenção, tendo o RAP como disparador, partirá do referencial psicanalítico, acrescido dos efeitos ético-metodológicos do trabalho com o tema da experiência em Walter Benjamin. Da psicanálise, recolheremos de seu método: a associação livre como disparador das conversas, a atenção flutuante como norteadora da coleta e abordagem analítica dos dados, assim como o conceito do *a posteriori* como um tempo em que os achados encontram as vias para formar uma relação de conjunto, uma vez que tecidas entre si e com a teoria. Trabalharemos com a análise dos *diários de experiência dos bolsistas* que participarão da oficina de RAP com os adolescentes da FASE-RS. Os bolsistas farão registros escritos após a finalização de cada atividade. Sublinhamos que a leitura que decantará da articulação dos estudos teóricos com as discussões do grupo de pesquisa irá compor, juntamente com os diários de experiência, o *corpus* desta investigação. A oferta de uma oficina de RAP pretende configurar um espaço de circulação da palavra e de construção/transmissão da experiência para este grupo de jovens. Buscamos, com esse movimento, fazer com que seu (s) sofrimento (s) possa (m) ser nomeado (s) e simbolizado (s) através de outras representações que não os atos violentos e os diferentes modos de expressão da conflitiva com a lei.



O CORPO ENVERGONHA?

Susane Vasconcelos Zanotti (UFAL)
susane.zanotti@ip.ufal.br

Marília Albuquerque (UFAL)
marilialbuquerque@hotmail.com

A discussão que propomos consiste em abordar a vergonha relacionado ao corpo próprio, em adolescentes diagnosticados com “Distúrbios da diferenciação do sexo” (DDS). Apoiados no referencial teórico da psicanálise, será problematizada a indagação: “o corpo envergonha?”. O ponto de partida deste trabalho é a premissa freudiana de que a vergonha é uma formação reativa, constituída no chamado período de “latência sexual”. Assim, as crianças não sentem vergonha, ou seja, trata-se de uma *aquisição* tardia proveniente das forças recalcadoras. De acordo com a classificação médica atual, os distúrbios da diferenciação do sexo, em grande parte dos casos, se manifestam como ambiguidade genital detectada ao nascimento, devido à impossibilidade de classificar a genitália externa do recém-nascido como masculina ou feminina. Em outros casos, contudo, o quadro clínico será reconhecido tardiamente na infância, na puberdade ou na idade adulta, como alterações da diferenciação sexual secundária e da fertilidade. É o que ocorre, por exemplo, com meninos que durante a puberdade desenvolvem mamas, apresentam sangramento uretral cíclico decorrente da existência de útero ou mantêm órgãos genitais de tamanho infantil. Com meninas, a situação pode ser a ausência da menstruação e de crescimento mamário, hipertrofia de clítoris, desenvolvimento de musculatura e pelos corporais de padrão masculino e aparecimento de gônadas com características de testículos na região genital. Partiremos desses aspectos para abordar os conceitos de corpo próprio e vergonha, no que se refere ao sofrimento psíquico e produção de subjetividade desses adolescentes. Trata-se de reflexões sobre casos de distúrbios da diferenciação do sexo a partir de pesquisa-intervenção em andamento, na interface da Psicanálise com a Genética. Serão utilizados exemplos clínicos extraídos dos casos acompanhados no ambulatório de genética de um Hospital Universitário do Nordeste. Os resultados demonstram, nos casos estudados, que a vergonha mencionada por esses adolescentes tem importantes consequências em suas vidas. Vergonha que alude ao olhar, causa angústia e, acusa a *desordem* dessa condição genética e do padrão social que separam homens e mulheres. Partimos da concepção da Psicanálise freudiana da diferença entre a definição de corpo anátomo-biológico da medicina e corpo próprio. Para Freud esse relaciona-se ao simbólico e destinado a servir como palco das verdades mais secretas do sujeito, sem que este o saiba ou passa apresentá-las de outro modo. Para Freud, enquanto força reativa, a vergonha apresenta-se como vergonha da nudez e vergonha dos excrementos. Privilegiaremos a vergonha da nudez, a partir da discussão do conto “as roupas imaginárias do rei”, mencionado por Freud ao tratar dos sonhos de estar despido. É possível compreender a vergonha associada ao olhar do outro, acompanhada do rebaixamento da imagem. Por ter um caráter de invenção, própria a cada sujeito, testemunhamos no âmbito da pesquisa a importância de intervenções clínicas com adolescentes e, em acompanhar suas trajetórias no que diz respeito à relação com o corpo.



USO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA, CLÍNICA E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE.

Paulo Cardoso de Moura Neto (Prefeitura de São Gonçalo/RJ)
oluapcmn@ig.com.br

A importância de desafiar riscos, de fazer o que se é proibido na nossa cultura (como fazer uso -de drogas), é o que adolescente procura. Esse período da vida faz com que os padrões familiares sejam revistos, as exigências crescem com as de fundo sexual e mudanças ocorrem a nível corporal e emocional. O adolescente não é mais uma criança, porém não pode se dizer que ele chegou a se tornar um adulto. Para formar uma identidade, o adolescente rebela-se, tenta absorver os costumes do grupo que ele faz parte, refazendo assim, seus próprios conceitos e experimentando uma possível independência. Quando o adolescente usa drogas, há vários motivos, entre eles, como se ver distante de suas angústias, de seus temores. O jovem se sente, por cima, com nada pudesse atingi-lo e os problemas esvaíssem que o incomodassem. Viver a realidade todo o tempo é insuportável, então existem os mecanismos de escape desenvolvidos pelo homem para aplacar a sua angústia. A pessoa que usa uma substância psicoativa qualquer, experimenta uma alteração em seu organismo que lhe permite usufruir de um possível e breve bem-estar. A montagem de uma rede de atendimentos em saúde mental se orienta por uma diretriz clínica que afirma que tanto as crianças como adolescentes são sujeito psíquicos capazes de falarem de si e de sua dor e também ressalta ao atendimento a seus responsáveis. O Ministério da Saúde aprovou em 2002, um conjunto de portarias que regulamentavam a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), incluindo os centros voltados para álcool e outras drogas (Caps-ad). Nesses espaços acontece o acompanhamento clínico e a reinserção social destas pessoas através do acesso ao trabalho ao lazer, exercícios de direitos civis e fortalecimentos dos laços familiares e comunitários. O Caps-ad atende adultos ou crianças e adolescentes, considerando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. O que parece ser crucial é levar em conta que a perspectiva terapêutica leva a fundar um laço social com o jovem, pois neste caso de envolvimento com a droga pode ser visto como um pedido velado de ajuda, e às vezes pode ser um caminho difícil de sair, e sem volta. Quando existe uma chance de intervenção ocorrer é que a droga já não motive como uma solução para o paciente e situar fazer da intoxicação em relação as determinações do sujeito, isto é, resubjetivar as questões do paciente tanto com relação à droga e seus impasses, suas angústias. Faz-se necessário, portanto, uma construção de uma rede de atendimento capaz de acolher as diversas demandas em todos os níveis de complexidade e de determinar parâmetros técnicos-conceituais, clínicos e políticos para a direção de ações públicas, a troca e experiências e a elaboração de uma política pública de saúde mental voltada para crianças e adolescentes.

376



A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E CAPTURAS DOS DESVIOS NO CONTEMPORÂNEO: REFLEXÕES NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL.

Luísa Azevedo Damasceno (UFF)
uff_luisa@hotmail.com

O presente trabalho é fruto da minha inquietação diante de uma tendência observada nos serviços de saúde em diagnosticar todo e qualquer tipo de conduta desviante como patológica, em função de a criança ou adolescente não atingir um padrão de comportamento ou de aprendizagem esperado socialmente. Desde 2010, atuo em um ambulatório de Saúde Mental, vinculado a projetos de pesquisa e extensão da Universidade Federal Fluminense, onde acompanho atendimentos voltados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, biológica e/ou psicológica. Tenho observado em minha prática que o discurso médico, cada vez mais, vem permeando a vida cotidiana, adentrando nas instituições família e escola de forma a intervir diretamente no modo como nos relacionamos uns com os outros. Percebo que muitos pais/professores se sentem incapazes de cumprir seus papéis com seus filhos/alunos sem recorrer à supervisão ou aval técnico (pareceres, laudos) de especialistas. Dessa forma, procuram os serviços de saúde para obter respostas que ofereçam uma explicação de fundo biológico, por exemplo, ao “comportamento desafiador” do adolescente, sua “indisciplina”, o porquê de suas dificuldades escolares ou de sua “falta de concentração” nas tarefas. Com isso, questões de diferentes ordens (sociais, históricas, pedagógicas, familiares e políticas – multifatoriais, portanto), passam a ser reduzidas, por um senso-comum, a problemas de âmbito médico. O termo *medicalização* pode ser entendido como o processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. Medicalizar, nesse sentido, seria então buscar explicações e intervenções médicas para fenômenos comportamentais das mais diferentes origens - o que acabaria por reduzir os modos de funcionamento dos sujeitos e seus determinantes coletivos a quadros patológicos e questões individuais. Embora perceba que o processo da medicalização não se restringe às doenças mentais, considero o campo da Saúde Mental - por estar inserida nele - um lugar propício para a tendência medicalizante aparecer. Isso porque observo que as pessoas não apenas procuram os serviços de saúde para suas dificuldades cotidianas, mas também a maioria busca nos serviços de psicologia ou psiquiatria uma validação da ideia de que possuem um “transtorno mental” - o qual supostamente explicaria todos os seus problemas vivenciais. Estes “transtornos”, muitas vezes, são compreendidos precipitadamente pelos pacientes como um problema genético, definitivo e naturalmente passível de tratamento farmacológico, apenas. O presente trabalho, portanto, reside na possibilidade de pensar o desenvolvimento infanto-juvenil levando em conta seu caráter dialético, sua complexidade e seus determinantes socioculturais – questionando os modelos hegemônicos de assistência psiquiátrica, que tendem a reduzir os sujeitos a simples funcionamento de circuitos cerebrais e respostas adaptativas e normalizantes.

377



ADOLESCÊNCIA E MAL-ESTAR NA ESCOLARIZAÇÃO: ESTUDO DE CASOS.

Cristiana Carneiro (UFRJ)
cristianacarneiro13@gmail.com

Luciana Gageiro Coutinho (UFF)
lugageiro@uol.com.br

O presente trabalho tem como finalidade apresentar dois casos de adolescentes, ambos diagnosticados com TDAH e dificuldade de aprendizagem, acompanhados na pesquisa intitulada “Infância, adolescência e mal-estar na escolarização: estudo de casos em psicanálise e educação”, fruto da parceria do NIPIAC (Núcleo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa para a Infância e Adolescência Contemporâneas da UFRJ), as Faculdades de Educação da UFRJ e da UFF, e o Instituto de Psiquiatria da UFRJ, mais especificamente o SPIA (Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência). A pesquisa, realizada na interface entre as áreas de psicanálise e educação, parte do pressuposto que o laço educativo atual, sustentado socialmente através de dispositivos institucionais medico pedagógicos, é orientado fundamentalmente pelo discurso da ciência em detrimento da palavra autorizada de pais e profissionais da educação, o que repercute do lado das crianças e dos adolescentes na perda de referentes simbólicos importantes na construção de um discurso próprio. A pesquisa visa, então, ampliar a discussão sobre o TDAH e das chamadas “dificuldades de aprendizagem” que não podem ser pensadas de forma isolada, sem que sejam discutidos os múltiplos fatores que intervêm neste recorrente “mal-estar”. Propomos pensar em mal-estar como uma noção freudiana que remete a algo difuso, no lugar de termos com sentidos fechados em si mesmos como “problema escolar” ou “dificuldade de aprendizagem”. Desta forma, o “mal-estar na escolarização” deve ser entendido em seus múltiplos fatores determinantes, sabendo que, para a psicanálise, o mal-estar remete ao encontro do pulsional com a cultura, do qual depende a constituição do sujeito referido ao Outro, encontro faltoso que está sempre por se fazer, e que, na infância e na adolescência, está bastante permeado pelo contexto escolar. Pensar em mal-estar na escolarização é, portanto, pensar em na subjetivação atravessada pelos discursos que a constituem. Nesse sentido, o projeto visa, no seu viés mais estrito de pesquisa, investigar como o mal-estar na escolarização presente nos casos acompanhados é nomeado pelos diferentes agentes que dele participam e, no seu caráter mais amplo - interventivo e clínico- , mobilizar esses diferentes agentes para repensar a situação da criança/adolescente constituindo um lugar de endereçamento para suas angústias e questões no trato com os mesmos. A metodologia conjuga a pesquisa-intervenção e o estudo de casos. O trabalho de campo foi feito através dos seguintes instrumentos: idas às escolas dos adolescentes para observação e reuniões com equipe pedagógica; reuniões de pais no SPIA; entrevistas individuais com a família e com os sujeitos (crianças e adolescentes) e reuniões com os especialistas que os atendem. A partir da transcrição de falas, relatórios de observação e prontuários, a pesquisa se organiza em torno de quatro eixos de análise, ou seja, a família, a escola, os especialistas e o sujeito, buscando mapear o modo pelo qual se produz o mal-estar na escolarização, numa vertente interdisciplinar. No entanto, neste trabalho fazemos um recorte das enunciações do mal-estar no discurso dos sujeitos adolescentes estudados, discutindo consonâncias e diferenças.



OBESIDADE NA ADOLESCÊNCIA: UM SINTOMA SOCIAL OU SEXUAL?

Andréa Martello (UNIRIO\ UFRJ\ ISEPOL)
deamartello@gmail.com

Leticia de Moraes Sarmiento Figueirinha (UFRJ)
leticiafigueirinha@gmail.com

No Brasil o aumento da obesidade entre crianças e adolescentes tornou-se um problema de saúde pública. O IBGE (2013) estima que mais da metade da população brasileira esteja com excesso de peso. No caso dos jovens o aumento destes índices é mais alarmante na medida em que a adesão ao tratamento é na maioria das vezes problemática restando como solução intervenções mais drásticas como a operação bariátrica aos 18 anos. De acordo com a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO-2009) as causas da obesidade são complexas e multifatoriais, exigindo um trabalho multi e interdisciplinar. Neste âmbito nos interessou investigar a participação dos familiares no tratamento clínico dos adolescentes. O objetivo do estudo foi avaliar a participação de familiares e/ou responsáveis no acompanhamento de adolescentes com sobrepeso ou obesidade em tratamento no Ambulatório de Adolescentes do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira – IPPMG/UFRJ. Para isso foi feita uma pesquisa de campo onde foram entrevistados 9 responsáveis presentes na consulta dos adolescentes com os quais foram realizadas entrevistas semiestruturadas contendo uma questão norteadora que serviu de apoio para outras que surgissem de acordo com a demanda de cada entrevistado. A análise de dados foi feita a partir do método quasi quantitativo para a definição das 7 categorias, encontradas de maneira não apriorística. Conseguimos concluir com este estudo que a participação da família é fundamental para a adesão ao tratamento, destacando que geralmente os problemas com o excesso de peso são enfrentados por gerações. Defendemos que este fato vai além dos aspectos biológicos envolvidos ou de hábitos alimentares da modernidade que tornou os alimentos mais calóricos, aliados a um estilo de vida cada vez mais sedentário. O discurso médico aliado ao discurso das políticas públicas ignora o fato de que muitas vezes o a comida pode estar funcionando como um recurso psicológico significativo na vida do adolescente e de seus familiares. Partimos do pressuposto que a escuta psicanalítica do caso da obesidade entre os adolescentes pode trazer novos dados que permitam uma adesão melhor ao tratamento. Destaca-se nas entrevistas a completa passividade de alguns adolescentes em relação ao seu cotidiano. Este fato chamou a atenção pois influencia diretamente na adesão ao tratamento já que não há nenhuma responsabilização por si. Seguindo a linha de pesquisa do Núcleo Sephora de Pesquisas sobre o Moderno e o Contemporâneo afirma-se que a obesidade se configura como um sintoma constituído de modo diferente do sintoma clássico que era a expressão metafórica de uma significação sexual. Defende-se que o que está em jogo nos sintomas contemporâneos é da ordem de experiências de gozo fora do sexo e no caso da obesidade na adolescência esta questão se torna mais evidente uma vez que este é o momento de entrada na partilha sexual. Será a inscrição do adolescente na ordem sexuada uma ferramenta terapêutica para a obesidade?



A POLIFONIA MUDA DA ADOLESCÊNCIA À LUZ DA PSICANÁLISE.

Guilherme Olivier da Silva (UFRGS)
golivierdasilva@gmail.com

A modernidade caracteriza-se pela pretensão de consciência, autonomia e autocentrimento. A invenção da infância é o tempo de preparação para a conquista daquela posição na sociedade. Mas existe um instante de suspensão, por assim dizer, de adiamento da consumação daquele empreendimento no qual não somos mais criança, tampouco adulto. Esta é a ideia propagada pelo discurso científico. Desse modo, é comum ouvirmos que a adolescência é um instante de espera - que mais se assemelha a uma “moratória” - que é concedido aos jovens que estão entre o tempo da infância e o do amadurecimento adulto. À luz do discurso científico, portanto, concebe-se a adolescência, no curso do desenvolvimento humano, como um momento no qual o corpo e o psíquico são interpelados, convocando os jovens a se posicionar. Daí o adolescente cala-se ou agita-se com aquela convocação. Porque questões mais sofisticadas lhe são feitas, colocando-o diante de dilemas, seja sobre sua identidade sexual, seja sobre sua escolha profissional. É o momento da tomada de decisões. Ora, se toparmos a hipótese de que, na adolescência, trata-se justamente da destinação de respostas críticas àquelas questões, qual é a posição, quer da Psicologia, quer da Psicanálise, neste debate? Quais são os efeitos, no saber científico, do estranhamento e da crise da adolescente frente àquelas indagações? As passagens ao ato, a toxicomania, a anorexia, a bulimia etc., configuram respostas ou, do contrário, dizem respeito a uma recusa em expressar a angústia diante da complexidade daquelas perguntas? O presente trabalho conclui que é o adolescente quem nos aponta sobre a importância de darmos boas razões para a confecção das nossas perguntas, mais do que a exigência de respostas precisas a elas. Além disso, sugere que a passagem adolescente na contemporaneidade, à luz da Psicanálise, sobretudo seguindo uma pista que Freud nos deu ao sugerir uma diferença entre os conceitos de *eu ideal* e *ideal de eu*, exige que lancemos uma interrogação sobre a pertinência da clínica psicanalítica com adolescentes. O terreno sobre o qual pretendemos estabelecer nossa discussão, neste debate, é aquele em que a escuta dos jovens ganha destaque, visto que ela proporciona a emergência do sujeito, que é singular e dependente das relações mantidas no laço social. Tal escuta é distinta do modo de prescrição de condutas e normas para se portar no campo social, pelo qual a objetivação é o procedimento para se enfrentar as questões dos jovens. Finalizamos propondo que aqueles conceitos freudianos (*eu ideal* - *ideal de eu*) realizam uma contribuição importante no que diz respeito às estratégias de enfrentamento das questões da juventude.

380



**O CAPS AD, A REDE MULTIPROFISSIONAL E A FAMÍLIA:
PROBLEMATIZANDO A POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS.**

Patrícia Rocha Lustosa (UESPI)
plustosa@yahoo.com

Jaconilson de Araújo Vieira (UESPI)
jakonilson.araujo@gmail.com

Lincoln Silva Martins (UESPI)
lincoln.sm@hotmail.com

O Centro Brasileiro de Informações sobre drogas psicotrópicas (CEBRID) considera todas as drogas de forma igualitária e analisa suas implicações globalmente em termos de riscos para a população, formulando os problemas em termos de custos com o seu enfrentamento. Esta citação traz implicações sobre como lidar com o uso exacerbado de substâncias psicoativas, posto que a política nacional prega a redução de danos e não sua erradicação. Nos atuais discursos sobre as políticas públicas de enfrentamento às drogas o lugar ocupado pelos alcoolistas e adictos, sobremaneira, está ligado à necessidade de controle e vigilância, para poder intervir no campo da Saúde Mental. No lugar de um “criminoso” a ser perseguido pela polícia, o usuário passa à “vítima”, “doente” e, acima de tudo, “impotente” perante o uso da droga ou do álcool. É importante considerar ainda que as estatísticas apontam que estado do Piauí entre os anos de 2006 a 2010, apresentou a segunda maior taxa de mortes causadas pelo fumo e no que tange as substâncias ilícitas a cocaína teve a maior taxa do estado. A média de óbitos por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso do fumo por estado, o Piauí ficou em segundo lugar. Mediante aos dados apresentados, o presente trabalho tem como objetivo investigar as possíveis relações entre a prevalência e a incidência do uso de substâncias psicoativas e o contexto de riscos e exclusão, assim como categorizar as expectativas que a rede multiprofissional tem sobre a assistência das famílias de usuários. Trata-se de uma pesquisa etnográfica instrumentalizada por entrevistas e observações sistemáticas com os usuários e profissionais do serviço de um Centro de Assistência Psicossocial de Álcool e outras Drogas da cidade de Teresina. Nossa análise está pautada na abordagem biopolítica apresentada pelo filósofo Michel Foucault, quando este incorpora ao estudo da relação saber-poder disciplinar - que individualiza os corpos - até seus dispositivos biopolíticos que gerenciam a vida das populações. Dessa forma, objetiva-se com a pesquisa promover reflexões dialógicas que aproximem comunidade e os profissionais de saúde na relação de saberes que permeiam a atenção primária e o enfrentamento às drogas, como também, o estabelecimento ou solidificação dos vínculos indispensáveis para o efetivo cumprimento das práticas assistenciais. Apresentamos ainda a proposta da reavaliação crítica do novo modelo de atenção compartilhada e as contribuições na forma de se pensar e, sobretudo, produzir elementos para o suporte psicoafetivo das famílias de usuários assistidas pela equipe multiprofissional do CAPS. A motivação para a realização da pesquisa deu-se a partir da necessidade de se refletir sobre dinâmica de saberes dos profissionais de saúde e comunidade a fim de garantir maior efetividade na atenção primária.

381



A RELAÇÃO EU/OUTRO NAS ADICÇÕES.

Camylla Chagas (UFRJ)
camylla_@hotmail.com

Lívia Beatriz Mattos Santana (UFRJ)
liviabmsantana@gmail.com

Apoiados no referencial teórico da Psicanálise, o presente trabalho é dedicado à patologia das adicções. Consideramos que esta questão possui especial relevância no contexto da adolescência, sobretudo na atualidade, onde as adicções se apresentam de forma maciça e em constante crescimento. Analisaremos de que forma a adolescência, entendida como um processo e não como uma etapa entre a infância e o universo adulto, comporta em si um caráter traumático ilustrado através do sentimento de despersonalização e descontinuidade do corpo a partir da irrupção da puberdade. Entendemos que as intensas mudanças do corpo biológico impõem o abandono de um corpo até então infantil provocando diversas transformações psíquicas e corporais. O psiquismo se vê diante da tarefa de assimilar esse bombardeio de novas sensações, onde o corpo é alvo de sentimentos de estranheza e vivido como objeto externo, havendo assim ameaça à sua unidade narcísica. Realizamos uma investigação na qual se privilegia a questão da relação eu/outro, analisada a partir de um plano, tanto intrapsíquico quanto intersubjetivo. Serão analisados os fundamentos do processo de constituição narcísica, que envolve necessariamente a dimensão de alteridade a qual, por sua vez, se articula com a da economia e da dinâmica pulsionais. Trata-se de explorar a problemática da perda do objeto primordial, condição para a consolidação das fronteiras egoicas. Este aspecto, aliado à presença de um núcleo traumático, apresenta caráter especialmente problemático na situação clínica da adicção. A adolescência traduz a revivência de dois conflitos básicos - o de separação/perda do objeto e o conflito edípico - e constitui um importante processo de reorganização física e psíquica que pressupõe, por si só, vivências traumáticas. Pretendemos articular a irrupção dos excessos pulsionais associados à fragilidade narcísica, característicos das adolescências, com a irrupção das adicções. Partimos do pressuposto que algum nível de dependência é fundamental para o processo de constituição do sujeito. A relação adictiva está relacionada a uma dependência que se tornou patológica. Tendo como base a noção de “objeto único” e a de “servidão ao outro” pretendemos mostrar, como resultado de nossa pesquisa, que o estado de dependência, característico do modo de relação estabelecido entre o sujeito e o objeto da adicção encontra seu fundamento na precariedade das relações objetais primárias e edipianas. Trata-se de uma modalidade de resposta defensiva precária e elementar, e que se encontra fortemente presente na clínica psicanalítica contemporânea. Esta comunicação é vinculada ao projeto de pesquisa “Trauma, narcisismo e ato hoje: além do “mal-estar”? ”, sob a coordenação da Professora Marta Rezende Cardoso.

382



**ADOLESCÊNCIA:
A PASSAGEM DO FAMILIAR AO SOCIAL EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO
SOCIAL.**

Marisa Batista Warpechowski (UFRGS)
marisabw@gmail.com

Luciane De Conti (UFRGS)
ludeconti@gmail.com

Esta pesquisa surge da experiência de trabalho como psicóloga no campo das políticas públicas, através do trabalho de escuta no acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e violação de direitos a partir de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS. A pesquisa se dá no âmbito do mestrado em Psicanálise: clínica e cultura na UFRGS com a orientação da Prof.^a Dr.^a Luciane de Conti. Na escuta a estas famílias, as mães são os porta vozes do mal-estar que se produz na relação com seus filhos adolescentes, falam de seu fracasso na relação de cuidado e proteção. Queixam-se que suas palavras e seus atos não produzem efeito, que não conseguem impor limites aos filhos. Que não sabem o que fazer para evitar que os filhos se envolvam com situações perigosas, uso e tráfico de drogas, furtos e situações de violência. Este sofrimento as levam a construir saídas desesperadas, acorrentar o filho em casa, o pedido pela retirada do filho da comunidade, que o conselho tutelar e/ ou juiz o leve para um abrigo. Estas famílias fazem parte de uma parcela da população que vivem em situação de invisibilidade, vivendo em situação de desamparo psíquico e social. Habitando vilas e regiões periféricas da cidade em condições de precariedade tanto de recursos materiais como de recursos simbólicos para fazer frente a inúmeras situações de exclusão e violências. Uma invisibilidade que quando torna-se visível e ganha os noticiários em geral é diante de algum acontecimento trágico, onde a face da morte e do horror, toma lugar. Este estudo objetiva problematizar a passagem adolescente, lançando um olhar sobre este momento de transição da cena familiar a cena social para este jovem que tem sua história marcada por situações de exclusão social e violências. Objetiva também construir dispositivos clínicos de intervenção capaz de resgatar a dimensão de sujeito articulado aos direitos sociais. Estes jovens estão a mercê de situações de vida traumáticas em seu cotidiano, o que atualiza constantemente o desamparo psíquico constitutivo, vivendo e assistindo situações muito conturbadas e violentas. Isto produz interrogantes sobre o modo como estes acontecimentos podem incidir e transformar a constituição subjetiva e quais as possibilidades de inscrição deste adolescente considerando o laço social na contemporaneidade. Com a psicanálise reconhecemos que a adolescência é o tempo de construir uma nova posição subjetiva o que exigirá um intenso trabalho psíquico. Nesse processo o adolescente tem de construir um lugar social que não é mais aquele da família, porém um lugar subjetivo enquanto sujeito no mundo. A proposta metodológica apoia-se no entendimento acerca da pesquisa psicanalítica, que conjuga a clínica, pesquisa e intervenção. Para a análise das questões propostas serão utilizados o trabalho de escuta com as famílias e adolescentes e o discurso que sobre eles é produzido pelos serviços e programas que compõem a rede de atendimento.

383



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 09 - Risco e cuidado.

Coordenador: [Marcelo Ricardo Pereira](#) (UFMG)

384



PENSANDO A PROTEÇÃO NO ESPAÇO DOS CONSELHOS TUTELARES.

Maria Lívia do Nascimento (UFF)
mlivianascimento@gmail.com

Lygia Santa Maria Ayres (UFF)
lygia.ayres@gmail.com

Visando problematizar a noção de proteção presente nos discursos/práticas que atravessam os conselhos tutelares, realizamos a pesquisa “Proteção e Conselho Tutelar: Práticas que Atravessam Vidas”. Para tanto, foram levantados dados em prontuários de atendimento e construídos diários de campo que problematizavam os sentidos de proteção presentes no fazer cotidiano dos conselhos tutelares. Destacamos aqui sete questões consideradas naturalizadas e corriqueiras nos documentos pesquisados, mas que com a escrita dos diários de campo emergem como situações analisadoras de práticas ditas protetivas. São elas: 1) prática de denúncia: em destaque a banalização da denúncia ao se constatar que eventos cotidianos muitas vezes chegam ao conselho como se fossem violações de direito, ou práticas que pretendem evitar a denúncia, por meio de procedimentos ditos preventivos; 2) conselho tutelar como mediador de conflitos escolares: a escola recorre com frequência ao conselho a fim de solucionar questões de indisciplina, falta de interesse nas aulas, brigas no contexto escolar; em suma, situações que não se configuram como violação de direito, e embora inquietem a escola e lhe confirmem sensação de impotência não são atribuições do conselho. Ao acolher demandas desse tipo, sem grandes questionamentos, se constrói na escola a crença que a solução de seus problemas pode se dar fora dela, e no conselho a afirmação de uma subjetividade de superioridade na relação com a escola; 3) relação conselho tutelar/escola e denúncia de negligência: a escola, ao ser convocada pelo conselho para relatar sobre o comportamento do aluno no espaço escolar, pode produzir discursos que afirmam a negligência da família, desqualificando seus modos de cuidado dos filhos. Dessa maneira, há uma tendência da escola para ratificar a suspeita de negligência familiar levantada pelo conselho tutelar de comportamentos familiares considerados inadequados, estabelecendo, assim, uma relação de parceria desqualificadora de modos de existência diferenciados; 4) psicologização/especialismo e prática de aconselhamento: muitas vezes o conselho tutelar se restringe a indicar ao usuário serviços de atendimento psicológico, mesmo em situações nas quais não seria necessário tal procedimento. Ou, ainda, orientações dadas às famílias que têm como base princípios morais, condutas de vida certa, aconselhamentos que seguem modos ideais de agir e viver; 5) arranjos familiares não reconhecidos/guarda judicial: termo de responsabilidade, documento fornecido pelo conselho, que determina quem é o responsável legal da criança ou adolescente durante um curto espaço de tempo, reflete a necessidade de se legalizar o cuidado a partir de algum documento, ao mesmo tempo em que desautoriza outros arranjos de cuidado; 6) judicialização no CT: é grande o número de práticas jurídicas que atravessam o conselho, contrariando a definição desse órgão no ECA, que o constitui como um dispositivo de proteção não jurisdicional; 7) abuso sexual: a grande quantidade de denúncias de suspeita de abuso sexual, possibilita uma análise sobre sexualidade, padrões morais e punitivos contemporâneos e proteção à infância. Essas situações analisadoras são frutos do nosso olhar para a pesquisa e da nossa metodologia de trabalho que se apoiam na pesquisa-intervenção.



A ESCUTA DE ADOLESCENTES ENVOLVIDOS EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA REFLEXÃO SOBRE OS RISCOS EM JOGO.

Paula Mancini Cordeiro de Mello Ribeiro (UFRJ)
paulamcristeiro@ig.com.br

Este trabalho concerne à experiência de atendimento clínico orientado pela psicanálise, realizado pelo Núcleo de Atenção à Violência, durante 8 anos a cerca de 180 adolescentes envolvidos em situações de abuso e exploração sexual do município de Nova Iguaçu/RJ. Partiremos de questões colocadas por alguns casos de adolescentes do sexo masculino autores de abuso sexual e de outros de adolescentes do sexo feminino envolvidas em situações de violência e/ou exploração sexual. Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, os adolescentes, assim como a criança, são considerados “sujeitos de direitos” que precisam de proteção e cuidados nesse momento de estruturação subjetiva. Mas essa estruturação acontece, na melhor das hipóteses, quando o sujeito a advir pode ser marcado pela transmissão da lei simbólica, que também coloca deveres, limites e impossibilidades. Trabalharemos a relação do adolescente com seus outros, e especialmente com o Outro que se presentifica sob relação com a Lei, tendo em vista o adolescente que pode passar ao ato violento e a adolescente que vive uma situação de violência sexual doméstica. Levando em conta que é nesse momento da adolescência que o processo de acesso à sexualidade ganha nova força, cabendo ao adolescente vir a se posicionar e se exercer em seu desejo, – “adolescer” implica ultrapassar a idade da tutela –, como diferenciar o ultrapassamento que cabe ao adolescente, e que, de certo modo porta sempre a transposição de um interdito, e a violência em jogo na transgressão ou na experiência excessiva da não interdição? A aposta do NAV é que a posição subjetiva que o jovem adota – o modo como cada um diz e se relaciona com seu ato e com aquilo que lhe acontece – traz especificidades que vão nortear a direção do trabalho clínico, assim como a articulação com outros profissionais da rede de saúde, educação, assistência social, justiça e conselhos tutelares. Na comunicação aqui proposta buscaremos discutir a incidência da função paterna em casos em que o jovem não encontra em seus responsáveis diretos a presença de uma alteridade que encarne a impossibilidade e a interdição. Interessa desenvolver por que podemos dizer que é maior o risco de desestruturação subjetiva para a adolescente quando o autor de agressão ocupa um lugar de referência paterna. Em relação a adolescentes envolvidas em situações de violência sexual, por sua vez, a escuta de cada caso se faz igualmente fundamental, já que hoje em dia situações muito diferentes podem ganhar o mesmo nome. Mais ainda, é importante interrogamos as especificidades que incidem sobre a transmissão da lei quando se acrescenta ao abuso intrafamiliar o ganho financeiro em casos de exploração sexual. Quando aquele de quem se espera a transmissão da lei é quem a transgredir e, ainda por cima, em lugar de pagar com sua presença, visa um ganho, em que medida os efeitos que advém disso podem dificultar (e até eventualmente impedir) o trabalho necessário ao acesso da adolescente à vida sexual?



POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS DESTINADAS À CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E SUAS IMPLICAÇÕES.

Júlia Santa Clara de Azevedo Ferreira (FESPSP)
juliascaf@gmail.com

Taniele Cristina Rui (NEU-CEBRAP)
tanielerui@gmail.com

As discussões sobre o consumo de drogas, principalmente ilícitas, são de interesse da sociedade civil e dos Governos e está cada vez mais presente entre os profissionais que trabalham com o tema. Frequentemente exposto pela mídia, o discurso antidrogas anunciado é hegemônico na sociedade atual e tem como um de seus efeitos a ação repressora, bem como a adoção de uma perspectiva exclusivamente biomédica-curativa. A Política Nacional Sobre Drogas prevê, em suas diretrizes e pressupostos, a prevenção e o tratamento a crianças e adolescentes que fazem uso ou abuso de drogas. Igualmente, a Política Nacional da Juventude e o Estatuto da Criança e Adolescentes atestam o direito à saúde a esse público. No entanto, a análise das Leis que instituem essas políticas, dos programas nacionais destinados à juventude, da busca por estudos em bancos de dados e de vivências profissionais, demonstrou a deficiência na atenção a crianças e adolescentes que já fazem uso de drogas, especialmente devido a não especificidade do cuidado a esse público. As estratégias de atenção estão mais associadas às ações de prevenção ou promoção de saúde do que à ação de tratamento. Em razão disso, o trabalho teve como objetivo identificar Políticas, Programas e serviços específicos ao atendimento de crianças e adolescentes que fazem uso ou abuso de drogas, assim como, analisar estratégias de tratamento adotadas por diferentes serviços da cidade de São Paulo. O processo de investigação ocorreu mediante o estudo do histórico do cuidado à infância e adolescência, dos marcos legais das Políticas Públicas sobre drogas no Brasil, no Estado e no Município de São Paulo e do mapeamento e análise das Políticas, Programas e serviços sobre Drogas dessa cidade. Como conclusão verificou que os serviços analisados são executados na perspectiva da estratégia da Redução de Danos, alinhados à Política Nacional Sobre Drogas e evitam acionar a estratégia da Internação Psiquiátrica. A Redução de Danos é considerada como estratégia que potencializa uma singularidade e direciona o olhar do profissional à pessoa e não à substância da qual ela faz uso, valorizando o sujeito e contribuindo para sua adesão ao tratamento. A Internação como modalidade de tratamento só é acionada quando há avaliação consensual da equipe ou desejo da criança ou adolescente e, ainda assim, as condições dos locais de tratamento e a efetivação dessa estratégia são questionadas. Desde a construção do ideal de infância, anteriormente não contemplada, à constituição do ECA, instituindo os direitos a esse público, bem como, da Reforma Psiquiátrica à ponderação do uso de drogas por crianças e adolescentes, com a especificação de alguns serviços de saúde, houve diferentes conquistas. Nesse sentido, estabelecer a internação como uma Política Pública pode indicar um retrocesso histórico. Ainda que as estratégias sejam diversas, o profissional deve estar apropriado de seu trabalho, de como ele foi construído e dos direitos do público que atende. Logo, a reflexão do campo da saúde mental precisa ser um processo em constante construção.

GRUPO COM ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Maria Cristina Aguiar de Sousa Carvalho (UFPI)
criscarvalho.psi@gmail.com

Elisa Pereira Nunes Silva (UFPI)
elisappsico@hotmail.com

O uso de drogas se configura como um grave problema de saúde pública, o qual é responsável por gerar consequências tanto pessoais quanto sociais, com implicações para o futuro dos jovens e de toda a sociedade (MARQUES E CRUZ, 2000). O presente trabalho consiste no relato de uma das experiências vivenciadas pelas alunas do curso de Psicologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) na disciplina de Estágio Profissional em Psicologia II com ênfase em Saúde Coletiva. A mencionada experiência é referente a um projeto desenvolvido em uma escola de Ensino Fundamental da cidade de Parnaíba – PI. O objetivo central da prática de estágio consistia em trabalhar os processos de promoção de saúde, bem como, a articulação entre os dispositivos de educação, saúde e assistência de um bairro periférico da cidade. O referido bairro é marcado por um alto índice de violência decorrente do uso e/ou do tráfico de drogas ser bem frequente neste local. Nessa prática de estágio, grande parte das demandas que emergiram do campo foram relacionadas a questões referentes ao uso e/ou tráfico de drogas. Partindo da problemática alusiva às drogas nesta comunidade e também da vulnerabilidade do adolescente a tais questões, procurou-se desenvolver um trabalho de grupo com os adolescentes da referida escola. Quanto ao grupo, este se deu, primeiramente, com o intuito de conhecer a comunidade a partir da visão destes atores sociais e, posteriormente estar oferecendo a eles, espaços de discussões e problematizações acerca das questões referentes ao seu contexto social, bem como de suas posições em relação a tais questões, procurando torná-los conscientes dos riscos que estavam sujeitos e também levá-los a pensar em outras possibilidades de atuação enquanto seres sociais. As discussões se davam a partir de roda de conversa e sempre partiam de temas sugeridos pelos próprios participantes. Os temas sugeridos foram: música, esporte, saúde e sexualidade. Estes temas, na realidade, serviam como porta de entrada para outros campos de discussões, pois eram sempre articulados com o contexto social que os adolescentes estavam inseridos, procurando fazer com que eles refletissem e se posicionassem acerca de sua problemática, despertando-os para novas visões de mundo e seu papel enquanto protagonista na mudança de sua realidade social. A partir dessas discussões, as estagiárias puderam observar que os adolescentes apresentaram uma progressiva manifestação de seu senso crítico, pois com o decorrer dos encontros passaram a se posicionar relacionando os temas às suas vivências pessoais e, vislumbrando possibilidades frente à sua problemática social. Foi observado também, uma significativa mudança das atitudes desses participantes no seu convívio escolar, nos levando a concluir que as reflexões ocorridas no grupo estavam refletindo em suas dinâmicas enquanto sujeitos em sociedade. Dessa forma, entendemos que este trabalho contribuiu significativamente para a redução dos índices de exposição a tais questões e, consequentemente, para a diminuição dos riscos causados pela exposição destes adolescentes a essa realidade.



CRIANÇAS PRIVADAS DE CUIDADOS PARENTAIS E O ACOLHIMENTO FAMILIAR: ALGUMAS REFLEXÕES.

Claudia Regonha Suster (UNESP)
claudia_suster@hotmail.com

Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de implantação de um serviço de acolhimento familiar em um município de grande porte (PMAS/2004) do interior do estado de São Paulo. Trata-se de uma investigação qualitativa com base nos registros, documentos e experiência da pesquisadora como técnica do referido serviço. Após levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2004, que revelou grave violação do direito à convivência familiar e comunitária ocorrida dentro das instituições de acolhimento, discussões realizadas em âmbito nacional resultaram na construção do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência familiar e comunitária (PNCFC). Do plano, originaram-se outros documentos norteadores para as políticas de atendimento à crianças e adolescentes privados de cuidados parentais, e em 2009, inicia-se o movimento de reordenamento dos serviços de acolhimento no país. Diversos marcos legais impulsionaram a criação dos serviços de famílias acolhedoras como alternativa de proteção e cuidado à crianças e adolescentes, até então pouco expressivos dentro das políticas públicas nacionais. Ainda que a legislação assegure a modalidade de acolhimento familiar enquanto recurso prioritário em detrimento à institucionalização, há um longo caminho a ser percorrido. No município estudado, a perspectiva do trabalho desenvolvido é pautada na reintegração familiar da criança ou do adolescente acolhido em sua família natural ou extensa e, excepcionalmente, no encaminhamento à família substituta. Dessa maneira, as ações ocorrem em três interfaces: famílias acolhedoras (selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras); criança/ adolescente (acompanhar o desenvolvimento da criança/ adolescente no processo de acolhimento ou reintegração familiar) e família de origem (auxiliar a inserção da família natural na rede de serviços municipais através de ações que visem potencializá-la para a superação da situação que engendrou o acolhimento). Dentre os principais desafios encontrados na prática cotidiana, destacam-se: ampliação das formas de divulgação do serviço, promovendo a discussão acerca do acolhimento em diversos espaços da tessitura social como forma de romper com a cultura de institucionalização e ampliar o quadro de famílias acolhedoras; a construção de metodologias que permitam melhor preparo das famílias acolhedoras, de maneira que possam desconstruir estigmas sobre a família de origem, respeitando a história da criança e a qualificação do fluxo de atendimento entre os serviços da rede, articulando as políticas existentes (e denunciando as ausências/ineficiências) de tal forma que seja possível considerar, de fato, o esgotamento de recursos quando necessário o encaminhamento à famílias substitutas. Nesse sentido, há que se considerar a importância da elaboração de alternativas criativas para lidar com a pluralidade de contextos em que nos deparamos, compreendendo o acolhimento familiar como recurso privilegiado de corresponsabilidade entre o Estado e a sociedade na promoção de cuidados alternativos a crianças e adolescentes, possibilitando o rompimento de paradigmas sociais que engendram a exclusão e a violação de direitos. Essa experiência mostra-se especialmente exitosa no que tange a garantia do direito a convivência familiar e comunitária e no desenvolvimento de relações sociais pautadas na solidariedade.

389



ADOLESCÊNCIA, CRISE E TRATAMENTO.

Raquel Corrêa de Oliveira (UFRJ)
raquel.correa@terra.com.br

A proposta desse trabalho é pensar, a partir da experiência no campo da saúde mental, as implicações decorrentes das diferentes formas de acolher e tratar o sofrimento e o mal-estar que aparecem como crise, na época da adolescência. É fundamental distinguir as diferentes crises que se abrem em função desse atravessamento da vida infantil para a vida adulta, que se faz na adolescência. Mas distingui-las não é um trabalho óbvio. Pretendo abordar a questão do endereçamento no tratamento com os adolescentes. A oportunidade ou não que um adolescente tem de encontrar “outros” que de fato possam ouvi-lo sem julgá-lo, fixá-lo, ou enquadrá-lo em comportamentos adequados. Essa questão parece pertinente quando vemos a dificuldade com que os diferentes campos de atuação vêm tendo em lidar com a resposta dos adolescentes ao seu mal-estar. No campo da justiça, ganha força o movimento para redução da maioridade penal; no campo da educação, vemos os jovens cada vez menos interessados no modelo educacional formal; e no campo da saúde mental, observamos a proliferação de diagnósticos que rotulam os comportamentos, mas não acolhem o sofrimento. Durante os anos em que trabalhei em diferentes dispositivos na rede de saúde mental de Niterói - ambulatório, emergência, enfermaria e Capsi, - vivi, e acompanhei com os colegas, o dilema em torno da questão diagnóstica. Essa questão era ainda mais problemática quando o sujeito em questão era um adolescente. Por um lado, havia a necessidade em encontrar um Código CID (Classificação Internacional de Doenças) para encaixar as diferentes situações trazidas pelos adolescentes que recebíamos. Por outro, havia uma preocupação em manter no ar certa cerimônia, certo cuidado diferenciado na proposição de uma hipótese diagnóstica nos casos de crianças e adolescentes. Dos familiares vinha o pedido de um Nome para algo tão inapreensível como o sofrimento e os comportamentos que seus filhos apresentavam. O risco, no entanto, é que esse Nome pode se transformar em um “rótulo” que fixa o adolescente em determinado lugar, cristaliza a maneira como os adultos a sua volta lidam com ele e, talvez o mais grave, dificulta, inibe e até impede que esses jovens vivam o importante movimento das experimentações e descobertas próprias a idade. Quando nos recusamos a reconhecer um apelo nos atos dos adolescentes, ou seja, quando não podemos receber um episódio de agressividade, a dificuldade na submissão às regras sociais, o isolamento social, e mesmo o uso de drogas, como resposta a algum mal-estar subjetivo, corremos o risco de congelar o adolescente numa posição de deprimido, marginal, drogado. Também não podemos compactuar com o apaziguamento que essa nova onda de diagnósticos, como o de TOD- transtorno opositivo desafiador, e o TDAH- transtorno de déficit de atenção e hiperatividade vem promovendo. No trabalho com os adolescentes o menos violento, num momento de crise, é suportar ficar no enigma daquilo que não entendemos. É deixar o diagnóstico em suspenso e trabalhar para que os elementos que nos deem pistas do que move aquele adolescente possam aparecer, a partir de um laço de trabalho.

**JUVENTUDE, RISCO E PROTEÇÃO:
ANÁLISE DA FREQUÊNCIA E DO IMPACTO DE EVENTOS ESTRESSORES EM UMA AMOSTRA DE
JOVENS DO MUNICÍPIO DE BELÉM/PARÁ.**

Mateus Souza dos Santos (UFPA)
mateusufpa@gmail.com

Estudos apontam que diversos eventos estressantes podem agir como risco na trajetória de crianças, adolescentes e jovens (MORAIS *et al.*, 2012; DELL'AGLIO *et al.*, 2005; SCHNEIDER & PACHECO, 2010). O termo estressor define o evento ou estímulo que provoca ou conduz ao estresse. Já o estresse pode ser definido como o estado gerado pela percepção de estímulos que provocam excitação emocional (MARGIS *et al.*, 2003). Em alguns casos, os eventos estressores podem ocasionar diversas consequências à saúde e ao bem-estar social e psicológico dos seres humanos (KRISTENSEN *et al.*, 2004). O presente estudo investigou a ocorrência e o impacto de eventos estressores em uma amostra de jovens estudantes da cidade de Belém. A pesquisa foi realizada em 13 escolas públicas deste município, possibilitando a composição de uma amostra aleatória de 658 jovens de ambos os sexos (35% meninos e 55,6% meninas), com idades entre 14 e 24 anos. Foi solicitado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos pais (para adolescentes com menos de 18 anos de idade), assim como a concordância dos próprios jovens em colaborar com estudo, esclarecendo que a sua participação era voluntária e que as informações pessoais seriam mantidas sob sigilo. O instrumento utilizado foi o Questionário Juventude Brasileira II (DELL'AGLIO *et al.*, 2011) que é constituído de 77 questões, sendo algumas de múltipla escolha e outras em formato Likert de cinco pontos sobre intensidade e frequência. O Questionário nos permite, por exemplo, coletar informações sobre aspectos relacionados à educação, a comportamentos de risco (drogas, suicídio, violência), a fatores de risco (violência intrafamiliar e extrafamiliar, conflito com a lei, eventos estressores) e a fatores protetores sociais (lazer, rede de apoio) e pessoais (espiritualidade, autoestima, auto eficácia, perspectivas de futuro). Destaca-se que, para a realização deste estudo, utilizamos a questão de número 63 do instrumento, que trata dos eventos estressores. Os dados estão organizados em uma planilha eletrônica que foi digitalizada no Software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) e foram analisados de forma descritiva, observando-se frequências, médias e desvios padrão. Os resultados apontam que os eventos estressores mais frequentes para amostra total foram: Alguém em minha casa está desempregado (N= 305), O nível econômico da minha família baixou de uma hora para outra (N=293) e alguém muito importante para mim faleceu (N=280). Já entre os eventos de maior impacto destacam-se: Alguém muito importante para mim faleceu ($m= 4,43$, $dp= 1,014$), já fui assaltado (a) ($m=4,01$; $dp=1,338$) e já passei fome 3,99 ($dp=1,439$). Conclui-se que os estressores ligados a questões econômicas são os que causam maior impacto na vivência da juventude, sendo que estes podem ser potencializados a partir do momento que se relacionam com outros eventos estressores. Para isso, políticas que favoreçam o desenvolvimento integral desses sujeitos precisam ser pensadas, discutidas e materializadas. Caso contrário, os índices de estresse entre a população jovem paraense podem aumentar, produzindo sujeitos com problemas emocionais, biológicos, psicológicos e sociais.



**JOVENS INVISIBILIZADOS:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE EXPERIÊNCIAS DE DESRESPEITO MORAL VIVIDAS POR
JOVENS EM VULNERABILIDADE SOCIAL – UM DESAFIO PARA O CUIDADO COM O OUTRO.**

Vitor Tavares Bahia (UFPE)
vitorrtb@gmail.com

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de abordagem qualitativa realizada no Centro da Juventude de Santo Amaro, instituição do Governo do Estado de Pernambuco que atende jovens em vulnerabilidade social da Região Metropolitana do Recife. Tal pesquisa, que serviu para Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais/UFPE, durou cerca de dois anos, a partir da vivência do autor em tal instituição com jovens moradores de rua, usuários de drogas e egressos do sistema prisional. O objetivo central desse estudo foi analisar, a partir da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth, como tais jovens experienciam situações de desrespeito moral dentro e fora da instituição em questão, de maneira a elucidar e criticar, sociologicamente, quais os principais desafios para uma política da juventude enquanto política do cuidado. Nesse sentido, os resultados apontam para três formas de desrespeito distintas: a) o desrespeito às esferas da autoconfiança, que remetem a aspectos afetivos do sujeito; b) o desrespeito aos direitos básicos de cidadania, que remetem à percepção intersubjetiva de igualdade jurídica entre os semelhantes; e c) o desrespeito às particularidades, crenças, valores socioculturais e de gênero, que remetem à possibilidade ou não de uma inserção ativa e respeitada de tais jovens na sociedade. Além disso, foi possível perceber que os “atores” do desrespeito não se restringem às relações intersubjetivas, como entende Honneth, mas perpassam todas as esferas da vida social desses jovens, que vão desde as relações entre familiares, vizinhos e amigos, à relação deles com o próprio Estado. Para que fosse possível acessar os supracitados resultados, esse estudo tentou mapear, através de entrevistas em profundidade, as histórias de vida dos jovens atendidos pela instituição em questão, desde a sua infância até o momento que acessam o serviço público. Foi possível perceber, dentre outras coisas, de que maneira as trajetórias de vida têm ligação com as experiências de desrespeito e como os jovens entrevistados reagiram a elas. Foi a partir desses relatos que podemos perceber que a lógica do cuidado enquanto prática de mudança social e mecanismo de “visibilização” dos jovens em risco social é importante para compreendermos o outro enquanto parte de nós mesmos, pois em várias falas dos entrevistados percebemos que em momentos de reconhecimento mútuo entre eles e familiares, amigos ou agentes do Estado, as possibilidades de escolha se expandiam para além do sofrimento e da condenação ao esquecimento. Assim, aparece como um desafio para a sociedade civil e para o Estado transformar o cuidado como ferramenta central para o reconhecimento social desses jovens, os quais durante toda a vida sofreram experiências de desrespeito, o que, dentre outras coisas, vem contribuindo para aquilo que Pierre Bourdieu chama de escolha pré-escolhida: como se a vida dos jovens em risco social tivesse uma determinação nela mesma, pois todas as escolhas estariam restritas a um determinismo da miséria sobre a possibilidade de superação do sofrimento e da pobreza.

392

INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES INFRATORES: SIMBOLIZAÇÃO E DISPOSITIVOS CLÍNICOS.

Leicivan Souza Santos Nascimento (UCB)
leici.souza@gmail.com

Hélen Priscila de Oliveira (UCB)
hpsoliveira@gmail.com

Maristela Gusmão (UCB)
marisgusmao@gmail.com

Katia Tarouquella Brasil (UCB)
ktarouquella@gmail.com

Pretende-se com este trabalho compreender o processo de simbolização com a utilização de dispositivos clínicos por meio da intervenção em um Grupo Focal com adolescentes em conflito com a lei, em uma Unidade de Internação de Medida Socioeducativa no Distrito Federal. Este estudo integra a pesquisa Violência e Passagem ao Ato: O Discurso dos Adolescentes em conflito com a lei e dos profissionais das medidas socioeducativas (CNPq). Um dos dispositivos clínicos utilizado foi a “a construção da narrativa grupal”. O grupo era composto por 12 meninos de 14 a 18 anos em situação de privação de liberdade. Os encontros eram realizados semanalmente, com duração de 1h e 30min em uma sala disponibilizada pela Unidade, sendo no total cinco encontros, conduzidos por duas psicólogas e uma estagiária de psicologia. Na atividade de “construção de narrativa grupal”, foram apresentadas algumas imagens, a partir das quais os adolescentes puderam construir, de modo coletivo, uma história ficcional. Considera-se que os adolescentes infratores realizam, através do ato violento, uma tentativa de simbolização contra suas angústias em que o agir seria uma espécie de buraco negro, que obscurece e impede a simbolização. Assim, a intervenção foi realizada a partir dos dispositivos clínicos, como aludimos a construção da narrativa grupal, que pretendeu colocar a simbolização no centro do grupo e da vida psíquica desses jovens, de modo a ampliar seus recursos simbólicos através de suas narrativas. Os adolescentes em conflitos com a lei, que atuam no mundo pela via da passagem ao ato são marcados por um modo de funcionamento psíquico que privilegia a atuação. Desse modo, a situação grupal promoveu a construção de uma história compartilhada, que funcionou como um elemento mediador entre mundo interno e externo. Além disso, ampliou os recursos simbólicos a partir de imagens oferecidas ao grupo e que podem ser observadas nas falas a seguir: “a morte é o nome da história...”; “Era uma vez um personagem que só matava...”; “a morte veio buscar o menino, bota alguém do lado e a morte veio buscar ele...”. Nessas narrativas, a temática da morte foi abordada de modo central, aparecendo ao mesmo tempo ameaçadora e sedutora. Esse tema povoa o cotidiano e as fantasias desses rapazes. As falas a seguir se referem a origem da morte. “De onde é que ela surgiu? ”; “num sei. Acho que é do inferno”. Nesse espaço narrativo, foi possível abordar o lugar da morte na vida desses meninos e como ela é, ao mesmo tempo, temida, ameaçadora e sedutora. Evidenciou-se ainda, que o risco de morrer coloca em suspensão projetos futuros, como observou-se nas falas a seguir: “o futuro é nós que faz. ”; “ninguém sabe o dia de amanhã. ”. A incerteza sobre si e seu futuro parece compor com o tema da morte uma parceria que aponta para a desesperança e um futuro incerto, mas que por meio da fala pôde ser compartilhado e mediado pelas imagens que funcionaram como recursos de simbolização e de aquisição de sentido.



JUVENTUDE E DROGAS: PERSPECTIVAS DE UM TRABALHO EM REDE.

Letícia A. Bortolai (UFSCar)

Brena T. Cuel (UFSCar)
brenacuel@yahoo.com.br

Ana Paula S. Malfitano (UFSCar)
anamalfitano@ufscar.br

O debate atual acerca do “problema” das drogas junto aos jovens tem sido tema das principais ações políticas e sociais. O alvo principal destes programas são os jovens de classes populares urbanas, em uma visão mais calcada nos aspectos individuais do uso, focando uma “população em risco”, predominando o atravessamento de valores de classe social e estigmas. Assim, na agenda pública, as ações implementadas no cuidado aos jovens têm se direcionado majoritariamente para o tratamento do efeito da droga sobre o indivíduo, destacando o setor da saúde como prioritário para a ação. Estudos demonstram que estas ações têm sido por vezes ineficazes e que dificilmente conseguem acessar os jovens em sua integralidade. Objetivou-se aqui apreender a visão dos técnicos de saúde mental acerca da temática de jovens que fazem uso de drogas e que são atendidos nos serviços em que trabalham. Como local da pesquisa, investigou-se uma Regional de saúde do Estado de São Paulo, composta por 26 municípios. Apresentam-se neste momento os resultados referentes a um dos municípios participantes. A coleta dos dados foi realizada em todos os serviços do município, contabilizando cinco instituições que realizam serviços de saúde mental, sendo três Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e dois ambulatórios de saúde mental; e também junto aos gestores locais do campo da saúde mental. Como método, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com a coordenadora municipal de saúde mental e com os coordenadores de cada serviço, totalizando quatro. Conjuntamente, foi feita a aplicação de questionário com os profissionais de nível superior dos serviços, contabilizando 28 colaboradores. As entrevistas enfatizaram as diretrizes gerais da rede de atendimento, de acordo com o estabelecido pela política do Ministério da Saúde, conforme esperado. Foi predominante a ênfase sobre a o trabalho em rede. O conceito de “rede” transpassava os serviços de saúde, nomeando outros setores, além de pessoas e instituições que fazem parte da vida de cada sujeito, complexificando a compreensão acerca das drogas para além da dimensão do “risco” individual. Esse dado foi consoante à visão dos técnicos expressa nos questionários, quando 92% afirmaram que lançam mão de estratégias em rede. Porém, ao questionar os técnicos se concordavam com as estratégias locais realizadas para o enfrentamento das drogas, 52% disseram que não concordar ou concordar parcialmente, demonstrando um distanciamento entre as diretrizes apresentadas pelos gestores e a visão dos técnicos. Quando questionado sobre qual setor deve ser responsável pela atenção a “problemática” das drogas, havia grande divergência nas respostas, sendo que nenhum dos setores foi citado por 100% dos colaboradores. Conclui-se que é necessário ampliar a discussão acerca das redes de cuidado aos jovens que fazem uso de drogas não se restringindo ao setor saúde e a uma dimensão de risco. Para tanto, faz-se necessária a criação de espaços e períodos propícios para tal, além de tornar mais clara as ações em curso e formas de sua ampliação. As políticas sociais devem, de forma compartilhada e coletiva, voltar-se para a atenção a quem faz uso de drogas como uma questão social.



ADOLESCÊNCIA, GRAVIDEZ E SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE.

Paula Orchiucci Miura (UFAL)
paula.miura@ip.ufal.br

Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo (USP)
tardivo@usp.br

Dora Mariela Salcedo Barrientos (USP)
dorabarrientos@usp.br

Gravidez na adolescência é um assunto complexo que deve ser estudado, considerando o contexto social, econômico, familiar e o perfil psicológico de cada adolescente. A essa complexidade soma-se a vulnerabilidade dessas adolescentes frente a violência doméstica, 60% das mulheres que já engravidaram foram vítimas de algum tipo de violência doméstica pelos seus companheiros ao longo da vida conjugal. O presente projeto tem como objetivo conhecer e compreender a experiência vivenciada pelas adolescentes grávidas vítimas, não vítimas de violência doméstica e adolescentes não grávidas e não vítimas. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de caráter quanti-qualitativo. Foram utilizados os seguintes instrumentos: o formulário de caracterização do perfil de produção e reprodução social das adolescentes, entrevista semiestruturada, Inventário de Frases no Diagnóstico de Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes (IFVD). Foi realizada uma análise comparativa dos três grupos segundo as recomendações da literatura epidemiológica e foi feita *Análise de Conteúdo* dos temas contidos nos depoimentos. Participaram desta pesquisa 90 adolescentes: 30 não grávidas e não vítimas de violência, 30 grávidas e não vítimas de violência e 30 grávidas e vítimas de violência atendidas no Hospital Universitário de São Paulo e em instituições conveniadas com o Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social do Instituto de Psicologia da USP. Os dados com relação à escolaridade, moradia entre outros apresentaram diferenças significativas: adolescentes não grávidas e não vítimas: 100% estavam estudando e destas 86,7% apresentavam idade cronológica/escolar compatível; 76,7% das famílias possuíam moradia própria; adolescentes grávidas e não vítimas: 43,3% estavam estudando e 37,7% apresentavam idade cronológica/escolar compatível; 60% das famílias possuíam moradia própria; adolescentes grávidas vítimas com relação às adolescentes grávidas e vítimas de violência, 20% estavam estudando e 6,7% apresentavam idade cronológica/escolar compatível; 46,7% das famílias possuíam moradia própria e 23,3% das adolescentes moravam em instituições de acolhimento. Algumas categorias empíricas identificadas nos grupos foram: adolescentes grávidas vítimas - ciclo de violência transgeracional, violência intrafamiliar, violência do companheiro, uso de drogas; adolescentes grávidas e não vítimas – apoio familiar e apoio do companheiro; adolescentes não grávidas e não vítimas – adolescência período de descobertas/responsabilidade e projetos de vida. Conclui-se que o grupo de maior risco e vulnerabilidade é o das adolescentes grávidas vítimas de violência doméstica e requer maior atenção e disponibilidade dos profissionais que trabalham com essa problemática, além disso observou-se que as necessidades sociais, de saúde e educação identificadas em cada grupo são discrepantes, desta forma, para que o atendimento dos profissionais junto a cada uma destas adolescentes seja integral, ético e acolhedor deve-se levar em consideração a singularidade de cada uma delas.

395



A CATEGORIA RISCO COMO TÉCNICA DE GOVERNO NA EDUCAÇÃO CARIOCA: ENTRE MEDICALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA.

Marina Bueno (UERJ)
marinafbueno@gmail.com

Este trabalho objetiva problematizar as estratégias para “melhoria” da educação básica no município do Rio de Janeiro, destacando sua vinculação ao processo intensificado de medicalização dos corpos e judicialização dos comportamentos na contemporaneidade. Tal discussão é fruto de uma pesquisa de doutorado que se apoia na metodologia da pesquisa-intervenção. Como forma de intervir nos índices alarmantes da educação pública carioca, a Secretaria de Educação vem efetivando uma série de medidas que vão desde a inserção dos chamados “especialistas” na educação – assistentes sociais e psicólogos – à implementação de variados projetos a partir das parecerias público-privadas. Tanto num caso como no outro, grande parte das demandas encaminhadas giram em torno da solicitação por trabalho com os “corpos-problema” (ROCHA e AGUIAR, 2003) – são expressivos os números de pedidos de atendimentos clínicos e/ou encaminhamentos ao Conselho Tutelar, numa perspectiva medicalizante e punitiva. Tais ações são fortemente pautadas na ideia risco, expressão que vem sendo difundida, sobretudo em função de sua promoção por parte dos organismos internacionais – Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) - em substituição à matriz analítica da pobreza, no campo das políticas sociais. A ideia de risco pauta-se em estabelecer diferentes carências que caracterizariam indivíduos e grupos específicos e que impediriam seu desenvolvimento econômico e social. No contexto da sociedade disciplinar, risco e periculosidade são também noções estreitamente relacionadas em uma perspectiva de causa-efeito, atuando como eixo central das estratégias preventivas e intervenções reguladoras sobre a população. A partir de referenciais como qualidade de vida, educação voltada à responsabilidade social e cálculo de riscos, se procura definir zonas e pessoas expostas a sofrer ou cometer determinados crimes, dando margem a iniciativas de contenção e prevenção, compostas por ações policiais, sociais, educacionais, sanitárias, dentre outras. Nesta esteira, a Secretaria municipal de Educação do Rio firmou um termo de parceria com o Ministério Público para identificar a prática de ato infracional nas escolas. O termo veio acompanhado de um “manual” que orienta a escola sobre qual adolescente pode ser conduzido à autoridade policial: aquele que praticar injúria, difamação, perturbação da tranquilidade ou do trabalho alheio com gritaria e algazarra. Junto a isso, grande parte das propostas de governo da educação carioca se pautam em um discurso medicalizante, que vem cada vez mais afirmando uma busca constante por diagnósticos que possam nomear tanto as dificuldades de aprendizagem, quanto os comportamentos que fogem a determinados padrões impostos pelas regras disciplinares, com recorrente explicação biológica e exigência de remédios. Neste sentido, busca-se aqui problematizar a forma como a ideia de risco vem sendo utilizada enquanto ferramenta que se localiza no interior de uma certa arte de governar os corpos, de subjetivá-los a partir de determinados padrões disciplinares e normalizantes.

396



PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA: DESAFIOS DA REDE INTERSETORIAL.

Izabel C. Friche Passos (UFMG)
izabelfrichepassos@gmail.com

Kelly Dias Vieira (UFMG)
kellydvieira@hotmail.com

Claudia Eliza Ferreira dos Santos (UFMG)
claudia_efsantos@hotmail.com

Flávia Daniela Santos Rodrigues (UFMG)
flaviadsr@gmail.com

Margarete Aparecida Amorim (UFMG)
margareteaamorim@yahoo.com.br

Cassandra Pereira França (UFMG)
cassandrapfranca@gmail.com

Esta pesquisa é desdobramento de pesquisas anteriores, desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Grupos, Instituições e Redes Sociais (L@gir/UFMG) sobre temáticas relacionadas à violação de direitos e violência envolvendo crianças e adolescentes; especificamente o uso prejudicial de álcool e outras drogas e a violência sexual. A partir das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos (PASSOS et al. 2011, 2012; FRANÇA, 2010), temos identificado uma grande dificuldade dos profissionais das redes de assistência e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em elaborar ações estratégicas articuladas de promoção da saúde e prevenção de situações de violência. Nossos esforços acadêmicos tem se direcionado ao aprofundamento de estratégias que ao mesmo tempo ampliem nossos conhecimentos e envolvam a capacitação de profissionais para o enfrentamento dessa problemática. Nosso objetivo principal é contribuir para o desenvolvimento do trabalho em rede intersetorial e interdisciplinar no enfrentamento de situações de vulnerabilidade psicossocial de crianças e adolescentes, relacionadas à violação de direitos. Na atual pesquisa, em desenvolvimento no município mineiro de Ouro Preto, estamos identificando os fatores de proteção que levam à promoção da saúde mental infantojuvenil, com o intuito de potencializá-los através da realização de oficinas de formação continuada com os profissionais da rede, desenvolvendo atividades prático-teóricas de pesquisa participativa e extensão, de modo a auxiliá-los na elaboração de estratégias de promoção da saúde e prevenção da violência, particularmente no que diz respeito ao uso prejudicial de drogas e abuso sexual. O documento “Diagnóstico: Situação da Infância e da Adolescência no município de Ouro Preto/MG.”, referente a um levantamento realizado entre os anos de 2011 e 2012 pelo CMDCA da cidade, com assessoria externa, subsidiou nossa pesquisa com informações recentes sobre os vários equipamentos que compõem o SGDCA do município e os problemas mais incidentes na população. Após o aprofundamento dos dados, foram realizadas visitas da equipe de pesquisa a equipamentos que compõem o SGDCA e visitas de gestores e trabalhadores da rede à UFMG. Foi criado um Núcleo Coordenador de trabalho com a participação de trabalhadores e gestores da rede, que se pretende um grupo multiplicador das ações da pesquisa-intervenção e de seus desdobramentos. Neste momento, estamos iniciando a realização de Oficinas de Formação Cruzada com grupos de trabalhadores, gestores e usuários da rede no intuito de problematizar e fortalecer o trabalho em rede intersetorial com foco na temática principal: violência sexual e uso prejudicial de álcool e drogas. Pretendemos apresentar os resultados parciais e os futuros desdobramentos da pesquisa.



ESTADO DA ARTE SOBRE JUVENTUDES NA ÁREA DA SAÚDE: A PREPONDERÂNCIA DO RISCO COMO EIXO DE ANÁLISE.

Marina Jorge da Silva (UFSCar)
mahjorge@gmail.com

Ana Paula Serrata Malfitano (UFSCar)
anamalfitano@ufscar.br

A juventude como categoria sociocultural, recentemente, tem conquistado relevância política e social, em um processo de reconhecimento e legitimação em sua plural complexidade. Nesse contexto, sabe-se que têm sido produzidos conhecimentos multidisciplinares na perspectiva de contribuir com a criação e ampliação de novas metodologias e abordagens de cuidados voltados a esse grupo. Com o intuito de conhecer e sistematizar a produção de conhecimento academicamente realizada, objetivou-se mapear o que vem sendo produzido sobre juventude, na Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Grande Área da Saúde, entre 1987 e 2010, segundo classificação da Cooperação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizando como fonte o Portal de Teses da CAPES, a partir dos descritores: jovem, juventude, adolescente, adolescência, geração, (inter) geracional, maioridade e minoridade; levantaram-se 2.953 teses e dissertações. A produção está distribuída entre 484 diferentes programas de pós-graduação e 1.514 diferentes orientadores. Encontrou-se uma concentração dos trabalhos (53,3%) em torno dos aspectos epidemiológicos, clínicos e/ou laboratoriais, o que era esperado, e, também, 12,5% sobre gênero e sexualidade, 9,3% sobre produtos, programas e serviços voltados às juventudes, que utilizam espaços sociais para investigação, além de outros tópicos. As análises realizadas permitem afirmar sobre um quadro da produção na Pós-graduação em Saúde ainda bastante recente e disperso ao se debruçar sobre as juventudes; concentrado em trabalhos que se constituem em torno de em uma dimensão individualizada, nos problemas de doença e na concepção de risco biofisiológico/orgânico, majoritariamente voltados à questão curativa e de prevenção de doenças. A prevalência desses estudos revela, também, uma tendência entre as pesquisas na área da saúde em calcular a prevalência das doenças e fatores de risco ou, ainda, em calcular relações de causalidade, em estudos mais teóricos que práticos. Entretanto, parece-nos necessária a ampliação do debate em termos de enriquecimento de repertório e acúmulo conceitual e metodológico, compondo e articulando com outros domínios do conhecimento em um desafio constante, uma vez que a análise nas dimensões cotidianas das vidas dos sujeitos e seus atravessamentos passam fortemente pela análise do comportamento como produtor de riscos à saúde e/ou à vida sem, muitas vezes, interrogar o alcance da regulação social sobre os indivíduos. A associação efetivada entre risco à doença e risco social tem sido produzida na sociedade e precisa ser debatida. Aponta-se para a importância de que a lente analítica utilizada na compreensão do grupo juvenil seja multifocada, não priorizando apenas uma corrente teórico-metodológica. O que significa dizer da necessidade que o setor saúde, assim como os demais, não se restrinja apenas a uma visão de “risco” para a população adolescente e juvenil, e caminhe para a produção de conhecimentos que contemple uma vertente mais social e macrosocial das demandas e características da juventude na contemporaneidade.



**OS JOVENS, OS RISCOS E AS CIDADES:
UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS JOVENS
DE DEFESA CIVIL.**

Juliana Catarine Barbosa da Silva (UFPE)
jucatarine@gmail.com

O crescimento populacional, o impacto das mudanças climáticas, a pobreza, o aumento da urbanização com falhas de planejamento, a falta de gestão no ordenamento territorial e a degradação dos ecossistemas são fatores que acentuam o número de pessoas vulneráveis aos desastres. Em meio ao crescente número de desastres que afetam anualmente milhares de pessoas de modo direto e indireto, e da recorrente publicação de pesquisas sobre o tema, crescem o número de iniciativas com um intuito de minimizar danos e prevenir acidentes. Nesse cenário, os órgãos de Defesa Civil atuam como uma força governamental, promovendo debates e propondo programas no contexto da prevenção e combate aos desastres. Nos últimos anos, os jovens, residentes dos centros urbanos, principalmente das áreas acometidas pelos desastres que são foco das ações da Defesa Civil, vem sendo alvo de políticas de cunho educativo, envolvidos diretamente em programas voltados para prevenção de desastres. No entanto, temos nos questionado até que ponto as estratégias que vem sendo desenvolvidas pelos órgãos públicos não constroem processos de responsabilização da população, em nosso caso dos jovens, sobre o gerenciamento de situações de risco que deveriam ser de alçada do Estado. Nesse contexto, nossa proposta, tendo como referencial o debate de Michel Foucault sobre o controle do território e governo das cidades, buscou compreender e discutir o processo de implementação e execução dos Núcleos Comunitários Jovens de Defesa Civil (Nudec -Jovem) realizado entre os anos de 2013-2014 na cidade do Recife. Nosso estudo, tendo como referencial uma metodologia qualitativa de análise do discurso, analisou o processo de implementação de cinco Nudecs, que contemplaram aproximadamente 100 jovens com idades entre 14 e 29 anos. O objetivo dos Nudecs foi promover cursos de capacitação, para que jovens, residentes em áreas de risco, historicamente afetadas por desastres, pudessem ser estimulados a refletir sobre o risco a partir de questões relacionadas ao meio ambiente e prevenção de acidentes, tornando-se assim promotores de práticas seguras em suas comunidades. Ao observarmos o desenvolvimento do projeto de formação dos Nudec –Jovem, encontramos uma defesa civil, detentora de um saber perito, com uma postura educativa frente a população de jovens, população que necessita ser educada para prevenir acidentes, os jovens são o tempo todo posicionados como sujeitos que precisam ser educados para não provocarem acidentes; na perspectiva de que falta conhecimento para não se expor ao risco. O risco por sua vez, é encarado como originário da natureza e acentuado pela falta de conhecimento, por isso a necessidade de uma educação ambiental. Percebemos a ausência de uma postura crítica por parte dos idealizadores do projeto frente aos processos socioeconômicos que perpassam os riscos aos quais estão expostas as comunidades pobres das periferias urbanas, principalmente no que toca aos direitos habitacionais. Os jovens, desprovidos de recursos comunitários, educação de qualidade, espaços de reflexão, direitos trabalhistas, direitos habitacionais, residentes em moradias precárias, ganham agora uma nova implicação/responsabilidade, prevenir desastres. Nesse contexto, acreditamos que o presente estudo poderá contribuir para futuros debates sobre riscos, juventude e práticas em defesa civil.

399



EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA INDIRETA E SINTOMAS DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE EM ADOLESCENTES ESCOLARES.

Jaqueline Portella Giordani (UFRGS)
jaquelinegiordani@gmail.com

Naiana Dapieve Patias (UFRGS)
naipatias@hotmail.com

Julia Assumpção Heine (UFRGS)
heine.a.julia@gmail.com

A exposição à violência pode ser definida pela experiência direta com o ato violento – ser vítima de alguma agressão – e também pela experiência indireta – testemunhar atos violentos ou ainda ouvir falar de casos que envolvam outras pessoas. Estudos nacionais têm investigado frequentemente autores e vítimas, sendo escassos os que avaliam o testemunho ou a violência indireta na família, escola e comunidade. Além de serem poucas, as pesquisas relativas à exposição indireta à violência na adolescência têm tido como foco a análise da relação com problemas externalizantes. Os resultados têm apontado que ser exposto à violência tem associação com comportamentos agressivos e violação de regras. É necessária então a investigação da associação da exposição indireta à violência com a presença de sintomas internalizantes (como por exemplo, depressão, ansiedade e estresse), desde que esses sintomas trazem prejuízo para o desenvolvimento saudável dos adolescentes. Desta forma, este estudo teve como objetivo investigar a relação entre a frequência de exposição indireta à violência e a presença de sintomas internalizantes em adolescentes escolares de Porto Alegre/RS. Este estudo é um recorte de um projeto maior, intitulado “Exposição à violência na Adolescência: Relações com bem-estar e saúde mental”, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência da UFRGS. Participaram desta pesquisa 426 adolescentes, com idades entre 12 e 18 anos ($M=14,91$; $DP=1,66$), sendo 264 meninas (62%) e 162 meninos (39%), estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, de cinco escolas públicas de diferentes regiões da cidade. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Psicologia (CAAE 22080914.1.0000.5334) e seguiu os aspectos éticos previstos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os instrumentos utilizados foram uma ficha de dados sociodemográficos, Triagem de Exposição de crianças à violência na Comunidade e Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse para adolescentes (EDAE-A). Os adolescentes foram divididos em dois grupos para fins de análise dos dados, utilizando-se a mediana para diferenciar alta e baixa exposição à violência indireta (VI). Dessa forma G1 foi formado pelos adolescentes que relataram até 13 episódios de VI e o G2 pelos que relataram terem sido expostos de 14 a 34 episódios de VI. Foram realizados testes *U de Mann-Whitney para amostras independentes*, para verificar diferenças de médias de depressão, ansiedade e estresse, pelos grupos de alta e baixa exposição à VI. As análises indicam que os adolescentes mais expostos à violência indireta apresentaram maiores escores nas três subescalas: depressão ($U=16113$; $p=0,001$), ansiedade ($U=15068,50$; $p=0,001$) e estresse ($U=13876$; $p=0,001$). Os resultados demonstraram que testemunhar ou ouvir falar de casos de violência está relacionado à saúde mental dos adolescentes. Discute-se as ações de intervenção nesta faixa etária, especialmente na escola. O foco destas ações deve ser direcionado à desnaturalização das violências cotidianas e à promoção de uma cultura da paz, sem estar estrito aos sujeitos vítimas ou perpetradores de violência, mas envolvendo todos que convivem indiretamente com a violência no espaço escolar e comunitário.

400



JUVENTUDE E USO DE DROGAS: ENTRE O DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO E A PRÁTICA RECREATIVA QUE BUSCA O PRAZER.

Mirela Egito de Moura Araújo (UPE)
mirelaegito@outlook.com

Érika de Sousa Mendonça (UPE)
erika.mendonca@hotmail.com

A pesquisa teve como objetivo abordar a inter-relação entre os temas juventude e uso de drogas a partir de uma perspectiva ampliada que visa retirar a temática do campo exclusivo de problema social, risco e criminalização. Para tanto, partiu-se de uma revisão literária do tema e também da realização de entrevistas e rodas de conversas com 12 jovens de ambos os sexos, moradores de uma cidade do interior de Pernambuco. Longe de pretender defender qualquer ponto de vista – que criminalizasse ou apoiasse o uso recreativo – esta pesquisa buscou problematizar o tema em questão, questionando a associação comum entre jovens e drogadição e esta, a um problema e um risco social. A possibilidade da abertura para um novo olhar sobre esta temática é a constatação de que existem uma série de pré-conceitos que são internalizados pela sociedade de maneira mecânica e acrítica, construindo estigmas que se estabelecem frente a jovens que fogem aos padrões morais institucionalizados e socialmente partilhados. Apesar do investimento em políticas públicas de prevenção às drogas ilícitas e o esforço da mídia em apresentar estatísticas e consequências de seu uso, acaba-se por limitar a problematização em torno do tema, que figura em torno das noções de risco, violência e criminalização. Outro fator diretamente ligado ao debate sobre as drogas ilícitas refere-se ao binômio desigualdade/injustiça social, que impulsiona os estereótipos frente a populações e comunidades menos favorecidas socioeconomicamente, associando-as ao consumo e à distribuição de drogas. Assim, as discussões sobre a temática das drogas não são ampliadas, sendo as informações e reflexões sobre elas afirmadas através de um discurso social, de estatísticas e do poder da mídia. Nos relatos dos jovens entrevistados, o universo das drogas foi apresentado não como um problema meramente de classe ou raça, mas acessível a todo e qualquer contexto sociocultural. O uso de drogas foi relacionado por eles a um gatilho emocional, sendo ancorado por conflitos e crises que influem e/ou propiciam os jovens a procurarem refúgios para seus problemas ou angústias. Nesse viés, os entrevistados classificaram o uso de drogas entre: uso recreativo (uso que seria controlado, mantendo-se a autonomia do sujeito, que a usaria de modo consciente e não prejudicial em busca do prazer) e o vício (uso descontrolado, em que o sujeito se torna dependente químico, precisando dela para se satisfazer). Unanimemente citaram drogas lícitas (medicamentos, cigarro e principalmente o álcool) como tão ou mais prejudiciais e causadoras de dependência que as demais drogas ilícitas, como a maconha. O estudo revelou que um olhar ampliado sobre o uso das drogas não é uma perspectiva debatida social e politicamente, ressaltando a importância de pesquisas que visem escutar outras perspectivas – inclusive de usuários, como eram alguns dos entrevistados – e problematizar o uso de drogas sem a prerrogativa do preconceito ou da criminalização, o que refletiria um olhar imparcial e de cuidado aos usuários.

401



**FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO:
UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA DO RECIFE - PE SOBRE O
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Adriano Ricardo Ferreira da Silva (UFRPE)
adrianoref@gmail.com

Iviana Izabel Lira (UFRPE)
izabel_lira@hotmail.com

Neste trabalho, procuramos identificar qual o grau de conhecimento dos adolescentes estudantes da educação básica na rede pública da cidade do Recife sobre a lei nº 8.069/90 (o Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como a compreensão dos seus direitos e deveres como sujeitos de direitos. É de fundamental importância que haja dentro das escolas uma melhor abordagem sobre o Estatuto, visto que “a escola deve ser uma instância de promoção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes em razão da responsabilidade social que carrega consigo” (MOURA, 2013, p. 96). Através da percepção de quais são as maiores dificuldades de entendimento do Estatuto por parte desses estudantes, poderemos contribuir para uma ação mais eficiente das escolas nesse contexto. Metodologicamente, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, com aplicação de sessenta questionários, contendo questões abertas e fechadas, tomando como amostra estudantes do ensino médio de três escolas públicas situadas no centro da cidade do Recife. Entender o Estatuto, não é apenas entender direitos e deveres, mas também, é perceber as atribuições de cada segmento da sociedade. Ferreira (2004) reforça a importância dada pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto, para a cooperação entre Estado, família e sociedade civil. Tal cooperação deve passar necessariamente por promover o acesso à informação, pois, julgamos não ser possível que se tenha uma aplicação eficiente de uma lei tão importante como o Estatuto da Criança e do Adolescente, se o seu público alvo não possui o mínimo de conhecimento de seu conteúdo. O resultado da pesquisa evidencia que a grande maioria dos estudantes que foram questionados, não possui um bom domínio sobre o Estatuto. Diante disso, eles acabam desconhecendo alguns preceitos importantes desta lei. A pesquisa mostra que cerca de 80% dos estudantes desconhecem termos como: “proteção integral” e “prioridade absoluta”. A precariedade de conhecimento também faz com que os mesmos acabem criando impressões erradas sobre várias temáticas no âmbito do Estatuto. É possível citar como exemplo dessas impressões, o fato de que aproximadamente um terço dos alunos que acreditam saber para que serve o Conselho Tutelar, afirmarem que este tem a finalidade de punir a crianças e os adolescentes. O que parece ser uma associação (cultural) equivocada com o extinto Código de Menores. Nesse sentido, apontamos mais uma vez para a responsabilidade da escola no processo de desenvolvimento infanto-juvenil, principalmente, porque mais de 90% desses adolescentes da rede pública afirmaram nunca terem lido (mesmo que parcialmente) o Estatuto. Além disso, cerca de 70% deles disseram não estar tendo ou nunca ter tido aulas sobre o referido texto. Discutir esse assunto e repensar alguns critérios no sentido de promover aos educandos um melhor entendimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente é responsabilidade não só das escolas, mas de todos. Pois, parece coerente pensar que uma das formas de garantir a proteção integral e a prioridade absoluta dessas crianças e adolescentes, é justamente garantir ao público alvo do Estatuto, o conhecimento de seus direitos e deveres na perspectiva da referida lei.



LEVANTAMENTO DOS MICROSSISTEMAS E PESSOAS SIGNIFICATIVAS PARA ADOLESCENTES RESIDENTES EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO.

Joanna Fernandes Reblin Maretto (UFES)
joanna.frm@gmail.com

Célia Regina Rangel Nascimento (UFES)
celiarn@gmail.com

A instituição de acolhimento é um serviço de proteção social oferecido pelo Estado a crianças e adolescentes que sofrem ou sofreram violação dos seus direitos e foram retirados de suas famílias, como medida de proteção. O serviço de acolhimento é um serviço temporário que deve garantir moradia, alimentação, higienização, trabalho e escolarização para seus usuários até que seja possível o retorno à família de origem ou o encaminhamento a família substituta. O trabalho que será descrito, refere-se a uma das etapas de uma pesquisa de mestrado, que está sendo realizada com adolescentes de 14 a 17 anos que residem em instituições de acolhimento. Estas instituições estão localizadas em dois municípios da Grande Vitória/ES. A pesquisa consiste na realização de entrevistas que tem por objetivo levantar, na avaliação dos próprios adolescentes, quais os contextos e pessoas consideradas mais significativas atualmente nas suas vidas, e avaliar se estes contextos e pessoas participam do seu desenvolvimento e da construção do seu projeto de futuro. A perspectiva teórica que fundamenta o trabalho é a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano que considera que a relação entre as características pessoais, os contextos, os processos proximais e o tempo, promovem o desenvolvimento do indivíduo. Para Bronfenbrenner, autor da teoria, o contexto mais próximos do indivíduo, no qual ocorrem as interações face-a-face, onde se estabelecem relações recíprocas e onde os processos proximais acontecem é chamado de microssistema. Os processos proximais por sua vez são interações recíprocas e duradouras, com vínculos afetivos positivos, considerados mecanismos promotores de desenvolvimento. Os processos proximais promovem resultados desenvolvimentais positivos ou inibem o desenvolvimento de características que podem ser consideradas de risco. A pesquisa foi realizada com cinco adolescentes do sexo feminino, por meio de entrevista individual com roteiro semiestruturado, que aconteceu na própria instituição. Foram levantadas questões sobre os microssistemas mais importantes e as pessoas mais significativas dentro destes contextos para o adolescente, a interinfluência entre os microssistemas citados, as características pessoais do adolescente que estão presentes nas relações descritas e a influência que esses contextos exercem na construção do projeto de vida das adolescentes. Análises parciais dos resultados, realizadas até o momento, apontaram a escola como um contexto importante na vida das participantes e o estudo como algo considerado prioritário para o futuro. Os resultados demonstraram também os amigos e a família como contextos importantes. Apoio, ajuda, atenção, incentivo e afeto recebidos nas interações foi mencionado como o motivo pelo qual as pessoas são consideradas significativas. Considera-se que conhecendo as relações importantes na vida do adolescente acolhido institucionalmente, é possível promover intervenções que fortaleçam essas relações, tornando-as fortes e estáveis, promovendo um desenvolvimento positivo.



**POLÍTICA DE JUVENTUDES:
APONTAMENTOS SOBRE FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO E AÇÃO COLETIVA NO CONTEXTO
UNIVERSITÁRIO.**

Cláudia Braga de Andrade (UFOP)
cb.andrade@terra.com.br

Carla Jatobá (UFOP)
carlajatobaferreira@gmail.com

Margareth Diniz (UFOP)
dinizmargareth@yahoo.com.br

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa em psicanálise e educação que vem sendo realizada na Universidade Federal de Ouro Preto. Partindo da constatação da vulnerabilidade dos jovens universitários traduzida nos atos de violência, abuso sexual, mortes decorrentes de overdose e casos de suicídio, dedicamo-nos, através de uma proposta multidisciplinar, a refletir sobre os efeitos de um mal-estar na condição da juventude na atualidade. A partir da perspectiva psicanalítica a pesquisa tem se desenvolvido com a metodologia da pesquisa-intervenção através de reuniões ampliadas e rodas de conversas e organização de eventos. Ações estas caracterizadas como experiências compartilhadas envolvendo diversos segmentos da universidade (docentes, discentes e técnicos administrativos). A modalidade da pesquisa intervenção permite o 'escutar' e 'fazer escutar', compreendendo que através do processo de subjetivação aparece um sujeito de fala no curso da ação coletiva. Tomamos como referência a noção de coletivo como a construção de dispositivos que viabilizam a ação/participação política. As ações coletivas promovidas pelo projeto têm como objetivo gerar propostas, pactos e compromissos. Entre estes, destacamos a ressignificação de práticas e reconhecimento das diferenças visando o fortalecimento de uma política de juventudes na UFOP. Partimos do pressuposto de que o sentido de política se constrói na experiência cotidiana dos sujeitos e a ação política está ligada a uma potência transformadora desta ação sobre as práticas cotidianas, como ressalta Jacques Ranciere, a ação política "faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho" (1996:42). No trabalho, apresentaremos o percurso de dois anos do Projeto *Sou Mais Juventude*, identificando questões, transformações e pontos de resistência ao seu desenvolvimento que nos permite o exercício de contextualizar uma discussão acerca da ação política no contexto universitário.



**DIVERSIDADE E RECONHECIMENTO:
NOTAS SOBRE O CUIDADO DOS JOVENS NA ESCOLA.**

Maria Regina Maciel (UERJ)
mreginamaci@terra.com.br

O trabalho visa pensar num tipo de cuidado com os jovens em ambiente escolar que reconheça a diversidade (de gêneros, etnias, etc.), em duas vertentes: enquanto elemento necessário para a constituição de si e enquanto favorecedora da redução de risco de exclusão social desses sujeitos. A pesquisa se insere na intersecção entre o campo da educação e o campo da psicanálise (principalmente a partir do pensamento de Winnicott). Além de pesquisa teórica, propõe experiências de grupo com crianças e adolescentes na Escola. Acreditamos que nossa cidadania é exercida quando “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza e quando temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (Souza Santos, B., 2006). Postulamos, também, que a vida social é governada pelo imperativo de mútuo reconhecimento, no qual só é possível desenvolver uma relação-a-si desde uma perspectiva dos parceiros, a quem nos endereçamos socialmente, numa interação (Honneth, 1996). Neste mesmo sentido, entendemos ser possível estabelecer relações entre a teoria do amadurecimento emocional de Winnicott e a intersubjetividade enquanto critério para uma relação com o Si-mesmo, considerando, com isso, a dimensão de existência criativa do nosso conviver. Atentos à não redução das preocupações escolares aos conteúdos curriculares e aos métodos de ensino, podemos incluir questões relativas às singularidades de cada participante do espaço escolar, às transferências, às identificações no interior da referida instituição, etc. Assim, a experiência psicanalítica pode se dar em um tipo de contexto diverso do tradicional atendimento em consultório. O presente trabalho se insere no grupo de pesquisa NIPIAC, núcleo que concebe a criação de grupos de discussão com jovens enquanto dispositivos que possam potencializar os efeitos da escola, instituição de referência para crianças e adolescentes. Esses grupos podem, simultaneamente, promover a abertura de novas perspectivas e referências necessárias à construção de si, de sua comunidade e de sua cidade. As experiências sensíveis e a circulação de narrativas sobre os acontecimentos da escola podem produzir efeitos nesses jovens. O trabalho com grupos de pré-adolescentes que será aqui relatado se deu em uma Escola Pública do Rio de Janeiro, e pretendeu funcionar como uma espécie de “provocação”: se abrir para o outro, possibilitando não se cair em um fechamento sobre si mesmo. Nesta abordagem, nos aproximamos da ideia de “espaço potencial” de Winnicott (1975) que é lugar por excelência da experiência cultural. O jovem precisa ser reconhecido em suas particularidades. Como qualquer sujeito, ele só poderá se expandir se o outro não o constranger. Mas isto não significa prescindir de limites necessários; afinal, a ação criativa acontece quando o indivíduo se depara com o ambiente que oferece resistência. Podemos explorar essa perspectiva vinculando criatividade e reconhecimento do outro, quando este é parceiro no brincar, por exemplo. Pretendemos, assim, pensar em um tipo de cuidado com os jovens em ambiente escolar que reconheça a diversidade. Cremos que as articulações teóricas aqui propostas e as experiências suscitadas nos grupos com os jovens na Escola têm se encaminhado neste sentido.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

**RETRATOS DA JUVENTUDE ENCARCERADA NO SUAPI DE MARIANA (MG):
DIÁLOGOS SOBRE A SUBJETIVIDADE, O TEMPO E A LIBERDADE.**

Rafael Basso Barbosa (FAM)
r.bassobarbosa@gmail.com

Vanessa Ap. Araújo Correia (USP)
vancorreia@usp.br

Carina de Souza (UFRJ)
carina.desouza@yahoo.com.br

Este trabalho é resultado de um conjunto de entrevistas realizadas com jovens, na faixa etária de 18 a 29 anos de idade, que vivem em situação de privação de liberdade na Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) da cidade de Mariana, em Minas Gerais. Para conhecer a esses jovens, em um primeiro momento, realizou-se uma análise quantitativa sobre o perfil dos que ingressam no serviço prisional de Mariana, tais como condições socioeconômicas e tipos de ações delitivas. Posteriormente, procurou-se compreender as vivências e os processos de subjetivação desses jovens, tendo em conta os seguintes aspectos: pertencimento geracional e representação de si enquanto jovens; a relação estabelecida com a pena, com o ato infracional e com as noções de justiça; as noções de liberdade; e a relação com o tempo. O texto é construído a partir dos enunciados dos jovens, apresentando traços de uma juventude encarcerada, que constrói a vida e a identidade marcadas por um contexto de estigmatização, controle e naturalização da violência. A reflexão a respeito dos enunciados juvenis sobre seu cotidiano em situação de privação de liberdade baseia-se na contribuição teórica Michel Foucault, que aborda o processo de subjetivação em instituições de controle e aprisionamento, sobretudo, a partir dos conceitos poder, disciplina e subjetivação. Além disso, dialoga-se com autores da sociologia da juventude.

406



**“O TEMPO RUIM VAI PASSAR”:
O RISCO DE MORTE E A PROTEÇÃO DE JOVENS MORADORES DE PERIFERIA ENVOLVIDOS EM
CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA.**

Fernanda de Paula Carvalho (UFMG)
nanda_depaula@yahoo.com.br

Gracielle Pouzas Ferreira (IElo /SEDS)
graci.pouzas@gmail.com

O artigo apresentado é produto de análises e reflexões elaboradas a partir do caminho profissional das autoras voltado em especial ao atendimento de adolescentes e jovens em situações de ameaça de morte, moradores de periferias. O texto traz reflexões sobre desafios e possibilidades, a partir da discussão de um caso, de se construir alternativas junto ao jovem e às políticas públicas, devido à complexidade que as situações que os riscos de morte violenta de jovens envolvidos em contextos de violência nos apresentam. Para entrar na discussão faz-se uma contextualização teórica e conceitual sobre três temas centrais: juventudes, risco e proteção, tendo foco as conexões entre eles. A perspectiva adotada foi do conceito de juventudes no plural e, a partir disto, feito um recorte metodológico de “uma dessas juventudes”, vivenciada por jovens com envolvimento em contextos de violência, em periferias. Seguindo, se discute risco e ameaça com o foco no risco de morte violenta, e, também a proteção voltada aos adolescentes e jovens a partir da perspectiva de atuação das redes estatal/institucional e social/pessoal/afetiva. O recurso de discussão foi a apresentação de um caso de construção de proteção para um jovem em situação de ameaça de morte. O jovem será chamado de Pedro, tem 18 anos, é morador de uma periferia do Estado de Minas Gerais, e foi acompanhado pelo Programa Fica Vivo! que compõe a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais. Para a análise alguns elementos são destacados a fim de auxiliar a reflexão e construção de alternativas diante as ameaças de morte e as possibilidades de proteção para os jovens. Por fim, a partir da análise do caso e das discussões teóricas propostas conclui-se que ser jovem e morador de periferia não podem ser considerados fatores de risco por si só, porém a conexão entre elementos como raça, gênero, idade, local de moradia e a construção de trajetórias de envolvimento em contextos de violência, torna possível perceber diferentes *graus* de risco de morte. Outro ponto importante é a estrutura, ou falta dessas, em relação as redes social/pessoal/afetiva e também estatal/institucional. Portanto, ao se tratar do risco de morte e proteção de jovens envolvidos em contextos de violência, moradores de periferia, é necessário fazer um trabalho de construção conjunta de alternativas com o próprio jovem e seus familiares, mas também é preciso avaliar nas políticas públicas as formas de garantir acesso aos seus direitos que resultem não só na sua sobrevivência, mas na possibilidade real de construção de novas trajetórias.



A IMPORTÂNCIA DO OBIJUV NO FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVENS NO RN.

Maria da Conceição do Amor Divino Neta (UFRN)
divinaa-9@hotmail.com

Gilliard de Medeiros Laurentino (UFRN)
gilliardml@hotmail.com

Ilana Lemos de Paiva (UFRN)
ilanapaiva@hotmail.com

Renata Almeida Leão (UFRN)
renataa_leao@hotmail.com

Tabita Aija Silva Moreira (UFRN)
tabita.smoreira@gmail.com

O Observatório da População Infanto-juvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN) foi criado em 2009, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mas aberto a estudantes e profissionais de outras áreas com interesse nas discussões propostas. O grupo surge com o objetivo inicial de mapear os índices de homicídios juvenis na capital (Natal) e no estado e, em seguida, com o agravamento de uma série de questões de violação de direitos de crianças, adolescentes e jovens, o grupo passou a desenvolver não só ações de monitoramento, mas projetos de pesquisa e extensão, além de buscar o estabelecimento e promoção de reflexões e debates com a rede socioassistencial e de garantia de direitos desse público. Atualmente, para dar encaminhamento as demandas que chegam, reuniões de estudos e projetos de pesquisa e extensão, o grupo está organizado em núcleos temáticos, quais sejam: Sistema Socioeducativo, Culturas Juvenis, Políticas Públicas de Juventude (PPJUVE) e Políticas de atendimento às criança e adolescentes (PACA), visando o desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão em parceria com o Sistema de Garantia de Direitos. Especificamente sobre o núcleo PACA, o núcleo vem construindo uma pesquisa de mapeamento da rede de atendimento a crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de violência sexual, buscando entender e refletir sobre esse cenário no estado, assim como fornecer dados mais qualitativos acerca da rede de proteção e dos encaminhamentos que acontecem, visando o atendimento e a resolução dos casos. O núcleo do sistema socioeducativo vem contribuindo de forma efetiva com a construção do plano estadual e do plano municipal de atendimento socioeducativo, além de desenvolver uma pesquisa sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA) dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, em parceria com o CEDECA do Distrito Federal e CEDECA Rio de Janeiro. Sobre o núcleo de culturas juvenis, o grupo vem buscando o fortalecimento de ações já existentes em algumas das comunidades periféricas da cidade e, atualmente, o núcleo contribui com uma escola pública, localizada em um bairro com índices altos de vulnerabilidade social, principalmente, da população jovem. Por fim, o núcleo de políticas públicas de juventude, que vem desenvolvendo um projeto de extensão junto à juventude de terreiro, na zona norte da cidade, região estigmatizada e também com altos índices de violência e vulnerabilidade. De modo geral, avaliamos que o público infanto-juvenil é o mais afetado pelas distintas formas de violência e violação de direitos que, por sua vez, possuem diversos determinantes. Nesse sentido, é preciso fazer um esforço para levar essas discussões para toda a sociedade, identificando os papéis e funções de cada ator, dando visibilidade a essas questões e qualificando o debate, por meio de reflexões críticas e contextualizadas com os aspectos econômicos e socioculturais que permeiam e atravessam as relações sociais.



**DISCURSOS SOBRE JUVENTUDE E AMIZADE NA PSICOLOGIA:
DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES COM A OBRA DE MICHEL FOUCAULT.**

Emília Bezerra de Miranda (UFPE)
emiliamiranda76@hotmail.com

O presente trabalho pretende refletir acerca da articulação entre as noções de juventude e amizade na produção acadêmica em Psicologia, tentando entender os discursos produzidos por esta disciplina sobre esses temas. Durante o desenvolvimento do projeto de tese intitulado “Narrativas de amizade entre jovens: vivências de risco e possibilidades de proteção em território de desenvolvimento econômico”, muitas são as questões teóricas que venho enfrentando. Para este estudo, uma das perguntas que me é norteadora é a seguinte: Como se pensa a noção de amizade em seus referentes ético (responsabilização), estético (criatividade/sensibilidade) e político (transformação/mudança social) na Psicologia, hoje? Ao mesmo tempo interessa analisar quais os deslocamentos que Foucault opera com a noção de amizade e em que medida pode-se articular tais ideias com as experiências de encontros entre jovens amigos/as. Seria possível pensar alianças entre a maneira psi de entender a amizade e o uso foucaultiano do termo? Desse modo o presente estudo tem como objetivo: Compreender o (s) uso (s) da noção de amizade (particularmente em sua dimensão estético-ético-política) vinculado ao campo da juventude, no universo das pesquisas em Psicologia. Como percurso metodológico vem sendo realizada uma revisão bibliográfica em bases de dados, como *scielo* e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), na tentativa de compreender como os temas em questão – amizade, juventude – aparecem nas pesquisas em Psicologia, e se (e como) Michel Foucault é convidado a dialogar sobre essas questões. Aspectos como horizontalidade nas relações, abertura para o outro, convivência em espaços disponíveis para embates, discussões e trocas criativas são problematizados nos trabalhos encontrados, percebendo-se algumas aproximações com a noção de amizade desenvolvida por Michel Foucault. Acredita-se que pensar as experiências de amizade significa pensá-las em seu caráter ambíguo, em que afirmam e ameaçam um senso de identidade estável. Desta maneira, ao mesmo tempo em que produzem alívio ao desamparo, as relações entre amigos (as) levam o jovem a pensar a diferença e confrontar-se com a alteridade – com o outro em sua estranheza. Assim competição, discórdia, discussões e rivalidades são concomitantes a momentos de solidariedade, criação, invenção e compartilhamento (KEHL, 2000; SCHWERTNER, 2012). Para Ortega, 2000, a amizade pode operar como formas de “retraçar e reinventar o político”. Numa sociedade que limita e ordena as formas de relacionamento, a amizade poderia representar a experimentação de novas e diferentes formas de sociabilidade (ORTEGA, 2000) ou mesmo novos e diferentes modos de vida. Portanto, considerando a importância das relações com os pares e das ligações horizontais durante a vivência da juventude, pretende-se investigar se e como as noções de cuidado de si, parresia, estética da existência - no que dizem respeito à disponibilidade e ao risco do encontro com o outro – vêm sendo pensadas e problematizadas na Psicologia.

409

A ADOLESCÊNCIA COMO DESAFIO AO DISCURSO BIOTECNOLÓGICO: PROBLEMATIZANDO OS DISCURSOS DO MESTRE E DA HISTÉRICA.

Adriana Alves de Almeida (Faculdade Pitágoras)
alvespsi@hotmail.com

A revisão da literatura evidencia que a combinação de fatores como dificuldades no acesso, entraves legais e a organização das rotinas nas Unidades Básicas de Saúde tem resultado em pouca frequência de adolescentes nos serviços, havendo, ainda, grande descompasso entre as garantias legais à saúde e a realidade cotidiana desta população. Quanto aos profissionais, estes consideram o atendimento desse público difícil, delicado, conflituoso e constrangedor. Objetivando esclarecer os impasses da relação adolescentes/serviços de saúde, procedeu-se à pesquisa qualitativa, por meio de entrevista semiestruturada do tipo episódica com médicos (as) e enfermeiros (as) de equipes de saúde da família. O material empírico constituiu-se de vinte e dois relatos nos quais foram analisados os enunciados a respeito dos desafios de atender adolescentes, especialmente, o momento da abordagem e da consulta. As características e os comportamentos dos adolescentes aparecem como principal obstáculo do atendimento, com destaque para atributos como ser desafiador e tímido. Os discursos apontam uma visão negativa e estereotipada dos adolescentes, sendo as dificuldades na atenção à saúde resultantes dos impasses de não se conseguir, com este público, estabelecer uma consulta nos termos do modelo assistencial biotecnológico (modelo de relação médico-paciente, anamnese, diagnóstico e condução clínica). A partir desses achados, problematiza-se: em que os adolescentes desafiam o modelo biotecnológico e o processo de trabalho na atenção primária em saúde? Uma via de resposta é elaborada a partir da contribuição dos quatro discursos em Jaques Lacan. Os lugares (agente, verdade, outro, produto), a partir do binômio sujeito – Outro remetem às perguntas: o que desempenha o papel de agente? Em que está fundamentada sua verdade? Qual é o outro ao qual esse discurso se dirige? Qual é o produto que tal discurso resulta? As perguntas da álgebra lacaniana desdobram-se articuladas ao problema de pesquisa deste estudo. Desta forma, aproxima-se o saber fazer técnico e universalizado da assistência biotecnológica, da qual o médico é seu representante, aos discursos do mestre e do universitário, complementares entre si. Esta convergência é destacada em três aspectos: na apropriação dos significantes do sujeito, na isenção da subjetividade e no produto resultante do discurso, a saber, a normatividade e prescrição; repercutindo no acirramento dos impasses em ofertar acolhimento e serviços que atendam às necessidades e demandas dos jovens no cuidado em saúde. Aproxima-se a posição de resistência juvenil ao discurso da histórica. Compreendendo a adolescência como momento de elaboração psíquica, o sujeito adolescente, tal qual a histórica, escapa ao saber médico. A adolescência coloca em evidência a questão da divisão do sujeito, opera com a divisão do sujeito através de seus sintomas subjetivos e socioculturais e, é esta operação de divisão que interroga o saber médico. No discurso biotecnológico há um saber fazer técnico, um poder de conhecimento universalizado e, quando este modelo se vê diante do impasse é o adolescente que não se encaixa. Por fim, os adolescentes desafiam o setor saúde a superar, de fato, o modelo biotecnológico, ampliando tanto a concepção como a prática da assistência nos processos de saúde-doença.

410



CARACTERIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.

Karyanne Cristina dos Santos Barros (UFPA)
karyannebarros19@gmail.com

Gilvana Cristina da Silva Reis (UFPA)
gilvanaservsocial@gmail.com

Celina Maria Colino Magalhães (UFPA)
celinaufpa@gmail.com

Laiane da Silva Corrêa (UFPA)
laicorrea@gmail.com

A realidade de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional faz parte do contexto de muitas famílias brasileiras, questões como exposição à violência, ao abuso e a exploração dentro e fora do lar estão entre as principais situações apresentadas pela literatura. Nesse sentido, o presente estudo objetivou traçar o perfil e os motivos que ocasionou o acolhimento de adolescentes em instituições da Região Metropolitana de Belém. Para a análise dos dados foram coletados 240 prontuários de adolescentes no ano de 2012, por meio de um formulário de caracterização de crianças e adolescentes adaptado para população de acolhimento, o qual investigava características biopsicológicas do acolhido e da família. Quanto ao perfil do adolescente constatou-se que no quesito idade há uma frequência maior de adolescentes acolhidos de 14 e 15 anos e nota-se a presença mais expressiva de adolescentes do sexo feminino (58,3%). Cerca de 60,8% dos adolescentes estudam e 33,3% não estudam. Entre os que estudam 56,3% estão no ensino fundamental e 3,8% no ensino médio. Em relação ao estado civil, 90% dos prontuários indicavam como solteiro e 2,9% moravam juntos. Sobre a condição dos adolescentes terem filhos 79,2% não tem e 5,4% possuem em média um filho. Os dados relacionados aos motivos do acolhimento mostram que a negligência familiar (36,7%) é o principal, seguido por Abandono (19,6%); Violência física (19,6%); Situação de Rua (15%); Conflito Familiar (15%); Violência Sexual (14,6%) e Fuga do Lar (14,6%). Os dados indicam o quanto os adolescentes e suas famílias encontram-se em situação vulnerável e condições socioeconômicas adversas. Em sua maioria são jovens meninas, com baixa escolaridade, e que foram negligenciados e/ou abandonados pelos familiares. Nota-se que o principal motivo que ocasiona o acolhimento dos adolescentes continua sendo a negligência, como citam estudos e levantamentos feitos nacionalmente. Dentre estas situações de risco vividas por adolescentes, todas estão relacionadas à falta ou à fragilização dos vínculos familiares e comunitários, identificando-se ainda, uma família vulnerável, levando-os a fatores que interferem diretamente no desenvolvimento dos jovens. Acredita-se que é importante a inserção da comunidade nas políticas de atendimento a infância e adolescência, e tal tarefa deve ser mediada por diversos programas, como exemplo, os que promovem o apadrinhamento e a família acolhedora, propostos pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária com o intuito de resgatar o convívio familiar para contribuir com o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção social do adolescente com a família e a comunidade em geral. Portanto, ressalta-se a importância de cumprir as normativas legais para que a reintegração familiar seja feita da forma ideal, na busca da garantia do direito ao convívio familiar e comunitário de crianças e adolescentes que se encontram atualmente nos serviços de acolhimento.



**VIDA BREVE, VIDA IMENSA:
JUVENTUDE, ÁLCOOL E TRÂNSITO.**

Kalline Flávia S. Lira (UFPE)
kalline_lira@hotmail.com

As últimas décadas têm sido marcadas por um notável interesse pela investigação e pelo estudo do fenômeno da violência. Atualmente, a violência está sendo reconhecida não só como um importante problema social, mas também como um problema de saúde pública. Dentro da temática da violência, as causas externas são 'epidemias' que existem em todo lugar do mundo. No que se referem às causas externas, os acidentes de trânsito têm um destaque, e no Brasil têm se tornado alarmante porque matam ou geram agravos e demandam atendimentos nos serviços de saúde. Assim, vêm ganhando cada vez mais importância no perfil epidemiológico do nosso país. O presente trabalho objetivou analisar os casos de acidentes de trânsito atendidos na rede de assistência à saúde, no Sertão do Estado de Pernambuco, na mesorregião do Araripe. Esta região é considerada campeã estadual em acidentes de motos, em sua maioria devido à mistura de álcool e direção. Segundo dados do Governo de Pernambuco (2014), o município de Araripina configura-se em primeiro lugar no ranking. Este estudo é uma pesquisa quantitativa, na qual foram revisados e avaliados os prontuários do serviço de saúde, especificamente do Hospital Regional Fernando Bezerra, referência na região, localizado no município de Ouricuri, fazendo uma comparação dos dados dos anos de 2011 até 2014. Pode-se perceber que a maioria dos acidentados é jovem, do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 29 anos, que estavam sem capacete, e tinham ingerido álcool ou usado outro tipo de droga. A especificidade da região – onde o uso de motocicleta é muito elevado em relação ao do carro –, a precária fiscalização – que permite menores de idade e não habilitados dirigirem – e a falta de uso de equipamento de proteção (capacete), se refletem no grande número de acidentes. Soma-se a tudo isso a falta de programas/projetos governamentais que sejam direcionados à juventude da região, que ociosa, tem como principal divertimento a ida a bares e a ingestão de bebida alcoólica. Como ação que mostrou algum resultado positivo, podemos listar a "Operação Lei Seca" e a implantação do Comitê de Prevenção aos Acidentes de Moto em Pernambuco (CEPAM). As duas ações conjuntas já têm mostrado resultados positivos, como a diminuição do número de acidentes, embora continue alto para a região. A obtenção de informações detalhadas acerca das causas externas é extremamente relevante para o estabelecimento das estratégias voltadas para grupos (jovens) e/ou agravos específicos, permitindo o estabelecimento de propostas para a prevenção, afinal, torna-se importante os jovens brasileiros terem consciência e responsabilidade dos seus cuidados, incluindo os cuidados com a saúde e a prevenção de acidentes e agravos.

412



RISCOS EM ALCOOLISMO E A OPÇÃO DE ESCOLHA CONSCIENTE PELO JOVEM ESTUDANTE.

Sebastião de Lima Coelho (Associação Singulares/UBM)
limacoelho2004@yaho.com.br

Bruno Felipe Tavares da Costa Marcato (Associação Singulares)
mailbrunomarcato@yahoo.com.br

Eduardo de Freitas Miranda (Associação Singulares)
eduardo.ludus@gmail.com

Diego Nogueira da Silva Bernardo (Associação Singulares)
diegonsb@gmail.com

Fernanda Cristina Ribeiro (Associação Singulares)
fernandaribeiro_brasil@yahoo.com.br

Flávia Christina Ferreira Soares (Associação Singulares)
flaviasoares.coach@gmail.com

Ana Carolina Mello Torres (Associação Singulares)
carolinamellotorres@gmail.com

Mariana Oliveira Bossan (Associação Singulares)
maribossan@hotmail.com

Fabiana Maynarth (Associação Singulares)
projetonamedida@hotmail.com

Pedro Augusto Dinelli Cruz (Associação Singulares; UFRJ)
pdinelli88@hotmail.com

Jeane Mariana Oliveira (Associação Singulares)
jeane-lp@hotmail.com

Priscilla Cavalcanti (Associação Singulares)
priscilacavalcanti.bio@gmail.com

413

O Projeto Na Medida é uma iniciativa da ONG Singulares, implementado desde fevereiro de 2011, tendo como patrocinador a indústria de bebidas Pernod Ricard. Conta com profissionais educadores psicólogos, comunicólogos, professores e administradores, em oficinas de debates informativos que são oferecidas em escolas públicas e privadas da região do Médio Paraíba. A equipe realiza atividades organizadas em trios, com uma linguagem par a par com os educandos, envolvendo a exposição e compartilhamento de fatos e ideias sobre a temática que envolve o uso e abuso de bebidas alcoólicas. Adota metodologia que privilegia o acesso à informação sem uma postura diretiva enquanto proposta educativa, pois ao mesmo tempo em que não nega a realidade, respeita diferentes formas de relação com o tema proposto, favorecendo um processo de autonomia e individuação, trabalhando as potencialidades e questionamentos advindos das experiências compartilhadas. As atividades empregam métodos e ferramentas de psicodrama, dinâmicas



de grupo e proposição de diálogos fomentados e moderados a partir de músicas, teatro, dança, debates e outras linguagens artísticas correlatas. Neste contexto, desde sua concepção, o quantitativo atendido contabiliza 71.169 educandos, 2430 oficinas oferecidas a 226 escolas de 28 municípios dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No sentido de favorecer reflexões e senso crítico na escolha consciente pelo público alvo em questões relacionadas ao álcool, como parte do processo, dados avaliativos são coletados através de formulário padronizado e fazem parte de um inquérito de opinião acerca das oficinas, em caráter confidencial, sem identificação pessoal ou local para os participantes. Neste panorama, os trabalhos têm demonstrado resultados autorreferidos pelos educandos que remetem as seguintes considerações: há um quantitativo significativo de adolescentes e jovens envolvidos diretamente no uso e abuso de bebidas alcoólicas, com ou sem relação com bebidas energéticas, durante o período de tempo envolvido no projeto, bem como há referências de exposição ao longo da vida. Também há numerosos relatos de relação indireta com exposição abusiva a bebidas alcoólicas, através da relação familiar, social, laboral e escolar com adeptos etilistas. Ocorre ainda, de acordo com os relatos, de forma amplamente distribuída, a relação de uso e abuso de bebidas alcoólicas com o trânsito, sobretudo com familiares e amigos próximos. A referência à violência física e psicológica, pessoal e de contatos, também é bastante frequente entre os referimentos. Neste contexto, as considerações permitem avaliação de risco a que se expõem os educandos propriamente ditos e de seu ambiente de convivência diária, o que dá suporte à necessidade de intervenção como forma de cuidado pela sociedade civil organizada em situações de falha das políticas públicas e da fragilidade do sistema educacional na abordagem de um tema tão atual quanto importante socialmente. Outrossim, depoimentos dos educandos, professores e direção das escolas atendidas, tem destacado que a iniciativa e a metodologia empregada validam a relevância do trabalho em consonância com as mudanças de conceitos e atitudes observadas nos participantes, após os trabalhos.



O PERFIL E A INVISIBILIDADE DAS FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM – PARÁ.

Alciene de Oliveira Gonçalves (UFPA)
alciennegoncalves@gmail.com

Amanda Cristina Ribeiro da Costa (UFPA)
amandaalexs@hotmail.com

Bruna Nazaré Silva Monteiro (UFPA)
bruna.ssmonteiro@yahoo.com.br

Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA)
liliaccavalcante@gmail.com

O acolhimento institucional é uma medida de proteção de caráter provisório e excepcional para crianças e adolescentes que estão em situação de risco, sofrendo ameaça e violação de direitos especialmente no contexto familiar. Estudos têm mostrado que as famílias desses sujeitos vivem em situação de vulnerabilidade social, expostas a diversos fatores de risco ao desenvolvimento de seus membros, dentre eles a baixa escolaridade, precárias condições de renda e moradia, abuso de substâncias químicas, dentre outros. Nesse sentido, o estudo objetivou descrever o perfil sociofamiliar dos adolescentes acolhidos institucionalmente na Região Metropolitana de Belém, evidenciando as particularidades dessa condição em municípios localizados no Norte do país. A pesquisa envolveu 12 instituições de acolhimento nos municípios de Belém (6), Ananindeua (2), Marituba (2), Benevides (1) e Santa Isabel (1). A coleta de dados foi realizada por meio da análise de 240 prontuários de adolescentes acolhidos no ano de 2012. Utilizou-se um instrumento que permite levantar características biosociodemográficas dos adolescentes e seus familiares. Dentre os 240 adolescentes acolhidos no período considerado pela pesquisa, 58,3% eram do sexo feminino e 41,7% do masculino, com idade média de 14 anos (DP = 1,784). Foi verificado que 33% dos adolescentes não estudavam e 60,8% estavam matriculados na rede de ensino, e, destes, 56,3% possuíam o ensino fundamental. Com relação à caracterização das famílias desses adolescentes, constatou-se que do total de prontuários analisados 86% não apresentavam informações a respeito da idade, escolaridade e ocupação do pai. Naqueles documentos que continham essa informação, a média de idade observada foi 37 anos para adolescentes do sexo feminino (DP=6,89) e 42 anos para o masculino (DP=10,37). Quanto à escolaridade, 8,8% das mães e 2,9% dos pais possuíam o ensino fundamental. Contudo, verificou-se que 91,7% dos prontuários não apresentavam informações a respeito da escolaridade desses cuidadores. No que se refere ao tipo de ocupação, entre as mães, registrou-se que 20% dedicavam-se aos trabalhos domésticos e, entre os pais, 9,2% eram pedreiros, mas em 65% dos prontuários examinados esta informação estava ausente. Ainda sobre a mãe e o pai do adolescente, observou-se ser mais conhecido o paradeiro dela (70%) que o dele (47,9%). O resultado deste estudo aponta um perfil familiar com baixo nível socioeconômico, revelando escolaridade básica e ocupação em trabalhos mal remunerados, condições estas que podem ter influenciado em alguma medida a situação de risco em que os adolescentes estiveram expostos e fez com que o acolhimento institucional fosse justificado. Ante o exposto, é importante enfatizar a precariedade das informações referentes aos dados da família nos prontuários dos adolescentes, o que denota um registro incompleto de aspectos importantes da condição e história de vida do adolescente, o que dificulta ou impossibilita uma análise mais aprofundada sobre o nível socioeconômico das famílias. Além disso, este estudo indica a invisibilidade da família no processo institucionalização dos adolescentes, o que pode se configurar como um obstáculo às estratégias de fortalecimento de vínculos e superação das adversidades vivenciadas, fatores fundamentais para retorno do adolescente ao seio familiar.



**A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO
(PIA):
O OLHAR DA EQUIPE DE REFERÊNCIA.**

Camila Nunes de Oliveira (UFRJ)
camilanoliveira@hotmail.com

O presente trabalho objetiva analisar o Plano Individual de Atendimento – PIA, instrumento exigido a partir da promulgação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, dentro da execução da medida socioeducativa de internação, tendo como campo exploratório três centros socioeducativos de internação do Estado do Rio de Janeiro. A normativa estabelece que o PIA exige um contrato com o adolescente, no qual o jovem é participante ativo na construção de seu projeto pessoal. É neste contrato que se estabelecerá (ão) a (s) meta (s) considerando os critérios de prioridade e viabilidade. Ou seja, o orientador e/ou técnico de referência definido para acompanhar aquele adolescente irá, junto com ele, iniciar a construção do seu PIA, tendo como ponto de partida a (s) proposta (s) emergente (s) do estudo de caso. Um aspecto importante nessa relação adulto-adolescente é a qualidade do vínculo a ser estabelecido para realizar tal tarefa que diz respeito à vida do adolescente – seu presente e seu futuro. Uma exigência é que o orientador, técnico ou educador de referência se interesse, de fato, pela vida do adolescente, o respeite e considere sua singularidade e sua identidade cultural. O contrato implica: estabelecimento de prioridades; a definição de sequência de execução (por exemplo, para se matricular na rede regular de ensino, ele necessita portar documentos) prazos (considerando os tempos das diferentes medidas) a extensão do contrato para a família e/ou substituto como apoio e retaguarda para o adolescente realizar seu PIA que, na maioria dos casos, não estará concluído com o encerramento da medida (por exemplo, o término do período de escolarização). A elaboração do PIA se inicia na acolhida do adolescente no programa de atendimento e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico polidimensional por meio de intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família, nas áreas: a) Jurídica: situação processual e providências necessárias; b) Saúde: física e mental proposta; c) Psicológica: (afetivo-sexual) dificuldades, necessidades, potencialidades, avanços e retrocessos; d) Social: relações sociais, familiares e comunitárias, aspectos dificultadores e facilitadores da inclusão social; necessidades, avanços e retrocessos. e) pedagógica: estabelecem-se metas relativas à: escolarização, profissionalização, cultura, lazer e esporte, oficinas e autocuidado. Entretanto, em pesquisa realizada com três equipes de referência (somando três assistentes sociais, três psicólogos e três pedagogos) em três unidades de internação do Estado do Rio de Janeiro, o PIA se coloca como um instrumento burocratizado para os profissionais, sendo mais um papel a ser preenchido. A violência institucional, a superlotação das unidades, as más condições de trabalho, a incoerência do Poder Judiciário quanto ao instrumento, os serviços sociais precários, foram alguns dos entraves destacados pelos profissionais por não ter a realização do PIA, como coloca o SINASE. Assim, na prática a garantia de uma realização de um plano individual de atendimento caminha a passos lentos dentro da medida socioeducativa de internação E nesse sentido, a despeito dos problemas enfrentados, o PIA representa uma potência que merece ser melhor problematizada.

416



**JUVENTUDE, DROGAS E AS PRÁTICAS DE CUIDADO NA ATENÇÃO BÁSICA:
A EXPERIÊNCIA DO PET-SAÚDE EM GARANHUNS/PE.**

Maria Helena Santos Almeida (UPE)
mariahelena_lenninha@hotmail.com

Marly Cavalcante de Albuquerque (UPE)
marlycalbuquerque@gmail.com

Marilyn Dione de Sena Leal (UPE)
marilysena@hotmail.com

Karen Julyanna da Silva Almeida (UPE)
karen.julyanna@gmail.com

Este trabalho surgiu a partir das atividades realizadas através do projeto oferecido pelo Pró-Saúde, intitulado “Saúde Mental na Rede: Práticas de Educação Permanente e Acionamento da Rede de Cuidados de Garanhuns/PE”. Sendo estas, desenvolvidas através do Programa de Educação pelo Trabalho, PET, segundo o eixo: Saúde Mental – Crack, Álcool e Outras Drogas, financiado pelo Ministério da Saúde e vinculado à Secretaria de Saúde de Garanhuns (PE) e à Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns. Refere-se a algumas percepções da vivência em campo de discentes bolsistas, que integram a Estratégia de Saúde da Família (ESF). Inseridas na rede, sob a preceptoría de enfermeiras de duas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Mediante o uso da Observação Participante identificou-se um grande número de jovens usuários de drogas, que vivem em condição de vulnerabilidade juntamente com suas famílias e em condição de extrema pobreza. O cenário familiar apresentado pela maioria é a reciclagem como única fonte de renda. Além disso, outro elemento identificado em comum entre esses jovens foi a evasão escolar, pois, muitos, deixam de ir à escola para se reunirem nas calçadas a fim de usarem drogas, fazendo com que a comunidade os enxergue como “delinquentes”, “marginais” e outros adjetivos estigmatizantes. Na comunidade, existia também “bocas de fumo”, lugares onde havia o uso indiscriminado de drogas por jovens e adultos. Nesse contexto, foi possível perceber que os jovens se expunham também à comportamentos de risco com relação ao uso abusivo das drogas, ao sexo desprotegido, aplicação de tatuagens sem condições mínimas de higiene, inclusive, com compartilhamento de utensílios, entre outras práticas de risco. No que se refere às práticas de cuidado aos usuários de crack, álcool e outras drogas nas UBS’s, percebeu-se que a temática das drogas é encarada muito mais como uma questão de polícia do que de saúde pública. O jovem usuário de drogas é visto como “criminoso” e “marginal”, sendo responsabilizado pela situação em que se encontra, o que na literatura é chamado de culpabilização do sujeito. Diante de tal contexto vivenciado por esses jovens, cabe alguns questionamentos: teriam os mesmos outra alternativa ao uso abusivo de drogas? Quais as práticas de cuidado disponíveis aos jovens pelos profissionais e/ou rede municipal de saúde no enfrentamento do uso abusivo de drogas? A partir desses questionamentos, a estratégia interventiva do PET foi discutir junto aos profissionais das UBS’s, o olhar ao jovem usuário de crack, álcool e outras drogas, buscando refletir acerca dos estigmas que cerceiam os usuários de drogas, o processo de culpabilização destes em decorrência do uso e as práticas de cuidado e estratégias de redução de danos visando a redução da vulnerabilidade.



**TRATANDO RISCOS:
OFERECER CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA ATRAVÉS DE GRUPOS TEMÁTICOS PARA JOVENS NO
MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG.**

Viviane Andrade Pinheiro (Prefeitura Municipal de Esmeraldas/MG)
vivianepinheiro151@hotmail.com

A experimentação de diversas novidades, entre elas as drogas lícitas e ilícitas, constituísse fato comum entre os jovens na contemporaneidade. É crescente o número de adolescentes que intensificam o uso, tornando-o do ponto de vista social e da saúde algo prejudicial. Existe ainda um bom número de jovens que experimentam de forma prematura a maternidade e a paternidade ou contraem doenças sexualmente transmissíveis. Além de também trazerem em suas queixas dificuldades em seus relacionamentos com pais, amigos e namorados (as). A prevenção faz-se necessária em diversas situações e as informações são cada vez mais úteis na medida em que munem os jovens para a construção de vidas saudáveis. O Tribunal de Justiça de MG, através do Provimento nº 27/2013, regulamenta a forma de recolhimento e destinação dos depósitos de valores arrecadados com aplicação de pena de prestações pecuniárias, objeto de transações penais e sentenças condenatórias, para entidades públicas ou privadas com finalidade social. O Projeto Intitulado: “Papo da hora: falando com jovens!”, foi apresentado e submetido à apreciação da Equipe do TJ/MG e aceito como adequado. A intenção é trabalhar com jovens de 12 a 22 anos, através de grupos temáticos, com o objetivo de informar, orientar e fazer despertar o autocuidado nos participantes. Os grupos são realizados por uma Associação Comunitária, por um profissional Psicólogo (remunerado pelo TJ/MG) que vai até os dispositivos da Cidade, como: Escolas, CREAS (Centro Especializado em Assistência Social), Células Evangélicas, Grupos de jovens da Igreja Católica e Centros Espíritas, ONGS e Associações pertinentes. Os temas apresentados e discutidos em cinco encontros são: prevenção do uso abusivo de drogas, sexualidade, gravidez na adolescência, prevenção de DSTs e relações interpessoais. Os grupos funcionam desde o mês de agosto de 2014, apresentam resultados positivos e aparecem como a primeira iniciativa do tipo na Cidade. As Instituições já solicitam o trabalho dos grupos e existem relatos de experiências em que os jovens afirmam que atualmente se cuidam mais e procuram melhoras em seus relacionamentos diversos. Os grupos atualmente também aceitam, em algumas ocasiões, a participação de pais e professores, que fazem questão de fomentar o debate e a discussão, sempre no intuito de acolher e alavancar o crescimento pessoal dos jovens.

418



**SAÚDE NA ESCOLA:
PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT.**

Marcos Ferreira Medeiros (FAPAN)
marcosfm007@hotmail.com

Aline Rejane Caxito Braga (FAPAN)
aline_caxito@yahoo.com.br

Este trabalho refere-se ao Estágio Supervisionado Profissionalizante em Psicologia Escolar desenvolvido com os adolescentes do 5º ao 9º ano em uma Escola Estadual no município de Cáceres (MT). Atualmente os adolescentes de diversos contextos sociais e econômicos estão sujeitos e expostos, direta ou indiretamente, a situações de risco dentre tantas, as drogas. Estas fazem parte da realidade brasileira e muitos por não estarem preparados para enfrentar situações diversas do cotidiano acabam se envolvendo com as drogas sem pensar sobre os efeitos e consequências. Os estudos apontam que as experiências estão cada vez mais precoces com drogas tanto lícitas como ilícitas. Sendo assim é de suma importância desenvolver projetos preventivos em especial nas escolas, *lôcus* de aprendizagem na qual os jovens estão inseridos. A escola também pode ser promotora de saúde, segundo Moreira, Silveira e Andreoli (2006) essa ideia de escola surge a partir da aplicação dos princípios da Carta de Ottawa endossados pela Organização Mundial de Saúde. A escola, juntamente com a família, é uma instituição formadora para a vida e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, sendo um espaço importante para o fortalecimento de valores morais. Estes aspectos quando bem internalizados podem ser considerados fatores de proteção contra o uso de drogas. Dessa forma ressalta-se a importância do diálogo interdisciplinar permitindo construção de novas perspectivas sobre prevenção e promoção de saúde no âmbito escolar, trabalhando coletivamente com os atores educacionais e familiares. É válido ressaltar que as drogas vêm destruindo famílias, sonhos, empregos e envolvem todas as classes sociais. Além disso, as drogas são um dos vetores da criminalidade e um dos principais motivos da superlotação do sistema penitenciário em Cáceres, cidade que faz fronteira com a Bolívia e é uma das rotas de entrada de entorpecentes no Brasil. Diante desse panorama o trabalho realizado visou desenvolver ações preventivas ao uso de drogas no âmbito escolar, permitindo que alunos, professores e família assumissem o papel de promotores de sua própria saúde através de modelos alternativos de prevenção. Para tanto foi realizado palestras, diálogos com a equipe docente, atividades em sala de aula com os alunos e palestra com os pais. Os alunos puderam, a seu modo, expor ideias e reflexões a partir das atividades de prevenção. Nessa direção buscou-se proporcionar a constituição da consciência de responsabilidade social, promover saúde mental, eliminando qualquer forma de preconceito, discriminação, negligência e crueldade. Portanto, através das práticas educativas desenvolvidas os alunos conheceram e refletiram sobre os males devido ao uso dessas substâncias, e entenderam o que são drogas psicoativas, suas formas de administração, funcionamento, alterações orgânicas, seus riscos e consequências. Além disso, o trabalho possibilitou a equipe docente buscar a construção de novas perspectivas e o fortalecimento do trabalho voltado à promoção de saúde nas escolas. Por último, mas não menos importante, os pais foram orientados por meio de uma psicoeducação e foram incentivados a discutirem sobre a temática no espaço familiar, permitindo o fortalecimento de vínculos familiares e possibilitando a reflexão crítica em relação a própria vida, sua família e a sociedade.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 10 - Movimentos sociais.

Coordenador: [Breno Marques Bringel](#) (UERJ)

420



O QUE DIZEM AS MANIFESTAÇÕES DAS JUVENTUDES? UMA ANÁLISE DA CONJUNTURA NEODESENVOLVIMENTISTA.

Giovane Antonio Scherer (PUC/RS)
giovane.scherer@puccrs.br

No ano de 2013 foi possível perceber a presença das juventudes brasileiras nas manifestações populares que tomaram conta das ruas do Brasil, contrariando o discurso, vinculado a uma tendência (in) visibilizante, que atribui as juventudes a imagem de sujeitos desmobilizados e despreocupados com a realidade social. As manifestações populares representam um movimento que denuncia o contexto de fragilização de atendimento às demandas por proteção social, uma vez que as diversas manifestações aludem a precarização de direitos como saúde, acesso ao trabalho, falta de transparência nos investimentos públicos, dentre outros. Em certos aspectos, as vozes das manifestações de junho de 2013 denunciam o esgotamento de padrões neodesenvolvimentistas, centrados na focalização de políticas sociais abordando dimensões universais de direitos (ALVES, 2014). O neodesenvolvimentismo é considerado como o direcionamento do Estado brasileiro na última década com a diretriz estratégica do crescimento econômico com menor desigualdade, reconhecendo a necessidade de políticas de redução das desigualdades, porém não fazendo referência às reformas que afetam a estrutura tributária e a distribuição de riqueza (GONÇALVES, 2012). O sentimento de desconforto coletivo, vivenciado por meio de uma vida precária foi colocado na rua por meio de diversas demandas pulverizadas, potencializadas por novas formas de comunicação. Estanque (2014) refere que a maioria dos manifestantes no Brasil, se constituem de uma juventude escolarizada, muito familiarizada com as novas redes sociais de comunicação e cujas trajetórias se dirigem à classe média ou sofrem a influência dos seus padrões de vida e de consumo, que, de um lado, os recursos educacionais e o acesso ao crédito permitiram uma aproximação aos degraus intermédios da escada social, por outro, os custos de uma degradação das condições sociais, das políticas públicas e das infraestruturas que inviabilizaram a consolidação de direitos e oportunidades fundamentais. Desta forma, as manifestações denunciam o esgotamento de padrões neodesenvolvimentistas, uma vez que revelam a fragilização de política sociais que possam garantir uma proteção social, em um contexto de (in) segurança. Além desse aspecto, o que pode ser observado em tais manifestações é um conjunto de demandas singulares e heterogêneas, colocadas em cena no espaço público da cidade, muitas vezes inscritas em projetos societários totalmente distintos. Nas diversas manifestações existentes no Brasil podem ser observadas bandeiras que demandavam mais investimento em saúde pública, em transporte de qualidade, e ao mesmo tempo, solicitando a redução da maioridade penal, o enxugamento dos gastos do Estado, o retorno da ditadura militar, dentre outros. Nesse sentido, as lutas emancipatórias, de concepção de classes, de lutas por um projeto societário emancipador, foram, muitas vezes, encobertas por questões individuais e fragmentadas inscritas em um mesmo espaço. É nesse sentido, que a massa (heterogênea e fragmentada) encoberta, em muitos aspectos, a luta de classes, sendo assim, a massa, ao encobertar a classe, enfraquece a luta por um projeto societário emancipatório, nos termos da verdadeira emancipação humana e da busca pela busca por proteção social. Desta forma, torna-se fundamental reconhecer o carácter contraditório de tais manifestações de denúncia em um contexto de desproteção social e de massificação de necessidades coletivas.

421



**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SUBJETIVIDADE:
AS VIVÊNCIAS DE JOVENS MORADORES DE UM BAIRRO DE ALTA VULNERABILIDADE EM UMA
ONG E EM UM GRUPO DE CAPOEIRA NA CIDADE DE CUBATÃO/SP.**

Danilo de Miranda Anhas (UNIFESP)
danilo-anhas@hotmail.com

Carlos Roberto de Castro e Silva (UNIFESP)
carobert3@hotmail.com

A participação social é um dos princípios que integram o SUS e um dos pilares para a consolidação da democracia, bem como de transformação de realidade. Tendo como referencial teórico a Psicologia Social, o presente estudo, de caráter descritivo e exploratório, buscou analisar a influência dos fatores psicossociais na construção e fortalecimento de processos de participação social entre jovens moradores da Vila dos Pescadores em Cubatão (SP), um bairro de alta vulnerabilidade social. Tratou-se de uma pesquisa de mestrado, financiada pela CAPES, realizada entre os anos de 2013 e 2015. O estudo foi desenvolvido em uma ONG e em um Grupo de Capoeira, ambos iniciativas da própria comunidade para enfrentar as várias dificuldades relacionadas à juventude, sobretudo no que tange à falta de opções de lazer e cultura e predomínio do tráfico de drogas. Foi uma pesquisa com inspiração na Pesquisa Participante na qual realizaram-se entrevistas semiestruturadas e observação participante em uma ONG que atende os sujeitos do estudo e em um Grupo de Capoeira, além de visitas a campo, no bairro, que tiveram diários de campo como produto. As informações construídas, analisadas segundo a Hermenêutica de Profundidade proposta por Thompson, permitiram entender como os sujeitos sentem a comunidade e como isso pode ajudar a pensar a própria participação social, em que forças locais, como o tráfico e a violência, podem ser considerados como impeditivos dessa participação, mas também como formas de expressão dessa mesma participação. Ademais, salienta-se a participação na ONG e no Grupo de Capoeira como possibilidades construídas pelos participantes do estudo como estratégias de enfrentamento da exclusão e da desigualdade social, marcas e traços da comunidade onde vivem. O desenvolvimento e o envolvimento no estudo trouxeram aos jovens à possibilidade de expressão, dando-lhes escuta e voz. Acredita-se que essas questões possibilitaram a sujeitos e pesquisador (re) criar e (des) construir sentidos e significados acumulados durante, antes e depois da pesquisa.



**PSICOLOGIA SOCIAL E AMBIENTAL:
PERCORRENDO TRILHAS, TECENDO PRÁTICAS COM COMUNIDADES TRADICIONAIS.**

Marli Lopes da Costa (UNIVERSO)
marlic@hotmail.com

Andressa dos Santos Tavares (UNIVERSO)
andressatavares.psi@gmail.com

Aline Pinheiro Valiate (UNIVERSO)
alinevaliate@hotmail.com

Anna Carolina Branco Ornelas (UNIVERSO)
acarolbranco@gmail.com

Fernanda Alcantara Paiva (UNIVERSO)
fernanda.paiva24@gmail.com

Geiza Machado Gomes (UNIVERSO)
geizamgomes@hotmail.com

Sabemos que o crescimento populacional nas cidades e consequentemente a implantação de grandes empreendimentos urbanos têm contribuído com o crescente desmatamento e a exploração dos recursos naturais nas poucas áreas de matas situadas nos arredores das cidades brasileiras. Vários são os estudos ambientais que denunciam o processo de destruição que os ambientes naturais vêm sofrendo, acarretando em mudanças no tempo, no espaço e na vida. Embora alguns estudos apontem que na mesma velocidade do desaparecimento das áreas biológicas, a variedade cultural, as tradições, os costumes e as histórias que caracterizam comunidades tradicionais que vivem em espaços urbanos ou rurais também vêm desaparecendo, estudos que discutem e que produzam intervenções sobre essa problemática na Psicologia Social e Psicologia Ambiental ainda são poucos. Buscando contribuir com a prática de atuação do psicólogo em comunidades tradicionais situadas em áreas de reserva ambiental e ao mesmo tempo discutir a relação entre a psicologia ambiental e psicologia social comunitária nestes contextos, vimos desenvolvendo uma pesquisa intervenção em uma comunidade tradicional localizada no morro das Andorinhas em Itaipu, Niterói. Localizada no Parque Nacional da Serra da Tiririca, área de reserva ambiental, esta comunidade tem direito de permanência assegurado juridicamente, mas encontra inúmeras dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos, como: saúde, educação, segurança, saneamento básico e políticas de moradia. Além disso, qualquer modificação que possa proporcionar melhorias as condições de vida dos moradores, deve ser autorizada e pensada em conjunto com instituições estaduais que atuam em defesa do parque, impondo modos de viver que se distanciam ou se opõem ao tradicional. Este trabalho vem sendo realizado desde 2014 como extensão em Psicologia Ambiental e prática de estágio em Psicologia Social Comunitária. Inicialmente foi realizado um mapeamento das demandas da comunidade, bem como, registros das histórias e dos saberes locais que deram origem a cartilhas, com registros e ilustrações dos próprios moradores, revelando os diferentes saberes locais que caracterizavam e ainda caracterizam a comunidade. Além disso, em parceria com pesquisadores do LURA/EX - Laboratório Universitário Rodolpho Albino - Faculdade de Farmácia/UFF, temos procurado desenvolver atividades que proporcionam o resgate e o fortalecimento dos saberes e estratégias tradicionais de cuidados com a saúde, tais como a realização de atividades recreativas e oficinas sobre o uso de plantas medicinais com diferentes gerações que compõem a comunidade. Todo o material produzido com a comunidade está sendo transformado em um livro de receitas sobre o uso de plantas medicinais locais, escrito e ilustrado pelos moradores de diferentes gerações.

A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM MOVIMENTOS FEMINISTAS E LGBTs EM MACEIÓ: DAS BANDEIRAS DE LUTA À EXPERIÊNCIAS DA MILITÂNCIA.

Livia Barbosa Lima (UFAL)
liviaabarbosa@gmail.com

Marcos Ribeiro Mesquita (UFAL)
marcosmesquita@ip.ufal.br

O presente trabalho se refere aos resultados finais da pesquisa intitulada “Juventudes, gênero e diversidade sexual: um estudo sobre a participação de jovens em movimentos sociais feministas e LGBTs na cidade de Maceió”, realizada entre 2013 e 2014. Nos últimos anos, a relação dos jovens com a política vem gerando amplo interesse dada a visibilidade das últimas manifestações ocorridas no país e sua participação nelas, bem como pelos debates em torno da própria concepção de política, atualmente, fortemente problematizada. As experiências de participação atuais e as possibilidades de diálogo entre os campos da política e da cultura são alguns sinais da necessidade de uma reflexão sobre o conceito de política para além de sua ideia tradicional. No que concerne às possibilidades de diálogo entre política e cultura, um dos horizontes de participação mais realçados pela sociedade, em geral, e pelos jovens, em particular, tem sido a experiência em grupos e movimentos indenitários que mobilizam o debate e reivindicação por demandas de cidadania vinculadas às questões de gênero e diversidade sexual. Compreendendo que a relação entre política e juventude é uma importante chave de leitura para pensar a contemporaneidade, esse estudo teve como objetivo analisar a participação de jovens em distintos grupos e movimentos feministas e LGBTs da cidade de Maceió. Além disso, investigamos as principais bandeiras de luta pleiteadas por esses movimentos; suas estratégias de enfrentamento às práticas de machismo e homofobia/lesbofobia/transfobia e, por fim, os aspectos referentes à dimensão subjetiva frente à participação destes jovens. Para tanto, depois de realizado um mapeamento dos principais grupos feministas e LGBTs da cidade, selecionamos oito deles para a realização da pesquisa. Assim, convidamos oito jovens, com idade entre 18 e 29 anos, divididos igualmente entre grupos feministas e LGBTs, para participar de uma entrevista semiestruturada que abordou questões relacionadas às diferentes formas de participação social, a compreensão acerca de suas próprias lutas empreendidas localmente, a reflexão sobre os casos de discriminação na cidade e suas estratégias de combate. Pudemos perceber que a inserção dos jovens nestes movimentos tem colocado em pauta novas bandeiras de luta que surgem da articulação entre as questões de gênero e da diversidade sexual, e reivindicações próprias das juventudes que surgem a partir de demandas locais concretizadas a partir da necessidade de transformações efetivas. Analisamos também que as práticas de enfrentamento ao machismo e à homofobia/lesbofobia/transfobia empreendidas por estes jovens estão localizadas no debate com os pares e na desnaturalização de práticas cotidianas. Destacamos ainda que, no que concerne às experiências da militância destes jovens, os entrevistados afirmam a participação política nos grupos como um importante elemento para alcançar uma transformação social. Além disso, relacionam essa participação a um maior empoderamento pessoal no combate às desigualdades de gênero e de diversidade sexual. Dessa forma, podemos concluir que as experiências políticas destes jovens, relacionadas às lutas feministas e LGBTs, demonstram o desejo em poder assegurar relações menos desiguais que passam, também, pelos campos do gênero e da sexualidade.



PRÁTICAS EDUCATIVAS E CIDADANIA NA PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR.

Francisco das Chagas Galvão de Lima (UFPB)
chico_galvao@hotmail.com

Orlandil de Lima Moreira (UFPB)
orlandil@hotmail.com

A Igreja Católica, ao se engajar na luta contra as desigualdades sociais na América Latina e no Brasil, inaugura uma nova forma de ser igreja e fomenta o surgimento de pastorais de jovens. Essa investida, balizada pelo Concílio Vaticano II e pelos Encontros Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), toma os pobres e os leigos com opção preferencial de sua ação evangelizadora. Desta ação surgem as pastorais de juventudes genéricas e, dada a necessidade de discussão do reconhecimento das especificidades que cada juventude carrega, nasce a Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP), com a proposta de refletir sobre a dialética fé e vida a partir do meio social ao qual o jovem está inserido. O presente artigo põe em tela a prática educativa da PJMP da Diocese de Guarabira (PB) na década de 1980, bem como a contribuição desta pastoral para a construção da cidadania dos jovens que dela participaram. Foi utilizada a metodologia da História Oral, a qual os entrevistados puderam contribuir, através de suas memórias, com a reconstrução da história da PJMP na Diocese de Guarabira (PB). As práticas educativas empreendidas no processo de formação social e política dos jovens da PJMP estão embasadas na concepção de Educação Popular, onde a conscientização e a participação são os elementos pedagógicos mais presentes na formação dos jovens e que contribuem, de forma efetiva, para a construção e o fortalecimento da cidadania, repercutindo positivamente, até os dias atuais, na sua formação moral, ética e cidadã.



JUVENTUDE E MOVIMENTOS SOCIOCULTURAIS MINEIROS: O CASO DOS COLETIVOS SEMIFUSA, FÓRCEPS E NAMARRA.

Guidyon Augusto Almeida Lima (UFMG)
guidyonaugusto@gmail.com

O objetivo deste trabalho é expor uma análise do processo de ação nas esferas de ativismo, participação política, produção cultural e diálogo de tecnologias sociais, instituído por três coletivos socioculturais da região metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais, sendo: Coletivo Semifusa (Ribeirão das Neves); Coletivo Fórceps (Sabará), Coletivo Namarra (Santa Luzia). A análise aborda uma parte do período de atuação destes coletivos, correspondendo ao início do ano de 2010 até finais de 2013, pautando sua construção coletiva, sua relação com a cidade de atuação, e com a região metropolitana como um todo. Os três coletivos, ao longo de sua história, foram formados por jovens, na faixa entre os 15 e os 29 anos. Suas ações, que no início de sua regional, tinham como foco a promoção e circulação da música autoral (bandas, artistas, DJs etc) através da produção de eventos, fossem festivais de música maiores ou mesmo pequenos shows locais, gradualmente passaram para um âmbito de questionamento sobre o mercado da música e cenário da cultura em suas cidades, ao qual estavam envolvidos. Deste entendimento e questionamento gradual sobre a cultura de suas cidades, e também sobre o setor cultural estadual, nasce uma nova gama de perspectivas para o diálogo destes coletivos, englobando ações nas áreas de artes cênicas, políticas públicas, literatura, dança, educação e comunicação midialivrista. O trabalho perpassará pelas atividades desenvolvidas por estes coletivos, tendo um foco maior na confluência de esforços e programações, que cada coletivo estipulava produção de seus festivais anuais, sendo o Festival “Pá na Pedra” de artes integradas, desenvolvido pelo Coletivo Semifusa; o festival “Escambo” produzido pelo Coletivo Fórceps; e o Festival Cardume do Coletivo Namarra. Cada festival continha em si, ao menos três dias de programação (podendo chegar a oito, como veremos em algumas edições do Pá na Pedra, por exemplo), que promovia mesas de debates sobre temas como: juventude e ativismo social, participação política, cultural e educação, além das mesas, haviam intervenções em escolas, sarais, apresentações musicais e de artes cênicas. Por fim, trataremos em finais da análise, um comentário sobre a trajetória e os impactos que estes coletivos tiveram na cena cultural e sociopolítica de suas respectivas cidades, além de como através do uso e domínio dos meios de comunicação interativos, propiciados pelo ambiente digital, construíram um diálogo e ações conjuntas entre as cidades, que culminou na criação do Circuito Metropolitano de Cultura (2011), estrutura que desde seu lançamento, promoveu uma série de ações integradas entre os coletivos citados no trabalho e outros coletivos e entidades da região metropolitana de Belo Horizonte.

426



PARTICIPAÇÃO JUVENIL EM PROGRAMAS SOCIAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL À LUZ DA PROPOSTA DE GESTÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROGRAMA VIOLÊNCIA SEXUAL NÃO!

Maria Lúcia Miranda Afonso (UMA)
luaafonso@yahoo.com

Roseane Linhares Melquiades (UMA)
roseanelinhares@hotmail.com

A participação juvenil, historicamente defendida pelos jovens e movimentos em pró da juventude no Brasil e que ganha força com Estatuto da Juventude sancionado em 2013, assim como a temática da prevenção à violência sexual são consideradas temáticas de grande relevância. A violência é um fenômeno que perpassa de forma negativa todos os segmentos sociais. No Brasil onde a desigualdade social e os diversos âmbitos e fatores da exclusão estão historicamente presentes, a violência em todas as suas formas, encontra solo fértil e pode adquirir dimensões que ameaçam o desenvolvimento da vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis como as crianças, adolescentes e jovens. Dentro deste contexto temos a violência sexual, grave violação de direitos que subsiste de forma mais ou menos velada na contemporaneidade e cuja superação desafia a sociedade em geral, as instituições e o aparato estatal em particular, à medida que expõe mazelas sociais, fragiliza individualidades e transgride tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário (BALBINOTTI, 2009). Em consonância com o eixo protagonismo e participação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes a Oficina de Imagens, que tem sua sede em Belo Horizonte, vem desenvolvendo oficinas com adolescentes e com atores do sistema de garantia de direitos com o foco na temática da violência sexual, perpassando temas afins (sexualidade, direitos sexuais e participação juvenil). O programa tem como objetivo fortalecer a rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais, através da formação de adolescentes e jovens da região do Jequitinhonha, para que sejam mobilizadores na perspectiva da participação juvenil e no combate a essa violação. O trabalho a ser apresentado trata-se de uma pesquisa em andamento, que se propõe a analisar a participação juvenil em programas sociais de prevenção à violência sexual, utilizando um estudo de caso sobre o programa *Violência Sexual Não!*, desenvolvido pela ONG Oficina de Imagens, em vinte e três municípios mineiros. Está sendo desenvolvido um estudo de caso sobre as contribuições do programa para a política de prevenção à violência sexual nas comunidades atendidas com foco na participação dos jovens. Sendo pesquisados os adolescentes, jovens (público direto do programa), técnicos envolvidos, e operadores do Sistema de Garantia dos Direitos de crianças e adolescentes de três municípios onde o programa atua. O estudo é realizado por meio de pesquisa empírica, utilizando-se os instrumentos *entrevistas*, além de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa se fez importante no atual contexto de combate à violência sexual e promoção da participação juvenil, sendo que a ONG estudada é referência nacional nessa área. Ao fim da pesquisa pretende-se haver como uma contribuição técnica a construção de um documento técnico contendo parâmetros e estratégias metodológicas para a promoção da participação juvenil em programas sociais voltados para adolescentes e jovens, com ênfase na área da sexualidade.

427



LUTA E JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DAS JORNADAS DE JUNHO.

Daniela de Carvalho Ciriaco (UFU)
carvalho.danielaphn@gmail.com

Desde a crise econômica de 2008 o cenário político mundial vem sendo marcado pela atuação de movimentos sociais que não aceitando às imposições do capital buscam meios de construir outra realidade possível. Em tempos de crise e de constante sucateamento dos direitos da classe trabalhadora a priorização dos interesses do Estado combinada com a precariedade dos serviços públicos revela a impossibilidade de permanência nas atuais condições de reprodução da vida social. Desta maneira, verifica-se a existência de uma crise de representatividade política que pode ser comprovada com o número expressivo de abstenções da última eleição. Considerando que o espaço destinado à discussão dos interesses da classe trabalhadora está ocupado com a defesa das pautas de uma elite minoritária, a construção de um espaço coletivo e horizontal agregou milhares de pessoas nas ruas. Primavera Árabe, Movimento Indignados na Espanha, Movimento Geração à Rasca em Portugal, Movimento Occupy Wall Street nos Estados Unidos e as Jornadas de Junho no Brasil. A amplitude de movimentos realizados em diversos países do mundo indica um contexto de saturação da estrutura social vigente, o que não necessariamente signifique o seu fim. Embora apresente particularidades e especificidades de cada região e localidade, essas manifestações representam a recusa à estrutura política atual. Isto pode ser constatado nas próprias estratégias dos movimentos com a ocupação de lugares carregados de significado como praças e prédios públicos. A ocupação destes espaços representa a apropriação da população do seu próprio espaço. Neste sentido, compreender esses movimentos é um exercício de constante aprofundamento na realidade, isto, porque analisar sua essência é fundamental para identificar seus limites e possibilidades a fim de não lhe conceder um fardo que não lhe compete. No que se refere à sua estrutura, organização e objetivos Castells (2013) argumenta o surgimento de um novo padrão de movimento social. Assim, os movimentos supracitados e outros que emergiram neste contexto são movimentos sociais em rede. Estes movimentos apesar de suas disparidades apresentam características semelhantes. Como sugere a própria terminologia utilizada pelo autor, um dos mecanismos de atuação do movimento é a conexão com as redes sociais da internet. A articulação dos movimentos nestes espaços e a sua concretização na ocupação de espaços públicos possibilitou a formação de um espaço de autonomia e horizontalidade, segundo elemento característico desses movimentos. A organização do movimento sem a existência de uma liderança permitiu o envolvimento de um número maior de pessoas, pois, deste modo, tinham maior liberdade para expressar suas opiniões e construir coletivamente possibilidades de ação, gerando assim uma comunidade, na qual, o sentimento de pertença foi fundamental para a articulação do movimento. Embora as manifestações tenham mobilizado diversos segmentos etários da sociedade, é necessário considerar de modo particular a participação da juventude na construção desses movimentos. A construção e participação dos jovens nas Jornadas de Junho representa a capacidade de articulação da juventude para construção de outra realidade possível. Sendo assim, frente à sua capacidade reside a responsabilidade da luta pela transformação da sociedade atual.

428



DIÁLOGO ENTRE JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: UM LUGAR DE APRENDIZADO.

Gisania Carla de Lima (UEPB)
profgisania@outlook.com

A discussão apresentada neste trabalho é resultado de uma análise de sinais vislumbrados durante nossa dissertação. Dessa forma, a organização popular e a participação na esfera pública se tornaram relevantes neste estudo que teve como campo empírico a ação de grupos juvenis com atuação na região do Brejo paraibano. Os estudos sobre o protagonismo social vêm chamando a atenção em decorrência da situação de exclusão social vivenciada por alguns grupos e das mudanças no cenário político, que com a redemocratização do Estado na década de 1980 e a construção da esfera pública no Brasil, demarca espaços para disputa, diálogo e negociação em torno das questões públicas. Nesse sentido, enfatizam-se experiências democráticas significativas que visam envolver, através da organização popular, diversos sujeitos sociais, suas lutas e reivindicações. Torna-se relevante a análise sobre a formação de uma cultura política de juventude baseada num processo educativo de participação juvenil do qual emergem os princípios da democracia participativa como a solidariedade, a responsabilidade e a cooperação. Para viabilizar esta análise, lançamos mão de conceitos de democracia participativa, esfera pública, cidadania – entendido como conceito diretamente relacionado aos direitos humanos –, e juventude, destacando o grupo social acompanhado neste trabalho. A democracia participativa possibilita a criação de uma cultura para a cidadania, como já foi mencionado, sugerindo a existência da democracia como valor cultural apreendido por qualquer cidadão. As práticas de participação social se realizam com criatividade e promovem autonomia dos sujeitos. De acordo com Plínio de Arruda Sampaio (2005), uma participação que tenha influência direta na forma de fazer política e que possibilite “democratizar a democracia”. Os resultados obtidos indicam que o processo pelo qual se desenvolveram as ações de mobilização, formação e controle social no âmbito das políticas públicas tem representado uma forma renovada de atuação dos grupos juvenis, ao mesmo tempo em que possibilita que as ações de participação se fortaleçam e ganhem visibilidade no cenário político local como um aprendizado importante para a formação dos sujeitos históricos. A educação cidadã é fundamental nesse processo, apresentando a ideia de que um cidadão democrático se constrói com o aprendizado sobre os princípios democráticos e o exercício do direito à participação cidadã. Por isso, destacamos a ação pedagógica das organizações e grupos populares juvenis para favorecer o empoderamento da juventude acerca do envolvimento nas ações políticas e da possibilidade de transformação social. Portanto, este trabalho aponta para a importância da investigação sobre a participação efetiva dos jovens nos espaços públicos como instrumento para a promoção e consolidação de uma cultura de direitos juvenis em sua relação com a educação.

429



ORGANIZAÇÕES JUVENIS DAS PERIFERIAS DO RECIFE.

Ana Rochelle Borges Pessoa (Faculdade Joaquim Nabuco)
rochellebborges@gmail.com

Este resumo é resultado de um trabalho de conclusão de curso de Jornalismo, "Organizações juvenis das periferias do Recife", apresentado no formato de uma série de reportagens especiais para jornal impresso, na Faculdade Joaquim Nabuco/ Recife -PE. Seu intuito foi apresentar as diferentes formas de organizações sociais, a partir das experiências de três grupos de jovens, atuantes em três bairros da periferia do Recife: Ibura, Iputinga e Guabiraba. Os coletivos em questão são: o "Step Evolution Crew" que trabalha há mais de dez anos com o break dance, reunindo a juventude em torno da dança de rua que compõe um dos seis elementos da cultura hip hop. O "Grupo Zamboo", atuando através de oficinas culturais em escolas públicas da comunidade. E, o "Quebra Cabeça", que dialoga sobre temas de interesse da comunidade, desenvolvendo ações no bairro que promovam melhorias e interação entre os jovens moradores. Apesar de atuarem em áreas diferentes, os coletivos têm em comum o fato dos integrantes serem todos jovens e desenvolverem atividades que integram as comunidades em que vivem, na busca por melhorias para os cidadãos do bairro. A autonomia para pensar, decidir e executar suas ações é um aspecto determinante na organização desses grupos. No Recife, apesar dos grandes problemas sociais e econômicos enfrentados, na sua maioria pela população da periferia da cidade, encontramos grupos juvenis que se organizam e constroem histórias exitosas a partir de suas experiências. O fato é que para além das dificuldades enfrentadas por qualquer comunidade carente do nosso município, existem organizações de jovens que resistem ao "conformismo do destino", transformando suas similaridades e diferenças em riqueza cultural e social, a partir de ações que beneficiam tanto o grupo, quando sua comunidade. Jovens que se movimentam no sentido contrário à criminalidade, à violência, ao desemprego e à falta de estudos. Que conseguem transformar suas fraquezas em impulsos para superar os problemas do dia a dia e que independente de terem seu futuro "pré-destinado" pela sociedade, conseguem construir outras histórias de vida. O presente trabalho conseguiu sistematizadas as histórias de vida desses coletivos, ações cotidianas, importância social para o bairro e para a sociedade, as principais bandeiras de luta e reivindicações, sua relação com a comunidade local e um breve panorama de como o Estado desenvolve as Políticas Públicas de Juventude, no âmbito municipal, estadual e federal.

430



**JOVENS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE DE SOROCABA.**

Rafael Vigentin (UFSCar)
rafael-vigentin@hotmail.com

A pesquisa está sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de São Carlos, no campus de Sorocaba. A proposta da pesquisa é contribuir com a reflexão sobre as formas de ações coletivas e atuação juvenil na política, tendo em vista a análise do movimento juvenil Levante Popular da Juventude da cidade de Sorocaba. Ela busca compreender como esses jovens se organizam, a maneira como eles atuam politicamente na cidade, o que os levou a entrar para o movimento, como ocorreu o processo de identificação desses jovens com o movimento e com a política. A realização de uma pesquisa a respeito de um movimento social de juventude em um mestrado em educação ocorre por entender o conceito de educação dentro de uma perspectiva mais ampla, incluindo nos espaços não institucionais, ou seja, ela ocorre também em espaços não escolar, sendo nos mais diversos espaços da sociedade, inclusive nos movimentos sociais. O caminho que está sendo percorrido pela pesquisa passa por uma discussão a respeito dos jovens e as ações coletivas, através de uma análise das novas formas de expressões e práticas das organizações juvenis, principalmente na relação entre o sujeito jovem com a política. Está sendo realizada uma análise do perfil dos integrantes do movimento, levando em consideração as condições de classe social, gênero e raça e opção sexual. A partir dessa análise, será possível refletir sobre quem são esses jovens que tem participado desse movimento social e que tipo de demandas eles trazem ao campo da política. Para compreender melhor esse grupo na cidade de Sorocaba, está sendo realizada uma pesquisa sobre o movimento Levante Popular da juventude em nível nacional, considerando as principais bandeiras do movimento, resgatando um pouco de seu histórico, além de suas raízes e influências, de maneira que nos permita compreender melhor a natureza desse movimento. A partir dessa discussão, analisaremos a história do Levante Popular da Juventude de Sorocaba, levando em conta suas principais ações enquanto movimento de juventude. A metodologia da pesquisa conta com a realização de entrevistas, questionários e acompanhamento das atividades do grupo, como reuniões, passeatas, intervenções culturais, etc. Além da observação, está sendo realizadas diversas entrevistas qualitativas com integrantes do movimento, com o objetivo de desvendar as questões apontadas acima, como o porquê se engajaram no movimento, suas intencionalidades, características próprias da cultura juvenil na relação com a política. Além dessas entrevistas, será realizada uma pesquisa sociodemográfica.



PROJOVEM URBANO: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A JUVENTUDE?

Vanessa Batista Mascarenhas (UEFS)
cleodefeira@gmail.com

O Projovem Urbano é um programa do governo federal que visa a inclusão social de jovens de 18 a 29 anos por meio da formação básica, qualificação profissional e participação cidadã. Implantado em 2005 o Projovem foi componente estratégico da Política Nacional de Juventude do Governo Federal de Luiz Inácio da Silva (Lula), que buscava uma política nacional inovadora para a juventude. O Projovem era considerado uma oportunidade de melhoria na vida dos jovens, que ainda eram vistos sob uma perspectiva negativa, como um problema social. O programa foi concebido como uma intervenção de caráter emergencial, destinado a atender jovens que estavam afastados dos estudos e possuía uma condição social vulnerável, com baixa renda, alto índice de gravidez precoce, drogas, violência, etc. Assumiu também caráter experimental ao se basear em paradigmas modernos de formação integrada, no caso, articulação entre formação básica a nível fundamental, qualificação profissional e ações de participação cidadã. Logo, a melhoria na vida dos jovens ocorreria pela adesão de uma política considerada inovadora para a juventude. Mas será que realmente o Projovem Urbano se constitui um programa inovador para a juventude? Para apreciação dessa questão foi utilizada a metodologia qualitativa na análise dos documentos *Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano* (2008), *Manual do Educador: orientações gerais* do Projovem Urbano (2012) e *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na aula inaugural do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem* (2005), a partir das discussões de Ghiraldelli Jr. (2001), Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), Haddad e Di Pierro (2000) e Araújo (2014). Concluiu-se que o Projovem Urbano é um programa inovador apenas sob a perspectiva que faz parte de uma Política Nacional de Juventude, algo recente na história brasileira já que não se pode considerar inovadora a integração da educação básica, formação para o trabalho e para o exercício da cidadania, pilares do programa, e o público alvo, pois estiveram presentes em outras propostas de governo ao longo da história do país e em alguns programas criados a partir da década de 1990 como o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e os Centros de Juventude. E ainda, a abordagem pedagógica considerada inédita, com conteúdo voltados para as especificidades e vivências dos jovens estão de acordo com as diretrizes da Escola Nova, que ganhou impulso no Brasil a partir de década de 1930. Além disso deve-se considerar que essa proposta de inclusão social, sob a perspectiva dos jovens como sujeitos direitos é algo presente nas leis e não na prática. E ainda que, as propostas de inclusão social dos jovens vêm seguindo os direcionamentos internacionais para a constituição da política de juventude no Brasil com bases em ideais neoliberais de coesão social, diminuição da pobreza e na intenção de tornar o país mais seguro e atrativo para os investimentos estrangeiros, o que torna essa proposta de inclusão social questionável.

432



**JUNHO DE 2013:
REFLEXÕES SOBRE OS MOVIMENTOS EM REDE E A JUVENTUDE BRASILEIRA.**

Conrado Pereda Minucelli (UNIOESTE)
cpminucelli@uol.com.br

Rosana Katia Nazzari (UNIOESTE)
knazzari@hotmail.com

O presente estudo busca contribuir na reflexão acerca da problemática da democracia brasileira e a participação da juventude na sociedade em rede do século XXI. A pesquisa aborda a relação entre os movimentos em rede e a cultura, participação e socialização política juvenil nas chamadas Jornadas de Junho de 2013. Tendo em vista os ciclos de protestos brasileiros, apresenta os conceitos fundamentais para compreender o novo contexto de participação política e social que os movimentos em rede, as comunidades virtuais e o ciberespaço geraram para a juventude e os cidadãos brasileiros. Acompanhando as exigências da mudança de paradigmas da sociedade do século XXI, a globalização dos anseios por mudanças alcançou proporções mundiais e, o rápido trânsito mundial de conteúdos virtuais, carregou pelas estradas da informação as características básicas desses tipos de movimento: a descentralização política, uma aparente falta de organização hierarquizada, o envolvimento emocional do medo e do entusiasmo, a multiplicidade e generalização de pautas políticas, além de novas formas de se pensar a ideia de direitos e, principalmente, a ideia de direitos sociais para a juventude. Enfim, um movimento emocional, globalizado, multifacetado e com grande potencial de pressão sobre os regimes políticos e suas representações. A conexão cibernética de ambições, indignações e esperanças com intuítos e vertentes ideológicas variadas, desde a derrubada do regime político até a exigência de novas formas de democracia e participação cidadã fizeram parte das reivindicações em rede, que tinha como protagonista uma juventude desacreditada e tida como sujeito principal da suposta apatia política brasileira. Observa-se que, o ciberespaço em si, se tornou uma ferramenta essencial para a democracia e para o aprimoramento de uma inteligência coletiva dos cidadãos e que, além de poderem ser colocadas a serviço de regiões e cidades com vulnerabilidade social e servir como um instrumento de desenvolvimento social, como forma de se constituir cidades e democracias eletrônicas, ele facilitou a troca de experiência, de saberes, a ajuda mútua, um aumento na participação dos cidadãos nas decisões políticas e, por fim, uma conjugação de forças para o avanço da cidadania. Destaca-se que, apesar da necessidade material de equipamentos em rede, o ciberespaço provoca e necessita de uma grande reforma das mentalidades, de organização social e também dos hábitos políticos da juventude e dos sistemas políticos. Estas características cibernéticas contemporâneas, somadas à grande participação nos protestos, projetaram grande importância sobre as pesquisas sociológicas acerca dos movimentos sociais contemporâneos e lançaram uma forte luz sobre os novos arranjos ainda não definidos do grande campo de debates que é a participação política juvenil.

433



**O COMÍCIO E A FESTA:
OS JOVENS E AS ARTICULAÇÕES ENTRE A CULTURA E A POLÍTICA.**

Mônica Rodrigues Costa (UFPE)
morodrigues.costa@gmail.com

Tábata de Lima Pedrosa (UFPE)
tabatapedrosa@hotmail.com

Em nossos estudos optamos por dar relevo a novas possibilidades de ação política/insurgências por parte de jovens pobres, moradores da periferia das cidades de Pernambuco, especialmente as que se vinculam a expressões culturais, por esta via temos encontrado diferentes possibilidades de inserção/reconhecimento social e de posicionamentos críticos em relação à sociedade atual, em síntese é intensa a vibração periférica em torno de outras formas de ativismo político, ao menos na cidade de Recife. Ao tratar das relações entre a cultura e a política nos referimos ao ethos no qual se operam princípios éticos e pedagógicos para formulação de conflitos, antagonismos, deslocamentos de poder. Neste trabalho, queremos dar ênfase a potência política da tradição cultural, a partir da brincadeira do coco, à qual muito dos jovens das comunidades periféricas tem se engajado, de modo a problematizar os lugares estabelecidos como apropriados para a prática política, além de visibilizar os conflitos sociais dos grupos subalternos, especialmente os das periferias das grandes cidades, que contribuem para renovar os termos do debate da política como prática social e do político em seus antagonismos. A partir da inspiração etnográfica passamos a acompanhar as sambadas de coco, dentre outras atividades, com o intuito de nos aproximar dos grupos e de sua dinâmica. Deste modo, foi possível identificar que a tradição do coco possui forte articulação entre raça e classe, sobretudo, a vinculação com a ancestralidade africana. Neste caso, o que nos chama a atenção é por um lado a (re) atualização de restrições das práticas do coco, outrora realizadas e, que as colocam em condição de marginalidade quase absoluta na esfera pública e, por outro a adesão/participação e, mesmo criação de grupos de coco juvenis, que ecoam para além de seus territórios. A brincadeira/festa do coco, ganha novos ares, há produção de insurgência na cotidianidade de seus brincantes, a tradição e a crítica acerca das relações entre comunidade e solidariedade, histórias e costumes coletivos partilhados, interação e trabalho, consenso e conflito, fazem parte deste cenário.



O GRUPO MUDA COMO DISPOSITIVO DE FORMAÇÃO EM METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS.

Rafael Diehl (UFPE)
rafadiehlbr@gmail.com

O Grupo Muda é um coletivo autogestionado que trabalha com metodologias participativas. Atualmente é formado por docentes e alunas/os de graduação e pós-graduação do Departamento de Psicologia da UFPE. Através de oficinas com técnicas teatrais aplicadas ao desenvolvimento participativo, abordamos questões relacionadas aos direitos à cidade e aos direitos sexuais e reprodutivos. Intercalamos oficinas internas de formação com oficinas externas com jovens, de acordo com projetos de extensão em andamento. O objetivo deste trabalho é pensar a particularidade do Grupo Muda como um dispositivo que permite abordar as relações entre a macro e a micropolítica. Entendemos que o trabalho com grupos oferece um espaço privilegiado para vivenciarmos e analisarmos implicações institucionais, procedimentos técnicos e relações de poder que desenham, em linhas gerais, as principais questões da política. Vale ressaltar que usamos o termo política não restrito ao sistema representativo e partidário, pois, inspirados no grupo Direitos Urbanos (www.facebook.com/DireitosUrbanos) e no Movimento Ocupe Estelita (www.ocupeestelita.com.br), nos interessamos em formas não hegemônicas de ação, mobilização, representação e divulgação de conhecimento e informações. Identificamos pelo menos três eixos em que a particularidade desse grupo pode ser pensada: a) autogestão; b) aposta no uso de metodologias participativas e c) diálogo com referenciais teóricos que colocam a questão da corporalidade do conhecimento. A autogestão no Grupo Muda mostra-se como um desafio constante porque a inserção institucional do grupo fomenta a reprodução de modelos hierárquicos de outros grupos da universidade, e nos quais as relações entre estudantes e docentes é marcada por uma maior rigidez de funções. Assim, a autogestão exige um cuidado constante para que as funções e relações dentro do grupo não assumam formas advindas de outros modelos de relações e gestão, exigindo um exercício de autoanálise constante das implicações institucionais e da circulação/instituição das funções dentro do grupo. O uso de técnicas teatrais participativas permite um descentramento em relação ao lugar da fala, que carrega mais facilmente marcas de posições de autoridade no meio acadêmico, permitindo a emergência de outras modalidades enunciativas e expressivas. No que se refere aos referenciais teóricos com os quais dialogamos, podemos citar as contribuições das abordagens de uma cognição corporificada, com a consequente pergunta pelo observador, e leituras a partir de uma perspectiva feminista que apontam o histórico de desvalorização de determinados corpos e suas possibilidades enunciativas. Esses referenciais nos auxiliam a fazer uma problematização sobre a relação entre representação e conhecimento, tanto em sua vertente cognitiva como também em suas implicações políticas. Nessa direção, podemos abordar diferenças operativas entre vivos e não vivos, o que abre a possibilidade de uma teorização sobre dispositivos. Pensar sobre dispositivos nos permite descrever funcionamentos e procedimentos que modulam e governam as ações humanas, abrindo espaço para um eixo ético, no qual podemos situar o si mesmo e referenciar os processos de subjetivação. O Grupo Muda como dispositivo permite usar o grupo como potência instituinte, tornando-se ferramenta para analisar, desenhar e construir espaços participativos.

435



“GERMINANDO” O FEMINISMO E A INCLUSÃO SOCIAL ENTRE JOVENS DO BAIRRO DO SUMARÉ EM SOBRAL/CE.

Maria Inês de Oliveira Sousa (UVA)
ines.sol1@hotmail.com

Andrea Abreu Astigarraga (UVA)
aas.tigarraga@hotmail.com

Compreender a história das sociedades humanas perpassa por um estudo da exploração de classe, opressão de gênero, assim como, pela luta pelas liberdades democráticas e inclusão social. Uma das lutas mais importantes é o movimento feminista. Mas em que medida as lutas feministas influenciam no *ser mulher* entre jovens de hoje? Neste trabalho buscamos compreender o que significa *ser mulher* entre jovens, com 16 e 18 anos de idade, estudante do ensino médio, do Bairro Sumaré, em Sobral – CE. Realizamos uma oficina pedagógica, cujo objetivo foi relacionar os conhecimentos das jovens com a discussão dos direitos e das lutas das mulheres. Através de exibição e discussão de vídeos, representações de imagens de mulheres em vários contextos, apresentação do histórico sobre as lutas feministas. Por mais que elas façam parte de uma educação formal, as jovens sentem falta de uma valorização de seus conhecimentos e saberes vivenciados no cotidiano. Nossa oficina atuou como um processo educativo não escolar, tentando suprir uma lacuna na matriz curricular escolar. Os resultados mostraram que por mais que elas não tenham conhecimento científico sobre as lutas históricas do feminismo e os direitos conquistados pelas mulheres, as mesmas têm saberes baseados no senso-comum e sentem no cotidiano as discriminações e preconceitos gerados pela sociedade patriarcal e machista. Dessa forma, por mais que as jovens não tenham tanto domínio do contexto histórico e trajetória das lutas feministas, elas apresentam várias concepções e resistências ao afirmarem que não concordam com a submissão e dependência, não aceitam que as mulheres sejam consideradas “inferiores”, assim como, não concordam com os papéis atribuídos às mulheres pela sociedade tradicional. Várias delas acreditam que o *ser mulher* significa aquela que “trabalha, estuda, ganha seu próprio dinheiro e não depende do marido”, mostrando uma mudança de paradigma das jovens comparadas às gerações anteriores. Mesmo morando em um bairro predominantemente machista, suas concepções demonstram que a luta por independência é algo que elas conseguem desenvolver mesmo em um espaço que busca ocultar as suas histórias. Um dos principais resultados da nossa pesquisa foi a reação de uma das jovens que, após os estudos e as discussões, levou o debate para a sua mãe e esta, refletindo sobre a sua condição de *ser mulher* na sociedade, especificamente em seu bairro e na relação de opressão física e simbólica com seu marido, decidiu se separar do mesmo e buscar sua autonomia. Mesmo assim percebemos que ainda existe um longo caminho a ser trilhado para erradicar o machismo no bairro pesquisado e na sociedade como um todo. A continuação e os desdobramentos desta investigação darão corpo para o nosso trabalho de conclusão do curso de pedagogia.

436



ADOLESCENTES, ATOS INFRACIONAIS E TWITTER: PROBLEMATIZANDO DISCURSOS NA REDE SOCIAL.

Izabel Regina Campelo de Lima (UNP)
limaizabel@unp.br

Kamila Renata Silva do Nascimento (UNP)
kamilarenata@unp.br

Tatiana Minchoni (UFSC)
minchoni.tatiana@gmail.com

Com os avanços diários das tecnologias e recursos midiáticos, as redes sociais virtuais têm tido cada vez mais força na disseminação de informação e opiniões a respeito de diversos assuntos cotidianos, sendo caracterizada pela liberdade de expressão que norteia o mundo virtual dessas redes. O fenômeno da violência vinculado a criminalização da juventude pobre é o que mais tem sido noticiado, veiculado e comumente comentado tanto no aparelho midiático televisivo quanto na internet, gerindo nas pessoas desejos de punição, insegurança, mobilização pela redução da idade penal e culpabilização unicamente do sujeito, desassociando do contexto socioeconômico no qual está inserido. Diante deste cenário, nota-se que a mídia é uma ferramenta intrinsecamente marcante nas relações e processos sociais, pois consegue modificar o imaginário social, atingindo toda população que acessa as informações transmitidas, corroborando nos processos de subjetivação. Contribui significativamente para a associação juventude/violência, na qual, é claramente observado que apenas uma parte da população tem sido responsabilizada. São sujeitos, geralmente, juvenis, pensados a partir de uma lógica alicerçada pela mídia que ameaçam a ordem social e possuem classe social e cor bem definidas: negros e a classe mais empobrecida da população. Tendo isso em vista, o presente estudo objetivou investigar as concepções dos usuários da mídia social virtual *Twitter* sobre os adolescentes que cometem atos infracionais, mais especificamente, analisar e investigar se os direitos dos adolescentes que cometeram atos infracionais são violados nessas mídias; e analisar a influência midiática televisiva no que tange adolescentes autores de ato infracional, sobre os usuários do *Twitter*. Para o alcance dos objetivos, foi realizada uma pesquisa de cunho documental, a partir de escolha de palavras chaves como: menor infrator, #menorinfrator, adolescente infrator, #adolescenteinfrator, bandido mirim, #bandidomirim, adolescente em conflito com a lei, #adolescenteemconflitocomalei. Para análise do *corpus* da pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo temática, e os resultados indicaram um forte desejo de punição por parte dos usuários do *Twitter*, clamando pela realização da justiça, ainda que em atos semelhantes à barbárie como tortura, espancamentos, linchamentos e até a pena de morte. Além disso, a produção atribuída ao adolescente autor de ato infracional no *Twitter*, representa uma visão retrógrada, violentadora e estigmatizante dos usuários, em que a maioria apresenta uma concepção construída paralelamente ao conteúdo midiático televisivo. Por conseguinte, percebeu-se nos resultados, a recorrência da violação dos direitos dos adolescentes que cometem o ato infracional, bem como o desconhecimento ou desprezo dos usuários em relação às legislações específicas para esse grupo.



APUNTES SOBRE LA PARTICIPACIÓN DE LOS JÓVENES EN LAS MOVILIZACIONES SOCIALES EN MÉXICO.

Jesús Gómez Abarca (UNICACH\ CESMECA)
jesus.gomezabarca@gmail.com

En México, el gobierno de Enrique Peña Nieto ha sido cuestionado fuertemente por amplios sectores de la población en los dos años que lleva de mandato: desde el periodo de campaña electoral en el año 2012 surgió el movimiento #Yosoy132 cuestionando la falta de transparencia en las elecciones federales y el vínculo que el Partido Revolucionario Institucional mantiene con los monopolios televisivos, particularmente Televisa; en el 2013 los profesores y estudiantes encabezaron las movilizaciones en contra de la aprobación de un conjunto de reformas estructurales de corte neoliberal; y en el 2014, diferentes sectores cuestionaron al Estado por las responsabilidades que tenía en el caso de los normalistas asesinados y desaparecidos en Guerrero, lo que devino en una nueva ola de protestas en diferentes partes fuera del país y fuera de éste. Como producto de la investigación en curso que realizo como tesis doctoral, en esta ponencia se analiza la participación juvenil en las movilizaciones sociales que se han suscitado en México entre los años 2012 y 2014 a la luz de un ciclo de movilizaciones sociales que han cobrado visibilidad en diferentes países de América Latina en los últimos años. Para el análisis de la información se recuperan aportes de autores latinoamericanos que han venido concentrando su mirada en la participación juvenil de este continente y se toma como referente empírico las tres “jornadas de protestas” señaladas, a través de la información recopilada por medio de diferentes técnicas de investigación que comprenden: registros etnográficos, observación participante y entrevistas semi-estructuradas. En estas movilizaciones es destacable la articulación entre diferentes demandas (específicas y estructurales); repertorios de acción (tradicionales y “novedosos”); sectores movilizadas de la sociedad (obreros, estudiantiles, magisteriales, en defensa del territorio, etcétera); y alcance mediático y político (a nivel nacional y/o transnacional). Con base en un primer análisis de estos acontecimientos se puede concluir que las movilizaciones pueden considerarse parte de un ciclo de protesta nacional abierto en 2012 hasta la fecha y de uno latinoamericano abierto desde el año 2006. En este sentido, el análisis de la participación juvenil en un contexto nacional, ofrece a su vez líneas heurísticas para la comprensión de los procesos políticos y sociales más amplios.

438



A INCLUSÃO DO JOVEM NA ESCOLA TAMBÉM É RESULTADO DE FINANCIAMENTO ADEQUADO.

Irlanda Aglae Correia Lima Borges (UCB)
iaglae@gmail.com

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), regulada pelos artigos 37 e 38 da LDBEN, é resultado da luta do movimento social para a inclusão dessas trabalhadoras e trabalhadores que tiveram negado ou interrompido o direito à educação de qualidade em seu percurso formativo. A inclusão somente se efetiva se a escola que recebe esse público se adequa ao perfil trabalhador desses estudantes, sem isso a exclusão se renova, expulsando novamente esses jovens e adultos. Para que esse círculo vicioso seja interrompido, a escola precisa apresentar condições correspondentes às necessidades desse público trabalhador e que estuda majoritariamente no noturno, o que demanda uma estrutura física de atendimento, como a necessidade de refeições consistentes, banheiros com vestuários e segurança na localidade e nos arredores, nada dessa estrutura diferenciada se faz sem financiamento específico, fundamental para a inclusão do jovem na escola. O financiamento público da educação básica, em que EJA está inserida, a partir da segunda metade da década de 1990 tem por base o estabelecimento de fundos constitucionais especiais com natureza contábil, porém a EJA somente foi incluída no segundo fundo lançado, no entanto os fatores de ponderação ainda promovem uma diferenciação de 20 % inferiores à referência padrão (ensino fundamental), apesar de essa modalidade apresentar demandas tão significativas e com características diferenciadas. Outro aspecto importante a se destacar é que a EJA é a única modalidade cujo teto é de 15% de comprometimento dos recursos do fundo em cada estado. O Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FNDE) também promove outros programas de financiamento federais suplementares para a EJA, que custeiam a alimentação, livros didáticos e ferramentas para o planejamento participativo. No DF, o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) repassa valores que são administrados pelos gestores de cada escola de acordo com o número de estudantes matriculados em cada unidade escolar, baseado nos dados do censo escolar do ano anterior. A soma dos recursos equivale ao financiamento público obtido e que será aplicado em cada escola.

439

Este estudo qualitativo trata-se de um recorte de pesquisa cujo objetivo foi descrever a aplicação do financiamento de uma escola com oferta exclusiva de EJA, com maioria de jovens entre 15 e 29 anos, partindo do financiamento público da educação para chegar à gestão escolar, percorrendo as várias etapas e finalizando com os resultados obtidos em uma unidade escolar pesquisada no Distrito Federal, em que se percebem os fatores de inclusão e permanência do jovem na escola. Os dados foram obtidos pelo censo escolar da Secretaria de Estado de Educação e por meio de entrevistas com gestores da escola pesquisada e datam de 2013. Os resultados são positivos e demonstram que a escola conseguiu obter, com a devida aplicação de recursos na estrutura física, o atendimento que o público atendido necessitava como a disponibilização de vestiários, de refeições completas, além de estrutura adjacente de academia de ginástica e quadras desportivas. No entanto, há ainda problemas de segurança e transporte na circunvizinhança.



**ENTRE O RURAL E O URBANO:
AS FUNCIONALIDADES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS JUVENIS.**

Maria das Dores Saraiva de Loreto (UFV)
mdora@ufv.br

Maryna Barbosa Ferreira (UFV)
maryna.ferreira@ufv.br

Andressa Santos Gonçalves (UFV)
andressa.goncalves@ufv.br

Vários estudos sobre o mundo rural contemporâneo têm sinalizado significativas transformações no âmbito das concepções de mundo, nos estilos de vida, modalidades de trabalho e, sobretudo, nos processos de tomada de decisão; transformando-se em um espaço cada vez mais heterogêneo e diversificado, onde os jovens são afetados de maneira intensa por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos (PEREIRA, 2004). A reação dos jovens rurais tem sido desde a simples reação do êxodo até reações políticas, sob a forma de organização e mobilização, visando romper com as condições precárias de vida e de trabalho. Neste sentido, justifica-se a análise dos movimentos sociais juvenis, como forma de organização social, que visa promover a agricultura familiar, o bem-estar dos jovens e a efetividade das políticas públicas em nível local. Assim, a presente pesquisa objetivou mapear e analisar o processo de construção dos movimentos sociais juvenis do Município de Araponga (MG), situado na Zona da Mata Mineira. Trata-se de um estudo de caso, de natureza exploratória, com uma abordagem qualitativa, que fez uso da pesquisa bibliográfica, complementada com entrevista semiestruturada, aplicada com as lideranças dos movimentos sociais. Além disso, a partir da história de vida, procurou-se analisar as repercussões dos movimentos sociais juvenis sobre a trajetória e projetos de vida dos jovens rurais. Os resultados apontaram que o Movimento Agroecológico, a Associação dos Trabalhadores Rurais Familiares (AFA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) são as organizações que possuem uma maior inserção de jovens em sua articulação e representação política. No que tange à construção dos movimentos sociais juvenis, constatou-se que estes foram se formando aos poucos, através das demandas e necessidades dos jovens que chegavam até às lideranças, sendo pontos de pauta de muitas reuniões entre os agricultores familiares e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Estes resultados corroboram com os encontrados por Picolotto (2007), entre os movimentos sociais rurais da região Sul do Brasil, que têm buscado incorporar novas estratégias e ações capazes de legitimar o modo de produção e a cultura local. Na percepção das lideranças, os jovens estão associados às perspectivas futuras do movimento, sendo associados a “uma ideia de renovação”. Acrescentam ainda que a participação dos jovens tem se fortalecido no tocante ao engajamento de mais participantes e criação de novos espaços para o debate acerca das Políticas Públicas para a Juventude Rural. A maioria dos jovens destacou que a sua inserção nos movimentos sociais do campo trouxe transformações positivas tanto em seus projetos, quanto em suas trajetórias de vida e redes sociais, abrindo um campo de possibilidades para atuarem politicamente em sua comunidade, além de proporcionar condições para a melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar, através do estímulo ao protagonismo e autonomia na tomada de decisão. De forma geral, pode-se concluir que os movimentos sociais rurais são capazes de canalizar o potencial criador dos jovens para as atividades em prol da comunidade em que vivem, contribuindo para o exercício da cidadania, permanência no campo e reprodução social da agricultura familiar local.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE JOVENS: PERCURSOS E EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS.

Sebastião Everton de Oliveira (UEMG)
sebastianpj06@yahoo.com.br

Este trabalho traz os principais resultados da pesquisa desenvolvida no mestrado em educação da FAE/UEMG que teve por objetivo compreender as significações que os jovens atribuem à sua participação em grupos juvenis, examinando as condições em que este fenômeno acontece. Através dela foi possível observar os caminhos percorridos por esses sujeitos na fabricação de suas identidades como atores sociais e políticos. Utilizamos como metodologia a história oral, com recorte na entrevista narrativa, como instrumento de coleta de dados, com a adesão de jovens entre 15 e 29 anos, protagonistas/ lideranças comunitárias, pertencentes à diferentes regiões da região Metropolitana de Belo Horizonte e inseridos em diferentes modos de atuação como circo, educomunicação, poesia, religião e hip-hop. A análise de dados foi organizada por levantamento de categorias relacionadas ao mapa de vínculos dos sujeitos (SLUZKI, 1997), nas relações dos jovens com a família, a escola, os grupos, ciência de atitudes políticas, ações convencionais e não convencionais/ tradicionais, as novas tecnologias, o território e o trabalho, na percepção das principais instâncias socializadoras e referências que influenciaram suas trajetórias. As narrativas revelaram os atravessamentos sociais que dispararam a motivação dos jovens para mobilização e fortalecimento de redes afetivas e políticas pelos direitos juvenis na cidade. Com isso, além de espaços tradicionais/convencionais de se fazer política aparece em suas trajetórias outras formas mais leves e menos arbitrárias de praticar a coletividade. Constatamos também que os jovens pesquisados apontaram a escola como trampolim e principal porta de entrada para sua militância juvenil. Nelas, a própria experiência vivida por eles influenciou a sua articulação em torno de uma categoria central na construção de suas identidades: a de educadores sociais, marcando-os como “sujeitos em luta”, no desejo de transformar a si mesmo e o mundo. Em seus contextos revelam vulnerabilidades e exclusões reais relacionadas à suas identidades e seus locais de moradia, vivendo a “discriminação por endereço” (NOVAES, 2008), como uma marca de suas identidades. De modo estrito, observamos que esses jovens romperam com o destino imposto por sua condição de classe, uma vez que suas trajetórias lhes apontaram novas referências educativas e socializadoras, além de lhes abrir novas oportunidades de trabalho. Vemos também uma relação direta entre a sua prática participativa e os seus campos profissionais de trabalho no tempo presente. Nesta perspectiva, os seus grupos formativos funcionaram tanto como determinantes para o caminho profissional como também favoreceram suas primeiras experiências como jovens trabalhadores. Apesar da importante função educativa da família na sociedade, nos casos estudados, ela não foi observada como instância motivadora direta ou positiva para os jovens participarem de ações coletivas. Nas narrativas, a família aparece no sentido de limitação que tiveram a necessidade de “superar” para acessar e se inserir numa relação social mais ampla e mais coletiva. Já a escola emergiu como uma instância que lhes permitiu acessar universos culturais mais amplos, que influenciaram suas trajetórias de participativas. Dentre essas e outras considerações entendemos que nosso estudo procurou dar visibilidade às culturas juvenis, apontando sua diversidade, complexidade e desigualdade na sociedade brasileira contemporânea.

441



Edivania Vieira (Conselho de Jovens)
edvaniakollontai@hotmail.com

João Milson dos Santos (Conselho de Jovens)
milsonjoao@yahoo.com

Marcelo Rodrigues Ricarte (Conselho de Jovens)
marcelorodriguesricarte@gmail.com

Natalício da Silva Candido (Conselho de Jovens)
natal.natalicio18@hotmail.com

Ossean de Oliveira Bores Júnior (Conselho de Jovens)
juniorcrg2013@gmail.com

442



JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS E DIFICULDADES NA MILITÂNCIA PARA DIFERENTES JOVENS MILITANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E FEMINISTAS DA CIDADE DE MACEIÓ.

Ana Cecilia Ramos Ferreira da Silva (UFAL)
ana_ceciliaramos@hotmail.com

O presente trabalho refere-se aos resultados finais da pesquisa intitulada: “Juventudes, Gênero e Diversidade sexual: um estudo sobre a participação de jovens em movimentos sociais feministas e LGBTs na cidade de Maceió”, iniciada no ano de 2013 e finalizada no ano de 2014. Sabemos que uma das dimensões que colocam os jovens no cenário de participação, com engajamento em grupos e movimentos sociais na atualidade, está orientada por um interesse no debate e nas lutas por questões indenitárias. Neste sentido, ganham destaque os movimentos que trazem consigo reivindicações relacionadas às temáticas de gênero e diversidade sexual. Reconhecendo que a participação dos jovens é um importante elemento para pensar o cenário contemporâneo, esse estudo objetivou analisar e compreender a participação de jovens a partir da inserção em distintos movimentos feministas e LGBTs na cidade, e em específico, para este trabalho foi realizado uma análise sobre o diálogo estabelecido entre os grupos e movimentos que compõem o cenário feminista e lgbt da cidade; as formas de diálogo existente entre estes e a sociedade civil; e ainda, buscamos refletir sobre as dificuldades e limites no campo da mobilização para cada um desses grupos. Deste modo a pesquisa foi dividida em duas etapas: na primeira, realizamos uma revisão da literatura sobre a temática de gênero e diversidade; e em seguida, mapeamos os grupos feministas e LGBTs que atuavam na cidade de Maceió; posteriormente, na segunda etapa, quatro grupos representantes de cada movimento social foram selecionados. Após essa escolha, convidamos oito jovens com idades compreendidas entre 18 e 29 anos de idade para a realização de uma entrevista semiestruturada. As/os jovens participantes da pesquisa foram oriundos de distintos grupos, sendo do Movimento Social Feminista: o “Movimento Mulheres em Luta” (MML); a Comissão Organizadora da “Marcha das Vadias” de Maceió; o Coletivo “Mulheres Resistem”, e a Secretaria de Gênero da atual gestão do Diretório Central dos Estudantes da UFAL – Quilombo dos Palmares. E do Movimento Social LGBT: Associação de Jovens LGBTs de Alagoas; Grupo Gay da Igreja Batista do Pinheiro; Grupo Artagay Jovem; e também a Secretaria de Diversidade da atual gestão do Diretório Central dos Estudantes da UFAL – Quilombo dos Palmares. Através da análise de conteúdo dessas entrevistas pudemos compreender que as tentativas de diálogos é uma forma importante de união e fortalecimento do movimento na cidade, pois a partir dessas articulações em prol de um objetivo comum pode-se alcançar uma maior representação social. Constatamos também que através da realização de atividades e ações coletivas o diálogo entre os grupos e a sociedade civil vem sendo estabelecido aos poucos. Embora existam dificuldades impostas pela naturalização do machismo e da homofobia na cidade, os grupos feministas e LGBTs continuam na luta para que mudanças ocorram no cenário atual.

443



O PODER NO DISCURSO POLÍTICO DA JUVENTUDE.

Eloísa Ranille Santos Fernandes (UPE)
isaranille@hotmail.com

De acordo com Foucault, a sociedade moderna é caracterizada pela presença de “Micropoderes” que circulam através dos discursos do saber de modo que se torna impossível localizá-lo em um local central específico, não está nunca exclusivamente nas mãos de alguns, não é um atributo como riqueza ou um bem. Ao longo da modernidade desenvolveu-se determinadas práticas que buscavam exercer o controle sobre o corpo, de suas ações, seus comportamentos e sua vida cotidiana, com objetivo de otimizar e docilizar a força e os movimentos dos corpos. A individualização e a “disciplinização” visou a produção de corpos úteis e dóceis e o biopoder tomou o corpo como meio de exercer o governo da vida através de normas padronizadas, e assim as pessoas e as famílias passaram a ser orientadas e conduzidas sob poderes disciplinares e estatais (biopoder). Sob a égide desses poderes que passaram a reger e normatizar os indivíduos tornando-os conformados e consequentemente alienados ao que é posto e imposto, vale refletir sobre o modo que Foucault coloca a respeito de uma possível circulação de poder: “E se designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tinha tido consciência disto, mas porque falar a esse respeito - forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo - é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder. Se discursos como, por exemplo, os dos detentos ou dos médicos de prisões são lutas, é porque eles confiscam, ao menos por um momento, o poder de falar da prisão, atualmente monopolizado pela administração e seus compadres reformadores.” (FOUCAULT, Michel, 1993. Pág. 47). A importância da politização dos jovens pode se apresentar como uma possibilidade de discurso provedor de uma inversão de poder que por vezes se encontra desigualmente distribuído entre os grupos sociais. A dinâmica apresentada através das manifestações políticas, que não se restringem à apenas protestos e participação na política, podem exercer influência no modo de controle praticado sobre os corpos. Daí a necessidade cada vez maior de tornar os jovens indivíduos conscientes e politizados capazes de representar uma força que se empenhe em prol do que deve ser efetuado em benefício de toda uma sociedade. Cabe salientar que a Politização dos jovens são comportamentos e ações politizadas e embasadas numa socialização política que proporciona ao jovem um pensamento de confluência entre o que é de todos e o que é próprio de cada um, nesse sentido estabelece-se uma luta pelos direitos de todo o coletivo. Portanto, o comportamento político dos jovens é um importante instrumento de luta contra os dispositivos de poder que subordinam e reprimem a voz da população e através da vigilância constante objetiva produzir adultos ideais ao sistema de controle aptos ao serviço que lhe é designado. A consciência política é o modo de pensar crítico e de ser agente de suas ações e ideais.

444



**AS JOVENS DA MARCHA DAS LIBERTAS:
SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO MOVIMENTO.**

Isadora Costa Mendes (PUC-Goiás)
isadoramendes@live.com

Esta comunicação resulta de reflexões e discussões realizadas no âmbito dos novos movimentos sociais de reconhecimento no campo da diversidade sexual e de jovens mulheres que participam da Marcha das Libertas, conhecida anteriormente por Marcha das Vadias. Busca compreender quem são as jovens que participam desse movimento, os sentidos que atribuem à Marcha e como vivem a condição juvenil. Compreende-se neste trabalho que os movimentos sociais são um espaço de educação não-informal em que processos educativos perpassam as relações entre os sujeitos inseridos em um determinado universo histórico cultural e se constituem como um lócus formativo. Os movimentos sociais estão diretamente relacionados a um elemento de união, a questão da cidadania, ou seja, “são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p.3). Os novos movimentos sociais, na atualidade, surgem a partir de demandas de reconhecimento de grupos sociais, raciais, de gênero e se caracterizam por lutas indenitárias, o que os diferem dos movimentos sociais, mais relacionados às questões de classes, sindicais, econômicas e políticas. Historicamente, a participação juvenil nos movimentos sociais deu-se ou dá-se, prioritariamente, nos movimentos estudantis de lutas de melhorias das condições da educação, bem como em questões ligadas à política. A *Marcha das Vadias*, que se originou no Canadá, em 2011, após um evento de discriminação contra uma mulher, chegou ao Brasil em 2011. Neste mesmo ano a Marcha aconteceu em Goiânia e atualmente chama-se *A Marcha das Libertas*, nesta cidade. Este movimento luta pelos direitos das mulheres de expressarem seus modos de agir, sentir, pensar e de se portar, luta contra a discriminação sexual e de gênero, violência doméstica, e se opõe ao machismo, bem como a desvalorização da mulher. As jovens desta pesquisa vivem a condição juvenil de formas diferentes, assim como atribuem sentidos diferentes à Marcha. Uma refere-se ao movimento como um espaço de representação e de construção de si mesma assim como de construção coletiva e de ocupação do espaço urbano; enquanto a outra pensa que este movimento levanta questões para além da liberdade sexual, trata de demandas mais amplas sobre a mulher, como a maternidade, a violência, a afetividade, o trabalho, entre outros. Esses sentidos expressam o caráter plural que a Marcha possui, revelando os diversos sujeitos que a compõem.



JUVENTUDE E MOVIMENTOS SOCIAIS PELA REDE.

Marina Darcie (UNESP)
marina_paula_darcie@hotmail.com

Maria Cristina Gobbi (UNESP)
mcgobbi@terra.com.br

Atualmente, com o advento da Internet 2.0, as tecnologias estão cada vez mais emaranhadas ao nosso cotidiano e a sociedade não tem mais controle sobre a forma de mobilização que é travada através da rede, por exemplo. É importante considerar um segmento social que vem deflagrando muitas destas ações, especialmente frente às tecnologias digitais: os jovens sempre protagonizaram diversos movimentos de transformação social. Essas atividades têm possibilitado mudanças significativas nas estruturas políticas, econômicas e sociais de diversos setores, nos variados continentes. De acordo com Tapscott (2010), constituem a “Geração Internet” jovens que nasceram entre 1977 e 1997. Provenientes deste momento em que a Internet chega às residências, esta geração foi a primeira a crescer com o fácil acesso à rede e isto explica a razão de o vínculo entre internet e juventude ser tão estreito (FERREIRA; LEBON, 2011). As diversas plataformas de consumo de mídia são os meios pelo qual buscam informações, conversam com amigos e se conectam com o mundo. As novas tecnologias de informação facilitam a participação cidadã, o mundo da comunicação está mais aberto à produção de informação pela sociedade. Agora, o jovem tem seu próprio local para se informar, se organizar e mobilizar, independentemente de interesses externos ao seu próprio (Fundação Telefônica, 2014). É importante mostrar como a Internet aumentou o acesso possibilitou que as pessoas estivessem conectadas e engajadas em assuntos do seu interesse, facilitando que movimentos sociais fossem organizados na rede e trazidos para o espaço urbano. “É inegável seu potencial enquanto espaço de encontro, arena de discussão e lugar para o confronto de identidades e interesses. O poder de gerar efeito viral, ou de multiplicação da repercussão e da adesão, é inegável” (PERUZZO, 2013, p.83). Dentro desta realidade a Fundação Telefônica, com sua pesquisa sobre os Jovens Conectados (2014), constatou que a maioria dos pesquisados considera que a internet é um ambiente interessante para o protesto e “uma expressiva parcela de 62% dos jovens brasileiros conectados declara já ter participado de pelo menos uma categoria de mobilização social ou política recentemente” (Fundação Telefônica, 2014, p.148) pela rede. Alguns dos apontamentos da pesquisa para a boa aceitação das mídias conectadas como aliada à mobilização de pessoas é que essas ações virtuais permitem dar visibilidade a determinado assunto com grande proporção e baixo custo. Um exemplo que pode ser tratado são as manifestações que ocorreram no Brasil em junho de 2013 e reuniu milhares de pessoas à rua depois da criação dos eventos *online*. Essas manifestações que ocorreram no país mostraram um novo perfil da juventude que, pela primeira vez, experimentaram a sensação de estar em conjunto e a potência da população, que rompeu com as barreiras de isolamento usual (Fundação Telefônica, 2014). No mesmo texto, também são lembradas outras manifestações com perfil semelhante às referidas aqui no Brasil, como na Tunísia, Islândia, Egito e Estados Unidos, que revelam jovens revoltados com as condições sociais e a insegurança que sentem em relação ao futuro em seus respectivos países.



**JUVENTUDE, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO:
QUESTÕES DE CONHECIMENTO ESCOLARES E SABERES SOCIAIS.**

Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz (UFPA)
larissavizufpa@gmail.com

Adenil Alves Rodrigues (UFPA)
adenil2007ufpaa@yahoo.com.br

O presente trabalho tem por objeto de estudo as questões relacionadas a conhecimentos escolares e saberes sociais. Diante disso problematiza: Como é que os jovens do assentamento do MST Palmares II, localizado no município de Parauapebas, Estado do Pará, Amazônia, Brasil, que frequentam a escola Crescendo na Prática, relacionam os conhecimentos que adquirem na escola, com os saberes sociais produzidos nas relações cotidianas do assentamento? O objetivo é fazer uma discussão, ainda que tímida, da relação juventude, conhecimentos escolares e saberes sociais. Metodologicamente o presente estudo está pautado no materialismo histórico dialético (MARX, 2008), tendo sido os dados coletados através da aplicação de entrevistas semiestruturadas (MICHELAT, 1985) junto a cinco jovens do 3º ano do Ensino Médio da escola Crescendo na Prática, seguindo três eixos temáticos: 1º A relação entre saber social e conhecimento escolar presentes nas práticas de ensino. 2º Ensino médio. 3º Juventude, educação e movimentos sociais. Como instrumento de apreciação dos dados nos utilizamos da análise de conteúdo (FRANCO, 2007). No que tange os saberes sociais e os conhecimentos escolares do MST, o primeiro teve seus estudos iniciados no ano de 1990, onde passou a ser analisado enquanto um processo que estava envolvido com a vida social de luta de trabalhadores que na dinâmica cotidiana de suas relações buscavam estratégias de sobrevivência se utilizando para isso dos seus próprios saberes. No que tange o conhecimento escolar, esse não está presente apenas no espaço da escola, mas também em estruturas culturais. Nesse sentido, analisando o caderno 8 de educação do MST (1996), que dispõe de uma proposta de educação onde o conhecimento não é apenas centrado nos conteúdos teóricos, mas também nas experiências práticas da vida cotidiana, é que a proposta de educação da escola Crescendo na prática, do assentamento Palmares II em Parauapebas, no Pará, vem afirmando que os conteúdos curriculares são o meio pelo qual se pode atingir uma educação ampla, pautada na valorização do sujeito humano, pois têm suas bases na justiça social, são conteúdos que primam pela distribuição igualitária dos conhecimentos produzidos pela humanidade, é uma proposta de educação que se constrói a partir das relações sociais concretas da vivência estabelecida entre os sujeitos e suas interações sociais. Em termos práticos, a proposta de educação da escola Crescendo na prática parte da realidade local para o geral, estabelecendo um método pedagógico de análise parte-todo, da visão de mundo e não restringem os alunos a uma visão apenas do seu assentamento. É dentro dessa discussão que se propõe a investigação como é que os jovens do assentamento do MST Palmares II, localizado no município de Parauapebas, Estado do Pará, Amazônia, Brasil, que frequentam a escola Crescendo na Prática relacionam os conhecimentos que adquirem na escola com os saberes sociais produzidos nas relações cotidianas do assentamento.



**LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE:
A EXPERIÊNCIA DE UM MOVIMENTO SOCIAL DE JUVENTUDE NA PERIFERIA DE PORTO
ALEGRE/RS.**

Anelise Cristina Bernardy (SESU)
anelisebernardy@gmail.com

Ronaldo Souza Schaeffer (SESU)
ronaldoschaeffer917@hotmail.com

José Guilherme Rizzo (SESU)
jose.rizzo86@gmail.com

Desenvolvido no âmbito do grupo PET Conexões Políticas Públicas de Juventude – do Programa de Educação Tutorial do MEC –, este trabalho apresenta a experiência do *Levante Popular da Juventude* na periferia de Porto Alegre/RS. Considerando a proposta deste PET, referenciada na diversidade, e a participação dos estudantes-autores no movimento social em questão, busca-se, com este exercício, promover a troca de conhecimentos, valorização dos saberes não acadêmicos e a aproximação entre as organizações populares e a universidade. Surgido ao final de 2005 no Rio Grande do Sul, o Levante Popular da Juventude (LPJ) se constitui como resultado de discussões realizadas por “militantes” ligados à Via Campesina e à Consulta Popular em que se constatou a necessidade de “organizar” a juventude brasileira, sobretudo a urbana. A nacionalização do movimento ocorreu no ano de 2012, quando aconteceu o “I Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude” em Santa Cruz do Sul/RS. Esse encontro contou com a presença de jovens das periferias urbanas e do campo, universitários e secundaristas de mais de dezessete estados do país e se configura como marco na história da organização. Diferentemente da ideia corrente sobre movimento social, o LPJ não possui uma bandeira definida. Além de reivindicar a melhoria nas condições de vida da juventude de forma geral, problematizando desde a educação e o trabalho até a cultura e o lazer, o LPJ se organiza e orienta suas bandeiras de modo a contribuir na construção de um “projeto popular para o Brasil”. Formado por diferentes segmentos da juventude, o LPJ se estrutura a partir de pequenos grupos de “militantes” que conformam as “células” e cujo trabalho é desenvolvido tendo em vista o território no qual se inserem. Na experiência desenvolvida na periferia de Porto Alegre/RS, o LPJ emerge como um espaço em que os jovens têm a oportunidade de compreender criticamente o mundo em que vivem, de se engajar no debate e solução dos problemas da sua comunidade, além de conhecer quais são as oportunidades que os cercam. Atualmente, o movimento conta com três diferentes “células” que têm como base grupos da periferia da cidade: a célula “Bonde da Sul”, a “Perimetral” e a “Glória”. Nesses territórios, a atuação do LPJ se dá a partir de diferentes métodos, variando conforme o contexto e os sujeitos envolvidos, orientando-se basicamente pela realização de encontros periódicos, discutindo as pautas centrais para a juventude naquele momento – como, por exemplo, a redução da maioria penal e os cortes no orçamento para educação, realização de oficinas temáticas de bateria e “muralismo”, manifestações de rua, entre outros. Com a experiência do LPJ é possível inferir a existência de uma nova forma de mobilização social e política da juventude, que atenta para as especificidades desses sujeitos e modos diferenciados de participação. Problematicando os desafios que atingem a juventude no mundo atual, reivindicando direitos e conferindo centralidade às redes de sociabilidade que emergem nesse processo, o LPJ busca se constituir como uma “alternativa organizativa” para os jovens, compreendidos aqui como agentes privilegiados na transformação da sociedade.



MOVIMENTOS JUVENIS E POLÍTICA DE JUVENTUDE: AS DISPUTAS DE SENTIDOS SOBRE O TERMO JUVENTUDES.

Juliene Tenório de Albuquerque (UFPE)
julienetenorio@asces.edu.br

O presente texto tem como objetivo discutir sobre as disputas de sentidos do termo juventude, por parte de movimentos juvenis e Estado, no âmbito da Política Nacional da Juventude, sendo resultado da tese de doutorado A Racionalidade de um discurso: Jovem como agente estratégico de desenvolvimento. Compreendemos que os discursos sobre juventude no âmbito dos movimentos sociais e do Estado integram o processo de luta pela hegemonia, que inclui a educação para o consenso, mas também as tensões derivadas das estratégias de resistência e discurso contra hegemônicos localizados no âmbito da política. Enquanto categoria social, construída na idade moderna, os sentidos, representações e características da juventude são disputados na esfera econômica, social, política e cultural ao longo de sua trajetória. A partir da deflagração de um processo de discussão, negociação e formulação de políticas de juventude, nos anos 1990, os discursos e sentidos atribuídos ao termo juventude passam a disputar e negociar hegemonia em diversos documentos e processos decisórios. No caso do Brasil, a criação da Política Nacional de Juventude (PNJ), em meados dos anos 2000, explicita discursos hegemônicos e contra hegemônicos formulados e negociados por diferentes sujeitos, como movimentos juvenis, estudiosos (as), gestores (as) públicos (as), agências multilaterais, na perspectiva de influenciar os rumos e diretrizes da Política de Juventude. A partir do referencial metodológico da Análise Crítica do Discurso de Fairclough, realizamos a análise das formulações discursivas existentes no marco legal da Política Nacional de Juventude- Projeto de Lei do Plano Nacional de Juventude (PL n. 4530/2004), Emenda Constitucional n. 65/2010 e Estatuto da Juventude (Lei n. 12852/2013)- e dos documentos orientadores das Conferências Nacionais de Juventude 2008/2011, buscando analisar na dimensão do texto, o significado da palavra juventude, na perspectiva de identificar os significados ideológicos, culturais e políticos, por integrarem a disputa pela hegemonia e possibilidade de mudança social. Dentre os resultados da pesquisa, identificamos que diferentes e complementares significados de juventude são apresentados nos documentos analisados. Evidenciamos que, embora sejam notórios os avanços da política de juventude, discursos históricos da juventude como problema ou fase potencialmente perigosa associada aos discursos da vulnerabilidade social se mantêm hegemônicos, orientando a criação de projetos e intervenções direcionadas para os (as) jovens. Entretanto, identificamos também discursos de movimentos juvenis que potencializam as condições de resistência e buscam construir outros significados de juventude no campo da política, dos quais ressaltamos o da diversidade juvenil, que defende o reconhecimento da juventude como segmento plural e diversificado, mas também as diferentes formas de viver a juventude; e o discurso do(a) jovem como sujeito de direitos, que defende que os(as) jovens sejam reconhecidos como sujeitos sociais, políticos e históricos, com direitos assegurados pelo Estado e pela sociedade. Concluímos que os discursos sobre juventude na esfera da Política Nacional de Juventude não são homogêneos, pelo contrário, o termo é objeto de disputa de significados onde discursos que enfatizam o (a) jovem como problema, vulnerável e em situação de risco são confrontados pelos discursos da juventude como fase da vida singular, diversificada e portadora de direitos.



OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA INTERNET.

Nildo Viana (UFG)
nildoviana@ymail.com

Os movimentos sociais sofrem mutações com o processo de mudanças sociais. A sociedade contemporânea vem sofrendo mudanças desde a década de 1980 e marca uma nova fase do capitalismo mundial. Um dos elementos dessa mudança social é o uso do computador e da internet, a rede mundial de computadores. A internet permite formas mais ágeis de comunicação, além de maior horizontalidade, possibilidades de participação, com um custo menor. Esse processo vem chamando a atenção de pesquisadores que iniciam estudos sobre a relação entre internet e sociedade (SLEVIN, 2002). Nesse campo de pesquisa, ganha destaque a que busca estabelecer o impacto da internet sobre os movimentos sociais (KLEIN, 2005). A análise da relação entre movimentos sociais e internet pressupõe além de algumas definições conceituais, a começar pelo conceito de movimentos sociais. Muitas vezes se confunde movimentos sociais com outros fenômenos, como manifestações, por exemplo, e, nesse caso, ocorre um processo de abordar manifestações e protestos e sua relação com as redes sociais, gerando um processo analítico distante do que tradicionalmente se define como movimento social (CASTELLS, 2013; GOHN, 2013). Assim, é necessário precisar o conceito de movimentos sociais e a partir daí analisar sua relação com a internet e seus recursos comunicativos. Entendemos por movimentos sociais mobilizações de grupos sociais que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc.) com determinada situação social (VIANA, 2015) e os exemplos de movimentos sociais seriam o feminino, negro, estudantil, entre outros. Assim, a internet acaba sendo uma ferramenta de comunicação interna dos movimentos sociais e divulgação de suas demandas, ações, etc., para o público externo, tornando-se mais uma forma de atuação dos mesmos. No entanto, os movimentos sociais também são atingidos pela internet, especialmente as redes sociais, como o Facebook, pois são apoiados, questionados, reformulados nesse espaço virtual. Um elemento fundamental é o processo de extensão das divisões internas gerado por um maior acesso à informação e pressões externas de subgrupos dentro do grupo social de base de determinado movimento social. A proliferação de subdivisões é um dos impactos desse processo, inclusive devido ao processo de difusão mais amplas de ideologias, doutrinas, concepções, mesmo que superficialmente apreendidas, mas que geram correntes de opinião que com a força do coletivo e da pressão social se tornam convicções, alterando as representações cotidianas de setores de determinado movimento social. Isso, por sua vez, gera uma divisão dentro dos movimentos sociais entre aqueles que ficam apenas no nível da opinião e aqueles que ficam ao nível da convicção. Esse último caso é um gerador de conflitos, internos e externos, pois gera dogmatismos e processos indenitários excludentes, gerando a recusa dos outros (grupos, setores, indivíduos discordantes, etc.). Isso também é reforçado pelos conflitos reais existentes na sociedade, as ações dos grupos e indivíduos e, principalmente, pela competição social e mentalidade competitiva que é dominante na sociedade moderna. Isso envolve um conjunto de questões políticas e culturais, sendo que a internet amplia esses processos e ainda, devido sua dinâmica própria, intensifica os conflitos internos e externos.

450



JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROTAGONISMO JUVENIL.

Ethiene da Purificação dos Anjos Santos (UFPA)
ethienesantos@live.com

Lorena dos Santos Souza (UFPA)
lorysoulzarodrigues@live.com

Katllen Cristina Menezes de Jesus (UFPA)
katllenmenezes@hotmail.com

O presente artigo tem como objeto de análise as políticas públicas de juventude no Brasil, a proposta é expor um debate de caráter exploratório a partir das considerações sobre as juventudes como sujeitos de direitos, além disso, faremos um breve levantamento das políticas públicas voltadas para as juventudes. Desta forma, neste trabalho consideramos necessário ressaltar primeiramente a política em si discutindo seus principais significados – o geral e restrito, e posteriormente evidenciar as políticas públicas direcionadas as juventudes no âmbito nacional e regional, a partir do olhar crítico que reconhece o segmento juvenil como segmento ativo socialmente, assim a intenção é destacar a participação social na contemporaneidade como ferramenta para a execução e promoção da cidadania. No decorrer deste trabalho pretendemos direcionar o debate a respeito das políticas públicas para a juventude brasileira, e logo após, especificamente à juventude da Região Metropolitana de Belém. Ademais, propomos enfatizar a dimensão do protagonismo juvenil, como um utensílio que permite o jovem discutir, formular e avaliar políticas públicas que atendam suas demandas. Para contribuir no artigo exposto, a metodologia utilizada para esta pesquisa é o materialismo histórico dialético, já que consideramos esse método de análise eficaz e abrangente, pois nos permite visualizar os fenômenos sociais e os aspectos contraditórios da realidade de maneira crítica. Cabe ressaltar, que usamos como instrumentos de suporte a pesquisa bibliográfica e documental. Sendo assim, pretendemos colaborar para uma melhor compreensão da juventude, ou seja, permitir o reconhecimento dos jovens como cidadãos contribuintes e de grande relevância social. Deste modo, cabe ressaltar que a participação social juvenil em movimentos sociais é um dos principais fatores na elaboração e na execução de políticas públicas, na atualidade estes movimentos caracterizam-se por ser instrumento de transformação em relação à realidade social principalmente no que diz respeito aos jovens, já que na atualidade há uma considerável participação do público juvenil. Apesar da participação social juvenil, estes por sua vez ainda não ocupam todos os espaços públicos, mas fazem o possível para contribuir/debater assuntos que atendam suas demandas. A partir do olhar acerca da atual conjuntura brasileira, percebemos contradições existentes neste país dito “democrático”, já que há fragilidades no que diz respeito à acessibilidade das juventudes em processos de seu próprio interesse, nesta análise constatamos que as juventudes é umas das categorias que mais contribui para nossa sociedade, e é capaz de superar desafios na atualidade com compromisso e responsabilidade através da execução de sua cidadania. Desta forma, concluímos que a participação social nos movimentos sociais estimula as juventudes a saírem do conformismo social, a serem pessoas críticas e empenhadas na luta por garantia de seus direitos, assim a participação se tornou um elemento essencial para a construção da cidadania. Além disso, acrescenta na formação de novos líderes jovens, que acabam contribuindo no empoderamento de outros jovens e assim proporciona a formação da consciência crítica que é construída e repassada de jovem para jovem, ocasionando estímulos para lutar por ações e alternativas que promovam e garantam seus direitos fundamentais.



JUVENTUDE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONTRIBUIÇÕES DO GRUPO MARACATU NAÇÃO TREMEMBÉ NA FORMAÇÃO CULTURAL DE JOVENS.

Antonio Wescla Vasconcelos Braga (UVA)
wesclabraga@gmail.com

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares (UFC)
isabelblinhares@yahoo.com.br

Introdução: A juventude vem ocupando os mais variados espaços na sociedade, principalmente os culturais. A cultura popular passa a se tornar, cada vez mais, uma questão política, uma vez que a cultura retrata a identidade nacional. Neste estudo são discutidas as contribuições do Grupo de Cultura Maracatu Nação Tremembé para o fortalecimento da participação juvenil no combate as mazelas sociais que atacam o distrito, este projeto trabalha tendo como base formação social de jovens, realizando oficinas de incentivo a participação popular como fomento do desenvolvimento da cultura local. As atividades de promoção a participação dos jovens no projeto são tomadas neste estudo como estratégia de afastamento da juventude das drogas, prostituição, ociosidade, proporcionando no grupo um espaço de convivência, troca de experiências, e diálogos sobre construção de trajetórias em busca formação humana e profissional. **Objetivo:** Descrever as contribuições do grupo de Maracatu Nação Tremembé distrito de Aracatiaçu, Sobral/CE, destacando o fortalecimento da cultural local e as ações coletivas de formação de jovens protagonistas do desenvolvimento sociocultural. **Metodologia:** Pesquisa exploratória descritiva de abordagem qualitativa, realizada por estudantes de pedagogia que fazem parte do Grupo de Estudos sobre Culturas Juvenis da Universidade Estadual Vale do Acaraú no Grupo Maracatu Nação Tremembé, que funciona no Centro Cultural do distrito de Aracatiaçu, localizado na região norte do estado do Ceará. A pesquisa foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2015. Participam ao todo 48 jovens do grupo, com uma faixa etária de 10 a 29 anos. Foi realizada entrevistas semiestruturadas e analisada com base nos referenciais teóricos metodológicos de Carrano & Fávero (2014), Groppo (2011) Stecanela (2009) e Bhabha (1993). **Resultados e Discussão:** Observou-se que a presença do projeto no distrito contribui para o fortalecimento da cultura local, trazendo a juventude para participar das ações socioeducativas que são desenvolvidas dentro do projeto, a ponto de combater a forte ociosidade presente no distrito. Os jovens mencionaram que se engajam no projeto desde muito cedo, tal fato nos possibilitou perceber uma ligação forte da juventude participante na construção de seus projetos de vida expressos em diversas atividades, como as rodas de formação humana que no estudo percebe que os domínios do desenvolvimento local devem englobar não apenas o cenário econômico, mas também religião, cultura, política, saúde, atitudes, lazer, educação entre outros que estão presentes nas discussões geradoras de temas relacionados à cultura, política, sociedade, são apresentados documentários, o grupo organiza feiras e exposições, ocupações de praças públicas para realização de momentos culturais que vão desde apresentação das danças do grupo maracatu e também grupos de reisado e quadrilhas locais. **Considerações Finais:** o estudo possibilitou uma nova visão acerca de movimentos populares que surgem a partir de trabalhos de mobilização da juventude no campo, visto que os jovens participantes das ações são oriundos da zona rural onde o distrito está localizado, percebemos que o fortalecimento da juventude está diretamente ligado a proposta que o projeto desenvolve, em que o protagonismo dos jovens é tido como resultado das ações que giram entorno do projeto.



MOVIMENTO ESTUDANTIL E RESSOCIALIZAÇÃO JUVENIL.

Maria Angélica Peixoto (IFG)
angelixpeixoto@gmail.com

O movimento estudantil é visto por muitos professores como sendo algo prejudicial ao processo de formação dos estudantes, pois afastaria os estudantes do estudo e dedicação ao seu processo de formação. Essas representações cotidianas expressam a realidade ou não? Essa foi a dúvida orientadora de pesquisa anterior na qual se dedicou a analisar o papel do movimento estudantil no processo de formação dos estudantes (PEIXOTO, 2013). A presente comunicação busca desenvolver a análise de um elemento complementar, que é entender o processo de socialização secundária ou ressocialização juvenil a partir da experiência cotidiana no movimento estudantil e como isso constitui um processo diferenciador. Durkheim (1978) já definia a educação pelo processo homogeneizador e diferenciador. Assume importância entender o capital cultural e linguístico que o estudante traz de sua formação anterior para a escola (BOURDIEU, 1998; PINTO, 2000), bem como o caso do movimento estudantil, outras instâncias de socialização atuam sobre ele mesmo durante ou após a formação escolar. Na pesquisa anterior, o foco foi o processo homogeneizador, a contribuição intelectual do movimento estudantil para os estudantes enquanto indivíduos. Numa perspectiva mais profunda dos movimentos sociais e do movimento estudantil mais especificamente, é interessante notar a sua falta de unidade e homogeneidade. Por isso é possível usar o termo no plural: movimentos estudantis (BRINGEL, 2009). Esta e outras abordagens (VIANA, 2015) ajudam a entender tanto as divisões internas quanto as mudanças históricas do movimento estudantil. A partir dessa discussão sobre movimento estudantil, é possível retomar a sua relação com o processo de ressocialização juvenil. Nesse sentido, os conceitos de movimento estudantil, socialização, ressocialização juvenil, entre outros, ganham importância fundamental para a pesquisa. O conceito de educação é aqui compreendido em sentido amplo, como socialização e no caso da juventude, “socialização secundária” ou “ressocialização”. O processo de educação escolar ou formal ocorre em várias instituições, mas a formação social do indivíduo ocorre também na vida cotidiana, através da família, as relações de amizade e vizinhança, os meios oligopolistas de comunicação, movimentos sociais, entre outros. No caso aqui pesquisado, o movimento estudantil assume papel fundamental. Ele é um espaço fundamental de formação e ressocialização dos estudantes que participam no mesmo. Ele tanto contribui com elementos para a educação escolar, quanto também constitui formas alternativas e conflitivas com ela. O objetivo é analisar como a ressocialização juvenil não é homogênea, pois depende das divisões internas do movimento estudantil, de suas mudanças históricas, e outros processos relacionados. A partir de uma determinada compreensão de juventude (VIANA; 2004; GROPPPO, 1998; LAPASSADE, 1975) e outros, bem como a discussão sociológica sobre movimentos sociais, tais como as de Gohn (2002), Leher (2005), Jensen (2014), (GUIMARÃES, 1996) e outros, além de análises específicas sobre movimento estudantil (BRINGEL, 2009; GROPPPO, FILHO E MACHADO, 2008; BARBOSA, 2002), é possível entender esses processos diferenciadores internos e seu impacto no processo de formação dos estudantes e sua diferenciação derivada.



JUVENTUDE ENQUANTO CATEGORIA SOCIOLÓGICA E SUA RELAÇÃO COM O CAMPO DE ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Joane dos Santos Araújo (UFRN)
joanearaujo@yahoo.com.br

Jimmy Carter Lindemberg Torres Bezerra e Silva (UFRN)
jimmy_tbs@hotmail.com

Este artigo objetiva contribuir com o debate sobre a relação Juventude e Movimentos Sociais. Para tanto, apresenta reflexões teórico-conceituais sobre a juventude enquanto categoria sociológica, apontando para as relações existentes entre o sujeito juvenil e o campo de atuação dos Movimentos Sociais. Apresentamos Juventude enquanto categoria social; como uma construção social e; uma produção histórica-social situada no tempo e no espaço (ESTEVES; ABROMOVAY, 2007; GROPOO, 2000; NOVAES, 1998). Os grupos juvenis constituem um conjunto heterogêneo que experienciam de diferentes maneiras oportunidades, possibilidades, dificuldades e poder nas sociedades. Por isso, recorreremos ao debate realizado por José Machado Pais (2005) sobre *juvens e cidadania*, com o intuito de problematizar o alcance do conceito de cidadania frente às demandas do seguimento jovem das sociedades. Trata-se de uma breve análise acerca da noção de cidadania em relação aos jovens (PAIS, 2005). Problematisa-se a juventude enquanto agente revigorante; intermediária de transformações; como agente histórico necessário à revitalização das instituições sociais, conforme reflexões do sociólogo do conhecimento Karl Mannheim (1968). Discute-se ainda, a partir de Otávio Ianni (1968), a centralidade da Juventude nas lutas cotidianas dos Movimentos Sociais na sociedade capitalista; bem como o comportamento político do jovem como manifestação de um tipo peculiar de consciência desenvolvida em condições situadas e determinadas. Os Movimentos sociais são concebidos como: 1) fenômenos históricos que expressam lutas sociais que constituem processos de produção e renovação dos aspectos sociopolíticos e culturais da realidade humana; 2) espaços não institucionalizados que se definem em função de sua ideologia, dos objetivos pelos quais luta e pela identificação de adversários no conflito. Com base na Sociologia dos Movimentos Sociais de Maria da Glória Gonh (2008; 2014), apontamos no texto para a ação política de ‘novos e antigos’ sujeitos coletivos na América Latina e no Brasil, com ênfase nas novas formas de associativismo político das juventudes na atualidade. As experiências de participação política da Juventude aparecem como relações, produções dinâmicas; como interpretação do que se apresenta como novo, a partir da reelaboração do velho. Nesse aspecto, recorreremos no artigo à pertinência explicativa da abordagem teórico-metodológica de Raymond Williams (1979; 2011). Trata-se mais especificamente da perspectiva do *residual* (de retorno a significados e valores) e do *emergente* (expressão de novos significados e práticas, sentidos de mundo), conforme Williams (1979; 2011). O texto se estrutura em três eixos de análise: 1) apresenta a Juventude como categoria sociológica. 2) discute a função histórica da Juventude em Karl Mannheim e o “Jovem Radical” de Otávio Ianni e; 3) por fim, discorre sobre as configurações dos Movimentos juvenis hoje, a partir de uma breve reflexão sobre o caso brasileiro.



SER JOVEM REVOLUCIONÁRIO: DISCURSOS E SUBJETIVIDADES EM GRUPOS DE ESQUERDA DA DÉCADA DE 1960.

Lidia Schneider Bristot (UFSC)
lidiabristot@gmail.com

A história da ditadura civil-militar brasileira é marcada pelos diferentes movimentos e grupos de resistência que surgiram entre as décadas de 1960 e 1970, assim como a historiografia é marcada pela análise desses grupos. Como atesta já diversos documentos e pesquisas, a maioria das pessoas que militaram nessas “novas” esquerdas foram jovens, mulheres e homens com menos de vinte e cinco anos. Nas palavras de Iara Xavier Pereira, militante da Aliança Libertadora Nacional “nós fomos a geração que optou por enfrentar o regime militar em um momento em que isso era absolutamente necessário. Nós não éramos nem loucos nem terroristas sanguinários. Éramos jovens comprometidos com um ideal.”. No entanto, são poucas ainda as pesquisas que focam suas reflexões nos possíveis significados dessa juventude para as esquerdas do período. Mulheres e homens jovens, que se envolveram politicamente entre o fim da década de 1960 e início de 1970, foram sujeitos principais nas lutas dessas organizações e se cristalizaram na memória da resistência como a “geração que buscou mudar o mundo”; em um momento histórico em que a juventude, enquanto condição social, também tomava uma importância significativa na sociedade. A partir destes questionamentos este trabalho procura fazer uma análise histórica sobre quais discursos foram construídos e mobilizados para explicar o papel das/os jovens na luta por mudanças sociais e revolução em dois grupos de esquerda revolucionária do período. Tendo como auxílio teórico Michel Foucault, procuro perceber quais discursos sobre juventude são mobilizados e quais suas funções para a luta revolucionária. Essa análise se baseia na documentação de duas das principais organizações clandestinas do Brasil na década de 1960, Ação Popular (AP) e Aliança Libertadora Nacional (ALN), e tem como base documentos internos e externos, como periódicos e panfletos. Também procuro perceber se havia diferenças ou mudanças entre os discursos construídos por essas organizações e a vivência de jovens militantes, que muitas vezes percebiam os conflitos entre comportamentos que deveriam ter enquanto revolucionários e atitudes que eram justificadas pela juventude. Para isso utilizo como fontes cartas, poemas e outros documentos pessoais escritos no período por pessoas jovens da organização e entrevistas de história oral com pessoas que militaram nesses grupos em sua juventude; para assim perceber quais as subjetividades construídas nos sujeitos que naquele momento se identificavam enquanto jovens e revolucionários.

455



**“A GENTE QUER COMIDA, DIVERSÃO E ARTE!”:
JUVENTUDES, CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO
REIS VELLOSO-PARNAÍBA.**

Jéssica Rodrigues da Silva (UFPI)
jessikrodrgrs@gmail.com

O presente trabalho apresenta o desenvolvimento de uma pesquisa monográfica para conclusão de curso no ano de 2015, sobre Arte e juventude no campus de Parnaíba. Tem como objetivo analisar como as artes estão sendo vivenciadas por jovens universitários da Universidade Federal do Piauí, bem como problematizar e discutir o papel institucional do campus na formação e construção de jovens críticos e politizados a partir da valorização artístico e cultural desses sujeitos. Utilizou-se o estudo de caso como metodologia por considerar-se o mais adequado para esta pesquisa qualitativa. Como principal instrumento de coleta de dados, preferiu-se a entrevista semiestruturada. Na discussão teórica é analisado os sentidos que os jovens universitários têm sobre a sua presença nos programas e projetos artísticos, culturais e políticos dentro do Campus. No referido trabalho optou-se por se delimitar no campo das artes, a qual tem se apresentado com pouca ou nenhuma importância nas academias, sendo que a arte é inerente a juventude no que diz respeito a expressividade, o que pôde ser constatado nas falas dos sujeitos entrevistados. Nos relatos dos jovens, verificou-se que a ausência de um ponto de encontro concreto e facilitador do desenvolvimento das inteligências artísticas destes jovens, bem como a exposição disso, deixa passar por despercebidos sujeitos com criatividade originais, talentos e habilidades, que poderiam contribuir para reflexões e manifestações políticas e culturais. Os resultados da investigação concretizam a hipótese de que a instituição não disponibiliza de um espaço adequado para uma socialização artística e o excesso de trabalhos os distanciam do lazer bem como leva ao abandono de suas artes. Os jovens relataram que gostariam de continuar expressando sua arte. Os resultados a que se chegou necessitam de estudos complementares que contribuam ainda mais para a valorização das artes na universidade.

456



**ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS JOVENS:
REPERTÓRIOS ORGANIZACIONAIS, SOCIALIZAÇÃO E ESPAÇO UNIVERSITÁRIO EM DISPUTA.**

Adrielma Silveira dos Santos (UFS)
adri_aju@hotmail.com

Jonatha Vasconcelos Santos (UFS)
vasconcelos.jonatha@globomail.com

Alguns estudos sobre a juventude brasileira têm demonstrado como a participação política dos jovens têm se diversificado e configurado novas formas de ação coletiva nas últimas décadas. Esses estudos demonstram que o sentido que motivava os jovens a se engajarem politicamente, os espaços em que eles militavam e os recursos que estavam disponíveis após o regime militar. Com base nessas reflexões e em algumas pesquisas concluídas em nível de graduação e outras que ainda estão em desenvolvimento em nível de mestrado, essa comunicação analisa os repertórios organizacionais e a socialização de jovens militantes de coletivos de gênero, do movimento estudantil universitário Liberte-se e da juventude partidária do PSTU, PSOL e PCB no espaço da Universidade Federal de Sergipe, entre o período de 2011 há 2014. Para tanto, colocamos inicialmente a seguinte questão: como os jovens militantes de movimentos sociais, partidos políticos e coletivos de gênero atuam no espaço universitário? Tal questão ligou um conjunto de pesquisas: a primeira pesquisa, analisava um movimento social chamado Não Pago que defendia reivindicações ligadas ao transporte público de Aracaju/SE, cujas lideranças do movimento eram universitários; segunda pesquisa, analisava as juventudes partidárias na UFS, um dos resultados dessa pesquisa foi de que o espaço universitário era uma base eleitoral e um espaço de recrutamento de jovens para os partidos; as duas últimas pesquisas ainda em desenvolvimento, buscam compreender como os jovens se organizam, quais são os processos de socialização que os jovens passam antes e depois do seu engajamento político em algumas dessas organizações já citadas, e por fim como o espaço universitário é disputado politicamente por diversas organizações políticas que implicam nas formas dos movimentos de juventude se organizarem. A metodologia utilizada focalizou nas redes sociais dos jovens, nos espaços frequentados por eles, nas formas que eles se organizavam e nos valores que eles atribuíam a sua militância nos movimentos aqui estudados. Os métodos que deram conta de responder esses elementos foram às observações participantes, as entrevistas semiestruturadas e biográficas, questionários que deram origem a um banco de dados e diários de campo. A investigação revelou que há um conjunto de coletivos, partidos políticos, sindicatos, entidades representativas dos estudantes, etc., que disputam participação política dos jovens dentro e fora da universidade; que o espaço universitário é um espaço de contestação de várias organizações políticas e de várias categorias da sociedade, predominando a dos jovens, dos trabalhadores urbanos e rurais e de gêneros; outro resultado encontrado correspondem aos modelos de organização e aos espaços de socialização dos jovens militantes. Por exemplo, militantes da ANEL dedicam mais tempo a militância do que os jovens militantes do Liberte-se. O primeiro movimento é vinculado a um partido de esquerda e o segundo a um partido de direita, esse dado revelou que essas alianças implicam em como eles se organizam politicamente e em quais grupos se socializam. Esse estudo tem demonstrado a importância de investigar o engajamento político, os processos de socialização na militância e os modelos de organização dos jovens nos últimos anos.



A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS JUVENTUDES A PARTIR DA INCIDÊNCIA POLÍTICA DO CENTRO MARISTA DE JUVENTUDE.

Aline Nalon Ribeiro Neves (IFRN)
alinenalon89@gmail.com

Aurélio R. Oliveira (IFRN)
aurelioramooliveira@yahoo.com.br

Este trabalho tem o intuito de analisar a implicância da experiência do Centro Marista de Juventude - CMJ na Província Marista do Brasil Centro-Norte - PMBCN, existente desde 1992 com o trabalho de capacitação e evangelização das juventudes promovendo o protagonismo desses na sociedade de forma a garantir seu espaço e reconhecimento na perspectiva de educação popular, pensando que o fenômeno juvenil deve atuar tanto na dimensão da evangelização, como também no âmbito social, político e econômico e buscar seus avanços e desafios, para além do espaço de formação direta com as juventudes. O fenômeno juvenil é temática recorrente em vários estudos, sendo ao mesmo tempo desafiante e inspirador. Tanto na dimensão da evangelização como no âmbito social, político e econômico vemos avanços e desafios. Na esfera eclesial, alguns avanços são respaldados pelos documentos da Igreja e pelo advento do novo Papa. No terreno marista, as juventudes, bem como as crianças, ganham valor inestimável, principalmente a partir da experiência do próprio fundador dos maristas, São Marcelino Champagnat, com o jovem Montagne. Os Maristas possuem como missão tornar Jesus Cristo amado, conhecido e seguido, formando bons cristãos e virtuosos cidadãos através da interface entre as dimensões de educação, evangelização, solidariedade e advocacy. O CMJ, na dimensão do advocacy, trabalha com a incidência política enquanto movimento social e a partir da participação e articulação entre sociedade civil e poder público pelos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Esta experiência, se consolida na participação e ocupação de conselhos, fóruns e redes nos espaços sócio-políticos e eclesiais. A atuação das juventudes nos processos de inserção e participação da dinâmica social, política e eclesial se dá por diversos fatores históricos e em meio a grandes desafios, lutas e reivindicações. O panorama histórico apresenta importantes afinidades de organizações presentes nas diversas juventudes, tendo em vista uma perspectiva de futuro a favor dos jovens, a partir da necessidade de uma compreensão mais profunda da realidade juvenil. Ir aonde o jovem está, assim o processo de diálogo é estabelecido com as diversas realidades juvenis, reconhecendo o protagonismo juvenil e a necessidade de avançar em ações e atividades pontuais e processuais. Assim, com base nas experiências maristas no trabalho com as juventudes, este artigo tem o objetivo de analisar a atuação do CMJ na participação social e política das juventudes reconhecendo os jovens enquanto agentes transformadores de suas realidades a partir do diálogo entre as instâncias sociais, legislativas e executivas.

458



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 11 - Participação política.

Coordenadora: [Claudia Andréa Mayorga Borges](#) (UFMG)

459



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O USO DE METODOLOGIAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS NA ANÁLISE DE PROCESSOS ELEITORAIS.

Simone Pereira da Costa Dourado (UEM)
simone@wnet.com.br

A participação política pensada a partir de recortes geracionais tem instituído às ciências humanas e sociais novas e inquietantes questões. Nessa comunicação analiso o comportamento político dos jovens, residentes na cidade de Maringá, norte do Paraná, confrontando e colocando em diálogo dados gerados com o uso de uma metodologia qualitativa, a dos grupos focais, e outra quantitativa, um *survey*. Os grupos focais foram realizados durante o processo eleitoral de 2010, quando foram estruturados três encontros com representantes da juventude maringaense para debater, particularmente, o tema gênero e participação política. O *survey* foi aplicado para uma amostra da população da cidade de Maringá, ao longo do ano de 2011, e dele destaco, especificamente, o comportamento político da juventude. O objetivo é confrontar os dados fornecidos com o uso dessas duas diferentes metodologias, grupos focais e *survey*, para avaliar as potencialidades e os limites de cada uma delas na construção de análises sobre o comportamento político da juventude, durante os processos políticos e eleitorais.

460



DIALOGANDO COM JOVENS SOBRE IDENTIDADE, SUSTENTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO NO SERTÃO CEARENSE.

Domingos Arthur Feitosa Petrola (UFCA)
arthurfpetrola@gmail.com

Verônica Salgueiro do Nascimento (UFCA)
vesalgueiro@gmail.com

Participar social e politicamente da vida da cidade, do estado, do país ainda é um grande desafio democrático, principalmente quando analisamos historicamente o processo de constituição da democracia e o desenvolvimento brasileiro, principalmente no semiárido cearense que ainda é um espaço pouco privilegiado no que se refere a abertura das gestões públicas para a sociedade civil, alicerçando uma deliberada e intencional invisibilidade da juventude sertaneja. Nesse azo, é importante perguntar como os jovens se enxergam nesse lugar de produção de subjetividade. Esta pesquisa pretendeu, portanto, compreender os sentidos e significados atribuídos à ação de participação social e política pela juventude no semiárido, na cidade de Arneiroz, no sertão cearense. No intuito de chegarmos ao cerne dessa questão, realizamos uma pesquisa de caráter qualitativo, sendo desenvolvida junto a um grupo de jovens, com idades entre 15 e 23 anos, participantes de uma organização não governamental na cidade. Como técnica de geração de dados, utilizamos a metodologia dos Círculos de Cultura, a partir da teoria freireana, caracterizando assim uma pesquisa-intervenção, a observação participante e, como interpretação dos dados, utilizamos a Análise de Discurso. Os jovens pesquisados trouxeram reproduções de discursos hegemônicos sobre si mesmos, principalmente qualificando o ser jovem como uma fase, onde não existem responsabilidades e que é demarcada em um ciclo determinista, geracional e repetitivo. E apesar do reconhecimento do papel político da participação na transformação da realidade, eles não se sentem convidados, e, portanto, tendem a se distanciar, ainda que desejem participar, pois a cidade não oferece mecanismos institucionais de participação. Reflexo de uma desatenção maior do processo de governança, esses jovens também desconhecem as políticas públicas que lhes são destinadas, retroalimentando, assim, o sentimento de não participação e a formação de uma compreensão indenitária não reflexiva sobre si mesmos. Um dos principais dados achados no percurso da pesquisa é que o protagonismo dos jovens não é dado a priori, como fato natural ao processo de tornar-se jovem, mas sim como fato socialmente construído, através de atos educativos que ocorrem durante a vida como resistência a um histórico político local, que se tornou desejo dos jovens ao participarem dos Círculos de Cultura. Não defendemos uma estratégia pedagógica que ensine a população a participar, mas sim, fazer uso da Educação como estrutura principal do ato de participar, nesse sentido, a “educação para a sustentabilidade”, como definida pela Organização das Nações Unidas, parece ser o sinônimo para a educação política para a participação, por se tratar de um processo educativo fundado na promoção de valores que garantam o reconhecimento da dignidade humana, em seus valores éticos, autônomos, e pelos esforços em mantê-la através de práticas de redução de desigualdade econômica e justiça social. Torna-se urgente, pois, a construção de novas metodologias de participação que partam da desconstrução dessa forma de fazer e viver a política que historicamente demarca vida no semiárido, e que promovam e alcancem uma participação comprometida, crítica, desejada, e que promovam o resgate da juventude como condição histórica e transformacional.

461



**A FORMAÇÃO POLÍTICA DO PEDAGOGO:
POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NO CENTRO ACADÊMICO DE
PEDAGOGIA DA UFRJ.**

Diana Hoeltgebaum Zava (UFRJ)
dihoza2@gmail.com

Silvina Julia Fernández (UFRJ)
silvina.ufrj@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa intitulada “A formação política do pedagogo: Possíveis contribuições da participação dos estudantes no Centro Acadêmico de Pedagogia da UFRJ”, realizada na Faculdade de Educação da UFRJ entre janeiro e setembro de 2014. A pesquisa procura compreender as possíveis contribuições para a formação política do pedagogo no espaço do centro acadêmico, norteada por uma compreensão da importância da formação política e crítica do educador (GIROUX, 1997; FRANCO, LIBÂNEO e PIMENTA, 2011; LIBÂNEO, 2012), favorecida pelo trabalho e a reflexão coletiva neste tipo de espaços acadêmicos, que podem prepará-lo melhor para os desafios do exercício profissional contemporâneo. Formação político-crítica que fica evidenciada: "Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias" (FREIRE, 1979). Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica tanto em bases virtuais como em bibliotecas públicas sobre os seguintes assuntos: Centro Acadêmico de Pedagogia, Movimento Estudantil de Pedagogia e Formação Política do Pedagogo. Busca-se, sobretudo, identificar e relacionar este movimento estudantil universitário com o que existe no Centro Acadêmico de Pedagogia da UFRJ. A opção pela escolha da análise através dos participantes do Centro Acadêmico se deu por entender que possuem uma visão privilegiada do espaço que analisamos, uma vez que atuam/atueiram neste espaço. O recorte temporal foi escolhido tendo em vista a participação direta de uma das autoras deste trabalho no período de 2009.2 a 2013.2, facilitando o contato com os estudantes que estiveram envolvidos nesse espaço. Para complementar a análise, atas e outros documentos disponíveis sobre o CAPED-UFRJ também foram analisados, o que nos forneceu um universo com 21 alunos que integraram o CAPED-UFRJ no período analisado. Destes alunos, apenas oito responderam ao contato insistente e realizaram entrevista semiestruturada com os seguintes temas norteadores: participação prévia em movimento estudantil, contato com o centro acadêmico (inicial, durante a graduação, saída) e possíveis contribuições dessa participação para a sua formação política e profissional. Ao analisar as entrevistas, um dos fatores que mais chamou atenção foi que todos os entrevistados concordaram que houve mudanças nas suas concepções políticas através da participação no CAPED-UFRJ, sejam elas mudanças que os engajaram politicamente ou não, fazendo com que alguns se aproximem de sindicatos ao sair da faculdade; procurem outras formas de serem representados ou lutar; ou simplesmente não queiram mais participar politicamente. Outro dado interessante levantado é que todos buscam relacionar o vivenciado no CAPED-UFRJ em suas práticas profissionais, a fim de contribuir criticamente nos espaços em que convivem e trabalham. Assim, a pesquisa desenvolvida se compromete a compreender a entidade estudantil como instância importante para a prática pedagógica, onde o aluno aprende com o coletivo numa dinâmica relacional singular, desenvolvendo inúmeras habilidades de convívio e diálogo, capacidades fundamentais para o desenvolvimento político e profissional.

462



**A FORMAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS NO PARLAMENTO JOVEM DE MINAS:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE UMA METODOLOGIA DE FORMAÇÃO EM REDE.**

Alexandre E. Teixeira (PUC-Minas)
aeteixeira@hotmail.com

Fernanda Freitas (ALMG)
fernanda.freitas@almg.gov.br

Karina Junqueira (PUC-Minas)
karinajunqueira@pucminas.br

Robson Sávio R. Souza (PUC-Minas)
robsonsavio@gmail.com

Este trabalho visa apresentar uma metodologia de formação política de jovens que vem sendo elaborada por um grupo multidisciplinar, no contexto de um projeto denominado Parlamento Jovem de Minas (PJ de Minas), que desenvolvido por meio de uma parceria entre a PUC Minas e a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). Trata-se de um projeto metodologicamente inovador, sobretudo, pela constituição de uma rede interinstitucional de formação cidadã, que enlaça diferentes setores da sociedade, e pela concepção de formação política que engloba atividades de estudo, investigação, debates e de proposição de ações legislativas, reais e concretas, que são formalmente analisadas e encaminhadas ao poder legislativo mineiro, por meio de sua Comissão de Participação Popular (CPP). A ideia é descrever essa metodologia para refletir sobre as potencialidades e limitações. A metodologia para a formação política adotada no PJ de Minas se assenta na perspectiva de que a educação política de jovens pode, e deve ser trabalhada, tanto no ambiente escolar, quanto pelo estado, através das suas mais diversas instituições. Essa metodologia pressupõe que as ações educativas empregadas conseguem transformar as concepções e as posturas dos jovens participantes acerca da política e das instituições. Nesse sentido, ela nega uma concepção mais tradicional de formação política, que a considera como um resultado das ações de socialização da família e da escola nos primeiros anos de vida da criança. Para atingir seus objetivos o PJ de Minas trabalha com atividades de formação política diversificadas, que são elaboradas, implementadas e avaliadas por uma ampla rede de formação política e cidadã, constituída especialmente para esse fim. Essa rede é formada, atualmente, pela ALMG, PUC Minas, 40 Câmaras Municipais, centenas de Escolas de Ensino Médio, dezenas de Instituições de Ensino Superior, e diversas outras instituições espalhadas pelo estado mineiro. Desde o início de cada edição do projeto, os jovens participam de diversos processos formativos que abrangem diferentes temas e processo pedagógicos. Do ponto de vista dos conteúdos são estudados e debatidos, dentre outros temas, as políticas públicas, o sistema democrático, o papel do poder legislativo, a noção de cidadania, além do tema específico para cada edição do projeto. Do ponto de vista dos processos pedagógicos, são realizadas oficinas, palestras, cursos, mesas redondas, visitas técnicas, rodas de conversa, pesquisas orientadas, e as sessões de debate e deliberação nas casas legislativas, em todas as escalas de execução do projeto: municipal, regional e estadual. O processo de educação política que estrutura o projeto é considerado em uma perspectiva processual, onde tempo e o espaço são elementos constitutivos do que se considera essencial à formação política em bases democráticas – a formação intelectual e a informação; a formação moral vinculada à aprendizagem de valores democráticos; a educação do comportamento; o aprendizado da cooperação ativa; a educação pela persuasão. Os principais desafios encontrados para a implementação e continuidade do projeto referem-se, sobretudo, à organização e ao trabalho com os diferentes atores e instituições da rede de formação e a tensão entre princípios do projeto e autonomia desses atores e instituições.



**OFICINAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO
DISTRITO FEDERAL: COM A PALAVRA OS ADOLESCENTES DO MEIO ABERTO E SEUS
FAMILIARES.**

Dayane Silva Rodrigues (UnB)
dayanesr@yahoo.com.br

Mônica Daniele Maciel Ferreira
(Secretaria da Criança do Governo do Distrito Federal)
monicadaniele1@gmail.com

Trata-se de um relato crítico de experiência acerca de uma parte do processo de elaboração do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal. Mais especificamente, serão analisadas as oficinas realizadas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto e seus familiares, que ocorreram em abril e maio de 2015, nas dependências de 6 unidades de atendimento. Na tentativa de contextualizar as circunstâncias que forjaram a elaboração da proposta das oficinas, vale esclarecer que, em 2013, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR publicou o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo com o intuito de operacionalizar uma matriz de responsabilidades e eixos de ações para a efetivação de um sistema socioeducativo mais qualificado. A intenção é que o plano nacional oriente o planejamento, a construção e a execução de Planos Estaduais, Distrital e Municipais. Um importante aspecto que deve ser observado em todos esses planos é a necessidade de participação do maior número possível de atores, de maneira contemplar os saberes de toda a comunidade socioeducativa, incluindo os adolescentes e seus familiares. Tal ambição impõe um enorme desafio às equipes de atendimento, já que a participação popular na formulação de políticas públicas é um processo ainda em construção na recente história democrática brasileira. Especialmente, no caso de adolescentes em cumprimento de medidas, há que se destacar os estereótipos que comumente são produzidos sobre eles, os quais reforçam a concepção de que tais indivíduos não querem, não podem ou não teriam condições de opinar sobre temas complexos de nossa sociedade. A despeito de tal preconceito, as oficinas de elaboração do Plano Decenal do DF apostaram no potencial transformador, criativo e participativo dos adolescentes e jovens. Com base em tal visão, os objetivos que guiaram essa atividade foram: incentivar a participação de adolescentes em cumprimento de medidas e seus familiares na formulação da política pública de socioeducação; orientar adolescentes e suas famílias sobre os objetivos e a importância de um plano decenal para o sistema socioeducativo do DF; avaliar conjuntamente com os participantes a atual situação do sistema socioeducativo do DF; construir propostas para o Plano Decenal Distrital. Com relação à metodologia, foram privilegiadas atividades lúdicas, expressivas, pedagógicas e de sensibilização para o tema. Como principais pontos avaliados durante as oficinas, os participantes destacaram: a necessidade de maiores investimentos por parte do Estado na oferta de atividades de qualificação profissional e oportunidades de estágio e emprego aos socioeducandos; a importância do acompanhamento das equipes às famílias e não somente ao adolescente e a realização de mais encontros coletivos, tais como oficinas e grupos. No tocante aos resultados de todo esse processo das oficinas, citamos como pontos fundamentais: a avaliação da atual situação do sistema socioeducativo do DF, sobretudo no que se refere ao trabalho que vem sendo desenvolvido no meio aberto, a elaboração de propostas para o plano decenal distrital e o processo de participação política possibilitado pela escuta desses atores.

464



**A JUVENTUDE NO GRÊMIO ESTUDANTIL:
A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ESCOLA.**

Camila Perez da Silva (UFSCar)
camilaperez25@gmail.com

Ricardo Gavioli de Oliveira (UFSCar)
ricardo.gavioli.oliveira@gmail.com

Esta pesquisa visa refletir sobre a importância da formação dos Grêmios Estudantis desenvolvida em uma Diretoria de Ensino, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) no interior de SP, a fim de problematizá-la a partir de conceitos de emancipação e resistência da Teoria Crítica. O sentido primeiro da educação, na perspectiva da filosofia crítica, é seu direcionamento para a autorreflexão crítica, capaz de possibilitar a contestação consciente da lógica alienante, implícita no discurso ideológico propagado nas escolas, revelando assim, mecanismos concretos de resistência com vistas à emancipação. Para tal, faz-se necessário ter uma energia voltada para a educação com vistas a contestação e a resistência. Foi desenvolvida uma pesquisa intervenção, com perspectiva qualitativa. Foram realizadas diversas ações com diversas escolas, cuja formação de grêmios estudantis, como um relevante espaço para manifestação das intervenções dos alunos que os compõem, foram evidenciadas tanto no processo de discussão sobre as características deste colegiado, quanto na escolha dos alunos que compuseram a estrutura administrativa das chapas constituídas a partir do ano de 2013. Ao iniciar este trabalho na Diretoria de Ensino houve um processo de dinamização das ações de formação das agremiações estudantis, que envolveu agentes públicos, supervisores, diretores de escola e Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico, visando fomentar o protagonismo juvenil e otimizar a funcionalidade deste colegiado em prol da orientação dos alunos em relação aos mecanismos de participação política no cotidiano das escolas. Tais ações formativas consistiram basicamente em orientações técnicas fornecidas por Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico aos alunos, professores e gestores acerca da importância da atuação dos grêmios, cujo foco visava a explicação dos trâmites legais imprescindíveis para a constituição das agremiações, tais como: montagem das chapas, cerimônia de posse, reuniões extraordinárias, preenchimento das atas e a retomada do histórico de atuação das agremiações anteriores. Como resultado destas ações, foram constituídas 33 novas diretorias gremistas, que representam 77% das escolas da região. A análise desta experiência permitiu verificar que o conceito de emancipação, tal como elaborado por Adorno, pode se materializar no contexto escolar através da estimulação da participação política dos alunos gremistas. Afinal, as novas formas de atuação e de participação dos educandos no interior do sistema vigente, inauguradas a partir das ações desenvolvidas pela Diretoria de Ensino, não devem ser reduzidas à mera conformidade frente as normas institucionalizadas “vindas de fora”. Ao contrário, segundo os jovens estudantes tais iniciativas contribuíram para estimular não apenas sua participação política e representatividade nas unidades escolares, como também, seu potencial crítico, na medida em que esses foram, por meio dessas ações, tomando consciência da complexidade dos problemas que envolvem a realidade educacional na qual estão inseridos.



JOVENS ESTUDANTES DO IEG E A EXPERIÊNCIA DE INSERÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PERÍODO DE 1964 A 1968 EM GOIÂNIA.

Fabíola Peres da Cruz (PUC-Goiás)
fabiolaperescruz@gmail.com

Maria Edimaci T. Barbosa Leite (PUC-Goiás)
edmacibarbosa@hotmail.com

O presente trabalho relaciona-se com a temática de um projeto mais abrangente cujo foco é a criação de um Centro de Memória, Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Popular e Movimentos Sociais para a Região Centro Oeste. E tem como objetivo abordar aspectos relevantes da experiência e memória da participação de jovens mulheres no movimento estudantil, no período de 1964 a 1968, em Goiânia, tendo em vista que memória e história andam juntas, sendo ambas produções singulares e, ao mesmo tempo, sociais. Entende-se que a história é tecida por acontecimentos; estes, registrados na memória, ao serem narrados são afetados pelo tempo decorrido, oferecendo, no tempo presente, novas possibilidades de compreensão da história. O Movimento Estudantil surgiu, nesse período, como uma grande alternativa no cenário brasileiro, impondo-se como força política organizada, apta a discutir questões gerais de âmbito nacional, interferindo nos rumos da nação. Esse período caracterizou-se por perseguições, torturas, censuras e assassinatos. Isso acontecia principalmente com jovens que se contrapunham à ditadura militar. Esses agentes sociais eram identificados pelas instituições oficiais da época como subversivos, rebeldes, baderneiros, delinquentes e agitadores. Esses protestos tiveram repercussões em todo o Brasil, invadindo os espaços escolares e expressando o desejo dos jovens estudantes de melhorias sociais e econômicas para a população. Nessa perspectiva, compreende-se que o movimento estudantil representa uma particularização do movimento da juventude e pode ser caracterizada como parte de uma representatividade social que, de modo específico, vive e age em meio ao processo de tensão que atinge o sistema político brasileiro. Assim, nos anos de 1960, um fato notório na sociedade brasileira é o engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitário na luta contra o regime autoritário implantado com o golpe de 1964. Dessa maneira, o fenômeno juvenil tem destaque no Movimento Estudantil e, para os diversos autores que investigam a temática da juventude, um grande desafio é conceituar o fenômeno em seus múltiplos contextos históricos e sociais. O IEG é caracterizado como espaço escolar importante para Goiás, definido como mola propulsora da organização da “Escola Padrão” ou “Escola Modelo” de formação de professores “primários”. Em 1960 o crescimento populacional superou o do ano de 1950 e, com isso, provocou o crescimento escolar, o que pressionava a ampliação das escolas primárias, que, por conseguinte, exigiam o aumento da quantidade de docentes primários. E, o ensino normal tinha como objetivo a formação de futuras mestras primárias. Nesse âmbito institucional, foi deixado um legado, porém pouco se discute sobre essa herança que constituiu a singularidade histórica de experiências no movimento estudantil. Dessa maneira, o esquecimento instaurado na sociedade dificulta e impossibilita a inscrição do acontecimento na memória coletiva da sociedade brasileira. Portanto, por meio das narrativas de mulheres que participaram do movimento estudantil em Goiás, pretende-se apresentar a contribuição de suas experiências ao movimento estudantil e sua inserção no cenário público.



A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA EM ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

Ana Carolina Dias (PUC/PR)
aninhadias38@gmail.com

Durante anos, muitos paradigmas foram apresentados à sociedade acerca da concepção de juventude. Os principais se caracterizam pela perspectiva da etapa da transição, o jovem como um problema e, também, o jovem como solução para os problemas sociais. Porém, essas perspectivas têm-se mostrado falhas embora ainda estejam presentes nos dias de hoje, pelo simples fato de generalizar um conceito sobre juventude sem levar em consideração suas especificidades. A diversidade na vivência da condição juvenil amplia a dificuldade em encontrar um conceito que melhor defina a juventude. Neste sentido, podemos afirmar que nem todos os jovens vão experimentar as mesmas situações sociais e culturais no mesmo momento da vida, visto que existem condições sociais e culturais adversas que influenciam cada vivência. Desta maneira, o mais próximo que podemos chegar sobre um conceito de juventude é caracteriza-la como plural: *juventudes*, período diferenciado das outras fases da vida, fortemente marcada pela construção da identidade, com especificidades e necessidades que devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãos legítimas, emergindo assim a compreensão do jovem como *Sujeito de Direitos*. A temática da juventude na Agenda Nacional de Políticas Públicas é um assunto que vem ganhando espaço no decorrer dos últimos anos, mais especificamente, no início dos anos 2000. Desde 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) muitos foram os avanços na elaboração e execução das políticas destinadas aos jovens, porém, ainda há muito que caminhar para que os jovens assumam a condição de *Sujeitos de Direitos* e se tornem, de fato, agentes de transformação social. Atualmente, o Brasil possui espaços de controle social que possibilitam o planejamento, acompanhamento e execução das políticas públicas para a juventude. Estes espaços são caracterizados pelo controle que a Sociedade Civil exerce sobre a Gestão Pública, contudo há que se repensar as estratégias de inserção dos jovens nestes espaços e potencializar sua participação. A partir destas reflexões, tomo como questão a análise como se estabelece a participação da juventude nos espaços de controle social. O objetivo deste artigo é analisar os mecanismos de participação nesses espaços e apresentar estratégias para possibilitar uma inserção maior dos jovens com vistas à transformação social. Trata-se de uma análise com base em uma pesquisa bibliográfica utilizando-se de documentos governamentais e não-governamentais que consideram o jovem como sujeito de direitos, apresentando os espaços de controle social e as políticas públicas elaboradas para a juventude a partir dos anos 2000 e quais mecanismos o jovem pode utilizar para incidir nestes espaços de composição, acompanhamento e execução das políticas públicas para a juventude. A participação e incidência dos jovens nos espaços de controle social garantem maior assertividade na elaboração das políticas para este determinado público, pois, leva em consideração as distintas realidades na qual os jovens brasileiros estão inseridos, potencializando a transformação social por meio da participação e garantia de direitos.

467



**A REBELDIA CORAJOSA:
A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UFRPE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR
INSTALADA EM 1964.**

Thiago Luiz de Souza Leão (UFRPE)
thiagoluizleao1985@gmail.com

Afonso Carlos Pereira Lima (UFRPE)
afonsopl.ufrpe@hotmail.com

Em 1964 uma efervescência popular e política movimentavam os estudantes, os trabalhadores e populares em Pernambuco. Esta realidade se apresentava profundamente contraditória com uma tradição de controle, autoritarismo, dominação das elites tradicionais no estado, como os grandes grupos econômicos, os militares, oligarquias agrárias, o sistema judicial, que não estavam acostumados com a legitimidade dos movimentos populares, com o atendimento de suas demandas e, sobretudo, com a aceitação de sua presença na cena social e política do estado, tanto através da formulação de demandas, quanto do exercício do seu protagonismo. O presente trabalho é um fragmento de uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que teve como objetivo principal analisar a movimentação estudantil dentro e fora da universidade e ressaltar o protagonismo da juventude universitária no combate a truculência do regime ditatorial implantado. Para analisar profundamente a problemática em questão, recorreremos aos registros da grande imprensa local e de depoimentos de ex-alunos da UFRPE que estudaram no período em questão. Essa pesquisa facilitou a compreensão do desenvolvimento político e social da hereditariedade das lideranças que compôs a administração da UFRPE, e como os alunos de forma emblemática fincaram sua resistência e divulgaram sua bandeira de luta, pressionando os poderes vigentes. Apesar do recrudescimento dos atos de violência da ditadura, os estudantes da UFRPE demonstram uma espetacular capacidade de resistir e combater a ditadura dentro e fora da universidade, através de diversos tipos de mobilização. Após um período inicial de reflexão sobre o significado das ações militares e das possibilidades de resistência, a universidade volta a ser palco de importantes mobilizações. O ano de 1968 é emblemático neste sentido, e a grande imprensa local pode ser um indicador significativo. Verifica-se que as mobilizações se concentravam principalmente em torno das questões da universidade, mas uma leitura atenta das matérias e as entrevistas realizadas com alguns dos protagonistas destas mobilizações demonstram que a universidade apenas expressava o contexto de autoritarismo do sistema instalado em 1964. Neste sentido há uma estreita relação entre estas lutas no interior da universidade e as lutas gerais contra a ditadura civil-militar instalada no país.



**PRÁTICAS POLÍTICAS JUVENIS:
A MILITÂNCIA PARTIDÁRIA PETISTA NA CONTEMPORANEIDADE.**

Maria Imaculada Fernandes Victal (PUC/SP)
iavictal@uol.com.br

As práticas políticas e culturais juvenis vêm preconizando novas formas do fazer político e, ao que parece, dirigindo críticas aos regimes políticos estabelecidos e à atuação política dos representantes públicos. Uma das perguntas que se coloca como parte constitutiva do problema de investigação é: como caracterizar a participação juvenil neste momento de contemporaneidade: a ação juvenil partidária se constituiria como prática política hegemônica? Ou, no contraponto, a participação juvenil extrapartidária em marchas, movimentos auto organizados, manifestações, etc, seriam o componente contra hegemônico deste contexto? Ou melhor, haveria de verdade esta contraposição ou, as práticas juvenis estão imbricadas nestas variadas formas de ação política, na qual se incluem, ao mesmo tempo o compromisso militante institucional e a participação ativa nas formas mais fluídas, autônomas do fazer político contemporâneo? Dessa inovação do modo de fazer política, o que interessa a esta pesquisa são suas reverberações sociais e políticas: estão sugerindo o esgotamento da democracia representativa? Reverberam uma crise da sociedade civil reivindicando novas formas de organização e reorganização? Qual é o lugar que ocupam os jovens ou a que aspiram? A ideia-força que norteia estas preocupações é a possibilidade de deslindar a ação político-partidária da juventude do Partido dos Trabalhadores (PT) tendo como contraponto, pano de fundo, o cenário contemporâneo de proposição de novas formas do fazer político. Partindo de uma discussão que articula política, antropologia e comunicação, prioriza-se a questão das práticas políticas como campo de reflexão. Elas serão discutidas como ações capazes de inseri-los em processos culturais e políticos dentro e nas fronteiras da institucionalidade, envolvidos, portanto, em vivos processos de luta pela cultura. Na compreensão da atuação político-partidária da juventude petista pretende-se demonstrar a inserção efetiva do partido no universo político juvenil, por meio da identificação da relação entre o partido e sua base jovem, entre o partido e as questões contemporâneas e a disputa de hegemonias na sociedade. Portanto, para além do problema inicial - a compreensão do lugar que ocupam os jovens, ou a que aspiram, militando em um partido formalmente estruturado, diante de sugestões de esgotamento da democracia representativa e de reivindicações de novas formas de organização da sociedade -, assume-se outro desafio que a ele se justapõe: a compreensão dos possíveis embricamentos dos compromissos militante institucional nas formas mais fluídas do fazer político contemporâneo. Acredita-se que sem uma análise das formas de hegemonia ainda dominantes, como ponto de partida, torna-se impossível pensar em processos de construção de hegemonias alternativas – populares, democráticas, solidárias, humanistas – que ao que parece, começam a despontar.



PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA POLÍTICA DE JUVENTUDE EM TOLEDO/PR.

Cristiane Sander (UNIOESTE)
cristianesander@hotmail.com

A juventude enquanto foco central da política social é algo recente no Brasil, assim como sua participação efetiva na elaboração, execução, monitoramento e avaliação. Há ainda um longo caminho a ser percorrido no reconhecimento dos direitos dos jovens, especialmente no que diz respeito à participação e na efetivação da Política Nacional de Juventude. Somente a partir dos anos de 1990, que se observa, processualmente, o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, ampliando desta forma, suas possibilidades de representação social como sujeitos integrais, para os quais se fazem necessárias políticas específicas e articuladas entre os setores. Ao mesmo tempo, iniciativas públicas voltadas aos jovens são observadas, sejam, em nível federal, estadual e municipal, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil. A Política Nacional de Juventude começa a ganhar corpo e forma a partir de 2005 quando são instituídas a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude e em 2014 com o Estatuto da Juventude. A partir desses referenciais se iniciam aos poucos novos projetos e ações voltadas especificamente para a juventude, constituindo-se, dessa forma, num novo campo de formulação, execução e acompanhamento de políticas sociais. No município de Toledo/PR, o debate através do poder público sobre a necessidade de uma Política de Juventude, iniciou-se em 2001, quando houve uma tentativa de regulamentar o Conselho Municipal de Juventude - COMJUTO, enquanto órgão consultivo, destinado a promover e garantir o aprimoramento das diretrizes e objetivos da juventude toledana (TOLEDO, 2001), no entanto, o referido Conselho nunca foi efetivado. Em 2008 e 2011 realizaram-se as Conferências Municipais de Juventude e também em 2011 foi criada a Secretaria Municipal de Juventude. Em 2012 foram inaugurados dois Centros da Juventude, nos quais os jovens têm acesso a diferentes atividades, pautadas em três pilares: cidadania, convivência e formação. No entanto, a participação dos jovens no sentido de dar direção a Política de Juventude no município praticamente não vem acontecendo. Pois, considera-se que a construção de uma política pública de juventude não pode simplesmente significar a inclusão passiva dos jovens, é preciso que as respectivas organizações, políticas, programas e projetos, ou seja, as políticas de juventude sejam com os jovens e não para os jovens. Para tanto, o fortalecimento de espaços e organizações da própria juventude é fundamental para a efetivação da cidadania, de formas de socialização e para o avanço da Política de Juventude. Assim, pretende-se apresentar os resultados da pesquisa de pós-doutorado em serviço social lançando um olhar sobre os caminhos percorridos para a construção de uma política de juventude no município de Toledo/PR e como a participação dos jovens vem acontecendo neste construir. Como percurso metodológico da pesquisa fez-se uso da pesquisa bibliográfica e realizaram-se entrevistas com gestores e Grupo Focal com jovens.

470



JUVENTUDE E PROJETO DE VIDA – UM ESTUDO INTERSECCIONAL DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS/AS DE ORIGEM POPULAR NO ESPAÇO/TEMPO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA.

Vanessa Benevides Martins Gomes (UFPE)
benevidesv@gmail.com

Karla Galvão Adrião (UFPE)
galvaoadriao@gmail.com

Esse trabalho tem como principal interesse apresentar os objetivos uma pesquisa de mestrado em psicologia em andamento, e parcialmente os elementos da metodologia a ser utilizada. Nosso objetivo consiste em investigar os modos de subjetivação de jovens universitários/as de origem popular em relação aos seus projetos de vida no espaço/tempo da universidade pública. De modo específico, pretendemos mapear os espaços identificados por relações desiguais de poder por esses/essas jovens; identificar as posições de resistências desses/dessas jovens no contexto acadêmico; analisar como os enfrentamentos das desigualdades identificadas redimensionam o seu projeto de vida, e analisar a relação das categorias de interseccionalidade e subalternidade, a partir das vivências de desigualdade no espaço/tempo universitário. A juventude enquanto terminologia (plural ou singular) esbarra em problematizações igualmente enfrentadas pelo debate feminista desde a década 80. O debate feminista sobre interseccionalidade assume destaque nesse estudo por contribuir com a identificação e análise de categorias sociais e culturais (marcadores de desigualdade/opressão), as quais se articulam na produção de subjetividades dos/das jovens pobres no contexto universitário. A interseccionalidade consiste numa ferramenta teórica e metodológica, referente para lidar com as distintas desigualdades que atingem as mulheres – gênero, raça, sexualidade, território, geração que seriam consequências dessas distintas marcas, que não se baseiam em uma somatória de categorias, a partir de uma escala de valor das opressões sociais. A reconstituição dessas marcas, assim como de um acidente, exige uma análise aprofundada e cuidadosa, chamada por Kimberlé Williams Crenshaw (1989) de análise interseccional (op.cit p. 106). Compreendemos que a tentativa de analisar os posicionamentos de jovens no lugar de pesquisadoras feministas possui limites ao abordar a experiência dos seus enfrentamentos, investida de sentidos pessoais, culturais, políticos. Nesses parâmetros, nos colocamos em relação ética e dialógica com homens e mulheres jovens, com os/as quais teremos encontros e desencontros, vivências contraditórias de aceitação e/ou rejeição, mas, ainda sim visibilizadas. Os marcadores de desigualdade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles oferecem simultaneamente recursos que possibilitam a ação (PISCITELLI, 2008). A partir desta pesquisa, esperamos contribuir com o aprofundamento teórico e analítico das discussões realizadas no campo das políticas públicas de inserção de jovens de origem popular ao ensino superior no país. Dessa forma, busca potencializar através da análise interseccional da sua experiência o seu acesso e permanência na universidade pública.

471



REDE NACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS VIVENDO COM HIV/AIDS E SUA CONSTITUIÇÃO COMO SUJEITO POLÍTICO.

Lara Brum de Calais (UFJF)
laracalais@hotmail.com

Juliana Perucchi (UFJF)
cassia.ribeiro@live.com

O presente trabalho é parte de uma tese de doutoramento que tem como objetivo investigar o processo de formação da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA) como sujeito coletivo na história da luta contra a Aids no Brasil, analisando a participação de jovens na arena política nacional e os jogos de poder que constituem a emergência de um sujeito político. A pesquisa busca compreender o processo de estruturação da RNAJVHA no contexto das discussões acerca das políticas públicas de prevenção/enfrentamento à Aids no Brasil e sua articulação em nível nacional. Neste universo da pesquisa, há diferentes elementos a serem considerados, como, por exemplo, os dispositivos de controle social utilizados pelos movimentos sociais nas últimas quatro décadas de combate à epidemia no Brasil; as articulações destes movimentos sociais com os governos, sobretudo, em nível federal; os embates econômicos que envolvem as políticas de saúde e de assistência voltadas para pessoas vivendo com HIV/AIDS; bem como, os efeitos de poder da epidemia no que concerne à população brasileira jovem. Neste sentido, ressalta-se a discussão acerca da posição social ocupada pela juventude brasileira a partir de uma perspectiva que considera os diferentes contextos de vulnerabilidade individual, social e programática, que determinam situações de maior ou menor visibilidade e agência frente às políticas públicas. Entende-se que a RNAJVHA ocupa, no panorama político da Aids, uma posição de sujeito político, na medida em que esta rede de articulação juvenil emerge como sujeito coletivo com efetiva participação e mobilização frente às ações de enfrentamento à epidemia, pautando, inclusive, certos níveis de debates no âmbito das políticas públicas federais. Como metodologia tem sido realizado o trabalho de campo, com participação da pesquisadora nos encontros nacionais e regionais da RNAJVHA, configurando uma inspiração etnográfica na etapa inicial de contextualização do campo. Após esta contextualização inicial, foram abordadas duas modalidades de trabalho de campo. Uma primeira que contempla a pesquisa-ação-participativa (Gatenby; Humphries, 2000; Fine 2007; Laperrière, 2008) como modalidade metodológica que integra estratégias de pesquisa que contam com a participação dos grupos sociais pesquisados (Brandão, 1988) e uma segunda modalidade que consiste na pesquisa documental (Spink, 1999) de documentos oficiais da RNAJVHA. Na primeira etapa de desenvolvimento do estudo, foi possível perceber que a rede tem se articulado politicamente, capacitando e fortalecendo os jovens para a participação política, no entanto, se encontra em um momento de organização estratégica para de enfrentamento e “parceria” com o Estado. Considerando esta perspectiva de produção científica em psicologia social, esta pesquisa produzirá conhecimento no sentido de contribuir para a gama de estudos acerca da formação de coletivos da sociedade civil brasileira que emergem como sujeitos políticos no cenário da Aids no Brasil, especialmente no que se refere à juventude e seus atravessamentos econômicos, geracionais, políticos, históricos e sociais.



"ORGANIZANDO PARA RE-ORGANIZAR?" PESQUISA-INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA E O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA PORTARIA DE NOME SOCIAL NA UFPE.

Céu Cavalcanti (UFPE)
ceucavalcanti@gmail.com

Recentemente a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) passou pelo processo de implementação da portaria de nome social para pessoas trans*. Nas entrelinhas desse acontecimento, alguns fatores podem ser objeto de análise. Esse trabalho vincula-se, então, à minha dissertação de mestrado e se propõe a pensar criticamente sobre as nuances que atravessam a construção dessa política. Em fevereiro de 2015 foi lançada uma primeira portaria que, ao ser escrita sem diálogo com grupos de pesquisa e/ou discentes trans*, apresentou sérias desconexões com os contextos cotidianos das pessoas a que se referia. Partimos do referencial metodológico da pesquisa-intervenção em psicologia, e nos vinculamos a projetos epistemológicos que abandonam o paradigma de ciência neutra e visam resgatar o referencial teórico feminista pós-estruturalista na busca de justiça social. Desse modo nos foi possível acompanhar o processo de organização política de estudantes trans* da UFPE em diferentes tempos. Num primeiro momento, propor a formação de um grupo nos propiciou o agrupamento de estudantes trans*, docentes sensíveis à temática e estudantes de um coletivo LGBT atuante na universidade. Formado esse grupo, trabalhamos em conjunto na leitura crítica do documento lançado e nos propomos então a reescrever o estatuto tomando como base normas de universidades federais que consideramos melhor elaboradas. Após a escrita de uma proposta de documento, marcamos reunião com o reitor e algumas pró-reitoras, apontamos as brechas do documento publicado e apresentamos nossas perspectivas. Como resultado dessa negociação, nosso texto foi encaminhado ao departamento jurídico e em seguida publicado. Contextualizado esse campo, objetivamos com esse trabalho: 1) pensar os processos de formação do grupo em questão 2) avaliar os contextos metodológicos que proporcionaram esses níveis de inserção e 3) refletir sobre as nuances da posição da pessoa pesquisadora na construção ativa e coletiva de uma política institucional. Como ferramenta de análise, podemos pensar o ocorrido a partir do referencial teórico proposto por Laclau e Mouffe, buscando sempre uma interface com as propostas de pesquisa-intervenção (GALVÃO, 2014). A categoria de articulação, quando vista em conjunto com as noções de hegemonia e antagonismos, nos ajuda a pensar o contexto político que possibilitou a formação e os deslocamentos de nosso grupo por diferentes espaços institucionais. A proposta de pesquisa-intervenção nos convida a pensar o nosso lugar enquanto pessoas que produzem conhecimento em psicologia e revisitar historicamente nossas inserções com nossos "sujeitos de pesquisa". Nos associar a projetos epistemológicos com definições ético-político-metodológicas claras perpassa o questionamento mesmo das formas hegemônicas de construção de conhecimento, problematizando fundamentalmente a dinâmica de construir conhecimento "sobre" ou construir conhecimento "para" e "com" grupos subalternos.



**PARLAMENTO JOVEM BETIM:
DESAFIOS DA FORMAÇÃO POLÍTICA NO ESPAÇO DA ESCOLA E DA UNIVERSIDADE.**

Bruno Gomes R. (PUC-Minas)
brunocsh@yahoo.com.br

Denise F. Viana (PUC-Minas)
dee.viana@gmail.com

Luiz Carlos Castello Branco Rena (PUC-Minas)
luiz.rena@pucminas.br

O artigo proposto tratará da experiência do projeto Parlamento Jovem e sua experiência enquanto projeto de extensão, que tem como objetivo a formação política de jovens do ensino médio das escolas estaduais participantes de Minas Gerais. O Parlamento Jovem é um projeto da Assembleia Legislativa em parceria com as Câmaras Municipais e com a PUC Minas. O tema do Parlamento Jovem 2015 é Segurança Pública e Direitos Humanos, que é de muita relevância para a juventude, pois conforme foi demonstrado pelos recentes dados apresentados no mapa da violência de 2015 é o principal público vitimado com a escalada da violência no país. É pretendido com este trabalho discutir a experiência do Parlamento Jovem enquanto projeto extensionista na realidade do município de Betim, as perspectivas do trabalho de formação política, que passa por uma construção entre jovens do ensino médio e jovens da universidade. Apresentar o processo de formação política realizada através de oficinas, e refletir como este favorece a aproximação de jovens de contextos educacionais diferentes, no esforço de produzirem propostas que venham a se tornar leis para as políticas de segurança e direitos humanos do estado, sendo deste modo uma ação de empoderamento destes jovens no âmbito da participação política em seu município e estado. O presente trabalho se propõe a por consequência refletir sobre o lugar do projeto na promoção do diálogo entre a escola e universidade na promoção da cidadania e, de que modo, estes espaços podem ser mais bem explorados na tentativa de ampliar os espaços democráticos do fazer política entre jovens. Diante do pouco interesse dos jovens de participar dos espaços convencionais da política, somos desafiados a pensar estratégias que os façam se implicar com as questões de seu tempo, buscando soluções coletivas e não pela via individual. Nesse sentido, esse projeto visa despertar e desenvolver no jovem, o interesse e capacidade de refletir, criticar e influir ativamente na condução política de temas que lhe dizem respeito enquanto jovem em seu município. O Parlamento Jovem irá estabelecer interlocução com a juventude betinense para saber como os jovens se posicionam no espectro político, bem como saber se o que os leva a preferirem formas não convencionais de participação política, tem a ver com a vida virtual na WEB, ou tem a ver com o fato de encontrarem poucas oportunidades institucionalizadas de participação política na cidade. O projeto parlamento Jovem em sua experiência na PUC Minas Betim tem como perspectiva promover o diálogo entre a escola e universidade no processo de construção da cidadania e de modo que estes espaços podem ser potencializados com o objetivo de ampliar os espaços democráticos do fazer política entre jovens. O labor a ser apresentado terá como proposta falar a respeito da escolha por desenvolver a temática através de oficinas, sendo dezesseis rodas de conversa tratando da temática segurança pública e direitos humanos, possibilitando uma dinâmica diferenciada dos espaços tradicionais de discussão política e que não propiciam um envolvimento de jovens estudantes.



ATITUDE E OUSADIA NA LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE): UM OLHAR SOBRE OS 100 ANOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL.

Joabson Melo Silva de Aquino (UFAL)
joabson.aquino@ufpe.br

O presente trabalho subsidia, através de evidências históricas, uma reflexão inédita e atualizada sobre a trajetória da participação política dos estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) no recorte histórico de 1914 a 2014, período marcado pelo significativo amadurecimento do movimento estudantil pernambucano; entretanto, independentemente do movimento estudantil pernambucano, *de quando em quando*, posicionar-se na vanguarda dos movimentos estudantis de participação política, a limitação e o declínio também fazem parte desta trajetória, mas não diminuem, de forma alguma, o significado e a importância histórica da UFRPE, pelo contrário, precisam ser encaradas como desafios a serem suplantados pelo conjunto de atores que, no agora e no porvir fazem e farão desta instituição de ensino, um lugar de excepcional produção do saber, na verdade, uma verdadeira *linha de montagem* de conhecimentos necessários à emancipação econômica, social e política no contexto regional nordestino e pernambucano. A concepção metodológica aqui assumida se desenvolveu em conformidade e harmonia com os projetos a qual está vinculado: *Juventude e Participação Política em Pernambuco (2010)* e *A Participação Estudantil nos 100 da UFRPE (2013)* – ambos elaborados e coordenados pelo pesquisador Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito –, em razão dessa compatibilidade, assumiu-se uma concepção metodológica baseada nas metodologias qualitativas das ciências sociais, a saber: 1. Levantamento e coleta de dados secundários em jornais, revistas etc.; 2. Registros iconográficos; 3. Entrevistas semiestruturadas; 4. Revisão da literatura referente à historicidade institucional; 5. Mapeamento e construção da linha do tempo da participação estudantil na UFRPE nos últimos cinquenta anos, e; 6. Complementaridade de métodos referenciando Aspásia Camargo (1982) e Robert Burgess (1982) visando sanar lacunas crônicas ou episódicas registradas no curso da pesquisa. Deste modo, nesta análise pôde-se constatar que a trajetória estudantil na UFRPE possibilitou a expressão estudantil através de distintas formas de lutas, tendo como conquistas importantes, a profunda transformação das estruturas estruturantes que compunham – e compõem – a UFRPE; influenciou fortemente na formação de proeminentes lideranças sociais e políticas presentes no cenário político pernambucano e nacional, capazes de incidir e de provocarem mudanças sociais, transformações na política tradicional e deslocamentos nas estruturas de poder local/regional; por fim, a participação política dos estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, possibilitou também, um importante aprendizado para as estruturas de poder da UFRPE, mudando o comportamento dos organismos superiores da universidade, passando de uma relação de confronto, desconhecimento e repressão, para uma atitude de acolhimento e reconhecimento da legitimidade das demandas universitárias.

475



**PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE:
DEMANDAS INICIAIS DOS JOVENS BRASILEIROS.**

Diógenes Pinheiro (UNIRIO)
diogenesunirio@hotmail.com

Luiz Carlos Gil Esteves (UNIRIO)
luizesteves@yahoo.com.br

Miguel Farah Neto (UNIRIO)
mfn13@terra.com.br

Na última década, o Brasil tem apostado expressivamente em sua juventude. Entretanto, ainda que venha adotando uma série de princípios observados na maior parte das sociedades democráticas contemporâneas, notadamente no que diz respeito à ampliação de direitos e diminuição das desigualdades, inúmeros são os obstáculos que ainda se impõem na conquista efetiva de mais cidadania, mais proteção e mais bem-estar social para este segmento. Isto porque o direito de ser jovem não acontece de forma igual para todos, culminando em processos de distinção nos quais alguns podem ser “mais jovens” do que outros. Diante disso, desde 2013, o governo federal, através da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vem realizando vários esforços com o intuito de efetivar a construção de um Plano Nacional de Juventude (PNJ), conforme determinado pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 05/08/13). Tal ação se desenvolve por meio de parcerias, tanto com os estados e municípios, que também deverão elaborar os seus respectivos planos, quanto com a sociedade civil, sobretudo com os jovens, que devem estar, necessariamente, presentes em todas as etapas. Assim, entre agosto e dezembro de 2014, a SNJ, em trabalho conjunto com a UNIRIO, deflagrou a primeira etapa de debates acerca da elaboração do PNJ, contando com a presença expressiva de seus principais interlocutores: os próprios jovens. Tal ação teve por objetivos aprofundar diagnósticos sobre os problemas que afetam a juventude, identificar temáticas emergentes, acordar demandas prioritárias para os próximos dez anos e subsidiar a elaboração e o encaminhamento de propostas para a construção do Plano, a ser concluído até o final de 2015. O debate ocorreu em nível nacional e foi efetivado por meio de oficinas (chamadas Plano em Diálogo), com base na metodologia de grupos em diálogo, a partir dos 11 eixos que compõem os direitos dos jovens no Estatuto Nacional de Juventude: 1) cidadania, participação social e política e representação juvenil; 2) educação; 3) profissionalização, trabalho e renda; 4) diversidade e igualdade; 5) saúde; 6) cultura; 7) comunicação e liberdade de expressão; 8) desporto e lazer; 9) território e mobilidade; 10) sustentabilidade e meio ambiente; 11) segurança pública e acesso à justiça. No total, foram promovidas 11 oficinas em todas as regiões do Brasil, reunindo mais de 300 jovens representantes de diferentes segmentos, coletivos e organismos governamentais e não governamentais. Prevê-se que, ainda em 2015, sejam efetivadas as próximas etapas desse processo de consulta, contando com a presença de especialistas, gestores dos estados e municípios e, sobretudo, dos jovens, entre outros atores. O objetivo é chegar à III Conferência Nacional de Juventude, a ser realizada no segundo semestre deste ano, com uma proposta consistente e democrática da sociedade para subsidiar a construção do PNJ. Nesta comunicação, serão apresentadas as sínteses produzidas a partir dos debates, bem como algumas considerações gerais acerca deste processo convocatório de discussão preliminar sobre o Plano Nacional de Juventude.



**DISPOSIÇÃO E COMPROMISSO:
A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.**

Carolina Gomes da Conceição (UFRPE)
carolinagc@live.com

Paulo Afonso Barbosa de Brito (UFRPE)
pauloafonso@hotmai.com

O trabalho apresenta através de evidências históricas, o papel importantíssimo que os estudantes da UFRPE tiveram no processo de abertura política do país, entre os anos de 1977 e 1984. Coincidindo, internamente, com a luta pela democratização da universidade, de longa tradição autoritária tendo sido uma das que mais colaborou com o regime militar, inclusive para a perseguição de seus estudantes, perseguição que culminou com a morte de pelo menos um de seus alunos, importante líder envolvido dentro e fora da universidade com as mobilizações contra a opressão militar. As mobilizações realizadas pelos alunos da UFRPE sempre foram destaques nas matérias de jornais da época, o entusiasmo, a disposição e até mesmo os elementos culturais inseridos nas lutas chamavam a atenção da mídia impressa, algumas dessas matérias com notícias sobre os jovens da UFRPE foram trazidas para o trabalho como registros históricos. Como resultado da capacidade de organização desses alunos um grande feito foi realizado, uma greve geral dos cursos de férias que durou 34 dias. Além das intensas atividades no interior da universidade o movimento estudantil da UFRPE mantinha participação com a reorganização do movimento universitário nacional (UNE), nos (ENE) Encontro Nacional dos Estudantes, realizados semi clandestinamente, sempre haviam algum grupo representando a UFRPE. Depois do 1º e 2º Encontro, a realização do III Encontro parecia uma afronta ao coronel Erasmo, que sabendo do evento invadiu a PUC, destruindo a infraestrutura e equipamentos da universidade, apesar das prisões e destruição, a comissão PRÓ UNE estava eleita para articular e organizar o Congresso de Reconstrução da UNE, realizado em 1979. Esta análise enfatiza a rápida retomada da participação estudantil após o período mais duro e cruel da ditadura; registra as controvérsias no interior da ditadura como os incidentes realizados pela chamada "linha dura", exemplos como o ataques ao Aeroporto dos Guararapes, e ao Riocentro, demonstram a consequente desmoralização do regime, que culpava a esquerda pelos atentados sem nenhuma investigação para isso, a ideia era mostrar à população o quanto a esquerda era perigosa e violenta, ainda que fosse necessário contradizer o próprio discurso anti terrorista do regime; o crescimento das mobilizações populares que culminou com a abertura política; destaca como as mobilizações estudantis e populares pressionaram a política, resultando em eleições surpreendentes, com números que demonstraram o descontentamento popular com o regime, depositando seus votos na oposição, o MDB - Movimento Brasileiro Democrático. O ano de 1979 é emblemático, não só porque a ditadura militar vai ser forçada, finalmente, a anistiar presos e exilados políticos, mas especialmente do ponto de vista da relação entre luta social e luta política no Brasil. Com a derrota da ditadura, surgem novas articulações políticas das forças populares para enfrentar o novo contexto da abertura política. No Recife, com a volta de Miguel Arraes o povo reunido em praça ouviu atentamente o discurso do seu governador que fora preso e exilado, em festa o povo ouve que a luta continua, importantes transformações ainda são necessárias para uma sociedade brasileira mais justa.



JUVENTUDE E POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO E À JUSTIÇA.

Ana Valéria de Figueiredo da Costa (UERJ)
anavaleria_figueiredo@yahoo.com.br

Ilda Maria Baldanza Nazareth Duarte (UNIG; SEEDUC-RJ)
ilda.duarte@globo.com

Agenor Pereira da Costa (UNIG)
agenorcosta@yahoo.com.br

Nos dias atuais muito se tem debatido sobre o acesso à educação e à justiça como direitos constitucionais garantidos, mas muitas vezes, não efetivados no dia a dia. Inúmeras vezes na vida cotidiana esses direitos primordiais do ser humano são desrespeitados em detrimento de uma pseudo-organização social, que controla muito mais do que o educa e tem dificuldades no encaminhamento para a autonomia e a prática da liberdade. Tomando por base o descrito anteriormente, o presente trabalho investigou como tem sido o acesso à educação e à justiça em Nova Iguaçu, mais especificamente entre os jovens/alunos dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas e Direito de uma universidade da Baixada Fluminense. O estudo é de natureza interdisciplinar, reafirmando a concepção unitária de que educação e acesso à justiça são direitos fundamentais do ser humano, conforme lhe concede e garante o caput do artigo 5º da Constituição Federal (1988): “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Os objetivos centrais do estudo foram os de investigar como tem sido o acesso à educação e à justiça em Nova Iguaçu, mais especificamente com os jovens/alunos dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas e Direito da referida universidade, buscando conhecê-los de forma a identificar como tem sido efetivado o acesso à educação e à justiça no cotidiano desses sujeitos e, procurar entender os mecanismos que dificultam e, em contrapartida, os que facilitam o acesso à justiça. As questões norteadoras do trabalho foram: como os jovens/alunos relatam o acesso à educação e à justiça no seu cotidiano? Qual a importância que os jovens/alunos atribuem à Universidade no encaminhamento do acesso à educação e à justiça? Quais as estratégias mais apontadas por esses sujeitos no seu cotidiano? Há diferenças no acesso à educação e no acesso à justiça? Se há, quais? Se não há, por quê? É uma pesquisa de abordagem qualitativa, com questionários composto de perguntas abertas e fechadas; as respostas foram posteriormente analisadas à luz da análise de conteúdo de Bardin (1977). As considerações finais apontam que ainda é necessário um maior esclarecimento sobre a relação intrínseca entre educação e justiça como direitos inalienáveis do cidadão previstos na Constituição Federal e outras leis e documentos, pois a maioria dos respondentes da pesquisa indicou que não haver relação entre o acesso à universidade e justiça. Tendo em vista os resultados apresentados ficou nítida a necessidade de maior aprofundamento do tema com debates que possam esclarecer e fortalecer a luta pelas garantias legais e sua íntima relação entre justiça e educação. O protagonismo juvenil nas ações relativas ao tema é de suma importância, visto serem os cursos de Pedagogia e Direito serem os “carros-chefes” da temática abordada pelo estudo.



A AÇÃO COLETIVA DE JOVENS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO CONTEMPORÂNEO.

Conceição Firmina Seixas Silva (UERJ)
conceicaofseixas@gmail.com

Lucia Rabello de Castro (UFRJ)
lrcastro@infolink.com.br

Este trabalho discute a ação coletiva de jovens estudantes universitários e suas formas de organização na universidade e na sociedade contemporânea, e examina como esses atores entram na cena pública atualmente e os valores que anunciam. Interrogamos como, e se, o espaço da universidade, a identidade de estudante universitário e a sociabilidade estudantil universitária constituem elementos relevantes que favorecem formas de engajamento político dos jovens hoje. A construção do objeto de investigação envolveu uma revisão bibliográfica sobre os temas dos movimentos estudantis universitários, do cenário das universidades no Brasil – o contexto social em que se instituem em nosso país e a expansão das políticas do governo neste setor –, e da participação política dos jovens na contemporaneidade. Além disso, nos apoiamos em uma pesquisa empírica que incluiu, em um primeiro momento, entrevistas semiestruturadas com estudantes das principais universidades públicas do estado do Rio de Janeiro (UFRJ, UNIRIO, UFF, UFFRJ, UERJ) e da PUC-Rio, engajados nas instâncias formalizadas de participação estudantil presentes nessas universidades, representadas pelos DCEs (Diretório Central dos Estudantes), CAs (Centro Acadêmico) e DAs (Diretório Acadêmico). Nessa etapa da investigação empírica, entrevistamos representantes de 64 dessas entidades, o que computou um total de 128 estudantes entrevistados. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (nove individuais e uma coletiva) com estudantes universitários que buscam outras formas de participação política, na universidade e na sociedade, e possuem questionamentos ao modo como o movimento estudantil convencional se organiza e conduz as suas ações. A partir da abordagem teórica e empírica, deparamos com uma diversidade de experiências, demandas, formas de ação e organização coletiva entre os estudantes, o que nos leva a afirmar que as várias lutas estudantis que compõem o que poderíamos chamar de movimento estudantil não representam um tipo de militância homogêneo. Ao contrário, essas lutas têm assumido variações conforme à época, à sociedade, ao modelo universitário em questão, aos interesses e formas de expressão dos coletivos estudantis, às demandas que os jovens reivindicam, entre outros fatores. Compreender a luta dos estudantes no momento presente nos pareceu importante, principalmente, quando pesquisas sinalizam o enfraquecimento dessas lutas. Pelos resultados que encontramos, percebemos que muitas manifestações estudantis vêm acontecendo ao redor do mundo nos últimos anos, e muitos estudantes vêm levantando suas lutas a partir do lugar de estudante e em defesa da educação, denunciando a precarização que esse campo vem sofrendo. Nesse sentido, as lutas dos estudantes podem não ser tão visíveis, ou alcançar um lugar de destaque atualmente em nossa sociedade, mas elas são necessárias, pois, além de denunciar a precarização do ensino, representam, a partir da demanda por educação, a possibilidade da politização da relação geracional, quando os mais jovens reivindicam a dívida simbólica que os mais velhos têm na transmissão do legado cultural.

479



**SUBJETIVAÇÃO DE UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
ACERCA DA POLÍTICA E SUAS VARIADAS NUANCES:
ANÁLISE DE UMA PESQUISA COM JOVENS DA PERIFERIA DE GOIÂNIA.**

Sandra Maria de Oliveira (Faculdade Araguaia)
sandraleles@gmail.com

Heloisa Dias Bezerra (UNIRIO)
diasbezerra.h@gmail.com

A orientação principal deste trabalho é apresentar como as representações sociais acerca de várias questões que envolvem temáticas relacionadas à política podem explicar a configuração político-indenitária de jovens da periferia de Goiânia. De acordo com a literatura, dentre os elementos da representação socialmente compartilhada sobre a juventude, encontram-se aqueles relacionados à sua participação social e política e, destaca como parte das funções das representações sociais, a função indenitária. Assim, ao compartilhar determinadas representações sociais, um grupo pode ser definido e diferenciado de outro grupo, possibilitando os processos de comparação social. A juventude é entendida crescentemente como um espaço de construção e de questionamento dos modelos políticos consolidados pelas gerações anteriores, o que nem sempre resulta numa avaliação positiva da sua intervenção política, em grande medida porque ocorre à margem dos mecanismos institucionais do sistema democrático. A pesquisa em questão foi realizada com jovens da região noroeste de Goiânia, considerada a mais carente da cidade, em dois momentos específicos (2010 e 2014) e utilizou-se como referencial teórico e metodológico a teoria das representações sociais no discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa. Para tanto, considerou-se que as representações sociais se modificam de acordo com as condições sociais, culturais e históricas e, neste sentido há a compreensão de que as representações dependem tanto de fatores circunstanciais quanto de fatores globais, como o contexto social e ideológico, o lugar do indivíduo na organização social, a história do indivíduo e do grupo, os determinantes sociais e os sistemas de valores. As representações são produtos sociais, e dessa forma, só podem ser analisadas levando em consideração o contexto social no qual são elaboradas e compartilhadas. O material empírico analisado permitiu que se vislumbrasse uma identidade política de alheamento. Entretanto, não um alheamento fomentado por apatia, apoliticismo ou alienação. Mas um alheamento como ação na busca por aquilo que acreditam ser o melhor. O alheamento se configura como um mecanismo de busca de visibilidade e como resposta aos agentes responsáveis pelas políticas públicas, bem como à ineficácia das mesmas em suas vidas. A identidade política é melancólica e pessimista. Desse modo, conclui-se que existe a necessidade de problematizar os modelos convencionais de compreensão dos modos de participação social e política juvenil, considerando como fundamental uma diversificação nos modelos de participação. A partir da ação, deve-se buscar quem é o sujeito que a produz e que quer se ver reconhecido nela e quais as características que os tornam singulares em relação aos outros sujeitos sociais. Essas questões nos levam a compreensão do modo como um sujeito político se desvela a partir da participação política de jovens, e que modos de subjetivação estão engendrados nesse perfil. A desconstrução do discurso sobre o desinteresse dos jovens com relação à ação política foi feita na medida em que se constatou uma descrença aos meios tradicionais de atuar politicamente e aos modos convencionais de se lutar pela transformação da realidade. Eles não acreditam na política, nos políticos e por antecipação, nem em quem almeja entrar para a vida política.

480



A JUVENTUDE E AS FORMAS TRADICIONAIS E ALTERNATIVAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE.

Sidney Oliveira Santos Silva Filho (UFRN)
sidneyoliveira210@gmail.com

A temática da participação política da juventude no Brasil tem sido constantemente incorporada nas agendas sociais da atualidade. Sobretudo por conta das recentes manifestações sociais e políticas acontecidas no país, como por exemplo, as manifestações de junho de 2013 em prol da suspensão do aumento das tarifas dos ônibus, como também os protestos contra a copa do mundo de futebol, realizada no primeiro semestre do ano de 2014. Em ambos os movimentos, a juventude mais uma vez trouxe à tona o seu protagonismo social. Tal protagonismo elevou os jovens manifestantes a uma posição de destaque, ratificando a ideia de que a juventude se coloca como um importante objeto de estudo no processo de entendimento dos fenômenos sociais e políticos no Brasil. Pensando dessa maneira, o presente trabalho aqui publicitado objetiva socializar dados de uma pesquisa realizada com 125 jovens estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tal estudo sociológico teve como objetivo principal identificar quais as formas e os campos de atuação política dos jovens estudantes universitários tanto na academia, quanto na sociedade de forma geral. Para que tal proposta fosse concretizada, buscamos com o caminhar da pesquisa, verificar quais os espaços na universidade possibilitam a atuação política dos jovens estudantes, assim como, entender quais as escolhas dos estudantes com relação às formas de atuação política. Acreditando na importância das ciências sociais no processo de fundamentação teórica, a pesquisa transitou nos campos da sociologia e a da ciência política, tendo como objetivo evidenciar os debates acerca das práticas políticas dos jovens no Brasil. Principalmente por conta de alguns teóricos contemporâneos dissertarem sobre um movimento de reconfiguração nos campos de atuação política. Reconfiguração essa que tem como fator preponderante o possível distanciamento juvenil das instituições políticas tradicionais (partidos políticos, sindicatos), e uma considerável aproximação de espaços alternativos e grupos informais. Do ponto de vista metodológico, foi aplicado um questionário semiestruturado com uma amostra de 125 jovens estudantes, escolhidos de forma aleatória, compondo uma amostra não probabilística por cotas, tendo como único requisito estar matriculado em qualquer um dos 23 cursos presenciais oferecidos pelo campus sede da instituição, localizado no bairro de Dois irmãos, na cidade de Recife. No que diz respeito aos resultados, as reflexões sociológicas produzidas através dos dados obtidos com a aplicação do questionário, apontam para uma maior participação dos pesquisados em espaços alternativos de atuação política, e consequentemente certo distanciamento para com as instituições políticas tradicionais.

481



A FANTASIA DE DESENVOLVIMENTO E A EXPERIÊNCIA DE JOVENS EM UM TERRITÓRIO DE MINERAÇÃO.

Rafael Prosdocimi Bacelar (Faculdade Pitágoras)
rafaelpros@gmail.com

Na última década observamos no Brasil a expansão de grandes obras de infraestrutura e projetos de exploração mercantil de recursos naturais. A produção de soja e outros itens agrícolas, a criação extensiva de gado e a mineração são atividades associadas principalmente à geração de riqueza, mas também ao desenvolvimento social. A proposta desenvolvimentista implica na adoção de um conjunto de práticas baseadas nas lógicas da modernização, industrialização e mercantilização. O desenvolvimento social atrelado ao uso mercantil dos recursos naturais é objeto de crítica, pois vemos que o avanço do capital sobre áreas ricas em matéria-prima compromete a natureza e a história de povos diversos em nosso país, como comunidades quilombolas, ribeirinhos e sobretudo, comunidades indígenas. Se pesquisadores e movimentos sociais questionam o modelo injusto de sociedade que os empreendimentos extrativistas consolidam, seus defensores os justificam ao enfatizar que a ampliação dos postos de emprego e expansão de programas sociais são efeitos desses projetos. Tomando como ponto de partida uma pesquisa realizada na região de Conceição do Mato Dentro (CMD) - interior de Minas Gerais - que viu suas serras se tornarem objeto de interesse de companhias mineradoras, discuto as implicações políticas da experiência dos jovens que vivem neste cenário, marcado pelo conflito em torno do significado do uso e apropriação dos recursos do território. É em 2006 que se inicia o turbulento processo de instalação do *Projeto Minas-Rio*, empreendimento que visava a extração de minério de ferro da Serra da Ferrugem, em CMD. Disputas fundiárias, falta de água, inflação, aumento de violência, são alguns fenômenos que atestam os problemas gerados pelo empreendimento. O aumento de renda, a oferta de emprego e as possibilidades de formação profissional, por sua vez, são lembrados como fatores positivos da mineração. Nessa comunicação analiso como a empresa mineradora, Anglo American, buscou conquistar o apoio dos jovens ao articular o “desenvolvimento” individual desses atores ao processo de “desenvolvimento” proposto para o território. O que observei é que o investimento na extração do minério se baseou também na produção de sujeitos desejosos para atuar nos espaços forjados pela nova ordem da região. Exploro, assim, os encontros e tensões entre as posições e expectativas dos jovens e as possibilidades e representações forjadas no novo contexto. Na pesquisa busquei apreender como os sujeitos do lugar viam a situação e, mais importante ainda, compreender por que razões tomavam uma dada posição em relação ao empreendimento. Se a observação de injustiças sociais e danos ambientais suscitavam uma crítica difusa por parte dos jovens ao projeto, isso não ocorria a ponto de gerar uma mobilização política consistente. A observação em torno da experiência e das narrativas dos jovens nos revelou como o empreendimento conseguia, em parte, a adesão desses sujeitos ao fornecer elementos simbólicos para que estes tecessem seus próprios desejos, reduzindo o potencial disruptivo dos danos causados, e hegemонizando o campo social.

482



A PERCEPÇÃO POLÍTICA DE JOVENS DO RECÔNCAVO DA BAHIA: UMA ANÁLISE NAS CIDADES DE CACHOEIRA, MARAGOJIPE E CRUZ DAS ALMAS.

Silvio Benevides (UFRB)
scobene@gmail.com

Melinda Victória Carvalho dos Santos (UFRB)
melindacarvalho@hotmail.com

Humberto Machado Jr. (UFRB)
machado_hsmj2@hotmail.com

As abordagens clássicas sobre política costumam centrar o exame do seu objeto de estudo nas instituições tradicionalmente concebidas como o *locus* da política, a saber, Estado, partidos políticos, o parlamento e as representações de entidades de classe, tais como os sindicatos. Foi para essas instituições que convergiu a política, com a formação da sociedade burguesa e da economia capitalista. Na contemporaneidade, porém, tais instâncias de participação e de representação política enfrentam uma profunda crise de credibilidade entre os sujeitos sociais, especialmente entre os jovens, que, por conta dos inúmeros episódios de escândalos envolvendo políticos profissionais, passaram a perceber a política não como um mecanismo voltado para atender aos interesses da coletividade, mas sim como um instrumento de perpetuação da impunidade e de toda sorte de corrupção. Tomando tais considerações como pressuposto inicial de pesquisa, o presente trabalho investiga como os jovens residentes em três cidades do Recôncavo da Bahia, a saber, Santiago do Iguape (distrito do município de Cachoeira), Maragojipe e Cruz das Almas, atuam e percebem o campo político e a política no contexto histórico contemporâneo, marcado, entre outras coisas, por intensos questionamentos sofridos pelo projeto unificador e universalizante da modernidade clássica, ou pela gradual perda de confiança nesse projeto, assim como, pela ampliação das redes de coexistência e interdependência humana, por meio de um acentuado dinamismo das instituições sociais cuja abrangência ultrapassa as fronteiras locais e atinge escalas globais. No primeiro momento, a pesquisa procurou analisar o comportamento dos atores sociais jovens no que diz respeito ao campo de ação política da região mencionada, com recorte nas cidades supracitadas. Contudo, foi necessário entender, também, como os jovens enquanto sujeitos sociais atuam e percebem o campo político na realidade social em questão. Logo, pode-se inferir que os atores sociais jovens das localidades pesquisadas dialogam com sujeitos políticos dotados de certo entendimento sobre política bem próximo dos que os conceitos teóricos contemporâneos abordam, como, por exemplo, a política e seu senso de coletividade em Hannah Arendt, mas que, no âmbito de uma consciente participação política, se afastam devido à inserção na lógica individualista do consumo atrelada ao caráter político coronelista e clientelista que caracteriza a cultura política local. No segundo período, voltou-se o esforço para entender como se constitui o perfil político desses jovens a partir de sua inserção nos espaços de socialização, especialmente nas escolas, contrastando as especificidades dos jovens alunos do ensino médio de escolas particulares e públicas e contextualizando-as com o reordenamento dos valores e da política advindo da ação da juventude na contemporaneidade em escala global. O presente trabalho integra uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), que visa elaborar um mapeamento dos atores sociais juvenis atuantes no Recôncavo da Bahia com vistas a constatar em que medida suas formas de engajamento em movimentos sociais e/ou culturais, assim como em redes sociais, colaboram para o alargamento das dimensões da cultura política da região, marcando um novo campo de participação, uma nova configuração de engajamento social e compromisso político.



O QUE A REBELDIA TEIMA, CAPTURA E RESISTÊNCIAS DAS JUVENTUDES NAS CONFERÊNCIAS.

Rodrigo Crivelaro (USP)
rodrigo.crivelaro@usp.br

Este artigo é produzido a partir de parte da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Mestrado e Mudança Social, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e está estruturada a partir dos seguintes pontos: a construção discursiva e de subjetividades da juventude e dos jovens e a adoção das conferências nacionais como forma de participação política tendo como enfoque a Conferência Nacional de Juventude. Inicialmente busca-se problematizar através de revisão bibliográfica a autores como Michel FOUCAULT, Félix GUATTARI, Gilles DELEUZE, Maria Rita de Assis CESAR, Ricardo Castro e SILVA, Maria Tereza Arruda CAMPOS, Luiz Antônio GROPPPO, Renato Janine RIBEIRO, Jurandir Freire COSTA, Maria Rita KEHL, Regina NOVAES, Helena Wendel ABRAMO, Paulo CARRANO e Marialice FORACCHI o conceito de jovem e juventude. A partir destes autores se problematiza o conceito de juventude e jovem e se busca trazer a este debate elementos de uma abordagem pós-estruturalista na temática juvenil, vendo a juventude e o jovem como construção discursiva produzida por adultos, mas também por jovens que são subjetivados por essa discursividade, mas que também produzem subjetividades e discursos. Estes enunciados são produzidos e reverberados por discursos que o legitimam, e direcionam para uma identidade fixa. Recorre-se a visão de juventude apresentada em músicas brasileiras, e se busca apresentar a construção da juventude a partir do viés da diferença, a juventude como uma construção da sociedade burguesa e a juventude como uma construção discursiva que é narrada inclusive no repertório musical brasileiro e também subjetivados por múltiplos componentes de subjetividade, inclusive no campo da legislação através da Constituição Federal e do Estatuto da Juventude. Por fim, é abordado a criação da Política Nacional de Participação Social e o do Sistema Nacional de Participação Social a partir de 2007. O destaque é dado à adoção das conferências nacionais como política de governo no que tange a participação durante os governos Lula e Dilma, a partir da análise da participação durante as conferências nacionais de juventude e como estes processos podem contribuir como instrumento no processo de educação para a cidadania e na implementação de estratégias que envolvam os jovens e contribuam para o desenvolvimento social. Para além dos enunciados e da programação oficial da juventude, busca-se compreender também o que a rebeldia tem teimado nestes espaços, redesenhando as formas de fazer política, e como nestas tentativas a juventude é capturada, mas que também produz possibilidades de potência. Para tanto, são utilizadas as conferências municipais de juventude em Santa Bárbara d'Oeste e se recorre a análise de entrevistas semiestruturadas realizadas com organizadores e jovens participantes.

484



**CODEGIRLS E A SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS:
MENINAS, TECNOLOGIA E ECOLOGIA DO RECONHECIMENTO.**

Ana Eliza Trajano Soares (FACEN)
anaelizatrajano@hotmail.com

José Germano Neto (UFRGN)
josegermano@outlook.com

Esta pesquisa encontra-se em fase inicial, propomos pensar a partir da ecologia do reconhecimento (SANTOS, 2007) a experiência que estar sendo realizada no Instituto Federal do Rio Grande do Norte com meninas do ensino médio para a inserção destas, assim como o estímulo na escolha e formação nas tecnologias da informação (TIC's). Muito tem se falado sobre as questões relacionadas a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a justa luta por salários iguais, bem como o espaço que essas estão conquistando. Quando falamos do mercado tecnológico outras questões aparecem, tais como o domínio maciço dos homens no campo das engenharias e da programação computacional em decorrência muitas vezes da falta de interesse das mulheres pelo campo. A fase em que a maioria das meninas faz a opção pela carreira a seguir é justamente no ensino médio, o projeto desenvolvido na escola citada desenvolve e estimula o interesse dessas adolescentes pela área das TIC's, trata-se de um projeto inovador, pois pouco tem sido feito para apresentar e desenvolver o interesse de meninas pela área nesta fase de escolha. O Codegirl é um evento que acontece na instituição fruto do projeto de extensão intitulado "PROGRAMAR MEU FUTURO? Usando a programação de computadores para reforçar o ensino de ciências e estimular a formação de tecnólogas em computação" estamos pensando tal ação a partir do conceito ecologia do reconhecimento de Boaventura Santos que se contrapõe a monocultura das diferenças, para falar da diferença de gênero. Isso se insere na lógica de sociologia das ausências e das emergências, articulando as dinâmicas subjetivas invisibilizadas pela cultura hegemônica e desenvolvendo uma rede de cooperação, como afirma Boaventura. A organização destas meninas a partir da iniciativa de uma professora da instituição em comunidade (Bauman, 2003) como forma de inovação frente a um campo predominantemente masculino e também machista que é o campo das tecnologias tem trazidos resultados que vão muito além de uma conquista de lugar no mercado de trabalho, mas também de emponderamento político pela reflexão do papel dessas meninas na sociedade para questões como o enfrentamento a prática conhecida como *revenge porn*, publicitação sem consentimento de fotos íntimas de mulheres como forma de vingança dos seus parceiros ou ex- parceiros. Entendemos assim que o Code Girl é uma possibilidade de afronta a hegemonia da predominância masculina no campo das TIC's, são uma comunidade atuando numa dinâmica de cooperação para o reconhecimento produzindo assim novas subjetividades políticas que são de extrema importância no cenário das mudanças sociais por uma sociedade mais justa.



OS GRÊMIOS ESTUDANTIS ENQUANTO ESPAÇOS DE FORTALECIMENTO DAS JUVENTUDES NA FORMAÇÃO CIDADÃ.

José Erick Gomes da Silva (IFAL)
e.gomesbm@gmail.com

Historicamente, há muito que se refletir sobre os movimentos sociais e sua trajetória em se tratando de como são tratados e como coexistem ao se deparar com diversas maneiras de compreenderem-se. É preciso, inclusive, ter em vista que cada momento da história do Brasil demonstra suas particularidades diante desses movimentos. Os governos têm a sua análise, a sociedade faz seus apontamentos e, sobretudo, optam por participar ou não, participar ou não. A juventude, por sua vez, marcada pela ousadia de querer e – muitas vezes – se dispor a participar de tais oportunidades de protagonismo fez-se presente na maioria das causas em que as ações desses movimentos se fizeram tão relevantes a ponto de marcarem datas, locais e atos públicos que buscaram mobilizar o país para transformar as condições em sua volta. Na contemporaneidade, o espaço ocupado pela categoria juventude tem se colocado em evidência de maneira confusa. A depender do discurso e de quem discursa o papel da juventude nos dias de hoje pode ser bastante questionado. Há quem diga que os jovens de hoje pouco se importam com a realidade do país e que nada fazem para transformar, por exemplo. Porém, existe muito a ser reconhecido sobre a ação das juventudes que estão atuando no cotidiano. Aos poucos e à sua maneira, jovens de todos o país se movimentam na busca pelos seus ideais e empregam esforço para isso. Os grêmios estudantis, por exemplo, são espaços que poucas vezes são olhados com bons olhos e, ademais, têm sua atuação pouco valorizada. Assim sendo, o presente trabalho visa apresentar como são concebidos os grêmios estudantis enquanto espaços de fortalecimento das juventudes na formação cidadã. Para além de como são concebidos, tornar-se-á conveniente estabelecer quais os resultados que podem se verificar a partir da participação dos jovens no decorrer dessa interação que acontece ao participar de uma entidade representativa. Nesse sentido, poderão ser compreendidos muitos dos efeitos que se podem observar os ganhos sociais para a formação do indivíduo ao participar dessas organizações e das vantagens que essa situação de envolvimento com os interesses coletivos traz para a sociedade de maneira geral. Através de um estudo que usou entrevistas estruturadas e semiestruturadas para chegar a conclusões acerca da relevância do fortalecimento que os grêmios estudantis desenvolvem para as juventudes. Responde, ainda, como a cidadania passa a ser celebrada no âmbito das sociabilidades, o trabalho propõe, ainda, uma reflexão de como e por que os grêmios estudantis avançam o imaginário juvenil na sua infinita capacidade de atuar enquanto agentes da transformação.

486



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NAS CIDADES DE GOVERNADOR MANGABEIRA, MURITIBA, SÃO FÉLIX E CACHOEIRA.

Eliane Ribeiro Leite (UNILAB)
lane.leite@yahoo.com.br

O trabalho elaborou, primeiramente, um mapeamento dos atores sociais jovens atuantes em quatro (04) cidades de pequeno porte na Região do Recôncavo da Bahia, mas especificamente nas cidades de Governador Mangabeira, Muritiba, São Félix e Cachoeira, cuja ação pode ocorrer fora dos espaços tradicionalmente entendidos como políticos, a exemplo dos partidos e dos sindicatos. Foram selecionados e pesquisados indivíduos entre 15 e 29 anos de idade, classificados como jovens, de acordo com o Estatuto Nacional da Juventude, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidente da República, Dilma Rousseff, em 05 de agosto de 2013. Assim, procurou-se, também, conhecer o alcance desta ação a partir da atuação destes atores jovens, nos diferentes espaços da vida social, cultural, político e religioso. Seu corte empírico é a ação de atores participantes de movimentos sociais, culturais e de redes sociais que, por meio de sua atuação em tais espaços de participação política visam de alguma forma interferir na realidade que os cercam. Toma-se como pressuposto de trabalho que a atual configuração entre as novas formas de expressão político-cultural e os atores sociais expressam as novas modalidades de participação política, engajamento social e de valores sociais e políticos renovadores. Através desse trabalho, buscou compreender a participação política da juventude na sociedade contemporânea, como também pretendeu analisar como está o grau de envolvimento dos jovens nas referidas cidades, em relação à política. Os resultados das entrevistas mostram que pode ocorrer sim, participação fora dos espaços entendidos como convencionais e que, na sua maioria, pode ocorrer tanto fora quanto dentro dos espaços políticos tradicionais. Pois, foi possível ver durante toda a pesquisa, como ocorre o desenvolvimento da participação política desses jovens da região do Recôncavo da Bahia. Porém, por meio das análises dos dados, coletados pela pesquisa, é mais evidente a participação não convencional da (s) juventude (s) da Região do Recôncavo da Bahia, ou seja, uma participação indireta. Conclui-se nessa pesquisa que a maioria dos atores sociais possuem participação de forma não convencional, como também relatam que grande parte dessa juventude mantém um envolvimento não convencional, não tendo, portanto, envolvimento direto com as questões políticas tradicionalmente concebidas como participações convencionais, sendo poucos os jovens que atuam em algum partido político, por exemplo. Entretanto, a maioria desses jovens participam de movimentos culturais, movimentos sociais, associações, grêmios estudantis, movimentos religiosos, greves, manifestações de rua. E com base em Julian Borba (2010) a participação política acontece por duas principais modalidades de participação, denominada como participação convencional ou não convencional, as quais podem contribuir tanto com a democracia e com o aumento do grau de confiança nas instituições e/ou organizações da sociedade.

487



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 12 - Relações raciais.

Coordenador: [Cristiano dos Santos Rodrigues](#) (UFBA)

488



RACIALIDADE E PRECONCEITO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA CIDADE DE JUIZ DE FORA: UMA ABORDAGEM SOBRE A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO JOVEM NEGRO.

Leandro Alves de Assis (UFJF)
leandro.assis13@hotmail.com

O estudo se propõe a analisar as relações de racialidade e preconceito nas relações de trabalho da cidade de Juiz de Fora e mais especificamente a relação dos jovens como força de trabalho, uma vez que a cidade nas últimas décadas do século XX ganhou destaque no cenário nacional pela retomada do crescimento econômico e por ser polo regional na educação superior. Apesar disso, a presença de jovens negros empregados em indústrias ainda é baixa e, nas universidades, mesmo com as políticas governamentais de ações afirmativas de inclusão de negros no ensino superior, ainda não atinge 25% do número de matriculados em tais instituições segundo dados da Universidade Federal de Juiz de Fora. Outro fator de análise do estudo se dá a partir da identificação racial dos jovens que são força de trabalho e, através dessa identidade auto afirmada e sua apropriação do espaço juiz-forano não só nos espaços de trabalho, mas nos espaços de lazer, como os pagodes, bares, as rodas de rap, as boates e casas de shows, além das praças esportivas e centros comerciais. O estudo debate a reprodução sistemática de um modelo histórico de distribuição de postos de trabalho que subjugou negros a colocações e remuneração menores que as dos brancos desde o fim do século XIX, no pós-abolição da escravidão, fruto do Brasil colonial que demonstrava seu preconceito pregando a inaptidão do negro livre e liberto para o trabalho e preferindo importar mão de obra da Europa. Ainda hoje no século XXI, a cidade e o Brasil demonstram manter resquícios dessa herança cultural. Os maiores reflexos da diferenciação de oportunidades de trabalho entre as parcelas branca e negra da população são vistos nas atividades informais e nas tarefas que exigem menor qualificação. A população jovem e negra de Juiz de Fora com emprego é encontrada em atividades do setor de serviços (prestadores de serviços de manutenção e limpeza, construção civil, empregadas domésticas, atendentes de telemarketing), no comércio (vendedores, operadores de caixa, balconistas, garçons) e na informalidade. Os empregos de maior qualificação são dominados em sua maioria pela população branca como no setor industrial. Essa forma de distribuição faz com que haja uma ociosidade grande entre os jovens que não consigam vagas em cursos universitários, cursos técnicos ou não avancem diretamente para o mercado de trabalho e torna-os suscetíveis a criminalidade crescente no município. Por fim, o estudo busca a forma como a sociedade vê os jovens brancos e negros de Juiz de Fora e sua participação na dinâmica da cidade sob o aspecto socioeconômico e cultural.

489



O PERFIL DO INDESEJADO.

José Augusto Conceição (SEPLAG)
joseaugustopsicossocial@gmail.com

Márcio Alexandre Duarte (SEPLAG)
marciosspro@gmail.com

Em 2009 a Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) deu início a um programa que denominou Sistema Integrado de Metas e Acompanhamento de Resultados, objetivando estimular a integração das polícias Civil e Militar e a redução da violência. Para integração das polícias foi desenvolvido um modelo territorial comum a ambas; para mensuração das metas de desempenho foram formados 03 conjuntos de variáveis nomeados Indicadores Estratégicos de Criminalidades (IEC); e para o acompanhamento dos resultados foi instituído um ciclo trimestral e escalonado de reuniões. Com intuito diagnóstico, as reuniões (nível 4) entre a equipe de uma Delegacia de Polícia Civil e a tropa de uma Companhia Destacada (de um Batalhão). Com escopo de planejamento, as reuniões (nível 3) entre delegados titulares das unidades de Polícia Civil circunscritas à área de um batalhão e o comandante desta unidade militar. Com propósito de monitoramento de ações, reuniões (nível 2) dos delegados de polícia e comandantes de batalhões com o Diretor de Polícia de Área (DPA) e o Comandante de Policiamento de Área (DPA). E com finalidade de avaliação da política pública de segurança, reuniões (nível 1) dos DPAs e CPAs das sete regiões integradas de segurança pública (RISPs) com as cúpulas das duas polícias, da Secretaria de Segurança e convidados. Foi no bojo do ciclo de reuniões do primeiro semestre de 2014 que policiais da 1ª RISP, cujo território compreende as zonas centro, sul e norte da capital apontaram o problema do impacto das infrações cometidas por crianças e adolescentes sobre os IEC da região. A partir de então a SESEG, reconhecendo a conveniência do planejamento de ações conjuntas com os órgãos os quais o Estatuto da Criança e do Adolescente e outros diplomas legais incumbiram à proteção dos direitos desta população – e valendo-se do corpo de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGGs) da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) que se encontra a seu serviço – vem envidando esforços para a compreensão da dinâmica deste problema, na tentativa de: (I) mapear as agências protetivas, no âmbito dos sistemas educacional, de garantia de direitos, Único de Saúde e Único de Assistência Social; (II) inventariar seus programas, projetos e ações; e (III) identificar os pontos bloqueio destes e os motivos da obliteração. Dado, contudo, a urgência inerente às demandas em segurança pública, os EPPGGs responsáveis pela investigação optaram pela adoção de metodologia assemelhada à pesquisa ação, realizando reuniões focais com delegados lotados em unidades especializadas no atendimento a crianças e adolescentes, integrantes da Fundação [estadual] para Infância e Adolescência, membros dos serviços municipais de assistência social entre outros. Como primeiro resultado do empreendimento, os EPPGGs desenharam um produto estatístico em conjunto com Instituto de Segurança Pública RIOSEGURANÇA (ISP): os Microdados Criança e Adolescente. A presente comunicação baseia-se nos tais Microdados e em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro. A partir do que, referenciados por teorias da etnicidade e fundados na categoria etnocentrismo, analisamos o panorama da violência entre crianças e adolescentes, na capital do Estado.



**JUVENTUDE AUTODECLARADA:
COLORINDO A PELE SEM PERDER O TOM.**

Denise Maria Soares Lima (UCB)
advdenise@yahoo.com.br

De acordo com o Censo de 2010, o grupo de pretos e pardos constitui a maioria da população no Brasil, tornando-se, assim, o segundo país do mundo com maior população negra; no entanto, a maneira como cada brasileiro se autodeclara em relação à sua cor enseja estudos significativos, pois muitos desses perpassam por questões que demonstram como o preconceito e a discriminação raciais interferem na identidade do povo brasileiro. Neste sentido, este estudo trouxe recorte de pesquisa que demonstra como estudantes do ensino médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) realizam essa identificação sobre a cor/raça. Trata-se de um recorte de caráter quantitativo e qualitativo. A amostra foi coletada com base em uma atividade realizada por jovens e adultos em salas de aula de um curso a distância na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Distrito Federal. Todos os 180 indivíduos que realizaram a atividade cursam o ensino médio, distribuídos do seguinte modo: 55 estudantes da primeira etapa; 58 estudantes da segunda etapa e 67 estudantes da terceira etapa, todos têm entre 18 a 29 anos. Para essa análise realizou-se um levantamento em cerca de 180 textos descritivos, cujos dados foram analisados pelo o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Os apontamentos reforçam a subjetividade entre a auto atribuição de cor/ raça e o fenômeno do racismo, que atinge particularmente à população negra brasileira, cujo trato midiático costuma ser diferenciado. Com base na análise dos dados gerados, pôde-se constatar que colorir a própria pele (preto, marrom, vermelha, amarela, branca) e a essa acrescentar outras características (jambo, bombom, clarinha, queimada de sol) faz parte do perfil dos brasileiros quando se autodeclararam, predicativos visíveis em consonância com dados censitários e vasta literatura na área. Contudo, essas variadas matizes exploradas são suficientes para imprimir “arte” neste fazer brasileiro? Conclui-se que, embora, haja um processo criativo nestes entretons, esses não se mostram inovadores nem satisfatórios. Primeiro, a cor morena se mostra recursiva e preponderante, reflexo de uma sociedade racializada, que inferioriza negros e indígenas por meio de tratamento omissivo, diminuído ou negativo dado a esses indivíduos e reproduzidos em diversos espaços sociais. Em segundo, a variedade que cria e amplia é a mesma que restringe, assim surge um estratagema do qual os movimentos sociais negros há muito enfrentam: o mito da democracia racial brasileira, que crê na harmonia social e étnica no país. Portanto, o debate sobre cor e raça continuará existindo e a recuperação da negra e do negro como agentes ativos do processo de formação da sociedade brasileira, por meio de políticas específicas, será necessária, e, ainda, nestes termos, acrescenta Bento (2009), as relações raciais devem ser debatidas com todos os grupos envolvidos, discriminados ou não, pois, muitos dos indivíduos, grupos e instituições privilegiados participam do discurso racializado, mesmo silenciosamente.

491



**RACISMO, EXCLUSÃO E AVALIAÇÃO:
COMO OS CONTEXTOS ESCOLARES INTERFEREM NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
ESTUDANTES HOMENS NEGROS DO CAMPUS NILO PEÇANHA- PINHEIRAL- IFRJ?**

Nelma Bernardes Vieira (IFRJ)
nelma.vieira@ifrj.edu.br

O tema das ações afirmativas voltadas para os estudantes negros e ou pardos na educação superior já é considerado como objeto de estudo recente e complexo; agora, para os estudantes do ensino médio federal é ainda mais recente por causa da promulgação da Lei 12.711/2012. A lei dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio de estudantes que cursaram integralmente o ensino médio e ou ensino fundamental em escolas públicas; que tenham renda per capita familiar inferior a um salário mínimo e meio; e também aos que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. O estudo investigará junto aos rapazes negros de que forma a instituição escolar contribui ou não para a construção da sua identidade como homem negro e de que forma os temas étnico-raciais são tratados pela instituição escolar que oferece o Ensino Médio integrado ao Ensino Técnico. O estudo fará o resgate histórico da trajetória das desigualdades raciais no Brasil desde 2002 até a Lei n. 12.711, em 29 de agosto de 2012. Entende-se que o conceito de raça não é uma construção biológica, e, sim, política. Raça neste contexto será entendida como construção cultural que não se faz no isolamento, mas articulada com as questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas (GOMES, 2002). Será utilizado como aporte para esse estudo o referencial teórico de Nilma Gomes. Em toda a história brasileira o negro é visto de uma forma desumanizada, fragmentada. As "histórias oficiais" são sempre contadas a partir da visão de grupos que estão no poder, sempre numa perspectiva eurocêntrica. Há uma reificação do escravo e após a abolição da escravatura desse novo sujeito que foi abruptamente jogado a própria sorte. A escola, enquanto instituição formadora deverá ser um espaço não apenas dos saberes escolares, mas também, de saberes sociais e culturais. A instituição escolar necessita assumir o seu papel pedagógico e político de transformadora social e os sujeitos negros, diversas vezes dentro desse espaço não o reconhecem como apropriado para si, pois o discurso pedagógico reproduz a sociedade desigual, injusta e racista. O cotidiano escolar se torna um lugar estranho e esse estranhamento ocorre de diversas formas e se não há o enfrentamento dessa estranheza pode ocorrer o afastamento da população negra desse espaço. Para a instituição escolar realizar o seu papel pedagógico e político é fundamental reinventar-se, pois a instituição escolar no seu cotidiano impõe padrões tais como de currículo, conhecimento, comportamento e estética e para permanecer dentro da instituição é necessário uniformizar-se. Estar dentro de um padrão estabelecido. O negro não faz parte do padrão hegemônico. Será analisado se os discursos que atravessam a instituição escolar contribuem para a construção da identidade negra de uma forma positiva e quais os dispositivos utilizados por esses estudantes negros para permanecerem dentro da instituição. Também será investigada qual a visão dos estudantes negros sobre a prática avaliativa da instituição e se há diferenças de desempenho acadêmico entre estudantes negros e negras.

492



VISÕES SOBRE A RAÇA E A MODERNIDADE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: EM BUSCA DO SUICÍDIO DO RACISMO.

Leonardo Neves (IUPERJ)
leonardo.comunic@gmail.com

Introdução: Este artigo é uma reflexão sobre autores que fazem parte do pensamento social brasileiro. Vamos abordar: Nina Rodrigues em seu livro “Os Africanos no Brasil” (1932), Oracy Nogueira, em “Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem” (1955), Gilberto Freire com “Casa-Grande e Senzala” (1933), Florestan Fernandes em “O Negro no Mundo dos Brancos”, (1972). O objetivo desta reflexão é mostrar que o racismo, no Brasil, evoluiu da modernização que se instalava no país. A partir da compreensão do surgimento e da evolução do racismo, o artigo propõe uma solução metafórica, mas de extrema conceptualização teórica e metodológica: O suicídio do racismo. Nosso artigo tenta mostrar que o pensamento social brasileiro é formado por várias interpretações, de pesquisadores da época, e que a concepção do racismo mudou com as pesquisas, o que faz parte das mudanças de paradigmas que acontecem com o tempo. A ciência trabalhava com pesquisas que utilizavam os conceitos biologizante, deterministas e geográficos. Uma visão positivista. Devemos olhar a questão sobre raças através da antropologia cultural. Porém, a mudança de paradigmas não nos impede que façamos um esforço para entender as ideias que surgiram no século XVI e foram até o século XIX, mas não saíram de nosso imaginário até hoje. A Metodologia do artigo: A ideia das reflexões aqui dissertadas pretende criar um mosaico de que fala Becker, pois tal mosaico é extremamente útil e nos faz analisar como o trabalho científico, montado por várias peças e costurado a horas de reflexão e leitura, pode acrescentar um pouco a visão que se tem sobre o pensamento social brasileiro. Quando temos em mãos muitas das peças colocadas, podemos enxergar um pouco da concha de retalhos que nos traz a relação entre os fatos e os acontecimentos. (BECKER, 1993). O suicídio do racismo: Na conclusão do nosso artigo estamos expondo a possibilidade de mudanças e a construção de novas vertentes, de novas visões, de novas pesquisas. O que nos faz pensar sobre tais pesquisas e entender como se constitui a modernidade, a relação entre negros e brancos e as questões do dia a dia, pois sabemos do racismo velado ou racismo aparente que está no cotidiano de nossa nação. Conceber reflexões sobre Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Franz Boas é enxergar os diversos olhares desses autores sobre o racialismo e a modernidade no Brasil. Através desses autores gostaríamos de promover um pensamento que levasse aos leitores, deste artigo, a realizar um suicídio do racismo. Se o Estado tem, segundo Althusser (2007), Aparelhos Ideológicos e é capaz de dominar diversas instituições públicas e privadas ligadas à ideologia do Estado, como a imprensa, rádio e a televisão. Pode então o Estado, com todo o seu poder de coerção ajudar a promover o suicídio do racismo.



JOVENS QUILOMBOLAS E DIREITOS DIFERENCIADOS.

Breno Neno Silva Cavalcante (UFPA)
brenonenocavalcante@gmail.com

O trabalho descreve e reflete sobre a luta por cidadania e direitos travada pela juventude quilombola em Salvaterra, no arquipélago do Marajó, a partir de bibliografia existente sobre o tema e de observação participante junto às comunidades quilombolas da região. Considera-se ‘juventude’ como categoria geracional, construída histórica, social e culturalmente, podendo assumir significados particulares de acordo com o saber local, em diálogo transversal e relacional com diversos marcadores sociais da diferença, que são chaves fundamentais para a compreensão de representações individuais e coletivas de um grupo social. No caso dos quilombolas, há legislação específica que faz referência a direitos etnicamente diferenciados no âmbito da saúde, do território, da cultura e da educação, à exemplo do Decreto nº. 4887 e da Lei nº. 10.639, que entraram em vigor em 2003. Em Salvaterra, não obstante, os jovens quilombolas enfrentam situações adversas para exercer direitos garantidos constitucional e legalmente, devido à falta de educação diferenciada no campo, às complicações de acesso às escolas, à sistemática exclusão social através do racismo, institucionalizado ou não, à problemas de saúde e ao trabalho que, por vezes, impede a frequência escolar adequada. Frente às violações de Direitos Humanos, os jovens quilombolas da região criaram, em 2012, um coletivo de juventude chamado *Abayomi*, que realiza reuniões periódicas de caráter formativo e organizativo, no intuito de qualificar novas lideranças para o movimento quilombola e de “resgatar” a cultura africana dos antepassados. Os encontros são organizados por jovens mais experientes na militância do movimento negro e quilombola, que possuem vivência e formação semelhantes via Projeto *Ijè Ofé*, que foi coordenado por um coletivo de entidades do movimento negro atuantes na Amazônia. Durante os encontros da *Abayomi*, os jovens são estimulados a discutir temas como evasão escolar, extermínio da juventude negra e auto identificação, o que se configura como um chamado à luta e à mobilização coletiva, em favor de mais inclusão social e cidadania. Dentre os temas discutidos, destaca-se o acesso ao Ensino Superior por meio do Processo Seletivo Especial da Universidade Federal do Pará e de cursos direcionados ao público etnicamente diferenciado, como o Etnodesenvolvimento, oferecido pela mesma Universidade no município de Altamira. Essas conquistas do movimento quilombola são vistas como oportunidades importantes para a formação dos jovens e como possibilidades de dar um “retorno” positivo às comunidades às quais eles pertencem. A partir de reuniões realizadas pela *Abayomi* discute-se o que do ponto de vista dos protagonistas é ser *quilombola*; o conhecimento sobre a história do quilombo de origem de cada um dos jovens presentes às reuniões, retirando da invisibilidade as “agências” produzidas pelos jovens para demandar direitos.



**JOVENS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR:
IDENTIDADE E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.**

Josilene Maria de Oliveira (UEPB)
josissmaria@yahoo.com.br

Patrícia Cristina de Aragão Araújo (UEPB)
cristina-aragao21@hotmail.com

O presente artigo tem por objetivo refletir como no contexto da educação formal, jovens negras constroem uma identidade afrocentrada, na perspectiva dos direitos humanos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, em estudos e pesquisas que sendo desenvolvidos na Pós-Graduação em Serviço Social, na qual neste texto elaboramos reflexões sobre o lugar de jovens negras no espaço escolar. Este trabalho se centra nos estudos desenvolvidos por Dayrell (2007), Brah (2006), Castro (2004), Passos (2011) e Andrade (2013). Apontamos que educação em direitos humanos prima pelo respeito às diferenças e identidade dos sujeitos sociais, neste sentido pensar este tipo de educação, a partir da juventude negra se constitui num elemento significativo para perceber como na escola são construídos canais de convivência, sociabilidade, sobretudo, como o direito social no espaço educacional está sendo trabalhado enquanto necessidade de outros humanos de serem reconhecidos na sua dimensão de ser humano, para aprender na convivência com a diversidade, ao qual temos o direito de vivenciá-la. Lembremos que existem processos invisíveis pelos quais os sujeitos são postos e que nem sempre estão percebidos que estão sendo “educados”, a saber: em família, na rua, em momentos de lazer, na vivência da religiosidade e na própria escola. Vale salientar que estes processos não são neutros, sejam informais ou os baseados em leis, projetos, em planos, qualquer que seja o projeto ou processo educativo que se queira desenvolver, traz modelo de pessoa que se quer. Os processos apontados muitas vezes reforçam determinados modelos de humanos que são ou não aceitáveis em sociedade, e desta forma, não precisam e nem devem ser passivos ou submissos, pois compreender o contexto ao qual estamos inseridos requer um posicionamento crítico. Direitos humanos nos remete ao direito a vida, a liberdade. Temos os direitos políticos, civis e sociais, que garantem o acesso ao trabalho digno, a educação de qualidade, uma alimentação saudável, enfim, igualdades no seu profundo significado, porém, temos o caráter antidemocrático, pelo qual os nossos representantes no legislativo federal tem abordado temas tão relevantes para o conjunto da sociedade, em especial, para mulheres, negros/as, indígenas, a população LGBTI, a partir do Plano Nacional da Educação e a retirada destas categorias de seu texto. Compreendemos a educação formal, oferecida na escola como espaço privilegiado para a formação da pessoa, pois é o lugar da infância até a vida adulta, onde são estabelecidas relações sociais que nos moldam por determinados período e ou pelo resto de nossas vidas. Segue regras ou leis como normatizações para prestar um serviço minimamente “digno”, mas também temos ciência da dívida histórica para com a população negra neste país. Temos leis significativas na educação como primeiros passos neste processo de reparação, além de um plano que visava em seus princípios pautar a raça, gênero e sexualidade. Neste processo de resistência, as juventudes negras trazem outros aspectos da vida em sociedade, para o fortalecimento de uma identidade coletiva, inventam formas de expressão política, criam novos espaços públicos, ressignificam várias expressões culturais e principalmente, provocam outras relações nos espaços de poder.



**NÓS NÃO NASCEMOS NEGROS, NOS TORNAMOS:
UM DEBATE SOBRE SER JOVEM E NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.**

Tais Evandra Carvalho Teles dos Santos (UNESP)
tellesevandra@gmail.com

Os apontamos expostos neste trabalho, consiste numa breve apresentação dos resultados obtidos a partir do desenvolvimento da pesquisa “Juventude Negra em Cena: A construção da territorialidade sob a ótica étnico-racial”. A pesquisa em questão vem sendo desenvolvida e atualmente completa um ano e meio de dedicação ao tema. O estudo encontra-se sob o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP. Quando nos propomos a pensar o tema juventude, nos deparamos com uma gama de assertivas a respeito do assunto. O debate em questão tem sido objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento científico acadêmico e naquilo que tange ao debate de políticas públicas no Brasil. Porém, nosso objetivo neste ensaio é além de fomentar a discussão a respeito da Juventude, em especial a Juventude Negra. Estamos nos propondo a realizar tal análise a partir de elementos que julgamos primor. A construção de uma identidade negra afirmativa e espaço geográfico. Muito tem se discutido sobre a juventude. Mas será que estamos realmente dispostos a enxergar a juventude em pluralidade, racial e étnica? Será que esses jovens brasileiros vivenciam e experiências as mesmas praticas sócio espaciais em seu cotidiano? Nossa pesquisa tem mostrado que não. O debate sobre juventude perpassa obrigatoriamente pelos elementos de cor, raça, classe social, gênero e não menos importante, o espaço geográfico ocupado e apropriado por esses jovens. Ler a juventude, sobretudo no Brasil, implica termos em julgo esses critérios de análise. Ser jovem e negro na sociedade brasileira nos impõe a necessidade de dialogarmos com questão como construção de uma identidade negra que contribua de fato para o processo de formação social, cultural, política e espacial desses meninos e meninas, produto de uma sociedade excludente e racista. Não menos importante, devemos pensar os elementos que fazem parte da construção social desses sujeitos e as implicações deste para construção de um espaço onde essas identidades assumem uma dimensão espacial. Entendemos que as práticas socioespaciais desses jovens “socialmente reconhecidos como negros” passam por um processo de construção de uma identidade negra afirmativa ou negativa à medida que estes participam e interagem em distintos espaços geográficos. A juventude negra, não nasce negra, ela torna-se à medida que as implicações do racismo e a discriminação racial lhes força uma tomada de posição de si no mundo. Assim apresentaremos os resultados a partir do recorte geográfico dado a pesquisa. Esta realizada na cidade de Presidente Prudente – SP. Nossos apontamentos são ainda primícias de um debate de tamanha importância em nossa sociedade, sobretudo quando consideramos a condição de um país em que a maioria da população é jovem. Deste modo pretendemos contribuir a partir dos nossos resultados de pesquisa. Buscamos assim situar esse debate no espaço geográfico e suas especificidades científicas e acadêmicas.

496



**RELAÇÕES RACIAIS E DIREITOS HUMANOS:
RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE VOLUNTARIADO NO QUÊNIA.**

Monalisa Pontes Xavier (UFPI)
monalisapx@yahoo.com.br

Juventude e negritude são categorias que têm recebido atenção especial no campo das políticas afirmativas por se constituírem como lugares significativos de produção de sentidos sociais e subjetivos. Apesar disso, muitas vezes persistem práticas que conferem a outros o lugar de produção discursiva sobre jovens e negros, pouco possibilitando espaços desses sujeitos se dizerem. Isso implica uma dimensão ética que remete a múltiplas problemáticas, a exemplo dos direitos humanos voltados a essa parcela da população. Trabalhar relações raciais e direitos humanos tem se constituído um desafio para vários campos do saber, como a Educação, a Psicologia e tantos outros. Pensar prospectivamente sobre o desenvolvimento de práticas em torno de relações raciais e direitos humanos é a proposta deste trabalho, que se pauta num relato de experiência de ajuda humanitária internacional no Quênia. O programa de voluntariado foi realizado num abrigo que há oito anos acolhe crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e visa oferecer alimentação, estudo e esperança de um futuro próspero a sujeitos desassistidos por instâncias governamentais e/ou familiares. Junto aos jovens foi desenvolvido um projeto de educação em direitos humanos que teve como base de trabalho as relações raciais com “muzungu” – pessoa de pele branca, não africano – e, a partir de discussões sobre a raça/cor da pele como um lugar de alteridade, abriu espaço para a abordagem dos direitos – que foi o eixo central da proposta de voluntariado. A experiência teve duração de 21 dias e foi marcada por uma série de dificuldades que abrangem desde a questão linguística até os modos de inteligibilidade possíveis em uma sociedade constituída em meio à guerra civil, dominação religiosa e cultural, miséria, etc. Tais dificuldades, contudo, possibilitaram a insurgência de inquietações e aprendizado social e intelectual de inestimável valor. A vivência foi registrada em fotos, vídeos e diários de campo e, no momento de sua realização, teve como objetivo exclusivo a realização da missão humanitária. Só posteriormente os registros foram trabalhados numa perspectiva de elaboração crítico-reflexiva acerca da temática em foco. Estar no lugar do outro, do diferente, ser a raça minoritária e a cultura desconhecida permite uma redefinição de olhar sobre os sentidos e as experiências em torno da raça e das questões que lhe atravessam. Sentir a diferença, experienciá-la por um viés ético-político se constitui em fonte de aprendizagem sensível e ressignificação de concepções anteriores, na medida em que permite uma recontextualização e um olhar histórico e global sobre a juventude e as relações raciais que, no nosso país, figuram como questão de um grupo minoritário.

497



POSIÇÕES DE PRIVILÉGIO E O PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DA NEGRITUDE NA TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGROS DE BELO HORIZONTE.

Ricardo Dias de Castro (UFMG)
ricardodiascastro@gmail.com

Esse trabalho pretende investigar os processos envolvidos na construção da auto declaração racial e da significação da negritude em jovens autodeclarados negros que estão em cenários de privilégios. Uma vez que, em geral, sujeitos com trajetórias marcadas por posições de privilégio parecem ter estado fora da literatura clássica sobre o tema racial, trazê-los como um problema de pesquisa para o debate das relações raciais torna-se relevante para o cenário atual dessa temática no Brasil. A importância de inserir sujeitos com essas experiências, na problematização do debate racial, desloca a ideia da qual compartilhamos onde existe uma incompatibilidade entre ser negro e poder desfrutar dos bens associados à modernidade, uma vez que a representação sobre o lugar do negro, na sociedade brasileira, parece homogeneizar as associações entre cor e classe (ricos e brancos versus pretos e pobres). Ainda que, certamente, estudos e dados mostrem que, no Brasil, a pobreza é negra; há negros, que nos últimos anos, têm ocupado as classes econômicas médias ou, até mesmo, de estratificações superiores e, nesse sentido, têm circulado em espaços de poder e privilégio onde há uma maior circulação de sujeitos reconhecidos brancos e a restrição de negros era limitada, ou até mesmo, negada. Nesse sentido, é primordial compreender como os negros lidam com as tensões advindas do seu reconhecimento e declaração racial em espaços em que os pactos da branquitude estão mais “amarrados”. Sendo assim, esse trabalho elenca espaços – que, historicamente, estiveram fora da literatura sobre negritude – para analisar processos de reconhecimento da negritude e *como* ela se negocia e é negociada quando a interseccionalidade raça negra e posições de poder e privilégio existe. Interrogar-se sobre as experiências de negros em espaços de prestígio social é entender os dilemas de ser negro onde a negritude não é parte do imaginário social que representa e significa tais lugares. Fugindo das prescrições emancipatórias e de mobilização que, muitas vezes, homogeneizam modos de ser, viver e existir de negros; esse trabalho aposta no recorte geracional de jovens acreditando que esses sujeitos possam ter vivenciado parte das transformações raciais dos últimos trinta anos que deslocaram a experiência da negritude, única e exclusivamente, das experiências de violência, subalternização e violência do povo negro para outras possibilidades de negritude. Essa atmosfera social e política, no Brasil, não pode ser comparada com o que era o cenário racial há trinta anos. De fato, os efeitos desse debate possuem importantes desdobramentos na dinâmica do racismo brasileiro e, ainda que não tenhamos ultrapassado o Mito da Democracia Racial – que continua vigente como discurso e prática social - os dilemas em torno das relações raciais não estão mais, apenas, na subalternização, violência e opressão do negro. Nessa direção, esse trabalho pretende compreender, a partir de jovens negros marcados por posições de privilégio e prestígio socioeconômico, as estratégias e negociações que esses sujeitos lançam mão para seu reconhecimento racial nesses espaços, bem como investigar as relações entre a percepção do cenário racial brasileiro e imagem que esses sujeitos fazem de si mesmos.

498



ENSINO SUPERIOR E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Vanessa Silveira de Brito (UERJ)
vanessabrito482@gmail.com

O presente estudo trata-se de recorte de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação da UERJ e teve como objetivo refletir sobre a relação entre o ingresso no ensino superior e a redução das desigualdades raciais. Para isso, descrevo a mobilidade social de egressos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) após dez anos da conclusão do curso universitário. O foco do PVNC é o direito à educação, especialmente, o ensino superior. É nesta perspectiva que busca a redução das desigualdades sociais e raciais, considerando que seu público-alvo (negros e/ou pobres), historicamente, teriam mais dificuldades de acesso a um curso universitário. Acreditamos que a manutenção das desigualdades raciais se dá através do racismo. Este tipo de desigualdade faz parte do nosso cotidiano. E, por ser algo tão usual, o fenômeno do racismo acaba sendo naturalizado na sociedade brasileira. Este inclusive é o argumento que nos permite pensar nas ações afirmativas como mecanismo para a mudança desta realidade social, tendo em vista a diferença como base para a produção e para a manutenção das desigualdades. De maneira geral, o grupo pesquisado afirma que o Pré-Vestibular para Negros e Carentes ainda é uma estratégia válida para incluir negros e/ou pobres no ensino superior. Isso porque percebem a educação pública básica como insuficiente para promover os conhecimentos necessários ao ingresso na universidade e, mais do que isso, reconhecem a existência de uma desigualdade educacional que afeta justamente a população que mais necessita de uma educação pública de qualidade. Sobre a perspectiva de mobilidade, destacamos que a percepção da mobilidade está diretamente relacionada às expectativas do sujeito sobre o seu futuro. Se o sujeito possui expectativas elevadas, aumenta a possibilidade dele se sentir frustrado em razão de algum obstáculo no seu percurso. Se a sua expectativa era baixa, tende a se sentir satisfeito com o que conseguiu e tem uma percepção diferente sobre a sua mobilidade. Fica clara a relação entre a entrada no PVNC, o ingresso no ensino superior e a questão da mobilidade. O grupo reconhece a ocorrência de mobilidade a partir de sua trajetória. Mobilidade percebida como aumento na qualidade de vida decorrente do aumento da renda familiar e do que os sujeitos denominam de mobilidade cultural. Dessa forma, a relação entre PVNC, ingresso no ensino superior e mobilidade fica evidente na trajetória e no discurso do grupo pesquisado. Em contrapartida, fica uma lacuna no que tange a redução das desigualdades através do ensino superior. Assim, como outros pesquisadores, acreditamos que a educação é um elemento importante para pensar a igualdade racial. No entanto, os dados coletados não nos permitem afirmar se, de fato, houve redução das desigualdades sociais e raciais.

499



**QUEM TRAZ NA PELE ESSA MARCA:
TRAJETÓRIA DE ESTUDANTES AFRODESCENDENTES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO RIO DE
JANEIRO.**

Rogério Mendes de Lima (Colégio Pedro II)
mendeslimacp2@gmail.com

Beatriz da Silva Amaro de Castro Hermes (Colégio Pedro II)
bibbi_biaa@hotmail.com

Luanna Monteiro Rodrigues (Colégio Pedro II)
luannamonteirorodrigues6@gmail.com

Paulo Roberto Vaughon Santana (Colégio Pedro II)
paulorvsantana@gmail.com

O presente artigo é parte de uma investigação que procurou avaliar qual o impacto da instalação do Colégio Pedro II em Realengo, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro na trajetória escolar de jovens afrodescendentes matriculados em instituições públicas de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Entendemos que a questão racial no Brasil é cercada de tabus, preconceitos e negligências que tem como resultado, índices de desigualdade racial incompatíveis com a vigência de uma ordem democrática. No que se refere especificamente à educação escolar, o que se observa é que o modelo de escola predominante no Brasil, desconsidera a realidade, as tradições e o conhecimento produzido pelos negros, excluindo-os das propostas pedagógicas e por consequência tornando-os elementos secundários da interação no espaço escolar. O reflexo desse processo pode ser constatado na trajetória irregular de estudantes negros dentro do sistema escolar brasileiro, exemplificado no número de evasões e repetências verificados a cada ano pelos dados dos diferentes órgãos governamentais e nas dificuldades de acesso e permanência dentro das escolas, principalmente naquelas que apresentam melhor estrutura e condições para o desenvolvimento adequado dos processos de ensino-aprendizagem. Nesse aspecto, o sistema escolar tem uma parcela significativa de responsabilidade na manutenção das condições de vida da população afrodescendente. Por um lado, por não garantir a esses jovens, possibilidades reais de ascensão social, por outro, por ser um elemento inibidor da constituição e valorização da própria identidade étnica, o que impacta diretamente em suas perspectivas e trajetórias de vida. Nos últimos anos, no entanto, a implementação de políticas públicas de inclusão social na rede federal de ensino, tem como um de seus objetivos, ampliar as possibilidades de ascensão social via sistema educacional das camadas populares. Sendo assim, a pesquisa procurou analisar qual o impacto que a criação de um Campus do Colégio Pedro II, tradicional instituição de ensino básico, combinada com a adoção de cotas para escolas públicas nas formas de ingresso, tem sobre o processo de inserção social de jovens afrodescendentes da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa procurou, através de análise documental e entrevistas com estudantes dos sistemas federal e estadual de ensino, traçar um panorama quantitativo (estatísticas de inserção e permanência nas instituições) e qualitativo (percepção por parte dos estudantes das possibilidades de inserção social; desenvolvimento por parte dos mesmos de novas estratégias em relação às instituições de ensino; reforço da identidade social e étnica, análise de sua trajetória pessoal e de seus pares.), com o objetivo de indicar quais as possibilidades e limites que essas políticas podem ter no combate à desigualdade racial no Brasil, especialmente as que atingem a juventude negra.

500



**A LEI 12.711/12:
CONTRIBUIÇÕES PARA O ACESSO DE JOVENS NEGROS À EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEFET/RJ.**

Samantha Rodrigues de Oliveira (CEFET/RJ)
samanthardo@gmail.com

Carlos Henrique dos Santos Martins (CEFET/RJ)
chlobo@oi.com.br

A Lei 12.711, instaurada em 2012, é um importante instrumento para organizar o debate a respeito da obrigatoriedade das cotas no ensino superior e, mais recentemente, nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Levando-se em consideração o contexto brasileiro marcado por desigualdades de acesso à educação por grande parcela da juventude negra, consideramos que as cotas raciais ainda são um instrumento necessário para a democratização do ingresso ao ensino público de qualidade e, portanto, são fundamentais para que o silenciamento acerca do mito de democracia racial constantemente reproduzido e ressignificado por setores contrários às mesmas não seja uma barreira para o acesso equânime à educação. Tendo em vista a ampla discussão da implantação das cotas nas universidades, este trabalho surge com a necessidade de abrir o debate, de contextualizar e compreender a forma com que ocorreu a instauração dessa mesma ação afirmativa no ensino técnico integrado ao médio. Assim, esta pesquisa, em andamento, visa destacar a necessidade de problematizar a existência das cotas no seu recorte racial e como podem contribuir para a ampliação do acesso do jovem negro ao ensino de nível técnico e médio na referida instituição. Mais detalhadamente, neste trabalho, são expostos dados que subsidiam a análise do andamento da implementação da política de cotas na instituição em questão e se de fato estamos caminhando para a efetivação de uma política que contribua para tornar o ingresso para o jovem negro mais justo ou menos desigual. Mais que um texto expositivo, o presente estudo surge com a necessidade de questionar a eficácia que as cotas de recorte racial trazem para a juventude negra que busca o acesso ao ensino médio integrado ao técnico em uma instituição federal. A intenção, ao produzir este trabalho, é ressaltar a importância das ações afirmativas e expor que as mesmas ainda se fazem necessárias no processo de alteração da realidade da juventude negra. Tendo como ponto de partida a análise documental e alguns dados quantitativos, a intrigante apreciação dos dados nos leva à conclusão de que trabalhos como este ainda se fazem necessários a partir do momento em que visam ir na contramão do silenciamento. Inversamente ao mito de democracia racial, esta pesquisa chama a atenção para o fato de que é fundamental a intensificação do diálogo em prol do acesso igualitário e justo, principalmente, quando se trata do jovem negro. Ao longo deste estudo, fica clara a intenção de ampliar o diálogo e não perder a discussão acerca das cotas, dando ênfase ao recorte racial e, mais amplamente, da importância da existência de ações afirmativas que visem reparar danos historicamente causados aos negros.



A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ENTRE JOVENS NEGROS DO CONJUNTO HABITACIONAL PALMITAL –SANTA LUZIA - MG.

Moisés Ferreira Geraldo (SEE-MG)
prof.moisesselgardo@gmail.com

A juventude negra enfrenta atualmente um grande desafio nas áreas periféricas. Alvo principal da violência urbana tem na cor da pele a marca de uma exclusão histórica como desafio de sobrevivência. Os números de vítimas da violência é uma das expressões da desigualdade que afeta essa população. O trabalho tem como proposta abordar a juventude negra e suas trajetórias para construção da identidade étnico-racial no conjunto habitacional Palmital, localizado na periferia da cidade de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte. O bairro trás na sua história um conjunto de experiências e superação dos problemas vivenciados no cotidiano, onde sua população heterogênea, na sua grande maioria oriundas de vilas e favelas de Belo Horizonte construíram uma coletividade atendendo uma lógica própria de identificação e pertencimento ao local que mora. É um desafio para a juventude negra do Palmital enfrentar no cotidiano a violência, pobreza e a desigualdade, que se transformam em barreiras para o seu desenvolvimento. Podemos entender esses desafios através das trajetórias e estratégias adotadas para escapar da violência do tráfico de drogas, da polícia, da evasão escolar, subempregos e de se manter vivo. A construção da identidade étnico-racial se dá nos múltiplos espaços onde esses jovens estão inseridos, tais como: a família, escola, programas sociais, coletivos de jovens ou qualquer espaço apropriado por essa juventude. Espaços que aproximam as histórias de vida de uma juventude que tem em comum o lugar onde moram e a cultura negra, buscando na experiência do outro um campo de possibilidades e conhecimentos. A partir dessa construção a juventude vai desenvolvendo um modo de ser, estilo de vida e estratégias que fortaleçam a identidade com a cultura negra. Uma nova proposta de identidade para a juventude negra, reconhecendo no contexto social novas potencialidades que privilegiam a interação com a comunidade e que rompam cotidianamente com a lógica da segregação. Partindo desse princípio propomos identificar, a partir da trajetória de vida de jovens moradores do bairro Palmital, o sentido da sua própria experiência enquanto jovem negro morador daquela localidade. Compreender, portanto as trajetórias desses jovens através dos seus relatos, as suas experiências e suas histórias como moradores do bairro, investigando como esses relatos podem revelar-nos as representações e estigmas estabelecidos acerca do seu grupo étnico, da sua localidade e das pessoas.



**LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA:
A ABORDAGEM DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS LIVROS APROVADOS PELO PNLD.**

Mariana Ingrid de Oliveira Pereira (UFRRJ)
maryoliveira.rj@hotmail.com

Marcia Cristina de Oliveira Dias (UFRRJ)
marcia.cristina1964@gmail.com

Historicamente as características físicas dos indivíduos têm sido utilizadas como parâmetros de distinção entre grupos sociais. A partir da colonização europeia, estas características passaram não apenas a diferenciar, mas qualificar os indivíduos. O processo de colonização europeu, iniciado a partir do século XV, utilizou a ideia de superioridade racial para legitimar a dominação e escravização de outros povos – que, teoricamente, constituiriam as “raças inferiores”. O Brasil conviveu com a escravidão por mais de trezentos anos. Apesar do “mito” da democracia racial as marcas deste período repercutem até os dias atuais. A partir do século XX grupos “minoritários” organizados – índios e negros, entre outros – iniciaram um movimento em prol do reconhecimento e valorização da diversidade étnico cultural. Um dos resultados desta mobilização foi a implementação da Lei nº 10.639/2003 determinando a inclusão na LDB da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas nos Ensinos Fundamental e Médio. A partir da percepção da escola como um local de socialização e de formação identitária de jovens, este artigo pretende – através de análise comparativa nos livros didáticos de sociologia para o Ensino Médio aprovados pelo PNLD – identificar se e de que modo os referidos livros abordam as questões da desigualdade racial, preconceito racial e racismo. Diante da impossibilidade técnica e metodológica de análise de todos os livros do referido programa, optou-se por realizar um recorte sobre quatro livros – *Sociologia para o Ensino Médio* (TOMAZI, PNLD 2012); *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (BOMENY, PNLD 2014); *Sociologia em Movimento* (SILVA, LOUREIRO, MIRANDA et. al., PNLD 2015); *Sociologia para os jovens do século XXI* (OLIVEIRA e COSTA, PNLD 2015). A escolha destes livros não foi aleatória, mas por razão prática. Nas escolas em que estagiamos tivemos oportunidade de conhecer os livros da Bomeny e do Tomazi. Em relação aos livros de Oliveira e Costa e o de Silva, Loureiro, Miranda et al, a escolha deu-se pela opção em incluir dois livros aprovados pelo PNLD 2015. A análise comparativa destes livros revelou algumas inconsistências e heterogeneidade na abordagem das questões étnico-raciais. Sendo o livro didático uma ferramenta utilizada por professores e alunos – na maioria, jovens – no processo de ensino-aprendizagem, reprodução e legitimação de ideologias, a presente pesquisa justifica-se por visualizar neste material didático uma perspectiva de discussão de questões sociais que, em menor ou maior grau, permeiam a vida de jovens em todas as classes e contextos sociais.



EXPECTATIVAS DE FUTURO DE JOVENS NEGROS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS: IMPLICAÇÕES DO SISTEMA DE COTAS NO CEARÁ.

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço (UFC)
verianac@gmail.com

Janaína Farias de Melo (UFC)
janjanmelo86@gmail.com

Andréa Acioly Maia Firmo (IFCE)
acioly.andrea@gmail.com

Denise Viana Goes (UFC)
denisevianag@hotmail.com

Lívia Lima Gurgel (UFC)
livinha-ligur@hotmail.com

Bruna Laise Abreu Bezerra (UFC)
bruna-laise@hotmail.com

Este projeto segue estudos que desenvolvemos articulando os temas juventude, vulnerabilidade e risco e relações étnico-raciais no contexto escolar. Parte de resultados de uma pesquisa anterior, que apontaram a valorização da escola por estudantes do ensino médio de escola pública, porém com baixas expectativas de ingresso no ensino superior. No Ceará, até a promulgação da lei de cotas em 2013, nenhuma instituição o havia adotado. Em 2013 a Universidade Federal do Ceará inaugurou no estado essa política. Este fato criou um cenário diferente aos estudantes das escolas públicas, o que nos levou a questionar se e como essa mudança na abertura de oportunidade para ingresso no ensino superior repercute na percepção dos alunos das escolas públicas de Fortaleza sobre suas possibilidades de entrada na universidade, focando especificamente estudantes negros. Os estudos que tratam do sistema de cotas sociais e raciais, centram-se em análises com estudantes cotistas que já estão na universidade. Nosso interesse se volta para os alunos negros – pretos e pardos, conforme IBGE – do ensino médio. Nosso objetivo é analisar o papel da implantação desse sistema no Ceará sobre as expectativas e investimentos para o ingresso no ensino superior, de jovens negros do ensino médio público de Fortaleza. Partimos de uma concepção histórica e cultural do processo de constituição subjetiva e de desenvolvimento para compreendemos a problemática do preconceito e da construção identitária. Ademais, consideramos que os processos de discriminação e exclusão social de negros no Brasil, além das consequências objetivas, produzem marcas no plano subjetivo, na autoimagem e visão positiva de si, muitas vezes tornando obscura a percepção de oportunidades futuras, entre elas, a perspectiva de completar a formação acadêmica em um curso superior. A pesquisa apresenta um desenho metodológico em duas etapas, uma preliminar, de caráter exploratório-descritivo com aplicação de um questionário, que visa mapear o conhecimento dos estudantes negros acerca da política de Ações Afirmativas, especificamente, sobre o sistema de cotas para o ingresso na universidade, bem como comparar os resultados da primeira pesquisa com os desse estudo. Esta etapa foi realizada em 12 escolas públicas estaduais das seis Regionais de Fortaleza, envolvendo um total de 479 estudantes dos três anos do ensino médio, dessas escolas. Foi aplicado um questionário com 14 itens objetivos, alguns com a possibilidade de justificativa aberta. Estamos concluindo as análises dos questionários. A segunda etapa, será desenvolvida em duas das escolas participantes da etapa preliminar e terá um caráter de pesquisa-intervenção, de abordagem qualitativa e participativa, utilizando a metodologia de oficina temática. A oficina abordará temas relativos à escolarização, às motivações para o estudo, ao papel da escola na trajetória de vida, às expectativas de futuro, inclusive sobre o ingresso no ensino superior, bem como questões ligadas à identidade étnico-racial, ao preconceito e à discriminação e, finalmente sobre a política de ações afirmativas. Com este estudo estamos interessados em ampliar as análises sobre juventude, relações étnico-raciais e processos identitários, com foco na percepção de oportunidades de futuro de jovens negros frente às políticas de acesso ao ensino superior.

SAMBA-ENREDO E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639.

Nikolas Bigler (UFRRJ)
nikolas.bigler@gmail.com

Leila Dupret (UFRRJ/INES)
leiladupret@gmail.com

A lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96), incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História da África e Cultura Africana e Afro-brasileira” completa doze anos em 2015 e, apesar desse tempo de existência, ainda encontra dificuldades para sua implementação. A lei surge com a perspectiva de construir e incentivar uma educação que preze pelo respeito e valorização da diversidade étnico-cultural. Mesmo a lei sendo de caráter obrigatório, as informações que, necessariamente, deveriam ser transmitidas aos alunos, não participavam do arsenal de conhecimentos prévio dos professores; fato que gerou o primeiro impacto escolar: com transmitir algo que não é sabido? Assim, uma primeira demanda se instalou: a de serem oferecidos cursos preparatórios para professores que pudessem, minimamente, cobrir este lapso de informações. Deste modo, uma alternativa é a utilização de sambas-enredo que, em suas composições, ofereçam conteúdos acadêmicos consoantes ao disposto pela Lei, acrescidos de todo o aparato técnico profissional exigido para suas apresentações públicas. Daí, entende-se ser possível emergir a dinâmica do processo de aprender conjunto, abrangendo professores e alunos, voltado à perspectiva do “saber-fazer” na educação. A prática de oficinas nas escolas, por exemplo, inicialmente com o grupo de professores, auxilia no exercício de metodologias distintas das tradicionalmente sugeridas nestas instituições. Nesta direção, lançar mão dos conteúdos transmitidos pelo samba-enredo pode transformar-se em um recurso de riqueza intelectual ímpar. A sugestão deste material metodológico justificado por um lado pela relação de pertencimento da música popular ao cotidiano de alunos e professores, principalmente no que tange ao carnaval; e por outro, pela própria demanda dos professores quanto à escassez de recursos para veicular informações sobre a temática exigida por lei, traduz-se na simplicidade de comunicar com fidedignidade, porém escapando ao enquadramento acadêmico que, muitas vezes, por conta de uma rigidez desnecessária, impede a própria produção do conhecimento. A maior parte das produções sobre a temática obrigatória pela lei acabam desembocando em movimentos sociais, principalmente os movimentos negros, e também, no não reconhecimento da importância das culturas africana e afro-brasileira nos ambientes escolares. Para os educadores, é relevante a necessidade de criar possibilidades para o dia-a-dia em sala de aula, ou seja, viabilizar a utilização de um material que os auxilie com qualidade. Percebe-se também que os currículos dos cursos universitários, principalmente os de Formação de Professores, incluindo a Pedagogia e as Licenciaturas, não oferecem discussões sobre esses conteúdos. E mesmo aqueles que o disponibilizam, não alcançam a formação desejada. Como campo de investigação foram realizadas oficinas na Escola Estadual Vicentina Goulart, na cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, utilizando sambas-enredo. Os sujeitos participantes, docentes de distintas disciplinas, após as experiências, foram entrevistados para que revelassem possíveis entendimentos que tiveram sobre o material proposto. Os resultados apresentados pelo estudo em tela suscitaram reflexões acerca da construção subjetiva dos próprios professores do nível médio.



O DEBATE SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COM ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS.

Ellen Diogo Platt (UFRGS)
ellendipltatt@gmail.com

Nair Iracema Silveira dos Santos (UFRGS)
nair.iracema@gmail.com

Tanise Baptista de Medeiros (UFRGS)
tanise.medeiros@gmail.com

Jaqueline Lima (UFRGS)
jaquelineliskoski@gmail.com

Poliana Einsfeld da Silva (UFRGS)
polieinsfeld@gmail.com

Samara Ayres (UFRGS)
samara.ayres@gmail.com

Este trabalho apresenta uma experiência de extensão desenvolvida pelo grupo PET Conexões Políticas Públicas de Juventude, em escolas públicas de Ensino Médio, trabalhando a temática das ações afirmativas com oficinas que problematizam o ingresso e a permanência na Universidade. As políticas de acesso ao ensino superior ganham visibilidade no cenário nacional, no contexto de implantação de ações afirmativas que respondam às garantias de direitos de grupos historicamente excluídos num país marcado por desigualdades sociais. As oficinas são desenvolvidas em duas modalidades: informativa, que tem o intuito de apresentar as formas de ingresso na UFRGS, problematizando a noção de ações afirmativas e de outros temas que emergem na discussão desta temática, como racismo e diferenças de oportunidades; e continuada, realizada em quatro encontros, proporcionando maior aprofundamento no tema proposto. O grupo de trabalho é composto por estudantes, em sua maioria, de origem popular, oriundos do sistema público de ensino, ingressantes na universidade pelo sistema de cotas. São priorizadas as escolas públicas que atendem alunos da periferia de Porto Alegre e região metropolitana. As oficinas informativas iniciam com atividades de familiarização para criar um espaço informal e conhecer o perfil dos participantes. Posteriormente, são apresentadas a noção de ações afirmativas, a reserva de vagas e as formas de ingresso na UFRGS, prosseguindo o debate, utilizando-se recursos audiovisuais como disparadores. As oficinas continuadas se dividem em quatro encontros: 1. Conhecer a realidade - os alunos são convidados a elaborar um mapa da sua vida, apresentando os componentes que a integram e momentos marcantes -; 2. Universidade para Que (m)? - Desenvolvimento de outro mapa respondendo “quais círculos quero presentes no meu mapa futuro?”, “por que ingressar num curso de nível superior ou não” -; 3. Cotas para que (m)? - Problematização do papel das cotas raciais e sociais, sobre quem está atualmente na universidade -; 4. Passei na UFRGS! E agora José? – Discussão sobre condições de permanência na Universidade e apresentação do que é disponibilizado pela Assistência Estudantil -. No momento final das oficinas é realizada uma avaliação, dialogada e escrita, utilizada posteriormente para qualificação da proposta. Constatou-se que a Universidade Pública é distante e muitas vezes desconhecida deste público, pois a maioria dos estudantes não tinha acesso às informações das políticas de ingresso e de permanência na UFRGS. Não está no horizonte de possibilidades da maioria dos jovens de camadas populares o acesso ao ensino superior, menos ainda em instituições públicas. É possível constatar que muitos grupos optam pelo ingresso imediato no mercado de trabalho, recorrendo a cursos profissionalizantes ou ingresso no ensino superior através do PROUNI. As oficinas possibilitam dar visibilidade ao racismo que persiste na estrutura social, ao abordarem o tema em conjunto com a política de cotas na universidade, discutindo as diferenças de oportunidades decorrentes de fatos históricos e seu reflexo nos grupos que vivem tais experiências. Alguns estudantes negros se posicionam contra as cotas, o que abre para discussão da presença dos jovens negros na universidade e das dificuldades experimentadas por estes no acesso à educação e a outros direitos.



**DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE E O DESAFIO DA PERMANÊNCIA:
TRAJETÓRIAS DE JOVENS NEGROS NO ACESSO AOS ESPAÇOS ACADÊMICOS DE PRESTÍGIO.**

Luciana Maria de Souza (UFMG)
lusouza222@gmail.com

Talita Gonçalves Caetano (UFMG)
talitagonalvescaetano@yahoo.com.br

Lucas Ramos Martins (UFMG)
lucasramosmartins@yahoo.com.br

Com a instituição legal das cotas, as universidades públicas federais têm em seu horizonte a eminente transformação do perfil de seus alunos e o desafio de instituir políticas institucionais que ampliem não somente o acesso, mas a permanência de jovens negros no ensino superior. Pautando os desafios da construção de ações de democratização, o Núcleo Conexões de Saberes desenvolve, desde 2012, o programa “*Políticas de inclusão no ensino superior: valorização afirmativa de trajetórias de jovens egressos de escola pública, negros e indígenas na UFMG*”. O acompanhamento das trajetórias acadêmicas de jovens negros nos primeiros anos do projeto mostrou, em consonância com a literatura sobre ações afirmativas, que a restrição ao acesso a espaços de produção e formação acadêmica permanece como grande desafio à plena inserção de negros no ensino superior. A partir desse cenário, apresentamos os resultados de uma pesquisa desenvolvida em 2014, no âmbito do programa supramencionado, que procurou analisar elementos de exclusão internos à academia que impactam na inserção desses jovens aos espaços de prestígio acadêmico. Para tal, foram analisados editais de seleção de pesquisa, extensão, monitoria, intercâmbio e pós-graduação da UFMG, nas oito diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de caracterizar o perfil comumente desenhado para ingressar no exercício da prática acadêmica e explicitar a naturalização de lógicas de exclusão e discriminação internas à universidade. Outra fase se desenvolveu a partir da realização de entrevistas com jovens negros cotistas com o intuito de qualificar suas experiências na preparação e participação de seleções durante sua graduação e caracterizar sua vivência e concepção sobre o ingresso aos espaços de produção acadêmica. A análise dos editais mostrou que as seleções não apresentam critérios afirmativos ou avaliações que considerem aspectos das trajetórias negras. Isso fica caracterizado pela prevalência de perfil ancorado em critérios meritocráticos como, alto rendimento acadêmico, formação complementar e fluência em línguas. No mesmo sentido, as entrevistas apontaram a prevalência de experiências de constrangimento, inferioridade e sensação de despreparo para o ingresso na produção acadêmica, associados a um índice grande de tentativas ou desistência do ingresso a esses espaços. Os achados dessa investigação revelam repetição dos impedimentos de ingresso à universidade já apontados pela literatura e debatidos nos trabalhos sobre escolarização da juventude negra. Mostraram também que, internamente à universidade, prevalecem exclusões semelhantes às historicamente existentes em outras instâncias de escolarização que perpetuam a desqualificação das experiências e trajetórias negras. Essas similaridades apontam a necessidade de construção de políticas que garantam condições de presença e participação desses grupos na pesquisa, ensino, extensão e pós-graduação. Assim, concluímos que a entrada de jovens negros cotistas na universidade, desvinculada de uma transformação da política institucional de acesso aos espaços de prestígio acadêmico, fomenta a produção de inclusões subalternizadas. Nossas análises reforçam a urgência de que a universidade como instituição pública voltada, mesmo que não exclusivamente, a formação de jovens, deve assumir uma posição aberta e atenta às novas demandas que chegam a ela a fim de responder às especificidades de grupos frequentemente excluídos do acesso aos bens públicos.



POLÍTICAS DO COMUM E ENFRENTAMENTO DO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA: A CONSTRUÇÃO DO “PROJETO É NÓIS” NO BAIRRO DA BRASILÂNDIA (SÃO PAULO).

Valdir Pierote (CAPS AD III FÓ/Brasilândia)
v.pierote@yahoo.com.br

Emiliano David (CAPS Infanto-juvenil II FÓ/Brasilândia)
emilianocamargodavid@yahoo.com.br

Caroline Lucas (CAPS Infanto-juvenil II FÓ/Brasilândia)
c.lucasmoraes@gmail.com

Juliana Araújo (CAPS Infanto-juvenil II FÓ/Brasilândia)
juarto35@yahoo.com.br

Trata-se de apresentação preliminar do “Projeto É Nós”, realizado de forma intersetorial, na Brasilândia, cidade de São Paulo. O projeto surgiu de encontros entre os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) infanto-juvenil e álcool e outras drogas da região nos quais se avaliou a ineficácia das tecnologias institucionais para garantir o acesso integral dos jovens aos serviços de saúde, bem como a dificuldade em criar interlocuções com as linguagens do grupo. A partir desse diagnóstico, os CAPS passaram a buscar formas de aproximações efetivas e potentes com essa população. Nesse sentido, estabeleceu-se uma rede intersetorial (assistência social, atenção básica, saúde mental e movimento negro) para criar ações inovadoras que pudessem prevenir violências, incentivar o exercício da cidadania, fortalecer expressões culturais das juventudes, estimular práticas de promoção da saúde, criar processos de enfrentamento das vulnerabilidades e diminuir iniquidades. Além disso, um articulador fundamental da rede é a luta política contra o genocídio da juventude preta, pobre e periférica, uma nova forma de cumprir o ideal de branqueamento da sociedade brasileira, proposta ideológica fundamentada no século XIX por meio de ideias higienistas e eugenistas. O “Projeto É Nós” parte, portanto, da compreensão de que ideal de branqueamento tem se reinventado e se atualizado em diversas formas, desde instituições de segurança a abordagens manicomial, cujos objetivos continuam sendo o progressivo extermínio do povo negro. Nesse contexto, a Brasilândia é considerada uma das regiões mais violentas da cidade e apresenta altos índices de mortalidade juvenil, com destaque para pretos e pobres. Nessa visão, o projeto se constituiu apoiado por serviços públicos e com financiamento do Governo Federal, mas terá sua execução realizada por uma ONG do Movimento Negro (Afrika). Os objetivos serão: (1) mapear ações sociais, esportivas e culturais pré-existentes no território; (2) promover a identificação cultural, o pertencimento e a identificação racial positiva por meio da afirmação e valorização da cultura local e das manifestações de matrizes africanas e indígenas; (3) atuar através de linguagens artísticas dos jovens; (4) criar e fortalecer espaços coletivos que promovam o encontro entre os jovens do território a fim de que possam trocar experiências e desenvolver ações; (5) buscar compreender através de encontros coletivos com os jovens quais as demandas das juventudes do território; (6) construir mecanismos de gestão participativa, monitoramento e avaliação conjunta do projeto, possibilitando aos jovens processos de aprendizagem em autogestão de coletivos; (7) introduzir os jovens participantes do projeto a linguagens artísticas específicas (teatral, musical ou cinematográfica); (8) fomentar ações intersetoriais por meio de encontros entre serviços de diversas áreas (saúde, cultura, esporte, educação, assistência social etc) para debater as demandas e problemáticas identificadas pelas juventudes do território. Pretende-se, por fim, inserir discussões e práticas de enfrentamento ao genocídio da juventude negra nas pautas dos serviços públicos de modo que o Estado afirme a prioridade dessa questão e contribua efetivamente para o combate desse extermínio, reconhecendo inclusive a participação de vários de seus agentes na perpetuação das violências raciais.



O IMPACTO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA IDENTIDADE CULTURAL NO CONTEXTO BRASILEIRO.

Karisson Saidler Pereira (I. E. Newton Paiva)
karisson.saidler@hotmail.com

No Brasil, desde o período colonial tem sido construído um alto nível de desigualdades socioeconômicas e, sequencialmente na década de 80 e 90; o processo de industrialização tardia do país acentuou ainda mais o apartheid brasileiro, a segregação, discriminação racial e a dominação de uma classe social que possui, acumula e centraliza mais recursos financeiros (renda). Assim, temos a compreensão da luta de classes, da opressão exercida pela classe dominante à classe dominada, e da maneira como se dá o processo para que os oprimidos continuem na alienação (PETRONI E SOUZA et al. 2009; DAMKE, 1995; SANTOS, 2000). Percebe-se a valorização de uma cultura eurocêntrica no contexto brasileiro e, com isso padrões de vida e estilos que são preestabelecidos social e individualmente. Processos estes, que foram particularmente construídos por mecanismos históricos e culturais e, que são legitimados pela sociedade. Lane (2009) nos apresenta uma perspectiva de que a identidade social e os papéis sociais, possuem uma conotação ideológica. E que carregam em si mesmo, assim como estabelecem condições e, modo de vida e convivência. Em Da Matta (1984) percebe-se a definição de identidade social, a maneira e/ou ao jeito em que o sujeito se posiciona diante do mundo e das coisas. A cultura como um modo de ser e de construir este mundo, somos especialmente aquilo que fazemos. A construção do sujeito, o processo de subjetivação e os impactos subjetivos que estão implícitos na constituição da identidade cultural no Brasil; identificado através da interação e simbolização que o sujeito faz com o mundo material, histórico e dialético que produzimos e reproduzimos. E sobre esses conceitos, Petroni e Souza (2009) nos apresentam uma ideia de interação ao pontuar que: “Tudo o que constitui o sujeito já teve antes no âmbito social, ou seja, antes de fazer parte do intrassubjetivo, os processos psicológicos fizeram parte da intersubjetividade. Esse movimento se dá pela via da internalização que possibilita o sujeito se apropriar do que existe no mundo externo por meio da mediação de signos apropriado pela relação com outros, para torná-las interna. Desta forma, o sujeito constrói a si e aos outros.” (PETRONI E SOUZA et al. 2009, p. 355; VIGOTSKI, 1998). Ao investigar o conceito de identidade cultural, inserido ao contexto brasileiro, permiti-nos agora explorar mais um objeto de nosso estudo, que é a discriminação racial e como essa se dá em nosso país. Ainda com Da Matta (1984) evidencia-se que o preconceito racial se manifesta de maneira velada e, indiretamente, ao “jeitinho brasileiro”. Porque no Brasil parece não haver preconceito racial, se desenvolveu um preconceito de ter preconceito. Portanto, têm-se como objetivo, com esse projeto de pesquisa; analisar o constructo da estrutura social brasileira e, quais fatores são preponderantes na constituição da identidade cultural. E identificar também como se dá o processo de subjetivação das pessoas não brancas, diante a discriminação racial “à brasileira”. Preconceito racial esse, que se manifesta em múltiplas formas: objetiva e subjetivamente, pelo acesso e/ou não acesso aos recursos materiais e simbólicos.

509



MULTICULTURALISMO COMO DIALÉTICA EDUCACIONAL PARA JUVENTUDE.

Valéria Paixão V. Nepomuceno (UNIRIO)
valeriapaixao34@yahoo.com.br

Esse trabalho tem como objetivo pensar na educação para a juventude com a expectativa de reconhecimento da diversidade étnico-racial e da cultura brasileira, com os aspectos da Lei nº 10.639/2003 que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) na educação, incluindo o artigo 26-A e que torna obrigatória a temática da história e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de educação do país, oferece autonomia às escolas, gestores e professores para que a temática seja trabalhada em sala de aula. Assim, com base no que prevê a lei, o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de pesquisa que vem sendo pensada a partir de percepções constatadas, após realização de oficinas de valorização da identidade negra realizadas com crianças e adolescentes em escolas de ensino fundamental a partir do quinto ano. Nesse sentido, foi percebida a necessidade de uma educação das relações étnico-raciais nos espaços escolares para que a história e cultura africana e afro-brasileira comesçassem a ser valorizadas nas práticas escolares e nos conteúdos disseminados na escola, considerado um espaço institucional legítimo, onde crianças e adolescentes negras e não negras possam, com ajuda de práticas pedagógicas, (re)significar estereótipos negativos que são construídos acerca da imagem e figura do negro, durante anos de anulação da cultura negra brasileira inclusive nos conteúdos escolares. Pretende-se explicitar importantes contribuições de autores que nos ajudam a pensar sobre a importância dessa temática, e de como a escola pode ser um espaço onde as questões raciais sejam amplamente discutidas, debatidas e trabalhadas a partir do conhecimento e sensibilização do professor/educador acerca da temática fazendo neste sentido valer a LDB com a implementação da lei 10639/03 nos diversos segmentos da educação básica. Conclui-se que diante da diferença social encontrada, e que é grande para a juventude negra, a educação é um dos fatores que pode trazer mudanças.

510



**GRUPO DE ESTUDOS ÉTNICO-RACIAL “TOQUE DE MELANINA” –
PROTAGONISMO JUVENIL NA ESCOLA.**

Maria Aparecida Rita Moreira (EEBARS)
cida25fevereiro@gmail.com

Rosa Maria do Amaral Cortinaz (EEBARS)
rosa.portugues@gmail.com

Odete Alberti (EEBARS)
odetecalberti@yahoo.com.br

Vera Vicente (EEBARS)
verasociologia@hotmail.com

Eliana Paz (EEBARS)
profelianapaz@gmail.com

O presente trabalho trata de uma experiência que está sendo vivenciada com alunos, alunas e professoras de Ensino Médio, intitulada Grupo de Estudos Étnico-Racial “Toque de Melanina”. Parte do princípio que quando o jovem se compromete, ele é agente de mudança. Pensar as questões étnico-raciais como uma proposta do coletivo e não como atividade estática, em aulas de disciplinas que aparecem como “preferenciais” na Lei 10.639 de 10 de janeiro de 2003 é ir ao encontro ao que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, “condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças” (DCNs Relações Étnico-Raciais, p. 20). Para dar conta de combater o racismo dentro e fora do espaço escolar, o grupo estabeleceu os seguintes objetivos: (1) Analisar criticamente textos, legislação e afins, buscando desconstruir ideias e comportamentos relacionados à história e a cultura afro-brasileira perpetuados pela ideologia do branqueamento e mito da democracia racial, em consonância com a lei 10.639 de 10 de janeiro de 2003 e suas diretrizes; (2) reconhecer e inserir no calendário de datas comemorativas datas alusivas a participação efetiva dos afro-brasileiros, divulgando-as para a comunidade escolar; (3) difundir a história e a cultura afro-brasileira, através do desenvolvimento de oficinas, minicursos, seminários, etc.; (4) participar de eventos dentro e fora da Unidade Escolar, socializando as atividades desenvolvidas pelo grupo; (5) oportunizar aos estudantes de Ensino Médio a possibilidade de (inter)agirem com seus pares e demais segmentos da sociedade na construção de uma sociedade antirracista. Esta comunicação, pretende mostrar que os jovens podem ser agente de transformação. Assumindo, juntamente com as professoras, os alunos e alunas participantes do grupo realizaram em 12 de maio uma atividade que objetivava perceber a visão dos alunos e alunas da Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva sobre a abolição da escravatura. A atividade partiu da hipótese de que a lei nº 10.639 já completou 12 anos e de que todos os nossos alunos e alunas deveriam ter conhecimento real e alguma discussão sobre o que antecedeu 13 de maio, foi, portanto, desenvolvida uma atividade (questionamentos sobre os eventos que antecederam a abolição) envolvendo 20 turmas, incluindo alunos e alunas de primeiros, segundos e terceiros anos; a análise das respostas detectou que muitos dos estudantes reproduziram antigos paradigmas sobre a abolição. Foi feito um esclarecimento às turmas envolvidas, e os alunos e alunas do “Toque de Melanina” se envolveram em atividades de desconstrução e reconstrução da data, esclarecendo que as DCNs das Relações Étnico-Raciais, ressignificaram o 13 de maio, registrando esta data como Dia nacional de Denúncia contra o Racismo. É perceptível o amadurecimento do grupo que, ao mesmo tempo em que interage com seus pares, despertam para o estudo crítico, se percebem enquanto protagonistas de ações significativas e retornam ao grupo fortalecidos.



**JUVENTUDE (S) NEGRAS E PEDAGOGIAS DECOLONIAIS:
DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS.**

Sonia Maria Vieira da Silva (UNIRIO)
ivins341@yahoo.com.br

Danielle de Deus França G. Vaz (UNIRIO)
teacherdanifranca@gmail.com

Fernando Pimentel (UNIRIO)
fernandorj88@gmail.com

Atuando no campo da educação como professores em espaços escolares formais e não formais e participando do grupo de pesquisa: *“Formação de professores, pedagogias decoloniais e interculturalidade: agendas emergentes na escola e na universidade”* refletimos sobre os usos dos estereótipos e o tratamento que os meios de comunicação oferecem aos casos de violência na juventude, principalmente a juventude negra. A partir disso, e tendo como documentação de análise os jornais impressos e virtuais, investigamos a formação de um consenso de subalternização sobre aquela população. No plano teórico iremos dialogar com os suportes de Frantz Fanon (2005; 2008) sobre colonialismo e violência; Paulo Freire (2005; 2011), ao tratarmos a evasão escolar de jovens negros e pobres, visando compreender os processos de subalternização e de emancipação, analisando estas representações da realidade por uma lente pós-colonial e propondo outras pedagogias; e Muniz Sodré (1999) que problematiza a relação dos meios de comunicação com a construção de imagens estereotipadas de negros e brancos. Nossa preocupação gira em torno de uma questão central: como propor/criar pedagogias decoloniais em meio a imposição de um consenso midiático em torno dessas questões? Iremos destacar um caso específico e recente: o assassinato de um médico na Lagoa Rodrigo de Freitas na cidade do Rio de Janeiro. A partir deste caso, pretendemos analisar as manchetes e a linha editorial de dois jornais: “Brasil de Fato” e “Extra”, ambos veiculados na cidade do Rio de Janeiro, e os comentários escritos por leitores nas páginas virtuais destes veículos de comunicação. Além disso, pretendemos traçar uma comparação com os casos de assassinatos de jovens (negros) nas periferias e a forma que essas mesmas mídias noticiam estes acontecimentos. Pensando sobre a democratização dos meios de comunicação, observamos que a relação mídia e juventude negra se dá de forma dissonante. Os crescentes noticiários vinculando a imagem de jovens negros a atos de violência e, ao mesmo tempo, as manifestações, a partir de comentários, de leitores reforçam a construção de estereótipos e estigmas que, de acordo com Goffman (2006), fixam a juventude negra em espaços de subalternidade. Essa dinâmica midiática contribui para a conformação de um inconsciente coletivo que radicaliza a imagem do jovem negro, na medida em que a associa somente ao crime. Entendemos que essas ações da mídia fazem parte de um projeto ideológico de branquitude que se estende há pelo menos dois séculos, desde a independência e a consequente necessidade de construção de um imaginário nacional do qual não participariam os/as negros/as. Alternando momentos de maior ou menor intensidade tais ações aparecem atualmente mascaradas pela defesa de uma sociedade livre da violência, “democrática” e “cidadã”.



AS RELAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE ENTRE O PROPOSTO E O VIVIDO.

Maria de Lourdes Souza Leite (UFPB)
mariasouza22.10@gmail.com

A opção pelo tema: as relações raciais no contexto escolar: uma proposta de análise entre o proposto e o vivido foi estimulada pelas reflexões, discussões e questionamentos relacionadas a ementa da disciplina de Estudos Afro-brasileiros do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Nosso interesse volta-se para analisar as relações raciais no contexto escolar a partir de dois momentos: no primeiro momento, realizamos uma contextualização da Lei 10. 639/03 que estabelece a inserção da temática da História e Cultura Afro-Brasileira no Currículo oficial da Rede de Ensino. No segundo momento, o estudo contempla uma reflexão sobre a abordagem em sala de aula dos conteúdos programáticos a que se refere esta Lei, em uma Escola Pública de Ensino Médio em João Pessoa – O Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral. Parto da hipótese de que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino médio, inclui uma reflexão sobre a diversidade étnico racial no Brasil, de maneira que poderá contribuir para o desenvolvimento de uma mentalidade sobre o processo de construção da sociedade brasileira – uma sociedade multirracial e, portanto, também negra. Para alcançarmos nossos objetivos, privilegiamos a pesquisa qualitativa definida por (MINAYO, 1994, p. 21-22) como a abordagem “que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. A partir dessa concepção procuramos desenvolver nossa própria proposta de pesquisa, considerando os dois momentos que a compreendem. A contextualização da Lei 10.639/03, seguida de um breve estudo de caso, para análise da inserção da Lei 10.639/03 em sala de aula. Para efetivação do primeiro momento, ou seja, a abordagem teórica da pesquisa fundamentou-se em documentos legais – Leis, Pareceres, Resoluções e Diretrizes, artigos e livros publicados por pesquisadores do assunto em questão. Para realização do segundo momento utilizamos alguns dos diversos instrumentos da pesquisa qualitativa, quais sejam, entrevista e análise documental (projetos e/ou programas desenvolvidos na escola). No decorrer de nosso trabalho/pesquisa, buscamos sempre uma aproximação entre teoria e prática, efetuando a realização de uma constante pesquisa e/ou revisão bibliográfica sobre o tema escolhido para estudo, numa relação dialética entre teoria e prática. Entre os principais autores consultados encontram-se Elio Chaves Flores, Joel Rufino dos Santos, João José Reis entre outros. O universo, da pesquisa de campo foi a Escola Pública Estadual Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral – CPDAC, localizada no Bairro de Valentina de Figueiredo, em João Pessoa - PB. E teve como sujeitos os/as Professores responsáveis por ministrar o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino médio, a coordenação pedagógica e os/as diretores/as. A escolha dessa Instituição Pública de Ensino Médio para buscarmos compreender a aplicabilidade da Lei n. 10.639/03, se deu por ser considerada uma Escola de referência no Estado da Paraíba. Tanto pelo seu porte (segunda maior em João Pessoa) quanto pelo seu engajamento em oferecer uma educação de qualidade aos docentes. Proporcionando para tanto o engajamento dos/as professores/as nos Programas de Educação Continuada oferecidos pelo Estado.

513



A COR DA SENTENÇA:

DISCUTINDO A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL ENTRE OS JOVENS NEGROS NO BRASIL.

Maria Divaneide Basílio (UFRN)
divabasilio13@gmail.com

Ana Carolina Araújo de França (UFRN)
carol.adf@hotmail.com

O debate sobre o tema juventude tem ampliado seu escopo conceitual, indo além da perspectiva de novos sujeitos sociais e sua busca por direitos, mas, sobretudo aprofundando nuances pouco estudadas na primeira fase dos estudos acadêmicos sobre juventude, que foram marcados por pesquisas realizadas predominantemente com a juventude urbana, na afirmação de sua pluralidade, ao identificar a diversidade de expressões juvenis. No entanto, para que esses estudos tenham eco, é importante perceber quais as singularidades juvenis e como estas podem ser entendidas na formulação de políticas públicas. A retomada da discussão sobre a diminuição da maioridade penal põe a temática da juventude em evidência novamente, especialmente a juventude negra. Nesse artigo, aprofundaremos o tema da juventude negra enquanto expressão de uma identidade específica, destacando o elemento racial como marca central de vulnerabilidade juvenil, visto que a juventude negra tem sido a maior vítima de homicídios nos últimos anos, realidade que já figura, entre o movimento negro, com a marca de “genocídio da juventude negra”. De modo geral o Brasil está entre os países mais violentos do mundo. Em 2010, morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídios, ou seja, 26,2 a cada 100mil habitantes. Destes, 70,6% das vítimas eram negras. Nesse mesmo ano 26.854 jovens entre 15 e 29 anos foram vítimas de homicídio, ou seja, 53,5% do total. Os dados do mapa da violência registram que 74% dos jovens assassinados eram negros e 91,3% das vítimas de homicídio eram do sexo masculino. Associado a esses dados, está o desafio do funcionamento do sistema socioeducativo e as alternativas ao enfrentamento a violência pautada no encarceramento de adolescentes e jovens, encarceramento atuante, massivamente, entre a população negra e jovem. Indagar como esses dados apontam causas e consequências de processos de exclusão juvenil do segmento negro será nossa tarefa de estudo, a partir do levantamento de estudos bibliográficos sobre “juventude”; “raça”, entendido aqui, nos termos de Guimarães (1999, 2002) e dados sobre violência/mortalidade apresentados no “Mapa da Violência”, com a perspectiva de contribuir para apontar novos caminhos para a atualização do debate sobre juventude e identidade étnico-racial no Brasil.



**JUVENTUDE QUILOMBOLA NA UNIVERSIDADE:
VOZES E REPRESENTAÇÕES PELA AFIRMAÇÃO DE DIREITOS E VALORIZAÇÃO IDENTITÁRIA.**

Laís Rodrigues Campos (UFPA)
laisrcufpa@gmail.com

A compreensão de juventude traz uma multiplicidade de significados decorrentes de estudos no campo da Psicologia e Sociologia. Assim no intuito de auxiliar as pesquisas a respeito dessa categoria a Unesco (2004) a define como o ciclo de desenvolvimento que vai dos 15 aos 29 anos. Nesse sentido, Esteves & Abramovay (2007) afirmam que não há apenas um tipo de juventude, mas grupos juvenis que se apresentam enquanto um conjunto heterogêneo, nesse caso a juventude é vista como uma construção social. Desse modo o estudo aqui apresentado buscou analisar as representações sociais construídas por jovens estudantes quilombolas da política de reserva de vagas da UFPA- Campus Belém sobre a atuação da universidade na perspectiva de valorização de suas identidades no processo de formação acadêmica. Apresentamos como campo de investigação a Universidade Federal do Pará, que no ano de 2008 implementou a política de ações afirmativas e em 2012 a política de reserva de vagas para os alunos quilombolas em todos os cursos da graduação com direito a duas vagas para cada curso, por meio deste cenário nossos sujeitos de pesquisa correspondem aos universitários quilombolas dos anos de 2013 e 2014 do processo. Nesse contexto, Gomes (2001) afirma que as ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas e privadas com caráter compensatório facultativo ou voluntário no combate à discriminação racial, de gênero e origem nacional. Tal perspectiva permitiu compreender como esta referida política busca garantir o acesso e a permanência de jovens estudantes quilombolas na universidade ressaltando o respeito a valorização identitária desses alunos no processo de formação acadêmica. Para tanto foi necessário um estudo de caráter qualitativo, utilizando entrevistas semiestruturadas com os universitários quilombolas através de um estudo no campo da Teoria das Representações Sociais apresentados por Jodelet (1984), Moscovici (1978), Jovchelovitch (2013), como o processo que tem o sentido de articular os elementos afetivos, mentais e sociais em conjunto a cognição da linguagem e comunicação, momento o qual o objeto deixa de existir como é e passa a ser convertido por meio da condensação na atividade representativa e após a coleta dos dados optou-se por utilizar a análise do discurso como elemento de análise do *corpus* coletado. E os resultados adquiridos demonstram que esses jovens sofrem discriminações no espaço universitário devido suas identidades o que acaba por conflitar seu processo de permanência na universidade.

515



O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: DESAFIOS DE UMA FORMAÇÃO PARA CIDADANIA.

Oscar Ferreira Mendes Neto (UEG)
oscar.hand@hotmail.com

O ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, por muito tempo foi considerado a margem do processo de formação no Brasil, seja no ensino básico ou no ensino superior. Tal fato pode ser justificado devido à homogeneização dos currículos a partir de uma perspectiva elitista e dominante. No entanto, na última década, surgiram políticas de ações afirmativas em relação ao trabalho docente nas instituições de ensino, da rede pública ou particular de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Instrumentos legais como a Lei nº 10.639/03 - que altera a Lei nº 9.394, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, além de incluir o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”-, os documentos do Ministério da Educação (MEC) como: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER); o Plano Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, nortearam tal discussão sob a perspectiva da formação de professores que atuarão no exercício docente. Andrade e Barreto (2012) afirmam que a criação de Leis, Decretos, Parâmetros e Planos de Educação não garantem por si só a efetivação de má educação inclusiva, sendo necessário rever formação humana, na qual o sujeito rompa com os paradigmas da individualidade e competitividade, onde se acredita em uma superioridade de determinada cultura sobre outra de forma exclusiva, de modo que se invista na inter-relação complexa entre as pessoas, a cultura e a sociedade. Candau (2010) aponta que é necessário reinventar a escola a partir da construção de ecossistemas educativos, de modo que a escola seja reconhecida como local que deve possibilitar a produção de informação, conhecimento, valorização e reconhecimento de identidades, práticas culturais e sociais. Neste sentido, a escola passa a ser mediadora do conhecimento não só científico, mas do conhecimento popular e das manifestações culturais que existem na comunidade local em que a ela está inserida, rompendo com a hegemonia da cultura ocidental europeia presentes no currículo, dando vozes as culturas marginalizadas e massacradas por meio do exercício da cidadania como uma prática social e cotidiana. Pensando as mudanças vividas em nosso país em relação às políticas de afirmações em determinação da pluralidade cultural, faz-se necessário repensar o processo de educação para os jovens e juventudes, sob ótica da diversidade cultural e as relações estabelecidas com o meio no qual determinada comunidade se encontra. Para tal, Libâneo (2011) atesta que é necessário refletir acerca da necessidade de se formar para a evolução do pensamento, de forma que desenvolva também a consciência para a cidadania crítica, para a participação nos movimentos e organizações sociais e para a formação ética. O processo de ensino/aprendizagem deve ir além do processamento de conteúdos, possibilitando aos envolvidos no processo de educação prepare o educando para a participação social de forma resiliente, exercitando sua cidadania plena.

516



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 13 - Juventudes rurais.

Coordenador: [Nilson Weisheimer](#) (UFRB)

517



**JOVENS VIDAS DE LUGAR NENHUM:
SEVERINAS, MACABEAS E OUTRAS INVENÇÕES NORDESTINAS.**

Lázaro Batista da Fonseca (UFRR)
lazaro.batista@ufr.br

Referenciando-se em fragmentos narrativos inventariados durante o trabalho de pesquisa que culminou na dissertação de mestrado do autor, intitulada “Severinas Missiveiras: narrativas sobre a invenção da vida em um sertão contemporâneo”, esse trabalho pretende problematizar a constituição de um plano de subjetividade atrelada ao nordeste e suas gentes, bem como as possibilidades de se pensar para além dessas representações. Para isso parte da negação daquilo que Baptista (1999), retomando uma ideia lançada pelo racionalismo kantiano, define como fabricação de homens e mulheres de lugar nenhum: pessoas que, pelo esvaziamento de sua potência inventiva e sua caricatura numa identidade cristalizada, “possuem os fins de suas histórias, já estão prontos, só lhes resta olhar pelo espelho enferrujado o tempo passar imóvel” (p. 102). Nessa tentativa de articulação, recorreremos a duas personagens: de um lado, advinda da dissertação, tem-se Severina, esposas, irmãs, filhas e/ou mães daquele Severino de João Cabral de Melo Neto. A mulher que permanece em seu território, enquanto o homem migra, como que fugindo daquela “vida que é menos vivida que defendida” (Melo Neto, 1994). De outro, Macabea, personagem de Clarice Lispector, também nordestina, virgem, semianalfabeta, migrante e “incompetente para a vida” (Lispector, 1992). À última, remetemos a leitura de uma essência, natureza ou identidade. Presa a um modo de ser, Macabea, representa, enquanto se nega a viver por medo da morte, uma ideia sina: sua vida reservada a repetir aquilo que demandam dela, a despeito de seu querer – aliás, ela sequer tem querer. Uma concepção que vigora em relação ao Nordeste, seu sertão e sua gente, quando entendidos como um lugar cristalizado, lugar fixo que possui uma natureza e um destino, com uma existência restrita a um conjunto de determinadas falas e gestos. Já a primeira, aquela que fica no lugar de morte enquanto o marido vai à cata da vida, acena para modos de ser e estar no mundo que, a despeito do que querem e professam os discursos, inventam em sua existência ordinária e comum táticas de enfrentamento às suas mazelas. No mais, servem também de indicativo de um Nordeste como um lugar de invenções (Albuquerque Jr, 1999). Um espaço “em vias de” (Deleuze, 1992). Ou seja, um lugar onde dialogam e digladiam-se vontades, verdades e discursos nem sempre explícitos. Também como lugar onde fecundam estratégias de escapamento a essas verdades e vontades. Estratégias muitas das vezes cooptadas, outras tantas percebidas apenas pelos rastros que deixam, mas sempre indícios de vidas em transformação, mudança.



**TRAJETÓRIAS SOCIOPOLÍTICAS DA JUVENTUDE RURAL NO MATO GRANDE/RN:
UMA ANÁLISE DOS DESDOBRAMENTOS DA PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS.**

Joana Tereza Vaz de Moura (UFRN)
joanateresa@gmail.com

Jenair Alves Silva (UFRN)
jenair_alves@yahoo.com.br

As políticas públicas para a juventude rural vêm sendo tratadas mais sistematicamente nos últimos dez anos, período em que as Políticas Públicas de Juventude foram institucionalizadas e que as demandas dos jovens rurais têm sido incluídas na agenda pública, em que pese à dificuldade de contemplar as especificidades e complexidades desse segmento. No âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem promovido espaços de diálogo e proposição dos jovens rurais para influenciar nas políticas públicas, a exemplo do Grupo de Trabalho Juventude Rural e do Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas, realizados entre 2011 e 2014, porém, no que tange ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte e nas administrações municipais no Território Mato Grande, as iniciativas em políticas públicas de juventude rural são bastante incipientes, assim como tem sido escassos os espaços de diálogo e participação institucionalizados abertos à juventude rural. Assim, este trabalho tem como objetivo principal analisar as trajetórias da juventude rural no Território Mato Grande, no Rio Grande do Norte, e sua participação sociopolítica. Trata-se de compreender como os jovens, especificamente jovens residentes em assentamentos rurais beneficiários da Reforma Agrária, têm, em sua trajetória, experiências em mobilizações sociais que buscam, de alguma forma, influenciar as políticas públicas locais. A pesquisa foi desenvolvida em cinco assentamentos rurais, abrangendo um total de 20 jovens lideranças, presentes nos municípios de João Câmara, Parazinho, Pureza, Touros e São Miguel do Gostoso. Uma das inquietações que motivou a pesquisa foi justamente buscar entender como esses jovens reordenam e constroem a representação social em diversos espaços, lutando por reconhecimento político. A trajetória desses jovens, a partir dos relatos, fortalecem a necessidade desse reconhecimento, tanto no âmbito familiar quanto nos espaços de mobilização e organização dos assentamentos. Conforme já destacado por Guaraná (2008), a participação desses jovens em movimentos sociais e principalmente em organizações de juventude aponta para um processo de consolidação de um ator político: a juventude. Portanto, entender esse processo é essencial para a construção de políticas públicas que valorizem identidades e novas demandas.



**O JOVEM AGRICULTOR NA ATUALIDADE:
NOVAS ABORDAGENS SOBRE A REPRODUÇÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR.**

Lucas Coradini (IFRS)
lucas.coradini@viamao.ifrs.edu.br

Este estudo tem como objetivo compreender a situação dos jovens no contexto rural, especialmente em relação a sua socialização, inserção no trabalho agrícola familiar e nas relações sociais que desenvolvem em suas comunidades. Ao analisar as representações que os jovens formulam sobre a realidade que vivenciam, dão-se as bases para o entendimento de seus projetos profissionais e, por consequência, passamos a elucidar os determinantes da migração juvenil do meio rural. Assim, preocupamo-nos em analisar como estes sujeitos percebem a condição de jovem, trazendo à discussão suas avaliações e seus esquemas de percepção da realidade para, a partir destes elementos, discutir as perspectivas de reprodução da agricultura familiar. Para atingir esse objetivo, optou-se pela produção de dados qualitativos, o que foi feito a partir do estudo do caso dos jovens agricultores residentes em Faxinal do Soturno, município pertencente à Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul. Foram realizadas 31 entrevistas baseadas em roteiro semiestruturado e com perguntas abertas, direcionadas a jovens agricultores cujas idades variavam entre 14 e 25 anos. Além das entrevistas, foi produzido um diário de campo com informações obtidas a partir da observação e do método etnográfico, o que detalha aspectos complementares à análise. As entrevistas foram examinadas através do método da análise de conteúdo. Entre os resultados da pesquisa, pode-se afirmar que os projetos profissionais se revelaram como a negação de um estado atual, refletido em um modelo ideal de futuro. A aspiração ao pertencimento a este modelo tido como ideal, por sua vez, conduz as ações presentes (as escolhas educacionais, pelo local de moradia, pelas relações sociais desenvolvidas). Trata-se de um processo de projeção pessoal para uma carreira futura por identificação com os membros de um grupo de referência. Dessa forma, com o estreitamento das relações entre o urbano e o rural, os jovens passam a comparar-se aos membros de seu entorno, forjando para si uma identidade constituída não mais a partir de seu grupo de pertencimento, mas por identificação com um grupo de referência. Trata-se de um novo jovem rural, mais conectado com as tecnologias e os produtos culturais do urbano, num contexto em que a família deixa de ter o monopólio do processo de socialização juvenil, o que implica na aquisição antecipada de normas, valores e modelos de comportamento originários dessas referências (DUBAR, 2005). Assim, o projeto profissional apresenta-se como o reflexo da recusa do modo de vida atual e a aspiração ao pertencimento a um sistema de referência que, desde já, passa a compor a identidade juvenil e a produzir reflexos também nas relações sociais. Em sua elaboração, mais do que aspectos relacionados às necessidades objetivas e materiais necessárias para a reprodução de um ofício, identifica-se um universo de elementos específicos da condição juvenil, em que a autonomia, emancipação e realização pessoal se fazem mais importantes.

520



RURALIDADES, PROJETOS DE VIDA E MIGRAÇÃO.

Andderson Douglas da Silva Menezes (UFRPE)
anddersondsmenezes@gmail.com

Leonildo Oliveira Santos (UFRPE)
leo_oliveira001@hotmail.com

A história da propriedade da terra no Brasil é longa, se caracterizando pela enorme distância entre os que têm extensas propriedades de terra e os que nada têm. Estes últimos necessitam se submeter a trabalhar para os donos e criar diversos artifícios para manter outra relação com a terra, que não seja de assalariamento (OLIVEIRA, 2012). O presente trabalho é uma amostra de resultados de pesquisas desenvolvidas na Região de Suape, nos municípios do Cabo de Santo Agostinho-PE e de Ipojuca-PE, nasceu das vivências, visitas, análises, durante estágio e outros trabalhos (cadastramentos e diagnósticos sócio territorial; ambiental) realizados na área que, despertou a necessidade de uma compreensão mais profunda de uma problemática social vivenciada por diversas comunidades rurais, com um histórico secular de vinculação com o trabalho agrícola, pertencimento ao território, um histórico de lutas e resistências pela conquista e permanência na terra. De uma maneira geral procura refletir como as transformações ocorridas a partir da implementação dos grandes empreendimentos (industrial, portuário, automotivo, petroquímico, viário) afetam as dinâmicas sociais rurais entre os jovens, muitos, filhos de agricultores e pescadores. O desafio do poder público ainda é a elaboração e execução de projetos duradouros, que sirvam de base para o empoderamento e protagonização das juventudes em territórios rurais e assim fortaleçam os laços que permitam a produção e reprodução de seus modos de vida na terra por aquelas ocupadas. pois, devido as dificuldades enfrentadas, muitas ao não suceder as atividades rurais acabam repassando a sua posse que muitas vezes já foram a última herança dos pais depois do nome, e acreditando não haver perspectiva em viver na terra herdada e dela extrair a sua subsistência, acabam por migrar para outros lugares em busca de emprego, principalmente os mais jovens, os quais não veem horizonte em continuar na agricultura, junto aos seus pais e, portanto, optam por empregos ofertados em áreas de grandes empreendimentos. Desistindo assim, da reprodução enquanto categoria social e almejando novos Projetos de Vida.



JUVENTUDE RURAL: UM OLHAR ETNOGRÁFICO.

Maria Zenaide Alves (UFG)
zenpiaui@yahoo.com.br

Esta comunicação tem por objetivo problematizar algumas questões relativas à condução de uma pesquisa etnográfica com jovens moradores do meio rural. Tais questões foram suscitadas durante pesquisa realizada em um município rural da região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, desenvolvida por meio de uma etnografia. Os principais instrumentos de coleta de dados foram observação direta e participante, entrevistas e questionários. Cada um desses instrumentos foi utilizado em momentos específicos, para responder a questões também específicas. A investigação tinha por objetivo descrever a condição juvenil em um município rural marcado pela cultura da migração e analisar os possíveis impactos da cultura da migração nos projetos de vida dos jovens. De acordo com Malinowski (1980), a pesquisa etnográfica para ser bem-sucedida deve ter como premissa algumas regras e princípios científicos, definidos em três categorias principais: ter objetivos realmente científicos; desenvolver-se em condições apropriadas de trabalho, em meio aos nativos; e lançar mão de métodos particulares de coleta e manipulação dos dados. Tomando tais assertivas como premissa, esta investigação exigiu a permanência da pesquisadora no campo por um período suficiente para estabelecer vínculos com os sujeitos pesquisados de modo que os jovens ganhassem a confiança a ponto de compartilhar suas experiências pessoais e familiares. Para tal, algumas estratégias de aproximação foram necessárias, como uma mudança radical de vida da pesquisadora, que envolveu deixar sua cidade de origem e passar a viver no município rural de São Geraldo da Piedade, que a pesquisadora não conhecia até a primeira visita, em julho de 2011. Três meses depois desse primeiro contato a pesquisadora colocou em suspenso as atividades na capital mineira e estabeleceu-se naquele município onde viveria pelos próximos oito meses, convivendo cotidianamente com os jovens, frequentando seus locais de estudo, trabalho, lazer e familiar e compartilhando todo tipo de experiência da vida dos jovens. Além dos desafios pessoais, que envolveram uma mudança no estilo de vida da pesquisadora, a escrita do texto etnográfico mostrou-se também complexa. Exige uma postura de busca, observação, reflexão, escuta, registro sistemático e construção de mais perguntas (algumas das quais até ficaram sem resposta), de anotação de cada detalhe, registro escrito, fotográfico e sistematização minuciosa dos dados. Ou seja, os sujeitos pesquisados são coautores do texto etnográfico, o que se mostrou ainda mais desafiador em virtude do contexto. Pesquisar um campo virgem e distante, geograficamente e culturalmente, dos centros acadêmicos onde tais pesquisas podem, em alguma medida não ser totalmente estranho aos sujeitos, não foi tarefa simples. A desconfiança, sobretudo dos adultos, em relação a presença da pesquisadora na cidade e suas verdadeiras intenções com os jovens, demandou paciência e algumas estratégias de aproximação para “ganhar a confiança” dos adultos. Por outro lado, embora ganhar a confiança dos jovens tenha sido tarefa menos árdua, indagá-los em situações formais de pesquisa, como nas entrevistas individuais e coletivas, exigiu estratégias próprias de diálogo e de exercício de escuta. Os modos de expressar, em geral de forma lacônica ou com gírias locais, exigiram da pesquisadora eleger informantes privilegiados que pudessem atuar como interlocutores no diálogo com o grupo.

522



Elaine dos Santos Bergamaschi (UEM)
elaine.sb@hotmail.com

523



JOVENS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS E SUAS RELAÇÕES FAMILIARES.

Poliano Barbosa Araújo (UFCG)
poliano.barbosa@gmail.com

Maria de Assunção Lima de Paulo (UFCG)
assuncaolp@yahoo.com.br

As juventudes rurais ainda são percebidas a partir de uma ótica homogeneizadora que contribui para reforçar vários estereótipos. O reconhecimento da categoria juventude rural de famílias camponesas, pode evidenciar os conflitos de gênero presentes no interior de famílias de base patriarcal. Este trabalho objetivou compreender as relações familiares e de gênero no interior das famílias camponesas que possuem jovens frequentando a universidade. O lócus da pesquisa foi a Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST/UFRPE. Realizamos 20 entrevistas semiestruturadas com jovens estudantes e também suas famílias, residentes nos municípios do território do vale do Pajeú – PE. Os teóricos da juventude, ao analisar as influências da inserção no ensino superior afirmam que a educação promove uma entrada tardia na vida adulta, visto a dedicação aos estudos e demora para a constituição familiar. A maioria dos jovens rurais afirmam o desejo de permanecer em seu lugar de origem, contudo, reivindicam a necessidade de políticas públicas que invistam em sua permanência, assim como mais espaços e variabilidade de oportunidades de emprego, e, maiores investimentos na universidade e na produção de conhecimentos. Observamos que o olhar dos jovens sobre o meio rural também sofreu alguns graus de transformação. Declaram enxergar o município e o campo, mais do que antes, de maneira crítica e reflexiva, no entanto, é na família que mais se evidenciam mudanças na maneira como esses passam a distinguir e agir no meio rural. Mesmo permanecendo estruturas de poder e dominação no cenário familiar, os jovens rurais são instigados pelos pais a darem continuidade aos estudos, e talvez um dos fatores primordiais para este fenômeno são as condições de proximidade da Unidade Acadêmica, a escassez de chuvas e queda da produção na agricultura. Aliada a essas condições – a aceitabilidade dos pais e negociação das relações de poder e dominação entre as gerações – os jovens passam a ter maior importância na tomada de decisões na família, contudo, é essencial notar, que essa importância não se dá de maneira igualitária na perspectiva de gênero, uma vez que no meio rural, ainda persiste com mais vigor, estruturas de dominação do patriarcalismo, e com isso, a mulher acaba tendo dificuldades em vivenciar as implicações de sua inserção no ensino superior de forma igualitária com relação aos homens. Após a entrada na universidade, as mulheres precisam dar conta das atividades domésticas e das exigências do curso, percebe-se que não são dispensadas dos afazeres domésticos como ocorre com os homens. Há uma mudança maior nas relações geracionais e menor nas de gênero, uma vez que as moças não têm a mesma participação que os homens e os papéis familiares não são modificados. O que pode evidenciar uma mudança é a perspectiva das moças em relação ao trabalho e pensar o casamento de forma mais tardia e com um modelo diferente das suas mães.



JOVENS DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS: SENTIDOS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO.

Roberta Agostinho da Silva (UFSCar)
robertaads@yahoo.com.br

Este trabalho tem por objetivo apresentar parte dos resultados da pesquisa realizada pela autora com os jovens do Assentamento Milton Santos, localizado na cidade de Americana – SP, que investigou os sentidos do trabalho e da educação tendo em vista suas experiências e as relações dessas duas áreas para os jovens. A educação e o trabalho são temáticas muito presentes e valorizadas pela juventude brasileira, contudo mesmo em um contexto de ampliação dos empregos, os jovens continuam a ser a faixa-etária que mais está desempregada no país, estando inseridos em grande medida em postos de trabalhos precários. Entender essa realidade contribuiu indiretamente para se perceber as influências sofridas nas vivências desses jovens rurais, que fizeram um percurso pouco comum de migração já que anteriormente viviam na cidade, e seguiram para o campo para lutar pela terra, juntamente com seus pais, pois o assentamento estudado nasce da luta das famílias tendo em vista o projeto Comuna da Terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que tem por objetivo mobilizar pessoas que moram na cidade, para que passem a viver no campo. O dia-a-dia dos jovens no que remete ao trabalho foi marcado por múltiplas vivências, desde o envolvimento na agricultura, bem como com empregos fora do espaço rural: nas indústrias e setores de serviço da região; além disso, foi possível observar que as jovens mulheres, sobretudo as mães, são as mais submetidas ao trabalho doméstico e cuidado com os filhos. A educação por sua vez ultrapassou para alguns jovens a experiência escolar, levando a outros tipos de participação por meio da atuação em movimento social ou envolvimento no coletivo de comunicação do assentamento, sobretudo por meio de uma rádio organizada pelos jovens. Contudo, nota-se ainda uma contradição no que tange o acesso ao ensino formal, mesmo com a ampliação das vagas no Ensino Médio, nem todos os jovens da pesquisa conseguiram dar continuidade aos estudos, que são realizados no bairro vizinho, pois a única atividade escolar desenvolvida no Assentamento é um curso de alfabetização para adultos em parceria com MEB – Movimento de Educação de Base, o MST e o INCRA *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*, por meio do PRONERA – Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária. Embora, se tenha muitas queixas em relação ao transporte, o que se percebe é que estudar e trabalhar requer mobilidade dos jovens, promovido por um contínuo movimento entre assentamento e cidade. Trata-se, portanto de uma realidade complexa, que não se esgota na pesquisa desenvolvida, mas que possibilita a visibilidade de uma experiência de jovens rurais, de modo especial de jovens que vivem em um assentamento localizado em perímetro urbano.

525



**ENFRENTANDO CHUVAS E SECAS:
UMA EXPERIÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE GRUPOS FOCAIS COM JOVENS DO CENTRO DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO SEMIÁRIDO DE PERNAMBUCO (CEASAPE).**

Giliane Cordeiro Gomes (UFPE)
gilianecordeiro@yahoo.com.br

O Centro de Educação Ambiental do Semiárido de Pernambuco (CEASAPE) é um projeto de educação ambiental apoiado pela *Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF)*, localizado no município de Ibimirim – PE, na região do Vale do Moxotó. O CEASAPE visa promover o desenvolvimento sustentável de ações educativas que contribuam para a formação de jovens cidadãos (ãs) identificados (as) com a importância da preservação e conservação da natureza, em especial do bioma da caatinga pernambucana. O público alvo do CEASAPE são jovens rurais e jovens acompanhados (as) pelo Conselho Tutelar do município, com idades entre 12 e 17 anos, que encontram no centro uma possibilidade de renda e de profissionalização. Entre as atividades desenvolvidas pelo CEASAPE estão: aulas teóricas e práticas de permacultura, compostagem, minhocário, sementeira, marchetaria, informática, cinema, dança, teatro, artesanato e grupos focais. O objetivo deste estudo é compreender e discutir a atuação dos grupos focais no cotidiano dos (as) jovens integrantes do CEASAPE. É importante ressaltar que os grupos focais não foram inseridos no cotidiano dos (as) jovens como uma técnica de investigação. O centro sempre contou com essa atividade em sua grade de horários e deveres, como também sempre foi uma atividade desenvolvida por estudantes de psicologia em supervisão. Acompanhei os grupos focais do CEASAPE quinzenalmente ao longo dos anos de 2012 e 2013, abordando questões psicossociais e temas relacionados com demandas próprias dos jovens da região, por exemplo, quais caminhos trilhar para conseguir uma profissionalização agrícola direcionada para o semiárido, ou como lidar com a eminência do perigo do “Polígono da Maconha”, principal questão que emergia ao longo dos grupos. Foi possível observar que a partir do momento em que o vínculo grupal foi estabelecido, os (as) jovens puderam compartilhar e socializar desejos diversos, entre eles, a vontade da maioria dos (as) jovens rurais em permanecer em seus sítios de origem apesar das vicissitudes do semiárido, contrariando a onda migratória imposta historicamente pela necessidade de estudar que envolve os (as) jovens rurais. Compreendo que o CEASAPE passou a agregar grande potencial para interferir positivamente nas atividades do território, auxiliando na permanência dos (as) jovens em sua região e ensinando técnicas apropriadas ao cultivo e criação de animais no semiárido. Vale ressaltar, que o município de Ibimirim conta com um grande reservatório de água, chamado Poço da Cruz, que auxilia no enfrentamento dos períodos de seca. Por fim, compreendo que a agricultura familiar que sempre foi vista como sinônimo de pobreza e, por conta dessa visão, os (as) jovens migravam em busca de melhorias na qualidade de vida. Hoje, com o auxílio do CEASAPE, os (as) jovens da região do Moxotó, enxergam a agricultura como um espaço que gera renda, trabalho e uma vida melhor. Além de que eles e elas saem do centro preparados (as) para encarar a convivência com o semiárido.

526



**JUVENTUDE RURAL E PARTICIPAÇÃO:
A CONTRIBUIÇÃO DOS JOVENS RURAIS NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
DE SANTANA DO ACARAÚ.**

Catiana Maria do Nascimento Marques (UVA)
cati.n.marques@hotmail.com

Maria Alexandra Carneiro (UVA)
alexandracarneiro@yahoo.com.br

Este trabalho integra a pesquisa intitulada “Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários – IEES-UVA - Ciência, Tecnologia e Sociedade no Semiárido” - UVA/CNPq e objetiva identificar de que maneira os jovens rurais participam dos Empreendimentos Econômicos Solidários em processo de incubação, em que os pais são sócios e atuantes no Município de Santana do Acaraú - CE, como a Feira de Agricultura Familiar - FEAGRIFAMILIAR; Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares – COOPASA; Associação dos Feirantes Familiares – AFAF; e Mercadinho e Frigorífico da Agricultura Familiar – MAF&FRIGO. Ao nos aproximarmos como integrantes dos trabalhos desenvolvidos pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da UVA e, agora, vinculadas à supracitada pesquisa, percebemos de início, numa “aparente constatação”, a pouca participação de jovens nesses empreendimentos, mas ao interagir nesse caminhar investigativo, a partir de conversas com os pais e observações mais amiúde, percebemos um envolvimento considerável e que essa “esmaecida visibilidade dos jovens” remete para reflexões sobre condicionantes históricos que determina o modo de vida e participação da juventude rural no processo de organização produtivo familiar. A pesquisa vem procedendo percursos investigativos com base na etnografia, possibilitando aproximações com diferentes contextos, observações e diálogos com os pais e jovens sujeitos. A realização de estudos bibliográficos sobre família, juventude, com destaque para os organizados por SALES (2006) e BRUMER (2007); CARNEIRO (2007), com o objetivo de dialogar com diferentes concepções sobre juventude; destacam-se também estudos sobre participação, organizados por CARVALHO (2003) e outros. Nesse processo metodológico, como lembra MAGNANI (2009) “o caderno de campo [o velho e bom]” serve como auxiliar na busca de compreensão do contexto em estudo. Através dos estudos bibliográficos, o diário de campo e observações, é possível traçar um perfil, embora preliminar, de como essa juventude contribui com os Empreendimentos Econômicos Solidários em que os pais estão inseridos. Os relatos dos sujeitos indicam que há considerável envolvimento/participação mesmo que ainda “invisível”, pois, em casa ajudam a produzir, cultivar, embrulhar os produtos para que os pais possam vender nos diferentes Empreendimentos. Em uma das conversas com a D. Fátima participante assídua da FEAGRIFAMILIAR e da COOPASA ela relata: “Meu filho ajuda a aguar os canteiros de cebola, coentro, fazer os molhos de cheiro verde e colocar estrumo nos canteiros”. Dialogando com a jovem Lara, que a anos acompanha a avó na venda de bolos e outros produtos na Feira e que aparentemente, só estava ali para fazer companhia, ela diz “eu ajudo em casa enrolando os bolos e venho vender na Feira”. Com base nos resultados até então captados podemos considerar que esse (a) s jovens contribuem significativamente no processo produtivo, permitindo refletir sobre as razões da aparente invisibilidade e ainda pouca importância atribuída à atuação do (a) s mesmos nesse processo de geração de renda familiar. Esse condicionante da “invisibilidade”, da desvalorização do papel exercido pelo (a) jovem, aponta para refletirmos sobre razões de uma desmotivação construída e alimentada historicamente fazendo com que esse (a) jovem busque outros espaços para exercer sua atividade de trabalho.



**JUVENTUDE ASSENTADA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE:
UM ESTUDO DAS EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO RECREIO
– QUIXERAMOBIM – CEARÁ.**

Rayane Rocha Almeida (UFC)
rayane_rocha_1@hotmail.com

Rafael Soares de Souza Pitombeira (UFC)
rafael8416@yahoo.com.br

O presente trabalho desenvolveu-se no assentamento Recreio, comunidade remanescente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O assentamento Recreio é uma comunidade rural localizada à cerca de 220 km da cidade de Fortaleza, situada no Sertão Central do Ceará no município de Quixeramobim, o assentamento possui uma área total de 2.646 hectares, sendo constituído por cinquenta e quatro famílias assentadas e oito famílias agregadas distribuídas em três comunidades em forma de sistemas de agrovilas (Descanso, Mocó e o Recreio - onde fica localizada a sede). O assentamento tem como principais atividades a agricultura e pecuária extensiva. É uma comunidade que se destaca no âmbito cultural devido a Banda de Lata Criança Feliz que conta com a participação de crianças e jovens assentados. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram os jovens assentados de 16 a 29 anos. O objetivo deste estudo é compreender a partir das experiências e significações dos jovens assentados como se constrói a identidade juvenil no meio rural, no contexto específico do assentamento, além da busca por ouvir suas expectativas em relação a vida que levam no assentamento e aos objetivos futuros. Para tanto, a metodologia utilizada foi a observação participante e a pesquisação, as escolhas metodológicas foram uma vivência no assentamento e oficinas para discutir com os jovens a temática em questão. Estas metodologias foram utilizadas a fim de compreender como se constrói a identidade dos jovens no assentamento Recreio, além de buscar fazer um levantamento sobre suas expectativas enquanto juventude rural. A entrada na comunidade se deu devido às pesquisas de mestrado dos dois autores. O assentamento Recreio é um território repleto de marcas históricas e lutas sociais que vão além da luta pela terra, o que faz com que os indivíduos que lá se encontram busquem constantemente construir suas identidades coletivamente numa perspectiva de protagonismo. Na comunidade em questão desde cedo crianças e jovens são estimulados a lutar por seus direitos e conhecer seus deveres. Assim, a cultura e o contexto em que se insere a comunidade interfere diretamente nas vivências dos jovens que lá se encontram. Utilizamos como referências bibliográficas e fundamentação teórica para o desenvolvimento da pesquisa os estudos sobre identidade de Hall (2000), Silva (2000) e Castells (1999), sobre juventude Abramo e Branco (2004; 2005) e juventude rural Sales (2006), Castro (2010), Novaes (1998), sobre o MST e as particularidades no meio rural Caldart (2012), Leite (2012), dentre outros. Desta forma, o estudo em questão pode contribuir significativamente para combater paradigmas sobre as juventudes rurais, além de suscitar possíveis novos olhares em relação a alteridade dos jovens assentados.

528

“UMA PROFISSÃO DE TOPO!” NO IMAGINÁRIO E LINGUAGEM CIRCULANTE ENTRE JOVENS RURAIS ESTUDANTES DO ENSINO PROFISSIONAL E, “ÀS AVESSAS”, O MOTE/VIÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NUMA ABORDAGEM PROVOCATIVA E REFLEXIVA SOBRE FORMAÇÃO, TRABALHO E CAPITAL.

Ivna de Holanda Pereira (UVA)
ivnapereira@gmail.com

Francisco de Assis Guedes Barros (UVA)
chicoguedes15professor@gmail.com

O artigo é resultado da pesquisa intitulada: Incubadora IEES-UVA - Ciência, Tecnologia e Sociedade no Semiárido, financiada MCTISECIS/MTE-SENAES/CNPq/UVA, em andamento desde 2013 e que objetiva discutir/refletir a educação formal empreendida e interligações/interfaces na compreensão vivida pelos jovens rurais; e, possibilidades de trabalho e renda desses estudantes, cursando *Agroindústria* numa Escola Estadual de Ensino Profissional, em Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, contrapondo-se a “dinâmicas sociais” equivocadas e/ou intencionalmente detratadoras da vida econômica no campo rotulando-o “lugar de atraso” e sem perspectiva para a(o)s jovens. A escola, no interior do Ceará, congrega 75% de estudantes do meio rural, daí a importância da aproximação já que numa outra ponta/dimensão se realiza desde 2008, o trabalho de incubação em comunidade de EES, através da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários – IEESUVA, cujo propósito, dentre outros, fortalecer a agricultura familiar. O aporte teórico mescla-se entre aqueles que analisam as mudanças e desafios por que passa o meio rural; o papel escolar enquanto instância formadora e agregadora de potência para crescimento pessoal e social do (a) s jovens; a compreensão de *economia solidária* e sua aplicabilidade desenvolvendo associações solidárias ecológico-produtivas, entre outros. Destacam-se as reflexões de Carneiro (2002;2007), Machado Paes (2003), Schneider (2003) Boaventura Santos (2005; 2009), Singer (2002), Williams (2011) dentre outros. Metodologicamente, tem-se recorrido ao exercício etnográfico em aproximações desses micro lugares (espaços de trabalho de familiares e a escola, instâncias de educação informal e formal respectivamente) que, embora interdependentes, se atritam, se repelem, legitimando um discurso econômico e socialmente inconsistente, porém estabelecido e consentido, sobre “uma escolha profissional sem opção”, no caso dos jovens, ao sabor da eleição aleatória de “*profissões de topo*” ou “*galgar algo melhor do que agricultura*”, em total desacordo com a mais mínima lógica em cursar agroindústria no âmbito do ensino médio profissional ao abrigo de “política pública de educação, valorização dos jovens, da realização profissional e do desenvolvimento sustentável”. Referenciando-se no (a) s 27 estudantes do terceiro ano, cuja trajetória escolar indica a realização de estágios em espaços de relação teoria e prática, poucos são aqueles que expressam conhecimento e o desejo em trabalhar atividades relacionadas ao que, aparentemente, estão se profissionalizando. Somente no exercício desta Pesquisa, inicia-se uma reflexão sobre potencial de trabalho e renda naquilo que os pais agricultores atuam, a exemplo da Cooperativa COOPASA e vários outros empreendimentos econômicos desconhecidos na proposta curricular do curso. Nesse descompasso entre “o que estão cursando e os desejos de profissionalização” destacam-se, acriticamente, “*medicina, psicologia, advocacia e outras de topo*”. As ações realizadas pela Incubadora IEES-UVA na referida Instituição de Ensino médio profissional revelam, preliminarmente, que escola e família, enquanto instituições formadoras importantes, parecem submetidas a lógicas determinantes assentadas no “*ser mais*”, no “*sucesso*”, no “*ganhar mais*”, como “chances de compensar supostas trajetórias de sofrimento e descaso em que seus pais foram tragados, etc.”, sem discussão e reflexão, sobretudo da escola, sobre razões históricas que levaram/levam a existência e veracidade ou não de tais situações.

529



SER JOVEM NO CAMPO: JUVENTUDE (S) UNA E DIVERSA.

Kamila Costa de Sousa (UFC)
kamilacsousa@yahoo.com.br

Conhecer o cotidiano de jovens nos leva a pensar o que há de uno e diverso entre juventudes de contextos diferentes. Orientando – se pelas discussões de GROPPPO (2010) que apresenta a categoria “juventude” como sendo social, por ter sido criada por grupos sociais ou pelos que se definiam como sendo jovens a fim de dar significado ao que expressavam, fosse por ações e comportamentos, entendemos que conceitua – lá torna – se cada vez mais complexa, pois como destaca PAIS (1996) as diferentes juventudes demandariam diferentes teorias. Dessa forma, entendemos a categoria juventude no plural, ou seja, “juventudes” por ser diversa e heterogênea. Propomos nesse estudo, a partir de uma pesquisa qualitativa (FLICK, 2009), compreender a dinâmica social de educandos do segundo ano “B” do ensino médio de uma escola do campo, a partir das significações que conferem a própria condição de ser jovens em um contexto rural. Utilizamos como técnicas de coletas de dados a observação participante (CHIZZOTTI, 1995) e o Grupo focal (MATOS, 2002) para favorecer as expressões dos educandos por meio de múltiplas linguagens. Os/as educandos/as da Escola de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira, sujeitos dessa pesquisa, ao falarem sobre o que é ser jovem reproduzem os significados cristalizados pela sociedade, que veem a juventude como fase de preparação e escolhas para uma vida adulta que virá, onde se pode “aprender coisas novas e fazer escolhas para ter sucesso no futuro”, trazendo a escola como uma instituição importante para se pensar o futuro (DAMASCENO, 2001). Estabelecem diferenças entre jovens rurais e jovens urbanos, ao enfatizarem elementos ligados ao lazer, ao consumo e as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Entretanto, pode – se perceber que suas indumentárias, adereços e estilos são encontrados em grandes cidades, sendo possível considerar que há um diálogo e um elo com a cultura jovem global promovido pela mídia e pelo contato com outros mecanismos de massa (internet) ou até com jovens de outros locais. Assim, não é possível diferenciar as juventudes rurais pelas suas vestimentas e/ou estilo, pois apesar de terem características próprias no modo de vestir – se ou relacionar – se com a cultura, também apresentam estilos comuns com outros jovens, o que remete certa aproximação entre as juventudes urbanas. Sales (2003) acrescenta que as fronteiras entre esses jovens e outros se diluem, não sendo tão simples distinguir os jovens rurais dos urbanos. Entre as especificidades dessas juventudes estão à relação com o trabalho agrícola e com o campo, com a unidade doméstica, o casamento e a presença de filhos entre alguns jovens. As perspectivas futuras também são plurais e dialogam tanto com o espaço rural como urbano. Podemos considerar que ser jovem no campo nos leva a enxergar outras dimensões que estão para além da questão agrária, que existe certa unidade e ao mesmo tempo diversidade em relação a outras formas de se viver essa condição, considerar esse olhar é importante para que não se reproduzam estereótipos das juventudes camponesas como caricaturas do “Chico Bento”.



**O JOVEM DO CAMPO E AS NOVAS TECNOLOGIAS:
OS USOS, AS EXPERIMENTAÇÕES E OS ENLACES NOS SEUS MODOS DE VIDA.**

Nadja Rinelle Oliveira de Almeida (UFC)
nadjarinelle_234@hotmail.com

Nádia Raquel Oliveira de Almeida (UVA)
ndraquell@hotmail.com

As transformações presentes no campo, potencializadas pelos usos das novas tecnologias, nos levam a entender como jovens/as que vivem em assentamentos rurais estão significando o acesso à internet e por consequência agregando a esse novo cenário elementos para se pensar seus modos de vida. Vivemos um novo momento histórico de comunicação universal que transpõe barreiras geográficas, históricas, culturais a partir de um processo de mutação nas formas de sociabilidade. Entretanto, tais manifestações têm sido viáveis devido à presença do ciberespaço e às suas possibilidades, capazes de romper as barreiras espaço-temporais e proporcionar a interação entre as pessoas, mesmo que elas estejam distantes geograficamente e, o mais interessante, em tempo real. Com isso vai surgindo no campo novas formas de organização social, novas formas de socialização, ganhando novos contornos nas ações desses/as sujeitos nas esferas políticas, econômicas e culturais. No intuito de ter um olhar mais amplo sobre este cenário buscamos conhecer os modos de vida dos jovens/as moradores/as do assentamento rural Alvaçan Goiabeiras localizado no município de Santana do Acaraú, estado do Ceará e perceber de que maneira estes/as jovens utilizavam as novas tecnologias e como agregavam ao seu cotidiano no campo. Para o desenvolvimento das discussões teóricas, os principais autores/as foram Carneiro (2007), Sales (2010), Wanderley (2007), Castells (2003), Levy (1999), dentre outros/as. Como percurso metodológico, nos baseamos na pesquisa de natureza qualitativa tendo como inspiração a etnografia. Para tanto, usamos como ferramentas o diário de campo, a observação e a entrevista. Percebemos que os/as jovens realizam vários circuitos pelo ciberespaço apesar das dificuldades que encontram para navegar pela pouca acessibilidade a internet, realizada pelo celular através de telefonia móvel. Entretanto eles/as encontram outras saídas para continuar usufruindo das novas tecnologias, utilizando o celular para escutar música, jogar, bater papo através de mensagens de texto ou acessando a *lan house* na cidade quando há mobilidade até a escola ou universidade. Eles/as rompem ainda com a ideia de que os jovens/as residentes no campo não tem acesso ao ciberespaço e as informações abrigadas a ele, embora seja importante destacar a presença da exclusão digital provocada pela ausência de ações por parte do poder público que possam promover à inclusão digital através da implantação de ilhas digitais e de acesso à internet no campo, destacando-se o assentamento investigado. Não resta dúvida de como esse contexto de inovações tecnológicas permite a esses/as jovens ampliar conhecimentos e sua rede de relacionamentos, para além de criar diferentes relações, fazer amigos, trocar experiências, conhecer pessoas e manter contato com aqueles que estão distantes, rompendo fronteiras. O que atrai esses/as jovens a estar conectados são as múltiplas possibilidades de relacionamentos e informações oferecidas por esse ambiente virtual, o que não quer dizer que nesta tessitura seja preciso se desvincular de suas raízes e mudar suas relações familiares.



JUVENTUDE, INSERÇÃO SOCIAL E PROJETOS DE VIDA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.

Lilian Perdigão Caixêta Reis (UFV)
lilian.perdigao@ufv.br

Sueleid Aparecida Aniceto (UFV)
sueleid.aniceto@ufv.br

Samio Dias da Silva (UFV)
samio.dias@ufv.br

Leila da Costa Pacheco (UFV)
leila.pacheco@ufv.br

A partir de estudos realizados por alunos matriculados na disciplina Juventude, Inserção Social e Políticas Públicas, ofertada pelo Departamento de Economia Doméstica, constatou-se que existe uma demanda grande de criação de programas e projetos direcionados aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As Políticas Públicas sugeridas pelo Estatuto da juventude, promulgado em 2014, contribuem para favorecer o desenvolvimento humano, bem-estar social e promover a inserção social dos adolescentes e jovens. No entanto, através de levantamento realizado no município de Viçosa e microrregião, identificou-se que muitas intervenções ainda estão voltadas à participação de número limitado de adolescentes e jovens, e que permanecem sob responsabilidade maior da iniciativa de associações comunitárias. Assim, buscou-se com a implantação do Projeto Juventude e Inserção Social, realizado como atividade de extensão, criar uma proposta de intervenção para atender às demandas de adolescentes de 13 a 29 anos, residentes nos bairros de Santa Clara, Vau Açu, situados no Município de Viçosa. A intervenção com os jovens foi executada através de oficinas psicopedagógicas de planejamento do projeto de vida, com foco em oito dimensões de saúde: afetiva, familiar, intelectual, financeira, profissional, ecológica, física e social. Os encontros foram semanais, com duração de duas horas cada, nos quais foram realizadas dinâmicas de autoconhecimento e de integração do grupo, atividades de incentivo à criação artística e cultural: literatura, teatro, artes plásticas e artesanato, dia de convivência, atividades de orientação sobre cuidados com o corpo e a saúde em geral, planejamento financeiro e orçamento doméstico, dentre outras. Durante o primeiro semestre de 2014 houve solicitação para apoiarmos equipes do CRAS de Viçosa, Presidente Bernardes, Coimbra e Cajuri, o que levou à expansão do projeto para localidades rurais, nas quais realizamos encontros mensais com grupos de até 20 jovens. Destaca-se na metodologia de trabalho a participação de equipe interdisciplinar composta por estudantes de graduação e pós-graduação, que recebem apoio e orientação de técnicos e professores. Além disso, foram organizados eventos na universidade, como visitas a museus, departamentos e atividades de lazer e esporte. Foram alcançados resultados positivos com essa iniciativa, como maior interação do grupo, interesse e motivação dos adolescentes para o investimento nos estudos, participação nas atividades propostas, frequência em eventos culturais, artísticos e de lazer. Observou-se também maior engajamento em atividades organizadas por associações locais. Por outro lado, constata-se no setor público, a carência de profissionais preparados para atuação com adolescentes e jovens, e a falta de recursos para implementação das propostas indicadas no Estatuto da Juventude. Ressalta-se que medidas de atenção à saúde e qualidade de vida dos adolescentes e jovens devem ser priorizadas, no intuito de diminuir os índices de segregação social e vulnerabilidade dessa camada da população.



**A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
A EXPERIÊNCIA DA TURMA PAULO FREIRE NO SUL DE MINAS GERAIS DOS JOVENS DO MST.**

Michelle Neves Capuchinho (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra)
michelle5neves@yahoo.com.br

O presente artigo tem o intuito de apresentar a experiência desenvolvida entre o MST Sul de Minas e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) Campus Machado, na execução de uma Turma do Curso Técnico Integrado em Agropecuária no Regime de Alternância para a juventude do movimento. Essa experiência é pioneira em seu formato, sendo importante destacar os desafios que estão sendo enfrentados e as possibilidades que foram criadas. Para descrever o marco da construção da Turma Paulo Freire é fundamental fazer um resgate sobre o que representa a escola no Brasil, o papel que cumpre na sociedade de classes e como os jovens participam dessa construção. Na busca de identificar alternativas para disputar espaços nos processos educacionais que historicamente foram negados para essa parcela da juventude. O IFSULDEMINAS-Campus Machado, tem sido um importante articulador na região do Sul de Minas no que tange a aproximação às áreas de assentamento e acampamento da Reforma Agrária, ocupadas pelos (as) militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Campus Machado tem, no seu processo, significativa aproximação com o Movimento nas ações em que desenvolve, articuladas a partir do tripé ensino/pesquisa/extensão. Com isso, ao relatar o processo da Turma Paulo Freire, intenta-se em apreendê-la a partir da perspectiva da Educação do Campo, evidenciando o referencial político-ideológico protagonizado pelo MST, a partir das condições objetivas da educação profissional técnica e tecnológica, particularizada no Campus Machado. Apenas com a criação da turma Paulo Freire que os primeiros jovens do MST conseguiram estudar no IFSULDEMINAS, o movimento está na região do Sul de Minas a 17 anos, após 13 de resistência na região que o movimento conseguiu estabelecer relação com o IFSULDEMINAS. Com a ampliação e criação de vários campos e uma abertura de vários novos cursos, mais profissionais foram contratados, sendo aberta a possibilidade de novas dinâmicas pedagógicas. Através da Campanha contra a utilização de Agrotóxicos foi possível estabelecer propostas e desenvolver projetos em conjunto, através da realização de Seminários e do levantamento de demandas foi possível identificar uma grande parcela de jovens acampados e assentados que tinham o interesse de estudar, mas que não viam possibilidades concretas para tal. A partir do levantamento da demanda, foi possível criar a Turma Paulo Freire e garante aos educandos as condições necessárias para os jovens do MST poderem estudar e contribuírem na elaboração dessa experiência, na qual eles são sujeitos no processo de construção do conhecimento.

533



**O LAZER E A FÉ:
TEMPOS E ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO JUVENIL NO CONTEXTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS
NA MICRORREGIÃO GUANAMBI, BAHIA.**

Domingos Rodrigues da Trindade (UNEB)
rodrixex@hotmail.com

Laís Maria de Mourão Sá (UnB)
lais.maria@terra.com.br

O presente texto é parte de uma pesquisa de doutorado intitulada Constituição social do ser jovem camponês no contexto de assentamentos da Reforma Agrária na microrregião Guanambi, Bahia, defendida em 2015, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília. O estudo foi realizado em dois assentamentos rurais: Nova Esperança, que se localiza no município de Palmas de Monte Alto, e Marrecas, no município de Malhada. Participaram da pesquisa 27 jovens, 21 famílias, três representantes do poder público municipal, um assessor da FETAG polo de Guanambi e dois presidentes de Associações de Trabalhadores Rurais dos assentamentos *lócus* da investigação. Para a realização do estudo apresentou-se como objetivo geral compreender a constituição social do ser jovem no contexto de assentamentos da Reforma Agrária. A metodologia trabalhada se pautou numa abordagem qualitativa de pesquisa, utilizando os seguintes instrumentos de coleta de dados: grupo focal, entrevista semiestruturada, observação, questionário, pesquisa documental e diário de campo, considerando a perspectiva do materialismo histórico dialético nas relações contraditórias que movimentam a realidade social. Valendo-me dos princípios da pesquisa qualitativa, utilizei da convivência e do diálogo com os/as interlocutores/as como estratégia de busca de informações e compreensão dos processos que fundamentam as suas representações e práticas. Numa lógica de complementaridade, e em conformidade com os objetivos perseguidos neste estudo e o caráter das técnicas/instrumentos de pesquisa utilizadas, procedi à apreciação dos dados coletados com base na análise de conteúdo, na modalidade temática, segundo Bardin (1979). Neste artigo, trato de forma descritiva e reflexiva, os processos de socialização dos/das jovens no âmbito da convivência social no contexto dos assentamentos da Reforma Agrária, embasados nos seguintes autores: Pais (1990), Abramovay *et al.* (1998), Groppo (2000), Weisheimer (2005), Stropasolas (2007), Silva (2009), Castro (2009), Wanderley (2009), entre outros. O estudo esboça o retrato das práticas de sociabilidades dos/das jovens investigados/as, apontando que, o campo de possibilidades (VELHO, 2006) é bastante precarizado e reduzido no contexto dos assentamentos. As relações sociais dos/das jovens se ampliam por meio das interações externas, as quais apresentam limitações provenientes das condições econômicas das famílias. Frente a essa situação, os/as jovens criam, reinventam formas de convivência, de diversão e de lazer nos espaços onde vivem.



JOVENS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NO AMAZONAS: INTERAÇÕES COM O COTIDIANO.

Claudio Gomes da Victoria (UFAM)
victoriaclaudio@hotmail.com

Muitas são as inquietações que circundam o universo juvenil e suas múltiplas formas de ser e viver. Ser jovem implica uma série de questões que englobam o universo social no qual a dimensão da juventude é construída e vivida. Muitas tem sido nos últimos anos, a discussão em torno das questões da juventude no Brasil. Pesquisas, textos e livros que apontam para as mais diversas perspectivas de leituras sobre os sentidos de ser jovem nos espaços urbanos, nos espaços rurais, na escola, nas ONGs, nas ruas e em muitos outros lugares. Pensar a juventude no universo rural amazônico, ou seja, em comunidades ribeirinhas implica refletir sobre os desafios dessa complexa e desafiadora condição humana em uma realidade marcada por dimensões múltiplas do viver e do sobreviver. Um cotidiano que marca e deixa marcas nas rotas da vida juvenil. Fruto de algumas questões apontadas em uma pesquisa de doutorado, as reflexões aqui apresentadas nos levam a navegar por inúmeros rios, nos quais os desafios de tentar compreender o universo juvenil nos remetem a um cotidiano repleto de facetas que marcam em um determinado tempo os sentidos de ser jovem no universo de uma comunidade ribeirinha no Amazonas. Muito mais do que uma fase ou período da vida a juventude é aqui encarada enquanto produto e produtora de conhecimento, um conhecimento que se faz na lida do cotidiano, expresso nos modos de vida desses sujeitos. O ser jovem se dinamiza nesse espaço tempo de uma faixa etária, mas se afirma nas múltiplas experiências das culturas vividas no cotidiano. Os sentidos são diversos e apresentam suas marcas nas relações e interações dos indivíduos com o meio no qual vivem. A história oral de vida desses jovens, metodologia utilizada na construção da pesquisa, nos aponta para a diversidade de interações com o cotidiano de uma comunidade ribeirinha e os modos como só jovens constroem um conhecimento vivo sobre suas interações com a escola, a comunidade e os sentidos de ser jovem em meio a esse universo. Portanto, nosso propósito é nos aproximarmos desse rio e nele nos deixarmos levar pelo banzeiro cotidiano dos sentidos de ser jovem em uma comunidade ribeirinha no Amazonas. Que é claro ganha muitos outros contornos e se fundamenta em outros aspectos com base nas relações sociais e culturais ali construídas e vivenciadas. Esperamos com esse trabalho possibilitar a amplificação das vozes desses jovens e suas experiências na relação com o cotidiano e com a vida em suas múltiplas faces juvenis.



**VISIBILIDADE DE JOVENS RURAIS:
“ACREDITO É NA RAPAZIADA”.**

Ana Maria do Nascimento (UFC)
rinaestrela@gmail.com

Ercília Maria Braga de Olinda (UFC)
bragadeolinda@yahoo.com.br

O texto é uma reflexão acerca das práticas de educação popular desenvolvidas pelo Grupo Urucongo de Artes, uma articulação de Jovens Rurais, localizado no sopé da serra do Araripe no Cariri- Cearense. Tem como objetivo central trazer à cena a experiência desenvolvida e vivenciada por jovens rurais, dando visibilidade a estes, caminhando na contramão dos discursos midiáticos atuais que colocam os/as jovens como os principais responsáveis pela violência no país. O grupo foi pensado a partir da realidade do seu contexto e de sua história no mundo. Seus membros são filhos e filhas de agricultores, que percebem em sua comunidade algumas problemáticas tais como: um alto índice de desemprego, a exploração de mão de obra, dos/as jovens, a instabilidade trabalhista, e a falta de terra para o plantio. As “situações limites” evidenciadas neste contexto, fazem com que os/as jovens criem “atos limites” que permitam um possível “inédito viável”. A partir da apreensão dos problemas existenciais pensaram na criação de um grupo que lutasse pelo desenvolvimento da cidadania de seus membros e dos membros da comunidade. Desenvolvem atividades que valorizam o saber tradicional e as manifestações artísticas e culturais da comunidade. Descrevemos e analisamos algumas práticas de educação popular vividas e desenvolvidas por esses jovens rurais, articulando as categorias de politicidade e empoderamento. Tomamos como referência teórica principal o pensamento político-pedagógico de Paulo Freire, articulando-o com elaborações de Carrano (2002), Machado Pais (2003), Abramo (1997) e Baquero (2012). Acreditamos ser um debate relevante, pois contribui com as discussões acerca da temática da juventude, e procura dar visibilidade às ações de empoderamento pessoal e coletivo de jovens rurais.

536



A ESCOLARIZAÇÃO COMO BUSCA DE UM FUTURO PROMISSOR PARA JOVENS MULHERES DO CAMPO.

Tatyanne Gomes Marques (UNEB)
tatygmarches@yahoo.com.br

Adla Betsaida Martins Teixeira (UFMG)
adlaufmg@gamil.com

A referência ao jovem precisa levar em consideração a heterogênea realidade das sociedades contemporâneas. Margulis (2001) e Dayrell (2007) situam a juventude como produto de uma construção histórica, social e cultural. Devido à sua complexidade conceitual, é possível afirmar que existem várias juventudes (DAYRELL, 2005; CASTRO, 2005; ABRAMO, 2005), o que marca a existência de diversas formas de ser jovem, concretizadas nas condições sociais, culturais, de gênero e também das regiões. Neste sentido, este trabalho discute, dentro do campo de estudos sobre juventude, a condição de jovens mulheres do campo e a escolarização. Para isto, faz um levantamento bibliográfico dos estudos sobre juventude, com o recorte da localização (do campo) e da categoria gênero. A partir da revisão da literatura, destaca-se que, na busca pela escolarização, há uma diferenciação de gênero. Este aspecto tem relação com os processos de socialização de homens e mulheres no campo. Fatores como o controle social, a exclusão no processo de produção, a desigualdade na sucessão e herança, na distribuição e valorização do trabalho, alimentam diferentes projetos de vida para os rapazes e moças no campo (CASTRO e AQUINO, 2008; STRAPASOLAS, 2006; ABRAMOVAY *et al*, 2004; SILVA, 2009). E, nesses projetos, as mulheres do campo são as que mais buscam, por meio da escolarização, um futuro promissor. Nos processos de socialização, por indicadores subjetivos e culturais, as mulheres camponesas ocupam posições inferiores as dos homens (CASTRO, 2005; BRUMER, 2007; CASTRO e AQUINO, 2008; SILVA, 2009). Isto porque há um baixo reconhecimento social das mulheres no campo que se relaciona diretamente com a distribuição e valorização do trabalho de rapazes e moças. O trabalho realizado pelas jovens é visto como ajuda, complemento (FREITAS e LEÃO, 2011). Na agricultura familiar, o homem está situado na esfera da produção e a mulher não, apenas do complemento. Em decorrência das condições que vivenciam e do futuro que se apresenta às jovens do campo – filhas ou esposas – é que as moças são predominantes no processo de saída quando se analisa a migração de jovens do campo. Esta migração para o meio urbano acarreta o que Abramovay *et al* (2004) denominam de masculinização da população rural e também a ampliação do nível educacional. No que concerne às jovens, estas são orientadas para o estudo, já que não existem perspectivas de sua permanência no meio rural, pois a transmissão do patrimônio familiar está atrelada ao sexo e à ordem de nascimento (STROPASOLAS, 2006). Essa clivagem de gênero aponta o significado da educação para moças e rapazes. O acesso ao estudo para as moças vai muito além da conquista da independência familiar e da possibilidade de emprego na cidade, uma vez que a formação educacional fortalece seus planos futuros. Estas veem no acesso aos estudos a possibilidade de questionar padrões, conceitos e comportamentos, sobretudo aqueles que restringem a sua liberdade no espaço rural (STROPASOLAS, 2006). Portanto, conclui-se que, quando as jovens do campo se mobilizam em torno do estudo, migram para as cidades e buscam um futuro promissor fora desse espaço.



JOVENS SEM-TERRA EM BUSCA DA CONDIÇÃO CAMPONESA AUTÔNOMA.

Beatriz M. de F. Ribeiro (UFRRJ)
beatrizmfribeiro11@gmail.com

Objetiva-se, com este trabalho, demonstrar uma linha de continuidade entre a política de colonização para a Amazônia e a política de assentamentos rurais no tocante a forma de ocupação do espaço. As políticas centradas no modelo de colonização empreendidas na década de 1940, conhecidas como a “Marcha para o Oeste”, estabeleceram como princípio a instituição da propriedade privada individual e da família nuclear, propondo um lote mínimo para cada família, contrariando, assim, as principais características do campesinato brasileiro que, tradicionalmente, se sustentou com base no híbrido das relações familiar-comunitárias e no uso e apropriação de terras comuns (VELHO 1979, SEYFERTH, 2009, NEVES 2009). Esse modelo colonizador promoveu a reprodução do problema da itinerância das famílias, ao estimular a expansão da fronteira agrícola, assentando famílias das regiões Sul e Nordeste no Centro-Oeste e no Norte (VAINER 2000, PESSOA 2009). A implantação dos grandes projetos na Amazônia, na década de 1960, agravou este problema, fazendo com que um grande contingente de migrantes se deslocasse para esta região, movido pelo afã das oportunidades, entre elas, o acesso às terras livres. Esse movimento legou ao campesinato o papel de amansador das terras para o grande capital, cabendo ao Estado brasileiro promover a minifundização das áreas ocupadas pelos camponeses. Hoje, os projetos de colonização deram lugar aos assentamentos rurais, cuja política reproduz o mesmo modelo colonizador. Neste contexto, os filhos das famílias assentadas passam a ter *status* de problema social (LENOIR, 1996), por serem os que mais migram, colocando-se, desta forma, sob uma maior vulnerabilidade socioeconômica. Para atender a este segmento, são formuladas políticas voltadas, principalmente, à escolarização. A juventude passa então a compor o rol das políticas públicas e a fazer parte das análises dos especialistas. Assim, cria-se uma juventude. Mas, não podemos dizer que a juventude se restrinja a isto, pois, se a entendermos enquanto categoria política, a juventude *camponesa* surge também motivada pelo acirramento das disputas em torno da luta pela terra, já que é cada vez mais difícil às famílias transmitirem às gerações sucessivas o aprendizado e as condições materiais que dariam aos seus filhos uma condição camponesa autônoma. A transmissão da terra pelo processo de sucessão e partilha nas áreas dos assentamentos inviabiliza-se pelo contraste entre o tamanho reduzido da propriedade familiar e as práticas produtivas e reprodutivas das famílias e, ainda mais, quando se conjuga a isso uma crescente mercantilização das terras. Este cenário confirma um processo permanente de desterritorialização a cada geração. No contexto determinado por este modelo, os jovens são invisibilizados nas políticas de reforma agrária, e a busca pela autonomia dentro da condição camponesa passa inevitavelmente pela luta pela terra.



**JOVENS RURAIS, ESCOLARIZAÇÃO E MIGRAÇÃO:
TESSITURAS QUE SE CRUZAM PARA O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO.**

Caliane Costa dos Santos da Conceição (UFRB)
caliane_csc@hotmail.com

Luiz Paulo Jesus de Oliveira (UFRB)
luzpauloliveira@gmail.com

O presente estudo busca analisar os sentidos atribuídos por jovens rurais migrantes do município de Governador Mangabeira, estado da Bahia, à escolarização, a partir da premissa de que a escola tem sido uma das causas que influenciam nos fluxos migratórios entre rural e urbano. Para tanto, apresenta-se os resultados preliminares de uma pesquisa monográfica realizada para o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A pesquisa foi realizada em sete comunidades rurais do referido município, sendo que a escolha dos jovens entrevistados ocorreu a partir de dois critérios: ter idade mínima de 15 e máxima de 29 anos; e já ter migrado ou está vivenciando esta condição no momento de realização da pesquisa. Utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário (pré-teste) e a entrevista semiestruturada, a qual permitiu compreender a partir do ponto de vista dos sujeitos os sentidos atribuídos à escola. A amostra foi composta por nove jovens rurais com idade entre 19 e 26 anos, que encontraram dificuldades no seu percurso formativo e que, em sua maioria, escolheram a docência como campo profissional. Dos entrevistados seis vivenciam a condição de migrantes, sendo apenas um do sexo masculino, entre estes jovens a migração se dá majoritariamente em busca da escolarização em nível superior, apenas dois cursam o ensino técnico. Os jovens evidenciam que a escola respeita os seus conhecimentos, traduzido na conservação de valores e crenças, e revelam ainda que os saberes adquiridos na instituição não “servem” para serem utilizados nos seus contextos de origem, por isso os jovens rurais que vivenciaram a condição de migrantes e que continuaram os estudos em nível superior quando retornaram para os seus lugares de origem só conseguiram se inserir no mercado de trabalho urbano, mesmo exercendo uma profissão presente e necessária em ambos os espaços. A busca pelo ensino superior tem ocorrido, segundo os jovens em busca de qualificação profissional, e pelo fato de que os conhecimentos adquiridos na educação básica não têm lhe dado subsídios necessários para inserção no mercado de trabalho, sobretudo rural, devido às demandas da sociedade capitalista, em que as relações de trabalho são cada vez mais precarizadas e pautada na acumulação do capital. Em suma, pode-se compreender a partir desta análise que a escola no meio rural não tem dado conta da formação dos jovens, tendo em vista sua inserção no mercado de trabalho tanto rural quanto urbano. Por outro lado, a “qualificação” profissional traduzida pelo ensino superior e técnico, embora possibilite a inserção no mundo do trabalho, não oferece subsídios para que os sujeitos possam produzir sua existência no lugar de origem, evidenciando que o saber escolar é essencialmente voltado para o contexto urbano, impulsionando, por isso, os jovens à migração.



**VIVENDO ENTRE MUNDOS:
O ENCONTRO ENTRE AS JUVENTUDES QUILOMBOLA E URBANA.**

Roseane Amorim da Silva (UFPE)
roseane_amorim6@hotmail.com

Este estudo investigou as vivências dos/as jovens quilombolas e os significados que esses/as atribuem ao uso de álcool. Participaram jovens de ambos os sexos (18 - 24 anos), moradores/as de duas comunidades quilombolas, Castainho e Estivas, localizadas na área rural de Garanhuns/PE. O estudo foi desenvolvido em duas etapas, inicialmente realizamos observação participante nas comunidades e acompanhamos os/as jovens em diversas atividades realizadas por eles/as, a exemplo do trajeto dos/as jovens que se deslocam para estudar e/ou trabalhar na cidade, nas festas que ocorreram nas comunidades, nos momentos em que os/as jovens frequentaram os bares locais, nas escolas, entre outros espaços e momentos. Na segunda etapa do estudo entrevistamos 20 jovens, dez mulheres e dez homens. Os dados construídos foram analisados a partir da interseccionalidade de gênero, classe social, raça/etnia e território. A perspectiva interseccional busca abordar os marcadores (gênero, raça/etnia, classe e outros), de modo articulados, pois se considera que estes marcadores estão entrelaçados na constituição das desigualdades sociais. Assim, observamos também como estes repercutem nos encontros entre os/as jovens dos contextos rural-urbano e no uso de álcool. Vimos que os/as jovens quilombolas frequentam a área urbana do município com diversas finalidades, estudo, trabalho, lazer, busca por atendimento médico, entre outras. E observamos também que os/as jovens urbanos/as costumam frequentar as comunidades quilombolas, principalmente nos finais de semana, momento em que fazem uso de álcool nos bares das comunidades. Percebemos que o uso de álcool tem funcionado como uma prática de sociabilidade entre os dois mundos rural-urbano aproximando os/as jovens no contexto das comunidades quilombolas. Alguns jovens quilombolas vão se divertir na área urbana de Garanhuns, mas esses/as frequentam os bairros periféricos da cidade, lugar destinado historicamente aos grupos socialmente marginalizados. A condição de classe e raça/etnia dificulta que os/as jovens frequentem outros espaços na cidade que requerem um gasto financeiro, assim a procura nesses bairros é pelos bares que são mais acessíveis aos/as jovens quilombolas. Vimos nesse sentido uma diferença na ocupação do território entre os/as jovens urbanos/as e os/as quilombolas. Quando os/as urbanos/as vão às comunidades, usufruem dos espaços sem que haja nenhuma interdição, ligam som do carro em alto volume, bebem, desfrutam ao máximo do local, e o mesmo não ocorre quando são os/as quilombolas que estão na cidade. Essas idas e vindas dos/as quilombolas nos faz refletir também sobre a estrutura fundiária do país, a distribuição desigual dos serviços públicos, as políticas públicas para o meio rural. Leva-nos a pensar sobre as situações que os contextos rurais vivenciam, onde faltam escolas, serviços de saúde, atividades de lazer, entre outras que repercutem na elaboração e execução dos projetos de vida dos/as jovens, visibilizando a distribuição desigual de oportunidades entre a juventude quilombola e a juventude urbana.

540



EXPERIÊNCIA DE VIDA E FORMAÇÃO DE JOVENS DO CAMPO NA CONTEMPORANEIDADE.

Adelson Dias de Oliveira (UNIVASF)
adelsonjovem@gmail.com

O presente trabalho apresenta reflexões de experiências formativas de jovens que vivem no campo. Perpassa pela discussão dos percursos trilhados pela juventude no ambiente rural, caracterizado pelos diversos espaços formativos que estão imbricados na sua construção identitária, marcada pelo contexto social, cultural e educacional vivido por estes sujeitos. Identificar os espaços e tempos formativos de jovens do campo, compreendendo-os no cenário contemporâneo, caracteriza-se como objetivo do estudo. O problema da pesquisa constitui-se no conjunto de questões: Como as experiências de formação foram produzidas pelos jovens do campo, no semiárido baiano? De que maneira essas experiências constituíram suas identidades? Os autores que fundamentaram o estudo foram: Hall (1994, 2003), Carrano (2008), Bauman (1997, 2003, 2005, 2012), Carneiro (2007), Castro (2009), Nascimento (2002), Silva (2004), Pais (1999, 2003), Cavalcante (2007), Rios (2008, 2011), Sales (2006), Wanderley (2007), Weisheimer (2007), dentre outros. O trabalho envolveu seis jovens da república do IRPAA localizada no município de Juazeiro/BA, no Centro de Formação Dom José Rodrigues. Estes jovens são oriundos de cidades distintas do semiárido baiano: Canudos, Juazeiro, Remanso, Sento Sé, Macururé e Monte Santo. É uma pesquisa qualitativa, fundamentada na abordagem autobiográfica, tomando como procedimentos a utilização de entrevistas narrativas. Como resultados, a pesquisa aponta que a reflexão a partir da experiência de vida e formação dos jovens do campo se constituiu em sistemas sociais formados pela *família, trajetória de escolarização e o envolvimento social, comunitário, religioso e cultural*, como grandes núcleos sociais em que os jovens vão, aos poucos, tecendo suas experiências/suas identidades. A presença da participação no trabalho e na igreja na vida dos jovens é o primeiro passo trilhado no sentido de inserção social e cultural. Nota-se um processo híbrido na constituição das identidades desses sujeitos, interpelados pelas práticas, relações e pelo imbricamento das diferentes culturas e tendências geracionais que vivenciam. Ademais, estão vinculadas ao processo formativo a vivência no ambiente escolar com a presença marcante do deslocamento para a cidade, considerando que a presença da escola no campo segue até o final do ciclo básico do ensino fundamental, para continuidade dos estudos esses sujeitos são obrigados a irem para os espaços urbanos ou distritos rurais com características urbanas, por consequência o currículo aplicado não contempla o contexto específico do campo o que gera conflitos especialmente no tocante ao processo de fortalecimento da agricultura familiar e/ou geração de novas perspectivas de vida no campo. É salutar pontuar as especificidades geradas por esse espaço, elucidando-se para tanto, o trabalho e a geração de renda como elementos fundantes presentes nas vidas dos jovens. Outro aspecto evidenciado pelo estudo é o movimento do ir e vir entre o campo e a cidade e a relação com os espaços de convivência individual e coletiva, os quais permeiam os seus relacionamentos que se configuram como elementos estreitos, à margem. Num movimento dialógico, aparecem outros ambientes de formação em que os jovens pautam suas experiências, compondo assim, um novo ciclo migratório no cenário do campo contemporâneo.



REPRESENTAÇÕES ACERCA DA RURALIDADE E URBANIDADE DOS JOVENS RURAIS DE CERRO AZUL: A LIMINARIDADE ENTRE MIGRAR E PERMANECER.

Rodrigo Kummer (UFRRJ)
kummer2004@yahoo.com.br

No presente artigo discutem-se as representações que os jovens do meio rural manifestam em relação à dicotomia urbanidade/ruralidade. Embora debatido e presente em discussões políticas, a questão do êxodo e da permanência dos jovens rurais é subordinada a elementos, de certa forma, distanciados da realidade em que vivem. Em geral as abordagens tratam da especificidade do êxodo. Algumas abordam essa conjuntura como um resultado do ajustamento ao desenvolvimento econômico do país (movimento de liberação de mão de obra do campo para cidade); noutras é associado justamente a falta de desenvolvimento que resulta em expulsão dos jovens do campo. Embora seja preponderante uma espécie de “tendência ao êxodo”, nem todos se tornam migrantes. Há um número sensível de jovens que permanecem. Essa permanência é provida de sentidos que oscilam entre ambiguidades: alguns são projetos de vida solidificados; outros são projetos pendentes; por fim alguns que são vistos sob uma “fatalidade”. Isso revela um caráter imbricado e relacional sobre os atos de migrar ou permanecer entre jovens do meio rural. A suposição dos espaços ocupados ou das motivações entre estes jovens liga-se diretamente a forma como tecem a leitura dessa dicotomia rural/urbano. As formas de ver, pensar e conceber ambos os espaços especificam os elementos explicativos que lançam mão nos momentos de decisão. O meio rural é preponderantemente expresso como local de penúria. A cidade o local das oportunidades. Entretanto essas noções são permeadas de muitas e complexas situações que destoam desse discurso. Nem um dos espaços é negligenciado, mas sim relativizado. Forma-se um jogo de especulações e representações impactante na forma como as trajetórias de vida e os próprios espaços são pensados. A análise dessa conjuntura hora debatida se estabelece entre os jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, município de Palma Sola, localizado na região Extremo Oeste de Santa Catarina. As dinâmicas de êxodo ou permanência destes jovens nos espaços rurais se articulam com os espaços urbanos. Os pretensos migrantes ou “permanescentes” advogam suas interpretações sobre cada um desses locais. Tomam-se como referência depoimentos tanto de jovens que migraram quanto de jovens que permanecem no meio rural. As perspectivas postas em jogo entre ir ou ficar são medidas pela ponderação do que interpretam em tais locais e as expectativas nutridas no viver “aqui” ou no viver “lá”. É um comportamento que enseja uma variação constante, uma fluidez intermitente. As decisões comumente são provisórias e por este motivo se entrelaçam a noção dos mecanismos políticos, sociais e econômicos. Necessário é, portanto, expandir essa discussão em curso.

542



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO SERTANEJO RURAL ACERCA DO PÚBLICO CONSUMIDOR E ESPAÇOS DE CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS.

Bruno Klecius Andrade Teles (UNIVASF)
brunoklecius@hotmail.com

Lucia Marisy de Souza Ribeiro (UNIVASF)
lucia.oliveira@univasf.edu.br

Daniel Henrique Pereira Espíndola (UNIVASF)
despindula@hotmail.com

A ruralidade sertaneja é um modo peculiar de utilização do espaço e vida social, sendo necessário compreender suas adjacências, seu território e símbolos, seus modos de vida e identidades, para atentar aos quais fatores de risco e determinantes de saúde são relevantes neste contexto. Objetivou-se analisar as representações sociais dos sertanejos rurais do submédio do São Francisco acerca do público consumidor de bebidas alcoólicas e espaços de uso. Tratou-se de uma pesquisa exploratória, de caráter quantitativo e qualitativo (mista), fundamentado na abordagem estrutural das representações sociais. Trabalhou-se com 95 pessoas de áreas da zona rural de Petrolina PE e Juazeiro BA. Foi aplicado um roteiro de 15 questões abertas e 15 questões objetivas. Os dados das entrevistas foram analisados através da Análise de Conteúdo de Bardin, por meio do software gratuito IRAMUTEQ, optando-se pela análise da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Respeitou-se a Resolução 466/2012 CNS/MS em todas as etapas da pesquisa. Os sertanejos representam que o adulto e o idoso possuem mais condições de beber do que o jovem, por conta da experiência de vida, por serem menos afoitos e empolgados. O homem adulto é apontado como referência para os limites e quantidades do consumo, sendo que o consumo de bebida por estes é realizado em contextos de ociosidade e festa. Os jovens seriam mais inconsequentes e inexperientes, por isso, mais suscetíveis a padrões de consumos abusivos. Representam que os jovens consomem mais bebidas, pois são mais independentes, possuem mais recurso financeiro livre, detém mais poder, saem mais (lazer). Ressalta-se o vigor físico do jovem e a perda do mesmo com o passar do tempo. São identificadas representações que indicam uma fragilidade física feminina e falta de autonomia financeira, porém é dito que algumas mulheres jovens tem bebido mais do que os homens jovens. Os principais motivos que levam a mulher a beber são relacionados a diversão e festas. As falas apontam para uma ideia de que os jovens são inconsequentes, vaidosos, influenciados por amigos, gostam de festas e farra. O público bebedor é dito ser tipicamente masculino. A falta de controle dos pais, a ociosidade, o fato de não frequentar a escola, e o excesso de curtidão são representados como sendo os principais fatores que embasam este comportamento da juventude. Os colegas e amigos são fontes de convites para bebida, e o jovem tende a aceitá-los, por pressão social ou mesmo pela busca de diversão e interação social. As representações apontam ainda que os sertanejos rurais optam prioritariamente pelo consumo de bebidas em bares. O fato de poder paquerar, transgredir os limites sem as algemas familiares, a música alta, são atrativos principalmente para a classe jovem. O bar, no espaço rural, também movimenta os comentários acerca dos acontecimentos da região, dos conflitos entre moradores. Percebe-se a priorização por consumo em contextos coletivos, onde há possibilidade de interação e socialização. O uso de bebidas alcoólicas é um fenômeno complexo e com vários fatores determinantes, portanto há uma necessidade de envolver diversos saberes e disciplinas para a sua compreensão.



**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DO CAMPO:
UMA EXPERIÊNCIA EM SANTA CATARINA.**

Olga Celestina da Silva Durand (UFSC)
olgadumu@hotmail.com

Suzy de Castro Alves
(Secretaria de Estado da Educação-SC)
suzycastroalves@gmail.com

O estudo analisa a Política Pública implementada para jovens da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. Mais especificamente, questiona e investiga quem são os jovens que frequentam o Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, quais são os seus interesses e expectativas o que se refere aos seus processos educativos e a relação destes com as possibilidades de trabalho e socialização. O programa tem como objetivo escolarização com qualificação social e profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Tendo como público alvo jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, o programa visa ampliar o acesso à educação a essa parcela da população historicamente excluída do processo educacional. Os estudantes participantes recebem uma bolsa de R\$ 1.200,00 em 12 parcelas e assumem o compromisso de cumprirem, no mínimo, 75% da frequência. O curso, com duração de dois anos, é oferecido em sistema de alternância —intercalando tempo-escola e tempo-comunidade. A proposta do Programa em tela, prevê a construção de uma política educacional que reconheça as necessidades dos sujeitos, suas diversidades e a realidade diferenciada dos jovens do campo, aliada à construção de uma política nacional para a juventude, reconhecendo esses jovens como sujeitos de direitos e construtores de conhecimentos e novos saberes. A primeira versão do programa denominado Saberes da Terra nasce em 2005. Dois anos depois integra-se ao Programa Nacional de Inclusão de jovens Projovem e em 2009 inicia-se as primeiras turmas em Santa Catarina. Para o estudo buscamos autores, como Sposito (2003), Margulis (1996) para discutir sobre juventude, suas condições e demandas de políticas públicas e sociais e Abad (2003), analisa sua e condição juvenil e a situação juvenil. Pais (1996) sobre as Culturas Juvenis. Abramovay (2001) e Stopassolas (2006) para discutir sobre o jovem do campo, o êxodo rural e a relação com a agricultura familiar, o envelhecimento da população do campo e o processo de masculinização da juventude. Com esse entendimento da relação da Juventude, enquanto categoria social e a realidade social e cultural do jovem do campo é que estruturamos este trabalho, de cunho qualitativo, em que abordamos os seguintes procedimentos: levantamento de estudos sobre a juventude do campo em Santa Catarina, análise dos documentos que constituem o Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, análise de depoimentos de professores (a maioria deles também jovens), dos próprios jovens e acompanhamento das ações promovidas pelo Programa. Acreditamos que as ações voltadas para a juventude do campo, por meio de uma melhor e mais qualificada escolarização, bem como novas perspectivas profissionais, facilitará a continuidade dos jovens no campo e ou modificará a relação destes com a cidade.



AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS JOVENS RURAIS: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O CENÁRIO BRASILEIRO.

Priscila Teixeira da Silva (UFRB)
priscilats4@hotmail.com

Eugênia da Silva Pereira (UNEB)
eniagbi@hotmail.com

Leidjane Fernandes Baleeiro (UFRB)
leidy_janne@hotmail.com

Este artigo analisa as políticas públicas para a juventude do campo brasileiro, tendo em vista que a discussão sobre juventude rural como possuidora de direitos tem sido inserida recentemente nos espaços acadêmicos e na arena governamental. Observa-se que a invisibilidade sofrida historicamente não foi rompida totalmente e torna-se um dos maiores entraves na aquisição de direitos pelos jovens rurais. Castro (2009, p. 200) afirma que muitos programas de governo já deveriam atingir esses sujeitos, contudo, por não identifica-los enquanto público alvo dificultam o acesso desses jovens e contribuem para desvalorização e invisibilidade dessa categoria social. O Guia de Políticas Públicas de Juventude cita apenas quatro programas criados ou ampliados com o intuito de atender esses sujeitos: Programa Nossa Primeira Terra, o Pronaf Jovem, o Programa Saberes da Terra, e a modalidade “Consórcio Social da Juventude Rural” do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. Fora do Guia ainda existem outras iniciativas diretas do governo federal: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, a ATER jovens, o Pronatec-Campo e o Programa Territórios da Cidadania. Assim somam-se oito programas relacionados à juventude camponesa, sendo dirigidos *ao acesso à terra e ao crédito, à assistência técnica, à escolarização e qualificação profissional*. Entretanto apesar do avanço de tais propostas cabe considerar três aspectos quanto a sua implementação e funcionamento. O primeiro refere-se à abrangência e a efetivação desses programas, a falta de informação e a burocratização que dificulta o acesso dos jovens. O segundo reporta-se a avaliação quanto a inclusão da diversidade e especificidade juvenil do campo brasileiro. O terceiro aspecto concerne na necessidade de avaliação da influência de organismos ligados ao capital, isso porque se tais propostas advêm da luta dos povos do campo elas precisam ser coerentes com a construção de um novo projeto de sociedade e de desenvolvimento do campo. Nessa perspectiva destacam-se as críticas ao Programa Primeira Terra, que segundo Sauer (2010) está inserido na política de mercado financiada pelo Banco Mundial, que não resolve o problema da concentração de terras no Brasil e tem criado o endividamento dos jovens do campo. A Nota dos Movimentos e Organizações Sociais do Campo também trazem considerações sobre o Estatuto da Juventude, por este citar a juventude rural de forma direta nos artigos 7º, 15º e 22º referentes à Sessão II do Direito à Educação, a Seção III do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda e Seção VI do Direito à Cultura, não traz questões relativas à necessidade da Reforma Agrária, ao apoio a uma agricultura livre de agrotóxicos, e a consolidação de relações trabalhistas dignas para esses jovens. Diante do exposto evidencia-se que a juventude camponesa apesar de ter algumas de suas demandas incorporadas pelo Estado, quando avaliada a abrangência e a conflitualidade de interesses entre os movimentos sociais, Estado e instituições financeiras tais ações ainda não foram capazes de garantir um cenário de políticas públicas voltadas aos desafios do campo e da juventude camponesa, entendendo estes enquanto sujeitos estratégicos de luta e transformação da realidade.



**ENTRE O SILENCIAMENTO E AFIRMAÇÃO:
UMA ANÁLISE ACERCA DAS ESCOLHAS DE JOVENS RURAIS QUILOMBOLAS.**

Azamor Coelho Guedes (IFBA)
azamorcg@gmail.com

Ana Carla de Lima Portela (IFBA)
anacarlaportela@yahoo.com.br

Maria de Lourdes Nunes Militão (IFBA)
malumilitao@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo interpretar os sentidos que jovens quilombolas residentes na zona rural do município de Seabra-BA atribuem às rotinas e as práticas cotidianas vivenciadas em suas próprias comunidades, e da relação destes significados com suas escolhas escolares e profissionais. A juventude quilombola pesquisada pertence à dez comunidades rurais, formada por famílias cuja a principal ocupação é a agricultura camponesa, em contexto social que é marcado pela precariedade da infraestrutura de transporte e de comunicação, o que se reflete em dificuldades em conhecer e acessar os serviços e políticas públicas oferecidas na sede do município. Além do difícil acesso às políticas públicas disponíveis aos habitantes da área urbana de Seabra, a juventude pesquisada também não conta com uma educação que respeite a riqueza e a diversidade de sua cultura quilombola e/ou rural. Este trabalho, teoricamente amparado na Teoria Interpretativa da Cultura de Geertz, é resultado de dois anos de observação participante em que: acompanhamos diversos jovens quilombolas em dois projetos de extensão, um deles efetuado na comunidade quilombola do Agreste, outro executado em duas escolas que recebem jovens de dez comunidades quilombolas; participamos de mesa temática sobre “juventude e participação” em evento organizado pelo Conselho Estadual das Comunidades e Associações Quilombolas da Chapada Diamantina; visitamos diversas comunidades quilombolas de Seabra e as famílias que nelas vivem; promovemos eventos no IFBA, Campus Seabra, protagonizados por diversas manifestações culturais quilombolas; realizamos encontros do grupo de pesquisa *Muanzi* que conta com a participação regular de duas lideranças quilombolas. Além da presença em tais atividades e encontros, também foram colhidos dados através de questionários, entrevistas e conversas informais. Como resultados preliminares da interpretação dos dados compreendemos que muitos destes jovens pesquisados descrevem a cidade como “movimentada” e “boa para emprego”, considerando-a como o *lócus* privilegiado do lazer e do trabalho, enquanto que o modo de vida de seus pais é silenciado ou pouco mencionado. Uma minoria, no entanto, resiste a este discurso através da afirmação da sua identidade rural quilombola e de sua cultura popular, embora também reconheçam que o seu modo de vida subsiste em um contexto social de privações e preconceitos. Tais avaliações se refletem nas escolhas dos jovens, visto que, para aqueles que adotam o discurso predominante, a busca por oportunidades escolares e/ou profissionais demanda inevitável abandono do campo e de seu *habitus*; já o discurso contra hegemônico, adotada por alguns jovens, compreende que a busca pelo aumento de renda e escolaridade, deve servir ao fortalecimento das comunidades rurais quilombolas e de sua identidade cultural.



**O JOVEM E O MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO RURAL:
REFLEXÕES A LUZ DAS QUESTÕES ECOLÓGICAS COMO OPORTUNIDADES.**

Sabrina Castro da Silva (UFAM)
sabrina_castro16@hotmail.com

A questão ambiental tem sido pauta de discussões no mundo inteiro em vários aspectos, sobretudo no meio acadêmico, político e organizacional. Muito se fala sobre aquecimento global, efeito estufa e desenvolvimento sustentável. Mas o que os jovens pensam e tem feito sobre isso? É natural observar pessoas poluindo as ruas, jogando lixo e esquecendo a torneira ligada quando estão escovando os dentes, a dificuldade está em conseguir modificar esses hábitos, promovendo uma “reeducação” comportamental. O problema é que esses pequenos gestos geram impactos ambientais, por mais irrelevantes que pareçam. Tentar mudar o comportamento de pessoas que já tem esses hábitos, não é das mais fáceis tarefas, as mudanças de atitudes no que concerne o meio ambiente tem dois principais fatores: o exercício da cidadania, que nada mais é do que cumprir com seus direitos e deveres perante a sociedade e a responsabilidade social, como sendo a consequência/efeito das ações do indivíduo que interferem diretamente no meio social. Apresentar essas questões como um problema e a compreensão dessas atitudes errôneas, possibilitam assimilar que são exclusivamente causados pela ação humana e encontrar possíveis soluções para os problemas ambientais é de grande urgência, uma vez que se trata do futuro da humanidade que é completamente dependente dessa relação que se entende por sociedade/natureza. O jovem pode ser o principal agente transformador e que promove essas mudanças de atitudes, a educação ambiental torna-se elemento indispensável e determinante nessa transformação da consciência ambiental desses jovens. Geralmente, esses jovens que residem em área rural, quando crescem, tendem a seguir caminho para a cidade, que na visão deles oferece grandes oportunidades e assim se dá, o êxodo rural. Infelizmente, isso poderia ser diferente se houvesse formas de estimular-los a continuar em suas cidades e a promover atividades e até mesmo o crescimento ou o progresso de seus lugares de origem. Muitos decidem sair por não desejarem o mesmo “destino” de seus pais, esses que geralmente trabalham com agricultura familiar, com a pesca, nos seringais e afins. Uma política de desenvolvimento rural não pode ser limitar a agricultura para esses jovens, pois estes precisam de ações inovadoras, medidas que os atraiam - como a própria valorização da biodiversidade, dos recursos hídricos, minimização dos desflorestamentos e danos ambientais - que os façam querer ficar em seu local de origem. Muito se associa também o fato de morarem nos municípios de interior, a um cuidado maior com o meio ambiente, mas será que isso é real mesmo? Seria algo consciente? Sabem eles o cuidado que se deve ter com a natureza, de fato? Necessitam de oportunidades em seu próprio “ninho” com o que se tem à disposição e potencializar essas culturas, matérias-primas, ou seja, dar um outro contexto ao seu meio e isso vai dar a eles a sensação de utilidade, estarão contribuindo com a natureza, com sua cidade e seu progresso de ordem social, econômico, financeiro e ecológico.

547



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

A SITUAÇÃO JUVENIL NA AGRICULTURA FAMILIAR DO RECÔNCAVO DA BAHIA.

Nilson Weisheimer (UFRB)
weisheimer@pq.cnpq.br

Esse trabalho analisa a situação juvenil na agricultura familiar no Recôncavo da Bahia, para explicar a disposição social dos juvenis em reproduzir o processo de trabalho familiar agrícola. A pesquisa foi desenvolvida com apoio do CNPq e se valeu de um modelo analítico descritivo da situação juvenil com dimensões objetivas e subjetivas, são elas: os recursos materiais; os processos de socialização; as representações sociais e; os projetos juvenis. Essas são submetidas a uma análise de correspondência múltipla identificando-se a formação de um grupo social homogêneo. Nele predomina o desejo de não permanecer na agricultura sendo essa posição mais frequente entre entrevistados adolescentes e mulheres. Concluí que os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares derivam da própria situação juvenil, o que revela as dificuldades à reprodução social da agricultura familiar praticada na região.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 14 - Juventudes indígenas.

Coordenadora: [Lucia Helena Vitalli Rangel](#) (PUC-SP)

549



MUNDOS À PARTE – A FICÇÃO CIENTÍFICA COMO PRESERVAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA.

Edilson Rodrigues Palhares (CEFET-MG)
erpas.2008@globo.com

Antonio Guimarães Campos (CEFET-MG)
antonio_gcamos@yahoo.com.br

Bernardo Carlos S. C. M. de Oliveira (PUC/SP)
oliveira.bernardo@gmail.com

A ficção científica (fc) representa atualmente importante expressão da cultura *pop* que se estrutura em uma complexa rede de produção e mídia de massa envolvendo os mais diversos suportes, com destaque para os filmes. O seu público consumidor (e alvo) é formado basicamente por jovens em pleno processo de formação naturalmente ávidos por aventuras, mudanças e descobertas. É raro se encontrar atualmente um jovem, independente de região e cultura, que de alguma forma não tenha tido algum envolvimento com a fc. Em certos casos, poderá vir a ter em sua vida adulta, opiniões formadas com base no que sorveu como espectador da fc. No entanto, mesmo que o gênero movimente uma indústria de bilhões de dólares, ele tem uma característica marginal, justamente por se identificar com parte de um universo jovem considerado imaturo em termos de erudição e de relações sociais. Neste ocorre uma conexão com a cultura indígena, que mesmo sendo intrínseca na formação brasileira, tem que lidar com preconceitos e rejeições. Com base nisso, este trabalho se propõe a relatar dois casos onde o mundo da fc e o da cultura indígena se cruzam com o intuito de preservar esta última. O primeiro caso envolve um projeto de preservação da língua dos índios Navajo por um museu no Arizona, EUA. Filmes famosos são dublados na língua nativa com o intuito de estimulá-la entre os jovens. Em sintonia com que foi dito acima, o primeiro filme escolhido para o projeto foi a fc “Guerra nas Estrelas” (Star Wars, 1977). A escolha não foi arbitrária, pois se levou em consideração que seu roteiro, escrito por George Lucas, se baseou em princípios arquetípicos pesquisados pelo mitologista Joseph Campbell justamente a partir de lendas da cultura Navajo. Isto é, o conhecimento de que uma das mais famosas e rentáveis franquias da fc tem parte de sua origem numa cultura indígena, a fez ser usada para a preservação da mesma. O segundo caso envolve a exibição do filme “Avatar” para uma comunidade indígena em São Paulo. O filme mostra os efeitos da exploração de recursos naturais pelos seres humanos em um planeta de exuberante natureza habitado por alienígenas de cultura muito semelhantes à indígena. A identificação entre diversos pontos da trama com eventos e rituais foi percebida de forma clara entre os jovens da tribo. O entrelaçamento foi totalmente intencional para o criador da obra, o cineasta James Cameron. Tanto que este veio ao Brasil tentar discutir com nossas autoridades questões relacionadas à construção da Barragem de Belo Monte e as consequências às comunidades indígenas ribeirinhas. Pretende-se com tal exposição sugerir a fc como importante meio auxiliar para estudos em Ciências Sociais. Não só no intuito de preservar o passado em comum a todos nós, como também sugerir um “mundo do futuro” melhor para os jovens. Independentemente se estes observam, sonham com as estrelas olhando-as da cidade ou da tribo.



**JOVENS INDÍGENAS TAPEBA:
A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NA LUTA POLÍTICA NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE TAPEBA.**

Joaquim Teixeira Pinto de Mesquita (INTA-CE)
joaquimpim@hotmail.com

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo mostrar a articulação entre comunidade e jovens Indígenas Tapeba, traz ainda um debate acerca do tema diante trabalhos acadêmicos, contexto social e órgãos governamentais. Utiliza como metodologia a análise de pesquisas qualitativas de relevância acadêmica e social, que foram desenvolvidas na Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza. Evoca-se também, a participação e atuação de jovens dentro de movimentos desenvolvidos junto à comunidade, na luta pela reafirmação étnica e direitos garantidos por lei; direito à terra e uma educação diferenciada. Busca-se promover discussões com enfoque na juventude Tapeba e mostrar como estes trabalham para manter união, envolvimento e envolvidos em prol da causa indígena, bem como de sua juventude. A pesquisa aponta discussões sobre a perspectiva de juventude, que ações estes podem realizar em benefício de sua comunidade, bem como na preservação de sua cultura e sua identidade étnica. Tendo em vista a importância de se trazer discussões a problemas pertinentes a causas indígenas, busco aqui valorizar a mobilização e organização da juventude Tapeba na luta pela preservação de sua identidade cultural, seus costumes e continuidade de sua etnia. O interesse em criar o projeto veio diante de inquietações que foram surgindo em minha pesquisa de monografia, que está sendo desenvolvida dentro da Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres - território Tapeba. Onde pretende-se perceber como estes jovens indígenas se reafirmam enquanto grupo indígena, assim surgiu este olhar da participação, defesa e atuação dos jovens dentro dos embates que a comunidade sofreu e ainda sofre, quer seja na luta por terras quer seja na sua reafirmação étnica. Assim, buscou-se analisar as formas de manutenção da identidade Tapeba, possibilitando o envolvimento e interesse dos jovens pela causa indígena Tapeba, garantindo a difusão dentro da aldeia. Trata-se de uma pesquisa crítico descritiva, onde se busca descrever as características do povo Tapeba, através da juventude, bem como as pesquisas de relevância acadêmica e social. As pesquisas realizadas mostram toda articulação que ocorre dentro da comunidade, bem como participação de todos em prol da expansão e desenvolvimento de novos olhares para a importância crítica de projetos coletivos entre comunidade/juventude/sociedade/governo de debate sobre a juventude e seu meio social. É sabido que a construção de uma juventude crítica, onde fala por meio de manifestos, busca interesse nas relações afetivas, de gênero, sexualidade, expressões culturais, direitos humanos podemos ter uma juventude indígena capaz de articular-se em prol da luta indígena sendo ela Tapeba ou não. Teremos assim jovens e seus outros em busca de uma sociedade igualitária, ativa e militante.

551



JUVENTUDES INDÍGENAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR: QUE JUVENTUDES COMPÕE A UNIVER (SIDADE) FEDERAL DE SANTA CATARINA?

Iclícia Viana (UFSC)
iclicia@hotmail.com

A presença de indígenas nas universidades públicas do Brasil é uma realidade complexa, resultado de anos de luta por reconhecimento de direitos na educação pública superior. A inserção indígena nas universidades tem produzido fissuras, tensionamentos nas relações institucionais e cotidianas, tanto para o contexto acadêmico quanto para as comunidades de onde vêm. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tal conquista têm sido concretizada nos últimos anos, principalmente por meio das Políticas de Ação Afirmativa nos cursos regulares e, também, por meio do curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Enquanto nos cursos regulares segue-se a Lei de Cotas, estabelecendo a reserva de vagas suplementares em diversos cursos já existentes, na Licenciatura há um claro objetivo de promover uma formação superior específica (a formação de professores), voltada para atender demandas internas das comunidades, especialmente nas escolas. Portanto, se no caso das cotas o indígena entra na universidade num curso que, em geral, não debate interculturalidade, na Licenciatura há um esforço constante em legitimar os diferentes saberes. E além destes aspectos pedagógicos e políticos específicos, é oferecido apoio e disponibilidade de financiamento de alimentação, alojamento e transporte já que o curso acontece em regime de alternância (tempo comunidade/tempo universidade). As especificidades na proposta política de cada uma destas formas de acesso à educação superior apontam para diferentes perfis dos alunos. Nesse sentido, este trabalho visa problematizar a inserção dos estudantes indígenas na UFSC, identificando possíveis diferenças entre aqueles dos cursos regulares e os da licenciatura intercultural indígena, por meio de um mapeamento dos perfis dos estudantes, tendo como foco a temática da juventude. Essa questão parte da ideia de uma construção social acerca do conceito Juventude, logo, de um olhar localizado sobre as diferentes compreensões sobre esta categoria. Juventude não abrange, portanto, uma fase biológica do ciclo da vida, um à priori universal, nem mesmo possui um mesmo sentido nas diferentes culturas. No entanto, as definições estanques em torno de uma faixa etária são instrumentos para políticas públicas e sociais. Para o alcance do objetivo proposto será realizado um levantamento das bases de dados dos estudantes da UFSC, identificando os jovens indígenas, quantos são, que cursos frequentam, se possuem algum auxílio da universidade, entre outros. O estudo encontra-se em fase inicial e, portanto, ainda não apresenta resultados; mas, é possível sinalizar brevemente um aspecto interessante no que tange ao perfil dos estudantes tendo em vista que há uma composição mais heterogênea na Licenciatura: estudam ali pessoas mais jovens ou mais velhas, lideranças (como caciques), filhos de lideranças, familiares, avós, casais (que inclusive trazem consigo crianças e cuidadores). Há, portanto uma realidade específica neste curso que subverte o hegemônico perfil de estudantes universitários em uma instituição federal.

552



JUVENTUDE WAIWAI NO INÍCIO DÉCADA DE 80: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS E EMPODERAMENTO.

Fernanda Lobo dos Santos (UFF)
fernanda_lobo_s@yahoo.com.br

Neste artigo, analiso por meio de memórias e narrativas indígenas levantadas em trabalho de campo (2013), a forma como as apropriações e representações urbanas vivenciadas pela juventude Waiwai no início da década de 80, contribuíram para sua formação como atuais lideranças. E como, nesse contexto, a cidade tornou-se um espaço de concretização de projetos individuais e coletivos, sem que isso acarrete necessariamente, na desagregação do grupo. A conversão religiosa, iniciada no final da década de quarenta, produziu transformações socioculturais por meio de novas referências comportamentais e morais evangélicas fundamentalistas, baseadas no ideal de um “índio sagrado” que deveria ser mantido afastado da “cidade babilônia”. Mas, esse projeto missionário apenas obteria sucesso, através da manutenção da língua nativa, da proibição do português, da exigência de uma conduta e moral evangélica austera (disciplina do corpo e do tempo), da extrema negação da cidade, da inspeção das viagens feitas pelos adultos e da proibição das viagens pelos jovens. Contudo, o protelamento do casamento, acabou por gerar o fenômeno do surgimento da juventude, uma fase até então desconhecida entre o grupo. E os rapazes Waiwai passaram a questionar e transgredir tais regras, viajando em direção à cidade. No auge de suas questões e inquietudes, aqueles que viviam sua juventude através de restrições morais e comportamentais severas, alimentavam o sonho da aventura de viajarem sozinhos para longe da aldeia e de chegarem a destinos distantes dos limites da aldeia, territórios tidos como proibidos e perigosos. Ao passo, que muitas vezes eram perseguidos por agentes da FUNAI armados, funcionários contatados que tinham como função levarem de volta a aldeia, os “índios foragidos”. As memórias aqui apresentadas narram como a juventude masculina Waiwai dessa época, rompeu o cerco de vigilância que havia na aldeia, em busca do armazenamento de um estoque cultural de conhecimento (Barth, 1993), composto por bens simbólicos e materiais, que os levou a maior empoderamento e autonomia individuais e coletivos. Além, de colaborar, fundamentalmente, para a formação desses indivíduos como lideranças contemporâneas. Pois, a ida para a cidade caracterizada, dentre outros aspectos, pela busca pelo aprendizado do português e de outras sociabilidades não indígenas, constituiu um processo de descolonização, no sentido de que anos mais tarde, esses jovens, ocupando cargos de lideranças, se organizaram politicamente, fazendo prevalecer seus projetos educacionais, na escola missionária foi substituída pela implementação do ensino fundamental e médio na aldeia, momento marcado pela saída da missionária chefe.

553



A PRESENÇA INDÍGENA NOS DIREITOS DA JUVENTUDE NO BRASIL: NOTAS INTRODUTÓRIAS.

Assis da Costa Oliveira (UFPA)
assisdco@gmail.com

A criação do Estatuto da Juventude (Lei nº. 12.852/2013) representou o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, de uma dívida histórica para com a população juvenil brasileiro. Agora, além de tratados internacionais de direitos humanos e do direito constitucional à prioridade absoluta, inscrita no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, os jovens possuem uma legislação infraconstitucional própria, que pretende abarcar a universalidade das experiências sociais do “ser jovem”. Nesse ponto, é interessante observar com os indígenas jovens vem se organizando para empreender à apropriação, crítica e participação na concretização dos direitos da juventude. Após um período inicial de fomento ao debate nacional sobre o assunto promovido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entre 2004 e 2008, o I Seminário Nacional da Juventude Indígena, realizado em 2009, demarcou o amadurecimento político-organizacional dos indígenas jovens, com a criação de duas instâncias estratégias: a Rede de Juventude Indígena (REJUIND) e a Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI), além da participação – com dificuldades – no Conselho Nacional de Juventude (CONJUE). Tal processo de mobilização resultou num maior potencial de influência sobre o delineamento normativo do Estado da Juventude, resultando, dentre outras medidas, na definição de um capítulo específico no documento normativo que trata “Do Direito à Diversidade e à Igualdade”. Ao passo que a participação no CONJUE vem apresentando barreiras de ordem política para a incidência das pautas indígenas, a REJUIND e a CNJI vêm pautando a necessidade de se instrumentalizar os direitos dos indígenas jovens em três perspectivas: a primeira, de pensá-los articulados aos temas macrossociais dos povos indígenas (terra, recursos naturais, reconhecimento identitário e conflitos com as instâncias do executivo, legislativo e judiciais), visando entender “como” e “até que ponto” os direitos dos indígenas jovens podem contribuir para o fortalecimento das pautas macrossociais dos povos indígenas, sobretudo com a ampliação do potencial interventivo dos indígenas jovens nos espaços de decisão; a segunda, de análise das questões específicas que afetam os indígenas jovens no Brasil (especialmente em relação às drogas, suicídio, criminalização da juventude, qualificação educacional e conflitos intergeracionais) e as formas como a materialização das reivindicações pela lógica dos direitos da juventude podem (ou não) contribuir com melhores condições de vida aos indígenas jovens; e, em terceiro, de crítica às ausências (ou déficit) de reconhecimento da integralidade da diversidade cultural dos indígenas jovens nos direitos da juventude, de modo a não apenas sinalizar a continuidade da reprodução de uma construção ocidental de “ser jovem”, fruto da persistência do colonialismo interno, como também a de indicar a necessidade de um diálogo intercultural com a realidade sociocultural dos indígenas jovens e os direitos internacionais dos povos indígenas.

554



CONSTRUINDO-SE UNIVERSITÁRIO: UMA ANÁLISE DAS REDES DE SIGNIFICAÇÃO NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR POR JOVENS PATAXÓ.

Paulo de Tássio Borges da Silva (UERJ)
paulodetassiosilva@yahoo.com.br

Uma das pautas contemporâneas do movimento indígena tem sido o acesso ao Ensino Superior. No estado da Bahia, tem se dado a partir da política de afirmação das cotas nas Universidades Estaduais e Universidades Federais, nos cursos de Licenciaturas Interculturais e pela entrada em instituições particulares em nível presencial e na modalidade de Educação à Distância – EAD. No Brasil, as Políticas de Ações Afirmativas foram implantadas com o PL 7200/2006, documento da então chamada “Reforma Universitária” do governo Lula. Tal legislação dispõe em seu Artigo 45 que “as instituições federais de Ensino Superior deverão formular e implantar, na forma estabelecida em seu plano de desenvolvimento institucional, medidas de democratização do acesso, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social.” E no seu Artigo 46, Inciso I, a seguinte prescrição: “Os programas de ação afirmativa e inclusão social deverão considerar a promoção das condições acadêmicas de estudantes egressos do ensino médio público, especialmente afrodescendentes e indígenas”. Com a Lei de Cotas nº. 12.711/2012, regulamentada pela Presidenta Dilma Rousseff no dia 11 de outubro de 2012, as universidades públicas federais e os institutos técnicos federais tiveram que reservar no mínimo 50% para estudantes que tenham cursado o Ensino Médio em escolas públicas, com distribuição proporcional das vagas entre negros, pardos e indígenas. Nesta perspectiva de diálogo e apoiando-se numa abordagem pós-estrutural, esta proposta objetiva uma reflexão de como os (as) jovens Pataxó tem se construído universitários (as) a partir da Lei nº. 12.711/2012 e como estes (as) se relacionam com as diferentes redes de significação que perpassam o acesso pela via identitária. Nesta esteira, cabe analisar ainda as rasuras e as fronteiras ideológicas identitárias em que tem sido construídas as políticas indigenistas. Sob o olhar antropológico, o Povo Pataxó pertence ao tronco linguístico Macro-jê e à grande família Maxakali, sendo distribuído em 39 aldeias nos Estados de Minas Gerais e Bahia, sendo 06 em Minas Gerais e 33 que estão localizadas no Extremo Sul da Bahia. Os Pataxó são índios Sul-Americanos, brasileiros, conhecidos como Pataxó Meridionais, diferindo-se dos Pataxó Setentrionais, ou Pataxó Hã-hã-hãe, sendo ambos do tronco linguístico Macro-jê e da família Maxakali. O grupo localiza-se na chamada etnologia dos índios misturados, o que já sinaliza uma marca identitária fronteirística. Desta forma, perceber como um grupo étnico abjeto, e num recorte geracional, sua juventude, se relaciona em redes de significação no acesso ao Ensino Superior pela categoria identitária, pode contribuir na reflexão das normatizações que perpassam o debate das identidades no Brasil.

555



JOVENS LIDERANÇAS INDÍGENAS DO AMAZONAS: PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO DE ESTUDANTES INDÍGENAS DO AMAZONAS.

Marcos André Ferreira Estácio (UEA)
mestacio@uea.edu.br

As formas de atuação e mobilização entre os jovens propiciam discussões, bem como, são capazes de modificar práticas e relações de poder reproduzidas há muitas gerações, seja em sociedades não-indígenas ou mesmo nas indígenas. Desta feita, é importante que a juventude participe da tomada de decisão em assuntos que digam respeito a sua vida e ao seu futuro, tornando-se, cada vez mais, pensadores e construtores de suas vivências e realidades. O presente estudo teve por objetivo compreender a história de criação, as lutas e reivindicações do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam), associação civil de estudantes indígenas do Estado do Amazonas, sem fins econômicos, partidários e religiosos, a qual se constitui enquanto instância de defesa dos direitos dos estudantes indígenas, buscando consolidar-se, cada vez mais, como órgão representativo dos interesses e anseios dos mesmos, promovendo o intercâmbio e a divulgação cultural dos diferentes povos e comunidades indígenas, comprometendo-se com a defesa dos seus direitos. A pesquisa foi de natureza qualitativa e os tipos de pesquisa foram: documental e de campo. Para coleta de dados, utilizou-se de entrevistas semi estruturadas e do grupo focal. Os participantes foram índios que integram o Meiam e a Coordenação Executiva do Movimento Indígena. Tem-se que durante os anos 80 do século XX, lideranças, representações das comunidades indígenas e organizações de índios do Brasil, passaram a se articular em assembleias, buscando soluções coletivas para problemas comuns, e a centralidade desses encontros era pressionar a União, os Estados e a sociedade para uma reestruturação na política indigenista do Estado, e por medidas asseguradoras dos direitos dos povos indígenas, dentre os quais destaca-se a demarcação de suas terras, a saúde e uma educação escolar autêntica, fundada nas especificidades socioculturais de cada povo. E dentre estas lideranças e organizações indígenas, destacam-se os jovens índios de São Gabriel da Cachoeira e o Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas, o qual foi legalmente constituído, em 1993, quando adquiriu personalidade jurídica. Mas, antes desta data, em fins dos anos 80 (entre 1987 e 1989), ele já existia enquanto movimento social organizado, iniciado em São Gabriel da Cachoeira, sob a denominação de Associação Autóctone do Alto Rio Negro. Atualmente, as principais reivindicações do Meiam são: 1 – passar da fase de criação ou implementação das quotas, para se pensar e discutir políticas de manutenção dos estudantes indígenas na universidade (permanência exitosa); 2 – inserir o indígena, após formado, no mercado de trabalho, tanto nas aldeias, na sua região, quanto em outros meios urbanos, para a construção e defesa de políticas públicas voltadas para os povos indígenas; 3 – com relação à educação escolar indígena, defende-se aquela que respeite as particularidades e especificidades de cada povo ou etnia. Por fim, ressalta-se que esses movimentos foram e são importantes para ampliar a solidariedade interétnica e solidificar os movimentos e organizações indígenas. Ainda na atualidade, os encontros e as assembleias indígenas contribuem para uma maior integração e fortalecimento dos povos indígenas, além de serem instrumentos permanentes para articular e dar força política à luta indígena.

556



EMERGÊNCIA HISTÓRICA DA GUARDA RURAL INDÍGENA NA DITADURA MILITAR: IMPLICAÇÕES NO CONTROLE ÉTNICO-SOCIAL DA JUVENTUDE INDÍGENA.

André Luís de Oliveira de Sant'Anna (CEFET-RJ)
psi.andreasantanna@gmail.com

O objetivo deste trabalho foi analisar a emergência histórica da guarda rural indígena no período da ditadura militar no Brasil, compreendendo as implicações psicológicas que se desvelam nos jovens oriundos de diversas tribos indígenas que em 1969 constituíram este grupo. A opção teórico-metodológica consiste na abordagem genealógica de Foucault. Verificar esta temática na perspectiva genealógica torna-se necessário para compreender o aspecto relativo à “proveniência” e “emergência” da guarda rural indígena. O Capitão Manoel dos Santos Pinheiro da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais foi encarregado de formar a guarda rural, utilizando para isso jovens índios com comportamento tido como excepcional, que eram treinados e fardados, sendo encarregados da ordem interna das aldeias, coibindo deslocamentos não autorizados, impondo trabalhos e denunciando os infratores ao destacamento da Polícia Militar. A guarda rural indígena atuou também no Reformatório indígena Krenak em Minas Gerais, que se tratava de uma cadeia indígena criada no período da Ditadura Militar e para onde eram enviados índios que apresentavam comportamentos que eram classificados como desviantes. Na prática, o espaço do Krenak era o lugar para onde foram levados índios de dezenas de etnias, acusados de cometerem furtos, alcoolismo ou “vadiagem”, sendo submetidos a trabalhos forçados, castigos físicos e isolamento. Nesse mesmo período foi criada a Guarda Rural Indígena onde os jovens indígenas receberam treinamento militar, incluindo práticas de tortura pelo Comando da Polícia Militar, e se tornaram elementos importantes no controle e punição realizados pelos órgãos oficiais. As infrações classificadas como leves eram punidas com a prisão na própria região, as que eram consideradas graves, com o confinamento no Krenak, que também era conhecido como Centro de Reeducação Indígena Krenak. A unidade de segurança consistia em uma estratégia militar para dar continuidade aos seus planos de expansão ao interior das reservas amazônicas. O resultado da atuação da Guarda Rural foi servir para manutenção de contratos criminosos de exploração das terras indígenas, corrompendo lideranças, alimentando divisões internas nas tribos, beneficiando posseiros e invasores das terras indígenas. A prática disciplinar implementada através da Guarda Rural Indígena só veio a ser desarticulada em 1974. O presente estudo mostrou que a emergência de tal processo disciplinar se deu em um momento da vida social brasileira, marcada de tal modo pela Ditadura Militar, que até mesmo os índios, em diversas de suas manifestações culturais, eram interpretados como subversivos à ordem institucional vigente.

557



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 15 - Trabalho e emprego.

Coordenadora: [Maria Madalena Gracioli](#) (FFCL)

558



ESTUDAR PARA TRABALHAR? PERSPECTIVAS OCUPACIONAIS E DA VIDA COTIDIANA.

Nayara Cristina Carneiro de Araújo (UERJ)
anayaracristina@gmail.com

O trabalho que se apresenta é resultado de uma pesquisa de opinião realizada no município do Rio de Janeiro/RJ no primeiro semestre de 2015, que teve como objetivo principal apresentar a percepção de jovens do ensino médio de escolas públicas sobre as perspectivas ocupacionais e os sentidos do trabalho a partir da escolarização. Destaca-se a opinião desses jovens sobre a confiança na educação formal para o trabalho, destacando-se a insegurança sobre a inserção e permanência no mercado de trabalho em relação ao primeiro emprego. Além disso, foram questionados sobre as características impostas aos jovens nos dias de hoje, a ocupação de seu cotidiano fora do âmbito escolar e como compreendem a importância da escolarização fora de uma relação direta com a questão do mercado de trabalho. A pesquisa de opinião evidenciou informações e sensibilidades dos jovens entrevistados sobre a compreensão da definição de juventude, trabalho e escolarização, destacando a insegurança econômica presente nessa fase de suas vidas. As análises das informações foram subsidiadas pelos estudos de Suzana Schwertner e Rosa Maria Bueno Fischer (2012) sobre as juventudes e as novas temporalidades, principalmente em relação ao tempo e desejo de conexão permanente, e ao tempo e imediatismo das relações. Nesse caminho, discute-se a necessidade proposta pelas autoras de que os velhos enunciados sobre “ser jovem” precisam ser revistos, ainda mais considerando as novas temporalidades experimentadas por todos nós e, de modo especial, o convívio diário com imagens, textos midiáticos e modos diversos de comunicação virtual. A questão levantada é de que o mundo oferece uma galeria de conceitos sobre o que é ser jovem, sem tensionar como esses jovens se relacionam com esses conceitos, quais articulações são possíveis e quais se realizam na opinião desse público. Além disso, foram considerados os estudos de Guy Standing (2013) sobre a nova classe denominada pelo professor como 'precariado', destacando a questão da insegurança social e econômica, ausência de identidades ocupacionais, entrada e saída de empregos, e a constante preocupação com os seus rendimentos, habitação e muito mais, considerando a hipótese de que o futuro dos jovens entrevistados esteja relacionado com a nova classe social apresentada a partir das características também marcantes nas juventudes contemporâneas. Nessa relação, a pesquisa nos mostrou que muito além da ideia de que não existe uma juventude universal, nem uma homogeneidade que a unifique, a juventude deve ser ouvida e considerada para se construir um conhecimento sobre esse grupo, sendo suas colocações e opiniões um estímulo a reflexões no sentido de criar um mundo mais possível para todos.



**JUVENTUDES E EMPREENDEDORISMO:
MODOS DE ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO PEDAGÓGICA DA HEGEMONIA
NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

Lídice de Barros Guerrieiro (UERJ)
lidguer@gmail.com

Nos processos de vocalização das demandas sociais em torno da efetivação de direitos, um complexo arranjo de sujeitos e atores sociais vem protagonizando formas de atendimento dessas demandas: as parcerias entre mercado, Estado e Organizações Não-Governamentais. Essa parceria é responsável pela promoção do empreendedorismo como ideologia cuja funcionalidade é estruturante para as novas bases do capitalismo flexível e competitivo, que não pode prescindir de um mínimo de coesão social para sua expansão. O canal ideal dessa ideologia são os projetos desenvolvidos junto à parcela da população prestes a entrar no processo produtivo – as juventudes das periferias e favelas – cujo objetivo é desenvolver competências para a empregabilidade, seja de forma subalterna, seja com um viés empreendedor. Da mesma forma que esses inúmeros projetos podem representar sociabilidades alternativas diante da presença ostensiva da violência e poder de atração do tráfico, um olhar mais analítico para os objetivos, metodologias e categorias utilizados por projetos permite estabelecer relações acerca do *modus operandi* que vem marcando a atuação de duas ONGs: Grupo Cultural Afroreggae e Observatório de Favelas. Tomado como realidade inexorável, o empreendedorismo e sua vertente afroempreendedora, se apresenta não como uma possível leitura da realidade, mas como verdade absoluta e única. Sua aparência de universalidade vem norteando as pautas e as intervenções junto às referidas ONGs ora de modo explícito, ora de modo diluído em ações referentes à educação, formação humana, práticas culturais e direitos. A presente investigação em curso refere-se à tese de doutorado que reúne elementos para caracterizar teoricamente discursos, práticas e processos que possam contribuir para analisar as lógicas e dinâmicas forjadas no campo envolvendo políticas públicas, juventudes, sociedade civil, democracia e mercado na cidade do Rio de Janeiro, especificamente nas favelas em que as mencionadas ONGs atuam. A realização de análise documental dos projetos e produtos sociais a partir de metodologias e categorias específicas evidenciam novas formas de sociabilidade fomentadas a partir das múltiplas mediações protagonizadas por ONGs e suas fontes de financiamento, públicas e privadas. Neste universo, uma categoria vem se destacando como central para melhorar a *performance* do novo trabalhador, a de *capital social*, sua leitura realizada por Robert Putnam, James Coleman e Francis Fukuyama e suas apropriações pelo Banco Mundial. O capital social, quando articulado aos valores do empreendedorismo e do *ethos* da laboriosidade, adquire uma funcionalidade formativa de subjetividades adaptáveis a crescente necessidade de inovação e ao clima de incertezas da atualidade do capital. A hegemonia da pequena política, para Carlos Nelson Coutinho, é fundamental para a ordem neoliberal e, é através daquela, que a coerção dá lugar ao consenso para a neutralização dos conflitos. A partir de Gramsci e o conceito de Estado educador, realizo a leitura teórica dos possíveis desdobramentos das formas e lógicas de atuação do arranjo entre ONGs, mercado e Estado, na implementação de uma face educadora dos conflitos urbanos envolvendo juventudes em favelas na cidade do Rio de Janeiro.

560



TRABALHO: UMA CATEGORIA CENTRAL NOS ITINERÁRIOS E TRAJETÓRIAS JUVENIS? UM ESTUDO DE CASO SOBRE JOVENS TRABALHADORES DA CIDADE DE SALVADOR/BA.

Luiz Paulo Jesus de Oliveira (UFRB)
luzpaulooliveira@gmail.com

O presente estudo objetiva analisar a relação dos jovens com o trabalho e o lugar que ocupa no processo de socialização e de construção dos itinerários e trajetórias juvenis, no quadro de precarização, flexibilização e instabilidade laboral no mercado de trabalho brasileiro. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho pós-crise do fordismo redefiniram significativamente as formas de sociabilidade, as condições e estilos de vida, bem como a relação dos indivíduos com o trabalho. Neste cenário, a relação dos jovens com o trabalho tem se configurado como um campo de estudo estratégico de compreensão das mutações sociais da “sociedade do trabalho”. Parte-se do pressuposto de que o trabalho é um suporte social central nas trajetórias juvenis, ainda que se constate a existência de uma relação heterogênea e diferenciada dos jovens com o trabalho conforme a origem social, capital escolar e familiar, e a insurgência de uma nova cultura do trabalho aleatório e incerto, na qual está inscrita em grande medida as experiências laborais juvenis. No caso do Brasil, a juventude não pode ser caracterizada como *moratória* em relação ao trabalho, mas antes a condição juvenil só é vivida pelos jovens porque trabalham, de tal forma, que não se constitui em nenhum truísmo, qualificar a juventude brasileira de juventude brasileira trabalhadora. Logo, o mundo do trabalho se configura como uma mediação efetiva e simbólica de experimentação da condição juvenil brasileira. Busca-se compreender esta problemática a partir da análise dos itinerários, trajetórias e experiências de trabalho de 21 jovens de bairros populares da cidade de Salvador, dando ênfase às motivações para procura de trabalho, os sentidos atribuídos ao trabalho e as expectativas futuras em relação ao mercado de trabalho. Pode-se afirmar que o trabalho ocupa um lugar central na vida dos jovens entrevistados. Se levarmos em consideração que as trajetórias e experiências de trabalho e não-trabalho estão circunscritas a lógica da precarização social do trabalho, poderíamos supor a prevalência de uma relação “desapegada” dos jovens com o mundo do trabalho. Na condição de membros da “classe-que-vive-do-trabalho”, o trabalho se constitui como condição “sine qua non” de (re) produção social dos sujeitos jovens, sendo, portanto, o fio articulador das múltiplas dimensões da condição juvenil e da transição para a vida adulta. Se os jovens creditam ao trabalho um lugar central em suas vidas é porque as expectativas em relação futuro dependem em grande medida da qualidade dos vínculos imanentes à sua inserção no mundo do trabalho do tempo presente. Herdeiros de um mundo do trabalho revirado, os jovens trabalhadores lançam mão de múltiplas estratégias, conforme as condições sociais do presente, para alcançar um lugar na cartografia social no mercado de trabalho que ofereça condições de sonhar com futuro melhor. O limite de efetivação dos sonhos é apenas a conquista de um trabalho decente. Por fim, este estudo se baseia nos principais resultados da pesquisa de doutoramento, concluída em 2013, no PPGCS/UFBa.

561



**MUNDO DO TRABALHO E PROTAGONISMO JUVENIL:
A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA PELA ESCOLA DE FORMAÇÃO DA JUVENTUDE DA PUC-GOIÁS.**

Frederico Dourado R. Morais (PUC-Goiás)
fredericodourado@gmail.com

José Fernando Duarte (PUC-Goiás)
fernando.psi@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a experiência e os resultados da Escola de Formação da Juventude (E.F.J.), um programa de extensão desenvolvido pelo Instituto Dom Fernando, ligado a Pró Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil da PUCGO. O Programa tem atuado, desde 1997, atendendo aos moradores do Bairro Dom Fernando e setores circunvizinhos ao Jardim Dom Fernando, região leste do município de Goiânia/GO, na sua maioria moradores com baixo poder aquisitivo, com dificuldades em custear sua formação profissional e em ter acesso a serviços de apoio social formal. Atualmente o programa tem atendido uma média de 250 jovens nos aspectos ligados a sociabilidade com o mundo do trabalho e a construção coletiva do protagonismo juvenil. A E.F.J. vem se constituindo como espaço de extensão, estágio e de pesquisa para o corpo docente e discente dos diversos cursos da Universidade, além de promover a parceria com organizações da sociedade civil que atuam no campo da juventude. A E.F.J., além de se apoiar no conjunto das pesquisas elaboradas no campo da Juventude, em nível regional, nacional e internacional, têm como referência as experiências de educação popular desenvolvidas pela PUC Goiás e pelos movimentos sociais com o intuito de desenvolver um trabalho político e pedagógico, no qual, a comunidade possa ter efetiva participação nas reflexões e na definição dos temas a serem abordados, proporcionando à população local a tomada de posição dentro do processo educativo. Outro objetivo é o de conhecer e estimular a educação e as culturas juvenis, em um processo de participação, que envolva professores, alunos e a comunidade como um todo. Assim são desenvolvidos projetos e ações fundamentados em três pilares formativos – Formação Profissional e Tecnológica; Formação Cultural e Formação Política. As transformações decorrentes da reestruturação produtiva têm afetado a relação dos jovens com a sociedade, principalmente para aqueles originários de regiões mais pobres dos grandes centros urbanos. Neste cenário as mudanças provenientes do modelo produtivo influenciam diretamente as instâncias socializadoras, e estas afetam os percursos dos jovens. Desta forma, como nos aponta Canezin e Duarte (2008), problematizar acerca dos jovens na contemporaneidade pressupõe reconhecer que estes são categorias históricas e sociais e não, entidades genéricas abstratas, mas agentes que estabelecem relações sociais, culturais e políticas. Dentro desta premissa é que se fazem as ações desenvolvidas na E.F.J., e os direitos humanos dos jovens se constituem em componentes transversais das ações do programa. O acompanhamento do projeto é feito por uma equipe multidisciplinar, e o planejamento e a avaliação envolvem educadores, educandos, coordenação e a comunidade num trabalho coletivo e democrático. Os resultados do programa estão ancorados no fortalecimento da cidadania e da consciência crítica, colaborando assim com a efetivação de projetos de vidas autônomos.



PROBLEMATIZANDO AS CULTURAS JUVENIS EM UM PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL.

Danielle Schio Romeiro Rockenbach (UFRGS)
daniellrockenbach@gmail.com

Maria Luisa Merino Freitas Xavier (UFRGS)
mlxavier@uol.com.br

O presente artigo aborda a formação profissional inicial de jovens da periferia de Porto Alegre e região metropolitana por meio do Programa de Aprendizagem Profissional, problematizando a ausência das culturas juvenis em tal formação e as implicações na vida destes jovens. A pesquisa, em andamento, tem um caráter qualitativo, na dimensão de estudo de caso, e está inserida no campo dos Estudos Culturais em um viés pós-estruturalista. São utilizados como referências autores como Bauman (2001, 2013), Garbin (2006, 2009), Margulis (1998), Urresti (1998), Dayrell (2007), Pais (1993, 2007), Feixa (1999) e Xavier (2002), levando em conta algumas dimensões das abordagens foucaultianas. Os primeiros resultados permitem constatar as tensões existentes entre as características culturais dos jovens estudados e as exigências do Programa. Destaca-se que os mesmos vivenciam fortemente diferentes expectativas: o que eles mesmos desejam, o que os pais querem, o que os professores e a sociedade impõe – e estão à mercê da inconstância do mercado de trabalho. Os jovens das periferias buscam a entrada precoce na vida laboral por força da sua realidade socioeconômica. A Lei nº. 10.097/2000, que estabelece a Aprendizagem Profissional, surgiu no intuito de facilitar o ingresso destes jovens no mundo do trabalho. A referida Lei permite que jovens na faixa etária dos 14 aos 24 anos sejam contratados formalmente por empresas de médio e grande porte. O Programa de Aprendizagem Profissional - Jovem Aprendiz – foco deste estudo, oferece qualificação e trabalho para jovens que, de outra forma, não teriam acesso a empregos formais e formação técnico-profissional na área do comércio de bens, serviços e turismo. Durante o Programa, o jovem recebe o valor equivalente a meio salário mínimo regional e vale-transporte. A relevância social do Programa não é questionada neste artigo, mas ele se propõe a problematizá-lo a fim de que não se fique de fora “da busca por inventar outras práticas e participar de outras relações sociais, educacionais, políticas e culturais” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 17). Tendo em vista tais considerações sobre o Programa a ser analisado e as características dos jovens aos quais se destina, elenco as questões que permeiam esta investigação, ainda não concluída: o Programa de Aprendizagem Profissional pesquisado considera as características das juventudes contemporâneas das periferias? Qual a importância dada pelo Programa ao cumprimento das normas de convivência exigidas na formação destes jovens? Como os alunos, sendo jovens e trabalhadores, encaram tais normas? Quais são suas expectativas em relação ao futuro profissional?

563



**TRABALHO E JUVENTUDE:
ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO DISCURSO MIDIÁTICO DO PRIMEIRO EMPREGO.**

Camilla Regya de Figueiredo Dias Sampaio (UFC)
camilla.diasampaio@hotmail.com

Cássio Adriano Braz de Aquino (UFC)
brazaquino@ufc.br

O mundo do trabalho, a partir da década de 70, vem se reconfigurando tendo como marca central a desregulamentação dos vínculos laborativos, reflexo do processo de reestruturação produtiva empreendido pelo projeto neoliberal. O enfraquecimento do poder de intervenção do Estado na economia e a desregulamentação da figura organizacional provocam o surgimento de profissionais cada vez mais voltados para o mercado de trabalho, ser metafísico, produzido através do discurso neoliberal, adquirindo o papel de regulador das relações entre trabalho e capital. A imposição de condições de trabalho precárias viabiliza a existência de relações laborais marcadas pela exploração e pela exclusão. Um exemplo dessas relações laborais é a crescente exclusão dos jovens que, sem perspectiva de emprego, acabam se submetendo a trabalhos precários, que geralmente contradizem as suas aspirações ou sonhos de carreira profissional. O objetivo do trabalho foi analisar, a partir da análise sociológica do discurso, um programa televisivo sobre o primeiro emprego, uma das formas como os jovens se inserem na esfera produtiva. A análise sociológica do discurso compreende o discurso como uma prática dos atores sociais que o enunciam. Essa análise busca situar e contextualizar historicamente a enunciação, encontrando nos discursos um modelo de representação e de compreensão do texto concreto em seu contexto social e histórico. Nessa perspectiva, texto e contexto se completam e dão sentido a função latente dos discursos, constituindo um só esquema de análise. A mídia se configura na contemporaneidade como formadora de subjetividades, oferecendo uma visão do mundo, que se propõe a ser imparcial e condizendo com a realidade, sendo uma fonte segura de informações. O discurso midiático, mais que representativo da realidade, ajuda a construí-la, legitimando comportamentos, conferindo importância a temáticas específicas, empoderando algumas vozes em detrimento de outras e naturalizando certos fenômenos sociais. O discurso midiático vem sendo um importante dispositivo pedagógico, proferindo discursos que reafirmam as relações de controle existentes. Os meios de comunicação passam a ensinar aos jovens a governar a si mesmos, para assim alcançar sucesso em suas carreiras profissionais. É o caso do vídeo analisado que demonstra o papel pedagógico assumido pela mídia no âmbito das relações trabalhistas. O mercado exige cada vez mais a conformação subjetiva dos jovens aos preceitos por ele impostos. Proliferam-se os discursos sobre a importância do jovem de construir sua própria carreira (em consonância com a lógica neoliberal), que pode ser de sucesso ou de fracasso, dependendo da postura que este adotar, eximindo, assim, as práticas do próprio sistema, que excluem e precarizam cada vez mais a classe trabalhadora, principalmente no seguimento da juventude. O sucesso, afirma o especialista, é produto do comportamento proativo, empreendedor; que busca a excelência naquilo que faz. O discurso do empreendedorismo, como alternativa às poucas vagas de trabalho existentes no mercado, consolida a versão na qual você é responsável pelo seu sucesso, você é o empreendedor de si. O especialista naturaliza, assim, a inserção laboral precária do primeiro emprego, culpabilizando o jovem pelo fracasso ou sucesso no seu processo de entrada no mercado de trabalho.



EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORES DO MCDONALD'S EM UBERLÂNDIA.

Marcos Willian Campos de Oliveira (UFU)
marcosw_2@hotmail.com

Um dos segredos do sucesso da marca McDonald's está na exploração de força de trabalho juvenil. Durante pesquisa sobre a situação da força de trabalho na cidade de Uberlândia – MG, investigou-se porque boa parte do quadro de funcionários da empresa é composto por jovens. Para discutir tal questão procurou-se primeiramente entender a condição social desses jovens, para assim compreender as motivações que os levam a ingressar na empresa. Podemos constatar que a maioria desses jovens têm uma origem popular, em geral advindos de famílias de baixa renda. Necessitam de renda para ajudar a família ou ganhando renda extra poderem consumir. Por sua vez, na realidade brasileira a faixa etária da juventude é a que mais sofre com o desemprego. Outro fator é que justamente por serem pobres e desde cedo terem que trabalhar, muitos desses jovens não conseguem ingressar no ensino superior ou sequer terminar o ensino médio. Ou seja, além da situação social brasileira, essa parcela da juventude que analisamos encontra mais uma dificuldade em conseguir outros empregos em função da baixa qualificação. Identificou-se que este perfil de jovens constitui o “ideal” para empresa McDonald's e que, por sua vez, estes também a idealizam. A empresa, na contratação de funcionários, não exige experiência e nenhum tipo de qualificação profissional. Da parte dos jovens é uma oportunidade de conseguir seu primeiro emprego. Em relação ao McDonald's, contratar esses jovens significa uma vantagem, pois na verdade, estão comprando força de trabalho por um baixo valor. O baixo valor dessa força de trabalho se dá justamente devido a condição social desses jovens, pois necessitam de pouco para reproduzir sua própria força de trabalho, inclusive devido a sua baixa qualificação. Eis um dos segredos do McDonald's: comprar força de trabalho barata, para explorá-la e assim extrair muito mais valor. O primeiro passo para isso consiste no treinamento que a empresa oferece aos seus funcionários. Aproveitam justamente da inexperiência desses jovens para discipliná-los de acordo com seu padrão de produção, o que eles denominam de filosofia QSL&V. Ainda que haja tal qualificação, isso não implica em melhor remuneração. Outra estratégia de sucesso da empresa está em efetivar a realização do mais-valor no menor tempo possível, para isso utilizam de avançada tecnologia, que praticamente dita o tempo da produção (sendo um tempo muito rápido), uma rígida fiscalização de funcionários/gerentes superiores e como o trabalho é bem desgastante, utilizam também de diversas estratégias motivacionais, fazendo os funcionários competirem entre si e aumentarem a produtividade. O atendimento nos caixas segue o mesmo padrão da produção na cozinha, pois deve ser realizado rapidamente e ainda exige um trabalho emocional na relação com os clientes. O McDonald's utiliza de forma híbrida aspectos do fordismo e do toyotismo, mantendo a esteira produtiva e a forte hierarquia do primeiro, mesclando com as estratégias desenvolvidas pelo segundo.

565



**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO OU DE CONFORMAÇÃO DO DESEMPREGO DA JUVENTUDE NO
BRASIL?**

Moacyr Salles Ramos (UFF)
mramos@id.uff.br

Inez Stampa (PUC-Rio)
inestampa@ig.com.br

O presente trabalho pretende analisar como a Educação Profissional tem sido acionada como solução para as expressões da questão social no Brasil. Consideramos como expressões da questão social aquelas que são resultados da luta entre capital e trabalho, dentre as quais destacamos o desemprego entre jovens de 15 a 29 anos oriundos das camadas populares. Ao longo da história do Brasil, a Educação Profissional foi destinada aos jovens pobres com objetivo de prepará-los para o trabalho simples. No entanto, a partir da necessidade de recomposição das bases de acumulação do capital, desencadeada por sua crise estrutural iniciada nos anos 1970, a Educação Profissional passou a desempenhar uma dupla função: preparar uma pequena parcela da juventude pobre para as escassas vagas existentes no mercado de trabalho e conformar uma grande massa de jovens para o trabalho precário e o desemprego, minimizando, assim, o ímpeto questionador dos sujeitos envolvidos. No Brasil, essa iniciativa teve início a partir dos anos 1990. Desde então, diversos programas governamentais foram criados com o objetivo de democratizar o acesso à educação profissional. É no contexto de preparação para o mundo do trabalho e de mediação do conflito de classe (conformação) que se insere nosso objeto de estudo: o PRONATEC. Trata-se da recente iniciativa governamental que relaciona política de geração de emprego e renda e política de qualificação profissional ao conjunto de estratégias de combate ao desemprego. Mas o caminho entre a formação profissional e o emprego, para nós, não é nem um pouco linear. Ao contrário, ele é permeado de percalços diversos relacionados à conjuntura global contemporânea de desemprego estrutural. O PRONATEC se propõe a democratizar a oferta de Educação Profissional por meio de um arranjo institucional que tem como base o Sistema S, a iniciativa privada e as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esse programa oferta cursos técnicos de nível médio para estudantes das redes públicas estaduais no contra turno da jornada escolar e cursos de qualificação profissional para trabalhadores demitidos. Concluimos que a proposta do PRONATEC para os jovens do Ensino Médio aprofunda o abismo entre educação profissional e formação geral já existente no Brasil e, para os jovens demitidos, o programa falha no mesmo quesito, ao não proporcionar a elevação da escolaridade. Mesmo que, em sua proposta, o PRONATEC prometa reduzir as desigualdades sociais e aumentar a empregabilidade, em seus ideais, é possível identificar elementos que contribuem para o aumento destas na medida em que se restringe apenas à formação pragmática para o trabalho simples e para a conformação para o trabalho precário e desemprego. Além disso, a pedagogia política do programa reforça a responsabilização individual dos jovens por suas situações trabalhistas: se, apesar de qualificados, permanecem desempregados, a culpa é individual. Em termos técnicos, é uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo e que se utiliza de fontes primárias e secundárias.

566



EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIABILIDADE JUVENIL.

Letícia Barros Palma da Rosa (UFRJ)
leticiabpr@yahoo.com.br

Um dos marcos da transição da juventude para a vida adulta é a inserção no mercado de trabalho, que se torna uma preocupação não só do sujeito que se encontra em tal segmento etário, mas de toda a sociedade. Na atual conjuntura, em que a dificuldade de inserção no mercado apresenta-se de forma mais aguda, essa é a geração mais atingida, principalmente aqueles que não possuem experiência. Há, porém, setores específicos dos serviços que apostam na contratação desses jovens, como o *fast food*. Diante disso, pretende-se problematizar parte da realidade daqueles que obtêm seu primeiro emprego nos restaurantes de comida rápida e os impactos dessa inserção na vida cotidiana juvenil. De acordo com a realização de uma pesquisa que culminou na elaboração da dissertação “Jovens trabalhadores das redes de *fast food*: experiência de trabalho e subjetividade” pôde-se observar a exigência de trabalhadores multifuncionais que exercem suas atividades sob altos graus de exploração. Os jovens relatam não haver incentivo por parte da empresa em relação ao estudo formal. Pelo contrário, devido ao desgaste proporcionado pelo trabalho exaustivo, muitos precisam optar entre emprego ou escola, o que leva alguns a abandonarem os estudos e outros, o trabalho. Prova disso é o tempo médio em que os jovens permanecem nesses restaurantes: cinco meses, cujos desligamentos são solicitados por eles próprios. A atividade exercida exige que os jovens trabalhem aos finais de semana e feriados, o que incide sobre suas possibilidades de socialização. Para além do tempo necessário à dedicação aos estudos, necessitam também de momentos de descanso, lazer, convívio familiar e social. Porém, seu tempo livre é restringido, fazendo com que, em muitos casos, a sociabilidade e as amizades se circunscrevam ao espaço e colegas de trabalho. A pressão exercida nesse ambiente de trabalho também deve ser destacada, já que a todo momento os jovens têm seus movimentos monitorados. Além de apitos constantes, equipamentos que merecem cuidado e cronometragem do tempo, são avaliados permanentemente em relação ao atendimento perfeito, o que gera um clima de tensão e competição, em contraste com a ideia de grupo e família propagada pela empresa estudada. Os valores e ideologias disseminados pela rede colaboram com a apropriação cada vez maior da vida do trabalhador e dos sentidos que a ela podem ser dados, a partir da relação intrínseca entre produção e reprodução social. Pode-se afirmar que o desenvolvimento da subjetividade desses jovens será restringido devido às normatizações e limitações impostas pelo trabalho específico vivenciado. Formas de padronização, elaboração de *scripts* (dizeres e atitudes pré-estabelecidas da forma como se deve atender aos clientes) e simulações de situações influenciam diretamente o desenvolvimento desses sujeitos. As possibilidades de criar, experimentar e se superar ficam restritas, possibilidades essas essenciais ao desenvolvimento juvenil. Nesse sentido, reforça-se a preocupação no que diz respeito às condições de trabalho nas quais os jovens se inserem e seus impactos na vida social. Há que se pensar em políticas que assegurem o desenvolvimento juvenil e que os trabalhos que lhes são direcionados sejam compatíveis com suas necessidades.

567



**REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROJovem INTEGRADO EM NATAL/RN.**

Luana Isabelle Cabral dos Santos (UFRN)
luanaicsantos@gmail.com

Ilana Lemos de Paiva (UFRN)
llanapaiva@hotmail.com

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) surge, em 2005, visando romper com o ciclo de reprodução da desigualdade social, por meio, principalmente, da melhoria na formação básica e da qualificação profissional. O objetivo desse trabalho foi discutir como essa política pública específica está funcionando no município de natal, desde a sua gestão até a operacionalização de as ações e conteúdos voltados para o trabalho. Em 2008, o ProJovem Integrado passa a ser executado a partir de quatro modalidades: Adolescente – serviço socioeducativo, Urbano, Trabalhador e Campo – saberes da terra, na perspectiva de atender uma população de 15 a 29 anos, até então pouco contemplada pelas políticas específicas. Para a realização do trabalho, foram feitas três entrevistas semiestruturadas com os gestores das modalidades; observações nos núcleos e análise dos documentos oficiais. Os dados foram analisados qualitativamente à luz da Teoria Marxiana, com o auxílio do Método Comparativo Constante que, baseado na Teoria Fundamentada. Fez-se uma caracterização dos bairros nos quais os núcleos das modalidades visitadas estão inseridos e uma breve caracterização do público atendido; e dividiu-se a apresentação dos resultados em três blocos: a) estrutura da modalidade, que compreende implementação, funcionamento e operacionalização das atividades; b) gestão da modalidade – principais dificuldades, expectativas e funções; e, c) relação juventude-trabalho nas modalidades. Os resultados foram agrupados da seguinte forma: a) estrutura da modalidade, que compreende a implantação, funcionamento e operacionalização das atividades; e, b) gestão da modalidade, que diz respeito às principais dificuldades, expectativas e funções, e c) a relação juventude-trabalho. De modo geral, as dificuldades apontadas nos chamam a atenção para a falta de estratégias das coordenações para lidar com problemáticas que se repetem tanto entre as modalidades quanto em outras políticas e programas, indicando a ausência de discussões e reflexões de cunho mais político. Com relação à contribuição das modalidades, existe uma perspectiva “salvacionista” de resgate da juventude, o que nos parece pretensiosa para um programa fragmentado e que é gerido, no município, de forma precária. Sobre os objetivos e metas de qualificação e inserção profissional, há incongruências na oferta dos arcos ocupacionais. Observou-se que as ocupações oferecidas são historicamente subalternizadas e precárias, de modo que não promovem grandes mudanças e alterações nas trajetórias dos jovens, muitas vezes, inserindo-os em trabalhos informais ou subempregos. Além de que a qualificação profissional é muito incipiente e, portanto, não atende os requisitos necessários para que o jovem seja considerado “apto” para “ingressar” no mercado de trabalho. Dessa forma é importante não perder de vista a forma fragmentada como as políticas são construídas e implementadas e que esse formato responde a demandas e situações muito específicas e de modo algum busca mudanças e transformações da realidade mais ampla.



**NEM-NEM-NEM:
ESTUDO QUALITATIVO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JOVENS QUE
NÃO ESTUDAM, NÃO TRABALHAM E NÃO PROCURAM EMPREGO.**

Paulo Roberto da Silva Júnior (UFMG)
paulosilva.junior@yahoo.com.br

O campo teórico sobre a categoria juventude tem sido marcado por diversos estudos que tomam os jovens pobres de origem popular como sujeitos de pesquisa. Como efeito, a juventude pobre tem sido compreendida como um problema social e no seu entorno tem se constituído um campo de intervenções sociais, formado por diversos atores da sociedade interessados em intervir sobre estes jovens. Recentemente, tem surgido inúmeros estudos sobre a geração nem-nem, sendo, em grande parte, pesquisas quantitativas que indicam que 3 milhões de jovens brasileiros, na maioria pobres, nem estudam, nem trabalham e nem procuram emprego. Como efeito, estas pesquisas apontam as sérias consequências sociais e econômicas da exclusão desses jovens da escola e do mercado de trabalho. Avalia-se que, em suas análises, estas pesquisas reforçam, em alguma medida, representações sociais que articulam juventude, pobreza, vulnerabilidade, marginalidade e periculosidade, ao falarem das consequências dessa condição na vida dos jovens. No intuito de produzir diferentes compreensões acerca desse grupo de jovens brasileiros, está em curso o desenvolvimento de uma pesquisa de doutorado em psicologia social que objetiva compreender qualitativamente como tais jovens vivenciam esta experiência e quais trajetórias de vida constroem. Objetiva compreender quais trajetórias de vida constroem para si, dentro de um campo de intervenção social produzido sobre eles. Pretende-se conhecer seus contextos de vida, suas expectativas, suas formas de se construírem como sujeitos sociais, para além daquilo que já está descrito e apontado de forma reducionista e estatizante. O referencial teórico envolve estudos sobre juventude, geração, pobreza, educação, trabalho e intervenções sociais, em articulação com o campo da psicologia social. Ao se partir de uma relação indissociável entre aspectos subjetivos e sociais na compreensão do indivíduo, pretende-se mostrar que a psicologia social traz dentre as suas perspectivas teóricas a dominante social, ao levar em consideração que as experiências vivenciadas pelos jovens a serem estudados se constroem numa imbricada rede de elementos subjetivos, sociais, econômicos, culturais e políticos. Por meio da etnografia, serão pesquisados entre 5/8 jovens de sexo, cor/raça diferentes, moradores de duas favelas de Belo Horizonte, que não estejam nem estudando nem trabalhando. O acesso a esses jovens dar-se-á por meio da inserção etnográfica em espaços públicos das favelas escolhidas. Na coleta de dados será utilizado o método narrativo, com a realização de encontros com estes jovens por um ano e seis meses. Esta pesquisa pretende explicitar modos de vida e processos de identificação desses jovens, contribuir para a compreensão qualitativa dessa condição vivenciada, problematizar os mitos e representações sociais rigidamente compartilhados sobre eles, e contribuir para a construção de estratégias de intervenção.

569



“O QUE É SER UM JOVEM APRENDIZ NA PRÁTICA?” O DESAFIO DE JOVENS APRENDIZES E EDUCADORES.

Suzana Silveira de Almeida (Senac Rio/Senai Cetiqt)
susanmeotti@yahoo.com.br

Até que ponto quando os jovens são desafiados eles superam as expectativas? Neste trabalho objetivo compartilhar e analisar uma experiência sobre o sentido do trabalho pelos jovens (educadores e aprendizes) que foram desafiados a comemorarem o dia do jovem trabalhador de forma inovadora e criativa. O público alvo, são jovens educadores e aprendizes da região da Costa do Sol/RJ participantes do Programa Jovem Aprendiz (PJA). Todos estes se enquadram na categoria de jovens conforme Sposito e Carrano (2003) e Pochmann (2004) abordam em seus estudos sobre as diferentes faixas etárias da juventude (s). Esta pesquisa é de natureza qualitativa, tendo como processo metodológico fonte documental (legislação, fotos, diários, projetos, trabalhos, vídeos, criado pelos educadores e aprendizes), pesquisa bibliográfica e observação participante. Como referencial teórico destaco: a inserção laboral dos jovens excluídos, a busca pela inclusão dos empobrecidos no mercado de trabalho (SOFFIAT, 2012); o círculo vicioso entre jovem e experiência (STENGER 2009); os jovens como sujeitos sociais e protagonistas de sua aprendizagem (DAYRELL, 2003); os desejos na convivência do grupo, amizade, as relações humanas e estratégias criativas (ADAD, 2011). Busco contribuir para dois assuntos que ainda são pouco explorados: o aumento das pesquisas sobre a Lei da Aprendizagem que ainda é considerada recente (STENGER, 2009) e servir de apoio teórico para os trabalhos de instituições, que atuam com a Educação não formal, ampliando as pesquisas acadêmicas, potencializando e evitando o status de "mal chamada" da educação não formal (FERNANDES; PARK, 2011; FERNANDES; GARCIA, 2006). O PJA é pautado na Lei 10.097/2000 que determina às empresas de médio e grande porte contratarem jovens de 14 a 24 anos e inseri-los em um curso de aprendizagem ministrado por uma Instituição capacitadora. A metodologia do curso é participativa desenvolvendo autonomia, protagonismo dos jovens, interdisciplinaridade e competências. As técnicas eram: trabalho em equipe, jogos, atividades externas, debates, simulações, apresentações de trabalhos, estudos de caso, exercícios vivenciais, elaboração e aplicação de pesquisas, métodos de resolução de problemas, visando motivar tais jovens a terem uma aprendizagem significativa e desenvolverem conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA). Os educadores criaram o projeto intitulado: "*Desafio 2010*", com duração de três meses de duração no qual os jovens foram estimulados a responder à questão: "*O que é ser um jovem aprendiz na prática?*". Com base em sua visão de mundo e no que vivenciavam no Programa, os jovens (em equipe) fizeram diversos trabalhos (*blogs*, vídeos, painéis, peça teatral, poesias, vídeo clipes, músicas, entrevistas, dentre outros). O projeto envolveu 300 jovens, culminando em um grande evento que eles foram avaliados por competências conforme orienta o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para além da inserção profissional, visando a manutenção no mercado de trabalho. Concluo que neste projeto foi trabalhado relações afetivas, expressões culturais, expressões de si, reconhecimento social, trajetórias não escolares, mídias e tecnologias, comunicação, trabalho em equipe, liderança, raciocínio lógico, resolução de problemas, avaliação de desempenho, *feedback*, sinergia, diversidade, aprendizagem significativa de experiências coletivas, criativas e desafiadoras, pautados em: comprometimento, responsabilidade, alegria e crença de que *outra educação é possível* (GADOTTI, 2012).

570



**MIGRAÇÃO ESTUDANTIL E MERCADO DE TRABALHO:
JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE TAIÓBEIRAS – MG.**

Rafael Alves de Oliveira (UFVJM)
rafaalvesdeoliveira@hotmail.com

A migração juvenil, seja pendular ou sazonal, vem sendo crescentes no mundo inteiro. A Organização das Nações Unidas – ONU menciona que 12,5% dos migrantes internacionais, são jovens entre 15 a 24 anos. Na realidade brasileira podemos destacar este aumento pela busca no mercado de trabalho, e principalmente pela formação profissional. Sendo estas duas opções relacionadas uma com a outra. Onde cada vez mais o mercado de trabalhado vem cobrando a formação, técnica e superior, como principal item no currículo dos candidatos que concorre a uma vaga de emprego. E com isto os incentivos e a busca dos jovens recém-formados na educação básica, por uma formação superior é cada vez maior. Grandes polos populacionais e de ofertas de trabalho, são também polos de instituições superiores. Com as políticas públicas voltadas a educação de nível superior e técnico, a migração estudantil vem sendo cada vez mais significativa. Jovens recém-formados na educação básica, ou mesmo ainda começando o ensino médio, saem de seus municípios em busca de melhor formação profissional, e com isto em busca de melhores oportunidades. Podendo apontar neste cenário, as mudanças socioespaciais de vários municípios que possuem campus universitário, além da reserva de mão de obra qualificada, que vem sendo crescente em todas as áreas profissionais. A partir de estudo de caso diante a realidade em Taiobeiras, no norte mineiro, no qual parte de seus jovens migrando para outras cidades na busca de melhores oportunidades com uma formação profissional. Sendo Montes Claros – MG como referência deste deslocamento na mesorregião do Norte de Minas. Desta forma trataremos neste trabalho, a partir de dados estatísticos e realtos de estudantes do último ano do ensino médio de Taiobeiras, as expectativas e incentivos que levam a estes jovens quererem ingressar no nível superior e com isto, muitas vezes saírem do seu município para outros. Tratando as consequências e impactos criados a partir desta migração.

571



DE FLEXÕES À REFLEXÕES - O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E O SEU PAPEL FORMADOR PARA A VIDA E O TRABALHO.

Jacqueline Lopes de Lima (FAB)
jackie_llima@yahoo.com.br

A alta incidência do público jovem em contextos de violência e desemprego em nosso país, bem como a vulnerabilidade a qual estão sujeitos nas questões de saúde e qualidade de vida, destacando-se as variadas formas de precarização das relações familiares, o uso e abuso de substâncias químicas, o déficit crescente na escolarização e a notória perda de jovens para ao tráfico, impõe a urgente necessidade de buscarmos alternativas para não só compreendermos a imanência dos acontecimentos, mas também para trilharmos outros caminhos rumo a transformação desta realidade. Neste contexto, a Instituição Militar surge como espaço ocupacional diferenciado e importante, uma vez que convoca todos os anos contingentes de jovens para prestação do serviço militar obrigatório. Tal ambiente revela características específicas de trabalho e, ao mesmo tempo, inaugura uma oportunidade de formação profissional convertendo-se, assim, em campo fértil para estudo por acreditarmos que nele a experiência do trabalho se concretiza e produz subjetividades.

A partir desta proposição, empreendemos uma pesquisa a qual resultou na Dissertação de Mestrado intitulada “Do Dever ao Devir – Saúde, Trabalho e Subjetividade no Serviço Militar Obrigatório” que analisou as categorias trabalho, saúde e subjetividade engendradas no período de serviço militar obrigatório. Nosso aporte teórico privilegiou autores que concebem a vida enquanto processual e relacional, admitindo a possibilidade de um vir a ser, de um tornar-se contínuo, abandonando uma leitura cristalizada e estanque dos fenômenos relacionados ao trabalho. Deste modo, Deleuze e Guattari, Foucault, Castiel e Canguilhem nos acompanharam neste desafio de apreender a experiência na caserna, dando-nos suporte para visualizar uma produção de subjetividade, um modo de trabalhar e um modo de produzir saúde que se faz no encontro destes jovens com o ofício de ser soldado. Analisamos, pois, um projeto social desenvolvido em uma Base Aérea do Rio de Janeiro e exploramos esta intervenção por meio de encontros com grupos de soldados - dispositivo utilizado inicialmente para conhecer e compreender as necessidades e/ou dificuldades vividas pelos recrutas e, a partir da fala grupal construímos entrevistas semiestruturadas que tinham como horizonte captar as impressões e vivências singulares dos soldados sobre a relação estabelecida entre eles e a Instituição Militar. Os depoimentos demonstraram um saldo positivo, evidenciando como característica do grupo estudado a importância da escuta e da orientação, representada de forma mais evidente por aqueles que ocuparam na formação militar destes jovens uma posição de mentor/educador, ou seja, os Sargentos e Suboficiais. Observou-se, igualmente, que os jovens da pesquisa buscaram o serviço militar obrigatório não somente pela obrigação imposta legalmente, mas pela estabilidade de emprego, ainda que provisória, oferecida pela Instituição Militar. Tal condição aponta para a oportunidade destes jovens projetarem um futuro profissional, dentro ou fora da caserna. Pudemos perceber, enfim que o serviço militar obrigatório pode ir além das flexões – onde o corpo é preparado para a batalha, produzindo também as reflexões – onde a mente é convidada a fazer escolhas.

572



**PROLONGAMENTO DA JUVENTUDE E TRABALHO:
DESAFIOS DO MUNDO LABORAL NAS EXPERIÊNCIAS DE JOVENS BRASILEIROS E ESPANHÓIS.**

Raquel Nascimento Coelho (UFC)
raquelcoelho@ufc.br

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise da relação entre a situação dos jovens no mercado de trabalho e o fenômeno do prolongamento da juventude. Partimos da ideia de que o processo de precarização e flexibilização social e laboral observado atualmente em diversos contextos e acentuado pela crise econômica dificulta consideravelmente a inserção sociolaboral dos jovens, muitas vezes, resultando em um atraso de sua entrada no mercado de trabalho e na conquista de sua estabilidade financeira. Isto teria como uma de suas consequências uma intensificação do adiamento de outros limiares típicos do processo de transição à vida adulta – saída da casa dos pais, casamento/união estável e chegada dos filhos – como uma estratégia dos jovens para lidar com tais dificuldades. Esse adiamento representaria a abertura de um maior espaço temporal para a juventude na vida dos jovens originando novas experiências, discursos e significados da própria condição de ser jovem e novas possibilidades de construção identitária. Além disso, a concepção de uma juventude prolongada tenderia a se expandir ainda mais no contexto contemporâneo através dos meios de comunicação como um modelo típico ideal – *eterna juventude* – e se converteria em uma possibilidade de identificação para um grupo significativo de jovens. A partir do objetivo explicitado, desenvolvemos uma investigação qualitativa, utilizando um método analítico-descriptivo e um desenho transversal. Trabalhamos com entrevistas individuais em profundidade e semiestruturadas com 50 homens e mulheres jovens de 25 a 29 anos, a metade deles procedentes de Madrid/Espanha e a outra metade de Fortaleza/Brasil. Escolhemos este grupo por estar oficialmente nos últimos anos da etapa juvenil em ambos os países e porque potencialmente vive de forma mais próxima as questões relacionadas à transição à vida adulta e, além disso, vive a possibilidade de prolongar sua condição de juventude. As entrevistas foram gravadas – com o consentimento dos entrevistados – e transcritas. Os discursos dos entrevistados foram organizados através do software atlas-ti® e analisados através de uma análise de conteúdo semântica. A partir do discurso dos entrevistados, evidenciou-se que a situação de insegurança e instabilidade laboral enfrentada tanto pelos jovens brasileiros como espanhóis contribui para a acentuação do adiamento dos limiares de transição para a vida adulta e manutenção de uma condição juvenil por mais tempo em comparação com as gerações anteriores – pais e avós –. Foi possível observar esse modelo de prolongamento de forma mais acentuada entre os jovens espanhóis – intensificado pelos reflexos da crise econômica ainda vivida pelo país – e, também, entre os brasileiros de melhor situação econômica. Por outro lado, de forma geral, os jovens de ambos os países manifestam o desejo de prolongar sua juventude através do adiamento quase ilimitado do sentimento de ser jovem – *espírito jovem* –, mantendo as atitudes, valores e estilos de vida positivos da juventude. Isso favoreceria a construção de uma identidade social positiva e minimizaria as repercussões sociais de seus comportamentos por se ajustar ao paradigma contemporâneo que tem a juventude como a idade canônica e a ideia da *eterna juventude* como um ideal social.

573



“JUVENTUDE E TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO: O TEMPO DO *DEVIR*”.

Roseane de Aguiar Lisboa Narciso (Senac)
rlisboan@gmail.com

Este artigo tem como objetivo a análise de resultados de pesquisa de doutorado realizada com jovens participantes de um curso de qualificação baseado na Lei Brasileira nº 10.097/200, conhecida como Lei da Aprendizagem. O objetivo é analisar e discutir a percepção de jovens aprendizes com idade entre 16 e 20 anos sobre qualificação e trabalho. A investigação realizada teve como foco a percepção que estes jovens têm sobre a importância do programa de aprendizagem que frequentam na construção de sua trajetória profissional. Nessa perspectiva, fica evidenciado o quanto eles se sentem empoderados em relação ao seu futuro engajamento no mercado de trabalho. De acordo com os dados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” realizada no ano de 2003, os jovens atribuem vários sentidos ao trabalho, podendo ocupar uma centralidade como valor ou como direito. Enquanto valor, os dados demonstram que ele equivale à liberdade individual, adquirindo o sentido de uma demanda a satisfazer. A necessidade se relaciona ao trabalho e é de interesse tanto para os jovens que estão trabalhando quanto para aqueles que estão desempregados, e traz embutida a preocupação com a escassez de emprego. Neste sentido, é possível observar que os obstáculos à reprodução social do jovem localizam-se na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho sendo este um momento crucial para que o jovem afirme sua identidade e autonomia no contexto social. A apreciação destas questões se deu a partir de revisão bibliográfica em torno de dilemas relacionados ao universo juvenil, aos obstáculos à reprodução social do jovem e à transição do sistema educacional para o mercado de trabalho. Foram considerados aspectos como a heterogeneidade da categoria juventude, o conceito de trabalho decente proposto pela OIT, as políticas públicas de emprego direcionadas a este segmento da população e a relação entre educação e trabalho de adolescentes. A pesquisa foi realizada numa Instituição brasileira situada na cidade de Belo Horizonte e a metodologia utilizada foi qualitativa, através de entrevistas com os aprendizes e equipe técnica. Os resultados evidenciam a relação entre o tempo do *devir* jovem com as primeiras experiências no mercado de trabalho. As entrevistas revelaram que a percepção destes jovens acerca de questões como educação e trabalho se alterou a partir de sua entrada no Programa. Isto aponta para a relevância da Lei da Aprendizagem como tentativa de resguardar os jovens do trabalho precário e impulsioná-los para a construção de uma trajetória de trabalho a partir da valorização dos estudos e da qualificação. Foi possível observar a categoria juventude atrelada a situações socioculturais e econômicas temporárias e provisórias de identificação, a saber, a escola e o trabalho. Tais situações encontram-se relacionadas ao cenário complexo e contraditório do novo tempo, e atuam na construção da identidade social destes jovens.



**SER POLICIAL:
ESTABILIDADE VERSUS INSTABILIDADE PROFISSIONAL.**

Camila de Oliveira Farias (PMERJ)
camila.rte@hotmail.com

O presente trabalho integra a pesquisa de Mestrado em Serviço Social da referida autora, que tem como objetivo conhecer e analisar a trajetória de vida de policiais militares do Estado do Rio de Janeiro incorporados a partir de 2010, para o Curso de Formação de Soldados. Historicamente, a escolha pela carreira policial militar relaciona-se a busca por uma estabilidade profissional e econômica e está associada as camadas mais pobres da população. (Muniz, 1999) Segundo Minayo et al., “a profissão de policial constitui um mercado importante para jovens de cor de pele preta ou parda, pois lhe permite um emprego formal e ascensão profissional.” (2008:71). Percebe-se que estes jovens que vêm ingressando nas fileiras da Corporação encontram-se em um momento importante de transição. Estes, que são em maioria homens de 26 a 30 anos, solteiros, sem filhos, residindo com pais, experimentam um momento de inserção em carreira “estável”, após histórico de vínculos informais, temporários e inseguros, quando não, momentos de desemprego. Eles vivenciam, pela primeira vez, a sensação de segurança com relação à vida profissional, fato que tem enorme significado no contexto de desemprego, precarização do trabalho e ausência de políticas protetivas atual. Além disto, muitas vezes, ele não só é o primeiro funcionário público da família, mas também é o primeiro inserido no mercado formal de trabalho. A responsabilidade, por exemplo, de ter que oferecer ajuda financeira regular para mães e/ou avós idosas e adoecidas que trabalharam como domésticas, quituteiras, vendedoras autônomas, sem contribuir para Previdência, faz parte do processo de tornar-se o provedor principal no contexto familiar. Entretanto, a própria cultura institucional, que não está deslocada da conjuntura macrosocietária, pode contribuir para a não concretização efetiva desta estabilidade financeira. A questão do adoecimento e do risco iminente de vida (ligados ao fato deste profissional estar inserido na ponta das tensões relacionadas à violência urbana) ganham contornos particulares para policiais militares, impactando toda uma lógica familiar ancorada no seu trabalho. Além disto, a vivência atual destes jovens policiais os coloca em posição de maior vulnerabilidade em decorrência da ausência de suporte institucional e amparo de políticas públicas específicas para o profissional de Segurança Pública. A realidade acaba potencializando uma trajetória de vida diversa de suas aspirações iniciais, e com isto, o sonho de estabilidade acaba se transformando em sobrecarga de trabalho, instabilidade, endividamento, adoecimento e descrença diante da realidade social. Sendo assim, entende-se que é preciso se debruçar sobre os riscos cuja redução ou eliminação seja possível, e a partir disto, desenvolver iniciativas que colaborem para melhoria das condições socioeconômicas e para o melhor acesso à rede de apoio deste público. A morte, a invalidez e o adoecimento, muitas vezes, extrapolam a possibilidade de ação profissional da equipe técnica. Entretanto, os impactos destas etapas da vida: precarização da renda, desinformação sobre direitos, falta de suporte institucional e dificuldade de acesso a serviços podem ser problematizados pelo conjunto de profissionais, objetivando a prevenção da revitimização vivenciada pelo policial e sua família.

575



DESCENTRALIZANDO POLÍTICAS, PROFISSIONALIZANDO JOVENS: UM ESTUDO DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL.

Andrey Felipe Sgorla (PUC/RS)
andrey_sgorla@yahoo.com.br

A Política de Aprendizagem Profissional, criada pela Lei 10097/2000, insere-se no cenário de elaboração de políticas, programas e projetos, focalizados na formação profissional para jovens pobres das periferias das grandes cidades. A forma de implementação está inserida no modelo de gestão das políticas públicas, que se consolidou com a reforma gerencial das políticas sociais, implementada na década de 1990, caracterizada pela descentralização e o estabelecimento de novas formas de articulação com a sociedade civil e com o setor privado, visando à garantia da provisão de serviços públicos, por meio de parceria e da prestação de serviços das organizações da sociedade civil e do mercado. Neste estudo, analisamos as trajetórias, os modelos de gestão e as estratégias das organizações para implementarem o programa, e as concepções e finalidades das atividades formativas, sustentadas pelos gestores do Programa de Aprendizagem Profissional, no âmbito das organizações da sociedade civil. Para Guimarães (2005), os jovens consideram o direito ao trabalho, especialmente na sua ausência, como garantidor de autonomia, e também a possibilidade de entrar no universo do consumo. Compreendendo-se isso, é importante para apreender a relação que eles estabelecem com as políticas que lhes são endereçadas. Nos modos de inserção na vida adulta, o trabalho aparece como elo mediador entre a experiência do presente e mecanismos para transição para a vida adulta. É pelo trabalho que a juventude, enquanto uma etapa de vida transitória entre a adolescência e a vida adulta, deveria inserir-se no mundo adulto. Esta inserção obtém-se, entre outras coisas, mediante a obtenção de um trabalho estável e a constituição de uma nova família, a qual possibilita ocupar uma posição específica na sociedade. Entretanto, este processo de reconhecimento social do indivíduo como adulto não ocorre de forma igual para todos os jovens, nem de forma contínua, sem rupturas neste processo vital. No entanto, a problemática da passagem ou transição para a vida adulta, vai além da questão da inserção profissional, na medida em que as transições da juventude para a idade adulta estão sofrendo um processo de despadronização, enquanto que as instituições e políticas orientadas para facilitar tais transições, ainda estão operando sob um modelo linear de vida, com uma chegada "natural" à vida adulta. As políticas adotadas no Brasil ainda estão inseridas no modelo de ação para responder aos problemas juvenis, principalmente o crescimento das desigualdades entre os jovens e as dificuldades encontradas por eles para a sua inserção profissional. São ações de incentivo a programas de ressocialização vinculados à educação não-formal, por meio, especialmente, da organização de oficinas ocupacionais e de programas de qualificação profissional, executados em grande parte por organizações não-governamentais ou fundações empresarias, estabelecidas de acordo com uma nova configuração das políticas públicas, na forma de parceria entre agentes públicos e privados.

576



**O PRONATEC:
PERSPECTIVAS E RISCOS SOB A LUZ DOS OBJETIVOS E INTERESSES DE ESTADO E MERCADO.**

Sérgio Inácio da Rosa (Estácio de Sá)
sergioinacioiff@gmail.com

Katana de Fátima Diniz Boaes (UNESA)
katanadoutorado@gmail.com

Este artigo tem como objetivo examinar o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, programa lançado em 2011 pelo Governo Federal para ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (EPT) à população brasileira visando inserção no mundo do trabalho. O programa, em sua essência, visa atender a oito milhões de brasileiros a partir da criação de novos institutos federais de educação profissional e tecnológica com investimento de um bilhão de reais, conforme divulgado em seu lançamento. Em análise, sua estrutura legal permite ainda possibilidade de relações educativas e formativas com o sistema privado de formação profissional para o atendimento de suas principais metas e objetivos. Sob a dimensão das políticas públicas de educação do Brasil, o objetivo do artigo é então, apresentar à luz do panorama histórico das principais políticas direcionadas à gestão da educação profissional e tecnológica dos últimos anos, riscos e perspectivas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, examinando sua implantação e seus desdobramentos no cenário nacional contemporâneo. O papel do estado e a convergência quase sempre utilitarista dos interesses do mercado assumem a posição central deste trabalho, tendo em vista que o programa em estudo, visando dar mais celeridade ao acordo firmado no governo anterior com o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc e Senac), prevê uma parceria, segundo a qual essas entidades devem aplicar recursos advindos do imposto sobre a folha de pagamentos do trabalhador na oferta de cursos gratuitos, abarcando grande parte do financiamento oriundo do PRONATEC. Diante do exposto, a problematização arbitrada é: *Até que ponto os objetivos e interesses de mercado e estado se convertem em forças antagônicas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego?* A metodologia utilizada baseou-se fundamentalmente em pesquisa de fontes primárias, documentos legais publicados que permitem sua execução em âmbito nacional e revisão bibliográfica sobre assuntos relacionados à EPT, como também embasamento teórico relativo à discussão provocada, visando promover suporte para futuras análises sobre a questão levantada. O texto se encontra organizado da seguinte forma: apresentação de um breve histórico das principais influências políticas de gestão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, principalmente a partir dos anos 90, objetivando o aprofundamento nas questões das políticas públicas voltadas a educação profissional, avançando sobre a questão norteadora proposta. As considerações são voltadas principalmente para as implicações do difundido “apagão” da mão-de-obra capacitada no país e sua relação contraditória com o processo de desenvolvimento econômico. Em conclusão preliminar entende-se que sendo o Sistema S grande detentor dos recursos oriundos das receitas públicas destinadas ao financiamento do programa, os interesses mercadológicos tendem a prevalecer nas ações do PRONATEC.



JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DOS JOVENS E O ENVOLVIMENTO COM O MUNDO DO TRABALHO.

Alexandre Viana Araújo (UFPE)
xandosport@gmail.com

Ana Lúcia Felix dos Santos (UFPE)
analufelix@gmail.com

Este trabalho teve por objetivo analisar a relação entre os jovens participantes do Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (ProJovem) na cidade do Recife e sua inserção no mundo do trabalho. O Projovem é um programa que pretende articular a formação básica, qualificação profissional e participação cidadã. O estudo foi desenvolvido com a participação de 392 alunos matriculados regularmente no Programa, dos quais 233 alunas eram do sexo feminino e 160 eram do sexo masculino. Optou-se por realizar um estudo de caráter quali-quantitativo valendo-se de instrumentos estatísticos como ferramentas para analisar os dados. Utilizou-se a técnica de coleta de dados primários através de questionários, cujas respostas foram analisadas com ajuda do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). As questões giraram em torno das condições de trabalho e remuneração recebida pelos jovens que trabalhavam durante o Programa, além disso, buscamos mapear as maiores dificuldades que os jovens enfrentavam para entrar no mercado de trabalho. Dos 392 alunos entrevistados, 267 afirmaram ter algum tipo de remuneração pelo trabalho, desse universo 142 eram do sexo feminino enquanto do sexo masculino foram 125 jovens. O que demonstra uma certa predominância por partes das jovens em relação ao trabalho remunerado. Uma das possibilidades de tentar interpretar esse fato está na questão dos trabalhos informais que se materializam como serviços domésticos nos lares, que são realizadas pelas garotas, pois na maioria das vezes elas começam a trabalhar de forma ilegal sem carteira assinada. Os alunos que iniciaram a sua vivência no mercado de trabalho de forma irregular por não ter ainda a idade permitida para isso, totalizaram 142 alunos, pois iniciaram essas atividades antes dos 10 anos de idade até 15 anos. Essa precocidade em relação a entrada dos jovens no mercado de trabalho ocasiona diversas sequelas que vão prejudicar os mesmos o restante de suas vidas, pois, como sabemos, em sua grande maioria, os jovens ao anteciparem suas atividades de trabalho prejudicam a sua formação educacional: seja tendo que aliar estudo e trabalho de forma precária e desorganizada; seja por interrupção dos estudos. As alunas iniciaram as atividades no mundo trabalho primeiro que os rapazes, já a partir dos 10 anos de idade. Os alunos que trabalhavam sem carteira assinada em algum turno, seja manhã, tarde ou noite somam ao todo 123 alunos. Existem 67 alunos que trabalham em mais de dois turnos, o que demonstra uma grande carga de trabalho, mesmo sendo do tipo informal e precarizado. Por fim, os alunos que participaram da pesquisa, afirmaram que o grande problema para que eles pudessem entrar no mercado de trabalho está relacionado à baixa escolaridade, o que os impulsionou a buscar a complementação da sua formação escolar no Projovem. O trabalho revelou que jovens de classe trabalhadora são impulsionados pela necessidade material a terem que entrar no mundo do trabalho de maneira cada vez mais precoce e de forma a exercer funções precarizadas, interrompendo seu processo formativo e contribuindo para cada vez mais que eles sejam excluídos do sistema educacional.

578



A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: APONTAMENTOS PARA O DEBATE DO “PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO”.

Rayssa Lopes Bastos (UCP)
rayssavoltas@yahoo.com.br

Lenise Teixeira de Sousa (UCP)
lenise_sousa@yahoo.com.br

O “Programa Mais Educação” é uma proposta criada pela [Portaria Interministerial nº 17/2007](#) e regulamentado pelo [Decreto 7.083/10, sendo](#) uma estratégia indutora do MEC que amplia a jornada escolar nas instituições públicas, para o mínimo de sete horas diárias, incluindo atividades optativas em diversos macros campos. Tal proposta está ancorada no paradigma das cidades educadoras que nos permite desconfiar que, no caso do Brasil, houve ampliação dos espaços educativos para a realização das atividades no contra turno, sem investimento na estrutura física das escolas. O trabalho voluntariado é outra estratégia utilizada pelo programa e merece reflexão. Assume características equivocadas como a utilização de mão de obra indevida, composta por jovens brasileiros (entre outros), oriundos principalmente de classes populares, que se sentem obrigados a se tornarem adultos precocemente, tendo como uma, dentre muitas outras consequências, a inserção precoce ao mercado de trabalho sem considerar as leis trabalhistas. Tal medida acaba por responsabilizar toda a sociedade pelo fracasso das instituições públicas, desconsiderando a “ausência” de investimento do Estado, bem como desresponsabilizando o mesmo pelas iniquidades sociais para dar respostas às demandas da sociedade. Sabemos que o diálogo nos espaços escolares fomenta a troca de saberes e enriquece a vida escolar, porém, é preciso nos atentar para: as questões trabalhistas desconsideradas, como a precarização do trabalho; as funções exercidas pelos agentes educativos e/ou monitores, que não gozam dos mesmos status e prestígio e a pouca ou nenhuma qualificação para os mesmos exercerem um trabalho pedagógico. Estas medidas buscam a desqualificação nas relações de contrato trabalhista e intensificam processo de exploração da mais-valia dos trabalhadores, sujeitando-os a condições cada vez mais precárias, fragmentando e diversificando o trabalho de forma a legitimar o discurso da necessidade de baixos salários e a perda de direitos trabalhistas serem consequência da maior empregabilidade. Acreditamos que o “Programa Mais Educação” tem como pressuposto a ideia de um recrutamento e seleção alijada do processo trabalhista legal. Daí dizermos que a adesão ao Programa merece reflexão de todos os envolvidos: aos *diretores escolares*, ao aderirem o programa, necessitam refletir sobre a função de gestores de recursos, pessoas e saberes buscando a garantia de uma educação pública de qualidade considerando a necessidade de investimento do Estado; aos *professores* uma árdua luta pela sua “profissionalização”; aos *agentes educativos/monitores* atenção e cautela ao agregar a sua força de trabalho desconsiderando os processos trabalhistas e pedagógicos e não menos importante, a *comunidade* que não consegue perceber seu poder de reivindicação frente ao seu direito constitucional como responsabilidade do Estado na oferta de uma educação pública de qualidade. Por último, é importante atentarmos para a visão reducionista de juventude, que é comumente mobilizada, com ênfase em um período de transição para a vida adulta, como uma etapa transitória, desconsiderando nas políticas públicas elaboradas para os jovens a inclusão de suas vozes na discussão. Reforçamos, então, que é necessária a inclusão das vozes silenciadas para a qualificação da discussão.

579



JUVENTUDE BRASILEIRA E A BUSCA POR SIGNIFICADO NO TRABALHO.

Douglas Pereira (USP)
douglasspereira@gmail.com

Ulisses Araújo (USP)
uliarau@usp.br

O objetivo desse estudo é explorar as relações entre alguns dados encontrados na pesquisa que avalia os índices de Projeto de Vida (Purpose) da juventude brasileira e a busca por Bem-estar e Felicidade. Participaram do estudo uma amostra não probabilística, em dois momentos distintos. Em uma primeira etapa, 1333 jovens universitários brasileiros de diferentes estados, responderam a uma pesquisa sobre Valores e Projetos de Vida (Purpose) entre os anos 2009/2011. Para essa avaliação, foi utilizado uma bateria de pesquisa composta por diversos questionários, entre eles: Life Goals Scale; Identified Purpose Scale; Meaning in Life Questionnaire; Satisfaction With Life Scale and RYFF'S Purpose In Life Scale. Em um segundo momento, 339 jovens que fizeram parte da pesquisa anterior, foram convidados a responder entre os anos 2010/2012, uma pesquisa sobre Felicidade e Bem-estar utilizando o Eudaimonic and Hedonic Happiness Instrument - (EHHI). Esse instrumento internacional, possui uma singularidade, justamente por conter questões qualitativas e quantitativas. O que permite uma perspectiva mais ampla para o estudo. Após esses dois momentos distintos de coleta, os dados foram submetidos a avaliação, afim de serem qualificados. Dessa forma, a amostra final que articula o estudo sobre as relações de Projetos de Vida e Felicidade e Bem-estar, que contém respostas completas em todos os questionários, é composta por 118 sujeitos. Os dados utilizados para apresentação neste trabalho, são referentes à importância do trabalho para os jovens. Dentre as 11 áreas da vida, elencadas pelo EHHL, o trabalho foi apontado como principal objetivo dos jovens brasileiros e a terceira área mais significativa para eles, atrás apenas de família e educação. Na mensuração dos momentos de intensa felicidade descritos pelos jovens, apenas duas áreas são responsáveis por 51% desses eventos, a saber a família (31%) e trabalho (20%). Os resultados iniciais demonstrados pelo estudo, apontaram também que a juventude brasileira possui um considerável foco no cuidado para com as relações familiares. E que a família, além de possuir uma grande parcela de contribuição nos níveis de felicidade e significado, influencia na construção dos projetos vitais, o que culmina na escolha e formação de uma carreira. Além disso, os dados demonstram que a juventude brasileira percebe a felicidade, mais associada aos aspectos psicológicos individuais do que a outros fatores. E salientam que os jovens brasileiros possuem não somente um alto interesse em sua carreira profissional, mas um desejo pessoal de realizar algo relevante e significativo para a sociedade através de seu trabalho.

580



**EDUCAÇÃO E TRABALHO:
AS TRAMAS DO PROJovem URBANO NAS UNIDADES PRISIONAIS.**

Eduardo Antonio de Pontes Costa (UFPB)
eduapcosta@gmail.com

Thiago Alves Gomes (UFPB)
eufaloabrasileira@gmail.com

É oportuno afirmar que a temática juventude vem ganhando visibilidade tanto nos estudos acadêmicos para se pensar as diversas facetas que constituem “ser jovem” no contemporâneo, quanto nas políticas públicas instituídas pelo Estado brasileiro, com forte expressão, a partir dos anos 2000, e entendidas como políticas de juventude. Do ponto de vista conceitual, entendemos a juventude como produção histórica, expressão de relações sociais e culturais. Em linhas gerais, na complexidade das políticas públicas que buscam articular e integrar programas específicos para os jovens, atentas a diversidade de territórios por onde eles afirmam e inventam outros modos de potencializar a vida, situamos no presente trabalho um modo de intervenção, específico, advindo de uma ação focal: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído pela Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005. Assumindo um caráter emergencial e experimental, o programa apresenta como objetivos promover a reintegração do jovem a escola formal, o acesso a qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. No Art. 13 da Lei 11.129, dispõe sobre parcerias com o Ministério da Justiça e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para a implantação do Projovem Urbano nas unidades prisionais e nas unidades socioeducativas de privação de liberdade. Nesse contexto, e em 2013, as Secretarias de Administração Penitenciária e de Educação, do Estado da Paraíba, deram início à primeira turma contemplando jovens privados de liberdade com idades entre 18 a 29 anos. Na sua estratégia de organização, o curso apresenta um período de dezoito meses integrando conteúdos do ensino fundamental e de qualificação profissional. O nosso olhar, nessa presente escrita, ao se debruçar na análise de uma ação específica e contingente nas prisões, busca dar ênfase aos saberes pedagógicos e profissionais do programa nas Unidades Prisionais. Objetivando problematizar tanto os conteúdos do ensino fundamental quanto os do arco ocupacional – Construção e Reparos I, a escolha teórico-metodológica apoia-se na pesquisa documental tomando por base os saberes constitutivos do programa que se ocupam e passam a falar sobre os jovens pobres, em especial, sobre os privados de liberdade. Apropriando-se dos conceitos-ferramenta de diário de campo proposto por Lourau (1993) e de função enunciativa em Foucault (2013), a presente investigação explora as noções de juventude, trabalho e educação que, fundadas em práticas específicas, permitem falar dos lugares enunciativos que, na heterogeneidade discursiva, remetem ao sujeito do “resgate da cidadania”, do sujeito “producente” e do sujeito da “ressocialização”. Entendemos que nesses espaços em que os enunciados se materializam, há interditos, campos de luta, processos de subjetivação operando modos de sentir, pensar e existir. E ainda questionamos: Quais objetivos irrompem das ações do programa e com quais finalidades? Quais saberes se ocupam e produzem formas de sujeição para os jovens nas prisões? Deslocar um modo de como se tem refletido sobre uma parcela da juventude, é polemizar práticas discursivas e não discursivas que, postas em exercício, inscrevem os jovens em uma certa “ordem do discurso”.

581



**JOVENS UNIVERSITÁRIOS:
VIDA COTIDIANA NA CONCILIAÇÃO ENTRE TRABALHO E ESTUDO.**

Regina Célia P. Borges (UFSC)
reginacl@uol.com.br

Fala-se de um mundo do trabalho em constantes metamorfoses diante do sistema econômico do capitalismo, com movimentos transformadores dos espaços e aceleração no/do ritmo de vida. Assim sendo, o chamado capitalismo flexível vem “impedindo” as carreiras muda-se a organização do tempo e o curto prazo rege a vida profissional. Neste cenário e como as taxas de desemprego entre jovens brasileiros apresentam-se três vezes maior quando comparada com a população adulta, esta pesquisa de doutorando, em andamento, tem como propósito pesquisar a vida cotidiana dos jovens universitários que estudam e trabalham. Tem-se como concepção de juventude um sujeito sócio histórico, capaz de “inventar-se” continuamente, criticando as conceituações naturalizantes, e considera-se ímpar pluralizá-lo, ou seja, são juventudes. O trabalho foi aqui abrangido de forma ampla, como qualquer atividade laboral remunerada, com ou sem vínculo empregatício oficial (estagiários, bolsistas, prestadores de serviços, entre outros). Deste modo, buscou-se compreender como se dão as possíveis articulações/movimentos entre a condução da vida cotidiana, não cotidiana e/ou da sua cristalização a partir das lentes conceituais da categoria cotidiano proposta por Agnes Heller. Para a autora a vida cotidiana vai além de um espaço de reproduções, sendo também um lócus onde ocorrem rupturas. Assim, foi efetuado um estudo exploratório, de base qualitativa, na qual foram entrevistadas duas estudantes de uma universidade estadual do Estado de Santa Catarina. A entrevista foi à principal ferramenta na coleta de dados, organizadas em quatro encontros. Como instrumentos complementares foram utilizados a Técnica da Agenda Colorida, detalhando a vida diária, e a Fotografia das cenas cotidianas. O procedimento para a análise foi realizado nas premissas teóricas dos Núcleos de Significação. As análises resultaram em três núcleos: 1) Curso superior: “o pessoal quer crescer, quer seguir uma carreira, é só um curso superior não é mais suficiente”, 2) Sentidos do Trabalho: “uma forma de adquirir experiência” e 3) Vida Cotidiana: tensão dialética entre vida uniforme e vida flexível. No caso aqui estudado nota-se que são diversos os motivos que levam as juventudes a buscarem um curso superior. O mesmo tem como ponto convergente o fato de objetivarem um diploma universitário como um instrumento de acesso e/ou avanço profissional. A conciliação estudo e trabalho significam perspectivas de adquirir prévia experiência ainda enquanto estudante, visando ampliar as chances de inserção profissional após a graduação. Os sentidos da vida cotidiana das jovens universitárias e trabalhadoras foram marcados por tensões dialéticas entre suas ações cotidianas uniformes, bem como as possibilidades de flexibilizar seus horários e ações. Para as entrevistadas a rotina é significada de modo dicionarizado, ou seja, como mesmice e é bastante repudiada dentro da vida cotidiana. Portanto, pode-se concluir que as jovens entrevistadas ainda não perceberam que a vida cotidiana “passeia” suas interseções entre a rotina e a ruptura, entre o micro e o macrosocial, dentro de uma estrutura da cotidianidade que nos permite condições e possibilidades de resistência, de mudanças em nossas rotas e questionamentos, apropriando-se e marcando nossa ação como sujeito social e de uma visão de educação e trabalho para além do capital.

582



O PROJETO SOLDADO CIDADÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO.

Hercules Guimarães Honorato (Escola Naval)
hghhhma@gmail.com

O objetivo deste estudo foi identificar elementos da formação técnica que favorecem o acesso dos jovens na busca do primeiro emprego por intermédio do Projeto Soldado Cidadão (PSC). O Projeto em questão é uma política pública educacional, cuja finalidade é oferecer qualificação técnico-profissional aos militares licenciados, por término do Serviço Militar Inicial (SMI), possibilitando-lhes concorrer ao mercado de trabalho em melhores condições. O PSC foi oficialmente lançado em 10 de agosto de 2004 pelo Presidente Lula, com abrangência nacional e recursos orçamentários do próprio governo federal repassados ao Ministério da Defesa (MD). Segundo dados do próprio MD, de 2004 a 2015, foram habilitados mais de 200 mil jovens. O eixo estudado foi "educação, juventude e trabalho", amalgamado pelos aspectos inerentes aos jovens brasileiros na difícil transição da escola para o mercado de trabalho, um momento importante no ciclo de vida dos indivíduos, pois representa o início do processo de se tornar autônomo, que culmina na assunção plena de papéis sociais adultos. Estipulou-se o seguinte problema de pesquisa: como o PSC contribui para a formação técnica necessária ao primeiro emprego durante o SMI? A metodologia utilizada foi de cunho qualitativa, com pesquisa documental exploratória inicial, tendo como instrumento de coleta de dados questionários com perguntas abertas e fechadas, direcionados aos egressos dos cursos e aos marinheiros-recrutas matriculados na turma 2012-2, em centro de instrução da Marinha do Brasil, e também aos gestores do projeto no Comando de Operações Terrestres e no MD, sujeitos do estudo. O desenvolvimento da pesquisa constituiu-se como um estudo de caso, tipo único, cuja unidade de análise foi o próprio PSC. O cenário do estudo foi o Centro de Instrução Almirante Alexandrino, localizado na cidade do Rio de Janeiro, que tem como missão preparar praças – pessoal de nível técnico – para as funções que serão desenvolvidas nas diversas organizações militares da Marinha. A pesquisa envolveu estudos sobre juventude, condição juvenil e o ser jovem no século XXI; as políticas públicas, em especial as ligadas às "juventudes"; o ensino profissional técnico; e o próprio Projeto em estudo e o Serviço Militar nos dias atuais. Os resultados apontaram para uma questão preocupante: apenas 18% dos respondentes estão empregados e gerando renda, quer na economia formal ou informal; e desses, a grande maioria, 64%, encontra-se trabalhando fora da formação profissional que lhe foi designada à época do Serviço Militar. A explicação mais plausível, e que pode mostrar a pouca eficácia verificada nessa política pública, é que o responsável por realmente ditar as regras para a absorção dessa mão de obra é o mercado de trabalho. Pode-se verificar que os jovens cursantes passaram a dispor das seguintes competências apreendidas: a facilidade de comunicação e de desenvolvimento de tarefas em equipe; a iniciativa para buscar informações pertinentes ao seu trabalho; e a aquisição de novos conhecimentos profissionais. Uma limitação foi verificada durante o contato com os gestores do PSC: os poucos recursos orçamentários disponíveis, que fazem abrir uma lacuna no atendimento de cursos profissionais para todos os recrutas/ano que prestam o SMI.

583



AS PRODUÇÕES DISCENTES NA EDUCAÇÃO SOBRE A LEI DE APRENDIZAGEM: RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO DOS/AS JOVENS.

Jéssica Sapore de Aguiar (UFMG)
jessicasapore@gmail.com

No Brasil é crescente o número de jovens, em busca de uma qualificação profissional. Além das dificuldades de inserção sofridos pelos/as jovens, o cenário quando inseridos no mundo do trabalho também é marcado pelas questões de gênero, de acordo com a síntese da situação juvenil no mundo do trabalho brasileiro, apresentada na Agenda Nacional de Trabalho Decente para Juventude (ANTDJ) em 2011. Entre as jovens mulheres que estão no mundo do trabalho, grande parte está presente em ocupações que indicam maior precariedade: trabalho sem carteira assinada, com longas jornadas, baixos salários, locais insalubres e trabalho doméstico. A despeito da maior escolaridade alcançada pelas jovens, elas têm menos acesso ao trabalho com carteira assinada em comparação com os rapazes. De acordo com a ANTdj (2011) a trajetória da jovem mulher no emprego é fortemente marcada por discriminações sexistas, inclusive sendo elas o maior alvo do assédio moral e sexual. Diante deste cenário o objetivo desta pesquisa já concluída foi analisar como as dissertações e teses na área da Educação publicadas no período de 2006 a 2013 sobre a lei do/a jovem aprendiz discutem as relações entre gênero e o mundo do trabalho juvenil. O Programa Jovem Aprendiz é um programa de Formação e Qualificação Profissional baseado na Lei nº 10.097/2000 e seu Decreto nº 5.598/2005. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, uma vez que essa abordagem possibilita mapear a situação em que as pesquisas dessa temática se encontram. Portanto, foi realizado um levantamento bibliográfico das produções sobre jovem aprendiz na área da Educação nos sites da Coordenadoria de Capacitação de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Foram selecionadas dez pesquisas para serem analisadas, porém só foi possível analisar nove, pois não conseguir obter o texto completo de uma delas. A partir dos trabalhos encontrados, sendo uma tese, sete dissertações e um trabalho final de mestrado profissional, fiz as leituras das produções na íntegra com o objetivo de identificar como as relações de gênero eram problematizadas nas pesquisas sobre Jovem Aprendiz. Por meio da leitura e síntese dos estudos encontrados foi possível constatar que ainda há um número reduzido de pesquisas sobre jovem aprendiz e que nenhum deles articulam as análises com as questões de gênero. Em nenhum dos trabalhos analisados, a relação entre os/as jovens no mundo do trabalho e as questões de gênero é problematizada. Conclui –se então que as publicações sobre juventude e gênero ainda estão silenciadas. As relações generificadas ainda não são incluídas nos debates sobre juventude e trabalho nas pesquisas estudadas neste artigo. As produções são definidas e estudadas a partir dos comportamentos masculinos, e sem o cuidado de ver estes/as jovens enquanto indivíduos com determinado gênero. Considero a incorporação da noção de gênero nos debates sobre juventude de extrema relevância, uma vez que o acesso à vida adulta nunca tem o mesmo significado para jovens homens e para as jovens mulheres.

584



**APRENDENDO A SER TRABALHADOR:
EXPERIÊNCIAS DE JOVENS FACE AOS DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO.**

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares (UFC\ UVA)
isabelblinhares@yahoo.com.br

Este estudo, que se fez pelos preceitos da pesquisa qualitativa, baseia-se em dois anos de observação direta das práticas de qualificação e das primeiras experiências profissionais de jovens pobres na cidade de Sobral, e teve como objetivo analisar as distintas e provisórias formas de inserção de jovens no mundo do trabalho, a partir das narrativas dos sujeitos nos seus mais diversos processos de preparação e inclusão no mercado de trabalho na referida cidade. A ideia foi compreender as iniciações, intermitências e permanências dos jovens no mundo do trabalho, examinando os processos estruturais que se produzem e reproduzem de formas e em contextos históricos distintos, a partir de uma experiência específica: o “Jovem Aprendiz”. A análise destes acontecimentos em seus múltiplos contextos socioprofissionais me permitiu extrair as linhas mestras da complexa relação que os indivíduos observados mantêm com o mundo do trabalho. Para dar conta dessas práticas e experiências juvenis, me proponho a esclarecer os caminhos que tive de forjar e evidenciar as surpresas nessa caminhada, que foram tantas, mas por considerar que pesquisas são constituídas de surpresas, me proponho desenvolver sua escrita tratando de seus tempos e espaços, por entender que trazem singular importância para a compreensão de questões macro e microsociais que a constituem. Essa caminhada, recortada pela dimensão espaço/temporal, elucida dimensões objetivas e subjetivas de pontos singulares de uma investigação sobre juventudes e mundo do trabalho no campo sociológico. Autores como Alves (2011, 2012), Pochmann (2003, 2007), Martins (2012), Sennett (2010), Honneth (2003), Weber (2009), Willis (1991), entre outros, contribuíram com as análises aqui empreendidas. Trago, inicialmente, duas dimensões relevantes desta pesquisa: seu (s) ponto (s) de partida e os percursos e escolhas teórico-metodológicas empreendidos. A guisa de esclarecimento apresento, no seu decorrer, uma série de acontecimentos registrados no meu diário de campo, além de registros fotográficos, que darão uma ideia do material que tive de constituir, para depois analisá-lo. Tomo o cotidiano dos jovens como perspectiva metodológica, agregando registros etnográficos como forma de apreender as narrativas dos jovens no contexto social em que vivem, a fim de conhecer seus modos de ser trabalhador, os usos dos seus tempos cotidianos associados aos espaços praticados e os processos de formação/qualificação profissional construídos em suas trajetórias. Os dados apresentados sugerem que a inserção dos jovens no mundo do trabalho se dá de forma precária e marcada por incertezas e provisoriidade. As políticas de emprego de/para jovens não apenas enfrentam um problema social importante, mas também respondem à herança da desigualdade social pretérita e presente, implicando um novo olhar sobre as ações públicas de/para a juventude.

585



**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE:
ESTUDO DE CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJovem URBANO EM GOIÂNIA.**

Sandra Regina Alves (UFG)
ssandrara@gmail.com

Este trabalho trata da implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJovem em Goiânia, Goiás. O Programa, que abarca três dimensões, a educação, a qualificação profissional e a participação cidadã, é considerado atualmente o principal programa do governo federal sobre políticas públicas de juventude. O Projovem foi criado em 2005 como resultado da Política Nacional de Juventude desenvolvida no primeiro mandato do governo Lula, com um caráter emergencial e experimental, objetivando suprir as necessidades do segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado pelas políticas públicas então vigentes. O programa então tornou-se o carro-chefe das políticas de juventude nos dois mandatos de Lula e depois nos mandatos de Dilma Rousseff. A faixa etária dos jovens beneficiados pelo Programa era de 18 a 24 em 2005, e com sua reformulação em 2008 a faixa foi ampliada para até 29 anos. O caso de Goiânia tem como particularidade a sua ruptura em 2013, que será o ponto de partida para este estudo de caso. O problema reside em evidenciar até que ponto os fatores relacionados com a implementação do Projovem em Goiânia contribuíram para sua ruptura. A evasão escolar foi um dos problemas identificados no processo de implementação e gestão do programa. Isso porque há uma evasão muito alta de alunos, não só no Projovem Urbano como também nos cursos de educação de jovens e adultos. A análise se situa no campo teórico das políticas públicas, mais especificamente na fase de implementação. Foram utilizadas as perspectivas *top-down* e *bottom-up*, para averiguar como o programa foi colocado em prática. Portanto, foi observado como foi montada a estrutura de gestão, os atores envolvidos, as decisões tomadas, e assim, aferir quais pontos deram certo e que deram errado na implementação do Programa Projovem em Goiânia. Por meio de pesquisa qualitativa pode-se observar segundo as entrevistas, que o problema da evasão está relacionado com a questão estrutural da sociedade, como a mobilidade urbana, a precarização do trabalho, a deficiência do sistema de saúde e a violência a que estão submetidos. A análise do processo de implementação do Projovem em Goiânia mostrou que os gestores responsáveis pela formulação desta política não conseguiram criar mecanismos que inibissem “velhos” problemas, enfrentados por outras modalidades de provisão de ensino para jovens e adultos, principalmente no turno noturno. Uma questão importante que merece destaque foi a transferência do Projovem Urbano para o Ministério da Educação, em 2012. A transferência não causou grandes mudanças no aspecto formal do Programa (projeto, regras), contudo, gerou controvérsias.

586



APONTAMENTOS DOS ESTUDOS FEMINISTAS SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES DA GERAÇÃO “NEM-NEM”.

Ismália Afonso da Silva (FLACSO-AR)
ismalia.afonso@gmail.com

Em 2012, existiam no Brasil 9,6 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos longe da educação e do mercado de trabalho formais, conforme informou a Síntese de Indicadores Sociais, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em dados coletados na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD). O grupo corresponde a 19,6% da população nessa faixa etária. Na análise sobre essa parcela da população, o Instituto fez recortes por idade, escolaridade e sexo. É esse último que traz as principais diferenças: as mulheres são 70,3% dos jovens nessa condição. Entre elas, 58,4% tinham, pelo menos, um filho. A proporção aumentou de acordo com a idade: era de 30,0% entre as que tinham de 15 a 17 anos; 51,6% na faixa de 18 a 24 anos; e 74,1% entre as de 25 a 29 anos de idade. Em relação à educação formal, em 2012, das jovens que tinham entre 15 e 17 anos de idade e não tinham filho, 88,1% estavam estudando. Das que tinham um filho ou mais, apenas 28,5% estudavam. Entre essas últimas, 68,7% não estudavam e nem haviam completado o ensino médio, o nível adequado de escolaridade no Brasil para essa faixa etária. Para as mulheres entre 18 e 24 anos, 40,9% das que não tinham filho ainda estudavam. Entre as mães, o índice cai quatro vezes – 10,0%. Outras 56,7% não estudavam e também não haviam completado o ensino médio. Os números sugerem relação consistente entre maternidade, abandono dos estudos e dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Nesse contexto, é possível destacar a potencialidade da categoria gênero para a análise do fenômeno descrito acima. Assim, este artigo se propõe a fazer uma aproximação dos estudos feministas com essa temática. Conforme Schwarz (2012), a transição da juventude para a vida adulta, segundo o paradigma hegemônico patriarcal heterossexista, dá-se, entre os homens, com a saída para o mundo público; entre as mulheres, ao contrário, isso ocorre a partir do começo de sua vida reprodutiva. Tal realidade, segundo a autora, tem sido questionada pela teoria feminista, pelos processos democratizadores, pelas transformações produzidas pelo mercado de trabalho e por muitas mulheres que entraram na vida adulta a partir da esfera laboral, da participação social e da educação formal. Por outro lado, como se pode notar pela atual situação das mulheres da geração “nem-nem”, as transformações ainda são incipientes. Dessa forma, o artigo a seguir irá utilizar as teorias feministas sobre educação, uso do tempo e trabalho para ampliar a compreensão das razões que colocam mais mulheres que homens longe do mundo do trabalho e da educação formal.

587



AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ENTRE HISTÓRIAS DE DESVALOR.

Carolina Rodrigues Alves de Souza (UFF)
carolinarodriguesalves@gmail.com

Teresa Cristina Othenio Cordeiro Carreteiro (UFF)
carreteiro.teresa@gmail.com

Este resumo desenvolve uma questão que compõe a investigação da tese de doutorado de uma das autoras. A hipótese de trabalho a ser apresentada parte da experiência profissional vivida pela pesquisadora enquanto desempenhou função de psicóloga em um serviço de execução de medidas socioeducativas em meio aberto em Aracaju, Sergipe. As medidas socioeducativas são medidas impostas coercitivamente a adolescentes que tenham cometido atos infracionais, equivalentes a contravenções penais ou crimes quando cometidos por adultos, e o trabalho esperado dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é o de que sejam efetuadas ações e inserções sociais que rompam com sua vida infracional, a partir da escuta e avaliação de cada jovem, o que com frequência acontece pela via da tentativa de profissionalização e de inserção no mercado de trabalho. Tomamos como referência autores tais quais Robert Castel (1998), com seu conceito de desfiliação social, desenvolvido em “As metamorfoses da Questão Social”, Donzelot (1986) em “A polícia das famílias” e seu debate a respeito do desenvolvimento histórico dos profissionais sociais, como também Carreteiro (2003), trazendo para a discussão, em artigo intitulado “Sofrimentos Sociais em Debate” e em tantos outros da sua extensa produção, sua compreensão a respeito da constituição subjetiva produzida pelo trabalho e da invisibilidade de alguns atores sociais. A partir dessas e de outras leituras, partimos do pressuposto de que os grupos encontrados nos CREAS, dentre os profissionais e usuários, parecem compartilhar entre si um sentimento de desvalor social, o que instauraria uma marca de identidade entre eles. A dificuldade, senão impossibilidade, de inserção laboral dos jovens – devido à defasagem escolar e a estigmas marcados desde o seu lugar social – coloca em questão o valor social e pessoal que se atribui a eles, também por eles mesmos. Ao mesmo tempo, deparamo-nos com os profissionais (psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais) cujo papel é o de aplicar tais medidas e proporcionar as garantias dos direitos fundamentais aos usuários do serviço, tarefa esta tão vilipendiada e desqualificada, especialmente em tempos de clamor pela redução da maioridade penal, e frequentemente posta em estrutura sucateada e politicamente relegada ao ostracismo. Tais pontos talvez possam nos indicar algo acerca do desvalor que porventura acometam estes últimos. O que pretendemos, afinal, é compreender que valores e afetos sustentam a relação entre os adolescentes e os trabalhadores sociais, investigando o valor que ambos se dão (a si mesmos, uns aos outros) e ao serviço executado, investigando, enfim, se há aí alguma consequência quanto a essas relações e os resultados buscados e de fato encontrados.

588



**O TRÁFICO DE DROGAS NO MUNDO DO TRABALHO:
UMA DISCUSSÃO JUNTO AOS ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE.**

Clara Camatta (UFRJ)
claracamatta@yahoo.com

Fernanda Bottari (UFRJ)
fefalobao@hotmail.com

Leandro Abreo (UFRJ)
leandroabreo.ufrj@gmail.com

Marcela Lopez (UFRJ)
marcelalmmachado@gmail.com

Hebe Gonçalves (UFRJ)
hebe@globo.com

Este trabalho surge a partir da atuação do Projeto Parcerias em uma unidade privativa de liberdade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE). O projeto vem realizando desde 2009 grupos de discussão, semanais, com adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida de internação. Esses jovens, em sua grande maioria negros e pobres, tornam-se vítimas de processos de criminalização da pobreza característicos de um Estado Mínimo e Penal ditados pelas regras neoliberais, no qual são reduzidos os investimentos em políticas públicas inclusivas ao mesmo tempo que aumentam as taxas de desemprego e emprego precário. Vivendo em uma sociedade onde o trabalho tem importância ontológica nas relações sociais, funcionando como elo de pertencimento, definidor de status social e garantia de direitos; e em uma sociedade de consumo que transforma vidas em mercadoria, segundo uma lógica do mercado onde a lei da oferta e da procura é deslocada para as relações sociais, tornando-se impossível forjar uma separação entre o sujeito e a sua força de trabalho, esses jovens pobres e negros que não conseguem inserção no mercado formal passam, assim, a não encontrar também, lugar na sociedade. Transformam-se em objetos descartáveis que perderam sua utilidade e ocupam zonas de vulnerabilidade social, uma massa de “excedentes” e “desfilados”. Sem perspectivas de vida, imersos numa sociedade onde a cultura da violência; o crescimento da pobreza; a baixa eficácia escolar como dispositivo de inclusão social; a necessidade do prazer imediato; a falta de oportunidades e recursos e o preconceito aliado à cultura do consumo, esses jovens são empurrados para o tráfico, engordando as estatísticas nas unidades de internação socioeducativas. No contato com o DEGASE ao longo dos seis anos de existência do projeto, temos observado um aumento crescente desses jovens “desnecessários” que são internados por vinculação ao tráfico de drogas. No encontro com tais adolescentes, percebemos a sua intensa e rígida filiação à cultura do tráfico, que opera um forte agenciamento, regulador de suas vidas, definindo seus horários, seus lugares, seus modos de ser, suas relações. É partindo dessa percepção que questionamos: seria o tráfico de drogas uma forma, ou tentativa, de inserção no mercado de trabalho? Funcionaria o tráfico de drogas como elo de pertencimento, definidor de status social? Enfim, é possível pensar o tráfico como trabalho? Para tratar essas perguntas, utilizaremos os diários de campo como recurso da pesquisa e tomaremos os adolescentes do DEGASE, em sua maioria, como pertencentes a esta classe de “desnecessários” para o mundo e o tráfico sendo o seu trabalho, como uma possibilidade de inserção na sociedade de consumidores seja por torná-los uma mercadoria vendável (para um “poder paralelo”), por poder consumir, seja pela possibilidade de retomada de alguns de seus laços de filiação social.



“INSERÇÃO E PERMANÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: UM DESAFIO PARA O FORTALECIMENTO DA JUVENTUDE”.

Fabíola Pimentel (CESAM/RJ)
fabipimentel.psi@gmail.com

Sheila Patrícia da Silva (CESAM/RJ)
sheila_ssilva18@hotmail.com

Este trabalho buscou através de uma pesquisa bibliográfica e da prática desenvolvida na área discutir as questões que envolvem a inserção, acompanhamento e permanência no mercado de trabalho dos jovens, contempla-se aqui a faixa etária de 15 a 24 anos. O perfil desse público consiste em adolescentes e jovens que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e desassistida de seus direitos. Para isso, procuramos traçar uma breve cartografia das mudanças nesse contexto de profissionalização juvenil, a luz do Estatuto da Criança e Adolescente e Lei da Aprendizagem -10.097/2000. A preocupação com o trabalho infanto-juvenil é uma questão antiga e contemporânea. Conforme a legislação vigente, um conjunto de medidas vem regulamentando as condições da inserção dos jovens no mundo do trabalho. Essas medidas asseguram o exercício da atividade produtiva em horário determinado, com a garantia da jornada de estudo e também seus direitos trabalhistas e previdenciárias. Sinalizamos, que tais regulamentações reforçam a inclusão dos jovens no mercado de trabalho em condições favoráveis, visando o desenvolvimento pessoal e profissional, possibilitando o acesso a oportunidades ao resgate de direitos, como também a construção da identidade enquanto trabalhador e o sentimento de pertença do espaço em qual habita. A bibliografia afirma que o trabalho é importante para o processo de formação do jovem, pois além de ampliar os rendimentos da família, favorece o desenvolvimento cognitivo e emocional nessa fase da vida, possibilitando a aquisição de novas habilidades como planejamento, organização, o desenvolvimento da autonomia, senso de autoridade e responsabilidade. Outros pesquisadores também apontam que a atividade laboral estimula a crescimento da capacidade de socialização entre adolescentes e jovens, ao lado da escola e família. As dificuldades que atravessam esses jovens no mercado de trabalho são: o histórico de vida; as expressões sociais como a violência e o tráfico de drogas, gestão do tempo e a falta de estímulo apesar da conjuntura social que está inserido e é nesse contexto que se configura o desafio da permanência desse jovem no Programa de Aprendizagem, por parte da entidade formadora. Assim, reflete-se sobre a necessidade da realização de um trabalho, que pense para além da qualificação formal, mas que fortaleça os vínculos familiares e comunitários, de forma integrada com a rede socioassistencial, empresa, família e escola, promovendo assim uma ação socioeducativa. Por fim, conclui-se que a existência de novas intervenções pautadas na criatividade e com um olhar humanizado se faz fundamental na formação dos jovens, para que seja possível despertar novos desejos e escolhas nesse processo formador, possibilitando que este se reconheça como autor da sua própria história.

590



O PRONATEC E A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE JOVENS.

Stella Alves Rocha da Silva (UNESA\ UCB)
stellauerj@gmail.com

As mudanças ocorridas na sociedade, oriundas principalmente da globalização da economia, vêm orientando um novo perfil de indivíduo, principalmente os jovens que passam a ter, entre outras atribuições, capacidade de adaptação a novas situações e espaços, predisposição a novas aprendizagens, comunicação com diferentes grupos. Tais atribuições exigidas dos indivíduos recaem principalmente em sua formação para atuar no mercado de trabalho. É fato que a formação acontece por diferentes sujeitos, mas os espaços escolares representam lugar privilegiado onde se agrupam conhecimento, aprendizagem e ensino. Defendemos que a juventude é um período de transição para a vida adulta ressaltando que são, estes os indivíduos mais afetados por qualquer transformação e mudança nas estruturas sociais, e é através deles que circulam os novos modos de vestuário, os vícios de linguagens e gírias, cortes de cabelos, entre outras características, neste sentido jovens são pessoas em desenvolvimento que, experienciam mudanças, processos de instabilidade ao longo de seus ciclos vitais, tanto individualmente como em grupo. A entrada no mercado de trabalho pelos jovens, acontece muitas vezes pela escolha de um curso técnico integrado ao ensino médio. No Brasil, a educação profissional historicamente era direcionada aos pobres e desvalidos a sorte, como proposto na criação das escolas de aprendizes e artífices; posteriormente na implementação das leis orgânicas do ensino secundário aprovadas na década de 40, resultaram em uma formação mecânica; na direção de profissionalização compulsória no ensino de segundo grau definida pela LDB nº 5.692/71 e suspensa em seguida; e não tem sido prioridade governamental. Nos últimos dez anos sofreu, principalmente com a desarticulação e rearticulação com o ensino médio. A retomada da integração com a educação básica, não surtiu o feito necessário e a fragmentação tornou-se evidente com o estabelecimento do Pronatec e a estrutura dos cursos ofertados, principalmente os cursos de formação inicial, continuada e os técnicos. Entendemos que a proposta do Pronatec tem sofrido críticas, desde a sua concepção até a sua implantação. Frigotto (2014) discute entre outras questões a falta de uma proposta de educação de qualidade para o ensino fundamental e médio e que um programa de capacitação e qualificação profissional de curta duração não irá reparar a ausência dos conteúdos que não foram ensinados na modalidade básica do ensino. Na mesma medida questiona as parcerias com redes privadas e as instituições nacionais de aprendizagem que atendem, atualmente, a maioria dos alunos oriundos deste programa. Dissociar a formação técnica da educação básica nas modalidades apresentadas pelo MEC contraria todas as reivindicações por uma formação que busque o pleno desenvolvimento do indivíduo. Repensar a educação profissional e técnica ofertada pelo programa de Pronatec, resgatando os debates sobre a formação uma e o direito dos trabalhadores se faz necessário para que possamos superar os desafios lançados por essa modalidade de ensino e auxiliar a formação de jovens. Consideramos oportuno dialogar com o papel de uma política pública que busca formar e capacitar jovens para o mercado de trabalho, mas que não promove o debate sobre a formação omnilateral destes.

591



**PROJETO E-JOVEM:
PROTAGONISMO JUVENIL A PARTIR DE PRÁTICAS SOCIAIS.**

Pedro Leonardo de Araújo Carvalho (UEVA)
pedro.leonardo@hotmail.com.br

Heráclio Antonio Bastos da Silva (UEVA)
heracliobastos@gmail.com

Na sociedade contemporânea, baseada no conhecimento, cada vez mais os jovens são pressionados a ingressar no mercado de trabalho mais cedo. Sabe-se, neste contexto, que a Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC tem sido um dos grandes vetores de mudanças na economia e na educação, contudo somente a formação em TIC tende a tornar o profissional com uma “visão tecnicista” a respeito da sua atuação na sociedade, o que não seria o bastante, pois a gestão da tecnologia da informação requer uma formação mais humana aliada ao conhecimento da área e da sociedade do conhecimento no qual estamos inseridos. No Estado do Ceará, através do projeto e-jovem, o Governo e a sociedade parecem desenvolver ações que buscam incentivar nos jovens uma formação técnica e humana, capaz de contribuir para o desenvolvimento local, partindo dos pressupostos de que uma pedagogia empreendedora, nesse contexto atual, tem que se adaptar a era da gestão do conhecimento, de mercados competitivos e de quebra de paradigmas educacionais, desenvolvendo novos processos e práticas educacionais que incorporem o protagonismo e o empreendedorismo juvenil, o impacto social e a qualificação profissional como princípios. Os cursos do projeto e-Jovem são desenvolvidos nos laboratórios das escolas credenciadas da rede pública estadual de ensino e as atividades sociais são produzidas pelos alunos nas comunidades locais em benefício destas, compondo assim uma ação de ensino e extensão integrado. Desta forma o projeto tem uma equipe de coordenação, supervisão, tutoria e de educadores, onde estes últimos são também jovens- universitários treinados para atuar no ensino de áreas relacionadas ao seu curso de graduação. Este estudo se propõe a observar e analisar ferramentas pedagógicas utilizadas no projeto e-Jovem a luz de autores e resultados percebíveis para o desenvolvimento do protagonismo e empreendedorismo juvenil. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, do tipo exploratório, utilizando pesquisa do tipo bibliográfica, documental e de campo, por meio de entrevistas e relatos de pessoas que vivenciaram a experiência. A partir dos modelos pedagógicos trabalhados no projeto e-jovem e o desenvolvimento de ações sociais nas comunidades foi possível perceber que suas práticas com ênfase no protagonismo juvenil possibilitou aos jovens uma mudança de paradigmas em relação a atuação deles na sociedade, os resultados podem ser citados através de diversos projeto sociais, planejados e criados pelos alunos do projeto, o que contribuiu para despertar nos mesmos a responsabilidade social e competências para a elaboração e gestão de projetos, trabalho em equipe, liderança e comunicação. Outro fator é o próprio interesse de alguns jovens que já participaram como educando em retornar ao projeto como educadores, além da elevação dos índices de inclusão digital no Estado do Ceará e a inserção dos destes no mundo do trabalho sendo, em média, mais 50% de alunos inseridos a cada ano.



**JOVENS ALUNAS/OS DO PRONATEC:
UM ESTUDO DE CASO DOS DILEMAS DOS ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO EM MEIO
AMBIENTE PACTUADO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE NÍVEL MÉDIO.**

Jairza Fernandes Rocha da Silva (PRONATEC\ COLTEC)
professorajairza@gmail.com

O presente trabalho foi elaborado a partir da experiência de 18 meses, atuando como docente em um curso técnico de meio ambiente do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) pactuado em uma escola federal de nível médio tradicional de Belo Horizonte (BH), Minas Gerais. A turma era composta por 87,7% de jovens, moradores de BH e demais municípios das cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os alunos/as ao ingressarem no curso tinham uma série de expectativas, sonhos, incertezas, medos, curiosidade. Agora ao chegarem à etapa final se depararam com tudo aquilo que o curso foi e não foi. Isso nos levou a inúmeras conversas sobre o assunto. E agora vou conseguir um estágio? E o mercado de trabalho? Eu estou realmente preparado/a? É possível dizer que eles se depararam com inúmeros desafios cotidianos. O contato com esta realidade me suscitou problematizar esta experiência. No sentido de entender melhor quem são estes jovens? O que desejam após o término do curso técnico? O que eles acharam de sua formação? Qual o seu perfil? A partir daí então decidi compreender melhor a realidade dos jovens alunos/as com os quais trabalho. Assim sendo, realizei um estudo de caso no qual utilizei como principal instrumento metodológico relatos obtidos dos próprios alunos/as, refletindo sobre suas experiências. Além disso, utilizei também da aplicação de um questionário de modo a mapear o perfil dos jovens estudantes do curso técnico de meio ambiente pactuado em uma instituição federal de nível médio. Foram aplicados trinta e cinco questionários aos alunos/as. De maneira geral, os resultados obtidos apontam que os jovens consideram a experiência obtida no curso técnico de meio ambiente satisfatória. Pois, verificou-se que o curso era visto como uma oportunidade a mais para a empregabilidade no mercado de trabalho. Neste sentido é possível dizer que o perfil dos jovens atendidos é em sua maioria trabalhadores. Além disso, muitos deles já possuíam experiência no mercado de trabalho formal. No entanto foi possível perceber que 60% são trabalhadores/as e deste total no momento 20% estavam desempregados. Outros ambicionavam reclassificação profissional para se inserir no mercado de trabalho. Assim sendo, pude perceber que o PRONATEC mesmo com todas as contradições seja no que se refere ao atraso no pagamento das bolsas auxílio transporte e lanche dos alunos/as, a falta de infraestrutura, a falta de uma coordenação pedagógica, etc. Ainda assim, os alunos/as reconheciam como uma experiência válida para as suas vidas. De fato, pude perceber ainda que um número significativo de alunos/as estava cursando o ensino técnico concomitante com o ensino superior. Por fim, o contato com a experiência desses jovens no curso técnico de meio ambiente como professora me fez refletir sobre as possibilidades, os limites e os desafios posto referente a política pública do PRONATEC voltada para a formação das juventudes.

593



POLÍTICAS PARA ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE, FORMAÇÃO CIDADÃ E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DO PROJovem URBANO – A EXPERIÊNCIA DE FORTALEZA-CEARÁ.

Emanoel Ferreira Medeiros (Prefeitura Municipal de Fortaleza)
emanoelfmedeiros@yahoo.com.br

Júlio Brizzi Neto (Prefeitura Municipal de Fortaleza)
brizzi.julio@gmail.com

Mabel Melo Sousa (Prefeitura Municipal de Horizonte\ CRP 11ª Região)
mabelsousa@yahoo.com.br

Este trabalho tem por objetivo apresentar resultados e experiências realizadas após a avaliação do Programa Projovem Urbano, que é uma das modalidades do Projovem Integrado, executado pelo Município de Fortaleza nos anos de 2013 e 2014. A Política Nacional de Juventude foi lançada em 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, que desenvolveram o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e ação Comunitária – Projovem. Com a experiência acumulada da execução do programa em 2007, foi criado um Grupo de Trabalho - GT Juventude, que teve representantes da Secretaria Geral da Presidência, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento. Tal GT culminou com a ampliação e diversificação do programa amplo e diversificado, lançando-se o Projovem Integrado, que possui por duas noções básicas: oportunidade para todos e direito universalmente assegurados. O Projovem Integrado tem quatro modalidades: Adolescente, Campo, Trabalhador e Urbano. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano – é destinado a jovens de 18 a 29 anos, que saibam ler e escrever e que não tenham concluído o Ensino Fundamental, tendo como finalidade a elevação da escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania. Os governos federal, estaduais, e municipais têm um grande desafio, que é a superação do desemprego juvenil através da geração de trabalho, emprego e renda, assim como Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e o terceiro setor, que ofertam diversos cursos de qualificação profissional e social. Foi realizada uma análise do programa de um modo geral, o papel dos entes que executam o programa e a realidade social dos jovens atendidos. Levando em consideração que, em Fortaleza-Ceará, o programa teve como executora a Coordenadoria Especial de Políticas de Juventude da Prefeitura de Fortaleza, gestora do programa, e operacionalizada pela Organização Social Instituto Cuca. Os arcos ocupacionais do programa foram as áreas de Alimentação, Turismo, Telemática, Construção e Reparo e Serviços Pessoais. Concluíram essa edição 2089 jovens, sendo certificados com o diploma cerca de 1100 alunos. Através do Projovem Urbano, o Município de Fortaleza oferta aos cidadãos uma excelente oportunidade de voltar à sala de aula e de qualificar-se para o mundo do trabalho. Contudo, com o passar dos anos de execução, ainda são encontrados alguns gargalos no programa, como a dificuldade de alinhamento nas ações entre as secretarias envolvidas, os conflitos de territórios, decorrentes do tráfico de drogas e a permanência em sala de aula e a inserção no mercado de trabalho.

594



APROXIMANDO-SE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE DE JOVENS PROFESSORES/AS DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (MG).

Álida Angélica Alves Leal (UFMG)
alidaufmg@gmail.com

Partindo da discussão do construto da juventude e de referências a estudos que analisaram a temática das condições de trabalho docente de professores iniciantes, enfatizando que os mesmos devem incorporar questões ainda não investigadas, esta pesquisa, referente a uma Tese de Doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG, busca analisar e compreender possíveis singularidades existentes na condição e exercício da docência de jovens professores. Em contextos relacionais marcados pela proximidade geracional entre jovens docentes e discentes, intentamos saber como se constituem modos de ser jovem professor/a em periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), em escolas de Ensino Médio da Rede Estadual de Educação. Uma pesquisa nestes moldes se justifica, de modo geral, pelos trânsitos feitos atualmente pela juventude para a vida adulta em uma sociedade marcada por riscos diversos, passando por campos de possibilidades que se ampliam para receber “apostas diante do futuro”. De modo específico, salienta-se que a profissão docente tem vivido uma crise sem precedentes (Souza, 2012). O baixo valor do diploma de professor, ligado aos bens econômicos (salário) e simbólicos (prestígio), assim como os altos índices de adoecimento e as situações de violências físicas e/ou simbólicas são problemas que urgem debates, indagações e pesquisas. Destaca-se, ainda, a baixa atratividade da carreira docente, que se expressa, por exemplo, na queda da concorrência nos cursos de licenciatura em várias Instituições de Ensino Superior no Brasil e no déficit de docentes no Ensino Médio em várias áreas de ensino, especialmente de ciências exatas. Nesta pesquisa, constatamos que tímidas têm sido as investigações no campo das Ciências Humanas nas quais a temática “jovens professores” assume centralidade, especialmente considerando a “juventude” como categoria de análise. Nestes estudos, a juventude parece ser “apenas uma palavra”, como provoca Bourdieu (1983), não sendo observado um esforço de desnaturalização, problematização e atribuição de significados outros à condição juvenil, como sugere a Sociologia da Juventude. Tendo isto em vista, trazemos para o debate, primeiramente, uma análise da composição demográfica da “força docente” que leciona para o Ensino Médio na Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir de dados do Censo Escolar 2013. Tal aspecto, conforme Siniscalco (20013), pode fornecer importantes *insights* sobre a situação da profissão, considerando que o segmento mais jovem, em especial, é o mais convocado para assumir tais postos de trabalho. A partir destes e de outros dados coletados ao longo da pesquisa, apresentamos análises baseadas em algumas indagações: como jovens professores estão vivendo suas juventudes, especialmente quando entrecortadas pela docência? Quais os significados da docência e das juventudes para jovens professores/as que convivem com juventudes outras, as discentes? O que é ser professor/a de jovens estando, também, na condição de jovem? E o que tudo isso significa para o/a professor/a em início de carreira? E se inaugurações da docência acontecem em periferias de grandes cidades brasileiras, locais onde, atualmente, leciona boa parte dos jovens docentes em nosso País? Em que medida a precarização do trabalho docente incide sobre as vivências da juventude destes sujeitos?



PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E AO EMPREGO (PRONATEC): INSERÇÃO DA JUVENTUDE NA PRECARIIDADE ATRAVÉS DO ENSINO TÉCNICO?

Iara Saraiva Martins (UFC)
saraiva.iara@yahoo.com.br

Esse estudo pretende verificar a especificidade de uma Política Educacional desenvolvida pelas gestões dos Partidos dos Trabalhadores e sua organização para a inserção da juventude no mundo do trabalho. Nessa direção, buscamos compreender como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) se configura atualmente como uma das principais políticas com subsídios do Governo Federal para a formação e inserção da juventude no mundo do trabalho. Pretendemos também, identificar os aspectos que apontam as transformações sócio históricas acarretadas pela reestruturação produtiva do capitalismo, caracterizar as atuais configurações do mundo do trabalho e quais as exigências para a formação do trabalhador. Gaudêncio Frigotto, em artigo à Le Monde Diplomatique de março de 2013, evidencia o tecnicismo na educação brasileira como uma legitimação de propostas educacionais de interesse da iniciativa privada de grupos de industriais, do agronegócio e do setor de serviços. O autor indica que as propostas de educação caminharam historicamente separando a formação geral da formação específica para o trabalho, através de concepções que “naturalizam a desigualdade social, postulando uma formação geral para os filhos da classe dominante e adestramento técnico para os filhos da classe trabalhadora” (2013, p.29). Apenas 9% dos jovens entre 18 e 24 anos entram no ensino superior. Esse percentual é ainda mais rebaixado quando se visualiza a entrada dos filhos da classe trabalhadora no ensino superior público. Nessa pesquisa pretendemos verificar a especificidade de uma política pública e educacional desenvolvida pelas gestões dos Partidos dos Trabalhadores e sua organização para resolução dos problemas políticos que afetam a juventude pobre. Nessa direção, buscaremos compreender como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) se configura atualmente como uma das principais políticas com subsídios do Governo Federal para a formação e inserção da juventude no precário mundo do trabalho. O referido programa foi criado em 2011 no âmbito do Governo Federal pela lei 11.513 e se estabelece pela parceria entre a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica e os Serviços Nacionais de Aprendizagem, sendo estas últimas, organizações mantidas pelas empresas e indústrias do país. O programa visa qualificar para o emprego jovens, trabalhadores e beneficiários de programas sociais. Os levantamentos bibliográficos e documentais para análise do PRONATEC foram os primeiros procedimentos que nos auxiliaram no desenvolvimento das questões de nossa pesquisa, que se caracteriza por ser de cunho qualitativo. Autores como Saviani (2010), Antunes (1995), Alves (2000), foram fundamentais para o desenvolvimento de nossas contribuições iniciais.

596



A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO LABORAL PARA INCLUSÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.

Laio Lopes (Instituto Tocando em Você)
laiolopes22@gmail.com

Apresentar propostas no âmbito do mercado de trabalho para pessoas em situação de deficiência requer ao proponente a condução de estratégias de inclusão que vão influenciar no ambiente que serão desenvolvidas as atividades laborais no espaço irrestrito do trabalho junto à problematização do debate da organização corporativa com todas as pessoas envolvidas em questão. Para ampliarmos a nossa discussão é necessário compreendermos que a inserção no mercado de trabalho, no campo da deficiência ou não, é um grande desafio que engloba fatores econômicos, sociais e culturais que estão emersos em lutas trabalhistas que vão retratar os conflitos políticos orquestrados pelo grande capital. Por ainda existir um claro desencontro do mercado de trabalho com o espaço escolar, principalmente no tocante pedagógico na articulação dos conhecimentos desenvolvidos nas duas esferas e na contribuição da cada ambiente para a união do pleno desenvolvimento humano, nos leva a refletir que a inserção do segmento em situação de deficiência, em muitas das vezes pelo olhar seletivo do empregador como improdutivo, torna-se bastante árdua a missão, principalmente na proposta educacional de compartilhar informações tão reclusas nas próprias escolas e de valor imprescindível, expondo uma dificuldade incontestável da necessidade de avanços na forma que estão sendo regida a inclusão deste público alvo. As incertezas pertinentes às escolhas dos jovens na transição para a vida adulta possui na sua trama, uma intrincada relação dos conflitos internos e externos que qualquer jovem convive na sua trajetória de vida. Essas complexas experiências de vida engrandecem com as indecisões, inquietudes ou falta de oportunidades para a escolha profissional e na definição dos seus papéis sociais. No tópico preparação para a vida adulta, a declaração de Salamanca Unesco (1994), promove uma reflexão especial na formulação de programas de profissionalização dos estudantes com necessidades especiais. Para responder a esses anseios que movem o ingresso ao mercado de trabalho, as escolas despreocupam-se em articular as informações da vida escolar do aluno para fornecimento de dados e referências que favoreçam o empregador na sua seleção. Uma nova proposta para se desenvolver o currículo laboral, consiste em possibilitar uma condição esperançosa para o currículo escolar, apresentando em suas avaliações, critérios de desempenho que propiciem aos alunos que estiverem sendo observados pelo professor e os demais recursos humanos da comunidade escolar, informando as potencialidades desenvolvidas pelo aluno no espaço escolar em comunhão com a contribuição da família e a comunidade. A integração do espaço laboral com o espaço escolar proporcionará experiências únicas no desenvolvimento do aluno. O currículo laboral terá essas informações das tarefas que serão realizadas no ambiente de trabalho, história da empresa, localização geográfica e trajeto que será percorrido pelo empregado obtido por visitas prévias desses agentes socioeducativos. Assim os conteúdos disciplinares serão norteados por competências articuladas com a funcionalidade do trabalho com os desejos da juventude. Com essa nova proposta, estamos possibilitando a contribuição do currículo funcional com o currículo laboral na produção final do ciclo de um currículo inclusivo.

597



SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICA PÚBLICA E JUVENTUDE NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA: TECENDO OS SENTIDOS DO TRABALHO.

Rita Emília Alves da Silva (PUC-Rio/ FAB)
as.rita@yahoo.com.br

Lilian Angélica da Silva Souza (UERJ/ FAB)
lilianpuc_rio@yahoo.com.br

Este trabalho analisa as ações de atenção à juventude realizadas pelos Núcleos de Serviço Social (NUSESO) e Setores de Serviço Social das Organizações Militares do Comando da Aeronáutica (COMAER). Dentre os seus objetivos, o Plano de Assistência Social do COMAER prevê ações sociais integradas, tendo como horizonte a proteção social e efetivação de políticas sociais destinadas aos soldados da FAB, contribuindo para a capacitação profissional e melhoria das condições de vida destes. Os soldados, que se encontram na faixa de 50,5 milhões de brasileiros e possuem entre 18 a 29 anos, representam um quarto da população do país, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta população é a mais jovem do universo da Força Aérea e, atualmente, o seu vínculo à instituição militar, não se caracteriza apenas em razão do alistamento compulsório, mas, sobretudo, pelas dificuldades da sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Ao considerar que a maior parte dos soldados brasileiros tem origem da classe social menos favorecida economicamente, somam-se inúmeras questões sociais que se impõem ao jovem, como os diversos tipos de violência a quais são submetidos; fragilidade da estrutura familiar; escassez de recursos comunitários; baixa frequência e/ou evasão escolar; inexistência de efetivas políticas públicas voltadas para este público, favorecendo o acesso às drogas e o aliciamento pelo crime organizado. Assim, entendendo o processo de trabalho como a apropriação e transformação da natureza pelo homem, a fim de satisfazer necessidades humanas, e que ao fazê-la, ele provoca mudanças em seu meio e em si próprio, temos o trabalho como instrumento de autocriação humana. Nesta perspectiva, o Serviço Social da FAB, vem realizando sua intervenção voltada para este público, no interior das organizações militares, por meio de duas frentes principais. A primeira delas se baseia no projeto, em vigor desde 2008, denominado Acolhimento aos Recrutas, que tem como objetivo prestar orientações em grupo sobre a vida militar, bem como outras questões relevantes fora dos muros do quartel. Outra estratégia de atuação tem como foco a população jovem que deixa as fileiras da Força. Para estes, é prestada orientação profissional e encaminhamento para redes de parceria, públicas e privadas, visando o reingresso do jovem no mercado de trabalho. Os resultados deste trabalho têm repercutido diretamente na política de Assistência Social da FAB, ao redimensionar suas práticas, tendo em vista uma dinâmica e complexa realidade apresentada por estes sujeitos. De outro lado, tem contribuído para a ampliação do horizonte dos jovens acerca dos sentidos do trabalho em seu cotidiano de vida.



VI Simpósio Internacional
Sobre a Juventude Brasileira
OS JOVENS E SEUS OUTROS

GT 16 - Juventudes e cultura.

Coordenador: [Marcelo Tadeu Baumann Burgos](#) (PUC-Rio)

599



UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO IPJ: O CASO DO CURSO VIRTUAL DE INTRODUÇÃO À POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE.

José Anierivson Souza dos Santos (UFRPE/Fundaj)
anierivson@gmail.com

Hugo Monteiro Ferreira (UFRPE/Fundaj)
hmonteiroferreira@yahoo.com.br

Este artigo apresenta um excerto da pesquisa de mestrado intitulada “Trans (id) entidades Juvenis: práticas educativas do Instituto de Protagonismo Juvenil em Surubim/PE”. Esta pesquisa faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco e tem por objetivo investigar se o curso virtual de Introdução à Política Pública de Juventude, oferecido pelo Instituto de Protagonismo Juvenil, possui uma abordagem transdisciplinar em sua proposta metodológica. Neste artigo discutiremos que através da prática transdisciplinar do curso em tela é possível perceber a conexão entre os saberes, a cultura, os sujeitos e seus distintos níveis de realidade. A compreensão de que uma prática pedagógica seja capaz de interconectar distintos elementos que são construtores de identidades múltiplas não é possível ser dada na lógica da ciência clássica, onde o sujeito e também a ciência são percebidos de forma isolada e fragmentada. Dessa forma, é de fundamental importância pensar que o papel das disciplinas seja o de conseguir dialogar entre si e com as outras dimensões do sujeito. Afinal, o ser humano e sua construção do saber, não são caixas isoladas ou partes fragmentadas de uma máquina. Será, a partir da articulação entre conteúdo, diálogo, intuição, reflexão e afetividade que vislumbramos uma proposta metodológica transdisciplinar no curso em tela, qual seja capaz de perceber que o processo educacional não está desvinculado das experiências diárias dos (as) cidadãos (ãs), pelo contrário, estes estão extremamente interconectados e dialogando entre si, constantemente. Para alcançar nosso objetivo, fizemos uso de um questionário online que fora respondido por uma amostra dos (as) alunos (as) aprovados (as) nas sete turmas deste curso que aconteceu entre os anos de 2011 e 2014 e que aprovou um total de 24 cursistas em todo o Brasil. A referida amostra foi composta por nove respondentes, entre homens e mulheres, jovens e adultos entre 20 e 33 anos de idade e que optaram, de forma voluntária, em participar do estudo. O questionário foi distribuído online, através do e-mail pessoal de cada um (a). Como principais aportes teóricos desta pesquisa trazemos o Nicolescu (1999) por onde discutiremos transdisciplinaridade, Morin (2013) a respeito da complexidade, Zabala (1998) e Sacristán & Gómez (1998) sobre práticas educativas. O que este estudo aponta como conclusões é a importância da compreensão dos sujeitos jovens enquanto seres *complexus*, interligados em diferentes conexões, operando todas de forma simultânea e tornando esses conteúdos tanto produtores como produtos do próprio processo de formação. Essa concepção só é possível devido ao caráter transdisciplinar na proposta metodológica do curso em questão.

600



PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE: A EXPERIÊNCIA DA REDE CUCA.

Luisa Cella de Arruda Coelho (Instituto Cuca)
luisa.cella@institutocuca.org.br

Lara Fernandes Vieira (Instituto Cuca)
lara.vieira@institutocuca.org.br

A Rede Cuca – Cultura, Arte, Esporte e Ciência compõe um conjunto integrado de Políticas Públicas de Juventude do Município de Fortaleza. É um equipamento estratégico direcionado para a Juventude que articula uma série de programas e ações de formação, qualificação e inserção no mundo do trabalho, aliados a fruição, difusão e expressão cultural das diversas linguagens artísticas e culturais produzidas pelos jovens de Fortaleza. Sua missão é contribuir para reverter o quadro de exclusão social que atinge o segmento juvenil, promovendo experiências e vivências construtivas que possuem como fundamento a valorização da vida e a garantia de direitos através da articulação de um conjunto de Políticas e Programas centrados no desenvolvimento integral e saudável dos jovens com estratégias de promoção da inclusão social, econômica e cultural. Em Fortaleza, a Rede CUCA atua em áreas com maior população jovem em situação de risco e vitimizada por várias formas de violação, o propósito é fortalecer uma rede de proteção social para a juventude capaz de promover o desenvolvimento integral e saudável dos jovens. Por entendimento que ainda persistem vários obstáculos no caminho para a efetivação dos direitos de adolescentes e jovens, foi criada a Diretoria de Promoção de Direitos Humanos (DPDH) da Rede Cuca, composta pelas equipes de Participação Juvenil, Comunicação Popular, Promoção da Saúde e Economia Criativa. As equipes possuem uma atuação de base comunitária e desenvolvem uma série de atividades de cunho formativo, de inserção produtiva e estratégias de acompanhamento e cuidado com a juventude, como: seminários, fóruns de participação, oficinas, rodas de conversa, grupos terapêuticos, criação de redes produtivas e estratégias de inserção no mundo do trabalho. A ressignificação do processo de criminalização da juventude e o extermínio deste segmento populacional se apresenta, atualmente, como um dos grandes desafios para reverter o quadro de exclusão e violência ao qual este público está exposto, neste sentido contamos também com um trabalho estratégico de Mediação de Conflitos que busca construir pontes de comunicação capazes de gerar vínculos com uma população estigmatizada e marcada historicamente pela invisibilidade social. As linhas de atuação da DPDH: atuar de forma transversal com as diversas ações desenvolvidas no equipamento fomentando com os jovens uma cultura de respeito e valorização das diferenças pautando discussões fundamentais como as questões de raça, gênero e liberdade sexual e promovendo a construção de uma nova forma de sociabilidade através da ocupação dos espaços públicos propiciando o convívio afetivo entre as várias juventudes; outra frente das ações da diretoria é criar estratégias de busca ativa e vinculação de grupos que não acessam as programações do CUCA em decorrência da existência de barreiras geográficas, simbólicas e sociais produzidas pelos altos níveis de vulnerabilidade e pela complexidade do contexto social em que estão inseridos. Estas são estratégias importantes para qualificação das relações sociais dos jovens, na medida em que se mostram prazerosas, capazes de gerar identidade grupal, que, em muitos casos, encontram-se expostas a um ambiente familiar e comunitário no qual, dentre outras vulnerabilidades, figura a violação de direitos fundamentais.

601



GRUPO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: ESBOÇO DE UMA PROPOSTA.

Rafael Reis da Luz (UERJ/Prefeitura Municipal de Guapimirim)
rafaelreisdaluz@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir o Projeto “Grupo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa”, elaborado no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), do município de Guapimirim, Rio de Janeiro. A elaboração da proposta teve como fundamento a necessidade de se pensarem propostas que pudessem inovar, efetivar e consolidar o socioeducação, recuperação e reinserção de adolescentes infratores, cumprindo as determinações das legislações e políticas voltadas para essa população, no âmbito da Assistência Social. A política de Assistência Social incorporou em suas ações, no âmbito dos CREAS, o atendimento e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e de Liberdade Assistida (LA). O CREAS, enquanto equipamento de média complexidade, cuja responsabilidade consiste em atender, acompanhar e encaminhar os casos envolvendo violências e violações de direitos, é a unidade pública estatal de referência para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, conforme estabelecido pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Deve, portanto, criar condições para a recuperação e reinserção social desses adolescentes, através do acompanhamento de suas famílias, do desenvolvimento de atividades específicas e/ou da articulação intersetorial. A proposta de criação de grupos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no interior do CREAS atende, ainda que de maneira complementar, a esse objetivo. O objetivo geral do referido projeto é utilizar o dispositivo grupo como estratégia auxiliar na atenção socioassistencial e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Referência da Assistência Social (CREAS) do município de Guapimirim. Dentre os objetivos específicos, encontra-se a necessidade de fortalecer a reinserção e a convivência familiar e comunitária, o estímulo ao diálogo e à expressão corporal e discursiva, o auxílio na criação de condições para (re) construção de projetos de vida e de autonomias, entre outros. No tocante à metodologia, a proposta assume caráter interdisciplinar, devendo conter um (a) psicólogo (a) e um (a) assistente social durante sua condução e finalização. Adotando como referencial a prática dos grupos operativos e trabalhando com temas variados (transversais e paralelos), o trabalho estabelece um mínimo de três momentos de caracterização do grupo, que se darão ao longo dos encontros: o primeiro, de apresentação e estabelecimento de um contrato/acordo com os adolescentes; o segundo, de formação grupal propriamente dita, com o aumento e fortalecimento da sociabilidade e dos vínculos internos; e o terceiro momento, no qual poderão ser propostas atividades para além do espaço do CREAS, em articulação com a realidade local dos adolescentes e com políticas públicas de outros setores, como cultura, educação e saúde. Ressalta-se que a operacionalização das medidas socioeducativas devem se referenciar numa ação educativa, embasada na concepção de que o adolescente é sujeito de direitos e pessoa em situação peculiar de desenvolvimento e que necessita de referência, apoio e segurança, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Desse modo, o projeto de grupo com adolescentes visa desenvolver atividades cuja perspectiva seja pedagógica, com vistas à reinserção social, e não punitiva ou prescritiva.



**JUVENTUDES ESCOLARES:
A DIVERSIDADE DE PERCEPÇÕES SOBRE A AUTORIDADE DOCENTE EM UMA ESCOLA PÚBLICA
DE ENSINO MÉDIO CONTEMPORÂNEA.**

Adriana Dias de Oliveira (PUC/SP)
drica_dias@hotmail.com

Este trabalho pretende, a partir do estudo de caso de uma escola pública de ensino médio na cidade de São Paulo, refletir sobre as múltiplas concepções que a autoridade docente é compreendida pela juventude escolar contemporânea, sendo a autoridade concebida como a referência simbólica fundamental para que o processo educativo se concretiza. Neste sentido, ancorou-se principalmente em Hannah Arendt, mas também na Psicologia e Filosofia, de forma a obter um olhar interdisciplinar sobre o fenômeno. Arendt (2000) alerta para o fato da autoridade ter diferentes concepções ao longo do tempo e do espaço na qual foi empregada, ora tomando contorno explícitos e bem delimitados, ora sendo permeada por manifestações indiretas e sutis, refletindo no seu significado no campo educativo, bem como seus vestígios na atualidade. Mas se a autoridade já foi pronunciada no passado e provavelmente será no futuro, nas sociedades contemporâneas ocidentais, especificamente na sociedade brasileira, seu significado é ambíguo, ora reconhecida como necessária para a manutenção da ordem social, ora desconfiada justamente pelo mesmo motivo e suas submersas pretensões. Desde logo, consideramos junto com Arendt (2000) a definição de autoridade de difícil feito, no entanto, necessária para compreendermos a sua utilidade e suas implicações na época em que vivemos. Diz-nos a autora, no texto “Que é autoridade? ”, que “Tanto prática como teoricamente, não estamos mais em posição de saber o que a autoridade realmente é”, uma vez que o seu enunciado tomou contornos históricos diferenciados e hoje nada claros, mas que precisam ser analisados (ARENDR, 2000, p. 128). Todavia, podemos afirmar, que na educação, trata-se de um lugar privilegiado que exige respeito e confiança recíproca, em um fazer-se obedecer consentido, no qual a autoridade representa a garantia do cumprimento das regras do grupo e da preservação do bem comum (GUILLLOT, 2008). Desta forma, investigar as diversas concepções que a juventude escolar confere à autoridade docente nos remete ao questionamento de como se têm configurado o encontro e o desencontro entre alunos e professores, bem como o lugar ocupado pela escola na transmissão do conhecimento e a socialização dos alunos, assim como a atuação dos sujeitos da cena escolar diante dos desafios cotidianos. Por fim, analisamos os resultados de uma pesquisa empírica realizada em uma escola pública paulistana, por meio de observações participativas e questionários semiestruturados, demonstrando que há diferentes formas de compreensão e convívio dos jovens com a autoridade docente e, a conclusão deste trabalho é apenas uma delas, na qual busca-se encontrar pistas que auxiliem a elucidar a complexidade da realidade escolar brasileira contemporânea.

603



UMA ESCOLA INOVADORA E EFICAZ.

Marta Moraes Bitencourt (SESI/RS)
marta.bitencourt@sesirs.org.br

Danielle Schio Rockenbach (SESI/RS)
danielle.rockenbach@sesirs.org.br

Monica Bertoni dos Santos (PUC/RS)
mbertoni@gmail.com

Sonia Elizabeth Bier (SESI/RS)
sonia.bier@sesirs.org.br

O presente artigo aborda a proposta pedagógica da Escola SESI de Ensino Médio, instituição mantida pela Gerência de Educação do Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul. O curso de Ensino Médio, iniciado em 2014, caracteriza-se pela inovação no currículo, na metodologia e na avaliação. A construção da proposta tem a preocupação de fazer uma escola para os jovens, entendidos como sujeitos sociais. O curso é pautado no mundo do trabalho e na excelência acadêmica, utilizando-se da interdisciplinaridade, intradisciplinaridade e do empreendedorismo como forma de abordar as temáticas de estudo. Os estudantes frequentam a Escola em turno estendido, totalizando uma carga horária de quase cinco mil horas, distribuídas entre a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada. O texto apresenta o conjunto de práticas advindas desta experiência diferenciada e significativa, tais como: projetos, dupla e multidocência, formação continuada de professores, salas ambiente, uso de tecnologias, professor *coach*, passaporte do empreendedorismo, parceria com pais e o lugar das culturas juvenis no currículo. O trabalho que se apresenta aqui é um olhar sobre uma experiência curricular escolar diferenciada, ousada e significativa. O objeto de estudo é a Escola SESI de Ensino Médio Regular, instituição educacional criada pela Gerência de Educação do SESI no ano de 2013 e que deu início às suas atividades em março de 2014. As práticas escolares instigadas por esse currículo estão sedimentando uma escola inovadora em sua metodologia e eficaz na proposta de desenvolvimento integral do educando. Ricamente tecidas no diálogo entre as necessidades de mercado e o cuidado com um aprendizado que estimula no educando um projeto de vida para e no universo do trabalho, o currículo da Escola SESI visa desenvolver a excelência acadêmica voltada para o mundo do trabalho. Para apresentar essa Escola, o artigo percorrerá a linha do histórico de criação da mesma, o desenho do currículo, os princípios, a infraestrutura projetada, o uso das tecnologias, a formação continuada de professores, a metodologia, a avaliação. Por fim, uma vez pontuados os impactos que essa recente experiência já apresenta, a conclusão considera a ampliação das possibilidades que esse modelo tem desafiado. O Projeto Político Pedagógicos da Escola SESI preocupou-se em desenhar princípios didático-metodológicos em diversas instâncias. Os princípios gerais são: aprender a ser, aprender a aprender, aprender a conviver e aprender a fazer. Como princípios da Escola, foram pontuados: a inovação, o empreendedorismo, a sustentabilidade, o diálogo, a responsabilidade social, a excelência acadêmica e a tecnologia. Os princípios curriculares são: interdisciplinaridade, contextualização, trabalho coletivo, a competência com conteúdo. Por fim, os princípios didáticos: respeitam níveis de complexidade (descobrir e significar; criar; inovar); têm um caráter transversal nos Modos de Fazer e Pensar (as culturas juvenis; os Projetos de vida e trabalho; o Patrimônio Cultural e Integrado; as construções criativas e construções contemporâneas); consideram os conceitos estruturantes das áreas de saber.



A DISTÂNCIA ENTRE OS SIGNIFICADOS E OS SENTIDOS DO TRABALHO ATRIBUÍDOS PELOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.

Aline Pacheco Silva (CEFET/MG)
aline.pachecosilva@gmail.com

Simone Alípio (Instituto Edinalva Borges)
simonepsicol@hotmail.com

Este trabalho procura discutir os significados “legais” da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade e os sentidos construídos pelos adolescentes em cumprimento desta. Percebe-se que existe uma lacuna entre a concepção de trabalho socioeducativo enfatizado pelos documentos legais e a experiência vivenciada por esses adolescentes. Os conceitos de “significado” e “sentido” foram tomados da teoria de Vygotsky. A escolha dessa perspectiva teórica se justifica, também, pela compreensão da adolescência como vivência de um sujeito inserido em um contexto histórico, não como fenômeno universal, mas como construção marcada pelos aspectos cultural, econômico e político, nos quais os sujeitos são constituídos. O adolescente é tomado como sujeito ativo e parte de seu contexto, capaz de afetá-lo e transformá-lo. Portanto, o “ato infracional” pode ser compreendido como produzido em certo contexto histórico e institucional. Através de uma análise documental dos textos legais e ordenamentos técnicos, observa-se o tratamento do caráter educativo e também do punitivo da medida de PSC, vista como uma forma de reparar o dano causado pelo adolescente. Para entendermos o significado do trabalho para os adolescentes em cumprimento de PSC, utilizou-se as contribuições da clínica da atividade de Yves Clot, por defender a função psicológica que o trabalho possui e a manutenção de sua centralidade na sociedade contemporânea. Para esse autor, a subjetividade é construída na materialidade. A partir de entrevistas individuais com adolescentes e técnicos que acompanham as medidas notou-se por um lado o aspecto educativo enfatizado pelos operadores da medida e, por outro, o punitivo ressaltado pelos adolescentes. As normativas acerca da medida de PSC consideram o trabalho significativo, enquanto atividade socioeducativa que contemple ou favoreça o desenvolvimento de competências e habilidades do adolescente, com vista à promoção pessoal e social; algo positivo, que contribui para o desenvolvimento das potencialidades e para a possibilidade de emancipação, para que o adolescente possa se colocar no mundo como sujeito de escolhas e direitos. Porém, na realidade dos adolescentes, o que se pode perceber é um sentido para o trabalho na medida de PSC que foca no cumprimento de uma pena, ou “livramento” de um castigo maior, ou mesmo “fazer papel de bobó, trabalhando de graça”. Nesta perspectiva, o trabalho imposto pela medida é tomado como negativo, ou seja, aquele que não mobiliza o sujeito, deixando-o submetido a um processo que o aliena e impossibilita que ele produza e se sinta útil e valorizado pelo que faz. O trabalho positivo, por sua vez, é atrelado à concepção de labor ao promover que o sujeito, ao agir sobre a natureza, transforma o mundo e a si mesmo. Em alguns casos, os adolescentes em cumprimento da medida podem até se sentir valorizados, mais pela relação que estabelece com o técnico ou educador de referência do que a atividade em si. Conclui-se, portanto, que existem lacunas entre o significado do trabalho ou serviço prescrito nos documentos legais que regulam a medida de PSC e o sentido que os adolescentes constroem para as atividades executadas na medida de PSC.

605



**TRAJETÓRIAS ZIGUEZAGUEANTES:
JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA PROJovem URBANO DE JUIZ DE FORA.**

Márcia Aparecida Batista Ferreira (UFJF)
marcia2012bf@gmail.com

Este trabalho é fruto da pesquisa do doutorado que teve como objetivo conhecer quem é o jovem que conclui o Projovem Urbano de Juiz de Fora, quais são as suas percepções sobre o Programa e suas perspectivas futuras em relação a sua vida laboral e acadêmica e verificar se o Programa contribui, segundo os próprios jovens, para alterar sua trajetória escolar e profissional. Adotamos a concepção de juventude compreendida pelos autores Pais, Abramo, Dayrell e Novaes de que não existe uma única forma de ser jovem, abarcando também as diferenças de sexo, raça, lugar/endereço, classe social, que nos fazem perceber as diferentes juventudes. Nesse sentido, o termo aparece no plural para ressaltar a diversidade de maneiras de ser jovem. Utilizamos como referencial teórico, trabalhos do autor brasileiro Martins e dos franceses Bourdieu e Lahire. A opção teórico/metodológica adotada nesta pesquisa norteou-se nos pressupostos da Investigação Quantitativa e Qualitativa. A etapa inicial dessa pesquisa constituiu-se de uma análise documental sobre os documentos oficiais do Projovem Urbano. Em um segundo momento, utilizamos um questionário com questões fechadas, aplicado aos jovens que ingressaram no programa no ano de 2012 e o concluíram em 2013. A partir dele, selecionamos sete sujeitos para a entrevista semiestruturada. Entrevistamos, também, o corpo executivo e educadores do Projovem Urbano de Juiz de Fora com o propósito de responder à questão central desse trabalho. A análise do questionário e das entrevistas mostrou que o programa permitiu aos jovens retomar a sua escolaridade e completar o ensino fundamental. Possibilita que o jovem possa pensar seus projetos de futuro, estimulando-o a prosseguir no ensino médio. No entanto, apenas um pequeno grupo consegue chegar até o fim do Programa, visto que a evasão é muito grande. É possível dizer também, que as condições oferecidas pelo Programa não são suficientes para possibilitar a um maior número de jovens superar as limitações sociais e econômicas do contexto em que vivem. A pesquisa mostrou que a trajetória laboral dos jovens egressos é “ziguezagueada”, permanecendo pouco tempo nas atividades exercidas. Esta inserção é caracterizada pela precarização e pela baixa qualificação profissional, sendo que a formação oferecida pelo Projovem não lhes garante uma melhor colocação no mercado de trabalho. O estudo mostrou, também, que a concretização de uma política proposta pelo governo Federal para ser executada pelos municípios, apresenta dificuldades no âmbito administrativo e reflete as consequências das mudanças governamentais. A expectativa é que esse trabalho possa contribuir com os estudos sobre juventude e políticas públicas.

606



CARTOGRAFIAS DA JUVENTUDE POBRE PELOS CIRCUITOS CULTURAIS URBANOS.

Beatriz Akemi Takeiti (UFRJ)
biatakeiti@gmail.com

Monica Villaça Gonçalves (UFRJ)
movillaca@hotmail.com

Introdução: Setores da juventude pobre, que habitam as periferias dos grandes centros urbanos, têm sofrido constantemente as consequências das transformações econômicas, políticas e sociais. Ainda persistem discursos e práticas em relação à juventude pobre que desconsideram as condições sociais específicas que as forjam. É preciso pensar a juventude a partir de outras lógicas que a tencionam e a reconfiguram, circunscrevendo-a em um determinado tempo e numa dada cultura, em que seu entendimento reflete um campo de lutas tanto teóricas quanto políticas e econômicas (Novaes, 2006). Uma pista que nos parece interessante pensar é a partir das culturas juvenis como modos de resistência/existência, como produção de vida em que estes jovens produzem e investem nas potencialidades criativas do político, na defesa de um lugar performático de ser, se inventar e fazer acontecer na periferia e nos espaços institucionais possíveis. Objetivo: Refletir como as ações performáticas ou estético-políticas, empreendidas pela juventude pobre, pode tangenciar produções de vida na periferia e nos contextos institucionais. Metodologia: Utilizamos de experimentações etnográficas e intervenções de arte/cultura com coletivos juvenis em dois contextos diversificados – um grupo de jovens da periferia da zona norte da cidade de São Paulo, denominado Cinescadão e outro grupo de adolescentes, em conflito com a lei, em instituição de privação de liberdade no Rio de Janeiro. Resultados: Em São Paulo, a experimentação etnográfica se deu através do acompanhamento-intervenção no Cinescadão, coletivo juvenil que promove arte/cultura na/para a periferia. As intervenções urbanas culturais estão pautadas por atividades musicais, artes plásticas de rua, fotografia, produção, difusão e exibição audiovisual popular. Geralmente ocorrem em espaços públicos da rua, em um beco, lugar de passagem e trânsito das pessoas na favela do Jardim Peri. No Rio de Janeiro a experiência-intervenção aconteceu no contexto de uma situação de privação de liberdade, com jovens cumprido medida socioeducativa de internação. O trabalho envolveu atividades relacionadas ao teatro, tanto na perspectiva de ator-produtor quanto na de espectador. Nesse contexto, mesmo com as limitações do espaço institucional, foi possível uma articulação com espaços formais de culturas, como o Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Considerações Finais: Uma das perspectivas para refletirmos sobre as juventudes e as violências é em direção aos efeitos destas violências, seus efeitos de subjetivação no bojo dos movimentos sociais nos quais os jovens se engajam, principalmente naqueles desenvolvidos no campo da arte/cultura. Dessas duas experiências observamos que, ao promover o acesso aos espaços de produção de cultura garantindo o direito à cidadania cultural, estes jovens puderam construir uma nova identidade, saindo do circuito de perpetuação do estigma de ser jovem, pobre e violento, passando ao jovem protagonista, criativo e com possibilidades de escolhas para sua circulação pelos territórios geográficos e existenciais, criando assim novas potências de vidas.

607



OFICINAS “DE JOVEM PARA JOVEM DISCUTINDO SAÚDE, JUVENTUDES E DIREITOS HUMANOS”.

Carmen Raymundo (UERJ)
carmen_social@yahoo.com.br

Jussara Veiga (UERJ)
jussara_veiga@yahoo.com.br

Fernanda Graneiro (UERJ)
fernandagraneiro@gmail.com

Agnaldo Pinto da Silva (UERJ)
agnaldopintodasilva@yahoo.com.br

Felipe Fortes (UERJ)
felipemfortes@gmail.com

Flavia Marinho (UERJ)
flaviamarinhoduarte@gmail.com

Jaciana Melquiades (UERJ)
jaciana@me.com

Kamile Sete Vieira (UERJ)
kamille.sete@gmail.com

Vanessa Toledo (UERJ)
vsantostoledo@ig.com.br

Ludmila Fagundes (UERJ)
ludyc.f@hotmail.com

Sara Nascimento (UERJ)
saranascimento75@yahoo.com

INTRODUÇÃO: Apresentamos neste relato a proposta das oficinas de saúde “DE JOVEM PARA JOVEM: DISCUTINDO JUVENTUDES, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS”, direcionadas a adolescentes e jovens moradores de territórios de favelas e inseridos no Programa Caminho Melhor Jovem, da Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude, no contexto do Projeto NESA/UERJ no Caminho Melhor Jovem”. JUSTIFICATIVA: As ações elaboradas pela Universidade, com vistas à atenção integral à saúde voltada para adolescentes e jovens compreendem o fomento a participação juvenil no planejamento das práticas institucionais direcionadas para a promoção de saúde da juventude de seus territórios. Isto porque, em grande parte das instituições voltadas para o público juvenil ainda persiste o desconhecimento de como vivem e elaboram suas experiências; formas de sociabilidade e atuação; assim como dos processos concretos de produção da vida social e cultural juvenil. Conforme salienta Marilena Chauí, “Os sujeitos sociais nunca são dados, são postos por práticas sociais determinadas, por formas da sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe social, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o



espaço, com o possível e o impossível, com o necessário contingente”. As intervenções realizadas com o público juvenil devem reconhecê-los como sujeitos de direitos, como atores sociais portadores de novas identidades coletivas. Precisam incluir suas elaborações e alternativas diante das adversidades das condições materiais, dos níveis diferenciados de vulnerabilidade, e de desigualdade social. Neste contexto, pretendemos contribuir com o fomento a elaboração de ações e práticas de saúde, que considerem a importância da participação ativa dos jovens e das comunidades no âmbito local e da intersetorialidade. ETAPAS METODOLÓGICAS: Para 30 jovens de cada território foram realizadas 07 oficinas (um encontro por semana) na UERJ sobre conteúdos teóricos inseridos nas prerrogativas das Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Proteção, Prevenção e Recuperação da Saúde (MS/2010): “Promoção de Saúde, Sexualidade, gênero e etnia, violência, trabalho, drogas, direitos sociais/cidadania e políticas públicas para a adolescência e a juventude”. A metodologia empregada nas oficinas incluiu discussões de textos e de documentos oficiais, dinâmicas de grupo, vídeos, poesias. Além disto, também foram realizadas VISITAS GUIADAS aos sábados para locais referentes às temáticas abordadas nas oficinas. Cada grupo juvenil, a partir de seus conhecimentos prévios, do conteúdo teórico das oficinas, de seu contexto territorial, e com a colaboração de jovens universitários selecionou um ou mais temas para elaborar uma PROPOSTA DE TRABALHO COM ADOLESCENTES E JOVENS, pelas equipes de saúde inseridas em seus territórios. CONCLUSÃO: As oficinas apresentaram os seguintes produtos finais: •

Conhecimento do entendimento do grupo de adolescentes e jovens sobre o processo saúde/doença; • Conhecimento sobre como abordar as temáticas de saúde trabalhadas nas oficinas, nas instituições de saúde para o público adolescente e jovem; • Elaboração propostas de promoção de saúde para os adolescentes e jovens dos territórios nomeado como “Carta dos adolescentes e jovens do território XXXXX” a ser entregue por representantes juvenis aos profissionais de saúde e da rede intersetorial de proteção e de garantia de direitos.



**JOVENS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS NA ESCOLA:
A PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA E AS CONDUTAS DE EDUCADORES.**

Ariel Cristina Gatti Vergna (UFSCar)
arielvergna@gmail.com

Esta investigação, que está em andamento, tem como objetivos analisar o discurso da equipe gestora e professores (educadores) quanto as compreensões a respeito de indisciplina e/ou violência na escola; e, constatar como os jovens estudantes indisciplinados e/ou violentos são identificados, com vistas a averiguar como as unidades escolares vem decidindo ou tomando procedimentos em situações denominadas de desordem. Caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa, com utilização de dois instrumentos metodológicos: análise documental – levantamento de casos de indisciplina e violência por meio dos livros de ocorrências escolares (LOE); e dois grupos focais: um com a equipe gestora (diretor, vice, Professor Mediador Escolar e Comunitário – PMEC; e Professores Coordenadores); e o outro, somente, de docentes. A parte empírica foi realizada em uma escola pública estadual de Ensino Fundamental e Médio, do interior de São Paulo. Os resultados estão sendo analisados na perspectiva da Análise do Discurso, que permitiu, até o momento, compreender o discurso e as concepções desses educadores, bem como as formas como a escola tem enfrentado seus problemas com jovens e os conflitos escolares. Logo de início, se percebe em suas falas que os educadores em geral (equipe gestora e docentes) estão com muita dificuldade de manter a “ordem” no ambiente escolar. A falta de compreensão da violência como ação que se manifesta nas relações de convivência entre pessoas tanto de dentro como de fora da escola, e a ausência da compreensão de que ela está relacionada a fatores estruturais, político-econômicos, socioculturais, entre outros, parece resultar na tendência de superestimar o problema da violência escolar, isto é, em suas falas os jovens não têm atitudes tão violentas como se vê divulgado nas mídias do país. Ou são casos esporádicos, ou estão sendo velados pelos educadores. Principalmente a equipe gestora, deixou evidente que a indisciplina acontece por estar ligada a questão de dificuldades de aprendizagens dos jovens em geral. Isso somado a questão curricular, aos conteúdos defasados e enciclopédicos que se ensina e aprende na escola, resulta na desmotivação e aumenta o desinteresse desses estudantes. Para os professores o desrespeito do aluno com outro aluno acaba gerando a violência nos espaços escolares. O que fica evidente é que na maioria dos casos tanto de indisciplina como de violência os procedimentos tomados pelos educadores são advertência verbal e/ou suspensão do jovem estudante. O que muda de uma deliberação para outra está relacionado a quantidade de dias que o aluno era suspenso, conforme a gravidade do fato. No discurso, a “correção” de atitudes violentas fica por conta do jovem e da sua família, que também é culpabilizada pelos educadores por serem ausentes. Ainda estamos em processo de análise deste estudo, mas entende-se que existe uma violência simbólica de educadores para com os jovens, que segundo Bourdieu (1989), é reforçada pelo *hábitus*. Esta violência simbólica, muitas vezes, é exercida pelos educadores por meio de discursos, pensamentos, condutas e anseios padronizados pela prática escolar e social, que nem sempre tem sido evidentes e reflexivas, diminuindo a garantia de uma educação de qualidade para esses jovens.

610



**PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS:
UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL
COMUNITÁRIA.**

Maira Ribeiro de Souza (UFJF)
mairarsouza@yahoo.com.br

Lara Brum de Calais (UFJF)
laracalais@hotmail.com

Cássia Ribeiro de Souza (FAMINAS)
cassia.ribeiro@live.com Bianca Garbelini Jabour (CREAS Carangola/MG)
biagj2010@hotmail.com

Victor Hastenreiter
(Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude de Muriaé/MG)
victor_selj@muriae.mg.gov.br

APRESENTAÇÃO: Os homicídios representam hoje a principal causa de morte de jovens entre 15 a 29 anos no Brasil e afetam especialmente jovens negros do gênero masculino, moradores de comunidades periféricas. Em resposta a esse desafio, o Governo Federal lançou em 2013 o Plano Juventude Viva como uma proposta que visa contribuir para a prevenção e enfrentamento da violência juvenil, problematizando a sua banalização e a necessidade de promoção dos direitos da juventude [1]. Inserido neste contexto, o presente trabalho aborda a experiência de Estágio em Clínica Ampliada vinculado à FAMINAS em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude da cidade de Muriaé-MG, no qual foram desenvolvidas ações pautadas nas diretrizes do Plano Juventude Viva, visando contribuir para a construção de estratégias de prevenção e enfrentamento à violência junto aos jovens, moradores de um conjunto habitacional ocupado por residências financiadas pelo programa “Minha Casa Minha Vida”, do município. Tal comunidade assume características importantes para o trabalho sobre a violência juvenil, já que se configura como um território marcado por um movimento de exclusão social, altos índices de violência envolvendo jovens, tráfico de drogas, bem como a presença de outras vulnerabilidades sociais advindas, principalmente, da negligência do Estado. **DESENVOLVIMENTO:** O estágio foi desenvolvido de março a novembro de 2014, com jovens, em sua maioria negros do gênero masculino, com idade entre 15 e 19 anos. As atividades seguiram o formato de oficinas temáticas, atividades esportivas e culturais. Cada encontro teve duração de duas horas, onde foram trabalhados temas como relações sociais, território, discriminação, violência, participação social, entre outras temáticas. Utilizou-se como delineamento metodológico a pesquisa-intervenção e como orientação teórica a Psicologia Social Comunitária. As informações advindas das intervenções foram registradas, sistematicamente, em Diário de Campo. O estágio constituiu-se como um espaço de escuta dos jovens, buscando dar voz àqueles que, muitas vezes, tem seu discurso negligenciado e silenciado pela sociedade, principalmente, no contexto das políticas públicas. Nesse sentido, a principal ferramenta de intervenção utilizada foi a conscientização, possibilitando, além da emergência de uma condição de escuta cuidadosa, a problematização crítica das questões vivenciadas pelos jovens. Os mesmos participaram ativamente dos processos decisórios como: na escolha dos temas e das atividades a serem trabalhadas, bem como, das discussões políticas sobre o projeto. Tal posicionamento se deu por considerar que os jovens não devem ser tratados como alvo de ações e sim como atores políticos importantes para a construção de suas próprias demandas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através do projeto pôde-se perceber a importância de se compreender as especificidades do território e das questões trazidas pelos jovens para a elaboração e execução de ações que contribuam de alguma forma para a transformação social. Viu-se que quando valorizados por meio de atividades que considerem sua realidade, os jovens participam ativamente e têm opiniões relevantes sobre assuntos pertinentes à sua realidade. Através da experiência vivenciada, foi possível perceber o potencial que a orientação teórica da Psicologia Social Comunitária tem na conscientização e enfrentamento à violência contribuindo para reflexão crítica dos jovens.



**SOBRE A VIVÊNCIA DA CONDIÇÃO JUVENIL:
UM ESTUDO COM JOVENS EGRESSOS DO PROJÓVEM URBANO (2008-2010) DA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO, 2012.**

Márcia Teixeira Pinto (SEEDUC/UERJ)
mteixeirapinto96@gmail.com

O presente trabalho é resultado da minha pesquisa de mestrado apresentada na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, em 2012. Tem por objetivo compreender como, numa sociedade marcada pela desigualdade, jovens pobres experimentam a condição juvenil. Para tanto se caracterizou a situação familiar, a experiência escolar e laboral bem como, as práticas de sociabilidade dos jovens egressos selecionados do Projovem Urbano, procurando perceber em que medida a participação num Programa voltado para jovens pobres contribuiu para criação de estratégias que viabilizem os projetos de futuro desses jovens. Partimos do pressuposto que Juventude é uma categoria construída socialmente, não podendo ser compreendida de forma monolítica e objetivamente dada. Condição social, etnia, gênero, origem regional, territorial, bem como a fase da vida, influenciam na forma de experimentar a condição juvenil. Pela natureza das questões, optou-se por uma abordagem qualitativa associando revisão bibliográfica e pesquisa de campo onde as realizações de entrevistas aprofundadas semiestruturadas e a análise de documentos relacionados ao tema constituíram os elementos centrais do campo. Foram realizadas entrevistas aprofundadas com 14 jovens, concluintes do Projovem Urbano (2008-2010), na cidade do Rio de Janeiro, de ambos os sexos (oito mulheres e seis homens) e com idade entre 20 e 30 anos, agrupados em faixa etária (20 a 25 anos e 26 a 30 anos). O objetivo geral deste trabalho é tentar compreender como, numa sociedade marcada pela desigualdade, jovens pobres experimentam a condição juvenil. Como objetivos específicos elencou: caracterizar as práticas de sociabilidade, a situação familiar, a experiência escolar e laboral dos jovens egressos selecionados do Projovem Urbano, procurando compreender como esses fatores marcam a experimentação da condição juvenil; Perceber em que medida a participação num Programa Federal (Projovem Urbano), de elevação de escolaridade, voltado para jovens pobres contribuiu para criação de estratégias que viabilizem os projetos de futuro dos jovens egressos. A análise, organizada em quatro eixos: práticas de sociabilidade; projetos de futuro; experiência escolar e experiência laboral, segue as questões que elencamos no roteiro de entrevistas procurando perceber, através da inserção nesses processos, o que os jovens entrevistados trazem em conjunto, ou seja, as regularidades e o que trazem em separado, ou seja, aquilo que os singulariza na experimentação da condição juvenil. Ao final desse estudo nos foi possível reconhecer as diferenças e regularidades presentes em função do gênero e faixa etária no que se refere à experiência escolar e laboral dos jovens, bem como no processo de sociabilidade. Ao final desse estudo nos foi possível entender que o acesso desigual às oportunidades para se vivenciar esse período, reduzem as possibilidades de experimentação da condição juvenil. Entendemos que seja necessária uma ação efetiva do Estado, no sentido de permitir o exercício da condição juvenil para os jovens de forma mais ampla.

612



**JOVENS NO ECOAR:
SUJEITOS ATIVOS E TRANSFORMADORES DA REALIDADE SOCIAL.**

Carolina Nascimento Dias (PUC-Campinas)
carolina.ndias@gmail.com

Jacqueline Meireles (PUC-Campinas)
jacmeireles@gmail.com

Raquel Souza Lobo Guzzo (PUC-Campinas)
rguzzo@mpc.com.br

O ECOAR (Espaço de Convivência Ação e Reflexão) é um projeto de extensão que envolve alunos de graduação e pós-graduação do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Com uma atuação nas escolas públicas de educação básica do município de Campinas, São Paulo, este tem como foco a realização de diferentes atividades para o enfrentamento da violência nas escolas por meio da criação de espaços para formação de vínculo e expressão de sentimentos relacionados às condições de violência, negligência e abandono que muitos jovens vivenciam. Para isso, faz-se necessária a inserção do psicólogo no cotidiano da escola, uma vez que este profissional contribui para a dinâmica escolar, de modo que este seja um espaço potente e promotor do desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. Por meio do acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, participação nos espaços da sala de aula, formação continuada de professores, realização de reuniões e atividades com as famílias e a comunidade, contribuição na elaboração do projeto pedagógico e desenvolvimento de ações em rede, esse tipo de atuação do psicólogo rompe com um modelo clínico e individualizante muito presente desde a regularização da profissão no país, em que as ações eram remediativas e curativas. Em seu lugar, preconiza intervenções de cunho emancipatório e preventivo em que há um comprometimento com a dimensão social dos contextos de desenvolvimento. Isto é, o psicólogo escolar compreende as políticas sociais e públicas referentes à proteção à infância e adolescência e percebe os jovens como cidadãos de direitos que devem ser protegidos pela sociedade, comunidade, família e poder público, garantindo que os preceitos elaborados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sejam de fato efetivados. Assim, partindo da vida real, concreta e cotidiana, o psicólogo escolar reconhece a necessidade de articulação das diferentes esferas, como saúde, desenvolvimento social e educação, para que haja mudanças no processo educativo. Com o foco na proteção e prevenção dos riscos que permeiam as vivências de muitos jovens estudantes das escolas públicas, o ECOAR atua na construção de espaços de interlocução no trabalho em rede com outras instâncias, a fim de implementar políticas de proteção à criança e ao adolescente que visam a integração dos diferentes sistemas, como escola, família, rede de assistência e comunidade, para que as ações sejam articuladas, promotoras de cuidado e evitem a revitimização dos jovens. Assim, percebe-se o jovem com um ser multideterminado, que sofre as consequências de uma sociedade que o exclui e que naturaliza, como sendo do indivíduo, questões de ordem social, política e econômica. Porém, é possível atuar e intervir de modo a protagonizar o jovem, percebendo-o com um ser ativo e capaz de transformar sua realidade, desde que tenha uma rede formada por profissionais que o fortaleça, proteja seus direitos e incentive suas potencialidades.



**JOVENS MÃES E PAIS E AS SUAS CRIANÇAS:
DESAFIOS DA VIDA COTIDIANA NA CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO DA UFSM.**

Sueli Salva (FSM)
susalvaa@gmail.com

Este artigo tem como tema a vida cotidiana de jovens mães e pais, que vivem na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal de Santa Maria com seus/as filhos/as e decorre da pesquisa “Infância, Juventude e Formação Educacional: um estudo sobre a vida cotidiana dos estudantes ‘pais’ e das crianças, seus filhos e filhas que vivem na CEU da UFSM”. O interesse surgiu após a constatação de que alguns/as jovens estudantes da UFSM vivem na Casa do Estudante com seu/a filho/a. Estes estudantes contam com as políticas públicas de assistência estudantil, com as políticas de atendimento à infância, por meio do atendimento de algumas crianças na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo (UEIIA); contam ainda com funcionários da UFSM e familiares que se mobilizam na *atenção* e cuidado das crianças, estratégias que se constituem como elementos indissociáveis da vida das/dos jovens e das crianças, mas acima de tudo precisam contar consigo próprios. Busca-se, desse modo, compreender, o que se poderia denominar de uma “cultura ordinária” (CERTEAU, 1994), que se institui a partir do vivido, ou seja, da experiência construída através das relações sociais e institucionais que jovens e crianças estabelecem no interior da instituição, nos seus espaços de circulação como na família, na escola, na universidade, lugares onde ocorre a “invenção” da vida cotidiana. A investigação é de caráter qualitativo, longitudinal, construída a partir dos pressupostos da etnografia, iniciou em 2010 e se propôs a acompanhar os/as jovens e as crianças em sua vida cotidiana, utilizando diferentes instrumentos para a produção dos dados tais como: diário de campo, fotografias, vídeos, depoimentos e entrevistas, os quais são organizados para a realização da análise. A análise dos dados adota a perspectiva da “análise textual discursiva” (MORAES, 2003, p. 191). Os aspectos que se destacam na investigação referem-se aos modos como os/as estudantes criam maneiras de organizar o cotidiano para dar conta da vida como pais e mães, como estudantes e, às vezes, como trabalhadores/as; aborda aspectos relativos aos arranjos familiares que os/as jovens e seus filhos/as constroem; relações de gênero que permeiam a vida dos/as estudantes; as estratégias encontradas pelas jovens no sentido de superar a discriminação, muitas vezes velada, diante da maternidade não enquadrada na conjugalidade. São famílias com diferentes configurações que os pais e as mães juntamente com seus filhos/as ou outros estudantes, constroem no interior da Casa do Estudante, transformando o espaço. O espaço também se transforma com a chegada das crianças e, de algum modo, força a produção de novas configurações espaciais e temporais. O tempo revela-se uma categoria importante, pois se para as jovens, a gravidez, representa uma sinuosidade na vida, para as crianças e tempo não pode ter atalhos, pois a vida emerge e necessita atenção, cuidado, educação. Autores, Michel de Certeau (1994), Vilar e Gaspar (2000), Melucci (2004), e Badinter (1985) constituirão a base teórica para compreender o cotidiano desses jovens e suas experiências.

614



**“O CONTADOR DE HISTÓRIAS”:
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO SOCIAL COM JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO E
VULNERABILIDADE SOCIAL.**

Deyseane Maria Araújo Lima (Estácio FIC/ UNINASSAU)
deyseanelima@yahoo.com.br

O objetivo do trabalho é de refletir sobre as estratégias metodológicas de atuação do psicólogo social com os jovens, como forma de propiciar a reinserção comunitária e a participação social dos sujeitos partir das reflexões trazidas pelo filme brasileiro “O Contador de Histórias”. Esta produção cinematográfica reflete sobre a vida de Roberto Carlos Ramos que morou durante a sua infância e a sua adolescência na antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), relatando as crises e conflitos existentes na relação com os outros jovens e os profissionais da instituição. Além de demonstrar as estratégias de superação e reinvenção do sujeito a partir da intervenção social e educativa da pedagoga francesa Margherit. E, esta profissional tem estratégias de facilitação baseadas na construção de vínculos com o jovem, em que se fundamenta na confiança, na dignidade e no respeito. Esta atuação diferia do tratamento dos jovens nesta instituição social, que tinha uma concepção dos sujeitos como irrecuperáveis e passivos. O filme foi escolhido por retratar a realidade de exclusão social e marginalização vivenciada por diversos jovens no contexto brasileiro e pela possibilidade de construção de novas formas de sociabilidade. A metodologia do trabalho constituiu-se de um estudo de abordagem qualitativa com enfoque na pesquisa bibliográfica em que utilizamos as bases teóricas da Psicologia Social Crítica, com o foco no tema das metodologias participativas de facilitação e de pesquisa. Desta maneira, o estudo aborda as concepções de juventude e contextualiza a política pública referente à institucionalização juvenil. Para a Psicologia Social Crítica, é fundamental a construção de metodologias de intervenção e de pesquisa que envolvam o ser humano de maneira criativa, dialógica e afetiva. Esta atuação deve facilitar o processo de conscientização e o processo de desideologização das estruturas dominantes presentes na realidade dos jovens. A partir do filme, percebemos que esta atuação deve ser baseada no compromisso social com a realidade e na possibilidade de transformação social e de emancipação humana destes sujeitos. Desta maneira, refletimos sobre a importância da reconstrução e da reinvenção de novas metodologias participativas de atuação do psicólogo social com jovens em situação de risco e vulnerabilidade social que propicie a reflexão e a transformação das políticas públicas para a juventude, assim como o reconhecimento deste jovem como um ser social e agente de mudança em relação aos outros.



**JOVENS EM PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS:
O PROJETO AUTONOMIA CARIOCA (2010 – 2014)**

Elaine Rodrigues de Ávila (UNESA)
elainerjadvogada73@gmail.com

Wania Regina Coutinho Gonzalez (UERJ/UNESA)
waniagonzalez@gmail.com

Este trabalho busca contribuir para a reflexão de uma política pública adotada no município do Rio de Janeiro e direcionada aos jovens de escolas públicas. O texto faz parte de uma pesquisa cujo objetivo é o compreender como o Projeto Autonomia Carioca vem ocorrendo em algumas escolas da rede, entre os anos de 2010 e 2014, a fim de perceber quais as contribuições de uma aceleração de estudos para aprendizagem de jovens com defasagem idade/série e como pode acarretar, ao mesmo tempo, a melhoria dos índices qualificadores da rede. A relevância da reflexão proposta consiste na escassez de pesquisas que analisem as políticas direcionadas aos jovens, as formas como foram concebidas e os seus impactos no desempenho escolar desse público alvo. Assim, em 2010, Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro (SME/RJ) iniciou uma parceria com a Fundação Roberto Marinho (FRM) para atender jovens em defasagem idade/série do segundo segmento do ensino fundamental (EF) nas escolas públicas. Essa parceria público-privada deu origem ao programa de aceleração de estudos, chamado de Projeto Autonomia Carioca. O Projeto Autonomia Carioca é válido para toda rede pública independentemente da realidade dos jovens em cada Coordenadoria Regional de Educação. Compartilhamos do entendimento de Paulo Carrano e outros autores quando afirmam sobre a diversidade do modo de jovem no nosso país, em virtude das disparidades sociais e que as políticas os tratam de modo homogêneo. Pelo referido Projeto, jovens entre 13 e 17 anos, com problemas de aprendizagem e/ou disciplina, têm a possibilidade de concluir, em menos tempo, o ensino fundamental corrigindo a referida distorção, sem deixar de comprometer seu aprendizado, comparativamente aos jovens que frequentam o ensino regular. A metodologia usada é a do Telecurso 2000, onde os jovens aprendem os conteúdos das disciplinas básicas por meios de vídeos do Telecurso, além de realizarem trabalhos em equipe e outras atividades lúdicas. Análise documental já realizada em sites como SME, FRM, Telecurso 2000, Diário Oficial observou-se dois momentos do projeto: entre 2010 e 2011, as informações analisadas mostram que ele foi positivo na melhoria da aprendizagem dos alunos e nos índices qualificadores da rede. Nas formaturas desse período, tanto a secretaria de educação, como os professores envolvidos, destacam a ajuda do projeto para evitar a evasão escolar e a diminuição da reprovação desses jovens; os alunos, a importância dele nas suas vidas, mudando sua forma de ver a escola; entre 2012 e 2014, as referências ao projeto se tornam mais focadas a gastos com compra de material para as telessalas. Não aparecem mais informações de professores, alunos ou SME/RJ atribuindo ao projeto um papel de destaque na melhoria da aprendizagem dos jovens em defasagem idade/série. Após cinco anos, mesmo visto como projeto estratégico, o Projeto Autonomia Carioca já não desperta tanta atenção e divide espaço com outros projetos para tentar melhorar a aprendizagem de alunos com dificuldade, ainda muitos expressivos na rede municipal.

616



JUVENTUDES POBRES: SENTIDOS CONSTRUÍDOS POR PSICÓLOGOS (AS).

Vladya Tatyane Pereira de Lira (FG)
vladyalira@hotmail.com

Fátima Maria Leite Cruz (UFPE)
fatimacruz@yahoo.com

Analisamos, nesta pesquisa, as representações sociais da juventude pobre por psicólogos/as que atuam no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em Recife e Região Metropolitana do Recife (RMR) e prestam serviços a jovens. A complexidade do tema se destaca por sua ambiguidade, imprecisão e pelo seu caráter historicamente construído, o que provocou uma pluralidade conceitual e no âmbito da Psicologia. Como objetivos: identificamos os sentidos compartilhados de juventudes e juventudes pobres pelos/pelas psicólogos/as que atuam nos serviços para jovem no Sistema único da Assistência Social; analisamos os componentes curriculares relacionados ao Desenvolvimento e concepções de juventudes presentes nos cursos de Psicologia em Recife e Região Metropolitana; e relacionamos as representações de juventudes dos/das psicólogos/as participantes com a sua formação acadêmica. Adotamos como referencial teórico-metodológico a Abordagem Estrutural das representações sociais de Abric, a qual nos possibilitou identificar o *conteúdo* das representações sociais de juventudes e sua *estrutura*. No método, qualitativo e plurimetodológico, realizamos na primeira fase uma análise documental das matrizes dos componentes curriculares de sete cursos de Psicologia de Recife e Região Metropolitana referentes às concepções de juventudes nos ementários de 1980 a 2012; na segunda fase, aplicamos sessenta e um questionários de Associação livre com os termos indutores *juventude* e *juventude pobre*, seguidos da hierarquização das palavras e um questionário sociodemográfico para identificar o perfil profissional dos/das participantes; e na terceira fase, um grupo focal cuja escolha dos/das participantes teve como critério a atuação profissional exclusivamente junto aos/as jovens pobres. Os resultados: na primeira fase, que foi dividida em três subfases, foi identificado que no período de 1980 a 1990 a concepção de juventude era negativizada, sofrida e patologizada; no período de 1991 a 2000, houve forte influência da Psicanálise, sendo a concepção de juventude ainda inatista, universal e a-histórica e no período de 2001 a 2012, ocorreu um forte permanência de concepções anteriores e avanços com referência à diversidade, pluralidade e perspectiva política das juventudes. Na segunda fase, os resultados corroboram os achados da primeira, e no termo indutor *juventude pobre* foram realçadas as faltas e as vulnerabilidades; no grupo focal, os/as psicólogos/as expressam o sentido de falta social e econômica, no entanto, responsabilizam o próprio jovem por sua condição social justificada como decorrência da desestrutura familiar.



JOVENS NA ESCOLA: CAMPO DE RESISTÊNCIAS.

Sônia Lucas (UERJ)
sonialucas777@gmail.com

O presente trabalho apresenta uma breve discussão sobre questões que mobilizam pesquisadores/as em torno da temática da educação escolar, no que tange a escola pública e os desafios que hora enfrenta com relação ao ensino médio e seus jovens estudantes que compõem cada cotidiano escolar como campos de resistências, onde a multiplicidade de seus corpos, modos de vida, culturas, e subjetividades se entrecruzam em rede. O debate atual sobre os jovens engloba uma profusão de acontecimentos globais e locais que compõe, juntamente, com as pesquisas em andamento, espaços de discussões. Tal discussão está embasada *a priori* nas análises de Michel Foucault (1926-1984) sobre poder, e de Gilles Deleuze (1925-1995) sobre a sociedade de controle. A revisão literária proposta coaduna a relação teórico-metodológica destas perspectivas, com estudiosos e seus estudos que nos ajudam a problematizar tamanhos questionamentos sobre as juventudes em tempos contemporâneos, vistos pelo olhar foucaultiano que elege o poder disciplinar da escola enquanto instituição de sequestro. Neste sentido, o cotidiano escolar pode ser considerado como campo de embates, tensões e resistências. Nestes termos, é possível pensar a multiplicidade de análises que assomam este campo, pela vastidão de seus limites com relação às transições atuais que reafirmam a complexidade do que é contemporâneo; dos problemas da globalização, do desmonte do Estado, do descarte dos direitos humanos, do capitalismo em crise, do tráfico de drogas, dos territórios desiguais, das pobreza e misérias, da fome, das violências; e da escola que na atualidade aparece desconfigurada como instrumento de conhecimento e do pensamento crítico, alijada dos seus fundamentos históricos e ideológicos de “(de)formadora” das novas gerações, e que apresenta uma crise que afeta sua função socializadora, e destaca seus poderes em declínio. Interessa, no caso desta discussão, a subjetivação de jovens que fazem parte de espaços de exclusão social, como é o caso das favelas e das periferias das cidades, consideradas “áreas de risco” pela área de segurança pública, e que nos últimos anos tornaram-se (re) configuradas como campos estratégicos do projeto das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) e (re) definidas como “comunidades pacificadas” na cidade do Rio de Janeiro. Discussão esta, baseada em observações empíricas de um cotidiano escolar em um colégio estadual situado em um morro da zona sul da cidade, eleito como campo de pesquisa para investigações que se seguem e que fazem parte de uma tese de doutoramento em andamento. Este trabalho de pesquisa está em processo, em construção constante, o que o mantém dinâmico pelas mudanças e transformações em curso.

618



SIGNIFICADOS DA EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA PARA JOVENS DE ORIGEM POPULAR.

Flávia Ginzel (UFSCar)
flavia.ginzel@gmail.com

O trabalho pretende apresentar resultados preliminares da pesquisa de mestrado que se desenvolve pela autora desde o início de 2015, na perspectiva de contribuir para o conhecimento a respeito da juventude brasileira das camadas populares em um momento em que há uma significativa expansão do acesso à Universidade para esse segmento da população. Dentre outros fatores, esta expansão foi impulsionada pela criação de novas políticas de acesso e permanência, como Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Universidade Para Todos (Prouni), a política de Ações Afirmativas, política de cotas sociais e étnico-raciais e a adoção do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A pesquisa está estruturada a partir dos debates teóricos da Sociologia da Educação e da Juventude, tendo como objetivo específico analisar as trajetórias escolares e não escolares de jovens de origem popular que ingressaram na universidade. Pretende-se, também, entender como se dá a experimentação da vida universitária para esses jovens, além de identificar os desafios que vivem, não apenas no que se refere à sua condição de estudante, em outras dimensões de suas vidas, a relação com a família, com os afetos, com o trabalho e a participação social. A fim de relacionar a expansão das políticas de acesso e permanência às experiências e desafios enfrentados por sujeitos que estiveram historicamente excluídos do ensino superior, a pesquisa se pautará, do ponto de vista metodológico, na perspectiva da Sociologia do Indivíduo, mais especificamente nos estudos de Danilo Martuccelli. De forma resumida, o autor faz uso da noção de “provas” como operador analítico para explicar a sociedade contemporânea. Para o autor, na contemporaneidade, os indivíduos estariam constantemente sendo submetidos a provas; como o tempo, o trabalho e o mérito e muitas vezes com poucos suportes para enfrentá-los, responsabilizando-se individualmente por seus fracassos e sucessos. Nesse sentido, torna-se profícuo utilizar estes conceitos para o entendimento do jovem de origem popular na universidade, pois ainda que exista uma delimitação a partir da classe social, as provas que estes jovens estão submetidos – sobretudo o mérito – ajudam a entender as suas experiências individuais, sem desvincular a análise da estrutura social. A pesquisa, de caráter quantitativo e qualitativo, terá como foco os estudantes ingressantes da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) *campus* Sorocaba entre 2014 e 2015. A escolha dessa universidade e deste campus em particular relaciona-se a dois aspectos centrais: a UFSCar vem desenvolvendo desde 2007 políticas de ações afirmativas e adota desde 2010 o Sisu como sistema de seleção. O campus de Sorocaba, onde realizaremos o estudo, foi criado em 2006 no contexto do Reuni e conta hoje com 3.293 alunos. Como a pesquisa teve início em 2015, pretende-se apresentar um perfil inicial do jovem universitário de origem popular, que será construído a partir dos dados socioeconômicos dos jovens ingressantes de 2015, dos mais variados cursos e turnos. Tais dados serão obtidos pelas informações do ENEM e da ficha de inscrição preenchida pelos ingressantes no momento da matrícula e serão analisados através do software estatístico SPSS.

619



A ESCOLA E A SOCIABILIDADE JUVENIL NO BRASIL NOS GOVERNOS LULA E DILMA ROUSSEFF.

Valdirene Alves de Oliveira (UEG/UFG)
diena2008@hotmail.com

O texto discute a sociabilidade juvenil no Brasil, pelo viés de algumas políticas educacionais ou ações governamentais definidas na Gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal. A escolarização é compreendida como uma das dimensões formativas do jovem em associação com uma compreensão de juventude, que considera a necessidade de contextualização desse conceito. São apresentados dados dos Censos de 2000 e 2010 com o objetivo de atualizar, comparar e vislumbrar os caminhos ou descaminhos das políticas educacionais quanto aos indicadores dos Censos. O texto “Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas”, de Frigotto (2004), forneceu elementos basilares ao presente estudo, pois o autor correlacionou “as políticas públicas de caráter emergencial ou conjuntural e as de natureza estrutural em face da problemática dos jovens em sua relação com o mundo do trabalho e da educação” (p.184). Assim, mediante Frigotto (2004) optou-se por fazer uma atualização dos dados apresentados, pois o autor trabalhou com o Censo de 2000 e para este texto optou-se por acrescentar os dados do Censo de 2010 a fim de observar, no período de uma década, a configuração da juventude brasileira e correlacionar a perspectiva de algumas políticas educacionais e/ou ações governamentais para a juventude. O presente trabalho concebe relevo à temática “Juventude e escolarização” na perspectiva de indicar alguns apontamentos acerca do viés que tem emanado das/para as políticas educacionais recentes no Brasil, na perspectiva de apontar inferências acerca do projeto de sociedade e de juventude em curso. Duas produções de Gaudêncio Frigotto (2004, 2011) foram fundamentais para o delineamento do recorte. Essas produções por sua vez respaldam os questionamentos que perpassam este texto: 1) no período de uma década, a partir dos dados dos Censos de 2000 e 2010, é possível visualizar alguma mudança na configuração da juventude brasileira? 2) como têm sido consideradas as questões de cunho emergencial ou conjuntural e as de natureza estrutural quanto às questões que envolvem a escolarização e a juventude brasileira? 3) qual perspectiva de juventude e de sociedade é possível inferir nas propostas educacionais das gestões do PT? Esses questionamentos são desenvolvidos no decorrer do texto, mediante o diálogo com uma literatura que contempla a temática juventude e escolarização, numa perspectiva em que o trabalho e a educação são compreendidos como dimensões constitutivas da sociabilidade humana. No decorrer do texto e nas considerações finais são elencados alguns questionamentos que o texto procura contemplar no decorrer da exposição, mas que também deixa em aberto em face da complexidade que os constituem. Esse percurso se estabelece no diálogo com a literatura sobre a juventude e as políticas educacionais.

620



A VIDA E A PRÁTICA DOCENTE COMO DISPOSITIVOS SENSIBILIZADORES DO EDUCAR CRIANÇAS E JOVENS EM DIREITOS HUMANOS.

Maria do Socorro Borges da Silva (UFPI)
msocorrobs@ufpi.edu.br

Esta produção relata a experiência (LARROSA, 2011) vivenciada no Projeto de Extensão Formação Docente “Educação em Direitos Humanos: Infância e Juventude” da Universidade Federal do Piauí, através do Observatório de Juventudes, Violência e Cultura de Paz na Escola, do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero e Cidadania, na Comunidade Escolar “Mãos Dadas”, Parque Alvorada, Timon – MA, território desenhado como de risco às populações infanto-juvenis. Com o escopo de capacitar os educadores para o convívio e o enfrentamento desse quadro social, por meio do Curso de Formação Docente em Educação para os Direitos da Infância e da Juventude, foi realizada a primeira oficina “Vida e Prática Docente”, com o objetivo de sensibilizar os professores sobre a necessidade de educar crianças e jovens em direitos humanos, utilizando como dispositivo a vida e a própria prática docente; possibilitar aos professores um tempo filosófico de reflexão a respeito da vida, dos valores e problemas que atravessam as práticas docentes e suas perspectivas educacionais em relação às crianças e jovens na comunidade; valorizar a subjetividade, a intersubjetividade e a espiritualidade como dimensões humanas necessárias para potencializar práticas docentes inovadoras e eficazes, em vista da Cultura de Paz nos contextos escolares marcados pela violência e violação dos direitos humanos, e, criar espaços de vivências docentes socializadoras, menos disciplinadoras, mais democráticas e lúdicas, que oportunizem repensar e inventar modos alternativos de educação às crianças e jovens, tendo como princípio normativo a valorização da vida (AGAMBEN, 2012; BAUMAN, 2007; FOUCAULT, 1984; PELBART, 2000) como fundamento do educar em direitos humanos. As técnicas criadas para a oficina foram inspiradas na abordagem filosófica Sociopoética (GAUTHIER, 2012) que articula a produção do conhecimento democrático, através da arte e do uso o corpo inteiro, levando os educadores a se perceberem com pessoa humana potencializadora da vida, na vivência política e ética a partir de suas experiências estéticas (FOUCAULT, 1995; 2004), como primeira condição para uma efetiva educação em direitos humanos, em que fazer-se humano deve ser o ponto de partida no trabalho cotidiano com crianças e jovens. Produzindo muitos afetamentos, a vivência foi conduzida em três momentos: 1) “*Saber silenciar*”, usamos como dispositivo pedagógico o silêncio e a ideia de *tempo filosófico*, valorizando a experiência individual de autorreflexão, com uso de técnicas corporais e a produção artística em grupo; 2) “*Saber falar, saber construir confetos*”, usando poemas da filósofa Viviane Mosé, para refletir sobre a potência da palavra na criação dos confetos na vida escolar, e com a experimentação da instalação artística *caminho da memória* os professores analisaram seus trajetos, destacando as experiências de palavras que *são* e *carregam* em seus corpos; 3) “*Saber construir afetos e sonhos*”, onde foi desenvolvida a técnica *Filtro dos Sonhos*, em que os professores refletiram sobre os sonhos da escola que desejam junto às crianças e jovens.

621



A REALIZAÇÃO DE TRILHAS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICO-VIVENCIAL NA FORMAÇÃO DE JOVENS.

Antonio Fábio Coelho Paz (UFC)
afabiocpaz@gmail.com

Ingra Kellen Cavalcante Belmino (UFC)
ingrabelmino@gmail.com

Zulmira Áurea Cruz Bomfim (UFC)
zulaurea@gmail.com

Nesse trabalho, apresentamos a possibilidade do uso de uma ferramenta pedagógico-vivencial utilizada pelo Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) para qualificar a formação de jovens durante a Educação Básica, graduação e pós-graduação: as trilhas. A realização de trilhas ecológicas já é presente em atividades acadêmicas que necessitam de ações práticas para sua complementação, visando à preservação do ambiente natural ou de patrimônios histórico-culturais. Essas atividades são mais comumente observadas em cursos como Geografia, Ciências Ambientais e Biologia, mas a metodologia pode facilmente ser aplicada a diversos públicos e áreas. De acordo com a perspectiva estudada, as trilhas são divididas entre urbanas e ecológicas. Trata-se de caminhadas guiadas e planejadas em ambientes abertos e espaços públicos, onde contamos com instrutores para o incremento informativo, seja ele histórico-cultural ou ambiental e temos um maior contato com os ambientes externos às salas de aula, o que nos possibilita uma interação sensorial e afetiva, nos permitindo esquecer um pouco a ilusão da distinção homem-natureza, como se não fizéssemos parte do meio onde vivemos. No Locus, realizamos trilhas no desenvolvimento de pesquisa, extensão e nas atividades ligadas ao ensino. Gostaríamos de destacar aqui as contribuições da realização de trilhas para formação de jovens na graduação, através das experiências vivenciadas na disciplina de Psicologia Ambiental, da qual participam estudantes de diversos cursos: Psicologia, Arquitetura, Geografia, Ciências Ambientais e Comunicação Social. Essa disciplina é ofertada desde 2003 e já foram realizadas trilhas de várias maneiras: no centro de Fortaleza, em uma comunidade indígena, em áreas naturais protegidas, parques urbanos, etc. A metodologia empregada consiste em primeiro definir qual o tipo de ambiente a ser trilhado, o que varia de acordo com as configurações da turma, os locais disponíveis e o contexto social do lugar. Em um segundo momento, são repassadas as informações sobre o local a ser visitado, é quando os jovens são preparados para uma experiência diferenciada, que ocorre fora dos muros da universidade. Durante as trilhas são abordados conceitos trazidos pela disciplina anteriormente, de modo aos alunos poderem vivenciar de maneira mais prática e sensível a aplicação desses conceitos. O último momento é referente ao pós-trilha, onde cada participante irá redigir um relatório no qual constarão todas as percepções vividas durante a trilha e como os conceitos puderam ser associados a partir das vivências, observações e experiências. Esses relatórios são diferentes dos normalmente empregados em saídas de campo, pois possuem caráter mais sensível do que descritivo, permitindo que a redação do relatório abranja todas as possíveis percepções, sensações e experiências vivenciadas durante o percurso realizado, assim, os trabalhos podem ser manifestados na forma de relatos textuais, poesias, vídeos, desenhos, dentre outras linguagens. Observamos que a realização de trilhas mostra grande potencial na formação de jovens principalmente por apresentar uma forma de facilitar a sensibilização durante abordagens de conceitos ambientais e/ou histórico-culturais, conhecimento do território, contribuindo para o desenvolvimento de percepções, cuidado e atitudes éticas coletivamente construídas.



REFLEXÕES SOBRE SOCIALIZAÇÃO JUVENIL, TRABALHO E EMPREGO.

Hellen Rejane dos Santos Sacramento (UFS)
hrrejane@hotmail.com

Análises sobre juventude pontuam mudanças no cenário social que interferem na maneira de os sujeitos estabelecerem relações e sugerem um prolongamento da condição juvenil. As crescentes taxas de expectativa de vida somadas a descontínuos arranjos e ou rearranjos consequentes de metamorfoses sociais alimentam o que se entende por extensão juvenil. Logo, busca-se refletir juventude na contemporaneidade tendo em vista apontamentos de novas formas de atuação e socialização juvenil, bem como suscitar lógicas de compreensão estabelecidas pelo jovem acadêmico e trabalhador ao idealizar o futuro e movimentar-se no atual cenário de mudanças sociais e geradoras de formas de o sujeito perceber-se no mundo, atuar, sobreviver. O que denota diferentes marcas de transição para o universo adulto, combinadas à autonomia financeira, independência familiar, formação do próprio lar, constituindo um paradigma, segundo o qual, misturam-se a perspectiva de linearidade no curso da vida, e a frágil aparência de uma ordem a priori estabelecida, conforme faixas de idade. Dito de outro modo, os rearranjos configurados nas relações afetivas, de trabalho e familiares conduzem à observação de etapas não tão ordenadas e que fogem ou combinam-se à tradição. A complexidade desses arrolamentos estabelece uma teia em que, etapas até então bem demarcadas, já não mais se distinguem tão facilmente e em diferentes tempos, a depender da cultura. Como componentes de diferenciação, as etapas da vida são situadas a partir de distinções também exteriores aos sujeitos, para além de condições de ordem biológica e atreladas aos papéis sociais desempenhados. Logo, se tem a fronteira convencional etária e elementos próprios ou não de determinada etapa. Termos como tachos e biscates são utilizados para referendar a flexibilidade e dinâmica de transição a que os jovens se submetem a fim de uma ocupação laboral. O que se vê de um lado são mudanças que ora refletem uma possível redução nas jornadas de trabalho, e de outro, reduzem possibilidades de estabilidade e/ou segurança. Análises que procuram apontar caminhos que colaborem no entendimento de demandas relacionadas à juventude, questões que problematizem o que significa ser jovem na contemporaneidade, desafios sociais postos na atualidade e possibilidades de enfrentamento adotadas ao tratarmos desse universo particular. Problematizações postas que sugerem discussões e apontam caminhos de pesquisa e trazem a possibilidade de colocarmos juventude no centro de debates, procura entender relações, oportunizar canais de reflexão e teorização.



**EDUCAÇÃO, CORPO E MOVIMENTO:
UMA PESQUISA INSPIRADA NA SOCIOPOÉTICA.**

Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI)
shara_pi@hotmail.com

Thaysa Tâmara Maciel dos Santos (UFPI)
thaysamix2009@hotmail.com

Percorrer por um caminho tão pouco explorado como o tema educar com a criação envolvendo jovens, tem sido um grande desafio. Contudo, merece destaque os inúmeros aprendizados, a respeito de outras formas de educar para além de qualquer modelo consolidado socialmente. Dentro dessa concepção, este estudo refere-se a uma pesquisa em andamento, do programa de Iniciação Científica Voluntária. A pesquisa “Educação, corpo e movimento: estratégias metodológicas e dispositivos de intervenção pedagógica com fins de potencializar os saberes, as experiências e as criações nos modos de educar a partir dos problemas que envolvem os jovens na escola” que tem como objetivo geral desenvolver estratégias metodológicas e dispositivos de intervenção pedagógica com a finalidade de potencializar os saberes, as experiências e as criações nos modos de educar a partir dos problemas que envolvem jovens na escola. Desse modo os objetivos específicos se constituem em identificar e selecionar os problemas e temas geradores originados nas pesquisas sociopoéticas, realizadas no período 2010 a 2014, no NEPEGEI, criar estratégias metodológicas e dispositivos artísticos de intervenção pedagógica tendo em vista os problemas e temas selecionados que envolvem jovens na escola e propiciar por meio de oficinas com futuros pedagogos experiências estéticas para a construção de saberes, experiências e processos criativos de modo a produzir novos modos de educar na contemporaneidade acerca dos problemas juvenis. Para a discussão desta temática foram utilizados os estudos de Brandão (2007), Corazza (2013), Freire (2011), Gallo (2003), Kastrup (2007), Lapoujade (2013), dentre outros. Utilizou-se ainda Adad e Silva (2013) no âmbito das discussões a respeito do Círculo de Cultura Sociopoético, que compreende a construção coletiva do conhecimento com a interação entre a comunidade e a universidade. Tendo em vista o andamento da pesquisa sentiu-se a necessidade de uma formação em Sociopoética durante um percurso realizado na Universidade Federal do Piauí, que me possibilitou desenvolver estratégias metodológicas e dispositivos artísticos, com base nas experimentações estéticas produzidas pelos pesquisadores vinculados ao NEPEGEI. Bem como, criar um grupo pesquisador com jovens futuros pedagogos, a fim de produzir novos modos de educar frente aos problemas que os atravessam e os mobilizam no contemporâneo. A referida pesquisa me possibilitou conhecer os estudos realizados sobre a educação em espaços escolares e não escolares, assim como compreender a relação entre juventude, experiências estéticas, processos de criação com o corpo em movimento. Ressalto que uma pesquisa que envolve jovens com a criação, não possui a pretensão de se obter resultados quantitativos, mais ampliar as discussões a respeito de outras formas de educar para além de modelos e concepções cristalizadas. Destaco esse estudo como uma pesquisa rizomática que não tem início, meio e fim, mas múltiplas conexões com outros conhecimentos.



JUVENTUDES DO SAMBA: EXPERIÊNCIAS DO SER JOVEM E SAMBISTA.

Eduardo Silva dos Santos (UNIRIO)
edaioros@hotmail.com

Este trabalho tem como principal objetivo iniciar uma discussão sobre os espaços ocupados pelos jovens dentro da dinâmica das Escolas de Samba dos grupos de acesso do Carnaval da Cidade do Rio de Janeiro. Pesquisa que venho desenvolvendo em meu Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu – UNIRIO). Nesta perspectiva o presente estudo tem por proposta analisar os espaços de socialização alternativos que as Escolas de Samba dos grupos de acesso do Carnaval Carioca têm constituído na vida dos sujeitos jovens, enquanto espaços complementares de socialização. Quais suas influências na promoção de oportunidades de êxito social, e de que forma tem contribuído nas trajetórias escolares desses jovens. São alguns dos questionamentos que venho levantando em minha pesquisa. Pois, se no campo da educação é quase consensual que a universalização do ensino e ampliação do acesso à educação básica nos últimos anos se constituiu como um avanço significativo, principalmente para os jovens das menores faixas de renda na garantia ao acesso escolar. Porém, tem chamado a atenção questionar que ideal de qualidade privilegia este ensino que vem sendo oferecido? A escolha de lidar com o universo das Escolas de Samba do carnaval do Rio dos grupos de acesso, se dá pela busca em entender esses espaços como espaços de educação não formal. Tendo as Escolas de Samba estrutura e identidade própria, reproduzem signos e símbolos muito próximos aos da estrutura escolar. As dinâmicas das escolas de samba muitas vezes se assemelham com a das escolas formais de ensino. Outro ponto fundamental na escolha das Escolas de Samba dos grupos de acesso é o fato de serem marcadas por um pequeno poder aquisitivo, tendo como sujeitos pessoas com grandes restrições econômicas. Logo, percebemos que seu público característico se encontra em áreas periféricas ou favelizadas, ocupando em maior número as regiões da Zona Norte, Zona Oeste, Região Portuária do Município do Rio de Janeiro e cidades da Região Metropolitana. Os jovens dessas comunidades consequentemente possuem grande carência de espaços de socialização e fruição do tempo livre. Fato que não caracteriza a Escola de Samba como o único espaço de socialização alternativo as instituições tradicionais. Porém, nos apontam uma grande carência de espaços disponíveis destas regiões. Busco ao longo de meu trabalho por meio do referencial teórico escolhido identificar elementos teóricos a partir destas questões que inserem grande importância na análise do campo da cultura, educação e políticas públicas. Entendendo que as atividades culturais ao se relacionar com íntimo dos sujeitos constroem fortes influências sobre o comportamento social e em sua identidade.



TERRITORIALIDADE, PERTENCIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA JUVENIL.

Cláudia Maria Inácio Costa (UECE)
claudiaicosta@yahoo.com.br

Ana Lourdes Maia Leitão (UECE)
analourdesmaia@gmail.com

A proposta do trabalho é refletir sobre as relações entre território e pertencimento e sua contribuição em torno da construção da cidadania juvenil. Para tentar refletir sob uma ótica mais concreta, será feita a relação entre território, cidade e juventudes – sujeito social composto de particularidades ao mesmo tempo universal e individual. Essas relações observadas nesse espaço universalista, a cidade, expressam singularidades que se formam no bojo de suas sociabilidades. Assim como a constituição do espaço em que vivem, os jovens e as imagens das juventudes são construídos sob a ótica de identidades atribuídas e reconhecidas por e entre si. No contexto urbano, as identidades das juventudes, estarão de alguma forma, atrelado à identidade das estratificações de territórios que compõem a cidade. Nas ciências sociais há vastos estudos que relacionam grupos juvenis e espaços urbanos, que tencionam a uma análise da construção de identidades construídas pelas juventudes e atribuídas pela sociedade. Essas identidades são socialmente ritualizadas (PAIS, 2010) e tanto podem expressar-se pelo corpo, como pela fala e pela participação na vida social da comunidade. Com relação ao território, este nos mostra ser um espaço de sociabilidade que não se isola no tempo, ao contrário, é reflexo do desenvolvimento das relações sociais construídas ao longo de sua história, suas crenças, sua organização, sua ocupação e a pluralidade cultural que se encontra em um único espaço. É neste sentido que trataremos a relação com a cidadania, entendendo que a ela se atribui questões relativas ao direito, ao dever e à democracia. Desta forma, é dado um caráter universal no que diz respeito ao direito de ser cidadão, pois o conceito de democracia implica igualdade de direitos e participação irrestritos. O lugar de concretização e, acima de tudo, construção desses direitos é a cidade, nas suas múltiplas formas de manifestar as relações sociais construídas em seu cotidiano. Neste sentido, mais que algo atribuído, a cidadania se mostra um elemento em constante formação/construção, a noção de direito e democracia são construídos através das vivências cotidianas em cada território e em cada grupo legitimado com/para/pelas juventudes. As reflexões feitas neste trabalho partem de observações feitas na periferia da cidade de Fortaleza, através de inserções em atividades com jovens de 15 a 25. Além disso, foi feita uma revisão bibliográfica onde se tenta relacionar a construção de trocas estabelecidas em torno de uma necessidade de construção de uma cidadania plural, tendo como locus da reflexão as juventudes. Como resultado, observou-se uma íntima relação entre construção da cidadania das juventudes e as imagens culturalmente produzidas pelo território, além de uma dissociabilidade entre pertencimento ao território/bairro e à cidade como um todo.

626



VIOLÊNCIA, DIREITOS HUMANOS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES: OS DESAFIOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS DA JUVENTUDE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Ana Carolina Reis Pereira (UNICAMP)
carolina-reis@hotmail.com

A violência exercida no interior das unidades escolares desestabiliza as representações da escola como um espaço de produção e transmissão de conhecimentos. Ademais, há situações que se vinculam à questão da violência escolar que tem provocado perplexidade e se constituído enquanto objeto de apreensão entre os educadores, tais como: a presença do narcotráfico no entorno escolar (às vezes até mesmo em seu interior), o desrespeito ao patrimônio escolar, a violência familiar (que termina por influenciar as atividades aí desenvolvidas), as agressões verbais e físicas entre os alunos, e entre estes e os adultos que trabalham na escola. É importante destacar que a frequente exposição à violência, associada às dificuldades para enfrentá-las, tem conduzido os professores a adotarem uma postura de omissão frente às situações de violência vivenciadas no cotidiano escolar, ocasionando sua banalização e dificultando a compreensão sobre suas causas. Embora não se possa abstrair a análise das ingerências do contexto no qual exerce seu ofício, tampouco das políticas de valorização do magistério, é inegável que a atuação do professor tem reflexos diretos sobre os indivíduos que pretende formar, na medida em que difunde valores, ideais e concepções do homem e da sociedade. Assim, o tema que este artigo desenvolve parte da análise bibliográfica dos princípios gerais dos direitos humanos, das diversas formas de violência escolar e a profunda crise do papel da escola face a estas questões. A relevância deste tema, que será conduzido neste artigo no diálogo com alguns autores, tais como: Maffesoli, Guimarães, Abramovay e Candau, residem no pressuposto de que a incorporação dos direitos humanos na educação é particularmente fecunda para a elaboração de um projeto formativo engajado na superação de práticas escolares excludentes e para promoção da cidadania e da democracia. Nesta perspectiva, ocupamo-nos em identificar a representação social de professores da rede pública de Salvador-BA egressos da *Capacitação de Educadores da Rede Básica em Educação em Direitos Humanos*, executada pelo Ministério da Educação, sobre os direitos humanos. Foram igualmente convidados a traçarem um perfil dos jovens para os quais lecionam e a indicarem os motivos que os levaram a se inscrever nesta atividade formativa. Os resultados, analisados a partir do referencial teórico-metodológico da Análise de Conteúdo, revelaram que suas representações sobre os conteúdos de direitos humanos foram positivas, entretanto, isso não foi suficiente para que tais conteúdos fossem introduzidos em sua prática pedagógica, contrariando seus argumentos sobre o perfil do aluno que pretendem formar ou dos problemas vivenciados neste lócus. Ao verificarmos que em suas argumentações os professores consideram que os problemas sociais instalados na sociedade se refletem na sala de aula, atingindo uma população mais suscetível ao processo de violências, exclusões e desamparo, a não inclusão das questões relativas aos direitos humanos em suas práticas merece, ao nosso ver, uma profunda reflexão sobre: os motivos pelos quais, apesar da Capacitação em Direitos Humanos, a vivência dos valores lá apreendidos não ocorre no espaço escolar; bem como sobre quais são as possibilidades de se garantir os direitos da juventude no Brasil contemporâneo.

627



A ESCOLA SEMEANDO SONHOS: TRAJETÓRIAS DE JOVENS ESTUDANTES EM UMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE DE FORTALEZA.

Ana Paula Neves Lopes (UECE)
apnevesl@yahoo.com.br

João Bosco Feitosa dos Santos (UECE)
bosco_feitosa@yahoo.com.br

Objetivamos analisar o significado da escola profissionalizante na construção de projetos de futuro para os jovens estudantes. A pesquisa foi realizada em uma Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) de Fortaleza-CE, com jovens na faixa etária de 16 a 19 anos do 3º ano dos cursos de Redes de Computadores e Estética, entre o período de setembro de 2013 a fevereiro de 2015. Utilizamos como instrumentos metodológicos a observação direta; acompanhamento dos sujeitos na rede social *Facebook*; entrevistas semiestruturadas e diário de campo. O estudo mostrou que a escola pesquisada contempla um conjunto de elementos em sua dinâmica, dos quais se destacam: tempo integral de estudo; Projeto Professor Diretor de Turma; participação em projetos e grupos culturais; incentivo constante dos professores e núcleo gestor; laços afetivos construídos entre alunos e funcionários. Todos esses são de fundamental importância para as experiências dos jovens na escola, possibilitando-os vivências que fortalecem a socialização e a construção de projetos de futuro e que se sobrepõem aos conhecimentos teórico-práticos apreendidos. Por meio do sistema de ensino em tempo integral os jovens passam o dia na escola e estão mais sujeitos a vivenciarem momentos de sociabilidade. O Projeto Professor Diretor de Turma possibilita ao professor conhecer mais seus alunos e melhor intervir em seus processos de ensino-aprendizagem, além de fortalecer a integração entre eles. Uma vez que essa interação é estabelecida aumenta a probabilidade de desenvolver relações de amizade e confiança, e consequentemente melhora os rendimentos e expectativas de futuro dos jovens estudantes. Observamos que há considerável flexibilidade da escola pesquisada em proporcionar espaços-tempos de expressão das culturas juvenis, em especial, pelo incentivo aos projetos e grupos culturais na instituição. A escola conta com um professor de Artes o qual coordena quatro grupos culturais na instituição: Coral, Dança, Instrumental, Teatro. Embora estejam em uma escola profissionalizante os jovens não se contentam com a formação técnica adquirida, e querem ser mais, ir além, buscam ser jovens para além de alunos mediante as vivências das expressões culturais no âmbito escolar. Os sujeitos foram unânimes ao reconhecerem a importância dos projetos e grupos culturais, pois estes fortalecem o vínculo aluno/escola, facilitam o processo ensino-aprendizagem e possibilitam aos jovens vislumbrarem novos horizontes. Associado a essas experiências, estudar em uma escola profissionalizante para os pesquisados significou uma preparação para a vida, tendo em vista as conquistas de “independência”, liberdade, autonomia, amadurecimento, fundamentais para a formação humana. Assim, diante da diversidade de experiências de aprendizado e socialização, os sujeitos reconhecem a escola profissionalizante como importante espaço de construção de sonhos, em que muitos jovens passaram a pensar no futuro, amadureceram seus planos e visualizaram-nos de modo mais concreto.

628



INTERROGAÇÕES A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA ESCRITA DE UM ADOLESCENTE.

Maria Dornelles de Araujo Ribeiro (UFRGS)
mariaribeiro.psi@gmail.com

Sandra Djambolakdjian Torossian (UFRGS)
djambo.sandra@gmail.com

Esta pesquisa se desenvolve no âmbito de uma política pública assistencial voltada ao acompanhamento de adolescentes egressos do sistema socioeducativo. Tal programa é de adesão voluntária e tem como objetivos a reinserção social, o acompanhamento escolar, uma formação profissional e a inserção no mundo do trabalho. O caso emblemático de um adolescente que escolheu a rua como moradia mobilizou a equipe que o acompanhava em tal programa, e motivou esta pesquisa. A análise dos escritos desse adolescente em seu *blog*, espaço virtual criado junto à psicóloga que o acompanhava, é o ponto de partida para problematizar a tensão entre os resultados exigidos pelo governo que implementou tal política pública, e os resultados da produção subjetiva do adolescente em seu processo. Sua trajetória é relevante porque mostra como, mesmo sem atingir todos os objetivos do programa, o mesmo pôde sair de uma condição de apagamento subjetivo (o desejo de morrer) para uma direção de esperança (o desejo de viver). Tomando algumas palavras através das quais o adolescente se apresenta no *blog*, tais como “(...) conheci o Ópio, o vício, a boca do lixo, o que não é certo, a morte de perto e a satisfação de quem colhe tomate estragado no final da feira, nem todos nascem em berço de ouro, eu nasci em um de papel reciclado pelo tempo...”, percebe-se que, antes de se preocupar em ter 70% de frequência em uma escola ou atender a um curso profissionalizante, esse adolescente (como tantos outros que se envolvem com atos infracionais) tem outras demandas, que passam pelo questionamento da vida na rua, a alimentação, o uso abusivo de drogas, a reconstrução e ressignificação de sua história familiar desde o nascimento. É considerando a escuta dessas demandas que este estudo tem como método a construção de caso, e, como referencial teórico, a psicanálise. A escolha pelo referencial psicanalítico é uma aposta na potencialidade do sujeito - que chega aplastado após uma experiência de privação de liberdade -, pela via do reconhecimento e construção do desejo. Na perspectiva da psicanálise, a construção do caso implica o desejo daquele que escuta, buscando a elaboração de um saber não apenas na direção da historização do sujeito, mas também da interrogação da teoria. Trata-se de um método clínico, cuja finalidade é a de partilhar determinados elementos do caso em um trabalho conjunto, conforme proposto por Ana Cristina Figueiredo (2004). A preferência pelo uso do termo adolescência nesta pesquisa, em detrimento de juventude, tem base tanto na linguagem jurídica utilizada no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, quanto nas produções de alguns autores da psicanálise a respeito dos processos subjetivos que caracterizam essa passagem da infância à vida adulta, um período de intenso trabalho psíquico, subjetivo e relacional. A conclusão deste estudo não contém respostas prontas nem pontos finais, mas interrogações que provocam a pensar outros modos de fazer e avaliar políticas públicas para a juventude, em especial em contextos de violência, risco e vulnerabilidade social.

629



**FAMÍLIA (S), ESCOLARIZAÇÃO E TRAJETÓRIAS DE JOVENS:
DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM SERGIPE.**

Laís Santana Santos Souza (UFS)
laissantana18@yahoo.com.br

Este trabalho teve por objetivo investigar o papel que as famílias desempenham no processo de escolarização dos filhos, ontem, alunos da educação básica, hoje, estudantes universitários, um fruto da pesquisa realizada ao longo do Mestrado em Educação. Os sujeitos da pesquisa foram jovens universitários da Universidade Federal de Sergipe, vinculados a diferentes cursos e centros acadêmicos, bem como suas famílias. Buscamos identificar o processo de constituição (ou não) de estratégias familiares de escolarização em seus percursos escolares, considerando a trajetória escolar descrita entre a educação básica e o ensino superior. Para isso, debruçamo-nos sobre a literatura que discute as questões relativas à relação família e escola, observando o debate sobre práticas e estratégias familiares de escolarização dos filhos e as transformações que se observa no ensino superior brasileiro. A metodologia adotada caracteriza-se por sua natureza qualitativa, centrada na combinação entre diferentes instrumentos de coleta e produção de dados: questionários e balanço do saber junto aos estudantes universitários e entrevistas junto às famílias. Dentre os resultados, obtidos na pesquisa, destacamos os seguintes: a população dos estudantes universitários da UFS apresenta-se, cada vez mais, jovem, mães e irmãos mais velhos foram citados pelos investigados como os principais sujeitos que realizam práticas, táticas e/ou estratégias educativas frente à escolarização desses estudantes e as famílias assumem uma importância tão grande na educação superior dos filhos quanto na educação básica. Neste trabalho, compartilhamos dados mais gerais sobre os jovens dos diferentes centros acadêmicos e as suas famílias, uma amostra composta por 130 estudantes universitários, e apresentamos, de forma mais detalhada, a trajetória escolar de dois jovens da Universidade Federal de Sergipe, selecionados a partir de certos critérios, uma egressa do ensino médio público e outro egresso do ensino médio privado. As famílias desses jovens foram ouvidas, em específico as mães, o foco das nossas atenções, pois nos utilizamos da realização de entrevistas para conhecer também o olhar da família sobre o seu “lugar” na escolarização dos filhos. Desse modo, tiveram voz, nessa pesquisa, tanto os estudantes-universitários quanto suas famílias, o que nos permitiu uma visão mais aprofundada acerca da questão em estudo. Não se trata de ver apenas um lado da moeda, um ângulo da paisagem, mas buscar compreender em quais pontos convergem ou divergem esses sujeitos no tocante à atuação ou não das famílias no processo de escolarização dos “filhos”, desde a educação básica ao ensino superior. Cabe-nos, portanto, o alerta de que as famílias não devem ser vislumbradas, homogeneamente, nem também como instituições poderosas, mas possuem sim o seu lugar de atuação que lhes é singular. Em que pesem as limitações desse estudo, pretendemos que ele apresente sua contribuição no conjunto de produções que tem lançado seu olhar para a relação complexa que se estabelece entre famílias e educação.

630



**DESAFIOS PARA JUVENTUDE:
CONTRADIÇÕES E CONCEPÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL.**

Suíze Gomes Martinez (IFRJ)
suizegomes@gmail.com

As mudanças no trabalho, na produção e na mediação do conflito de classes desencadeadas nas últimas décadas são responsáveis também pelas reformulações na Educação Profissional e, consequentemente, no respectivo estágio supervisionado – uma das práticas sociais mais comuns e polêmicas na formação para o trabalho –, com vistas a ajustar a formação do trabalhador às demandas atuais de competitividade e produtividade das empresas. Esta pesquisa analisa as concepções e práticas de estágio supervisionado e seu impacto na formação de técnicos de nível médio. Para isto, toma-se como referência empírica o trabalho educativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). O IFRJ é um dos 38 Institutos Federais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cujas diretrizes pedagógicas e administrativas são referência para outras instituições de ensino do país. Quanto à metodologia da pesquisa, trata-se de uma pesquisa básica de tipo “levantamento”, de caráter descritivo, valendo-se de análise qualitativa, sendo usados, para a coleta de dados, questionários, entrevistas semiestruturadas, observação não participante e técnica de grupo focal, além de fontes bibliográficas primárias e secundárias. Para tal análise, tomam-se como amostra os cursos técnicos de nível médio ofertados no *Campus* Duque de Caxias do IFRJ: o Curso Técnico em Plásticos e o Curso Técnico em Petróleo e Gás, nas modalidades integrado e concomitante; o Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade concomitante; o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade integrado, ofertado no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). A análise indicou que a atividade de estágio supervisionado, no IFRJ, por vezes, afasta-se de seu papel formativo, devido à sua descaracterização como atividade curricular teórico-prática, como demonstram as diferentes lacunas presentes nas atividades de estágio supervisionado na instituição investigada. Soma-se a isso a falta de articulação entre o estágio supervisionado e a proposta pedagógica dos cursos. Nesse cenário, constatou-se grande expectativa, por parte dos alunos, professores, gestores e demais sujeitos envolvidos nas atividades de estágio supervisionado, de que essa experiência tenha caráter substantivo no processo formativo, expressando certa supervalorização da prática em detrimento da teoria na formação dos técnicos, como se fosse possível fragmentar teoria-prática em dois processos cognitivos distintos. Desses resultados, pode-se concluir que a potencialidade desse ato educativo está aquém do aspecto formativo esperado, de modo que essas atividades de estágio supervisionado se transformam em propícia oportunidade para que algumas empresas concedentes contratem estagiários para exercerem atividades produtivas, em vez de atividades formativas, a baixo custo e sem encargos trabalhistas, caracterizando deturpação do estágio transformado em trabalho precário.

631



**PRIVAÇÃO DE LIBERDADE:
EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ATUAÇÃO DOCENTE NAS ESCOLAS INVISÍVEIS DE BELÉM DO PARÁ.**

Julião Cristo da Costa Junior
(Universidad Autónoma de Asunción)
msjccosta@gmail.com

Alícia Moraes Ribeiro de Loureiro
(Universidade Anhanguera)
aliciaribeiro@hotmail.com

Educar é romper as amarras que prendem o homem nas trevas, é o ato de ensinar e ao mesmo tempo aprender capaz de projetar perspectivas positivas quanto ao seu futuro e sua participação dentro do mundo em que vive. Privar qualquer jovem do direito à educação é violar um dos mais importantes direitos humanos que nossa juventude tem direito. De acordo com os dispositivos legais que regem a dinâmica escolar e jurídica brasileira, todo jovem que se encontra em situação de privação de liberdade tem o direito assegurado de iniciar e/ou dar continuidade ao processo escolar que foi interrompido em virtude do ato infracional praticado e de acordo com o tempo em que permanecerá sob a tutela do Estado, seja cumprindo medida cautelar provisória (até 45 dias) ou medida cautelar de internação (no máximo três anos). No Estado do Pará o direito a educação ocorre por meio de um convênio realizado entre a Secretaria de Estado de Educação do Pará/SEDUC e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará/FASEPA que disponibiliza professores que atuavam na rede regular de ensino para compor um quadro de profissionais da educação específico que garanta o atendimento escolar aos adolescentes do sexo masculino e feminino na região metropolitana de Belém nas 09 Unidades de Atendimento Socioeducativo, de internação e internação provisória. Em pesquisa realizada em 2013, com jovens do sexo feminino em situação de privação de liberdade, coordenadores e professores que atuam nos espaços escolares das unidades socioeducativas, foi possível determinar as impressões que alunos e professores apresentam dessa prática, bem como as dificuldades enfrentadas na realização desse processo e de que forma o mesmo pode vir a contribuir na reinserção social desses jovens. Sob o ponto de vista dos direitos humanos e uma análise jurídica dos direitos da juventude no que diz respeito a garantia ao direito à educação, pretendemos apresentar um pouco mais do panorama educativo desenvolvido nas escolas que funcionam nas unidades socioeducativas, escolas essas que são “invisíveis” para a sociedade e o próprio poder público que desconhece seu funcionamento e dinâmica, bem como suas particularidades, assim como quem são os profissionais que atuam nesses espaços e dedicam-se no resgate social de uma juventude cada vez mais renegada socialmente pelo Estado e a própria sociedade. Desse modo, pretendemos desconstruir alguns conceitos relacionados à educação realizada com jovens privados de liberdade e apresentar um panorama positivo do processo educativo realizado e como o mesmo pode vir a atuar como ferramenta de resgate social.

632



INTERAÇÕES QUE TRANSFORMAM VIDAS E TERRITÓRIOS: A SOCIABILIDADE DE UM GRUPO DE DANÇA DE RUA.

Márcio de Freitas do Amaral (PUC/RS)
mfamaral@gmail.com

Um grupo de dança de rua do *hip hop*, no bairro Restinga, periferia de Porto Alegre, a partir de suas interações, possibilita aos seus jovens integrantes elaborarem novas formas de sociabilidade, pertencimento e inscrição social, produzindo marcas em sua biografia enquanto sujeitos e redimensionam os modos de viver neste território. Ao acompanhar as práticas deste grupo numa pesquisa de inspiração etnográfica, focada principalmente nas narrativas de vida desses sujeitos, pode-se compreender que esta experiência de pertencimento constitui um aprendizado social que referencia seus processos de construção identitária singular e coletiva e de tomadas de posição frente ao social. Circunscritos em uma realidade de pobreza e precariedade de acesso aos direitos básicos, enfrentam uma série de restrições e cerceamentos relacionadas à violência urbana que marcam sua condição juvenil. Neste território, o grupo de dança emerge como espaço coletivo que de inserção num campo simbólico compartilhado com seus pares – o *hip hop* como cultura juvenil – que propicia experiências em três planos distintos, que modifica, conforme Dubet e Pais, o modo de operar com as lógicas sociais. No *plano da sociabilidade* constituem vínculos de amizade e solidariedade, aprendendo na inter-relação, a prática da dança de rua, características da cultura *hip hop*. Compartilham da convivência e interação com outros grupos do movimento em espaços coletivos (apresentações e competições) que privilegiam a visibilidade desta prática e o reconhecimento dos pares, integrando-os numa ação coletiva mais ampla. Pautados por discursos que fundamenta as relações no interior desta cultura, reconhecem-se sujeitos de sua produção artística, buscando resoluções não-violentas para os problemas que enfrentam, valorizando as representações e identidades da periferia, caracterizando um aprendizado social que referencia e modifica a forma de relacionar-se com outros espaços sociais (família, escola, trabalho, etc.). Ampliam também o reconhecimento no espaço comunitário onde vivem, sendo considerados por sua arte, tornando-se em muitos casos, agentes comunitários com possibilidade de intervenção junto a outros jovens. No *plano cultural*, elaboram simbolicamente uma identidade, um modo de ser que se traduz nas maneiras vestir-se (estilo das roupas, bonés, tênis), formas de falar (gírias e jargões), gestualidade corporal (forma de dançar e caminhar) entre outros signos possíveis de descrever (poses ao fotografar, cortes de cabelo, tatuagens, músicas compartilhadas). A construção identitária desses jovens expressa complexidade ao sintetizar não somente a estética e estilo do *hip hop*, mas também as experiências vividas no âmbito das periferias onde moram e circulam. No *plano político*, exercitam uma tomada de consciência em relação ao seu contexto social, pois suas produções artísticas (*rap*, *breaking* e *graffiti*) são inspiradas na realidade das populações periféricas, fazendo emergir os problemas da vida social nestes espaços (violência, desemprego, falta de infraestrutura, poucas opções de vida, entre outros), produzindo uma prática questionadora sobre este cenário. Assim, produzem ações políticas inserindo-se em ações comunitárias (projetos sociais, associações, programas educativos, etc.) principalmente como educadores, buscando transformar sua realidade a partir da reivindicação de diferentes pautas junto ao poder público e da organização popular. Na convergência desses planos e práticas, os jovens reinventam seus modos de vida no território.

633



A RESPEITO DE JUVENTUDES, ATO INFRACIONAL E VISIBILIDADE SOCIAL.

Heloisa de Souza Dantas (Associação Horizontes)
heloisa.dantas@ah.org.br

Marília Rovaron (Associação Horizontes/ UNESP)
marilia.rovaron@ah.org.br

Os dados sobre a violência contra jovens no Brasil continuam a gritar o óbvio: a sociedade não liga e em muitos casos aplaude a morte dos indesejáveis. Se não fosse assim, como explicar o anestesiamiento frente aos dados de homicídios da população pobre, jovem e negra no Brasil? O Mapa da Violência de 2014 aponta que 30 mil jovens entre 15 e 29 anos são mortos por ano. Dos assinados, 77% são negros. Nosso anestesiamiento não é novidade alguma e muito já foi dito sobre a constatação de Hannah Arendt de que a banalidade do mal acontece no vazio do pensamento, transformando a violência em algo corriqueiro. Ao mesmo tempo, estamos vivendo o avesso do processo identificatório e contribuindo para a instalação de um discurso do medo que condena o adolescente que se envolveu na prática de atos infracionais a ser o algoz da nossa sociedade. Como fazemos para inverter o espelho e lançar sobre o jovem que acabou se envolvendo no mundo do crime a ser o nosso monstro social? A criminologia crítica e a teoria do *labeling approach* auxiliam nesta compreensão. O *labeling approach* afirma que os indivíduos possuem a mesma potencialidade de cometer condutas consideradas criminosas. O que diferencia sua punição e caracterização como crime é a tipificação criminal, determinada pelas instituições de controle social, além de fatores sociais que atravessam as classes marginalizadas, marcadas pela ausência de direitos sociais básicos. Remetendo aos jovens, ainda que em classes sociais abastadas também existam atos infracionais, esses meninos e meninas não são submetidas ao mesmo processo de estigmatização justamente pela seletividade do Sistema Penal. No cotidiano das cidades brasileiras, os jovens são atingidos diretamente pela ausência de perspectivas desse nosso tempo histórico, bem como pela desigualdade social atribuída à má distribuição de renda e ausência de políticas públicas. Essa geração de jovens, nascida do final da década de 1990 e início dos anos 2000, não reconhece como sua a ideologia de seus pais e avós, que é fortemente marcada pela moral do trabalho. A partir da reestruturação produtiva houve o aumento do desemprego em massa e o fim da sensação de estabilidade que atravessava a geração de trabalhadores no Brasil, sobretudo na década de 1980. Neste contexto, há clivagens entre o universo moral do trabalhador e do sujeito inserido no mundo do crime que precisam ser consideradas para um entendimento sobre as expectativas dessa geração e sua possibilidade de ascensão em um mundo marcado pela legitimação do consumo. Para os jovens atraídos por essa nova instância normativa, o lugar é aqui e o tempo é hoje. Isso significa dizer que há uma nova forma de relação social vivenciada por essa geração, que vive intensamente a ideia de “vida loka” e é atravessada por situações de adrenalina e risco, prazer e dor, em um espaço onde a morte é presente o tempo todo. Buscamos analisar a inserção dos jovens neste mercado paralelo, relacionando à desresponsabilização do Estado nesse processo, sendo presente em suas vidas apenas como forma de exclusão e punição.



SENTIDOS SOBRE RESPONSABILIDADE E JUSTIÇA COM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.

Cássio Tessmer (UnB)
cassiotess@gmail.com

Dayane Silva (UnB)
dayanesr@yahoo.com.br

Este trabalho busca refletir acerca dos sentidos produzidos com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto sobre o tema da socioeducação. Para tanto, fundamenta-se teórico-epistemologicamente no Dialogismo (Bakhtin), compreendendo a responsabilidade como um comprometimento voltado prioritariamente ao outro, portanto interdependente da alteridade, ligada a um pensamento participativo e à qual é fundamental uma participação ativa e autorreflexiva, neste caso, do/da adolescente no cumprimento de medida socioeducativa. Na tentativa de contextualizar o percurso investigativo em questão, ressalta-se que a ideia inicial deste projeto foi discutir com os adolescentes sobre processo de responsabilização, proposto como objetivo transversal da execução das medidas socioeducativas pela Lei 12594/2012 (Lei do Sinase, Art. 2º, item I), em função da necessidade de elaboração do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal. Para atingir tal objetivo, foram realizadas quatro oficinas em diferentes regiões administrativas do DF, nas quais os adolescentes são atendidos e cumprem as medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Em virtude do rico processo de reflexão propiciado pelas oficinas e com o objetivo de aprofundar a inserção no tema, foram escolhidos dois adolescentes para a realização de entrevistas individuais, com base na intensa participação que tiveram no momento de discussão nas oficinas. Nesse segundo momento, os adolescentes foram convidados a discutir sobre suas concepções a respeito de palavras como Justiça, Responsabilidade e Medida Socioeducativa, sendo confrontados com os seus próprios posicionamentos e também de outros/as adolescentes, expressos nas oficinas e nas próprias entrevistas. As entrevistas foram consentidas pelos adolescentes e seus responsáveis e autorizadas pela Unidade de Atendimento em Meio Aberto, a qual é a instituição responsável pela execução das medidas citadas. Ressalta-se que foi utilizado um roteiro semiestruturado e que o áudio da conversa foi gravado com o auxílio de um aparelho celular. O material produzido foi transcrito e analisado por meio de Análise Temática. São justamente os apontamentos e questões provenientes dessa análise que nos debruçamos neste trabalho. Como resultados obtidos, temos a reflexão sobre a atuação socioeducativa que vinha sendo desenvolvida nas instituições em questão, os efeitos desse trabalho nas trajetórias de vida destes adolescentes, apontamentos para quais elementos podem estar influenciando a participação ativa destes na execução de suas medidas, a importância da execução de medidas em meio aberto e do trabalho em grupo com os/as adolescentes como possibilidade de interação com várias alteridades e com novos conjuntos de valores e crenças, além do estabelecimento e fortalecimento de vínculos. Como desdobramentos futuros desta pesquisa, esperamos problematizar, a partir das concepções e vivências dos adolescentes, o modo como estes significam a Socioeducação e o que isso implica na sua participação mais ou menos ativa no cumprimento das medidas socioeducativas e, conseqüentemente, no processo de responsabilização, tido como eixo transversal do atendimento socioeducativo. Têm-se, igualmente, a expectativa de agregar novos elementos que promovam a compreensão mais qualificada sobre responsabilidade e responsabilização por parte dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo, incentivando a reflexão quanto ao trabalho socioeducativo prestado.

635



**PERCEPÇÃO JUVENIL DE VULNERABILIDADE E VIOLAÇÃO DE DIREITOS:
TESTES PRELIMINARES DE UM INSTRUMENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS.**

João Miguel Diógenes de Araújo Lima (UFC)
jmlimabr@gmail.com

Larissa Jucá de Moraes Sales (UFC)
larissa.sales@gmail.com

A introdução da perspectiva de vulnerabilidade social, no início dos anos 2000 no Brasil e na América Latina como um todo, instigou estudiosos e governantes para a necessidade de novas abordagens para as políticas públicas de juventudes. Em resposta ao panorama socioeconômico do continente nos anos 1980 e 1990, tal perspectiva propõe complexificar e agregar matizes a situações de exclusão social: cada situação de vulnerabilidade social deve ser definida, construída em relação a parâmetros (BUSSO, 2001). Parâmetros como renda domiciliar per capita, percentual de jovens que não frequentam a escola e número de óbitos entre jovens têm sido alguns dos indicadores mais utilizados, bem como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por bairros, que contribui para territorializar zonas de vulnerabilidade social. Tomando como norte este panorama inicial e focando no direito à vida e no acesso a bens e oportunidades, nos propomos a potencializar e avançar na discussão desse conceito. Para tanto, no âmbito da equipe multidisciplinar de funcionários da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura de Fortaleza, elaboramos um instrumental autoaplicável de 27 questões para mensurar percepção de autoestima e percepção de vulnerabilidade e violação de direitos. Na primeira seção do instrumental, apresentam-se dez questões da escala de autoestima de Rosenberg (1965), a partir da versão mais recente que foi traduzida e validada para o português (AVANCI et al, 2007). Todos os itens são respondidos com uma escala Likert de 04 pontos. A segunda parte do instrumental é composta por uma questão aberta e 16 questões com escala de resposta de dez pontos acerca das situações cotidianas reconhecidas, tanto na literatura e no trabalho com políticas públicas, como recorrentes entre jovens em situação de vulnerabilidade, especialmente na cidade de Fortaleza. O instrumental foi submetido a teste entre jovens, que foram convidados a respondê-lo e, em seguida, participar de um grupo focal a respeito das questões postas. A intenção é estimular o debate sobre vulnerabilidade como uma experiência vivida e compreender, a partir do ponto de vista do jovem que potencialmente vive em situação vulnerável, como estes se reconhecem em meio a tais situações cotidianas e que maneira constroem categorizações simbólicas e percepções do que é ser vulnerável. Como resultado, esperamos alcançar uma compreensão mais nítida da situação de vulnerabilidade social, não apenas a partir de um conceito externo, mas, sim, principalmente a partir de uma conceituação ancorada na experiência vivida. Atualmente o instrumental segue para novo processo de análise.

636



**CONSTRUINDO NOVOS POSSÍVEIS NO ENCONTRO COM JOVENS ALVO DA ASSISTÊNCIA
SOCIAL:
A ELABORAÇÃO DE UM JORNALZINHO E A RESISTÊNCIA À PRÁTICAS DE DISCIPLINARIZAÇÃO.**

Gilead Marchezi Tavares (UFES)
gileadmt.2014@gmail.com

Rayanne Suim Francisco (UFES)
rayannesuim@gmail.com

Ramon Pinto Valim (UFES)
ramonpv93@gmail.com

Em setembro de 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Constitui o público usuário de tal política os cidadãos e os grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos por ocorrência ou iminência da violação de direitos. Esses são encaminhados a Serviços de Proteção Básica e Especial. Os Serviços de Proteção básica têm o objetivo de prevenir situações de risco e fortalecer vínculos familiares e comunitários e são executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). O CRAS atua como porta de entrada das famílias para os demais serviços, que podem ser executados em organizações não governamentais. A OSCIP “Estação Conhecimento”, localizada na Cidade Continental (Serra – ES), é um exemplo de estabelecimento que atua nesse cunho, atendendo crianças, adolescentes e seus familiares, se incluindo na rede de atenção à infância e à adolescência do Município. O objetivo deste trabalho foi acompanhar as práticas educativas da OSCIP, escutando seus usuários na tentativa de evidenciar como eles veem o estabelecimento e como eles se veem na Rede de Serviços da Assistência Social. A pesquisa foi desenvolvida utilizando-se do referencial teórico-metodológico da pesquisa-intervenção que enseja acompanhar processos locais e situacionais, de modo a produzir conhecimento na ação transformadora das realidades. A partir da inserção na OSCIP Estação Conhecimento (EC), foram realizados encontros com os adolescentes na construção de um “jornal”, pensado como dispositivo de pesquisa. Por meio dos encontros semanais com os adolescentes para a elaboração de matérias, entrevistas, fotos e notícias relacionadas à EC, o *corpus* de análise foi sendo construído com o registro em diário de campo de todos os acontecimentos vivenciados, as cenas cotidianas e a experiência compartilhada com os jovens. O dispositivo de pesquisa permitiu que outras questões fossem disparadas na OSCIP, transformando o espaço. Esse processo foi ao encontro do nosso modo de fazer pesquisa: transformando a realidade para conhecê-la. A construção do jornal favoreceu um contato diferenciado com os jovens e suas intensidades, seus devires e resistências. Entre capturas e práticas fugidias, afirmaram-se dissoluções de especialismos (psicólogo/pesquisador detentor do conhecimento) e uma experiência compartilhada na qual fomos contagiados com uma juventude diferente do que se propaga na política de assistência ao cristalizá-la no conceito “risco”. Inseridos em um estabelecimento que se revelou imbuído na disciplinarização dos corpos, fomentando práticas de vigilância e controle, os jovens resistiam, construindo o jornal como espaço potencializador dos seus questionamentos. Com o dispositivo de pesquisa, foi possível habitar outros territórios, ultrapassando os muros da Organização, lugares que compõem a comunidade e fazem interlocuções com a Rede de Assistência Social, como a Unidade de Saúde e o CRAS da região. Os desdobramentos destes encontros fortaleceram as relações estabelecidas entre a organização, os jovens e os demais serviços, produzindo parcerias e alianças potentes. Nas palavras construídas coletivamente junto aos jovens: “O jornal nos possibilitou passeios por diversos territórios, (indígenas, na comunidade, na própria Organização) onde nos divertimos, nos conhecemos, nos aproximamos, foi uma experiência incrível”.

637



**“AFINAL, QUAL O PAPEL DA ESCOLA? ”:
UMA ANÁLISE SOBRE A JUVENTUDE POBRE E A EDUCAÇÃO (ESCOLAR E NÃO ESCOLAR) NA
CONTEMPORANEIDADE.**

Renata Paula dos Santos Moura (UFPE)
repaulasmoura@hotmail.com

Alice Miriam Happ Botler (UFPE)
alicebotler@gmail.com

Este estudo tem como objetivo propor uma breve discussão sobre o papel da escola em meio a demandas como desigualdades sociais e pluralidade cultural - compreendendo a educação no sentido mais amplo - como prática social e ação política. Como pano de fundo nosso debate inclui a relação entre a educação (seja ela escolar ou não) e os/as jovens escolares, problematizando algumas questões sobre a escola pública no contexto atual. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa onde optamos por realizar um estudo bibliográfico. Atualmente no Brasil, uma das grandes desigualdades sociais assinaladas em todas as instâncias da sociedade é aquela que se refere à educação escolar, é praticamente consenso à existência de duas redes escolares diferenciadas, uma pública, identificada como aquela que atende às camadas populares, e uma privada, que seria frequentada pela denominada elite. Dayrell (1996) afirma que o cotidiano da sala de aula, por exemplo, reflete uma experiência de convivência com a diferença. Ao mesmo tempo, na sala de aula, se estabelece também —um momento de convivência grupal, onde as pessoas estão lidando constantemente com as normas, os limites e a transgressão (p.150). Vale ressaltar, que embora a escola e os movimentos sociais eduquem com recursos diferentes, o que deveriam ter em comum é o sentido político de educação. Cabe, portanto, destacar aqui na discussão o caráter educativo que os movimentos sociais proporcionam, esse é manifesto de diversas formas e em diferentes contextos. Também se deve valorizar/promover os espaços das práticas sociais como lugares adequados ao desenvolvimento de uma educação crítica e emancipatória, isto é, os movimentos sociais devem ser vistos como espaços educativos, no sentido amplo do termo. A instituição escola aparece em alguns estudos atuais como — uma instituição que perdeu seu próprio ritmo, recebe inúmeras críticas e uma delas é a de que não acompanha mais as mudanças de seu tempo (BRAYNER, 2006). Portanto, os/as jovens que vivenciam a educação “qualitativamente”, em seus diferentes aspectos seja ela escolar e/ou não escolar conseguem *ressignificar* algumas demandas, problematizar questões relacionadas à sua condição social menos favorecida, vergar sobre si e ao seu favor aspectos em prol da sua comunidade e do seu cotidiano, etc. Esses/as passam a sentir-se parte do processo, seria essa uma educação democrática, onde o pertencimento fosse vivenciado/experimentado por esses atores escolares e as práticas estivessem sintonizadas com o propósito da transformação social? Nesse contexto, conclui-se que a educação em seus diferentes — formatos pode ser realizada a partir de um mesmo sujeito social, também pode ser desenvolvida em diferentes espaços e apropriada de modo singular a depender dos atores envolvidos no processo. Assim, a escola acaba contribuindo tanto para formar quanto para forjar sujeitos, na medida em que propõe mobilizar seus esforços em prol de seu crescimento pessoal e da coletividade. Infelizmente, na maioria das vezes, as práticas educativas que se desenvolvem no interior das escolas, através da entrada da educação não escolar (como projetos, programas, oficinas, etc.) não se comunicam com as práticas pedagógicas da instituição.



JOVENS POBRES E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

Carolina Morais Simões de Melo (UFJF)
carolina.moraisdemelo@gmail.com

Os temas educação e trabalho têm sido cada vez mais centrais na formulação de políticas públicas e na discussão da vivência da juventude na contemporaneidade, visto que os reflexos da crise do capital atingem em maior grau a juventude em comparação com o resto da população, principalmente os jovens pobres, filhos da classe trabalhadora. Dentre os reflexos, destaca-se o trabalho precoce, a evasão escolar, a distorção idade/série, a alta rotatividade, postos precários, baixos salários, entre outros. Desde a década de 1940, a educação oscilou entre a fragmentação e à integração (CUNHA, 2000), muitas vezes tratando a profissionalização como um mecanismo de alívio da pobreza, atendendo aos interesses das indústrias, construindo uma Educação Profissional subordinada ao ideário do mercado e do capital e a um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador de renda (FRIGOTTO, 2001). Ao mesmo tempo, exige-se um novo modelo de trabalhador, gerando mudanças na educação profissional. Acrescente-se a centralização da assistência social a partir dos anos 2000, que assume papel estruturador da proteção no lugar de mediar o acesso a outras políticas e direitos, como o trabalho. Diante deste cenário, foi proposto como projeto de pesquisa para o Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Serviço Social a análise de um dos programas criados pela Prefeitura de Juiz de Fora na década de 1990 com o objetivo de inserção produtiva de jovens “vulneráveis” no mercado de trabalho. Considera-se que o trabalho ocupa uma dimensão central na trajetória de vida dos jovens, em especial dos jovens inseridos nos programas da assistência, pois muitas vezes os caminhos são definidos mais a partir das necessidades imediatas do que dos projetos e anseios de vida dos sujeitos. Ao mesmo tempo, o trabalho representa a primeira condição para a “autonomia” da família, já que se configura como “porta de saída” da política de assistência social, transferindo esse sentido também ao jovem. O programa pesquisado, o Programa Municipal de Atendimento ao Adolescente – PROMAD, é um programa de aprendizagem que oferece um curso de Auxiliar de Escritório, tem como público-alvo adolescentes de 14 a 17 anos e busca propiciar o primeiro emprego. A pesquisa utilizará entrevistas semiestruturadas a serem realizadas com jovens egressos do PROMAD buscando localizá-los após a participação no programa: se deram continuidade aos estudos, se estão inseridos no mercado de trabalho, se os postos ocupados são da mesma natureza do curso oferecido pelo programa, se há uma progressão nos postos de trabalho, qual foi o tempo médio de permanência no emprego. Com relação ao programa, objetiva-se compreender, através de entrevistas com os profissionais e o estudo do currículo do programa, quais os objetivos e resultados do programa e como são encaradas as contradições entre os interesses e os projetos de vida dos jovens e o atendimento às demandas do mercado; a realidade de vida dos jovens e as cobranças de um perfil para o trabalho; o reconhecimento das condições e modos de vida de suas famílias; o encaminhamento imediato para o mercado e a continuidade da escolarização.



A PRODUÇÃO HISTÓRICA DE JOVEM EM RISCO, EM RELATÓRIOS DA UNESCO, NO BRASIL.

Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA)
flaviacslemos@gmail.com

O objeto jovem em risco é histórico e foi forjado por práticas múltiplas, heterogêneas, concretas, cujos efeitos se materializam em propostas de governo dos corpos pela construção da figura em risco de. A naturalização desse objeto e das práticas correlatas que o constituem devem ser colocadas em interrogação. Singularizar o cuidado e atendimento aos jovens pressupõe criticar como atitude qualquer cristalização e naturalização dos atos, modos de viver, maneiras de se relacionar e pensar desse segmento, criado como faixa etária e fase da vida específica. Essa apresentação visa trazer resultados de pesquisa documental, histórica, na psicologia social. Foram analisados relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no Brasil produtoras da juventude como categoria analítica e enquanto objeto de intervenção pelo fato de supostamente estar em risco de. A gestão de risco se tornou uma modalidade estratégica de uma sociedade de segurança, nos Estados Democráticos de Direito, baseados nas encomendas de lei e ordem, na segunda metade do século XX. Esta vertente política e econômica foi disseminada nas práticas institucionais de garantia, promoção e defesa de direitos, fazendo emergir a figura jovem em risco a ser cuidado e governado preventivamente e se for necessário, segundo peritos, encarcerado e internado. Os escritórios da UNESCO atuam em cidades, sobretudo, as capitais dos estados de inúmeros países, desde 1946. No Brasil, tem sua sede dentro do CNPQ, no Ministério de Ciência e Tecnologia. Contudo, a UNESCO agencia articulações políticas no Ministério da Educação, do Meio Ambiente, de Igualdade Racial, de Política para as Mulheres, do Desenvolvimento Social, das Comunicações, do Turismo, de Direitos Humanos, da Justiça, da Saúde e da Agricultura e a Secretaria Nacional da Juventude. A UNESCO passou a difundir a categoria jovem, no Brasil, na década de noventa do século XX. A faixa etária apresentada seria entre 16 a 24 anos e o foco das políticas sociais deveria ser a gestão de risco, com programas voltados para a educação, saúde e trabalho de jovens que os impedisse de se tornar supostamente violentos, criminosos, ativistas, usuários de drogas, desempregados etc. Assim, esse resumo objetiva apresentar análises das intervenções da UNESCO face aos jovens brasileiros e seus efeitos cotidianos. Para tanto, por meio dos trabalhos da História Nova e das contribuições de Foucault, Veyne, Castel e Deleuze aciona operadores conceituais e metodológicos na pesquisa documental. As fontes usadas são os relatórios da UNESCO, no Brasil, no período de 2000 a 2015.

640